

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**ENTRE A SALVAGUARDA E A DESTRUÇÃO: A EXTINÇÃO DAS ORDENS
RELIGIOSAS EM PORTUGAL E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO DOS CONVENTOS (1834-1868)**

Rute Andreia Massano Rodrigues

Orientadora: Professora Doutora Clara Maria Martins de Moura Soares

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História,
na especialidade de Arte, Património e Restauro

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



ENTRE A SALVAGUARDA E A DESTRUÇÃO: A EXTINÇÃO DAS ORDENS
RELIGIOSAS EM PORTUGAL E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO DOS CONVENTOS (1834-1868)

Rute Andreia Massano Rodrigues

Orientadora: Professora Doutora Clara Maria Martins de Moura Soares

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de Arte, Património e Restauro

Júri:

Presidente: Doutor António de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático e Director da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Doutor Paulo Alexandre Rodrigues Simões Rodrigues, Professor Auxiliar da Escola Ciências Sociais da Universidade de Évora;
- Doutor Vítor Manuel Guimarães Serrão, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutor Sérgio Carneiro de Campos Matos, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutora Maria João Quintas Lopes Baptista Neto, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutor Fernando Jorge Artur Grilo, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutora Clara Maria Martins de Moura Soares, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientadora.

Agradecimentos

No final desta jornada torna-se imprescindível agradecer a todos aqueles que, de alguma forma, a tornaram possível e menos árdua.

Uma palavra de especial agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Clara Moura Soares, não apenas pela confiança depositada, mas também pela ajuda, pela troca de conhecimentos e pelas suas palavras de encorajamento.

O meu muito obrigada à Professora Doutora Maria João Neto, minha orientadora de Mestrado, a quem também devo o incentivo para a concretização de mais esta etapa do meu percurso académico.

Agradeço, igualmente, a todos os outros docentes do Artis que me acompanharam desde a licenciatura, em especial ao Professor Doutor Vítor Serrão.

O meu muito obrigada a todos aqueles que nos diversos arquivos e bibliotecas apoiaram e facilitaram o meu trabalho. Não mencionando nomes (para evitar esquecimentos e injustiças), o meu especial agradecimento, pela simpatia e paciência demonstrada aos funcionários da Biblioteca Nacional, da Torre do Tombo, do Patriarcado de Lisboa, da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa e do Arquivo Histórico da Economia (antigo AHMOTC).

Aos colegas e amigos mais próximos, em especial à Maria do Carmo, pela amizade, auxílio e companhia nas muitas horas partilhadas nos arquivos onde ambas investigávamos para as nossas teses.

Aos meus pais, pela dedicação, paciência e fé que depositam em mim.

*Aos meus pais e
aos meus avós*

Resumo

A extinção das Ordens Religiosas, em 1834, no contexto das políticas liberais, levou os conventos a conhecerem um processo de “desmantelamento” que conduziu à descontextualização e perda de muitas obras de arte.

Porém, medidas em prol da salvaguarda do património, protagonizadas por D. Pedro IV (1798-1834), por D. Maria II (1819-1853) e também pelos seus sucessores, D. Pedro V e D. Luís, assentes na criação de uma estrutura organizada para o efeito, revelar-se-iam fundamentais na protecção de diverso património histórico-artístico e na consequente criação dos primeiros museus públicos de arte portugueses. Diversas medidas legislativas, a maioria inspirada no modelo francês, adequar-se-iam à realidade nacional, deparando-se, no entanto, com dificuldades de implementação advindas da volatilidade política que caracterizaria, particularmente, as décadas de 30 e 40 de oitocentos, até à denominada Regeneração.

A Biblioteca Pública, o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos e as Academias de Ciências e de Belas-Artes, sobretudo a de Lisboa, terão desempenhado um decisivo papel na salvaguarda e gestão de um vasto conjunto de obras de arte oriundas de conventos extintos, particularmente pinturas, que importa estudar, avaliando-se a importância atribuída ao património artístico móvel, numa altura em que alguns, de forma enérgica, defendiam a supremacia do património arquitectónico.

Para além de pinturas, as antigas casas religiosas – muitas das quais reutilizadas ou vendidas – possuíam um conjunto muito diverso de património artístico e religioso que teve os mais diversos destinos, numa conjuntura, tantas vezes, política, social e financeiramente adversa.

O *gosto*, as condições políticas, financeiras e logísticas, ditariam, inevitavelmente, as escolhas, o “viver” ou o “morrer” de muitas obras de arte.

Palavras-chave:

Extinção das Ordens Religiosas; Património Artístico; Conservação; Restauro; D. Pedro IV; D. Maria II

Abstract

The extinction of the Religious Orders in 1834, in the context of liberal policies, took the convents to know a process of "dismantling" that led to the decontextualisation and loss of many works of art.

However, measures in favour of the safeguarding of heritage, taken by D. Pedro IV (1798-1834), by D. Maria II (1819-1853) and also by her successors, D. Pedro V and D. Luís, based on the creation of an organized structure for this purpose, would prove to be fundamental to the protection of diverse historical and artistic heritage and the consequent creation of the first public portuguese museums of art. Several legislative measures, most of them inspired by the french model, would be adjusted to the national reality, facing however, implementation difficulties, arising from political volatility that would characterized, particularly, the 1830s and 1840s decades, until the so-called Regeneration.

The Public Library, the Deposit of Libraries of Extinct Convents and the Academies of Sciences and Fine Arts, especially Lisbon, have played a decisive role in safeguarding and management of a wide range of works of art from extinct convents, particularly paintings, important to be studied, evaluating the importance assigned to the movable artistic heritage, when some people defended, vigorously, the supremacy of the architectural heritage.

In addition to paintings, the ancient religious houses – many of them were reused or sold – had a very diverse set of artistic and religious heritage that had the most different destinations, in a conjuncture, so often, politically, socially and financially adverse.

The *taste*, and the political, financial and logistical conditions would determine, inevitably, the choices, the “survival” or the “death” of many works of art.

Keywords:

Extinction of the Religious Orders; Artistic Heritage; Conservation; Restoration; D. Pedro IV; D. Maria II

Abreviaturas

ANTT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ADE = Arquivo Distrital de Évora

ADP = Arquivo Distrital do Porto

AH = Arquivo Histórico

AHM = Arquivo Histórico Militar

AHE (AITC) = Arquivo Histórico da Economia, Acervo Infraestruturas, Transportes e Comunicações.

AHPL = Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

AMB = Arquivo do Mosteiro da Batalha

ANBA = Academia Nacional de Belas-Artes

BACL = Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

BA = Biblioteca da Ajuda

BN = Biblioteca Nacional

BNP = Biblioteca Nacional de Portugal

BP = Biblioteca Pública

BPE = Biblioteca Pública de Évora

c. = cerca

CR = Casa Real

CCR = Cartório da Casa Real

CADLEC = Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos

cap. = capilha

Cod. = código

col. = coleção

coord. = coordenação; coordenador

cx. = caixa

dir. = direção; diretor

DLEC = Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos

DOC. (doc.) = documento

ed. = edição; editor

fl., fls. = fólio, fólhos

id. = *idem*

ibid. = *ibidem*

IGESPAR = Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico

IOP = Intendência das Obras Públicas

ISBA = Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos

LIV. (liv.) = livro

MF = Ministério das Finanças

MNEJ = Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça

MNE = Ministério dos Negócios Estrangeiros

MR = Ministério do Reino

Nº (n.º) = número

OP = Obras Públicas

op. cit. = obra citada

org. = organização; organizador

p., pp. = página, páginas

pref. = prefácio

publ. = publicado por; publicação de

Rep. = Repartição

Res. = reservados

RGM = Registo Geral de Mercês

s.d. = sem data

s.l. = sem lugar

s.n. = sem nome

s.p. = sem página

sep. = separata

SIPA = Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

ss. = seguintes

vs. = verso

vol., vols. = volume, volumes

t., ts. = tomo, tomos

Índice

Agradecimentos	5
Resumo/Palavras-chave	9
Abstract/ Keywords	11
Abreviaturas.....	13
 Introdução	 25
 I – A Extinção das Ordens Religiosas: dinâmicas do fenómeno no contexto europeu	 39
1. Uma Europa em mudança. A extinção das ordens religiosas na Europa – <i>consequências no património artístico</i>	41
2. Portugal na implementação dos ideais liberais	59
2.1. O Vintismo e a “primeira” extinção liberal.	62
2.2. Intelectuais e exilados: influência nas novas políticas patrimoniais	80
 II – D. Pedro e o seu tempo – “Encontros culturais”	 85
1. A educação de D. Pedro – contributos para uma “consciência patrimonial e artística”. 87	
- A educação	
- Artes e talentos	
1.1. “Cidadão do mundo”: as influências familiares e relações com as cortes da Europa	95
2. A acção cultural do 1º Imperador do Brasil (1822-1831).....	96
3. Novos tempos – <i>o regresso de D. Pedro</i> (1831-1834).....	98
3.1. O período açoriano: primeiras medidas nos conventos (1832)	103
3.2. Porto: entre a guerra e a cultura	108

3.2.1. O abandono dos conventos na Invicta e a constituição da Comissão da Reforma Geral Eclesiástica	109
- A Comissão da Reforma Geral Eclesiástica	
3.2.2. D. Pedro e a criação do Museu Portuense. João Baptista Ribeiro e as pioneiras medidas museológicas	117
- João Baptista Ribeiro. Um pintor ao serviço de um ideal.	
3.2.2.1. As circunstâncias e as primeiras diligências: a obra <i>Exposição Historica da Creação do Museo Portuense</i> . Cumplicidades entre artista e monarca	120
3.2.2.2. A recolha das pinturas e a instalação do museu	126
- O sentido de missão	
3.2.2.3 O espólio do Museu. A importância das Belas-Artes	138
3.3. Medidas do Regente entre o cerco do Porto e o decreto de extinção das ordens religiosas. Portugal nas vésperas da grande mudança	143
3.3.1. Uma Galeria de Pinturas em Lisboa?	152
3.4. O decreto de 30 de Maio de 1834 : consequências imediatas no património	153
3.5. A importância da instrução	166
- A instrução, sinónimo de civilização	
3.6. Acção prática na defesa dos monumentos – Santa Maria de Belém e a Pena	172
III – Tempos de mudança: os reinados de D. Maria II e dos seus sucessores.....	181
1. Entre a continuidade e o desenvolvimento de novas políticas patrimoniais	183
1.1. A “concretização” do Museu Portuense	187
- Um “Depósito” privilegiado	
2. A preocupação com as “preciosidades” dos conventos femininos	204
3. As Academias – o seu papel no conhecimento, defesa e divulgação do património ...	217
3.1. Academia das Ciências de Lisboa. A Comissão criada em 1836 e os seus pareceres. O Depósito do Beato António.....	218

3.1.1. Depósito com aspiração a museu. Preocupações “estéticas”	225
3.1.2. A acção da Comissão da Academia das Ciências de 1836	228
3.2. As Academias de Belas-Artes de Lisboa e Porto	251
IV – O Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos e outros depósitos	263
1. O grande depósito de S. Francisco da Cidade: origens e funcionamento.....	265
1.1. O Doutor António Nunes de Carvalho: tempos de construção	271
- Contingências: mão-de-obra, verbas e outras limitações	
- Biblioteca vs DLEC	
- Alargamento de acção do DLEC. Antigos e novos desafios	
1.2. Novos tempos: a Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (CADLEC). Interações com a Academia de Belas-Artes de Lisboa	313
1.2.1. Os retratos dos Varões Ilustres	334
1.2.2. Novas recolhas, distribuição de pinturas e maior interacção com a Academia de Belas-Artes. O papel determinante do “amador das Artes”, o cônego Vilela da Silva.	342
1.3. Os depósitos satélite do DLEC	351
1.4. As bibliotecas públicas, gabinetes de antiguidades e raridades e gabinetes de pinturas. Uma solução lógica de depósito, instrução e promoção das belas-artes	357
1.4.1. Continuação dos trabalhos da CADLEC	365
1.5. Évora e as consequências do “vandalismo nunense”. “Trânsitos”	376
1.6. Coimbra – Um caso especial	384
1.7. A integração do DLEC na Biblioteca Nacional (1841). A gestão do acervo pictórico pelas sucessivas direcções: de Balsemão a Mendes Leal	389
1.8. O Patriarcado e as pinturas provenientes do Depósito das Livrarias	401
1.9. As <i>Estampas</i>	403

1.10. Esculturas no DLEC	405
- Algumas referências a esculturas entradas no DLEC	
1.10.1. Duas estátuas de Profetas do Convento de Cristo de Tomar	411
1.11. Outros objectos: sacrários, maquinetas, globos, etc.	414
2. Outros patrimónios, outros depósitos	419
2.1. Os “grandes objectos”. Relógios, órgãos, sinos. A “decência”.....	419
2.2. Alfaias, paramentos e objectos preciosos	422
- Vendas e ilegalidades	
- Os primeiros sinais de exaustão e os objectos preciosos	
- A supressão das capelas e a nacionalização dos seus bens	
- O clima de insegurança e a super exaustão dos depósitos	
- Os depósitos vazios	
- Os casos particulares de Belém e Mafra	
2.2.1. As preciosidades de Alcobaça	456
2.2.2. Alfaias litúrgicas depositadas na Repartição das Obras Públicas.....	458
2.3. A talha	460
2.4. Os azulejos	464
2.5. O Depósito de trastes dos Barbadinhos Franceses. Contacto pontual com o DLEC. Trânsitos.	466
2.6. Esculturas e peças de cantaria provenientes dos antigos conventos – O Depósito das Obras Públicas (os Arsenais) e a Academia de Belas-Artes de Lisboa.....	469
3. A circulação das obras de arte conventuais: impacte social.....	480
3.1. O caso de Torres Vedras	486
V – Políticas de conservação e restauro das pinturas conventuais (1834-1868)	495

1. Condições de conservação nos conventos e no Depósito das Livrarias dos Extintos	
Conventos	498
1.1. Danos e descaminhos prévios.....	500
1.2. Preocupações de segurança e conservação	502
1.3. Recolha e encaminhamento para o Depósito.....	516
1.4. No Convento de S. Francisco da Cidade: condições e diligências.....	527
- A acção de José Feliciano de Castilho (1843-1847)	
- As décadas de 50 e 60 em S. Francisco da Cidade. Atitudes e confluências.	
1.5. Descaminhos no DLEC	551
2. Pinturas no Porto: cuidados e problemas semelhantes aos de Lisboa	561
3. As iniciativas de restauro : critérios de intervenção	566
3.1. No Depósito das Livrarias/ Biblioteca Nacional e nas Academias de Belas Artes	
.....	572
3.1.1. André Monteiro da Cruz e outros restauradores	573
3.1.2. O restauro e os “restauradores de quadros” depois do nascimento das Academias	
.....	577
3.1.3. As pinturas de Tomar. Trânsitos e atitudes de restauro.....	607
4. Os vitrais do Mosteiro da Batalha: singularidades de actuação perante um género	
pictórico raro em Portugal	623
- Os vitrais da Batalha	
- As primeiras intervenções pós-extinção das ordens religiosas nos vitrais do Mosteiro.	
As instruções de Luís Mouzinho de Albuquerque	
- O Conde Raczynski e os vitrais da Batalha – preocupações de conservação, sugestões	
e respostas nacionais	
- Na senda do projecto de Mouzinho de Albuquerque para os vitrais	
VI– Património artístico e casas conventuais: Destinos e Reutilizações	649
1. Os principais destinos dos quadros do DLEC	651

1.1. Do Regular para o Secular	653
1.2. Conventos masculinos – DLEC – conventos femininos: circulações	667
1.3. De Portugal para as Dioceses Africanas	669
1.4. Os principais beneficiários civis	670
2. A Galeria e o Museu como espaços de salvaguarda – da veneração à instrução. A Galeria Nacional de Pintura	676
3. O interesse britânico pela museologia nacional	691
4. O Mercado de arte	694
4.1. Leilões	706
4.1.1. Biblioteca Nacional de Lisboa	707
4.1.2. Academia de Belas-Artes de Lisboa	711
4.1.3. Academia das Ciências de Lisboa	715
5. Políticas de reutilização	720
5.1. Os intelectuais em defesa do património nacional	726
5.2. Reutilizações vs defesa do património	735
5.3. Santa Maria de Belém: breves apontamentos acerca de uma reutilização	743
5.4. Transferências de património: os casos do Convento de São Domingos e do Convento da Graça, em Évora.	747
5.5. Breve alusão à realidade dos cenóbios femininos	754
Considerações finais	757
Fontes e Bibliografia	769

Índice das Figuras

Fig.1. Constantino de Fontes; <i>S. M. El Rei D. João VI de Portugal, e toda a Família Real, embarcando para o Brazil, no cáes de Belem, em 27 de Novembro de 1807</i> ; c. 1807-1837, gravura, 11,5x16,4 cm. BNP: E.3550.P	61
Fig.2. João de Mesquita e António José Quinto; <i>D. João VI, Rey de Portugal, Brazil e Algarves</i> ; 1817, gravura, 17x26,7 cm. BNP: E-1534-V	66
Fig.3. Francisco António da Silva Oeirense e Domingos José da Silva; <i>Joze da Silva Carvalho</i> ; 1822, gravura, 31x21,6 cm. BNP: E-871-A	73
Fig.4. Raffaele Fidanza; <i>S. M. Fidelissima D. Miguel I</i> ; c. 1830; gravura, 20,6x16,2cm. BNP: E. 1426 V.	81
Fig.5. Domingos Schiopetta e Gregório Francisco de Queirós; <i>D. Pedro IV, Rey de Portugal e dos Algarves</i> ; 1826, gravura, 32,8x26,6 cm. BNP: E. 60 V.....	87
Fig.6. João Baptista Ribeiro; <i>João Baptista Ribeiro: Mestre de Desenho e Pintura Litografado por ele mesmo</i> ; 1833, gravura, 20,5x22 cm. BNP: E. 327 V.	118
Fig.7. Folha de rosto da obra de João Baptista Ribeiro, <i>Exposição Historica de criação do Museo Portuense</i> , publicada em 1836.	121
Fig.8. Dias da Costa Lith.; <i>Vista da Serra do Pilar</i> ; gravura in Elogio histórico do senhor rei D. Pedro IV recitado na Academia Real das Sciências de Lisboa em sessão ordinária de 13 de Julho de 1836 e acompanhado de notas e peças justificativas. Lisboa, Typ. da Academia, 1867. BNP: H.G. 2493 A.....	123
Fig.9. João Baptista Ribeiro; <i>D. Pedro, Duque de Bragança</i> ; 1833, gravura, 33x29,2 cm. BNP: E. 141. A.....	125
Fig.10. R.J. e Osterwald, o velho; <i>Dona Maria II, Reine de Portugal</i> ; c. 1826, gravura, 13x12,5 cm, BNP: E. 78 P.....	166
Fig.11. <i>Mosteiro de Belem</i> ; gravura publicada em <i>O Panorama</i> , 5 de Março de 1842, 2ª série, Vol. I, p.73	173

Fig.12. <i>Convento da Pena em Cintra</i> , gravura publicada em <i>O Panorama</i> , 13 de Janeiro de 1838.	176
Fig.13. Maurício Sendim; <i>D. Maria II</i> ; 1836, gravura, 43x35cm. BNP: E. 229 A.	183
Fig.14. Maurício Sendim; <i>D. Maria II, Rainha de Portugal</i> ; gravura 45,8x37 cm, 1835 BNP: E. 187 A.	185
Fig.15. F.A. Serrano; <i>L. da S. Mousinho de Albuquerque</i> ; gravura, 1866 17,7x16cm. BNP: E. 2049 V.	218
Fig.16. <i>Manuel da Silva Passos</i> ; <i>Archivo Pittoresco</i> Vol.7, N°37, 1864, p.289	256
Fig.17. Autor desconhecido.; <i>António Ribeiro dos Santos</i> ; c. 1790; óleo sobre tela, 70,5x55 cm. BNP: Inv. 10931.	265
Fig.18. Autor desconhecido.; <i>Vasco Pinto de Sousa Coutinho (4º Visconde de Balsemão)</i> ; c.1860; óleo sobre tela, 82x61cm. BNP: Inv. 14439.	268
Fig.19. Autor desconhecido; <i>O Doutor Antonio Nunes de Carvalho da Cidade de Vizeu</i> ; c.1830-1850; gravura, 15x14,7. BNP: E. 1659 P.	272
Fig.20. Assinatura de Nunes de Carvalho. BNP: Cod.6963	274
Fig.21. <i>N. Sª de Monte Olivete</i> . Desenho, in <i>Monumentos Sacros de Lisboa em 1833</i> , Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927	290
Fig.22. <i>S. Pedro de Alcantara</i> . Desenho, in <i>Monumentos Sacros de Lisboa em 1833</i> , Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927	291
Fig.23. <i>Igreja de Santo António dos Capuchos</i> . Desenho, in <i>Monumentos Sacros de Lisboa em 1833</i> , Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927.	292
Fig.24. Comissão nomeada em 11 de Fevereiro de 1835, destinada a proceder à escolha e classificação de pinturas com vista à fundação de um Museu Nacional	306
Fig.25. Autor desconhecido; <i>D. Afonso Henriques</i> ; séc.XVII (?); óleo s/tela, 202x109,5cm. BNP: Inv.10932.	335
Fig.26. Joaquim José Rasquinho; <i>D. Francisco Gomes de Avelar, Bispo do Algarve</i> ; 1816; óleo s/tela, 100x77cm. BNP: Inv.10933.	338
Fig.27. Folha de rosto dos <i>Estudos Biographicos</i> ... BNP: H.G. 7875 A.	341

Fig.28. Vítor Manuel da Câmara; <i>José Feliciano de Castilho</i> ; 1983, óleo sobre tela, 81x60cm. BNP: Inv.14825.....	392
Fig.29. Autor desconhecido; <i>Padre Rafael Bluteau</i> ; c.1752-1780; óleo s/tela, 96x74cm. BNP: Inv.10945.....	400
Fig.30. <i>S. Vicente de Fora</i> . Desenho, in <i>Monumentos Sacros de Lisboa em 1833</i> , Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927	407
Fig.31. Nogueira da Silva & Alberto; <i>Osculatório ou porta-paz que se guarda na casa da Moeda</i> , 1864, gravura in <i>Archivo Pittoresco.</i> , N°13, p.97.	445
Fig.32. <i>S. João Nepomuceno</i> . Desenho, in <i>Monumentos Sacros de Lisboa em 1833</i> , Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca, 1927	454
Fig.33. Autor desconhecido; <i>Frei Gaspar da Encarnação</i> ; séc. XVIII; óleo s/tela, 1,94x1,30cm. BNP: Inv.22979.....	492
Fig.34. <i>Torres Vedras – Convento da Graça</i> . <i>Universo Ilustrado</i> , 1880, col. gravuras "Tempos Idos".	493
Fig.35. <i>Vista da Ribeira antes do Terramoto de 1755</i> . Desenho à pena com aguada, de J. Na. dos Reis Zuzarte, vendo-se claramente a igreja dos Mártires, a igreja de S. Francisco e o edifício conventual (O –igreja dos Mártires; N –Igreja de S. Francisco; P –Convento de S. Francisco) (Museu da Cidade, Lisboa), in CALADO, 2000.....	499
Fig.36. William H. Burnett; <i>The Convent of The Penha Longa</i> ; c.1834; gravura, 20,3x28,7cm. BNP: E.961 V.....	519
Fig.37. <i>S. Francisco da Cidade</i> . Desenho, in <i>Monumentos Sacros de Lisboa em 1833</i> , Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927	527
Fig.38. Folha de rosto do Tomo I do <i>Relatório à cerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos anexos</i> ..., publicado em 1844. BNP: B.A.D. 542 P.	535
Fig.39. Gregório Maria Rato; <i>André Monteiro da Cruz</i> ; óleo s/tela, ANBA (pub. Ernesto Soares, <i>Dicionário de Iconografia Portuguesa</i> ...1954).	574
Fig.40. <i>Conde de Mello</i> ; gravura, Lith. Maurin, 13,3x13cm BNP. E.1997 V.....	588
Fig.41. Carlos António Leoni; <i>Frei Miguel Contreiras</i> ; 1766; óleo s/tela, 171x108,5cm. BNP: Inv.10937.....	595

Fig.42. Autor desconhecido; <i>P. Filippe Neri; P.^e Theodosio de Andrade; Ir. Manoel dos Santos</i> ; s.d. (séc. XVIII); óleo s/tela, 28x38cm. BNP: Inv. 14478; Inv. 14480; Inv.14484.	596
Fig.43. L. Maurin Lith; <i>Conde de Thomar</i> ; 1848; gravura, 13,8x11,1cm. BNP: E. 2059 V.609	
Fig.44. <i>Ressurreição de Lázaro; Entrada de Cristo em Jerusalém; Cristo e o Centurião; Ressurreição</i> . Imagens pub. em <i>Pintura da Charola de Tomar</i> , (REDOL, coord.), IPCR, 2004.	610
Fig.45. <i>Tríptico da Paixão</i> , Batalha. Foto Alexandre Rodrigues.	638
Fig.46. Autor desconhecido; <i>Frei Manuel do Cenáculo</i> ; c.1770-77; óleo s/tela, 95,5x74,5cm; BNP: Inv.10936.	679
Fig.47. Anúncio publicado no <i>Diario de Lisboa</i> de 19 de Fevereiro de 1864.	709
Fig.48. C. Legrand; <i>O Conselheiro João Baptista d'Almeida Garrett</i> ; 1844; gravura, 19,3x17,8cm. BNP: E.343 P.....	727
Fig.49. Ignaz Fertig; <i>A. Herculano</i> ; 1855?; gravura, 16,4x13,5cm. BNP: E.235 P.	731
Fig.50. Augustin François Lemetre e Moret; <i>Antonio Feliciano de Castilho</i> ; c.1855; gravura, 25x16cm. BNP. E.4569 P.	733
Fig.51. Autor desconhecido; <i>Jose da Silva Mendes Leal</i> ; 1888; gravura, madeira, 13x9cm. BNP E. 4708 P.....	734
Fig.52. <i>S. Domingos de Lisboa</i> . Desenho, in <i>Monumentos Sacros de Lisboa em 1833</i> , Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927	736
Fig.53. <i>S. Apolonia</i> . Desenho, in <i>Monumentos Sacros de Lisboa em 1833</i> , Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927.	754

Introdução

Apresentação do tema

A implementação do Liberalismo em Portugal foi lenta e muito complexa, marcada na primeira metade de Oitocentos, por convulsões sociais e formas de guerra civil, a que só depois se seguiria um período de estabilização do regime monárquico constitucional, com um sistema político rotativo, essencialmente bipartidário¹. Esse “clima de transformação” imbuído dos ideais liberais, a que as necessidades económicas e financeiras não eram alheias, produziu efeitos directos no património histórico e artístico nacional.

A análise daquela que terá sido a política de salvaguarda do património artístico dos conventos durante esse período conturbado, implica uma compreensão profunda de um tempo repleto de transformações políticas, económicas, sociais e culturais, com características muito particulares e que conheceram especial desenvolvimento nas primeiras décadas do séc. XIX. Um tempo “controverso”, protagonizado por alguns que, pelos seus papéis na sociedade de então, de uma forma mais ou menos directa, o influenciaram decisivamente; um contexto de guerra, em que, ao contrário do que habitualmente se pensa, existiu mais do que apenas destruição.

Os conceitos de património e salvaguarda, revestidos de um sentimento de protecção daquilo que era então valorizado, ligado aos tempos e figuras áureas nacionais e que era considerado representativo da nação, ganharam um novo protagonismo. Com definições e atitudes que não deixam de apresentar semelhanças com a actualidade, importava proteger mas também utilizar e/ou promover um conjunto diversificado de obras de arte (e figuras com elas relacionadas) que ia para além do edificado. De acordo com as concepções e limitações da época – inevitavelmente constrangedoras para a maioria das acções tomadas – procurou-se estabelecer meios, criar organismos, que visassem defender um quase infindável património conventual, onde repousava uma parte bastante significativa do passado histórico e artístico nacional. Uma memória colectiva que se procurava cultivar, através daquilo que se podem designar de “políticas de memória”. Esta postura, em que se vislumbra uma efectiva consciência patrimonial, encontrar-se-ia reflectida nas medidas tomadas e na legislação produzida.

Depois de uma primeira experiência durante o Vintismo, em 1834, com a extinção das Ordens Religiosas, os conventos conheceram aquele que foi um verdadeiro processo de “desmantelamento” que se arrastou, em alguns casos, até às primeiras décadas do século XX,

¹ FERREIRA, António Matos, “Liberalismo” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, P-V, Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, p.428.

implicando a adaptação a sucessivas, e até divergentes, políticas de salvaguarda. As medidas protagonizadas por D. Pedro IV (1798-1834), enquanto regente, e pelos diversos governos sob os reinados de D. Maria II (1819-1853) e seus sucessores, D. Pedro V e D. Luís, revelar-se-iam fundamentais, não evitando, contudo, que parte dos recheios conventuais acabassem dispersos e, em algumas situações, mesmo destruídos.

No espaço de tempo que medeia entre a extinção das Ordens Religiosas e a criação da Academia de Belas Artes de Lisboa, ou seja, no curto e pouco estudado período entre 1834 e 1836, a Biblioteca Pública e, particularmente, o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC), terão desempenhado um decisivo papel na salvaguarda e gestão de um vasto conjunto de obras de arte, principalmente pinturas, oriundas de conventos extintos. Estas primeiras medidas, a que se juntaram outras, mostraram-se cruciais, visto que, constituíram uma base para acções posteriores, onde as Academias de Belas Artes e a Academia das Ciências (através das suas acções e dos seus membros) também desempenhariam um papel importante.

De facto, de um modo geral, as acções então desenvolvidas adaptaram-se ao tempo, às suas particularidades; simultaneamente acabaram, elas mesmas, por serem resultado do próprio tempo, consequências inevitáveis de toda uma conjuntura pouco favorável sob os mais diversos aspectos – faltava estabilidade política, dinheiro, conhecimento, e até vias de comunicação que facilitassem as políticas que se procuravam implementar. O complexo e burocrático aparelho do Estado, assente sobre instáveis bases decorrentes do ainda sobressaltado período que se vivia, dificultava sobremaneira o desenvolvimento de uma política contínua de defesa do património. A par com a legislação produzida (e como seu fruto), sucessivas comissões, relacionadas com os organismos criados (DLEC, Academias), constituídas para os mais diversos fins, acabaram por deter em si um poderoso papel – o da escolha, o da decisão.

As intenções, na sua maioria positivas, tinham dificuldade de concretização e mostravam-se insuficientes mas, de facto, acabariam por ser bastante relevantes, tendo em consideração o tempo e os meios, abrindo caminho para a concretização de certas políticas nos futuros governos.

Qual o real papel de D. Pedro IV, e dos políticos que o rodearam, na salvaguarda do património? Que políticas patrimoniais foram desenvolvidas não só no reinado de D. Maria II, mas também nos dos seus filhos e sucessores, D. Pedro V e D. Luís? Que políticas foram implementadas? Que influências externas existiram? Que modelos internacionais terão servido de exemplo? Que destino teve o património artístico dos conventos? Qual o papel do Depósito

das Livrarias dos extintos Conventos e da Biblioteca Pública? Que outras estruturas existiram destinadas à gestão dos bens conventuais? Qual o papel das Academias (Belas-Artes e Ciências)? Que políticas de restauro vigoravam? Como eram praticadas e por quem? Que casas conventuais e que património artístico são mais representativos dos processos de salvaguarda implementados? Qual o impacto das reutilizações/refuncionalizações? Qual o contributo da extinção das ordens religiosas para o mercado de arte então em franco desenvolvimento?

Estas são algumas questões relevantes que pretendemos ver respondidas, objectivos que permitirão entender, conjunturalmente, o fenómeno da extinção das Ordens religiosas, e suas consequências para o património artístico, contribuindo, particularmente, para a compreensão do funcionamento global da estrutura de salvaguarda existente no período pré e pós extinção. Tal permitirá analisar o fenómeno de redistribuição de pinturas e outras peças pelas paróquias e sua integração em edifícios públicos e colecções museológicas, podendo contribuir para o esclarecimento do percurso de muitas das peças que hoje se encontram dispersas pelo país.

Entre os objectivos estabelecidos, decisivo para a investigação, foi a exploração do acervo documental do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional de Portugal complementado, por outros arquivos, nomeadamente, por fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo; na consulta destes e de outros arquivos, foi revelada uma documentação rica, dispersa e vasta, alguma inédita, e que terá permitido obter novas informações, complementar outras e contribuir para uma nova abordagem de assuntos parcial ou diferentemente referenciados por outros autores.

Procurando produzir um estudo inovador que dê resposta às perguntas que permanecem pendentes, pretende-se olhar objectivamente para as políticas implementadas, tendo em consideração o tempo, as mentalidades e as condições existentes, não ficando presos a pressupostos que, invariavelmente se fixam na quase inexistência de uma política de salvaguarda do património artístico durante o período em causa, condicionados a formas pré-concebidas de rotular políticas e atitudes de salvaguarda.

Conhecer a totalidade da legislação, entender o funcionamento dos organismos implantados (quem, quando, onde, como), perceber a sua acção, conhecer quem foram os intervenientes em todo o processo, são aspectos fundamentais para compreender a importância das acções de salvaguarda que então se desenrolaram.

Perceber que tipo de sensibilidade existia a nível dos organismos, que tipo de acção prática foi desenvolvida, particularmente relacionada com as condições de conservação das obras e com os restauros, ajudará a entender quais os processos utilizados, e a amplitude que eles tiveram.

Para isso, como já foi referido, será importante conhecer também as pessoas que deles fizeram parte activa e que de alguma forma influenciaram decisivamente todo o processo.

Conhecer D. Pedro IV e D. Maria II, (não centrando todas as questões em D. Fernando II, como se tem feito, atribuindo-lhe todos, ou quase todos, os méritos no que concerne a ensino artístico e políticas patrimoniais desde que chegou a Portugal, em 1836) percebendo que tipo de educação lhes foi ministrada, que influências tiveram, que contactos tiveram com o estrangeiro, podem ajudar a perceber opções, escolhas que fizeram para o seu reino, a nível do património.

Saber quem foi André Monteiro da Cruz, restaurador de pinturas de Grão-Vasco, homem com um papel muito activo em várias comissões, torna-se essencial. As referências a este pintor de “paisagens e produtos naturais” são escassas, no entanto, terá desempenhado um papel importante e bastante activo, com influência directa na preservação do património. Outros nomes, como António Nunes de Carvalho, primeiro director do Depósito de S. Francisco ou Mendes Leal Júnior (que se tornaria deputado, director da BN, escritor) que, com apenas 18 anos foi incumbido, entre outros, do processo de inventário e recolha de conventos, são apenas algumas das muitas personalidades, que pela sua intervenção mais ou menos directa, influenciariam decisivamente este período.

O que aconteceu aos conventos e ao seu património encontra-se então, de uma maneira geral, por explorar. Sabe-se, em alguns casos, em que se transformaram e onde actualmente se encontra esta ou aquela peça que lhes pertencia; desconhece-se, no entanto, a real dimensão da sua “perda” e como esta ocorreu. Desconhece-se, igualmente, qual o “sistema operativo” que presidiu à salvaguarda do seu património e o seu real grau de eficácia. Trataram-se, quase sempre, de processos complexos, dependentes de sensibilidades e vontade de terceiros, muitas vezes pessoas impreparadas que, por todo o país, tinham a incumbência de tomar conta do património existente.

Devido à complexidade do tema, ao seu arrastamento no tempo, aos processos de recolha e redistribuição, adoptámos como referência o ano de 1834, os anos precedentes (particularmente a partir da 2ª década de oitocentos) e, sobretudo, as três décadas seguintes, até à abertura ao público da Galeria Nacional de Pintura, em 1868, não deixando no entanto, sempre que tal se justifique, de fazer, pontualmente, referências a períodos posteriores. O limite foi estabelecido tendo em consideração a concretização daquele grande projecto museológico – desenvolvido, maioritariamente, com base nos espólios conventuais, já durante o reinado de D. Luís, e que marca o início de uma nova realidade – ao qual se dedicou, Hugo Xavier na sua tese de

Doutoramento intitulada *O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa* (2014)².

Para a compreensão global do fenómeno de extinção das ordens religiosas, fazem-se breves alusões às desamortizações dos conventos femininos, que tendo ocorrido, largamente, fora do nosso período de estudo, não deixaram de se iniciar nele.

A tese que apresentamos, cuja investigação foi iniciada no âmbito do Projecto Eneias – *A colecção de pintura da Biblioteca Nacional de Portugal: do resgate do património artístico conventual na implementação do Liberalismo ao estudo integrado de conservação e divulgação* (PTDC/HIS-HEC/113226/2009)³ – do qual fomos bolseiros de investigação durante 18 meses (1 de Junho de 2011 a 30 de Novembro de 2012), tenciona rever, desta forma, o processo então levado a cabo, debruçando-se sobre aspectos menos valorizados, ou até agora vistos sob uma perspectiva individual, o que os torna incapazes de traduzir aquelas que foram as reais políticas então implementadas. Tentando trazer novas luzes sobre a temática, surpreendentemente, até agora sem um estudo de fundo que englobe as mais variadas vertentes que lhe estão inerentes, procura-se realizar um estudo global capaz de lançar as bases necessárias não só para a compreensão profunda do tema, mas também para a realização de outros estudos relacionados com o património conventual.

Estado da Arte

Apesar das repercussões que teve na História da Arte, a questão da salvaguarda do património artístico dos conventos no contexto da extinção das ordens religiosas, não tem sido globalmente estudada; a conjuntura e orgânica que presidiram às acções realizadas e suas consequências continuam, maioritariamente, por esclarecer. Quem? e Como? Perguntas básicas que aguardam respostas fundamentadas que permitam entender como o processo de salvaguarda foi gerido.

² XAVIER, Hugo André de Almeida Vale Pereira, *O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Especialidade em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

³ Artis - Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Projecto Eneias (http://www.artis.letras.ulisboa.pt/proj_n,7,89,566,detalhe.arquivo.aspx, consultado em 22-06-2016).

Ainda no século XIX, com o processo de extinção em curso, estudiosos como Miguel de Sotto-Mayor⁴, a par com os escritores que caracterizaram a época⁵, reviam de uma forma ainda próxima e subjectiva as consequências deste, no património artístico nacional.

No século XX, os autores preocuparam-se com os aspectos políticos, sociais e económicos, dando pouca relevância ao sucedido com o património, nomeadamente o artístico, e medidas implementadas em prol da sua defesa, sentindo-se, ainda hoje, a falta de um estudo global e articulado; nas suas abordagens prevaleceu a ideia da inexistência de uma efectiva política patrimonial, premissa que necessita ser desmontada e esclarecida. Com a Academia de Belas Artes de Lisboa, quase sempre posta em destaque, os estudos desenvolveram-se, maioritariamente, à sua volta e, sobretudo, a partir da data da sua criação, 1836 – disso são exemplos, com quase meio século de distância, as obras de Varela Aldemira⁶ (1937) ou de Russel Cortez⁷ (1984), assim como outras mais recentes, como a de Maria Helena Lisboa⁸ (2007) – por vezes, ignorando ou secundarizando aspectos tão ou mais relevantes que a referida instituição.

Não podendo deixar de referir os contributos de Veríssimo Serrão⁹ ou José-Augusto França¹⁰ para a questão mais global do património artístico, ou estudos mais específicos¹¹ como os de Martins da Silva¹² – destacando a dispersão do património artístico dos conventos e

⁴ SOTTO-MAYOR, D. Miguel, *História da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal*, Typographia Lusitana, Braga, 1889. Antes de Sotto-Mayor, ainda em 1882, Monsenhor Elviro dos Santos, em “*As Artes Portuguesas no século XIX ou breves considerações sobre o seu estado causas e remedios do mesmo*” (Braga, Typographia Lusitana, 1882), debruça-se sobre as consequências da extinção das Ordens Religiosas no património dos conventos.

⁵ Almeida Garrett, Alexandre Herculano, António e José Feliciano de Castilho e, mais para o final do conturbado século, Fialho de Almeida, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, relatando e traduzindo sentimentos imbuídos de um “romantismo patrimonial”, não deixando de transparecer diferentes ideologias.

⁶ ALDEMIRA, Luís Varela, *Um ano trágico: Lisboa em 1836: A propósito do centenário da Academia de Belas Artes. Impressões. Comentários. Documentos*, Lisboa, La Bécarré, 1937.

⁷ CORTEZ, Fernando Russel, *A Academia Real de Belas-Artes e a protecção do património artístico, seu resultado na criação de museus portugueses*, Separata Rev. Belas-Artes 4-6, Lisboa, 1984, pp.79-95.

⁸ LISBOA, Maria Helena, *As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)*, Lisboa, Edições Colibri. IHA/ Estudos de Arte Contemporânea Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa, 2007.

⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol.VIII, s.l., Editorial Verbo, 1986.

¹⁰ FRANÇA, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal: estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983 e *idem*, *A Arte em Portugal no Século XIX*, Vol. I, 3ª Edição, Lisboa, Bertrand Editora, 1990.

¹¹ Apesar de apenas fazer uma referência pontual ao património artístico, não podemos deixar de mencionar o artigo de Luís da Espinha Silveira, “A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem”, in *Análise Social*, Vol. XVI (61-62) (1980-1º-2º), pp.87-110.

¹² SILVA, António Martins da, “A Desamortização”, in *História de Portugal*, MATTOSO, José (dir.), 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993; *idem*, *A extinção das Ordens Religiosas. A dispersão do património artístico e o destino dos colégios universitários de Coimbra.*, Separata das Actas do Colóquio *A Universidade e a Arte 1290-1990*, Universidade de Coimbra, IHA, FL, 1993; “Extinção das Ordens Religiosas”, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. JORGE, Ana Maria, Coord., *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, vol.2, p.233.

preocupando-se, de forma sistemática, em analisar e dividir as diversas categorias de bens – outros autores existiram, como Jasmins Pereira¹³, que optaram por não a considerar.

Apesar de, nas últimas décadas, ter-se passado a olhar mais atentamente para as questões patrimoniais, com o tema a ganhar maior visibilidade, várias monografias têm surgido acerca de conventos e do seu património sem que, no entanto, sejam estudados profundamente os acontecimentos de 1834. Disso são exemplo estudos essencialmente locais, como os mais antigos, de Túlio Espanca¹⁴, ou os mais recentes, de Artur Goulart¹⁵ e Nuno Grancho¹⁶ que, contribuindo decisivamente para o conhecimento do sucedido com os conventos de Évora e Elvas e seus espólios, são essencialmente monográficos.

Sem esquecer autores, como Maria João Neto¹⁷, Clara Moura Soares¹⁸, Lúcia Rosas¹⁹, Paulo Simões Rodrigues²⁰, ou Maria Helena Maia²¹, que apesar de se focarem, sobretudo no

¹³ PEREIRA, Fernando Jasmins, *Destrução dos patrimónios eclesiais. O caso das ordens religiosas.*, Separata do *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, 1983.

¹⁴ ESPANCA, Túlio, As antigas colecções de pintura da livraria de frei Manuel do Cenáculo”, in *A Cidade de Évora*, 6.º, 1948.; *idem*, “As antigas Colecções de Pintura da Livraria de D. Frei Manuel do Cenáculo e dos Extintos Conventos de Évora”, in *Cadernos de História e Arte Eborense*, VII, Évora, Edições Nazareth, 1949.; *idem*, “Breve notícia relativa ao demolido Convento de São Domingos”, in *A Cidade de Évora*, 35-36 (Jan-Dez 1954) pp.152-159; *idem*, *Cadernos de história e arte eborense*, Évora, Nazareth, 1944.; *idem*, “Notícias Históricas do Mosteiro de São Domingos”, in *A Cidade de Évora*, 48-50 (Jan-Dez 1965-1967), pp.103-208.

¹⁵ BORGES, Artur Goulart de Melo, “Dispersão do Património Artístico Conventual Eborense”, in *Eborensia*, Ano XVII (2004) nº33, pp.133-144.

¹⁶ GRANCHO, Nuno, “O Convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem de S. Paulo, em Elvas: diálogos fragmentados”, in *Elvas Caia: Revista Internacional de Cultura e Ciência*, nº7, 2009, Edições Colibri/Câmara Municipal de Elvas, pp. 61-86; *idem*, “A prata elvense nas contribuições de 1807-1808 e 1834” in *Revista de Artes Decorativas*, 5 (2011), 107-132; GRANCHO, Nuno Alexandre Cruz Santos Grancho, *A extinção dos conventos na antiga diocese elvense: o exemplo histórico-artístico de S. Domingos de Elvas*, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, 2010, <http://hdl.handle.net/10451/4577>; GRANCHO, Nuno Cruz, “O antigo Paço Episcopal de Elvas: As Artes Decorativas e o seu percurso”, in *ARTisON*, nº1 (2015), pp.142-160 <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/21> (consultados pela última vez em 15-08-2016).

¹⁷ NETO, Maria João Baptista, “A propósito da descoberta dos Painéis de São Vicente de Fóra. Contributo para o estudo e salvaguarda da pintura gótica em Portugal”, in *ARTIS*, Revista do IHA FLUL, Nº2, 2003; *idem*, *Memória, Propaganda e Poder – O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 1ª edição, Porto, FAUP, 2001.

¹⁸ SOARES, Clara Moura, *As intervenções oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: o sítio, a história e a prática arquitectónica*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005

¹⁹ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, 2 vols., texto policopiado, Tese de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

²⁰ RODRIGUES, Paulo Simões, *Da História da Conservação e do Restauro: Das Origens ao Portugal Oitocentista*, in *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, Ed. R. F. da Silva, A. Pais, Instituto Português da Conservação e Restauro, Lisboa, 2007; *idem*, “O Paradigma da Reconstituição – a prática do restauro no séc.XIX”, in *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.3, Ago.-Nov.2010, www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede (consultado em 24-06-2016); *idem*, *Património, identidade e história: o valor e o significado dos Monumentos Nacionais no Portugal de oitocentos*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea (séculos XVIII-XX), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Policopiado, Lisboa, 1998.

²¹ MAIA, Maria Helena, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, IHA – Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Colecção Teses, Edições Colibri, 2007.

património arquitectónico, não deixam de se debruçar (mais ou menos directamente) sobre algumas das temáticas que nos propomos abordar, foi Paulo Barata que com *Os Livros e o Liberalismo, da livraria conventual à biblioteca pública*²², de uma forma indirecta, deu um grande contributo levantando o véu sobre o importante e complexo Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC).

Predominantemente ligados à museologia, a tese de Maria Emília Ferreira²³ e, mais recentes, os estudos de Alberto Seabra²⁴ e de Maria Isabel Roque²⁵, são exemplos de novas abordagens, sobre o processo de extinção e salvaguarda. Fazendo alusões a políticas implementadas, problemáticas relacionadas com o arrolamento de bens, o DLEC, as Academias, entre outras, têm, fundamentalmente, como objectivo compreender o seu impacto e relação com a instituição Museu.

De certa forma, na mesma linha, se encontra a já mencionada tese de Hugo Xavier²⁶, onde faz referência aos antecedentes e formação da Galeria, abordando a questão dos acervos conventuais com o objectivo de contextualizar o nascimento daquela instituição.

Sob outra perspectiva, encontra-se o artigo de Alice Nogueira Alves²⁷, “Inventariar para Salvar...” no qual se estabelece relação com o modelo de salvaguarda francês e se destacam as preocupações com os monumentos em 1836. Os estudos que esta autora desenvolve acerca do restauro de pintura na Academia de Belas-Artes de Lisboa dão a conhecer alguns dos principais

²² BARATA, Paulo J. S., *Os Livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública, uma alteração de paradigma*, BN, Lisboa, 2003. Destacamos igualmente os artigos “As bibliotecas no liberalismo: definição de uma política cultural de regime” in *Análise Social*, vol. XL (174) (2005), pp. 37-63 <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218708931C8fGE6bl6Aw81OU1.pdf> e “As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer”, in *Lusitania Sacra*, 24 (Julho-Dezembro 2011) 125-152, http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/7996/1/LS_024_PJSBarata.pdf (consultados pela última vez em 25-07-2016).

²³ FERREIRA, Maria Emília de Oliveira, *História dos Museus Públicos de Arte no Portugal de Oitocentos: 1833-1834*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2001.

²⁴ SEABRA, José Alberto, «A recolha devia fazer-se estugadamente e por completo» *Patrimónios em trânsito: extinguir conventos e criar museus. in Portugal 1910-2010, Património, Identidade e Memória*, Lisboa, IGESPAR, 2010.

²⁵ ROQUE, Maria Isabel, “Museologia oitocentista do Património Religioso em Portugal”, in *Idearte- Revista de Teorias e Ciências da Arte*, vol.6, Novembro 2010 e (idem) *O Sagrado no Museu. Musealização de objectos do culto católico em contexto português*, Lisboa, Universidade Católica, 2011.

²⁶ XAVIER, Hugo André de Almeida Vale Pereira, *O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Especialidade em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

²⁷ ALVES, Alice Nogueira, “Inventariar para Salvar Mousinho de Albuquerque e a Comissão incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos (1836)”, in *ARTIS*, Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, nº6 (2007), pp.249-267.

intervenientes em acções desenvolvidas em quadros provenientes do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos²⁸.

No caso da tese intitulada *Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834)*, da autoria de Madalena Costa Lima²⁹, esta, como o título indica, centra-se no tempo que precede à extinção das ordens religiosas em 1834 e, essencialmente, no património arquitectónico, pouco aludindo ao património móvel. Contribui, no entanto, para uma maior compreensão do Vintismo e de organismos como a Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, essenciais para a compreensão das conjunturas pós-1834.

Direcionados exclusivamente para a talha, acabando, muitas vezes inevitavelmente, por abordar os efeitos da extinção sobre este género artístico, estão vários estudos realizados por Sílvia Ferreira, como “A Extinção das Ordens Religiosas em 1834 e o seu Impacte na Obra de Talha de Lisboa”³⁰ ou “A Retabulística Barroca de Lisboa entre o Liberalismo e a Actualidade. Mecanismos de alienação e de conservação de um património. O papel do Museu Nacional de Arte Antiga”³¹.

Os estudos de Clara Moura Soares e nossos “A salvaguarda do património histórico-artístico na regência de D. Pedro IV: a consciência patrimonial no contexto das guerras liberais”,³² “A criação de um Museu Nacional de Belas-Artes no convento de São Francisco. Um desígnio de D. Pedro IV/1834”³³, ou “A cultura artística dos Imperadores do Brasil: contextos para a

²⁸ *idem*, “O Restauro de Pintura na Academia de Belas-Artes de Lisboa – A contribuição de António Manuel da Fonseca”, in *Arte teoria.*, Lisboa, 2000-. - Nº 16-17 (2013/14), p. 97-105. <http://hdl.handle.net/10451/18358> http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/18358/2/ULFBA_ArteTeoria_16-17_AliceAlves.pdf. (consultado pela última vez em 22-04-2016).

²⁹ LIMA, Maria Madalena Gonçalves da Costa, *Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834)*, Tese de doutoramento em História, Especialidade em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013.

³⁰ FERREIRA, Sílvia, “A Extinção das Ordens Religiosas em 1834 e o seu Impacte na Obra de Talha de Lisboa” in *Actas do Colóquio Lisboa e as Ordens Religiosas*, Lisboa, 2010, pp.73-88.

³¹ FERREIRA, Sílvia M. C. N. A. S. 2016. “A Retabulística Barroca de Lisboa entre o Liberalismo e a Actualidade. Mecanismos de alienação e de conservação de um património. O papel do Museu Nacional de Arte Antiga” in *O Retábulo no Espaço Ibero-americano. Forma, Função e Iconografia*, GLÓRIA, Ana Celeste (Coord.), ed. Instituto de História de Arte da FCSH/Universidade NOVA de Lisboa, Vol. 2, Lisboa, Instituto de História de Arte da FCSH/Universidade NOVA de Lisboa, pp. 247 – 261, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/16423>. (consultado pela última vez em 26-06-2016).

³² SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano, “A salvaguarda do património histórico-artístico na regência de D. Pedro IV: a consciência patrimonial no contexto das guerras liberais”, in RODRIGUES, José Delgado, PEREIRA, Sílvia Pereira, (ed.), *Actas do simpósio Património em construção, Contextos para a sua preservação*, Lisboa, LNEC, 25 e 26 de Novembro de 2011, pp.351-358.

³³ SOARES, Clara Moura; RODRIGUES, Rute Massano, “A criação de um Museu Nacional de Belas-Artes no convento de São Francisco. Um desígnio de D. Pedro IV/1834”, in *ARTIS, Revista de História da Arte e Ciências do Património*, 1 (2013), pp. 170-171.

valorização, salvaguarda e difusão do património português"³⁴ trazem novas perspectivas ao estudo do tempo, acções e seus intervenientes, evidenciando o papel de D. Pedro e do DLEC.

No mesmo caminho estão os estudos que Clara Moura Soares, tem vindo a publicar nos últimos anos, nomeadamente, “A extinção das ordens Religiosas em Portugal na implantação do Liberalismo: efeitos sobre o património artístico dos conventos”³⁵, no qual alude ao processo desamortizador e origens dos museus de arte em Portugal. O mesmo sucede, paralelamente, com “D. Pedro I, do Brasil, IV de Portugal – o “gosto do bello” e o incremento das Belas-Artes: traços de um perfil quase desconhecido do Rei-soldado”³⁶ – em que a autora se foca na cultura artística e na consciência patrimonial de D. Pedro – e com “Na origem da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas-Artes de Lisboa: 540 quadros seleccionados do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos”³⁷.

Também de Clara Moura Soares e nossos, dando maior ênfase à conservação e restauro do património, mas no mesmo contexto, estão os artigos "O acervo de pintura da Biblioteca Nacional: problemas com a sua conservação no convento de São Francisco da Cidade (1834-1969)"³⁸, "O restauro das pinturas conventuais à guarda da Biblioteca Nacional (1835-1913): Contributos para a história da conservação e restauro"³⁹, assim como os desenvolvidos conjuntamente com António João Cruz e Carla Rêgo: "Historical and material approach to the paintings at the Portugal National Library: contributions to the history of conservation and

³⁴ *Idem*, "A cultura artística dos Imperadores do Brasil: contextos para a valorização, salvaguarda e difusão do património português" in *Actas do III Colóquio de Estudos sobre a Arte Brasileira do século XIX. Intercâmbios entre Brasil e Portugal*, Rio de Janeiro, 2012, pp. 105-121 (Oitocentos - Tomo III : Intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal. 2ª. Edição / Arthur Valle, Camila Dazzi, Isabel Portella (organizadores). Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2014, disponível em http://www.dezenovevinte.net/800/tomo3/index_arquivos/Oitocentos%20Tomo%203%20-%202008.pdf. (consultado pela última vez em 15-05-2016).

³⁵ SOARES, Clara Moura, “A extinção das ordens Religiosas em Portugal na implantação do Liberalismo: efeitos sobre o património artístico dos conventos”, in RODRIGUES, José Delgado (ed.), *De Vilollet-le-Duc à Carta de Veneza Teoria e prática do restauro no espaço ibero-americano*, Livro de Atas. Lisboa, LNEC, 2014, pp.9-15.

³⁶ *Idem*, “D. Pedro I, do Brasil, IV de Portugal – o “gosto do bello” e o incremento das Belas-Artes: traços de um perfil quase desconhecido do Rei-soldado”, in NETO, Maria João, MALTA, Marize (eds.) *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX: Perfis e Trânsitos*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014, pp.381-398.

³⁷ SOARES, Clara Moura, “Na origem da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas-Artes de Lisboa: 540 quadros seleccionados do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos”, in *ARTIS*, Revista de História da Arte e Ciências do Património, nº2 (2014), pp.200-201.

³⁸ RODRIGUES, Rute Massano, SOARES, Clara Moura, "O acervo de pintura da Biblioteca Nacional: problemas com a sua conservação no convento de São Francisco da Cidade (1834-1969)", *Cadernos de História da Arte*, 2 (2014), pp. 132-154, disponível em <http://cad.letras.ulisboa.pt/index.php/Cadharte/article/view/68>. (consultado pela última vez em 30-05-2016).

³⁹ SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano, "O restauro das pinturas conventuais à guarda da Biblioteca Nacional (1835-1913): Contributos para a história da conservação e restauro" in *ARTisON* Nº3 (edição especial no âmbito do Colóquio *O Património Artístico das Ordens Religiosas: entre o Liberalismo e a atualidade* BNP, Lisboa 20 e 21 de Fevereiro de 2014) (2016), pp.224-235, disponível em <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/78/71>.

restoration of easel painting in the 19th century"⁴⁰ e "Conservação e destruição de pinturas dos conventos extintos em Portugal durante o século XIX"⁴¹; e com Maria João Neto: "A constituição dos primeiros museus de arte em Portugal, no século XIX, e a consciência dos princípios de Conservação Preventiva"⁴².

Alguns destes estudos foram desenvolvidos no âmbito do referido Projecto Eneias, o qual contribuiu ainda para a temática, nomeadamente, através da organização do Colóquio "O Património Artístico das Ordens Religiosas: entre o Liberalismo e a atualidade"⁴³, e da exposição "Resgatar a memória: a Biblioteca Nacional na gestão e salvaguarda do património artístico dos conventos"⁴⁴.

Não podemos ainda deixar de mencionar o projecto da FCT, sob coordenação de Raquel Henriques da Silva, "Da Cidade Sacra à Cidade Laica. A extinção das Ordens Religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do Século XIX"⁴⁵, da responsabilidade do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa que, focando-se, essencialmente, no impacto da extinção das ordens religiosas no desenvolvimento, funções e imagem da nova cidade liberal, dando relevância aos edifícios conventuais lisboetas, contribuiu, também ele, para o entendimento global (embora dedicado sobretudo ao património arquitectónico, suas utilizações e transformações) das consequências do decreto de maio de 1834. Para além de vários estudos⁴⁶, trouxe o tema da extinção dos

⁴⁰ SOARES, C.M.; RODRIGUES, R.M.; CRUZ, A.J., RÊGO, C.. 2012. "Historical and material approach to the paintings at the Portugal National Library: contributions to the history of conservation and restoration of easel painting in the 19th century", (*Progress in Cultural Heritage Preservation 4th International Conference*, EuroMed 2012, Limassol, Cyprus International), *Journal of Heritage in the Digital Era*, 1, pp. 283-288.

⁴¹ SOARES, Clara M., RODRIGUES, Rute M., CRUZ, António J., REGO Carla, "Conservação e destruição de pinturas dos conventos extintos em Portugal durante o século XIX", in *ECR- estudos de conservação e restauro*, 4 (2012), pp. 231-248, disponível em http://artes.ucp.pt/citar/ecr/ecr_04/ecr_04.pdf (consultado pela última vez em 30-05-2016).

⁴² SOARES, Clara Moura, NETO, Maria João, RODRIGUES, Rute Massano. 2015. "A constituição dos primeiros museus de arte em Portugal, no século XIX, e a consciência dos princípios de Conservação Preventiva", in *Actas das IX Jornadas de Arte e Ciência UCP/ V Jornadas da ARP. "A prática da conservação preventiva. Homenagem a Luís Elias Casanovas"* (29/30 Novembro 2013), Porto, 2015, pp. 299-315, disponível em <http://artes.ucp.pt/citar/pt/node/1326> (consultado pela última vez em 30-05-2016).

⁴³ O Colóquio decorreu na Biblioteca Nacional de Portugal, dias 20 e 21 de Fevereiro de 2014, http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=896%3A (consultado em 22-06-2016). *ARTisON* N°3 (edição especial <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/issue/view/8>).

⁴⁴ 20 de Fevereiro a 30 de Maio de 2014 Galeria Piso 1 http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=901:exposicao-resgatar-a-memoria-a-biblioteca-nacional-na-gestao-e-salvaguarda-do-patrimonio-artistico-dos-conventos-20-fev-17-abr&Itemid=927&lang=pt (consultado em 22-06-2016).

⁴⁵ <https://institutohistoriadaarte.wordpress.com/research/fctfunded/cidadesacra/> (consultado em 4-06-2016).

⁴⁶ <http://lxconventos.cm-lisboa.pt/estudos-de-caso/> (consultado em 4-06-2016).

conventos ao debate através, nomeadamente, do Colóquio Internacional “Da cidade sacra à cidade laica. Dinâmicas urbanas e novas memórias⁴⁷ e do Colóquio Conventos de Lisboa⁴⁸.

Em síntese, podemos concluir que, de uma maneira geral, com excepção dos últimos anos, os estudos se têm focado, essencialmente, sobre aspectos gerais ou têm um carácter monográfico, não estudando o fenómeno da extinção das ordens religiosas e da salvaguarda do património artístico, globalmente, à escala nacional.

Critérios metodológicos

Como referido anteriormente, a nossa investigação centrou-se nas décadas imediatamente anteriores e posteriores a 1834: da segunda década de oitocentos até 1868 (ano de abertura ao público da Galeria Nacional de Pintura). Contudo, sempre que necessário, aludiremos (com necessária investigação) a épocas mais tardias. Estamos conscientes que o processo de extinção se prolongou, em alguns casos, até aos primeiros anos do século XX, no entanto, aquilo que nos interessa particularmente, é compreender a “revolução” operada em 1834, seus antecedentes e suas consequências mais imediatas.

Com um tema que se revelou demasiadamente vasto, algumas opções e critérios tiveram, deste modo, que ser tomados, que permitissem a sua delimitação. É de salientar que a pesquisa documental indicou, por si só, caminhos. Apesar de tratarmos e termos interesse pela totalidade do património artístico, é um facto que, é a Pintura a merecer especial atenção, uma vez que, pela sua relação com o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos e pelo especial cuidado de que foi alvo, acabou por ser a mais representativa dos processos implementados.

A fim de alcançarmos uma adequada e global compreensão do tema, optámos por estruturar a tese em seis capítulos (subdivididos em pontos) que se articulassem entre si e permitissem dar a conhecer as múltiplas vertentes que constituíram o processo de salvaguarda do património artístico durante o período em causa:

- Capítulo I: A extinção das Ordens Religiosas: dinâmicas do fenómeno no contexto europeu
- Capítulo II: D. Pedro e o seu tempo – “Encontros culturais”
- Capítulo III: Tempos de mudança: os reinados de D. Maria II e dos seus sucessores
- Capítulo IV: O Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos e outros depósitos
- Capítulo V: Políticas de conservação e restauro das pinturas conventuais (1834-1868)

⁴⁷ <https://lxconventos.wordpress.com/> (consultado em 4-06-2016).

⁴⁸ <https://instituto dehistoriadaarte.wordpress.com/2014/10/09/coloquio-conventos-de-lisboa-20-e-21-de-outubro/>

- Capítulo VI: Património artístico e casas conventuais: Destinos e Reutilizações

Ainda no que se refere aos critérios metodológicos empregados no tratamento desta matéria, cabe-nos destacar o papel determinante da pesquisa documental, uma vez, que é na documentação que, necessariamente, se baseia a maioria da nossa investigação. Tendo como alvo os mais diversos arquivos, como sejam, o Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional/Reservados, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a Biblioteca da Academia das Ciências, o Arquivo Histórico da Economia (Acervo Infraestruturas, Transportes e Comunicações), entre outros, procurámos ao longo da investigação, reunir o maior número possível de documentos relacionados com o tema, tendo sempre em consideração as limitações que nos foram impostas por tão vasta tarefa.

No caso do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional, por conter, por inerência, a grande base de documentos ligados ao Depósito de Livrarias dos Extintos Conventos e Biblioteca Pública, a sua importância foi vital, pelo conjunto de informações que disponibiliza, relacionadas com as suas estruturas, organização e personalidades. Apesar de nos anos de 1938 e 1939, terem sido publicados nos *Boletins da Academia Nacional de Belas-Artes*⁴⁹ uma série de documentos “relativos à recolha e distribuição dos quadros e livros após a extinção dos conventos”, recolhidos e transcritos pelo Dr. Arnaldo Faria de Ataíde e Melo, Bibliotecário da Biblioteca Nacional, e classificados e ordenados pelo então director do Museu das Janelas Verdes, Dr. João Couto, ainda existem documentos deste arquivo que não foram publicados. Em virtude da sua importância optámos por, com algumas excepções, durante o processo de investigação, fazer a transcrição dos documentos que nos interessavam particularmente, mesmo já publicados, o que nos permitiu, mais facilmente, cruzar alguns dados e verificar a existência de documentação paralela e/ou complementar em outros Arquivos e fundos, como sejam a Torre do Tombo e os fundos do Ministério do Reino e Intendência das Obras Públicas, ou a documentação da Academia Nacional de Belas-Artes. Simultaneamente, casos existem, de documentação publicada nos ditos boletins que, ou contém algumas gralhas ou simplesmente já não se encontram no arquivo. Apesar de bastante trabalhado pelo autor Paulo Barata, o conjunto de documentos da Biblioteca Nacional foi analisado por nós segundo uma nova perspectiva e complementado com nova documentação proveniente, nomeadamente, dos fundos atrás referidos o que procura trazer uma mais completa informação aos assuntos

⁴⁹ *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos III*, Lisboa, 1938 e *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos relativos à Recolha e Distribuição de Quadros e Livros. Após a extinção dos conventos. 2ª parte. IV*, Lisboa, 1939.

tratados. De facto, foram compulsados e analisados milhares de documentos, muitos já tratados por outros autores com diferentes propósitos, mas muitos também certamente inéditos, importando sobretudo introduzir uma leitura inovadora, global e integrada do tema em estudo.

Devido à quantidade de documentos recolhidos procurámos fazer uma selecção tendo em conta o facto de serem ou não inéditos, e grau de importância para a dissertação; transcritos de acordo com a escrita da época, todas as possíveis referências (arquivo, fundo, cota, etc., quando existentes) foram naturalmente englobadas.

De um modo geral, as transcrições, sejam pequenas citações ou de maior extensão, mantêm as abreviaturas, salvo quando, pelo seu número ou contexto, estas dificultem a leitura. Nestes casos, a extensão das abreviaturas é apresentada entre parênteses rectos.

Optou-se por prescindir de um anexo documental, tendo-se optado por englobar documentos no texto (normalmente, parte deles), os quais, pela sua importância e até mesmo impacto, ajudarão a compreender melhor o tema tratado. Esta solução deverá facilitar não apenas a consulta daquelas importantes fontes – muitas das quais perderiam a relevância se colocadas em anexo – mas também permitir uma leitura mais sequencial e confortável. As cotas são indicadas com rigor, de molde a que outros autores possam chegar facilmente aos documentos originais e ao seu conteúdo integral.

Capítulo I

A Extinção das Ordens
Religiosas: dinâmicas do
fenómeno no contexto europeu

*“Le travail des hommes qui s’occupent des beaux-arts
ne peut être qu’une réflexion de ce qui se passe dans la société et de ce qui existe dans la
nature, plus ou moins modifié”*⁵⁰

Alexandre Lenoir

1. Uma Europa em mudança. A extinção das ordens religiosas na Europa – consequências para o património artístico

O processo de extinção de ordens religiosas não se deu unicamente em Portugal, resultando, como veremos, de um conjunto de circunstâncias ideológicas, políticas, económicas e sociais que envolveram diversos países europeus e da América latina a partir do último quartel do século XVIII. Esta “globalização” do fenómeno que, na maioria dos casos, adquire características semelhantes em muitos locais, revela-se importante para situar o caso português, compreendendo a sua origem e o seu papel no contexto europeu.

O ano de 1789, da Revolução Francesa, representaria o início da transformação e seu alastrar por todo o continente europeu. Adivinhavam-se profundas alterações políticas, sociais e económicas. A “nova” Europa, ideologicamente revolucionária, influenciada pelos ideais liberais, repercutir-se-á nos aspectos sociais e culturais. O Iluminismo e aquela revolução marcariam profundamente as últimas décadas do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX desencadeando um processo de alteração social, política e económica que atingiria grandes proporções e alteraria decisivamente o futuro dos países.

A situação das Ordens Religiosas, o poder que elas detinham, a forma como este era utilizado e suas repercussões, há muito que tinham levado a que medidas fossem tomadas com vista ao seu controlo ou mesmo extinção. Um pouco por toda a Europa (também no Brasil, a partir da Constituição de 1817 muitos conventos foram suprimidos; no México, Paraguai e Venezuela, sucede o mesmo, com medidas como a abolição total, a proibição de noviciados ou a confiscação de bens⁵¹), sucessivos processos de retirada de poder às Ordens Religiosas, ocorriam, com vista, essencialmente, a uma maior secularização dos Estados, que se sentiam

⁵⁰ LENOIR, Alexandre, *Histoire des arts en France, prouvée par les Monuments: Suivie d’une description chronologique des statues en marbre et en bronze, bas-reliefs et tombeaux des hommes et des femmes célèbres, réunis au Musée Impérial des Monuments Français*, Paris, Chez l’Auter, au Musée, Et chez C.L.F. Panckoucke, 1811, p. xv.

⁵¹ MATTA, José Caeiro da, *Condição legal das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal desde 1834*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1905, p.55-56.

manipulados pelo poder político, económico, social e mesmo cultural que os cenóbios emanavam.

Convém, contudo, esclarecer que os processos de renovação, de introdução de novos conceitos patrimoniais, de desenvolvimento e aplicação de conceitos como instrução, monumento, museu, etc., não estiveram unicamente dependentes de processos de extinção de ordens religiosas, embora sem dúvida, nos casos em que tal sucedeu, em muito viessem a beneficiar com a nacionalização e incorporação de bens no património público. Por outro lado, com os países a sofrerem ou não esses processos, existe a importação e nascimento de novas ideias, muitas das quais germinam exactamente, em função de reacção à disponibilidade de espólios e ao encontrar de soluções que visavam a gestão, utilização e fruição dos mesmos.

Até ao final da década de 60 de oitocentos – período sobre o qual nos debruçamos – encontramos em diversos países sucessivos processos de transformação, com evoluções e retrocessos, que inspirados essencialmente em medidas da França revolucionária, acabam por se influenciar uns aos outros, procurando uma constante actualização política, religiosa e cultural que, enquadrada por um racionalismo “iluminado”, por um liberalismo muitas vezes “experimental”, e por um romantismo em crescendo, contribuiriam decisivamente para o rejuvenescimento (por vezes conturbado) das nações.

Portugal, como poderemos constatar nos próximos capítulos, viria inevitavelmente a fazer parte activa destas mudanças, acabando por se encontrar numa posição que, embora periférica, não pode ser considerada desactualizada face aos outros países.

Em França, “Estado mãe” desta onda revolucionária, as condições financeiras do país, o espírito democrático da Revolução, aliados à necessidade de, dentro de um pensamento iluminista herdado de pensadores como Voltaire, retirar ao clero a sua importância social e política assim como abandonarem os seus privilégios, levaria a que fosse aceite o projecto lei que colocava os bens eclesiásticos à disposição da nação⁵². A Assembleia Constituinte, pela lei de 13-19 de Fevereiro de 1790, aboliu os votos monásticos e suprimiu a totalidade das ordens religiosas⁵³. As congregações seculares continuariam, no entanto, a existir, até à abolição pela lei de 18 de Agosto de 1792, daquelas cujos membros não estivessem ligados por votos perpétuos.

Este espírito abolicionista persistiria em sucessiva legislação, apenas conhecendo novos tempos com Napoleão, que tratou de restaurar a religião Católica em França e autorizou a

⁵² Decretos de 3 e 24 de Novembro e 19 de Dezembro de 1789. MATTA, *op.cit.*, p.41.

⁵³ *Idem, ibidem.*

existência de várias congregações, reconhecendo a sua utilidade social⁵⁴. Todavia, o governo de 1810 imporia que estas associações só se podiam formar ou continuar a existir com a anuência do governo e sob certas condições⁵⁵, levando a que fosse criada legislação que autorizava as congregações que se dedicavam a obras úteis e que fossem proibidas todas as outras, conferindo ao governo direito de as dissolver⁵⁶. A Restauração Francesa traria a lei de 2 de Janeiro de 1817 submetendo as congregações à necessidade de autorização, ao mesmo tempo que confirmava a personalidade civil daquelas que eram reconhecidas. A esta lei sucederiam outras dentro do mesmo espírito de regulação. A República manteria o mesmo discurso, continuando o governo, por lei de 26 de Fevereiro de 1849, a ter o direito de dissolver por via administrativa as associações religiosas não autorizadas⁵⁷. Dentro do período que abarcamos destacamos ainda a lei de 15 de Março de 1850, lei orgânica do ensino, a qual admitia que congregações religiosas não autorizadas podiam ser reconhecidas pelo governo como institutos de utilidade pública⁵⁸.

Quais as consequências para o património e que medidas legislativas foram tomadas com ele relacionadas?

A nível do património arquitectónico e artístico, a Revolução Francesa marcaria um momento decisivo na história, pela negativa e pela positiva uma vez que ao mesmo tempo que trazia consigo fenómenos de destruição, vandalismo e mesmo iconoclastia, gerou fenómenos de conservação que acabariam por ser marcantes para a história da arte e da conservação. Estes ficariam reflectidos não apenas na legislação mas em conceitos que traduziam a própria evolução da relação do homem com a arte e com o passado.

Procurando reduzir o poder da Igreja no domínio político e ir ao encontro das expectativas sociais que contra ela se levantavam, a 2 de Novembro de 1789 a Assembleia Constituinte tomava uma iniciativa decisiva para o futuro do património: “*mettre les biens du clergé à la disposition de la Nation*”⁵⁹; e em 1790, como já referimos, as ordens religiosas eram suprimidas.

⁵⁴ Decreto de 18 de Fevereiro de 1809. *Idem, ibidem*, p.43.

⁵⁵ Decreto de 26 de Fevereiro de 1810.

⁵⁶ MATTA, *op. cit.*, p.43.

⁵⁷ *Idem, ibidem*, p.45.

⁵⁸ *Idem, ibidem*.

⁵⁹ *Apud* POULOT, Dominique, *Patrimoine et musées : l'institution de la culture*, Paris, Hachette, 2001, p.50. Foi o antigo agente-geral do clero, Talleyrand que a 10 de Outubro de 1789 tinha proposto a nacionalização daqueles bens. Esta solução visava, nomeadamente, suprimir a dívida pública. TULARD, J.; FAYARD, J-F.; FIERRO, A., *História da Revolução Francesa*, Primeiro volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1989, p.64.

As leis de 24 e 25 de Janeiro de 1790 – que criaram 83 departamentos em França – apelaram à repartição equitativa do produto das confiscações (não apenas religiosas) pelo território⁶⁰, traçando um plano que tinha como objectivo reagrupar os objectos artísticos e científicos colocando-os ao serviço da instrução pública, difundindo o saber por toda a França.

Em Dezembro de 1790, o projecto da Comissão dos Monumentos previa uma série de etapas que passavam pela “*Reconnaissance des monuments*”, sua distribuição por depósitos nos vários departamentos, os quais deviam ser estabelecidos preferencialmente onde existisse um estabelecimento de instrução pública que podia beneficiar, desta forma, do “museu” – nome que podia designar estes depósitos – para instalação dos quais podia ser escolhida qualquer igreja suprimida⁶¹. A Comissão devia inicialmente classificar as diversas categorias de bens recuperados pela nação, encontrando-se para tal dividida em dez secções, compostas por especialistas e cidadãos comuns⁶². Seguiu-se a inventariação da própria categoria, o relatório dos bens que a compunham e, no caso dos bens móveis o seu reagrupamento em «depósitos» protegidos⁶³. Por último, segundo Françoise Choay, eram transferidos deste depósito provisório para o depósito definitivo aberto ao público, o *museum*, que tinha como missão instruir a nação⁶⁴.

No entanto, como salienta Brenda Deen Schildgen, durante a Revolução destruíram-se edifícios, esculturas, pinturas, artefactos, livros, manuscritos que, quando não eram colocados no lixo ou queimados, acabavam roubados e vendidos no mercado internacional⁶⁵. A própria legislação revolucionária confiscou a riqueza da Igreja, mas também os seus bens, entre eles os artísticos e “Legislative efforts attempted to rein in the rampant destruction, but it proved easier to unleash revolutionary impulses than to control them once they were at work”⁶⁶.

Os efeitos sobre as principais casas religiosas francesas foram pesados: entre muitos outros atentados, a Abadia de Cluny foi saqueada e destruída em 1790, o mosteiro de Cîteaux foi vendido para ser desmantelado, Clairvaux acabaria salva da mesma sorte porque Napoleão a

⁶⁰ POULOT, *Patrimoine et musées...*, 2001, *op. cit.*, pp.50-51.

⁶¹ *Idem, ibidem*, p.51.

⁶² CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2006, p.88 e 103.

⁶³ *Idem, ibidem*, p.88.

⁶⁴ *Idem, ibidem*.

⁶⁵ SCHILDGEN, Brenda Deen, *Heritage or Heresy : Preservation and Destruction of Religious Art and Architecture in Europe*, New York, Palgrave Macmillan, 2008, p.121.

⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.124.

transformou numa prisão, Chartres seria pilhada⁶⁷, a imagem de Notre-Dame de Sous-Terre, decapitada e queimada...⁶⁸

Factos que seriam contestados por Abade Grégoire (1750-1831), que fazendo parte do Comité da Instrução Pública apelidaria as atitudes iconoclastas contra as igrejas, conventos, edifícios seculares, manuscritos, pinturas e esculturas, de “vandalismo”⁶⁹, que provocaram reflexão sobre o assunto⁷⁰, e que levaram Victor Hugo, em 1825, a publicar o ensaio *Guerre aux Démolisseurs*⁷¹.

Para o Abade Grégoire o vandalismo era atribuído a uma contra-revolução e, a instrução, numa revolução identificada com o iluminismo e com a liberdade, era o único meio de combatê-lo⁷².

O designado *bande noire*, especuladores que aproveitando-se da venda dos bens nacionalizados, entre eles os eclesiásticos – decretos de 13 de Maio e de 16 de Julho de 1790 – os comprou a baixos preços para os revender ou para os transformar em pedreiras/estaleiros⁷³, representando uma das legais formas de vandalismo.

A venda dos bens nacionais tinha, de facto, graves consequências patrimoniais, nomeadamente nos bens da Igreja: “Havia séculos que a piedade cristã ali acumulara tesouros, livros e manuscritos, ricos ornamentos e preciosos vasos sagrados, quadros e esculturas, madeiras trabalhadas e ferros forjados. Em poucos anos, o imenso património desaparecia, vendido em leilão, disperso. Os edifícios são literalmente desossados, despedaçados. Levam tudo, os livros, as madeiras, os mármore, as grades, os balaústres, mesmo as maçanetas das portas e até os soalhos para serem vendidos à parte”⁷⁴.

Em Outubro de 1790, o Deputado Puthod de Maison-Rouge apresentava uma petição no sentido de proteger os bens em vias de serem vendidos, invocando o seu valor histórico e a necessidade de tirar partido de tantas riquezas, que justificava o projecto de criação de um museu acessível ao público o que, inclusivamente, traria vantagens económicas:

⁶⁷ Entre outras pilhagens, a grande nave de Chartres ficou a descoberto até ao transepto, produzindo 458 164 libras de chumbo, atrocidade que resultou em graves efeitos no monumento. TULARD (et.al.), *op.cit.*, p.314. MILES, Margaret M., *Art as Plunder : The ancient origins of debate about cultural property*, New York, Cambridge University Press, 2008, pp.317-318. SAX, J., “Heritage Preservation as a Public Duty: The Abbé Grégoire and the Origins of the Idea”, in *Michigan Law Review* 88, 5 (1990), pp.1142-1169.

⁶⁸ SCHILDGEN, *op.cit.*, pp.121-122.

⁶⁹ *Idem, ibidem*, p.122.

⁷⁰ POULOT, *Patrimoine et musées ...*, 2001, *op. cit.*, p.59.

⁷¹ SCHILDGEN, *op. cit.*, pp.133-134.

⁷² POULOT, *Patrimoine et musées ...*, 2001, *op. cit.*, p.58.

⁷³ SCHILDGEN, *op. cit.*, p.123.

⁷⁴ *Apud* TULARD (et.al.), *op.cit.*, p.64. “A abadia de Royaumont era destruída, em 1791, pelo seu comprador, um aristocrata, alias, o marquês de Travannet, amigo, no entanto, do ultimo prior. Uma sorte idêntica foi prometida à cartuxa de Champmol, em 1791, e à abadia de Cluny, em 1798. A abadia de Jumièges era condenada a partir de 1795. Um monumento tão antigo como Saint-Martin de Tours via-se transformado em estrebaria. Tirava-se o chumbo dos telhados, recuperavam-se as pedras.” *Idem, ibidem*, p.314.

“Tous les étrangères, tous les amateurs, accourraient en foule dans nos murs pour contempler de nouvelles merveilles, et par leurs dépenses, suite de leur séjour, ferait revivre et nos arts et notre commerce”⁷⁵.

Na Convenção Nacional, Grégoire, a quem importava parar as pilhagens e destruição e reconstruir a nação, respeitando e valorizando o legado do passado, resgatando o *patrimoine* medieval francês, apresenta o seu *relatório contra o vandalismo* salientando:

“One recalls that angry mob proposed to burn all the public libraries. Everywhere they put a heavy hand on books, paintings, monuments that carried the imprint of religion, feudalism, royalty; it is incalculable the damage to objects of religion, science, and literature. (...)”⁷⁶.

Tendo em consideração o relatório do Comité da Instrução Pública, a Convenção Nacional legisla a respeito, estabelecendo, entre outras coisas, que as livrarias e todos os outros monumentos da arte e das ciências pertença da nação ficavam debaixo da vigilância de todos os bons cidadãos, que eram convidados a denunciar às autoridades os provocadores e autores de vandalismos sobre estes; que quem degradasse ou destruísse qualquer monumento de artes ou ciências era detido dois anos (de acordo com decreto de 13 de Abril de 1793); quem tivesse em sua posse manuscritos, títulos, medalhas, antiguidades, etc., pertença de casas com interesse nacional devia devolvê-las no prazo de um mês após a promulgação daquele decreto, ao administrador do distrito local ou seria tratado e punido como suspeito⁷⁷.

Por esta altura (e também em sua consequência) estas e outras importantes figuras deste período viraram-se para o passado, sobretudo para a época medieval e, também em reacção ao classicismo e ao neoclassicismo, elegeram o gótico e o neogótico como estilos a serem defendidos e promovidos. O monumento é cada vez mais visto como um importante testemunho da história e da memória das civilizações⁷⁸.

Rapidamente, começou a ser tomada a consciência e o arrependimento da destruição, procurando-se recuperar o passado e preservar os testemunhos que restavam. A perda, acabaria por desencadear o sentimento de necessidade de preservação do passado e dos seus testemunhos e mesmo de identidade nacional.

⁷⁵ POULOT, *Patrimoine et musées ...*, 2001, *op.cit.*, e *apud idem, ibidem*, p.51.

⁷⁶ *Apud* SCHILDGEN, *op.cit.*, p.125.

⁷⁷ *Idem, ibidem*, pp.125-126.

⁷⁸ POULOT, *Patrimoine et musées ...*, 2001, *op. cit.*, p.35.

De facto, como salienta Schildgen, “It was the Revolution that gave birth to the idea of public, collective interest and to the radical idea that French monuments with either artistic or historical value belong to the nation and provide pleasure and education for the citizens of France”⁷⁹.

Foi durante a Revolução que nasceram as ideias de “cidadão”, interesse nacional, linguagem nacional, educação nacional, património, como propriedade de todos. A memória religiosa colectiva viu-se transformada em memória cultural nacional, quando os objectos artísticos, arrancados dos seus contextos originais encontraram acolhimento no museu nacional, instituição impulsionada pela ideologia e circunstâncias; o Louvre apontado para museu ainda durante a monarquia, foi designado, em 1791, museu nacional – expressando o orgulho da nação – e abriria ao público em 1793, sendo seguido em 1795, pelo Museu dos Monumentos Franceses⁸⁰. No seio ideológico revolucionário, nascia então, verdadeiramente, o conceito de museu público, onde não era descurado o papel educativo. Para a constituição do Louvre tinha sido estabelecida uma Comissão, para reagrupar as obras de arte espalhadas por palácios de depósitos provisórios parisienses⁸¹.

Alexandre Lenoir (1761-1839) autor de *Essai sur le musée de peintures* – texto que desenhava a traços largos a organização geral do Louvre – era chefe de um dos depósitos provisórios em Paris – o Petits-Augustins⁸², instalado num antigo convento com essa denominação. Aí se encontravam depositadas obras provenientes de igrejas; este deveria funcionar como um centro de triagem de escultura e pintura, devendo ser encerrado após a criação do Louvre, uma vez que as melhores obras deviam estar associadas ao museu e as outras, de menor importância, deveriam ser vendidas⁸³.

Lenoir, que o encabeçava desde 1791, no verão de 1795, tornou-se um quase herói, assumindo uma atitude conservadora sobre todas as obras primas – ele solicita a reconstrução dos monumentos naquele depósito, convencido de que este era o único meio de os conservar uma vez que os monumentos desmontados são depressa perdidos e esquecidos. Em Outubro do mesmo ano, Lenoir apresenta ao Comité de instrução o projecto de um Museu Histórico dos Monumentos Franceses, o qual seria aceite⁸⁴.

Em contraste com as colecções fúteis do Antigo Regime, o novo museu revolucionário terá uma legitimidade pedagógica; para o pintor francês David,

⁷⁹ SCHILDGEN, *op.cit.*, p.123.

⁸⁰ *Idem, ibidem*, p.127.

⁸¹ POULOT, *Patrimoine et musées ...*, 2001, *op. cit.*, p.52.

⁸² *Idem, ibidem*, p.55.

⁸³ *Idem, ibidem*, p.61.

⁸⁴ *Idem, ibidem*.

*“Le Muséum n’est point un vain rassemblement d’objets de luxe ou de frivolité, qui ne doivent servir qu’à satisfaire la curiosité. Il faut qu’il devienne une école importante. Les instituteurs y conduiront leurs jeunes élèves; le père y mènera son fils”*⁸⁵.

Durante os designados Directório (Outubro 1795- Novembro 1799) e Consulado (Novembro 1799-Maio 1804) a lei de instrução pública considerava a criação de museus anexos às escolas especiais de pintura, escultura e arquitectura dos departamentos⁸⁶, atitude que demonstra o cariz de instrução⁸⁷ e de utilidade pública que se pretendia conferir àqueles estabelecimentos.

Como refere Dominique Poulot, foi com o ministro François de Neufchâteau que se começaram a utilizar os envios de obras de arte para recompensar os departamentos politicamente fiéis⁸⁸.

O *‘Projet d’instruction pour hâter les établissements de bibliothèques et de muséums’*, em 1792, pretendia dividir de uma forma igual as colecções, com o objectivo de apresentar em todos os locais da República grandes depósitos de livros, de quadros, esculturas e objectos preciosos⁸⁹.

No entanto, como salienta a mesma autora, foi com Napoleão e o seu ministro Jean-Antoine Chaptal (1756-1832) que se decidiu a distribuição mais importante⁹⁰: a organização de depósitos de ciências e de arte⁹¹ e a criação dos museus provinciais⁹², através da lei de 1 de Setembro de 1801 (14 Fructidor, ano IX).

Com, por um lado, exigências centralizadoras em Paris e, por outro, o protesto e a recusa das administrações locais em enviar certas obras para a capital, Chaptal acaba por reconhecer os direitos legítimos da província, na condição dos municípios manifestarem o seu empenhamento financeiro.

⁸⁵ Apud POULOT, *Patrimoine et musées ...*, 2001, *op. cit.*, p.55.

⁸⁶ *Idem, ibidem*, p.68.

⁸⁷ Algo que também ficaria expresso na publicação de catálogos. O historiador de arte e publicista Émeric-David estabelecia aquelas que considerava como as principais instituições necessárias para a instrução pública: as “Écoles”; o “Salon” (onde os artistas expunham as suas obras); “le musée de l’École vivante” (distinção, recompensa de acordo com o mérito); “l’Institut” (composto por juizes); o “Panthéon des arts” (“suprême espérance du gran homme”) POULOT, *Patrimoine et musées ...*, 2001, *op.cit.*, p.69.

⁸⁸ *Idem, ibidem*, p.68.

⁸⁹ *Idem, ibidem*, p.66.

⁹⁰ *Idem, ibidem*, p.68.

⁹¹ PALOUZIÉ, Hélène, “La protection Monument historique: connaissance et reconnaissance des collections de l’Université de Montpellier”, *In Situ Revue des Patrimoines*, 17, 2011, disponível em <https://insitu.revues.org/940>, consultado pela última vez em 24-03-2016).

⁹² POULOT, Dominique, “Le ministre de l’intérieur : la fondation des musées de province” in PERONNET, Michel, *Jean-Antoine Chaptal (1756-1832)*, Actes du Congrès National des Sociétés Savantes de Montpellier, Faculté de Médecine, 1985. Montpellier, 1986, pp.162-176 e POULOT, Dominique, *Patrimoine et musées...*, 2001, pp.66-76.

Para Chaptal

“Sans doute, Paris doit de réserver les chefs-d’oeuvre dans tous les genres; Paris doit posséder dans sa collection les oeuvres qui tiennent le plus essentiellement à l’histoire de l’art, qui marquent ses progrès, caractérisent les genres et permettent à l’artiste de lire sur les tableaux toutes les révolutions et les périodes de la peinture; (...) mais l’habitant des départements a aussi une part sacrée dans le partage du fruit de nos conquêtes et dans l’héritage des oeuvres des artistes français. (...) Les habitants d’Anvers, de Montpellier, des Andelys s’enorgueilliront de montrer à l’étranger les chefs-d’oeuvre de leurs compatriotes (...); et le voyageur ne pourra porter ses pas sur aucun point de la République qui ne lui offre une riche collection de tableaux, ou l’oeuvre de quelque homme de génie qui a illustré son pays.

Cependant, les monuments de la peinture ne peuvent pas être disséminés au hasard sur les divers points de la France, Pour que ces collections soient profitables à l’art, il faut ne les former que là où des connaissances déjà acquises pourront leur donner de la valeur, et où formation des élèves. C’est d’après cela que je propose de choisir, pour former quinze grand dépôts de tableaux, Lyon, Bordeaux, Strasbourg, Bruxelles, Marseille, Rouen, Nantes, Dijon, Toulouse, Genève, Caen, Lille, Mayence, Rennes, Nancy. Mais c’est peu d’avoir déterminé le lieu où doit être le dépôt. Il s’agit surtout de faire des choix qui soient tels que chaque collection présent une suite intéressante de tableaux de tous les maîtres, de tous les genres, de toutes les écoles (...)”⁹³.

Portanto, Chaptal reconhecia que, Paris não podia monopolizar as obras de arte, mas que estas deveriam ser distribuídas por quinze grandes depósitos, por toda a França, contribuindo assim para a cultura dos cidadãos.

Com Napoleão continuava-se no caminho da preservação do património nacional, estabelecendo prisão e multa para quem *destruísse, derrubasse, mutilasse ou degradasse monumentos, estátuas ou outros objectos de uso público ou decoração e erguidos pela autoridade pública ou com pública autorização*⁹⁴.

Seria, no entanto, com Luís Filipe I, durante a designada Monarquia de Julho (1830-1848) que a conservação dos monumentos se institucionalizaria, com a criação, em 1830, do cargo de Inspector Geral dos Monumentos Históricos, dependente do Departamento do Interior⁹⁵. O

⁹³ *Apud* POULOT, 2001, p.75.

⁹⁴ Artigo 257 do Código Penal, *apud* SCHILDGEN, *op.cit.*, p.128.

⁹⁵ *Idem, ibidem*.

primeiro a ocupar o cargo seria Ludovic Vitet (1802-1873), seguido, em 1834, de Prosper Mérimée (1803-1870) que conseguiria a criação de uma “*comission des monuments historiques*”⁹⁶.

Em 1835, o ministro do interior, François Guizot, criava um comité encarregado de recuperar e publicar documentos relacionados com o período medieval francês, que acabaria dividido em dois, um dos quais, encarregue das artes. Passados poucos anos, em 1840, certamente, em vista da realidade e necessidades próprias, nasceria um Comité de Artes e Monumentos, de que Victor Hugo faria parte e que tinha como objectivos a conservação de edifícios históricos, a realização de um inventário dos monumentos franceses e enviar informação arqueológica e instruções para as províncias⁹⁷.

Para além deste Comité, em 1837, nasceria a acima mencionada Comissão dos Monumentos Históricos, destinada a proteger antiguidades, edifícios religiosos medievais e alguns castelos. Um movimento de preservação e recuperação em que secularistas, ascetas e nacionalistas como Prosper Mérimée (1803-1870) – o 2º inspector dos monumentos históricos, Viollet le Duc (1814-1879) – inspector geral dos edifícios diocesanos (1848-1874) – e um arquitecto⁹⁸, trabalhariam nesse sentido de reverter a degradação e mesmo destruição que tinha tomado conta, sobretudo dos edifícios e artefactos medievais que mereciam a sua especial atenção.

Os museus, onde iam ter objectos retirados dos seus contextos originais, muitos deles religiosos, converteram-se no lugar natural para contemplar os testemunhos históricos, assim como para disfrutar e estudar “por si mesmas” as obras de arte, algo que não deixaria de ser visto por críticos conservadores como Quatremère Quincy como a negação da arte e fonte da sua decadência⁹⁹.

Governo, autoridades administrativas locais, clérigos e proprietários, eram responsáveis por destruições justificadas pela economia e pelo progresso, atitudes a que se oporiam Montalembert e Victor Hugo, enquanto defensores da memória colectiva¹⁰⁰.

Outras extinções

⁹⁶ POULOT, *op.cit.*, p.119.

⁹⁷ SCHILDGEN, *op. cit.*, p.138.

⁹⁸ *Idem, ibidem*, pp.145-146.

⁹⁹ GAMBONI, Dario, *La Destrucción del Arte : Iconoclasia y Vandalismo desde la Revolución Francesa* (Trad. María Condor), Madrid, Cátedra, 2014, p.53 Veja-se transcrição parcial das suas “*Considérations morales sur la destination des ouvrages de l’art*” em POULOT, *op.cit.*, p.76.

¹⁰⁰ GAMBONI, *op.cit.*, p.55.

Foram vários os países que, mais ou menos influenciados pelo ocorrido em França, desencadearam processos semelhantes, com inevitáveis consequências comuns para o património dos conventos extintos.

Na Bélgica (depois de uma supressão por José II, em 1783), sob influência da legislação francesa, após uma tentativa de dissolução das ordens contemplativas, em 1816, foram tomadas diversas medidas a partir de 1818 com o objectivo de restringir as antigas garantias das comunidades religiosas¹⁰¹, nomeadamente, através de medidas como o não reconhecimento de votos e a proibição de admissão de noviços ou mesmo a sua expulsão. Atitudes que quase normalizariam após a independência, em 1830¹⁰². Não esqueçamos que a Bélgica tinha sido um dos países ocupados por França, e que, nestes casos, a pilhagem de obras de artes se iniciou com a Convenção (Setembro de 1792-Outubro de 1795). De facto, este país seria uma das primeiras vítimas, de um tipo de “aquisição”, que seria oficializado a partir do Tratado de Tolentino, através de uma cláusula que previa uma contribuição de guerra a França, em quadros, esculturas e objectos diversos¹⁰³.

Processo idêntico ocorreu nos Países Baixos: Napoleão, em 1812, expulsou os religiosos dos conventos que, regressando dois anos depois, em 1815, suportariam nova legislação que proibia a admissão de noviços (e os já admitidos deviam deixar os conventos) e o estabelecimento de novas comunidades. Guilherme II inverteria toda esta situação, permitindo a admissão de noviços e a coabitação de mais de vinte pessoas¹⁰⁴.

Na Suíça, embora logo em 1814 tenham sido suprimidos vários conventos e os seus bens confiscados, só posteriormente às conferências de Langenthal (1833) e Baden (1834) o Estado se debruçou sobre as ordens e congregações religiosas. Os bens dos conventos foram inventariados, aquelas casas ficaram sob administração estatal, escolas foram encerradas, os noviciados foram proibidos e foram impostas contribuições extraordinárias às congregações¹⁰⁵.

¹⁰¹ MATTA, *op. cit.*, p.46.

¹⁰² *Idem, ibidem*, p.48.

¹⁰³ TULARD (et.al.), *op.cit.*, p.317. NETO, Maria João, “Construção e Desconstrução de Coleções: o Mercado da Arte em Roma no Período Napoleónico aos olhos dos Diplomatas Portugueses”, in NETO, Maria João, MALTA, Marize (eds.), *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos Séculos XIX e XX : Perfis e Trânsitos*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014, (pp.51-69) pp.60-62. Em Outubro de 1794 tinha sido formada em Paris uma Comissão temporária das artes, que nomeou um comité de quatro membros, cujo objectivo era compilar informação relativa a obras de arte e ciência que pudessem ser encontradas nos países que o exército republicano esperava invadir. MERRYMAN, John Henry (ed. e introd.), *Imperialism, Art and Restitution*, New York, Cambridge University Press, 2006, p.5. Acerca de Napoleão, campanhas e consequências para obras de arte *vide*, por ex. MILES, *op.cit.*, pp.319-348.

¹⁰⁴ MATTA, *op.cit.*, pp.48-49.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, p.49.

Quanto à Prússia, a secularização dos conventos iniciou-se em 1801, após proclamação da paz de Lunéville, sob influência política francesa. Na margem esquerda do Reno, então cedida à França, os conventos terão sido imediatamente abolidos, o mesmo vindo a suceder pouco depois no restante território. Em 1834, o governo prussiano ordenaria a supressão de todos os conventos das ordens mendicantes e os jesuítas ver-se-iam expulsos após a revolução de 1848¹⁰⁶.

Na vizinha Áustria, José II realizou transformações na organização dos conventos que resultariam na dissolução e supressão de muitos deles. A 19 de Maio de 1848 o imperador ratificou a supressão de uma série de comunidades, que o decreto de 23 de Junho restabeleceu¹⁰⁷.

Itália, sob dominação francesa, veria os seus religiosos e religiosas expulsos dos conventos e os seus bens confiscados. A revolução de 1848 viria a expulsar bastantes congregações. Suprimidos vários conventos pela lei de 28 de Maio de 1855, outra lei de 7 de Julho de 1866 suprimiria os conventos e mosteiros de Itália e ordenava a incorporação dos seus bens¹⁰⁸. Estes dariam entrada em museus e bibliotecas; no caso dos museus, o “engordar” substancial das colecções provocaria a reorganização daqueles estabelecimentos e o surgimento de museus “novos” em detrimento dos seculares fundos de “curiosidades”¹⁰⁹.

Na Rússia os jesuítas foram reintegrados nos primeiros anos de oitocentos mas acabariam expulsos em 1815. Com Nicolau I, muitos conventos foram suprimidos e os seus bens confiscados. A legislação, por diversas leis sucessivamente restritivas iniciadas em 1828, iria gradualmente no sentido do encerramento dos noviciados e supressão de conventos, nomeadamente pelo número de religiosos (lei de 18 de Novembro de 1851). No final de 1864 o czar Alexandre suprimiria 125 conventos católicos na Polónia e confiscaria os seus bens¹¹⁰.

Espanha andaria quase a par com Portugal no que se refere a conventos e desamortizações, com políticas que, também elas, denotavam influência francesa e que tinham como objectivo, para além de fazer face às dificuldades financeiras reflectidas na dívida pública, estimular a economia e ganhar adeptos para a causa liberal.

¹⁰⁶ *Idem, ibidem*, pp.50-51.

¹⁰⁷ *Idem, ibidem*, p.52.

¹⁰⁸ *Idem, ibidem*, p.53.

¹⁰⁹ POULOT, *op.cit.*, p.91. Para uma perspectiva mais completa vide LARACCA, I.M., *Il patrimonio degli ordini religiosi in Italia : soppressione e incameramento dei loro beni, 1848-1873*, Tipografia G. Zampetti, Velletri, 1936.

¹¹⁰ MATTA, *op.cit.*, p.54.

Ainda durante o reinado de Carlos IV, tinha-se dado a apropriação e venda de bens da igreja com autorização do Vaticano – e com José Bonaparte, o Real Decreto de 18 de Agosto de 1809 tinha suprimido as ordens religiosas¹¹¹ –, no entanto, tal como no nosso país, foi durante a década de 20 que se deu a primeira experiência liberal de desamortização de bens conventuais, ocorrida durante o designado Triénio Liberal (1820-1823).

Foi através da “*Ley dos Monacales*”, decreto de 1 de Outubro de 1820, que foram suprimidos “*todos los monasterios de las órdenes monacales*”¹¹². Tendo como objectivo o saneamento da Fazenda Pública, impuseram-se medidas de protecção de bens artísticos e culturais, presentes nos artigos 27 e 28 da referida lei. Através do primeiro eram tomadas medidas legais que visavam proteger “*todos los archivos, cuadros, libros y efectos de biblioteca de los conventos suprimidos*”, os quais deveriam ser inventariados para que as Cortes destinassem à sua biblioteca o que achassem conveniente; através do segundo explicitava-se que “*Será cargo del Gobierno aplicar el residuo de los efectos mencionados en el artículo anterior a las bibliotecas provinciales, museos, academias y demás establecimientos de instrucción pública*”¹¹³. Como destaca Enrique Martínez Lombó, “No aparece explícitamente la voluntad de creación de una red de museos por toda la geografía española, algo que sucederá posteriormente, pero ya aparece la palabra museo y bibliotecas provinciales, algo que muchas veces irá unido en la legislación posterior”¹¹⁴.

No entanto, como veremos suceder mais tarde em Portugal, nomeadamente na década de 30, nem tudo correria bem e, apesar da bem intencionada legislação, far-se-ão sentir muitos problemas, expostos nas Cortes em Maio de 1822 pelo Ministro José María Moscoso:

¹¹¹ Apesar de ter como objectivo aplicar o produto da venda dos bens no saneamento da dívida pública, alguns destes tinham outro destino no horizonte. Segundo Antigüedad del Castillo-Olivares, “El decreto de 21 de diciembre de 1809 disponía en Madrid de un Museo de Pinturas de las diversas escuelas que se tomarían de todos los establecimientos públicos, es decir, de los conventos suprimidos a consecuencia de las medidas desamortizadoras, y de los palacios reales si fuera necesario completar la colección.”; no entanto, como destaca a mesma autora, aquele decreto também “señala la obligación de enviar un regalo para el Museo Napoléon de Paris a fin de que la pintura española fuera conocida en Europa. También era preciso seleccionar cuadros para que adornaran las sedes de las Cortes y del Senado, instituciones que el monarca tenía gran interés en que funcionaran a fin de dar un aspecto constitucional a su gobierno”. ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, María Dolores, “Coleccionismo, museos y mercado artístico, un debate actual”, in ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, M^a Dolores (Dir.), ALZAGA RUIZ, Amaya (Coord.), *Colecciones, Expolio, Museos y Mercado Artístico en España en los siglos XVIII y XIX*, Madrid, Editorial Universitaria Ramón Areces, 2011, (pp.13-40) pp.27-28.

¹¹² MARTÍNEZ LOMBÓ, Enrique, “Arte ¿Para Todos? La creación de los Museos Provinciales en el siglo XIX: ideología, intereses y logros”, in *Congreso Internacional Imagen Apariencia*, 2008, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2933174> (consultado pela última vez em 6-04-2015).

¹¹³ *Apud* MARTÍNEZ LOMBÓ, *op.cit.*

¹¹⁴ *Idem, ibidem.*

*“Muchos de estos monumentos existen en los conventos suprimidos, y acabarán de arruinarse si no se acude a recogerlos. Están entre el polvo y la polilla, y los perderemos para siempre si las Cortes no decretan los fondos necesarios para recogerlos y conservarlos. Dentro de uno o dos años el daño estará hecho y será irremediable”*¹¹⁵.

Os objectos considerados de primeira ordem deviam ir para Madrid, enquanto que os de segunda ordem ficariam custodiados pelas designadas “Diputaciones Provinciales” – “...el Gobierno se había propuesto conservar en ellas los de segundo orden” – atitude que antecederia a criação dos Museus provinciais¹¹⁶.

Será durante os anos de 1835 e 1836, já após o nosso decreto de extinção de 30 de Maio de 1834 – e certamente com o conhecimento da legislação portuguesa e seus impactos em terras lusas – que, sob os governos de Toreno e Mendizábal se realizou a total nacionalização dos bens da igreja regular.

Através do Real Decreto de 25 de Julho de 1835, foram suprimidos os mosteiros e conventos que não tinham doze religiosos professos, exceptuando os clérigos regulares das escolas pias e os colégios de missionários para as províncias da Ásia; a nacionalização dos bens das casas suprimidas visavam, mais uma vez extinguir a dívida, contudo, à semelhança do passado, exceptuavam-se – resguardando um património com interesse histórico, artístico ou científico – os arquivos, bibliotecas, esculturas, pintura e outros objectos que existiam nas antigas casas religiosas e que podiam ser uteis às artes e às ciências, assim como os objectos religiosos¹¹⁷.

A *Orden* de 29 de Julho de 1835 do Ministério do Interior dirigida aos governadores civis das províncias viria a estabelecer o destino destes bens, os responsáveis pela sua protecção e restantes procedimentos. Caberia aos governadores civis a nomeação das *Comisiones Civiles*, compostas por três ou cinco indivíduos, eleitos sob consulta de Academias de Belas Artes ou Letras, encarregados de arquivos públicos, sociedades económicas, ou na ausência destas instituições, pelo próprio governador. Basicamente estas comissões, tinham como finalidade “...examinar, inventariar y recoger cuanto contengan los archivos y bibliothecas de los monasterios y conventos supirmidos, y las pinturas, objetos de escultura u otros que deban

¹¹⁵ 3 de Maio de 1822 *apud* LOMBÓ, *op.cit.*

¹¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹¹⁷ *Idem, ibidem.*

conservarse”¹¹⁸, remetendo à capital de cada província estes objectos, e depositando-os em lugar cómodo e seguro até que o rei, lhes desse o destino que pretendia¹¹⁹.

Num cenário que muito se aproximará do português, como veremos no capítulo V, o facto de muitas vezes os objectos permanecerem nos conventos, locais onde a segurança e a conservação eram deficientes, a escassa formação de quem fazia as escolhas, os retardamentos e ocultações, e uma complexa burocracia que envolvia diversos organismos, terão dificultado todo o processo, levando a que muitas obras de arte acabassem vendidas ou destruídas¹²⁰. Então, o mercado da arte espanhol e internacional (legal e ilegal) era fortemente alimentado por pinturas provenientes dos extintos conventos.

O governo de Mendizábal, também num contexto de extinção e desamortização, manteria basicamente o mesmo espírito face ao património, não deixando de emanar uma série de medidas que visavam protegê-lo.

No seguimento das políticas anteriores, o Real Decreto de 11 de Outubro de 1835, suprimiu *“las órdenes monacales, con independencia del número de religiosos que tuvieran”*, mas teve o cuidado de proteger parte do património: os bens passavam para o Estado para extinguir a dívida pública, com excepção dos bens culturais, igrejas, ornamentos e vasos sagrados considerados de utilidade pública e religiosa¹²¹.

Os Reais Decretos de: 19 de Fevereiro de 1836, dedicado à desamortização dos bens do clero regular; de 8 de Março do mesmo ano, que suprimia as casas religiosas masculinas; e o de 29 de Julho de 1837, que ampliava a supressão aos conventos femininos, desencadariam medidas com vista à conservação dos bens artísticos conventuais¹²².

Através da *Real Orden* de 14 de Dezembro de 1836, enviada aos chefes políticos das províncias, era exposta a finalidade dos objectos artísticos e científicos recolhidos: enriquecer o museu nacional, formar museus nas províncias, difundir o bom gosto e o culto das belas-artes.

*“Siendo muchas las riquezas artísticas que existían en los conventos, y conviniendo darles el destino más oportuno, ya para enriquecer el museo nacional, ya para formar museos provinciales donde estén reunidas a la vista de todos, sirviendo de modelos y contribuyendo a difundir el buen gusto y la afición a las bellas artes...”*¹²³.

¹¹⁸ *Apud* LOMBÓ, *op.cit.*

¹¹⁹ *Idem, ibidem.*

¹²⁰ *Idem, ibidem.*

¹²¹ *Idem, ibidem.*

¹²² ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, “Coleccionismo, museos y mercado artístico...”, 2011, *op.cit.*, p.31.

¹²³ *Gaceta de Madrid*, 17 de Dezembro de 1836.

Tal como sucedeu em Portugal, foi complicado aplicar efectivamente as medidas que visavam proteger o património. De facto, estas estavam dependentes da boa vontade e interesse dos chefes políticos e de todas as pessoas envolvidas no processo, nem sempre com a formação adequada para o bom desempenho das funções.

No sentido de gerir e normalizar o processo de classificação, recolha e destino dos objectos artísticos das antigas casas religiosas, surgiram Comissões Científicas e Artísticas nas províncias, cuja criação foi regulada pela *Real Orden* de 27 de Maio de 1837; estas comissões tinham como objectivo reunir os inventários dos diversos conventos formando um inventário geral em que eram mencionadas as obras que deveriam ser conservadas, ordenando então a sua transferência para a capital¹²⁴. Seriam estas peças que formariam o designado “*Museo Provincial*” – “*Estas obras serán colocadas en edificio a propósito para servir a un tiempo de biblioteca y museo*”¹²⁵.

Como destaca Martínez Lombó, “Esta medida legal tenía mucho que ver con la famosa *Ley Chaptal*, dictada por la República Francesa en 1801, en la que se destinaban fondos artísticos procedentes de nacionalizaciones y de expolios en el extranjero a quince museos provinciales rompiendo con el monopolio del Museo Central de París en cuanto al destino de esta clase de objectos”¹²⁶.

Foram criadas as Comissões de Monumentos Históricos e Artísticos¹²⁷ pela *Real Orden* de 13 de Junho de 1844 que, substituindo as de 1837, encontrar-se-iam dependentes de uma Comissão Central; estas, entre outras coisas, continuavam a ter a missão de salvaguardar o património dos extintos conventos e a criação dos museus e bibliotecas nas províncias¹²⁸, vindo a demonstrar resultados muito heterogéneos¹²⁹.

¹²⁴ LOMBÓ, *op.cit.*

¹²⁵ *Apud* LOMBÓ, *op.cit.*

¹²⁶ *Idem, ibidem.*

¹²⁷ Rosa Cal em “La recuperación de los monumentos históricos para acrescentar el turismo” (*in Historia y Comunicación Social*, Vol.8 (2003), pp.7-19, disponível em <http://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/view/HICS0303110007A/19311>, consultado pela última vez em 25-05-2016) debruça-se sobre estas Comissões e apresenta as definições de Monumento, Monumento histórico e Monumento artístico. O primeiro era entendido em 1844 como uma “Obra pública que puede tomar la forma de estatua, inscripción, pirámide, templo, panteón... para conmemorar o perpetuar la memoria de alguna persona insigne por su saber, o por sus hazañas o patriotismo”. O Monumento histórico era “Obra de arte antiguo (muebles, medallas, cuadros, manuscritos, inmuebles, templos, arcos, pavimentos...) siempre que interese su conservación com motivo de su bella ejecución, de su rareza, de su origen, o de los recuerdos que evocan. Por otra parte se consideraban Monumentos Artísticos: las obras de bellas artes, sean antiguas o modernas cuya conservación sea conveniente por su mérito e importancia artística, prescindiendo de su utilidad histórica” *apud* CAL, *op.cit.*, p.10 (Martínez Alcubilla, Diccionario de la Administración, Tomo VII, p.551)

¹²⁸ *Gaceta de Madrid*, 21 de Junho de 1844.

¹²⁹ Acerca dos resultados *vide* referência em MARTÍNEZ LOMBÓ, Enrique, *op.cit.*, p.9-11 e a *Memoria comprensiva de los trabajos verificados por las Comisiones de Monumentos Históricos y Artísticos de Reino desde 1º de julio de 1844 hasta igual fecha de 1845* (Madrid, en la Imprenta Nacional, 1845), na qual o autor se baseia.

Algumas das atribuições destas comissões¹³⁰ – como as de inventariação, recolha e catalogação – iriam muito ao encontro de alguns organismos e comissões portuguesas sobre os quais nos deteremos (também eles influenciados pelas políticas patrimoniais francesas) como sejam, por exemplo, o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (1834) ou a Comissão da Academia das Ciências (1836).

Tal como em Portugal, o seu funcionamento estava dependente das chefias políticas locais, no caso espanhol, dos Subdelegados (futuros governadores civis), tendo a ajuda de um Secretário e de vários vogais, alguns dos quais religiosos.

A Comissão de Monumentos colaboraria com a designada Comissão de Amortização a qual “trataba también de salvar el arte de las iglesias y conventos que se estaban vendiendo.”¹³¹

Os depósitos de obras de arte faziam-se nas igrejas e conventos, de onde provinham a maioria dos espólios, dando por vezes lugar a sedes de museus.

Em 1844, era criada a Secção de Arqueologia e uma Comissão Central¹³² (que ficava também encarregue a parte correspondente à Comissão Regional de Madrid) a qual teria como atribuições:

- investigar o paradeiro de bens alienados ou desaparecidos
- promover restauros
- contribuir para uma melhor organização dos museus, bibliotecas e arquivos
- denunciar abusos na utilização de edifícios
- fazer reclamações
- elaborar uma Memória Anual
- dirigir e dar unidade aos trabalhos das comissões regionais¹³³.

Para um conhecimento mais aprofundado de como as comissões funcionavam, *vide* BALSALOBRE GARCÍA, Juana María, “Comisión de monumentos, Alicante, desamortización y tempo de colecciones” in ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, ALZAGA RUIZ, *op.cit.*, 2011, pp.145-166.

¹³⁰ No artigo 3 da referida lei de 13 de Junho de 1844, entre as atribuições da Comissão encontravam-se: “1) Adquirir noticia de todos los edificios, monumentos y antigüedades que existam en su respectiva provincia, y merezcan conservarse 2) Reunir los libros, códigos, documentos, cuadros, estatuas, medallas y demás objectos preciosos, literarios y artísticos pertenecientes al Estado que estén diseminados en la provincia, reclamando los que hubiesen sido sustraídos y pueden descubrirse 3) Rehabilitar los panteones de reyes y personajes célebres o de familias ilustres, o trasladar sus reliquias a paraje donde estén com el decoro que les corresponde 4) Cuidar los Museos y Bibliotecas provinciales, aumentar estos establecimientos, ordenarlos y formar catálogos metódicos de los objectos que encierran 5) Crear archivos com los manuscritos, códigos y documentos que se puedan recoger, classificarlos e inventariarlos 6) Formar catálogos, descripciones y dibujos de los monumentos e antigüedades...y también de las preciosidades artísticas que por hallarse en edificios que convenga enajenar... (...)” *apud* CAL, *op.cit.*, p.10.

¹³¹ *Idem, ibidem*, p.11.

¹³² Lei de 16 de Agosto de 1844.

¹³³ CAL, *op.cit.*, p.11.

Para melhores resultados gerais, procurou-se formar relações de pintores, escultores e arquitectos de mérito que existiam em cada uma das províncias, com vista à sua colaboração com as comissões regionais¹³⁴.

Como destaca Luis Grau Lobo, “Sin fondos económicos ni formación específica, en un ambiente de guerra civil que en provincias como León, impedía obtener información sobre algunos de los conventos más notorios, las Comisiones civiles o recaudadoras desde 1835 (a menudo formadas por tres a cinco notables, en León reclutados en la Real Sociedad Económica de Amigos del País por el gobernador), las Científicas e Artísticas a partir de 1837 y las de Monumentos desde la norma de 1844, trabajaron en contextos extremadamente hostiles, aunque obtuvieran meritorias conquistas”, no entanto, a grande maioria das pinturas conventuais não chegaria a dar entrada nos museus¹³⁵...

De certa forma, no mesmo sentido de aproximação das belas-arts às regiões, cinco anos depois, o Real Decreto de Isabel II de 31 de Outubro de 1849 criava as designadas “*Academias Provinciales de Bellas Artes*” que para além de incrementar e dirigir o ensino (artístico), funcionariam também como órgãos consultivos, zelando pelo património e ficando os museus regionais a seu cargo¹³⁶.

A *Real Orden* de 4 de Maio de 1850 proibia que se fizesse obra alguma nos edifícios públicos sem consulta prévia à Comissão de Monumentos Históricos e Artísticos¹³⁷.

Em 1854, “vésperas” da desamortização de Pascual Madoz (1855), as Comissões passaram a depender do Ministério do Fomento – sendo que então um dos vogais devia ser o arquitecto titular da província – continuando, no entanto, a estar sob a alçada da Comissão Central, a qual acabaria suprimida, no âmbito da Lei Moyano em Setembro de 1857, sendo as ditas comissões integradas na Real Academia de Belas Artes¹³⁸. Esta “asumió la alta inspección de los monumentos históricos y artísticos y la dos museos artísticos y de antigüidades”, acabando por ver-se obrigada a criar uma Comissão de Conservação de Monumentos e outra de Inspección de Museus¹³⁹.

¹³⁴ A 2 de Agosto de 1844 a Comissão Central pedia essas relações aos Chefes Políticos que presidiam às Comissões Regionais. *Idem, ibidem*.

¹³⁵ GRAU LOBO, Luis, “Gestación, alumbramiento y terca adolescência de un museo de provincias: tres historias ejemplares” in ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, ALZAGA RUIZ, *op.cit.*, 2011, (pp.167-184) p.171.

¹³⁶ *Gaceta de Madrid*, Martes 6 de Noviembre de 1849, N°5577.

¹³⁷ CAL, *op.cit.*, p.11.

¹³⁸ *Idem, ibidem*, p.12. As Comissões deviam verificar o estado dos edifícios e informar e manter a Comissão Central informada. Acerca das desamortizações espanholas *vide* também CABELLO CARRO, Paz, “El patrimonio como Bien Público en el siglo XVIII y XIX. Una sistematización de la historia de su protección”, in ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, ALZAGA RUIZ, *op.cit.*, 2011, pp.97-122.

¹³⁹ CAL, *op.cit.*, p.12.

Solicitando às Comissões uma lista dos conventos que eram suprimidos, devia ser tomada posse dos seus bens, devendo ser então realizado um inventário, nomeadamente, dos “*archivos, bibliotecas, pinturas y demás enseres de utilida a las instituciones de ciencias y artes... los monasterios y conventos, sus iglesias, ornamentos y vasos sagrados*”¹⁴⁰, do qual era enviada uma cópia à Direcção Geral de Madrid.

Naturalmente as responsabilidades das Comissões acabaram por ir passando em grande parte para membros das academias reais e correspondentes locais, algo que ficaria definido no Real Decreto de 24 de Novembro de 1865¹⁴¹.

Através da *Real Orden* de 10 de Abril de 1866 era ordenado que o clero não dispusesse dos objectos artísticos ou arqueológicos que existissem ou fossem descobertos nas igrejas, conventos, etc.¹⁴²

2. Portugal na implementação dos ideais liberais

Portugal e as suas políticas foram e, sempre serão, permeáveis a influências várias, nomeadamente externas, numa normal convivência / coexistência de estados e ideologias. Ao longo de séculos o país viveu “dentro de si”, verdadeiro centro de confluência de capitais, ideias e culturas. O país e aqueles que tinham influência directa sobre ele, de uma forma quase imperceptível, foram sendo moldados aos novos tempos, às novas mentalidades, onde se desenvolvia não apenas uma doutrina liberal mas igualmente o romantismo e os valores nacionais.

A Revolução Francesa de 1789 tinha, como já vimos, abalado os alicerces dos restantes países europeus. A ideologia e a “novidade” que ela trazia eram atractivas e logo influenciaram atitudes também a nível de políticas patrimoniais.

Portugal acabaria assolado por três invasões francesas, entre 1804 e 1812, com consequências gravosas, nomeadamente, para o património artístico nacional. Para além disso, as primeiras décadas de oitocentos, seriam caracterizadas por revoluções e guerras fratricidas, que enquadrariam a instauração do regime liberal.

Tal como os outros países, num continente agitado por várias rebeliões, também Portugal oitocentista não ficou imune ao novo movimento político e ideológico francês, cuja filosofia se

¹⁴⁰ *Apud idem, ibidem.*

¹⁴¹ Como exemplo de como as Comissões de Monumentos, funcionavam a partir deste ano, *vide* MARTÍNEZ PINO, Joaquín, “Las Comisiones de Monumentos a partir del Reglamento de 1865. La provincial de Murcia”, in *ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, ALZAGA RUIZ, op.cit.*, 2011, pp.209-233.

¹⁴² CAL, *op.cit.*, p.13.

estabelecia em redor da ideia de liberdade, na qual, para os liberais, a sociedade devia assentar. Tolerância, racionalismo, colocação do indivíduo à frente dos interesses da sociedade, valorização da discussão como meio para alcançar a verdade, eram algumas das características que norteavam aqueles que defendiam a nova filosofia de regime. Este movimento liberal, cujo maior teórico nacional seria Alexandre Herculano, agregou um importante número de cidadãos. Simultaneamente, a ideia de Constituição trazia consigo uma nova perspectiva sobre os bens culturais, num ponto de vista que lhe aplicava uma utilização social, que impunha novos valores e práticas com o suporte da opinião pública¹⁴³. A burguesia, que sairá reforçada com a vitória liberal, interessa-se pela prática do voto, a educação do povo, a igualdade perante a lei, o acesso aos templos de cultura, acentuando-se o interesse por aquilo que está à disposição da utilidade pública e bem comum¹⁴⁴.

A criação em 1789 – mesmo ano da Revolução Francesa – da *Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares*, órgão consultivo da Coroa que tinha como objectivos averiguar o estado da vida monástica e conventual e dar pareceres sobre a forma de melhorar a situação¹⁴⁵, marcava de certa forma um momento de viragem na forma de relacionamento entre o Estado e a Igreja. Apesar da conjuntura, nas duas primeiras décadas do século XIX, sob a égide de D. Miguel, os jesuítas regressariam a Portugal, e novas instituições regulares como os Redentoristas ou as Irmãs da Caridade de São Vicente de Paulo surgiram¹⁴⁶.

De facto, no caso das ordens religiosas, desde o século XVIII, que os rendimentos recebidos se mostravam insuficientes para manter os edifícios; o Terramoto em 1755 e as invasões francesas vieram acentuar ainda mais a degradação desses espaços e daquilo que eles contêm. Ao mesmo tempo, as ideias iluministas e depois as liberais, vinham a debilitar a influência que estas tinham na sociedade. O decair da disciplina, da devoção, da humildade, em favor dos seus opostos, ajudavam a moralmente justificar medidas tomadas e a crescente laicização da sociedade. O espírito de impunidade que caracterizou durante bastante tempo o clero regular, vinha chocar com as novas mentalidades.

O viajante italiano José Pecchio, em 1822, referia a soberba dos frades portugueses, que dizia ser justificável pela reverência de que eram alvo pelos outros poderes:

¹⁴³ ALMEIDA, António Manuel Passos, *Museu Municipal do Porto: Das Origens à sua Extinção (1836-1940)*, Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – Via Mestrado, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Janeiro 2008, Texto policopiado, p.63.

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*.

¹⁴⁵ SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. Oliveira, dir., *Nova História de Portugal, Portugal e a Instauração do Liberalismo*, Vol. 9º, Lisboa, Presença, 1990, p.326.

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*.

*“Os frades que vi passar durante a procissão levam a cabeça levantada e marcham com um ar triunfal como granadeiros que desfilam em parada. Mas porquê admirar-se que os frades sejam tão orgulhosos e tão altaneiros, se o povo, e os ministros e o próprio rei eram tão humildes com eles? Porque não deviam eles estar orgulhosos ao pensar que três milhões de Portugueses navegavam e suavam constantemente para os enriquecer? Os únicos edifícios notáveis em Portugal são os conventos. Quem vê o Escorial em Espanha e o convento de Mafra em Portugal não pode deixar de reconhecer que os Espanhóis e os Portugueses não conquistaram a América senão para o bem-estar dos frades.”*¹⁴⁷

O Liberalismo iria, sucessivamente, subtrair à Igreja o seu primado ideológico e político, retirando-lhe igualmente a sua base económica. A intromissão do poder laico na esfera religiosa e a supressão de privilégios diminuiriam a sua expressão política¹⁴⁸.

Apesar de um aparente “isolamento” ditado pela sua situação periférica, que se traduziu quase sempre por uma tardia e muito própria adaptação às novas ideias, Portugal receberia, pelas mais diversas vias, influências das políticas que norteavam os restantes países europeus. O exílio de muitos portugueses ajudaria ao alargamento das nossas “fronteiras”, acabando por funcionar como veículo de mudança.

A presença francesa e inglesa no país contribuiria também ela para a transmissão de novas ideias políticas, sociais, culturais que influenciariam a forma de estar e agir.

Nesta viragem, construção de um novo Portugal, a par com os governantes, uma pequena, mas importante, faixa da população teve directa e indirectamente um papel decisivo. A sua influência, os seus contactos, a sua cultura, o seu conhecimento do mundo, foram decisivos para que novos modelos políticos, sociais e também

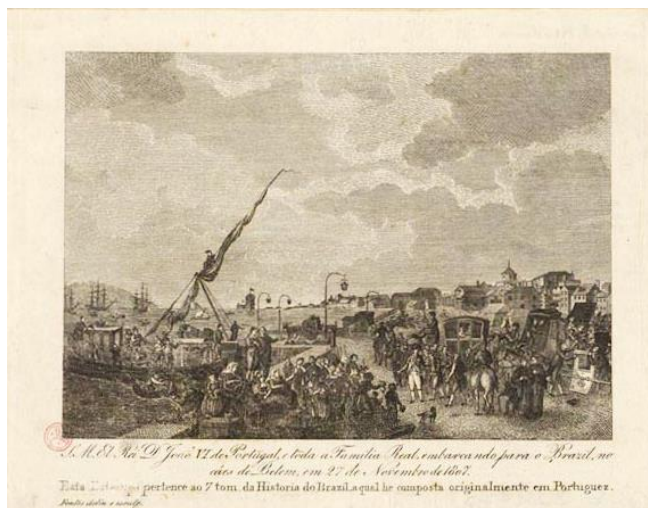


Fig.1 Constantino de Fontes; *S. M. El Rei D. João VI de Portugal, e toda a Família Real, embarcando para o Brasil, no cães de Belem, em 27 de Novembro de 1807*; c. 1807-1837, gravura, 11,5x16,4 cm. BNP: E.3550.P

¹⁴⁷ *Apud idem, ibidem*, p.327 (PECCHIO, José, *Cartas de Lisboa*. 1822, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p.50).

¹⁴⁸ *Idem, ibidem* p.307.

culturais surgissem na sociedade portuguesa. Uma nobreza “menos amada”, uma burguesia em ascensão, e um conjunto de intelectuais e académicos, que tinham encontrado nas ideias liberais a sua essência, foram encontrando nos seus lugares, meios de mudança. A realeza, essa, primeiro assolada pelas inconveniências que sucessivamente a iam perturbando (Invasões Francesas, ida da Corte para o Brasil [Fig.1], etc., etc.), dificultando o seu normal curso, acabou também ela por crescer. A abertura ao mundo, a convivência com outras cortes europeias, o contacto com outras realidades, tê-la-á deixado, mesmo que inconscientemente, mais aberta a mudanças, a novas ideias.

D. Pedro, primeiro enquanto rei em 1826 – ano em que outorgou a Carta Constitucional – e depois enquanto regente em nome da rainha D. Maria II, entre 1832-1834, levou a que Portugal, sofresse uma revolução política e social, que rompeu com o regime absoluto e que levou à transformação e desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Inspirada, naturalmente, no exemplo francês, esta revolução liberal, vai tentar garantir a eficácia do Estado, com uma maior solidificação da sua estrutura, através do estabelecimento de uma administração centralizada e hierárquica, capaz de aplicar as novas decisões. Deste modo, as áreas da justiça, da fazenda, da administração, do ensino, vão sofrer fortes alterações, na busca de um aparelho público mais eficiente.

2.1. O vintismo e a “primeira” extinção liberal

Envolta no designado espírito das luzes que revolucionava a Europa de setecentos, e que levava vários países a avaliar a utilidade das congregações religiosas¹⁴⁹, em Novembro de 1789, em plena agitação da Revolução Francesa, D. Maria I estabeleceu a, já referida, *Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares*¹⁵⁰, organismo que ficou incumbido de inquirir e avaliar a “utilidade para a Igreja e para o Estado” de cada uma das casas religiosas existentes no reino, cabendo-lhe determinar a conveniência da “união ou supressão” daquele património¹⁵¹.

Mas não era a primeira vez que se colocava a hipótese de supressão de casas religiosas. Já em 1756 e 1770 a extinção de casas regulares tinha sido autorizada por breve apostólico: “O primeiro, impulsionado pelo terramoto, mas fundado em dificuldades de subsistência e em

¹⁴⁹ QUÉNIART, Jean, “Réguliers, séculiers” in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp.925-926.

¹⁵⁰ Decreto de 21 de Novembro de 1789, SILVA, Antonio Delgado da (compil.), *Collecção da Legislação portuguesa (...). Legislação de 1775 até 1790*, Tomo 3 Lisboa, Na Typographia Maygrense, 1828, pp.572 -574.

¹⁵¹ LIMA, Maria Madalena Gonçalves da Costa, *Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834)*, Tese de doutoramento em História, Especialidade em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013, p.226. Acerca da Junta e deste período vide esta autora.

falhas de observância dos regulares, autorizava a “*fazer vender, e alienar os mesmos Mosteiros, que de todo se houverem de extinguir, e supprimir; como tambem as suas Igrejas (...) vender, alienar, secularizar, e profanar as ditas*”. O segundo, baseado em preocupações igualmente relacionadas com a gestão das ordens e com a “utilidade” dos religiosos, determinava a supressão de nove mosteiros dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho, aprovando a “*erigir dos edificios dos mesmos Mosteiros assim extinctos, e nos lugares que lhe parecem mais oportunos, algumas Igrejas Paroquiaes*”¹⁵², como esclarece Madalena Costa Lima.

A laicização da sociedade portuguesa acentuou-se significativamente a partir da década de 20 de oitocentos – “nascer e morrer, contratar ou casar, estudar ou intervir na vida pública, nada teria de ser condicionado por qualquer sacralidade prévia, tudo se reconduziria à simplicidade dos actos naturais, ainda que coloridos com os sentimentos e convicções de cada um”.¹⁵³ A relação entre a sociedade e a religião estava a mudar, tal como aumentava a tensão entre o liberalismo e os institutos religiosos. As ordens e congregações religiosas passaram a ser vistas como perturbadoras da ordem e, de acordo com os padrões liberais, esvaziadas de sentido social. Não controladas pela autoridade episcopal nacional, para além de poderem ser encaradas como um Estado dentro do Estado, não eram produtivas e estimulavam a atitude de esmoler - o que constituía mau exemplo em relação ao trabalho tornado valor do homem livre - viviam o celibato - atitude contrária à família e realização natural do indivíduo - e a obediência era tida como um voto religioso - o ideal liberal transferia a natureza das relações sociais da dimensão de súbdito para a de cidadão, indivíduo parte da nação¹⁵⁴.

Vemos assim a reforma das ordens religiosas e a sua eventual extinção, como um dos temas principais de debate entre as facções liberais e absolutistas, discutido, nomeadamente nas Cortes, durante os anos de 1820-1823, altura em que, como veremos mais à frente, nasce a designada Comissão Eclesiástica a qual seria igualmente encarregada de supervisionar o plano de reforma das ordens regulares¹⁵⁵.

A tensão gerada irá em crescendo de 1820 até 1834, observando-se o quadro eclesiástico de paróquias e dioceses envolvido nas lutas que levariam ao triunfo do liberalismo¹⁵⁶.

¹⁵² *Idem, ibidem*, p.256.

¹⁵³ AZEVEDO, Carlos de, dir., *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol.3, p.66.

¹⁵⁴ “Liberalismo” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), vol.3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, p.429.

¹⁵⁵ LIMA, *op.cit.*, p.280.

¹⁵⁶ RODRIGUES, Rute Andreia Massano, *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição de Sacavém – entre a secularização e as propostas de reutilização cultural*, Tese de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, p.97.

A conjuntura económica encontrava-se aliada à política e à ideologia. A independência do Brasil, em 1822, acabou com o lucro fácil, fazendo a burguesia e a nova aristocracia liberal voltar-se para as riquezas do clero e da nobreza¹⁵⁷.

A nível prático, este clima resultará na necessidade de incrementar reformas que limitassem a acção do clero e que, simultaneamente, trouxessem vantagens económicas para o Estado. Na senda do que tinha sido iniciado no último quartel do século XVIII, visando debelar a degradação material e moral das ordens religiosas, e que levou, como já vimos anteriormente, à criação em 1789, da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento das Ordens Regulares¹⁵⁸ – instituição que perdurou no tempo, mas cuja eficácia foi questionável – aliada ao espírito liberal, nasce a ideia de fazer a *Reforma dos Regulares* e com ela a Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822¹⁵⁹. Esta tinha tido como base o plano de reforma das congregações, apresentado pela Comissão Eclesiástica ao Congresso¹⁶⁰, em plenário de 7 de Fevereiro, o qual continha um projecto de decreto com data de 28 de Janeiro de 1822; este plano geraria uma longa e interessante discussão entre parlamentares, vindo a dar origem a vários projectos de reforma das ordens, em que questões como a sua amplitude, o valor histórico-nacional dos edifícios, eventuais reutilizações, entre outras, foram levantadas.

O património artístico dos conventos não terá merecido, no entanto, particular atenção por parte dos intervenientes do processo, só se encontrando inferida na conservação do património arquitectónico, apesar de, como veremos, acabar por, de certa forma, não ser totalmente esquecido no documento legislativo final.

Como salienta Madalena Costa Lima¹⁶¹, os deputados que gizaram o decreto de 1822 estariam conscientes dos efeitos da abolição das corporações, declarando que “*não era util, nem politico abrir de um jacto as portas das clausuras a todos*”, uma vez que daquela “*illimitada liberdade*” resultaria, entre outros aspectos nefastos, “*ficarem tambem vagos immensos e preciosos*

¹⁵⁷ NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Editorial Estampa, Lisboa, 1997, p.50.

¹⁵⁸ LIMA, *op.cit.*, pp.335-336.

¹⁵⁹ “Carta de lei, pela qual Vossa Magestade manda executar, e publicar o decreto das Cortes geraes extraordinarias e constituintes da Nação portugueza, e reduzidos os conventos das corporações regulares de ambos os sexos (...)” Assinada pelo Secretário de Estado dos Negócios de Justiça, José da Silva Carvalho, registada a 25 de Outubro e publicada na Chancelaria Mor da Corte e Reino no dia seguinte (26). Disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/12/7/p300>. Acerca desta Carta de Lei e seus efeitos *vide*, LIMA, *op.cit.*, pp.335 e ss.

¹⁶⁰ “Sessão de 07 de fevereiro”. In *Diario das Cortes Geraes, Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa. Segundo anno da legislatura*. [Tomo 5]. Lisboa, Imprensa Nacional, 1822, p. 108 <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/008/1822-02-07/108>

¹⁶¹ Acerca dos interessantes debates parlamentares *vide* também LIMA, *op.cit.*, pp.385-397.

edifícios, que seria forçoso, ou deixar arruinar, ou conservar a custa de grandes despesas, em quanto não tivessem destino, ou achassem comprador”¹⁶².

Um projecto mais conservador, apresentado pelo Bispo de Beja (D. Luís da Cunha Abreu e Melo) e José Vaz Correia de Seabra, não deixaria de defender que o valor histórico do edificado justificava a salvaguarda dos conventos que o possuísem, vendo-se a utilização original como garantia de protecção do património¹⁶³.

Em sentido similar estiveram deputados como Alexandre Morais Sarmiento, que apresenta a “defesa” do Mosteiro da Batalha – *“edificio nobre e interessante pelo motivo da sua fundação, que excita as mais bellas recordações em todo o Portuguez, como pela extraordinária magnificencia da sua architectura”*¹⁶⁴ – não deixando de lembrar a *“pouca attenção, que os objectos das bellas artes tem sempre merecido aos governos de Portugal”*¹⁶⁵.

Ou, em sentido oposto, o deputado José Victorino Barreto Feio:

*“Eu não me opponho a que entre os mosteiros, que ficam subsistindo, sejam contados alguns d’estes [Alcobaça, Belém, S. Vicente de Fora, Batalha, Santa Cruz de Coimbra, etc.], (...). Opponho-me sim a que sejam conservados unicamente por motivos historicos; mais deveriam extinguil-os do que conserval-os; porque as proezas de nossos maiores não dependem, para serem lembradas, da existencia d’estes mosteiros. A historia e a tradição fallam mais alto que os conventos dos frades, que são um monumento, não de gloria, mas de superstição e injustiça; porque todos sabem que, sempre que se vencia uma batalha, os nossos reis, em vez de premiarem os homens de guerra, premiavam os frades, erigindo e dotando mosteiros”*¹⁶⁶.

Estavam também em causa visões mais economicistas, que não deixavam de lembrar os usos e utilidade que as casas religiosas poderiam vir ter, assim como eventuais despesas na sua conservação ou lucros com a sua venda. Recordamos intervenções como a do deputado José Peixoto Sarmiento de Queirós, o qual referia em Agosto de 1822:

“Por ora não ha quem compre um convento, a não ser arrastado de barato, e talvez para destruiillo: e ao futuro, quando possão ter prestimo particular para algum estabelecimento, valerão muito differente preço, e pouparão as despesas de construções novas. Ha muitas situações, em que por ora taes edificios serão

¹⁶² LIMA e *apud* LIMA, *op.cit.*, pp.386-387.

¹⁶³ *Idem, ibidem*, p.387.

¹⁶⁴ *Apud idem, ibidem*, p.394.

¹⁶⁵ *Apud idem, ibidem*, p.395.

¹⁶⁶ *Apud* SOTTO-MAYOR, D. Miguel, *História da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal*, Typographia Lusitana, Braga, 1889, pp.105-106 (*Diario das Cortes*, vol.7, p.349, N°28, Sessão de 4 de Setembro de 1822).

*reputados, como ajuntamento de matérias moveis. Na ultima redução das casas regrantes passou o convento de para um particular, o qual o tem vendido por partes, para demolir-se e aproveitar-lhe a telha, madeira, e a pedra para outras obras”*¹⁶⁷.

De facto, constata-se que as posições de Alexandre Sarmiento e de Barreto Feio, como que definiam os campos já conhecidos com a lei de extinção de 1834, antecipando o primeiro em mais de uma década “a consciência patrimonial habitualmente personificada em Alexandre Herculano”, enquanto a atitude do segundo se aproximava de “comportamentos mais radicais, digamos que destrutivos, manifestados com a afirmação já irremediável do Liberalismo, sensivelmente a partir de 1832 e sobretudo em 1834”¹⁶⁸.

Após extenso debate, era aprovado decreto em Cortes, a 18 de Outubro, “nascendo” dias depois, pela mão de D. João VI [Fig.2], a Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822 que extinguiu os Priorados Mores das três ordens militares (Cristo, S. Bento de Avis e S. Tiago de Espada), aplicava os seus rendimentos nas despesas do Estado e reduzia os conventos regulares de ambos os sexos. Passava a existir uma tentativa de controlo quase absoluto dos bens conventuais, nomeadamente, através de um “*livro legalizado pela competente autoridade fiscal civil, aonde sejam descriptos todos os bens, fundos, e rendimentos ultimos, e applicações*”,¹⁶⁹ a partir do qual se prestavam contas anuais da administração. Para além disso, sob pena de nulidade dos contratos, ficavam proibidos de hipotecar, alienar ou consumir de algum modo, os fundos e bens que então possuíam, “*sem causa urgente aprovada pelas Cortes*”¹⁷⁰.



Fig.2 João de Mesquita e António José Quinto; *D. João VI, Rey de Portugal, Brazil e Algarves*; 1817, gravura, 17x26,7 cm. BNP: E-1534-V

¹⁶⁷ *Apud* LIMA, *op.cit.*, p.391.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*, p.396.

¹⁶⁹ Artigo 4º da Carta de Lei de Outubro de 1822. Livros em duplicado: ficava um no convento e outro em poder da autoridade fiscal “que, assim como os prelados, procuradores, e archivistas de cada convento, responderá por sua exactidão, fidelidade, e conservação.” Disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/12/7/p300>.

¹⁷⁰ Artigo 5ª da referida Carta de Lei.

Era determinado no Art.º 7º da referida Carta de Lei que os conventos masculinos ficavam reduzidos a:

- quatro mosteiros da congregação dos cônegos regantes de Santo Agostinho;
- dez mosteiros da ordem dos monges de S. Bento;
- oito mosteiros da ordem de São Bernardo;
- cinco mosteiros da ordem dos monges de S. Jerónimo;
- um mosteiro da ordem dos monges de S. Bruno;
- quatro conventos da congregação de S. João Evangelista;
- cinco casas da congregação do oratório;
- seis conventos da ordem dos religiosos calçados de S. Agostinho;
- dez conventos da ordem dos pregadores;
- cinco conventos da ordem dos religiosos calçados de Nossa Senhora do Monte do Carmo;
- três conventos da ordem dos religiosos calçados da Santíssima Trindade;
- treze conventos da ordem dos religiosos descalços da Nossa Senhora do Monte do Carmo;
- oito conventos da ordem dos eremitas descalços de S. Agostinho¹⁷¹.

Era o Governo que designava os que continuavam a subsistir “*conciliando as justas commodidades dos regulares com o serviço da Religião, e do Estado; e preferindo em iguaes circumstancias os das aldêas, e campos aos das cidades, e villas; com declaração de que em uma cidade, ou villa, e seus termos, não poderão permanecer duas casas religiosas da mesma ordem.*”, sendo suprimidos os restantes¹⁷².

Quanto às corporações não expressas no aludido artigo, o Artº 24º determinava que fossem reduzidas ao menor número de conventos compatível com os meios de que subsistia, tendo em atenção algumas regras, entre as quais:

“1.ª não se admittirá em uma cidade, ou villa, mais de um convento da mesma ordem : 2.ª em iguaes circumstancias serão com preferencia conservados os conventos das aldeas, e campos: 3.ª em todo o caso ficarão subsistindo os conventos, em que houver estabelecimentos publicos de bibliothecas, musêos, ou escolas: 4.ª nenhum convento

¹⁷¹ Artigo 7º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁷² Artigos 8º e 12º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

subsistirá sem ter pelo menos o numero de religiosos prescripto pelas regras canonicas para a regularidade da vida claustral: (...)”¹⁷³.

A alínea 3ª ia definitivamente ao encontro dos interesses liberais da instrução, e do incremento que deveria ser dado a estabelecimentos públicos que a promovessem; na incapacidade do Estado dar resposta a essas necessidades de promoção do saber/ensino, e estando este quase inteiramente na mão das corporações religiosas masculinas, a alternativa era manter o que existia.

Mas a supressão de casas religiosas masculinas não ficava por aqui; a intenção era que fosse uma constante nos anos seguintes. Nesse sentido iam os artigos 22º, 27º e 28º da referida Carta de Lei. O primeiro, aludindo às corporações mencionadas no art. 7º, referia que

“Quando no total de cadauma das mencionadas corporações regulares faltar um numero de religiosos igual ao do mosteiro, ou convento da mesma ordem, a que na execução do artigo 7.º houver tocado menor numero de moradores, suprimir-se-há um convento, ou mosteiro em cada uma das mesmas ordens; (...)”;

quanto às outras corporações religiosas, o art. 27º instituíra que de *“Todas as vezes que no total de cada uma das corporações (...), faltar o numero de vinte e quatro religiosos, suprimir-se-há um convento em cadauma dellas (...)”*. Os designados *“hospícios únicos de institutos singulares”* que não tivessem o número canónico de religiosos para a regularidade da vida claustral, seriam reduzidos aos suficientes para conterem os regulares que constituíssem comunidades completas (artº 28º).

Certamente também, para facilitar a supressão de conventos, o Governo facilitaria a secularização dos religiosos¹⁷⁴.

Para a manutenção do culto, sustentação dos moradores e conservação dos edifícios, o Governo concedia os rendimentos necessários, saindo estes de todos os bens e rendas dessas casas, ou em caso de serem insuficientes, tomados de casas vizinhas da mesma ordem, devendo esses conventos, prestar anualmente contas às autoridades fiscais civis do território, e devolvidas as quantias dos lugares que vagassem¹⁷⁵.

Proceder-se-ia à arrecadação dos cartórios, bens, e rendimentos das casas religiosas, na presença de inventários, por cuja exactidão eram responsáveis as autoridades que deles fossem incumbidas e os prelados, discretos e procuradores das respectivas comunidades¹⁷⁶.

¹⁷³ Artigo 24º da Carta de Lei de 24 de Outubro. Destaques nossos.

¹⁷⁴ Artigo 36º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁷⁵ Artigo 9º e 10º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁷⁶ Artigo 14º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

Ficava ao

*“prudente arbitrio do Governo dispor das casas suprimidas para os diversos objectos do serviço do Estado, estabelecimentos de instrucção e caridade publica, e destinar as suas igrejas para parochias, quando conste por informação dos ordinarios que assim convem á decencia do culto, ou á commodidade dos povos.”*¹⁷⁷

Era, deste modo, aberta a porta para a reutilização dos edifícios, embora exclusivamente com fins de instrução ou de assistência.

No que se refere aos bens móveis, nos quais se incluía muito do património artístico, conheceram tratamento diverso. Móveis de uso pessoal de casas religiosas suprimidas podiam transitar juntamente com os regulares, tal como, em caso de necessidade, móveis “*do commun*”¹⁷⁸. Os que restassem, deviam observar as regras contidas nas alíneas do Artº 17º:

*“(...) 1.ª deixará o Governo á prudencia dos ordinarios fazer a **distribuição dos vasos sagrados, alfaías do culto divino, e utensilios do coro, pelas parochias mais pobres das suas dioceses: 2.ª serão applicados para hospitaes civis, casas de expostos, e asylos de caridade pública do logar, districto, ou comarca, os que servirem para o uso destes estabelecimentos: 3.ª as livrarias, quadros, medalhas, e mais objectos de litteratura, e bellas artes, serão distinctamente inventariados, e arrecadados para a criação de bibliothecas, ou para augmento das actuaes: 4.ª as pedras preciosas, assim como todos os moveis não sagrados de ouro e prata, e quaesquer outros, que ainda restem, pertencerão ao thesouro nacional.**”*¹⁷⁹

De salientar, nomeadamente, a alínea 3ª na qual se procura, para além de salvaguardar, dar uma utilização cultural ao tipo de bens referenciados, surgindo directamente ligados à instrução; não existindo menção a museus – ao contrário do projecto de decreto de 28 de Outubro que previa, que estes fossem “*distinctamente inventariados e arrecadados para a criação de bibliotecas, **musêos, e academias publicas, ou augmento das actuaes***”¹⁸⁰ –, as bibliotecas pareciam ser o lugar mais adequado para conservar e dar “uso”, não só a livros e medalhas, mas também a quadros e mais objectos de belas artes... Para além destes aspectos, destaca-se uma preocupação especial com o seu inventário e uma valorização particular, e material, com os objectos preciosos, fossem eles de prata, ouro, ou pedras preciosas.

¹⁷⁷ Artigo 15º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁷⁸ Artigo 16º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁷⁹ Artigo 17º da Carta de Lei de 24 de Outubro. Destaques nossos.

¹⁸⁰ “Sessão de 07 de fevereiro”. In *Diario das Cortes Geraes*, ... [Tomo 5], Lisboa, Imprensa Nacional, 1822, p. 108 <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/008/1822-02-07/108> Destaques nossos.

O artigo 18º previa que o Governo pudesse proceder, se achasse conveniente, à venda de bens de raiz, edifícios e móveis, que não tivessem nenhuma das aplicações previstas¹⁸¹ nos artigos que compunham a Carta de Lei, facto que decerto deixava um número relativo de bens com destino incerto e desprotegido.

Quanto aos conventos femininos, o Art.º 30º determinava, logo à partida, que os mosteiros lisboetas da Encarnação e de Santos, pertencentes às ordens militares de S. Bento de Avis e de S. Tiago de Espada, fossem reduzidos a um só, “*preferindo aquelle, que mais commodo for para receber as freiras, e moças de coro*”¹⁸². A supressão das restantes casas ficava abrangida pelo constante no Art.º 32º:

“(…) 1.^a as freiras, que professarem o mesmo instituto, se reunirão, a saber, nas principaes cidades em o menor numero de mosteiros, ou conventos, que for compativel com as suas justas commodidades; e nas villas, e cidades mais pequenas, em um só convento, ou mosteiro : 2.^a os mosteiros, ou conventos, que não contiverem quinze religiosas professas, serão suprimidos, e as moradoras delles se reunirão aos mais proximos do mesmo instituto; ficando a seu arbitrio, em caso de grande distancia, preferir os do instituto mais analogo, que existirem na mesma terra, ou na mais visinha : 3.^a aos mosteiros, ou conventos, que tiverem menos religiosas, se poderão reunir as freiras dos que tiverem mais, quando aquelles forem preferiveis por seu local e capacidade; podendo tambem reunir-se em conventos, ou mosteiros, que ficarem vagos, se occorrerem as mesmas razões: 4.^a os mosteiros, ou conventos, situados nas fronteiras do reino, praças d’armas, e logares pouco povoados, serão com preferencia suprimidos.”¹⁸³

O artigo seguinte, condicionava a existência destas casas, ao número de quinze religiosas professas, abaixo do qual eram suprimidos juntando-se então as freiras a outros conventos¹⁸⁴. No caso das freiras que subsistiam da caridade dos fiéis, apenas se podiam reunir a conventos de igual ou similar instituto, que existissem na mesma terra ou em local vizinho, quando as comunidades se achassem reduzidas a menos de dez religiosas, cedendo então em benefício do convento para onde iam os bens pertencentes ao antigo convento, nomeadamente o produto do edifício em caso de venda ou o seu valor¹⁸⁵.

¹⁸¹ Artigo 18º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁸² Artigo 30º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁸³ Artigo 32º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁸⁴ Artigo 33º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁸⁵ Artigo 35º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

Tal como no caso dos conventos masculinos, decerto para facilitar a mais rápida supressão de conventos, o Governo “apoiava” a secularização daquelas freiras que “*tivessem repugnancia a viver no claustro, ou outra justa causa*”, continuando estas a receber uma renda anual¹⁸⁶.

As regras básicas que vigoravam para os conventos masculinos, permaneciam para os femininos; o artigo 34º estipulava que dos artigos, 4º, 5º, 9º e seguintes até ao 20.º, aplicavam-se às religiosas, ou seja, também elas tinham os bens debaixo do domínio e escrutínio do Governo.

Para tentar estancar o crescimento do número de conventos e sua força, o artigo 40º determinava que continuava interinamente “*a proibição de entradas, e profissões religiosas em todas as corporações regulares de ambos os sexos*”, assim como se estabelecia a proibição de “*admissões de donatos, e fundações de mosteiros, conventos, hospícios, e eremitorios.*”¹⁸⁷

No que se refere ao ensino, tendo em conta que este estava em grande medida na mão de regulares e que, de acordo com o pensamento liberal, devia ser estimulado e aberto a todos – uma vez que a educação era vista como veículo essencial para o desenvolvimento do homem e fonte de progresso da civilização – optam por secularizar plenamente o Colégio militar de Cristo, o de S. Bento de Avis e de São Tiago de Espada, existentes em Coimbra; para além disso, os restantes mosteiros, conventos ou colégios que, de acordo com a execução de outros artigos do referido decreto ficassem subsistindo em Coimbra, seriam “*destinados para nelles residirem com prefencia os regulares do respectivo instituto, que forem lentes oppositores, ou professores publicos, ou se propozerem a frequentar as aulas da Universidade.*”¹⁸⁸ Determinava-se igualmente que ficavam “*admittidos sem restricção alguma os regulares de quaesquer ordens aos estudos, e grãos de todas as faculdades, a que se podem dedicar os ecclesiasticos seculares.*”¹⁸⁹ e que, “*Entre os conventos, e mosteiros, que forem suprimidos em Coimbra, e os collegios, que ali existirem, designará o Governo os mais aptos, e bem dotados, para nelles se formarem collegios de instrucção destinados para os regulares, que naquella cidade não tiverem casas proprias do seu instituto*”¹⁹⁰.

Para executar esta Carta de Lei, face à inércia da Junta do Exame do Estado Actual, e proceder às averiguações necessárias, foi estabelecida pelas Cortes Gerais a Comissão Eclesiástica¹⁹¹, que a 18 de Dezembro, oficia às Cortes, indicando as providências que lhe pareciam

¹⁸⁶ Artigo 37º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁸⁷ Artigo 40º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁸⁸ Artigo 41º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁸⁹ Artigo 42º da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁹⁰ Artigo 43ª da Carta de Lei de 24 de Outubro.

¹⁹¹ LIMA, *op.cit.*, p.337 e 342 Diário do Governo de 23 de Novembro de 1822.

indispensáveis para a sua execução. Entre os diversos pontos, destacavam a necessidade de facilitar a supressão dos conventos que “*pelo seu local e capacidade*” oferecessem “*destinos interessantes ao serviço da Religião e do Estado*” ou promettessem “*mais prompta e vantajosa venda*”.¹⁹² Ou seja, revelava-se o interesse claro em suprimir casas religiosas específicas, que interessassem ao Estado, devendo-se criar condições para que tal fosse possível.

Mas vários problemas se colocavam: tinha chegado ao conhecimento da Comissão que

*“em algumas Corporações e Casas Religiozas se distrahem Livros das Bibliothecas, vendem moveis principalmente de ouro e prata, simulão dividas (...), contrafazem Inventarios, ou fingem faltas delles. (...)”*¹⁹³.

O património encontrava-se em risco.

Deste modo se concluía que

“Sem Providencias Legaes, sobre os indicados objectos seria illuzorio proceder aos Inventarios dos bens das Corporações e Casas Religiozas, e sem Inventarios, que mereção este nome não póde a Reforma dos Regulares entrar na estrada, que a Ley lhe marcou com tanta Sabedoria. (...)”.

Entretanto, uma portaria de 26 de Novembro obrigava os Vigários Capitulares – dignatários eclesiásticos, hierarquicamente, abaixo dos bispos, substitutos destes no governo das dioceses – a interpor o seu parecer acerca dos conventos que deviam ser suprimidos ou mantidos. Para cumprimento da Carta de Lei e desta portaria, solicitava-se que estes respondessem a questões que passavam pelo número de religiosas/os que existiam no convento, número de casas habitadas, número de casas desabitadas (com possibilidade de virem a ser ocupadas), o número máximo de religiosas(os) que podiam acomodar, informação acerca da capacidade e estado em que se achava o edifício (e ruínas, caso existissem). No caso dos conventos masculinos, era solicitada a informação se no convento existia Biblioteca, Museu ou Escolas Públicas; já no dos femininos, “*se achão Escolas em que se utelize o Publico na educação do Sexo femenino*”¹⁹⁴. No entanto, estas perguntas não eram respondidas directamente pelo Vigário, mas primeiro enviadas por este, para os responsáveis pelas casas religiosas, nomeadamente as femininas. Veja-se, por exemplo, o caso do Convento das Chagas, para o qual o Cónego Vigário Capitular Joaquim Galão, envia os diversos quesitos, recomendando à abadessa “*a maior exactidão,*

¹⁹² ANTT, MNEJ, Livro 47 – Reforma das Ordens Regulares 1822-1823 fl.22, 18 de Dezembro de 1822, Ofício para as Cortes, para João Baptista Felgueiras.

¹⁹³ *Idem, ibidem*, fls.22vs-23

¹⁹⁴ ANTT, MNEJ, Cx.214, Mç.268, nº2, 22 de Dezembro de 1822. Dados em resposta de Vigário Capitular de Vila Viçosa.

imparcialidade, e prompto desempenho”¹⁹⁵. Com esta portaria, tentar-se-ia agilizar o processo, ao mesmo tempo que se envolvia as autoridades eclesiásticas, responsabilizando-as pelos dados fornecidos e possíveis decisões tomadas.

Com data de 25 de Janeiro de 1823, são as importantes “*Instrucções para os Inventarios das casas Religiosas*”, impressas, expedidas pelo ministro José da Silva Carvalho¹⁹⁶ [Fig.3]. Estas, como o título sugere, determinavam a forma como os inventários deviam ser realizados, procurando, desta forma, uma maior homogeneidade do processo e conseguir efectivamente recolher as informações que o Estado necessitava. Para a realização da tarefa para além “*de descrever primeiramente o Convento ou Mosteiro com todos os seus logares*”, denota-se especial cuidado com a descrição de móveis, livrarias e restante património artístico:

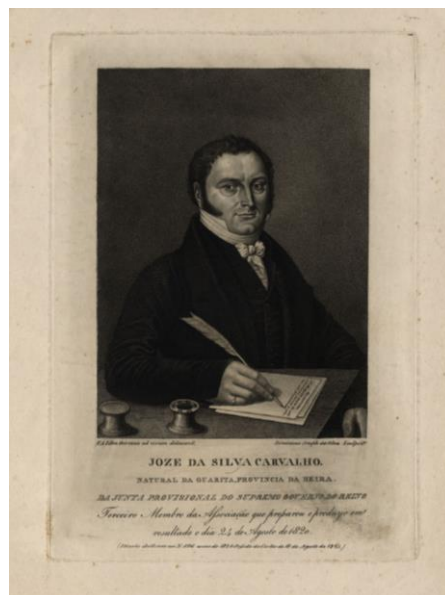


Fig.3 Francisco António da Silva Oeirense e Domingos José da Silva; *Joze da Silva Carvalho*; 1822, gravura, 31x21,6 cm. BNP: E-871-A

- (...) 5. *Fará descrever a Igreja, o numero de Altares, e suas Imagens, accomodações respectivas, vasos sagrados, que são (cofres do sagrado deposito, ciborios, calices e patenas); alfaias do culto divino; ornamentos, utensilios da Igreja, Coro, Sacristia, Fabrica, etc.*
6. *Destes vasos sagrados, e das alfaias do culto divino, ornamentos e utensilios, que não forem de ouro ou prata, mandará fazer, além do inventario geral, um especial, que será appenso.*
7. *Fará descrever todo o ouro, prata e joias em um inventario especial na fôrma do Artigo antecedente, com tanto que não sejam vasos sagrados, especificados no Artigo 5.*
8. *Todos os moveis acima mencionados (excepto os sagrados declarados no Artigo 5.) serão avaliados e estimados pela sua qualidade e quantidade segundo a Lei, e a somma do seu valor e estimação será descripta em columna na fôrma indicada no Artigo 3.*

¹⁹⁵ ANTT, MNEJ, Cx.214, Mç.268, nº2, 6 de Dezembro de 1822.

¹⁹⁶ Acerca destas Instruções vide também LIMA, *op. cit.*, p.343 e ss.

9. *Fará descrever todos os moveis do commum com a distincção das officinas a que pertencem, estado em que se achão, e a sua avaliação, na fôrma do Artigo 3, fazendo-se destes moveis inventarios especificos na fôrma do Artigo 6.*

10. *Exigirá o catalogo da livraria do Convento ou Mosteiro (...)*

11. *Fará descrever todos os quadros, medalhas, e documentos historicos, e mais objectos de litteratura, de que fará um inventario especial na fôrma do Artigo 6. (...)*”

Apesar das instruções, são diversos os graus de inventários que foram realizados, mais ou menos completos, cumprindo com maior ou menor rigor o estabelecido; claro que há que ter em consideração que os patrimónios também eram variáveis, assim como os inventariantes. Veja-se os inventários do Mosteiro de S. Bento da Saúde e do Convento de São José de Ribamar, ambos com menção de pinturas e realizados em 1823. Por exemplo, no caso do primeiro encontramos vários apensos como:

Nº1 – Descrição das alfaias e utensílios do culto divino.

Nº2 – Descrição das peças de prata.

Nº3 – Descrição dos trastes pertencentes ao comum.

Nº4 – Descrição dos quadros, extraída do Inventário Geral¹⁹⁷.

No que diz respeito a pinturas, era realizada uma descrição algo concisa, sendo feita referência à localização em que se encontravam (sacristia, igreja, portaria, etc.) e a temas representados, mas sem serem apontados artistas ou realizadas quaisquer apreciações estéticas.

Quanto ao inventário do Convento de São José de Ribamar, com data de 23 de Março de 1823, contém, logo no início, “*Autos de inventário especial dos quadros.*” A descrição dos “*Quadros e Paineis*”, não se revela uniforme. Eram feitas menções à quantidade, temas (quando conhecidos), tamanho (grandes, medianos, pequenos), cor das molduras (apenas em casos pontuais); quanto ao estado de conservação, apenas se alude no caso de “*Dois ditos, pequenos, tão destruidos, que se não deixa conhecer o seu assumpto*”. Ao contrário do que acontecia com S. Bento da Saúde, não era feita referência à localização. No geral, este inventário contém registos como os que a seguir se apresentam:

*Tres Paineis que representam os Desposorios de São Jose = O Sagrado Nascimento e
= São Francisco*

Tres ditos, pequenos, da Vida de São Francisco

¹⁹⁷ ANTT, MNEJ, Mç.232 Cx186 N°1.

*Quatro ditos que representam = os Martírios do Senhor (...)*¹⁹⁸.

Tratam-se, essencialmente, de indicações sumárias que não permitem aferir a qualidade das obras, nem identificar o seu percurso depois de 1823.

Estes inventários, apesar de aparentemente básicos – não piores do que a maioria dos realizados mais de uma década depois – revelavam-se, contudo, importantes enquanto testemunhos de existências, demonstrando a necessidade de conhecer o que havia de valor nos conventos, evitando desta forma que importante património desaparecesse.

Mas a inventariação e recolha de objectos relacionados com o culto levantava uma série de questões.

No caso das imagens (esculturas), objectos com elevada carga de veneração, aquando da realização dos inventários, seria “chocante” avaliá-las pecuniariamente. Esta “polémica” terá levado a que El Rei, por José da Silva Carvalho, em Fevereiro de 1823, viesse esclarecer os “(...) *Ministros encarregados de proceder aos Inventarios (...) que não foi nunca, nem hé da sua Real intenção, q[ue] se avaliem as S.^{tas} Imagens, mas que única e tão somente se descrevão, a fim de não ficarem occultos objectos de tanta veneração; (...)*”¹⁹⁹.

Quanto aos “*quadros, medalhas, e documentos historicos, e mais objectos de litteratura*”, constantes do artigo 11º das Instruções, deviam limitar-se

“a descrevellas por maneira, que não seja facil o substituillos por outros, excepto no cazo de conterem ouro, prata ou pedras preciosas, por que então deverão de mais a mais declarar a sua estimativa, isto hé, o preço, pouco- mais ou menos, que se daria, por elles se se vendessem (...)”²⁰⁰.

De facto, se nas ordens de arrolamento de 25 de Janeiro de 1823, se obrigava a atender prudentemente à arte e à arquitectura, colocando em evidência a função do inventário no acto de conhecer e de salvaguardar o património²⁰¹, estas asserções denotavam absoluto desinteresse pelo valor artístico das peças, que apenas ganhavam maiores atenções quando de metais ou de pedras preciosas se tratava, por serem facilmente convertíveis em dinheiro.

Já no momento da recolha nos conventos suprimidos e distribuição do património, denotam-se cuidados, devendo alguns procedimentos “éticos” ser cumpridos. Em face do referenciado na

¹⁹⁸ ANTT, MNEJ, Mç 234 Cx187 N°1.

¹⁹⁹ ANTT, MNEJ, NE, Livro 47 – Reforma das Ordens Regulares 1822-1823, fls.35-35vs. 13 de Fevereiro de 1823.

²⁰⁰ *Idem, ibidem.*

²⁰¹ LIMA, *op.cit.*, p.344.

Carta de Lei, mais especificamente no art.º 17º, no início de Abril ordenava-se que o Colégio Patriarcal, nomeasse dois eclesiásticos “*de notoria probidade*”, para que no dia e hora marcados pelo Solicitador da Fazenda Nacional nos Inventários das Casas Religiosas de Lisboa e seu termo, Manoel Freire de Faria, recebessem nesses locais suprimidos os objectos previstos no dito artigo (vasos sagrados, alfaia do culto divino, utensílios do coro²⁰²), assim como “*as Santas Imagens*”, colocando tudo “*com a maior decência*” no local designado pelo solicitador, com a finalidade de virem a ser distribuídos, devendo para isso, o mesmo Colégio averiguar quais as igrejas paroquiais que necessitavam de ajuda, para propor à Secretaria de Estado²⁰³.

No que diz respeito a objectos artísticos de conventos suprimidos, estes terão sido alvo de tratamento especial, cabendo à Real Biblioteca Pública da Corte, criada em 1796, “*thesouro de todas as Artes e Sciencias*”²⁰⁴, a superintendência da tarefa de inventariação e arrecadação, conforme abordaremos no Capítulo IV.

Foi neste contexto que nasceria o “*Deposito dos Livros, quadros, pinturas, moveis utensilios das Casas Regulares reformadas, estabelecido no Convento da Estrela*”²⁰⁵ – recente casa religiosa devida à rainha D. Maria I – e que por portaria de 17 de Abril de 1823, se encarregou António Feliciano Velho Oldemberg, então com o cargo de Ajudante do Guarda Mor²⁰⁶, para, coadjuvado por João Manuel Alvarez, Presbítero Secular, oficial da Biblioteca Pública dispensado para tal, do serviço daquele estabelecimento, de efectuarem a “*arrecadação dos Livros, Quadros, Moveis e Utensilios das Casas Regulares q. em execução da Lei da Reforma Ecclesiastica devião ser suprimidos*”²⁰⁷. Para a execução desta tarefa, verdadeiramente precursora das que viriam a ser tomadas nos anos 30, nomeadamente do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, e decerto inspirada nos «depósitos» do modelo francês - onde os bens eram protegidos e reunidos - foi estabelecido que o brigadeiro Duarte José Fava, da Intendência

²⁰² No mesmo artigo eram ainda feita referência a livrarias, quadros, medalhas, pedras preciosas, móveis não sagrados de ouro e prata, etc. No entanto, cremos que estes não estariam abrangidos pelo teor do ofício.

²⁰³ ANTT, MNEJ, NE, Livro 47 – Reforma das Ordens Regulares 1822-1823, fl.47. 2 de Abril de 1823, José da Silva Carvalho ao Colégio Patriarcal.

²⁰⁴ “Alvará de criação da Real Biblioteca da Corte: 19 Fev.1796” (Facsimile, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1969). Ali para além dos livros devia ser possível encontrar “os monumentos mais respeitáveis das mesmas Artes e Sciencias, que constituão hum riquíssimo deposito, não só de todos os conhecimentos humanos, mas também dos meios mais proprios para conduzir os homens a conseguirem a virtuosa sabedoria, que constitue a felicidade, e tranquilidade pública dos Estados, e he inseparavel da Piedade da Religião (...)”.

²⁰⁵ “...e confiado a Antonio Feliciano Velho Oldemberg, por(?)P. de 17 Abril de 1823.” Apontamento encontrado junto de ofício de 16 de Junho de 1823, dando conta da suspensão da lei de 24 de Outubro de 1822 ANTT, MR, Maço 419 (caixa 524) – Correspondência recebida do MNEJ.

²⁰⁶ *Diario das Cortes da Nação Portuguesa*. Segunda Legislatura, Tomo I, na Imprensa Nacional, 1822, p.398.

²⁰⁷ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02 Copiador de correspondência, p.50 Referência em documento datado de 24 de Dezembro de 1834, acerca de requerimento de João Manuel Alvarez.

das Obras Públicas²⁰⁸, prontificasse “os meios de condução com economia e segurança”, pagando-se esta despesa e que se fizesse com os empregados, com o dinheiro que se encontrasse nas casas regulares e que ficava então à disposição do Ministério da Fazenda²⁰⁹.

No que se refere a “Quadros e Pinturas”, especificava-se que, a este respeito, podia ser encarregado o antigo desenhador do Museu e Jardim Botânico “porq ficou desarranjado”²¹⁰, referência que, na documentação por nós consultada, não voltámos a encontrar.

É da autoria de António Feliciano Velho Oldemberg, o “*Inventario Especial dos Objectos pertencentes ás Cazas Regulares supprimidas ...*”²¹¹, que actualmente podemos encontrar na Biblioteca da Academia das Ciências, instituição com importante papel na defesa do património no século XIX, como teremos oportunidade de aprofundar mais adiante.

Este “*Inventario Especial*” é constituído por diversos inventários, realizados durante os meses de Abril e Maio de 1823, mesmo no final do vintismo, datando o último de dia 26 de Maio²¹², véspera da Vilafrancada, decerto entretanto suspensos pela mudança de regime. Dizem respeito apenas a conventos sítos em Lisboa: ao Colégio de Nossa Senhora da Estrela, Hospício de S. João Nepomuceno, Convento de S. Caetano, Hospício de Jesus de Nazareno, Hospício de N. Sra. da Porciúncula dos Capuchinhos Franceses, Mosteiro de Santos, Mosteiro da Cartuxa, Mosteiro de Nossa Senhora do Bom Sucesso e Mosteiro de N. Sra. da Nazaré (Bernardas). Nestes inventários que chegaram ao presente, encontramos, sobretudo, referência a património pictórico – *paineis, quadros e estampas* – na esmagadora maioria de temática religiosa.

Apesar de, teoricamente, serem os inventários todos da autoria de Oldemberg, não se nota uniformidade na sua realização, podendo alguns ser baseados em inventários previamente realizados, o que ajudará a explicar as diferenças. De facto, de alguns, datados de Abril, consta, por exemplo a avaliação monetária dos itens, o mesmo não sucedendo nos realizados já durante o mês de Maio. Quanto a níveis de descrição, existem discrepâncias. Se na maioria é referido de forma sucinta o tema, casos existem, como o do Colégio de Nossa Senhora da Estrela²¹³ em que apenas se enumera a quantidade de obras. No que se refere a outros elementos, por vezes

²⁰⁸ Ocupava os cargos de Intendente das Obras Públicas e de Intendente das Obras Militares, *Diario das Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa, Segundo anno da Legislatura*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1822, p.483.

²⁰⁹ ANTT, MR, Maço 419 (caixa 524) – Correspondência recebida do MNEJ.

²¹⁰ *Idem, Ibidem*. Tratar-se-ia do Museu e Jardim Botânico da Ajuda. Talvez se refira ao desenhador José Joaquim Freire, falecido apenas em 1847.

²¹¹ BACL, cota 108 Série Azul. Oldemberg, António Feliciano Velho, *Inventario Especial dos Objectos pertencentes ás Cazas Regulares supprimidas, cuja arrecadação foi incumbida a Antonio Feliciano Velho Oldemberg, por Portaria expedida pela Secretaria d’Estado dos Negocios do Reino em 17 de Abril de 1823*.

²¹² *Idem, ibidem*, Inventário do Mosteiro de N. Sra. da Nazaré (Bernardas).

²¹³ *Idem, ibidem*, Inventário datado de 23 de Abril de 1823.

era feita menção ao tamanho (*piqueno, grande*), e ao valor artístico, quando considerados “*inferiores*” ou mesmo “*muito inferiores*”²¹⁴.

Nos casos do Mosteiro de Santos (da Ordem Militar de S. Tiago de Espada) e do Mosteiro da Cartuxa, as referências a este tipo de património é quase inexistente. No primeiro caso resume-se a um “*N.B. 48 quadros, que não havião sido inventariados*”²¹⁵ e no caso da Cartuxa a “*Secenta Paineis de diferentes pinturas*”²¹⁶, informações quantitativas que deixam perceber o número de obras de arte existentes.

Tal como virá a suceder nos depósitos criados nos anos 30, por vezes a arrecadação das obras mostrava-se tarefa impossível. Nos itens do inventário do Hospício de N. Sra. da Porciúncula dos Capuchinhos Franceses pode ler-se “*Ficou por não poder transportar-se Hum quadro grande com moldura de pau pintado de amarello, q. representa as bodas de Cananã*”²¹⁷.

Para além de pinturas, nos inventários encontramos referência aos designados “*Moveis*”, onde constam itens tão variados como molduras, estantes, cadeiras, bancos, relógios, toalhas, tachos, etc.. Entre eles, apenas a referência, no inventário do Hospício de S. João Nepomuceno, a “*Hum Retabolo do Nicho e Cadeira de S. Anna, cuja foi para o Colleginho*”²¹⁸, avaliado em 6\$400 reis, destoava da restante parafernália utilitária.

A mudança de regime, muito pouco tempo após se terem iniciado os trabalhos, abortou o projecto do depósito, cancelando algo verdadeiramente pioneiro em Portugal. O decreto de 14 de Junho de 1823 era claro ao ordenar que

*(...) as Communidades Religiosas dos Mosteiros, Conventos, Collegios, e Hospícios, que tem sido suppremidos em consequencia da Lei de vinte e quatro de Outubro de mil oito centos vinte e dous, sejam a elles restituídas, e reintegradas na posse e fruição dos bens e rendimentos de que gozavão antes da execução da referida Lei, que fica interinamente suspensa. O Meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, o tenha assim entendido e faça executar, não obstante quaesquer Decretos ou Ordens em contrario, que todos e todas, Hey por derogadas. (...).”*²¹⁹

²¹⁴ *Idem, ibidem*, Inventário do Hospício de S. João Nepomuceno, datado de 26 de Abril de 1823.

²¹⁵ *Idem, ibidem*, Inventário datado de 10 de Maio de 1823, p.15.

²¹⁶ *Idem, ibidem*, Inventário datado de 15 de Maio de 1823, p.17.

²¹⁷ *Idem, ibidem*, Inventário datado de 5 de Maio de 1823, pp.8-9.

²¹⁸ *Idem, ibidem*, Inventário do Hospício de S. João Nepomuceno, datado de 26 de Abril de 1823, p.5.

²¹⁹ ANTT, MR, Maço 419 (caixa 524) – Correspondência recebida do MNEJ, Decreto de 14 de Junho de 1823. Cópia da Cópia, “(...) Com a Rubrica de Sua Magestade. = Antonio da Silva Freire de Andrade Payzinho”, remetida junto de portaria com data de 16 de Junho dirigida a Joaquim Pedro Gomes de Oliveira para que este fizesse “expedir as Ordens necessarias para o cumprimento do dito Decreto, na parte que lhe toca (...)”. No final surge assinalado: “P. P. a Antonio Feliciano Velho Oldemberg em 17 de Junho de 1823”.

Tal constituiria o final dos trabalhos de Oldemberg e do depósito do Convento da Estrela.

Alguns anos depois, já fora do regime Vintista, e em diferente contexto, para dar cumprimento ao decreto de 7 de Setembro de 1829 – através do qual o monarca D. Miguel exigia que subisse à sua presença no prazo máximo de seis meses, o plano de reforma dos regulares –, a 2 de Março de 1830 era apresentado pela Junta do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares o “*Plano e Regulamento dos Conventos de Religiosos Segundo os Artigos do Real Decreto de 24 de Novembro de 1789, e as Faculdades concedidas nos Breves Apostolicos que o dito Real Decreto indica*”, assim como a sua versão para os conventos femininos²²⁰.

Era declarado o dever de suprimir conventos “*destituídos de meios*” para sustento dos habitantes e despesas das casas, não deixando, no entanto, de pressupor a alteração de usos e funções dos edifícios na esfera da Igreja. Para além disso, incluía uma ressalva que exceptuava alguns conventos de indicação de supressão: fixava a dispensa de possuir tais meios de subsistência todo o convento que “*por algum motivo justo, e attendivel mereça conservar-se*”, nomeadamente, o que por “*circunstancias singulares [ou “especiaes”] da sua fundação, ou sua actual observancia ou architectura o fação digno de existir*”²²¹.

Encontramos, ainda no mesmo documento, breves alusões ao património móvel, não existindo, contudo, expressas referências a pinturas, ou outros bens artísticos. No entanto, denotava-se especial preocupação com a não realização de transferências informais entre conventos e com a realização de inventários. No Artigo 1º, Parágrafo 14 era estabelecido que ficava “*prohibida toda a Alienação e Translação de fundos e de rendimentos assim como de moveis preciosos de hum para outro Convento da mesma Corporação de qualquer dos dois sexos, que não estiver ou não vier a ser authorisada pelo Executor dos Breves sobreditos*”; já o Parágrafo 6º do Artigo 2º não deixava de recomendar que, antes de decidir os conventos que deviam ser suprimidos era “*conveniente fazerem-se Inventarios exactos de todos os Bens e Alfiias dos conventos*” que pudessem estar nessas circunstâncias “*a fim de melhor se determinar o que se hade transferir para outros conventos.*”²²²

A Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, continuou bastante activa, fazendo a inquirição de muitas casas religiosas e continuando a supressão de muitas delas para além do Vintismo, durante o resto da década de 20, e em 1830,

²²⁰ LIMA, *op.cit.*, p.367 e ss.

²²¹ *Idem, ibidem*, p.371 e *apud* LIMA, *op.cit.*, p.371. Esta autora esclarece que a variante “especiaes” surge no texto do plano para os conventos femininos.

²²² ANTT, MNEJ, Cx216, Mç270.

inclusive durante o reinado de D. Miguel²²³, num processo que continuará a desenrolar-se até ao decreto de extinção de Maio de 1834.

2.2. Intelectuais e exilados: influência nas novas políticas patrimoniais

No primeiro quartel do século XIX, Portugal via-se confrontado com a destabilização social, económica e política provocada pelas Invasões Francesas, com a investida revolucionária contra o Antigo Regime e com uma dependência e submissão política reiterada aos interesses britânicos²²⁴.

O país tinha-se igualmente visto privado da Corte e de muitas das suas figuras principais; também elas o tinham deixado, trocado pelo Brasil ou por cidades europeias. Pela segunda vez, num relativo curto espaço de tempo, o país ficava “órfão”, mas de uma orfandade transitória e que, em parte, será positiva pelas “mais-valias” que, indirectamente, vai receber.

O exilado, jornalista, José Liberato Freire de Carvalho considerava Portugal, em 1819, como “*um tristissimo exemplo das mais fataes vicissitudes humanas*”²²⁵, conjuntura que arregimentaria os liberais portugueses e levaria à insurreição em 1820. Como sintetiza Madalena Costa Lima, “Daqui resulta a experiência do Vintismo, triénio liberal que acicata a tensão irreversível entre a velha ideologia e os novos princípios, primeiro fixados na Constituição de 1822 e depois na Carta de 1826”²²⁶.

O regresso de D. João VI, em 1821, e o seu juramento da Constituição em 1822, não acalmaram o país que continuando instável, dividido entre facções absolutistas e liberais, veria a situação agudizar-se após a morte do monarca, em 1826, encaminhando o país para a guerra civil, sob o comando dos herdeiros D. Miguel e D. Pedro.

A Vila-Francada (1823), a Abrilada (1824) e o regresso de D. Miguel a Portugal (1828) [Fig.4], foram acontecimentos que, pelas suas implicações políticas e sociais, determinaram o exílio de liberais, que procuravam desta forma evitar as perseguições miguelistas, que recaíam sobre eles

²²³ LIMA, *op.cit.*, p.280.

²²⁴ Acerca da situação do país *vide*, por exemplo, obras como SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Verbo, 1983, pp.102 e ss. e PEREIRA, Ângelo, *D. João VI Príncipe e Rei*, Vols. III e IV, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1957.

²²⁵ *O campeão português, ou o amigo do rei e do povo. Jornal político, publicado todos os quinze dias para advogar a causa e interesses de Portugal*, nº1, Londres, L. Thompson, 1819, p.4.

²²⁶ LIMA, *op.cit.*, p.280.

e os seus bens²²⁷. Mutações governativas que acabaram por intensificar o contacto de Portugal e dos seus cidadãos com o exterior.

Com efeito, para os Vintistas a emigração tinha-se tornado “obrigatória”; não só para os políticos, ou para aqueles directamente relacionados com eles, mas também para poetas e artistas, que defendendo as novas ideias, acabavam por ser politicamente activos e por isso alvo dos miguelistas.

No complicado processo de instauração do liberalismo muitas foram as figuras que, participando mais ou menos activamente nas lutas, se viram obrigadas a exilar-se na Europa, em destinos como a França ou a Inglaterra, países que, como destaca Augusto França, se inseriam num processo de transformação ou modernização intelectual²²⁸.

De facto, o seu contacto científico e com outros ambientes culturais, mostrar-se-ia importante no futuro. O pintor Domingos Sequeira com *A morte de Camões*, exposto em Agosto de 1824 no Salão de Paris, Almeida Garrett com *Camões* e *D. Branca*, o

Doutor António Nunes de Carvalho – figura sobre a qual nos deteremos em outro capítulo – com os seus estudos sobre D. João de Castro, reflectiriam um modo particular e patriótico de viver o exílio que também se encontrava presente na literatura e nos múltiplos periódicos de cariz político que aí surgiam, elos de ligação entre exilados que também circulavam em Portugal, e que contribuíam para a “difusão de ideias eivadas de influências externas, que acabam por chegar também por outras vias, designadamente, a epistolar”²²⁹; outros indivíduos debruçar-se-iam sobre as ciências e reflectiriam sobre as sociedades em que viviam. Os contactos que então estabelecem, nomeadamente, em centros científicos como a Sorbonne, onde privam com personalidades como Guizot ou Cousin, tê-los-á influenciado e à sua forma de pensar, contribuindo para os papéis que ocupariam na futura nova sociedade portuguesa²³⁰.



Fig.4. Raffaele Fidanza; *S. M. Fidelissima D. Miguel I*; c. 1830; gravura, 20,6x16,2cm. BNP: E. 1426 V.

²²⁷ VARGUES, Isabel Nobre, TORGAL, Luís Reis, “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político”, in MATTOSO, José dir., *História de Portugal*, Vol.V, s.l., Círculo de Leitores, 1993, p.79.

²²⁸ FRANÇA, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal, Estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p.41.

²²⁹ VARGUES, TORGAL, *op.cit.*, pp.81-82 e LIMA, *op.cit.*, p.281.

²³⁰ VARGUES, TORGAL, *op.cit.*, pp.81-82.

Estas personalidades, muitas então ainda quase desconhecidas da maioria e outras já referências na vida política, académica ou cultural, com a sua saída para países culturalmente “mais avançados” terão contribuído decisivamente, para uma alteração / enriquecimento da cultura portuguesa e para, entre outras coisas, uma maior consciência do património, num tempo em que emergia o Romantismo em Portugal.

Entre os exilados contavam-se Almeida Garrett, Alexandre Herculano²³¹ ou o pintor Domingos Sequeira, a quem o primeiro alude, em jeito de saudação na sua obra *Flores sem fruto*

*Bem vindo sejas, ó Sequeira illustre
D'essa terra malditta
Onde crucificou a Liberdade
Povo de ingratos servos.
Tu que os louros de Vasco e de Campello
Reverdecer fazias
Por aquelle maninho preguiçoso
Que foi terra de Lysia,
Filho de Raphael, bem vindo sejas
A este asylo sancto.
Com o nobre pincel, não polluido
No louvor dos tyrannos,
Aqui, celebrarás antigas glórias
Da que foi nossa pátria,
Ou gravarás em lamina prophetica
O supplicio tremendo
Que a seus crueis algozes tem guardado
O Deus da Liberdade.²³²*

Mas também futuros ministros e importantes funcionários com um papel decisivo no futuro do país, alguns dos quais preponderantes na implementação de novas medidas legislativas, com repercussões, nomeadamente, em prol da instrução e da cultura, com implicação no património artístico nacional: José Xavier Mouzinho da Silveira, José da Silva Carvalho, Agostinho José Freire, Manuel da Silva Passos, Rodrigo da Fonseca Magalhães, Luís da Silva Mouzinho de

²³¹ Acerca de Almeida Garrett e Alexandre Herculano vide referências em obras como SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol.III *Do Mindelo à Regeneração (1832-1851)*, 2ª edç, Editorial Verbo, 1995, pp.364-366 e NEMÉSIO, Vitorino, *A Mocidade de Herculano até à volta do Exílio (1810-1832)*, 1934; SOARES, Clara Moura, NETO, Maria João, *Almeida Garrett : A “Viagem” e o Património*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, e o ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos pátrios: a arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

²³² ALMEIDA GARRETT, J. B., «A Domingos Sequeira, saindo de Portugal», in *Flores sem Fructo*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1845, pp.70-71.

Albuquerque, entre muitos outros, que no estrangeiro inevitavelmente tomaram contacto directo com as políticas ali implementadas e com os seus protagonistas. Quer durante a regência de D. Pedro, quer durante os variados governos sob o reinado de D. Maria II, a sua presença é constante e decisiva, reflectindo o importante peso político que os antigos exilados tiveram, idealizando novas e modernas soluções e influenciando os monarcas em exercício, numa confluência de ideias, essencial para o desenvolvimento da nação.

De facto, entre os exilados “famosos” foram vários os que viriam a destacar-se com a vitória do Liberalismo; personalidades ilustres, mais ou menos conhecidas da sociedade, algumas ainda com alguma necessidade e vontade de afirmação, a aposta em D. Pedro e na causa Liberal que colocaria D. Maria no trono, era arriscada mas, a correr bem, como veio a acontecer, as contrapartidas seriam grandes. Rapidamente, os apoiantes de D. Miguel e/ ou menos fervorosos liberais ou apartidários, viram-se exonerados dos cargos que ocupavam para estes serem ocupados por aqueles que tinham lutado ao lado do Regente, ou que tinham, abertamente, apoiado a sua causa. Era uma verdadeira corrida ao emprego público, aos títulos, ao reconhecimento. As “encomendas” / oferecimentos para cargos seriam normais.

No caso de Almeida Garrett – que com apenas 18 anos, escreveu um poema didáctico sobre pintura, *O Retrato de Venus*, ao qual anexa o *Ensaio sobre a Historia da Pintura*, texto demonstrativo de um particular interesse do autor pela arte que, certamente mais tarde, e em contacto com outras culturas, terá sido desenvolvido e aprimorado – a sua vida espelha de uma forma clara aquelas que foram as contingências sofridas por um grupo de portugueses que, forçados a emigrar por razões políticas, regressariam, ajudando D. Pedro e Portugal a implementar os ideais liberais.

Os contactos com o poder eram fortes e Garrett faria parte dele. Quer na Terceira, quer no Porto, o seu papel junto de D. Pedro terá sido efectivo. As suas influências francesas (e também inglesas) tinham formado o seu carácter, a sua forma de pensar e de agir. Conhecia a organização francesa, nomeadamente a cultural. Estava ciente das fragilidades e necessidades nacionais, daquilo que era preciso mudar para nos equipararmos (“à escala”) ao exemplo francês. As medidas liberais, a extinção de conventos, a incorporação dos bens na Fazenda Nacional, eram medidas necessárias e úteis. Na Terceira, Garrett ajudou na produção da legislação. No Porto, o seu papel, com maior responsabilidade e relevo, cada vez mais próximo de D. Pedro IV, poderá ter sido mais efectivo e mais revelador da sua “intromissão”, nomeadamente, nas ideias que levam à gestão dos patrimónios artísticos disponíveis e à criação do Museu Portuense. Intervenções activas que continuariam presentes durante o reinado de D.

Maria II e sobre as quais nos deteremos um pouco no último capítulo, a propósito do papel dos intelectuais na defesa do património nacional²³³.

²³³ *Vide* Capítulo VI, pp.726-735.

Capítulo II

D. Pedro e o seu tempo –
“Encontros culturais”

1. A educação de D. Pedro – contributos para uma “consciência patrimonial e artística”

D. Pedro teve um papel preponderante na construção do Portugal liberal. A sua mentalidade, fruto de uma personalidade forte mas também da educação que recebeu, como base para o papel que necessitava de desempenhar, viria a revelar-se importante. Através da formação que lhe foi ministrada, mesmo com lacunas que possa ter apresentado – faltas e traços de carácter tradicionalmente evidenciados e que o próprio chegou a reconhecer – nasceria um espaço aberto às novas ideias liberais que foram crescendo, mais ou menos importadas através daqueles que com ele (e depois com a sua filha) vieram a cooperar.

Os contactos familiares, políticos e de amizade, que manteve ao longo da vida, no Brasil e na Europa de então, vieram desenvolver e cimentar a sua sensibilidade e atitude para com as questões culturais. Domingos Sequeira, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, João Baptista Ribeiro, entre outros, seriam algumas das personalidades nacionais que contribuíram decerto para a formação daquele que foi o primeiro Imperador do Brasil, Pedro IV de Portugal.

Entre 1832 e 1834, período correspondente ao seu regresso a Portugal e sua morte (com apenas 35 anos) a vida do Rei-Soldado é sobretudo dominada por episódios da Guerra Civil; no entanto, a sua sensibilidade destaca-se, revelando um soberano que, associado à missão do Estado Liberal de proteger os seus bens mais preciosos, desejava, segundo a filha D. Maria II, promover “a civilização dos Portuguezes, diffundir o gosto do bello, e proporcionar todos os meios de auxiliar a Instrucção Publica”²³⁴.

Nascido no Palácio de Queluz, no dia 12 de Outubro de 1798, filho de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, em 1801 D. Pedro torna-se Infante de Portugal e Príncipe da Beira, por morte de D. António, seu irmão. Em Novembro de 1807, quando contava apenas 9 anos, as Invasões



Fig.5 Domingos Schiopetta e Gregório Francisco de Queirós; *D. Pedro IV, Rey de Portugal e dos Algarves*; 1826, gravura, 32,8x26,6 cm. BNP: E. 60 V.

²³⁴ Decreto de 12 de Setembro de 1836.

Francesas levaram a que partisse, juntamente com a Família Real e a Corte, para o Brasil, onde chegam - ao Rio de Janeiro - em Março do ano seguinte.

Foi no outro lado do Atlântico que o jovem herdeiro prosseguiu os seus estudos, moldando o seu forte carácter, que o conduziria, pouco mais de um ano depois de se tornar Regente do Reino do Brasil, a proclamar, em Setembro de 1822, a independência da terra da qual se tornaria Imperador. Força e capacidade de decisão, características que levariam aquele que, em 1826, sucederia a D. João VI no Trono de Portugal e que outorgou a Carta Constitucional, baluarte liberal, a lutar pela defesa desta contra uma facção absolutista representada pelo seu irmão D. Miguel, complexa, uma tarefa árdua, bélica e prolongada, que o faria abdicar, logo em 1826, da Coroa de Portugal a favor da sua filha primogénita D. Maria da Glória (D. Maria II) e em 1831 da Coroa Imperial do Brasil para o seu filho D. Pedro II. Regressaria definitivamente a Portugal em 1832. Faleceria dois anos depois, vítima de tuberculose.

A educação

Os primeiros anos de vida de D. Pedro, criado em Queluz, auguravam uma educação mais sólida do que aquela que, por força das circunstâncias, viria a ter. No seio de uma família complexa, cujo foco era Carlota Joaquina, e onde a atenção e o lugar nem sempre lhe cabiam, o infante ficaria entregue a mestres que tentaram, em parte, colmatar as falhas familiares.

Mostrando facilidade em aprender, as primeiras letras terão sido ensinadas por D. Maria Genoveva do Rego e Matos, que o acompanhará para o Brasil²³⁵, antes de o entregar aos cuidados do erudito com quem aprenderia o catecismo e o latim, frei António de Nossa Senhora de Salete²³⁶. Quanto ao latim, que nunca esqueceria e com o qual mais tarde enriqueceria os seus escritos, viria a ser aperfeiçoado sob a orientação de frei António da Arrábida, bispo de Anemúria²³⁷. A *Eneida* seria desde a infância o seu livro predilecto, enraizando-se para a vida²³⁸.

²³⁵ CALMON, Pedro, *O Rei Cavaleiro A Vida de D. Pedro I*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933, p.40.

²³⁶ COSTA, Sérgio Corrêa da; ARANHA, Oswaldo pref., *As quatro Corôas de D. Pedro I* São Paulo, Civilização Brasileira, 1941, pp.106-107.

²³⁷ *Idem, ibidem*, p.107. A proximidade deste frei com o Imperador era muito grande. Em “*A sensibilidade Nacional e Estrangeira; Homenagem à sempre saudosa memoria da muito alta e muito Augusta Senhora D. Leopoldina Carolina Josepha, Imperatriz do Brasil...*” ((1826), Lisboa, Impressão Régia, 1827, p.8) refere-se: “Igualmente foi constante a assitencia do Excellentissimo Bispo Coadjutor Nomeado, o Padre Mestre Fr. Antonio d’ Arrabida, Confessor, e Mestre de S. M. o Imperador. Esquecendo-se das suas enfermidades habituaes, elle permanecêo no Palacio da Boa Vista enquanto existírião signaes de vida na Imperatriz.”

²³⁸ COSTA, *op.cit.*, pp.107-108.

João Rademaker, poliglota, antigo ministro de Portugal na Dinamarca, orientaria moral e cientificamente o jovem herdeiro; com ele estudara a língua francesa – que praticaria com o padre Renato Boiret, francês, confessor de D. Leopoldina – a qual se tornaria familiar²³⁹. A aprendizagem do inglês terá estado a cargo do Reverendo Guilherme Paulo Tilbury, capelão da Divisão Militar da Guarda Imperial de Polícia, vindo a mostrar-se conhecedor de diversos autores ingleses e novelistas escoceses²⁴⁰. Quanto ao Alemão terá sido a primeira imperatriz a ensinar-lho – “*il sait le latin et le français, traduit l’anglais et comprend l’allemand que “sa pauvre Léopoldine” lui a enseigné*” – refere Eugène Monglave²⁴¹.

Apreciador do estudo e da leitura, terá lido *La Scienza della Legislazione* de Gaetano Filangieri (1752-1788)²⁴². O mesmo Monglave acentua “*il a médité les publicistes français dont les écrits passent fréquemment de la bibliothèque publique dans son cabinet particulier. Il connaît à fond toutes les œuvres de M. Benjamin Constant*”²⁴³, *et a dévoré avec enthousiasme l’ouvrage qui renferme les beaux discours du général Foy.*”²⁴⁴ Leituras que terão deixado marcas nos seus actos, em Portugal e no Brasil.

Também as ciências naturais interessavam a D. Pedro²⁴⁵. Quanto à matemática, matéria pela qual nutria especial gosto, seria ministrada por José Monteiro da Rocha, um dos primeiros luminares da universidade de Coimbra, o qual, segundo Damaso de Sousa Monteiro, “*em testemunho das excellentes disposições que em seu alumno achou, lhe legou a sua boa livraria*”²⁴⁶.

Apesar de, por aquilo que constatámos, a sua educação não poder ser considerada propriamente inexistente, esta terá sido, logo na altura, reconhecida por alguns como insuficiente para o cargo que estava destinado a ocupar. A ida para o Brasil terá, decerto ajudado a que esta fosse negligenciada, diferente daquela que receberia se tivesse permanecido na Europa.

Em 1816, uma descrição da Família Real Portuguesa feita pelo embaixador extraordinário de Luís XVIII, rei de França, caracteriza desta forma o então ainda príncipe D. Pedro:

²³⁹ *Idem, ibidem*, p.108.

²⁴⁰ *Idem, ibidem*, p.110.

²⁴¹ *Apud* COSTA, *op.cit.*, p.110. Eugène de Monglave, “Correspondance de D. Pedro Ier”

²⁴² Jurista e filósofo italiano. A obra começou a ser publicada em 1780.

²⁴³ 1767-1830, escritor e político. O seu modelo de Monarquia Constitucional foi aplicado em 1824 no Brasil e dois anos depois em Portugal.

²⁴⁴ *Apud* COSTA, *op.cit.*, p.109.

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, p.110.

²⁴⁶ MONTEIRO, Damaso J. Luiz de Sousa, *Vida de D. Pedro IV, Vigésimo-oitavo Rei de Portugal e Primeiro Imperador do Brasil scripta em resumo por Damaso (...) Bacharel pela Universidade de Paris, condecorado com a Ordem Franceza da Cruz de Julho; e pelo mesmo offerecida a’ Sua Patria a Invicta Cidade do Porto*, Lisboa, Na Typographia de Galhardo Irmãos, 1838, p.6.

*“Le Prince D.^{on} Pedro héritier du Royaume uni, n’a pas plus de 18 ans. Il est grand et fortement constitué pour son âge. Cepend.^t il a déjà eu plusieurs attaques de nerfs très violentes qui annoncent le commencement de la maladie dont est mort son cousin l’Infant D.^{on} Pedro. Il n’annonce rien de brillant. Son éducation est très négligée. Entouré de gens de basse extraction et sans connaissances, on voit à regret que ce jeune Prince n’apportera sur le trône ni lumières acquises ni talent naturel. (...)”*²⁴⁷

De facto, como destaca Pedro Calmon, “A instrução de D. Pedro nunca foi uma cogitação séria em Queluz ou em S. Christovão. Mais tarde, imperador, elle daria a impressão de uma inculta intelligencia que se dirige, tontamente, pelos sulcos da propria intuição. Dir-se-ia que os paes e os conselheiros conspiraram contra a educação do herdeiro do throno, suspeitosos da sua inquietação natural, fonte de irreligião, de materialismos dissolventes, de novas idéas, em cuja corrente o destino o lançava”²⁴⁸.

O próprio D. Pedro, em 1832, reconhecerá numa carta que escreveu à sua filha: “o defeito de não ter recebido huma educação conveniente eu tenho sentido, tudo o que tenho feito tem sido porque Deus me tem favorecido (...)”²⁴⁹.

Artes e talentos

Mas os interesses do jovem herdeiro eram vastos e abrangentes culturalmente.

No que diz respeito às questões artísticas, o “*Primeiro Pintor da Camara e da Corte*” Domingos António de Sequeira (1768-1837)²⁵⁰ manteve, pela via profissional, uma relação

²⁴⁷ MÉMOIRE SUR LE BRÉSIL FAIT EN 1816 À BORD DE LA FRÉGATE L’HERMINIONE, AU RETOUR DE S. EX. M. LE DUC DE LUXEMBOURG AMBASSADEUR EXTRAORD.^{RE} DE SA MAJESTÉ À RIO-JANEIRO, ANP, AMF, *apud D. Pedro d’Alcântara de Bragança 1798-1834*, Catálogo da Exposição, Paço Imperial, Rio de Janeiro, Abril de 1987, p.194. Em contraponto, acerca do Infante D. Miguel, então com 14 anos, é dito que “Sa physionomie est heureuse et annonce de la finesse et de l’aptitude à l’instruction. Si son éducation était suivie il deviendrait probablement un prince que se ferait distinguer. (...)”. *Ibidem*.

²⁴⁸ CALMON, *op.cit.*, p.40

²⁴⁹ A respeito de D. Pedro, Napier dizia “As suas boas qualidades eram propriamente suas; as más, devido à falta de educação; e homem nenhum conhecia melhor este defeito do que ele mesmo”; *apud COSTA, op.cit.*, p.131

²⁵⁰ Sequeira, tal como Vieira Portuense, tinha uma sólida formação académica, tinha estudado em Roma, era «primeiro pintor da camara e da corte» (PEREIRA, José Fernandes, “O Neoclássico”, in *História da Arte Portuguesa*, PEREIRA, Paulo, dir., s.l, Círculo de Leitores, 1995, p.199), cargo que chegará a perder devido ao seu apoio aos invasores franceses, nomeadamente, através de pinturas que os glorificavam – como destaca José Augusto França “A presença dos Franceses representara para Sequeira uma abertura sobre o mundo – quando ele se lastimava de não ser apreciado pelos próprios compatriotas”(FRANÇA, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal, Estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1993, p.28); ela proporcionou-lhe conhecer um jovem oficial francês que com ele visitaria os mosteiros góticos da Batalha e Alcobaça, nada menos que o conde de Forbin, pintor amador, nomeado por Carlos X director dos museus de França, que viria a abrir o Salão de 1824 a Domingos Sequeira (*Idem, ibidem*, p.28), sem dúvida um dos maiores pintores da altura, com um percurso curioso e atribulado. Com atitudes dúbias que o levam a colocar-se ao lado dos portugueses e ingleses e, depois da revolução liberal a aderir à nova causa, não terá deixado de influenciar D. Pedro, não tanto nos aspectos

muito próxima com a família real; ele foi convidado para orientar e auxiliar a educação da sensibilidade artística de boa parte da família real e indicado, nomeadamente, para mestre de Pintura e Desenho de D. Carlota Joaquina, da princesa da Beira, sua filha (infanta D. Maria Isabel de Bragança, futura rainha de Espanha) e de D. Maria Francisca Bendita e D. Maria Ana, irmãs da rainha²⁵¹. Sequeira, junto de D. Pedro desempenharia um papel importante, tendo sido ele que lhe estimulou o gosto pelo desenho, pela pintura e pelos rudimentos da escultura, arte pela qual nutria especial predilecção²⁵².

A influência deste destacado pintor, a somar ao contacto com a vasta pinacoteca de D. Carlota Joaquina, sua mãe, levaram D. Pedro a, já no Brasil, mostrar interesse pelo desenho, pintura, litografia e escultura, tendo mesmo chegado a frequentar as aulas de desenho da Academia de Belas Artes²⁵³.

Como salienta Clara Moura Soares, “independentemente de uma formação artística, é inegável que D. Pedro recebera no seio familiar o privilégio da convivência estreita com inúmeros artistas, que rodearam a Corte portuguesa no Brasil, e com ambientes recheados de inumeráveis obras de arte”²⁵⁴. A protecção concedida por D. João VI, seu pai, às Belas-Artes e o interesse de D. Carlota Joaquina pela Pintura²⁵⁵, demonstrado através da colecção que faz de obras de elevado merecimento artístico²⁵⁶ – onde constariam pinturas consideradas como originais de

políticos mas artísticos, na valorização da arte e na sua importância na sociedade. Tal como muitos outros, também Sequeira, cujas ligações políticas eram por demais conhecidas, acabou por ver-se obrigado ao exílio em Paris e depois em Roma, vindo a engrossar o grande grupo dos exilados liberais. Em 1836 Sequeira chega a ser nomeado para Director da Academia de Belas Artes de Lisboa, no entanto, por falecimento, não chega a tomar posse. Com o Setembrismo recebe de Passos Manuel uma comenda – ele era e desejava-se um «ministro da civilização» (*idem, ibidem.*, p.70).

²⁵¹ XAVIER, Hugo André de Almeida Vale Pereira, O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa, Tese de Doutoramento em História da Arte, Especialidade em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014, pp.77-78.

²⁵² SANTOS, Eugénio dos, *D. Pedro IV, Liberdade, Paixões, Honra*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p.24.

²⁵³ SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano, "A cultura artística dos Imperadores do Brasil: contextos para a valorização, salvaguarda e difusão do património português" in *Actas do III Colóquio de Estudos sobre a Arte Brasileira do século XIX. Intercâmbios entre Brasil e Portugal*, Rio de Janeiro, 2012, p. 106.

²⁵⁴ SOARES, Clara Moura, “D. Pedro, I do Brasil, IV de Portugal, "O “gosto do bello” e o incremento das Belas-Artes: traços de um perfil quase desconhecido do Rei-soldado”, in *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX Perfis e Trânsitos*, (NETO, Maria João, MALTA, Marize eds.), s.l., Caleidoscópio, 2014, p.384.

²⁵⁵ No Palácio do Ramalhão, em Sintra, inventário de 1807 dava conta da existência no piso nobre de uma designada “Casa da Pintura” onde estariam reunidas 180 obras, provenientes de aquisições e, possivelmente, de ofertas ou heranças, nomeadamente, dos seus familiares espanhóis. XAVIER, *op.cit.*, p.80.

²⁵⁶ D. Carlota deixaria os seus bens a D. Miguel, no entanto, a Convenção de Évoramonte (26 de Maio de 1834) “devolvê-los-ia” a D. Pedro; a morte deste poucos meses depois colocaria o seu destino nas mãos da viúva, D. Amélia de Leuchtenberg. A colecção de pintura, alojada no palácio do Ramalhão, contava com quase duas centenas de obras que, em Março de 1835 foram avaliadas pelos pintores António Manuel da Fonseca e Luis Tirinnanzi. SOARES, “*D. Pedro, I do Brasil...*”, 2014, *op.cit.*, pp.396-397. No que se refere àquela que seria a herança de D. Pedro, entre os bens que calharam a D. Maria II e os que esta terá lícitado às outras partes, estariam

Jan Brueghel, Rafael, Velasquez, Paolo Veronese, Michelangelo, Perino del Vaga, Rubens, Rafael Mengs, Salvador Rosa, Nicolas Poussin, Polidoro de Caravaggio, Antonio de Pereda, entre outros – e pintando mesmo algumas composições, são aspectos salientados pelo pintor Cyrillo Wolkmar Machado²⁵⁷ e que ajudam a contextualizar o meio em que o futuro imperador do Brasil cresceu. Destaca Hugo Xavier que a esta apetência de D. João VI e D. Carlota por coligir pinturas não terá sido estranho o facto de se terem rodeado de pessoas com interesses no meio artístico, como D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) (futuro Conde de Linhares) ou António de Araújo de Azevedo (1754-1817) (futuro Conde da Barca), “dois cultos estadistas que se destacaram por assinar importantes diplomas no domínio das Belas Artes e por dar protecção aos artistas”²⁵⁸.

A arte ocuparia assim, pelas mais diversas fontes, um lugar importante junto da família. Deste modo, encontramos a irmã de D. Pedro, D. Maria Isabel de Bragança (1797-1818), mulher de Fernando VII de Espanha, a ser fundadora do *Real Museo de Pintura* (futuro Museu do Prado) e o coleccionador Carlos IV, seu avô materno e sogro, a deixar em testamento toda a sua pinacoteca a Fernando VII, “*Collecção muito importante*” de “*painéis*” que constituiria relevante parte do núcleo inicial do museu espanhol²⁵⁹.

Os seus casamentos, primeiro com D. Maria Leopoldina e depois com D. Amelia de Leutchenberg, contribuiriam em muito para a solidificação da sua cultura e gostos artísticos. Apesar de bastante jovens, ambas traziam uma esmerada educação literária e artística que terão proporcionado a D. Pedro um verdadeiro enriquecimento da sua cultura.

O seu interesse, por exemplo, pelos trabalhos da prensa litográfica terá sido tão grande que levou a que eles tenham ficado bastante tempo na moda na corte do Rio de Janeiro, e que, em 1827, se observasse que “*Les lithographes sont assez en vogue depuis surtout que l'Empereur du Brésil lui même s'est occupé de ce genre de talent*”²⁶⁰. Poucos anos mais tarde, a compra de uma prensa em França e sua oferta ao pintor e amigo João Baptista Ribeiro (1790-1868), tê-lo-á levado a ser presença frequente na oficina e a ajudar o artista na execução de alguns trabalhos²⁶¹.

algumas pinturas, esculturas, porcelanas e relógios com música. Sobre este assunto *vide* SOARES, *ibidem.*, pp.394-395.

²⁵⁷ *Idem, ibidem.* Aspectos referidos pelo pintor, ao serviço de D. João VI, na *Collecção de Memórias...*, editada em 1823 (Lisboa, Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, 1922), pp.30-31.

²⁵⁸ XAVIER, *op.cit.*, p.78.

²⁵⁹ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil ...”, 2014, *op.cit.*, p.384.

²⁶⁰ *Apud* COSTA, *op.cit.*, p.119.

²⁶¹ MOURATO, António Manuel Vilarinho Araújo, *João Baptista Ribeiro: 1790-1868*, Tese de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p.289.

Caricaturas feitas pelo artista brasileiro Francisco Pedro do Amaral (1790-1831) também terão tido a colaboração maliciosa do imperador. Obras isoladas, como uma pequena mosca pintada na parede de um aposento da casa de Domitila, em S. Cristóvão, uma coruja debuxada no estuque de uma das salas da Quinta Imperial da Boa-Vista, o auto-busto esculpido pelo Imperador para figura de proa da fragata “Pedro I”, a coroa do esquife da esposa e o entalhamento do mausoléu de jacarandá²⁶², serão algumas das realizadas no outro lado do Atlântico. Demonstraria ainda, desde jovem, especiais dotes nas artes de mecânico, de marceneiro e de torneiro²⁶³, realizando trabalhos que a todos impressionavam.

Os seus dotes musicais, celebrizados pelo pintor brasileiro Augusto Bracet, que o representa a compor ao piano a música do Hino da Independência²⁶⁴, também seriam afamados. Herdeiro da paixão dos seus antepassados pela música, seria discípulo de José Maurício e Marcos Portugal, rapidamente demonstrando grande perícia com a flauta, o violino, o fagote e o trombone²⁶⁵. A estes mestres, ministrando-lhe a teoria da composição, harmonia e contraponto, ter-se-á juntado Segismundo Neukomn²⁶⁶. Tocava, regia e compunha. O seu natural talento para a música terá impressionado a França, o rei Luís Filipe – que terá adoptado no exército francês algumas das suas marchas -, e o próprio Rossini, com quem conversaria acerca de música, o qual, tão encantado com umas das sinfonias de D. Pedro terá mandado executá-la pela orquestra do *Théâtre Italien*²⁶⁷.

Terá sido D. Pedro a compor o hino da campanha da independência do Brasil e, anos mais tarde, o hino da expedição organizada para a conquista de Portugal em nome de D. Maria²⁶⁸. Tocando “*muito bem quasi todos os instrumentos*”²⁶⁹ – o piano acabaria por ser a sua companhia dos últimos anos – numa carta de D. Leopoldina a seu pai, imperador, datada de 17 de Fevereiro de 1821, pode ler-se:

*“Meu marido, que é também compositor, envia-lhe uma missa, uma sinfonia e um “Te-Deum” que compôs, e para falar com franqueza é um pouco teatral; a culpa é antes da influência do mestre; mas posso assegurar que tudo foi composto por meu marido sem auxílio algum”*²⁷⁰.

²⁶² COSTA, *op.cit.*, p.120.

²⁶³ SOARES, RODRIGUES, "A cultura artística dos Imperadores do Brasil ..", 2012, *op.cit.*, p.106.

²⁶⁴ *Idem, ibidem*.

²⁶⁵ COSTA, *op.cit.*, p.115.

²⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.115.

²⁶⁷ *Idem, ibidem*, p.116.

²⁶⁸ *Idem, ibidem*, p.117.

²⁶⁹ Carta datada de 24 de Janeiro de 1818, de D. Leopoldina a uma das suas tias. *Apud* COSTA, *op.cit.*, p.118.

²⁷⁰ *Apud idem, ibidem*.

Multifacetado, abraça tarefas que revelam igualmente o gosto pelas letras. Desde jovem revelou alguma sensibilidade para a poesia, sendo autor de alguns versos e sonetos; para além de “escrita sentimental”, o hino constitucional português é da sua autoria ²⁷¹.

Durante o Cerco do Porto vai revelar esta sua faceta poética, nomeadamente, a Baptista Ribeiro, o qual relata

“ *Foi por esta ocasião que D. Pedro me deu a conhecer que fazia versos e mostrou-me um soneto que fez a sua Augusta Esposa e que elle collou no reverso do retrato que d’Ella fiz por uma miniatura, e que decerto S. M. I. deve possuir.(...)”*²⁷².

Para além de poeta, encontramos em D. Pedro um jornalista, ambas facetas reveladoras do seu relativo à vontade com a escrita. Os artigos, escritos e publicados em jornais brasileiros do seu tempo, como o *Espêlho* ou o *Diário Fluminense* (este sua propriedade pessoal) assinados pelo próprio ou por pseudónimos²⁷³, passariam sobretudo por recados/respostas a opositores, onde se evidenciava a frontalidade e intransigência própria da sua pessoa. Como destaca Hipólito José da Costa – “Abusando-lhe da dedicação, a gente do govêrno embuçava-se vez por outra nas colunas do periódico e chuçava a oposição. O Imperador gostava dêsses exercícios fortes e o seus artigos logo se denunciavam pela destampada virulência”²⁷⁴.

A actividade, quase clandestina, do imperador na imprensa brasileira terá ecoado na Europa e no *Constitutionnel* de Paris diziam “*Ont sait que ce sage monarque enrichit fréquemment le Diario Fluminense de ses articles aussi bien pensées que bien écrits ils portent les initiales P. B.*”²⁷⁵

Para além das letras, era na equitação, na caça, nas ocupações manuais e mesmo na Guerra que demonstrava maiores habilidades. Era exímio em tudo o que dissesse respeito a cavalos, quer nos ofícios, quer na equitação, sendo admiradas as suas longas e rápidas viagens, onde se evidenciava a sua grande resistência física ²⁷⁶.

As suas habilidades manuais seriam evidenciadas até durante o cerco do Porto, onde a sua capacidade militar seria posta à prova. Desde a infância, mostrava-se um vencedor implacável, exímio no comando das tropas e no manejo das armas ²⁷⁷. De facto, segundo Dâmaso Monteiro, “*os exercicios militares eram o objecto mais caro ao seu coração*” ²⁷⁸.

²⁷¹ *Idem, ibidem*, p.111-115.

²⁷² *Apud* VITORINO, Pedro, *Biblioteca Portuense (1833-1933)*, Porto, Edição de Maranus, 1933, p.12.

²⁷³ São-lhe atribuídos vários pseudónimos: “Ultra-Brasileiro”, “P.B.” e “P. Patriota” COSTA, *op.cit.*, pp.128-130.

²⁷⁴ *Apud* VIANNA, Helio, *Dom Pedro I, Jornalista*, São Paulo, Edições Melhoramentos, s.d., p.31.

²⁷⁵ *Apud* COSTA, *op.cit.*, p.129.

²⁷⁶ *Idem, ibidem.*, pp.121-125.

²⁷⁷ *Idem, ibidem*, pp.125-128.

²⁷⁸ MONTEIRO, *op.cit.*, pp.5-7.

1.1. “Cidadão do mundo”: as influências familiares e relações com as cortes da Europa

A vida de D. Pedro seria naturalmente pontuada por contactos que o influenciaram, ajudando a formar as suas ideias. A grande rede familiar, ainda mais incrementada pelos casamentos que realizou, também terá contribuído para tal.

O casamento com D. Maria Leopoldina de Habsburgo, arquiduquesa da Áustria – filha do Imperador da Francisco I²⁷⁹ e da Princesa das Duas Sicílias, Maria Teresa Bourbon – Nápoles, neta de Fernando I – trouxe-lhe benefícios vários, políticos/diplomáticos mas também intelectuais. Esta culta princesa, ajudá-lo-á a superar algumas das suas “falhas de formação”, enriquecendo-o culturalmente. Tê-lo-á ajudado a abrir os horizontes e, com isso, a influenciar aquelas que eram as suas escolhas culturais. Segundo Luiz Norton, D. Leopoldina tinha trazido “para o Brasil, para junto de D. Pedro, o gosto pelos livros, pelo estudo metódico, pela boa cultura literária e científica, assim como foi animadora constante de todas as manifestações artísticas”²⁸⁰.

Quando esta morre, em 1826, entre muitas linhas que escrevem em sua homenagem, destaca-se

*“que possuía os conhecimentos mais extraordinarios em quasi todos os ramos da Filosofia, e da Literatura: conhecida pelos grandes sabios da Europa; admirada pelo Illustre Naturalista o Barão de Humboldt; louvada nas Academias Estrangeiras, o Idolo da Côrte de Vienna, e de toda a Alemanha. Ella deixa ás suas Augustas Filhas huma Bibliotheca, rica pela esculpulosa escolha dos melhores Auctores; por muitos Manuscriptos autografos; por huma soberbissima collecção das melhores Escolas de Pintura : deixa hum Gabinete d’Historia Natural, onde existem as riquezas dos tres Reinos com mui pequenas faltas, que se ião encher. (...)”*²⁸¹.

²⁷⁹ Até 1804 Francisco II, Imperador do Sacro Império Romano-Germânico.

²⁸⁰ *Apud* MEIRELLES, Juliana Gesuelli, *Política e Cultura no Governo de D. João VI (1792-1821)*, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013, p.157 (Norton, 3ª edic. 2008) http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281086/1/Meirelles%2c%20Juliana%20Gesuelli_D.pdf (consultado pela última vez em 25-07-2016)

²⁸¹ *“A sensibilidade Nacional e Estrangeira...”, op.cit.*, pp.6-7. Refere Norton que D. Leopoldina “era uma mulher de espírito, calma, culta, dedicada às boas letras e às belas-artes; interessava-se vivamente pelas ciências naturais, tinha curiosidades científicas, lia Sismondi, colecionava animais e plantas, conhecia perfeitamente a mineralogia, a zoologia e a geometria descritiva (...)”. NORTON *apud* MEIRELLES, *op.cit.* p.157. Segundo o mesmo autor, ela contribuiria para civilizar o Brasil e por exemplo, “muito concorreu D. Leopoldina [para o progresso da arte musical] que trouxe consigo da Europa uma excelente banda alemã, promoveu a vinda de artistas e se interessou, com rara sensibilidade, pelo progresso artístico do Brasil.” NORTON, Luiz, *A Corte de Portugal no Brasil. Notas*,

Com o segundo casamento, em 1829, com Amelia de Leuchtenberg (1812-1873) – filha de Eugénio de Beauharnais, Duque de Leuchtenberg, e da princesa Augusta da Baviera, neta de Maximiliano I José da Baviera, prima-irmã de Napoleão III, irmã da Rainha da Suécia – uma princesa com educação esmerada, bastante bem preparada, D. Pedro teria novamente a seu lado uma esposa digna do título de Imperatriz.

Os contactos familiares, de amizade e políticos levaram a que D. Pedro tivesse, ao longo da sua curta vida, contactos constantes com diversos países europeus. Uma facção da aristocracia portuguesa instalada nas principais cortes europeias, actuaria muitas vezes como emissária, defensora das suas ideias e interesses.

A correspondência trocada com familiares como Luís Filipe, rei de França, ou Fernando VII, rei de Espanha, ou com amigos como o Marquês de Resende, seu embaixador em França, é demonstrativa da proximidade que mantinha com o estrangeiro e, certamente, também com as políticas e ideias novas – nem sempre fáceis de concretizar – que daí eram emanadas²⁸². Na senda de apoios políticos e financeiros para a sua causa, os contactos com as cortes europeias serão, a certa altura, constantes. Ligados por próximos laços de sangue, nessas cortes buscará legitimidade. Os seus amigos exilados, ele próprio, numa complexa teia diplomática, presente em locais chave, encontrarão apoios e obterão meios. A Grã-Bretanha, mas principalmente a França, para onde rumará com a sua mulher e D. Maria antes de partir para os Açores, foram os palcos principais, onde não terá ficado indiferente às políticas que ali se praticavam e que serão evidentes, nomeadamente, em iniciativas ligadas à gestão do património, como o projecto do Museu Portuense, que abordaremos mais adiante, neste capítulo.

2. A acção cultural do 1º Imperador do Brasil (1822- 1831)

Apesar de ser detentor de um grau de cultura questionável por muitos, D. Pedro desenvolveu no Brasil uma considerável acção cultural, que tem sido pouco considerada pelos autores, mesmo brasileiros.

A isenção de emolumentos alfandegários a todos os livros, a abolição da censura prévia – até então imposta a tudo o que era impresso nas tipografias do país – foram algumas das medidas

documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina, 2ª edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, [19--], p.85, p.95.

²⁸² Vide, por exemplo, cartas transcritas em *D. Pedro d'Alcântara de Bragança 1798-1834*, Catálogo da Exposição, Paço Imperial, Rio de Janeiro, Abril de 1987, p. 198, 202, 203, 204, 206.

tomadas após ter assumido a regência²⁸³. Em 1827, a criação dos cursos jurídicos, representaria a independência universitária do Brasil, até então dependente de Coimbra²⁸⁴.

O 1º Imperador seria responsável, nomeadamente, pela formação da primeira colecção egiptológica brasileira. Adquirida em leilão, em 1826 (oficialmente a 10 de Abril de 1827, sob presumível aconselhamento de José Bonifácio de Andrade (1763-1838), ao comerciante italiano Nicolau Fiengo, pela considerável quantia de “*cinco contos de reis*” – constituída por múmias humanas e animais, ataúdes, estelas funerárias e estatuetas – seria doada por D. Pedro ao Museu Real da Quinta de S. Cristóvão (fundado por D. João VI, em 1818), vindo a constituir uma das mais relevantes colecções egípcias da América Latina²⁸⁵.

Pela mesma altura, em 1826, a criação da *Imperial Academia e Escola de Belas Artes*, em substituição da antiga *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios*, fundada havia dez anos por D. João VI, foi uma das medidas mais assinaláveis.

O projecto de uma Academia, tinha sido inicialmente lançado sob iniciativa do Conde da Barca (1754-1817) – ministro, colecionador e protector das artes – e de Joachim Le Breton (1760-1819) – secretário da classe de Belas Artes do Instituto Real de França, demitido por afinidades bonapartistas²⁸⁶. Como destaca Clara Moura Soares, a queda de Napoleão tinha favorecido a emigração para o Brasil de um grupo de artistas franceses, com o objectivo de ali estabelecer um ensino superior e académico de Belas-Artes, a designada *missão artística francesa*²⁸⁷.

Em 1820, no contexto desta *missão*, nascia a *Real Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Architectura Civil*, logo substituída – em virtude desta ser considerada muito complexa e de interessar ao governo o desenvolvimento da indústria e não das Belas Artes – pela “Academia Real e Escola das Belas Artes”, onde eram contemplados o ensino dos ofícios e das Belas Artes; viria ainda a dar lugar, em 1824, à designada Academia Imperial das Belas Artes²⁸⁸.

Mas seria D. Pedro I, após vários motivos terem adiado o projecto – eclosão da revolução pernambucana (1817), morte do Conde da Barca (1817) e de Le Breton (1819), envolvimento na política colonial espanhola, revolução liberal portuguesa (1820), regresso de D. João VI e

²⁸³ COSTA, Sérgio Corrêa da, *op.cit.*, p.131.

²⁸⁴ *Idem, ibidem*.

²⁸⁵ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil ...”, 2014, *op.cit.*, pp.384-385. Os arqueólogos brasileiros supõem que as peças serão oriundas das escavações realizadas pelo explorador italiano Giovanni Battista Belzoni (1778-1823) no Vale dos Reis e no templo de Karnak, na antiga Tebas.

²⁸⁶ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil ...”, 2014, *op.cit.*, p.385.

²⁸⁷ *Idem, ibidem*.

²⁸⁸ WANDERLEY, Monica Cauhi, *História da Academia – diferentes nomes, propostas e decretos* (2011), disponível em http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/academia_mcw.htm (consultado em 25-03-2016).

da Corte a Portugal (1821), independência do Brasil (1822), entre outros – quem efectivamente acabaria por implementar, em 1826, uma Academia de Belas-Artes, no Rio de Janeiro²⁸⁹.

Dotada, desde esse ano, de edifício próprio, projectado pelo arquitecto Grandjean de Montigny, membro da *missão estética francesa*²⁹⁰, a Academia veria os currículos escolares renovados o que proporcionaria o incremento da educação artística; várias exposições seriam promovidas²⁹¹.

Segundo Jean-Baptiste Debret (1768-1848), professor de pintura, autor do Projecto do Plano para a *Imperial Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro* apresentado em 1824, D. Pedro, enquanto “*Fundador e Protector da Imperial Academia de Belas Artes*” – “*um dos [seus] numerosos monumentos*” – atestaria “*aos vindouros a Proteção Especial*” com que tinha “*honrado as Artes, e os que a cultivam.*”²⁹².

3. Novos tempos – o regresso de D. Pedro (1831- 1834)

As primeiras quatro décadas do século XIX, em Portugal, ficaram marcadas pelas Invasões Francesas, pela ausência da Corte e pela Guerra Civil (1828-1834), factos que proporcionaram um clima de instabilidade e incúria patrimonial.

Após quase um quarto de século no Brasil, e de ter abdicado da coroa brasileira a favor do seu filho D. Pedro II, em 1831, D. Pedro regressou definitivamente à pátria, imbuído da missão de defender os direitos ao trono português de sua filha, D. Maria²⁹³.

O regresso de D. Pedro a Portugal não se realizou em circunstâncias favoráveis, mas antes de luta, por aquilo que achava legítimo, o que, naturalmente lhe deveria ter deixado pouco tempo para pensar em políticas concretas de defesa do património.

No entanto, não é isso que verificamos. Mesmo durante o tempo passado nos Açores e, nomeadamente, durante as agruras do cerco do Porto, D. Pedro IV revelaria especiais preocupações com a instrução e a sensibilidade artística. Estas seriam especialmente concretizadas na criação do Museu Portuense – o primeiro museu público de arte em Portugal, projecto que, como veremos noutro ponto deste capítulo, aproveitando bens dos conventos abandonados e suprimidos, sequestros e expropriações dos bens dos rebeldes e traidores e o espólio da Academia Real de Marinha e Comércio do Porto, teria como missão a preservação

²⁸⁹ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil ...”, 2014, *op.cit.*, p.386.

²⁹⁰ *Idem, ibidem.*

²⁹¹ SOARES, RODRIGUES, “A cultura artística dos Imperadores do Brasil...”, 2012, *op.cit.*, p.106.

²⁹² SOARES, “D. Pedro, I do Brasil ...”, 2014, *op.cit.*, p.386, WANDERLEY, *op.cit.*

²⁹³ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil ...”, 2014, *op.cit.*, p.387.

do património artístico incorporado e a promoção da sua utilização com uma finalidade cultural e pedagógica. Apoiou, igualmente, a criação de um depósito central em Lisboa que viria não apenas a recolher livrarias e cartórios, mas também pinturas, tendo em vista um ambicioso projecto de um Museu Nacional de Belas-Artes.

Como veremos, a maioria das medidas delineadas no âmbito do património histórico e artístico beneficiaram sobremaneira de um contexto de laicização do Estado, que teve o seu auge em 1834 na extinção das ordens religiosas e na consequente nacionalização dos seus bens, entre os quais relevante património edificado (como os designados *monumentos*), e milhares de obras de arte.

D. Pedro IV, apoiado por um conjunto de intelectuais liberais, antigos exilados, como Almeida Garrett (que tinha já demonstrado um especial e efectivo interesse pela pintura nacional, e que na década de 40, através do seu *Jornal de Bellas Artes* contribuirá efectivamente para a valorização do património móvel), que não o terão deixado de apoiar e influenciar com as ideias progressistas trazidas de países como a França ou a Inglaterra e que com ele vêm defender o trono de D. Maria, vai revelar a essência dos ideais liberais, traduzida em medidas concretas. De facto, à sua própria sensibilidade cultural e artística, vemos associar-se a missão do Estado Liberal, o qual tem o dever de proteger os seus bens mais valiosos, distinguindo-se deste modo do “*desleixo de Governos quasi selváticos*”²⁹⁴.

A protecção das artes e da cultura, a promoção da instrução de um povo, são sinónimos de civilização, que vemos expressos na actuação do herdeiro de D. João VI, em que se denotam influências do exemplo francês, a que certamente não seriam indiferentes os seus dois casamentos já aqui referidos, primeiro com uma sobrinha-neta da rainha Maria Antonieta, a Arquiduquesa Dona Leopoldina, e depois com a neta da Imperatriz Josefina, Amélia de Beauharnais²⁹⁵.

É nas suas acções, que toma com os seus ministros no curto espaço de tempo que acabou por viver em Portugal, e que tiveram enormes e múltiplas consequências (políticas, sociais, económicas, culturais) – com continuidade na sua herdeira – que encontramos um desejo de afirmação identitária, concretizada na salvaguarda dos monumentos assim como do património artístico, bibliográfico e científico, e menos por novas encomendas²⁹⁶. Procurava-se uma

²⁹⁴ SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano, "A salvaguarda do património histórico-artístico na regência de D. Pedro IV: a Consciência Patrimonial no contexto das Guerras Liberais", in RODRIGUES, José Delgado, PEREIRA, Sílvia S. M., (ed.). *Actas do Simpósio Património em Construção, Contextos para a sua preservação* (LNEC-IHA), Lisboa, LNEC, 2011, (pp.351-358) pp.355.

²⁹⁵ *Idem, ibidem*, p.356.

²⁹⁶ *Idem, ibidem*, p.355.

legitimação através da História, do seu conhecimento, reforçando a identidade nacional e a instrução dos cidadãos.

Uma política que se viria a afirmar futuramente com o Setembrismo mas cujas raízes já estavam implantadas e a que não seriam alheios os ecos da Revolução Francesa, nomeadamente os relacionados com os conceitos de monumento histórico e daquilo que poderemos designar como instrumentos de preservação, onde se inscrevem meios como depósitos, museus, inventários, classificação ou reutilização²⁹⁷.

Inserida num contexto de atitudes de salvaguarda do património que faz utilização destes meios, a partir de D. Pedro vamos encontrar o crescimento de uma consciência patrimonial, abrangente – por vezes elitista, mas ampla nas suas atitudes –, que não se fica, unicamente, pelo edificado, mas que se estende também (e, até muitas vezes, especialmente) ao património móvel. As invasões francesas, a ida da corte para o Brasil, a guerra civil, os exílios, terão contribuído para que se tomasse uma maior consciência do seu papel documental, simbólico e artístico (e mesmo financeiro), potenciando-se a sua valorização; a “portabilidade” tinha revelado a sua fragilidade mas também a sua importância.

O caso dos sete volumes da Bíblia dos Jerónimos, usurpados por Junot durante a primeira invasão francesa e devolvidos ao mosteiro de Belém em 1815, tinha demonstrado o “peso” que algum deste património podia assumir, com a sensibilidade do diplomata D. Pedro de Sousa Holstein (1775-1823), Conde de Palmela, a definir a obra como “*verdadeiro Monumento Nacional*”²⁹⁸. A mesma sensibilidade e consciência do significado histórico e artístico que certas peças podiam assumir, seria revelada em 1833 pelo regente do reino que, perante a ameaça da invasão absolutista, assume uma atitude de protecção perante este e outros tesouros nacionais; esta postura, a promoção da fundação do Museu Portuense, entre outras acções que desenvolve até à sua morte – assuntos que analisaremos de forma mais aprofundada neste capítulo – demonstram uma clara valorização do património artístico, móvel²⁹⁹.

Como veremos, a legislação que passa a ser produzida, que analisamos nos vários capítulos desta tese, comporta na maioria das vezes, uma preocupação mais ou menos explícita com o conjunto de bens que são desamortizados. Com uma actuação que, num primeiro momento, procura uma protecção global – onde estarão inevitavelmente presentes interesses não apenas culturais, mas também políticos e financeiros – transparece a existência da percepção de que

²⁹⁷ *Idem, ibidem*, p.356.

²⁹⁸ NETO, Maria João, SOARES, Clara Moura, *O Mosteiro dos Jerónimos. Arte, Memória e Identidade*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2013, pp.156-157.

²⁹⁹ *Idem, ibidem*.

no vasto universo dos espólios nacionalizados, do património móvel conventual, existiriam preciosidades artísticas e históricas a serem conservadas. Para além das pinturas, livrarias, vasos sagrados, importava proteger todos os outros objectos que “*por qualquer motivo se julgassem preciosos*”³⁰⁰. Obras e edifícios de “*notável antiguidade*”, “*primores da arte*”, relacionados com grandes feitos históricos, considerados de épocas áureas nacionais³⁰¹, conheceriam especial protecção.

Apesar de passarmos a constatar a valorização da dimensão estética do património histórico, nomeadamente, do móvel – a partir de então disponível em larga escala – que estará relacionada com características como a ausência de funcionalidade, que levam a que o aspecto artístico e estético, seja valorizado, constata-se que existia uma preocupação que não se limitava a estes valores. De facto, a carga histórica/simbólica que os bens encerravam, acabou por ter um peso substancial em todo o processo.

Em consequência de todo este contexto, não só obras, mas artistas, nomeadamente pintores, passam a ser vistos como símbolos da nação, parte integrante da memória colectiva. Foi isso, por exemplo, que sucedeu com Grão Vasco ou Josefa de Óbidos e as obras que lhes foram atribuídas.

Muitas obras – algumas consideradas excepcionais, atingindo o patamar de preciosidade artística, e por isso mesmo, merecedoras de especial protecção – seriam retiradas do seu contexto original, conhecendo assim uma valorização estética, museológica. Nos museus que vão nascer, e que servirão não apenas para potenciar o *gosto do bello* mas sobretudo o conhecimento da nossa história, do nosso património, estas, mesmo descontextualizadas, desempenharam uma relevante função documental, apresentadas como testemunhos de tempos áureos nacionais.

No caso específico da pintura (tal como sucedeu, por exemplo, com as preciosidades em ouro e prata), mesmo sendo alvo de um tratamento privilegiado, conhecendo regras particulares de inventariação, arrecadação, etc, vemos que nunca disputou o reconhecimento da sua importância, em igualdade com o edificado. No entanto, por exemplo, na forma como D. Pedro num dos retratos realizados por Sendim, surge ladeado pela sua mulher e filha, numa visita ao Mosteiro dos Jerónimos/Casa Pia, com este monumento histórico como fundo – em que a sua actuação em defesa e “transformação” deste, se mostrou crucial – ia ao encontro de uma

³⁰⁰ Portaria de 19 de Agosto de 1834. Disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p22>.

³⁰¹ Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados Desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*. Quarta Serie. Edição Official, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1837, pp.119-122.

consciência patrimonial que, pela valorização do edifício, extravasa uma simples representação, e confere àquela pintura o estatuto de monumento.

A suspensão das obras do Palácio da Ajuda em Setembro de 1833³⁰², por razões financeiras decorrentes da guerra civil, revelar-se-ia, como o lado menos positivo (e até algo incongruente) da acção de D. Pedro IV, uma que vez colocou no desemprego todos os pintores que ali trabalhavam e implicou a extinção da *academia ou escola de desenho de Bellas Artes*, que existia anexa àquelas obras, desde 1826, sob a direcção de Joaquim Rafael (1783-1864), Primeiro Pintor da Real Camara e Corte. No entanto, esta sua acção – justificada por um “*espírito de economia*”³⁰³ – viria a estar na origem, pela mão deste artista, do projecto de criação de um Ateneu de Belas Artes, que culminaria com a criação das Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto, em 1836, já depois da morte do Rei-Soldado.

Com D. Pedro IV, pela positiva e pela negativa, estávamos perante um herói romântico, retratado dessa forma pelos artistas do seu tempo. João Baptista Ribeiro, Maurício José do Carmo Sendim (1786-1870), José Joaquim Primavera (1793-?), apresentam-nos um herói, por vezes também em representações mais informais e mesmo emotivas de um homem consumido pelas “fadigas da guerra”, que se batia pela filha e pela Carta. Uma imagem que se traduziria não apenas na arte, mas também em muitos opúsculos impressos da autoria de apoiantes como Gonçalo Araujo e Sousa³⁰⁴ – de que transcrevemos uma frase no início deste capítulo – e que nos deixam antever uma aura de quase herói clássico que, de uma maneira geral, se manteve presente na sua memória necrológica, que perdurou nos festejos dos seus aniversários, ao longo do século XIX.

3.1. O período açoriano: primeiras medidas nos conventos (1832)

³⁰² Portaria datada de 4 de Setembro de 1833, assinada por Cândido José Xavier: “Manda o Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, participar ao Conselheiro Fiscal das Obras Publicas para sua intelligencia e execução que foi servido Ordenar 1.º Que sejam por ora desempregados todos os Pintores. 2.º Que sejam sorteados quatro Pintores de broxa para se empregarem nas Obras Publicas 3.º Que fiquem supenços os Mestres de Carpinteiros, Pedreiros, Canteiros, e Serralheiros para entrarem nas Obras Publicas segundo o seu merecimento, quando houver Lugar vago 4.º Que tambem seja sorteado para Fiel hum Guarda; e que todos os outros fiquem suspenços 5.º Que se adopte a proposta relativa ás Cantarias do Erario novo, se fôr projecto economico.” ANTT, MR, Mç.2142, 4ª Repartição Negócios diversos, Letra H 1835-1843.

³⁰³ *Ibidem*.

³⁰⁴ ARAUJO E SOUSA, Gonçalo Jose de, *Ao Advento de Sua Magestade Imperial; O Senhor D. Pedro Duque de Bragança a esta Cidade de Lisboa no Glorioso dia de 28 de Julho de 1833. ...*, Lisboa, Na Typographia de Desiderio Marques Leão, 1833.

Depois de regressar do Brasil e da Europa, foi nos Açores, reduto liberal, que apoiado pelos seus mais fiéis seguidores, o imperador preparou o futuro. Ali, onde se proclama regente e nomeia o primeiro governo liberal, D. Pedro, Palmela, Mouzinho da Silveira, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, José António de Aguiar, José da Silva Carvalho, entre muitos outros, arquitectaram o novo Portugal Liberal. Como escreve Pedro Calmon “A vida de D. Pedro nos Açores – quatro mezes épicos de bohemia política – foi a necessaria transição entre a tranquilidade burgueza de S. Christovão e o cêrco do Porto”³⁰⁵.

Na ilha Terceira, verdadeiro viveiro ideológico e político, os liberais delineariam uma pequena amostra daquilo que mais tarde viriam a pretender realizar no Continente.

No que se refere aos conventos, levaram a cabo aquela que, após 1822, seria a primeira reforma com significativas implicações nestes e em outras estruturas religiosas. No dealbar do liberalismo, a conjuntura ideológica, política, económica tinha-se alterado e com ela a forma como as casas religiosas e a vida consagrada eram vistos. A necessidade de equilibrar o erário público era outro dos fortes motivos para agir, uma vez que com as supressões os bens eram nacionalizados.

O Relatório apresentado pelo então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, José Xavier Mouzinho da Silveira, publicado conjuntamente com o decreto datado de 17 de Maio de 1832, que suprime conventos e colegiadas nas ilhas dos Açores e organiza as paróquias em S. Miguel, espelhava as motivações ideológicas liberais que estavam na base dessa concretização. A relação do clero com o trabalho estava no cerne da questão. Com os religiosos a serem vistos como classe parasita da sociedade, para o Ministro, “(...) *o grande principio da economia publica, [era] o desfazer quantos obstaculos se oppozerem ao maximo desenvolvimento da faculdade de trabalhar.(...)*”. Para ele, tal como para a ideologia liberal, o trabalho era visto como

“(...) a base de todas as virtudes e de todas as riquezas, e o luxo, entretido pelos fructos do trabalho anterior, é a causa do trabalho posterior, assim como é destruidor do bem publico, não digo só o luxo, digo tambem a subsistencia mais miseravel á custa alheia (...)”³⁰⁶

Como tal, segundo Mouzinho da Silveira,

“Goze cada um de sua propriedade particular, e não consinta o Governo que vivam de contribuições senão os homens necesarios para as cousas, e Portugal tem mais do

³⁰⁵ CALMON, *op.cit.*, p.257.

³⁰⁶ *Relatorio* de Mouzinho da Silveira que acompanha o Decreto de 17 de Maio de 1832, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/73/116/p168>.

*que bastante para ser, sem o ouro do Brasil, o Paiz mais rico da Europa (...) Entre nós não ha proporção alguma entre a capacidade de achar materia contribuinte, e a gente destinada a devora-la; assim estão mal todos, ou porque não podem pagar, ou porque não são pagos”*³⁰⁷.

Referindo-se propriamente ao Clero dizia que

*“(...) tomado no sentido lato, é um dos mais escandalosos exemplos desta desproporção, no Reino, e nas Ilhas absorve maior rendimento que o da Nação, e a priva de dous terços da sua capacidade contribuinte (...) Nas Ilhas dos Açôres, aonde elles não tem os Dizimos, a mais violenta das contribuições, (...) pagar ao Clero Secular, o rendimento deste, e do Regular, e o preço, que recebe dos soccorros espirituaes, é muito mais avultado do que toda a receita publica, cuja parte consideravel é o excedente desses Dizimos (...)”*³⁰⁸.

O número de instituições religiosas, as falsas vocações, eram alguns dos problemas assinalados. De facto, há muito que nos Açores os conventos, pela vida ali praticada, nomeadamente os femininos, tinham atingido um elevado grau de desmoralização e descredibilização.

No entanto, a religião não era posta de parte, e D. Pedro, “*ao mesmo tempo religioso, e amigo dos homens*” devia aumentar “*o numero dos Pastores do Rebanho de Jesu Christo, e diminuindo a bem dos Povos as entidades, que os apoquentam*”³⁰⁹; de facto a religião era reconhecida como “*uma necessidade publica*” e reconhecia-se a importância dos párocos e a necessidade de criação de novas paróquias³¹⁰. Os liberais procuravam na Igreja Católica o desempenho de “*um papel importante na aglutinação das consciências e na harmonização da sociedade*”³¹¹.

Esta era toda uma conjuntura que influenciava o crescimento económico dos Açores. De facto, D. Pedro

“acha meios de quadruplicar a povoação, a prosperidade, e as finanças das Ilhas, convertendo em pórtos na Terceira, S. Miguel, e Fayal as substancias, que até agora nutriam a desesperação dos Claustros, e definhavam na inutilidade, e na intriga excellentes Pais, e Mães de familias possiveis, que multiplicarão um dia a especie

³⁰⁷ *Idem, ibidem* <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/73/116/p169>.

³⁰⁸ *Idem, ibidem*.

³⁰⁹ *Idem, ibidem*.

³¹⁰ *Idem, ibidem*, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/73/116/p170>.

³¹¹ NETO, Vítor, “O Estado e a Igreja”, in *História de Portugal*, (MATTOSE, José, dir). 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p.266.

*humana, e augmentarão a industria, e o trabalho, sustentando a Sociedade, em lugar de se lhe impôr como fardos.”*³¹².

Todas estas ideias vão estar reflectidas no decreto de 17 de Maio de 1832, logo no Artigo 1º, em que se refere:

*“Os bens de todos os Conventos supprimidos nas Ilhas dos Açores são Bens Nacionaes os bens dos Conventos conservados, podendo não ser sufficientes para a sustentação de todos os Religiosos, e Religiosas, entrarão na Massa geral da administração, que fiscalizará o rendimento, e preencherá o que faltar O Governo applica desde já os bens desnecessarios áquella sustentação, para abrir pórtos nas Ilhas de S. Miguel, Terceira, e Fayal, (...)”*³¹³.

Também os padroados eram declarados bens nacionais.

Quanto aos bens, nomeadamente os bens móveis, encontramos pontos de contacto com o decreto de 26 de Outubro de 1822, contudo, ao contrário deste, nenhum artigo alude especificamente às livrarias, quadros, medalhas, pedras preciosas, ou outro bem de eventual interesse artístico. Ou seja, o legislador não teve a preocupação de salvaguardar o vasto conjunto de obras de arte que constituíam o importante tesouro das corporações então suprimidas.

São apenas três os artigos do dito decreto (artigos 3º, 4º e 5º) com eventual implicação mais directa neste tipo de património:

“Art. 3.º Os Vasos Sagrados, como calices, patenas, pixides, e ambulas são dados ás Parochias pobres, preferidas as que de novo se crearem; e posto que as galhetas, e as colherinhas não sejam objectos Sagrados, e que as custodias só o sejam as meias luas, todavia as custodias, galhetas, e colherinhas serão considerados objectos Sagrados para o fim da doação. Do mesmo modo são doados ás referidas Parochias todos os ornamentos e vestiduras

Art. 4.º Os bens de raiz dos Conventos supprimidos são a hypotheca legal de todas as pensões estabelecidas neste Decreto, os móveis não comprehendidos no Art 3º serão immediatamente alienados Quando aconteça dispôr o Governo de alguns bens, outras hypothecas serão substituidas, em quanto houver direito adquirido a ellas

³¹² Relatorio de Mouzinho da Silveira ... <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/73/116/p170>.

³¹³ Decreto de 17 de Maio de 1832, <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/73/116/p170-179>.

*Art. 5.º Os inventarios dos bens dos Conventos suprimidos, e dos conservados serão feitos pelos Agentes da administração publica, e os dos objectos mencionados no Artigo 3º serão feitos pelo Ordinario na occasião, em que se fizer o inventario geral estes objectos serão distribuidos pela fôrma disposta no mesmo Artigo 3º, com Recibos em fôrma, que subirão com os inventarios á Secretaria d’Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça.”*³¹⁴.

De facto, apenas os objectos mais directamente ligados ao culto, merecem especial menção, nomeadamente, por terem destino certo: as paróquias pobres ou então criadas. Tudo o resto parece entrar na grande massa dos “*móveis não comprehendidos no Art 3º*”, cujo destino era serem “*immediatamente alienados*”³¹⁵.

Para levar a cabo e estimular as alterações pretendidas, foram introduzidas uma série de novas regras que passavam, nomeadamente, por facilitar que as religiosas deixassem os conventos; pela obrigação de nenhum religioso poder recusar um emprego compatível com a sua profissão; pelo cessar de pensões pagas pela Fazenda Pública aos conventos (mesmo aqueles que fossem conservados); pela proibição da mendicidade e de entrada à profissão religiosa a pessoas de ambos os sexos, assim como a admissão de pupilos, pupilas e donatos. A infracção destas regras, e de outras que constituíam o decreto, poderia levar a sanções, nomeadamente, em alguns casos, à supressão de conventos³¹⁶.

No que se refere a conventos de religiosas, seriam suprimidos onze conventos e conservados apenas quatro – o Mosteiro de S. Gonçalo (Angra, Terceira), o Mosteiro de Nossa Senhora da Glória (Horta, Faial) o Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança e o Mosteiro de Santo André (ambos em Ponta Delgada, S. Miguel). Às religiosas, quer as que permanecessem nos conventos conservados (onde se reuniram todas aquelas que escolheram permanecer neles), quer as que os abandonaram, eram beneficiárias de pensão vitalícia. Quanto aos Mosteiros conservados, eram-lhes dados oitocentos mil reis anuais para “*despezas do Culto, reparo do edificio, e pagamento de ordenados a Medicos, Cirurgião, Capellães, Sacristão, criados de porta a fóra, e Rodeira de fóra*”³¹⁷.

Seguindo os mesmos princípios, mas com um impacto proporcionalmente maior, seriam suprimidos dezoito conventos masculinos (mais um recolhimento), e conservados apenas quatro – o convento de S. Francisco (Angra, Terceira), o convento de Nossa Senhora do Rosário

³¹⁴ *Idem, ibidem.*

³¹⁵ *Idem, ibidem.* Artº 4º.

³¹⁶ *Idem, ibidem.*

³¹⁷ *Idem, ibidem.*

(Horta, Faial), o convento de S. Francisco (Ponta Delgada, S. Miguel), convento de Nossa Senhora da Boa-Nova (Horta, Faial). À semelhança com o que sucedia com os conventos femininos era dada uma verba aos conservados, neste caso, quinhentos mil reis anuais “*para despesa do Culto, e reparos do edificio*”³¹⁸ e os religiosos teriam uma pensão vitalícia.

O que terá servido de critério para escolha de manutenção ou extinção dos conventos, é uma questão pouco clara. De facto, ao que parece, este não terá tido por base a vitalidade espiritual das casas religiosas, o seu adequado respeito pelas regras ou, de uma forma evidente, o património que encerrava. Segundo Maria Fernandes Enes, o motivo para a sua conservação poderá encontrar-se na dimensão e importância dos centros em que se encontravam, ou até mesmo, na origem social dos seus habitantes ou número de professores³¹⁹. No entanto, cremos que, tendo em atenção alguns destes aspectos, não podemos deixar de relacioná-los com o valor do próprio património artístico que encerravam.

Tal como viria a suceder no continente, os conventos que foram suprimidos conheceriam reutilização, abandono ou mesmo destruição. No caso, por exemplo, do Convento de Nossa Sra. da Conceição em Ponta Delgada, ali viriam a ser instalados serviços públicos como o Hospital de Espírito Santo, o Quartel-general da 10^a divisão militar, o Governo Civil, etc., com todas as implicações directas e indirectas que essas ocupações tinham no edifício e eventual património artístico que ali restava. Casos mais drásticos sucederam como o do convento de Nossa Senhora da Graça em Angra do Heroísmo, um dos mais esteticamente significativos, que após venda em hasta pública, veria a sua igreja demolida pelo arrematante ³²⁰.

Destaquemos, ainda, o facto de a extinção legal não ter sido a primeira a efectivamente vigorar naquele arquipélago. Como refere Maria Enes, “O excessivo número de tropas, na Terceira e depois no Faial e São Miguel, determinou a extinção de facto de alguns conventos. Transformaram-se em quartéis ou em hospitais”³²¹. Ainda em 1830 os conventos de Santo António da cidade de Angra e da vila da Horta transformaram-se, respectivamente, em aquartelamento do batalhão das forças liberais e em hospital.³²² Outros casos existiam de conventos extintos pelo diminuto número de religiosos; esse terá sido o caso do convento de

³¹⁸ *Idem, ibidem*.

³¹⁹ ENES, Maria Fernandes – “A vida conventual nos Açores – Regalismo e Secularização”, in *Lusitana Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa Universidade Católica Portuguesa, *Sentimento, religião e política na época moderna*, 2^a série, Tomo XI, 1999 (pp.323-352), pp.348-349.

³²⁰ *Idem, ibidem*, pp.347.

³²¹ *Idem, ibidem*, pp.349. Um convento na vila da Praia e três em Angra, todos masculinos, foram ocupados pelas tropas. *Ibidem*.

³²² *Idem, ibidem*, pp.347.

São Tomás da Vila Nova, que apesar de ainda figurar no decreto de 1832, em 1829, reduzido a dois coristas, conheceria a extinção ³²³.

Com este decreto também as colegiadas sofreriam uma forte redução: dezoito suprimidas e apenas três conservadas ³²⁴. Quanto à organização das Paróquias na Ilha de S. Miguel, ficavam reduzidas a seis priorados, cerca de trinta e três paróquias, e foram suprimidas as restantes.

3.2. Porto: entre a guerra e a cultura (1832-1833)

*“Os Senhores padres e frades tem feito coisas inauditas he huma canalha como se não faz huma idêa felizmente os povos não estão já tanto pello que elles lhes pregão porq elles querendo exagerar as coisas tem-lhes dito tantas mentiras como elles começam a conhecer, que não acreditam tanto nos seus ditos. (...)”*³²⁵

(Porto, 17 de Julho de 1832)

Ao desembarcar nas praias de Pampelido, a 8 de Julho de 1832, e ao rumar ao Porto, D. Pedro inaugura um novo período. Passará à acção, lutando directamente contra o inimigo absolutista, fazendo vingar a sua causa. O prolongado Cerco do Porto, que durará entre aquele mês e Agosto de 1833, em que as tropas liberais se viram cercadas pelas forças miguelistas, galvanizará os portugueses para o triunfo do liberalismo, sob a aura que o Regente, pelas suas acções, criará.

Reinvestindo nas mesmas funções, no governo formado na ilha Terceira continuou a existir uma intensa actividade legislativa, procurando-se estender ao restante país a legislação aí produzida³²⁶.

Tal como nos Açores, no Porto D. Pedro vai continuar a estar rodeado de uma elite cultural e política que o vai apoiar, no esforço de guerra e que certamente terá constituído pesada influência nas suas decisões. Entre os soldados e os oficiais do cerco figuravam personalidades que viriam a ter relevância no futuro nacional; no batalhão de emigrados encontravam-se homens como Joaquim António de Aguiar, Almeida Garrett, Júlio Gomes, José Silvestre

³²³ *Idem, ibidem.*

³²⁴ Decreto de 17 de Maio de 1832, <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/73/116/p171>.

³²⁵ BACL, Ms. az. 1518, doc.9, Carta de D. Pedro para o Marquês de Resende, em Paris. Porto 17 de Julho de 1832 e *apud D. Pedro d'Alcântara de Bragança 1798-1834*, Catálogo da Exposição, Paço Imperial, Rio de Janeiro, Abril de 1987, p.204.

³²⁶ SILVA, António Martins da, “A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo”, in *História de Portugal*, (MATTOSO, José, dir). 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.89-90.

Ribeiro, Félix Pereira de Magalhães, António Cabral de Sá Nogueira, José Estevão, Alexandre Herculano, Luz Soriano, entre outros...³²⁷

O local escolhido para o desembarque das tropas liberais no continente, mostrava-se único. Como refere Artur Magalhães Basto, a cidade do Porto “reunia condições especiais que a predispunham para aceitar com facilidade as modernas doutrinas do Iluminismo e da Revolução Francesa”, nomeadamente, porque “os portuenses estavam em relações constantes com o estrangeiro” e “eram numerosas no Porto as colónias inglesa e francesa, através das quais eram filtradas as ideias políticas em voga na Inglaterra e na França”³²⁸. Para além disso, existiam outras vantagens práticas como a localização, facilidade de recrutamento, munições, etc, para além de, como refere o historiador Luz Soriano, “pela vastidão dos seus edifícios e crescido número de casa religiosas” poder obter através destes “os quartéis e hospitais militares de que se precisasse”³²⁹.

Através de conventos e casas de rebeldes desocupadas, juntamente com os seus recheios, D. Pedro e os seus seguidores vão encontrar os meios físicos e económicos para se estabelecer. Um “desocupar para ocupar” que permitirá, nomeadamente, ter acesso a um conjunto de bens móveis e imóveis, património, que pelo seu aproveitamento, terá grande relevância no futuro. No meio das lutas, o Regente vai encontrar tempo para dar atenção à cultura, criando, nomeadamente, aquele que virá a ser o primeiro museu público de arte português, como veremos.

3.2.1. O abandono dos conventos na Invicta e a constituição da Comissão da Reforma Geral Eclesiástica

Face a uma invasão liberal do Porto, as tropas miguelistas conduziram um movimento de retirada pelos adeptos da causa realista, acompanhado pelo abandono e consequente despovoamento de igrejas e conventos por parte do clero³³⁰. Deste modo, ao entrarem na cidade, em Julho de 1832, as tropas liberais depararam-se com uma série de edifícios devolutos; e, em

³²⁷ RAMOS, Luís A. de Oliveira, “No II Centenário do Nascimento de D. Pedro IV (1798-1998) O carácter emblemático do Cerco do Porto e do seu Monarca”, in *O Tripeiro*, 7ª Série, Ano XVII, Nº4 (Abril 1998) (pp.98-105), p.103.

³²⁸ *Apud* RAMOS, Luís A. Oliveira, *O Porto e as Origens do Liberalismo*, Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, Porto, Janeiro de 1980, p.22.

³²⁹ *Apud* RAMOS, “No II centenário do nascimento...”, Abril 1998, *op.cit.*, p.100.

³³⁰ SANTOS, Paula Mesquita, “Colecções Monásticas de Pintura no Museu Soares dos Reis”, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XVI, Nº3 (Março 1997), (pp.86-91), p.87. Como destaca esta autora, ao entrarem na cidade, as forças liberais depararam-se com uma série de imóveis ermos e disponíveis e, as suas hostes, movidas pelo ímpeto revolucionário, profanaram os templos e os edifícios conventuais da cidade. *Idem, ibidem*.

redutos miguelistas, havia, por exemplo, veementes indícios de existirem dois depósitos de armamentos nos conventos dos frades de Santo António e nas freiras de Miragaia, conforme, confidencialmente, Agostinho José Freire dava conta, a 27 desse mês, a José Xavier Mouzinho da Silveira...³³¹.

Simultaneamente, o espírito revolucionário levaria os liberais a profanar as propriedades eclesiásticas e a distribuir os seus bens por locais de depósito, riquezas móveis e imóveis de que o Governo Liberal apenas passaria a dispor definitiva e legalmente através do decreto de supressão dos conventos do Porto, datado de 15 de Maio de 1833³³².

No que diz respeito ao património imóvel da Igreja durante este conturbado período, conheceria diversos destinos. O clima então vivido levou à demolição de algumas igrejas e conventos, no entanto, existiram edifícios reutilizados como tribunais, museu, biblioteca, etc, ou vendidos em hasta pública enquanto “*bens nacionais*” sendo, contudo, preservadas as igrejas “*mais amplas e respeitáveis*”³³³.

Quanto aos bens móveis da Igreja, a sua riqueza levou a que fosse necessário assegurar a sua conservação, nomeadamente, daqueles considerados com interesse artístico.³³⁴ Também com este propósito seria criado o Museu Portuense, o primeiro museu público de arte do país, ao qual já nos referimos.

As pratas dos conventos eram fundidas. Em Outubro de 1833, por exemplo, dava-se conta ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda residente do Tesouro Público, que a *Comissão Administrativa dos bens dos conventos abandonados da Cidade do Porto* tinha, tal como lhe havia sido ordenado por Portaria de 6 de Setembro, entregue ao Administrador da Alfândega do Porto, pratas de conventos, fundidas³³⁵.

Para organizar e defender o património que então ficara disponível, D. Pedro constituiu uma Comissão encarregada da administração dos conventos abandonados, da qual faziam parte Joaquim José Duarte e Sousa, Domingos Joaquim de Almeida e Manuel José Ferreira de

³³¹ ANTT, MNEJ, Mç151, Cx125, N°5, 27 de Julho de 1832, do Ministério da Guerra, 3ª Repartição.

³³² SANTOS, “Colecções Monásticas de Pintura...”, Março 1997, *op.cit.*, p.87.

³³³ *Idem, ibidem.*

³³⁴ *Idem, ibidem.*

³³⁵ ANTT, MNEJ, NE, Livro 80 fls.14-14vs Registo da correspondência expedida a autoridades residentes na Corte. 15 de Outubro de 1833.

Sampaio.³³⁶ Esta primeira Comissão teve, por motivos que desconhecemos³³⁷, uma curta duração, sendo nomeada em Dezembro de 1832, outra, com uma nova composição: Reverendo Prior Marcos Pinto Soares Vaz Preto, António Maria de Magalhães, Narciso António de Araújo Guimarães, Reverendo Abade António Manuel Lopes Vieira de Castro, Francisco da Rocha Soares, Jerónimo José de Faria e Joaquim José de Sá Passos. Em meados do mesmo mês, os três primeiros seriam eleitos respectivamente Presidente, Secretário³³⁸ e Tesoureiro e, os restantes, vogais³³⁹.

A forma como se iniciava a redacção do Decreto de 12 de Dezembro de 1832 clarificava os seus objectivos e os que norteavam as atitudes dos liberais:

*“Tornando-se da maior urgencia o prover a boa arrecadação e guarda das livrarias – alfayas – e outros effeitos pertencentes aos Conventos e Mosteiros desta Cidade, que foram abandonados pelos seus habitantes, assim como á conservação dos edificios e administração dos referidos bens, convindo além disto dar destino a alguns delles, que por sua natureza se acham expostos á ruina e vão cada dia perdendo valor, e requerendo este serviço grande vigilância, zelo, e actividade (...)”*³⁴⁰.

A primeira sessão desta nova Comissão teve lugar logo a 18 de Dezembro, altura em que, na Sala da Academia Real da Marinha e Comércio, foram recebidos os bens que a extinta Comissão detinha, indicando então Henrique Daniel Vinkle, para bibliotecário, encarregado da conservação dos livros apreendidos nos conventos³⁴¹.

De entre os vários trabalhos da Comissão, cabia-lhe uma tarefa de administração, informação e supervisão dos conventos e seus bens, propondo ao Regente, entre outras coisas, indagar acerca do número de religiosos(as), extinguir conventos, incorporando os bens nos próprios da

³³⁶ CUNHA E FREITAS, Eugénio de Andrea da, “As Religiosas do Convento de S. José das Carmelitas descalças em 1833”, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XVI, Nºs 1-2 (Janeiro/Fevereiro 1997) (pp.16-21), p.16.

³³⁷ Mas que podem estar relacionados com questões estratégicas, políticas e administrativas, uma vez que a nova Comissão é presidida por Marcos Vaz Preto, que esteve à frente da Junta do Exame do Estado Actual e era confessor de D. Pedro.

³³⁸ 12 de Dezembro de 1832. Decreto relativo aos bens pertencentes aos conventos e mosteiros da cidade do Porto, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/imgs/print.aspx?i=1.73.116&p=285-285>.

³³⁹ CUNHA E FREITAS, *op.cit.*, p.16. Eleição e confirmação nos dias 14 e 15 de Dezembro de 1832.

³⁴⁰ 12 de Dezembro de 1832. Decreto relativo aos bens e mosteiros da cidade do Porto. D. Pedro/ Joaquim António de Magalhães. *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a Regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833*. Segunda Serie, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1836, p.264, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/73/116/p285>. Como regista Paulo Barata, a esta lei são atribuídas duas datas: 12 e 5 de Dezembro, baseadas na *Colecção de decretos...* e Crónica Constitucional do Porto, respectivamente. BARATA, Paulo J. S., *Os Livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública, uma alteração de paradigma.*, BN, Lisboa, 2003, p.32.

³⁴¹ CUNHA E FREITAS, *op.cit.*, p.16.

Coroa e aplicando os edifícios a estabelecimentos de utilidade pública, incorporar religiosas em outros conventos, perdoar penas, etc..³⁴²

Em Agosto de 1833, com o aproximar do fim do cerco do Porto, a Comissão sofreria nova alteração. No dia 8 de Outubro mencionava-se:

*“recebeu-se uma portaria da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, em data do 3 do corrente, que manda pôr em execução o decreto de 9 de Agosto que manda dissolver a Comissão dos Conventos abandonados e passar a sua administração para o Corregedor da Comarca”*³⁴³.

Neste período de transição entre comissões, a *Junta do Exame do Estado actual do melhoramento temporal das Ordens Regulares*³⁴⁴ sente necessidade de, por portaria de 5 do mesmo mês, solicitar que a Comissão a informasse acerca do número de religiosos que continuaram fiéis ao Governo da Rainha e daqueles que fugiram para o lado dos rebeldes, à entrada do Exército Libertador no Porto; para além da quantidade interessavam também os nomes³⁴⁵. Quanto à passagem de testemunho, após contactos, o Corregedor designou o dia 14 de Agosto, pelas 9h, nos Congregados (convento da Congregação do Oratório e igreja anexa), para começar, por parte da Comissão, a entrega dos objectos que esta tinha à sua guarda³⁴⁶. Foi pelo Convento dos Lóios que foi iniciado o inventário, diligência que se revelou morosa, levando a que, na sequência de ofício datado do dia seguinte, do Corregedor para o Deputado Abade de S. Clemente – em que resolve tomar posse imediata apenas dos Livros e

³⁴² *Idem, ibidem*, p.17. Veja-se o exemplo do convento das religiosas do Convento de S. José das Carmelitas, *idem, ibidem*. Acerca dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão, é importante diversa documentação do Arquivo Distrital do Porto (ADP), nomeadamente, do fundo Comissão Administrativa dos Bens dos Conventos Extintos na Província do Douro, como o Copiador de Correspondência (Livro K/6/6/4-16.1, 14-12-1832 a c. Outubro de 1833); Registo de inventário dos bens móveis de diversos conventos extintos ou abandonados (Livro C/4/1/3-4814, 1833-01-01 a 1833-06-04); Inventário Geral de todos os objectos existentes de conta da Comissão Administrativa dos Bens dos Conventos Abandonados (Livro C/4/1/3-4815, 1833-10-17 a 1835-01-01); Requerimentos e Relação dos Paramentos distribuídos pelas diferentes igrejas Maço C/4/2/2 -88.4855, 1834-01-01 a 1837-01-01). Outro tipo de registos (expediente, salários, etc.), podem ser encontrados no fundo Governo Civil do Porto, do mesmo arquivo.

³⁴³ CUNHA E FREITAS, *op.cit.*, p.20.

³⁴⁴ A Junta tinha sido dissolvida pelo “Governo Uzurpador” em finais de 1829 e restabelecida por decreto de 23 de Agosto de 1833. Simultaneamente era dissolvida a Comissão da Reforma Geral Eclesiástica. *Collecção dos Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Camaras Legislativas*. Terceira Serie, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1840, pp.11-12.

³⁴⁵ CUNHA E FREITAS, *op.cit.*, p.20.

³⁴⁶ Ofício de 11 de Outubro, na sequência de outro do dia anterior da Comissão ao Corregedor, pedindo para designar dia e hora; na mesma data a Comissão consultava D. Pedro acerca do destino dinheiro que tinha na sua posse. *Idem, ibidem*.

Contabilidade da Comissão – decidem a 16 suspender o inventário³⁴⁷. Com a entrega da papelada, a Comissão dissolve-se³⁴⁸.

A administração do património ficou então entregue ao Corregedor da Comarca, Francisco de Sousa Machado, sem a existência de qualquer “órgão” colectivo. No entanto, passados poucos meses, nova Comissão, de carácter provisório, vai surgir em virtude da cessação das funções do Corregedor, “*por estarem estabelecidos os Juizes de Direito*”³⁴⁹. Em vista desta alteração, a 18 de Fevereiro de 1834, o Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça dirigia portaria ao Prefeito da Província do Douro³⁵⁰, Manoel Gonçalves de Miranda, na qual solicitava que este nomeasse “*huma Comissão para administrar os bens dos Conventos abandonados em quanto a este respeito não se tomão medidas deffinitivas pela Repartição competente*”.³⁵¹ Nascerá assim, sob a escolha da Prefeitura, um novo grupo de trabalho, com a incumbência de “*tomar conta dos Inventarios, Escripturas, Cartorios, e de tudo o mais que fôr relativo á Administração dos Conventos abandonados*”³⁵². Atendendo ao “*patriotismo, intelligencia, e mais partes*” que concorriam nas pessoas do Doutor João Thomaz de Sousa Lobo (nomeado Presidente), do Arcediago José Pereira Guedes, do Fr. José de S. Ricardo, de José Henriques Soares e de Gaspar Guerner de Azevedo, seriam estes os eleitos para integrar a nova Comissão³⁵³.

Este órgão acabaria extinto por Resolução de 8 de Agosto de 1835³⁵⁴, decisão tomada por então se achar “*não somente em desarmonia com a Legislação novíssima; mas em opposição manifesta com a regularidade da administração*”³⁵⁵.

³⁴⁷ *Idem, ibidem.*

³⁴⁸ *Idem, ibidem.*

³⁴⁹ *Periódico dos Pobres no Porto*, Nº67, 4 de Abril de 1834. Prefeitura da Província do Douro, Portaria de nomeação datada de 1 de Abril de 1834.

³⁵⁰ Portugal, desde o designado “código administrativo” de 1832, estava dividido em províncias (11), comarcas (44) e concelhos (828), à frente dos quais se encontravam, respectivamente, as figuras dos prefeitos, dos subprefeitos e dos provedores (todos de nomeação régia). Enquanto órgãos colegiais fiscalizadores existiam a Junta Geral de Província, a Junta de Comarca e a Câmara Municipal. Esta organização seguia o modelo francês da Revolução e do Império, correspondendo os órgãos administrativos e políticos nacionais aos *départements*, *districts* ou *arrondissements* e *communes* franceses. Sofreu alterações em 1835. “Portugal e a Instauração do Liberalismo”, *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. Oliveira, Vol. IX, Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp.218-220.

³⁵¹ *Periódico dos Pobres no Porto*, Nº67, 4 de Abril de 1834, Prefeitura da Província do Douro, Portaria de nomeação datada de 1 de Abril de 1834.

³⁵² *Ibidem.*

³⁵³ *Ibidem.* Na mesma data, 1 de Abril, Portaria do Prefeito ao Corregedor na qual o informa acerca da nomeação da Comissão e que “por consequencia deverá fazer entrega de tudo quanto pertencer à referida Academia, até agora a seu cargo, aos abaixo nomeados Membros da nova Comissão. (...)”. *Ibidem.*

³⁵⁴ Referida em Portaria de 5 de Setembro de 1835.

³⁵⁵ Portaria de 5 de Setembro de 1835, do Tesouro Público ao Governador Civil do Porto. *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes* Quarta Serie, 1837, p.307, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p318>.

Estas sucessivas comissões – algumas delas em acção em pleno Cerco do Porto – cuja proximidade com a realidade vivida asseguraria, dentro do possível, uma mais correcta gestão dos bens, apresentaram-se voláteis e efémeras, servindo os interesses do momento, tentando, contudo, assegurar o futuro.

A Comissão da Reforma Geral Eclesiástica

A par de outras, existia por força das circunstâncias políticas e ideológicas, a necessidade de mudar a ordem estabelecida, não só a política mas também a religiosa. Com uma forte base miguelista, tornava-se essencial desmontar a organização eclesiástica, para um melhor controlo por parte do Governo que permitisse colocar ordem nos religiosos, acusados de fazerem campanha pela oposição, e actuar efectivamente nos assuntos com eles relacionados. Não se pretendia extinguir a Igreja, mas controlá-la, moldando-a aos novos ideais.

Para miguelistas fervorosos como o Arcebispo de Évora, Fr. Fortunato de S. Boaventura, aquilo que ele designaria como o “*Scisma Portuense*”, “*(...) tem certos caracteres que o fazem original, e consequentemente hum dos mais abominaveis que tem apparecido na Igreja de Deos.*”³⁵⁶ Segundo ele,

*“No seu primeiro ensaio de regeneração foi pasmosa, e universalmente detestada a sacrilega audacia, com que os mesmos hoje poderosos, hoje fantasticos **Ministros d’Estado** fizeram acarretar as imagens de Maria Santissima e dos Santos á vista de toda a povoação de Lisboa, agora porém se chegassem a considerar-se mais seguros por certo que se declararião, o que realmente são isto hé huns rematados e furiosos Iconoclastas, e quanto maior fosse a devoção que os portuguezes tivessem a certas Imagens tanto mais vivo seria o empenho, com que tratarião pelo menos de as esconderem e sumirem, ou para fallar mais claro de as desfigurarem, e **cortarem a golpes de machado, como se cortassem arvores no meio de hum bosque.**”*³⁵⁷ Na sua opinião, “*Nunca, nunca em tão breve tempo se commeterão attentados tão graves, e tão desusados neste Reino como esses que se tem praticado em a **Nova Sodoma** contra a Santa Igreja, e contra o seu Divino Instituidor.*”³⁵⁸

³⁵⁶ Apud José da Silva Carvalho e o seu tempo (compilação anotada por Antonio Vianna) *Documentos para a Historia Contemporanea*, Vol.I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, Doc. CII. (Protestação do arcebispo de Evora Fr. Fortunato de S. Boaventura contra o scisma declarado em a cidade do Porto), p.147. Documento datado de 16 de Junho de 1833.

³⁵⁷ Apud *idem, ibidem*, p.145 O itálico de origem encontra-se a negrito. A última parte da última frase transcrita (cortarem...) Fr. Fortunato, foi buscá-la ao Salmo 73, v.6º.

³⁵⁸ Apud *idem, ibidem*.

Este tipo de opinião não afecta D. Pedro que decide – já depois de ter partido para Lisboa (26 de Julho) – a 31 de Julho de 1833, criar uma Comissão da Reforma Geral Eclesiástica, adequada a Portugal. Segundo o Regente havia neste país

*“uma facção immoral e hypocrita, escudada com o especioso titulo de defensora do Thrôno e do Altar, profanado por escandalosos actos os puros dictames da Religião Catholica Apostolica Romana, fazendo servir para destruição e desordem esse dôo dos Céos, instituido só para felicidade dos homens; (...) sendo geralmente notorio o escandalo causado por máos Ecclesiasticos e indignos Parochos, os quaes, affastando-se do espirito do Evangellho, abusaram do seu sagrado Ministerio, ligando-se a esse partido injusto e feroz contra o Legitimo Thrôno e contra a Patria (...)”*³⁵⁹

D. Pedro queria antes

“desaggravar, por todos os meios ao alcance do Supremo Poder Temporal, a Santa Religião de Jesus Christo, provendo as igrejas de Pastores, cujas acções estejam em harmonia com o espirito Evangelico, dando ao Clero Secular e Regular a consideração que lhes é devida, e fazendo com que os Ministros do Altar dirijam seus actos, como devem, para a felicidade dos Povos, que Dêvo promover: (...)”.

Para tal, criava a acima referida Comissão, que instalada numa das salas da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, pela mesma faria subir à sua presença, o resultado dos trabalhos. Da Comissão faziam o Prior Marcos Pinto Soares Vaz Prêto (Presidente), o Prior Manuel Pires de Azevedo Loureiro, o Prior Jozé Ferrão de Mendonça e Souza e o Presbítero Secular Antonio Teixeira Salgueiro (Secretário).

Logo a 5 de Agosto, talvez demasiado cedo para tudo ser emanado pela recém-criada Comissão, saíram vários decretos, que revolucionam a organização eclesiástica. Numa altura em que a vitória liberal era dada como certa, decretava-se a extinção de todos os Padroados Eclesiásticos (como se nunca tivessem existido) e só o Governo ficava com o poder de fazer nomeações eclesiásticas (Arcebispados, Bispados, Paróquias, etc.); os existentes eram declarados vagos. Para além disso, todos os eclesiásticos que abandonassem o seu posto, depois ou durante a aclamação da rainha para seguir o partido usurpador ficavam declarados rebeldes e traidores e, como tal, seriam processados e punidos, perdendo todo o direito às suas igrejas, benefícios, etc. Quanto ao convento que recebesse algum desses eclesiásticos, seria suprimido,

³⁵⁹ ANTT, MNEJ, NE, Liv.78. Portaria de 31 de Julho de 1833 (D. Pedro ass. José da Silva Carvalho).

os seus bens declarados nacionais e incorporados nos da Nação; os religiosos que habitassem nos ditos conventos ficariam privados de qualquer subsídio do Estado e os Prelados que os aceitassem nas suas igrejas eram considerados cúmplices³⁶⁰. Quatro dias depois, a 9 de Agosto de 1833, era também decretado que conventos, etc. com doze indivíduos formariam um Capítulo e que no caso daqueles que tivessem menos do que esse número, o prelado devia participar ao Governo, os religiosos seriam reunidos aos de outra casa religiosa e o convento seria extinto e seus bens incorporados nos bens nacionais; mais uma vez, quem não aceitasse era declarado rebelde³⁶¹.

Nos termos deste decreto seriam suprimidos pelo padre Marco Vaz Preto, entre Outubro e Maio daquele ano, um conjunto importante de cenóbios, não tanto pelo número (menos de duas dúzias) mas pela sua importância. Entre eles contavam-se S. Bento da Saúde, Colégio da Estrela, Sta. Apolónia (estes em Lisboa), N^a Senhora da Assunção (Sobreda), Sta. Catarina (Carnota), N^a Sra das Portas do Céu (Telheiras), N^a Sra. da Porciúncula (Lisboa), N^a Sra. do Livramento (Alcântara), Sta. Catarina (Ribamar), Sto. António (Varatojo), Sta. Maria do Vale da Misericórdia (Laveiras), Sta. Maria Madalena (Alcobaça), etc.³⁶², muitos dos quais vamos encontrar mencionados nas listagens do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos.

Todas estas medidas, em que as últimas se colam no tempo com o decreto de 30 de Maio de 1834, confundindo-se com o mesmo, haveriam de ter, de alguma forma, repercussões no património dos conventos, nomeadamente no artístico, uma vez que tinham implicações directas na existência dos edifícios e dos seus habitantes, o que se podia traduzir na mudança de mãos, conservação ou mesmo destruição desse mesmo património.

Quando, em 1834, Fr. João de S. Boaventura, em resposta à acusação feita pelo Conde da Taipa – de que a Junta do Estado Actual tinha profanado o *Sanctuario* e tirado a subsistência ao clero secular e regular – publica nas suas reflexões a defesa da Junta, da legitimidade da supressão dos conventos e de D. Pedro³⁶³. Referindo-se a S. Bento da Saúde, “*primeiro Mosteiro, que nesta Capital foi suprimido*”, por apenas conter onze religiosos, entre os quais ele, destaca os cuidados que os Delegados da Junta ali tiveram. Menciona a “*decencia, o respeito, e a piedade*”

³⁶⁰ ANTT, MNEJ, NE, Livro 78. 5 de Agosto de 1833. Decretos vários.

³⁶¹ ANTT, MNEJ, NE, Livro 78. 9 de Agosto de 1833.

³⁶² PEREIRA, Fernando Jasmins, *Destrução dos patrimónios eclesiais. O caso das ordens religiosas.*, Separata do *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, 1983, p.32 (720). Foi um processo que se arrastou até ao decreto de 30 de Maio de 1834, algumas com sentença, como as respeitantes ao Bom Jesus de Peniche e Boa Hora de Setúbal, a serem publicadas já em Junho (23 de Maio - 3 de Junho e 28 de Maio - 5 de Junho, respectivamente). *Idem, ibidem*.

³⁶³ BOAVENTURA, Fr. João de S. , *Reflexões sobre a carta do Conde da Taipa na parte que diz respeito á Junta do Exame do Estado Actual, e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, encarregada da Reforma Geral Eclesiástica*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1834.

que demonstraram na condução das imagens para a sacristia da igreja (que se estava a reedificar havia um ano): “*Não quizerão que aquelles Sagrados objectos fossem tocados, e conduzidos senão por Sacerdotes!*”; e a atitude de D. Pedro:

*“Mandou Sua Magestade Imperial que se chamassem os Architectos fazendo concluir a Obra á custa do Thesouro Publico, a fim de se abrir a Igreja á veneração publica, e nella celebrar-se o Santo Sacrificio da Missa para utilidade dos Fieis, entregando-se-me logo [enquanto Procurador] os Paramentos, e objectos necessarios para o dito fim.”*³⁶⁴

Criticando as atrozes e heréticas atitudes miguelistas, entre as quais o bombardeamento “por divertimento aos Domingos, e Dias de Guarda os Templos da Cidade do Porto”, clamava:

*“Não pode porem o Senhor Dom Pedro, Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, – não podem os seus incansaveis Ministros, – não pode o Presidente da Junta do Melhoramento, e Reforma mandar, – fazer reformas, – supprimir Conventos, que não tem o numero de Religiosos prescripto pelos Canones da Igreja para a conservação da observancia, e Disciplina Religiosa, sem que appareça, e clamor geral, de que he orgão hum papel impresso, e assignado, – declarando = Tropeços que encerrão a profanação do Sanctuario! = e atacando a Authoridade da Junta?”*³⁶⁵

3.2.2. D. Pedro e a criação do Museu Portuense. João Baptista Ribeiro e as pioneiras políticas museológicas.

No caos da guerra, a protecção do património poderia (ou deveria) surgir como algo secundário ou mesmo irrelevante. No entanto, D. Pedro vai compreender a importância do momento, enquanto oportunidade para construir algo novo com os despojos das lutas em que se via envolvido, utilizando-os em favor da sociedade, enquanto meios de instrução. Para levar a cabo a empresa da criação de uma biblioteca e um museu públicos na cidade do Porto, instituições “novas”, caras aos ideais liberais, D. Pedro vai contar com o apoio e ideias do pintor e professor portuense João Baptista Ribeiro.

Mas quem era João Baptista Ribeiro e qual a relação entre este e D. Pedro e a sua importância na implementação das novas políticas liberais relacionadas com o património?

³⁶⁴ *Idem, ibidem*, pp.8-9.

³⁶⁵ *Idem, ibidem*, pp.9-10.

João Baptista Ribeiro. Um pintor ao serviço de um ideal.

Em 5 de Abril de 1790, nascia em São João de Arroios de Vila Real, Trás-os-Montes, João Baptista Ribeiro **[Fig.6]**, filho de António José Ribeiro e Isabel Maria da Fonseca, gente modesta³⁶⁶.

Manifestando desde cedo uma inclinação artística, em especial para o desenho, o seu talento despertou a atenção do arcebispo de Braga, D. Frei Caetano Brandão quando ao percorrer a arquidiocese se hospedou no convento de S. Francisco de Vila Real, instituição que mantinha uma escola pública onde Ribeiro então aprendia as primeiras letras³⁶⁷. Logo este prelado o quis levar para lhe fornecer adequada educação mas deparou-se com oposição paterna, a mesma que deteve D. José Maria de Sousa, o famoso morgado de Mateus, que o quis levar para França³⁶⁸. Pressionado, o pai de Ribeiro acaba por deixá-lo ir para o Porto em 1802, rapidamente

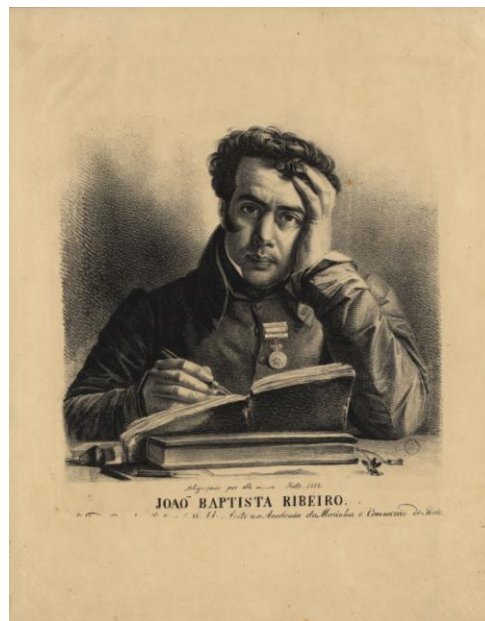


Fig.6 João Baptista Ribeiro; *João Baptista Ribeiro: Mestre de Desenho e Pintura Litografado por ele mesmo*; 1833, gravura, 20,5x22 cm. BNP: E. 327 V.

ingressando, por especiais empenhos que o apresentaram à família Vieira, na *Aula de Debuxo e Desenho do Seminário dos Meninos Orfãos*, administrada pela Real Companhia de Agricultura das Vinhas do Alto Douro, criada por Alvará Régio de 9 de Fevereiro de 1803³⁶⁹; no ano seguinte, a mesma Aula passou a estar subordinada à Academia Real da Marinha e Comércio, facultando-lhe a aprendizagem com outros mestres, entre os quais, José Teixeira Barreto (1763-1810), Raimundo Joaquim Costa, Domingos António de Sequeira³⁷⁰. Ali João Baptista permaneceu sete anos, revelando-se um excelente aluno, alcançando entre os anos 1806-1808, três primeiros prémios, obras que estariam entre as dezassete que, em missão de

³⁶⁶ PIMENTEL, António Filipe, *João Baptista Ribeiro e os retratos régios da Sala dos Capelos*, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986, p.23.

³⁶⁷ *Idem, ibidem, pp.23-24.*

³⁶⁸ *Idem, ibidem*, p.24.

³⁶⁹ Em substituição desta Aula e da Aula de Náutica. Criada na dependência da Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos do Alto Douro, formando os seus quadros técnicos.

³⁷⁰ PIMENTEL, *op. cit.*, p.24 e João Baptista Ribeiro, *Uma figura do Porto Liberal no Bicentenário do seu nascimento*, Exposição, Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, Universidade do Porto, Fundação Gomes Teixeira, 1990, p.11.

“propaganda” da Academia Real de Marinha seriam enviadas para o Brasil pela referida Companhia de Agricultura. Como salienta António Pimentel, terá sido desta forma “que, pela primeira vez, o nome do artista, ultrapassando a reduzida influência da *Aula de Desenho*, penetra na corte, onde nada fazia supor então o invulgar acolhimento que lhe estaria reservado”³⁷¹.

A substituição em 1806, por falecimento, de Vieira Portuense, por Domingos António de Sequeira, na regência da *Aula de Desenho* influenciará o jovem artista³⁷²; Ribeiro estará entre os melhores alunos de Sequeira, e os seus ensinamentos encontrar-se-ão reflectidos na obra do seu discípulo “*predilecto*”³⁷³.

A morte de Teixeira Barreto e a doença de Raimundo Joaquim da Costa, levam a que no ano lectivo de 1811/12 Baptista Ribeiro assumia a regência da *Aula de Desenho*³⁷⁴. A sua ascensão acabou de servir de bandeira, promotora das vantagens da Academia Real de Marinha e Comércio junto do Príncipe, uma vez que se tratava de um antigo aluno da mesma.³⁷⁵

A par da sua carreira de professor, ia crescendo a sua nomeada enquanto pintor, com inúmeras encomendas para igrejas e retratos, conseguindo sair do meio nortenho e, em 1822, ser chamado a Lisboa com o intuito de retratar a Família Real.³⁷⁶ Os vários retratos realizados – D. Carlota Joaquina, infantas, D. João VI, entre outros – terão agradado levando-o, em 1824, a alcançar a mercê de cavaleiro da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e a ser indicado *mestre de Desenho e Pintura de Miniatura das Sereníssimas Senhoras Infantas*³⁷⁷. Este género (miniatura), no qual encontrará destaque, levará a que nos inícios dos anos 20 de oitocentos, a sua oficina se transforme numa verdadeira pequena indústria exportadora para o Brasil, donde poderão ter saído muitos dos retratos miniaturados de D. João VI³⁷⁸.

Tinha-se tornado então um pintor em voga, orbitando em torno do poder, numa íntima e muito própria relação, que lhe permitirá, através de um algo desconcertante evoluir das suas opiniões

³⁷¹ PIMENTEL, *op. cit.*, p.25.

³⁷² *Idem, ibidem*, pp.26-27.

³⁷³ *Idem, ibidem*, doc. em p.57, p.27.

³⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.27.

³⁷⁵ *Idem, ibidem*, pp.27-28.

³⁷⁶ *Idem, ibidem*, p.28.

³⁷⁷ *Idem, ibidem*, p.30.

³⁷⁸ *Idem, ibidem*, pp.39-40.

políticas³⁷⁹, manter-se no topo...e arranjar públicas contendas com alguns dos seus colegas de profissão, nomeadamente, com Joaquim Rafael³⁸⁰.

As décadas de 20 e 30 de oitocentos tornar-se-ão o período mais frutuoso da sua carreira. Em 1827, a predilecção e “confiança artística” de Domingos Sequeira por este seu antigo aluno – “*confiando só no meu João Baptista, tanto na amizade, e talentos*”³⁸¹ – leva a que peça a Ribeiro que auxiliasse João Allen no seu desembarque do Porto efectuando, no caso de terem sofrido prejuízos, as necessárias reparações nos quadros e esbocetos que o coleccionador tinha comprado em Roma.

Quando em Julho de 1832 os liberais entram no Porto, João Baptista Ribeiro, era o único Professor na Academia Real de Marinha e Comércio que tinha permanecido na cidade; adere à causa da Rainha, aí permanecendo durante o duro tempo da guerra. Os liberais requisitam os seus serviços, encomendando-lhe os desenhos das insígnias da, então reformada pelo Regente, Ordem Militar da Torre e Espada³⁸².

3.2.2.1. As circunstâncias e primeiras diligências: a obra *Exposição Historica da Creação do Museo Portuense*. Cumplicidades entre artista e monarca.

É João Baptista Ribeiro que em *Exposição Historica da Creação do Museo Portuense*³⁸³ [Fig.7], obra sintomática da importância da iniciativa museológica que lhe dá o título, relata pessoalmente e através da apresentação de documentos, os aspectos relacionados com o nascimento de um projecto marcante, e o papel que nele teve D. Pedro.

A 28 de Outubro de 1832 era expedido ofício a João Baptista Ribeiro, emanado pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, assinado por Almeida Garrett, ordenando que comparecesse no dia seguinte no Palácio dos Carrancas³⁸⁴. Deste modo, a 29 de Outubro, por intermédio do Marquês de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, Baptista Ribeiro aí comparece, sendo então

³⁷⁹ A sua grande volubilidade política terá sido satirizada num poema herói-cómico anónimo, intitulado *O Cafre* (Ribeiro era mestiço), atribuído ao professor de arquitectura da Academia Portuense Costa Lima Júnior, no qual se podiam ler os seguintes versos: «Do Silveira espião/ Miguelista assanhado/ Cartista sem diploma/ enfadonho setembrista/ cabrão sanhudo» cit. por PIMENTEL, *op.cit.*, p.32.

³⁸⁰ *Idem, ibidem*, pp.31-32.

³⁸¹ *Apud* PIMENTEL, *op.cit.*, p.57. Carta enviada de Roma, datada de 24 de Abril de 1827.

³⁸² MOURATO, António, *João Baptista Ribeiro: 1790-1868*, Porto, Afrontamento, 2010, p.27.

³⁸³ RIBEIRO, João Baptista, *Exposição Historica da Creação do Museo Portuense, Com Documentos Officiaes para servir á História das Bellas Artes em Portugal, e á do Cêrco do Porto*, Porto, Imprensa de Coutinho, 1836.

³⁸⁴ *Idem, ibidem*. Documento nº1, p.13. Palácio onde D. Pedro IV instalou o seu quartel-general durante o Cerco do Porto.

encarregado pelo Regente a executar o seu retrato fardado de coronel do 5º de Caçadores³⁸⁵ e questionado sobre aquele que era então o estado da Academia e instrução pública naquela cidade³⁸⁶ - “S.M.I. quiz então saber de mim o estado da Academia da Marinha e Commercio; bem como da instrução publica nesta Cidade”³⁸⁷, refere o pintor. D. Pedro estaria interessado, nomeadamente, em que este se pronunciasse acerca da “utilidade que resultará aos portugueses por terem Galerias Publicas de produções das Bellas Artes...”³⁸⁸.

Como salienta Paula Mesquita Santos, a ideia de formação do Museu constitui-se logo então em 1832, quando Ribeiro recebe este convite.³⁸⁹ No seu “Discurso sobre a utilidade que resultará aos Portugueses por terem Galerias Públicas de produções de Bellas Artes, acompanhado d’hua notícia histórica da criação do Atheneo D. Pedro”, datado do mesmo ano, o assunto *Atheneo*, “D. Pedro”, em homenagem ao seu mentor, surge como algo a efectivamente concretizar:

“(...) Decorrerão muitos seculos sem haver Museus, ou Galerias publicas de painéis e outros objectos de Boas-Artes. Os Artistas só tinham occasião de ver em suas casas as obras que tinham sido produzidas ali não podião, communicar com franqueza os seus pensamentos sem reciprocamente se desgostarem, e por isso era quase impossível haver obra que merecesse com razão ser aprovada pelo bom senso. Se por ventura os Artistas procuravão analysar os objectos d’arte nos lugares para onde tinham sido destinados, lá lhes faltava a concorrência do litterato, do homem do mundo, do velho, do menino, e do povo, que costumão hir às galerias e exposições públicas, e não podião então recolher cuidadosamente a opinião de todos, a opanião pública. Eis –

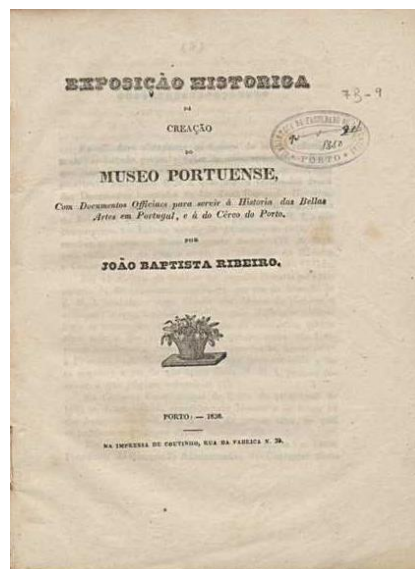


Fig.7 Folha de rosto da obra de João Baptista Ribeiro, *Exposição Histórica de criação do Museo Portuense*, publicada em 1836.

³⁸⁵ Retrato conduzido a Paris pelo Duque de Palmela, destinado à Imperatriz D. Amélia. (MOURATO, João Baptista Ribeiro..., 2006, *op.cit.*, pp.268-269). Como refere António Mourato, esta deve ter apreciado muito o trabalho, uma vez que o mandou litografar, de imediato, por Aquiles Deveria, um notável litógrafo francês. MOURATO, João Baptista Ribeiro..., 2010, *op.cit.*, p.27.

³⁸⁶ PIMENTEL, *op.cit.*, pp.32-33.

³⁸⁷ RIBEIRO, *op.cit.*, p.5.

³⁸⁸ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil ...”, 2014, *op.cit.*, p.388.

³⁸⁹ SANTOS, Paula Mesquita, *Museu Nacional de Soares dos Reis: um contributo para a historia da Museologia portuguesa*. Separata da Revista Museu, IV Série, Nº3, 1995, p.25.

aqui do que estiverão privados os povos antigos, e a ventura que se prepara aos Portugueses no Atheneo D. Pedro.(...)

*Porem o felicíssimo Reinado da Senhora D. Maria II principia dando-nos elementos que Portugal nunca teve e razão há p^a esperar hum novo movimento nas Bellas Artes aviventadas com o celeste poder da liberdade legal (...)*³⁹⁰.

Contudo, a autoria da ideia do Museu não é consensual. Segundo Pedro Vitorino, esta partiu de Baptista Ribeiro que “modestamente, omitiu (...) o pormenor seguinte, indicado nas suas notas manuscritas: «*Na ocasião em que fazia o dito retrato entreguei ao Imperador huã memoria que tinha feito, mostrando a necessidade de crear no Porto hum Museo de Pinturas e Estampas e outros objectos de Bellas Artes*».”³⁹¹ Projecto a que se anexaria uma *casa de estudo*, que se assemelharia a uma pequena Academia, onde se copiaria e desenharia do modelo vivo – assim como uma Biblioteca³⁹².

De qualquer forma, o ofício de 28 de Outubro, da convocação do artista, não era esclarecedor quanto aos objectivos, mencionando apenas “*para receber as Ordens do Mesmo Augusto Senhor*”³⁹³ o que deixa em aberto as intenções com que foi feita. E as palavras de Ribeiro acerca das questões colocadas, mostram um D. Pedro interessado, não só no Porto, mas no País e na instrução. As ideias do Regente, juntamente com as dos seus amigos, entre os quais Garrett, colocam a sólida hipótese de existir um interesse real em criar museus, nomeadamente, no Porto, possivelmente ainda não concretizado, que só um homem com conhecimentos na matéria poderia ajudar a materializar. Pensamos, deste modo, que terá existido um feliz confluir de ideias, acabando por ambos os intervenientes terem uma grande quota-parte na sua idealização e concretização.

No final de 1832, três decretos legalizavam três situações com implicação directa nas ideias e futuros actos do Regente, relacionados com a gestão patrimonial: o sequestro de todos os bens dos indivíduos implicados no Crime de Alta Traição (decreto de 5 de Dezembro)³⁹⁴; a criação de uma Comissão para a Administração dos bens dos conventos e mosteiros abandonados da cidade do Porto (decreto de 12 de Dezembro)³⁹⁵; a restauração de um depósito público para a

³⁹⁰ Apud SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, p.26.

³⁹¹ Apud VITORINO, Pedro, “João Baptista Ribeiro e o Museu Portuense”, in *Mvsev Revista de Arte, Arqueologia, Tradições* (LACERDA, Aarão de, VALENTE, Vasco, Dir.), Pub. do Círculo Dr. José de Figueiredo, Porto, Vol. IV, 1945, n.º8, p.49.

³⁹² PIMENTEL, *op.cit.*, p.34.

³⁹³ RIBEIRO, *op.cit.*, doc. n.º1, p.13.

³⁹⁴ Paço no Porto. D. Pedro e Joaquim António Magalhães. SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, p.24.

³⁹⁵ *Idem, ibidem*.

guarda dos bens sequestrados aos rebeldes, restituindo-se então aos habitantes da cidade, alegando-se a ilegalidade da sua prévia instauração, em 1828, pelo Governo de D. Miguel (decreto de 19 de Dezembro)³⁹⁶.

Só cerca de seis meses depois, o decreto de 15 de Maio de 1833³⁹⁷, ordenava a supressão dos Conventos, Hospícios e Mosteiros abandonados, tanto de religiosos como de religiosas, da cidade do Porto, e declarava os seus bens, Bens Nacionais; tal permitia dispor livre e legalmente destes bens, dando-lhe o destino que se achasse adequado.

Basicamente, a par da criação do Museu, Ribeiro aspirava fundar na cidade uma Academia de Belas-Artes, algo que o seu mestre Vieira Portuense tinha desejado.³⁹⁸ E também este seu mestre reconhecia que

*“(...) he necessario que o estudante de Pintura frequente huma Escola de bom gosto, que veja, e examine attentamente os Chefes d’obra da Antiguidade: aprende-se melhor vendo exemplos, do que ouvindo regras (...)”*³⁹⁹.

Apesar das duras circunstâncias que então se viviam no Porto, num ambiente aparentemente impróprio para este tipo de iniciativas [Fig.8], alguns factores, frutos da agitação política e militar, favoreciam o projecto de criação do museu. Entre os bens sequestrados aos miguelistas encontravam-se pinturas e gravuras, o mesmo sucedendo com o espólio dos abandonados conventos do Porto. Ao dispor, passou a encontrar-se um número significativo de obras de arte, que podiam (e deviam) confluir



Fig.8 Dias da Costa Lith.; *Vista da Serra do Pilar*; gravura in *Elogio histórico do senhor rei D. Pedro IV recitado na Academia Real das Ciências de Lisboa em sessão ordinária de 13 de Julho de 1836 e acompanhado de notas e peças justificativas*. Lisboa, Typ. da Academia, 1867. BNP: H.G. 2493 A.

³⁹⁶ *Idem, ibidem*. Relatório e Decreto de 19 de Dezembro de 1832. Restauração de um Depósito Público na cidade do Porto, para servir de centro de depósito dos bens sequestrados aos rebeldes na conformidade do decreto de 5 de Dezembro de 1832. *Idem, ibidem*, pp.24-25.

³⁹⁷ *Idem, ibidem*, p.28.

³⁹⁸ MOURATO, João Baptista Ribeiro..., 2006, *op.cit.*, p.276.

³⁹⁹ Apud SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, p.28 (extracto do *Discurso feito na abertura da Academia de desenho e Pintura na cidade do Porto por Francisco Vieira Júnior, primeiro pintor da Câmara e corte e lente da mesma Academia. Por ordem de Sua Alteza Real*, Lisboa 1803 (proferido em 10 de junho de 1802), reproduzido integralmente em RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia*. Tomo III, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1876, p.25.

para um único espaço onde fossem protegidas e tivessem utilidade. Uma utilidade social que será posta em evidência no discurso inaugural. Existiam o pretexto e a urgência, factores que terão colocado o projecto em marcha.

As ideias apresentadas por Baptista Ribeiro, acolhidas e viabilizadas pelo Duque de Bragança, decerto iam ao encontro do desejo de promover a instrução pública e o progresso da civilização; reproduziam o acto da francesa Assembleia Constituinte de 1789, de criação de um museu histórico em Paris, e as atitudes Bonapartianas de recolha de espólios artísticos⁴⁰⁰.

Iniciara-se, entretanto, uma amizade que promoverá Baptista Ribeiro, artista e homem. Participando activamente na defesa da cidade do Porto, enquanto soldado do batalhão de empregados públicos, em 1833, D. Pedro, deslocando-se pessoalmente à sua casa participa-lhe – “*eu não quero a sua vida para a guerra; ela é precisa para outras cousas*”⁴⁰¹. A sua adesão à causa de D. Maria II, o seu passado de lente, as suas atitudes, davam-lhe a credibilidade necessária para estar à frente dos projectos então idealizados.

Entre os trabalhos realizados por Ribeiro neste período do cerco, contam-se desenhos de baterias e fortificações construídas pelo exército liberal, com valor documental e forte sentido propagandístico⁴⁰².

O prestígio obtido tinha-lhe possibilitado a criação de uma galeria de pintura no Porto, sonho que já tinha sido acalentado pelo lente de Desenho da Academia da Marinha José Teixeira Barreto⁴⁰³ – este pintor e professor tinha reunido uma notável colecção de quadros durante as suas viagens ao estrangeiro, provavelmente com a intenção de apoio ao ensino de desenho e pintura⁴⁰⁴ – e que Ribeiro, patrocinado pelas circunstâncias e vontade de D. Pedro, vai orquestrar e concretizar.

⁴⁰⁰ VITORINO, Pedro, *Os Museus de Arte do Pôrto (Notas Históricas) Subsídios para a História da Arte Portuguesa*, XXIX, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p. XIV.

⁴⁰¹ *Apud* PIMENTEL, *op.cit.*, p.33. É-lhe então concedida baixa de soldado.

⁴⁰² MOURATO, *João Baptista Ribeiro...*, 2006, *op.cit.*, p.279.

⁴⁰³ PIMENTEL, António, *op.cit.*, p.33. Nascido no Porto em 1763, Teixeira Barreto era filho de Domingos Teixeira Barreto, pintor, cenógrafo e dourador e terá convivido com a família do retratista João Glama. Em 1782 ingressou na Ordem Beneditina, com sede em Tibães, adoptando o nome de Frei José da Apresentação, vindo a transferir-se em 1785 para o Convento de São Bento da Saúde, em Lisboa. Já na capital frequentaria a Aula Régia de Desenho e Figura. Pensionado pela Ordem que professava partiu para Roma em 1790, obtendo em 91 a secularização ficando sob a protecção de D. Alexandre de Sousa Holstein, embaixador de Portugal na Santa Sé. Durante este período, que durará até 1797, Barreto viajou e contactou com a obra de grandes pintores. Regressado a Portugal, fica ao serviço da Academia Real de Marinha e Comércio, local onde permanece treze anos. Falece em 1810 com apenas 47 anos. SANTOS, Paula Mesquita, “Colecções Monásticas de Pintura no Museu Soares dos Reis, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XVI, Nºs9-10 (Setembro/Outubro 1997), pp.288-289.

⁴⁰⁴ Através da criação de uma galeria os jovens artistas que não pudessem deslocar-se ao estrangeiro tomariam contacto directo com produções de alguns mestres consagrados. VITORINO, Pedro, *José Teixeira Barreto Artista Portuense (1763-1810)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p.25. *João Baptista Ribeiro...*, 1990, *op.cit.*, p.30. Constituiria o núcleo da galeria de pintura do Convento de Tibães que, extinto, daria origem a museu público. ALMEIDA, António Manuel Passos, “Contributos ao Estudo da Museologia Portuense no Século XIX. O Museu

As ideias, os interesses, os retratos – D. Pedro encomenda a Ribeiro que também o retrate, enquanto comandante-chefe do exército liberal – aproximam-nos e tornam o *Rei Soldado* frequentador da casa do artista portuense – “*O Imperador vinha a minha casa enquanto durou o Cerco, e em algumas semanas veio todos os dias*”⁴⁰⁵, relata o artista. Os retratos agora realizados, certamente também conseguidos pela proximidade que os unia, mostram um homem diferente daquele até então retratado. Para trás tinha ficado a altivez, o aspecto sofisticado e diletante. Os trabalhos da guerra, lado a lado com os seus soldados nas mais diversas tarefas, tinham-lhe trazido a modéstia e discrição, negligenciando a aparência⁴⁰⁶. Como salienta António Mourato, o pintor encontra e retrata então um D. Pedro despido de ilusões de glória, com o ânimo temperado pela guerra e endurecido pelos sacrifícios do Cerco⁴⁰⁷ [Fig.9]. Um D. Pedro que pela sua humildade e espírito de sacrifício conquistou para a sua causa os portuenses.



Fig.9 João Baptista Ribeiro; *D. Pedro, Duque de Bragança*; 1833, gravura, 33x29,2 cm. BNP: E. 141. A.

A paixão de ambos pela arte litográfica⁴⁰⁸ – a litografia ocupou relevante lugar na carreira do pintor, deixando uma vasta obra neste campo de onde destacamos o seu próprio auto-retrato e o retrato de D. Pedro IV, a ele se ficando mesmo a dever a fundação da *Régia Officina Lithografica do Porto*⁴⁰⁹ – também terá contribuído para que a sua amizade crescesse, levando a que o Regente, em 4 de Abril de 1833, dia do aniversário da Rainha, após almoço no Paço, ofereça ao artista “*uma grande imprensa lithographica com muitas pedras d’Allemanha, e tudo*

do Coleccionador João Allen e o Museu Municipal do Porto.” in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Porto 2006-2007, I Série vol. V-VI (pp.31-55), p.37.

⁴⁰⁵ Apud VITORINO, João Baptista Ribeiro..., 1945, *op.cit.*, p.49.

⁴⁰⁶ MOURATO, João Baptista Ribeiro..., 2006, *op.cit.*, p. 272. Como refere António Mourato, D. Pedro mostrou-se incansável durante o cerco do Porto; nada o demovia e a sua presença era constante na linha defensiva, a encorajar os homens, observar os movimentos do inimigo e dirigir os trabalhos de fortificação. Tal como eles, cavou trincheiras, fez tiro na “terra nua”, encartuchou pólvora nos arsenais, serviu na enfermaria militar, passou fome... *Idem, ibidem*.

⁴⁰⁷ *Idem, ibidem*.

⁴⁰⁸ Acerca dos interesses de D. Pedro vide 1ª parte deste capítulo.

⁴⁰⁹ PIMENTEL, António, *op.cit.*, p.40.

o necessário para trabalhar com ella”⁴¹⁰. O prelo litográfico, trazido de França, foi colocado num dos aposentos da casa de Baptista Ribeiro, na Rua Bela da Princesa - transformado, a partir de então, em oficina –, e o impressor francês Vincent l’Opitalier posto à sua disposição⁴¹¹. O próprio ofertante, conhecedor do método da litografia, terá facultado instrução, chegando a ajudá-lo em alguns trabalhos, passando a ser presença frequente⁴¹². Nascia desta forma, incentivada pela oferta do Duque de Bragança – que aliás, ordenou que a nova tecnologia fosse difundida – aquela que seria a primeira oficina litográfica do norte, a “*Lithographia Ribeiro*”⁴¹³. A iniciativa de D. Pedro levou o artista a proclamá-lo o *Heroe do Seculo* e a imprensa portuense a tecer-lhe elogios, considerando-a como mais um “*monumento da politica de S. M.I. em dar impulso por todos os modos ao progresso dos conhecimentos uteis*”⁴¹⁴.

3.2.2.2. A recolha das pinturas e a instalação do Museu.

Portaria de 11 de Abril de 1833, assinada pelo ministro do Reino Cândido José Xavier, informava Baptista Ribeiro da intenção do Duque de Bragança “*mandar estabelecer nesta cidade [do Porto] um Museu*”, ordenando-lhe para tal que “*examinasse tudo quanto existisse n’este género, assim nos conventos abandonados como nas casas sequestradas*”⁴¹⁵.

Outra portaria, datada de dois dias antes, 9 de Abril, acerca de permissão para o pintor proceder ao exame dos conventos, refere-se que para o estabelecimento “*n’esta antiga, e mui leal Cidade do Porto [de] um Museo de pinturas e estampas (...) já existe um grande fundo na Academia Real da Marinha e Commercio*”⁴¹⁶. Existia portanto, uma “pequena” base, de diferente “essência”, que serviria de ponto de partida que, no entanto, tudo indica não terá sido aproveitada. Constituído por muitas centenas de gravuras e doze pinturas, por oposição do Corpo Académico, apenas um S. Sebastião e uma Vénus terão ido para S. Lázaro⁴¹⁷.

⁴¹⁰ *Idem, ibidem*. Segundo António Filipe Pimentel, não deveria escapar a D. Pedro o poderoso meio de propaganda que a litografia constituía na expansão napoleónica.

⁴¹¹ MOURATO, *João Baptista Ribeiro...*, 2006, *op.cit.*, p.288. Em sinal de gratidão, Baptista Ribeiro terá decidido que a primeira obra a sair da sua oficina seria o retrato de D. Pedro enquanto general do “exercito libertador”. *Idem, ibidem*, p.289.

⁴¹² *Idem, ibidem*.

⁴¹³ *Idem, ibidem*.

⁴¹⁴ *Idem, ibidem*.

⁴¹⁵ RIBEIRO, *op.cit.*, doc.2, p.13.

⁴¹⁶ *Idem, ibidem*, doc.3, p.13. 9 de Abril de 1833, Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, de Candido José Xavier a Joaquim António de Magalhães. Também existente em ANTT, MNEJ, Mç.174, Cx145, N°7.

⁴¹⁷ Segundo dados verificados por SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, pp.30-31.

No caso dos quadros dos conventos abandonados, edifícios debaixo da alçada da Comissão Administrativa dos Conventos Abandonados, também a 11 de Abril era comunicado a João Baptista Ribeiro, por Marcos Pinto Soares Vaz Preto, seu Presidente:

*“Sua Magestade Imperial o DUQUE DE BRAGANÇA, Regente em Nome da RAINHA, Houve por bem ordenar a esta Commissão que permittisse a V. S. examinar todos os quadros existentes nos Conventos abandonados. Participo a V. S. que n’esta data se expedio ordem a Henrique Daniel Wenck, empregado d’esta Commissão (...), para lhe fazer ver todos os referidos quadros; e V. S. se entenderá com elle para combinar o dia, e hora em que cada um dia deve ter logar a predita diligencia. (...)”*⁴¹⁸

A tarefa dada a Ribeiro foi prontamente cumprida, com relatório do “exame” datado de 30 do mesmo mês e com projecto de regulamento do museu com data de 11 de Junho de 1833⁴¹⁹ - poucos dias depois de ser nomeado por Carta régia de 6 de Junho lente proprietário da *Aula de Desenho*, da qual era, até então, por morte de José Teixeira Barreto, substituto⁴²⁰.

No que se refere às pinturas das casas sequestradas, o seu exame, ter-se-á prolongado, sendo remetidas ao lente, pelo menos ainda durante o mês de Setembro, relações das ditas casas, por bairros, com o intuito de que

*“...possa examinar se nas casas alli mencionadas existem alguns quadros, e outras pinturas que mereção ser destinadas para o Museo que o Mesmo Augusto Senhor Tem Tencionado Mandar crear n’esta Heroica e Leal Cidade, remettendo o resultado d’esta Commissão a este Ministerio, apenas se ache prompto.(...)”*⁴²¹.

⁴¹⁸ RIBEIRO, *op.cit.*, doc.4, p.14.

⁴¹⁹ PIMENTEL, António, *op.cit.*, p.34.

⁴²⁰ *Idem, ibidem*, p.33. O “Decreto Fazendo Mercê da propriedade da Cadeira de Desenho d’Academia de Com.^{cio} e Mar.^a da Cidade do Porto a João Baptista Ribeiro, Lente Substituto da m.^{ma} Aula”, tem data de 29 de Maio de 1833. Era nomeado “Attendendo ao merecimento e mais partes que concorrem [sua] na pessoa” e em “consideração ao seu longo e zeloso serviço no exercicio d’aquelle logar (...)” ANTT, MR, Mç.1153.

⁴²¹ RIBEIRO, *op.cit.*, doc.5, p.14. Portaria datada de 2 de Junho de 1833 referente a relação das casas sequestradas no Bairro de Santa Catarina. Na mesma *Exposição Historica*, encontramos ainda aditamento a esta Portaria, com data de 19 de Junho, relativo a relação das casas sequestradas no Bairro de Cedofeita. (*Idem, ibidem*, doc. n°6, p.14). Portaria de 18 de Setembro participava a Ribeiro que pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça se tinha expedido ordem ao Juiz do Crime do Bairro de Santo Ovídio “para lhe entregar uma relação das casas sequestradas aos rebeldes”. *Idem, ibidem*, doc.18 p.21 Portaria de 4 de Maio tinha dado conhecimento a Ribeiro que se tinham expedido ordens aos Ministros dos Bairros da Cidade do Porto, no sentido de lhe facilitarem os meios para ele poder examinar os quadros e estampas pertencentes aos rebeldes ausentes e sequestrados. *Idem, ibidem*, doc.17, p.21.

Baptista Ribeiro começou a escolher entre aquilo que se encontrava disponível, o espólio iconográfico que mais lhe interessava⁴²², entre o qual se encontravam, por exemplo obras do seu antigo mestre Vieira Portuense⁴²³.

Como já foi referido anteriormente, só com o Decreto de 15 de Maio de 1833, os conventos portuenses vão ser suprimidos e os seus bens nacionalizados. Terá sido por essa altura que a necessidade de encontrar e projectar um espaço para albergar o Museu terá tomado uma forma mais efectiva. Isso ajudará a justificar o facto do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Cândido José Xavier, em 6 de Maio, desejar que Baptista Ribeiro o informasse “*hoje mesmo as dimensões dos quadros que tem já escolhido para se fazer o Museo; ou ao menos o tamanho do maior*”⁴²⁴, resposta que era esperada até às 5 ou 6 horas da tarde desse mesmo dia. Tornava-se, entretanto, premente encontrar um local provisório onde fosse possível reunir pinturas e estampas, até que se designasse um espaço definitivo para albergar o museu. Neste sentido, era emitida Portaria a 5 de Julho:

*“Tendo Sua Magestade Imperial o DUQUE DE BRAGANÇA, Regente em Nome da RAINHA, resolvido formar n’esta Cidade um Museo de paineis e estampas, e sendo necessario depositar provisoriamente tudo quanto existe n’este genero em um só local, para d’alli ser, em tempo competente, transferido para onde melhor convier; É da Sua intenção que a Illustrissima Junta d’Administração da Companhia Geral d’Agricultura das Vinhas do Alto Douro mande destinar, no edificio d’Academia, logar aonde possão depositar-se os referidos paineis e estampas, até que se designe deifinitivamente onde deve fixar-se a sua exposição: communicando por esta Secretaria d’Estado as ordens que dér em consequencia d’esta Portaria. (...)”*⁴²⁵

Para a indicação do local mais apropriado para o “depósito”, a *Companhia Geral d’Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, vai incumbir Baptista Ribeiro “*de querer passar áquelle edificio para examinar local que seja a proposito para similhante uso, e informa-la depois convenientemente do que achar (...)*”⁴²⁶.

A 19 de Julho o local já estaria escolhido e D. Pedro manda

⁴²² RIBEIRO, *op.cit.*, pp.6-7.

⁴²³ MOURATO, *João Baptista Ribeiro...*, 2010, *op.cit.*, p.29. SANTOS, Paula Mesquita, “Colecções Monásticas de Pintura...”, in *O Tripeiro*, Associação Comercial do Porto, 7ª série, Ano XVI, nºs 4-5 (Abril/Maio de 1997), pp.123-125.

⁴²⁴ RIBEIRO, *op.cit.*, doc.13 de 6 de Maio de 1833, p.20.

⁴²⁵ *Idem, ibidem*, doc.15, p.20. Portaria assinada pelo Ministro do Reino Candido José Xavier.

⁴²⁶ *Idem, ibidem*, doc.12, pp.19-20, 6 de Julho, pelo Secretário da Companhia, Gabriel Francisco Ribeiro. p.20.

*“participar ao Lente da Aula de Desenho da Academia de Commercio e Marinha d’esta Cidade, que tendo a Illustrissima Junta d’Administração das Vinhas do Alto Douro posto á disposição do Governo a Sala da Aula de Desenho⁴²⁷ para alli se recolherem interinamente os paineis, e estampas que já se achão escolhidas para formarem o Museo que Sua Magestade Imperial tenciona mandar estabelecer n’esta Cidade, deve o mesmo Lente fazer proceder á mudança, e conveniente collocação dos referidos paineis e estampas no local que lhes está designado interinamente, empregando toda a **vigilancia para que na condução não soffrão prejuizo, e ficando na intelligencia de que a sua guarda é confiada ao Guarda Mór, o qual deverá passar recibo de todos os objectos que pelo sobredito Lente lhe forem entregues.(...)”**⁴²⁸.*

Revelavam-se, entre outras coisas, especiais cuidados com a conservação dos espólios.

No entanto, a entrega das obras por parte da Comissão Administrativa dos Conventos Abandonados não decorreria como expectável, o que terá levado Baptista Ribeiro a contactar, por carta de 12 de Agosto, o Ministério do Reino. Deste contacto surge notícia em resposta de 30 do mesmo mês, por Cândido Xavier, na qual participa que tinha já oficiado aos Ministérios da Justiça e da Fazenda, para que fosse expedida ordem à referida Comissão *“sobre a entrega dos paineis, e estampas para serem collocadas na Aula de Desenho, e tambem para que se mande pagar a despeza da condução (...)”*⁴²⁹. Segundo Baptista Ribeiro, nesta carta *“se vê claramente com que actividade aquelle Ministro levava as cousas d’este novo Estabelecimento”*⁴³⁰.

Entretanto, já alguns quadros e estampas estariam depositados na referida Aula, para ali transportados desde Julho. Esta actividade, tê-lo-á levado a contactar o General Conde de Saldanha, Chefe do Estado-Maior do Exército, que por ofício de 14 de Agosto, o autorizava a remeter-lhe a conta da despesa do transporte dos painéis, avisando, contudo, que doravante Baptista Ribeiro se devia entender directamente com o Ministério do Reino⁴³¹.

Em sequência dos ofícios atrás referidos, de 12 e 30 de Agosto de 1833, por portaria de 11 de Setembro era-lhe comunicado que dia 7 tinham sido expedidas pelo Ministério da Justiça⁴³² as

⁴²⁷ Academia de Marinha e Comércio, edifício da Graça.

⁴²⁸ RIBEIRO, *op.cit.*, doc.20, p.20. Assinado pelo Ministro Candido José Xavier. Destaques nossos.

⁴²⁹ *Idem, ibidem*, doc.8, p.19.

⁴³⁰ *Idem, ibidem*, p.6.

⁴³¹ *Idem, ibidem*, doc.16, p.21.

⁴³² ANTT, MR, Mç1911 b) Negócios diversos. Negócios Eclesiásticos. Na mesma data de 7 de Setembro, era trocada correspondência a respeito entre José da Silva Carvalho (pela Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça) e Candido José Xavier, através da qual acusava recepção de ofício de 30 de Agosto, no qual Xavier tinha exposto “a demora, que tem havido, por parte da Commissão Administrativa dos bens dos

ordens necessárias à Comissão para que esta lhe entregasse os painéis e estampas escolhidos para o Museu⁴³³. A 24 de Setembro, o Secretário da Comissão, António Maria de Magalhães, no sentido de dar cumprimento à dita portaria, escrevia a Baptista Ribeiro, solicitando que este comparecesse “*na Sala onde a mesma Comissão faz as suas Sessões a fim de combinar dia e hora em que V. S. tome conta das estampas*”⁴³⁴.

A procura por um local para instalar o museu tinha já principiado. Para além de antigos conventos, as casas sequestradas aos rebeldes eram também uma opção a ter em conta. No sentido de encontrar o espaço conveniente, terão existido contactos entre João Baptista Ribeiro, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Cândido José Xavier, e a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, na pessoa de José da Silva Carvalho. Assim, a 9 de Setembro de 1833, Silva Carvalho comunicava a José Xavier que ficava

*“expedida a ordem necessaria para que o Juiz do Crime do Bairro de S.^{to} Ovido na Cidade do Porto, entregue a João Baptista Ribeiro uma relação das Cazas sequestradas aos rebeldes, a fim de que elle possa escolher a que julgar mais propria para o Museu de pinturas, e estampas que Sua Magestade Imperial Mandou formar naquella Cidade (...)”*⁴³⁵.

Finalmente, em Outubro do mesmo ano, a Comissão Administrativa dos Conventos Abandonados, entregou ao lente os bens provenientes dos conventos do Porto, Congregados, Grilos, Santo Eloy, S. Francisco, Stº António da Cidade, S. Bento da Vitória, Santo António da Cordoaria⁴³⁶. A estes juntar-se-iam as pinturas e outros objectos enviados do Mosteiro de Tibães e de Santa Cruz de Coimbra⁴³⁷. A sala ficou atulhada de obras⁴³⁸, o que fazia temer pela sua conservação; era cada vez mais urgente colocá-los em local adequado.

Conventos abandonados na Cidade do Porto, na entrega a João Baptista Ribeiro dos painéis e estampas pertencentes aos referidos Conventos”. Silva Carvalho asseverava então que “a sobredicta Comissão cumprirá com toda a pontualidade as ordens, que nesta data lhe são expedidas a tal respeito por este Ministerio.”

⁴³³ RIBEIRO, *op.cit.*, doc.9 e doc.10, p.19. Referência feita por Ribeiro na p. 6.

⁴³⁴ *Idem, ibidem*, doc.11, p.19.

⁴³⁵ ANTT, MR, Mç1911 b) Negócios diversos, Offício Nº 1168. Logo no dia seguinte, 10 de Setembro, foi passada portaria a Baptista Ribeiro participando-lhe as ordens expedidas.

⁴³⁶ VALENTE, Vasco, *Museu Nacional Soares dos Reis (Antigo Museu Portuense), Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Belas Artes pelo seu Vogal correspondente e Director de Museu, Vasco Valente, 1933 e 1934*, p.144.

⁴³⁷ VIANA, Teresa Pereira, “João Baptista Ribeiro e os Museus do Porto (1830-1850)”, in *João Baptista Ribeiro ...*, 1990, *op.cit.*, p.30.

⁴³⁸ VALENTE, *op.cit.*, p.16.

Depois de, em Dezembro, serem examinados os espaços disponíveis e ouvidos os conselhos do Architecto da Cidade, Joaquim da Costa Lima Sampaio⁴³⁹, a escolha do edifício para albergar a instituição, que seria denominada *Museu Portuense*, também conhecida como *Atheneu D. Pedro IV*, e a Biblioteca Pública, recaiu no Convento de Santo António da Cidade (Capuchos), no Campo de S. Lázaro – com capacidade para que “*mui ampla e magnificamente se instalem os dois estabelecimentos*”⁴⁴⁰. Segundo um documento já de 1836, após a escolha do espaço, em Maio de 1834, o Prefeito de então destinou para o Museu “*todo o primeiro pavimento do Edificio do lado Sul, e uma grande Salla construida sobre a antiga cosinha*”⁴⁴¹.

O importante projecto de ajardinamento daquela Praça, onde também se encontrava o Recolhimento de N. Sra da Esperança, seria outra das obras da autoria de Baptista Ribeiro, mandada executar por D. Pedro em Janeiro de 1833, inaugurada no dia de aniversário de D. Maria II, 4 de Abril de 1834⁴⁴².

O Convento de Santo António, particularmente o refeitório – espaço onde o museu ficaria instalado – era um espaço considerado magnífico mas que necessitava de obras urgentes, uma vez que estava sem telhados e janelas⁴⁴³. Depois de algumas reformas principiadas a 21 de Maio de 1834 e que se prolongariam até 27 de Setembro do mesmo ano⁴⁴⁴, o Museu viria a ser inaugurado, algo precocemente, aquando da viagem da família real ao Porto, pelo “Príncipe Filósofo”, acompanhado por D. Amélia e por D. Maria II, a 28 de Julho de 1834⁴⁴⁵. Nesta data, segundo Baptista Ribeiro, já aí estariam a espada de D. Afonso Henriques, uma escrivanhinha “*de exquisito lavor marchetado de oiro e madre perola em tartaruga que se diz ter pertencido*

⁴³⁹ SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, p.42. Este architecto, com estreitas ligações com a comunidade inglesa no Porto, terá entre outras obras emblemáticas do Porto, projectado o Palácio dos Carrancas que D. Pedro utilizou como seu quartel-general durante o cerco daquela cidade.

⁴⁴⁰ *Apud* SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, p.42 (*Extrato de Representação dirigida ao Ministro sobre o aproveitamento do edificio do Convento de Santo António da Cidade, para nele se instalem a Biblioteca Publica e o Museu. In Biblioteca Publica Municipal do Porto. Documentos para a sua Historia.* Porto, Imprensa Portuguesa, 1933). Antigo convento dos Antoninhos da Congregação Franciscana, mandado erguer em 1783.

⁴⁴¹ ANTT, MR, Mç.2126 Cx2, 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. Documento do Ministério do Reino, 4ª Repartição, assinado por Collaço, datado de 10 de Setembro de 1836, relativo à divisão do extinto Convento de Santo António pela Biblioteca e Museu.

⁴⁴² SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, p.44.

⁴⁴³ RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, Tomo VIII, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1879, p.199.

⁴⁴⁴ RIBEIRO, *op.cit.*, pp.8-9.

⁴⁴⁵ João Baptista Ribeiro na Exposição Histórica diz que “no dia 28 de Julho teve o Museu Portuense a honra de ser visitado por SS. MM. F. e II., sendo eu préviamente avisado oficialmente, para minha intelligencia” (p.8); contudo o documento que apresenta, e em que se baseia – do Secretário Geral da Prefeitura do Porto, Antonio Luiz d’Abreu – data de 28 de Julho, refere que “Suas Magestades irão visitar o Museo ámanhã pelas 11 horas da manhã (...)”, o que, apresentando o documento a data correcta, faz concluir que a visita real tenha ocorrido não a 28 mas a 29 de Julho de 1834.

a D. Fr. Bartholomeu dos Martyres”, 200 painéis colocados na galeria e “*perto de outros 200 por collocar*”, assim como 32 estampas no gabinete a ela contíguo⁴⁴⁶.

Apesar de legitimado e inaugurado por D. Pedro, aquele estabelecimento, que permaneceu encerrado ao público⁴⁴⁷, ainda não estava concluído e legalizado – faltava a sua confirmação. Neste sentido, poucos dias depois da inauguração, a 31 de Julho, Ribeiro enviava uma carta ao “Rei-Soldado”, aparentemente sem resposta, onde solicitava a sua nomeação para o cargo de director “... *para livremente se poder entregar aos trabalhos...*”, e alegava ter sido “...*o primeiro português que levara a efeito um estabelecimento de semelhante natureza.*”⁴⁴⁸.

Apesar de todos os trabalhos de recolha, instalação e organização, em 1834, as nomeações – então sob a alçada da Prefeitura do Douro, realizadas pelo Prefeito Manuel Gonçalves de Miranda – para o serviço no museu são interinas. É o que sucede nos casos de Francisco Pedro de Oliveira, nomeado interinamente para primeiro Guarda do Museu (a 8 de Fevereiro, proposto previamente por Baptista Ribeiro) e de Domingos da Silva, nomeado interinamente para Porteiro (26 de Junho)⁴⁴⁹. Uma situação de incerteza e expectativa em que se pedia

*“para servir interinamente aquelle Emprego (...), em quanto Sua Magestade Imperial não determina a este respeito, bem como a respeito do Ordenado de todos os Empregados, que houver de nomear-se.”*⁴⁵⁰

Seriam estes empregados que se dirigiriam a Tibães – onde existia uma pinacoteca monástica, herança de José Teixeira Barreto, organizada pelo também pintor Joaquim Rafael – para conduzir para o Museu “*a Collecção de pinturas e estampas que lá havia*” e que, segundo Ribeiro “*satisfazerão o mesmo fim indo a Coimbra*”⁴⁵¹.

Em 1839, Francisco Pedro d’Oliveira, então Lente substituto de Escultura na Academia das Belas Artes Portuense, lembrava que tinha sido o único, incumbido de reunir

*“em tempos calamitosos devidos á guerra civil contra a facção da usurpação, todas as Pinturas e objectos proprios ás Bellas Artes p.^a a caza então d’Academia, cujos forão escolhidos pelo Sup.^e, e condusidos dos extinctos Conventos de Tibaens, S.^{ta} Cruz de Coimbra, e d’outras partes”*⁴⁵².

⁴⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp.8-9.

⁴⁴⁷ VITORINO, *Os Museus de Arte do Pôrto...*, 1930, *op.cit.*, p.45.

⁴⁴⁸ *Apud* SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, p.48. (VALENTE, *op.cit.*, pp.23-24)

⁴⁴⁹ RIBEIRO, *op.cit.*, docs.27 e 28, p.26.

⁴⁵⁰ *Idem, ibidem*, doc.28, p.26.

⁴⁵¹ *Idem, ibidem*, p.11.

⁴⁵² ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Acad. Belas Artes do Porto (1836-1843). 14 de Setembro de 1839.

Ali ficariam reunidos, não só o espólio dos conventos extintos e das casas sequestradas mas também o fundo pertencente à Academia Real da Marinha e Comércio⁴⁵³. No entanto, já depois do decreto de 30 de Maio de 1834 ter mandado suspender as remessas de peças das três províncias do Norte para o Museu, a morte do Duque de Bragança, veio protelar a situação. As obras para a conveniente acomodação ainda estavam por concluir e só seriam terminadas e o museu inaugurado pela rainha, sua filha, D. Maria II, como veremos.

O sentido de missão

Em plena Guerra Civil, D. Pedro IV, imbuído de um forte sentido de cultura e instrução, introduziu em Portugal aquela que pode ser entendida como uma nova prática da museologia, com os museus a serem entendidos como instituições ao serviço do público⁴⁵⁴. Relembremos que a sua irmã, D. Maria de Bragança (1797-1818), casada com D. Fernando VII de Espanha, foi a fundadora do Real Museu de Pintura, futuro Museu do Prado, inaugurado em 1819⁴⁵⁵. As suas iniciativas em prol das belas-artes exteriorizavam assim o lugar que a arte ocupou no seu círculo familiar.

Os liberais tinham começado a dispor de um considerável espólio artístico e arquitectónico que sentiam a obrigação de conservar e expor.

Logo em 1833, Baptista Ribeiro terá a consciência de que a criação do Museu Portuense estava integrada naquele que podia ser considerado um movimento europeu –

*“O Imperador d’Autria José II. mandou supprimir desde 1781 em seus estados hereditarios muitos Conventos, e transportar á Galeria de Vienna os melhores paineis, sobre tudo os dos Paizes-Baixos, e Lombardia. Na França devem todos os Museos, excepto o do Louvre, a sua existencia aos despojos dos Conventos”*⁴⁵⁶.

⁴⁵³ PIMENTEL, António, *op.cit.*, p.34. A Real Academia de Marinha e Comércio foi fundada em 1803, tendo como base uma Aula de Náutica e uma classe de Debuxo e Desenho estabelecidas no Porto desde 1762-1779; procurava ligar as ciências e as artes aos ofícios da navegação e do comércio promovendo os estudos da matemática, desenho, línguas francesa e inglesa e da filosofia. Apesar do estudo do desenho dever apropriar-se às profissões que a Academia fomentava, foi dada particular importância ao desenho artístico, dirigido por nomes como Francisco Vieira, o Portuense, Domingos Sequeira e José Teixeira Barreto. O edifício da Academia foi o primeiro sítio escolhido para se depositarem os painéis e estampas, uma vez que já ali funcionar a única aula pública de desenho da cidade e já existir um princípio de colecção. SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, p.27.

⁴⁵⁴ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil...”, 2014, *op.cit.*, p.390 e TEIXEIRA, Madalena Brás, *Los principios de la investigación y de la actividade museológica en Portugal*. Sep. *Revista de Museologia*, Madrid, Asociación Española de Museólogos, 2000, p.25.

⁴⁵⁵ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil...”, 2014, *op.cit.*, p.385.

⁴⁵⁶ VIANA, “João Baptista Ribeiro...”, 1990, *op.cit.*, p.32. RIBEIRO, *op.cit.*, doc.7, p.15.

Este museu, para além de ter como missão a preservação do património artístico então incorporado, tinha também como objectivo a promoção da sua utilização para fins pedagógicos e culturais, naquela que era a reforma educativa⁴⁵⁷. Este era, sem dúvida, um “*Estabelecimento destinado á propagação dos conhecimentos*”⁴⁵⁸. Era uma instituição de utilidade pública. A arte e aquele museu desempenhariam uma função social. A sua vertente educativa e papel pioneiro do Regente foram destacados pelo pintor: D. Pedro tinha

“*dado pela primeira vez aos Portuguezes um centro de reunião às produções d’Arte da Pintura, Gravura, Escultura e Architectura Civil, onde regularmente poderaõ utilizar os Artistas, Alumnos, e em geral toda a Nação*”⁴⁵⁹, e “*...as obras magistraes que porventura alli estejam espalharão até nas últimas classes do Povo, o gosto do belo, o amor e o sentimento das Artes, e d’esto hábito de ver e comparar, resultará uma massa de conhecimentos adquiridos suavemente...*”⁴⁶⁰.

Segundo João Baptista Ribeiro, para além de “*lugares propícios ao repouso e reflexão*”, museus e galerias “*instruem a Mocidade, recordam e consolidam as ideias a quem está na provecta idade, recreiam e adoçam a última estação da vida: são por conseguinte úteis em todas as idades*”⁴⁶¹. A protecção do Governo àquele estabelecimento mostraria que este marchava “*na mesma senda das Nações civilizadas*”⁴⁶².

Estes argumentos seriam repetidos no seu “*Discurso inaugural para ser recitado na abertura do Muzeo Portuense*”, onde o artista reconhece que

“*A primeira abertura do Museo Portuense n’esta Heróica, e Fiel Cidade do Porto formará para sempre uma época memorável na história da Monarchia Portuguesa (...)*”⁴⁶³

Como salienta Mourato, Baptista Ribeiro “beneficiou (...) da vontade dos liberais em educar o país inteiro, de alto a baixo, desde o mais acéfalo camponês ao mais requintado aristocrata. Só depois de um banho intensivo de instrução pública é que todos eles poderiam compreender as vantagens de serem livres.”⁴⁶⁴

⁴⁵⁷ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil...”, 2014, *op.cit.*, pp.389-390.

⁴⁵⁸ RIBEIRO, *op.cit.*, doc.7, p.15. Projecto de regulamento, datado de 11 de Junho de 1833.

⁴⁵⁹ *Idem, ibidem.*

⁴⁶⁰ *Idem, ibidem.*

⁴⁶¹ *Apud* VIANA, “João Baptista Ribeiro...”, 1990, *op.cit.*, p.32 (*Informação de João Baptista Ribeiro ao Duque de Bragança em 11 de Junho de 1833*) Ribeiro destaca ainda “a vantagem do ver sobre o ler, a emoção proporcionadas pelo contacto directo com as obras apelando a uma aprendizagem sensível”.

⁴⁶² RIBEIRO, *op.cit.*, doc.7, p.15.

⁴⁶³ VITORINO, *Os Museus de Arte do Pôrto...*, 1930, *op.cit.*, p.10. Doc. N.3.

⁴⁶⁴ MOURATO, *João Baptista Ribeiro...*, 2010, *op.cit.*, p.28.

O Museu Portuense teria, pelas suas características inovadoras, um papel pioneiro. As ideias apresentadas por Baptista Ribeiro, e que podem ser consideradas como o programa fundador da museologia portuguesa, sintetizavam os princípios que, segundo o ideal liberal, serviriam de base aos museus públicos, restituindo aos habitantes os seus valores culturais e patrimoniais, investindo na generalização da educação social como condição de progresso⁴⁶⁵. Segundo António Passos Almeida “Os museus públicos eram entendidos como um sistema de pensamento indispensável da nova ordem desejada, um instrumento de informação ideológica de valores patrimoniais comuns, dignos de serem reconhecidos e conservados”⁴⁶⁶. No mesmo sentido, o decreto de 9 de Julho de 1833⁴⁶⁷, tinha já fundado a Real Biblioteca Pública da Cidade do Porto⁴⁶⁸.

O regulamento do museu, com data de 11 de Junho de 1833, que Baptista Ribeiro apresenta a D. Pedro, é um veículo privilegiado para entender as novas ideias e a forma como este devia aproximar-se da sociedade; espelha os novos tempos e a importância da instrução, a forma como o museu devia servir para atingir os novos objectivos.

Composto por treze pontos, o documento⁴⁶⁹ começa logo por esclarecer que

*“Os Paineis, Estampas, Livros proprios d’Arte, bem como quaesquer outras produções pertencentes ao Museo serão franqueadas e collocadas em lugar proprio, para alli serem copiadas, analyzadas, e estudadas em qualquer sentido”*⁴⁷⁰;

para além de estabelecer os lugares de Director – ao qual competia a “*obrigação de responder ao Governo pela boa ordem, lustre, economia, e augmento d’este Estabelecimento.*”⁴⁷¹ – Ajudante – “*tirado da classe dos Artistas*”, encarregado da “*limpeza e conservação de todos os*

⁴⁶⁵ ALMEIDA, António Manuel Passos, *Museu Municipal do Porto: Das Origens à sua Extinção (1836-1940)*, Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – Via Mestrado, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Janeiro 2008, Texto policopiado, p.67.

⁴⁶⁶ ALMEIDA, *Museu Municipal do Porto...*, 2008, *op.cit.*, pp.67-68.

⁴⁶⁷ A designada “Real Bibliotheca Publica da Cidade do Porto”, instalada no Hospício dos Religiosos de Santo António de Vale da Piedade, ficava debaixo da inspecção imediata do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino” e era “destinada para a instrução do Publico, ao qual estará patente todos os dias, exceptuando os Domingos, e dias Santos de guarda”. Decreto de 9 de Julho de 1833, assinado por Cândido José Xavier, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. ANTT, MR, Mç 1154.

⁴⁶⁸ João Baptista Ribeiro fez parte, juntamente com Alexandre Herculano, Padre Marcos, António José da Costa Lobo (lente de matemática), Diogo de Góis Lara de Andrade e Joaquim da Costa Lima (arquitecto da cidade), da Comissão encarregada de organizar a biblioteca. Se o pintor teve influência na criação do Museu, segundo ele, o Morgado de Mateus, tê-la-á tido em relação à criação da Biblioteca; uma carta de 1819 em que este expressava aos lentes da Academia os seus sentimentos em relação à falta de uma Biblioteca Pública no Porto, terá estado na origem da criação daquele estabelecimento. VITORINO, *Biblioteca Portuense...*, 1933, *op.cit.*, p.12.

⁴⁶⁹ RIBEIRO, *op.cit.*, doc.7, pp.16-18.

⁴⁷⁰ *Idem, ibidem*, doc.7, p.16, ponto 1 do regulamento.

⁴⁷¹ *Idem, ibidem*, doc.7, p.18.

objectos do Museo”⁴⁷² – e Porteiro⁴⁷³, é demonstrativo da dinâmica que se desejava estabelecer naquele espaço e do importante papel que o director teria na sua concretização. Traços evidentes de uma nova museologia, muito distinta e distanciada da praticada anteriormente.

Teorizando, nomeadamente, acerca do ensino artístico, Baptista Ribeiro destacava o aspecto educativo do museu, que devia passar não só pela exposição e normal observação das obras, mas pela existência de uma “*casa d’estudo*” – “*visinha da Galeria*”, à qual se acedia através de “*bilhetes*” escrupulosamente distribuídos pelo Director⁴⁷⁴ – “*provida de modelos naturaes, como armas antigas e modernas, vestiduras, alfaias, tecidos exquisitos apropriados aos costumes para guiar o artista na composição dos quadros historicos, obras d’Escultura, e Decorações d’Architectura Civil. (...) unico methodo para conseguir producções de verdadeiro merecimento, por isso que derivão da propria verdade*”⁴⁷⁵, que amplificaria o seu papel. No fornecimento deste tipo de material “*Os depositos dos objectos que pertencêrão aos Conventos extinctos*”⁴⁷⁶ deveriam ter, segundo o regulamento, um papel chave.

Segundo o mesmo regulamento, de modo a

*“formar Artistas capazes de produzir obras originaes que acreditem a Nação Portuguesa, convirá que depois de se ter estudado as bellezas dos quadros do Museo, comparando as diversas escólas, aproveitando a melhoria de cada uma d’ellas, fortificando o espirito com a leitura dos melhores Mestres, discutindo entre si os estudiosos, os pontos mais interessantes da theoria, e tendo preparado o espírito com a lição dos Poetas Classicos, estudem por fim o modelo vivo (...)”*⁴⁷⁷.

O papel do Director, era chave na dinâmica que se pretendia implementar na nova instituição; este poderia

“guiar os estudos (...) sem com tudo tomar o character de Mestre, mas d’amigo das Artes, tendo sempre em vista o augmento da instrucção pública, não só deixando desenvolver devidamente a indole, character e genio dos estudiosos, mas até evitando

⁴⁷² *Idem, ibidem.*

⁴⁷³ *Idem, ibidem.*

⁴⁷⁴ *Idem, ibidem*, doc.7, p.16, ponto 2 do regulamento. Segundo o Regulamento proposto por Baptista Ribeiro, os bilhetes deviam então ser fornecidos pelo Director “*só a quem mostrar capacidade, e devoção pelo estudo, para desviar a ociosidade, e outros inconvenientes ruinosos a quem deseja estudar pelo amor das Artes, evitando-se d’esta maneira a possibilidade de serem damnificados os originaes, que estão servindo de modê-lo.*” Os bilhetes eram anuais. *Idem, ibidem.*

⁴⁷⁵ *Idem, ibidem*, doc.7, pp.16-17, ponto 5 do regulamento.

⁴⁷⁶ *Idem, ibidem.*

⁴⁷⁷ *Idem, ibidem*, doc.7, p.16, ponto 4 do regulamento.

*systematicamente o estilo escolar ou amaneirado, sempre nocivo á originalidade, que tamanho valor tem na republica das Bellas Artes*⁴⁷⁸.

Com uma abertura ao público, que devia ir desde 1 de Outubro até ao fim de Junho⁴⁷⁹, com acesso diferenciado para estudiosos, a respeito destes deveria vir a existir quase um papel social do Museu para com aqueles que demonstrassem “*faltos de meios*” e em que o Director descobrisse “*uma disposição feliz para se tornarem uteis á patria e a si*”, facultando-lhes materiais como papel, lápis, pinceis, etc., à semelhança do que era praticado “*em Genebra e em outras Cidades que possuem estabelecimentos identicos*”⁴⁸⁰. Um conhecimento de realidades estrangeiras que adviria, nomeadamente, dos seus antigos mestres e dos seus contactos.

Mas o incentivo à cultura não ficaria por aqui. Estava ainda prevista uma abrangente “*Exposição bienal publica*”, onde seriam admitidas “*as produções em Desenho, Pintura, Escultura, Lithografia, Desenhos d’Architectura Civil, obras escriptas sobre Belas Artes, &c.*”, avaliadas pelo Director e por um júri de quatro artistas por ele propostos e aprovados pelo Governo, e conferidas duas medalhas de ouro de 15:000 rs de peso⁴⁸¹. Para além destes prémios, existiriam ainda mais três, um de 200:000 rs e dois de 100:000 rs, destinados aos artistas que apresentassem na Exposição produções originais que, patrioticamente, transmitissem “*aos vindouros os assumptos Portuguezes*”⁴⁸² (com eventual excepção de uma); no caso de alguma das obras premiadas ser considerada digna de colocação no Museu, seria avaliada em separado e o seu trabalho pago aos artistas.

Para fazer face a este tipo de despesas, assim como para a compra de obras “*a fim de se ir preenchendo os diversos ramos das melhores Escolas de Pintura, Gravura, Lithographia e Escultura*”, o Museu deveria dispor de um fundo monetário⁴⁸³.

De salientar que os autores de obras expostas no museu podiam ali tê-las até três meses, “*com tanto porém que ellas sejam decentes e não ataquem a moral publica*”⁴⁸⁴.

⁴⁷⁸ *Idem, ibidem*, doc.7, p.16, ponto 3 do regulamento.

⁴⁷⁹ *Idem, ibidem*, doc.7, p.17, ponto 6 do regulamento. “Os mezes e dias feriados serão os mesmos que se guardão nas Academias, e o dia 12 d’Outubro como anniversario do augusto Fundador do Museo.” *Ibidem*.

⁴⁸⁰ *Idem, ibidem*, doc.7, p.17, ponto 8 do regulamento.

⁴⁸¹ *Idem, ibidem*, doc.7, p.17, ponto 9 do regulamento. As medalhas deviam representar de um lado “o retrato de S. M. I. – D. Pedro, DUQUE DE BRAGANÇA Defensor da Liberdade – e do opposto – Museo Portuense 1833 – (época da fundação,) e no tôpo o nome do agraciado.” *Ibidem*.

⁴⁸² *Idem, ibidem*, doc.7, pp.17-18, ponto 10 do regulamento.

⁴⁸³ *Idem, ibidem*, doc.7, pp.18, ponto 11 do regulamento.

⁴⁸⁴ *Idem, ibidem*, doc.7, p.18, ponto 12 do regulamento.

A morte prematura do grande mentor deste inédito programa museológico, D. Pedro IV, em Setembro de 1834, não terá afectado a vontade de desenvolver o ensino artístico, mas terá retardado o crescimento daquela nova estrutura museológica.

As atitudes verdadeiramente pioneiras de D. Pedro IV e de João Baptista Ribeiro, de fundação de um museu e escola de belas-artes, antecederam a iniciativa do Pintor da Real Camara e Corte Joaquim Rafael (1783-1864) de criação de um Ateneu de Belas-Artes, proposto em Outubro de 1834 e das Academias de Belas-Artes, criadas apenas em 1836, no contexto do Setembrismo⁴⁸⁵.

3.2.2.3. O espólio do Museu. A importância das Belas-Artes

Segundo descrição presente na “*Exposição Historica da Creação do Museo Portuense, Com Documentos Officiaes para servir á História das Bellas Artes em Portugal, e á do Cêrco do Porto*”, obra publicada em 1836, o museu era constituído por uma vasta galeria – 324 palmos de comprimento por 27 de largo, com 23 de pé direito, apresentando em linha recta, para sul, 19 janelões de 5 palmos e meio de largo – e um gabinete contíguo (de 24 por 27 palmos). Existiria ainda, no andar superior, uma grande sala de estudo e de exposições públicas – 125 palmos por 32, com 25 palmos de altura –, iluminada com luz oblíqua, quase horizontal ao pavimento, podendo ser distribuída consoante as necessidades. As áreas de exposição e de estudo estavam na zona sul do edifício, local bem iluminado, arejado, protegido por grossas paredes exteriores com 5 palmos e meio de espessura. Os espaços do edifício considerados mais obscuros e húmidos, situados nos lados nascente e norte – onde se situavam a antiga sacristia e igreja – eram ocupados pelas oficinas do Museu⁴⁸⁶.

Apesar de esta ser a readaptação de um antigo edifício conventual, o “novo” espaço, respirava modernidade e parecia estar adequado às necessidades que lhe eram propostas, fossem elas de exposição, estudo ou conservação.

Como formula Paula Mesquita Santos, analisando as referências que o documento transmite, o novo museu adequava-se ao modelo renascentista de galeria de pintura – de estrutura longilínea, paredes com pé direito elevado, destinadas a ser profusamente preenchidas de quadros até ao tecto, providas de numerosas aberturas laterais para iluminação da área de exibição –, era dotado de um gabinete de estampas – de configuração quadrangular, de menores dimensões, onde os estudiosos podiam analisar e confrontar os exemplares disponíveis –, de uma área de estudo e exposições públicas – com equipamentos capazes de satisfazer os

⁴⁸⁵ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil...”, 2014, *op.cit.*, pp.391-393.

⁴⁸⁶ RIBEIRO, *op.cit.*, p.8.

propósitos didácticos do estabelecimento – e de uma zona oficial destinada a reservas e armazenamento de materiais de tratamento museológico de limpeza e restauro⁴⁸⁷.

O número de obras disponíveis para o preencher, apresentava-se como extenso; como já foi referido anteriormente, a constituição do Museu Portuense teve como base o espólio dos conventos extintos, das casas sequestradas aos rebeldes miguelistas e o fundo pertencente à Academia Real da Marinha e Comércio.

O inventário mais antigo do Museu – “*Inventario dos objectos pertencentes ao Museu Portuense, bem como outros quaisquer documentos que lhe digão respeito (...), por João Baptista Ribeiro*”⁴⁸⁸ – data de 5 de Janeiro de 1834, dele devendo apenas fazer parte os objectos (quadros, painéis e estampas) oriundos dos conventos portuenses⁴⁸⁹ suprimidos em Maio de 1833, assim como bens sequestrados aos rebeldes⁴⁹⁰. Facto comprovado por documento publicado por Vasco Valente, onde se reproduz o “*Inventário dos Quadros e Painéis, de que por ordem da Comissão se fez entrega a João Baptista Ribeiro, lente de Desenho (...) de que passou recibo em 10 de Janeiro de 1834, apesar de se lhe ter feito entrega dos ditos objectos em Outubro do anno passado*”⁴⁹¹, lista de obras presente no *Livro de Inventario Geral dos Conventos Abandonados*⁴⁹². Nesta listagem, ainda de 1833, encontram-se cerca de setenta e cinco pinturas, algumas das quais para retábulos, a que se somava um reduzido número de estampas e objectos com valor artístico⁴⁹³.

Esse registo de 1834⁴⁹⁴ e outro de 1839⁴⁹⁵ demonstram que os objectos históricos, a pintura, a gravura e os livros, são as categorias que, essencialmente, constituíam o museu. Dos bens provenientes dos conventos, foram sobretudo os ligados às Belas-Artes e aos objectivos educacionais de Baptista Ribeiro que ali foram acolhidos⁴⁹⁶. Segundo Paula Mesquita Santos o acervo era “constituído quase na totalidade em torno de pinturas de origem conventual,

⁴⁸⁷ SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, p.46.

⁴⁸⁸ *Apud* SANTOS, “Colecções Monásticas de Pintura...”, Março 1997, *op.cit.*, p.87 (CMP/CT: Espólio Vitorino Ribeiro, Dat., Porto, 5 de Janeiro de 1834).

⁴⁸⁹ Desta relação constam o Convento dos Grilos, Brévia dos Bernardos, Congregados e livraria, Convento de Santo Eloy, S. Francisco e livraria, Santo António da Cidade, S. Bento da Vitória e Hospício de Santo António da Cordoaria. SANTOS, “Colecções Monásticas de Pintura...”, Março 1997, *op.cit.*, p.87.

⁴⁹⁰ *Idem, ibidem*.

⁴⁹¹ *Apud idem, ibidem* (citando Valente, Vasco, *Museu Nacional de Soares dos Reis (Antigo Museu Portuense...*, 1936, pp.144-146).

⁴⁹² *Idem, ibidem*.

⁴⁹³ *Idem, ibidem*, p.88.

⁴⁹⁴ SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, p.34. (*Inventario dos objectos pertencentes ao Museu Portuense, bem como outros quaisquer documentos que lhe digão respeito (...)* por João Baptista Ribeiro, datado de 5 de Janeiro de 1834).

⁴⁹⁵ *Idem, ibidem*. Inventario do Museu Portuense feito em 1839, por João Baptista Ribeiro, datado de 6 de Julho de 1839.

⁴⁹⁶ *Idem, ibidem*.

esmaltes, estampas e livros ilustrados, de que os núcleos oriundos dos conventos do Porto abandonados (Igreja de S. Lourenço, Brevia dos Bernardos, Congregação do Oratório de S. Filipe Neri, Lóios, S. Francisco, S.^{to} António da Cidade, S. Bento da Vitória e Hospício de S.^{to} António da Cordoaria) e dos mosteiros extintos de fora do Porto (Mosteiro de S. Martinho de Tibães e de S.^{ta} Cruz de Coimbra) ocupavam lugar de relevo”⁴⁹⁷. A estes objectos juntar-se-iam ainda, por aquisição em 1835, dois quadros flamengos do séc. XVI, representando naturezas-mortas e sete pinturas de autores portugueses, pedidas por Baptista Ribeiro ao Governo, enviadas pelo Depósito de S. Francisco de Lisboa, em 14 de Janeiro de 1837⁴⁹⁸.

No caso do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, de onde saíram a maior parte das pinturas relevantes, dos esmaltes, livros e objectos históricos, formaria um dos núcleos mais significativos do acervo do Museu⁴⁹⁹. Do “*Termo de entrega das pinturas e mais objectos para o Museu da Cidade do Porto*”, documento de 4 de Junho de 1834,⁵⁰⁰ neste caso, pela data, com conteúdo não presente nas listagens mais antigas, faziam parte cinquenta e uma pinturas sobre cobre de temática religiosa (cenar da Vida de Cristo, da Virgem e de santos); motivos vários e algumas figuras de santos representados de forma avulsa; três pinturas em pedra; vinte e seis pequenos quadros esmaltados em cobre, da Paixão de Cristo; colecções de livros de Viagens e de História (112 vol.); nove cadernos de estampas e dois desenhos⁵⁰¹.

Já Tibães revelar-se-ia um caso muito particular. De facto, o Mosteiro Beneditino de S. Martinho de Tibães – que

*“Tinha (...) hũa grande e escolhida livreria, hum bello Museu de pinturas, muitas preciosidades em antiguidades, e ricos ornamentos de Casa e Igreja, que pela extincção dos Religiosos em 1834, tudo se dispersou, dando applicação aos diversos objectos para Estabelecimentos publicos e Nacionaes, e para Igrejas Parochiaes, que parte chegarão ao seu fim, e outra consta ficara em poder de Sujeitos, que pouco escrupulosos, della se poderão apoderar (...)”*⁵⁰²

⁴⁹⁷ *Idem, ibidem*, p.35 Segundo Mesquita Santos, no elenco de 1839, é possível encontrar referenciados 117 objectos de Pintura, 7 pinturas remetidas pelo DLEC, 118 pinturas em cobre, pedra, esmalte e porcelana, 50 estampas encaixilhadas e 1510 estampas e desenhos soltos. Em 1834 o Museu dispunha de um conjunto bibliográfico de *Obras de Literatura, História, Viagens e Artes*; a riqueza iconográfica dos livros de estampas, valorizados para o estudo, associada à vocação escolar do estabelecimento, justificam a sua existência. *Idem, ibidem*, pp.36-37.

⁴⁹⁸ *Idem, ibidem*, pp.35-36.

⁴⁹⁹ SANTOS, Paula Mesquita, “Colecções Monásticas de Pintura no Museu Soares dos Reis”, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XVII, Nº1 (Janeiro 1998) (pp.12-21), p.12.

⁵⁰⁰ Documento assinado por António de Pádua e por Francisco Pedro de Oliveira e Souza, “Comissário” do Museu. SANTOS, “Colecções Monásticas de Pintura...”, Janeiro 1998, *op.cit.*, p.12.

⁵⁰¹ *Idem, ibidem*, pp.12-13.

⁵⁰² in *Breve noticia de todos os Mosteiros e Conventos que tem existido ou ainda existem em Portugal, assim de Religiosos como de Religiosas das differentes Ordens, incluindo as Militares; epocha da sua fundação, seus*

encerrava uma longa e rica tradição que se reflectia em termos materiais e a que acrescia a existência da designada “*Casa de Pinturas*”, galeria que ali nasceu cerca de 1810, após os monges terem recebido a colecção de pintura de Frei José da Apresentação, o antigo pintor portuense José Teixeira Barreto, lente de Desenho da Academia da Marinha e Comércio, que regressado de uma demorada viagem ao estrangeiro, onde adquiriu e copiou quadros, concebeu um projecto de uma Galeria de Pinturas no Porto, de onde era natural e que adoecendo, resolveu doar os quadros, por sua morte em 1810, ao Mosteiro onde fora leigo⁵⁰³.

Esta pinacoteca monástica tinha um carácter privado, destinada exclusivamente ao usufruto daquela comunidade, podendo considerar-se um dos primeiros museus particulares do nosso país⁵⁰⁴. Apesar das suas características, este museu que ocupava uma das antigas celas do mosteiro, foi projectado e organizado pelo pintor Joaquim Rafael, aluno de Teixeira Barreto na Academia da Marinha que viria a tornar-se pintor da Câmara e da Corte de D. João VI⁵⁰⁵. Para além da herança de Barreto – colecção de noventa quadros, essencialmente de cariz religioso⁵⁰⁶, composta por pequenos formatos, de valor relativo, obtidos por troca ou comprados no estrangeiro por baixo valor, onde era possível encontrar pintura nacional (Domingos Sequeira, João Glama, Francisco Vieira) mas sobretudo estrangeira (flamenga, italiana, francesa e holandesa), muita da qual cópias, a que se somavam os de produção própria⁵⁰⁷ – a galeria foi sendo valorizada uma vez que é referido que existiam “*muitas outras [pinturas] de conhecido merecimento, com que de toda a parte concorrem à porfia a enriquecê-la Monges zelosos do crédito da Congregação*”⁵⁰⁸.

fundadores e primeiros doadores, tempo em que se conservarão na primitiva Ordem, e o em que passarão a ser possuídos por Religiosos, ou Religiosas de diferente, ou da mesma reformados, ou se passarão a Igrejas seculares; tempo em que algúas deixaram de existir, até a total extinção dos Religiosos em 1834 apud VITORINO, José Teixeira Barreto..., 1925, op.cit., p.30. Este texto continua: “(...) e assim acabou em tempo tão curto, hum aggregado de coizas de preço inestimável, que tantos seculos levarão a juntar-se, em que se gastarão inornes somas, e de que tamanha utilidade se poderia tirar; tudo gasta o tempo!” apud, ibidem.

A biblioteca do mosteiro albergava entre 25000 a 30000 volumes, aí se guardando um importante medalheiro que em Novembro de 1835 portaria do Ministério do Reino, assinada por Rodrigo da Fonseca Magalhães, ordenava que o Bibliotecário-Mor mandasse receber do Tesouro Público “*uma colecção de medalhas e moedas, que pertenciam ao extincto Mosteiro de Tibães, a fim de serem colocadas no respectivo Gabinete*”, BNP, AH, BN/CR/05/Cx01, mc.26, nº50. 10 de Novembro de 1835. O Bispo Conde D. Francisco terá doado medalhas ao museu – “Com eles (os quadros) se deu principio ao Misedi instituido naquela Casa Beneditina, para onde eu tambem concorri com todas as medalhas, que tinha podido ajuntar e assisti á fundação e colocação das pinturas etc.” apud VITORINO, José Teixeira Barreto..., 1925, op.cit., p.28.

⁵⁰³ VITORINO, “João Baptista Ribeiro...”, 1945, op. cit., p.49.

⁵⁰⁴ SANTOS, “Colecções Monásticas de Pintura...”, Setembro/Outubro 1997, op.cit., p.285.

⁵⁰⁵ *Idem, ibidem.*

⁵⁰⁶ Para além de assuntos religiosos, encontravam-se cenas de história antiga e moderna e retratos. Outros com temas não adequados ao espaço, terão sido alienados. VITORINO, José Teixeira Barreto..., 1925, op.cit., pp.26-27.

⁵⁰⁷ SANTOS, “Colecções Monásticas de Pintura...”, Setembro/Outubro 1997, op.cit., pp.286-287.

⁵⁰⁸ *Apud idem, ibidem*, p.286. Estados de Tibães – Triénio 1813-1816.

Deste mosteiro seria proveniente não só o habitual acervo monástico, de pinturas, livros e outros objectos artísticos e científicos, como também parte (algumas pinturas deverão ter sido apropriadas ou vendidas)⁵⁰⁹ deste importante e muito peculiar núcleo de pintura que, para além de se adequar ao museu que se estava a organizar, deveria ter um significado especial para Baptista Ribeiro, uma vez que este tinha sido o discípulo predilecto do pintor beneditino.

Naturalmente, dada a sua origem conventual, o espólio do Museu Portuense seria constituído na sua maioria por composições religiosas – figuras de santos, cenas milagrosas, episódios bíblicos e retratos de eclesiásticos – no entanto, também sendo possível encontrar paisagens, naturezas-mortas e assuntos históricos, num conjunto algo similar à constituição daquela que tinha sido a galeria de pintura do Padre Mayne, estabelecida no convento de Jesus, em Lisboa.

No que se refere a *Obras de Escultura* esta secção contava apenas com três exemplares. No entanto, apesar de preterida em relação à pintura ou mesmo à gravura, a escultura era vista como forma de representação artística, área contemplada no projecto de Regulamento elaborado por Baptista Ribeiro, presente na sua *Exposição Histórica*⁵¹⁰.

Sabe-se que a origem de uma pequena minoria de obras – quadros e estampas – viriam especificamente de livrarias conventuais, espaços em que, para além dos livros, era possível encontrar outros objectos com interesse artístico e/ ou científico. No caso portuense, destaca-se, por exemplo, a livraria de S. Francisco, de onde vieram duas pinturas do século XVIII, retratos de religiosos franciscanos, uma representando Frei Lourenço de St.^a Teresa⁵¹¹ e a outra o Bispo de Évora⁵¹², a primeira da autoria de João Glama Stroberle (1708-1792) e a segunda atribuível ao mesmo pintor⁵¹³.

O Museu albergaria ainda peças doadas⁵¹⁴ e das casas sequestradas. No caso destas, ali em depósito, após 1840, ano de abertura da instituição, algumas conheceriam retorno aos seus antigos proprietários. A portaria de 24 de Novembro desse ano, ordenava a Joaquim Rodrigues Braga, Director Interino da Academia Portuense de Belas Artes e do Museu, que os

“(…) quadros e painéis ou quaisquer outros objectos removidos dos sequestres feitos aos sectários da usurpação, para o Museu Portuense nele existentes, sejam entregues

⁵⁰⁹ VITORINO, José Teixeira Barreto ..., 1925, *op.cit.*, p.41.

⁵¹⁰ SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis*..., 1995, *op.cit.*, p.37.

⁵¹¹ Pint. 305, MNSR.

⁵¹² Pint. 301, MNSR.

⁵¹³ SANTOS, “Colecções Monásticas de Pintura...”, Abril/Maio 1997, *op.cit.*, p.129.

⁵¹⁴ Como as efectuadas, por exemplo, por João Allen (110 moedas romanas de prata) e James Forrester (10 estampas, da sua autoria, litografadas com vistas da cidade do Porto. SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis*..., pp.37-38.

*aos seus legítimos donos, uma vez que eles os reclamem e provem autenticamente que lhes foram sequestrados e entregues naquele estabelecimento.”*⁵¹⁵

3.3. Medidas do Regente entre o Cerco do Porto e o decreto de extinção das Ordens Religiosas de 1834. Portugal nas vésperas da grande mudança.

A acção efectiva de D. Pedro e das suas políticas, ainda em 1833, vai muito além das medidas tomadas durante o Cerco do Porto. É notória a sua crescente influência junto das instituições, apoiada pelo conjunto de personalidades com que constituiu o Governo.

Com a sua vinda para Lisboa e o fim do Cerco da *Invicta*, o Regente vai continuar a “conviver” com a Junta do Exame do Estado Actual, e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, e com a então criada Comissão encarregada da Reforma Geral Eclesiástica.

A produção da legislação nos meses de Julho e Agosto desse ano, tinha gerado uma base fundamentada capaz de ajudar a dismantelar uma das principais bases do inimigo.

Os Religiosos Carmelitas descalços, por exemplo, eram vistos como

*“(…) aquelles que mais tem conspirado contra o Legitimo Throno, e as Liberdades desta atribulada Nação; são tambem aquelles que entre os mais criminosos mais tem chamado contra si a animadversão publica, exarcebado mais os animos pacíficos dos Portugueses, e causado mais seduções, males, e profanações pelo abuso do Ministerio da Palavra, e da Penitencia, e por tanto são ou devem tambem ser estes Regulares aquelles que em observancia dos reinalteraveis preceitos das Leis Divinas e humanas recebem os effeitos da justiça distributiva; que ou premeie; ou castigue dá a cada um imperiosamente o que merece por seus serviços, ou por seus crimes (...)”*⁵¹⁶,

levando a que a Junta emitisse parecer favorável à supressão do Convento dos Carmelitas descalços da Vila de Santarém, a conversão da sua igreja em paróquia, e o convento colocado à disposição do Juiz do Crime⁵¹⁷.

A supressão de conventos pelo número de habitantes, ou por estes serem considerados rebeldes, encontrava-se em curso e com ela as naturais consequências para o património artístico destas antigas casas religiosas. A revolta dos religiosos, contra a nova legislação e, na maioria das

⁵¹⁵ Apud SANTOS, *Museu Nacional de Soares dos Reis...*, 1995, *op.cit.*, p.40. Esta portaria, emitida pelo Ministério do Reino, 4ª Rep. reafirmava já o art.1º, §2º do decreto de 27 de Maio de 1834.

⁵¹⁶ ANTT, MNEJ, Mç.177, Cx147, Nº1. 22 de Outubro/31 de Outubro/4 de Novembro de 1833 – Em Parecer da Junta do Exame do Estado Actual acerca de pretensão do Juiz de Crime de Santarém, devolvido a D. Pedro (que assina juntamente com José da Silva Carvalho).

⁵¹⁷ *Idem, ibidem.*

vezes, contra aquele que viam como inimigo do clero, provocou por si só severas perdas. A falta de verbas para alimentar a guerra civil tinha também levado a que muitos valores, como pratas e outros metais preciosos, fossem para aí canalizados. Os roubos eram outro dos graves problemas com que tinham de lidar e a que o património artístico dos conventos e das igrejas estava sujeito. As freguesias rurais do termo de Lisboa, por exemplo, tinham sido despojadas de Vazos Sagrados “(...) na vergonhosa fuga do governo usurpador, e roubados pelas guerrilhas de ladrões que a pós se deixarão.(...)”⁵¹⁸. Os metais preciosos dos conventos extintos eram depositados no Banco de Lisboa, único local aparentemente seguro, onde permaneciam até serem distribuídas. Foi para ali que em finais de Agosto de 1833, perante a ameaça do exército absolutista avançar sobre a capital, D. Pedro tomou a decisão de enviar algumas peças valiosas entre as quais a famosa custódia do Mosteiro de Santa Maria de Belém⁵¹⁹.

Por outro lado, como medida de segurança ou de ocultação, alguns bens como pratas terão chegado a ser enterrados ou emparedados ⁵²⁰.

Simultaneamente havia que gerir os espólios dos conventos que iam sendo suprimidos da melhor forma possível. O Presidente da *Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares*, Marcos Pinto Soares Vaz Preto, aproveitando a ocasião de um parecer acerca do empréstimo de paramentos do extinto convento da Sobreda para a Irmandade de S. Sebastião do Termo de Almada, expunha a D. Pedro o seguinte:

“(...) que sendo como fica dito os espolios dos Templos dos Regulares applicados as Parochias pobres, seria muito conveniente, que sendo pedidos pelas cameras lhe fossem entregues, passando as Corporações Municipaes os competentes recibos, que de verão declarar ficarem em guarda nas mãos dos Parochos, que tambem assignarão. Assim verião os Povos emmediatamente depois da Supressão de huma

⁵¹⁸ 25 de Outubro de 1833 in *Parecer da Junta*, “Consulta propondo a entrega das pratas da Igreja da Ordem Terceira do Menino Deos, desta Cidade, no Banco de Lisboa.”. A este respeito era da opinião da Junta que estas pratas se deveriam guardar em deposito no Banco de Lisboa “menos os vazos Sagrados que se entregarão ao Commissario, ou aos Mezarios, assignando Termo de darem conta delles, o qual será remetido a esta mesma Junta para ser guardado no seu Archivo.” Ficávamos a saber que “Tem sido esta uma medida geral que se tem tomado com as pratas dos Conventos extintos, depoistando-se no Banco, aonde estão em deposito incluso os mesmos vazos Sagrados interinamente, em quanto se não restituem aos Parochos das Competentes Freguezias, ou se distribuem ás freguezias ruraes do termo, que delles forão despojados (...)”. ANTT, MNEJ, Mç.177, Cx 147, Nº1

⁵¹⁹ NETO, SOARES, *O Mosteiro dos Jerónimos...*, 2013, *op.cit.*, p.157 e NETO, Maria João, ALVES, Alice, SOARES, Clara, “A Custódia de Belém: um símbolo nacional entre o Liberalismo e o Estado Novo”, in *A Custódia de Belém - 500 anos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, (pp.161-181).

⁵²⁰ A título de exemplo, em Outubro de 1833 constava que a prata de igrejas de Almargem do Bispo estaria enterrada. No mesmo ano, em Dezembro, era feita alusão a paramentos encontrados em forro de igreja de Alcobaça, sendo então dada ordem para que fossem distribuídos. ANTT, MNEJ, NE, Livro 80 – Registo de Correspondência expedida a autoridades residentes na Corte, fl.41 e fl.57.

Casa Religiosa, que o espolio sagrado passava a ter mais digna e importante applicação, a lem de se evitarem despesas com os guardas dos Depozitos, e com risco de serem roubados ou profanados.

*Se V.M.I. Houver por bem approvar este Parecer, Sirva-se autorizar a Junta para dispor da maneira refferida, e com o destino declarado do espolio sagrado dos conventos suprimidos (...)*⁵²¹.

Esta proposta tinha objectivos economicistas, de segurança, mas também procurava legitimar junto do povo as medidas tomadas, procurando através da rapidez de actuação colmatar eventuais incómodos sentidos pelos fiéis.

Mas era à *Junta do Exame* que, naturalmente, cabia então uma parte importante ou mesmo fundamental da gestão das casas religiosas, papel que portaria datada de 28 de Dezembro de 1833 vem relembrar e acentuar, destacando, contudo, a necessidade de antes de ser publicada uma sentença de extinção, esta dever ser comunicada à Secretaria de Estado competente, algo que permitiria uma mais eficaz, célere e segura actuação, seguindo os naturais trâmites que estavam previstos na legislação:

“A Junta do Exame w^a

Pertencendo á Authoridade temporal todas as dliligencias, aque dêva proceder-se para a arrecadação, administração, e destino dos bens das Casas Religiosas declaradas extinctas. Ha por bem Sua Magestade Imperial, o Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, Ordenar, que a Junta do Exame do Estado actual e melhoramento temporal das Ordens Regulares, encarregada da Reforma Geral Ecclesiastica, julgada que seja a suppressão de qualquer casa religiosa, e antes de se publicar a sentença, dê parte a esta Secretaria d’Estado para se mandarem fazer competentemente as diligencias necessarias; ficando com tudo a mencionada Junta encarregada de fazer inventariar, arrecadar, e conservar em boa guarda os vasos sagrados, ornamentos, e de mais objectos destinados ao Culto, para serem distribuidos pelas Freguezias mais necessitadas, segundo a Junta entender, e dando de tudo conta por esta mesma Secretaria. Paço das Necessidades em 28 de Desembro de 1833./. José da Silva Carvalho.”⁵²²

⁵²¹ ANTT, MNEJ, Mç.277, Cx222, N°1. 16 de Setembro de 1833. Da Junta ao Imperador (ass. pelo Imperador e por José da Silva Carvalho).

⁵²² ANTT, MNEJ, Livro 80 – Registo da correspondência expedida a autoridades residentes na Corte, fl.67vs. 28 de Dezembro de 1833.

De facto, para além do que se pode atestar através das datas da documentação, é possível encontrar queixas, nomeadamente do Solicitador da Fazenda Pública, acerca do grande intervalo de tempo das diligências que precediam a publicação da sentença da supressão, que quase sempre levavam meses, com inventários que poderiam levar mais de um ano a serem concluídos, o que levantava questões, nomeadamente relacionada com a arrecadação de “*objectos faceis de Curroção (...)*”⁵²³.

Mas os conventos e o seu património encontrar-se-iam ainda expostos a outros efeitos, decorrentes do período que então se atravessava. De facto, a guerra civil levou a que muita gente de todas as províncias do reino, procurasse abrigo na capital. Um “*(...) grande numero de Familias de Emigrados (...) de todas as Provincias do Reino, fugindo a perseguição e tyrannia dos rebeldes (...)*”⁵²⁴ viriam a acomodar-se em casas e conventos para tal destinados. As famílias nestas condições atingiriam um número tão elevado que os locais indicados para esse fim tornavam-se insuficientes, até porque alguns tinham conhecido outros destinos. Esta situação, denunciada em representação do Intendente Geral da Polícia⁵²⁵, levou a que o Duque de Bragança, através do seu Ministro José da Silva Carvalho, ordenasse em 2 de Outubro de 1833, que a Junta designasse quais

“*(...) os conventos que se possam pôr a disposição do Intendente, devedindo ou reunindo os Frades em alguns conventos que melhor lhe parecer a fim de haverem logares sufficientes em que as ditas familias possam ser recolhidas.*”⁵²⁶

Tal situação, apesar de “controlada”, poderia representar um potencial risco para os locais ocupados e para o seu conteúdo, uma vez que a não serem acautelados eventuais bens que aí existissem, estes podiam ser expostos a uma utilização menos adequada, roubados ou mesmo destruídos.

Mas, várias vezes, eram os próprios religiosos os causadores da maior destruição. Como já foi aludido, a revolta, por vezes exacerbada, proporcionaria momentos de tensão. Veja-se por exemplo o que sucedeu com a supressão do Mosteiro de S. Bento da Saúde, descrição feita pela mesma Junta do Exame a D. Pedro:

“*(...) Permita V. Magestade Imperial que a Junta lhe falle a verdade e diga que os Monges desta caza rebeldes a seu Rey Legitimo, blasfemando contra elle e o Governo,*

⁵²³ ANTT, MNEJ, Maço 319, Cx268, N°3(1), N°20. 7 de Fevereiro de 1834.

⁵²⁴ ANTT, MNEJ, NE, Livro 80 – Registo da correspondência expedida a autoridades residentes na Corte., fls.2vs-3. 2 de Outubro de 1833.

⁵²⁵ Pensamos tratar-se de José António de Souza Azevedo.

⁵²⁶ ANTT, MNEJ, NE, Livro 80 – Registo da correspondência expedida a autoridades residentes na Corte., fls.2vs-3. 2 de Outubro de 1833.

quebrarão altares, despedaçarão Imagens, venderão algumas aos moradores da Rua de S. Bento, cortarão arvores e parreiras na cerca e em fim demulirão o Altar de Jesus Christo e o Throno Legitimo intitulado se deffensores do Altar de uma Religião que não he de certo a de Jesus Christo e de um Throno, o mesmo que V.Mag^{de} Imperial veio destruir.(...)”⁵²⁷

Uma atitude por parte dos religiosos, verdadeiramente iconoclasta e contra a ordem estabelecida.

Os edifícios ocupados pelas ordens religiosas iam, entretanto, começando a conhecer novos destinos, à medida que iam sendo suprimidos. Por esta altura o Mosteiro dos Jerónimos albergaria a Casa Pia; era dada ordem ao Conselheiro Presidente da *Junta do Exame* para que fosse posto à disposição do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino o Convento de Jesus para nele ser estabelecida a Academia das Ciências⁵²⁸; e o Convento das Religiosas de Santa Apolónia era destinado para ali serem recolhidos os géneros que na Alfândega já não podiam ser arrecadados por falta de espaço⁵²⁹. Os Cónegos Regulares de Santo Agostinho deviam ser removidos para a Real Basílica de Mafra, uma vez que o Convento de São Vicente de Fora estava escolhido pelo Governo “*para hum destino particular*”⁵³⁰. Por sua vez, os religiosos que habitavam em Mafra (Religiosos menores reformados da Província de Santa Maria da Arrábida) seriam repartidos por outros conventos, chegando a ser-lhes dada, por “*considerações de grave importancia*”⁵³¹ ordem de prisão⁵³².

Religiosos bandeados para o lado dos rebeldes, conventos abandonados, levavam a que estes fossem extintos e suprimidos, assim como os seus “satélites”. Foi o caso do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia, junto a Laveiras, ocupado pelos Monges de S. Bruno, abandonado, suprimido em conformidade com o decreto de 5 de Agosto de 1833, e do seu Hospício na Rua do Salitre⁵³³. Quanto ao Mosteiro, era publicada na *Chronica Constitucional de Lisboa*, de 8 de Agosto de 1833 a seguinte portaria:

⁵²⁷ ANTT, MNEJ, Mç.277, Cx222, N°1. 9 de Outubro de 1833.

⁵²⁸ ANTT, MNEJ, NE, Livro 80 – Registo de correspondência expedida a autoridades residentes na Corte. 17 de Outubro de 1833 Ao Conselheiro Presidente da Junta do Exame. Duque de Bragança/ José da Silva Carvalho. No dia 18 seria dada ordem para que a Academia das Ciências fosse transferida do Mosteiro de S. Vicente de Fora (onde estava instalada), uma vez que ia para ali o Colégio Militar.

⁵²⁹ ANTT, MNEJ, Mç.177, Cx147, N°1. 19 de Outubro de 1833 – Da Junta do Exame do Estado Actual – “Consulta sobre a supressão do Convento das Religiosas de Santa Apolonia”.

⁵³⁰ *Chronica Constitucional de Lisboa* N°27, 26 de Agosto de 1833, p.139.

⁵³¹ *Chronica Constitucional de Lisboa*, N°25, Quarta-feira, 29 de Janeiro, 1834, p.96.

⁵³² *Chronica Constitucional de Lisboa*, N° 27, 26 de Agosto de 1833, p.139, 164.

⁵³³ ANTT, MNEJ, Mç.177, Cx147, N°1. 24 de Outubro de 1833 “Da Junta do Exame do Estado Actual, e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, Encarregada da Reforma Ecclesiastica. Consulta propondo a supressão do Hospicio dos Monges de S. Bruno, sito na Rua do Salitre”. Fr. José Felix, único Professor da Ordem

“Havendo fugido os Monges de S. Bruno para os rebeldes, e abandonado escandalosamente o Mosteiro de Laveiras : Manda o Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, que o Juiz de Fóra da Villa de Oeiras faça conduzir com vigia ao Mosteiro de S. Vicente de Fóra os conegos Regulares de Santo Agostinho os dous Conversos, que ainda se achão no dito Mosteiro de Laveiras, aonde o referido Juiz de Fóra tomará immediatamente conta por inventario, e com as solemnidades necessarias, de toda a mobilia, preciosidades, utensilios, e propriedades, entregando a Igreja ao respectivo Parocho para guardar o Santissimo Sacramento até nova Ordem. E de a haver assim cumprida dará o sobredito juiz parte por este Ministério. Paço das Necessidades 7 de Agosto de 1833. = José da Silva Carvalho”⁵³⁴

No que se refere ao hospício, o Juiz do Inventário, o Bacharel Guilherme José Furtado, comunicaria à Junta que

“(…) naquelle Hospicio não existião já objectos de Culto Religioso de qualidade alguma, que houvessem d’entregar-se ao Parocho, como a Portaria ordenava; que he certo ter ali havido hum calix, huma vestimenta, e algumas Imagens; porem, que na ocasião em que sahirão os Lanceiros, que neste Hospicio estiverão aquartelados se achárão as portas arrombadas, e roubado tudo o que estava dentro, e que por isso não havião moveis que inventariar.”⁵³⁵

Um exemplo dos estragos produzidos pelos soldados na ocupação das casas religiosas e que continuariam a repetir-se nos próximos anos.

O Mosteiro de Alcobaça seria outra das vítimas. Quando no final de Outubro de 1833 o novo corregedor Antonio Luiz Seabra ali chegou, encontrou um triste cenário que assim descreve:

“(…) achei o convento completamente saqueado, e devastado : a maior parte dos moveis que restavão, orgão, vidraças, paineis, tudo se achava destroçado, ou despedaçado; nem mesmo os santos, os tumulos tinham sido respeitados; de forma que na minha conta desse dia, derigida ao Exm. Ministro da justiça, caraterisei de vandalismo inaudito os estragos feitos no Mosteiro. A livraria, que era o que havia

não tinha acompanhado os monges evadidos e residia no Mosteiro de S. Vicente de Fora. Nas averiguações para o inventário, foi intimado pelo Juiz de Inventário a comparecer para dar esclarecimentos, no entanto não apareceria alegando “nada saber do estado daquelle Casa, pois que ignorava absolutamente quais erão as rendas, e mais objectos pertencentes ao Hospicio em questão, ou mesmo ao Mosteiro de Laveiras.” *Ibidem*.

⁵³⁴ *Chronica Constitucional de Lisboa*, nº12, de 8 de Agosto de 1833, p.51.

⁵³⁵ ANTT, MNEJ, Mç.177, Nº147, Nº1, fl.2vs. 24 de Outubro de 1833 “Da Junta do Exame do Estado Actual, e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, Encarregada da Reforma Ecclesiastica. Consulta propondo a supressão do Hospicio dos Monges de S. Bruno, sito na Rua do Salitre”.

mais importante, e que tinha sido consideravelmente desfalcada pelo destacamento Francez, guerrilhas que alli vierão de Peniche, e por outras pessoas, estava ainda de portas arrombadas, e abertas, e em completo abandono.”⁵³⁶

Como veremos em capítulo posterior, Alcobaça e as suas preciosidades, estariam envolvidas num complexo processo de ocultação e dispersão de preciosidades por parte dos próprios eclesiásticos, apenas esclarecido e resolvido um ano depois.

Também o célebre Varatojo, em Torres Vedras, tinha sido abandonado pelos seus religiosos, que seguiram os rebeldes; devia por isso ser suprimido “*sem embargo da volta de alguns moradores delle*”. No início de Novembro de 1833 ordenava-se que o Juiz de Fora de Torres Vedras pusesse “*em bom recado toda a prata que encontrar, e descrevê-la em uma relação*” que devia ser enviada ao governo⁵³⁷. No início do ano seguinte, apenas restariam no Convento do Varatojo alguns móveis e “*effeitos*” de pouco valor “*por quanto os habitantes do dito Convento se evadiram com o mais precioso*”, sendo então dada ordem para que os móveis e outros bens fossem entregues ao Hospital da Misericórdia de Torres Vedras⁵³⁸.

Igualmente nos arredores de Lisboa, em Outubro do mesmo ano, o Juiz de Fora de Alenquer dava conta de que o convento de Santa Catarina da Carnota “*fôra abandonado pelos Religiosos, que o habitavam, os quaes fugiram com os Rebeldes, levando consigo os Vasos Sagrados, e tudo o que eram preciosidades*”⁵³⁹.

Em Janeiro de 1834 os objectos de prata, em que se incluíam Vasos Sagrados, pertencentes a conventos suprimidos e a outros que então se achavam em processo de supressão, ocupavam no Banco de Lisboa três armários e formavam dezassete relações.⁵⁴⁰ O seu crescente número, o facto de se encontrar sem aplicação útil, aliados à falta de armários e novos espaços na Casa Forte para as sucessivas entradas de itens, levava a que o deputado Tesoureiro da Junta do Exame do Estado Actual, João Bernardo da Costa Seromenho, propusesse a remoção “*(...) dali ao menos a Prata dos Conventos já Supprimidos, para dar logar á que de novo se receber, ou remover toda*”⁵⁴¹.

⁵³⁶ SEABRA, Antonio Luiz de, *Observações do ex-Corregedor de Alcobaça, Antonio Luiz de Seabra, sobre um papel enviado à Camara dos Senhores Deputados à cerca da arrecadação dos bens do Mosteiro daquela villa*. Lisboa, Typografia de Eugenio Augusto, 1835, p.4.

⁵³⁷ Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos de de Justiça. *Chronica Constitucional de Lisboa* Nº88, 5 de Novembro de 1833 p.487.

⁵³⁸ Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça – Repartição dos Eclesiásticos. *Chronica Constitucional de Lisboa*, Nº42, 3ª feira, 18 de Fevereiro de 1834, p.172.

⁵³⁹ *Chronica Constitucional de Lisboa*, Nº82, 3ª feira, 29 de Outubro de 1833, p.454.

⁵⁴⁰ ANTT, MNEJ, Maço 319, Cx268, Nº3 (1). 28 de Janeiro de 1834, “*Da Junta do Exame (...). Sobre a remução das Pratas que se achão no Banco de Lisboa pertencentes as cazas supprimidas.*”

⁵⁴¹ *Ibidem*.

À referida *Junta do Exame* parecia então que devia ser autorizado que um Oficial do Tesouro Público recebesse toda a prata, conferindo-a com as respectivas relações extraídas dos inventários, e passasse recibo do Deputado Tesoureiro, verificando nesse acto “(...) *seu pezo pelo respectivo Contraste, para melhor regularidade*”⁵⁴².

Certamente no sentido de dar a “utilidade” possível aqueles objectos propunha-se ainda que ao mesmo acto assistisse um

“(...) *Ecclesiastico da Confiança e Nomeação desta Junta, a fim de separar do monte da mesma Prata e objectos preciosos, os Vasos e objectos Sagrados, os quaes deverão ficar em Deposito a cargo da Junta, para poder com elles satisfazer os Encargos que V. Magestade Imperial lhe tem ordenado por Seus Imperiaes Decretos tanto em beneficio das Igrejas d’Africa, e Azia, como a favor das Igrejas pobres do Reino expoliadas pela Usurpação*”⁵⁴³.

O trabalho desenvolvido pela Junta, foi descrito em jeito de balanço por Antonio Luiz de Seabra, então já ex-corregedor de Alcobaça, da seguinte forma:

“ *Continuou a Junta com os seus trabalhos na supressão de diversos mosteiros, e conventos de regulares: parece que deveria começar pelas ordens monachaes, e pelos conventos mais bem patrimoniados, porem não o praticou assim, e excepto Bentos de Lisboa, Brunos de Laveiras, Carmelitas descalços de Lisboa, vulgo torneiros, e por ordem especial Jeronimos de Belem, os mais ficarão para o fim, e nestas supreções se gastarão tres, quatro e cinco mezes, como das mesmas Sentenças se manifesta dando lugar a que os regulares vendessem o que pudessem e arrecadassem grande parte de suas dividas bem que com abatimento. – O numero dos Mosteiros, e Conventos que a Junta supremio, e mandou pôr em supressão, excede a cento, e vinte. Dos primeiros, e d’alguns dos segundos recebo o ex Thesoureiro da mesma o Senhor João Bernardo da Costa Soromenho, diferentes objectos do culto, como paramentos, calices, pixides, custodias, navetas, turibulos, banquetas, salvas, resplandores, coroas tudo de prata, e entre as coroas algumas de ouro guarnecidas de pedras preciosas, cordões, aneis de ouro, e entre estes a maior parte guarnecidos de brilhantes de muito valor, objectos*

⁵⁴² *Ibidem*.

⁵⁴³ ANTT, MNEJ, Maço 319, Cx268, N°3 (1). 28 de Janeiro de 1834, “*Da Junta do Exame (...). Sobre a remução das Pratas que se achão no Banco de Lisboa pertencentes as cazas suppremidas.*”

*de madeira e de diversos metaes, e de sedas drogas. &c. Grande quantidade de quadros entre estes muitos de grande valor, por serem obra de graves authores.”*⁵⁴⁴

Quanto a objectos não preciosos a *Junta do Exame* terá criado um depósito com vista à sua armazenagem. Segundo ofício já do final de 1834, do Provedor do 5º Distrito⁵⁴⁵, Rodrigo Antonio Segurado, a António Nunes de Carvalho, encarregado do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, a então já extinta *Junta*⁵⁴⁶ tinha destinado para *Deposito* dos bens dos conventos por ela suprimidos o edifício que tinha sido dos Barbadinhos italianos, situado na “Rua direita da Esperança”⁵⁴⁷. O local era descrito como estando

*“apinhado em forma alguma regular de arrecadação, do q[ue] resulta prejuizo á Fazenda N[acional]; por que os objectos ali armasonados se deteriorão todos os dias”; estes seriam de diversa natureza, uma vez que era referida a “absoluta necessid[ade] que a sobredita extincta Junta imeditamente entregue a VS^a, assim, e a Authoridade Ecclesiastica os mencionados objectos, tomando cada um conta do q lhe pertencer, p[ara] a tudo se dar o destino conforme as instruções respectivas; ”*⁵⁴⁸.

As medidas de protecção do património móvel, já em vésperas do decreto de extinção, tornavam-se cada vez mais necessárias e urgentes. A 11 de Março de 1834, pela Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, era emitida a seguinte portaria assinada por José da Silva Carvalho:

“(…) Constando acharem-se em abandono os bens de alguns Conventos, Confrarias, e Misericordias : Manda o DUQUE DE BRAGANÇA, Regente em Nome da Rainha, que o Corregedor da Comarca de Torres Vedras cuide com o maior disvêlo em occorrer aos graves inconvenientes que de tal abandono resultam ao Estado; provendo á administração e arrecadação; nomeando provisoriamente homens dignos para tomarem Conta de tudo; velando para que se não percam titulos e outros papeis

⁵⁴⁴ SEABRA, *op.cit.*, p.24.

⁵⁴⁵ Chefe do Concelho, representante do Prefeito.

⁵⁴⁶ Extinta a 10 de Outubro de 1834.

⁵⁴⁷ BNP, Res., Mss.225, Nº2. 30 de Dezembro de 1834 Ofício do Provedor do 5º Distrito, Rodrigo Antonio Segurado, a Nunes de Carvalho.

⁵⁴⁸ *Ibidem*. Em mapas dos edifícios públicos de Lisboa e Cascais remetidos pelo Prefeito da Estremadura ao Ministro do Reino, Bispo Conde Frei Francisco, era mencionado no 5.º Distrito o convento dos Barbadinhos, ocupado então por J.º Bernardino da Costa Surema e que, anteriormente, tinha servido de Depósito Geral de Utensílios dos Conventos Suprimidos, da Junta do Exame. ANTT, MR, Mç.2039 3ª Repartição, Negócios diversos, Letras D-E Edifícios Públicos.

*nem sejam distrahidos os bens moveis; fazendo restituir os que o tiverem sido, e dando parte pelas Repartições competentes de todas as medidas, que adoptar. (...)”*⁵⁴⁹

Da mesma forma o Ministério do Reino expedia ordens à *Junta do Exame* no sentido de mandar acautelar os objectos (espólio e alfaías) existentes no convento da Verderena (3.^a Ordem da Penitência, Barreiro, Moita), situado em sítio ermo e que tinha ficado fechado desde a prisão dos religiosos que nele habitavam por ajudarem e fomentarem rebeldes⁵⁵⁰.

Apesar das perdas sofridas (e a sofrer), afirmavam-se claras iniciativas de salvaguarda de alguns bens patrimoniais, nomeadamente, bens móveis.

3.3.1. Uma Galeria de Pinturas em Lisboa?

Ao mesmo tempo que D. Pedro se preocupava com os aspectos relacionados com o culto e os conventos, logo em Setembro de 1833 – curiosamente no mesmo mês em que ordena a suspensão das obras no Palácio da Ajuda – percebemos que também outros projectos, próximos daqueles que tinha planeado no Porto se encontravam em andamento. Se a Norte as circunstâncias com o Cerco, os bens sequestrados aos rebeldes e o abandono dos conventos, contribuíam decisivamente para o nascimento do Ateneu D. Pedro, em Lisboa, pelo menos nesta primeira fase, a ideia de uma galeria terá nascido associada, particularmente, às pinturas sequestradas aos rebeldes.

O único documento que foi possível encontrar a respeito, datado de 17 de Setembro de 1833, da autoria de José Sousa de Azevedo⁵⁵¹, é claro quanto às intenções, deixando transparecer que era então procurado um local com alguma dimensão, algo indiciador do cariz e da visibilidade que se procuraria dar ao projecto:

“

Ill.mo e Ex.mo Snr

Tendo-me sido ordenado em Portaria, pelo Ministerio da Justiça, datada de 10 do corrente que eu fizesse examinar qual d’entre os Edifícios sequestrados será mais accomodado para nelle se formar uma Galleria das Pinturas sequestradas aos Rebeledes, passei a informar-me das circunstancias dos Palacios, que se acham comprehendidos na classe mencionada, e tenho em resultado, que he preferivel o do Rebelde, Marquez de Tancos, na Calçada deste nome, proximo ao Castello, por se

⁵⁴⁹ Portaria de 11 de Março de 1834, publicada na *Chronica Constitucional de Lisboa*, Nº62, quinta-feira 13 de Março, 1834, p.258.

⁵⁵⁰ ANTT, MR, Mç.1917 b) Negócios diversos. Março de 1834.

⁵⁵¹ Em Julho de 1833, José António Maria de Sousa de Azevedo ocupava o cargo de Desembargador Intendente Geral da Polícia interino.

achar presentemente desoccupado, em posição central, e ter boas accomodaçoens, a saber, trez sallas no andar inferior, cinco no superior, e uma grande Salla de entrada tudo seguido. Se porem este Edificio não merecer a approvação, outro se escolherá, e peço a V.Ex.^a de levar o exposto ao conhecimento de Sua Magestade Imperial o Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, que Mandará o que for Servido.(...)”⁵⁵².

A capital mostrar-se-ia, naturalmente, como um local potencialmente favorável; os bens sequestrados aos rebeldes seriam em número considerável e de qualidade o que, a juntar à centralidade geográfica, proporcionariam a criação de uma galeria capaz de servir os ideais liberais. À semelhança do que se passava no Porto no mesmo período – procurando-se uma casa sequestrada aos rebeldes para aí estabelecer o Museu de Pinturas e Estampas⁵⁵³ – em Lisboa era também esse o caminho escolhido.

De salientar que a designação *Galleria das Pinturas* demonstra que o propósito era muito explícito. Não se procurava um Depósito, como mais tarde sucederá com as livrarias e também com pinturas, mas um local de guarda e fruição.

3.4. O decreto de 30 de Maio 1834: consequências imediatas no património

A instauração do regime liberal faz com que a Igreja, particularmente o clero regular, sofresse um profundo ataque, culminando no decreto de 28 de Maio de 1834, promulgado a 30 do mesmo mês, com a extinção das ordens religiosas e consequente desamortização dos seus bens. Mas mais do que os bens, seriam as ideias a dinamizar todo o processo. De facto, como destaca Maria João Neto, “em termos práticos, a justificação para a extinção das ordens religiosas, em 1834, não pode só residir na necessidade urgente de vender bens e realizar dinheiro por parte do Estado português. A extinção é independente da incorporação dos bens. As ordens religiosas podiam continuar subsistindo mesmo depois de expropriadas. No entanto, a crescente onda anti-clerical que considerava as antigas casas conventuais como estruturas obsoletas do antigo regime e as opunham à nova ordem, não podia permitir a continuação da sua existência, devido

⁵⁵² ANTT, MNEJ, Mç.692, Cx901, N°9. Dirigido ao ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, José da Silva Carvalho.

⁵⁵³ ANTT, MR, Mç.1911 b) Negócios diversos. 9 de Setembro de 1833 Ofício de José da Silva Carvalho, Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino participando que tinha sido “expedida a ordem necessaria para que o Juiz do Crime do Bairro de S.to Ovidio na Cidade do porto, entregue a João Baptista Ribeiro uma relação das Cazas sequestradas aos rebeldes, afim de que elle possa escolher a que julgar mais propria para o Museu de pinturas, e estampas que Sua Magestade Imperial Mandou formar naquella Cidade (...)”. Portaria a propósito passada a João Baptista Ribeiro em 10 de Setembro.

a uma perfeita incompatibilidade entre a consciência revolucionária liberal, o seu sentido de individualismo e liberdade e a estrutura económica”⁵⁵⁴.

Para além de obsoletas, a conjuntura geral de instabilidade, a crise dos institutos monásticos, a ineficácia das reformas com o objectivo da sua resolução, a animosidade social crescente que sobre elas recaía, um crescente sentimento da sua inutilidade, assim como o comportamento que as ordens religiosas tinham tido – apoiando material e espiritualmente a causa absolutista – a péssima situação das finanças públicas, e as pretensões indemnizatórias de muitos liberais⁵⁵⁵, tudo levava a que a sua extinção fosse necessária e justificável. Alguns dos argumentos utilizados nos Açores ganhavam nova dimensão.

No longo relatório de Joaquim António de Aguiar, datado de 30 de Maio, eram, entre outras coisas, apontados a diminuição da autoridade paroquial, absorvida pelas Ordens, a influência acrescida sobre o povo; o facto de “*as Casas Religiosas (...) [terem sido] convertidas em assembléas revolucionarias; os Pulpitos em tribunaes de calúmnias facciosas, e sanguinolentas; e o Confessionario em oráculos de fanatismo, e de traição.*”; uma parte do Clero Regular, tinha trocado “*a Milicia de Deos pela Milicia secular, abandonando effectivamente o Sanctuario, (...), despojando o culto de suas opulencias, para as converter em meios, e estímulos de guerra, distribuindo com uma mão as reliquias dos Santos, e com a outra as armas fraticidas, alterando as verdades do Evangelho (...)*”; para além destes aspectos, as Ordens Religiosas não contribuíam para o aumento da população e monopolizavam as propriedades⁵⁵⁶.

Dadas as circunstâncias, aquele ministro concluía:

“*Senhor, é força extinguir as ordens regulares, e dar destino aos bens que possuem. O bem publico, a felicidade da Nação, que tantos beneficios deve a Vossa Magestade Imperial tanto se disvela em promover a regeneração do povo portuguez, que Vossa Magestade Imperial tem tanto a peito consolidar, tudo reclama aquella extincção. Pertender ainda reforma-las é inutil (...)*”⁵⁵⁷.

⁵⁵⁴ NETO, Maria João Quintas Lopes Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, Tese de Doutoramento, Hist. Arte, Universidade de Lisboa, 1995, p.103.

⁵⁵⁵ “Extinção das Ordens Religiosas”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Azevedo, Carlos Moreira de, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001, vol.2, p.233.

⁵⁵⁶ ANTT, MNEJ, NE, Liv.78 – Negócios Eclesiásticos, fls.15vs-20. Relatório datado de 30 de Maio que acompanha o decreto de extinção (também disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p456> a p460).

⁵⁵⁷ *Idem, ibidem.*

Com este decreto – que leva Aguiar, por o ter assinado, a ser alcunhado de “Mata Frades” – todas as casas de ordens regulares masculinas foram extintas e os seus bens nacionalizados. A transferência de propriedade, fruto deste processo, reduziria fortemente o suporte económico do poder eclesiástico, o que se traduziu na vitória de uma ideia secular do funcionamento da Igreja e funcionarização do clero. Para além disso, a incorporação da riqueza das ordens na restauração liberal acabou também por suprimir a presença da Igreja em diversos domínios socioculturais, tentando-se, desta forma, diminuir o apoio ao absolutismo e ao partido miguelista⁵⁵⁸.

Quanto aos religiosos, eles seriam pagos desde que não fossem colaboradores do deposto governo. Alguns viriam a conseguir subsídios do Estado, atribuídos consoante as simpatias políticas, que acabavam por ser reduzidos ou mesmo não pagos.

Teoricamente, o Estado deveria encontrar uma solução que assegurasse a sua dignidade mínima e a preservação dos bens que, consoante a categoria, acabariam por ter diversos destinos, servindo essencialmente, não para amortizarem a dívida pública, reduzir os défices orçamentais ou produzirem transformações profundas na estrutura de produção, mas essencialmente para a ascensão de uma elite constituída por uma nobreza pró-liberal, pela média burguesia de negócios e pelos quadros da administração militar e civil ⁵⁵⁹.

Vindo a serem suscitadas dúvidas acerca das Ordens Militares estarem ou não incluídas nas disposições do decreto de extinção, novo decreto de 14 de Julho – tendo em consideração que os argumentos utilizados também lhes eram aplicáveis – vinha declarar que lhes eram extensíveis as disposições do primeiro decreto.

Nos tempos mais próximos que se seguiram ao decreto de 30 de Maio a economia portuguesa reagiu positivamente. Num ofício, enviado de Londres, de Mendizabal a Silva Carvalho, datado de 7 de Julho de 1834, este referia

“(...) los fondos portugueses en los últimos días habian adelantado mucho en la estimacion de los concurrentes al mercado. (...) el público ha empezado á mirar estos fondos como una seguridad positiva, y, por consiguiente, son buscados para el empleo permanente de capitales que se pretenden utilizar. Además, la extincion de los

⁵⁵⁸ RODRIGUES, Rute Andreia Massano, *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição de Sacavém – entre a secularização e as propostas de reutilização cultural*, Tese de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, p.98.

⁵⁵⁹ *Idem, ibidem.*

*monacales y de la compañía de vinos de Oporto ha sido mirada como un origen de fomento de la riqueza pública (...)*⁵⁶⁰.

No imediato e nas próximas décadas, a “revolução” operada no Estado e na sociedade espelhou-se no património, resultando, frequentemente em graves perdas. Tinha-se produzido uma alteração da propriedade e da riqueza, que viria a favorecer quem era financeira ou politicamente favorecido, em detrimento do património da antiga aristocracia e das ordens religiosas, e que produziu resultados dúbios.

A alteração de mentalidades com o amortecimento da fé, levando ao desprezo do culto, e à indiferença para com os bens religiosos, facilitou todo o processo. Como reconhecerá mais tarde Monsenhor Elviro dos Santos, a extinção das ordens religiosas, com o roubo, a delapidação, a destruição e a profanação, constituirá um dos mais rudes golpes para as artes e cultura do seu tempo⁵⁶¹.

A onda de destruição vai ser uma constante, resultando na degradação progressiva dos imóveis, alvo de uma lenta implementação de protecção Estatal, acabando o Estado, muitas vezes, por atribuir essa mesma degradação aos próprios religiosos, acusados de ignorância e negligência⁵⁶².

Como veremos mais pormenorizadamente no Capítulo VI, a readaptação das antigas propriedades religiosas para a instalação de serviços públicos foi uma realidade, indo ao encontro das necessidades do Estado liberal. Estas reutilizações, embora salvando algumas casas da ruína, seriam, no entanto, na maioria das vezes, também elas destruidoras. O mesmo sucederia com os imóveis alienados que acabavam em mãos de particulares, ao critério daqueles que os compravam. Um “vandalismo” criticado por nomes como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, entre outros e que abordaremos no último capítulo.

O famoso decreto de 28/30 de Maio marcará, deste modo, directa e indirectamente, a maior parte das políticas que lhe vão suceder. A sua importância, sob todos os pontos de vista, – político, social, económico, patrimonial, etc. – é crucial. Existe o Portugal do antes e o do depois.

⁵⁶⁰ *Apud José da Silva Carvalho e o seu tempo Documentos para a Historia Contemporanea* (compilação anotada por Antonio Vianna), Suplemento, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p.32.

⁵⁶¹ SANTOS, Alfredo Elviro dos, *As Artes Portuguesas no século XIX ou breves considerações sobre o seu estado causas e remédio do mesmo*, Braga, Typografia Lusitana, 1882, pp.12-20.

⁵⁶² RODRIGUES, *op.cit.*, p.100.

Mas em que consistia efectivamente o decreto de 28/30 de Maio de 1834? Qual o papel efectivo de D. Pedro na sua criação? E porque não antes ou depois? O que justificaria tomar tal atitude? Segundo se revelou na obra *José da Silva Carvalho e o seu tempo*⁵⁶³ publicada em finais de oitocentos e, como destaca António Martins da Silva, D. Pedro teve um papel central na elaboração e aprovação desta lei. De facto, e apesar de ter recaído sobre Joaquim António de Aguiar a fama desta, terá sido o regente que a idealizou. De facto, a 20 de Maio de 1834, D. Pedro terá entregado a José da Silva Carvalho, Ministro da Fazenda, “*um papel (...) feito por elle*”, rascunho/minuta, de três decretos, entre os quais, o último, ordenava a supressão “*de todos os conventos de religiosos, sejam quaes forem as suas denominações*”. Como refere Martins da Silva, no fundamental “contemplava-se neste último documento as disposições fundamentais que foram determinadas pelo decreto de 30 de Maio, não sendo este mais do que uma explicação mais pormenorizada daquele que foi escrito pelo punho de D. Pedro”⁵⁶⁴; atitude que vem demonstrar o seu papel, realmente, interventivo na elaboração das reformas⁵⁶⁵.

Dia 30, no Conselho de Estado, todos os participantes, com excepção de Aguiar⁵⁶⁶ tinham votado a favor da reforma e contra a extinção, fazendo com que apenas D. Pedro e este ministro o assinassem. Um clima que levaria a secretismo e medidas de segurança extraordinárias até à sua publicação⁵⁶⁷. Não tendo adiado a decisão de avançar com o decreto até à reunião das cortes, quando estas abrem a 15 de Agosto, D. Pedro justificou a sua decisão às instâncias parlamentares:

“As ordens religiosas (...) haviam-se deixado dominar pelo amor dos interesses materiais e profanos (...) [e] professavam o mais absoluto indiferentismo para com os seus concidadãos. Se esperavam dum governo tyrannico favores e consideração, logo se apressaram a manifestar-se seus partidários. Á sua influencia oculta muitos

⁵⁶³ *José da Silva Carvalho e o seu tempo : compilação anotada por António Vianna*, Vol.II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, pp.152-153.

⁵⁶⁴ SILVA, António Martins da, “D. Pedro e a problemática da responsabilidade e das consequências da extinção das Ordens Religiosas”, in *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo*, Actas do Congresso Internacional (Porto, Nov.1998), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, (pp.41-76), p.53. O documento elaborado por D. Pedro extinguiu todas as casas religiosas do sexo masculino, mas salvaguardava os conventos de freiras “que tiverem o numero segundo as santas regras”, suprimindo os restantes e deslocando as residentes para outros mais próximos pertença da mesma ordem; permitia o abandono dos conventos pelas freiras que neles não desejassem continuar, impedindo, no entanto o seu regresso; mandava providenciar o sustento dos religiosos que aderissem “á causa da Rainha e da Carta”; os bens dos conventos suprimidos revertiam à nação. *Idem, ibidem*, pp.53-54.

⁵⁶⁵ *Idem, ibidem*, p.54.

⁵⁶⁶ Nesta reunião terão estado presentes o Duque de Palmela, Barradas (Fernando Luiz de Sousa), Trigo (Francisco Manuel), Guerreiro (José António), Caulla e Margiochi (Francisco Simões), juntamente com os Ministros de Estado dos Negócios da Fazenda, dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, e do Reino. *Idem, ibidem*, p.43.

⁵⁶⁷ Acerca de todo este clima vide SILVA, António Martins da, “D. Pedro e a problemática da ...”, 2001, *op.cit.*

*males se deviam. Havia na verdade entre ellas raras excepções dotadas de brilhantes qualidades. Mas a tudo isto o governo attendera.”*⁵⁶⁸

Quanto à altura em que ocorreu, segundo o oitocentista Alberto Pimentel, o decreto assinado a 28 de Maio, “*medida de efeito, em que já se tinha pensado decerto como continuação dos decretos reformadores de Mousinho, e até certo ponto como legalização de uma situação criada pelos próprios frades, muitos dos quais haviam abandonado os conventos*”⁵⁶⁹, terá sido precipitada por acontecimentos ocorridos na véspera, dia 27. D. Pedro, já bastante doente – desde muito novo sofria de problemas de fígado e rins que se terão agravado durante o cerco do Porto e em Novembro de 1833 terá sido acometido por uma bronquite, que uma deficiente convalescença terá agravado – viria a sofrer uma forte hemoptise no Teatro de S. Carlos, potenciada pelos acontecimentos ali ocorridos⁵⁷⁰. Os seus próprios amigos liberais, indignados com um decreto de amnistia geral aos vencidos, decidiram vingar-se atirando pedras e lama sobre a carruagem que o transportava;⁵⁷¹ entrando no teatro, ao aparecer no camarote, foi recebido com uma grande pateada; na plateia eram distribuídos impressos contra a sua pessoa⁵⁷². A tropa, entretanto chamada, recusa-se a carregar sobre o público, e alguns patacos foram arremessados ao camarote real⁵⁷³.

Perante este cenário, e bastante debilitado, a saúde de D. Pedro é abalada – um violento ataque de tosse manchada de sangue ocorre e toda a gente presente dá conta do ocorrido, levando a que os tumultos cessem. No entanto, D. Pedro dá ordem ao maestro para que continue o espectáculo...⁵⁷⁴

Passava assim a existir conveniência política de apressar⁵⁷⁵ a extinção dos conventos, com a finalidade de fazer esquecer os incidentes de S. Carlos e conter os ânimos liberais. Não sendo propriamente uma questão premente, uma vez que o país se encontrava militarizado,⁵⁷⁶ a extinção tinha um efeito político importante, uma vez que demonstrava que a amnistia concedida aos vencidos no campo de batalha não seria extensível à “classe inimiga” dos

⁵⁶⁸ *Apud idem, ibidem*, p.55.

⁵⁶⁹ PIMENTEL, Alberto, *A Corte de D. Pedro IV*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Lda, 1972, (2ª edição), p.273.

⁵⁷⁰ *Idem, ibidem*, pp.271-272.

⁵⁷¹ *Idem, ibidem*, p.272.

⁵⁷² *Idem, ibidem*.

⁵⁷³ *Idem, ibidem*.

⁵⁷⁴ *Idem, ibidem*, p.273.

⁵⁷⁵ Como refere Alberto Pimentel “Tudo faz supor que fosse assim, porque Joaquim António de Aguiar, ministro da Justiça, só teve tempo de redigir o decreto, que o imperador logo assinou, e vinte e quatro horas depois é que acabou de elaborar o relatório, que precede o decreto.” Segundo este autor, Aguiar gastou, pois, dois dias a arquitectar o longo relatório, e logo que o acabou, foi ele mesmo, na noite de sexta-feira, 30 de Maio, muito em segredo, levá-lo à Imprensa Nacional, de que Rodrigo Fonseca Magalhães era director.” *Idem, ibidem*, p.274

⁵⁷⁶ *Idem, ibidem*.

religiosos, que tinha abandonado ou pegado fogo a conventos, ou mesmo, entrado em guerrilhas ao lado dos inimigos miguelistas⁵⁷⁷. Apesar de também existirem religiosos do lado de D. Pedro, a grande maioria, como destaca Pimentel, “fanatizara-se por D. Miguel, associando a ideia de Deus à da monarquia absoluta, como delegação do poder divino. (...). No seu fanatismo, o frade fingia respeitar D. Pedro, se era forçado a isso, mas no fundo do coração odiava-o como a um defensor da maçonaria e a um inimigo do altar.”⁵⁷⁸ Tal como os frades, também as freiras, cujo decreto de 30 de Maio poupava, eram maioritariamente miguelistas⁵⁷⁹.

O decreto, acompanhado do relatório do Ministro Joaquim António de Aguiar, estabelecia:

“Tomando em consideração o Relatório do Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios Ecclesiasticos, e de Justiça, e tendo ouvido o Conselho d’Estado : Hei por bem, em Nome da Rainha, Decretar o seguinte:

Artigo primeiro. Ficam desde já extinctos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes, e Dominios Portuguezes todos os Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaesquer Casas de Religiosos de todas as Ordens Regulares, seja qual for a sua denominação, instituto, ou regra.

Artigo segundo. Os bens dos Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, e quaesquer Casas de Religiosos das Ordens Regulares, ficam incorporados nos proprios da Fazenda Nacional.

Artigo terceiro. Os Vasos Sagrados, e paramentos, que serviam ao Culto Divino serão postos á disposição dos Ordinarios respectivos para serem distribuidos pelas Igrejas mais necessitadas das Dioceses.

Artigo quarto. A cada um dos Religiosos dos Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospícios, ou quaesquer Casas extinctas será paga pelo Thesouro Publico, para sua sustentação, uma pensão annual, em quanto não tiverem igual, ou maior rendimento de Beneficio, ou Emprego Publico : Exceptuam-se :

Paragrafo 1.º Os que tomaram armas contra o Throno Legitimo, ou contra a Liberdade Nacional.

⁵⁷⁷ *Idem, ibidem*. No Porto e em Penafiel, por exemplo, conventos foram incendiados. Em outros casos, como os dos loios portuenses, as casas religiosas seriam simplesmente abandonadas. A “orgânica” dos conventos terá facilitado, inclusive, o surgimento de guerrilhas como a comandada pelo abade de Priscos, composta por meia centena de frades. *Ibidem*.

⁵⁷⁸ *Idem, ibidem*, p.275.

⁵⁷⁹ *Idem, ibidem*.

Paragrafo 2.º Os que em favor da Usurpação abusaram do seu Ministerio no Confessionario, ou no Pulpito.

Paragrafo 3.º Os que acceitaram Beneficio, ou Emprego do Governo do usurpador.

Paragrafo 4.º Os que denunciaram, ou perseguiram directamente os seus Concidadãos por seus sentimentos de fidelidade ao Throno Legitimo, e de adhesão á Carta Constitucional.

Paragrafo 5.º Os que acompanharam as tropas do usurpador.

Paragrafo 6.º Os que no acto do restabelecimento da Authoridade da RAINHA, ou depois delle, nas terras em que residiam ou abandonaram os seus Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospicios, ou Casas respectivas.

Artigo quinto. Ficam revogadas todas as Leis, e Disposições em contrario.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos, e de Justiça o tenha assim entendido, e faça executar. Paço das Necessidades, em vinte e oito de Maio de mil oitocentos trinta e quatro. = DOM PEDRO, Duque de Bragança. = Joaquim Antonio d'Aguiar”⁵⁸⁰.

A consequência imediata desta lei foi a supressão de 448 casas religiosas, entre as quais 356 conventos masculinos e 12 femininos⁵⁸¹, com repercussão inevitável no seu património.

Tinha-se tornado necessário estabelecer regras que norteassem e uniformizassem o processo de incorporação. Nesse sentido, juntamente com portaria de 4 de Junho de 1834 enviada aos Prefeitos das Províncias do Douro, Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Baixa, Algarve e Estremadura – no sentido que estes expedissem ordens às autoridades competentes daquelas províncias – seguiam as “*Instrucções para cumprimento do Decreto de 30 de Maio de 1834*”⁵⁸²:

“1.ª Tomar posse, sem demora, para a Fazenda Pública, de todos os bens que por qualquer modo constar serem pertencentes a Conventos, Mosteiros, Collegios, Hospicios, e casas de Religiosos de todas as Ordens regulares, seja qual fôr a sua

⁵⁸⁰ Decreto de 28/30 de Maio de 1834. *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Camaras Legislativas*, Terceira Serie, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1835, pp.70-71, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p460>.

⁵⁸¹ SILVA, António Martins da, *Extinção das Ordens Religiosas*, in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. JORGE, Ana Maria, Coord., *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, vol.2, p.233. Acerca das consequências desta lei, lembramos outros textos do autor, nomeadamente: SILVA, António Martins da, “A Desamortização”, in *História de Portugal*, MATTOSO, José, dir. 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.339-353 e *A extinção das Ordens Religiosas, a dispersão do património artístico e o destino dos Colégios Universitários de Coimbra*, Separata das Actas do Colóquio *A Universidade e a Arte 1290-1990*, Universidade de Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, 1993.

⁵⁸² Publicadas na *Chronica Constitucional De Lisboa* N.º 132, 6 de Junho de 1834, p.544.

denominação, pondo em prática todas as medidas de segurança, que se tornarem necessarias para prevenir o extravio dos sobreditos bens.

2.ª Exigir, debaixo de juramento, dos Religiosos, Chefes, Superiores, ou Administradores de cada uma das ditas casas, além dos inventarios dos respectivos bens que possa haver, as precisas declarações desses bens, e das dividas activas ou passivas.

3.ª proceder, com audiencia de um Fiscal por parte da Fazenda (requerendo a nomeação delle nos logares onde o não houver) a formalisar inventarios parciaes de todos os objectos das mesmas casas, classificados pela maneira seguinte:

1.º Vasos sagrados, e paramentos.

2.º Objectos preciosos não sagrados.

3.º Objectos de refeitório, cozinha, enfermaria, e mais mobília do commum.

4.º Livrarias, e manuscriptos.

5.º Finalmente, casco, cerca, predios rusticos e urbanos, fóros, pensões, titulos de juros, dinheiro, e outros quaesquer effeitos de valor.

4.º. Avaliar todos os predios rusticos e urbanos, e seus rendimentos, bem como os dominios directos de quaesquer prazos; e arrendar, precedendo os annuncios e formalidades do estilo, pelo tempo que decorre até o fim do presente anno, todos aquelles desses predios, que se acharem vagos.

5.º Se porém alguns predios ficarem por arrendar, nomear depositarios de reconhecida probidade, que se constituirão responsaveis pela arrecadação, e venda dos fructos, e pela conservação dos mesmos predios, vencendo por seu trabalho o que está determinado por lei.

6.º Quanto aos moveis pertencentes ao commum, vende-os promptamente em hasta pública com excepção dos vasos sagrados, paramentos, livrarias, e objectos preciosos não sagrados; tudo o que deverá ser conservado em seguro deposito até ulterior determinação.

7.º Formalisar relações circumstanciadas de todos os individuos, moradores, ou pertencentes ás mesmas casas, com a devida classificação dos que estiverem, ou não

compreendidos nas excepções marcadas no artigo 4.º do predito Decreto. Thesouro Publico 4 de Junho de 1834. = José da Silva Carvalho”⁵⁸³.

Estas instruções mostravam-se algo genéricas, não dando as respostas necessárias, nomeadamente, relacionadas com os templos. Nesse sentido, foi emitida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda uma nova portaria a 20 de Junho⁵⁸⁴, também ela dirigida aos Prefeitos, contendo novas Instruções que possibilitassem a arrecadação dos objectos das igrejas evitando *dissabor* nos povos.

Nestas novas “*Instrucções para por ellas se regular a arrecadação dos bens pertencentes ás Casas Religiosas extinctas pelo Decreto de 30 de Maio ultimo*”, explicitava-se indirectamente a responsabilidade que a Autoridade Eclesiástica, e nomeadamente os Prelados Ordinários das Dioceses, iriam ter em todo o processo, enquanto depositários do considerável e importante conjunto de bens dos extintos conventos. Verdadeiros “agentes religiosos”, meios disponíveis no terreno, eram necessários para estabelecer a ponte com as autoridades civis. Com os objectos à disposição dos ordinários das Dioceses para serem distribuídos pelas paróquias necessitadas, estes ficavam sob o prudente arbítrio dos mesmos Prelados.

“Instrucções (...)

1.ª Antes de começar a dar á execução o Decreto de 30 de Maio passado, o Prefeito da Provincia (...) officiará ao Prelado Ordinario da Diocese respectiva, declarando a Casa Religiosa, de que manda tomar conta, para que este nomeie os Ecclesiasticos de mais confiança, a quem serão entregues o Templo e os objectos Religiosos, que lhe pertencem segundo os termos abaixo declarados.

2.ª Os officiaes civis farão inventario de todos os bens de qualquer natureza que sejam, e entregarão aos Delegados do Prelado, tambem por inventario, os vasos sagrados, paramentos, ornatos dos Templos e utensilios do culto, não deslocando Imagens nem as cruces, que nelles dentro ou fóra se acharem.

3.ª Se a Igreja da Casa Religiosa houver de conservar-se serão tapadas as portas de comunicação para a dita casa. As chaves da entrada se entregarão aos Delegados dos Prelado, e bem assim os utensilios pertencentes ao culto tudo por inventario, de que ficará copia. Estes inventarios, e com especialidade os que constarem de objectos

⁵⁸³ Portaria de 4 de Junho de 1834, contendo as *Instrucções. Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial ...*, 1835, *op.cit.*, pp.192-193, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p215>.

⁵⁸⁴ ROQUE, Isabel, “Museologia oitocentista do património religioso em Portugal”, in *Idearte – Revista de Teorias e Ciências da Arte*. Vol. 6 (2010), (pp. 117-145), p.120.

de prata ou ouro, ou joias serão sem perda de tempo enviados ao Thesouro Público, a fim de serem destinados os necessarios serviço das Igrejas, e o resto applicado ao que fôr conveniente.

4.^a Ao Prelado pertence prover ao serviço dos Templos que forem conservados, escolhendo Religiosos dignos de tal ministerio sob a vigilancia do respectivo Parocho : (...)

5.^a Se o Templo fôr do numero dos que não devem conservar-se, o Prelado por seus Delegados receberá em deposito por inventario os objectos do culto que lhe pertenciam; e em quanto aos metaes preciosos e joias praticar-se-ha logo o que fica disposto no Artigo 4.^o As chaves do Templo com as da casa ficarão em poder do Prefeito.

6.^a O Prefeito fará demarcar, e descrever, todos os bens de raiz, moveis e semoventes, pertencentes ás Casas Religiosas, e os inventarios destes serão enviados ao Thesouro Público, ficando os ditos bens em boa guarda e segurança : (...)

7.^a Ao passo que se forem concluindo as diligencias, o Prefeito remetterá os inventarios com a declaração dos objectos, que ficam em deposito entregues á Authoridade Ecclesiastica.

8.^a Aquellas Igrejas das Casas Religiosas que serviam de Parochia á Freguezia, ou que para o futuro forem destinadas para isso, serão conservadas; e separar-se-ha do Edificio uma parte sufficiente para nella ter a sua horta, e se entregará por ordem do Thesouro Público sendo primeiro informado pelo Prefeito a este respeito. (...) José da Silva Carvalho”⁵⁸⁵

Na mesma data, era expedida uma portaria ao Cardeal Patriarca (e certamente às equivalentes autoridades eclesiásticas espalhadas pelo país) – remetendo também as Instruções – na qual se ordenava que este desse as necessárias ordens para que ficassem subsistindo as igrejas que devessem servir de paróquias ou capelas, e que fossem guardados “*com a decencia devida as Imagens, Vasos Sagrados, e Utensilios do Culto*”, sendo que aqueles que não fossem necessários ao culto, se guardassem em depósito seguro e se fizesse uma relação exacta, a qual devia ser remetida ao Tesouro Público⁵⁸⁶.

⁵⁸⁵ Portaria de 20 de Junho de 1834 contendo “*Instrucções para por ellas se regular a arrecadação dos bens pertencentes ás Casas Religiosas extinctas pelo Decreto de 30 de Maio ultimo.*” *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar...*, 1835, *op.cit.*, pp.216-218. Também em AHPL, Avisos Régios 1834.

⁵⁸⁶ AHPL, Avisos Régios 1834. 20 de Junho de 1834, 3^a Repartição, de José da Silva Carvalho ao Cardeal Patriarca de Lisboa. Com a portaria eram remetidas as *Instrucções* enviadas pela mesma Repartição ao Prefeito da Província

Procurava-se uma parceria do Estado com as autoridades eclesiásticas, necessária, uma vez que estas se mostravam necessárias espiritual e logisticamente, tendo em conta uma incapacidade não assumida das autoridades civis ao tomarem para si toda a responsabilidade de gestão dos bens dos extintos cenóbios.

A 15 de Julho de 1834, uma portaria do Ministério da Fazenda ordenava “*sustasse a venda dos quadros, e pinturas pertencentes ás Cazas Religiosas extinctas*”⁵⁸⁷, o que demonstra que algumas estariam a ser vendidas, não consideradas como objectos preciosos, provavelmente, incluídas naqueles que eram considerados como “*moveis pertencentes ao comum*”. Arquitectar-se-ia já a formação de uma “*Galleria*” ou “*Gallerias*”⁵⁸⁸.

Em Agosto de 1834, por solicitação do Bibliotecário-Mor, o qual invoca o alvará de criação da Biblioteca Pública, portaria que ordenava que não apenas as livrarias, mas também os restantes “*objectos de Artes e Sciencias*”⁵⁸⁹, passassem a ser postos à disposição deste, medida que voltaremos a abordar, mais detalhadamente, no Capítulo IV. Disposição subsequente do Tesouro Público ordenava que os vários Prefeitos fizessem “*proceder á venda de todos os bens móveis e semoventes dos Conventos extinctos, excepto os objectos, que serviam immediatamente ao Culto Divino, as livrarias, os trastes de ouro e prata, e aquelles, que por qualquer motivo se devem considerar preciosos*” e que arrendassem “*por tempo de um anno, todos os predios rusticos e urbanos da Fazenda Nacional, com excepção, porém, dos campos e lezirias do Riba-Tejo, e suas dependencias*”⁵⁹⁰. Se, por um lado, se procurava proteger património, nomeadamente com valor religioso, artístico e histórico, a necessidade de realizar verbas, impunha que os imóveis fossem rentabilizados.

Em Setembro de 1834, dias antes do falecimento de D. Pedro, o Ministro da Fazenda, José da Silva Carvalho, apresentava na Câmara dos Senhores Deputados o Projecto Lei sobre a venda dos Bens Nacionais, onde não deixava de revelar especiais cuidados com a protecção do

da Estremadura (o que interessava mencionar neste caso), para que em harmonia com elas o Cardeal desse as que achasse convenientes aos seus Delegados.

⁵⁸⁷ Portaria referida em ofício de 20 de Outubro de 1834 do Prefeito Interino do Alentejo José Maria Grande, ao Bispo Conde Fr. Francisco (ANTT, MR, Mç.1914 b)) e em *José da Silva Carvalho e o seu tempo* (compilação anotada por Antonio Vianna), Vol.II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p.338 – “Pela portaria de 15 de Julho de 1834, se deram providencias para a conservação de pinturas, painéis e quadros. Foi expedida a todos os prefeitos. (Lisboa, Imp. Nacional, 1894).

⁵⁸⁸ ANTT, MR, Mç.1914 b), N°163/ N°5020. 20 de Outubro de 1834. Prefeitura do Alem Tejo. Do Sub Prefeito de Portalegre, servindo de Prefeito interino do Alentejo, José Maria Grande, ao Bispo Conde Frei Francisco.

⁵⁸⁹ 18 de Agosto de 1834. Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, por Bento Pereira do Carmo, publicada na *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes...*, Quarta Serie, 1837, pp.10-11. Aparentemente diria apenas respeito aos conventos da Estremadura.

⁵⁹⁰ 19 de Agosto de 1834. Portaria do Tesouro Público, José da Silva Carvalho, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p22>.

património, exceptuando de serem transaccionados, não apenas os que podiam ter um interesse prático, servindo o Estado, mas também os que tivessem uma dimensão histórica e ou artística.

“Art. 1.º Ficam desde já declarados em venda todos os Bens de raiz, de qualquer natureza que sejam, e os Foros que pertenceram á Santa Igreja Patriarchal de Lisboa, á Basilica de Santa Maria Maior, á extincta Casa do Infantado, ás extinctas corporações de Religiosos Regulares, ás Capellas da Corôa, e todos os de mais Bens, que ora se acham incorporados nos proprios da Corôa, ou que de futuro o forem em virtude de Decreto ou Sentença passada em julgado.

*§. Exceptuam-se desta disposição aquelles edificios que o Governo destinar para serviço público, ou para conservação de obras de antiguidade ou de primores de Arte, e os que mereçam ser venerados como monumentos Nacionaes. Publicar-se-há uma relação delles com a antecipação necessaria.”*⁵⁹¹

Como salienta Clara Moura Soares, a partir da década de 30 de oitocentos vai notar-se uma crescente valorização da dimensão estética do património artístico, nomeadamente do móvel, que não teve imediato paralelismo no património edificado⁵⁹². Refere a mesma autora que, “O facto de não possuir uma funcionalidade, como a inerente à arquitectura, talvez justifique que o valor de arte atribuído a certas obras excepcionais de pintura, vitral, escultura, azulejo ou ourivesaria, antecipe o reconhecimento desse valor em construções monumentais.”⁵⁹³; nestas, prevaleceria até à geração de Ramalho Ortigão, Sousa Viterbo e outros, a sua *capacidade de história*, em prejuízo do seu significado artístico⁵⁹⁴.

Em sentido oposto, muitas obras de arte, quase sempre retiradas de um contexto que lhes completava o seu discurso plástico, “passam a valer exclusivamente pelas qualidades estéticas e técnicas que exibem”⁵⁹⁵.

⁵⁹¹ *Gazeta Oficial do Governo*, Nº69, quinta-feira, 18 de Setembro de 1834, p.355 (Cortes, Câmara dos Senhores Deputados, Sessão 20).

⁵⁹² SOARES, Clara Moura, “A extinção das ordens Religiosas em Portugal na implementação do Liberalismo: efeitos sobre o património artístico dos conventos”, Livro de *Actas do Congresso De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza Teoria e prática do Restauro no espaço ibero-americano*, Lisboa, LNEC, 2014, (pp.9-16), p.11.

⁵⁹³ *Idem, ibidem*.

⁵⁹⁴ ROSAS, Lúcia, “A génese dos monumentos nacionais”, in *100 anos de Património: memória e identidade – Portugal 1910-2010*. IGESPAR, Lisboa, 2010, pp.45-46.

⁵⁹⁵ SOARES, “A extinção das ordens Religiosas ..”, 2014, *op.cit.*, p.11.

3.5. A importância da instrução

Antes de analisarmos a instrução em sentido mais lato, consideramos fundamental perceber brevemente como D. Pedro IV encarava a educação e a instrução a nível pessoal, uma vez que aí, de alguma forma, se reflecte o seu pensamento liberal e ideias relacionadas com a educação e instrução. De facto, vemos que projecta na sua filha D. Maria, um sentido de responsabilidade pelo conhecimento, revelador da importância que o saber tinha na ideologia que procuravam implementar em Portugal.

Como já vimos anteriormente, a educação de D. Pedro não foi inexistente mas o próprio a reconhecera como insuficiente. E logo à partida revelou cuidados especiais com a educação da futura ocupante do trono. A estreita relação entre pai e filha, apesar das circunstâncias e da distância que quase sempre os separa, é bastante interessante, revelando um homem atento e preocupado com a educação da filha, futura responsável máxima do país e pela instrução dos súbditos.

Nas cartas que D. Pedro vem a escrever para a sua “adorada” e “amada” filha D. Maria [Fig.10], nomeadamente, enquanto esta se encontra em Paris, vamos encontrar espelhado o seu papel de pai extremo e educador, a par com o sentido político que regia os seus actos.

Revelando grande proximidade entre os dois, a correspondência deixa transparecer, para além da ideia de instrução subjacente aos próprios ideais liberais, a consciência plena da importância do papel da educação na formação de um indivíduo, ampliada pela importância do cargo que a herdeira esperava ocupar.

Em várias missivas, denotava preocupação com os estudos da filha:

“Minha querida Maria. Recebi a tua cartinha de 10 de Maio escripta hum pouco mal para tua idade e adiantamento parece-me que não tens cuidado muito de estudares, e enquanto a Mamam não me mandar dizer que tu te aplicas como no meu tempo eu não deixarei de te mostrar sempre que tenha ocasião o meu desprazer: q^{do} tu minha filha chegares a huma idade mais avançada tu não deixarás de conhecer que eu tinha



Fig.10 R.J. e Osterwald, o velho; *Dona Maria II, Reine de Portugal*; c. 1826, gravura, 13x12,5 cm, BNP: E. 78 P.

muita razão de te desejar ver instruída, (...); eu não quero que tu me julgues para o futuro hum pae descuidado de tua educação antes quero que me tenhas por severo.

*O amor que te tenho m^a querida filha he que faz fallar-te tão claro; eu espero que ti estudes d'hora em diante como convem aquem tem que reger huma Nação que precisa de bons exemplos e de huma Rainha assaz instruída p^a poder falecitar ajudada do sisthema Constitucional sem a qual jamais, minha filha, queiras ser Rainha. (...)*⁵⁹⁶.

Numa carta seguinte, enviada do Porto em Julho de 1832, encontramos novamente implícitas muitas das directrizes liberais, relacionadas com a instrução e a importância que esta tinha para o progresso das nações.

*“Minha querida Maria. Grande prazer me cauzarão as tuas duas outras cartas de 8 e 16 de Junho e mui principalmente a resolução do Problema 21 que eu acho mui bem feita e todos aquelles a quem eu a tenho mostrado para que **conheção que a sua Rainha trata de se instruir, e promette vir a ser digna de occupar o Throno que de direito lhe pertence bem como de fazer a felicidade da Nação Portuguesa merecedora de melhor sorte.** (...)*

*Espero que tu continuarás a bem aproveitar o tempo, e que nunca mais eu tenha de te recommendar que estudes: **tu conheces perfeitamente que he indispensavel aos Monarchas terem saber; e que, no seculo em que vivemos, e em que os Povos estão mais esclarecidos, e já não engollem patranhas, he mister que seus Reis mereção, pelas suas boas qualidades, virtudes, e saber o respeito, de seus subditos, e não pelo seu nascimento que de nada valle perante o mundo livre.***

O merecimento e as virtudes he que chamão, no seculo presente, os homens aos empregos; hora se o Governo busca o merecimento, e as virtudes n'aquelles que tem a empregar, não deverá aquelle, ou aquella, que deve julgar d'este merecimento e d'estas virtudes ser q.^{do} não mais, ao menos, tão capaz como os que devem ser empregados?

Eu estou certo que tu estás convencida destas indisputaveis verdades, e que firme nos verdadeiros principios da moral e da Honra jamais te apartarás da vereda Constitucional, que, com tanto aproveitamento, comesas a trilhar.

Recebe, minha amada filha a benção que te deito

⁵⁹⁶ CR, CCR, Cap.134, N^o 22. Carta de D. Pedro (em S. Miguel) a D. Maria II (em Paris), datada de 10 de Junho de 1832. Destaque nossos.

Teu saudozo pai que muito te ama

*D. Pedro.*⁵⁹⁷

Mesmo durante a sua dura permanência no Porto, “*no meio da peste, fome e guerra*”⁵⁹⁸, a correspondência de D. Pedro com D. Maria mantém-se, continuando a revelar cuidados com a sua educação e satisfação com o bom aproveitamento dos estudos desta.⁵⁹⁹ Esta proximidade, que chega a espantar pelas circunstâncias em que se dava, terá decerto tido forte influência na formação não só académica mas também moral e política daquela que viria a continuar e a concretizar as políticas iniciadas pelo Regente.

A instrução, sinónimo de civilização

Com efeito, para os liberais a educação e a instrução⁶⁰⁰ eram fundamentais, e são vários os que, muitas vezes, ainda no exílio demonstram especial interesse pela matéria.

Já em 1823 Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque (1792-1846) enviava de Paris para as Cortes liberais em Portugal as suas *Ideias sobre o estabelecimento da instrução pública dedicada à nação portuguesa e oferecida aos seus representantes*, texto onde apontava aos representantes da nação aquele que devia ser o primeiro dever:

*“O vosso primeiro cuidado, depositários da confiança de um povo livre, deve ser dissipar as trevas e fazer raiar o mais cedo e o mais amplamente possível a luz brilhante da verdade própria, para patentear toda a beleza da liberdade e da justiça”*⁶⁰¹.

Refere José Augusto França que, em 1829, com D. Maria ainda no exílio, Almeida Garrett endereçou à perceptora régia, a marquesa de Ponta Delgada, um «tratado de educação», escrito em Inglaterra, onde a parte de Rousseau – *Émile* se destaca. Apesar de escrito em Inglaterra, tinha uma patente influência francesa – Montaigne, Fénelon, Bernardin de Saint-Pierre, Chateaubriand, eram postos ao lado de Madame de Genlis, educadora de Louis Philippe que

⁵⁹⁷ CR, CCR, Cx. 7231, Cap. 134. Porto, 18 de Julho de 1832. Destaques nossos.

⁵⁹⁸ CR, CCR, Cap.134, Nº37, Porto, 24 de Fevereiro de 1833.

⁵⁹⁹ *Idem* e, por exemplo, Carta datada de 2 de Setembro de 1832. CR, CCR, Cap. 134, Nº24.

⁶⁰⁰ Em 1839, nas páginas de *O Panorama* era apresentada a diferença entre estes dois termos, num artigo intitulado “Da educação em todas as idades”: “De ordinário confundimos estas duas palavras: educação e instrução; mas cada uma tem a sua acepção diversa. A educação é mais ampla que a instrução, porque abrange todos os meios de desenvolver e cultivar todas as faculdades do homem, segundo os princípios para que as recebemos da Natureza; a instrução, porém, é um desses meios, destina-se a exercitar só uma espécie dessas faculdades, isto é, as intelectuais”. *Apud* TORGAL, Luís Reis, “A instrução pública” in *História de Portugal*, (MATTOSO, José, dir). 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p.609.

⁶⁰¹ *Apud idem, ibidem*.

em 1830 subiu ao trono de França⁶⁰². Apesar desta “sugestão educativa”, no entanto, Garrett defendia que uma boa educação devia ser eminentemente nacional⁶⁰³.

O seu *Tractado geral de Educação para ambos os sexos, e para todas as classes: comprehendendo tanto a educação publica, como a privada, ou doméstica*, edição londrina de 1829, rapidamente seria disponibilizado em Portugal e colocado à venda nas *Lojas do costume*, publicitado em 1833 na *Chronica Constitucional de Lisboa*⁶⁰⁴.

A instrução pública revelava-se uma das principais pedras de toque do regime liberal, indissociável da natureza deste. A promoção da instrução de um povo, a que se vai aliar muitas vezes, a protecção das artes e da cultura, é sinónimo de progresso, de civilização; a necessidade de conhecimento é, logo à partida, fundamental para aqueles que governam, nomeadamente monarcas, mas também para o indivíduo comum, como meio de desenvolvimento da nação. Até o desenvolvimento económico lhe estava associado.

Como referem Clara Moura Soares e Maria João Neto, “a educação e a instrução constituíam, para os liberais, as mais sólidas bases de sustentação do edifício social, encarando-se o ensino público como “elemento principal da civilização dos Povos”, sendo necessário implementar uma reforma educativa, “o único caminho para a construção e consolidação das profundas alterações socioeconómicas que o novo regime constitucional pretendia implementar”⁶⁰⁵.

O relatório de 9 de Julho de 1833 formulado por Cândido José Xavier, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, que serviu de base ao decreto de estabelecimento da Real Biblioteca Publica do Porto, revela-se um documento importante, espelhando de uma forma muito clara, a importância que os liberais conferiam ao papel da instrução, não deixando contudo de se demonstrar classista. Baseando-se, como não poderia deixar de ser, no exemplo francês – “*a terra classica da instrucção, do bom gosto, e das letras*” – onde as bibliotecas proliferavam, refere:

“*Senhor !*

A ignorancia he a inimiga mais irreconciliavel da liberdade; e se a missão de hum Governo he satisfazer as necessidades da Sociedade, o seu primeiro dever he, sem duvida, preparar, e dar aos seus administrados a instrucção necessaria para desenvolverem a sua intelligencia, como huma garantia dos direitos que lhes confere como huma compensação devida das obrigações, que lhes impoem. (...)

⁶⁰² FRANÇA, 1993, p.71.

⁶⁰³ *Idem, ibidem.*

⁶⁰⁴ *Chronica Constitucional de Lisboa*, Nº73, Sexta feira 18 de Outubro, Lisboa, Imprensa Nacional, 1833, p.393.

⁶⁰⁵ SOARES, Clara Moura, NETO, Maria João, *Almeida Garrett : A “Viagem” e o Património*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, p.96.

Porem, Senhor, se esta instrucção, diffundida na Sociedade conforme as necessidades de cada classe, adoça os costumes, civilisa os povos, e dá ás capacidades os diferentes niveis, sobre os quaes devem assentar com solidez as diferentes partes do grande edificio social, he necessario por isso mesmo preparar com antecedencia todos os meios, que facilitem ás classes mais elevadas o completo desenvolvimento daquela instrucção; que fundem, e criem a gerarchia das intelligencias, de que sáião os Cidadãos capases de provêr largamente ás necessidades da Sociedade, e de occupar com distincção, e proveito os diferentes ramos da Administração publica: os homens de Estado esclarecidos; os administradores habéis, os talentos..(....)”⁶⁰⁶.

Como já vimos ao longo deste capítulo, em plena Guerra Civil, nomeadamente, durante o Cerco do Porto, D. Pedro IV não deixou de se preocupar com o estado da Academia Real da Marinha e Comércio – onde eram ministradas *Aulas* por mestres como José Teixeira Barreto ou Domingos António de Sequeira⁶⁰⁷ – e da “*instrucção publica nesta Cidade*”⁶⁰⁸, tomando uma série de iniciativas, como a do Museu Portuense, em que ficou bem clara a importância que dava à instrução e a forma lata e completa como a encarava preocupando-se em facultar ao público não apenas livros mas também arte, parte importante do saber, da construção cultural do indivíduo.

Mas, para além das iniciativas que já mencionámos anteriormente, e reconhecendo o ensino público como “*o elemento principal da civilização dos Povos, aquelle que os Governos Despoticos mais procuram comprimir, ou perverter para conservar a especie humana abysmada na ignorancia de seus direitos*”, o Duque de Bragança quer “*promover por todos os modos a prosperidade do Povo Portuguez, e Firmar em uma base sólida, e segura as Instituições Liberaes*”⁶⁰⁹.

Para tal, cria uma Comissão com o objectivo que esta lhe proponha “*um Plano geral d’Estudos, Educação, e Ensino Publico, – a criação dos Estabelecimentos Litterarios, que julgar necessarios, – e a competente refôrma dos que ora existem, comprehendendo a Universidade de Coimbra, as differentes Academias, Collegios, Escólas, e quaesquer outros*”⁶¹⁰. Tendo como

⁶⁰⁶ ANTT, MR, Mç 1154. Destaques nossos.

⁶⁰⁷ PIMENTEL, António, *op.cit.*, p.24 e João Baptista Ribeiro..., 1990, *op.cit.*, p.11.

⁶⁰⁸ RIBEIRO, *op. cit.*, p.5.

⁶⁰⁹ Decreto de 2 de Novembro de 1833, *Chronica Constitucional de Lisboa*, N.º87, 2ª feira 4 de Novembro, Anno 1833, p.479.

⁶¹⁰ *Idem, ibidem.*

Presidente Francisco Manoel Trigoso d'Aragão Morato, Conselheiro de Estado, e como Secretário o bacharel José Baptista da Silva Leitão d'Almeida Garrett, Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, dela faziam ainda parte, Joaquim Antonio de Magalhães e Alexandre Thomás de Moares Sarmiento, ambos Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, Francisco Soares Franco, Lente jubilado da Faculdade de Medicina, José de Sá Ferreira dos Santos Valle, lente de Filosofia na mesma Universidade e, finalmente, Matheus Valente do Couto, Lente jubilado, Director do Observatório de Marinha⁶¹¹.

O Plano publicado na *Chronica Constitucional de Lisboa* em Abril de 1834, conferiria lugar relevante aos colégios das artes, às “*academias de pintura, esculptura e architectura*”, aos “*conservatórios das artes uteis, ditas mecânicas*” e ao “*conservatório de música e arte dramática*”⁶¹²; demonstrava-se a sensibilidade cultural e artística dos seus elaboradores e do próprio D. Pedro IV que, com a sua visão estratégica, lançaria as bases de um projecto que viria, de alguma forma, a ser concretizado por vários governos durante o reinado de D. Maria II. As Academias de Belas-Artes, os Conservatórios de Artes e Ofícios e o Conservatório Geral de Arte Dramática, serão estabelecimentos herdeiros deste plano.

De facto, a atenção dada à instrução pública vai ter continuidade nas décadas seguintes. O vasto plano traçado por Costa Cabral, abrangendo o ensino primário, liceal e superior, assim como o teatro e as Belas-Artes, é disso exemplo⁶¹³. O papel activo do Conselho Superior de Instrução Pública, a criação do Ministério da mesma tutela, são reveladores de como a educação da nação era cada vez mais, apesar de naturais entraves políticos e financeiros, uma questão muito importante⁶¹⁴. A abertura de novas escolas, a disseminação de bibliotecas públicas, a criação do Curso Superior de Letras (1858), o crescimento da imprensa no período da Regeneração, são alguns dos novos vectores a contribuírem para o crescimento e desenvolvimento do Estado Liberal⁶¹⁵.

Atitudes como o Alvará porque *Vossa Magestade Ha por bem, em Nome da RAINHA, Ampliar o de trinta de Dezembro de mil oitocentos e vinte e quatro, Ordenando que seja remettido para a Bibliotheca Publica da Côrte um exemplar de qualquer estampa ou mappa que se gravar ou lithographar, assim como de todas as demais producções de similhante natureza, na fôrma que nelle se declara*, datado de 28 de Maio de 1834, expressavam a visão e gostos de D. Pedro.

⁶¹¹ *Idem, ibidem*. Logo a 4 de Novembro foi pedido um Mapa Estatístico aos referidos institutos. *Chronica...*, nº135, 31 de Dezembro de 1833, 3ª feira, p.745.

⁶¹² *Chronica Constitucional de Lisboa*, n.º77, 2 de Abril de 1834, pp.317-318.

⁶¹³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. IX – *O Terceiro Liberalismo (1851-1890)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1995, p.328.

⁶¹⁴ *Idem, ibidem*, p.329.

⁶¹⁵ Veja-se *Idem, ibidem*, pp.331-346.

Qualquer “*estampa ou mappa que se gravar ou lithographar, assim como (...) todas as mais producções de gravura ou lithographia*” eram objectos que muito importavam “*ao augmento e riqueza daquelle estabelecimento, e á maior generalisação de todos os conhecimentos uteis, que muito convem promover, tanto mais quanto pelo meio de um pequeno sacrificio se conseguem fins de tão relevante interesse público (...)*”⁶¹⁶.

Em todo o processo, o legado conventual – livrarias, objectos artísticos e científicos – teve um papel basilar, uma vez que forneceu a maioria dos meios, de outra forma praticamente inatingíveis, indispensáveis para o nascimento de um conjunto de estabelecimentos que promoveriam a instrução pública, da qual também faria parte a educação artística, nomeadamente, a designada promoção do gosto pelo belo.

3.6. Acção prática na defesa dos monumentos – Santa Maria de Belém e a Pena

A consciência da importância, não apenas histórica mas também artística, de alguns monumentos, terá determinado que D. Pedro IV tivesse conferido tratamento especial a algumas casas conventuais e seu património artístico, orientações que, juntamente com outras medidas, ajudam a reconstituir aquele que foi o seu pensamento no âmbito da salvaguarda patrimonial⁶¹⁷. Foi o que sucedeu com o Mosteiro de Santa Maria de Belém e ao Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, em Sintra.

O Mosteiro de Santa Maria de Belém [Fig.11], durante as primeiras décadas do século XIX, tinha conhecido sucessivas ocupações militares, consequências directas das invasões napoleónicas e da revolução liberal, que levariam àquela que podemos designar como uma laicização gradual, com consequências inevitáveis no seu património. Com uma comunidade religiosa reduzida, o mosteiro viu-se ocupado, primeiro pelas tropas inglesas (que implicaram posteriores obras por parte dos religiosos), e, em 1826, pelo Regimento de Infantaria N.º13, que ocupariam o claustro (sendo então entaipados os seus arcos) e parte da aula dos dormitórios⁶¹⁸. José de Vasconcelos e Sá (1775-1842), governador da Torre de Belém, acerca das intervenções então levadas a cabo, evidenciando uma consciência patrimonial, não deixaria de argumentar que estas “*faziam inteiramente deslustrar um tão grandioso e antigo Edifício*”⁶¹⁹. A nova

⁶¹⁶ Alvará passado a 28 de Maio de 1834, assinado pelo Duque de Bragança (e Bento Pereira do Carmo), registado a 30 do mesmo mês, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p452>.

⁶¹⁷ SOARES, RODRIGUES, “A salvaguarda do património...”, p.357.

⁶¹⁸ NETO, SOARES, *O Mosteiro dos Jerónimos...*, 2013, *op.cit.*, p.156.

⁶¹⁹ *Apud idem, ibidem.*

ocupação militar, desajustada e desregrada, levaria nomeadamente, à perda das importantes pinturas que decoravam o claustro.

Já depois do célebre episódio da Bíblia dos Jerónimos, usurpada por Junot em 1808 e devolvida em 1815, pela intervenção diplomática de D. Pedro de Sousa Holstein (1775-1823) – atitude que revela que existia alguma sensibilidade patrimonial, existindo a consciência da necessidade de proteger bens históricos e artísticos – D. Pedro, em plena guerra civil, em finais de Agosto de 1833, vai tomar uma atitude de protecção acerca dos importantes objectos que o mosteiro de Santa Maria Belém albergava: decide mandar retirar dali para o Banco de Lisboa, algumas peças valiosas, como uma pintura representando S. Lucas e outro Evangelista, os sete volumes da Bíblia e a custódia de ouro oferecida por D. Manuel⁶²⁰. Esta medida, como referem as autoras Maria João Neto, Alice Alves e Clara Moura Soares, demonstra que o “regente do reino, ainda que sob a pressão da guerra civil, demonstra ter consciência do significado histórico e artístico de determinadas obras de arte e assume a importância da sua preservação”⁶²¹, algo que

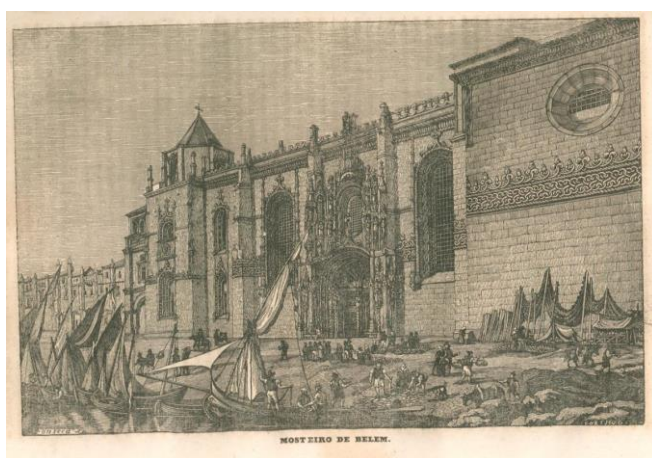


Fig.11 Mosteiro de Belém; gravura publicada em *O Panorama*, 5 de Março de 1842, 2ª série, Vol. I, p.73

também ficou demonstrado, nomeadamente, no Porto, na forma como lidou com o património dos conventos abandonados e dos rebeldes, protegendo-o, nacionalizando-o e promovendo a fundação do futuro Museu Portuense⁶²². E na capital, lançando as bases de um Museu Nacional de Belas-Artes⁶²³.

Mas a sua intervenção naquele mosteiro não ficou por aqui.

Por sugestão do administrador da Casa Pia, António Maria Couceiro – que tem em consideração o valor arquitectónico e histórico daquele edifício, assim como a necessidade de actuação sobre a sua integridade física que lhe sugeriu aquela antiga casa religiosa – D. Pedro

⁶²⁰ NETO, ALVES, SOARES, *op.cit.*, p.161. O conjunto de peças valiosas do mosteiro (quatro caixotes e um embrulho) seria depositado no Banco de Lisboa a 4 de Setembro de 1833, vindo a ser, dois meses mais tarde, a 5 de Novembro, transferido por ordem do Tribunal do Tesouro Público, para a Casa da Moeda. *Idem, ibidem*.

⁶²¹ *Idem, ibidem*.

⁶²² SOARES, Clara Moura; RODRIGUES, Rute Massano, “A criação de um Museu Nacional de Belas-Artes no convento de São Francisco: um desígnio de D. Pedro IV 1834” in *Artis – Revista de História da Arte e Ciências do Património*, 1 (2013), pp.170-171.

⁶²³ *Idem, ibidem*.

acolheu a ideia de ali instalar aquele orfanato e o grande e até mesmo precursor projecto que este lhe apresenta, não só de reutilização mas também de salvaguarda do mosteiro de Santa Maria de Belém⁶²⁴. Aliava-se a ideologia liberal de promoção da instrução (aqui exponenciada por se tratar de uma instituição filantrópica de natureza educativa), a uma atitude patriótica de protecção de um símbolo nacional, através da sua conservação e valorização histórico-artística. Deste modo, por decreto de 28 de Dezembro de 1833⁶²⁵, D. Pedro, evidenciando cuidados não apenas com a educação mas também com o património e não deixando de invocar o fundador D. Manuel I, ou os beneméritos D. Maria I e D. João VI, suprime-o, “*porque o Estado precisa dele para o Estabelecimento da Casa Pia*”⁶²⁶, não deixando, contudo, de ordenar que “*se fizesse todo o possível para restaurar e conservar aquele Edifício, apropriando-o ao seu novo destino*”⁶²⁷. Existia assim, uma espécie de contrapartida de conservação que exigia aos novos usufrutuários⁶²⁸.

Quanto à igreja, determina que esta fosse

*“conservada com a decencia e aceio devidos, e bem assim os Vasos Sagrados necesarios, e todos os ornamentos, que lhe pertencem, e servirá não só de Capella, em que os alumnos assistam aos Officios Divinos, mas tambem de Parochia do Bairro de Belém”*⁶²⁹.

Achamos que por detrás da atitude de D. Pedro não deixaria de estar todo um contexto de valorização nacional e os conselhos do seu amigo Almeida Garrett. Não esqueçamos a admiração que este nutria para com o mosteiro dos Jerónimos, enquanto símbolo e modelo da cultura portuguesa onde encontrará um estilo genuinamente português – que virá a designar como *manuelino*⁶³⁰ – cuja igreja aponta como *nobre e precioso* relicário, onde viria a defender que devia ser implantado o Panteão Nacional, recebendo *tudo quanto fosse glória do nome português*⁶³¹.

⁶²⁴ NETO, SOARES, *O Mosteiro dos Jerónimos...*, 2013, *op.cit.*, p.157.

⁶²⁵ Decreto de 28 de Dezembro publicado na *Chronica Constitucional De Lisboa*, Nº135, 3ª feira, 31 de Dezembro 1833, p.748.

⁶²⁶ ANTT, MF, Cx.2199, fl.56vs, *Mosteiro de Santa Maria de Belém*.

⁶²⁷ BA, cota: 54-X-32, n.º 563, fl.4-5. COUCEIRO, António Maria, *Memoria sobre a Edificação e Obras da Casa Pia 1839*, fl.4-5.

⁶²⁸ SOARES, RODRIGUES, “A salvaguarda do património...”, p.357.

⁶²⁹ Artigo 4º do Decreto de 28 de Dezembro publicado na *Chronica Constitucional....* Nº135, 3ª feira, 31 de Dezembro 1833 p.748.

⁶³⁰ SOARES, NETO, *Almeida Garrett...*, 2015, *op.cit.*, pp.38-42. Acerca do estabelecimento e designação do estilo histórico nacional do manuelino, vide também RODRIGUES, Paulo Simões, “Da Viagem do Olhar à Viagem das Formas. Percursos da Identidade Artística Portuguesa no Século XIX” in ACCIAIUOLI, Margarida, Rodrigues, Ana Duarte, *Arte & Viagem*, Lisboa, Instituto de História da Arte. Estudos de Arte Contemporânea, 2012, p. 447-472 <http://hdl.handle.net/10174/7787> (consultado pela última vez em 12-09-2016).

⁶³¹ NETO, SOARES, *O Mosteiro dos Jerónimos...*, 2103, *op.cit.*, pp.136-137.

Aquele antigo complexo conventual conectava-se historicamente com a epopeia marítima do século XVI e com Camões, “figura escolhida pela geração liberal e romântica para representar os seus ideais, servindo de paradigma para o restabelecimento do orgulho ferido dos portugueses, ameaçados na sua nacionalidade, por franceses e ingleses no contexto das invasões napoleónicas”⁶³².

As primeiras obras terão começado logo em Janeiro de 1834, indo muito além da simples instalação dos alunos daquele estabelecimento, mas visando o seu restauro, conservação e valorização do antigo cenóbio. Viriam, contudo, a ser interrompidas (e mesmo destruídas) com o Setembrismo, com a nomeação, em 1836, do novo administrador, José Ferreira Pinto Basto⁶³³, sendo apenas durante a *Regeneração* que com a acção do Provedor José Maria Eugénio de Almeida, e do seu filho Carlos, juntamente com os incentivos financeiros e ideológicos de D. Fernando II, conheceriam andamento⁶³⁴.

Quanto ao Mosteiro de Nossa Senhora da Pena [Fig.12], a sua supressão deu-se igualmente antes do decreto de extinção das ordens religiosas.

Num importante documento transcrito e publicado por Tude de Sousa⁶³⁵ e já referido por autores como Regina Anacleto⁶³⁶, José Maria Carneiro⁶³⁷, Clara Moura Soares e por nós⁶³⁸, vemos reflectidos os cuidados especiais que D. Pedro também depositaria com o património daquela casa religiosa – mosteiro onde teria passado, em visita a Sintra, em Novembro de 1833⁶³⁹ – neste caso em vésperas da “grande extinção”.

Trata-se de uma portaria, datada de 6 de Maio de 1834, assinada pela Junta do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas, constituída pelo Arcebispo Eleito de

⁶³² *Idem, ibidem*, pp.46-47.

⁶³³ Acerca deste assunto vide SOARES, Clara Moura, *As intervenções oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém. O sítio, a história e a prática arquitectónica*, 2 vols., policopiado, tese de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005, e NETO, Maria João Baptista, “Secularização e memória. O claustro nos séculos XIX e XX” in *Mosteiro dos Jerónimos: a intervenção de conservação do claustro*, Lisboa, IPPAR/WMF, 2006.

⁶³⁴ NETO, SOARES, *O Mosteiro dos Jerónimos...*, 2013, *op.cit.*, pp.162-165.

⁶³⁵ SOUSA, Tude M. de, *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*, Sintra Gráfica, Sintra, 1951.

⁶³⁶ ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa, 1780-1924*, Vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997, p.61.

⁶³⁷ Por exemplo, em PEREIRA, Paulo, CARNEIRO, José Manuel Martins, *Pena Palace*, London, Scala Publishers, 1999, p.20.

⁶³⁸ SOARES (2005), *op.cit.*, p.184 e SOARES, RODRIGUES, “A salvaguarda do património...”, p.357.

⁶³⁹ A visita a Sintra terá ocorrido a 3 de Novembro de 1833. O relato vem publicado na *Chronica Constitucional de Lisboa* de 4 de Novembro, N°88, Anno 1833, p.485.

Lacedemónia, D. Marcos (Marcos Pinto Soares Vaz Preto 1782-1851), pelo licenciado José

Ferrão de Mendonça e Sousa e por Miguel do Carmo Alves do Rio.

“Manda o Duque de Bragança, Regente em nome da Rainha, pela Junta do Exame do Estado actual e Melhoramento das ordens Religiosas, encarregada da Reforma Geral Eclesiástica, participar ao Vigário da Vara da Vila de Sintra que havendo-se por esta Junta ordenado a supressão do convento de Nossa Senhora da Pena, dos Monges de S. Jerónimo, tendo-se para esse efeito nesta data expedido Portaria ao juiz de Fora da mesma vila para proceder a inventariar todos os bens não sagrados pertencentes ao mesmo convento : Ordena o mesmo Augusto



Fig.12 *Convento da Pena em Cintra*, gravura publicada em *O Panorama*, 13 de Janeiro de 1838.

*Senhor, por esta Junta, que o mesmo vigário de Vara nomeie na referida vila um eclesiástico de reconhecida ciência e virtude, o qual, tendo nomeado um hábil escrivão e entendendo-se com o mesmo Juiz de Fora proceda no dia e hora marcada a inventariar a mobília e utensílios do culto, **conservando a igreja com toda a decência sem tirar coisa alguma de suas imagens ou ornatos** e fazendo entrega do templo ao pároco do distrito, a fim de guardá-lo e prover de missa a igreja e formando depósito em forma legal de todos os referidos objectos, lavrando os termos competentes nos autos que deve formar inteiramente separados dos objectos profanos, que foi cometido às autoridades civis. Feito o que procederá a um auto do Processo que lhe é encarregado do número de religiosos existentes, e os fará assinar seus próprios nomes. Finalmente perguntará testemunhas de reconhecida probidade sobre a conduta dos mesmos religiosos, observância de seus votos, regra e estatutos, e a utilidade resultante aos povos da conservação daquele convento, informando com o seu parecer sobre as providências que cumpre empregar por ordem à pública*

*utilidade espiritual ou temporal, remetendo o seu processo fechado e lacrado a esta Junta por via do mesmo Juiz de Fora.”*⁶⁴⁰

Refere Tude de Sousa que a portaria começou a ter execução no dia 12 de Maio, data em que diversas personalidades prestaram juramento e outras foram intimadas, entre as quais, o Reverendo Dom Abade do Mosteiro da Penha Longa, presidente interino do mosteiro. Este devia aí comparecer no dia seguinte para dar cumprimento à portaria de dia 6, prestando juramento, de modo, a que “*com boa e sã consciência declarasse e desse a inventario todos os objectos sagrados, mobília e utensílios do culto que pertencem a este mosteiro*”.

Deste modo, no dia 13 de Maio de 1834, na presença do Reverendo José Jacinto Tavares (Prior de Santa Maria e Vigário da Vara), António Gomes Barreto (pelo Reverendo D. Abade do Mosteiro da Penha Longa e Presidente interino do mosteiro da Pena, Fr. José do Carmo Fortes da Silva foi realizado o inventário; dele, entre outras coisas, faziam parte o retábulo em alabastro da capela-mor da igreja⁶⁴¹ – da autoria de Nicolau de Chanterenne, sobre o qual, já em 1773, o Marquês de Pombal tinha divulgado uma ordem de D. José I, na qual se afirmava que aquele “*antigo e distinto retábulo de pedra*” devia “*ser conservado, e resguardado como hum Monumento da memoria do seu Fundador*”⁶⁴² – e, na casa do Capítulo o “*altar dedicado a Nossa Senhora da Pena, cujo retábulo é uma das mais preciosas peças de escultura e é feito de uma só pedra da melhor qualidade que tem a Itália*”⁶⁴³.

Era então logo mencionado:

“Enfim, é tão primorosa esta obra que tem sido a admiração dos entendedores, que por ela têm oferecido grandes somas. Não obstante estar encaixada na parede de um bem trabalhado arco

⁶⁴⁰ *Apud* SOUSA, *op.cit.*, pp.31-33 Destaques nossos.

⁶⁴¹ “O retábulo ou capela-mor é todo de alabastro primorosamente lavrado e além das imagens (...) tem em alto e baixo relevo todos os mistérios da vida e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo e um sacrário da mesma pedra, feito em forma cilíndrica, tudo acabado com o mesmo primor.” *Apud* SOUSA, *op.cit.*, p.34.

⁶⁴² LIMA, Maria Madalena Gonçalves da Costa, *Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834)*, Tese de doutoramento em História, Especialidade em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013, p.125. Em *O Panorama*, de 13 de Janeiro de 1838, aludia-se a este retábulo da seguinte forma: “A cousa mais curiosa que existia neste mosteiro é o retabolo da capella-mór, com um sacrário de alabastro tão precioso e transparente, que fechando-se uma luz dentro deixa coar luz bastante para o pé d'elle se poder lêr. É todo entalhado de relevos representando os passos da Paixão, cercado com festões de flores, com suas columnas de mármore negro. O lavor subtilíssimo que, a confessar a verdade, não é dos mais correctos quanto ao desenho, é obra de um certo Nicolau, que o fez por ordem de elrei D. João 3.^o” (*ibidem*, p.10).

⁶⁴³ *Apud* SOUSA, *op.cit.*, pp.34-37 Era então descrito: “Terá seis e meio palmos de altura e quatro de largura. A imagem, que terá três palmos de alto, de um relevo tão levantado na mesma pedra, que parece ser separada. Está colocada em um elegante nicho entre duas pilastras pouco salientes, sobre cujas arquitraves descansa a cimalha que serve de base a um triângulo arrendado, com o qual pela parte superior arremata esta linda peça. Sobre o ângulo superior está um açafate de flores sustentado por dois serafins e por baixo do nicho as armas do Invicto Rei Senhor D. Manuel.” *apud idem, ibidem*, p.36.

de pedra mármore branco, roxo e pardo, contudo, havendo cuidado, poderá dali sacar-se e ser conduzido a um museu”⁶⁴⁴.

Apesar da portaria que tinha conduzido ao inventário proteger o conteúdo da igreja denota-se por esta referência, que este retábulo, na Casa do Capítulo, para além de despertar interesse por parte do mercado da arte, encontrava-se já potencialmente retirado do local e conduzido a um museu, hipótese que, numa altura em que estes estabelecimentos ainda eram praticamente inexistentes, reflecte de alguma forma uma visão pioneira e, que não deixava, contudo, de ser de protecção.

Com a publicação do decreto de extinção, logo a 30 de Maio desse mês, no dia 4 de Junho, após intimação do prior de Santa Maria, compareceria naquele mosteiro o prior da igreja paroquial de S. Pedro de Penaferrim para, em cumprimento da portaria de 6 de Maio, “*se lhe fazer entrega do templo do dito mosteiro, a fim de o prover de missa, e bem assim de todos os objectos, mobília e utensílios do culto divino pertencentes ao sobredito convento*”⁶⁴⁵, dos quais ficaria depositário.

Quanto ao mosteiro e cerca, a posse por parte da Fazenda Nacional, deu-se no dia 9 do mesmo mês, pelo Dr. Frederico Guilherme da Silva Pereira, Juiz de Fora e dos Orfãos e Cível da vila de Sintra e seu termo, na presença de, para além do escrivão (Joaquim da Veiga), o fiscal, testemunhas e o Alcaide da Vara (João da Costa Guimarães)⁶⁴⁶.

Em Junho de 1835 o “*convento e mais casas e hospedarias ali juntas, [e] cerca*” seriam avaliados em “*setecentos mil reis e rendimento anual em trinta e cinco mil reis*”⁶⁴⁷.

Se a igreja ficava ao cuidado do Prior de São Pedro, as restantes dependências ficaram ao abandono.

O convento de Nossa Senhora da Pena acabaria por ser colocado à venda em Setembro de 1838 por 700\$000 reis (o valor da avaliação de 1835), embora sob legislação que entretanto veio a ser produzida. Era salientado que a sua arrematação seria realizada

*“com a expressa clausula de ficar o arrematante obrigado a cuidar na sua boa conservação, na conformidade do que dispõe a carta de Lei de 15 de Abril de 1835, visto ser um monumento nacional, e conter a Igreja um retabulo de primorosa esculptura”*⁶⁴⁸.

⁶⁴⁴ *Apud idem, ibidem.*

⁶⁴⁵ *Apud idem, ibidem*, p.39.

⁶⁴⁶ *Idem, ibidem* p.40.

⁶⁴⁷ *Apud idem, ibidem*, p.40.

⁶⁴⁸ *Diário do Governo*, N°229, Quinta-feira, 27 de Setembro de 1838, p.967, N°1556.

As atitudes de D. Pedro IV, nomeadamente, em relação a estas duas casas religiosas, consubstanciam aquilo que Clara Moura Soares entende como “não apenas missões importantes do Estado liberal, de protecção das artes e da cultura e de incentivo à instrução dos cidadãos”, mas também reveladoras da “consciência patrimonial do soberano, que eleva a apologia dos bens da nação, em detrimento da sua tentadora e frutuosa alienação no fluorescente mercado artístico”⁶⁴⁹.

⁶⁴⁹ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil...”, 2014, *op.cit.*, p.388.

Capítulo III

Tempos de mudança: os
reinados de D. Maria II e dos
seus sucessores



Fig.13 Maurício Sendim; *D. Maria II*; 1836, gravura, 43x35cm. BNP: E. 229 A.

*“(...) En la chapelle sainte où repose ton père,
Don Pedro, dors en paix dans l’immortalité;
Le Portugal est libre, et la patrie entière
Respire dans la liberté.
(...)”*⁶⁵⁰

*“(...) Salve Augusta MARIA, cujo Throno
De Themis a Balança hoje equilibra,
Da Sapiencia o Escudo, e da Verdade
Sempre ha de defende-lo o facho puro.
A’ porfia as Virtudes te circundão!
De teu Pai, imitando os relevantes
Sabios Conselhos, não desprezas Sábia. (...)”*⁶⁵¹

1. Entre a continuidade e o desenvolvimento de novas políticas patrimoniais

O Verão de 1834 seria o último para D. Pedro. Após anos de lutas, contra os inimigos absolutistas, mas também contra doenças que o atormentavam desde jovem⁶⁵² e outras desenvolvidas e agravadas nos trabalhos da guerra – a tuberculose era incurável e os teóricos restabelecimentos não eram de facto efectivos –, o Regente falece, em Queluz, a 24 de Setembro, com apenas 35 anos de idade.

Deixava para trás um conjunto de medidas, muitas delas polémicas – particularmente a extinção das ordens religiosas – que influenciariam decisivamente o futuro.

Já em 1842, em pleno reinado de D. Maria II [Fig.13], o príncipe de origem polaca e político “conservador” Felix Lichnowsky, numa viagem que empreendera a Portugal, sob uma visão pouco abonatória à obra de D. Pedro, referindo-se aos problemas com a Santa Sé e à negociação

⁶⁵⁰ SAINT- ANTOINE, Daniel de, *Eloge Funébre de S. M. DON PEDRO Duc de Bragance, Empereur du Brésil, Régent du Portugal et de L’Algarve.*, Paris, Imprimerie de Dezauche, 12 Outubro 1834, p.36.

⁶⁵¹ Bastos, Francisco Antonio Martins *Á’ Feliz Exaltação de Sua Magestade Fidelissima A Senhora D. Maria II...*, Lisboa, Na Imprensa da Rua dos Fanqueiros Nº129 B., 1834, p.6.

⁶⁵² Problemas renais, hepáticos, etc. O cerco do Porto terá agravado bastante o seu estado de saúde. Em finais de 1833 uma bronquite mal curada terá evoluído e acabado por conduzir D. Pedro à morte. PIMENTEL, Alberto, *A Corte de D. Pedro IV*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Lda, 1972, (2ª edição), p.272.

do Duque de Palmela, fazia uma espécie de balanço daquele período que, como temos vindo a referir, teve repercussões no património nacional:

*“... Depois de todas as abominações que acarretou consigo, e após si, uma medida tão violenta e injusta, como foi a abolição dos conventos, devia oferecer as maiores dificuldades a reconciliação com a corte de Roma. D. Pedro, dominado por um entusiasmo fanático em favor da Revolução Francesa de Julho, não soube possuir nem moderação nem plano razoável nos seus primeiros decretos, e reuniu de um modo singular na sua pessoa um libertador constitucional e um ditador absoluto; em todas as coisas cedeu-se às primeiras impressões e a um exame superficial. Desse modo foram abolidos os conventos; as propriedades eclesiásticas inconsideradamente confiscadas, muitos edifícios religiosos profanados e muitos milhares de frades arrojados repentinamente para o mundo, com tão escassos meios de subsistência que um egresso e um mendigo vieram a ser quase sinónimos. Os bispados foram providos de arbútrio; D. Pedro progrediu tão longe na sua onnipotência eclesiástica que se persuadiu até que podia criar bispos *in partibus* e nomeou arcebispo de Lacedemónia o conhecido padre Marcos, esmoler da rainha e hoje deputado cartista pelo Porto. Era claro que se devia pôr um termo a esta desordem, uma vez que a Igreja lusitana não houvesse de separar-se da cadeira papal. (...)”⁶⁵³.*

Terá sido esta a imagem que, genericamente, Portugal emanava para o estrangeiro, pelo menos para os círculos mais conservadores, que viam as atitudes tomadas por D. Pedro, como uma afronta à Igreja e à ordem estabelecida.

No que se refere ao património, segundo Lichnowsky – para quem Vasco era o “único pintor português digno de menção e apreço”⁶⁵⁴ – existia então (1842) uma

“penúria em objectos de arte e o vandalismo com que se devastam os escassos restos que ficaram dos tempos antigos, é um fenómeno bem triste mas universal, por toda a extensão do reino”⁶⁵⁵.

Refere este príncipe, em visita ao Convento de Brancanes, então já vendido, que o único objecto que ali atraía “*de algum modo a atenção*” era um conjunto de painéis de azulejos⁶⁵⁶. Já

⁶⁵³ LICHNOWSKY, Felix, *Portugal. Recordações do Ano de 1842* (conforme edição de 1845, trad. Daniel Augusto da Silva; ilustrações de D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha), Lisboa, Frenesi, 2005, pp.80-81. Destaque a negrito, equivale ao itálico original.

⁶⁵⁴ *Idem, ibidem*, p.157.

⁶⁵⁵ *Idem, ibidem*, p.156.

⁶⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.156.

não era possível encontrar ali nenhum monumento artístico⁶⁵⁷. E a título de exemplo aludia a uma Nossa Senhora de jaspe, que existia sobre o frontão, que tinha sido derrubada e despedaçada, não lhe sendo possível obter o menor fragmento daquela imagem, que lhe asseguravam “*tinha excessivo merecimento*”⁶⁵⁸.

Mas se as importantes medidas tomadas por D. Pedro em relação às ordens religiosas e ao património podem ser questionáveis, sobretudo, pelas consequências posteriores relacionadas com uma gestão complicada, há que lembrar que, maioritariamente, não assistiu à sua efectivação, uma vez que faleceu precocemente. Não teve a oportunidade, por exemplo, de ver concretizado o Museu Portuense, do qual foi o fundador.

Foi antes, durante o reinado de D. Maria II (1819-1853) [Fig.14] que, continuando os projectos do pai, numa linha liberal que privilegiava, nomeadamente, a instrução, foram sendo encetadas pelos diversos governos –



Fig.14 Maurício Sendim; *D. Maria II, Rainha de Portugal*; gravura 45,8x37 cm, 1835. BNP: E. 187 A.

talvez com maior visibilidade, o setembrista – uma série de medidas em prol do incremento das artes e salvaguarda do património artístico que passaram, entre outras, pela criação das Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto e pelo restauro de alguns dos mais emblemáticos monumentos nacionais⁶⁵⁹. Neste contexto, não deixa de ser importante relembra o contributo que terá tido a educação e sensibilidade de D. Fernando II, rei consorte⁶⁶⁰, apesar de, acções importantes como a criação do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC), terem ainda sido desenvolvidas antes do casamento da rainha, o que desmistifica, de alguma forma, o papel secundário para que muitas vezes a filha de D. Pedro IV é relegada.

⁶⁵⁷ *Idem, ibidem*, p.156.

⁶⁵⁸ *Idem, ibidem*.

⁶⁵⁹ SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano, "A salvaguarda do património histórico-artístico na regência de D. Pedro IV: a Consciência Patrimonial no contexto das Guerras Liberais", in RODRIGUES, José Delgado, PEREIRA, Sílvia S. M., (ed.). *Actas do Simpósio Património em Construção, Contextos para a sua preservação* (LNEC-IHA), Lisboa, LNEC, 2011, (pp.351-358), p.351.

⁶⁶⁰ *Idem, ibidem*, p.351.

Relembremos, igualmente, a difícil e muito volátil conjuntura política que encontramos nas décadas seguintes à extinção das ordens religiosas, apenas tranquilizada com a Regeneração, já na década de 50; não esqueçamos também, que as decisões tomadas ultrapassavam o papel dos monarcas, sendo relevantes as linhas políticas e acções desenvolvidas pelos ministros e chefes de governo.

Se o seu pai tinha enfrentado uma série de dificuldades, que o tinham levado a formar resistência na Ilha Terceira, a instaurar o Governo dos Açores, a suportar o Cerco do Porto e os êxitos miguelistas, só conhecendo alento com a ocupação de Lisboa e as vitórias liberais, culminando na concessão de Évora Monte e o fim da guerra – após o qual se começaram a definir as várias facções liberais e a surgirem múltiplos grupos partidários – o reinado de D. Maria II será caracterizado por uma permanente instabilidade política, social e económica⁶⁶¹. Tal, afectaria, obviamente, a eficaz e continuada implementação de medidas. A péssima situação financeira do país, acabado de sair da guerra civil, que a venda dos bens nacionais não resolveria, também para isso contribuía.

Cartismo, setembrismo, cabralismo e anticabralismo, designariam os vários e tumultuosos governos, pautados por uma quase constante oposição entre facções políticas (com a Carta Constitucional no centro das discussões), insatisfação e agitação popular, que apenas o golpe militar liderado pelo Duque de Saldanha, em 1851, apaziguaria, iniciando-se o período da Regeneração⁶⁶².

Apesar das dificuldades, presentes aos mais diversos níveis, D. Maria, herdeira de uma singular sensibilidade artística, de um projecto educativo e também de valorização dos testemunhos da identidade nacional, concretizaria e desenvolveria, de facto, um caminho iniciado por D. Pedro⁶⁶³.

Legislação que visava proteger o património, iniciativas de restauro, a efectivação do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, a ideia de criação de um Museu Nacional de Belas-Artes em Lisboa, a concretização do Museu Portuense, etc., são apenas algumas das medidas que ocorreriam durante o seu reinado e que, mais uma vez, viriam a encontrar continuidade de acção

⁶⁶¹ SILVA, António Martins da, “A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo”, in *História de Portugal*, (MATTOSO, José, dir). 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.89-105.

⁶⁶² Acerca do clima político vivido, veja-se, por exemplo, SILVA, *ibidem*, RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo”, in *História de Portugal*, (MATTOSO, José, dir). 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.107-119 e, da mesma autora e na mesma obra, “A Regeneração e o seu significado”, pp.121-129.

⁶⁶³ SOARES, RODRIGUES, “A salvaguarda do património ...”, 2011, *op.cit.*, p.357.

nos reinados dos seus sucessores, D. Pedro V e D. Luís. Também estes, de certa forma, acabaram por ser continuadores daquele que poderemos, eventualmente, designar como o projecto político, cultural e patrimonial iniciado por D. Pedro IV, pedra basilar de, praticamente, três quartos do século XIX.

Foi durante estes reinados que os efeitos da extinção das ordens religiosas se fizeram, de facto, sentir. Para além de perdas patrimoniais decorrentes de uma gestão menos eficiente e de algum vandalismo e saque, Portugal ganhou riqueza em propriedade fundiária e em edifícios que foram vendidos ou aplicados aos mais diversos fins. A nível social, a extinção ter-se-á deparado com escassa resistência ou mesmo indiferença, não apenas da população mas também do clero secular. Segundo Oliveira Marques “Do ponto de vista religioso é que pode ter contribuído para um certo declínio da fé entre as classes mais baixas da população. E, claro está, ajudou a prepará-las para a aceitação de influências sucedâneas – a do cura, a do influente local, a do cacique político, mas também, a do mestre-escola e a dos meios de informação laica.”⁶⁶⁴

1.1. A “concretização” do Museu Portuense.

A “concretização” e abertura ao público do também designado Ateneu D. Pedro, foram sendo sucessivamente adiadas. A complexa conjuntura política aliada à ausência de um programa governamental que se coadunasse com os objectivos pré-estabelecidos assim o ditava.

Como refere Baptista Ribeiro na sua *Exposição histórica da criação do Museu Portuense, com documentos officiaes para servir à história das bellas artes em Portugal e à do cerco do Porto*⁶⁶⁵, com a morte de D. Pedro aquele “*novo Estabelecimento ficou moribundo, como cousa que tanto Lhe pertencia*”⁶⁶⁶.

A ligação de D. Pedro àquele espaço, enquanto seu mentor e grande impulsionador, não tinha, contudo, morrido e Baptista Ribeiro fazia questão de o lembrar. Nesse sentido, e até de um ponto de vista simbólico, terá escrito ao Marquês de Resende, antigo embaixador de D. Pedro em França, no sentido de este levar ao conhecimento da Duquesa de Bragança “*o desejo que tinha de possuir um traste que tivesse servido ao Invicto e Immortal DUQUE DE BRAGANÇA (...), a fim de o collocar no Museo*”⁶⁶⁷. Em resposta, D. Amélia de Leuchtenberg doou ao Museu

⁶⁶⁴ SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal, Portugal e a Instauração do Liberalismo*, Vol. 9º (MARQUES, A.H., Oliveira, coord.), Lisboa, Editorial Presença, 2002, p.329.

⁶⁶⁵ RIBEIRO, João Baptista, *Exposição Historica da Creação do Museo Portuense, Com Documentos Officiaes para servir á História das Bellas Artes em Portugal, e á do Cêrco do Porto*, Porto, Imprensa de Coutinho, 1836.

⁶⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.9

⁶⁶⁷ *Idem, ibidem*, p.26. Doc. nº26, datado de 1 de Maio de 1835, de Paulo Martins d’Almeida a João Baptista Ribeiro, dando conta da doação realizada por D. Amélia ao Museu.

“para que nunca d’ahi possam sair”, a espada, o chapéu com que ele tinha desembarcado nas Praias do Mindelo, e o óculo com que tinha feito “*toda a Campanha da Restauração do Throno e das Liberdades Patrias*”⁶⁶⁸, objectos com uma forte carga pessoal e simbólica que, segundo o pintor, atrairiam àquele espaço a geração presente e as futuras, relíquias extasiantes onde era possível absorverem “*ideas nobres, de sentimentos de virtude e generosidade*”⁶⁶⁹.

A quase “estratégia” de Baptista Ribeiro, ao pretender relembrar a ligação do Museu ao passado recente e ao falecido Regente, era demonstrativa da vontade de, não só homenagear D. Pedro IV mas, também de possuir objectos expositivos capazes de cativar o grande público para aquele novo e educativo estabelecimento.

No entanto, como refere António Mourato, “o Museu continuava sem reunir as condições mínimas para expor ao público as obras que possuía. Os empregados estavam sem receber ordenados, continuava por reparar a abóbada da Galeria, faltavam as persianas nas janelas para regular a luz e muitos quadros necessitavam de restauro”⁶⁷⁰.

A péssima conjuntura tinha levado Baptista Ribeiro, em Outubro de 1834 – ao mesmo tempo que lembrava o retrato que tinha realizado do Duque de Bragança enquanto Chefe General do Exército Libertador como base para um monumento⁶⁷¹ – a apelar ao Duque de Palmela⁶⁷², para que este interviesse:

“Como V.Ex.^a protege as Artes, de razão he que lhe declare que as obras do Museo Portuense estão paradas por falta de pagamento, ha seis semanas : e se o Governo não manda quanto antes pôr os telhados que faltão, e tapar as janellas, e o mais que necessario for para evitar que as chuvas do inverno abatão os estuques da Galeria, terei o desgosto de ver arruinar perto de trezentos quadros, que ja estão pendentes no Museo, e hua bella Colleção de Estampas, e outros objectos de bastante valor, que reuni por Ordem de S. M. I., e que já dão notavel celebridade a esta Cidade e à Nação Portuguesa, por que principia a ter a primeira Galeria Publica de Boas Artes.”⁶⁷³

⁶⁶⁸ *Idem, ibidem.*

⁶⁶⁹ Apud MOURATO, António, *João Baptista Ribeiro: 1790-1868*, Porto, Afrontamento, 2010, p.32 (RIBEIRO, João Baptista - «Allocação», in *Periodico dos Pobres no Porto*, nº125, Porto, 28 de Maio de 1835, p.3). Peças que fazem hoje parte do espólio do Museu Soares dos Reis, Porto.

⁶⁷⁰ MOURATO, *João Baptista Ribeiro...*, 2010, *op.cit.*, pp.32-33.

⁶⁷¹ ANTT, MR, Mç2164 Documentos avulsos 1833-1834. 14 de Outubro de 1834. De Baptista Ribeiro ao Duque de Palmela.

⁶⁷² *Idem, ibidem.*

⁶⁷³ *Idem, ibidem.*

Palmela remeteu o caso para o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, que daria “as providencias convenientes para se evitar a ruina da Galeria (...)”⁶⁷⁴. Os efeitos terão sido rápidos e, portaria de 22 de Outubro, expedida pelo Ministério do Reino (Bispo Conde Frei Francisco) ao Prefeito, levava Baptista Ribeiro a dizer que “então renovárão-se as minhas esperanças”⁶⁷⁵:

*“ Constando a Sua Magestade a RAINHA, que as obras do Museo da Cidade do Porto se achão paradas, sendo muito para temer que as chuvas do proximo Inverno venhão a estragar, por falta de telhados e janellas, os estuques da Galeria, e os quadros e estampas alli depositados: Manda a Mesma Augusta Senhora que o Prefeito Interino do Douro faça proceder aos reparos indispensaveis n’aquelle edificio, para se não arruinarem os objectos que alli se achão reunidos, ordenando Sua Magestade que o Prefeito informe com urgencia sobre os meios de levar a effeito tão interessante Estabelecimento de Bellas Artes. O que assim se lhe participa para sua intelligencia e execução. ”*⁶⁷⁶

Refere Baptista Ribeiro que

*“Estava porém reservado o remate d’este patriotico Estabelecimento á Excelsa Rainha D. MARIA II, e ao Excellentissimo Agostinho José Freire, o assignar a prudentíssima Resolução datada de 25 d’Abril que poz 600\$000 mensaes á disposição do Excellentissimo Prefeito do Douro destinados ás obras do Museo e Bibliotheca, até se concluírem (...)”*⁶⁷⁷.

As obras para acomodação no antigo espaço conventual vão continuar, dirigidas pelo Prefeito da Província do Douro, o Visconde S. Gil de Pernes, sendo atribuída a partir de 30 de Abril de 1835, a verba de 600 mil réis mensais, até à sua conclusão⁶⁷⁸.

A 28 de Abril o Prefeito tinha nomeado uma “Commissão encarregada de promover e fiscalisar as obras do edificio destinado para Museo e Biblioteca” – a qual se devia regular pelas instruções transmitidas pela Prefeitura, propondo “todas as mais providencias que se carecerem para desempenhar com acerto os trabalhos que lhes são confiados”⁶⁷⁹ – constituída por José da Costa Lobo, Provedor do Concelho do Porto, Diogo de Goes Lara d’Andrade,

⁶⁷⁴ RIBEIRO, *op.cit.*, p.9.

⁶⁷⁵ *Idem, ibidem.*

⁶⁷⁶ *Idem, ibidem*, p.22. Doc.21.

⁶⁷⁷ *Idem, ibidem*, p.9.

⁶⁷⁸ SANTOS, Paula Mesquita, *Museu Nacional de Soares dos Reis: um contributo para a historia da Museologia portuguesa*. Separata da Revista Museu, IV Série, Nº3, 1995, p.48.

⁶⁷⁹ RIBEIRO, *op.cit.*, p.22. Doc. 22.

Primeiro Bibliotecário da Biblioteca Pública, *João Baptista Ribeiro Lente d'Academia* e Joaquim da Costa Lima e Sampaio, Arquitecto da Cidade⁶⁸⁰. De destacar o facto de Baptista Ribeiro constar unicamente enquanto Lente da Academia e nem sequer como Encarregado da organização do Museu, o que é demonstrativo do vazio institucional existente no seio deste.

Quanto às obras no edifício, vão prolongar-se no tempo, e em Setembro de 1836, Museu e Biblioteca, sob arbitragem do Governo Civil, ainda disputavam espaços dentro do antigo convento, propondo-se que, conciliando o interesse de ambos os estabelecimentos, ficassem pertencendo ao Museu “*o Dormitorio e cellas do Nascente no primeiro andar, e bem assim uma salla a ellas contigua para o lado da Igreja nova e para a Bibliotheca, a Galleria Claustal do mesmo pavimento e todo o andar superior*”⁶⁸¹.

Entretanto, o lente portuense continuava sem receber o cargo de director, permanecendo num já muito prolongado e pouco dignificante papel de *Encarregado*. Esta é uma situação que subsiste apesar de, na sequência da apresentação da *Exposição Histórica* (...), portaria de 23 de Maio de 1835 declarar os seus serviços *attendiveis*. No entanto, então, não era ainda possível fixar os ordenados do Encarregado, primeiro Guarda⁶⁸² e porteiro, apenas vindo a ser “*compreendidos no Orçamento para aprovação das Côrtes*”⁶⁸³.

A permanência de Baptista Ribeiro à frente dos destinos do Museu não terá sido pacífica, recaindo suspeitas acerca da sua administração. Deste modo, em Junho de 1835, o Prefeito do Douro, por incumbência do Ministério do Reino, exigia a Baptista Ribeiro uma relação circunstanciada de todas as pinturas que tinha recebido para o Museu e a sua localização⁶⁸⁴, com o intuito de esclarecer o Governo acerca das condições de formação daquele estabelecimento. Neste sentido, a 2 do mesmo mês se enviava ofício do Ministério do Reino à Prefeitura do Douro, que não descartando completamente as funções do artista, esclarecia as competências do Prefeito em relação ao estabelecimento da Biblioteca Pública e Museu da Cidade do Porto⁶⁸⁵. No entanto, as circunstâncias, fazem acreditar que Baptista Ribeiro terá

⁶⁸⁰ *Idem, ibidem*.

⁶⁸¹ ANTT, MR, Mç.2126 Cx2, 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. Documento do Ministério do Reino, 4ª Repartição, assinado por Collaço, datado de 10 de Setembro de 1836, relativo à divisão do extinto Convento de Santo António pela Biblioteca e Museu.

⁶⁸² Francisco Pedro d'Oliveira e Souza.

⁶⁸³ RIBEIRO, *op.cit.*, p.27. Doc.29 (portaria assinada por Agostinho José Freire), referência feita por Ribeiro na p.11 da *Exposição*.

⁶⁸⁴ ANTT, MR, Livro 1767, fl.148vs. Portaria (com data de entrada de 12 de Junho) para que o Prefeito do Douro exigisse de Baptista Ribeiro uma relação das pinturas que tinha recebido no museu, declarando onde se encontravam.

⁶⁸⁵ SANTOS, *Museu Nacional...*, 1995, *op.cit.*, pp.48-49 “... é das atribuições do Prefeito ordenar e dirigir o andamento e conclusão das obras do Museu; e posto que Sua Majestade ainda não haja provido à cerca da futura administração d'esse Estabelecimento, estando por outro lado convencida das mui óbvias razões que ocorrem ao Prefeito para ponderar certos inconvenientes a esse respeito, contudo entende a Mesma Augusta Senhora, sem

sido afastado da condução do estabelecimento por que tanto lutou. De facto, ofício de 15 de Junho de 1835, do Ministério do Reino ao Prefeito, participava que se designava “*só para serviço do Museu um Guarda e o número suficiente de moços para conservação, asseio e guarda dos painéis*”, solicitando que fosse dada informação “*se não seria praticável submeter o Museu ao 1º bibliotecário visto serem os referidos estabelecimentos no mesmo edifício*”⁶⁸⁶. Resposta do pintor à Prefeitura, datada de 25 de Junho, é pouco esclarecedora ou mesmo omissa em relação às proveniências dos objectos e localização, limitando-se a agrupar por géneros, os objectos que constituíam o acervo⁶⁸⁷.

Nesse mesmo ano, a criação da *Associação Portuense dos Artistas de Pintura, Escultura e Architectura*, ou dos *Amigos das Artes* – sob presidência de Baptista Ribeiro – cujas reuniões se realizavam no *Ateneu D. Pedro*, receberiam a protecção de D. Maria II⁶⁸⁸. Os seus estatutos previam a criação de uma casa de estudo do Museu onde, para além dos outros objectos da galeria, fossem constituídas colecções de modelos naturais com o intuito de guiar o artista na elaboração das composições⁶⁸⁹.

A atitude da Rainha, valeria rasgados elogios de Baptista Ribeiro. Segundo ele, a portaria de 2 de Novembro, que aprovava os estatutos da referida associação,

“da digna Filha do Libertador dos Portuguezes, hade fulgurar radioso na Historia das Bellas Artes, por ser a primeira vez que em Portugal se vê tamanho alento dado a estas applicações desvalidas, e até quase aviltadas. Este só facto basta para distinguir o actual Governo Portuguez; mas tambem acerta se achar preparado o espirito público para bem fructificar, de que é indício vehemente a affluencia de Alumnos que frequentão a Aula de Desenho, tendo até sido necessario n’estes dous ultimos annos lectivos suspender a admissão por não haver logares, sendo para notar

deixar de aproveitar o serviço para que for julgado útil o artista João Baptista Ribeiro pode o Prefeito proceder na conformidade do que fica disposto sobre este objecto”; *apud idem, ibidem*. O esclarecimento das competências do Prefeito dava-se numa altura em que já estava aprovado o texto da reforma administrativa (lei de 25 de Abril de 1835) que viria a ser concretizada pelo decreto de 18 de Julho de 1835 – em que deixaria de existir esta autoridade. SERRÃO, MARQUES (dir.), *Nova História de Portugal*, ..., 2002, *op.cit.*, p.220.

⁶⁸⁶ *Apud* SANTOS, *Museu Nacional*..., 1995, *op.cit.*, pp.49.

⁶⁸⁷ *Idem, ibidem*.

⁶⁸⁸ PIMENTEL, António Filipe, *João Baptista Ribeiro e os retratos régios da Sala dos Capelos*, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986, p.35 e RIBEIRO, *op.cit.*, p.23. Doc.24, portaria datada de 2 de Novembro de 1835, assinada por Rodrigo da Fonseca Magalhães, dando conta a aprovação régia dos estatutos da associação, protecção real e licença para que as reuniões se realizassem no edifício do Ateneu D. Pedro.

⁶⁸⁹ VIANA, Teresa Pereira, “João Baptista Ribeiro e os Museus do Porto (1830-1850)”, in *João Baptista Ribeiro, Uma figura do Porto Liberal no Bicentenário do seu nascimento*, Exposição, Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, Universidade do Porto, Fundação Gomes Teixeira, 1990, p.32. 2 de Novembro de 1835 – Portaria 4ª Repartição, com Estatutos da Associação Portuense dos Artistas de Pintura, Escultura e Architectura, denominada Dos Amigos das Artes e licença para esta se reunir no Ateneu D. Pedro. ANTT, MR, Liv.1742.

*que apparecem n'esta frequencia pessoas de toda a idade, e theor de vida, o que mostra claramente movimento nas forças da intelligencia, outra prova é ainda, que não estando o Museo aberto regularmente, e sendo o primeiro Estabelecimento d'este genero, que há em Portugal, e não estar por ora definitivamente organizado, vai sendo de tal modo augmentado com doações e offercimentos, que se póde asseverar que tem as sympathias do Publico, como se vé da relação dos offerentes.”*⁶⁹⁰

Entretanto, a Comissão Administrativa dos Conventos Abandonados, peça importante na administração dos conventos, por se encontrar em desarmonia com a nova legislação e em oposição com a regularidade da administração, era extinta em Agosto desse ano⁶⁹¹.

Apesar de tudo, o Museu parecia não estar esquecido pelo poder real. Só isso explicaria que o Governo, na sequência de representação de Baptista Ribeiro, tenha dado ordem à Prefeitura para comprar dois quadros a óleo “*excellentes para o enriquecer*”⁶⁹².

A abertura do museu tornava-se, por todas as circunstâncias, premente. O objectivo com que tinha sido constituído aquele estabelecimento, as peças reunidas e o trabalho já desenvolvido faziam com que as próprias autoridades locais assim o desejassem. Deste modo – e já depois da reforma administrativa concretizada pelo decreto de 18 de Julho de 1835⁶⁹³ – em Abril de 1836, o Governador Civil do Porto, Manuel de Castro Pereira, com o intuito de que ele fosse “*quanto antes aberto ao Publico nos domingos e dias Santos de guarda*”⁶⁹⁴, pôs à disposição de João Baptista Ribeiro dois empregados subalternos do Governo Civil para coadjuvarem os

⁶⁹⁰ RIBEIRO, *op.cit.*, pp.10-11.

⁶⁹¹ Referência à resolução régia de 8 de Agosto de 1835 em portaria de 5 de Setembro do mesmo ano, do Tesouro Público ao Governador Civil do Porto.

⁶⁹² RIBEIRO, *op.cit.*, p.10. e *idem, ibidem*, pp.22-23. Doc. 23 de 27 de Agosto de 1835, do Secretário Geral da Prefeitura do Douro, Antonio Luiz d'Abreu a João Baptista Ribeiro, a respeito dos quadros comprados – “os quaes se achão em casa do Excellentissimo Visconde de S. Gil, assim o communico a V. S. a fim de mandar tomar conta d'elles, e colloca-los no logar competente; servindo-se dar parte da sua cobrança a esta Prefeitura.(...)”.

⁶⁹³ Esta reforma, da responsabilidade do Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, tinha dividido o país em distritos administrativos – basicamente concebidos em função de interesses económicos e políticos –, subdivididos em concelhos e estes em freguesias. À frente de cada distrito estava um governador civil (que a partir de 1836 seria designado administrador geral, coadjuvado por um Secretário Geral), de cada concelho um administrador de concelho e de cada freguesia um comissário de paróquia. A nomeação dos dois primeiros era realizada pelo governo, embora, no caso do administrador do concelho, esta fosse realizada a partir de uma lista de nomes eleita pelos munícipes. Passaram a existir como órgãos colegiais, a Junta Geral de Distrito, a Câmara Municipal e a Junta de Paróquia. No Continente foram criados 17 distritos, mantendo-se sensivelmente o mesmo número de concelhos (em 1842 atingiria os 381) e freguesias. Os Açores mantinham a divisão em duas unidades administrativa e a Madeira unidade única. Efemeramente foi criado um distrito que correspondia às ilhas de Cabo Verde. No Continente, por decreto de 6 de Novembro de 1836, o número de concelhos seria reduzido de 799 para 351. Esta realidade seria alterada no início da década de 40 de oitocentos. SERRÃO, MARQUES (dir.), *Nova História de Portugal, ...*, 2002, *op.cit.*, pp.220-224.

⁶⁹⁴ ANTT, MR, Mç.2126, Cx2 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 20 de Abril de 1836 (Registo Governo Civil de 5 de Maio), De João Baptista Ribeiro a Manuel de Castro Pereira, Governador Civil do Distrito do Douro.

dois empregados do Museu e pedia a opinião do lente acerca da “*mui desejada abertura do mencionado Estabelecimento*”⁶⁹⁵. Para tal, segundo Ribeiro, era necessário pagar ordenados – trabalhavam havia três anos sem receber, e a situação era urgente –, fazer reparos – que passavam por

“*Reparar os dannos feitos na abobeda da Galeria, e dispor as janellas para haver luz conveniente ao effeito dos quadros; fazer um anteparo em forma de varanda, que resguarde os quadros, para ficarem defendidos dos espectadores, e dar uma organização provisoria as cousas do Musêu, afim de serem devidamente gosadas em quanto as obras não forem concluidas pelos seus arrematantes*”,

escrever um catálogo para se imprimir e vender e, formar um “*Regulamento Policial para intelligencia do Publico e dos Empregados do Musêu*”⁶⁹⁶. Para além disso, muitos dos quadros careciam de restauro⁶⁹⁷. Problemas que logo, o Governador vai expor a Agostinho José Freire, lembrando a finalidade com que D. Pedro o tinha instituído na cidade do Porto – “*ornamento d’ella, recreio e Instrucção de seus heroicos habitantes*” – e as características do então Governo – “*se esmêrão em promovêr tudo o que diz respeito ao progresso das artes e Civilização do Paiz*”⁶⁹⁸.

Por esta altura, Baptista Ribeiro, era também um dos escolhidos – “*pelas suas luzes e zelo do bem publico (...). conhecimentos e patriotismo (...)*”⁶⁹⁹ – para integrar a Comissão que a Academia Real de Ciências queria formar naquela cidade com vista à identificação e defesa de património de edifícios das extintas ordens religiosas. Uma iniciativa que, como veremos, noutro ponto deste capítulo, era de âmbito nacional, e que levou ao estabelecimento de mais algumas comissões e de uma extensa rede de “informadores”.

Mantendo, apesar de todos os problemas que foram surgindo, uma relação estreita com o Museu, é ele que luta, através de sucessivas representações, para a sua definitiva legalização.

A designada revolução setembrista, em 1836, impulsionaria, finalmente (infelizmente, transitoriamente), o Museu, cuja criação enquanto espaço público de arte era absolutamente inédita a nível nacional. Tendo como prioridade política o desenvolvimento cultural, o ensino e a assistência, o novo Ministro do Reino, Passos Manuel, apenas três dias após ser investido,

⁶⁹⁵ *Idem, ibidem.*

⁶⁹⁶ *Idem, ibidem.*

⁶⁹⁷ *Idem, ibidem.*

⁶⁹⁸ ANTT, MR, Mç.2126, Cx2 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 5 de Maio de 1836 De Manuel de Castro Pereira a Agostinho José Freire.

⁶⁹⁹ BACL, Livro 5B – Registo da correspondência com diferentes pessoas e autoridades [21 de Outubro de 1833 a 13 de Fevereiro de 1842], fl.39vs, N°164. Ofício de 7 de Março de 1836.

por decreto de 12 de Setembro de 1836⁷⁰⁰, legalizava aquele espaço e estabelecia o quadro e vencimento do pessoal⁷⁰¹, estipulando que o lente de Desenho da Academia do Comércio e Marinha seria também o Director do Museu⁷⁰².

Deste modo, Baptista Ribeiro via, finalmente, concretizada a sua aspiração vindo a agradecer ao ministro a “*patriótica fineza de principiar o seu Ministerio por hum acto, que iria ter tão grande influencia no progresso das Bellas Artes*”⁷⁰³.

Seriam delegados poderes no Administrador Geral do Porto, para que, em conjunto com o Director, adoptassem todas as medidas necessárias para que aquele estabelecimento rapidamente pudesse ser aberto ao público e aos artistas⁷⁰⁴, algo que só viria a acontecer em 1840.

O país iniciava uma nova etapa que se traduziria também num maior cuidado em preservar o património estatal, pondo-o, nomeadamente, ao serviço dos novos estabelecimentos públicos que o setembrismo vai promover. As profundas reformas no ensino, reflectir-se-iam também, e consequentemente, no interesse em fundar museus públicos sob tutela estatal.

Contudo, os tempos não iriam ser pacíficos...

A revolução setembrista, levaria o corpo docente da Academia Real de Marinha e Comércio, com excepção de Ribeiro – que assinara anos antes um projecto de monumento à Constituição de 1822 e que a jurou solenemente – a pedir a exoneração⁷⁰⁵. Isso justificará a sua nomeação para director da mesma Academia⁷⁰⁶, a que se manterá “fiel”, depois de convertida em Politécnica⁷⁰⁷, mas mantendo a *Aula de Desenho*; por ela abandonou o cargo de director e professor de desenho histórico da nova Academia Portuense de Belas-Artes, para o qual virá a

⁷⁰⁰ Decreto de 12 de Setembro de 1836. *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, Sexta Serie, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1837, p.2 ; disponível em <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/16/88/p13>. A institucionalização tinha sido aprovada em cortes a 26 de Março de 1836.

⁷⁰¹ MOURATO, João Baptista Ribeiro..., 2010, *op.cit.*, p.33.

⁷⁰² Artigo 2º do Decreto de 12 de Setembro de 1836.

⁷⁰³ *Apud* MOURATO, João Baptista Ribeiro..., 2010, *op.cit.*, p.33.

⁷⁰⁴ Artigo 3º do Decreto de 12 de Setembro de 1836.

⁷⁰⁵ PIMENTEL, António Filipe, *João Baptista Ribeiro e os retratos régios da Sala dos Capelos*, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986, p.35.

⁷⁰⁶ Decreto de 22 de Outubro de 1836 (ANTT, MR, Liv.853) e carta régia de 27 de Maio de 1837. PIMENTEL, António, *op.cit.*, p.35 Primeiro, terá sido nomeado director interino, na sequência da exoneração do director da Academia, Agostinho Silveira Pinho, cartista convicto, e da recusa de todos os outros indivíduos propostos para o cargo. MOURATO, João Baptista Ribeiro..., 2010, *op.cit.*, pp.33-34.

⁷⁰⁷ Criada por Passos Manuel com o objectivo de «plantar no Paiz as Sciencias Industriaes», destinava-se a formar engenheiros civis, oficiais de marinha, pilotos, directores de fábricas, agricultores, comerciantes e artistas. Idealmente deveria incluir a existência de um laboratório químico, uma oficina metalúrgica, um gabinete de máquinas, um gabinete de História Natural e um Jardim Botânico; no entanto, tal como outros estabelecimentos, a falta de dinheiro não permitia sequer concluir o edifício, só sendo possível suprir as faltas desses meios de ensino, com o engenho e colaboração dos docentes. MOURATO, João Baptista Ribeiro..., 2010, *op.cit.*, p.36.

ser nomeado a 3 de Dezembro de 1836⁷⁰⁸, onde também encontrará resistências chegando mesmo a ser acusado de “*procedimento retrogado*”⁷⁰⁹.

Em reconhecimento da sua fidelidade, Passos Manuel, para além da direcção das Academias, brindá-lo-ia ainda com um ajudante para a sua oficina litográfica, a expensas do Estado⁷¹⁰.

Os serviços de Baptista Ribeiro durante o cerco do Porto, o “*zê-lo e eficácia*” demonstrado na organização do Museu Portuense, assim como o seu desempenho enquanto Director da Academia Real da Marinha e Comércio, levariam a Rainha, por carta régia de 8 de Maio de 1837, a conceder-lhe o título de Comendador da Ordem de Cristo⁷¹¹, como recompensa pelos contributos prestados⁷¹².

No regulamento do Museu, elaborado por Baptista Ribeiro em Junho de 1833⁷¹³, incluía-se a instalação de uma escola de pintura, desígnio, porém, a que a reforma de Passos Manuel vai ao encontro, com a criação da Academia Portuense de Belas-Artes, por decreto de 22 de Novembro de 1836 – menos de um mês depois da fundação da Academia de Belas-Artes de Lisboa, a 25 de Outubro – oferecendo campo apropriado para a educação artística⁷¹⁴.

Para além da Academia, por decreto de 5 de Janeiro de 1837, criava-se na cidade do Porto – tal como já tinha sucedido em Lisboa – um Conservatório de Artes e Ofícios⁷¹⁵, outro dos instrumentos de instrução, inscrito naquela que era a Reforma Geral da Instrução Pública protagonizada por Almeida Garrett⁷¹⁶. Estes conservatórios visavam, basicamente, o aperfeiçoamento da indústria nacional. Procurava-se então

⁷⁰⁸ PIMENTEL, António, *op.cit.*, p.35.

⁷⁰⁹ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Academia de Belas-Artes do Porto (1836-1843). Abril- Maio de 1837.

⁷¹⁰ ANTT, MR, Mç.2123, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 4ª Rep., Negócios diversos relativos a Academias. Portaria de Passos Manuel, datada de 24 de Novembro de 1836, nomeando Fortunato de Medeiros Bilarbeque para trabalhar na Oficina Litográfica de João Baptista Ribeiro.

⁷¹¹ MOURATO, *João Baptista Ribeiro...*, 2010, *op.cit.*, p.35.

⁷¹² Em 1853 foi convertido em conselheiro da coroa (retribuição das atenções de que rodeara a visita realizada pela Família Real às províncias do Norte) e jubilado, sendo-lhe no entanto, no ano seguinte concedido que continuasse a regência da sua aula. PIMENTEL, António, *op.cit.*, p.36 ANTT, MR, Liv.853. Decreto de 3 de Dezembro de 1836.

⁷¹³ RIBEIRO, *op.cit.*, pp.15-18. Doc. 7.

⁷¹⁴ VITORINO, Pedro, “João Baptista Ribeiro e o Museu Portuense”, in *Musev Revista de Arte, Arqueologia, Tradições* (LACERDA, Aarão de, VALENTE, Vasco, Dir.), Pub. do Círculo Dr. José de Figueiredo, Porto, Vol. IV, 1945, nº8, (pp.43-50), p.50.

⁷¹⁵ ANTT, MR, Liv.853 Registo de decretos (índice). Decretos de 18 de Novembro de 1836 (Lisboa) e de 5 de Janeiro de 1837 (Porto), in *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes...*, Sexta Serie, 1837, pp.140-142 e *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes...*, Setima Serie, 1ª parte, 1837, pp.25-26.

⁷¹⁶ O Plano da Reforma, foi publicado na *Chronica Constitucional de Lisboa*, n.º77, 2 de Abril de 1834, pp.317-318.

*“animar e proteger (...) as Artes e Sciencias na quellas conhecimentos, não só das Bellas Artes como de todas as Artes fabris para a precisa industria do Paiz, em cujas bases deve descansar a verdadeira prosperidade”*⁷¹⁷.

Composto de “*Professores, e de Amadores das Bellas Artes e de Artes Fabris*”, tinham aulas de pintura, escultura e gravura, e também ali eram formados engenheiros.

Apesar das circunstâncias lhe serem “histórica” e, de um modo geral, politicamente favoráveis, Baptista Ribeiro acabaria, no entanto, por se afastar da direcção da Academia Portuense de Belas-Artes, assim como do “seu” Museu Portuense, em consequência de desinteligências com o corpo docente desta Academia⁷¹⁸. Este acusava-o de dificultar a organização daquele estabelecimento e de ter um “*genio dispotico*”⁷¹⁹.

A Lei do Orçamento Geral de 7 de Abril de 1838 determinava que o director da Academia Portuense de Belas-Artes fosse igualmente o director do Museu Portuense; a sua execução obrigava Baptista Ribeiro a entregar os objectos ali existentes a uma Comissão nomeada pela Academia para esse efeito, a qual seria constituída pelo Director da Academia e Professor de Pintura, Joaquim Rodrigues Braga, pelo Professor de Escultura, Constantino José dos Reis (que viria, por motivos de saúde, a ser substituído pelo Professor de Gravura Histórica, Francisco António da Silva Oeirense, e pelo Professor de Architectura Civil, Joaquim da Costa Lima⁷²⁰.

Esta anexação do Museu Portuense à Academia da mesma cidade poderá ter sido motivada pela decisão de Baptista Ribeiro, que preferiu ocupar o lugar de Professor de Desenho e Director da Academia Politécnica em vez do de Director do Museu e Professor de Desenho da Academia Portuense de Belas-Artes, não se justificando, deste modo, até por questões financeiras, que continuasse como Director do Museu⁷²¹.

Sabe-se que, em Maio de 1839, Baptista Ribeiro ainda não tinha entregado os objectos, o que obrigou à intervenção do Administrador Geral do Porto. A 10 de Junho do mesmo ano, a entrega já tinha sido realizada⁷²².

Em 1839, a Academia Portuense de Belas-Artes ficou então com a gestão dos fundos conventuais e outros objectos que formaram o primitivo núcleo dos acervos conventuais e

⁷¹⁷ AHE, AITC, CAO 1 – 1 Livro, fl.2. Acabariam integrados nas Politécnicas em meados da década de 40 de oitocentos.

⁷¹⁸ MOURATO, João Baptista Ribeiro..., 2010, *op.cit.*, p.35.

⁷¹⁹ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Academia Portuense.

⁷²⁰ GARRADAS, Cláudia, *A Colecção de Arte da Faculdade de Belas Artes do Porto: Génese e História de uma Colecção Universitária*, Vol. I, Dissertação de Mestrado em Estudos Artísticos, Especialização em Estudo Museológicos e Curadoriais, Faculdade de Belas Artes Universidade do Porto, Porto, 2008, pp.15-16.

⁷²¹ *Idem, ibidem*, p.16.

⁷²² *Idem, ibidem*.

outros objectos que formaram o primitivo núcleo daquele estabelecimento⁷²³. Nesse ano, a Câmara dos deputados aprovaria a concessão à Câmara Municipal do Porto da cerca do extinto Convento de Santo António e da parte do convento que sobrasse, depois de ali se terem instalado a Biblioteca, o Museu e a Academia, ficando a Câmara obrigada a acabar, no prazo de um ano,⁷²⁴ as obras para a acomodação das referidas instituições. Também seria a Câmara Municipal que, de acordo com o Conselho da Academia de Belas-Artes, iria formar um Regulamento de modo a que o Museu pudesse servir não só para uso do público, mas também para o dos Professores e alunos da Academia, algo que, de certa forma, o regulamento de Baptista Ribeiro já contemplava⁷²⁵.

Como refere Pedro Vitorino, “Abandonado então pelo seu organizador (...) o Museu Portuense iria estacionar, mergulhado em profundo sono que se prolongaria por um século”⁷²⁶.

Abriria, finalmente, ao público a 29 de Junho de 1840 – muito graças ao empenho de D. Maria II na concretização do projecto iniciado pelo seu pai e alimentado por Baptista Ribeiro – acontecimento divulgado no periódico portuense *Atleta*⁷²⁷. No entanto, sem autonomia financeira e administrativa para gestão das colecções, o museu não vai ter os esperados visitantes. De facto, como destaca António Passos Almeida, “o público não concorreu a declarar o seu gosto pelas belas-artes, como supusera J. B. Ribeiro, talvez porque, nas palavras pouco dignificantes de Athanasius Raczyński (1788-1874)⁷²⁸, conde polaco, ministro da Prússia na corte portuguesa, autor de obras basilares da historiografia da arte em Portugal, como *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal e Les Arts en Portugal*⁷²⁹, “*Le musée de l’Académie possède peu de bons tableaux, mais il est bien tenu, et l’effet général en est*

⁷²³ SANTOS, Paula Mesquita, “Colecções Monásticas de Pintura no Museu Soares dos Reis”, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XVI, Nº3 (Março 1997), (pp.86-91), p.86.

⁷²⁴ Prazo que não seria cumprido. Em 1857 é emitida portaria pelo Ministério do Reino, 1ª Direcção, 1ª Repartição (ass. Marquês de Loulé) que referindo que “se acham mui longe do seu complemento as obras que pela mesma Lei [30 de Julho de 1839] ficára obrigada a sobredita Camara a levar a effeito” mandava que “que o Governador Civil do districto do Porto dê as providencias necessarias para que a mencionada Camara Municipal progrida nas obras de que se trata até á sua conclusão, devendo ser apresentado previamente á approvação do Governo o plano d’ellas, nos termos do artigo 3º da sobredita Carta de Lei.” *Diário do Governo* nº166 de 17 de Julho de 1857.

⁷²⁵ Actas nºs 44 e 154 da Câmara dos Srs. Deputados da Nação Portuguesa, disponíveis em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/154/1839-07-19/1606?q=museu&from=1839&to=1839&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd> e <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/044/1839-02-26/414?q=museu&from=1839&to=1839&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>.

⁷²⁶ VITORINO, “João Baptista Ribeiro...”, 1945, *op.cit.*, p.50.

⁷²⁷ ALMEIDA, António Manuel Passos, *Museu Municipal do Porto: Das Origens à sua Extinção (1836-1940)*, Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – Via Mestrado, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Janeiro 2008, Texto policopiado, p.69.

⁷²⁸ A importância deste viajante encontra-se expressa no artigo de Paulo Simões Rodrigues, “O Conde Athanasius Raczyński e a Historiografia da Arte em Portugal”, in *Revista de História da Arte*, n.º 8 (2011), pp. 264-275 <http://hdl.handle.net/10362/16710> (consultado pela última vez em 25-07-2016).

⁷²⁹ *Idem, ibidem*.

satisfaisant”⁷³⁰. Para tal terá contribuído a conjuntura da sua institucionalização e o gosto estético da Academia de Belas-Artes do Porto, que o terá levado a tornar-se numa galeria académica, num espaço de contemplação destinado à escolástica e ensino, não assumindo verdadeiramente uma função pública⁷³¹.

Anos antes, em 1838, tinha já aberto ao público na mesma cidade - também sob influência das ideias liberais relacionadas com a missão pedagógica e civilizacional – o Museu Allen, propriedade do coleccionador inglês João Allen. Ocupando um edifício próprio em terreno contíguo à residência deste, com três grandes salas iluminadas com luz vertical obtida por claraboias, albergava várias colecções (Malacologia, Mineralogia e Geologia, Pintura, curiosidades, etc.) que cobriam totalmente as suas paredes, de acordo com a tradição dos museus e gabinetes de raridades setecentistas⁷³². A sua abertura – ao público em geral só abria ao Domingo, com entrada livre – terá gerado grande impacto no Porto, despertando o interesse da sociedade local e de estrangeiros sendo, no entanto, “visto como um recurso de entretenimento, mais do que de educação e estudo”⁷³³.

Um “Depósito” privilegiado

Pela sua “antiguidade” e localização, o Museu Portuense vai ser a escolha natural para depositar muitas das pinturas provenientes dos conventos do norte do país, nomeadamente do Porto, S. Martinho de Tibães e Santa Cruz de Coimbra. Os difíceis acessos à capital, pautados por parcas e más vias de comunicação, com consequências directas no estado de conservação dos objectos transportados, assim como os elevados custos que tais deslocações acarretavam, eram factores que faziam com que estas pinturas permanecessem na região. Por outro lado, o objectivo de difundir a instrução pelo país, nomeadamente com a abertura de estabelecimentos para que a isso concorressem, justificava que a concentração de pinturas não ocorresse unicamente na capital.

⁷³⁰ ALMEIDA, *Museu Municipal do Porto...*, 2008, *op.cit.*, p.69. Referido em *Les Arts en Portugal, Lettres adressées à la société artistique de Berlin et accompagnées de Documens*, Paris, Jules Renouard et C^{ie}, Libraires-Éditeurs, 1846.

⁷³¹ ALMEIDA, *Museu Municipal do Porto...*, 2008, *op.cit.*, p.69.

⁷³² ALMEIDA, António Manuel Passos, “Contributos ao Estudo da Museologia Portuense no Século XIX. O Museu do Coleccionador João Allen e o Museu Municipal do Porto.” in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Porto 2006-2007, I Série vol. V-VI (pp.31-55), p.41

⁷³³ *Idem, ibidem*, p.42.

Como já vimos anteriormente, aquando do cerco do Porto, o recém-idealizado museu era o receptáculo dos espólios conventuais. Com a extinção das ordens religiosas, em 1834, continuará a sê-lo.

Já em 1836, continua a ser uma opção natural. Deste modo, encontramos o Governador Civil de Viseu, Manuel Metello de Napoles e Lemos, a escrever ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, sugerindo a remessa para a Galeria de Pinturas do Ateneu D. Pedro de “*alguns quadros de Vasco, de Pedro Alexandrino, e outros Artistas, que parecem estar quasi esquecidos debaixo d’aquellas abobedas solitarias* [dos edifícios dos extintos conventos]”⁷³⁴, encontrando-se expostos à deterioração e ao furto, e que pelas circunstâncias, dificilmente seriam bem vendidos.

Acerca do possível envio de pinturas de Viseu para o Porto, a 3 de Fevereiro, era contactado o Encarregado do Depósito das Livrarias, o Doutor António Nunes de Carvalho – figura sobre a qual nos deteremos particularmente no Capítulo IV ao abordarmos aquele Depósito – para “*informar*”⁷³⁵, uma vez que a partir de 24 de Março de 1835, a província da Beira Alta, também tinha passado a estar sob a sua coordenação⁷³⁶. A resposta surge poucos dias depois e a 11 de Fevereiro decidia-se enviar portaria ao Governador Civil de Viseu para que fizesse conduzir ao Porto “*as Pinturas, Obras literaria e monumentos de Paleografia dos Conventos extinctos do seu destricto*”⁷³⁷.

Para além das pinturas recebidas directamente das casas religiosas, também havia aquelas que viriam, indirectamente, via Depósito da Livrarias dos Extintos Conventos. Curiosamente, esta situação ocorre logo após a revolução setembrista; em Outubro, o Ministério do Reino emana portarias a António Nunes de Carvalho, e ao Administrador Geral do Porto no sentido de “*Para que do Deposito de S. Francisco se mande para o Museu do Porto um quadro de cada uma das pinturas que ali houverem duplicadas*”⁷³⁸. Atitude que, aparentemente, desvalorizava as obras a enviar.

No entanto, no Inventário de 1839 do Museu Portuense, são particularmente mencionadas

“*Pinturas d’Artistas Portuguezes pedidas ao Governo por João Baptista Ribeiro, e remetidas do Depozito Geral de S. Francisco de Lisboa, as quais entrarão no Museu*

⁷³⁴ ANTT, MR, Mç.2122 Capilha Academias. 24 de Janeiro de 1836.

⁷³⁵ ANTT, MR, Liv. 1764 – Registo de Correspondência recebida (4ª Repartição) 1836.

⁷³⁶ Vide Cap. IV, p.353.

⁷³⁷ ANTT, MR, Liv.1764 – Registo de Correspondência recebida (4ª Repartição) 1836.

⁷³⁸ *Idem, ibidem*.12 de Outubro de 1836.

Portuense em 14 de Janeiro de 1837, como consta do documento existente no arquivo do próprio Museu”⁷³⁹,

o que sugere a intervenção directa do encarregado na escolha realizada. Segundo Paula Mesquita dos Santos “Os sete painéis em causa foram expressamente pedidos ao Governo por João Baptista Ribeiro e deram entrada no Ateneu Portuense a 14 de Janeiro de 1837, o que constituiu a última opção programática do artista-museólogo.”⁷⁴⁰

A 7 de Dezembro de 1836, Nunes de Carvalho fez chegar ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Barão de Tilheiras, um ofício com a relação das pinturas, enviadas em “*quatro caixões grandes N^{os} 1-4*”, já entregues no Arsenal da Marinha⁷⁴¹. Deveriam ser “*conduzidas á Cidade do Porto nos navios do Governo, e entregues ao Administrador Geral Interino daquela Cidade para o Museo da mesma.(...)*”, recomendando que

“He necessario pois que por essa Repartição se envie ordem ao Arsenal para as remetterem com todo o resguardo; e ao Administrador Geral do Porto essa Relação para por ella as verificar e receber. (...)”⁷⁴²

A designada “*Relação das Pinturas remetidas para o Museo do Porto em 7 de Dezembro de 1836*”⁷⁴³, tem o “subtítulo” “*Primeira Remessa*” - o que faz pressupor que era esperado que novas remessas fossem realizadas com destino ao mesmo estabelecimento – e é composta por sete pinturas:

- “**S. Paulo 1.º Eremita** (...) de Manoel Joaquim da Rocha: estava na portaria do extinto Convento da mesma Invocação, nesta Corte.”
- “**S. Bruno** (...) de Domingos de Sequeira, que pintou no Mosteiro, quando (...); pertendeo abraçar o Instituto Monachal nos Claustros de S. Bruno em ladeiras legoa e meia distante desta Capital.”
- “**Senhora da Conceição** (...) de Sapeiro, discipulo de Bento Coelho, seguindo o estilo, e maneira de seu Mestre, todavia ficou muito abaixo, e inferior ao modelo, que se propôs imitar.”

⁷³⁹ SANTOS, Paula Mesquita dos, “Coleções Monásticas de Pintura no Museu Soares dos Reis”, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XVI, N^{os} 6-7 (Junho/Julho1997) (pp.192-198), p.198 (Nota 1).

⁷⁴⁰ *Idem, ibidem*, p.192.

⁷⁴¹ ANTT, MR, Liv. 1764 Registo de Correspondência recebida (4ª Repartição) 1836. Ofício de 7 de Dezembro (com entrada a 9).

⁷⁴² ANTT, MR, Mç 2126, Ccx2 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 7 de Dezembro de 1836.

⁷⁴³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx 05-02. Realizada a 3 de Dezembro, com as pinturas a serem remetidas a 7 de Dezembro para o Arsenal da Marinha.

- “**N. Senhora**, que está na acção de ler em um livro, tendo n’outro braço o **Menino Jesus** empunhando uma cruz, com todas as effigies, que formão o grupo (...) do habil Artista Pedro Alexandrino: sem ser da minha intenção deslustrar a memoria, e merecimento deste celebre Artista, devo, confessar, que este quadro / se a minha memoria me não engana / o pensamento, foi roubado a Carlos Marata: nunca foi original; muitas vezes me disse que Portugal pouco apreço fazia da Arte, e por isso não merecia invenção, desvelo, e fadiga: este quadro estava na Igreja do Espirito Sancto, que pertencia aos Padres da Congregação de S. Filippe Neri. (...)”
- “**Assumpção da Sancta Virgem**, (...) de Cyrilo Volkman Machado, existia na sobredita Igreja do Espirito Sancto”
- “**S. Jeronimo** (...) da escolla do nosso insigne Grão-Vasco, e bem o mostra por seu estilo, e maneira: existia no extincto Mosteiro da Penha Longa dos Padres Jeronimos situado junto a Cintra.
- “**S. Domingos** (...) de Andre Gonsalves; pertencia ao extincto Convento da Boa-Viagem dos Religiosos da Provincia de Sancta Maria d’Arrabida; legoa e meia distante de Lisboa.”⁷⁴⁴

Todas atribuídas a artistas portugueses de diversos períodos, entre eles encontramos a referência a Pedro Alexandrino, que Almeida Garrett no seu *Ensaio sobre a historia da pintura*, publicado em 1821, tinha classificado como tendo tido “um pincel livre, viveza de côres, e maneiras engraçadas”, ou a André Gonçalves, sobre o qual referia: “correcto no desenho, e bom no colorido; mas seu merecimento principal é o de copista”. Quanto a Grão Vasco,

“Seu stylo do antigo modo Florentino faz julgar aos sabedores, que estudara com Pedro Perugino. Desenho ainda que rude, exacto, attitudes energicas, grande conhecimento de architectura, bellas paízaens são os caracteres deste insigne mestre, que fértil, e assiduo no trabalho enriqueceu todo o reino com os seus primores”⁷⁴⁵.

Iniciaram-se então uma série de diligências envolvendo a Marinha e o referido Administrador, visando o transporte e entrega das ditas pinturas. Transportadas por barco, aparentemente pelo “Vapor 3^o”, são passados recibos à medida que vão transitando de mãos (comandante do barco

⁷⁴⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx 05-02. Relação assinada por António Nunes de Carvalho realizada a 3 de Novembro, referindo que as pinturas foram remetidas ao Arsenal da Marinha a 7 do mesmo mês.

⁷⁴⁵ GARRETT, J. B. da Silva Leitão d’Almeida, *O Retrato de Venus, poema. (Ensaio sobre a historia da pintura.)*, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, Anno I. (1821), p. 147, pp.154-155.

e director do museu).⁷⁴⁶ O processo de transferência das pinturas, iniciado ainda em Dezembro de 1836, com os caixotes entregues no Arsenal, prolongou-se até finais de Abril de 1837 – demora que terá levado a que a 1 de Março perguntassem ao Administrador Geral do Porto se os 4 caixotes já lhe tinham sido entregues ou estavam no Museu – altura em que, finalmente, se oficiava⁷⁴⁷ ao Presidente da Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias (CADLEC), juntando cópia do recibo passado pelo Director do Museu Portuense.

Em Maio de 1837, informações de José Manuel Teixeira de Carvalho, da Administração Geral do Distrito do Porto,^{4ª} Repartição, ao Presidente da CADLEC, fazem um interessante balanço da história e conteúdo daquele museu referindo que:

“(…) Em quanto a pinturas ha uma reunião dellas de diffrentes grandezas e formas, que constituem o Musêo Portuense, cuja primeira fundação foi ordenada em Portaria de 5 de Julho de 1833, derigida á Junta d’Administração da extincta Companhia dos Vinhos do Alto Douro. Á primeira porção pertencente á Academia de Marinha e Commercio do Porto forão reunidas depois outras vindas de differentes Conventos; e quando foi designado o novo local para a Bibliotheca foi marcado um espaço no mesmo Edifício para o Musêo, onde se acha estabelecido. Este Musêo esteve provisoriamente montado, sem regulamento determinado debaixo da guarda do Director interino, que veio a ser nomeado effectivo pelo Decreto de 12 de Setembro do anno passado, o qual marcou os Emprêgos, e designou os vencimentos de cada hum. Destas pinturas, quadros, e estampas não ha Cathalogo nesta Administração, mas vai ser pedido ao Director, para ser remettida uma Cópia a V. S.^a.

Estatuas nenhuma há recolhidas que sejam de materia valiosa: consta-me que algumas de gesso estão na Aula de pintura da Academia de Marinha, hoje denominada Escola Polytechnica: e em quanto a preciosidades das mencionadas especies não há conhecimento fóra das que se achão recolhidas. (…)”⁷⁴⁸

Como se depreende pelo documento acima transcrito, aquilo que existiria no Museu Portuense não era muito claro para instituições como a Comissão Administrativa do DLEC e a Academia de Belas-Artes de Lisboa. Isso ajudará a justificar que, em Agosto de 1838, Francisco António Silva Oeirense, Director Honorário da Academia de Belas- Artes de Lisboa – que se voluntariou

⁷⁴⁶ ANTT, MR, Liv. 1764 Registo de Correspondência recebida (4ª Repartição) 1836-37.

⁷⁴⁷ ANTT, MR, Liv. 1764 Registo de Correspondência recebida (4ª Repartição) 1836-37. 25 de Abril de 1837.

⁷⁴⁸ BNP, Res., Mss.225 nº55, fls.1vs-2. 5 de Maio de 1837. Informações dirigidas ao Presidente da Comissão Administrativa, erradamente, a António Nunes de Carvalho.

para a tarefa de “fazer relacionar os quadros colocados no Museu Portuense”⁷⁴⁹ – fosse autorizado “p.^a prestar á Com.^a informação sobre os quadros do Porto e Coimbra”.⁷⁵⁰ Deste modo, a 24 do mesmo mês, a Comissão dirige-se ao Director da Academia de Belas-Artes referindo que

“(…) Á Commissão (...) foi presente por vóz de um dos seus Membros o offerecimento q V S^a lhe dirigio promptificando se p^r occasião do seu proximo transporte á Cidade do Porto, a fazer relacionar todos os quadros estatuas w^a que tendo pertencido ás supprimidas Corporações Religiosas existião hoje colocadas no Musêo de Pintura da dita Cidade. A Com^m não só acceita com grande gratidão e reconhecim^{to} este seu generoso offerecim^{to}, mas igualmente lhe tributa o merecido louvor na parte que lhe cabe por esta prova mais do seu bem conhecido patriotismo, e interesse pela causa Publica. A Commissão outro sim authorisa a V S^a a fazer sobre o Cofre da mesma as despesas, que julgar indispensaveis para a confecção daquella Relação, e nesta data passa a officiar as Authorid^{es} respect^{as} afim de lhe prestarem toda a cadjuvação necessaria (...)”⁷⁵¹.

Na mesma data, ofícios ao Administrador Geral do Porto e ao Director do Museu Portuense, solicitavam *cooperação e auxilio*, e justificavam esta missão de Oeirense, nomeadamente através do objectivo “de que a Com.^m possa deste modo obter um dos indispensaveis elementos para a execução do Art^o 3^o da Portaria do Ministerio do Reino de 30 de Dezembro de 1836”⁷⁵², no qual, entre outras coisas, se mandava, após se ter verificado que muitos quadros ainda não tinham sido recolhidos, que a CADLEC remetesse às respectivas Academias (Lisboa e Porto), relação dos quadros existentes nos Distritos Administrativos correspondentes⁷⁵³, possivelmente, com o objectivo de que alguns fossem seleccionados e recolhidos para as referidas instituições.

⁷⁴⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/cx02-01. Sessão da CADLEC em 2(?) de Agosto de 1838.

⁷⁵⁰ *Idem, ibidem*, Sessão da CADLEC de 11 de Agosto de 1838.

⁷⁵¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de Officios expedidos, pp.138-139. 24 de Agosto de 1838. Da CADLEC ao Director da Academia de Belas-Artes.

⁷⁵² *Idem, ibidem*, pp.139-140. 24 de Agosto de 1838. Officios de idêntico teor dirigidos pela CADLEC ao Administrador Geral do Porto e ao Director do Museu Portuense.

⁷⁵³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. Portaria datada de 30 de Dezembro de 1836, assinada por Manuel Passos. Para a Academia de Belas-Artes de Lisboa deveria ser remetida relação dos quadros que estivessem nos Distritos Administrativos de Lisboa: Santarém, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Beja, Évora e Faro. No caso da Academia Portuense de Belas-Artes caber-lhe-ia receber a relação de quadros existentes nos Distritos do Porto: Aveiro, Braga, Viana, Vila Real, Bragança, Guarda, Viseu e Coimbra.

2. A preocupação com as “preciosidades” dos conventos femininos

Envolvidos por diferente legislação, os conventos femininos, acabaram, representando uma realidade paralela ao que se passava nas casas masculinas, por serem também eles demonstrativos das dificuldades e carências que se faziam sentir na protecção do património nacional.

Se no caso dos conventos masculinos, tanto quanto possível, foram tomadas medidas para que os seus bens fossem inventariados e nacionalizados, no caso dos conventos femininos, que o decreto de maio de 1834 não abrangia, a situação depressa se tornou pantanosa.

Em 1833, uma disposição de 9 de Agosto proibia as admissões à profissão de freira e previa a supressão das casas com menos de doze religiosas. Menos de um ano depois, a “revolução” de 1834, piorava a sua situação. Embora as disposições do decreto de 28 de Maio, por razões de índole moral, política e humanitária, não se aplicassem aos conventos de ordens regulares femininas, as freiras, apesar de poderem continuar a habitar os seus conventos e a usufruir os respectivos bens, acabariam, na maioria dos casos, esquecidas e verdadeiramente votadas ao abandono.⁷⁵⁴ Com elas, também os seus conventos e respectivo património. A falta de verbas, as necessidades por que passavam, levavam-nas a negligenciar ou mesmo a vender bens artísticos. A falta de inventariação e recolha desses mesmos bens facilitava o seu extravio.

Foi no segundo semestre de 1835 que o problema parece ganhar maior visibilidade. Por Portaria de 6 de Agosto de 1835, ordenava-se às diversas Dioceses e ao Cardeal Patriarca que fizessem

*“proceder, de baixo de sua[s] immediata[s] inspecção a um rigoroso inventario de todas as preciosidades que existirem nos Conventos de Religiosas da sua Diocese enviando-o, com a brevidade possivel, a esta Secretaria d’Estado, e declarando ás respectivas Preladas que ficam responsaveis pela conservação de todos os objectos mencionados no dito inventario, segundo o valor que a cada um delles fôr assinado.(...)”*⁷⁵⁵.

⁷⁵⁴ RODRIGUES, Rute Andreia Massano, *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição de Sacavém – entre a secularização e as propostas de reutilização cultural*, Tese de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, p.98.

⁷⁵⁵ ANTT, MR, Mç.2110 (Respostas a circulares relativas a governos civis e administrações gerais). Portaria assinada por João de Sousa Pinto de Magalhães, enviada ao Reverendo Bispo de Aveiro e a outros Vigários Capitulares. Os Negócios Eclesiásticos enviam também portaria, na mesma data, ao Cardeal Patriarca. AHPL, Avisos Régios 1835.

Os inventários, depois de realizados, ficariam nas mãos da Comissão “*incumbida de propôr o plano da reforma das Freiras*”, presidida pelo Arcebispo de Lacedemonia⁷⁵⁶.

Mas a situação e as preocupações parecem agravar-se. Isso justificará que a partir de Outubro do mesmo ano, medidas mais concretas fossem tomadas com vista à protecção mais efectiva (quanto possível) do património conventual feminino.

Será Joaquim Larcher, Governador Civil de Lisboa, em 22 de Outubro, a escrever ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, alertando para o grave problema que existia:

*“Existem nos Conventos de Freiras algumas preciosidades notaveis, principalmente pinturas que ellas, pela pobreza a que se achão redusidas, serão forçadas a vender pelo ridiculo preço que lhes offerecerem os especuladores, que as procurão, para as enviar a Reinos Estrangeiros. O Governo de Sua Magestade faria um serviço á Nação e ás Artes se as Mandasse Arrecadar, porem a Humanidade reclama um socorro para aquellas infelises Mulheres, e duro seria que, sem as arrancar á fome, fossem privadas d’um recurso de que podem lançar mão em extrema necessidade. Levo pois o referido á consideração de V. Ex.^a, para que, servindo-se faze-lo presente a S. M. Fidelissima, Haja A Mesma Augusta Senhora de ordenar as providencias que forem proficuas, a fim d’evitar qualquer extravio que dos ditos objectos possa haver.”*⁷⁵⁷

Esta chamada de atenção expunha as causas e as consequências: as contingências económicas que as freiras enfrentavam e, como elas levavam a que algumas preciosidades fossem vendidas a desbarato, acabando no estrangeiro.

Estes problemas seriam evidenciados de forma clara, anos mais tarde, relativamente ao Convento de Jesus em Setúbal, quando o Administrador do Concelho, Manuel Francisco de Paula Barreto, dirigindo-se ao Administrador Geral do distrito, chega a elogiar as atitudes das freiras daquele convento. Aludindo a pinturas de Grão Vasco, colocadas na igreja, referia que achavam-se no melhor estado possível “*esmerando-se as Religiosas na sua boa conservação*”, apesar das religiosas já não receberem as suas prestações havia dois anos e estarem privadas de todos os meios de subsistência...

⁷⁵⁶ Mesma Portaria de 6 de Agosto de 1835, ANTT, MR, Mç.2110). Em “adenda” é referido: “Teem satisfeito todos os vigarios Capitulares, excepto o de Lamego, que foi nomeado há pouco tempo. Expediu-se officio ao Cardeal Patriarcha, para que elle active as diligencias. Não vieram ainda (por que não cabe talvez no tempo as respostas dos capitulares da Madeira e Açores. Todos estes inventarios existem na Comissão, a que preside o Arcebispo de Lacedemonia, a qual foi incumbida de propôr o plano da reforma das Freiras.”

⁷⁵⁷ ANTT, MR, Mç.2110 (Resposta a circulares relativas a governos civis e administrações gerais). 22 de Outubro de 1835. Do Governador Civil Joaquim Larcher, Distrito Administrativo de Lisboa, 1ª Direcção, 1ª Secção, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

E destaca

*“(...) teem tido a constancia, e heroica firmeza de fazer cara a todos os ataques da necessidade, sem se desfazerem de um só quadro, ou outro qualquer utensílio pertencente ao convento, para com o producto delle mitigarem a sua miseria, sendo, por assim dizer, um prodigio o ellas poderem conservar o culto religioso no Templo, com a decencia com que é feito.(...)”*⁷⁵⁸.

A conjuntura, provocava uma sangria no património artístico que importava rapidamente estancar.

Logicamente, também o responsável pelo DLEC, Nunes de Carvalho, personalidade habituada a lidar com os espólios conventuais, é chamado a participar na solução. Deste modo, a 24 de Novembro de 1835 era-lhe enviada portaria para que, conjuntamente com o Governador Civil de Lisboa, se entendessem com o Arcebispo de Lacedemonia para examinarem os inventários⁷⁵⁹.

Dias antes, a 21 de Novembro, e talvez já com o objectivo desta reunião, “*Sua Magestade a Rainha*” solicitava pela Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos, que o Patriarca enviasse “*com toda a urgencia*” para aquele Ministério “*o inventario de todas as preciosidades que existirem nos Conventos de Religiosas do Patriarchado*”, algo que só teria lugar a 3 de Dezembro.⁷⁶⁰ No entanto, as circunstâncias colocam em dúvida se a portaria de dia 24 terá sido efectivamente cumprida. Manuscrito, rascunho de carta particular do director do DLEC, Nunes de Carvalho – eventualmente endereçada ao Bispo Conde Frei Francisco, então já ex-Ministro do Reino – em vésperas da nomeação da Comissão Administrativa, ou seja, do seu afastamento da direcção do DLEC, tem como mote exactamente a convocação feita pela referida portaria e põe, cruamente a nu, intrincadas e pretensas conspirações políticas, envolvendo Rodrigo da Fonseca Magalhães, Silva Carvalho, Joaquim Larcher e Tomás de Aquino e que poderão explicar, por si só, o rápido afastamento de Nunes de Carvalho.

Segundo ele, toda a preocupação com os bens artísticos dos conventos femininos, trazia consigo segundas intenções, numa complexa teia de interesses:

“(...) logo. q. Rodrigo da Fonseca Mag.^{es} entrou no Ministerio do Reino veio por vezes a este Deposito de comp.^a com o Ministro da Fazenda Silva Carv^o, o G.^{or} Civil Larcher,

⁷⁵⁸ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. ABAL 1840-43. 27 de Outubro de 1840.

⁷⁵⁹ ANTT, MR, Liv.1767, fl.254vs, N°2980. 24 de Novembro de 1835.

⁷⁶⁰ “o qual inventario foi pedido a V.Em.^a em officio, de 6 de Agosto proximo preterito (...)”. ANTT, MNEJ, NE, Liv. 81, fl.54. 21 de Novembro de 1835, ass. por Manoel Antonio Vellez Caldeira Castel-Branco.

e o Lente Thomaz de Aquino e pelas averiguações que fizerão, informações, que pedirão, e conversações que em segredo tiverão entre si, eq. eu ouvi, vim no conhecim^{to} deq. estes homens pertendião apoderar-se das riquezas que observavão, para as reduzirem a dinheiro, e venderem aos Estrangeiros, huma parte, e guardarem a outra para si, deixando, unicamente(?) p.^a ?? os objectos de ? ? pouco ou nenhum valor. Todas as medidas, q. se seguirão depois relativas a este deposito, e emanadas daquelles dous Ministerios forão dirigidas estas tris(for?)temente a este fim, e foi perciza toda a minha activid^e e constancia p.^a conseguir frustalas. Para este fim se ideo(?) o estabelecim^{to} da Secretaria do Governo Civil na parte do edificio, emq. fôra o Hospicio da Terra Santa; por ser o lugar mais proprio para dalli se invadir o Deposito, cuja invasão se pali? com o plausivel motivo de q. bastava q. o G.^{or} Civil tivesse a direcção visto morar no mesmo edificio. A verificação d'este estratagema falhou pela resolução inesperada que eu tomei de hir rogar a S. Mag.^e ? que viesse vêr o Deposito, e o tomasse de baixo da sua Immedita Protecção; ao q. S. Mag.^e anuiu benignamente, e com isto, desconcertou os planos daquelles individuos, q. desde então mudarão de tactica, e procurarão todos os modos de paralisarem os trabalhos, e de me desgostarem, esperando q. assim me obrigarião a abandonar-lhes a proza. Felizmente elles cahirão com applausos de todos os verdadeiros Portuguezes, e o Deposito escapoulhes desta vez.

Esta facção porem não limitava a sua cobiça aos objectos já reunidos no Deposito; **Mas pertendia apoderar-se tambem, e ainda mais a seu salvo das muitas preciosid.^{es} do mesmo genero, q. ouvião existirem assim nos extinctos Conventos dos Frades, como nos das Freiras; mas como não tinham delles conhecim^{to} individual precizo, p.^a as poderem indicar ás Authorid.^{es} suas subalternas afim de as haverem por via dellas directamente; e virão-se na necessid.^e de me pedirem informações a este respeito, debaixo do especiozo pretexto de as porem em segurança: eu porem recusei dar estas informações allegando que receava q. ellas fossem ao conhecimento de pessoas, q. se servissem dellas p.^a extraviar, e roubar esses mesmos objectos, que se querião guardados. Por esse mesmo tempo mandou-se por huma Circular, sahida do Ministerio da Fazenda, ou da Justiça, e certamente com o mesmo fim, aos Vigarios Capitulares dos Bispados, q. fossem inventariar todos os objectos preciosos, q. houvesse nos Conv.^{tos} de Freiras existentes nas suas Dioceses. Esta medida que de maneira estrondosa e indiscreta, e com que tem sido executada**

alvorçou, e poz em consternação as freiras, e desgostou a todas as pessoas serias, que não deixarão de suspeitar o seu verdadeiro motivo. Estes Inventarios fizerão-se em Lisboa, como nas outras partes, e de hum tenho eu copia, q. pude obter particularmente, por cauza das pinturas preciosas e unicas q. ?ra, e daqual enviei copia a V. Ex.^a A vista do que acabo de expôr a V. Ex.^a; e de muito mais q. ommitto, acho notavel, que seja este hum dos obj³ectos pri²meiros sobre q. o G.^{or} Civil chame a attenção de V. Ex.^a O G.^{or} Civil, q. em tudo o q. deixo referido teve huma principal parte, q. está intimam^{te} ligado em opinioes e interesses com os dous homens influentes da Administração passada: que ainda ha pouco se démittio do lugar q. indevidam.^{te} ocupa, porq. elles se demittirão, e q. ainda hoje se conserva nelle descaradam^{te} com desgosto, e admiração de toda a gente sisuda(?); porque elles assim lho ordenarão, como a muitos outros empregados subalternos. Esta proposta do G.^{or} Civil a V.Ex.^a nas actuaes circumstancias não pode ter senão hum de tres fins, ou o de distrahir a attenção de V. Ex.^a destes objectos, ou de alcançar o conhecim.^{to} preciso das mencionadas preciosid.^{es} p.^a se poder aproveitar delle p.^a seu interesse particular; ou finalm^{te} p.^a fazer recahir sobre V. Ex.^a; e sobre a actual Administração o odioso das medidas indiscretamente tomadas a este respeito, e das q. se tomaram de futuro por meio de empregados creaturas e amigos da Administração passada. Esta he a minha opinião, oxalá que eu me engane. A estes ponderosos motivos acrescem outros. q. agora direi, com attenção aos quaes somente pesso a V.Ex.^a q. me dispense da semelhante diligencia conjunctamente com taes individuos. São estes o character conluido daquelles dous individuos; a reputação bem ou mal merecida q. tem no Publico, sobre objectos da ? Nacional, e de que eu não quero participar: e o modo perfido e atraídoado com q. tem usado comigo em negocios pertanuentes(?) Deposito, como he sabido de todos os Empregados delles. De maneira que seria cauza de grande discredito p.^a mim tomar parte em qualquer commissão de interesse Publico com elles, e sobretudo nesta. Assim, se V.Ex.^a quer q. se examinem os inventarios dos conv.^{tos} das freiras de Lx.^a, q. estão em poder do Arc.^o Eleito de Lacedemonia, mande-lhe q. mos envie hum a hum, e eu os examinarei miudam^{te}, e farei verificar com toda a circunspeção por pessoas mais serias e capazes q. estão debaixo da minha direcção, e q. são summm^{te} zelosas pela conservação de semelhantes objectos; e depois eu terei a honra de informar a V. Ex.^a do q. achar, e de lhe propôr as medidas, q. nos parecerem mais proprias p.^a acautellar o extravio de tantas preciosidades, sem q. isto

chegue ao conhecim.¹⁰ de quem possa abuzar dellas. Eis aqui o q. me parece o urgente levar ao conhecim.¹⁰ de V. Ex.^a e para q. á vista do exposto determine o que julgar mais acertado. (...)”⁷⁶¹.

Segundo Nunes de Carvalho, este era um alerta necessário sobre muitos interesses pessoais e pecuniários que, pelos vistos, presidiam às acções que pretendiam ser tomadas, com enormes prejuízos para o património artístico nacional.

Mas não eram só os conventos da área do Governo Civil ou do Patriarcado de Lisboa a serem abrangidos pelas preocupações e pelas medidas no sentido de inventariar para proteger, mas antes, todo o país. A portaria/circular de 6 de Agosto de 1835 – que ordenava que fossem inventariadas todas as preciosidades existentes nos conventos femininos⁷⁶² – enviada sob a alçada dos Negócios Eclesiásticos para as dioceses, parecia não estar a corresponder às necessidades. Neste sentido, a 25 de Novembro, uma circular, assinada pelo Visconde de Sá da Bandeira, Ministro Interino do Reino, pela 4ª Repartição do Ministério do Reino, era enviada aos Governadores Cíveis:

“Constando a Sua Magestade A Rainha, que em muitos Conventos de Freiras, existem notaveis preciozidades, principalmente em pinturas, que as Religiozas sob diversos pretextos estão dispostas a vender, até por insignificantes preços, e para Paizes Estrangeiros; e Querendo A Mesma Augusta Senhora, em beneficio das Artes, e da Fazenda Publica, que sejam cuidadosamente conservados aquelles objectos: Hé Servida Ordenar, que o Governador Civil de _____ faça descrever todos aquelles que não se acharem devidamente inventariados, provendo em todo o cazo na sua guarda, e fazendo responsaveis as mesmas Freiras por qualquer descaminho. (...)”⁷⁶³.

Logo os Governadores Cíveis começaram a acusar recepção desta circular⁷⁶⁴. No entanto, alguns problemas se colocavam, nomeadamente, a clausura que dificultaria a entrada nos conventos por parte dos inventariantes. Assim, a 1 de Dezembro, o Governador Civil do Porto perguntava

⁷⁶¹ BNP, Res., Cod. 6963. Novembro/Dezembro. Para facilitar a leitura o texto foi, tanto quanto possível, limpo de rasuras. Destaques nossos.

⁷⁶² ANTT, MR, Mç.2110.

⁷⁶³ ANTT, MR, Livro 1208 Registo de circulares expedidas 1835-1840, fls.22vs-23. 25 de Novembro de 1835.

⁷⁶⁴ Os Governadores Cíveis de Beja e Coimbra acusaram a recepção da circular logo a 30 de Novembro (ANTT, MR, Mç.2086 e Mç.2092 – Correspondência recebida, Governadores Cíveis e Administradores Gerais). Outros fá-lo-iam ao longo dos meses seguintes, alguns dando efectivo cumprimento à circular. Ex: Portalegre 1/12/1835, Faro 4/12/1835, Évora, 12/1835, Vila Real 19/01/1836, Leiria 20/01/1836, Aveiro 16/02/1836 (ANTT, MR, Mç.2101, Mç.2095, Mç.2110). No início de Setembro as respostas deixaram de ser dirigidas ao Visconde de Sá da Bandeira mas antes a Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

se o inventário das preciosidades dos conventos de religiosas devia ser feito pelos Empregados da Administração e lembrava que era necessário pedir licença ao ordinário para violar a clausura⁷⁶⁵. A resposta foi que o inventário podia ser feito “*por pessoas particulares, sendo gratuito, quando não, pelos empregados*” e que quanto à clausura o Governador podia pedir a licença necessária⁷⁶⁶.

“Resolvidos” estes pormenores, as diligências começavam a mostrar resultados. Deste modo, ainda em Janeiro, o Governo Civil de Vila Real enviava o inventário do Convento de Santa Clara⁷⁶⁷ e o Governo Civil de Leiria dava conta da existência naquele Distrito Administrativo de dois Conventos de Freiras e de dois recolhimentos situados na cidade e no Concelho do Louriçal, tendo-se procedido ao inventário “*daquelles objectos com a divida intimação ás Governates dos indicados estabelecimentos sobre a responsabilidade por qualquer descaminho: ficando os competentes autos existindo do archivo deste Governo Civil (...)*”⁷⁶⁸. Terá sido neste contexto que o Governador Civil de Viseu escreveu a Mouzinho de Albuquerque, aludindo às visitas que vinha fazendo a edifícios dos extintos conventos (presume-se que masculinos), lembrando os problemas de conservação e perigos que os objectos preciosos enfrentavam, a “*falta de gosto que he tão grande*”⁷⁶⁹, e sugeria a remessa desses objectos para a Galeria de Pinturas do Ateneu D. Pedro⁷⁷⁰.

Por norma, os inventários eram realizados pelos Administradores dos Concelhos, de acordo com o que viam e com as “*declarações feitas, pelas Governantes, ou Abadessas dos Conventos*”⁷⁷¹. A omissão de bens, naturalmente, não pode ser descartada. Nas comunicações enviadas pelos Governadores Civis ao Ministério do Reino, seguiam os *termos de declaração* de diversos conventos, alguns contendo os designados “*inventário de quadros*” ou “*inventário de preciosidades*”⁷⁷².

Mas, no geral, a questão dos bens pertencentes aos conventos continuará problemática ao longo dos anos, e a afectar as próprias religiosas que fragilizadas, se encontravam à mercê dos

⁷⁶⁵ ANTT, MR, Liv. 1767, fl.265, Ofício nº362. 1 de Dezembro de 1835.

⁷⁶⁶ ANTT, MR, Liv. 1767, fl.265. 11 de Dezembro de 1835.

⁷⁶⁷ ANTT, MR, Mç.2110. 19 de Janeiro de 1836. Comunicação do Governo Civil de Vila Real. Contém inventário do Convento de Santa Clara Resposta a circulares relativas a governos civis e administrações gerais.

⁷⁶⁸ ANTT, MR, Mç.2110. 20 de Janeiro de 1836. O Governo Civil de Aveiro enviaria comunicação datada de 16 de Fevereiro, onde é possível encontrar os autos de inventário de três conventos, entre os quais do Convento de Jesus e do Convento das Carmelitas. *Idem, ibidem*.

⁷⁶⁹ Traduzida, segundo o Governador, Manoel Metello de Napolés e Lemos, no facto de “*nos Inventarios apenas se diz =dez quadros = vinte quadros =, como se tratasse de quaesquer effeitos de uso manual e domestico.*” ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Academias. 24 de Janeiro de 1836.

⁷⁷⁰ *Idem, ibidem*.

⁷⁷¹ ANTT, MR, Mç.2110. 28 de Março de 1836.

⁷⁷² Juntamente com ofício de 28 de Março de 1836. ANTT, MR, Mç.2110.

administradores dos bens. Assim, não é de estranhar, que em finais de 1838 tenha havido a necessidade de fazer sair uma portaria⁷⁷³ acerca da administração dos bens dos mosteiros e conventos de religiosas, na qual se alude a “*repetidas queixas acerca da má administração*” daquelas casas e aos

“modos e contractos ilicitos, pelos quaes os Administradores desses bens os alienam por vendas, trocas, e abatimentos de foros, resultando dahi não só a ruina do patrimonio das mesmas Casas Regulares, mas tambem a penuria e miséria a que ficam reduzidas as pessoas, que por isso que emittiram seus votos, tem direito á sua sustentação”;

males de que, segundo a mesma portaria, só tiravam proveito os Procuradores e Agentes das referidas Casas... Ordenava-se então que se procedesse imediatamente

*“ao processo e tomadas de contas, e verificação dos bens e rendimentos de qualquer natureza, destituindo logo os Administradores corrompidos e prevaricadores; substituindo-os por outros de sua confiança, que prestarão devidamente fiança, e remetendo os Autos dos culpados ao Ministerio Publico para alli se proceder contra elles na fôrma das Leis.”*⁷⁷⁴

Logo em Abril de 1839, os Negócios Eclesiásticos pediam esclarecimentos acerca do estado em que se achavam os conventos de religiosas, o número de religiosas que ainda continham, rendimento e forma de administração⁷⁷⁵. No entanto, a falta de conhecimento daquilo que se passava nestes conventos, indispensável, nomeadamente, para a sua eventual supressão, levará a que em 1844 – já com a Carta Constitucional restaurada e sob o período do Cabralismo – fossem expedidas Circulares/portarias aos Bispos e Arcebispos solicitando que se comunicassem os falecimentos que fossem ocorrendo⁷⁷⁶.

Estas medidas procuravam defender as habitantes dos conventos mas, simultaneamente e sobretudo, o património e os interesses do Estado...

Terão sido várias as casas religiosas femininas que com o passar dos anos venderam quadros, mobiliário e outros objectos; entre 1843 e 1845 as monjas de Semide, por exemplo, viram-se

⁷⁷³ Portaria de 9 de Novembro de 1838. Expedida ao Bispo Eleito do Porto, aos Governadores Vigários Capitulares das Dioceses do Reino e Ilhas, e ao Cardeal Patriarca. Disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/19/25/p463>.

⁷⁷⁴ *Idem*.

⁷⁷⁵ ANTT, MNEJ, NE, Livro 101, fls.10vs-11. Ofício de 25 de Abril de 1839.

⁷⁷⁶ *Idem, ibidem*. 12 de Abril de 1844.

na contingência de vender lâmpadas de prata e outras preciosidades, como meio de fazer face às dificuldades financeiras enfrentadas⁷⁷⁷.

A respeito dos conventos femininos eborenses, Túlio Espanca refere que em 1845, o doutor J. Heliodoro da Cunha Rivara, director da Biblioteca Pública de Évora, foi encarregado pelo Cabido Metropolitano de Évora⁷⁷⁸ para, juntamente com João Rafael de Lemos, Administrador do Concelho e Reitor do Liceu Nacional daquela localidade, procederem à inventariação, classificação e avaliação das pinturas existentes naqueles cenóbios. Segundo este autor, enquanto medida de grande utilidade artística e cultural, os elementos recolhidos, “em forma de incipiente *catálogo*, revelaram, como os métodos de trabalho dos bibliotecários de Évora contrastavam, pela segurança de informação crítica e histórica, conhecimento temático da Ageografia Sagrada e luzes estilísticas, com os processos sumários e simplistas de António Nunes de Carvalho.”⁷⁷⁹ De facto, não só nesta mas também em outras situações, as capacidades dos inventariantes, a prática obtida com os conventos masculinos, e as lacunas que entretanto se tinham verificado no processo de inventariação destes, deverão ter contribuído para uma tentativa de aprimoramento dos processos. No relatório então produzido encontram-se referências a pinturas existentes nos conventos de Santa Clara, Santa Catarina, do Paraíso, do Salvador, de Santa Mónica, Convento Novo (ou de São José), do Calvário e São Bento de Cástris⁷⁸⁰.

A Concordata de 1848 vinha dar novo alento (não justificável, como veremos) às casas femininas, prevendo o acordo entre Portugal e a Santa Sé acerca do número de conventos femininos que poderiam existir, não devendo ser impedida a profissão de novas religiosas⁷⁸¹.

Em Abril de 1849 os problemas, apesar das medidas tomadas anteriormente (e de todas as reviravoltas políticas que tinham ocorrido nos últimos anos), aparentemente, mantinham-se. Dizia então na Câmara dos Deputados o deputado Pereira dos Reis

⁷⁷⁷ CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República – Fundamentos e antecedentes, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p.576. Como refere este autor, Lino d’Assumpção, que chegou a ser delegado da Biblioteca Nacional na recolha de livrarias e arquivos conventuais, escreveu um conjunto de obras que expõem fenómenos sociais e económicos ligados à extinção das ordens religiosas: *Frades e Freiras* (1893), *As últimas freiras* (1894), *As Freiras do Lorvão* (1899), *As Monjas de Semide* (1900), *Histórias de Frades* (1900), *Seca e Meca* (1902). *Idem, ibidem*, p.569.

⁷⁷⁸ Cujo Vigário Geral era o Deão José Joaquim de Moura.

⁷⁷⁹ ESPANCA, Túlio, “As antigas Colecções de Pintura da Livraria de D. Frei Manuel do Cenáculo e dos Extintos Conventos de Évora”, *Cadernos de História e Arte Eborense*, VII, Évora, Edições Nazareth, 1949, p.12

⁷⁸⁰ ADE, ui.0001, Cx. 27. 1845, Relação dos painéis existentes nos conventos da cidade de Évora, realizado por João Rafael de Lemos e Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara.

⁷⁸¹ SERRÃO, MARQUES (dir.), *Nova História de Portugal*,..., 2002, *op.cit.*, p.328.

“(...) eu não considero ninguém mais indigente no mundo do que algumas freiras, que conheço (apoiados). (...) o Governo não arrolou, não fez um tombo, como devia, de todos esses bens dos conventos, e daqui vem que as pessoas principaes, não as freiras, mas os seus procuradores, os seus confessores, etc. tem alheado muitos objectos, que já hoje não são propriedade das freiras: ainda há pouco, de um convento da capital foi vendido um quadro original de Gram Vasco por um pataco... (Signaes de admiração)”.

Tal facto era o corolário demonstrativo do estado a que este património tinha chegado em virtude da negligência governamental e fazia adivinhar o que teria sucedido com outras peças. E continuava:

“No Alemtejo ha preciosidades : não se tem feito dellas o devido apreço, e é facil que esses objectos passem ao desbarato (apoiados) : mas pergunto, de quem é a culpa? Não posso deixar de culpar o Governo nesta parte pela sua demasiada brandura. O Governo está habilitado para fazer as incorporações; tem a lei que lhe concede essa faculdade; e até pela lei canónica nenhum convento deve ter menos de 12 freiras; mas eu conheço um convento em Lisboa, que tem apenas duas, com 2 contos de reis de rendimento, e as freiras são obrigadas a trabalhar diariamente para subsistir; estão constantemente a fazer doce, e é de que vivem; e quem fica com esses 2 contos, são o seu confessor, o seu capellão, etc. que lhe dizem que foi o Governo quem lhes roubou tudo. (...)”⁷⁸².

Tudo parecia continuar igual ao tempo das primeiras medidas tomadas, e assim iria continuar, mesmo após o falecimento de D. Maria II, em 1853, e a entrada no período da Regeneração. De facto, apenas em 1857⁷⁸³, já sob o reinado de D. Pedro V, decidiram realizar a inventariação dos conventos femininos – totalizavam então 112, encontrando-se a grande maioria em situação de irregularidade face ao último diploma⁷⁸⁴. Aquele jovem monarca era o mesmo que três anos antes, ao ver a Biblioteca do Museu Britânico, se tinha interrogado: *“Quantas riquezas não se desperdiçaram, em 1833, pela desordem com que tudo se fez. Aboliram-se as ordens*

⁷⁸² 29 de Maio de 1849. Debate – Câmara dos Srs. Deputados, Leg.7, Sessão leg.2, Nº115. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/115/1849-05-29/461?q=devido%2Bapre%25C3%25A7o&from=1849&to=1849&pPeriodo=mc&pPublicacao=cd>.

⁷⁸³ 20 de Junho de 1857. Lei, pelo Ministério da Justiça, que autorizava as despesas de inventariação dos bens dos conventos de freiras, mitras e cabidos catedrais. *Diário do Governo* nº149.

⁷⁸⁴ RODRIGUES, *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires...*, 2010, *op.cit.*, pp.98-99.

*monásticas, até aí vamos bem; mas porque não tirou a nação o proveito que dali se teria podido tirar?”*⁷⁸⁵

O Governo reconhecia agora a urgente necessidade de saber qual o estado daqueles conventos e da importância de seus bens, direitos e rendimentos, reconhecendo que os Inventários e outros esclarecimentos existentes na Repartição dos Negócios Eclesiásticos, para além de antigos eram incompletos e insuficientes, para a realização de um trabalho estatístico que permitisse avaliar a sua situação e propor e adoptar medidas quanto ao futuro daquelas casas⁷⁸⁶. Contudo, não se nota grande preocupação especificamente em relação aos bens artísticos.

Solicitou-se então que os Bispos e Arcebispos mandassem proceder a novo inventário e descrição dos bens das casas religiosas das suas dioceses⁷⁸⁷, devendo ordenar às preladas que franqueassem documentação e prestassem esclarecimentos às pessoas ou autoridades eclesiásticas que fossem encarregues desta tarefa⁷⁸⁸. Decreto do Cardeal Patriarca, datado de 4 de Junho, encarregava o Vigário Geral do Patriarcado desta diligência, autorizando-o a expedir circulares às preladas para cumprimento do aviso régio, declarando ter sido dada licença para entrarem na clausura as pessoas necessárias⁷⁸⁹. No entanto, a realização dos inventários, apesar das licenças, continuará a não ser tarefa fácil visto que nem sempre era do efectivo interesse das comunidades religiosas que os inventários fossem avante... Veja-se o caso dos conventos de Santarém e de Lisboa. Neste último caso, em Fevereiro de 1859 referia-se a respeito que “*são taes os embaraços que os Capellães dos mesmos Conventos e as proprias Religiosas promovem que se torna impossivel a conclusão dos inventarios*”⁷⁹⁰. Tal levou mesmo El Rei a mandar comunicar a situação confidencialmente ao Cardeal Patriarca, solicitando que este procedendo a averiguações, expedisse ordens com vista a cessar quaisquer obstáculos de modo a que se pudesse obter com a maior brevidade a conclusão dos ditos inventários⁷⁹¹. Em finais de 1859, o Cardeal Patriarca, Manuel (D. Manuel Bento Rodrigues da Silva), emitiu autorizações para que o architecto da Casa Real Possidónio da Silva, entrasse na clausura de

⁷⁸⁵ Apud MÓNICA, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, p.62.

⁷⁸⁶ ANTT, MNEJ, Livro 114 (Negócios Eclesiásticos, Autoridades do Reino 1856-57), fls. 246-248. 20 de Julho de 1857. Circular/Portaria.

⁷⁸⁷ *Idem, ibidem*. Circular/Portaria. Com declaração dos encargos em que os bens pudessem estar onerados, dívidas activas e passivas, nº de conventuais, nº de empregados, e estado material das casas.

⁷⁸⁸ *Idem, ibidem*. No entanto, sabemos que aviso régio ordenando que o Cardeal Patriarca desse as ordens convenientes às preladas tem a data de 12 de Maio do mesmo ano. AHPL, Avisos Régios (1856-58-59).

⁷⁸⁹ AHPL, Avisos Régios (1856-58-59).

⁷⁹⁰ AHPL, Avisos Régios (1856-58-59). 19 de Fevereiro de 1859.

⁷⁹¹ *Idem, ibidem*.

conventos como Odivelas, Sacavém e Agualva, a fim de examinar todos os “*objectos notaveis, que porventura haja nos mesmos Conventos*”⁷⁹².

No ano anterior, 1858, chegou a ser apresentada uma proposta na Câmara dos Deputados com o objectivo de se proceder “à suspensão e união de todos os conventos de religiosas que não estivessem em condições de continuar a subsistir” e de possibilitar, nos conventos de freiras que se dedicassem à educação de meninas, a admissão ao noviciado e profissão religiosa, algo que não acabaria por ter desfecho legislativo⁷⁹³.

No entanto, a 30 de Maio de 1860 o debate foi retomado com a apresentação de novo documento governamental, onde os bens imóveis dos conventos de religiosas eram avaliados em 5348 contos de réis, e era proposta a desamortização destes e de outros bens com estatuto jurídico idêntico⁷⁹⁴.

Em Janeiro de 1860, por exemplo, pelo menos no caso do Patriarcado de Lisboa, aparentemente os inventários dos conventos femininos ainda não estavam concluídos. Dificuldades inesperadas deveriam ter, segundo o MNEJ, obstado à plena execução dos trabalhos. O contacto com o Cardeal, no sentido de remover essas dificuldades, e avisar que se tinham feito as comunicações necessárias ao Ministério da Fazenda do qual dependia o Delegado do Tesouro no distrito respectivo, é disso reflexo. O apontamento da resposta do cardeal, a 13 de Fevereiro, traduz o sentimento geral da comunidade eclesiástica:

*“(...) respondi, limitando-me a dizer, q. esperava poder em breve enviar alguns Inventarios, q. ainda restão, ficando assim concluido este import.e objecto sem me serem precisas providencias especiaes p.a sua mais breve, e prompta execução.”*⁷⁹⁵

Da discussão parlamentar viria a resultar a lei de 4 de Abril de 1861 que implementou novas regras: a desamortização dos bens prediais das corporações religiosas e das igrejas, com excepção das casas e cercas destinadas a habitação e recreio; o preço das arrematações destes bens remidos ou vendidos em praça seria pago em títulos da dívida pública fundada, averbados a favor dos estabelecimentos a que pertencessem; as ordens não eram extintas e os conventos

⁷⁹² ANTT, Fundo J. Possidónio da Silva, Cx.5 Correspondência...1866 a 1883. 10 de Novembro de 1859 (autorização relativa aos conventos de Odivelas, Sacavém e Agualva) e outras datas, com autorizações do mesmo tipo.

⁷⁹³ RODRIGUES, *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires...*, 2010, *op.cit.*, p.99.

⁷⁹⁴ *Idem, ibidem.*

⁷⁹⁵ AHPL, Avisos Régios 1860-1862-1863. 18 de Janeiro de 1860. MNEJ, Dir. dos Negócios Eclesiásticos, 2ª Repartição, ao Cardeal Patriarca – acerca de se apressarem os inventários dos conventos femininos. Nota manuscrita, neste documento, pelo Cardeal, com data de 13 de Fevereiro de 1860.

eram conservados, apesar de reformados e reduzidos, podendo as religiosas continuar a habitar neles até ao falecimento da última freira⁷⁹⁶.

Mais de um ano depois, já sob o reinado de D. Luís, era produzida legislação que regulava a incorporação dos bens das casas religiosas extintas na Fazenda Nacional. Através do *Decreto e Instruções* de 31 de Maio de 1862, o Estado passaria a dispor de regras mais definidas e precisas do que anteriormente. Segundo refere Jorge Custódio “acautelavam-se esses bens numa perspectiva da fazenda pública, assumindo o Ministério da Fazenda e os “próprios nacionais” um papel de defesa dos interesses públicos. Por outro lado, o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, atendia à defesa de um princípio da carta constitucional e à gestão institucional religiosa, baseada na manutenção do catolicismo como religião oficial do país, procurando acautelar os interesses religiosos”⁷⁹⁷.

Pelo artigo 10º das *Instruções* era estipulado:

“os delegados do tesouro, logo que tenham recebido as convenientes ordens e comunicações sobre a supressão de algum convento, e de acordo com a competente autoridade eclesiástica, nomearão o empregado ou empregados que forem necessários para procederem nas respectivas diligências, recebendo e pondo em segura guarda tudo o que pertencer aos conventos suprimidos, excepto alfaia, vasos sagrados, e mais objectos pertencentes ao culto, que deverá ser tudo entregue por depósito e inventariado à autoridade religiosa competente, e devendo o mesmo inventário incluir-se no termo de depósito e entrega, remetendo-se cópia à secretaria de estado dos negócios eclesiásticos e de justiça para que, havendo ali exacto conhecimento dos objectos depositados, possa por ela dispor convenientemente dos mesmos objectos”⁷⁹⁸.

Visava-se evitar o sucedido com os conventos masculinos após a sua extinção. Desta vez, de forma mais reiterada, e reconhecendo a ausência de meios culturais por parte dos funcionários administrativos – neste caso da Fazenda Pública – seriam convidados delegados quer da Academia Real de Belas-Artes, quer da Biblioteca Nacional, para fazerem a separação dos bens que tivessem valor artístico, literário e documental⁷⁹⁹.

Tudo continuaria, todavia, na mesma nas próximas décadas, com o património conventual, apesar de aparentemente mais controlado, a sofrer dos mesmos males.

⁷⁹⁶ RODRIGUES, *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires...*, 2010, *op.cit.*, p.99.

⁷⁹⁷ CUSTÓDIO, *op.cit.*, p.568.

⁷⁹⁸ *Apud idem, ibidem.*

⁷⁹⁹ *Idem, ibidem*, p.576.

3. As Academias – o seu papel no conhecimento, defesa e divulgação do património

No período que tratamos, a Academia das Ciências de Lisboa (fundada em 1779, por D. Maria I, em pleno Iluminismo) e as Academias de Belas-Artes (criadas por D. Maria II, em 1836), em particular a de Lisboa, vão desempenhar funções essenciais a nível cultural, encontrando-se no centro das políticas patrimoniais.

Pelas suas características pedagógicas e científicas, reunindo um elevado e tentacular número de figuras de prestígio que enriqueciam os seus quadros, e onde reconhecemos alguns dos principais políticos, intelectuais e artistas do século XIX, os sucessivos governos iriam depositar nestas academias importantes missões que passariam pelo inventário, classificação, avaliação, catalogação e restauro de edifícios e de obras de arte.

Com teórica (e teoricamente, prática) capacidade de responder às solicitações que lhe eram exigidas, resultantes de uma mudança conjuntural causada pelas políticas liberais, que teve um severo impacto no património pelo vasto número e qualidade dos “objectos” nacionalizados, nem sempre os resultados obtidos serão suficientes ou efectivos. Alguma descoordenação, falta de meios humanos e de vontade política – aliada a legislação deficiente ou inexistente – e, na maioria das vezes, a falta de meios financeiros, em muito condicionaram, como veremos, o resultado dos trabalhos que lhes foram confiados, que não deixaram de ser essenciais e meritórios, tendo em consideração o tempo e as circunstâncias.

Utilizadas por programas de governo que se inspiravam, essencialmente, nos modelos franceses de formação artística e de gestão patrimonial, as Academias seriam também elas, na sua organização e actuação, influenciadas pelo modo de funcionamento estrangeiro, visto como mais “evoluído”.

A análise integrada da documentação, alguma certamente inédita, vem revelar a forma como procuraram actuar, com vista à obtenção de resultados práticos, que protegessem património histórico e artístico que, segundo os critérios e sensibilidade da época, fosse considerado relevante.

3.1. Academia das Ciências de Lisboa. A Comissão criada em 1836 e os seus pareceres⁸⁰⁰ O Depósito do Beato António.

Anterior às Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, a Academia Real das Ciências de Lisboa desempenhou um relevante papel na salvaguarda do património nacional. A sua componente histórica, científica e literária, assente num prestigioso conjunto de sócios ligados aos mais variados ramos do saber, tornavam-na numa instituição de reconhecido valor, apta a corresponder às mais altas expectativas do Governo. Era a escolha natural para levar a efeito uma importante tarefa, com clara inspiração francesa, espelhada, nomeadamente, na portaria de 19 de Fevereiro de 1836⁸⁰¹. Com ela, Luís Mouzinho de Albuquerque⁸⁰² [Fig.15], também ele sócio da Academia, então Ministro do Reino, convidava aquela instituição a levar a cabo uma pioneira tarefa de inventariação, semelhante à realizada em França pela Comissão dos Monumentos, criada em 1790 por Mirabeau e Talleyrand⁸⁰³. De facto, ele era detentor de uma especial sensibilidade patrimonial, e naturalmente conhecia as medidas que vinham a ser tomadas em França, país onde esteve exilado e estudou, tendo através do seu tio e sogro, Mascarenhas Netto, tido contacto próximo, nomeadamente, com o Abade Grégoire e as suas ideias⁸⁰⁴.



Fig.15 F.A. Serrano; *L. da S. Mousinho de Albuquerque*; gravura, 1866 17,7x16cm. BNP: E. 2049 V.

Vemos assim, ainda antes do início do Setembrismo, governo conhecido pelas suas acções de âmbito cultural, uma preocupação explícita em defender o património histórico e artístico.

⁸⁰⁰ Alguma da documentação apresentada, e consultada por nós directamente na Biblioteca da Academia das Ciências, é mencionada por Alice Nogueira Alves no seu artigo “Inventariar para Salvar Mousinho de Albuquerque e a Comissão Incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos (1836)”, in *Artis* Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, Nº6 (2007), pp.249-267. Existe mais documentação, que mencionamos ao longo deste ponto, que julgamos ser inédita.

⁸⁰¹ MAIA, Maria Helena, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, IHA – Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Colecção Teses, Edições Colibri, 2007. pp.51-54.

⁸⁰² BACL, Processo individual. Eleito a 27 de Abril de 1823 sócio correspondente; a 7 de Abril de 1824 nomeado Sócio Livre e a 27 de Novembro de 1827 Substituto de efectivo na Classe de Ciências Naturais. Em 20 de Novembro de 1840 seria nomeado para Director da Classe de Ciências Naturais (por eleição dos sócios efectivos).

⁸⁰³ CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2006 p.88.

⁸⁰⁴ Pinheiro, Magda, *Mousinho de Albuquerque, um Intelectual na Revolução*, Lisboa, Quetzal. Ed. Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, 1992, p.36.

Pretendia-se agora

*“formar uma relação de todos os edificios pertencentes as extinctas Ordens Regulares, e hoje encorporados nos bens da Nação, que se fazem notáveis pela epocha da sua fundação, factos historicos com quem tem íntima relação, monumentos fúnebres, ou relíquias de homens celebres que encerram, ou finalmente pela sua architectura, e por qualquer destes motivos se tornam dignos de ser conservados, e entretidos pôr conta do Governo, como monumentos publicos; enviando sucessivamente as relações motivadas, e illustradas, que assim for formando, e que serão, quanto possivel, organisadas por Provincias, a fim de que se possa sobre estar a tempo na venda, alienação, ou desorganisação destes objectos de interesse Nacional (...)”*⁸⁰⁵.

Como mencionam Ana Cristina Martins⁸⁰⁶ e Alice Alves⁸⁰⁷, esta portaria revela uma clara influência de Jean-Pierre Bachasson, 1º Conde de Montalivet, Ministro francês do Interior, que em 1810 convidara os prefeitos a realizar o inventário dos monumentos, nomeadamente, conventos e abadias, que tinham escapado ao vandalismo revolucionário. Este inventário, inspirado no inquérito que Alexandre Laborde tinha executado ainda no Império⁸⁰⁸, levará à publicação, em 1816, do primeiro inventário dos monumentos franceses.

Ao mesmo tempo, esta portaria vinha também na senda das políticas de património de outro Ministro do Interior, François Guizot (1787-1874)⁸⁰⁹, membro do Governo francês a partir de 1830, que desempenhou uma reconhecida acção a favor da conservação e do conhecimento do passado do seu país. Foi ele que obteria, em Outubro de 1830, a criação do posto de “*Inspecteur général des Monuments historiques*”, como já referimos no Capítulo I⁸¹⁰, primeiro confiado a Louis Vitet e, em 1834, a Prosper Mérimée, cuja enorme missão consistiria em “*parcourir successivement tous les départements de la France, s’assurer sur les lieux de l’importance historique ou du mérite d’art des monuments et recueillir tous les renseignements qui s’y rapportent*”⁸¹¹.

⁸⁰⁵ Portaria/Circular de 19 de Fevereiro de 1836, emitida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino; de Luís Mouzinho de Albuquerque a Francisco Manoel Trigo de Aragão Morato. Disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/imgs/print.aspx?=1.17.18&p=522-522>.

⁸⁰⁶ MARTINS, Ana Cristina, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na Senda da Salvaguarda Patrimonial. Cem Anos de Transformação (1863-1963)*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 2005, p.65.

⁸⁰⁷ ALVES, “Inventariar para Salvar...”, 2007, *op.cit.*, pp.250-251.

⁸⁰⁸ *Idem, ibidem*.

⁸⁰⁹ Entre Outubro de 1832 e Abril de 1837 ocupará o cargo de Ministro da Instrução Pública, lugar onde pode ampliar as suas políticas. <http://www.guizot.com/fr/la-politique/la-politique-du-patrimoine/> (consultado pela última vez em 12-12-2014).

⁸¹⁰ Capítulo I, p.50.

⁸¹¹ <http://www.guizot.com/fr/la-politique/la-politique-du-patrimoine/> (consultado pela última vez em 12-12-2014)

Quanto a Portugal e a esta medida, ao mesmo tempo que se tentava conhecer o que realmente existia espalhado pelo país, reconhecia-se, desta forma, a necessidade de conservar e manter nas mãos do Estado património importante, fosse pelo seu valor artístico, pela sua antiguidade ou valor nacional. O património móvel, onde se incluíam, muitos dos *monumentos*, vinha assim a ganhar, a par com o imóvel, crescente importância, através de uma valorização histórica e artística.

Na sequência das *Instruções*⁸¹² para cumprimento do decreto de 30 de Maio de 1834 – que detalhavam o modo como os bens deviam ser incorporados – e da Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, que estabelecia os critérios de venda dos bens nacionais e exceptuava de alienação “*As obras e Edifícios de notável antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte, ou como Monumentos históricos de grandes feitos, ou de Epocas Nacionais*”⁸¹³ – evidenciando, desta forma, os valores patrimoniais – esta nova portaria vinha complementar e ajudar a concretizar efectivamente o que então tinha sido estabelecido.

Para desempenhar este “*importante e trabalhoso objecto*” a Academia decidiu nomear uma Comissão⁸¹⁴ composta pelos seus sócios Francisco Manuel Trigozo d’Aragão Morato (1777-1838)⁸¹⁵, Bispo Conde Resignatário de Coimbra (Frei Francisco de S. Luiz 1766-1845)⁸¹⁶, Visconde de Vilarinho de S. Romão (1785-1863)⁸¹⁷, Manoel José Maria da Costa e Sá (1791-

⁸¹² Datadas de 4 e de 20 de Junho de 1834 *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das câmaras legislativas*. 3.ª série. Lisboa: Imprensa Nacional, 1835, pp.192-193 e pp.216-218.

⁸¹³ SILVA, António Martins da, “A venda dos bens nacionais: a carta de lei de 15 de Abril de 1835 (I)” in *Revista Portuguesa de História*, tomo XIX, 1981, pp.111-115.

⁸¹⁴ BACL, Livro 28 B – Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes.... Nomeação mencionada na Assembleia de efectivos de 24 de Fevereiro e, de forma mais clara, em ofício da Academia à Rainha, datado de 27 de Fevereiro de 1836.

⁸¹⁵ Francisco d’Aragão Morato foi um liberal conservador. Ao longo da sua vida ocupou diversos cargos: Professor, Deputado, Ministro do Reino (1826), Conselheiro de Estado e Par do Reino (1834). Dedicou-se às Ciências Jurídicas e à História. Era Sócio Efectivo da Academia das Ciências desde 1814, ocupando o cargo de Vice-Presidente entre 1834 e 1840. ALVES, “Inventariar para Salvar...”, 2007, *op.cit.*, p.252.

⁸¹⁶ Também conhecido como Bispo Conde Francisco ou Bispo Conde Frei Francisco. Membro de várias instituições literárias, em 1822 foi nomeado Bispo de Coimbra, cargo que acumulou com os de Reitor da Universidade e de Deputado. Após várias complicações, acabaria exilado no Mosteiro da Batalha. Foi Presidente da Câmara dos Deputados entre 1826 e 1828, quando se afasta da vida pública e política; reapareceria com o Regime Liberal, em 1834. Ministro do Reino entre 24 de Setembro desse ano e 16 de Fevereiro de 1835, em 1840 foi eleito Patriarca de Lisboa. Membro da Academia das Ciências desde 1796, vice-presidente no período 1840-1849. ALVES, “Inventariar para Salvar...”, 2007, *op.cit.*, p.252.

⁸¹⁷ Antonio Lobo Barbosa Teixeira Ferreira Girão. Deputado e Par do Reino. Veio a ser Vice-Inspector do Conservatório das Artes e Ofícios e Administrador da Casa da Moeda. Os trabalhos por si publicados, versavam maioritariamente as áreas da Economia e Agricultura. Em 1821 entrou para a Academia das Ciências. *Idem, ibidem*.

1843)⁸¹⁸, António Lopes da Costa e Almeida (1767-1839)⁸¹⁹ e Joaquim da Costa Macedo⁸²⁰ (1777-1867). No entanto, a Academia logo achou por bem esclarecer D. Maria II que, para os trabalhos desta Comissão não se tornarem inúteis, era necessário que fossem tomadas algumas providências preliminares, que expunha em três pontos:

“1.º Que se obste á demolição que se estiver fazendo nas Igrejas em todo o Reino, até que a Academia informe se devem ou não conservar-se.

2.º Que este suste a venda de quaesquer Igrejas, em quanto não houver a dita informação.

3.º Que das Igrejas, ou já demolidas ou secularizadas se fação extrahir todas as Lapides, monumentos sepulcraes, e outros quaesquer monumentos, que nellas se encontrarem, pondo-se á disposição da Academia, a quem se remetterão copias das Inscriptões. se as houver, ou a noticia dellas (quando porqualquer motivo não poderem tirar-se copias), e dos outros monumentos que ali existirem, para a Academia propor o modo de se guardarem; praticando-se o mesmo a respeito das Igrejas já vendidas, havendo préviamente, quanto a estas, a devida attenção com os compradores.(...)”⁸²¹

Acontecia uma verdadeira “sangria” que, a não ser sustida o mais rapidamente possível, poria em causa eventuais trabalhos que a Comissão quisesse levar a cabo. Os edifícios, o património histórico e artístico que encerravam, encontravam-se em risco severo de serem perdidos para sempre. As vendas, as demolições tinham, até à data, feito as suas vítimas, e a Academia estava ciente de tal situação. Só medidas legislativas podiam travar ou, pelo menos, ajudar a retardar eventuais decisões com consequências definitivas. A dimensão da tarefa, aliada ao deficiente sistema de comunicações, tornavam-na imensa e difícil, o que a juntar ao facto de ser uma luta contra o tempo, vendas, demolições e furtos, agravavam a situação e obrigavam a que medidas fossem tomadas de modo a torná-la exequível.

⁸¹⁸ Escritor, bibliófilo e numismata. Por motivos políticos, em 1833 foi afastado dos Cargos de Oficial Maior da Secretaria da Marinha e Ultramar e de deputado da Junta do Comércio. Decreto em 1838 tornou-o Cronista das Províncias Ultramarinas do Reino, vindo a responder a outras encomendas governamentais. Em 1815 entrou para a Academia das Ciências. Em 1821 entrou para a Academia das Ciências. *Idem, ibidem.*

⁸¹⁹ Médico e escritor. Académico desde 1828, tornou-se sócio efectivo em 1834. Em 1821 entrou para a Academia das Ciências. *Idem, ibidem.*

⁸²⁰ Escritor. Fidalgo da Casa Real. Entra na Academia das Ciências em 1799, vindo a desempenhar, entre outros cargos, as funções de Secretário Perpétuo até 1856. Foi Guarda-Mor da Torre do Tombo. *Idem, ibidem.*

⁸²¹ BACL, Livro 1B Correspondência com o Governo [12 de Agosto de 1833 a 26 de Agosto de 1847], fls.45vs-46 N°78. 27 de Fevereiro de 1836.

As medidas que aquele estabelecimento tinha sugerido à Rainha foram em grande parte ouvidas. Portaria datada de 7 de Março de 1836, assinada por Mouzinho de Albuquerque, comunicava

*“que não podendo obstar-se á demolição das Igrejas que se achão vendidas, sem offender o direito de propriedade adquirido pelos compradores, ou sem previamente os indemnizar; pelo Ministerio da Fazenda se expedirão as convenientes ordens para nas futuras vendas se adoptar a primeira medida proposta pela Academia; bem como pelo mesmo Ministerio se passarão identicas ordens, para se não proceder á venda de quaesquer Igrejas, sem que a Academia informe se devem ou não ser conservadas; e impor nas vendas futuras aos compradores a condição de transportarem á sua custa todas as lápides, monumentos sepulcraes, e outros quaesquer monumentos, que se encontrarem nas Igrejas vendidas, ao local que a Academia tiver destinado para se guardarem, devendo quanto antes designar por este Ministerio, qual elle he, a fim de se fazer conhecer ao Ministerio da Fazenda. (...)”*⁸²².

O escrutínio da Academia – a somar à recolha e entrega por parte dos compradores dos bens descritos no documento – vem reforçar a relevância do papel daquele estabelecimento, o seu poder de decisão, na conservação (ou não) do património durante este período.

Tornava-se assim da máxima urgência que a Comissão nomeasse um local onde fossem “depositados e guardados” os monumentos encontrados nos ditos edifícios⁸²³. Só isso, teoricamente, permitiria o correcto e efectivo andamento dos trabalhos por ela realizados.

Nascia, depois do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos em S. Francisco da Cidade, a necessidade de criar um outro depósito onde fossem reunidos diferentes itens, para além das livrarias, dos quadros, e outras preciosidades que este já vinha a inventariar e recolher.

A portaria de 19 de Fevereiro de 1836, apesar de não especificar a criação de um depósito, deixava-o implícito, reunindo as condições para que fosse criado. Também esse aspecto é revelador das semelhanças com o modelo francês – em que existiam «depósitos» onde os bens eram reunidos e protegidos – nomeadamente, com o já mencionado⁸²⁴, depósito criado em 1790 no convento dos Petits-Augustins, iniciativa do pintor Gabriel-François Doyen, que viria a estar na origem do designado “Museu dos monumentos franceses”, inaugurado por Alexandre Lenoir

⁸²² BACL, Livro 4B – Portarias, Avizos e Decretos (4 de Agosto de 1833 a 4 de Agosto de 1863). Portaria de 7 de Março de 1836 Ministério do Reino.

⁸²³ BACL, Livro 39B – Sessões Literárias (9 de Novembro de 1834 a 11 de Dezembro de 1844), fl.60. Sessão Literária de 9 de Março de 1836.

⁸²⁴ Capítulo I, p.47.

nos últimos anos do séc. XVIII⁸²⁵. Ali ficaria patente ao público aquilo que Choay designa como “uma formidável acumulação de fragmentos de arquitectura e de escultura, «arrancados às mãos da destruição»”⁸²⁶, aptos a servir na instrução da França.

Quatro décadas depois, em Portugal, a ideia de estabelecer um depósito com estas características, revelaria interesses similares. Como iremos poder observar, o objectivo do Museu de Monumentos encontrava-se estabelecido. Preservar e instruir, eram uma vez mais as intenções.

A escolha de um local que se adaptasse às especificidades dos bens a guardar era um imperativo. A reutilização de um antigo edifício conventual era, por todas as circunstâncias, certa. O tamanho do espaço, juntamente com os acessos, eram factores a ponderar. Por esses motivos, em Março de 1836, Costa Macedo, Secretário Perpétuo da Academia das Ciências, comunica à Rainha que

*“o melhor local para se guardarem os monumentos sepulcraes e outros quaesquer que possão vir dos extinctos Conventos, he a Igreja do Beato Antonio, que ate pela sua proximidade do Tejo facilita os transportes.”*⁸²⁷

A ideia do convento do Beato António, em Xabregas, deverá ter surgido fruto de um oportuno conjunto de circunstâncias, despoletadas pelo Doutor António Nunes de Carvalho, encarregado do DLEC. Foi ele que, em inícios de 1836, oficiou ao Ministério da Fazenda, “*acerca da conveniencia de exceptuar de venda do Edificio do Convento do Beato Antonio em Xabregas, não só a Igreja, mas tambem outros objectos de valôr que muito convem aproveitar*”, questão que viria a ser remetida, a 9 de Fevereiro, ao Conselheiro Fiscal das Obras Públicas⁸²⁸. O edifício parecia reunir em si um conjunto de bens que o responsável pelo Depósito das Livrarias achava que deviam ser aproveitados nomeadamente, “*no Depozito de S. Francisco, e das Obras Publicas, comvantagem da Fazenda Nacional.*”⁸²⁹, opinião que daria origem a uma informação de técnicos da Casa do Risco – que analisaremos no capítulo seguinte a propósito dos

⁸²⁵ SOARES, Clara Moura, “A extinção das ordens Religiosas em Portugal na implementação do Liberalismo: efeitos sobre o património artístico dos conventos”, Livro de Actas do Congresso *De Viollet-le-Duc à Carta de Venezia Teoria e prática do Restauo no espaço ibero-americano*, Lisboa, LNEC, 2014, (pp.9-16) p. 12. Aberto ao público a 8 de Abril de 1796. CHOAY, *A Alegoria...*, 2006, *op.cit.*, p.89.

⁸²⁶ CHOAY, *A Alegoria...*, 2006, *op.cit.*, p.89.

⁸²⁷ BACL, Livro 1B – Correspondência..., nº79, fl.46vs. 14 de Março de 1836.

⁸²⁸ ANTT, IOP, Liv.50, fl.124.

⁸²⁹ ANTT, IOP, Liv.325, fls.10vs-11. 29 de Fevereiro de 1836. Informação da Casa do Risco às Obras Públicas. “Relatório” assinado pelos architectos Martinho Joze Diogo Passos Peixoto, João Pires da Fonte, pelo ajudante de architecto Sergio Soares Araújo, pelo mestre carpinteiro António Ignacio Branco, pelo canteiro Henrique Joze Branco e por Joze Pedro Figueiredo, mestre pedreiro.

reaproveitamentos e do Depósito das Obras Públicas⁸³⁰ – em que se constata que quase tudo poderia ser reutilizado, apesar de não deixar de mencionar a despesa que o transporte de tais materiais implicaria⁸³¹.

Ao levar esta informação a Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, José Braamcamp d'Almeida Castelo Branco, Fiscal das Obras Públicas, reconhecendo que existiam muitos objectos que podiam ser aproveitados e, por isso, digna de ser tomada em consideração a ideia de Nunes de Carvalho, ponderava contudo “*que a demolição e transportes feitos por esta Repartição será tudo muito morozo, em atenção aos poucos meios e muitos trabalhos*”⁸³².

No entanto, no mesmo dia, 7 de Março de 1836, em que Mouzinho de Albuquerque assinava portaria na qual referia a necessidade da Academia das Ciências designar quanto antes o local destinado a guardar os objectos removidos das antigas casas religiosas, assinava uma outra na qual passava a mensagem de se proceder ao transporte para o depósito do Arsenal das Obras Públicas dos objectos de valor (com aplicação nas obras a cargo daquela repartição) que existissem na 5ª e 6ª divisões⁸³³ do edifício do convento do Beato, devendo aplicar-se neste transporte toda a diligência possível, de modo a ser possível, a rápida venda do terreno e materiais que restassem⁸³⁴.

De facto, apenas uma parte do complexo seria alienada em 1843⁸³⁵. O espaço, a juntar ao interesse daquilo que continha e para aquilo que o encarregado do DLEC alertou, decerto terão contribuído para esta decisão. Ainda em Março, após a sua indicação como local ideal, eram iniciados arranjos na igreja do convento para depósito de monumentos, que se prolongarão, pelo menos, até Maio do mesmo ano⁸³⁶.

⁸³⁰ Vide Cap. IV, p.472.

⁸³¹ ANTT, IOP, Liv.325, fls.10vs-11. 29 de Fevereiro de 1836.

⁸³² ANTT, IOP, Liv.45, fl.23vs. 3 de Março de 1836 “Informação sobre a Representação do D.^{or} Ant.^o Nunes de Carvalho a respeito da Igreja e outros objectos de valor pertencentes ao Edif.^o do ext.^o Conv.^{to} do Beato Antonio” De Joze Francisco Braamcamp d'Almeida Castel Branco a Luis da Silva Mouzinho d'Albuquerque.

⁸³³ A 13 de Maio do mesmo ano ofício de Joze Castel Branco a Agostinho José Freire ajuda a esclarecer o que se passava com estas “divisões”. Participando que então já se achava “dezembaraçada a 5ª Divisão do Edif.^o do extinto Convento do Beato António”, podendo-se em consequência efectuar a sua venda; quanto à 6ª divisão referia-se então que “O trabalho do aproveitam.^{to} dos objectos existentes (...) [nesta], não progredio por que a Igreja q. faz parte desta divizão foi escolhida pela Academia Real das Sciencias de Lisboa para depozito dos monumentos dispersos e primores d'arte; e para este fim ali se fazem pelas Obras Publicas alguns arranjos (...)” ANTT, IOP, Liv.45, fls.32-32vs.

⁸³⁴ ANTT, IOP, Liv.50, fl.26vs. 7 de Março de 1836.

⁸³⁵ Adquirido pelo industrial João de Brito, sendo ali instalada uma fábrica de vapor de moagem de pão e bolachas, assim como uma oficina de carpintaria. Convento de São João Evangelista / Convento do Beato António / Fábrica da Antiga Companhia Industrial de Portugal e Colónias http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5194 (consultado em 14-08-2016).

⁸³⁶ Março de 1836. Assim como outros arranjos na 5ª e 6ª divisão. ANTT, IOP, Liv.115, fl.55vs e fl.54.

Também à Academia Real das Ciências, parte interessada e activa na questão, seria remetida para pedido de parecer, por ordem de Sua Majestade, uma importante representação de Nunes de Carvalho “*informada pelo Procurador Geral da Corôa, e acompanhada d’um officio do Ministerio da Fazenda, acerca das providencias que convirá por em pratica para se evitar a destruição dos monumentos antigos. (...)*”⁸³⁷, demonstrativa do envolvimento do encarregado do DLEC em tudo o que dissesse respeito ao património histórico e artístico nacional no pós-1834.

Com o local do depósito escolhido, a ajuda logística das Obras Públicas para o desempenho das tarefas mostrava-se, naturalmente, cada vez mais imprescindível. A Academia das Ciências, com a incumbência “*de ali conservar, os objectos de Artes, e monumentos dispersos por varios Templos, e casas dos extinctos Regulares, destinados actualmente ou á venda, ou a outros usos de Publico serviço*”⁸³⁸ seria auxiliada por essa repartição, no entanto, sob a contingência desses auxílios “*não involverem consideravel despendio*”⁸³⁹.

Salientemos que, numa portaria enviada à Intendência das Obras Públicas ordenando esses mesmos auxílios, era mencionado “*colligir em locaes determinados*”, o que aparentava a existência de mais do que um local de depósito que, provavelmente, funcionariam de forma provisória.

3.1.1. Depósito com aspiração a museu. Preocupações “estéticas”

O objectivo natural de um depósito é reunir objectos, salvaguardando-os com o objectivo não só de os preservar, mas de futuramente os colocar ao serviço do público, da nação. No caso francês, como relata Françoise Choay, os bens móveis viriam a ser transferidos do seu depósito provisório para o depósito definitivo, aberto ao público, que consagrava então a recente denominação de *museum* ou museu, cuja função era servir na instrução da nação⁸⁴⁰.

Tal como em França, e apesar do “objectivo” museu não transparecer directamente nas portarias da sua formação, o depósito que se procurava estabelecer no Beato António tinha a mesma finalidade. Também ali a preservação e reunião de bens móveis, aspirava, naturalmente, a algo mais.

⁸³⁷ BACL, Livro 4B – Portarias..., Nº137, fl.43. 18 de Março de 1836.

⁸³⁸ BACL, Livro 4B – Portarias..., fls. 43-44 Nº13. 21 de Março de 1836 Ministério do Reino, remetendo para conhecimento e execução da Academia, portarias expedidas por este Ministério ao Encarregado do DLEC e ao Conselheiro Geral das Obras Públicas, assinadas por Mouzinho de Albuquerque.

⁸³⁹ *Idem, ibidem.*

⁸⁴⁰ CHOAY, *A Alegoria...*, 2006, *op.cit.*, p.88.

Na sequência da já aludida representação de Nunes de Carvalho acerca das providências que convinha colocar em prática para evitar a destruição dos monumentos antigos, surgia um parecer da Comissão incumbida de examinar os edifícios dos conventos suprimidos. Neste importante documento datado 13 de Abril de 1836⁸⁴¹, reconhecia-se que era “*tão palpavel a necessidade de colligir e salvar da destruição tanto os objectos d’arte, como os monumentos que podem, por qualquer modo, dar alguma luz para o estudo da Historia e das Antiguidades, que seria gastar tempo inutilmente pertender demonstralo. (...)*”⁸⁴². Aludindo aos Alvarás de 20 de Agosto de 1721 e de 4 de Fevereiro de 1802, admitia-se porém que

*“reunir n’um só ponto objectos que demandão um local mais extenso para se collocarem, e conhecimentos mui variados para se ordenarem era impraticavel; e por isso as providencias não se executarão, e nem nos consta que na Academia Real da Historia Portuguesa se depositassem as Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, Chapas, Medalhas, Moedas, e outros artefactos, como prescrevia o primeiro Alvará; nem a Real Bibliotheca Publiva recebeu um só destes monumentos, como mandava o segundo. (...)”*⁸⁴³.

De facto, a efectivação do regulamentado nos alvarás terá sido relativa. E então, pela quantidade de bens que tinham ficado disponíveis com a extinção das ordens religiosas, era essencial que uma nova organização fosse estabelecida que permitisse a sua efectiva preservação. Assim, a dita Comissão constatava que o período que atravessavam era único e que deveria ser devidamente aproveitado e os diferentes objectos distribuídos, consoante o seu tipo, por diferentes locais:

“(...) A secularização e venda das Igrejas e Conventos suprimidos, torna mais instante uma nova medida, accomodada ás circumstancias actuaes, para que não se perca a occasião, que nunca mais tornará a offerecer-se, de aproveitar em beneficio do Publico tudo quanto estes Edifícios continhão relativo ás Artes e á Sciencia; e portanto entende a Commissão :

Que as pinturas devam continuar a ser recolhidas no Deposito de S. Francisco, para dellas se formar uma ou mais Galerias, onde Sua Magestade o Houver por bem, debaixo da inspecção de pessoa ou pessoas entendidas, a fim não só de satisfazer a

⁸⁴¹ Expedido em resposta da Academia com data de 20 de Abril de 1836.

⁸⁴² BACL, Livro 1B – Correspondência..., fls.48vs-49vs, N°85. Ofício da Academia (20 de Abril de 1836) com parecer da Comissão.

⁸⁴³ *Idem, ibidem.*

curiosidade publica, mas tambem de servir para o estudo dos que de applicarem á nobre Arte da Pintura.

Que os objectos d'Esculptura em pedra, ou madeira, as Estatuas, os Cippos, as Lapidés com inscripções W. devem ser remetidas ao Depozito do Beato Antonio, que actualmente se acha encarregado á Commissão, para d'ali se formar depois um Muzeo de Monumentos, dirigido por pessoa ou pessoas habéis, que facilite instrucção aos Architectos e Escultores, separando-se para outro edificio os Cippos e Lapidés com inscripções.

Que as Medalhas deverão ser enviadas á Real Bibliotheca Publica.

E que os objectos d'antiguidade, ou de curiosidade, e quaesquer artefactos de pouco volumem como pequenas Estatuas, Vazos de qualquer especie, pedras gravadas W. deverão ser guardados no Muzeo da Academia, único Estabelecimento publico de semelhante natureza que existe em Lisboa.

A Commissão lembra que seria conveniente que a Real Bibliotheca Publica, e a Academia dessem reciprocamente uma á outra as Medalhas dobradas que cada uma não tivesse. Não dessimula a Commissão que esta troca será talvez mais vantajosa á Academia; porem persuade-se de que accumular os mesmos objectos repetidos he ostentar uma riqueza esteril, e coarctar a instrucção que sempre se desenvolve, na razão dos meios que há para alcançala.(...)”⁸⁴⁴.

Era esta a primeira vez em que, explicitamente, se referia a intenção de formar um museu de monumentos. Para além deste aspecto, ressalte-se que aqui se encontrava espelhada a importância da Academia das Ciências e da sua Comissão na gestão do património. De facto, esta – de certa forma, impelida pelas ideias de Nunes de Carvalho – tomando em si um “papel senatorial” opinava sobre o destino dos mais variados bens, clarificando o destino que cada tipo deveria ter, ajudando-nos a entender qual o processamento então realizado.

No caso do Depósito do Beato António, admitia-se então que tinha como propósito o estabelecimento de um Museu de Monumentos, dirigido por “*pessoa ou pessoas habéis*”, destinado à formação de architectos e escultores. Mais uma vez a instrução, tema sobre o qual o liberal Mouzinho de Albuquerque muito se deteve ao longo da vida, era o móbil para a sua formação. De salientar o facto de os “*Cippos e Lapidés com inscripções*”, objectos de “segunda linha”, com valor histórico mas de relativo valor artístico, serem remetidos para outro edificio,

⁸⁴⁴ *Idem, ibidem.*

aspecto que vem reflectir o carácter não só pedagógico mas “monumental” que se queria ver reflectido naquele espaço, o que implicaria a selecção dos objectos expostos.

A intenção de elevar este depósito a depósito aberto ao público, museu, também se iria encontrar implícita na preocupação, bastante curiosa, com o ornamento de um espaço que, à partida, não seria mais do que um armazém.

Em portaria dirigida ao encarregado do DLEC pode ler-se que “*Tendo Sua Magestade, A Rainha, destinado alguns Templos secularizados, e especialmente o do Beato Antonio, para nelles se formarem depozitos parciaes e provizorios de objectos de Artes e de Monumentos, trabalho de que se acha incumbida uma Commissão da Real Academia das Sciencias, e achando-se os muros deste Templos desguarnecidos das pinturas a que servirão de moldura os talhos ainda ali existentes*” ordenava que este se entendesse com a referida Comissão para que esses muros fossem ornados com “*aquelles quadros, que, não sendo do numero dos primores da arte, e dos precizos para figurarem em uma Galleria especial de Pinturas, são contudo merecedores de ser conservados (...)*”⁸⁴⁵.

Existiria a noção de que o local, então despojado da sua antiga glória, apesar de reutilizado de forma diferente, precisava de ser dignificado, esteticamente melhorado, de forma a correctamente enquadrar os objectos que ali viriam a ser depositados e expostos. Ao que parece, menos de um mês depois, os quadros para ornar o depósito estavam escolhidos e Nunes de Carvalho tinha ordem para os entregar à Academia das Ciências, e o Conselheiro Fiscal das Obras Públicas para tratar do seu transporte⁸⁴⁶.

3.1.2. A acção da Comissão da Academia das Ciências

A Academia das Ciências, nomeadamente a Comissão por ela formada, tomaria em si a escolha, a responsabilidade de dizer quais os edifícios a serem, ou não, conservados (para além,

⁸⁴⁵ BACL, Livro 4B – Portarias..., fls.43-44, N°139. 21 de Março de 1836. Ministério do Reino, remetendo para conhecimento e execução da Academia, portarias expedidas por este Ministério ao Encarregado do DLEC e ao Conselheiro Geral das Obras Públicas, assinadas por Mouzinho de Albuquerque. Tal como em outras situações, o encarregado do DLEC deveria cobrar “*dos quadros que assim entregar os respectivos recibos*”. *Ibidem*. Um mês depois, a 21 de Abril de 1836, Costa Macedo, Secretário da Academia e membro da Comissão ali estabelecida, envia officio a Nunes de Carvalho, encarregado do DLEC, esclarecendo-o acerca de quais os sócios que compunham a referida Comissão. Aproveitava ainda para informar Carvalho que Macedo tinha também sido encarregue pela Academia “*de tudo o que pertence á escolha e recepção dos Livros que do Depozito de S. Francisco hão de vir para a Bibliotheca da Academia, em observancia d’outra Portaria de 21 de Março*” Livro 5B – registo da correspondência..., fl.47, N°202.

⁸⁴⁶ BACL, Livro 39B – Sessões Litterarias..., fl.63. Sessão de 13 de Abril de 1836, fl.63.

claro, da de “armazenar”). Para desempenhar esta crucial tarefa de “*utilidade pública*”⁸⁴⁷ tentou montar nos meses seguintes uma “rede informativa” por todo o país, constituída por “*pessoas, que, pelas suas luzes e zelo do bem publico, podessem ajudala neste arduo trabalho*”⁸⁴⁸. Apellando e confiando “*nos conhecimentos e patriotismo*” destes seus correspondentes, estabeleceu, consoante o local tratado, comissões locais ou informadores individuais, que tinham como missão fazer as indagações necessárias para o cumprimento da tarefa que tinha sido acometida àquela instituição.

Para auxiliar mais ou menos directamente os trabalhos, foram ainda contactados alguns Governadores Civis, nomeadamente, o Governador interino do Porto, Manoel de Castro Pereira de Mesquita⁸⁴⁹, e o Governador Civil Interino de Évora, Joaquim José de Azevedo⁸⁵⁰.

Vemos, desta forma, serem constituídas as seguintes comissões locais, constituídas por importantes personalidades, como o pintor João Baptista Ribeiro, o escritor João Pedro Ribeiro ou o futuro Patriarca de Lisboa Guilherme Henriques de Carvalho:

- Porto e seu termo: Bento de Santa Gertrudes Magna; João Pedro Ribeiro, João Baptista Ribeiro⁸⁵¹
- Coimbra e seu termo: João José de Oliveira Vidal; Guilherme Henriques de Carvalho; Vicente José de Vasconcelos e Silva⁸⁵²
- Évora e seu termo: Bento Afonso Cabral Godinho (sócio efectivo que dirigiria esta comissão); Francisco da Conceição; Victorino de Santa Ana; José do Carmo Fernandes Rato (cónego)⁸⁵³

A nível individual, encontramos os seguintes “assistentes”⁸⁵⁴:

- Vilas de Punhete, Paio Pele e seu termo: Francisco Ignacio dos Santos Cruz⁸⁵⁵
- Vila do Sardoal e seu termo: Francisco Xavier de Almeida Pimenta (deputado pela Província da Estremadura)⁸⁵⁶

⁸⁴⁷ BACL, Livro 5B – Registo da correspondência..., fl.49, N°214 N°164. Expressão utilizada, por exemplo, no ofício dirigido ao Governador Civil do Porto, datado de 16 de Maio de 1836, solicitando auxílio à Comissão entretanto ali formada.

⁸⁴⁸ BACL, Livro 5B – Registo da correspondência..., Ofício N°164. Expressão utilizada, por exemplo, em ofício de 7 de Março de 1836 para João Baptista Ribeiro.

⁸⁴⁹ BACL, Livro 5 B, N°214, fl.49. 16 de Maio de 1836.

⁸⁵⁰ *Idem, ibidem*, fl.40vs-41.

⁸⁵¹ *Idem, ibidem*, fls.39-39vs.

⁸⁵² *Idem, ibidem*, fl.40vs.

⁸⁵³ *Idem, ibidem*, fl.47vs.

⁸⁵⁴ Expressão usada por Costa Macedo em relação ao Dr. João José Miguel Ferreira da Silva e Amaral, assistente em Vila Franca. BACL, Livro 1 B Correspondência..., fl.47vs, N°82.

⁸⁵⁵ BACL, Livro 5 B, fl.40.

⁸⁵⁶ *Idem, ibidem*.

- Évora e seu termo: Joaquim José de Azevedo (Governador Civil Interino, solicitada a colaboração ainda antes de ser formada a comissão local).⁸⁵⁷
- Alenquer e seu termo: Bento Pereira do Carmo (ex-Ministro do Reino)⁸⁵⁸
- Vila de Alhandra, seu termo e Convento da Convalescença, junto a Alverca: Bartholomeu de Gamboa e Liz (3º Barão de Arruda)⁸⁵⁹
- Cidade de Aveiro e seu termo: Manuel Joaquim Fernandes Thomaz (Secretário da Sociedade dos melhoramentos do Distrito de Aveiro)⁸⁶⁰
- Torres Novas e seu termo: Francisco Luiz Gouvea Pimenta (Secretário Geral da Prefeitura de Lisboa)⁸⁶¹
- Cidade de Beja e seu termo: João Baptista da Silva (Reitor da Igreja do Salvador de Beja)⁸⁶²
- Vilas da Vidigueira, Vilar de Frades e seus termos: Padre João Anacleto Furtado (Vigário da Vara da Vidigueira)
- Vila de Moura e seu termo: Bento Falcato (Prior de Santo Agostinho de Moura)
- Vila de Alvito e seu termo: José Joaquim Lamprea (Reitor de Alvito)
- Vila de Torrão e seu termo: José Joaquim Verdelho (Vigário da Vara de Torrão)
- Vila de S. Tiago de Cacém: João Manuel Bastos (Beneficiado da matriz da dita vila)
- Vila de Odemira e seu termo: José Joaquim Casqueiro (Prior de Santa Maria de Odemira)
- Vila de Sines e seu termo: Francisco Galusfo(?) (Vigário da Vara de Sines)
- Vila de Almodôvar e seu termo: João José Correa (Prior de Almodôvar)
- Vila de Mértola e seu termo: António Guerreiro (Beneficiado da Matriz de Mértola)
- Vila de Messejana e seu termo: António dos Santos (Prior de Messejana)⁸⁶³.

Tratava-se de uma enorme teia de colaboradores, recheada de personalidades de peso, muitos ligados à igreja, todos de alguma forma ligados às respectivas localidades de cujas informações eram encarregados – uma situação facilitada pela abrangência e prestígio da Academia das Ciências.

⁸⁵⁷ *Idem, ibidem*, fls.40vs-41.

⁸⁵⁸ *Idem, ibidem*, fl.41.

⁸⁵⁹ *Idem, ibidem*.

⁸⁶⁰ *Idem, ibidem*, fl.43vs. Ofício a 28 de Março de 1836.

⁸⁶¹ *Idem, ibidem*, fl.47. Ofício a 21 de Abril de 1836.

⁸⁶² *Idem, ibidem*, fl.51-51vs.

⁸⁶³ *Idem, ibidem*, fls.51vs-52. Registos N°s 226 a 235.

Cartas de agradecimento sugerem ainda a colaboração de António José da Silva Pereira, Juiz de Direito da Vila de Loulé, e de João José Miguel Ferreira da Silva Amaral, este “*pelo seu novo trabalho sobre os Conventos e Igreja da Villa d’Alverca e seu Termo*”⁸⁶⁴.

De salientar que, para além, ou no âmbito destas recolhas dos membros da Comissão, surgiram pequenos trabalhos, feitos pelos sócios, apresentados na Academia das Ciências por Costa Macedo. Foi o caso dos estudos acerca do Convento dos Freires de Tomar e dos monumentos das igrejas e conventos suprimidos das vilas de Povos e Castanheira, realizados, respectivamente, pelo Dr. António Germano Rodrigues de Faria⁸⁶⁵ e pelo já mencionado João da Silva Amaral⁸⁶⁶.

Em conjunto com os ofícios enviados para as mais diversas personalidades espalhadas pelo país, seguiam “*Instrucções*”, que serviriam de guia aos trabalhos de levantamento. Elas são demonstrativas da abrangência da tarefa, dos múltiplos interesses que podiam observar-se para intitular um edifício de “*notável*”. Reflectem igualmente a importância que o património artístico, móvel, desempenhava:

“Pedia uma relação dos extinctos conventos de tal, ou tal localidade, com declaração de quaes estavam desamparados, vendidos, empregados em diversos usos, e conservados por ordem do governo.

Pedia egualmente que se examinasse, se nas egrejas, claustros, dormitorios, a até cêrcas e nas capellas dependentes dos conventos, existiam:

1.º Inscrições, quer fossem sepulchraes, quer relativas a acontecimentos historicos, tanto do tempo da monarchia portugueza, como anteriores, do tempo de quaesquer dos povos, que successivamente dominaram o nosso paiz.

No caso de se encontrarem estas inscrições, devia tirar-se copia d’ellas, para serem remetidas á academia, com a indicação do sitio onde estavam.

2.º Mausoleus, tumulos, campas, ou outros quaesquer monumentos sepulchraes.

Devia indicar-se, pouco mais ou menos, a sua fórma, a qualidade de pedra de que eram feitos, e o seu merecimento como objectos de architectura.

⁸⁶⁴ *Idem, ibidem*, fl.48. 30 de Abril de 1836 Cartas de agradecimento. Refere Costa Macedo, Secretário da Academia, a respeito de Silva Amaral, que “Seria bem a desejar que em todas as terras houvesse pessoas da actividade e intelligencia de V.S.^a. Muito se ganharia em todos os ramos do serviço público (...)”. *Ibidem*.

⁸⁶⁵ *Idem, ibidem*, fl.45. Ofício de 9 de Abril de 1836 de Costa de Macedo a António de Faria, referindo que o trabalho tinha sido apresentado na Academia e sugerindo algumas coisas para o completar – inscrições nos sinos, por cima da porta da igreja, emblemas na porta sanguinis da cerca do castelo, ou campas da igreja de Sta Maria alem do Rio.

⁸⁶⁶ *Idem, ibidem*, fl.45vs. Ofício de 9 de Abril de 1836 de Costa de Macedo a João Silva e Amaral, onde refere que o trabalho tinha sido apresentado.

3.º Vidraças com vidros de côres, com figuras ou sem ellas.

4.º Estatuas sagradas, ou profanas, baixos relevos, e lapides com emblemas, ou com escudos de armas.

Em quanto ao que fosse moderno, só devia fazer-se menção do que fosse attendivel pela perfeição da arte; em quanto, porém, ao que fosse antigo, devia notar-se tudo.

5.º Pinturas.

Devia observar-se, se havia pinturas a fresco, de figura, ou de arabesco, nos tectos, ou nas paredes, e o seu merecimento.

6.º Paineis.

Se havia paineis em cobre, panno, ou taboa; o seu estado ou merecimento.

7.º Os azulejos, que representavam factos historicos, ou referissem datas.

8.º Mosaicos.

Apontar os que houvesse, mais ou menos perfeitos, com figuras ou arabescos, ou sómente de florões.

9.º Sinos.

Os que tivessem inscrições ou datas.

10.º Quaesquer obras de talha, ou de esculptura em pedra, que se tornassem dignos de nota.”⁸⁶⁷

Ao lermos estas “*Instrucções*”, certamente elaboradas pela Comissão “central” da Academia das Ciências, questionamo-nos se esta, de alguma forma, não tentava imiscuir-se nas mais diversas vertentes, tentando ocupar um espaço, que difficilmente o DLEC ou outro organismo podia abranger, e que ainda se encontrava em aberto, e que viria a ser preenchido apenas a partir de Outubro de 1836, pela Academia de Belas-Artes de Lisboa.

Academia e Comissão por ela criada funcionariam de uma forma una, sendo possível encontrar pequenas referências à sua acção, por exemplo, nas actas das Sessões Literárias⁸⁶⁸.

Entre os diversos tipos de obtenção das informações necessárias à Comissão, apresenta-se um caso particular: o Mosteiro dos Jerónimos, extinto convento, então ocupado pela Casa Pia.

⁸⁶⁷ Não foi possível encontrar nenhum documento original. No entanto, estas instruções seriam publicadas em: RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, vol. VI, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1876, pp.122-123 *Apud* ALVES, “Inventariar para Salvar...”, 2007, *op.cit.*, pp.256-257.

⁸⁶⁸ BACL, Livro 39 B - Sessões Litterarias... Sessões de 9 de Março de 1836 (fl.60), 2 de Agosto (fl.109vs) e 22 de Novembro de 1837 (fl.117vs).

A 9 de Abril de 1836 Costa Macedo escreveu ao Conselheiro António Maria Couceiro⁸⁶⁹ referindo que aquele convento “ (...) *offerece uma quantidade de monumentos de arte e subsidios para a Historia, que muito convem colligir (...)*”; sendo “(...) *a Academia Real das Sciencias de Lisboa encarregada por Sua Magestade de prover sobre este objecto (...)*” estimava que aquele estabelecimento estivesse sob a direcção de Couceiro, “(...) *que, pelo amor que tem ás lettras, lhe dará todo o auxilio de que ella carece para o desempenho da sua incumbencia.(...)*”. Para a realização da tarefa, remetia ao director da Casa Pia instruções, pedindo que, juntamente com o Visconde de Vilarinho de S. Romão, tomassem “(...) *a seu cargo o que pertence ao Convento de Belem, no que farão não pequeno serviço ás lettras (...)* *prova de patriotismo (...)*.”⁸⁷⁰

A abrangência do papel da Academia Real das Ciências de Lisboa e da sua Comissão, aparentemente chegando a extravasar as suas competências, revela-se desde o início, pelas informações que lhe iam chegando e que logo transmitia à rainha. De facto, para além dos objectos a recolher no Beato António, mas de acordo com os que constavam nas “*Instrucções*”, são revelados cuidados com pinturas e outros bens artísticos que existiam nos antigos edifícios das extintas ordens religiosas. Veja-se, por exemplo, a correspondência para o Governo, logo em Março de 1836 a respeito do *desamparado* convento de Santo António extramuros da Vila de Serpa e da sua igreja:

“ (...) *na Igreja tem na Capella das Dores um Painel em taboa cuja pintura já tem sofrido detrimento, mas que assim mesmo apresenta o talento com que seu author delineou o Descimento da Cruz. § Sera conveniente remover d’ali, para não ^{se} acabar d’estragar-se, esta pintura, que deveria para isso ser tirada como todo o cuidado embrulhando separadamente casa uma das taboas que formão o painel (no caso de estarem despegadas) de maneira que não se rocem umas por outras, e encaixotando tudo para poder ser transportado para Lisboa, com direcção á Academia Real das Sciencias (...)*”⁸⁷¹.

Revelando extremos cuidados com a conservação das pinturas, nomeadamente, com o seu transporte, curiosamente o DLEC não era então apontado como o destino...

⁸⁶⁹ A personalidade de António Maria Couceiro encontra-se evidenciada no trabalho de SOARES, Clara Moura, *As intervenções Oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: O Sitio, a História e a Prática Architectónica*, Dissertação de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

⁸⁷⁰ BACL, Livro 5 B, fl.46. 9 de Abril de 1836, ofício de Costa de Macedo ao Conselheiro António Maria Couceiro acerca do Mosteiro dos Jerónimos.

⁸⁷¹ BACL, Livro 1B Correspondência..., fl.46vs, N°80. 21 de Março de 1836.

Cuidados semelhantes, acontecem em relação a “*um painel da Adoração dos Reis, pintado em taboa, que se diz de preço; e (...) outro mais pequeno, e também pintado em taboa, que figura o Criador com o globo do Mundo na mão*”, existentes na Capela dos Santos Reis da Igreja do Convento de Santo António em Alcácer do Sal, com os quais devia haver “*na remoção todo o cuidado para não se deteriorarem*”⁸⁷², assim como com “*uma vidraça de vidros pintados que figurão Christo na Cruz acompanhado de Sua Mãe e do Evangelista*”, já partida, existente no dormitório do Convento de Santo António da Castanheira, com a qual, deveria haver “*todo o cuidado na tirada e condução*”⁸⁷³.

Também para o Mosteiro de S. Jerónimo da Penha Longa, Sintra, então em venda, era chamada a atenção para que fosse esclarecida a não alienação da igreja, uma vez que constava que

“*(...) algumas pessoas tem ido a Cintra vê-la com o intuito da comprar, e vender para Inglaterra os ornatos da Capella mór, que são d'alabastro gypso calsulfatada d'Haity e que por isso mesmo (alem de recordações historicas) a tornão um monumento d'arte notavel, e por consequencia comprehendido na expressa disposição da Lei de 15 d'Abril de 1835, e officio de 19 de Fevereiro proximo passado. (...)*”⁸⁷⁴.

Expunha-se, neste contexto, os perigos da venda de importante património artístico conventual para o estrangeiro, algo que vai ao longo das próximas décadas assombrar o país. Na sequência deste alerta, a igreja era excluída de venda “*por conter objectos que [a] tornão um monumento notavel da arte*”⁸⁷⁵.

Mas não era apenas a saída destes bens para o estrangeiro que era de evitar. A sua venda, mesmo a particulares nacionais, significava uma perda para o património artístico do Estado. Assim, vai-se notando especiais cuidados, com a Academia das Ciências a relembrar, em edifícios anunciados para a venda, a conveniência de fazer declarar que na transacção não se incluíam certos objectos (que ela entretanto tinha referenciado)⁸⁷⁶.

Os interesses e cuidados daquela instituição e dos seus “correspondentes” eram múltiplos. A rede estabelecida permitia, com as suas condicionantes, recolher informações, como tentar

⁸⁷² *Idem, ibidem*, fl.48, N°83. 8 de Abril de 1836.

⁸⁷³ *Idem, ibidem*, fl.47vs, N°82. 8 de Abril de 1836.

⁸⁷⁴ *Idem, ibidem*, fl.47, N°81. 24 de Março de 1836.

⁸⁷⁵ BACL, Livro 4 B – Portarias..., fls.44vs-45, N°143. 30 de Março de 1836. Ofício comunicando à Academia a exclusão de venda da igreja da Penha Longa. Assinado por Mouzinho de Albuquerque. Já na véspera, 29, ofício de Francisco António de Campos (1ª Rep.) a Mouzinho de Albuquerque, dava conta que tinha sido expedida ordem à Comissão interina da Junta do Crédito Público para que aquele Mosteiro, por conter objectos que o tornavam um monumento notável, fosse exceptuado de venda. ANTT, MR, Mf.2515 (mç.2123), Cap. Acad. Ciências. Sub-Cap. 1836 4ª Rep. Academia das Sciencias de Lx.^a.

⁸⁷⁶ BACL, Livro 1 B- Correspondência..., fls.48-48vs. 18 de Abril de 1836.

saber pela Comissão estabelecida em Coimbra o que era feito de um Vaso de Sacrário supostamente do tempo de D. Afonso I, originário do Convento de Refoios de Basto, que tinha sido depositado no Colégio dos Beneditinos de Coimbra⁸⁷⁷.

De facto, como já aludido, as interessantes informações recolhidas pelas comissões e emissários espalhados pelo país eram sucessivamente endereçadas à rainha, exposições em que a Academia chama a atenção para certos conventos e objectos interessantes que continham – que podiam ir desde sepulturas, inscrições sepulcrais, vitrais, pinturas, etc – aconselhando sobre o seu destino: Depósitos do Beato António, Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, entre outros. De certa forma, estas informações, no caso das pinturas, acabavam por complementar as que eram levantadas pelo DLEC – inventários e relatórios – revelando-se de extrema importância, dada a sua especificidade e pelo facto de poderem ser provenientes dos mais diversos locais devido à rede informativa então montada.

Uma destas primeiras informações, datada de 8 de Abril de 1836, a que se sucederão outras nos mesmos moldes, refere:

“Senhora = Junto á Capella do Senhor Jesus da Bôa Morte pertencente á extincta Caza do Infantado, e collocada no alto de um monte sobranceiro á villa de Povos, ha cavadas na rocha sepulturas abertas, de figura irregular, e que pela sua capacidade, parecem ter sido feitas para depozito de mumias em tempos talvez mui remotos da gentilidade.

Existe ali tambem n’um passeio proximo um monumento dos Templarios de que a Hermida foi Igreja.

Far-se-hia um serviço ao estudo das antiguidades se se mandasse arrancar inteira uma das sepulturas, e o monumento dos Templarios, para se guardarem no depozito do Beato Antonio. A necessidade de tirar pedra para construcção de edificios tornará inutil qualquer deligencia que a este respeito se intentar, se não tiver lugar promptamente.

No Convento de S.^{to} Antonio da Castanheira ha um quadro pintado em pano, que representa o Bispo D. Jorge d’Ataide sa Casa dos Condes de Castanheira. Conviria que este quadro fosse mandado vir para o depozito de S. Francisco.

Ha tambem no mesmo Convento na fresta d’um dormitorio uma vidraça de vidros pintados que figurão Christo na Cruz, acompanhado de Sua Mãe e do Evangelista.

⁸⁷⁷ BACL, Livro 5 B - Registo da correspondência ..., fl.43vs, N^o184. 28 de Março de 1836. Officio a João José d’Oliveira Vidal, membro da dita Comissão.

Deveria salvar-se quanto antes este resto da antiga pintura em vidro (que já não está inteiro), que aliás desaparecerá brevemente, como aconteceu á parte que falta.

Igualmente ha neste Convento muitas inscrições sepulcraes, e alguns Tumulos da familia dos antigos Condes da Castanheira, e de outras, que seria bem que se recolhessem ao depozito do Beato Antonio, no cazo de venda do Convento e Igreja.

Dignando-se Vossa Magestade conformar-se com o que propõem a Academia Real das Sciencias seria de muito proveito que a pessoa encarregada da execução consultasse para este fim o D.^{or} João José Miguel Ferreira da Silva e Amaral, assistente em Villa Franca, de que se houve a informação sobre os objectos expendidos, e que he entendido em materias d'antiguidades, havendo todo o cuidado na tirada e conducção dos vidros pintados, que poderião ser remettidos para o Muzeu da Academia.

Vossa Magestade porem Determinará o que For Servida. Lisboa 8 d'Abril de 1836.
= Joaquim José da Costa de Macedo, Secretario perpetuo da Academia.”⁸⁷⁸

Seguir-se-ão outras “informações”, que podem ser encontradas nos livros de correspondência da Academia das Ciências, essencialmente referentes ao ano de 1836, o primeiro e, naturalmente, de maior actividade da Comissão, que em Outubro e Novembro vê nascer as Academias de Belas-Artes e vê enfraquecer o seu poder, uma vez que estas vinham ocupar um lugar, até então, quase “vago”, na defesa do património.

Durante este ano, encontramos alusões directas aos seguintes conventos e bens:

- Sepulturas “*de figura irregular, e que pela sua capacidade, parecem ter sido feitas para depozito de munias em tempos remotos da gentilidade*” e monumento dos Templários, proximidades da Capela do Senhor Jesus da Boa Morte. A ser arrancada uma sepultura e o monumento, para guardar no Beato António⁸⁷⁹.
- Convento de Santo António da Castanheira: “*um quadro pintado em pano, que representa o Bispo D. Jorge d’Ataide sa Casa dos Condes de Castanheira. Conviria que este quadri fosse mandado vir para o depozito de S. Francisco. (...)*”; “*na fresta d’um dormitorio uma vidraça de vidros pintados que figurão Christo na Cruz acompanhado de Sua Mãe e do Evangelista. Deveria salvar-se quanto antes este resto da antiga pintura em vidro (que já não está inteiro), que aliás desaparecerá brevemente, como aconteceu á parte que falta*”; “*(...) muitas inscrições sepulcraes, e*

⁸⁷⁸ BACL, Livro 1B – Correspondência com o Governo..., fls.47-47vs, N°82. 8 de Abril de 1836.

⁸⁷⁹ *Idem, ibidem.*

*alguns Tumulos da familia dos antigos Condes da Castanheira, e de outras, que seria bem que se recolhessem ao depozito do Beato Antonio, no cazo de venda do Convento e Igreja.(...)”*⁸⁸⁰

- Convento de Santo António, Alcácer do Sal: “(...) *um painel da Adoração dos Reis, pintado em taboa, que se diz de preço; e por cima delle outro mais pequeno, e tambem pintado em taboa, que figura o Criador com o globo do Mundo na mão.(...)” “(...) na Capella fronteira á que se denomina das S.^{tas} Virgens um painel de Christo representando o Ecce Homo pintado em pedra preta, que, segundo as informações que a Academia recebeu, he de todo o merecimento e respeito. E ha finalmente inscrições sepulcraes dos descendentes do Capitão dos Ginetes D. Fernão Martins Mascarenhas, que offerecem algumas particularidades historicas. Seria conveniente mandar vir para o depozito de S. Francisco, ou para onde Vossa Mag.^e o Houver por bem, os dois paineis da Capella dos S.^{tos} Reis, (...) e mandar tirar o retabolo do Ecce Homo em pedra, no cazo de se profanar a Igreja, remettendo-o para o depozito do Beato Antonio, com direcção á Academia Real das Sciencias : para ali conviria recolher, em iguaes circunstancias, as inscrições sepulcraes de D. Nuno Mascarenhas, D. João de Mascarenhas, D. Pedro Mascarenhas, e a do Desembargador do Paço Diogo Lameira.(...)”*⁸⁸¹
- Convento de Santa Catarina da Boa Viagem: “(...) *ha em uma Capella da Cerca azulejos em que estão pintados os passos mais ternos do Livro dos Cantares; e ha tambem mosaicos nos Altares da Sacristia.*”⁸⁸² Deviam ser conduzidos para o Beato António
- Convento de S. José de Ribamar: “(...) *ha a inscrição sepulcral de D. Diogo da Silva Conde de Portalegre.*”⁸⁸³ Devia ser conduzida para o Beato António.
- Convento de Laveiras: “(...) *ha em um nicho do frentespicio a Imagem da Senhora das Misericordias de boa esculptura.*”⁸⁸⁴ Devia ser conduzida para o Beato António.

Para além destas – pensamos que algumas informações poderão ter escapado aos registos – outros contactos surgem, que nos revelam os variados itens que despertavam interesse da

⁸⁸⁰ *Idem, ibidem.* No caso de ter efeito a recolha, o executor da ordem devia entender-se “para cabla desempenho d’ella” com o Doutor João José Ferreira da Silva e Amaral. Ofício de 9 de Abril de 1836. BACL, Livro 5 B, fl.45vs.

⁸⁸¹ *Idem, ibidem*, fl.48, N°83. 8 de Abril de 1836.

⁸⁸² *Idem, ibidem*, fls.48-48vs, N°84. 18 de Abril de 1836.

⁸⁸³ *Idem, ibidem.*

⁸⁸⁴ *Idem, ibidem.*

Academia e dos seus assistentes. Entre eles, encontrava-se “*um pequeno quadro com alguns esmaltes de madreperola*” do extinto convento do Livramento, que o prior de S. Pedro de Alcântara devia entregar ao Visconde de Vilarinho de S. Romão, encarregado pela Academia “*de o receber, e de fazer transportar para ser guardado competentemente. (...)*”⁸⁸⁵. Situações como esta revelam que existia uma recolha adicional à realizada pelo DLEC. Mas se este tipo de objecto, certamente não destinado ao Beato António, podia ser facilmente recolhido, aqueles que tinham este depósito como destino, necessitariam, na maioria das vezes, de uma mais complexa logística...

Quando em Maio de 1836 as Obras Públicas estavam a demolir parte da igreja pertencente ao antigo Colégio de Santo Antão, arruinada pelo terramoto de 1755, “*um dos templos mais sumptuosos de Lisboa*”⁸⁸⁶, a Academia das Ciências apela para que fosse ordenado à Repartição das Obras Públicas que fizessem tirar e transportar para o Beato António

“*alguns objectos que he muito para dezejar escapem ao espirito destruidor que há muitos annos se empenha em aniquilar aquella obra magnifica, taes são, por exemplo, os ornatos e columnas da Capella mór, os pulpitos, os ricos embutidos que adornavão duas Capellas collateraes logo á entrada da porta, e o Mauzuléo da Comdessa de Linhares.*”⁸⁸⁷

No entanto, para além da torre do relógio, as Obras Públicas não tinham intenção de demolir a igreja ou remover esses monumentos para o depósito, uma vez que era bastante dispendioso.⁸⁸⁸ De facto, as Obras Públicas eram essenciais para o transporte, principalmente, de tudo o que fosse de material pétreo e é a esta Repartição a que têm de pedir, por exemplo, para enviar “*dois carros ao extincto Convento de S. João de Deos, para d’ali conduzirem lapides para o Beato Antonio*”;⁸⁸⁹ mas nem sempre, os valores da deslocação justificavam que esta acontecesse, o que abortava, à partida, certas recolhas...

⁸⁸⁵ *Idem, ibidem*, fl.48vs, N°212. 13 de Maio de 1836. Ofício de Costa de Macedo ao Prior de S. Pedro de Alcântara acerca de quadro no Convento do Livramento.

⁸⁸⁶ BACL, Livro 1B – Correspondência ..., fl.56. 5 de Maio de 1836. Na representação diz-se erroneamente que é a igreja do Hospital Real de S. José, algo esclarecido na informação de Joze Castel Branco, de 10 de Maio. ANTT, IOP, Liv.45, fls.31vs-32.

⁸⁸⁷ BACL, Livro 1B – Correspondência ..., fl.56, N°92. 5 de Maio de 1836. No dia seguinte esta representação da Academia era remetida ao Conselheiro Fiscal das Obras Públicas, Joze Francisco Braamcamp d’Almeida Castel Branco, solicitando que este informasse “com o seu parecer sobre semelhante pretensão, e athe que ponto se intenta a demolição d’aquelle edificio, que induza a suppor o haver risco de se estragarem ou dezencaaminharem os indicados objectos.” ANTT, IOP, Liv. 50, fl.130vs.

⁸⁸⁸ ANTT, IOP, Liv.45, fls.31vs-32. 10 de Maio de 1836 “Informação sobre a Representação da Academia das Sciencias que pede a remoção de objectos de ornam.¹⁰ da Igreja do Hospital de S. Joze p.^a o Beato Antonio”. De José Francisco Braamcamp d’Almeida Castel Branco a Agostinho José Freire.

⁸⁸⁹ ANTT, IOP, Livro 115, fl.71. 13 de Maio de 1836, ofício de Costa de Macedo a José Braamcamp, fiscal das Obras Públicas. BACL, Livro 5 B, fls.48vs-49, N°213. Referência ao “Arranco de Lapides do ext^{to} Conv^{to} de S. João de Deos para se reunirem no dito Deposito 5#900”.

Mas a esta Comissão não interessava só sinalizar para subsequente recolha em depósito, mas também a preservação dos monumentos, a sua indicação para conservação. É isso que sucede com a Igreja da Conceição Velha. A Academia leva ao conhecimento da rainha, também logo em Maio de 1836, que aquela igreja “*que era da Ordem de Christo, tem um frontespicio de estylo chamado Gothico, de muito valor como objecto d’arte*” propondo que “*por isso conviria que se conservasse a Igreja fechada, conservando-se tambem assim esta parte do edificio.*” Para além disso, existia ali, “*(...) já tirado do lugar que antigamente occupava, um quadro d’esculptura em pedra, que representa ao natural toda a familia d’ElRei D. Manoel, e que por isso mesmo he monumental, o que o torna digno de ser acautelado, e gaurdado convenientemente.*(...)”⁸⁹⁰. Prontamente esta proposta foi aceite, sendo a Academia informada a 18 de Maio, apenas cinco dias após a sua representação, de que “*pelo Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça [a Rainha] Tem Dado as Suas Reas Ordens que providencêao a tal respeito.*(...)”⁸⁹¹, algo demonstrativo da ainda, pelo menos teórica, sensibilidade que se fazia sentir então em relação à conservação do património, apesar de Mouzinho de Albuquerque não ser mais Ministro do Reino e de ainda não ter chegado o Setembrismo.

De salientar que alguns dos espaços a serem analisados pela Comissão estavam ocupados, já reutilizados, nomeadamente por quartéis. No caso do Porto, por exemplo, o Governador Interino, Manoel de Castro Pereira da Mesquita, informa a Academia de que, quanto a facilitar o exame dos extintos conventos, estes “*estavão patentes por terem sido occupados por tropa de diversas classes*”, contudo, se esta quisesse, dirigisse um officio ao Governo Civil para o referido fim⁸⁹².

Em França, em 1837, era criado o *Comité des arts et monuments*, presidido por Victor Cousin (1792-1867), que com o propósito de publicar e ilustrar “*tous les monuments qui ont existé ou qui existent encore sur le sol de la France*”, se debruçaria sobre todos os monumentos, de todos géneros: “*Il fait dessiner et graver pour les conserver à l’avenir les oeuvres remarquables d’Architecture, de peinture, de sculpture en pierre, en marbre, en bois...*”⁸⁹³. Este Comité levaria ao desenvolvimento de inúmeros inquéritos particulares e locais, relegando, no entanto, o inventário descritivo para o serviço encarregue da conservação dos edifícios⁸⁹⁴; todavia, para

⁸⁹⁰ BACL, Livro 1B – Correspondência ..., fl. 57vs, N°94. 13 de Maio de 1836.

⁸⁹¹ BACL, Livro 4B – Portarias, Avisos e Decretos..., fl.46vs. 18 de Maio de 1836. Portaria do Ministério do Reino assinada por Agostinho José Freire. Lida em Sessão da Academia de 25 de Maio. *Idem*, Livro 39 B Sessões Litterarias..., fl. 68vs.

⁸⁹² BACL, Livro 5 B, fls.49-49vs., N°215. Officio de 16 de Maio de 1836 enviado a João Pedro Ribeiro.

⁸⁹³ http://www.inventaire.culture.gouv.fr/telechar/Plaque_dite_sable_1964.pdf p. 9 (consultado em 14-12-2014).

⁸⁹⁴ *Idem, ibidem.*

esse inventário, metódico e suporte importante para essa mesma conservação, acalentava objectivos mais vastos que a protecção e o restauro...⁸⁹⁵.

Por cá, Mouzinho de Albuquerque regressa, em diferente contexto político – já com Passos Manuel – enquanto Inspector Geral Interino das Obras Públicas do Reino, e com ele alguma dinâmica que tinha ficado adormecida. No seu “RELATORIO Contendo (...) a indicação das medidas Legislativas, e Regulamentares indispensaveis para o regular andamento deste ramo do Serviço Publico (...)”⁸⁹⁶ – onde propõe a divisão dos edifícios públicos em três classes (o que faz lembrar França e a ideia Mérimée de classificar os monumentos baseando-se na sua importância⁸⁹⁷) – parece querer incrementar a antiga portaria de 19 de Fevereiro de 1836, não descartando o papel da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Neste importante documento em que se detém, entre outras coisas, nos “*Edifícios Publicos, quanto á sua classificação, e conservação*”,⁸⁹⁸ e nos “*Edifícios Publicos, considerados quanto á sua applicação*”⁸⁹⁹, reconhece, no parágrafo 5º do Capítulo I, a necessidade de “*Para determinar o que cumpre fazer (...) começar por colligir uma relação exacta de todos elles, por examinar a sua natureza, e estado, e por fazer a sua classificação segundo o systema, que levo indicado. (...)*”⁹⁰⁰. Considerava agora que o arrolamento geral dos edifícios públicos podia

“*(...) facilmente conseguir-se pelo Concurso das diligencias das diversas Authoridades locaes, correspondendo-se estas, para este fim, com um centro commum, donde recebam as instrucções necessarias para a regularidade deste trabalho, e aonde dirijam os resultados delle, acompanhados de todas as informações, indicações, e requisições, que possam servir de base á classificação*”⁹⁰¹.

Apesar dos resultados aparentemente algo incipientes dos trabalhos desempenhados pela Comissão de 1836, Mouzinho achava que

“*Para designar por uma vez, e por maneira satisfactoria os Edifícios que devem classificar-se na cathegoria de Monumentos, em attenção ás circumstancias atraz*

⁸⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 12.

⁸⁹⁶ ANTT, IOP, Liv.370. Dez. 1840? (Imprss.19-23/257-261) “RELATORIO Contendo os fundamentos, e explicação do Orçamento da despesa da Repartição de Obras Publicas do Reino, exposição do Systema Fundamental para a applicação dos fundos votados a esta Repartição,e a indicação das medidas Legislativas, e Regulamentares indispensaveis para o regular andamento deste ramo de Serviço Publico, apresentado ao Excellentissimo Ministro do Reino, pelo Inspector Geral Interino de Obras Publicas do Reino, Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque.”

⁸⁹⁷ *Le Service des monuments historiques* http://www.merimee.culture.fr/fr/html/mh/mh_1_4.html (consultado em 14-12-2014).

⁸⁹⁸ ANTT, IOP, Liv.370. Capítulo I da Secção II (Edifícios Publicos em Geral) do mesmo relatório.

⁸⁹⁹ *Idem, ibidem*. Capítulo II da Secção II.

⁹⁰⁰ *Idem, ibidem*. §5.º do Capítulo I da Secção II.

⁹⁰¹ *Idem, ibidem*. §9.º do Capítulo I da Secção II.

expostas (...) deveria commeter-se á Academia Real das Sciencias de Lisboa, a referida escolha, sendo-lhe para este fim remettidos os arrolamentos, á medida que se forem promptificando”⁹⁰².

A 15 de Maio de 1838, em Sessão Pública da Academia das Ciências, Joaquim José da Costa Macedo, secretário perpétuo daquela instituição, no seu discurso lembrava a incumbência governativa expressa dois anos antes por portaria de 19 de Fevereiro de 1836, e a nomeação da Comissão cujos trabalhos temos vindo a analisar. Segundo ele, com o decorrer desta iniciativa seriam muitos os monumentos salvos da destruição⁹⁰³.

As iniciativas de Mouzinho de Albuquerque (e da Academia das Ciências), somadas ao conjunto de artigos escritos por Alexandre Herculano, publicados n’ *O Panorama*, teriam impacto na sociedade de então⁹⁰⁴; em 1840, nascia a *Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais*, que tomava a seu cargo “*salvar as relíquias dos monumentos portugueses*”, tendo conseguido do governo o convento do Carmo, destinado a “*deposito ou museu de todas as antiguidades artisticas que poder alcançar e que forem susceptiveis de ser para ahi trasladadas.*”, um aparente concorrente do Beato António, financiado essencialmente pelas “*subscrições pecuniarias dos socios*”⁹⁰⁵.

Constatava-se então: “*Os grandes edificios estão salvos por um acto legislativo : oxalá que os governantes tenham meios e vontade para preservar da ruína esses magnificos adornos do territorio portuguez!*”⁹⁰⁶.

Em 1841, vemos a Rainha ordenar ao Inspector Geral das Obras Públicas, através de portaria do Ministro do Reino, Joaquim António de Aguiar, que

“(...) procedendo ás necessarias averiguações, e mediante os esclarecimentos que existirem na Repartição a seu cargo, remetta com a brevidade que for compativel, a

⁹⁰² *Idem, ibidem*. §9.º do Capítulo I da Secção II.

⁹⁰³ NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.p.62

⁹⁰⁴ ALVES, Alice Nogueira, *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no século XIX*, Tese Doutoramento em História, especialidade de Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009, p.62 A respeito deste assunto destacam-se Maria Helena Maia (*op.cit.*) e ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios: A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

⁹⁰⁵ *O Panorama*, Vol. IV, 4.º da 1.ª Série, Nº165, 27 de Junho de 1840, p.205. Iniciava-se da seguinte forma o artigo: “Os Monumentos, levantados pela arte humana, em epochas mui diversas, para commemoração de feitos illustres ou d’acções virtuosas, para o exercicio do culto religioso ou para o tracto dos publicos negocios, para abrigo e auxilio dos infelizes ou para residencia e commodidade dos cidadãos, são os documentos da historia d’uma nação, ou para melhor dizer são essa mesma historia, porque com suas feições artisticas, disposições internas, inscripções e accessorios, estão continuamente dando lições do passado e indicando o presente. (...)”.

⁹⁰⁶ *Idem, ibidem*.

este Ministerio, uma relação dos Monumentos Historicos nacionaes, declarando o uso, ou serventia que actualmente teen; o seu estado de conservação, ou ruina, as obras que ulteriommente se lhes tem feito, e as que se carecem ainda fazer em cada um delles para serem conservados.”⁹⁰⁷

Nesse mesmo ano, a respeito de obras necessárias na Sé do Porto, Mouzinho de Albuquerque, que ocupava aquele cargo (de Inspector Geral) – numa altura em que já se encontrava a dirigir o grande restauro do mosteiro da Batalha – esclarecia que não se sentia qualificado para decidir se esta podia ou não ser considerada edifício monumental ou *primor d’arte* mas, tecendo algumas considerações a respeito, referia que

“(…) se porventura cumprir conservar os edificios que mostram o estado da arte de edificar nas diversas épocas da Monarquia (como geralmente se pratica em todos os Paizes outros) a Cathedral do Porto está no cazo de ser entretida e conservada. Por outra parte não vejo como o Governo em um Paiz onde a Religião Catholica é declarada a Religião do Estado, possa deixar de entreter com segurança e decencia necessaria ás Cathedraes das differentes Diocezes.”⁹⁰⁸

Ideias que, de alguma forma, teriam aplicação em outros casos que não só os das Sés...

Já em 1842, o assunto Beato António, parece renascer. O facto da igreja do antigo convento, local escolhido para o depósito, fazer parte da designada “6ª divisão”, terá atrasado a venda desta; alargar o local destinado aos monumentos terá sido equacionado e a venda suspensa.

Em Junho desse ano esta questão surge e Costa Cabral, Ministro e Secretário de Estado do Ministério do Reino pede informações e parecer ao Conselheiro Inspector-geral interino das Obras Públicas do Reino, Mouzinho de Albuquerque, “*acerca do destino que se pertendeo dár a sexta divisão (...) para guarda de Monumentos Historicos de Bellas Artes, se ficou sem effeito, e se neste cazo se poderá proceder á sua venda. (....)*”⁹⁰⁹. De facto, o entusiasmo inicial de levar a efeito aquele depósito (e museu) parece ter esmorecido, tendo-se caído num vazio de informações a respeito do que ali se passava, ao ponto de Mouzinho de Albuquerque, para satisfazer as questões que lhe tinham sido colocadas pelo Ministério do Reino, ter de pedir esclarecimentos ao Presidente da Academia Real das Ciências, Joaquim da Costa Macedo. Para

⁹⁰⁷ AHE, AITC, IGOP 1 – Registo de Portarias e Offícios recebidos Vol.1 1840-1841, fl.277. 22 de Outubro de 1841. Portaria do Ministério do Reino, 3ª Repartição, L.º5.º 1318, assinada por Joaquim Antonio d’Aguiar.

⁹⁰⁸ AHE, AITC, MR66. 16 de Novembro de 1841. Parecer de Mouzinho de Albuquerque enviado a Joaquim António de Aguiar (514-516).

⁹⁰⁹ ANTT, IOP, Liv. 69, pp.35-36. 1 de Junho de 1842, ofício do Ministério do Reino, 3ª Repartição L.º5º 2:054.

se avaliar o desconhecimento que existia sobre o que se passava transcrevemos as palavras do Inspector:

“(…) A Academia fez escolha da Igreja do Beato Antonio para estabelecer ali um 1.º Depozito; e encontro nos papeis desta Repartição de Obras Publicas, indicados alguns arranjos que a requisição da academia se fizerão para o dito fim. Não consta porem nesta Repartição se por ventura ali se recolherão alguns objectos, nem quantos e quaes elles forão. Não consta igualmente a quem foi commetida a guarda deste Edificio, nem que ingerencia a Academia continuou a ter desde aquelle tempo sobre o referido Depozito. Nem finalmente a quem se acha hoje commetida a sua guarda. Rogo por tanto a V.S.^a se sirva dizer-me 1.º quantos e que objectos a Academia mandou recolher no local indicado.

2.º = Quem tem a seu cargo as chaves da quelle Edificio, e a responsabilidade dos objectos nelle contidos. (...)”⁹¹⁰.

A resposta da Academia, datada de 29 de Junho, contém uma frase que ajuda a esclarecer o estado em que tudo se encontrava:

“ Fez a academia repetidas representações sobre objectos que existião em diversos Conventos fora de Lisboa, e que devião conduzir-se para o deposito do Beato Antonio; porem nenhuma dellas teve resultado; (...)”⁹¹¹.

De facto, a falta de consequências dos trabalhos realizados pela Academia, fazia com que, para além de seis túmulos pré-existentes na capela-mor e das campas no pavimento da igreja, unicamente se tivessem recolhido àquele depósito os seguintes itens:

“As lapides sepulchraes da Igreja de S. João de Deos, entre as quaes ha uma historica e importante do Fundador do Convento, que era da Casa d’Obidos:

A inscripção do pedestal da Cruz de Sta. Catharina, que he igualmente historica:

E uma lapide grande, tambem com uma inscripção, que estáva no Mosteiro de S. Bento.”⁹¹²

A falta de resposta ao trabalho produzido pela Comissão, justificava assim que tudo tenha estagnado. As distâncias, ainda maiores quando os edifícios ficavam longe da capital, e os

⁹¹⁰ ANTT, IOP, Liv. 57, pp.376-377. 6 de Junho de 1842, de Mouzinho de Albuquerque, Inspector Geral Interino das Obras Públicas do Reino, ao Presidente /Secretário Perpétuo da Academia Real das Ciências, Joaquim Costa Macedo.

⁹¹¹ BACL, Livro 18 B- Correspondência com diferentes entidades 1842-1847, fls.7-8vs, N°42. 29 de Junho de 1842. Ofício para o Inspector Geral Fiscal das Obras Públicas, Mouzinho de Albuquerque.

⁹¹² *Idem, ibidem.*

custos que as recolhas ao depósito implicavam, terão sido decisivos no processo, impedindo que os objectivos da portaria de 19 de Fevereiro de 1836 fossem plenamente concretizados.

Quanto à igreja, reconhecia a Academia das Ciências que “(...) *no deve haver onde se conservem estes restos d’antiguidades que ali estão, e mais alguns outros que pelo Reino tenham escapado á destruição vandalica das Igrejas e casas Religiozas. (...)*”⁹¹³.

Na resposta de Mouzinho ao então Ministro do Reino Costa Cabral, o primeiro não vai deixar de relembrar a autoria das primeiras medidas tomadas:

“Quando em 1836 me achei encarregado da Pasta dos Negocios do Reino, tendo conhecimento que um grande numero de Monumentos, lapidas, inscripções, w se achavão abandonados, e em risco de perder-se nos diversos Edifícios que outra ora pertencêra às Corporações regulares, tomei sobre esta materia as ordens de S. M., e em cumprimento dellas encarreguei a Academia das Sciencias Real de Lisboa de recolher na parte não vendida do Convento do Beato Antonio os supraditos Monumentos, lapidas, w que se encontrassem nos edificios alienados ou a alienar.

Logo pouco depois sahi da Administração e até me retirei de Lisboa, o que me prohibio de frequentar a Academia não sube que seguimento havião tido as ordens a tal respeito. (...)”⁹¹⁴.

Agora, em 1842, segundo Albuquerque, depois de informado pela Academia

“Em vista da relação dos objectos que já existem no Beato Antonio, entendo, que não é possivel alienar aquelle Depozito sem inconveniente, antes me persuado conviria complicallo excitando a acção da Academia e prestando-lhe os auxilios precizos para ella ir alli recolhendo os muitos objectos desta especie que por desgraca virão a perder-se pela sua actual dispersão e abandono. (...)”⁹¹⁵.

Tudo continuaria, porém, na mesma.

Apesar deste parecer e conselhos de incentivo ao desenvolvimento da acção de recolha e manutenção daquele espaço, quase um ano passaria até termos notícia deste depósito. Nada tinha sido realizado e mais nenhuma recolhas efectuadas...

Em Abril de 1843, sete anos após a formação da Comissão de 1836, será novamente Mouzinho de Albuquerque, agora na qualidade de deputado, a vir defender os interesses nacionais no que diz respeito ao património. Ao discutir-se um projecto que possibilitaria livremente ao Governo

⁹¹³ *Idem, ibidem.*

⁹¹⁴ ANTT, IOP, Liv.22, N°108. 1 de Julho de 1842. De Mouzinho de Albuquerque a António Bernardo da Costa Cabral.

⁹¹⁵ *Idem, ibidem.*

a alienação dos bens nacionais, nomeadamente dos que não encontrassem comprador, veio defender que, só após se levar a cabo uma classificação dos bens não vendidos, com a separação dos que poderiam ter interesse monumental, histórico ou artístico, poderia o Governo dispor livremente dos edifícios restantes. Referia Mouzinho

*“ Nas minhas viagens pelo Reino observei que ha um grande numero de Bens Nacionais que não acham compradores, particularmente os Edifícios; [...] Destes Edifícios desejaria eu [...] não permitir a livre disposição antes de uma classificação rigorosa delles; esta classificação propuz eu ao Governo, e no trabalho que fiz a este respeito, comprehendí os Edifícios Nacionais principalmente debaixo de tres pontos de vista. primeiramente convém designar os Edifícios que, ou seja pelas suas recordações historicas ou seja pelo seu primor de arte e architectura, de vem ser conservados como monumentos; [...] não posso prescindir de que se considere e conserve como monumento aquilo que realmente é monumental, ou histórico, ou artistico. Sr. Presidente, [...] antes do Governo poder usar deste voto de confiança, deve-se-lhe pôr a condição de fazer tal classificação, ou por uma Comissão ou pela Academia das Sciencias de Lisboa, Corporação propria para esta designar quaes os Edifícios que devem ser conservados como monumentos”*⁹¹⁶.

Entretanto, a venda de parte do convento do Beato António, espaço que poderia servir para o alargamento do depósito, continuava em cima da mesa.

Em Maio de 1843, o Ministério do Reino contactava o Inspector Geral Interino das Obras Públicas, agora Joze Bento de Souza Fava – Mouzinho de Albuquerque tinha sido demitido e passado a ser deputado da opposição ao Cabralismo – acerca da venda ou não do claustro do Beato António. Apesar de não ser referido, anteriormente seria este o espaço que, talvez em consequência da informação de Albuquerque, terá sido “*mandado rezervar para servir de depozito e guarda de Monumentos historicos de Bellas Artes*”, e que o Estado desejava saber se poderia ou não alienar. Mas procurava-se então também saber

“se aquelle depozito tem augmentado depois da informação dada por essa Inspecção Geral em officio Nº108 do 1.º de Julho do anno passado, e se há ou não inconveniente

⁹¹⁶ *Diário da Câmara dos Deputados*, 1843, sessão de 8 de Abril, p.90, disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/077/1843-04-08/90>.

em se remover o mesmo depozito para outro local e qual deva ser este no segundo cazo (...)”.⁹¹⁷

Aquele ministério continuava, aparentemente, a desconhecer o que se passava, nomeadamente, eventuais recolhas efectuadas, parecendo, ao colocar a hipótese de remover o depósito para outro local, desvalorizar a sua importância...

A resposta viria, poucos dias depois, via Casa do Risco, mais propriamente pela mão do arquitecto Sergio da Costa Soares de Araujo⁹¹⁸, facultando-nos uma série de importantes informações. Esclarece-nos então que

“Este claustro está annexo a Igreja, e esta destinada para depozito historicos” e que “Existem neste depozito seis Tumulos na Capella Mor hum da Serenissima Infanta D. Catharina, outro dito de D. Joanna de Noronha filha do Conde D. Fernando, outro de D. Fernando de Noronha 3.º Conde de Linhares outro de D. Francisco de Noronha 2.º Conde de Linhares. outra de D. Antonio de Noronha 1.º Conde de Linhares filho do 2.º Conde de Linhares, digo filho do Marquez de Villa Real – outro de Antonio de Noronha filho do 2.º Conde de Linhares = Depozito do Beato Antonio, de D. Domingos Jardo Bispo de Lisboa = D. Agostinho Bispo de Angra. D. João de Avedo Bispo do Porto, e outras muitas pessoas Illustres em todo o Cruzeiro, e Corpo da Igreja. Hum entablemento antigo que existia por cima da porta da Sé que ólha para a rua do Limoeiro mandado remover para aquelle depozito por esta Repartição assim como algumas campas (...)”⁹¹⁹

Tal como seria de esperar, dado o desconhecimento geral da actividade da Comissão e do respectivo depósito, o que faz supor a sua quase inactividade, este arquitecto esclarecia ainda que *“Depois da informação dada em off.º nº108 do 1.º de Julho do anno passado não tem augmentado monumentos historicos neste depozito, e os que existem são anteriores a essa datta* “ e que

“A Igreja e Sacrestia tem bastante ambito para recolher immenços monumentos historicos independente do Claustro (pois que neste se acha hum estabelecimento de tanoaria particular / escuzando de se remover o que existe por se achar tudo que refiro

⁹¹⁷ ANTT, IOP, Liv.67, p.94. 19 de Maio de 1843. Ofício do Ministério do Reino, 3.ª Repartição – L.º 6º -96, ao Inspector Geral Interino das Obras Públicas.

⁹¹⁸ Aquando da criação da Academia de Belas-Artes de Lisboa, Sergio Soares de Araujo foi nomeado artista agregado à Aula de Architectura Civil, da qual era Professor José Pires da Fonte e Substituto José da Costa Sequeira. ALDEMIRA, Luís Varela, *Um ano trágico: Lisboa em 1836: A propósito do centenário da Academia de Belas Artes. Impressões. Comentários. Documentos*, Lisboa, La Bécarré, 1937, p.208.

⁹¹⁹ ANTT, IOP, Liv.326 (Casa do Risco), fls.46-47.

*dentro da Igreja, e mesmo não haver outro local apropriado para o dito fim : as chaves da Igreja se achão em poder do Prior da Freguezia de S. Bartholomeu do Beáto (...)*⁹²⁰.

Como se pode constatar pela lista aqui apresentada, o conjunto de objectos (túmulos, etc) ali reunidos eram relativamente poucos, o que é, por si só, claramente demonstrativo da ineficácia das políticas de conservação. A ideia, positiva, de criação daquele depósito, pouco peso teria na defesa do património histórico artístico nacional, uma vez que a falta de recursos financeiros, as dificuldades de transporte, aliados, a um desinteresse por parte das autoridades, para isso contribuía.

Face às informações que lhe chegavam, Joze Bento de Souza Fava comunicou a Costa Cabral que não havia inconveniente em vender o claustro, sendo apenas preciso assegurar a independência e segurança do depósito em relação à zona a alienar.⁹²¹ Quanto à remoção do depósito para outro local, esta era considerada *despendiosa e desnecessaria*, uma vez que não se solicitava a venda daquela parte do edifício⁹²². Curiosamente, passado mais de um mês, a 12 de Agosto de 1843, depois de requerido por Antonio Esteves Vaz⁹²³ que fosse posto em praça o dito claustro, era solicitado, através de portaria de Costa Cabral, que a Academia Real das Ciências, confirmasse a informação do Inspector Geral Interino das Obras Públicas, de que a Igreja e a sacristia eram suficientes para “*o projectado deposito*”⁹²⁴. Destaque-se o facto de o depósito ainda ser visto como projecto e a palavra museu não ser sequer mencionada⁹²⁵... Por outro lado, esta quase desconfiança sugere que o próprio Governo mantinha a expectativa de concretização daqueles projectos.

Estranhamente a Academia mantém-se em silêncio, e três meses depois, nova portaria foi expedida, solicitando que uma resposta fosse dada⁹²⁶. Esta surgiria dias depois, conformando-se com a informação e achando convenientes as providências sugeridas pelo Inspector, acrescentando a proposta de remoção para dentro da igreja, da sepultura do Padre Jozé Manoel⁹²⁷, antigo secretário do Arcebispo de Lacedemónia. A 22 de Dezembro de 1843 as

⁹²⁰ 26 de Maio de 1843 Informação Convento Beato António IOP (Casa do Risco), do architecto da Casa do Risco, Sergio da Costa Soares de Araujo, ao Inspector Geral Interino das Obras Públicas. *Idem, ibidem*.

⁹²¹ Pelo tapamento de um vão de porta que dava do claustro para a sacristia e pela mudança de duas fechaduras, permitindo que a igreja ficasse com serventia independente. Souza Fava refere que o exame do edifício tinha sido realizado por Ascenso de Serpa e Azevedo. ANTT, IOP, Liv.23, fls.122-122vs. 8 de Junho de 1843.

⁹²² *Idem, ibidem*.

⁹²³ Não sabemos se se trata do Tenente-coronel Joaquim Antonio Esteves Vaz.

⁹²⁴ BACL, Livro 4 B- Portarias..., fl.143vs, N°474. 12 de Agosto de 1843.

⁹²⁵ Apesar de como já referimos, o termo *deposito* poder adquirir o significado de museu.

⁹²⁶ BACL, Livro 4 B- Portarias..., fls.146-146vs, N°486. 13 de Novembro de 1843.

⁹²⁷ BACL, Livro 1 B – Correspondência..., fl.227vs. 29 de Novembro de 1843.

Obras Públicas eram contactadas por Costa Cabral, no sentido de procederem à vedação do espaço com o restante edifício e à remoção da sepultura⁹²⁸, trabalhos indispensáveis para que a venda do claustro fosse efectuada, que só ficariam concluídos em Fevereiro do ano seguinte.⁹²⁹

Quanto à acção da Academia, pela documentação disponível, ela parece ter passado a ser bastante pontual. De facto, apenas em 1 de Outubro de 1844, encontramos um pedido de parecer àquela instituição, relativo ao Convento de Santiago em Palmela. Com o Ministério da Guerra a pedir que este edifício fosse posto à sua disposição, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, já com informações do Governo Civil de Lisboa, solicitava que a Academia informasse se devia ou não conservar-se aquele edifício como monumento histórico⁹³⁰, resposta que, em sessão ordinária de efectivos, seria incumbida ao seu sócio Alexandre Herculano, “(...) *para que [este] examinando o referido monumento dê[sse] a sua opinião a tal respeito (...)*”⁹³¹.

No final desse ano de 1844, o depósito do Beato António parecia não constituir um “marco”, para onde, indiscutivelmente, fosse direccionado o material para que estava vocacionado. É um facto, que algum desse mesmo material poderia ir para o Depósito/Arsenal das Obras Públicas, para ser reutilizado em novas construções e arranjos. No entanto, verificamos por exemplo, a existência de uma portaria do Ministério do Reino (Costa Cabral) em que se ordenava que o Inspector das Obras Públicas se entendesse com o Governador Civil de Lisboa para a trasladação dos túmulos e outros objectos das igrejas profanadas de Santo André e Santa Marinha para o local que se achasse mais próprio⁹³²; ou ainda o caso do Convento do Carmo, edifício onde se estavam a proceder a várias demolições, em que portaria ordenava que o

⁹²⁸ ANTT, IOP, Liv.67, pp.335-336. 22 de Dezembro de 1843. Ofício do Ministério do Reino, 2ª Direcção, 1ª Repartição, Nº222 assinado por Costa Cabral, dirigido ao Inspector Geral. A remoção da sepultura implicou que o Inspector José Sousa Fava tivesse que officiar ao Cardeal Patriarca de Lisboa para que este desse ordens nesse sentido ao pároco (ANTT, IOP, Liv.58, fl.462, 30 de Dezembro de 1843). Teve também de contactar o Administrador do Bairro de Alfama, Francisco de Senna Fernandes, o qual teria algumas dúvidas em relação a esta providência. Neste contacto, datado de 8 de Janeiro de 1844, refere-se que a mudança se dava no dia seguinte e quem estava encarregue do trabalho era o architecto das Obras Públicas Sérgio da Costa Soares de Araujo (ANTT, IOP, Liv.46, fls.307vs-308). Ofício de Joaquim Antonio Velez Barreiros, Coronel Inspector Geral das Obras Publicas, a Cabral, expõe os diversos entraves que foram sucessivamente colocados (ANTT, IOP, Liv.24, fls.18-19, 12 de Janeiro). A 13 de Janeiro de 1844, o Reino contacta o Inspector Geral participando que tinha sido dada ordem ao Governador Civil de Lisboa para que não mostrasse opposição à trasladação (AHE, AITC, IGOP 2 – Registo das portarias..., p.11). Segundo participação de dia 5 de Fevereiro de 1844 ficamos a saber que a trasladação dos restos mortais do Reverendo José Manuel da Fonseca para a igreja acabou por ser realizada no dia 20 de Janeiro, tendo ficado depositados na sepultura nº21; a comunicação entre o claustro e a igreja tinha sido encerrada. (ANTT, IOP, Liv.326 C. Risco, fls.101-101vs)

⁹²⁹ ANTT, IOP, Liv.24, fl.52vs. 6 de fevereiro de 1844 – Joaquim Vellez Barreiros, então Coronel Inspector Geral, comunica a Costa Cabral que se achavam concluídos os arranjos.

⁹³⁰ BACL, Livro 4B Portarias..., fl.150, Nº506. 1 de Outubro de 1844.

⁹³¹ BACL, Livro 29 B – Sessões do Conselho e das Assembleias Geraes de efectivos. 29 de Julho 1840 – 15 de Outubro 1851, fl.119. 15 de Outubro 1851.

⁹³² AHE, AITC, IGOP 2 – Registo das portarias do Ministério do Reino 1844, p.284. 8 de Novembro de 1844. Portaria do Ministério do Reino, 3ª Dir 2ª Rep. N620.

Inspector fizesse recolher na igreja do mesmo convento as lápides sepulcrais e outros objectos que fossem encontrados na parte intervencionada⁹³³. Ambas, situações em que o Beato António, a funcionar convenientemente, seria uma opção natural.

Apesar de apoiado pela Rainha, de facto, o projecto do Depósito do Beato António parece nunca ter sido assumido com seriedade, fruto talvez, das dificuldades financeiras, das várias mudanças de governo e, principalmente, do afastamento de Mouzinho de Albuquerque. Ao analisarmos o início do processo e os contactos estabelecidos ao longo dos anos, constatamos que aquela era uma ideia de Mouzinho e que a sua dinâmica e concretização estaria em boa parte, dependente dele. O seu afastamento precoce da pasta do Ministério do Reino em Abril de 1836 não cancelou o projecto – até porque já estava lançado na Academia das Ciências – mas, de certa forma, estagnou-o. Por sua vez, os trabalhos desta Academia não terão tido a concretização esperada, motivada pela falta de repercussões imediatas das suas acções.

Cinco anos depois, em Julho de 1849, a respeito da igreja do extinto convento de S. Francisco de Évora, parece que a Academia tinha perdido os seus “poderes”. De facto, foi ao Inspector Geral das Obras Públicas que se dirigiu Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Telles, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (no seguimento de ofício do Arcebispo de Évora, acompanhado de representação da Junta de Paróquia de Freguesia de S. Pedro de Évora), solicitando que este informasse se aquele edifício podia ser considerado Monumento histórico e obra-prima de arquitectura antiga, declarando neste caso qual era o estado em que se encontrava e quais as obras que podia precisar para a sua conservação⁹³⁴.

Novas acções surgiam. Nesse mesmo ano, era constituída a *Sociedade Archeologica Lusitana* cujo objectivo consistia na exploração das ruínas romanas de Cetobriga, em Tróia. Apesar de contar com a protecção de D. Fernando II, os escassos recursos levariam à sua extinção em finais de 1867⁹³⁵.

As iniciativas do arquitecto da Casa Real, Joaquim Possidónio da Silva (1806-1896)⁹³⁶ trariam um novo fôlego para a “causa monumental”. Desenvolvido a partir de 1859 e durante dois anos, o Projecto de levantamento planimétrico, gráfico e fotográfico de alguns dos mais importantes

⁹³³ AHE, AITC, IGOP 2 – Registo das portarias do Ministério do Reino 1844, pp.302-303. 27 de Novembro de 1844. Portaria do Ministério do Reino 2ª Dir, 1ª Rep Nº316.

⁹³⁴ AHE, AITC, IGOP Livro 3 – Registo das Portarias do Ministério do Reino, 1849, fls.70-70vs. 4 de Julho de 1849. Portaria Ministério do Reino, 2ª Dir., 1ª Rep, L.º7º, Nº167.

⁹³⁵ NETO, *James Murphy...*, 1997, *op. cit.*, p.63.

⁹³⁶ MARTINS, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses...*, 2005, *op.cit.* e *idem*, “A *Sociedade Archeologica Lusitana* no contexto da arqueologia de oitocentos”, in *Setúbal Arqueológica*, Vol. 15, 2014, p. 203-216, disponível em (consultado pela última vez 11-03-2016) http://maeds.amrs.pt/informacao/setubalarqueologica/setubalarqueologia15/8_%20Ana%20Cristina.pdf.

monumentos históricos portugueses; funda-se por sua iniciativa, em 22 de Novembro de 1863, a Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, legitimada por Alvará de 15 de Fevereiro de 1864, altura em que obteve do Estado a cedência do Convento do Carmo para instalação da sua sede e de um Museu de Arqueologia.

Esta seria a primeira sociedade especificamente dirigida para a defesa do património arquitectónico nacional, tendo uma acção não só reflexiva acerca dos princípios teóricos de intervenção, mas também, estabelecendo acções práticas de salvaguarda, enviando representações ao governo relacionadas com a conservação dos monumentos⁹³⁷. Seria agora efectivo o esforço de realização de um inventário sistemático e abrangente histórico-artístico dos monumentos, embora ainda pouco consequente.

À semelhança do que encontrámos anteriormente com a Comissão estabelecida pela Academia das Ciências, a Associação dos Arquitectos Civis e a concretização das suas ideias, também funciona com base nos seus sócios correspondentes, a quem cabia informar das antiguidades que existiam nas respectivas províncias⁹³⁸; também seria aos sócios que recorreriam em 1866 para apreciar os edifícios construídos em Portugal, desde o século XII ao século XVIII⁹³⁹.

A Academia das Ciências e o Beato António que tinham ficado no passado, eram agora totalmente eclipsados, nomeadamente, a partir de 1864, com a ideia de criação de um museu nas ruínas do Carmo “de antiguidades pertencentes à arquitectura”, algo que vinha lembrar a proposta apresentada em 1840 pela Sociedade Conservadora dos Monumentos Nacionais⁹⁴⁰.

Em 1866, a Associação expunha ao Governo o seu grande objectivo: centralizar o conhecimento do património nacional, requerendo para o museu do Carmo um papel de recolha idêntico ao que tinha a Biblioteca Nacional⁹⁴¹.

Quanto aos túmulos que existiam na capela-mor da igreja do Beato António, apenas o da Infanta D. Catarina, filha de D. Duarte, mereceria tratamento especial, acabando trasladado para o Museu do Carmo, onde hoje ainda se encontra.

⁹³⁷ *Idem, ibidem.*

⁹³⁸ MAIA, *op.cit.*, p.235.

⁹³⁹ *Idem, ibidem*, p.237, p.239. ROSAS, *op.cit.*, p.110.

⁹⁴⁰ MAIA, *op.cit.*, p.235. Acerca do interessante e extenso trabalho de Possidónio da Silva e da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses *vide idem, ibidem*, pp.257-259 e a tese de Ana Cristina Martins, *op.cit.*

⁹⁴¹ MAIA, *op.cit.*, p.235.

3.2. As Academias de Belas-Artes de Lisboa e Porto

Não sendo nosso objectivo fazer a história das Academias de Belas-Artes, torna-se essencial abordar as suas origens, uma vez que o seu nascimento se encontra, de alguma forma, ligado à conjuntura liberal que abordamos e às consequências da extinção das ordens religiosas. Só desta forma compreenderemos o seu papel, particularmente, o da Academia de Belas-Artes de Lisboa, no restauro e promoção de um seleccionado património pictórico, que viria a constituir uma boa parte da Galeria Nacional de Pintura⁹⁴².

Depois de uma realidade, vinda desde setecentos, em que a formação artística se fazia, nomeadamente, pela existência das designadas *Aulas*, instituições de iniciativa régia mas também privada, a revolução liberal trazia novas perspectivas. Em 1823, o pintor Domingos Sequeira foi nomeado director do Ateneu ou Liceu de Belas-Artes, em Lisboa, estabelecimento que chegando a ter Estatutos aprovados oficialmente, se destinava ao estudo do desenho, pintura, escultura, gravura e arquitectura⁹⁴³. Como referirá Manuel da Silva Passos, Sequeira tinha sido desde 1820, juntamente com Filipe Ferreira de Araújo e Castro, Ministro dos Negócios do Reino, o grande impulsionador das Belas-Artes em Portugal⁹⁴⁴. No entanto, o regresso dos absolutistas ao poder acabou por frustrar este projecto, que ficaria estagnado por mais de uma década.

D. Pedro IV, traria novas esperanças à Arte em Portugal. Silva Passos lembrará:

*“Todos nós vimos como o Guerreiro Libertador entre as fadigas marciaes, e o estrondo das armas, fez procurar e recolher os Quadros, que existiam dentro da Cidade Invicta, para com outras raridades formar o Museu Portuense, eterno monamento que tão Excellente Principe nos deixou de seu amor pela civilisação do Paiz.”*⁹⁴⁵

Por pouco tempo, como também não deixará de lembrar...

⁹⁴² XAVIER, Hugo André de Almeida Vale Pereira, *O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Especialidade em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

⁹⁴³ Acerca deste assunto vide LISBOA, Maria Helena, *As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p.15 e “As tentativas de criação de Academias de Arte do Liberalismo vintista” pp.327-335 da mesma autora. Acerca das Academias de Belas-Artes veja-se igualmente José Augusto-França em: *A Arte em Portugal no Século XIX*, Volume I, Lisboa, Bertrand Editora, 1990, pp.217-232.

⁹⁴⁴ AHE, AITC, MR98 – Relatórios do Ministério 1836-1842, p.9. 23 de Maio de 1837. Relatório de Manuel da Silva Passos.

⁹⁴⁵ *Idem, ibidem.*

O triunfo liberal abriria novas perspectivas. As políticas de desenvolvimento nacional, nomeadamente, as relacionadas com o ensino, seriam tomadas ainda Novembro de 1833, com a criação de uma Comissão, secretariada por Almeida Garrett, que visava estudar e recomendar um projecto de reforma do ensino público; neste âmbito viriam a surgir pareceres já em 1834 e 1835 que reclamariam a criação de um ensino artístico público⁹⁴⁶.

Como já foi referido em capítulo anterior, o nascimento das Academias de Belas-Artes nacionais deve-se de alguma forma a D. Pedro IV. Sem responsabilidade directa na sua criação, no entanto, foi essencialmente, devido à suspensão das obras do Palácio da Ajuda, em Setembro de 1833⁹⁴⁷, e consequente extinção da sua anexa *academia ou escola de desenho de Bellas Artes* – ali existente entre 1826 e 1833, dirigida por Joaquim Rafael (1783-1864), *Primeiro Pintor da Real Camara e Corte* – que acabariam desencadeados processos de estabelecimento de um Ateneu ou Academia.

A decisão do regente tinha deixado em “total desamparo” muitos artistas, levando à miséria nomes como José da Cunha Taborda, João José de Aguiar ou Arcângelo Fuschini⁹⁴⁸, situação relatada por Silva Passos:

“Mas depois da sua entrada [de D. Pedro] na Capital, não sei porque fatalidade a cousa mudara, tão tristemente! As Bellas Artes fugiram como espavoridas diante do Principe que as amava! As portas da Ajuda fecharam-se aos Artistas, que dentro desse Palacio tinham deixado brilhantes monumentos do seu raro merecimento.

Portugal viu sem terror e sem vergonha o Velho Aguiar mendigando esmola, e Taborda descendo á sepultura, morto de fome e de miseria.

*Taes são as calamidades inseparaveis da guerra e dissensões civís.”*⁹⁴⁹

Por outro lado, a extinção das ordens religiosas tinha vindo proporcionar os meios para uma melhor e mais completa efectivação da concretização de uma Academia, uma vez que facultava

⁹⁴⁶ LISBOA, *op.cit.*, p.336.

⁹⁴⁷ ANTT, MR, Mç.2142 Letra H 1835-1843. Portaria datada de 4 de Setembro de 1833, 4ª Repartição Negócios diversos.

⁹⁴⁸ SOARES, Clara Moura, “D. Pedro, I do Brasil, IV de Portugal – “O “gosto do bello” e o incremento das Belas-Artes: traços de um perfil quase desconhecido do Rei-soldado”, in *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX Perfis e Trânsitos*, (NETO, Maria João, MALTA, Marize eds.), s.l., Caleidoscópio, 2014, p.392. Na “Relação dos Pintores, Escultores e Architectos, que estavam empregados na obra do Real Palacio da Ajuda...”, eram mencionados: “Archanjo Fusquine (...) Morreu em desgraça sendo pensionista do Estado!”, “Joze da Cunha Taborda (...) Idem!”, “Norberto Joze Ribeiro (...) Esta em total desamparo”. António Caetano da Silva encontrava-se empregado no Jardim Botânico. ANTT, MR, Mç.2122.

⁹⁴⁹ AHE, AITC, MR98 – Relatórios do Ministério 1836-1842. 23 de Maio de 1837. Relatório de Manuel da Silva Passos.

muitos dos meios necessários: espaço, modelos, obras de arte, até então confinadas aos conventos, que não podiam ser apreciadas e estudadas e que passaram a estar disponíveis.

Mas logo após a morte de D. Pedro (ou talvez ainda antes), D. Maria e o governo da altura parecem querer melhorar a situação em que as Belas-Artes se encontravam em Portugal. A jovem rainha, com apenas 15 anos de idade e sem se perspectivar ainda o casamento com D. Fernando de Saxe Coburgo⁹⁵⁰, assumia um importante e ambicioso projecto. Joaquim Rafael era chamado a “*indicar o modo de se formar húa Escola de Bellas Artes, que seja regulada com methodo, e a precisa economia, sendo aó mesmo tempo digna de hua Nação civilizada*”⁹⁵¹. As duras circunstâncias vividas pela classe artística, aliadas ao desejo de “*restauração das Bellas Artes em Portugal*”, levariam aquele pintor a apresentar ao governo a ideia de

“*creação de hua Escolla e Atheneo das referidas Artes em Lisboa, á semelhança dos estabellcimentos de Italia, França, Inglaterra, e Hespanha, podendo ser formado de todas as Pinturas, Esculpturas, e gravuras pertencentes aos Conventos abandonados pelos Religiozos, e extinctos pelo Governo*”⁹⁵²,

situação que salvaguardaria aqueles objectos de más condições de conservação, da especulação, da sua saída para o estrangeiro e os colocaria ao serviço dos interesses nacionais, nomeadamente da instrução pública. Propunha ainda que algumas das obras de arte que se encontravam reunidas no Museu Portuense fossem repartidas com Lisboa⁹⁵³.

Segundo Joaquim Rafael, aquele estabelecimento facilitaria

“*aos Estudantes hum centro artistico em que tenham lições, e os Professores num só golpe de vista possam contemplar originaes instructivos que precisarem para sua maior illustração*”⁹⁵⁴, assim como para que os amadores das Bellas Artes, abram as ideias em frente das Nações cultas, sirvão estes e outros meios de Padrões levantados ás Honrozias Cinzas do Restaurador da Patria (...)”⁹⁵⁵.

⁹⁵⁰ SOARES, “D. Pedro, I do Brasil...”, 2014, *op.cit.*, p.392.

⁹⁵¹ ANTT, MR, Mç.2122. Proposta de Joaquim Rafael datada de 26 de Outubro de 1834.

⁹⁵² *Idem, ibidem.*

⁹⁵³ *Idem, ibidem.*

⁹⁵⁴ O iluminismo tinha trazido uma perspectiva utilitarista aos museus, os quais deviam oferecer um serviço privilegiado aos artistas, seus principais utilizadores. POULOT, Dominique, *Patrimoine et musées: l'institution de la culture*, Paris, Hachette, 2001, p.23.

⁹⁵⁵ ANTT, MR, Mç.2122. Proposta de Joaquim Rafael datada de 26 de Outubro de 1834.

E não esquecia o passado, e a “Academia” de Sequeira dizendo “ficara semelhante ao Liceo que o Governo pretendia crear na conformidade das Portarias do Ministerio do Reino, de 9 de Maio de 1823”⁹⁵⁶.

Tal como em França, a ideia de um museu tinha nascido ligada à formação académica: a *Commune des Arts* na sua *Mémoire et plan relatifs à l’organisation d’une École nationale des beaux-arts* tinha reclamado em 1791 “un musée, où l’élève pourra étudier non seulement des antiques mais les grands pentres des différentes écoles”⁹⁵⁷.

Joaquim Rafael apontava ainda locais onde implantar este projecto, naturalmente, antigas casas religiosas:

“Nos Edifícios Nacionaes de S. Vicente de Fora ou da Graça se pode mui bem reunir esta Escolla, e em outras cazas proximas nos mesmos Edifícios, o Museu de todas as Pinturas e Gravuras dos benemeritos Artistas Portuguezes e Estrangeiros, confiscadas que pertencião aos conventos de que já fiz menção a V.^a Ex.^a (...)”⁹⁵⁸.

A política de reutilização encontrava-se na ordem do dia, e edifícios grandes e centrais como os apontados adequavam-se a um projecto daquela envergadura. Era idealizado um museu seguindo o mesmo espírito de aproveitamento.

Também João José Ferreira de Sousa, Director das Aulas de Desenho, Gravura e Escultura, conhecedor das vantagens práticas que daí adviriam⁹⁵⁹, no início de 1835, sugeriria a reunião destas com o propósito da criação de uma Academia de Belas-Artes⁹⁶⁰. Era igualmente proposta a criação de uma Comissão com vista à formação do Regulamento e Estatutos desse estabelecimento, sendo apresentadas relações de artistas considerados hábeis (composta por aqueles que recebiam ordenado ou pensões e por aqueles que nada recebiam) para os organizarem. Seriam então apresentadas as designadas “Bases para a formação de huma Academia Publica de Bellas-Artes, em Lisboa”⁹⁶¹, assim como, pelo mesmo autor, um documento intitulado “Artigos que hão de servir de Bases para os Estatutos da Academia de Bellas Artes em Lisboa”⁹⁶².

⁹⁵⁶ *Idem, ibidem*.

⁹⁵⁷ POULOT, *op.cit.*, p.29.

⁹⁵⁸ ANTT, MR, Mç.2122. Proposta de Joaquim Rafael datada de 26 de Outubro de 1834.

⁹⁵⁹ João José Ferreira de Sousa, Tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, tinha sido nomeado em 18 de Setembro de 1826, Director das Aulas de Architectura Civil, Desenho de História, Gravura e Escultura. Procuraram então “que estes Estabelecimentos estejam reunidos debaixo de huma única direcção, que conheça immediatamente dos progressos dos Professores, e dos Discipulos de tão interessantes Artes, para dellas se tirar utilidade publica, que assás deve compensar a despesa, que se faz com os mesmos Estabelecimentos” *Gazeta de Lisboa*, Num. 233 Anno 1826 Quarta Feira 4 de Outubro, p.954.

⁹⁶⁰ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Academias. Janeiro de 1835.

⁹⁶¹ *Idem, ibidem*,

⁹⁶² LISBOA, *op.cit.*, p.338.

Durante os meses seguintes, suceder-se-iam uma série de propostas/projectos de estatutos pela Comissão entretanto criada, já no tempo do ministro Agostinho José Freire, pelo decreto de 18 de Fevereiro de 1835. Dela faziam parte Ferreira de Sousa (Presidente), Francisco de Assis Rodrigues (secretário-relator, professor da Aula e Laboratório de Escultura), e como vogais, José António do Vale (professor da Aula de Desenho de Figura), Francisco Vasques Martins (substituto da mesma Aula), João Maria Feijó (professor da Aula de Arquitectura Civil), Benjamim Comte (professor da Aula de Gravura de Paisagem e Arquitectura), juntamente com artistas ligados às obras da Ajuda ou às Obras Públicas, como eram os casos de Joaquim Rafael (pintor de História), José da Cunha Taborda (pintor de História), André Monteiro da Cruz (pintor de paisagem, flores e ornato, encarregado nas Obras Públicas), José da Costa Sequeira (arquitecto civil, empregado nas Obras Públicas), João Pires da Fonte (arquitecto civil) e João Vicente Priaz (gravador de história e empregado no Jardim Botânico e Real Museu da Ajuda)⁹⁶³ – nomes que, maioritariamente, viriam a constituir o corpo docente da Academia de Belas-Artes de Lisboa, destacando-se o facto, como refere Maria Helena Lisboa, de entre eles não se encontrar um único nome dos futuros professores da Academia Portuense...⁹⁶⁴.

Apesar das intenções positivas, a acrescer aos escassos recursos financeiros que dificultavam o avançar do projecto, alguma oposição seria gerada, sendo mesmo colocadas em causa as qualificações dos autores dos Estatutos para a Academia de Belas-Artes. Seria o próprio arquitecto Joaquim Possidónio da Silva a afirmar:

*“sem negar as boas intenções dos Redactores destes Estatutos, lhes não reconhece cabedal para esta obra sair perfeita de suas mãos, pois que todos eles vivem em um Paiz aonde não ha Artes e nenhum visitou as Academias Estrangeiras...”*⁹⁶⁵.

Quase em simultâneo avançava a ideia de fundação de um Museu Nacional de Belas-Artes, referido no projecto de Joaquim Rafael, tendo sido igualmente criada uma Comissão, esta por portaria de 11 de Fevereiro de 1835, que tinha como missão “a escolha, plano de classificação, e collocação dos quadros de Pintura reunidos no depozito de S. Francisco da Cidade, e que devem a seu tempo servir á fundação de hum muzeu nacional das Bellas-Artes”; desta Comissão faziam parte alguns dos nomes mais conhecidos dos acima mencionados: José António do Vale, António da Fonseca (“Pensionario do Estado nas Escolas de Roma”), Mauricio Joze Sendim (“Dezenhador Historico”), José da Cunha Taborda, Joaquim Rafael, Luis Duarte Vilela da Silva (Cónego da Sé Metropolitana de Lisboa) e, enquanto presidente, o responsável do DLEC, o

⁹⁶³ *Idem, ibidem.*

⁹⁶⁴ *Idem, ibidem.*

⁹⁶⁵ *Apud* SOARES, “D. Pedro, I do Brasil...”, 2014, *op.cit.*, p.393 (ANTT, MR, Mç.2122, Cx.2. Doc. sem data).

Doutor António Nunes de Carvalho⁹⁶⁶. Esta Comissão, mais pequena, era constituída por personalidades de “peso”, “clássicas” e actualizadas, como António Manuel da Fonseca, que iriam ao encontro da necessidade de identificar e escolher os melhores quadros, à luz daquele que era o gosto da época.

Entre os documentos da formação da Academia, sem aparente relação com nenhum deles, destaca-se um que enumera algumas das obras de arte, possivelmente, candidatas a um lugar no ambicionado museu nacional. Entre outras, por exemplo, lembrava-se que no Convento da Cartuxa existiam “*quadros Originais, e percioza Obra d’Esculptura, nos Claustros*”, que no Convento de S. Jerónimo de Belém existiam “*originais diverços e a famosa Biblia Sagrada Pintada com o mais dessedido apuro*”, que no Convento da Penha de França existia “*na Sacrestia o destinto Original d’Guido*” ou que na livraria do Convento de S. Francisco encontravam-se os “*dois Bustos, obra de Joaq.^m Machado, Libros Artísticos, e as Luziadas de Camoens = Oferta do Morgado Matheos*”⁹⁶⁷.

Entretanto, surgiam iniciativas privadas como a de Luiz Ferimonzi, que em finais de 1835 solicitava autorização para abrir um Ateneu de Belas-Artes⁹⁶⁸.

A ideia da Academia vinha ganhando apoios entre a comunidade intelectual. José Feliciano de Castilho, em 1836, fundou a *Sociedade dos Amigos das Letras*. Com actividade no campo das letras e uma existência efémera, concretizada em cinco números de um jornal

com o mesmo nome, nela os seus membros não deixam de promover a concretização do projecto, já com dois anos, da Academia de Belas-Artes⁹⁶⁹.

Seria apenas em Outubro de 1836, no início do Setembrismo, que debaixo das medidas reformistas de Manuel da Silva Passos (conhecido por Passos Manuel) [Fig.16], a Academia de Belas-Artes encontraria finalmente as condições para o seu estabelecimento, isto após ver os seus estatutos reajustados e os seus custos revistos. De facto, o próprio Joaquim Rafael acabaria por constatar que o seu projecto apesar de bem-intencionado e concebido era

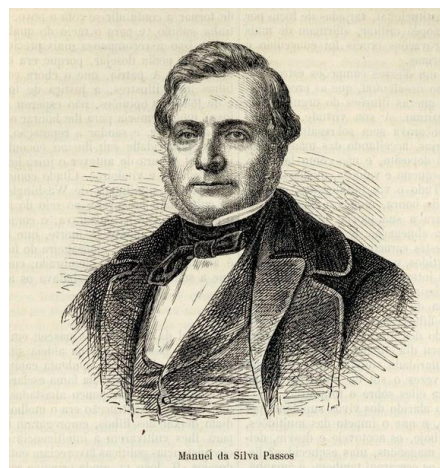


Fig.16 Manuel da Silva Passos; *Archivo Pittoresco* Vol.7, Nº37, 1864, p.289

⁹⁶⁶ ANTT, MR, Liv.1742 Avisos, fls.24-24vs.

⁹⁶⁷ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Academias. Doc. sem data.

⁹⁶⁸ ANTT, MR, Liv.1767, Nº3208. 21 de Dezembro de 1835.

⁹⁶⁹ *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, n.º1, Abril de 1836, p.3.

*“improprio das circunstancias apuradas em que actualmente existe a Nação, por ser mui vasto compreendendo oito Aullas, fora a do Nu, do que resultaria para se efectuar despesas em compatíveis”*⁹⁷⁰.

Será, no entanto, no nosso entender, injusto atribuir totalmente o nascimento das Academias a este novo governo, implantado, um mês antes, uma vez que, como já vimos, esta era uma ideia que vinha a ser construída, nomeadamente, durante o último ano. Apesar de nascida e enquadrada no espírito da Revolução Setembrista e de reforma do ensino, como salienta Vítor Serrão, a fundação da Academia lisboeta viabilizaria os antigos princípios reformistas de Agostinho José Freire⁹⁷¹.

Mas serão, de facto, os decretos setembristas a alterar o panorama nacional: logo em 23 de Outubro de 1836 era criado na Torre do Tombo, um Gabinete de Moedas e Medalhas (muitas provindas também de conventos), seguindo-se dois dias depois, a 25⁹⁷², a criação da *Academia das Bellas Artes*⁹⁷³ em Lisboa e, menos de um mês depois, a 22 de Novembro, a criação da *Academia Portuense das Bellas Artes*⁹⁷⁴, Academias que receberiam a protecção da Rainha D. Maria II e do marido, o rei consorte D. Fernando⁹⁷⁵.

Alguma compensação pela situação do encerramento da obra da Ajuda, surgia finalmente. A monarca ordenou a Passos Manuel *“que empregasse os dous filhos de Taborda, e que aposentasse o infeliz Aguiar, para assim minorar em parte o horror das passadas injustiças”*⁹⁷⁶.

Saliente-se que, Manuel da Silva Passos, no Relatório e Decreto de 25 de Outubro de 1836 relativos à criação da Academia lisboeta, não deixou de mencionar: *“chegou a crear-se uma Academia de Bellas Artes, debaixo da direcção do nosso habil Pintor, Domingos Antonio de Sequeira; mas por causas que de todos são bem conhecidas, essa medida não foi a cabo (...)”*.

⁹⁷⁰ Apud SOARES, “D. Pedro, I do Brasil...”, 2014, *op.cit.*, p.393 (Ofício de 4 de Outubro de 1836 de Joaquim Rafael a Passos Manuel, apenso ao decreto de 25 de Outubro que funda a Academia de Belas-Artes de Lisboa).

⁹⁷¹ SERRÃO, Vítor, “A ANBA entre a prática das artes e o ensino artístico: um percurso académico de sucesso”, in *Belas Artes da Academia: uma colecção desconhecida: 1836-2016*, Lisboa, 2016 (pp.41-47), p.44.

⁹⁷² Decreto Publicado no *Diario do Governo* de dia 29 de Novembro de 1836.

⁹⁷³ A academia passaria a intitular-se “Academia Real de Belas-Artes” com o decreto de D. Luís de 22 de Março de 1862.

⁹⁷⁴ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Acad. Belas Artes do Porto (1836-1843), Decreto de 3 de Dezembro de 1836, nomeava empregados e professores desta Academia. Como Director e Lente de Desenho, João Baptista Ribeiro, Lente de Pintura Histórica – Joaquim Rodrigues Braga, Substituto, Domingos Pereira Carvalho e, como 1º Agregado, Joaquim Cardoso Victoria.

⁹⁷⁵ AHE, AITC, MR98 – Relatórios do Ministério 1836-1842, p.9. 23 de Maio de 1837. Relatório de Manuel da Silva Passos.

⁹⁷⁶ *Idem, ibidem*.

Os estatutos que acompanhavam estes dois documentos, todos impressos, não faziam alusão a agregados ou restauros⁹⁷⁷.

Em vésperas de criação da Comissão Administrativa do DLEC, no final do ano de 1836, a Academia fez chegar ao Governo as suas necessidades imediatas que, como veremos no capítulo IV, logo foram atendidas. Estas iam basicamente ao encontro de uma necessidade de “acomodação” à sua existência enquanto nova “gestora” das Belas-Artes em Portugal:

“(…) que V. Mag.^{de} haja por bem ordenar que se facilite á Academia todo o espaço do edificio do extincto convento de S. Francisco da Cidade, que a mesma Academia escolher para se estabelecerem as differentes Aulas, e mais objectos de exercicio, e estudo Academico, por isso que o espaço que com difficuldade lhe tem cedido o Encarregado do Depozito das Livrarias dos Extinctos Conventos, não é sufficiente para se accomodar a mesma Academia. Igualmente ousa a Academia pedir a V. Mag.^{de} a graça de ordenar que todos os quadros, que estão depozitados no mencionado edificio, sejam immediatamente entregues, (como é proprio) á inspecção, e posse da Academia, a fim d’esta poder classificar os mesmos quadros, e designar aquelles que devem servir de estudo aos Discipulos, e mais Artistas que se dão a estas applicações : alcançando-se assim o meio de empregar varios Artistas aggregados, para tirarem copias, lithografarem, e gravarem uma collecção selecta, e respeitavel dos nossos Pintores classicos sendo para estes fins igualmente preciso que o dito Encarregado entregue á Academia uma relação especial dos quadros dos Extinctos conventos, que ainda não forão recolhidos ao Depozito, e existem em differentes pontos do Reino; sendo a mesma Academia authorisada para requizitar da repartição das Obras Publicas a continuação dos preparos dos referidos quadros, que ate agora erão confiados ao dito Encarregado das Livrarias. (...)”⁹⁷⁸.

A nova Academia de Belas-Artes criada “com o fim de promover a civilização dos Portuguezes, difundindo por todas as classes o gosto do bello, e proporcionando ás Artes e Officios meios de melhoramento pela elegancia das fórmulas de seus artefactos”⁹⁷⁹, ocasionava, segundo o já referido ministro, *muito menor despesa* do que a realizada até 1833 com as Aulas

⁹⁷⁷ ANTT, MR, Mç.2122 Academias, Cap. ABAL 1840-43. 25 de Outubro de 1836.

⁹⁷⁸ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Offícios. 29 de Dezembro de 1836.

⁹⁷⁹ AHE, AITC, MR98 – Relatórios do Ministério 1836-1842, p.10. 23 de Maio de 1837. Relatório de Manuel da Silva Passos. A Academia de Belas-Artes de Lisboa tinha então como Sub-Inspector o Conde de Farrobo e a Academia Portuense o Visconde de Beire, cargos exercidos gratuitamente. Domingos António Sequeira seria nomeado Director Honorário da Academia de Lisboa e Comendador da Ordem de Cristo tendo, no entanto, falecido em Roma antes que lhe chegasse esta notícia. *Ibidem*.

e estabelecimentos que veio substituir “*e com o mais que em Portugal se gastava com Artistas*”⁹⁸⁰.

Quando, em Maio de 1837, Manuel da Silva Passos escreve estas palavras em relatório, a Academia de Belas-Artes de Lisboa encontrava-se já colocada, embora ainda decorressem obras no extinto Convento de S. Francisco da Cidade, junto do DLEC⁹⁸¹. Segundo aquele Ministro, o edifício dispunha das comodidades necessárias para as várias valências (Aulas, Biblioteca, etc.), entre as quais uma Galeria⁹⁸². Ocupada da classificação e restauro dos quadros – “*de que ha muitos no Deposito, e são d’um subido valor*” – a Galeria (ou ambicionada...) era “*rica em Quadros Portuguezes muitos dos quaes são do Grão Vasco, e de outros insignes Pintores antigos e modernos*”⁹⁸³.

Acerca da CADLEC referiria: “*não se descuidará de fazer arrecadar aquelles Quadros, e objectos que possam enriquecer o Museu e a Galleria.*”⁹⁸⁴

É curioso verificar que Passos Manuel fala aqui de dois projectos separados: “o Museu” e “a Galleria”. A segunda, especificamente de Pintura, estaria umbilicalmente ligada à Academia, prestando-se também a ter uma finalidade académica. No entanto, ambos estavam dependentes das arrecadações da Comissão que então administrava o DLEC, o que reflectia sobremaneira o quanto este tipo de projectos dependiam dos antigos espólios conventuais, sem os quais dificilmente poderiam ser criados, uma vez que as condições económicas e financeiras do país o impossibilitavam.

O governo contava com esta Academia, para ajudar, pelos seus meios artísticos, no esforço de exaltação do passado, que passava pelo enaltecimento das grandes figuras nacionais. Os Varões Ilustres estarão na ordem do dia, mais uma vez com os antigos cenóbios a contribuírem significativamente para que possam ser reunidos um conjunto de quadros que os retratem. A respeito desse assunto, esperava-se que aquele estabelecimento fizesse “*a Collecção dos Retratos dos Varões e Donas Illustres de Portugal*”, realizando também bustos, trabalho que estaria já a ser executado pelos Professores de Escultura⁹⁸⁵.

Para além disso, se a Academia encontrasse a protecção dos futuros ministros exigida pela “civilização actual”, Passos Manuel confiava que a *nossa industria* receberia *nova força e alento*⁹⁸⁶.

⁹⁸⁰ *Idem, ibidem.*

⁹⁸¹ *Idem, ibidem.* Dizia então já ali estarem colocadas as Aulas de Escultura, Desenho e Architectura.

⁹⁸² *Idem, ibidem.*

⁹⁸³ *Idem, ibidem.*

⁹⁸⁴ *Idem, ibidem.*

⁹⁸⁵ *Idem, ibidem.*

⁹⁸⁶ *Idem, ibidem.*

Ao contrário do estabelecimento congénere lisboeta, a Academia Portuense – na qual entre os cursos ministrados constavam alguns que visavam substituir os até aí existentes na Academia Real da Marinha e Comércio, transformada então em Academia Politécnica⁹⁸⁷ –, como reconhecia Passos Manuel, não ia com tantos progressos, apesar de já instalada, e com Aulas a funcionar⁹⁸⁸.

Conflitos internos da Academia com o próprio Director Geral, João Baptista Ribeiro, que aquele estabelecimento leva às mais elevadas instâncias, ajudam a entender os atrasos⁹⁸⁹. No entanto, ao contrário de Lisboa, que precisava de estabelecer uma galeria, ali o Museu Portuense, apesar das mais diversas vicissitudes, encontrava-se mais ou menos delineado.

Passos Manuel sintetizaria as vantagens da criação dos novos estabelecimentos, aludindo à influência que eles tinham directa e indirectamente na sociedade:

*“O Ministro do Reino (...) economisa quando gasta, proporcionando meios de honesta diversão, e passatempo á mocidade, e a todas as classes da Sociedade, tirando por este meio a occasião dos vicios e crimes, que vem da ociosidade; economisa quando gasta com Academias de Bellas Artes, e Conservatorios de Artes e Officios, e Escolas applicadas ás Artes; por quanto assim anima, e facilita o trabalho, e dá um poderoso impulso á riqueza, e á virtude publica e particular : economisa finalmente quando despende com as cousas, e Estabelecimentos necessarios, ou uteis, e que contribuem para adoçar os costumes, inspirar a piedade, humanidade, e amor da justiça, e do bem publico (...)”*⁹⁹⁰

E, tendo em consideração o relatório geral, ironizava:

*“Tal é, Senhores, o resultado pavoroso da criação de tantos Lycêos, Academias, Pantheons, Conservatorios, e outros Estabelecimentos, cujos nomes desusados tem aterrado as almas fracas, e servido de thema aos implacaveis inimigos de todos os progressos sociaes. (...)”*⁹⁹¹.

⁹⁸⁷ Os cursos de Architectura Civil e Architectura Naval e Cartas Geográficas. A Academia Real da Marinha e Comércio tinha sido criada em 1803, iniciativa da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. LISBOA, *op.cit.*, p.99.

⁹⁸⁸ AHE, AITC, MR98 – Relatórios do Ministério 1836-1842, p.10. 23 de Maio de 1837. Relatório de Manuel da Silva Passos.

⁹⁸⁹ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Acad. Belas Artes do Porto (1836-1843), Abril-Maio de 1837. Acerca destes conflitos *vide* LISBOA, *op.cit.*, pp.99-104.

⁹⁹⁰ AHE, AITC, MR98 – Relatórios do Ministério 1836-1842, p.37. 23 de Maio de 1837. Relatório de Manuel da Silva Passos.

⁹⁹¹ *Idem, ibidem*, p.15.

De salientar o apoio que Almeida Garrett, autor do *Ensaio sobre a História da Pintura*, antigo exilado, braço direito de D. Pedro IV, deu ao projecto de fundação das Academias de Belas-Artes, nomeadamente, a de Lisboa – da qual seria nomeado Académico Honorário logo em Fevereiro de 1837⁹⁹² – e que, enquanto deputado continuaria a dar, opondo-se a medidas políticas que previam a diminuição dotação da Academia de Belas-Artes de Lisboa⁹⁹³. Atitudes e méritos que o levaram a ser sócio e académico honorário de outras agremiações culturais.

Reconhecendo que o culto das artes plásticas em Portugal, mesmo depois da fundação das Academias de Belas-Artes, “nunca foi verdadeiramente popular”, Garrett fundará em 1843, em plena ditadura cabralista, a *Associação d’artistas e homens de letras*, que tinha como objectivos

“diffundir os bons princípios, vulgarisar o conhecimento dos bons exemplos, vir em auxilio da sublime e patriotica idea que organisou a Academia das Bellas-Artes de Lisboa e os outros Institutos connexos, illustrar as nossas glorias artisticas, esclarecer a opinião em todos estes pontos tam importantes”⁹⁹⁴.

Para cumprir esta missão seria publicado o inovador *Jornal de Bellas Artes*⁹⁹⁵, periódico dedicado à reflexão crítica sobre história e crítica da arte⁹⁹⁶, que ambicionava “fazer o inventário ilustrado das riquezas que temos”, assim como dar “notícia de todas as ocorrências, descobrimentos ou novas produções que interessarem à arte, e que são a sua história contemporânea”⁹⁹⁷.

Presidida por Garrett e com vice-presidência do professor da Academia de Belas-Artes de Lisboa, António Manuel da Fonseca, da Associação fariam parte nomes tão destacados como Augusto Roquemont, C. Legrand, Maurício José Sendim, Manuel Maria Bordalo Pinheiro, Alexandre Herculano, António Feliciano de Castilho ou José da Silva Mendes Leal Júnior.

Como referem Clara Soares e Maria João Neto o conhecimento por parte de Garrett – já por diversas vezes exilado em França e Inglaterra – da existência de sociedades eruditas congêneres como a *Royal Society of Arts*, a *Royal Society of British Artists* (ambas em Inglaterra), ou a *Société des Amis des Arts* estabelecida em Paris em 1790 e à qual pertencia o Barão Taylor, deverão ter contribuído para o enriquecimento da experiência associativa que vai desenvolver em Portugal, apoiada por um conjunto eruditos mobilizados pelos mesmos ideais⁹⁹⁸.

⁹⁹² SOARES, Clara Moura; NETO, Maria João, *Almeida Garrett: A “Viagem” e o Património*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, p.44.

⁹⁹³ *Idem, ibidem*.

⁹⁹⁴ A.G., “Introdução” in *Jornal das Bellas Artes*, n.º 1, Outubro de 1843, Lisboa, s.n.

⁹⁹⁵ Acerca deste assunto vide SOARES, NETO, *Almeida Garrett...*, 2015, *op.cit.*, pp.49-58.

⁹⁹⁶ *Idem, ibidem*, p.52.

⁹⁹⁷ *Apud idem, ibidem*, p.49.

⁹⁹⁸ SOARES, NETO, *Almeida Garrett...*, 2015, *op.cit.*, pp.47-48.

A criação das Academias de Belas-Artes, sobretudo a de Lisboa, revelou-se fundamental na concepção de uma base académica que serviria de “apoio” à resolução de “problemas” relacionados com a arte e o património. Forneceria, de uma forma mais organizada e teoricamente mais eficaz, artistas capazes de responder a eventuais encomendas estatais que passavam não apenas pela criação, mas pela conservação e restauro, aspecto que, como veremos, apesar de tardar a ser “profissionalizado”, seria fundamental (embora muitas vezes incapaz de responder adequadamente às solicitações), nomeadamente, na preservação do património pictórico dos extintos conventos. A formulação de pareceres pelos Académicos, profissionais acreditados, aos quais os governos sistematicamente recorreriam quando se encontrava em causa decisões relacionadas com a gestão patrimonial/artística, demonstra a importância e a influência que estes, sob o manto da Academia, acabavam por ter directa e indirectamente na política, na sociedade e, de certa forma, na economia. Das suas avaliações e escolhas, resultaram a preservação de muitos objectos artísticos para o Estado, mas igualmente, a venda ou mesmo destruição de outros.

Capítulo IV

O Depósito das Livrarias dos
Extintos Conventos e outros
depósitos

1. O grande Depósito de S. Francisco da Cidade: origens e funcionamento

No Alvará de criação da Real Biblioteca Pública da Corte, datado de 29 de Fevereiro 1796, aquele estabelecimento foi investido de um papel de “*thesouro de todas as Artes e Sciencias*”, devendo ser um depósito “*não só de todos os conhecimentos humanos, mas também dos meios mais proprios para conduzir os homens a conseguirem a virtuosa sabedoria*”⁹⁹⁹.

Pela acção do seu primeiro Bibliotecário-Mor, António Ribeiro dos Santos (1745-1818)¹⁰⁰⁰ [Fig.17] erudito com especial sensibilidade cultural, este papel nuclear veio a ser incrementado e reforçado, através do diploma de 4 de Fevereiro de 1802. A sua representação, ao então príncipe regente D. João, acerca da importância não apenas para o conhecimento das Antiguidades Sagradas e Políticas e “*illustração das Artes e das Sciencias*”, mas também “*para ornamento da mesma Bibliotheca, formar-se nella hume grande Collecção de Peças de Antiguidade e raridade (...)*”¹⁰⁰¹, levou aquele monarca a lembrar a disposição do Alvará de Lei de 1721¹⁰⁰², no qual D. João



Fig.17 Autor desconhecido; **António Ribeiro dos Santos**; c. 1790; óleo sobre tela, 70,5x55 cm. BNP: Inv. 10931.

V, tinha ordenado em benefício da Academia Real da História Portuguesa “*a conservação e integridade das Estatuas, Marmores, Cippos, Laminas, e outras peças de antiguidade, em que se achassem figuras, letreiros, ou caracteres (...)*”¹⁰⁰³. Ordenava-se agora, mandar novamente publicá-lo “*para se pôr em inteira e plena observancia, a bem da Real Bibliotheca de Lisboa.*”, ficando a pertencer ao Bibliotecário-Mor as funções relativas à correspondência com as Câmaras “*sobre os monumentos que se acharem*”, o qual devia levar os diversos assuntos ao conhecimento do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e ao Inspector Geral

⁹⁹⁹ Alvará de criação da Biblioteca Pública, datado de 29 de Fevereiro de 1796 (BNP, B.656/1 A). Ali, para além dos livros, devia ser possível encontrar “*os monumentos mais respeitaveis das mesmas Artes e Sciencias*”.

¹⁰⁰⁰ António Ribeiro dos Santos, breve biografia disponível em

<http://www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/AntonioRibeiroSANTOS> (consultado pela última vez em 25-06-2016). Acerca desta personalidade veja-se SILVA, Innocencio, *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos ... Applicaveis a Portugal e ao Brasil*, I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, pp.247-250.

¹⁰⁰¹ Alvará de 4 de Fevereiro de 1802 (disponível em <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p73>). A representação de António Ribeiro dos Santos data de menos de um mês antes, dia 9 de Janeiro. BNP, AH, BN/DGA/04/Lv01 Copiadores de Correspondência 1795-1804, pp.50-51.

¹⁰⁰² 20 de Agosto de 1721, “Alvará, em que se declarou, que incorresse nas mesmas penas dos que fabricao moeda falsa a pessoa, que desfizesse edificio, estatua, mármore, lamina, ou chapa, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros antigos, ou desfizer moeda, ou medalha antiga.”. Disponível em <http://legislacaoeregia.parlamento.pt/V/1/104/146/p109>.

¹⁰⁰³ 4 de Fevereiro de 1802, fazendo alusão ao Alvará de 1721. Aqueles objectos eram então reconhecidos como de importante interesse histórico.

da Real Biblioteca de Lisboa, de modo a que o príncipe regente pudesse ordenar as necessárias providências relacionadas com a compra de medalhas, lâminas e outros objectos, ou à conservação dos mesmos “*e outras quaesquer que sejam convenientes nesta materia*”¹⁰⁰⁴.

Foi imbuída destas funções que, como já vimos anteriormente, em 1823, a Biblioteca se viu naturalmente envolvida no processo de recolha e arrecadação das livrarias, pinturas e mais objectos dos conventos então suprimidos, tarefa na qual participaram directamente os seus funcionários e para a qual terá chegado a ser criado um depósito pioneiro no Convento da Estrela, projecto que, devido a alterações políticas terá durado poucos meses.

Seria apenas onze anos depois, e num contexto similar – também relacionado com a supressão de conventos – que a Biblioteca voltaria a ver destacado o seu cariz de protecção e instrução, impulsionado pelo implementar das políticas liberais, iniciativas de D. Pedro e dos seus ministros.

No documento de 1 de Março de 1834 (anterior ao decreto de extinção), “Memória sobre a constituição de bibliotecas populares em Lisboa”, oferecida a Joaquim António de Aguiar, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o padre José Portelli (1764-1841)¹⁰⁰⁵, propunha a fundação de Bibliotecas Públicas Nacionais em todo o Reino e, nomeadamente de três, em Lisboa, alimentadas pelos espólios já existentes, “*pela supressão dos Conventos dos Regulares [que] já forão ou vão a ser incorporados nos proprios do Estado*” e pelos bens provenientes dos sequestros ao património dos rebeldes¹⁰⁰⁶. Para tal, devia ser incumbida a designada Comissão das Bibliotecas de receber no local destinado a uma biblioteca central “*todos os livros e mais objectos d’esta que hão-de servir para a formação das trez Bibliothecas Geraes e das dos Estabelecimentos destinados para ensino e instrucção publica*”¹⁰⁰⁷.

As bibliotecas deveriam ser “*de tal modo organizadas que se excusasse o grande numero de Officiaes e Empregados da actual Bibliotheca Pública*”¹⁰⁰⁸ e seriam instaladas uma na parte

¹⁰⁰⁴ Alvará de 4 de Fevereiro de 1802.

¹⁰⁰⁵ Já durante o vintismo tinha apresentado uma memória, “Primeiras linhas sobre a formação da Bibliotheca das Côrtes” (*Diario das cortes geraes e extraordinarias da nação portugueza: January 26, 1821 - April 4, 1821*, Impressão Nacional, 1821 p.225) Sacerdote da Congregação do Oratório. Escritor e pedagogo, considerado um “littérateur très-érudit.” Foi professor de Filosofia Racional e Moral no Real Colégio dos Nobres, onde também ocupou o cargo de reitor. Participou em 1810 no movimento “Septembrizada” e constava da “Lista dos Jacobinos mandados sair de Lisboa como incorrigíveis e teimosos”. Foi eleito membro do tribunal especial da liberdade de imprensa. Pertenceu à Maçonaria e foi perseguido pelos seus ideais liberais. Em 1833 era deputado da Junta do Melhoramento (*Chronica Constitucional de Lisboa*, 24 de Dezembro de 1833, Nº130, p.717) SANTOS, Cândido, *O Jansenismo em Portugal*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Porto, 2007, p.44 e BALBI, Adrien, *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et D’Algarve, comparé aux autres états d’Europe...*, Tome Seconde, Paris, Rey et Gravier Libraires, 1822, p.cxlx; *Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*, vol. 4, p.3441.

¹⁰⁰⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/34/Cx05-07. 1 de Março de 1834.

¹⁰⁰⁷ *Idem, ibidem*.

¹⁰⁰⁸ *Idem, ibidem*.

oriental, outra na ocidental e a terceira no centro da capital. Para esta última, central, Portelli propunha um verdadeiro centro cultural. Para além de acolherem as obras literárias mais selectas, ali deveria ser instalado um Gabinete de Medalhas, Gabinetes de Pintura, estampas e desenhos, e um Gabinete de Escultura – “*os quaes todos pertencão ao Estado por dotação, aquisição ou incorporação*” – e Oficinas de Tipografia, Litografia e Gravura¹⁰⁰⁹. Para além destas valências, introduzia igualmente um novo elemento:

“*hum Deposito Geral que deve haver em Lisboa para a formação das Bibliothecas geraes Publicas e das dos Estabelecimentos destinados para ensino e instrucção publica*”¹⁰¹⁰.

Na sequência desta Memória, da qual teve conhecimento, a 20 de Março de 1834, o Director da Biblioteca Pública, Joaquim Larcher¹⁰¹¹, incumbido de *tomar conta* das livrarias dos conventos suprimidos e das sequestradas aos rebeldes, expunha a Joaquim António de Aguiar a necessidade de se estabelecer um *deposito geral* no qual elas fossem recolhidas e os livros classificados, de modo a serem posteriormente distribuídos por Bibliotecas Públicas que futuramente se formassem¹⁰¹². Desde logo, era exposta a necessidade de encontrar um local espaçoso e central, sendo lembrado o Convento da Boa-Hora, então ocupado pelo quartel do Comércio e pela Comissão da Dívida Pública¹⁰¹³. A este plano não escapavam a ideia de que implicaria despesas¹⁰¹⁴ e que trazia acréscimo de trabalhos, nomeadamente, braçal, sendo por isso necessário contratar *pessoas de fora*. Para além destes aspectos era preciso garantir a segurança, devendo ser “*guardado por huma sentinella constante*”¹⁰¹⁵.

A ideia de Larcher, baseada na de José Portelli, indo ao encontro de medidas já anteriormente tomadas em relação aos conventos do Porto, claramente influenciada pelas medidas similares francesas, terá tido especial acolhimento por parte de D. Pedro, Regente, que em 14 de Abril mandou emitir uma portaria no sentido

¹⁰⁰⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁰¹⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁰¹¹ Por decreto de 25 de Fevereiro de 1834 D. Pedro encarregava Joaquim Larcher da direcção da Biblioteca Pública, enquanto não fosse tomar conta da administração da Província do Alentejo. BNP, AH, BN/DGA/03/Cx07 Correspondência dos Directores. Em Outubro de 1835 ocuparia o cargo de Governador Civil do Distrito de Lisboa.

¹⁰¹² BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, p.8. 20 de Março de 1834.

¹⁰¹³ *Idem, ibidem.*

¹⁰¹⁴ A mudança, colocação de estantes e mesas devia ser feita pelas Obras Públicas. Para pagamento dos trabalhos (contratação de pessoal extra) o bibliotecário pedia autorização para “incluir na folha, como fazendo parte da prestação que a Bibliotheca recebe do Thesouro a addição suplementar de sessenta mil reis mensaes pelo tempo somente que este serviço extraordinario durar.” BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, p.8. 20 de Março de 1834.

¹⁰¹⁵ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, p.8. 20 de Março de 1834.

*“que se indicasse hum edificio para se estabelecer hum deposito geral em que fossem recolhidos todas as Livrarias pertencentes aos extinctos conventos”*¹⁰¹⁶.

Cerca de um mês depois, a 22 de Abril, já com Vasco Pinto de Balsemão¹⁰¹⁷ [Fig.18] na Direcção da Biblioteca da Corte (1834-1843), um ofício idêntico era enviado ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Joaquim António de Aguiar, sendo a grande diferença o local indicado para o seu estabelecimento:

*“Quanto a local, na falta d’outro proximo lembro o Convento de S. Francisco de Xabregas na parte que tem servido de Quartel, e que ainda os Frades conservão de voluto á disposição do Ministro da Guerra; o qual posto que distante, he o único que se encontrou mais apto, e desembaraçado”*¹⁰¹⁸.



Fig.18 Autor desconhecido; *Vasco Pinto de Sousa Coutinho (4º Visconde de Balsemão)*; c.1860; óleo sobre tela, 82x61cm. BNP: Inv. 14439.

As sugestões propostas no ofício/representação de Balsemão seriam aprovadas, com excepção do local indicado, o Convento de Xabregas, devido a “*ser mui retirado da Cidade*”; no entanto, o exame de outros edificios, como os Palácios do ex Marquês de Tancos, do ex Conde de Almada, de Vasco Lourenço, do Convento do Desterro, entre outros, levaria a que este Bibliotecário os achasse impróprios para o fim proposto – fosse pelo seu estado de ruína, falta de segurança, perigo de incêndios, vizinhança ou falta de capacidade –

¹⁰¹⁶ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, p.23. Portaria referenciada em ofício de 9 de Julho de 1834, de Vasco Pinto de Balsemão a Bento Pereira do Carmo.

¹⁰¹⁷ Vasco Pinto de Sousa Coutinho (de Balsemão) (1802-1862) – Bibliotecário-Mor da Biblioteca Pública de Lisboa. Faria parte da Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos. Membro da subsecção de Matemáticas (único) e da subsecção de Ciências Civas e Políticas. Foi 4º Visconde de Balsemão, irmão do 3º Visconde, Luiz José Perestrelo. Casou com D. Maria da Penha Perestrelo da Costa Sousa de Macedo. Em 1822 assentou praça como aspirante da marinha, passando em 1825 para a Cavalaria 7, tornando-se em 1826, alferes. Partidário dos liberais, Balsemão serviu, às ordens do general José Correia e Melo, contra as forças absolutistas. Foi nomeado, em 1828, coronel das milícias da Maia emigrando algum tempo depois para França onde publicaria, no ano de 1832, em Paris *Memórias sobre algumas antigas côrtes portuguesas, extraídas fielmente de manuscritos autênticos da Biblioteca Real de Paris*. Regressado a Portugal serviu sob as ordens do marechal Saldanha, desde 1833 até à convenção de Évora-Monte. Em 1834 foi nomeado bibliotecário interino da Biblioteca Pública de Lisboa, passando pouco depois a efectivo. Já em 1843 foi transferido para a Biblioteca Pública do Porto, cargo que não aceitou o que terá levado à sua exoneração em 1844. Acabou por ser nomeado, um ano depois, para secretário da legação em Madrid, capital onde nos anos de 1847 e 1848 seria encarregado de negócios. Foi neste posto, que se viu transferido para a Áustria, onde serviu nos anos de 1849-1851. Em 1852, com cinquenta anos, passou à disponibilidade, com honras de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário. Foi Par do Reino, por sucessão. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. IV, pp.78-79, Lisboa Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, s.d.

¹⁰¹⁸ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, p.14. 22 de Abril de 1834.

propondo novamente, desta feita, ao agora Ministro Bento Pereira do Carmo¹⁰¹⁹, que lhe fosse cedido o Convento de S. Francisco de Xabregas “*naquella parte que tem servido de Quartel Militar, e que os Frades ainda conservão desoccupado.*”¹⁰²⁰

Uma vez que até então não se achara outro edifício que correspondesse às necessidades, aquele ministro acabará por, no início de Maio de 1834, oficiar ao Ministro da Justiça, Joaquim António de Aguiar, solicitando que este desse as ordens necessárias para “na falta de outro melhor e mais central”, ser posta à disposição do encarregado da direcção da Biblioteca Pública esta parte daquele antigo convento¹⁰²¹. Poucos dias depois Balsemão pedia que Francisco Paula Barreto da Veiga Pinto e Jose Joaquim do Valle fossem nomeados “*officiaes extraordinarios, para serem empregados durante os trabalhos do Deposito das Livrarias*”¹⁰²². Nesse mesmo mês, constatando que a parte do convento de Xabregas estava vazia de tropa, reiterava que este fosse posto à disposição da Biblioteca¹⁰²³.

A demora em escolher um local para estabelecer o depósito geral estaria já a colocar em causa a segurança das livrarias, levando a que, em Junho de 1834, Balsemão mencionasse a conveniência de mandar um empregado da Biblioteca zelar pela segurança delas: fazendo fechar e selar as de Lisboa, ordenando-se que fossem constantemente vigiadas por uma sentinela (o que dizia seria muito fácil, uma vez que se achavam aquartelados em todos os conventos corpos militares, devendo ficar os comandantes destes, responsáveis pela segurança), e fazendo conduzir para Lisboa as dos conventos do Termo da capital “*por ser impraticavel o vigiallas a grande distancia*”¹⁰²⁴.

Todavia, rapidamente aquele edifício seria descartado, uma vez que lhe seria atribuída outra ocupação, levando o Bibliotecário a propor o Convento da Sr^a do Monte do Carmo, por ser aquele que lhe parecia então “*o mais apto nesta Cidade para se effectuar o mencionado deposito*”¹⁰²⁵. Mas ali também já se encontrava instalado o Instituto Ameliano...¹⁰²⁶.

¹⁰¹⁹ Bento Pereira do Carmo (1776-1845) desempenhou o cargo entre Abril e Setembro de 1834.

¹⁰²⁰ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02 p.17. 2 de Maio de 1834.

¹⁰²¹ ANTT, MR, Liv. 1735 Avisos. 5 de Maio de 1834.

¹⁰²² BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02 pp.18-19. 9 de Maio de 1834.

¹⁰²³ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02 pp.22-23. 23 de Maio de 1834.

¹⁰²⁴ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02 p.25. 26 de Junho de 1834 Ofício de Vasco Pinto de Balsemão a António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão.

¹⁰²⁵ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02 p.23. 9 de Julho de 1834, Ofício de Vasco Pinto de Balsemão a Bento Pereira do Carmo.

¹⁰²⁶ BARATA, Paulo J. S., *Os livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública, uma alteração de paradigma.*, BN, Lisboa, 2003, p.30. A 28 de Junho de 1834 Ofício de Agostinho José Freire para o marechal de campo Carlos Frederico de Caula, inspector das obras militares, sobre a entrega das chaves do Convento do Carmo ao padre José dos Reis para ali estabelecer o Instituto Ameliano. AHM, Assuntos Gerais Militares, Caixa nº 24 (PT/AHM/DIV/3/50/24/27)

Entretanto, portaria de 15 de Julho de 1834, expedida pelo Ministério da Fazenda – que até à data não foi possível localizar – ordenava “*que se sustasse a venda dos quadros, e pinturas pertencentes ás Cazas Religiosas extinctas*”¹⁰²⁷, o que não só demonstrava um especial interesse em defender o desmembrar do património pictórico dos antigos conventos, mantendo-o na posse do Estado, mas também que novos projectos estariam já em curso. Nesse sentido iriam também as portarias de 19 de Agosto e de 14 de Setembro desse ano. Pela primeira

“*se mandou que os Prefeitos vendessem todos os bens moveis e semoventes dos conventos, excepto os objectos que immeditamente serviam ao culto divino, livrarias, e trastes de oiro e prata, e os que por qualquer motivo se julgassem preciosos (...)*”;

e pela segunda se ordenava que fossem postos “*á disposição do Ministro do Reino livros, quadros e pinturas dos extinctos conventos*”¹⁰²⁸.

Tornava-se cada vez mais urgente providenciar a arrecadação das livrarias conventuais¹⁰²⁹. Na ausência de Pinto Balsemão, Francisco de Paula da Silveira, conservador da Biblioteca, depois de ter examinado diversos edifícios, levava a Bento Pereira do Carmo uma nova proposta: o Convento de S. Paulo 1º eremita, vulgo Paulistas, solução para a qual também era necessária “desalojar” dois quartéis dos extintos Batalhões Nacionais e o Tribunal de Direito do 3º Distrito. O convento dos Paulistas, para além de ser considerado o *mais apropriado* e que mais comodidades oferecia era dotado de

“*proporções para se formar com modica despesa, huã Bibliotheca regular, em que não appareçam os grandes defeitos da actual; (...) accrescendo a vantagem do aproveitam^{to} da rica e ellegante casa em que os religiosos tinham a Livraria*”¹⁰³⁰.

¹⁰²⁷ A portaria em questão é referida em officio de 20 de Outubro de 1834 do Prefeito Interino do Alentejo José Maria Grande, ao Bispo Conde Fr. Francisco (ANTT, MR, Mç.1914 b)) e em *José da Silva Carvalho e o seu tempo* (compilação anotada por Antonio Vianna), Vol.II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p.338 – “Pela portaria de 15 de Julho de 1834, se deram providencias para a conservação de pinturas, painéis e quadros. Foi expedida a todos os prefeitos.”

¹⁰²⁸ A portaria de 19 de Agosto foi publicada na Gazeta Official Nº48 de 1834. Em *José da Silva Carvalho e o seu tempo ...*, 1894, *op.cit.*, p.338.

¹⁰²⁹ Nesse sentido, a 18 de Agosto de 1834, seria expedida nova portaria pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Referida a 23 de Agosto de 1834 (BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, pp.34-35). Segundo refere Paulo Barata, antes da constituição do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos as primeiras medidas relativas à arrecadação destas livrarias foram emanadas pela Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas. BARATA, *Os Livros e o Liberalismo ...*, 2003, *op.cit.*, p.26.

¹⁰³⁰ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, pp.34-35. 23 de Agosto de 1834. Silveira alertava ainda: “Todas as representações que até agora tem feito os Encarregados na Direcção desta Bibliotheca para obter hum Deposito appropriado para receber as Livrarias dos Conventos extinctos, forão julgados menos urgentes em relação a outras applicações; mas V.Ex.^a cujo amor pelas Letras he reconhecido, verá q. hum Estabelecim^{to} tal não he a nenhum segundo, e que por maior q seja a vigilancia da Authoridade, a cujo cargo esteja a fiscalisação do Impressos e Manuscriptos, mal podera obstar a extravios talvez irreparaveis de obras unicas, maiorm.^{te} q. do esta fiscalisação he espalhada p.^r m.^{ta} distancia, e p.^r m.^{tos} e diversas pessoas (...)” *Ibidem*. A 17 de Setembro de 1834 voltam a insistir nesta hipótese. BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02 pp.38-39.

Apesar de até aqui apenas se aludir a Livrarias, elas, na maioria das vezes, continham mais do que apenas livros ou documentos. Pinturas, bustos, mapas, objectos científicos, entre outros, encontravam-se entre os seus recheios. E, desde logo, terá existido a consciência de que, à semelhança do que tinha sido já constatado no Porto, os bens conventuais eram muito mais vastos, nomeadamente os artísticos e científicos. Deste modo, o Bibliotecário-Mor, lembrando-se também do cariz que estava impresso no Alvará de criação daquele estabelecimento, passou a pedir que fossem postos à sua disposição, não só as Livrarias, mas também “*todos os mais objectos de Artes, e Sciencias*” pertencentes aos extintos conventos, então ainda especificamente os da Estremadura, sendo para isso autorizado a enviar um empregado para se entender com o Prefeito, “*por [este] ser hum dos encarregados da arrecadação dos bens pertencentes aos ditos conventos*”¹⁰³¹.

1.1. O Doutor António Nunes de Carvalho: tempos de construção

O falecimento de D. Pedro, parece marcar uma viragem no rumo que o processo de recolha de livrarias e outros objectos conventuais vinham seguindo. Dava-se a ascensão da figura do Doutor António Nunes de Carvalho (Viseu, 1786 – Coimbra, 1867) [Fig.19], em detrimento da do Bibliotecário-Mor e do papel do estabelecimento a que presidia.

Nunes de Carvalho, pelo seu percurso de vida¹⁰³² e interesses, ia ao encontro da expectativa do momento, das exigentes tarefas relacionadas com a recolha de espólios dos antigos conventos. Durante a sua vida revelou um especial interesse pela memória, provavelmente fomentado pelo estreito contacto com D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814), que o chamou, em

¹⁰³¹ 18 de Agosto de 1834 Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, por Bento Pereira do Carmo, em resposta a ofício do Bibliotecário-Mor, presente ao Regente, com data de 9 de Agosto. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01 publicada na *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes...*, Quarta Serie, 1837, pp.10-11.

¹⁰³² Nunes de Carvalho iniciou o seu percurso no Colégio Oratoriano de S. Filipe de Néri, instituição onde, revelando grande brilhantismo, foi convidado em 1804 para professor substituto da cadeira de Latim. Após Évora, o destino seria Coimbra, onde em 1809 era professor de Lógica no Real Colégio das Artes. Formado em Cânones e Leis, em 1822 doutorou-se em Jurisprudência e passou a ser professor efectivo da Universidade. A sua adesão à Causa Liberal fez com que em 1823 fosse incluído na lista de lentes conotados com o liberalismo e que em 1828 tivesse de abandonar Coimbra devido a razões políticas relacionadas com o triunfo do absolutismo miguelista. As circunstâncias políticas e perseguições miguelistas levaram-no ao exílio, primeiro na Galiza e depois em Inglaterra em França. *Gazeta de Portugal*, 27 de Junho de 1867, n.º 1372, p.1.; BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.33; RODRIGUES, Rute Massano, “Pitoresco e romantico”: premissas para a conservação do sítio da Arrábida, segundo António Nunes de Carvalho, responsável do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos.” in *ARTis ON*, 1 (2015), (pp.223-230), p.224, disponível em <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/29> (consultado pela última vez em 7-08-2016).

1806, para leccionar Humanidades em Évora e com quem “*completou a sua educação litteraria, e adquiriu aquelle extremado amor pelas letras e pelos seus cultores, que foi a paixão dominante de toda a sua vida*”¹⁰³³. Cenáculo era um coleccionador – também de pintura – que se interessava pela construção de uma memória nacional, algo que precocemente o direccionava para o romantismo, e que terá influenciado Nunes de Carvalho, ajudando a formar a sua sensibilidade cultural e aproximando-o desta corrente e do liberalismo¹⁰³⁴.

Exilado entre 1828 e 1833, este foi um tempo em que Nunes de Carvalho desenvolveu estreitos contactos com a mais alta esfera liberal portuguesa¹⁰³⁵; privou com personalidades tão marcantes como o bibliotecário, conservador, professor, arqueólogo e egiptólogo



Fig.19 Autor desconhecido; *O Doutor Antonio Nunes de Carvalho da Cidade de Vizeu*; c.1830-1850; gravura, 15x14,7. BNP: E. 1659 P.

Champollion-Figeac (1778-1867)¹⁰³⁶, irmão do proeminente Jean-François Champollion, e debruçou-se sobre D. João de Castro, figura exemplar e motivadora do progresso nacional. Esta sua atitude ia ao encontro da ideia de glorificação da memória de antepassados ilustres, especialmente cara aos liberais românticos, vista como incentivo ao progresso futuro¹⁰³⁷.

Em 1833, após examinar a biblioteca do Museu Britânico e as principais bibliotecas e arquivos de Paris, publicou com a ajuda pecuniária de ilustres portugueses – entre os quais a Marquesa de Palmela, os Marquesses de Nisa e o Marquês do Lavradio – o manuscrito de D. João de Castro, *Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os portuguezes no anno de 1541, partindo da nobre cidade de Goa atte ao Suez...*, que encontrou no referido Museu inglês.

¹⁰³³ *Gazeta de Portugal*, ..., *op.cit.*, p.1.

¹⁰³⁴ RODRIGUES, ““Pitoresco e Romantico”...”, 2015, *op.cit.*, pp.224-225.

¹⁰³⁵ António Nunes de Carvalho tinha um irmão, José Nunes de Carvalho, que era adido na legação portuguesa na capital britânica mas que terá regressado a Portugal em finais de 1827 e ocupado o lugar de Oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Em Londres esteve mais de dez anos, preenchendo nos últimos quatro a falta do Secretário. D. Pedro de Sousa Holstein que ali desempenhou o cargo de embaixador depositava nele grande confiança e estima. Tal como o irmão esforçou-se por preservar a memória nacional, envolvendo-se na edição/reimpressão em Londres de obras literárias que chegou a enviar aos amigos tendo Holstein como portador. Segundo José Liberato Freire de Carvalho, José Nunes de Carvalho era “dotado de muita habilidade” com “um talento mui particular para a pintura de retratos” CARVALHO, José Liberato Freire, *Memorias da vida de José Liberato de Carvalho*, Lisboa, Typografia de José Baptista Morando, 1855.

¹⁰³⁶ ANTT, Condes de Linhares, Mç.109 doc.7, Mç.41 doc.11.

¹⁰³⁷ RODRIGUES, ““Pitoresco e Romantico”...”, 2015, *op.cit.*, p.226.

“*Tirado a luz pela primeira vez do manuscrito original e acrescentado com o Itinerarium Maris Rubri, e o retrato do author, etc., etc.*”, esta edição continha um prefácio de “*Memorias e Louvores de D. Joam de Castro, e de seus escritos*”, onde se incluía a biografia que, a propósito da Quinta da Penha Verde, o arquitecto inglês James Murphy traçou daquela importante figura nacional¹⁰³⁸. Nunes de Carvalho pretendia, entre outras coisas, “*accender no peito da mocidade Portuguesa o desejo de imitar as virtudes deste grande Homem; bem certos de que os nobres feitos dos Varões Illustres são os incentivos mais fortes para animos generosos, que amão a honra e a gloria*”¹⁰³⁹... Este seu espírito nacionalista e de evocação do passado adequar-se-ia aos cargos que viria a ocupar, quer no Depósito das Livrarias, quer na Torre do Tombo, e, na perfeição, anos mais tarde, à ideia de criação de um panteão nacional materializada pelos setembristas no decreto de 26 de Setembro de 1836, sendo então nomeada uma Comissão com o objectivo de propor as providências necessárias à sua execução, elaborar um projecto de regulamento e indicar um edifício nacional destinado a essa finalidade. Nunes de Carvalho fará parte dessa Comissão, juntamente com Almeida Garrett, Francisco Silva Oeirense, José da Costa Sequeira e José Lopes da Câmara Sinval¹⁰⁴⁰.

Para além dos seus trabalhos e importantes e estratégicos contactos, em finais de 1831, ou inícios de 1832, tinha sido escolhido para professor de Literatura Portuguesa da futura Rainha D. Maria II, em Paris¹⁰⁴¹, cargo e proximidade que, certamente, lhe traria benefícios futuros. Não deixa de ser irónico e curioso que a 25 de Setembro de 1834, no mesmo dia em que era anunciado o falecimento de D. Pedro¹⁰⁴², Nunes de Carvalho – regressado a Portugal e ao exercício docente (em que permaneceu até à jubilação, em 1861) nesse ano – escrevesse uma carta endereçada a um ministro, na qual remete um memorando referenciando os cargos públicos para os quais gostaria de obter provimento num futuro próximo: reitor do Colégio dos Nobres ou bibliotecário-mor, e de imediato, encarregado da administração do que viria a ser o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos¹⁰⁴³ justificando, a concluir, pelo “*(...) meu zelo*

¹⁰³⁸ MURPHY, James, *Travels in Portugal; through The Provinces of Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Tejo, In the Years 1789 and 1790*. ..., London, Printed for A. Strahan, and T. Cadell Jun. and W. Davies (Sucessors to Mr. Cadell) in the Strand, 1795, pp.257-289. Apresentada no Roteiro, em versão reduzida, na sua versão francesa de 1797. CASTRO, D. João de. CARVALHO, António Nunes de (edição, prefácio, notas, etc.) – *Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os Portuguezes no anno de 1541, partindo da nobre cidade de Goa atee Soez (...). Tirado a luz pela primeira vez do manuscrito original, e acrescentado com o Itinerarium Maris Rubri, e o Retrato do Author, etc. etc.* ... Paris: Baudry/ Barrois, 1833., pp.xliii -xlvii.

¹⁰³⁹ Apud RODRIGUES, ““Pitoresco e Romantico”...”, 2015, *op.cit.*, p.226.

¹⁰⁴⁰ *Idem, ibidem*. (Decretos de 26 de Setembro e 21 de Novembro; portaria de 3 de Outubro de 1836 in *Collecção de Leis...*, Sexta série, 1837, *op.cit.*, p.16, 26-27, 87-88.

¹⁰⁴¹ BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.33 RODRIGUES, ““Pitoresco e Romantico”...”, 2015, *op.cit.*, p.224.

¹⁰⁴² *Gazeta Oficial do Governo*, Nº75 quinta-feira 25 de Setembro de 1834.

¹⁰⁴³ BNP, Res., Mss.242, Nº110.

e actividade, o conhecimento especial que tenho destas matérias, e o estudo e experiência das principais bibliotecas publicas de Inglaterra e de França”¹⁰⁴⁴.

Neste memorando, como destaca Paulo Barata, o “candidato” não apenas sugere os cargos para que gostaria de ser promovido, mas também, estando estes ocupados, o cargo para o respectivo ocupante –

“Os únicos empregos que desejava e me convêm, e em que me parece que poderei ser mais útil nas actuais circunstâncias, são estes: (...) – bibliotecário-mor, ou como lhe quiserem chamar, da Biblioteca Pública, dando-se primeiramente ao actual [Vasco Pinto de Balsemão] um emprego mais análogo à sua profissão militar e que não tenha inferior ordenado, por exemplo o de prefeito da Província do Douro, aonde o seu irmão tem casa, ou de conselheiro de prefeitura”.¹⁰⁴⁵

Tal como muitos outros ex-exilados, Nunes de Carvalho habilitava-se a um bom lugar na

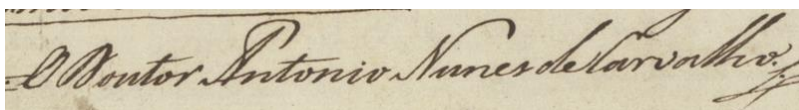
A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, slightly textured paper. The signature is written in a cursive, flowing script and reads 'António Nunes de Carvalho'.

Fig.20 Assinatura de Nunes de Carvalho. BNP: Cod.6963

Administração Pública, não se inibindo de sugerir cargos ou “desempregar” concorrentes directos. Liberal e conhecendo de perto a nova elite governativa, com muita da qual tinha privado no exílio, e a própria rainha, de quem tinha sido professor, o antigo lente coimbrão estava dotado das ferramentas necessárias para uma certa e rápida progressão na carreira.

A nomeação foi rápida. Menos de um mês depois, em 16 de Outubro de 1834, Nunes de Carvalho entraria no comando do Depósito das Livrarias, único lugar vago de entre os vários por ele sugeridos.

A ideia do Depósito – Nunes de Carvalho referirá mais tarde que o Bispo Conde Fr. Francisco “foi o principal Fundador deste magnifico Estabelecimento, filho de hum pensamento grande e nobre, e levado ao estado de adiantamento nunca visto”¹⁰⁴⁶ – tinha ganho nova vitalidade e até a escolha do local para a sua instalação era acometida ao lente coimbrão, que por portaria de 11 de Outubro de 1834 era ordenado que examinasse “a capacidade e commodos do edificio do extincto Convento de São Francisco da Cidade”¹⁰⁴⁷.

¹⁰⁴⁴ BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.33.

¹⁰⁴⁵ BNP, Res., Mss.242, N°110.

¹⁰⁴⁶ BNP, Res., Mss.243, N°32. 31 de Janeiro de 1836 Carta autógrafa de Antonio Nunes de Carvalho ao Bispo Resignatário de Coimbra. O Bispo Conde Fr. Francisco, D. Frei Francisco de São Luís Saraiva (1766-1845) ocupou o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino entre Setembro de 1834 e Fevereiro de 1835, altura em que foi estabelecido o Depósito.

¹⁰⁴⁷ *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos III*, Lisboa, 1938, p.4, doc. VI. 11 de Outubro de 1834.

Lembramos que D. Frei Francisco de São Luís (D. Francisco de S. Luís Saraiva), então recém-eleito Ministro do Reino (Setembro de 1834- Fevereiro de 1835), era dotado de uma importante cultura artística, tendo-se notabilizado pelos estudos de história da arte portuguesa, acompanhado a educação de figuras como Almeida Garrett¹⁰⁴⁸.

Apenas dez dias depois, era solicitado ao Ministro da Guerra, o Duque da Terceira, que estando já destinado aquele convento para o depósito, fossem libertos alguns espaços ainda ocupados pelo 2.º Batalhão de Voluntários do Comércio (10 ou 12 praças e objectos)¹⁰⁴⁹.

Depois de meses de hesitação e recuos, era escolhida aquela central, grande e antiga casa religiosa para se estabelecer um

*“Deposito das Livrarias, Cartorios, Pinturas, e de mais preciosidades Litterarias e Scientificas dos **extinctos Conventos de Lisboa, e Provincia da Extremadura**, para ahi serem devidamente guardadas, classificadas e inventariadas com os seus respectivos Cathalogs”*¹⁰⁵⁰.

Nunes de Carvalho era nomeado para a sua organização, autorizado a

*“requisitar de todas e quaesquer Auctoridades a entrega das referidas Livrarias, e mais objectos mencinados; podendo propor os Individuos, que julgar necesarios para o coadjuvarem nesta Commissão escolhidos dentro os Empregados das extinctas Repartições que estiverem percebendo Ordenados, afim de se verificar o trabalho sem augmento da despesa, e propondo as mais providencias, que forem mister, para o bom resultado da mesma Commissão”*¹⁰⁵¹.

Os trabalhos terão tido logo início, tendo a primeira relação de pinturas ali entradas a data de 20 de Outubro de 1834, e uma esclarecedora posterior anotação que refere *“Forão os primeiros quadros que se receberão, e existem no Deposito.”* Tratavam-se de obras provenientes dos Conventos de Brancanes, Paulistas e do Carmo de Lisboa:

“(…) Convento de Brancanes

Huma pintura em pano, da S.^a Mai de Deos, Obra de Rafael = Sinco paineis = Sendo trez pintados em cobre = hum em pano, e o ultimo em pão. Os primeiros trez representam S. João

¹⁰⁴⁸ SOARES, Clara Moura, NETO, Maria João, *Almeida Garrett: A “Viagem” e o Património*, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2015, p.19. Fr. Francisco tinha sido Reitor da Universidade de Coimbra (1821-1823), Bispo-conde daquela cidade (1822-1824) e, entre 1840 e 1845, viria a ser Cardeal Patriarca de Lisboa. *Idem*, p.19.

¹⁰⁴⁹ ANTT, MR, Liv.1740, fl.73. 21 de Outubro de 1834.

¹⁰⁵⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01, 16 de Outubro de 1834. Destaques nossos.

¹⁰⁵¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01, 16 de Outubro de 1834.

Baptista, S^{to} Antonio, e outro pequeno Santo; o quarto representa O Redemptor Caminhando para o Calvario, e o 5º representa S. Jozé ____ //

Convento dos Paulistas

Trez paineis Grandes, pintados em pano = Dois representam os Martirios do nosso Redemptor = e hum representa S. Sebastião. //

Conv.^{to} do Carmo de Lisboa

Huma pintura em pano que representa a S.^a Mai de Deos, obra de auctor = Outra mais pequena tão bem em pano, que representa D. Nuno Alveres Pereira _____ //

*Declarasse que o Quadro da Mai de Deos de Brancanes tem huma Cortina de duas pessas, de Setim branco bordadas a Oiro _____ //*¹⁰⁵².

Era apresentada uma relação básica, num total de 11 pinturas, que, como constatamos, aludia ao material, de forma muita sucinta aos temas/representações, e ao tamanho, apenas como grande ou pequena; quanto à autoria, apenas a “*Obra de Rafael*” mereceria menção.

Ao mesmo tempo que se estabelecia o Depósito e entravam as primeiras obras, o primeiro-pintor da Câmara e Corte, Joaquim Rafael (1783-1864), apresentava a sua ideia de criação de uma Escola e Ateneu de Belas-Artes em Lisboa, um “*Museu de todas as Pinturas e Gravuras dos benemeritos Artistas Portuguezes e Estrangeiros*” – à semelhança dos estabelecimentos de Itália, França, Inglaterra e Espanha – o qual poderia (e deveria) ser formado por pinturas, esculturas e gravuras exactamente provenientes dos extintos conventos, e instalados em edifícios de S. Vicente de Fora ou da Graça¹⁰⁵³. O Depósito – consequência do decreto de Maio de 1834 – revela-se como o elemento impulsionador necessário para alimentar a já não nova ideia de criação de uma Academia de Belas-Artes.

Para além destes elementos referidos por Joaquim Rafael, também livros e estampas, serviriam para alimentar estes espaços (algo que mais tarde sucederia com livros a serem remetidos para a biblioteca da Academia de Belas-Artes de Lisboa); em inícios de 1835, não deixará de ser lembrada a conveniência que adviria para a promoção da instrução dos empregados da Casa do

¹⁰⁵² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02. 20 de Outubro de 1834 N°1 “N°3 Relação dos Quadros que dos Conv.^{tos} Supermidos, que Existem na Thesouraria da Junta 20 de Outubro de 1834”.

¹⁰⁵³ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Academias. 26 de Outubro de 1834. SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano, “A criação de um Museu Nacional de Belas-Artes no convento de São Francisco. Um desígnio de D. Pedro IV/1834”, in *ARTIS, Revista de História da Arte e Ciências do Património*, 1, 2013, pp. 170-171.

Risco das Obras Públicas, “*augmentando os conhecimentos theoricos dos Architectos, e fazendo-os adquirir aos Praticantes*” que do Depósito fossem fornecidos “*alguns Livros, e Estampas d’Architectura*”¹⁰⁵⁴.

Nos meses seguintes, muitas outras relações de pinturas foram elaboradas, nem sempre seguindo os mesmos critérios ou detalhes – algumas passarão a incluir o estado de conservação, o formato e as molduras, e local onde se encontravam na respectiva casa religiosa, outras ocultarão tamanhos ou outras características – mas que reflectem, contudo uma tentativa de registar proveniências e entradas. A autoria das obras, de um modo geral, será uma das principais lacunas nos registos. A temática, quase sempre religiosa, às vezes pontuada por retratos régios ou de religiosos (bispos, padres, etc.), naturezas-mortas, nem sempre de fácil leitura, será sempre descrita de forma curta e básica ou mesmo apresentada como desconhecida. Para além das pinturas, muito pontualmente é possível encontrar referência a molduras isoladas, estampas, esculturas, globos, ou outros objectos, aspectos que trataremos mais à frente neste capítulo.

A falta de método, a falta de preparação e conhecimento dos inventariantes/empregados do DLEC, aliada ao elevado número de obras a serem recolhidas, ajudam a justificar as lacunas existentes.

De entre a documentação que chegou aos nossos dias é possível encontrar as seguintes relações avulsas de quadros (ou documentos de entrega) referentes ao período em que Nunes de Carvalho chefiou aquele Depósito, que ilustram a enorme tarefa que representavam:

- “*Relação dos Quadros que vierão do extincto Convento dos Loyos ao Beato António nos dias 13 de 14 de Novembro de 1834*”¹⁰⁵⁵ – 79 quadros + 1 moldura¹⁰⁵⁶
- “*Relação dos Paineis que vierão do Convento de Nossa do Monte Olivete (Vulgo do Grilo). Nos dias 13=14 e 15 de Novembro de 1834. E do Beato Antonio*”¹⁰⁵⁷ – 39 quadros
- “*Relação dos Paineis, que existem no extincto Convento dos Remedios. 15 de Novembro de 1834*” (e que “*Vierão para o Deposito*”) ¹⁰⁵⁸ – 27 quadros

¹⁰⁵⁴ ANTT, MR, Mç.2142, 4ª Repartição, Negócios diversos, Letra H 1835-1843. 5 de Janeiro de 1835.

¹⁰⁵⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02

¹⁰⁵⁶ Nestas relações que apresentamos faremos apenas menção a pinturas, estampas e molduras e, eventualmente a itens como esculturas, apesar de, muito pontualmente delas poderem fazer parte outros objectos.

¹⁰⁵⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/cx05-02, N°4

¹⁰⁵⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/cx05-02, N°5

- “*Relação dos Quadros que forão do extincto Convento da Santissima Trindade para o Depozito Geral de S. Fran^{co}. Da Cid^e. Recebidos do Fiel encarregado pela Prefeitura da Guarda do ditto Convento Joze Antonio Branco.*”¹⁰⁵⁹ Dias 21 e 25 de Novembro – 20 pinturas (uma das quais “*1 Grande Quadro, em pao, atribuido a Vasco de Vizeu, reprezentando a Virgem, e hum grande multidão de Santos, molduras douradas, em mão estado.*”) + 1 estampa + 2 capas de couro de dois globos
- “*Relação dos Quadros do extincto Convento da Santissima Trindade, entregues pelo Revd^{mo}. Prior Encomendado da Freguezia do Santissimo Sacramento o D^{or}. Antonio Fernando Leite de Souza, os quaes fiz conduzir p^a. o Dep^o. Geral das Livrarias no extincto Conv^{to}. de S. Fran^{co}. da Cid^e. nos dias 26 e 27 de Novembro de 1834.*”¹⁰⁶⁰ – 56 quadros
- “*Relação dos Paineis ezistentes no Depozito do Convento dos Barbadinhos Francezes, remettidos para o Depozito Geral de S. Francisco da Cidade em 16 de Dezembro do anno de 1834.*”¹⁰⁶¹ Provenientes do Convento da Cartuxa de Laveiras (20 painéis a óleo + 2 em vidro + 26 gravuras); do Convento de Nossa Senhora do Livramento em Alcântara (50 painéis + 4 em vidro + 25 estampas); Convento de S. Francisco de Paula (8 painéis a óleo); Convento dos Caetanos Casa da Senhora da Providência (59 painéis a óleo c/ e sem moldura + 8 telas em muito mau estado); Convento dos Barbadinhos Franceses (24 painéis a óleo + 1 litografia + 1 desenho + 2 gravuras); Hospício dos Frades do Varatojo (2 painéis a óleo + 24 “*estampas em gravura*”); Convento de S. Domingos de Benfica (1 painel a óleo); Província dos Frades da Trindade (2 painéis a óleo).
- “*Relação dos Quadros que dos extinctos Conventos abaixo mencionados forão conduzidos para o Depozito Geral das Livrarias e Pinturas no Conv.^{to} de S. Francisco da Cidade no dia 5 de Janeiro de 1835*”¹⁰⁶². Provenientes do Convento de N. Senhora da Boa Viagem (14 quadros); Convento de Santa Catarina de Ribamar (20 quadros), Convento de São José de Ribamar (40 quadros)
- “*Relação dos Paineis que estavam no convento de N. Snr.^a da Graça na Salla do Provincial (...)*”¹⁰⁶³ – 8 painéis + 2 do Convento de Xabregas

¹⁰⁵⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/cx05-02, N°6

¹⁰⁶⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/cx05-02, N°7

¹⁰⁶¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/cx05-02, N°8

¹⁰⁶² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°10.

¹⁰⁶³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°15. 20 de Janeiro de 1835.

- “*Relação dos quadros que achei no deposito de São Vicente de fora pertencentes ao mesmo convento*”¹⁰⁶⁴ – 64 quadros; no entanto, nota refere que vieram para o DLEC, a 27 de Janeiro de 1835, provenientes deste convento, 78 quadros.
- *Relação de quadros da Casa do Espírito Santo*¹⁰⁶⁵ – 5 quadros recebidos no DLEC dia 30 de Janeiro de 1835
- “*Relação dos Quadros do extinto Convento de S. João da Cruz de Carnide que forão conduzidos para o Depozito Geral das Livrarias Pinturas N. no extinto Mosteiro de S. Francisco da Cidade no dia 3 de Fevereiro de 1835.*”¹⁰⁶⁶ – 28 quadros + 7 mapas (apresentada juntamente a Relação dos quadros que ficavam naquele extinto convento – 2 quadros, sendo feita a referência “*A Igreja tem seis Quadros que representam a vida de S. João da Cruz, estão bastante altos, e dizem que são pintados na parede.*”
- “*Relação dos Quadros do extinto Convento de Santo Antonio dos Capuchos, que forão conduzidos para o Depozito Geral das Livrarias, Cartorios, Pinturas N. estabelecido no extinto Mosteiro de S. Francisco da Cidade, no dia 11 de Fevereiro de 1835.*”¹⁰⁶⁷ – 52 quadros
- “*Relação dos Quadros de S.to Ant.º dos Capuchos vindos no dia 13 de Fev. 1835*”¹⁰⁶⁸ – 28 quadros (apresentada lista de quadros que ficavam na sacristia, entregues ao Prior da Freguesia da Pena – 15 quadros)
- “*Conducção do Cartorio do extinto Mosteiro de S. Vicente de Fora, e de alguns móveis pertencentes ao m.^{mo} (...) para o Depozito Geral das Livrarias (...) 10 e 11 de Março de 1835*”¹⁰⁶⁹ – 10 quadros
- “*Relação dos Quadros do extinto Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo Março de 1835.*” – 107 quadros (não é feita referência expressa a que terão vindo para o DLEC)
- “*Relação dos Quadros do Convento de S. João Baptista conduzidos para huma Caza que serve de Depozito nos dias 30 e 31 de Março de 1835*”¹⁰⁷⁰ – 20 quadros

¹⁰⁶⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°16.

¹⁰⁶⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°45.

¹⁰⁶⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°17.

¹⁰⁶⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°18.

¹⁰⁶⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°20.

¹⁰⁶⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°21.

¹⁰⁷⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°60.

- “*Relação dos quadros pertencentes ao Convento de S. João Baptista entregues pelo Ill.^{mo} Snr. Vigário Geral Manoel da Gama Xaro e relacionado no 1.º de Abril de 1835.*”¹⁰⁷¹ (Setúbal) – 18 (?)¹⁰⁷² quadros
- “*Relação dos Quadros do Convento de S. Paulo em Alferrara, termo de Palmella que forão entregues pelo Rendeiro do m.^{mo} e conduzidos p.^a Setubal em 4 de Abril de 1835*”¹⁰⁷³ – 9 quadros (ficavam no claustro cinco quadros “*de Bispos da Ordem, todos em mau estado, e alguns já não se sabe o que representam.*”)
- “*Relação dos Quadros do Conv.^{to} de S.^{to} Ant.^o de Alferrara termo de Palmella, entregues pelo Depozitario que he o ultimo Guardião do m.^{mo} Conv.^{to} e conduzidos p.^a Setubal em 4 de Abril de 1835.*”¹⁰⁷⁴ – 2 quadros (“*Fica no Altar Mór hum quadro de N. Senhora. Na Capella Mór 4 quadros da vida de N. Senhora. No Coro dois quadros, e mais dois em hum Corredor. Todos os quadros que ficão são de pouco ou nenhum valor.*”)
- “*Relação dos quadros do Convento de S. Francisco de Setubal entregues pelo Prior da Annunciada por Ordem do Vigario Geral, em 8 de Abril de 1835.*”¹⁰⁷⁵ – 8 quadros (“*Ficão na Igreja 19 quadros de diferentes grandezas, todos em panno, alguns em mau estado, e as Pinturas de pouco ou nenhum valor.*”)
- “*Relação dos Quadros do Convento de Carmelitas Descalços de Setubal entregues pelo Prior da Annunciada em 8 de Abril de 1835.*”¹⁰⁷⁶ – 3 quadros
- “*Relação dos Quadros do Convento de Brancannes que hão de sêr conduzidos para o Depozito Geral das Livrarias N. e se achavão na Igreja N. acabados de tirar e relacionados em 9 de Abril de 1835.*”¹⁰⁷⁷ – 25 quadros + 1 moldura (“*Fica por cima do Arco Cruzeiro da Igreja hum quadro grande que representa N. Senhor, N. Senhora, e S. Francisco, he em panno e tem moldura verde, cujo se não tirou em consequência da grande altura em que esta e não haver escadas próprias p.^a se poder tirar.*”)
- “*Relação dos Quadros que recebi do Ill.^{mo} Snr. Vigario Geral da Villa de Setubal, os quaes se achavão nos Conventos extinctos abaixo mencionados: para serem conduzi-/dos p.^a o Depozito Geral das Livrarias Cartorios e Pinturas. N. em 10 de Abril de 1835.*

¹⁰⁷¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°23.

¹⁰⁷² Existe uma numeração que começa no n° 63 e vai até o n°80, que faz suscitar dúvidas quanto ao n° efectivo de quadros entregues. 18, 80?

¹⁰⁷³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°24.

¹⁰⁷⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁷⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁷⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁷⁷ *Idem, ibidem.*

- *Convento de S. Domingos des quadros que se achavão na Sacristia do m.^{mo} Convento.*
- *Convento do Carmo. Hum quadro que se achava na Igreja.*
- *Idem de S. Francisco, oito quadros que estavam na Igreja.*
- *Idem de S.^{ta} Thareza, três quadros, que se achavão na Sacristia.*
- *Idem de Brancannes, quatorze quadros que se achavão em diferentes lugares na Igreja.*
- *Idem de S. João Baptista dezoito quadros, que estavam em poder do D.^{to} (?) Snr Vigario Geral. (...)*¹⁰⁷⁸ – 54 quadros (recebidos pelo empregado do DLEC Miguel Freineda)
- *“Relação dos Moveis, que sahirão da Capella do Provincial de S. Francisco de Xabregas.”*¹⁰⁷⁹ – 170 quadros + 1 “óptimo Crucifixo”
- Remetidos do Convento dos Barbadinhos Italianos para o DLEC em 8 de Maio de 1835¹⁰⁸⁰ – 36 quadros
- *“Relação dos Quadros e Livros existentes no extinto Convento de Santa Maria Magdalena (Arrabidos) termo de Alcobaça em 8 de Maio de 1835.”*¹⁰⁸¹ – 13 quadros (entre os quais *“Hum dito do Nascimento do Menino pintado em panno, moldura encarnada e Dourada, Sua Aactora Josepha em Obidos 1669.”*)
- *“Relação dos Paineis que existem na Igreja do extinto Convento dos Barbadinhos Italianos”*¹⁰⁸² – 13 quadros (em 3 deles surge anotação lateral “voltou” e 2 “Não veio”)
- *“Extinto Convento das Freiras de S.^{ta} Apolónia”*¹⁰⁸³ – 42 quadros
- *“Capela de Nossa Senhora do Paraíso”* – 11 quadros
- Relação das Pinturas (descritiva, menos “enumerativa”) dos Conventos de Cintra. Convento da Trindade¹⁰⁸⁴ – 6 quadros; Convento da Pena – 1 quadro; Convento da Penha Longa – 11 quadros (?); Convento do Carmo – 7 quadros (realizada em Junho de 1835, não há referência expressa a entrada no DLEC)
- *“Relação dos Quadros e outros objectos do extinto Convento da Cartuxa de Laveiras entregues pelo Rev.^{do} Prior da Freguezia de Oeiras, e conduzidos p.^a o Dep.^o Geral das Livrarias no Convento de S. Francisco da Cidade no dia 1835.”*¹⁰⁸⁵ – 89 quadros

¹⁰⁷⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°25.

¹⁰⁷⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°50. Recibo passado em 29 de Abril de 1835.

¹⁰⁸⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°55.

¹⁰⁸¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°26.

¹⁰⁸² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°27. 23 de Maio de 1835.

¹⁰⁸³ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁸⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°29. Junho de 1835.

¹⁰⁸⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°30

- Pinturas do extinto Convento de Santa Maria Magdalena, arredores de Alcobaça¹⁰⁸⁶
- “*Relação dos Quadros do extinto Convento do Carmo de Lisboa que forão conduzidos para o Deposito Geral de S. Francisco no dia 10 de Novembro de 1835.*”¹⁰⁸⁷ – 42 quadros + 5 quadros¹⁰⁸⁸ (que tinham ficado na igreja “*em 13 de Novembro de 1835*” mas que anotação refere “*Vieraõ para o Deposito*”)
- “*Pinturas e Livros do Conv.^{to} de S. Bernardino de Atouguia = 26 de Novembro de 1835*”¹⁰⁸⁹ – 15 quadros
- “*Relação dos livros, Quadros, e Mappas do extinto Convento de S. Bernardino dep. faz entrega o Adm.^{or} do Concelho da Villa d’Atouguia da Balea a Joaq.^m Joze de Gouvea Encarregado de receber estes objectos (...)*”¹⁰⁹⁰ 26 de Dezembro de 1835 – 13 quadros + 7 mapas
- “*Relação dos Paineis do Conv.^{to} de N. S. da Conceição do Monte Olivete, vulgo do Grilo (...)*”¹⁰⁹¹ – 61 quadros
- Convento dos Loios¹⁰⁹² – 80 quadros
- Coleginho¹⁰⁹³ – 22 quadros
- “*Relação das Pinturas da Igreja do Beato António*”¹⁰⁹⁴ – 52 quadros (entre os quais “*Hum quadro na boca da Tribuna, representa S. João Evangelista Óbra do pintor Francisco Vieira Luzitano, huma das milhores de seu pincel*”)
- “*Relação dos Quadros do Extinto Conv.^{to} de S. João Baptista de Setubal*”¹⁰⁹⁵ – 103 quadros (sem referência expressa a que tenham ido para o DLEC)
- Relação de quadros que ficavam nos conventos da Cartuxa de Laveiras, N. Senhora da Boa Viagem, Santa Catarina de Ribamar, S. José de Ribamar¹⁰⁹⁶. De um total de 19 quadros, surge referência de que terão vindo 10 quadros, tendo permanecido os que se encontravam em mau estado.

¹⁰⁸⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 13/15 de Junho de 1835 Ofício do Prefeito da Estremadura, António Gyrão, referindo ter expedido ordem ao Sub-Prefeito da Comarca de Leiria para entrega da Livraria e Pinturas daquele convento a Carlos de Almeida Amaral, empregado do DLEC. Não refere números.

¹⁰⁸⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°36.

¹⁰⁸⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°37.

¹⁰⁸⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°39.

¹⁰⁹⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁹¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°34, s.d. e *Boletim da Academia... III*, 1938, *op.cit.*, pp.42-48, doc. XL.

¹⁰⁹² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°34, s.d.

¹⁰⁹³ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁹⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°40. 31 de Dezembro de 1835

¹⁰⁹⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°44. s.d.

¹⁰⁹⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°46. s.d.

- “*Relação dos quadros do Conv.^{to} de Brancannes depositados em huma Caza.*”¹⁰⁹⁷ – 80 quadros (várias gravuras entre eles) + 3 molduras + “*2 Esferas com cápas de Couro.*”
- “*Inventario dos Payneis que forão da Igreja do extincto Convento dos Remedios dos Carmelitas Descalços desta Cidade, em 20 de Outubro de 1836 e que forão entregues ao Doutor Antonio Nunes de Carvalho Encarregado do Deposito de Pinturas e objectos scientificos.*”¹⁰⁹⁸ – 49 quadros
- Inventário da livraria e quadros do extinto convento de Vale Benfeito – 9(?) quadros¹⁰⁹⁹ (não estariam incluídos os da igreja e sacristia)
- Inventário da livraria e quadros do extinto convento de S. Miguel das Gaeiras¹¹⁰⁰ – 2 quadros (não estariam incluídos os da igreja e sacristia)
- Inventário do “*Dezagravo*” (à margem a lápis “*Caza do Espírito Santo*”) ¹¹⁰¹ – 40 quadros (maioritariamente apresentados como de Pedro Alexandrino, Escola Romana, Vasco) + 2 relógios + 1 Crucificação de marfim, com emblemas da Paixão + 6 objectos (alfaias de prata) (não é feita referência expressa a que tenham vindo para o DLEC, embora tudo aponte para que sim)
- “*Relação pertencente ao Convento de S^{ta} Maria Magdalena da Ordem dos Capuxos em Alcobaça*”¹¹⁰² – 12 quadros

Mas, para além destes documentos é possível ainda encontrar uma “*Relação das Livrarias, e mais objectos dos Conventos extinctos recebidos neste Deposito no tempo do D.^{or} Antonio Nunes de Carvalho, segundo consta das Relações e mais docum^{tos} p^r elle assignados: ar^m(?)*”, onde era apresentada a “*Designação dos Conv.^{tos}*” e “*Volumes*”, estes divididos em “*Metaes, Livros, Paineis, Quadros, Utensilios*”, e “*Observações*”. Trata-se de um documento síntese que, com base na documentação facultada pelo encarregado do DLEC, faz uma espécie de balanço

¹⁰⁹⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°48. s.d.

¹⁰⁹⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-08, N°38. 20 de Outubro de 1836.

¹⁰⁹⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/18/Cx05-03. 13 de Fevereiro de 1836.

¹¹⁰⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/18/Cx05-03. 17 de Fevereiro de 1836.

¹¹⁰¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°54.

¹¹⁰² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx06-02, N°57, s.d.. Juntamente com esta relação constava uma cópia dactilografada referente a “Bernardos : Relação dos Quadros que em Depozito na Livraria do Mosteiro de Alcobaça por estarem muito estragados.”; desta relação constam 104 pinturas, nenhuma com referência à autoria. Os doze quadros acima referidos mais um “Paynel do Snr. Cruceficado Pintado em Madeira pertencente ao Mosteiro de Alcobaça”, tal como livros, estantes, acima referidos seguiram para Lisboa. No caso das pinturas o N° do Caixote terá sido 4E. Para além destes eram ainda feita referência: “Vai mais hum Caxote Marcado com o N.º 5E em que vão os Quadros do Refeitório de que eu pus alguma dificuldade de que depois achei o Contrario juntamente as molduras em pesas sendo douradas vão soltas Marcadas com os Sinaes nos lados Estreores p^a. se poderem a Sertar (o mesmo as Menzas da Livraria)” in *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos relativos à Recolha e Distribuição de Quadros e Livros. Após a extinção dos conventos. 2ª parte. IV*, Lisboa, 1939, p.105, doc. LXXII.

do período do seu mandato à frente daquele organismo. Constatamos que, de um modo geral, no que diz respeito a pinturas, os números apresentados são mais elevados do que os acima referidos, o que é plausível, pelo eventual desaparecimento de documentação, nomeadamente de algumas relações de quadros entrados no Depósito.

Entre as casas religiosas em que era feita referência a pinturas (ou, outras com especial interesse), encontravam-se as seguintes:

Casa Religiosa	Pinturas	Informações adicionais
Mosteiro S. Francisco da Cidade	1 quadro	26442 livros. “A Livraria entregou o Provedor do 3.º destrº de Lx. ^a sem Inventr.º, alguns quadros, painéis L. ^{os} dos Cartorio, móveis e utensílios: parte dos papéis forão remetidos p. ^a a Torre do Tombo – o quadro existia na Terra Santa”
Convento da Graça	10 painéis e 39 quadros	12 livros. “A Livraria recebeo-se mas não se concluiu o Inventario, foi parte p. ^a a Torre do Tombo, p. ^{te} p. ^a a Bibliotheca Publica, e p. ^{te} p. ^a a Acad. ^a das Sciencias; as pinturas do Conv. ^{to} vierão, e são todas excelentes, vierão móveis tudo velho, e mais 5 Cx ^{tes} com papeis do Cartorio – 5 quadros ficarão na Terra Santa.”
Convento dos Paulistas	3 painéis e 1 quadro	“Entregou a Livraria o Provedor do 5º Destricto (...) - o quadro ficou a cargo do d.º Provedor”
Convento de Brancanes	6 painéis e 121 quadros	“Vierão mais 4 molduras sem quadro – e 2 Esferas com capas de couro – dos ditos quadros 2 existião na Terra Santa.”
Convento do Carmo Lx	63 quadros	“Vierão mais 2 Pinturas em Pano – 1 dos des quadros ficou na Terra S.ta”
Conventos de N. Sra. de Monte Olivete, Beato António e S. Francisco de Xabregas	22 painéis e 347 quadros	72 livros, 10 metais e 151 utensílios. “Dos quadros referidos 1 ficou na Terra Santa.”

Convento dos Remédios	27 paineis e 49 quadros	6 livros e 11 utensílios. “No numero dos Utensílios vão incluídos 2 Globos – Vierão mais vários Impressos do Cartorio.”
Convento da Santíssima Trindade	95 quadros	7 metais e 311 utensílios. “No nº dos quadros vai incluída um Estampa (...)”
Convento dos Barbadinhos Franceses	26 paineis e 63 quadros	
Convento de Santa Catarina de Laveiras	48 paineis	1 metal e 21 utensílios.
Convento de N. Sra. do Livramento (Alcântara)	79 paineis	
S. Francisco de Paula	8 paineis	
Sra. da Providência (Convento dos Caetanos)	65 paineis	“Veo mais uma porção de molduras em mau estado”
Hospício dos Frades do Varatojo	22 paineis e 28 quadros	“Entre os paineis ha algumas Estampas”
Convento de São Domingos de Benfica	1 painel	
Convento da Província da Trindade	2 paineis	5 utensílios (1 canapé + 4 cadeiras).

Convento de N. Sra. da Boa Viagem	37 quadros	10 utensílios. “(...) 1 quadro ficou na Igreja.”
Convento de Santa Catarina de Ribamar	23 quadros	“A Livraria foi mudada no anno de 1834 por ordem da Jta do Melhoramto – 2 quadros ficarão na Igreja.”
Hospício da Terra Santa	16 quadros	2813 livros, 13 metais e 751 utensílios. “(...) Os quadros ficarão na Terra Sta (...)”
Convento de São Vicente de Fora	154 quadros	3 livros e 138 utensílios.
Convento de S. João da Cruz, Carnide	31 quadros	3410 livros e 8 utensílios.
Convento de Santo António dos Capuchos	134 quadros	
Convento de S. João Baptista, Setúbal	137 quadros	“Não consta que 119 dos quadros mencionados viessem p. ^a o Deposito” (referente a este e o convento anterior?)
Convento de S. Paulo, Alferrara	9 quadros	
Convento de Santo António, Alferrara	2 quadros	
Convento de São Francisco, Setúbal	16 quadros	

Convento dos Carmelitas descalços, Setúbal	3 quadros	
Convento do Carmo, Setúbal	1 quadro	
Convento de S. Domingos, Setúbal	10 quadros	
Convento de Santa Teresa, Setúbal	3 quadros	
Convento dos Barbadinhos Italianos	4(?)9 quadros	
Convento de Santa Apolónia	29 paineis e 103 quadros	10 metais e 12 utensílios. “As 10 pessas de metais são – 2 Calices de prata com suas patenas – 2 pisses(?) pequentos de prata – 1 vaso de deposito de prata – 1 Custodia de prata dourada e lavrada crivada de gresolitas e topasios tendo tudo o valor de 200rs(?). 2 Relogios de Salla, que tudo ficou na d ^a Casa – 4 Caixilhos – e 30 quadros e 29 Paineis ficarão na d. ^a Casa e 7 quadros na Terra S.ta.”
Convento da Trindade, Sintra	7 quadros	
Convento da Pena, Sintra	1 quadro	
Convento da Penha Longa, Sintra	11 quadros	“Dis-se que existem mais algumas pinturas, mas q. se não poderão ver pr se acharem em uma Capella fexada dos 3 ^{os} da deIn(?)”

Convento de S. Francisco, Capuchos da Serra		118 livros
Convento da Cartuxa, Laveiras	152 quadros	“15 dos ditos quadros ficarão na Terra Sta”
Convento de S. Bento da Saúde	8 quadros	“2 dos ditos quadros ficarão na Terra Sta”
Convento de São Domingos	11 quadros	“9 dos ditos quadros ficarão na Terra Sta”
Convento de Rilhafoles	21 quadros	“6 dos d. ^{os} quadros ficarão na Terra Santa”
Convento das Necessidades	7 quadros	“3 dos dos quadros ficarão na Terra Santa”
Mosteiro de S. Jerónimo, Belém	1 quadro	“Ficou na Terra Santa”
Convento de N. Senhora do Livramento	89 paineis e 21 quadros	“10 dos dos Paineis constão q não vierão p.a o Deposito”
Hospício da Carreira dos Cavalos	9 quadros	
Convento de S. Bernardino da Atouguia	29 quadros	579 livros e 9 utensílios.
Convento da Boa-Hora, Belém	21 quadros	“6 ficarão no dº Convto e 15 nas Sallas do Archibispo de Lacedemonia”

Hospício do Coleginho	22 quadros	
S. João Nepomuceno	7 quadros	3822 livros e 9 utensílios.
Convento de Jesus	6 quadros	“Varias Cabeças e Retratos, bem como os d ^{os} quadros tudo ficou no Convento.”
Recolhimento de São Pedro de Alcântara		5000 livros
Convento de Santa Maria Madalena, Alcobaça	132 quadros	1383 livros
Convento dos Loios (Beato António)	80 quadros	33 livros

Com conventos não aqui referenciados, os totais apresentados atingiam números como 42 metais, 4.3693 livros, **437 painéis**, **2.134 quadros** e 1.438 utensílios.

Como se pode constatar em algumas das relações primeiramente apresentadas, terão sido realizados inventários de quadros que ficavam e/ou estavam nos conventos e que, na maioria das vezes, acabaram por vir para o DLEC, informação dada quase sempre por anotação acrescentada posteriormente nos documentos.

O estado de conservação em que as obras se encontravam teria algum peso no seu destino, sendo possível verificar que aquelas que se encontravam em mau estado tinham mais hipótese de permanência no local de origem. No entanto, casos existem em que, as pinturas não entraram mesmo no DLEC, como foi o caso dos *“Paineis que estão no Convento de Nossa Senhora do*

Livramento em Alcantara”, listagem que continha a referência a nove quadros, distribuídos pela igreja e sacristia, e em que se menciona que “*Estes Paineis nunca vierão para o Deposito*”¹¹⁰³.

Por outro lado, deparámo-nos com situações em que vigários gerais e autoridades administrativas locais tudo faziam para reter, com base em argumentos vários, as pinturas e outros objectos que se encontravam debaixo da alçada do DLEC. Terá sido o que sucedeu ao “*rico espolio do Convento de Valbemfeito*” e do Convento das Gaeiras¹¹⁰⁴, de onde foi possível retirar as obras que se encontravam no edifício do convento mas não das respectivas igrejas e sacristias, numa intrincada trama que envolvia as autoridades eclesiásticas e que se estendeu por mais alguns anos¹¹⁰⁵. Em 22 de Março de 1836, Nunes de Carvalho viu-se na contingência de levar o caso ao Ministro do Reino, Mouzinho de Albuquerque, não deixando de frisar: “*As pinturas daquellas Igrejas são preciosas, e dizem-me que as melhores, que temos da celebre Pintora Jozefa de Obidos*”¹¹⁰⁶. Portaria do início desse mesmo mês tinha participado ao Arcebispo Eleito de Lacedemónia que tinham sido expedidas ordens ao encarregado do DLEC para que suspendesse o procedimento que o seu empregado, Joaquim Joze de Gouvea, pretendia levar a cabo na igreja ainda não secularizada do extinto mosteiro de Vale Benfeito¹¹⁰⁷. Ao mesmo tempo, instituíam-se uma importante regra geral:

“(…) não exigir a entrega de pinturas ou outros objectos das Igrejas que não estejam secularizadas, e que quando haja alguma pintura de tal estimação que necessite quanto antes por-se em rasguardo, o participe a esta Repartição [4ª] para se providenciar competentemente.”¹¹⁰⁸

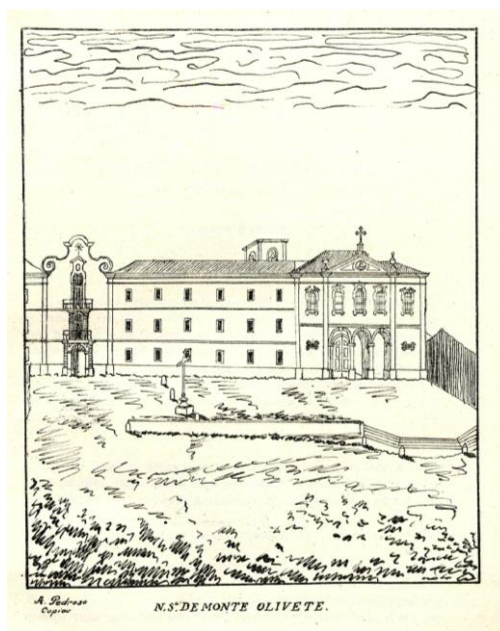


Fig.21 N.ª de Monte Olivete. Desenho, in *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927

¹¹⁰³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N.º47, s.d.

¹¹⁰⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/07/Cx04-01. 22 de Março de 1836. Ofício de Nunes de Carvalho ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Luís Mouzinho de Albuquerque.

¹¹⁰⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03 e BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Junho de 1837.

¹¹⁰⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/07/Cx04-01. 22 de Março de 1836. Ofício de Nunes de Carvalho ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Luís Mouzinho de Albuquerque.

¹¹⁰⁷ ANTT, MR, Liv.1742 Avisos. 20 de Março de 1836 Portaria, ass. por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque.

¹¹⁰⁸ ANTT, MR, Liv.1742 Avisos. 20 de Março de 1836 Portaria, ass. por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque.

Argumentos como o facto das igrejas não estarem a cargo da autoridade eclesiástica, não se encontrarem secularizadas ou pretensões de autoridades administrativas locais, eram utilizados para a permanência, tentativa de desvio para outras finalidades ou o retardar da entrega dos objectos.

Existiram também casos, como os do extinto Convento de S. Pedro de Alcântara [Fig.22], que se encontrava a servir como “*Recolhimento de Engeitadas*”, na posse da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a qual vai alegar a doação de 31 de Dezembro de 1833, na qual estariam incluídas “*todas as officinas e mobilia commum*”¹¹⁰⁹. No que dizia respeito às pinturas, elas serviam

“*de ornato à Igreja /aonde se celebra Missa quotidianna para o Publico / ás Capellas, ao Côro, e a outros lugares aonde se achavão no tempo dos Religiosos, com a única diferença de estarem limpos, e muitos delles restaurados á custa da Santa Casa.*”¹¹¹⁰

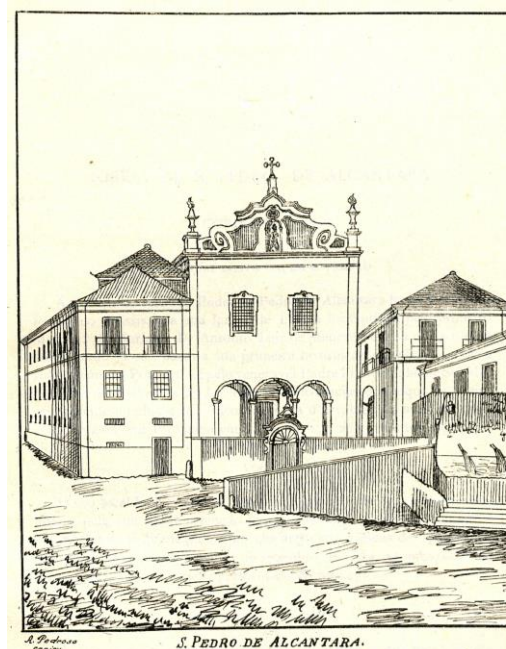


Fig.22 S. Pedro de Alcântara. Desenho, in *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927

No caso do inventário da Casa do Espírito Santo, onde eram enumeradas, entre outros objectos, 39 pinturas, destaca-se o facto da qualidade das obras enunciadas, que se encontravam dispersas por toda a casa religiosa, onde surgem pintores como Pedro Alexandrino, Grão Vasco, e a Escola Romana e utilizados termos como “*boa Escola*”, “*Obra prima*” e onde até era reconhecida uma “*Cabeça de S. Jeronimo (...) – de bom Autor, ainda que moderno.*”¹¹¹¹

Curiosamente não se detectam as pinturas nos “*Autos de Inventario e mais termos da Casa do Espirito Santo da extincta Congregação do Oratorio, como nelles se contem*”, realizados pelo escrivão Antonio Pereira Mendes, em Agosto de 1834. No entanto, a “*1ª Declaração*” era esclarecedora quanto à sua existência e de demais objectos e seu destino:

¹¹⁰⁹ ANTT, MR, Mç.2126, Cx2, 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 7 e 9 de Fevereiro de 1835, Offícios de Nunes de Carvalho e de Thomaz Ramos da Fonseca (Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia).

¹¹¹⁰ 9 de Julho de 1835, informação da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia a respeito de representação do Doutor Nunes de Carvalho solicitando entrega da livraria, pinturas e mais preciosidades do Convento de S. Pedro de Alcântara. Em Agosto terá existido ordem para que a livraria fosse inventariada e remetida à Biblioteca Pública. ANTT, MR, Mç.2126, Cx2, 4.ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos.

¹¹¹¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°54.

*“A Livraria com todos os seus pertences, o Sistema Planetario do Padre Almeida, a Maquina Eletrica, duas Esferas grandes, os paineis, tudo isto existente na casa da Livraria, O Museu na primeira casa do Convento, e todos os mais paineis da Casa chamada do Oratorio, da Sacrestia e de deferentes outras casas- forão logo entregues ao Douctor Antonio Nunes de Carvalho que os recebeo. O sobredito Escrivão o declarei.”*¹¹¹²

Igualmente interessante é o *“Auto d’entrega dos Quadros que existião no extincto Convento de Santo Antonio dos Capuchos”* [Fig.23] de Fevereiro de 1835, certamente similar a outros, de conventos em idênticas circunstâncias, e que era assinado pelo respectivo escrivão – João Gualberto da Silva – e pelo empregado do DLEC, Miguel Freineda que, a título de exemplo, transcrevemos:

“Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos e trinta e sinco, aos dôze dias do mez de Fevereiro do dito anno, nesta Cidade de Lisboa, e no sitio do extincto Convento de Santo Antonio dos Capuchos, onde veio o Doutor Antonio Alexandrino de Moraes e Souza, Provedor do segundo Destricto da Capital, em companhia de mim Escrivão ajudante do seu cargo, afim de fazer entrega dos Quadros, e mais pinturas pertencentes ao dito Convento; e achando-se ali presente Miguel Joze Alves Freinêda, authorisado pelo Doutor Antonio Nunes de Carvalho, encarregado da organização, e direcção do Deposito Geral das Livarias, Cartorios, e Pinturas dos extinctos Conventos das Ordens Regulares, o que fês certo pela Procuração ao diante junta, o dito provedor lhe fês entrega dos quadros, e pinturas seguintes = Trinta e sinco quadros de Frades da Ordem, pintados em lona = dous ditos maiores, sendo um de Frei Francisco de Santo Agostinho, e outro contendo a Arvore Serafica em papel colado sôbre madeira, com molduras prêtas, e frizos amarells = um outro que representa o Typo da Religião = um dito pequeno em madeira, representando os Martyres da Ordem = um dito do Senhor Môrto = um dito

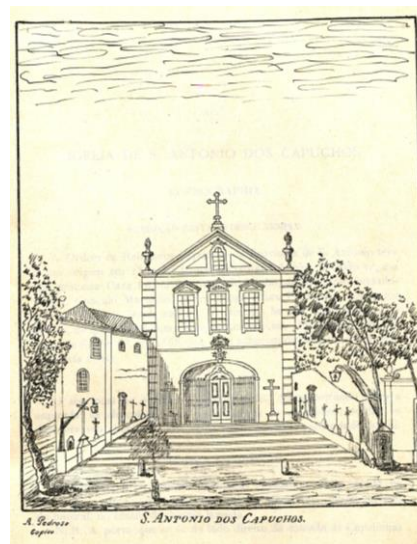


Fig.23 Igreja de Santo António dos Capuchos. Desenho, in *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927

¹¹¹² ANTT, MF, Casa do Espírito Santo, Cx2233, fl. 41vs.

do Senhor da Cana verde = Outro dito do Senhor com a Cruz ás Costas = um dito de Santa Roza = um dito de São Francisco môrto = outro dito de São Francisco recebendo as chagas = um dito da Senhora da Soledade = um dito de São Francisco Solano = um dito dos passos da vida de São Francisco = trese quadros muito velhos, em pano, representando toda a vida de Nossa Senhora = De que tudo o dito Provedor mandou lavrar este auto de que dou minha fé, eu João Gualberto da Silva, Escrivão ajudante deste Provedoria, o escrevi, e assignei com o dito Provedor, e Encarregado da recepção.

Souza

João Gualberto da Silva

Miguel Joze Alves Freineda.”¹¹¹³

Muitas pinturas recolhidas nos primeiros meses, sobretudo as melhores (assim como outros objectos¹¹¹⁴) terão ficado guardadas no Hospício da Terra Santa¹¹¹⁵, parte integrante do complexo do Convento de São Francisco da Cidade. Quando, em Agosto de 1835, aquele edifício é solicitado para ali ser instalado o Governo Civil de Lisboa, e é necessário desocupá-lo, foram realizados inventários das suas existências, seguindo para o DLEC, nos dias 28 e 29 daquele mês¹¹¹⁶, inúmeras pinturas, entre as quais constavam variadíssimas provenientes da

¹¹¹³ ANTT, MF, Cx.2225, Cap.4 – Convento de Santo António dos Capuchos – Ordem de S. Francisco. 12-15 de Fevereiro de 1835. Era acompanhado de autorização do Doutor Nunes de Carvalho para o empregado fazer a recepção das pinturas: “O Doutor Antonio Nunes de Carvalho, Cavalleiro professo da Ordem de Christo, Lente Cathedratico da Faculdade de Leys na Universidade de Coimbra, Deputado da Real Junta da Directoria Geral dos Estudos, Encerregado da Organização, e Direcção do Deposito Geral das Livrarias, Cartorios, e Pinturas dos extinctos Conventos das Ordens Regulares wª = Authoriso ao Senhor Miguel Joze Alves Freineda, Empregado neste Deposito, para receber do Provedor do segundo Destricto, ou da pessoa por elle competentemente authorisada, as Livrarias, e Pinturas dos extinctos Conventos de Santo Antonio, e da Carreira dos Cavallos, da ordem dos Frades Menores de São Francisco, passando-lhe recibo entréga, e fazendo-as conduzir a este Deposito. E para constar lhe passei, e assignei a presente. Deposito Geral de São Francisco da Cidade onze de Fevereiro de mil oito centos e trinta e sinco = Doutor Antonio Nunes de Carvalho =

Está conforme com a original Lisboa desesseis de Fevereiro de mil oito centos e trinta e sinco. O escrivão ajudante da Provedoria do Segundo Destricto João Gualberto da Silva”.

¹¹¹⁴ ANTT, MR, Mç.2038 3ª Repartição, Negócios diversos, letra C, 1835-1843 Cap. CADLEC. 24 de Agosto de 1835. Ofício de Nunes de Carvalho a Rodrigo da Fonseca Magalhães, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

¹¹¹⁵ Este Hospício, sob alçada do Commissariado da Terra Santa, albergava os frades envolvidos na recolha, registo e envio das esmolas destinadas aos Lugares Santos. Foi extinto por decreto de 13 de Dezembro de 1833.

¹¹¹⁶ Algumas pinturas ainda ali terão permanecido por mais algum tempo; as da capela do dito hospício ainda terão ficado ao cuidado do Governador Civil Joaquim Larcher. Ofícios de 28 de Outubro de 1835 da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda para o Conselheiro do Governador Civil do Distrito de Lisboa, e do Governador Civil de Lisboa para António Nunes de Carvalho (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/cx03-03). Em 1837, com a CADLEC, algumas questões a respeito da recolha destes quadros seriam levantadas junto da Administração de Lisboa, que lembrará que os quadros tinham ali ficado “por estarem muito bem guardados” (23 de Junho, Nº33, *ibidem*). Em Relatório do vogal da CADLEC, Cónego Vilela, referia: “(...) não se tem podido recolhelos para o Deposito os admiráveis quadros, e outras peças de escultura, que ornavaõ a riquíssima capela da Terra Santa, no Hospicio, assim denominado doutros do mesmo Convento de S. Francisco: tudo o que ali se via de precioso foi a custa do Commissario da Terra Santa Fr. Manoel de S. Carlos Irmaõ dos Negociantes das Caldas. He indubitável que o seu espolio era riquíssimo o que se depreende na bem escolhida livraria notável ate pelas raras Edições, e

Casa do Espírito Santo, São Bento da Saúde, Casa das Necessidades, Cartuxa de Laveiras, Convento da Graça, Convento da Trindade, Convento de Nossa Senhora do Livramento, Convento de Rilhafoles, Convento de São Domingos, Hospício dos Frades do Varatojo, Convento dos Barbadinhos Franceses, Convento da Boa Viagem, Hospício da Carreira dos Cavalos, Convento de Santa Catarina de Ribamar, para além dos designados “*Quadros sem Bilhete*”, de proveniência desconhecida¹¹¹⁷. Segundo Nunes de Carvalho, as pinturas seriam mais de trezentas¹¹¹⁸.

Os quadros encontravam-se divididos por aquela que tinha sido a Sala da Junta da Bula da Cruzada e a residência do Arcebispo Eleito de Lacedemónia, dando estes últimos origem a duas relações: “*a Relação das Pinturas que ficão nas Sallas da residência do Ex.^{mo} Snr. Arcebispo Eleito de Lacedemonia por já ali se acharem*”¹¹¹⁹ e a “*Relação dos quadros pertencentes ao Depozito Geral de S. Francisco da Cidade, que estavam colocados nas Sallas da Residencia do Ex.^{mo} Snr. Arcebispo Eleito de Lacedemonia, e que forão dalli removidos para o Depozito Geral : com a declaração dos Conventos a que cada hum pertencia*”¹¹²⁰. A primeira destas relações enumera 15 pinturas, e a segunda 60, estando, à semelhança da referente à Sala da Junta, a maioria numeradas, pressupondo a lógica existência de inventariação.

Tendo em atenção os números apresentados – e baseando-nos apenas nas relações hoje existentes – é de supor que tenham sido muitas as pinturas a permanecer ali (mais de duas centenas), pelo menos, numa primeira fase.

Contingências: mão-de-obra, verbas e outras limitações

Como poderemos ver no capítulo V, em que aludimos à acção material, à recolha e transporte das pinturas para S. Francisco seguir-se-ia a sua etiquetagem e arrumação, nem sempre a ideal e que resultaria em graves prejuízos.

que foi recolhida ao Deposito no tempo em que tinha esta incumbencia o Doutor Nunes; e se houve direito para a arrecadação dos livros, como o não há acerca de tam preciosas Pinturas? (...) O quadro que esta no altar da Capella sobre dita he de Nossa Senhora da Conceição e talvez neste genero hum dos melhores de Pedro Alexandrino.” (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/21/Cx02-05)

¹¹¹⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°32 e N°35. 28 e 29 de Agosto de 1835. Aludiremos a este assunto no próximo capítulo (V), dedicado à acção material.

¹¹¹⁸ ANTT, MR, Mç.2038 – 3ª Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835- 1843 Cap. CADL. 24 de Agosto de 1835 – De Nunes de Carvalho a Rodrigo da Fonseca Magalhães, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

¹¹¹⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°42, s.d.. Na parte inicial do mesmo documento, antes do título, existe ainda a menção ao Convento da Boa Hora de Belém (1 quadro), e a Quadros sem bilhetes (2 quadros + 2 lâminas em cobre), numa enumeração que lembra a realizada para o Hospício da Terra Santa.

¹¹²⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°43, s.d..

Para fazer face às primeiras despesas do Depósito, o Ministro do Reino Bispo Conde Frei Francisco solicitou a José da Silva Carvalho, Ministro da Fazenda, para que fossem disponibilizados 600\$000 reis “*para suprimientos de algumas diarias da absoluta necessidade, tanto nos arranjos indispensaveis para o bom acondicionamento dos (...) objectos, como para a sua conducção*”¹¹²¹.

A mão-de-obra, necessária para os trabalhos externos e internos daquele organismo, seria um dos principais problemas, apresentando-se deficitária e quase sempre dependente da Biblioteca Pública. A pretensa autonomia do DLEC face a este estabelecimento, colocava diversas questões. Eram vários os indivíduos, empregados nos trabalhos do Depósito, por nomeação do Bibliotecário.

A Rainha, por Portaria de 21 de Outubro de 1834, solicitava a este que

*“quando não soffra prejuizo o serviço ordinario, ordene que vão servir na commissão do Deposito Geral das Livrarias e mais objectos das extinctas Ordens Regulares, e debaixo da direcção do Doutor Antonio Nunes de Carvalho, os dous Conservadores da dita Bibliotheca = Pereira, e Souza, e Francisco de Paula, ou hum delles, e os mais empregados, que commodamente se poderem dispensar (...)”*¹¹²².

O Bibliotecário tinha sido autorizado, por portaria de 22 de Abril desse ano, a incluir nas despesas da Biblioteca a adição suplementar de sessenta mil reis mensais, destinados a ocorrer às despesas inerentes à recepção das livrarias dos extintos conventos, tarefa que tinha inicialmente sido entregue a este estabelecimento. O facto de ter-se “*separado, e incumbido este objecto ao Doutor Antonio Nunes de Carvalho*”, levantou dúvidas a Pinto de Balsemão que, em Fevereiro de 1835, queria ver esclarecido se continuava a incluir aquela verba nas suas contas ou se os devia colocar “*á disposição do Encarregado para o conveniente emprego para que são applicados*”¹¹²³; a ligação humana (de mão-de-obra) e financeira permanecerá nem sempre muito fácil e clara¹¹²⁴. Uma “*Relação dos Empregados no Deposito Geral das Livrarias, Cartorios, e Pinturas dos Conventos Supprimidos, estabelecido no extincto Mosteiro de S. Francisco da Cidade*”, documento sem data, encontrado junto de um Relatório de Pinto

¹¹²¹ ANTT, MR, Liv.1740 Avisos, fl.228. 4 de Dezembro de 1834.

¹¹²² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 21 de Outubro de 1834.

¹¹²³ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, p.60. 9 de Fevereiro de 1835.

¹¹²⁴ A 20 de Maio de 1835 Balsemão lembrava a Nunes de Carvalho a necessidade de este remeter a folha dos empregados que deviam “*gosar a prestação dos R60# mensaes concedidos a esta Bibliotheca para a despezas com a arrecadação das Livrarias dos Conventos extinctos*” BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, p.73. Já em 1838 o processamento do pagamento dos 6 indivíduos que em 1838 trabalhavam no DLEC será uma questão em causa; Nunes de Carvalho terá pago as contas da transferência da Biblioteca para S. Francisco. 20 de Setembro de 1838. BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, pp.184-185.

Balsemão datado de 1835, dava conta da existência de uns parcos 13 funcionários, entre os quais o pintor Joze Ribeiro da Silva, a que acrescia um egresso da Congregação de S. João Evangelista e um moço para variados serviços:

“Joze Antonio Branco.

Joaquim Joze de Gouvea.

Miguel Joze Alves Freineda.

Carlos Joze de Almeida Amaral

Joaquim deSegurado } *Estão em Alcobaça*

Joze Mendes Diniz

João White

Pedro Alexandrino de Mello.

Ernesto Frederico Ribrº Vianna de Mesquita

João Antonio

Joze Ribeiro da Silva, Pintor encarregado de arranjar os quadros.

Joze Antonio Monteiro.

Antonio Joaquim Ozorio } *Porteiros*

Vai todos os dias ao Dep.º M.ºl Sergio da Silveira Egresso da Congregação de S. João Evangelista, o qual está encarregado da Classificação das Livr.ºs.

Ha tambem hum Moço p.º vario serviço. “¹¹²⁵

Também as quantias que financiavam o DLEC vinham de diversas (e naturais) proveniências:
*“Quantias recebidas no Depozito Geral das Livarias”*¹¹²⁶

Data	Proveniência	Quantia
5 de Janeiro de 1835	Secretaria de Estado dos Negócios do Reino	600\$000
	Tesouro	500\$000

¹¹²⁵ Relação junta com o “Relatorio feito por Vasco Pinto de Sousa Coutinho sendo Bibliothecario Mor da Bibliotheca Publica de Lisboa, e offerecido ao Ex^{mo} Bispo Conde D. Fr Fco de S. Luiz Ministro do Reino escripto pelo Empregado da m^{ma} Bibliotheca Colff.^{ss}”. BNP, Res., Mss 261, N°21.

¹¹²⁶ “N.B. He das quantias que sei com certeza se receberão, mas segundo me parece já foi entregue pela Secret^a do Reino outra quantia de que poderei saber com a certeza d’aqui a dias.” Relação junta com o “Relatorio feito por Vasco Pinto de Sousa Coutinho sendo Bibliothecario Mor da Bibliotheca Publica de Lisboa, e offerecido ao Ex^{mo} Bispo Conde D. Fr Fco de S. Luiz Ministro do Reino escripto pelo Empregado da m^{ma} Bibliotheca Colff.^{ss}”. BNP, Res., Mss 261, N°21.

15 de Março de 1835	Biblioteca Pública	120\$000
12 de Maio de 1835	Biblioteca Pública	60\$000
	Total (Reis)	2:280\$000

Em Fevereiro de 1835, era dada ordem para que o Conselheiro Oficial Maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, José Balbino de Barbosa e Araújo (Barão de Tilheiras), entregasse a Nunes de Carvalho um conto de reis para as despesas do DLEC¹¹²⁷. No mês seguinte, a 13 de Março, o responsável daquele depósito assinava um recibo referente a 120\$000 (*“cento e vinte mil reis em metal”*) entregues pelo Bibliotecário-Mor, Pinto de Balsemão, *“provenientes do Thezouro Publico, e destinados para o pagamento de seis officiaes dos empregados neste Depozito, pelo espaço de dous meses a contar de vinte e tres de Novembro de mil oito centos trinta e cinco, a razão de dez mil reis por mez a cada hum.”*¹¹²⁸

Poucos meses mais tarde, em Julho, a necessidade de dinheiro para as despesas do DLEC era urgente: os empregados não recebiam havia cinco meses, era necessário para a arrecadação e condução dos vários objectos para o Depósito e para financiar uma viagem de Nunes de Carvalho¹¹²⁹. Este pedia, então, ao Ministro e Secretário de Estado, Rodrigo da Fonseca Magalhães, um conto de reis ou quantia que este julgasse conveniente, ficando responsável por *“dar conta circunstanciada e documentada do seu emprego”*¹¹³⁰.

Quando em Setembro de 1835, o responsável do DLEC leva ao Ministro o nome do pintor André Monteiro da Cruz como aquele que seria o indicado para restaurar pinturas que o DLEC tinha, nomeadamente de Grão Vasco, e outras que ainda poderia vir a receber, tomava em consideração que este era empregado na Repartição das Obras Públicas, de onde recebia ordenado, não aumentando por isso a despesa do Depósito, uma vez que ele não exigia

¹¹²⁷ ANTT, MR, Li.1742 Avisos, fl.26. 14 de Fevereiro de 1835.

¹¹²⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/43/Cx10-05. 13 de Março de 1835.

¹¹²⁹ Com o âmbito de acção então já alargado ao Alentejo, Nunes de Carvalho necessitava de ir a Évora ver o estado das livrarias e pinturas que ali se encontravam, e providenciar a sua arrecadação e escolha. 21 de Julho de 1835 ANTT, MR, Mç.2126, Cx2, 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos.

¹¹³⁰ ANTT, MR, Mç.2126, Cx2, 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 21 de Julho de 1835.

gratificação alguma; solicitava este pintor e um ou dois oficiais de marceneiro por ele escolhidos, todos daquela repartição¹¹³¹.

Documento não datado, relacionado com pedido ao encarregado do DLEC de uma relação de obras repetidas que ali existiam e das que fossem aparecendo, “*á proporção que se forem organisando os Cathalogos*”, refere a resposta dada por este, nomeadamente os muitos obstáculos que atrasavam os trabalhos, apesar de afirmar “*que ha muito tem prompto o plano e sistema dos cathalogos, bem como o do Estabelecim.^{to} d’uma Bibliotheca N^{al} Portuguesa*”, objectivos cuja execução estava dependente de empregar “*peessoas fieis, intelligentes e activas*”¹¹³².

A preparação do local de depósito, a condução e colocação, aliada ao “*grande numero de livros e pinturas*” que já se tinham recolhido, dificultava o processo. Não se deixava de salientar que “*o delicado arranjo das pinturas o tem do mesmo modo occupado m^{to}*”¹¹³³. Tudo isto, somado ao problema de falta de pessoal: eram então apenas referidos, um porteiro, um guarda interior, um moço e dois encarregados da arrumação de livros, pinturas, etc. Quanto aos empregados das extintas Repartições, “*não achára nenhum que queizesse dar-se a este trabalho*”¹¹³⁴.

Em Janeiro de 1836, numa relação detalhada das pessoas que trabalhavam no DLEC¹¹³⁵, entre os poucos empregados que o seu responsável referia, encontravam-se então:

Funcionário	Função no DLEC	Vencimento Mensal
João António Branco	Arrumação dos livros, pinturas, etc. e em comissão em Lisboa e subúrbios. Agente (solicitava nas Secretarias de Estado e outras estações subalternas a expedição de negócios relativos ao DLEC).	10000 reis
Ernesto de Mesquita	Arrumação dos livros, pinturas, etc. e em comissão em Lisboa e subúrbios.	7200 reis

¹¹³¹ ANTT, MR, Mç.2038 3ª Repartição, Negócios diversos, letra C, 1835-1843 Cap.CADL. 9 de Setembro de 1835. De Nunes de Carvalho a Rodrigo da Fonseca Magalhães, solicitando que este ordenasse ao Inspector Fiscal das Obras Públicas que dispensasse estes empregados para os trabalhos de conserto das pinturas “sem que por isso se interrompa o seu serviço ordinario naquela Repartição”.

¹¹³² ANTT, MR, Mf.2515 (mç.2123). s.d.

¹¹³³ ANTT, MR, Mf.2515 (mç.2123). s.d.

¹¹³⁴ ANTT, MR, Mf.2515 (mç.2123). s.d.

¹¹³⁵ ANTT, MR, Mf.2515 (mç.2123). s.d.

Carlos Joze de Almeida Amaral	Arrecadação das livrarias, cartórios, pinturas, etc. fora de Lisboa.	10000 reis
Chrisostomo de Almeida Amaral	Arrecadação das livrarias, cartórios, pinturas, etc. fora de Lisboa.	10000 reis
João White	Arrecadação das livrarias, cartórios, pinturas, etc. fora de Lisboa.	10000 reis
Joaquim Joze de Gouvea	Arrecadação das livrarias, cartórios, pinturas, etc. fora de Lisboa.	10000 reis
Porteiro		
Guarda Interior		
Moço	Serviço ordinário (limpezas, etc.)	
Coronel Joze da Costa e Silva	Arranjo e classificação dos cartórios.	
Operários eventuais		

Biblioteca vs DLEC

Rapidamente, Biblioteca e DLEC pareciam, de alguma forma, colidir no campo de acção. O receio de que aquele que poderemos designar como o “*estabelecimento mãe*” fosse diminuído no seu papel de defensor dos tesouros nacionais, depósito onde se concentrassem todos os Monumentos das Artes e das Ciências, e prejudicado nas suas colecções, levaria a que, logo em Março daquele ano, fosse lembrado ao Ministro Agostinho José Freire que o Alvará Régio de criação da Biblioteca, a designava

“como hum thesouro de todas as Artes, e Sciencias, e onde se achem com os Livros os mais preciosos pela sua raridade, e estimação os Monumentos mais respeitaveis das mesmas Artes, e Sciencias, que constituão hum riquissimo deposito, não só de todos os conhecimentos humanos, mas tão bem dos meios mais proprios para conduzir os homens a conseguir a virtuosa sabedoria, que constitue a felicidade, e tranquilidade pública dos Estados (...)”

e que aquele estabelecimento tinha primazia sobre qualquer outro, “*pela sua publica utilidade*” e “*por ser o primeiro, e mais rico neste genero*”¹¹³⁶.

Esperando que no DLEC, a cargo de Nunes de Carvalho, se viessem a reunir

“muitas obras preciosas, tanto por sua materia, como por sua raridade; assim como diversos objectos de Artes, que mais immediata relação tenham com as sciencias, de que já existem nalgumas collecções nesta Bibliotheca, e de que a mesma se acha falta; e por só nesta occasião se poderão adquirir, concorrendo para o seo augmento e riqueza”

era solicitado àquele Ministro que fosse ordenado ao Encarregado do DLEC que facilitasse ao Bibliotecário-Mor

*“a escolha, e entrega de todos os Livros, e mais objectos de Artes, que mais immediata relação tenham com as Sciencias, de que a mesma Bibliotheca carecer, com preferencia a qualquer outro Estabelecimento, a quem se houver de conceder semelhante faculdade”*¹¹³⁷.

A Biblioteca e o seu responsável marcavam posição enquanto pólos de cultura e instrução numa altura em que, como já vimos no capítulo anterior¹¹³⁸, uma Comissão da qual fazia parte André Monteiro da Cruz, nomeada por portaria de 18 de Fevereiro daquele ano (1835), trabalhava num projecto de estatutos de uma Academia de Belas-Artes a criar em Lisboa¹¹³⁹.

A independência do DLEC colidia com interesses da Biblioteca Pública, ao mesmo tempo que fazia questionar a necessidade da sua existência praticamente autónoma. Para isso, terão contribuído não só as solicitações do Bibliotecário-Mor, mas também questões logísticas e sobretudo políticas.

Em Setembro de 1835, a rainha ordenaria que Nunes de Carvalho informasse não só acerca de um pedido de Vasco Pinto de Balsemão¹¹⁴⁰ para que se concedesse à direcção da Biblioteca “*a escolha e entrega de todos os livros e mais objectos d’artes, de que possa carecer*”, mas também “*sobre a conveniencia de ser novamente entregue o Deposito á Direcção da Bibliotheca*”¹¹⁴¹. Segundo o responsável do DLEC, nenhuma das pretensões daquele bibliotecário era “*admissivel, nem merecedora de attenção nas actuas circunstancias da*

¹¹³⁶ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, p.65. 12 de Março de 1835.

¹¹³⁷ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, p.65. 12 de Março de 1835.

¹¹³⁸ Capítulo III, p.248.

¹¹³⁹ BNP, Res., Cod.6963, fl.55. 12 de Junho de 1835 - Projecto para o estabelecimento da Academia de Belas-Artes. Disponível em <http://purl.pt/24931>.

¹¹⁴⁰ ANTT, MR, Liv.1767, N°2258. De 20 de Agosto de 1835.

¹¹⁴¹ ANTT, MR, Mç 2126, cx2 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 10 de Setembro de 1835.

Bibliotheca e do Depósito”¹¹⁴². Adiando para depois a resposta à segunda pretensão, a respeito da primeira, teceria uma série de comentários reveladores da tensão existente. Argumentos como, não reconhecer os indivíduos que compunham a direcção da Biblioteca “*dotados da sciencia e pericia necessarias para fazerem essa escolha com o devido acerto*”; de a maior parte dos objectos no Depósito ainda estarem encaixotados e por classificar; ou a falta de um edifício adequado para a Biblioteca, serviam para justificar a sua posição¹¹⁴³.

E não deixava de aludir ao Alvará de 1796:

*“(...) He certo que segundo as pomposas expressões do Preambulo do Alvará da Creação da Bibliotheca Publica [29 de Fevereiro de 1796], allegadas astuciosamente pelo Bibliothecario Mór no principio da sua representação, aquella Bibliotheca he designada como devendo ser hum thezouro de todas as Artes e Sciencias, e aonde se cahem com os livros mais preciosos pela sua raridade e estimação os Monumentos mais respeitaveis das mesmas Artes e sciencias, que constituão hum riquissimo Deposito, não só de todos os conhecimentos humanos, mas tambem dos meios mais proprios para conduzir os homens a conseguir a virtuosa sabedoria, que constitue a felicidade e tranquillidade publica dos Estados. Porem o Bibliothecario Mór sabe muito bem, nem o pode ignorar sem a mais deploravel cegueira, que este pensamento magnifico do Doutor Antonio Ribeiro dos Santos, fundador da Bibliotheca publica, concebido por elle na sua imaginação brilhante jámais se realizou, apesar de todos os esforços daquelle benemerito Varão, e da boa vontade do Ministro que creou a Bibliotheca. (...) As suas collecções em todos os ramos estão muito imperfeitas e atrasadas, e só hoje se poderão completar, e enriquecer consideravelmente com os preciosos despojos dos Conventos supprimidos; para isso por ora he necessario algum tempo, e sobre tudo, que a Bibliotheca Publica seja transferida para outro edificio maior, mais bem situado, independente, e proximo do actual, como todos reconhecem, e muitas vezes tem sido representado a Sua Magestade. (...)”*¹¹⁴⁴.

Portaria do Ministério do Reino ao Bibliotecário-Mor, datada de Outubro, comunicar-lhe-ia que as suas pretensões não poderiam, por ora, ter lugar¹¹⁴⁵.

¹¹⁴² *Idem, ibidem.*

¹¹⁴³ *Idem, ibidem.*

¹¹⁴⁴ ANTT, MR, Mç 2126, cx2 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 10 de Setembro de 1835.

¹¹⁴⁵ ANTT, MR, Liv.1767.

A falta de espaço sentida na Biblioteca, o entendimento com o encarregado do DLEC, e, certamente, uma visão estratégica, terá levado a que fosse feita a proposta para que a Biblioteca fosse para S. Francisco da Cidade

*“pelo seu vasto espaço daquelle edificio que está preparado, ja por ser susceptivel de augmento no futuro, ja por ser central e totalmente isolado, e alli reunido hum material immenso que se pode aproveitar (...)”*¹¹⁴⁶.

A partir de Julho de 1836¹¹⁴⁷, a Biblioteca passaria a partilhar o mesmo edifício que o DLEC.

Alargamento de acção do DLEC. Antigos e novos desafios

Se nos primeiros meses a acção de Nunes de Carvalho e do DLEC ficou circunscrita à Província da Estremadura e seu Termo, logo a 26 de Dezembro de 1834, por portaria, viu o seu âmbito alargado à *“Provincia do Alem-tejo”*¹¹⁴⁸.

Na sequência deste alargamento, vê-se reflectido o esquema de hierarquia de contactos. O Doutor Nunes de Carvalho encontrava-se autorizado a *“requisitar de todas e quaesquer Authoridades”* os objectos que se encontravam dentro da sua administração, sendo então os Prefeitos das Províncias o patamar hierárquico e burocrático que mais directamente devia fazer cumprir e executar as ordens emanadas; neste sentido, a Prefeitura do Alentejo emitiu uma circular aos Subprefeitos – basicamente um executante das ordens dos Prefeitos, que de acordo com o *“código administrativo”* de 1832, se encontrava à frente das designadas comarcas¹¹⁴⁹ –, para conhecimento e execução das determinações régias¹¹⁵⁰.

Segundo portaria de 11 de Fevereiro de 1835, assinada pelo Ministro do Reino, Bispo Conde Frei Francisco, então encontravam-se já reunidos no DLEC

¹¹⁴⁶ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, p.97. s.d. (Maio 1836?)

¹¹⁴⁷ Ofício datado de 1 de Julho de 1836, de Nunes de Carvalho a Agostinho José Freire, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, refere: *“A translação da Bibliotheca Publica da Corte para o segundo andar deste edificio ficará concluida á manhã, e todos os seus livros / excepto os de Theologia/ collocados nas estantes, que eu tinha preparado, pela mesma ordem, em que estavam nas salas do Terreiro do Paço, e em estado de ser frequentada pelo Publico no principio da proxima semana. Esta mudança, que se cuidava que levasse meio anno, e custasse muitos contos de reis, executou-se em menos de seis semanas (...)”*. ANTT, MR, Mç 2126, cx2 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos.

¹¹⁴⁸ 26 de Dezembro de 1834 – portaria assinada pelo Ministro do Reino, Bispo Conde Fr. Francisco, *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos III*, Lisboa, 1938, p.15, doc. XVI.

¹¹⁴⁹ Nesta altura Portugal ainda se encontrava dividido em onze províncias: Minho, Trás-os-Montes, Douro, Beira Alta, Beira Baixa, Estremadura, Alentejo, Algarve, Açores Ocidental, Açores Oriental, Madeira. Estas encontravam-se articuladas em 44 comarcas e 828 concelhos. Na sua direcção encontravam-se os prefeitos, os subprefeitos e os provedores, respectivamente. SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal, Portugal e a Instauração do Liberalismo*, Vol. 9º (MARQUES, A.H., Oliveira, coord.), Lisboa, Editorial Presença, 2002, p.118 Vide Cap.III.

¹¹⁵⁰ BNP, Res., Mss.225, N°4. 29 de Dezembro de 1834.

*“mais de mil quadros de Pintura, e entre elles um grande numero dos mais excellentes, e primorosos, que se tem recolhido das Casas Religiosas extinctas nesta Capital, e suas visinhanças, e que devem a seu tempo servir á fundação de um Museo Nacional das Bellas-Artes”*¹¹⁵¹.

Esta apresentava-se como uma prioridade política e cultural. Dada a conveniência de se *“proceder desde logo a escolha e classificação das mesmas Pinturas, para se hirem collocando nas Casas da quelle edificio, que para isso forem destinadas”*, a Rainha mandava criar

*“uma Comissão de Artistas, e pessoas intelligentes, as quaes concorrendo ao referido Deposito em um ou dois dias de cada semana, que mais cómodos julgarem, assentem de comum acordo na escolha, plano de classificação, e collocação, que lhe parecer mais util ao fim do futuro estabelecimento do Museo Nacional, e havendo notável discrepância de votos em algum ponto que pareça importante, o proponhão pelo Ministerio competente; para sua Magestade escolher e resolver”*¹¹⁵².

Esta Comissão seria composta pelo *“Doutor Antonio Nunes de Carvalho, encarregado do mesmo Deposito, que derigirá os Trabalhos, como Presidente do benemérito Conego Luiz Duarte Vilela da Silva”*¹¹⁵³, e dos distintos Artistas Joaquim Rafael, primeiro pintor da Camara

¹¹⁵¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 11 de Fevereiro de 1835.

¹¹⁵² *Idem, ibidem.*

¹¹⁵³ Luís Duarte Vilela da Silva (Celorico da Beira 1761-1842,3?), Sacerdote e escritor. Aparecerá também ligado à Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias, criada em Dezembro de 1836, vindo a ser um dos dois membros da designada “Secção d’Artes”. Foi tesoureiro da Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e cónego da Sé de Lisboa. Dedicou-se a estudos históricos e artísticos, publicando entre outras obras – *Compêndio Histórico de Vila de Celorico da Beira Oferecido a S.A.R. o Príncipe Regente* (1808); *Sermão em Acção de Graças Pela Feliz Restauração de Portugal, Pregado na Igreja de Nossa Senhora da Salvação da Vila de Arruda* (1811); *Memórias Históricas da Insigne e Real Colegiada de Santa Maria de Alcáçovas da Vila de Santarém, Oferecida a El Rei D. João VI* (1817), *Observações críticas sobre alguns artigos do Ensaio Estatístico do Reino de Portugal e Algarves, Publicado em Paris por Adriano Balbi* (1828), *Elogio Histórico do P. M. Frei José Caetano de Sousa, Carmelita, Doutor Teólogo pela Universidade de Coimbra* (1829). O Conde Raczynski no *Dictionnaire Historique e Artistique de Portugal*, consagrou-lhe um artigo em que o apresenta como um homem destituído de qualquer gosto artístico, e sem capacidade para a publicação de tal obra...Editou as *Memórias relativas às vidas dos Pintores, etc.*, por Cyrilo Volkmar Machado e colaborou na *Colecção de Retratos e Elogios de Varões e Donas Que Ilustravam a Nação Portuguesa*, publicada nos primeiros anos do séc.XIX. Após a sua morte foi ainda publicada na *Revista Universal Lisbonense* (nº1º da 3ª série, vol. XIII,1853, pp.11-26) a sua obra *Memória Acerca da Sé de Lisboa*, deixada manuscrita e reproduzida incompleta pela dita revista. Posteriormente, a mesma revista, numa nova série principiada em Abril de 1857, concluiu-a no seu nº35, já em 1859, com o título *A Sé de Lisboa: Memória do Cónego Luís Duarte Vilela da Silva, Emendada e Anotada Por Sua Eminência o Cardeal Patriarca D. Francisco de S. Luís. Grande Enciclopédia...*, *op.cit.*, vol.36, pp.106-107.

*Real*¹¹⁵⁴, José da Cunha Taborda¹¹⁵⁵ *Pintor de Historia, Jose Antonio do Valle*¹¹⁵⁶ *Professor de Desenho de Figura, Mauricio José Sendim*¹¹⁵⁷, *Desenhador Historico, e Manoel Antonio da Fonseca*¹¹⁵⁸, *Pencionario do Estado nas Escolas de Roma*”¹¹⁵⁹.

¹¹⁵⁴ Joaquim Rafael (da Costa) (1783-1864) – Pintor portuense. Membro, enquanto 1º pintor da Câmara Real, da Comissão nomeada em 11 de Fevereiro de 1835, destinada a proceder à escolha e classificação de pinturas com vista à fundação de um Museu Nacional. Pintor de pintura histórica e escultor, era filho de Bento José Rodrigues, cocheiro do Bispo do Porto, D. Frei João Rafael de Mendonça, vindo deste a adoptar o apelido Rafael. Frequentou a Escola da Porta do Olival, fundada pelo pintor francês Pillement, de onde saíram os Vieiras e outros artistas contemporâneos; em 1802 matriculou-se na aula de Desenho (mantida pela Junta da Administração da Companhia Geral de Agricultura dos Vinhos do Alto-Douro), onde eram professores os dois Vieiras e que viria a ser incorporada em 1803-1804 na Academia Real da Marinha e do Comércio da Cidade do Porto. Nesta aula seriam professores de Rafael, José Teixeira Barreto, Raimundo Joaquim da Costa e Domingos António Sequeira. A sua “primeira” obra foi um quadro mandado executar pelas autoridades para ser colocado, em 1808 no cruzeiro da sé, em comemoração da Restauração. Fez outras pinturas para o Porto e seus arredores, nomeadamente para várias igrejas (Clérigos, Lapa, Congregados, etc); foi autor dos esboços, a óleo, do Horto e Portação da Cruz, obra escultórica de João José Braga para a capela de Matosinhos, para onde ele próprio esculpiu uma das figuras do Horto. Em colaboração com o arquitecto Manuel Moreira da Silva fez um projecto para um monumento comemorativo da revolução de 1820, a erguer na Praça da Constituição, no Porto. Aprovado pela Comissão das Artes nomeada para esse fim, a primeira pedra acabaria por ser lançada no 2º aniversário da revolução, no entanto, com a contra-revolução de 1823 os alicerces do monumento acabariam por ser destruídos. Em 1824 veio para Lisboa, sendo nomeado, logo em 1825, primeiro pintor da corte e câmara de D. João VI, lugar que se encontrava vago desde o falecimento de Francisco Vieira Portuense, em 1805. Segundo Manuel José Carneiro, seu biógrafo, assim que entrou em exercício «teve sob a sua direcção 54 discípulos, fez algumas pinturas para as salas do Palácio da Ajuda e modelou muitos bustos e baixos-relevos tanto para S.S. M.M. como para as Sereníssimas Senhoras Infantas». Indicado para fazer parte da Comissão encarregada de elaborar um projecto de Estatutos da Academia de Belas-Artes de Lisboa, em 1835, foi nomeado, no ano seguinte, primeiro professor de Desenho da Academia. Dois anos depois (1838) era professor substituto da aula de Pintura. Publicou, em 1840, *Elementos de desenho coligidos e adoptados pela Academia de Belas-Artes de Lisboa para uso dos seus discípulos*. Entre as suas obras está o retrato do pintor José da Cunha Taborda e da princesa D. Maria Francisca Benedita. Era amigo íntimo de António Feliciano de Castilho. *Grande Enciclopédia...*, *op.cit.*, vol.7, pp.878-879.

¹¹⁵⁵ José da Cunha Taborda (Fundão 1766- Lisboa 1836), Pintor e Historiador de Arte dos séculos XVIII e XIX. Nasceu no Fundão tendo vindo para Lisboa, protegido pelo Desembargador Geraldês. Foi discípulo de Joaquim Manuel da Rocha e do arquitecto José da Costa e Silva na Aula Régia de Desenho, em Lisboa, e mais tarde, de Labruzzi e Cavallucci, em Roma, onde completou os estudos enquanto pensionado da Intendência. Quando regressou a Lisboa foi nomeado professor da nova escola de pintura, fundada pelo Intendente Pina Manique; juntamente com Calisto e Foschini foi eleito pintor régio, sendo um dos mais importantes pintores decoradores do Palácio da Ajuda (onde fez obras de gosto acentuadamente alegórico, destaque para a «Aclamação de D. João VI»), e realizando vários tectos e painéis para os palácios reais e casas particulares. Para além de outros retratos, a ele se deve o de Camões, gravado por C. Fontes e dado à estampa em 1817 na obra «Retratos e elogios de varões e donas que ilustraram a nação portuguesa». Segundo Júlio Brandão, Taborda foi igualmente um miniaturista de *Grande Enciclopédia...*, *op.cit.*, PAMPLONA, Fernando de, *Dicionário de Pintores e escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*, 4ªedç., Barcelos, Livraria Civilização Editora, 2000, vol. V, pp.265-266; RACZYNSKY, *Dictionnaire Historico- Artistique du Portugal*; VITERBO, Sousa, *Notícia de alguns pintores portugueses*.

¹¹⁵⁶ José António do Vale (1765-1840). Professor de Desenho e Figura. Destacou-se essencialmente enquanto abridor de cunhos de moedas e medalhas. Enquanto aluno da Casa Pia, estudou em Roma (c.1797) para gravador de pedras finas e posteriormente em Londres (c.1799). Dada a sua formação, em 1802 foi nomeado professor de gravura de cunhas e pedras, da Casa da Moeda e em 1822, abridor extraordinário e, finalmente, em 1830, abridor principal, cargos em que se destacou. Aquando da fundação da Academia de Belas-Artes (1836), ascendeu a professor da aula de Cunhos e Medalhas. PAMPLONA, *op.cit.*, vol.V, p.309; RACZYNSKI, *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*; COSTA, Luís Xavier da, *As Belas-Artes Plásticas em Portugal durante o Século XVIII*; ALDEMIRA, Luís Varela, *Um ano trágico: Lisboa em 1836: A propósito do centenário da Academia de Belas Artes. Impressões. Comentários. Documentos*, Lisboa, La Bécarré, 1937.

¹¹⁵⁷ Maurício José do Carmo Sendim (Lisboa 1786-1870). Pintor e gravador. Nos anos de 1834-1838 e 1841-1865 foi professor de Desenho da Casa Pia. Foi igualmente professor particular. Fez retratos da Família Real para a Casa Pia e também retratou vários personagens ilustres, tais como Alexandre Herculano ou António Feliciano de

Castilho, para a família do qual terá executado alguns retratos. Também terá trabalhado, segundo Ferreira Lima, para Miguel Gomes da Silva. Para Viterbo, o desenho de Sendim era, por vezes, pouco correcto, mas o seu colorido era limpo e verdadeiro. Entre as suas obras conta-se «A descida da Cruz», pintada para a sacristia da Igreja dos Caetanos, em Lisboa. Uma sua tela com a mesma temática («Descimento da Cruz») existe no Museu do Caramulo. Enquanto ilustrador e gravador realizou em 1838, em colaboração com António Manuel da Fonseca, as ilustrações em litografia para os «Quadros Históricos», de Castilho. No mesmo âmbito, executou uma litografia de Camões para ilustrar a edição das obras completas do escritor, emendadas por Barreto Feio e J.G. Monteiro, e desenhou e litografou «Egas Moniz» e «Monumento a Camões». Foi também um publicista tendo em 1836 dado à estampa o opúsculo «Exposição breve da criação e progresso da Aula de Desenho e Pintura na Real Casa Pia de Lisboa». PAMPLONA, *op.cit.*, vol.V, pp.166-167; VITERBO, *op.cit.*, III; LIMA, H.C. Ferreira, “Alguns documentos relativos às belas-artes plásticas em Portugal”, in *Museu*, vol.IV, nº9.

¹¹⁵⁸ António Manuel da Fonseca (Lisboa 1796- Lisboa 1890) Pintor e escultor do séc. XIX. Foi discípulo do seu pai, João Tomás da Fonseca, e de Joaquim Manuel da Rocha na Aula de Desenho de Figura e História e, em Roma, dos italianos Camuccini e Andrea Pozzi. Foi professor de Pintura Histórica na Academia de Belas-Artes de Lisboa, função que exerceu também na real câmara, sendo mestre dos príncipes, entre eles do futuro rei D. Carlos e de seu irmão D. Afonso. Era cavaleiro de Cristo, da Senhora da Conceição de Vila Viçosa e de Hohenzollern e membro correspondente do Instituto de França. Em 1820 realizou, para uma festa no Palácio das Laranjeiras, propriedade do Barão de Quintela, a sua primeira obra – um painel transparente com o retrato de D. João VI e D. Carlota Joaquina. Dois anos depois, quando já havia granjeado fama como bom decorador, pintou os frescos do Palácio Quintela, na Rua do Alecrim, entre os quais se contam, por exemplo, «O Rapto das Sabinas», «A Paz do Lácio», a «Apoteose de Rómulo», a «Cabeça de Cristo», «O carro de Apolo», ou ainda paisagens dos arredores de Roma e cenas campestres e populares. Estes frescos viriam a ser restaurados, pelo próprio, em 1878. Executou um retrato de D. João VI para a Câmara Municipal de Lisboa e, em 1825 pintava o pano de boca do Teatro de S. Carlos. No ano seguinte, 1826, pintou o retrato de D. Pedro IV, e partiu para Roma, subsidiado pelo Estado e pelo seu protector, o Barão de Quintela, com a finalidade de completar a sua formação artística. Na capital italiana, através do convívio com afamados mestres e do estudo das grandes obras de arte, Fonseca ganhou preparação e valorizou os seus dotes artísticos. Até ao ano de 1835 copiou notavelmente a «Transfiguração» de Rafael e a «Comunhão de S. Jerónimo» de Domeniquino, assim como outras obras de Rafael, Carlo Dolci, Van Dyck, etc. Aureolado pela sua fama e saber, Fonseca regressou a Portugal em 1836, ano da fundação da Academia de Belas-Artes, sendo nomeado professor de Pintura Histórica daquela instituição. Em 1838 pintou figurinos para uma peça de Garrett e executou cenários para a ópera «Roberto do Diabo», de Meyerbeer, em S. Carlos. No ano de 1843 apresentou, a par com outras obras (retratos do Papa, D. Maria II, Costa Cabral, um auto-retrato, etc.) na Exposição Trienal da Academia aquela que é considerada a sua obra-prima - «Eneias salvando seu pai Anquises do incêndio de Tróia», obra que impressionou os contemporâneos enquanto lição de pintura histórica, e que lhe valeu elogios de Raczyński (louva a segurança, habilidades de execução, qualidades de estilo e colorido), Garrett e Rebelo da Silva. Na altura da Maria da Fonte, em 1846-47, serviu como alferes e depois como tenente no Batalhão dos Voluntários da Carta. Nas subseqüentes exposições da Academia continuou a apresentar numerosas obras e na Exposição Camoniana do Centenário, realizada em 1880, no Palácio de Cristal, no Porto, apresentou o quadro «Camões invocando as Tágides»; a temática camoniana será por si desenvolvida e fez outras obras como o «Desembarque de Vasco da Gama em Calecute» e «Desembarque dos nautas portugueses na Ilha dos Amores», sendo também da sua autoria o retrato de Vasco da Gama que existe na Galeria dos Almirantes em Londres, e que poderá afinal representar o próprio Camões. Pintou obras como o «Casamento de el-rei D. Luís na Igreja de S. Domingos» (no Palácio da Ajuda), realizou a decoração «Vénus e Adónis» no Palácio das Laranjeiras, o fresco «Glória de S. Nicolau» no tecto da igreja deste orago, em Lisboa, «Jesus entre os Doutores» (M. Grão Vasco), ou «Santa Isabel dando esmola», entre outras patentes em museus, palácios e igrejas. Apesar da sua intensa produção, Fonseca manteve-se agarrado aos seus processos, não acompanhando a evolução natural da arte, o que fez com que aos seus sucessos comesçassem a ser sucedidos por fracassos. Deste modo, recebeu críticas do Abade de Castro e viu a sua obra «Eneias» rejeitada, em 1855, no «Salon»; em 1871, ano em que concorreu à Exposição de Madrid, os críticos (entre os quais Rangel de Lima), rotularam-no de antiquado, ainda apegado a um academismo com máscara romântica, numa altura em que o realismo estava estabelecido. Episodicamente, Fonseca também se dedicou à escultura. A ele se deve o bronze «Adónis e o javali», o baixo-relevo «Prometeu»; desenhou para o frontão do Teatro Nacional D. Maria II, as estátuas Talia e Melpomene, esculpidas por Assis Rodrigues, e o alto-relevo «Apolo e as Musas» para o tímpano do mesmo frontão. Para o átrio da fachada do mesmo teatro, desenhou e modelou com Assis Rodrigues, os meios relevos que representam as quatro partes do dia. Enquanto litógrafo além de estampas para os «Quadros Históricos» de Castilho («Milagre de Ourique» e «Cortes de Lamego»), 1838, fez uma «Nossa Senhora da Glória do Abrigo Marítimo». Desenhou também figuras alegóricas destinadas a serem pintadas em azulejos. *Grande Enciclopédia...*, *op.cit.*, vol.11, p.553; PAMPLONA, *op.cit.*, vol.II, pp.317-322; RACZYNSKI, *Dictionnaire ...*; ALDEMIRA, *op.cit.*; VITERBO, *op.cit.*

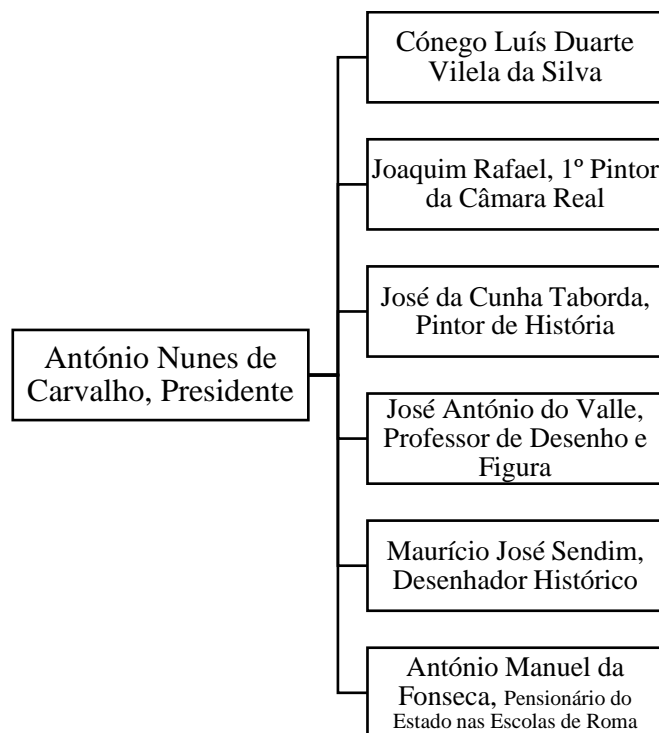


Fig.24 Comissão nomeada em 11 de Fevereiro de 1835, destinada a proceder à escolha e classificação de pinturas com vista à fundação de um Museu Nacional.

Constituíam-se um grupo de trabalho de elite que reflectia a seriedade e o rigor com que o projecto do Museu Nacional era encarado. Era composto por pessoas com conhecimentos nas áreas da pintura, da história e da religião, capazes de fazer face aos exigentes trabalhos relacionados com as obras pictóricas provenientes dos extintos conventos. Dele fazia parte José da Cunha Taborda, que em 1815 tinha publicado a obra *Regras da Arte da Pintura, Com Breves Reflexões Criticas sobre os seus caracteres distintivos de suas Escolas, Vidas e Quadros de seus mais célebres Professores. Escritas na lingua Italiana por Michael Angelo Prunetti. Dedicadas ao Excellentissimo Senhor Marquez de Borba (...). Accresce Memoria dos mais famosos Pintores Portuguezes, e dos melhores Quadros seus que escrevia o tradutor*¹¹⁶⁰. Esta era uma importante obra de referência, que para além de dar conhecimento das escolas estrangeiras de pintura, elencava pioneiramente um conjunto significativo de pintores portugueses. Demonstrava-se com ela, o conhecimento profundo (de acordo com a época em causa), do panorama da história da pintura nacional, algo que constituía uma mais-valia naquela que podemos designar como Comissão do Museu.

Afirmava-se a ideia de fundação de um museu nacional, ideia umbilicalmente ligada ao DLEC.

¹¹⁵⁹BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 11 de Fevereiro de 1835. Na mesma data eram enviadas portarias/avisos aos referidos membros dando conta da sua nomeação para aquela Comissão. ANTT, MR, Liv.1742 Avisos.

¹¹⁶⁰ TABORDA, José da Cunha, *Regras da Arte da Pintura...*, Lisboa, Na Impressão Regia, 1815.

A 17 de Março de 1835, a respeito de portarias do Ministério do Reino que mandavam entregar à Academia Real das Ciências de Lisboa o Gabinete de História Natural do Convento do Espírito Santo e as Máquinas do Gabinete de Física do mesmo convento e do de S. Vicente de Fora, assim como todos os livros que ela não tivesse – e às quais se vai justificadamente opor – mencionava-se qual o estado dos trabalhos no DLEC:

*“(...) no Depozito Geral ainda se não tem podido tratar ate ao presente senão de recolher as Livrarias, Cartorios, Pinturas, W dos extinctos Conventos de Lisboa e seu termo, e destes m.^{mos} ainda faltão alguns. Vai-se proceder ao exame e recolhim^{to} dos que existem na Estremadura, e no Alem-Tejo; (...). Em quanto estes trabalhos preparatorios não estiverem mais adiantados, he impossivel proceder-se á formação dos respectivos catalogos.”*¹¹⁶¹

A 24 de Março, Nunes de Carvalho – e após sua própria proposta¹¹⁶², que analisaremos mais à frente – veria, uma vez mais, o seu poder alargado, desta vez às Províncias do Douro, Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Baixa e Algarve. A Rainha desejava acelerar e uniformizar o processo de arrecadação, classificação e inventário dos objectos da competência do DLEC – reunindo-os em depósitos seguros e centrais – com a finalidade de se deliberar acerca da fundação e estabelecimento de bibliotecas em diferentes pontos do país¹¹⁶³.

A correspondência directa com os Prefeitos, permitida pelo Ministério do Reino e necessária para conhecer o que existia no terreno, materializou-se. Nunes de Carvalho pretendia obter relações dos extintos conventos das Províncias, indicações acerca das preciosidades ali existentes. As questões colocadas pelo administrador do DLEC passavam não apenas por saber o que existia, nomeadamente pinturas, mas também datas de supressão, a quem estavam alocadas as administrações, distâncias em relação a portos e rios, meios de transporte aconselhados, etc.¹¹⁶⁴. Contudo, e como aludiremos noutro ponto deste capítulo, a correspondência nem sempre trará as respostas esperadas. Ofício da Prefeitura do Douro, acerca de pedido de informações dos conventos suprimidos daquela Província, tentava alertar o Doutor Nunes de Carvalho para os problemas com que se deparavam e que não eram só materiais, mas também humanos:

¹¹⁶¹ ANTT, MR, Mç.2126, Cx2, 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 17 de Março de 1835.

¹¹⁶² ANTT, MR, Mç.2126, Cx2 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 4 de Março de 1835.

¹¹⁶³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 24 de Março de 1835.

¹¹⁶⁴ Serve de exemplo a breve resposta do Provedor do Concelho da Covilhã – “Resposta aos Quezitos da Informação sobre os suprimidos Conventos de Santo Antonio, e S. Francisco da Villa da Covilhaã.” BNP, Res., Mss.225, N°13.

*“(...) não posso deixar de prevenilo da grande diffculdade que terei d’encontrar em lhe dar exacta observancia, porque **depende a solucção dos referidos quezitos dos Provedores dos respectivos Concelhos onde estão situados os Conventos, e pela maior parte são homens illiteratos, remissos, e sobrecarregados com tantos deveres, que mal poderão cumprir com as minhas ordens a tal respeito.***

Entretanto perei todo o cuidado em obter delles com a possivel brevidade, e exactidão, os esclarecimentos por V. S.^a pedidos, mas receio muito pelas razões expendidas, que os meus esforços sejam baldados, torno a repetir, pela insufficiencia de conhecimentos, e litteratura, que demandão muitos desses quesitos para serem devidamente satisfeitos, e pelo demasiado trabalho em que estão oneradas as autoridades administrativas (...)”¹¹⁶⁵.

Tendo conhecimento das dificuldades acima expostas pelo Prefeito do Douro, a Rainha terá comunicado a Nunes de Carvalho de modo a que aquelas “requisições” fossem simplificadas *“ou haver-se do modo, que em tal caso lhe parecer mais acertado”¹¹⁶⁶*. Problemas que afectavam certamente, não apenas esta zona, mas todo o país.

No caso do Alentejo, e apesar das circulares emitidas, o responsável do DLEC estava interessado no contacto directo com os espaços e seus conteúdos, em especial os eborenses. Quando, em Julho de 1835, solicitou mais dinheiro para pagar ordenados e fazer trabalhos de arrecadação e transporte para o Depósito, não tinha deixado de mencionar a necessidade urgente de ir a Évora, ver o estado das livrarias e pinturas de grande valor que ali existiam¹¹⁶⁷. Deste modo, a 19 de Setembro de 1835 iniciou, juntamente com dois empregados do Depósito, uma viagem pelo Alentejo, para desempenho da sua *“Commissão relativamente á Provincia do Alentejo”¹¹⁶⁸*.

Saindo de Lisboa em direcção a Azeitão, no dia 20 visitou o Convento de S. Domingos daquela localidade, partindo depois para a Arrábida. Aí, depois de examinado e inventariado o que ali existia pertencente à sua *“Commissão”*, limitou-se a *“por agora a mandar conduzir ao Deposito os poucos livros que alli havia de mais valor e raridade, deixando todo o resto bem acautelado para outra occasião”¹¹⁶⁹*.

¹¹⁶⁵ BNP, Res., Mss.225, Nº5. Resposta a ofício de 10 de Abril. 24 de Abril de 1835. Destaques nossos.

¹¹⁶⁶ Referência em portaria de 8 de Maio de 1835, assinada por Agostinho José Freire, na qual a Rainha mandava participar ao Prefeito da Província do Douro as ordens passadas ao encarregado do DLEC tendo em vista simplificar o processo. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01.

¹¹⁶⁷ ANTT, MR, Mç.2126, Cx2, 4.^a Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 21 de Julho de 1835.

¹¹⁶⁸ ANTT, MR, Mç.2038, 3.^a Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835-1843, Cap. CADL.

¹¹⁶⁹ ANTT, MR, Mç.2038, 3.^a Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835-1843, Cap. CADL.

Aproveita, então, para apreciar a paisagem, ponderando, simultaneamente, nas vantagens do lugar e da sua conservação, de um ponto de vista verdadeiramente pioneiro, interessante e estratégico, particularmente em relação ao santuário:

*“O sitio da Serra da Arrabida he pitoresco e romantico, talvez unico pela sua situação sobre o mar, e mui proprio para attrahir frequentes vizitas de nacionaes e estrangeiros curiosos deste genero de bellezas, o que não póde deixar de ser mui util aos povos circum vezinhos, e ao paiz em geral. Alem disso o famoso Santuario que alli existe, he tido em grande veneração entre os habitantes das duas provincias vezinhas, e desperta a memoria de muitos Varões assignalados, que naquelle ermo passárão a ultima estação da vida. Pelo que me pareceo que seria não só util, mas politico conservalo no estado em que actualmente se acha.(...)”*¹¹⁷⁰.

Da Arrábida partiria de barco para Setúbal (não fazendo aí menção a qualquer visita), e daí seguiria com um empregado por rio para Alcácer do Sal (onde também nada menciona), de onde partiu dia 23 de Setembro rumo a Évora¹¹⁷¹, onde chegaria na noite de 24. Aí, como analisaremos detalhadamente mais à frente, a propósito dos depósitos “satélite” do DLEC, dia 29 mencionaria já a existência de seiscentas pinturas, mostrando-se preocupado com a sua conservação e com a necessidade de estabelecer um depósito¹¹⁷².

O objectivo de estabelecimento de bibliotecas para uso dos liceus (assim como museus locais), levava o próprio Ministério do Reino a alertar que se devia sobrestar na remessa de objectos para Lisboa, utilizando a raridade ou valor, como meios de selecção¹¹⁷³.

Em Janeiro de 1836 existiriam no DLEC, segundo informação de Nunes de Carvalho, mais de seis mil pinturas, colocadas no terceiro piso do edifício de S. Francisco da Cidade¹¹⁷⁴.

Curiosamente, um número mais concreto é-nos fornecido por um viajante – testemunho raro na literatura de viagens que, infelizmente, poucos dados nos fornece a respeito das políticas implementadas e seus números – o Reverendo Charles Rockwell, na obra publicada em 1842 *Sketches of foreign travel and life at sea including a cruise on board a man-of-war, as also a*

¹¹⁷⁰ ANTT, MR, Mç.2038, 3ª Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835-1843, Cap. CADL. 27 de Setembro de 1835. Ofício/relatório de Nunes de Carvalho ao Ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães.

¹¹⁷¹ ANTT, MR, Mç.2038, 3ª Rep., Negócios diversos, letra C, cap. CADL. 27 de Setembro de 1835.

¹¹⁷² *Idem, ibidem.*

¹¹⁷³ ANTT, MR, Mç.2038, 3ª Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835-1843, Cap. CADL. 2 de Outubro de 1835 Portaria.

¹¹⁷⁴ ANTT, MR, Mf.2515 (mç.2123). 29 de Janeiro de 1836. Informação em carta de Nunes de Carvalho a Mouzinho de Albuquerque.

visit to Spain, Portugal, Este americano, que terá passado por Portugal em meados da década de 30, a bordo de um barco de guerra, referia:

*“(...) the government is now forming a vast collection of books and paintings, from all the convents in Portugal, which have been recently suppressed. They are placed in an immense building, formerly occupied by Franciscan monks. There are, at present, 350,000 volumes, and 6,640 paintings. When the collection is finished, it is thought there will be 1,300,000 volumes. A large proportion of these are valuable folios and quartos, most of which are well bound, and in a good state of preservation, and some of them ancient and valuable.”*¹¹⁷⁵

As circunstâncias, a exactidão dos números (assim como um relativo bom conhecimento acerca da extinção das ordens, seus números e consequências¹¹⁷⁶) e o facto de a esta informação imediatamente suceder a referência a D. João de Castro, figura tão grata a Nunes de Carvalho, faz-nos crer que esta terá tido origem no responsável do DLEC, ou em alguém dos seus contactos mais próximos.

Entretanto, como já analisámos no capítulo anterior, as preciosidades dos conventos femininos, ainda não extintos e que permaneciam envoltos em desconhecimentos e em destino incerto, mereciam um especial interesse por parte do governo, situação a que o responsável do DLEC também será chamado a intervir¹¹⁷⁷.

A instabilidade política e o permanente clima conspiratório reflectiam-se no DLEC. O seu encarregado, em Janeiro de 1836, a propósito da acomodação de uma companhia de Infantaria e outra de Cavalaria da Guarda Municipal em S. Francisco da Cidade, escreve ao Bispo Resignatário de Coimbra e afirma: *“estamos debaixo de hum Governo completamente Turco, e Turco dos semlos(?) barbaros”*; segundo Nunes de Carvalho, existiam *“infernaes tramas”* que duravam havia seis meses *“debaixo do commando do Governador Larcher, de quem se fizerão Agentes os Ministros actuaes do Reino e da Guerra”*. Pedia ao destinatário que propusesse ou promovesse na Câmara dos Pares uma medida legislativa,

¹¹⁷⁵ ROCKWELL, Charles Rev., *Sketches of foreign travel and life at sea including a cruise on board a man-of-war, as also a visit to Spain, Portugal, the South of France, Italy, Sicily, Malta, the Ionian Islands, Continental Greece, Liberia, and Brazil; and a Treatise on the Navy of the United States. ...*, Vol. I, Boston, Published by Tappan and Dennet (New York: - D. Appleton & Co. And Wiley & Putnam. Philadelphia: - Carey & Hart. London: - Wiley & Putnam.), 1842, p.235.

¹¹⁷⁶ *Idem, ibidem*, pp.229-230.

¹¹⁷⁷ ANTT, MR, Liv.1767, N°2980, fl.254vs. 24 de Novembro de 1835.

*“Fazendo Decretar, de acordo com Agost.º Jº Freire, e outros o isolamento completo deste edificio dentro das quatro ruas, que a cingem, excluindo delle todo e qualquer individuo, ou Estabelecimento estranho ao objecto do Deposito, e ao seu final desenvolvimento: **Declarando-se destinado unicamente para nelle se estabelecer hum Bibliotheca Publica, digna da Capital da Nação: hum Museo de Productos Naturaes, de Raridades das Artes, e de Antiguidades: hum Galeria de Pinturas, que nada terá que invejar ás melhores da Europa: e a Academia das Bellas Artes, cujos Estatutos Vossa Excellencia mandou organizar, eque o Ministro Rodrigo abafou na Secretaria.**”*¹¹⁷⁸

Em outra carta, Nunes de Carvalho, mostrando também preocupação com as preciosidades dos conventos de freiras¹¹⁷⁹, não deixará de reflectir o clima conspiratório que, segundo ele, o atingia e ao DLEC, e no centro do qual estariam o Ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, o Ministro da Fazenda Silva Carvalho, o Governador Civil Larcher e o Lente Thomaz de Aquino, acusados de se quererem apoderar em proveito próprio das preciosidades conventuais¹¹⁸⁰.

Em 1836, novos destinos começavam a surgir para as pinturas depositadas no DLEC. Para *ornar os muros* do Convento do Beato António, edifício destinado a depósito de monumentos, seriam requisitadas algumas pinturas que não sendo primores da arte, fossem merecedoras de serem conservadas¹¹⁸¹.

No entanto, no DLEC tudo andava aquém do necessário, fruto essencialmente da falta de verbas; a falta de empregados para limparem e consertarem as pinturas, a impossibilidade de realizar as galerias e prover pela manutenção e segurança do edifício, o facto de a recolha das livrarias e pinturas se encontrar parada, eram disso reflexos¹¹⁸².

Dadas as contingências, depressa Nunes de Carvalho percebeu que era necessário, de certa forma, descentralizar a acção do DLEC, de modo a garantir alguma eficácia de actuação. Após sua sugestão, a portaria/circular de 25 de Agosto de 1836¹¹⁸³, que manifestava o desejo de criar

¹¹⁷⁸ BNP, Res., Mss.243, Nº32. 31 de Janeiro de 1836. Carta autógrafa de Antonio Nunes de Carvalho ao Bispo Resignatário de Coimbra. Destaques nossos.

¹¹⁷⁹ Vide Caps. V e VI.

¹¹⁸⁰ BNP, Res. Cod.6963. s.d. 1836.

¹¹⁸¹ BACL, Livro 4 B – Portarias, Avizos e Decretos (4 de Agosto de 1833 a 4 de Agosto de 1863), fls.43-44, Nº139. 21 de Março de 1836.

¹¹⁸² ANTT, MR, Mç.2126, Cx2 4.ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 1 de Julho de 1836 Ofício de Nunes de Carvalho a Agostinho José Freire, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Vide alusão a este ofício mais à frente neste capítulo.

¹¹⁸³ ANTT, MR, Liv.1208 fls.69vs-70 Registo de circulares expedidas (1835-1840). 25 de Agosto de 1836. Circular aos Governadores Civis, incluindo os do Ultramar, com excepção dos de Lisboa e Porto. Assinada por

uma Biblioteca Pública, um Gabinete de Raridades e um Gabinete de Pinturas “*em cada uma das Captaes dos Districtos Administrativos destes Reinos, e Ilhas adjacentes*”, vinha abrir novas perspectivas.

Foi ainda durante a permanência de Nunes de Carvalho à frente dos destinos do DLEC, em Dezembro de 1836 que, como já vimos, seria remetida uma primeira remessa de pinturas para o Museu do Porto, totalizando o número de sete, obras atribuídas a Grão-Vasco, André Gonçalves, Sapeiro, Manuel Joaquim da Rocha, Pedro Alexandrino, Cyrilo Volkmar Machado e Domingos Sequeira. A respeito do painel deste autor, Nunes de Carvalho não deixou de tecer considerações acerca da originalidade, que revelam algum conhecimento e sensibilidade artística advindos, possivelmente, do seu contacto com a colecção de pintura de Frei Manuel do Cenáculo e da sua vivência cultural no exílio:

*“O de N. Senhora, que está na acção de ler em um livro, tendo n’outro braço o Minino Jesus empunhando uma cruz, com todas as effigies, que formão o grupo é do habil Artista Pedro Alexandrino: sem ser da minha intenção deslustrar a memoria, e merecimento, deste celebre Artista, devo confessar, que este quadro se a minha memoria me não engana o pensamento, foi roubado a Carlos Marata: nunca foi original; muitas vezes me disse que Portugal pouco apreço fazia da Arte, e por isso não merecia invenção, desvelo, e fadiga: este, quadro estava na Igreja do Espirito Santo, que pertencia aos Padres da Congregação de S. Filippe Neri.”*¹¹⁸⁴

Os trabalhos de recolha comandados por Nunes de Carvalho encontrar-se-iam reflectidos, quatro anos mais tarde, quando se alude aos conventos de Setúbal:

“Nos differentes suprimidos conventos deste Concelho havia alguns Quadros e Retabolos, que depois da supressão foram levados para Lisboa, pelo Doutor Antonio Nunes de Carvalho; nenhum d’aquelles quadros era de notabilidade á excepção de uma pintura de Nossa Senhora da Graça obra prima de Rafael, de grande valor e estima, que existia no extincto Seminario de Brancanes, e foi remettido á Junta do Melhoramento pelo Desembargador, Manuel Felipe de Moura Cabral, então Provedor, e Regedor desta Commarca, juntamente com uns poucos de pequenos quadros pintados em chapas de cobre, tambem de valor. O Côro do suprimido e já vendido Convento de S. João era igualmente notavel pelos seus retabolos em pintura,

Agostinho José Freire. No caso do Ultramar seguiria apenas em 7 de Outubro de 136, assinada pelo novo ministro Manuel da Silva Passos. *Ibidem*. Nessa mesma data era dirigida aos Administradores Gerais circular semelhante à de 25 de Agosto, “para pronto cumprimento” BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01, N°45.

¹¹⁸⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02.

*cujos ? foram despregados da parede e tecto do côro, e mandados para Lisboa, pelo mesmo Doutor Nunes. Hoje não á nesta Villa estabelecimento algum publico em que existam objectos de pintura que se tornem dignos de ser notados. As pinturas sobre os panos que forram a Sala das Sessões da Camara Municipal, bem como os que guarnecem a Sala do Despacho da Casa do Corpo Santi da Corporação Maritima, é o que actualmente á de maior merecimento neste concelho, por serem pinturas finas e antigas, sem que comtudo sejam obras de pintores afamados, nem se tornem notaveis (...)*¹¹⁸⁵.

Obras de pintores afamados, consideradas notáveis, foram os principais critérios para a seleção de pinturas para o DLEC.

1.2. Novos tempos: a Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (CADLEC). Interacções com a Academia de Belas-Artes de Lisboa.

Em 1836 o clima aparentemente tenso e desconfortável mantido por Nunes de Carvalho com o poder político, deixava perceber que algumas mudanças iriam acontecer em breve.

As alterações políticas trazidas pelo Setembrismo, a excessiva autonomia do DLEC, o cariz transitório daquele depósito, a ideia de criar bibliotecas, a criação da Academia de Belas-Artes de Lisboa, a necessidade de resultados, e, um possível desejo de afastar o seu responsável, levariam à criação, no final de 1836, de uma Comissão que, em quórum, administrasse aquele Depósito.

Deste modo, por portaria de 30 de Dezembro de 1836, assinada por Manuel da Silva Passos, era criada a Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (CADLEC):

“Tendo Sua Magestade a Rainha resolvido criar uma Comissão para administrar o Deposito das Livrarias dos Conventos extinctos, procedendo quanto antes a formalizar o cathalogo dos Livros e manuscriptos, dos quadros, das estatuas, e de outros objectos de raridade existentes no convento de S. Francisco desta Cidade, e bem assim para dar prompto cumprimento ás ordens expedidas por este Ministerio ao Encarregado do referido Deposito sobre a organização de diversas Bibliothecas especiaes, entregando á Academia das Bellas Artes de Lisboa, logo que se possa

¹¹⁸⁵ ANTT, MR, Mç.2122 Academias Cap. ABAL 1840. Outubro de 1840. Informação do Administrador do Concelho ao Administrador Geral do Distrito.

proceder na sua devida classificação, os quadros que se acharem reunidos : Houve a mesma Augusta Senhora por bem Nomear ao Conde da Taipa¹¹⁸⁶, para, conjuntamente com Vasco Pinto de Balsemão – Francisco de Sousa Loureiro¹¹⁸⁷, António Nunes de Carvalho, - Antonio José de Lima Leitão¹¹⁸⁸, Manoel Sergio da

¹¹⁸⁶ Conde da Taipa – D. Gastão da Câmara Coutinho Pereira de Sande (1794-1866). Presidente da CADLEC. Membro, juntamente com Vasco Pinto de Balsemão, da subsecção de Ciências Cíveis e Políticas. Filho de D. Luís Gonçalves da Câmara Coutinho Pereira de Sande, 11º senhor das Ilhas Desertas (entre outros senhorios que detinha), alcaide-mor de Torres Vedras e comendador de várias Comendas na Ordem de Cristo, e de D. Maria de Noronha, filha dos 7.ºs condes dos Arcos. D. Gastão foi o 1º Conde da Taipa, 12º senhor das Ilhas Desertas, 6º de Regalados, 12º do Morgado da Taipa, Par do Reino em 1826, Comendador das Ordens de Cristo e de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa, detentor da cruz de 3 campanhas da Guerra Peninsular e da Estrela de Montevideu, cavaleiro da Legião de Honra da França, foi durante vários anos deputado da nação. Em Abril de 1836 casou com D. Francisca de Almeida, marquesa de Valada, filha dos 3.ºs marqueses do Lavradio. Aquando da Vilafrancada (dirigida contra a Constituição de 1820), em 1823, Pereira de Sande estava entre os restauradores de D. João VI como rei absoluto; no entanto, depois da aclamação de D. Miguel tomou posição nas hostes liberais, posição que o forçou a emigrar. Só regressaria com Saldanha na expedição do Belfast, tomando parte, posteriormente, nas operações da campanha que terminaria com a vitória dos constitucionais. Teve com D. Pedro, Duque de Bragança, Regente em nome da Rainha, desavenças bastante sérias, a quem dirigiu, em 1833, duas cartas políticas que lhe iam valendo um processo – *Os Pares do reino de Inglaterra dirigem-se ao rei...*, e *Usando do direito político que me concede a Carta Constitucional...*. A estas cartas, publicadas em Lisboa, ao que parece, clandestinamente, responderam diversos políticos (ex: Francisco Luís de Sousa e Melo, Fr. João de S. Boaventura), alguns anonimamente, como é o caso das Reflexões sobre a conduta do Conde da Taipa, e o documento publicado na «Crónica Constitucional» de 10 do corrente mês de Dezembro, Lisboa, 1833. No Parlamento, depois de consolidado o regime constitucional revelou-se, pelos seus dotes de espírito e oratória, uma figura brilhante, por vezes cáustica. *Grande Enciclopédia...*, op.cit., vol.30, p.562.

¹¹⁸⁷ Francisco José de Sousa Loureiro (Coimbra 1772- Lisboa 1844). Médico e escritor. Membro da CADLEC; fez parte da Secção de Bibliografia, das Subsecções de Ciências Físico-Médicas e de Belas Letras (membro único). Em 28 de Junho de 1795 recebeu, na Universidade de Coimbra, o grau de Doutor em Medicina, sendo desde então lente substituto de Medicina (até 1805) e lente de Matéria Médica e Farmácia e de Fisiologia e Patologia, durante a década seguinte. A sua carreira transportou-o até ao conselho de D. João VI, que o escolheu para professor do príncipe D. Miguel; para além destas tarefas exerceu ainda os cargos de médico da família real, físico-mor do Reino, deputado da junta proto-medicato e membro do Conservatório Real de Lisboa. Alistou-se também no corpo militar académico, sendo em 1809 promovido a major na acção do Vouga, dirigindo os hospitais do Exército e sendo médico do exército que operou depois em Espanha. Em 1843, no exercício do cargo de primeiro director geral da Academia de Belas-Artes (para o qual foi nomeado a 25 de Outubro de 1836, ANTT, MR, Liv.1461), lugar que ocupa até à sua morte, proferiu numa sessão solene para distribuição de prémios, um discurso que veio a ser impresso no ano seguinte, em francês, na obra do conde Raczyński *Les Arts en Portugal*; este fez acompanhar o discurso de uma análise pouco favorável à competência do autor em questões artísticas. Entre as suas obras (de cariz “menos médico”) contam-se: *O Braço Invencível na Guerra ou Palafox*, tradução de versos latinos de Fr. Fortunato de S. Boaventura, insertos na folha 6.ª da Colecção de *Poesias* editada por ocasião da restauração do Reino, Lisboa, 1809; *O Grupo de Lacoonte e a Eneida Portuguesa de João Franco Barreto*, breve dissertação artística publicada no *Cosmorama Literário*, págs.41,52 e 56, Lisboa, 1840; *Parecer apresentado ao Conservatório sobre um drama «Miguel de Vasconcelos» proposto para prémio*, in *Memórias do Conservatório*, tomo II, Lisboa, 1843; dois *Sonetos* a Manuel Ferreira de Seabra, por este lhe ter dedicado a tradução da tragédia *Zaira*, insertos na mesma tradução, Coimbra, 1817. *Grande Enciclopédia...*, op.cit., vol.15, pp.491-492.

¹¹⁸⁸ António José de Lima Leitão (Lagos 1787-Lisboa 1856). Escritor, médico e político. Membro da CADLEC, fazia parte da Subsecção de Ciências Físico-Médicas, juntamente com Francisco de Sousa Loureiro e José da Câmara Sinval. Nomeado aos 21 anos cirurgião ajudante do regimento de infantaria de Lagos mais tarde seguiu para França, incorporado na «Legião Portuguesa», organizada por ordem de Junot. Durante a sua estadia em França aproveitou para se formar pela Escola Médica de Paris, chegando a ser, em 1813, cirurgião-mor no quartel general de Napoleão. Em 1814, ainda em Paris, fez uma ode ao duque de Wellington, facto que deve tê-lo poupado à hostilidade com que foram recebidos os membros da referida Legião, regressados a Portugal nesse ano. Em 1816 foi para o Brasil (rejeitando o cargo de físico-mor na capitania de Moçambique), onde se conservou por poucos anos e imprimiu alguns dos seus trabalhos. Já em 1819 foi nomeado intendente da agricultura da Índia, o que o levou a partir para Goa, onde seria surpreendido, logo em 1820, pela notícia da Revolução de 1820. Lima Leitão foi eleito deputado em 1822 e na Câmara afirmou as suas ideias liberais; uma vez em Lagos, compôs uma ode a

Silveira, e Jose Gregorio Lopes da Camara Sinval¹¹⁸⁹, formarem aquella Commissão da qual o primeiro nomeado será Presidente, e o ultimo Secretario. E Espera Sua Magestade que a Commissão, principiando immediatamente os seus trabalhos, se haverá no exercicio delles com o zelo e o patriotismo que destingue a todos e a cada um dos seus membros. E Manda que assim se participe ao dito Conde da Taipa para sua intelligencia e execução na parte que lhe toca.”¹¹⁹⁰

D. Pedro IV, que reimprimiu cinco anos mais tarde, aquando da entrada das forças liberais em Lisboa. A sua personalidade, nomeadamente, o facto de não ter sido incomodado, perseguido, ou mesmo reagido à situação durante o governo miguelista, terá gerado alguma desconfiança por parte dos liberais. Com uma extensa bibliografia política e inúmeros trabalhos de carácter científico, enquanto deputado pelo Algarve dedicou-se quase exclusivamente à política. Foi o primeiro redactor da *Gazeta de Goa* (1822), colaborou com Almeida Garrett no *Português Constitucional* (Lisboa, 1836), no *Estandarte* (1848 e 1849), entre outros jornais políticos da época. Em 1825 foi lente do Hospital de S. José e um dos primeiros professores da então criada Real Escola de Cirurgia de Lisboa. Foi poeta e tradutor. *Grande Enciclopédia...*, *op.cit.*, vol.15, pp.102-103.

¹¹⁸⁹ José Gregório Lopes da Câmara Sinval (Lisboa 1806- Porto 1857). Lente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, membro da CADLEC. Demonstrando desde cedo uma forte vocação religiosa chegou a ser congregado na Congregação do Oratório de S. Filipe Nery e a tomar ordens menores. Filho de um liberal exaltado, este, já depois de ter entrado para o claustro em 1820, força-o a entrar para a marinha, vida de que acaba por recusar seguir, matriculando-se então na antiga Escola de Cirurgia de Lisboa, onde faz um curso brilhante. Aquando da reforma do ensino médico, tornou-se um reputado lente de uma das cadeiras da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, temido pela sua severidade e exigência para com os discípulos. Pouco tempo depois dedicou-se à política, tomando parte nas eleições pelo partido liberal, confraternizando com Passos Manuel. Esses seus sentimentos liberais tinham já sido anteriormente manifestados, quando em 1826 publicou em Lisboa, um Epinício aos oficiais do batalhão de caçadores nº6, e pelas duas poesias que recitou na instalação da Sociedade Patriótica Lisbonense em 1836. Já no Porto viveu activamente o movimento que precedeu a insurreição dirigida pela Junta daquela cidade, sendo então coronel do Batalhão Académico. Neste período conturbado terá traduzido em verso o libreto da ópera *Norma de Felici Romani*, impressa para uso do Real Teatro de S. Carlos. A sua vocação religiosa renasceria em 1847, aos 41 anos de idade, altura em que, para surpresa de todos, se matriculou como aluno das aulas de ciências eclesiásticas da diocese do Porto procurando, deste modo, tomar as ordens sacras que lhe faltavam para poder pregar. Com este objectivo concluído fez-se ouvir na igreja dos Congregados, num sermão em honra de S. Filipe Nery, surpreendendo toda a cidade; desde então abandonou a política e entregou-se inteiramente á religião. Orador eloquente e latinista exímio, além de lente proprietário da 6.ª cadeira da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, era vogal do Conselho da Saúde Pública do Reino, sócio correspondente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, honorário da Academia de Belas-Artes da mesma cidade, membro do Conservatório Real de Lisboa, etc. Era cavaleiro da Ordem de Cristo. Publicou o Hino patriótico pela felicíssima aclamação do sr. D. Pedro V, com música de Jacop Carli. Camilo Castelo Branco era seu amigo e publicou, já depois da sua morte, uma colecção de 23 dos seus sermões, com prefácio seu. *Grande Enciclopédia...*, *op.cit.*, vol.29, p.234.

¹¹⁹⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 30 de Dezembro de 1836, Ministério do Reino, 4ª Rep..

A juntar a estes nomes, a 4 de Janeiro, era nomeado vogal da CADLEC Lourenço José Moniz (1789-1857)¹¹⁹¹, e a 11 do mesmo mês exonerado Manuel Sérgio da Silveira¹¹⁹².

Ainda antes de qualquer nomeação para o efeito, o pintor e lente da Academia de Belas-Artes André Monteiro da Cruz (com quem Nunes de Carvalho contou para restauro de quadros), e o Cónego Luiz Duarte Vilela da Silva, participaram activamente, nas sessões preparatórias da CADLEC¹¹⁹³, enquanto membros integrantes da mesma. Portaria de 25 de Fevereiro nomearia ainda vogais desta Comissão o Barão de Tilheiras¹¹⁹⁴, o Conselheiro Joze Manoel Placido de Moraes¹¹⁹⁵ e António José da Silva, oficial da BNL.

Igualmente, a 30 de Dezembro de 1836, outra portaria – também, certamente em consequência de representação feita na véspera pela Academia de Belas-Artes de Lisboa¹¹⁹⁶ – a que

¹¹⁹¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 4 de Janeiro de 1837. Provavelmente também com o intuito de preencher o lugar de António Nunes de Carvalho, que como veremos, tinha sido temporariamente dispensado de assistir às sessões da CADLEC. Lourenço José Moniz (Santa Maria Maior, Madeira, 1789-Lisboa, 1857) foi um distinto madeirense da primeira metade de oitocentos. Após concluir os estudos preparatórios no Funchal rumou a Inglaterra e matriculou-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Edimburgo, onde obteve sucesso. De regresso à Madeira entregou-se à sua profissão, sendo nomeado professor de uma cadeira de humanidades (retórica), que mais tarde regeria igualmente no liceu que ali foi estabelecido em 1837, onde deu aulas e foi o primeiro reitor. Também em 1837, ano de criação da Escola Médica daquela região, foi nomeado seu professor e primeiro director, cargos que não exerceu por incompatibilidade com o lugar de deputado e outras comissões que desempenhava na altura. Lourenço Moniz foi eleito deputado pela Madeira nas primeiras eleições realizadas após a promulgação da Carta Constitucional de 1826. Depois de dissolvidas as Cortes (1828) voltou à Madeira, acabando, no entanto, exilado alguns anos nos Estados Unidos da América, regressando apenas depois do restabelecimento do Governo Constitucional. Eleito deputado pelo arquipélago em 1834, e nas nove legislaturas seguintes até 1856 (com excepção da Sessão de 1842-1845), presidiu por diversas vezes à Câmara dos Deputados. Foi membro de várias comissões, relator de projectos e pareceres, Governador Civil de Coimbra, vogal do Conselho Ultramarino, Juiz Comissário das Presas Marítimas do Cabo da Boa Esperança, membro de várias sociedades científicas e literárias. SILVA, Padre Fernando Augusto da; MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, Vol.II., pp.735-737, disponível em http://www.bprmadeira.org/imagens/documentos/File/bprdigital/ebooks/Elucidario_vol_II.pdf. (c.03-04-2016).

¹¹⁹² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/04/Cx01-01. 11 de Janeiro de 1837.

¹¹⁹³ Na sessão de instalação, a 7 de Janeiro de 1837, ocorrida na Sala das Sessões Catedráticas da Academia de Belas-Artes de Lisboa, ambos estiveram presentes e assinaram a acta. Neste dia ficou estabelecido que as sessões seriam às segundas e sextas feiras, iniciando-se ao meio dia. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01.

¹¹⁹⁴ Barão de Telheiras (Visconde e), José Balbino de Barbosa Araújo (1787-1846). Oficial-mor da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Membro da CADLEC; Presidente Interino desta Comissão logo a partir de Março de 37, servindo de Presidente até à incorporação na Biblioteca Pública, em 1841. Era filho de José António Barbosa Araújo, fidalgo da Casa Real, promotor e desembargador da Relação Eclesiástica de Lisboa, e da Nunciatura, e de D. Maria Engrácia Pereira da Rocha. Casou-se com D. Maria Luísa Verquain, filha de João Baptista Verquain, capitão-de-mar-e-guerra da Armada na Índia, governador de Solor e Timor. Para além de oficial-mor da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, pertenceu ao Conselho de D. Maria II, foi guarda-roupa e porteiro da Real Câmara, Comendador das Ordens de Cristo e de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa, de Carlos III de Espanha, e de Ernesto Pio da Saxónia, oficial da Legião de Honra de França, e de Leopoldo da Bélgica, entre outras. Foi ele que levou à corte do Rio de Janeiro os despachos do Conde de Funchal, comunicando a queda de Napoleão e o restabelecimento da paz. No Brasil foi nomeado oficial de secretaria, cargo a que se seguiu o de secretário da Legação em Londres, cidade onde chegaria a desempenhar as funções de Encarregado de Negócios junto do governo inglês. A ele se deve a publicação da *Colecção de Poesias Inéditas dos Melhores Autores Portugueses*, Lisboa, 1809, 1810 e 1811, em três volumes. Recebeu o título de Barão em Novembro de 1836 e foi elevado a Visconde em Janeiro de 1845. *Grande Enciclopédia...* Vol. 31, p.152.

¹¹⁹⁵ BNP, BN/AC/INC/DLEC/04/Cx01-01, N.º20 ou BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01. 25 de Fevereiro de 1837.

¹¹⁹⁶ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Ofícios. 29 de Dezembro de 1836. Através da qual, entre outras coisas, era solicitado à Rainha que ordenasse que fosse facilitado à Academia todo o espaço do edifício que esta escolhesse,

aludiremos mais pormenorizadamente, ordenava, entre outras coisas, que a recém-criada CADLEC entregasse por inventário àquela Academia os quadros existentes no Depósito para que esta os classificasse e designasse quais deveriam servir de estudo dos Académicos e dos Artistas e quais deveriam ir para os museus distritais¹¹⁹⁷. Para além de que remetesse às Academias uma relação dos quadros existentes nos diversos distritos¹¹⁹⁸.

A ideia e necessidade lógica da Academia conhecer as existências tinha sido levantada semanas antes em sessão por Silva Oeirense¹¹⁹⁹, o qual achava que se devia exigir de Nunes de Carvalho uma relação dos quadros que existiam em S. Francisco da Cidade e dos que ainda se achavam “*dispersos por varios pontos do Reino, por ser muito importante que este conhecimento não morra com o sobredito Doutor.*”¹²⁰⁰ Foi igualmente ele a lembrar, em vésperas de criação da CADLEC, que todos os quadros depositados naquele edifício deveriam ser submetidos à inspecção e escolha da Academia, instituição que devia proceder aos seus reparos e classificação¹²⁰¹.

O DLEC com esta ordem de entrega à Academia, cumpriria o seu carácter de intermediário transitório, angariador, entregando a um estabelecimento especializado, obras que tinha recolhido com o objectivo de serem postas ao serviço da Nação.

No entanto, ainda antes da classificação que aquela Academia deveria realizar, é possível localizar uma autorização da Rainha para que três quadros existentes no DLEC – uma Ceia do Senhor, o Baptismo de Cristo e um São Julião – fossem entregues, por pedido da Câmara, à Igreja Paroquial da Vila de Constância, declarando então o seu encarregado que existiam ali diversos quadros semelhantes e que “*por não serem Obras primas nem singulares, estão no caso de servir ao fim a que são destinados*”¹²⁰².

uma vez que “o espaço que com dificuldade lhe tem cedido o Encarregado do Depozito das Livrarias dos Extinctos Conventos, não é sufficiente para se accomodar a mesma Academia.”

¹¹⁹⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 30 de Dezembro de 1836. Ministério do Reino, 4ª Repartição, ass. por Manuel da Silva Passos.

¹¹⁹⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 30 de Dezembro de 1836.

¹¹⁹⁹ Francisco António da Silva (Oeirense). Pintor e desenhador da primeira metade do séc. XIX. Foi discípulo de Bartolozzi em gravura, vindo a dedicar-se, no entanto, quase apenas à pintura. Delineou os retratos de José da Silva Carvalho, Francisco Gomes da Silva, João da Cunha Soto-Maior e Luís Pedro de Andrade Brederode, na obra *Heróis de 20, Colecção de Retratos de varões esclarecidos que havendo como integérrimos....* (Grande Enciclopédia..., *op.cit.*, vol.28, p.786; PAMPLONA, *op.cit.*, vol.IV, pp.233-234; MACHADO, Cirilo Volkmar, *Colecção de Memórias*, ...). Por decreto de 13 de Maio de 1837 D. Maria II “Attendendo às circunstancias e mais partes que concorrem no Academico de Merito, Pensionista, viajante” nomeou-o Director Honorário da Academia de Belas-Artes de Lisboa. ANTT, MR, Liv.1461 (Registo de Portarias 835-1837), fl.239vs.

¹²⁰⁰ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.6 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00001), Acta de 12 de Dezembro de 1836 (Nº5), pp.41-42.

¹²⁰¹ ANBA, ANTT (Digitalq). Livro 1-A-SEC.6 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00001). Acta de 29 de Dezembro de 1836 (Nº14), pp.59-61.

¹²⁰² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 2 de Janeiro de 1837.

A situação do Doutor Nunes de Carvalho na CADLEC era, no mínimo, desconfortável. A sua nomeação, que nem sequer era para ocupar o lugar de presidente, atingia patamares ofensivos, afastando-o do comando de algo que tinha ajudado a criar.

Este desconforto, não expresso, aliado à necessidade (e pretexto) de fazer o inventário necessário para a entrega do referido Depósito, levou a que fosse dispensado de assistir às sessões da Comissão, enquanto este não fosse efectuado¹²⁰³.

Após a sessão de instalação a 7 de Janeiro de 1837, a CADLEC, dada a urgência de começar a trabalhar solicitava:

*“(...) não encontrando feito o Inventario dos objectos neste Deposito existentes, sem o qual documento não consente o seu melindre que deles tome posse, inventario que aliás entende ser tarefa para longo prazo, attento o estado de confusão em que as cousas ali depáráo; e urgindo por outro lado começar quanto antes a dispor d’aquelles objectos para cumprir diversas Determinações Regias, (...) roga a V. Ex.^a de obter de S. Mag.^e se Digne auctorisar expressa e declaradamente a Commissão para em globo tomar entrega do que a mêma no predicto Deposito achar.”*¹²⁰⁴

A 10 de Janeiro, depois de ter sido enviada portaria para que Nunes de Carvalho entregasse imediatamente à CADLEC os objectos existentes no DLEC –

“verificando essa entrega pelos Inventarios, que devem estar já feitos, e pelos que sem perda de tempo, se hajam de fazer, para o que são mandados oito empregados, quatro das Repartições extinctas e outros tantos das extinctas Camaras de Pares e Deputados para serem occupados n’aquelles trabalhos” –

o encarregado referia que até então *“nem a referida Commissão, nem Pessoa ou Officio algum da parte d’ella”* se lhe tinha ali apresentado¹²⁰⁵.

No mesmo documento, Nunes de Carvalho deixava transparecer a desorganização que se fazia sentir no Depósito, nomeadamente no que dizia respeito ao registo de entradas de objectos e suas respectivas proveniências:

*“De muita parte dos objectos reunidos n’esto Deposito há **relações Parciaes feitas no acto da recepção d’elles**, e estas appresentarei em á Commissão para por ellas verificar a existencia e identidade dos mesmos objectos. **Dos que foram recolhidos em montão não há relações, nem inventarios, nem nunca houve tempo, nem meios***

¹²⁰³ *Idem, ibidem.*

¹²⁰⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.1-2. 7 de Janeiro de 1837.

¹²⁰⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/07/Cx04-01. 10 de Janeiro de 1837

para se fazerem; há porem relações exactas de tudo o que tem sahido do Deposito até hoje, e as Ordens originaes da Secretaria d’Estado, que Ordenou essas sahidas, assim como os competentes recibos; tudo isto hade ser appresentado á Commissão e hade facilitar muito os seus trabalhos (...)”¹²⁰⁶.

André Monteiro da Cruz, simultaneamente membro da CADLEC e da Academia, lembrava que seria “*muito justo officiar-se*” àquela Comissão para esta efectuar a entrega dos quadros que este estabelecimento designasse assim como dos “*Livros pertencentes ás Bellas Artes*”¹²⁰⁷.

Em Março o antigo encarregado do DLEC faria chegar à CADLEC papelada diversa, entre a qual, “*a Copia de mais quatro Portarias do Ministerio do Reino, vinte e seis Officios Originaes de diferentes Authoridades, e cincoenta e oito relações Originaes, e papeis varios constantes do inventario junto, relativos a Pinturas, Livrarias, e de mais objectos do referido Deposito*” do tempo que esteve a seu cargo¹²⁰⁸.

Na sessão da CADLEC de 13 de Janeiro ficou decidido que fosse feita uma visita ao Depósito “*para, reconhecendo o estado das coizas, inferir como começar os seus trabalhos e descobrir o local p.^a onde fossem removidos os objectos, q. atulhavão o espaço, que tinha de ceder-se á Academia de Bellas Artes.*”¹²⁰⁹.

Na mesma sessão, Vasco Pinto de Balsemão proporia que, “*para ordem dos trabalhos*” a Comissão fosse dividida em secções:

“*decidio-se que o fosse em Secção d’Artes, a que pertencia o S.^r André Monteiro [da Cruz] e o S.^r [Luís Duarte] Vilella [da Silva], e Secção de Bibliographia, composta de trez sub=Secções, a saber, Sciencias Phisico=Medicas, a que pertencião os Sr.^s Loureiro Lima Leitão, e o Secretario; = Mathematicas, a que pertenceria o S.^r Vasco, = Bellas-Letras, a que pertenceria o S.^r Loureiro = Sciencias Civis e Politicas, a que pertencerião o S.^r Conde da*

¹²⁰⁶ *Idem, ibidem.* A 11 de Fevereiro foi enviado novo officio a Nunes de Carvalho convidando-o a apresentar as relações dos objectos entrados no depósito, as do acto de recepção e as de saídas. Para além disso continuava a ser exigida uma relação dos objectos que foram para a Torre do Tombo, assim como uma informação acerca do estado em que se achavam as Bibliotecas das Cortes e Secretarias de Estado. A 14 de Fevereiro o antigo encarregado do DLEC na sua resposta não deixou de se justificar com as “*muitas sortes*” de objectos que ali existiam e pelo caos em que se achavam, também culpa das frequentes mudanças que se faziam em S. Francisco. Referia que tinha um relatório pronto mas que precisava de ser passado a limpo e que o iria remetendo para a Comissão. BNP, Res., Mss.225, N°32.

¹²⁰⁷ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.6 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00001), Acta n°21 – 9 de Fevereiro de 1837, p.90.

¹²⁰⁸ BNP, Res. Mss.225 N°35 e N°36. 7 e 9 de Março de 1837. Em Novembro desse ano seria questionado acerca de um quadro de Descimento da Cruz que esteve na capela da embaixada portuguesa em Londres e de outro, representando uma dama da Casa de Aveiro, que tinha pertencido ao Convento de S. Domingos em Azeitão. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 4 de Novembro de 1837. 5 de Dezembro de 1837 BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, p.90.

¹²⁰⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01.

Taipa, e o S.^r Vasco = e Sciencias Ecclesiasticas para as quaes se ficou de indicar ao G.^o um novo Membro.”¹²¹⁰

Havendo a Comissão voltado a visitar o Depósito, ficaria ainda decidido que a então criada Secção d’Artes ficava autorizada a remover os objectos que atulhavam o espaço acima referido e a abrir a porta que lhe dava serventia. Quanto aos empregados requisitados, estes assim que se apresentassem, dois deles deviam ser postos à disposição da Secção d’Artes e seis à de Bibliografia¹²¹¹.

Apesar das expectativas, seriam apenas seis os funcionários que, pelo Tesouro Público, foram mandados apresentar-se à CADLEC: João Evangelista d’Andrade (da extinta Junta do Comércio); Joaquim Ignacio Macial, António Evaristo do Valle e António José da Silva (extinto Conselho de Guerra); Belchior Antonio Alves e Gregório José Nunes (extinta Câmara dos Deputados)¹²¹².

De facto, após a exoneração do Dr. António Nunes de Carvalho e da nomeação da Comissão Administrativa iniciar-se-ia uma longa correspondência entre aquele organismo e o Ministério do Reino. Eram necessários fundos e pessoal, capazes de fazer face ao complexo e grande trabalho que se lhe acometia, numa altura em que “*poucos, e incompletos vestígios*”¹²¹³ restavam da época daquele lente coimbrão.

Em 1837 seriam, assim, postos à disposição alguns empregados de repartições extintas, das Câmaras dos Pares e Deputados, egressos solicitados ao Patriarca, em número considerado insuficiente, tal como as verbas disponibilizadas, cerca de metade dos 4:000 reis anuais que aquela Comissão julgava o mínimo para fazer face às despesas¹²¹⁴.

¹²¹⁰ *Idem, ibidem.*

¹²¹¹ *Idem, ibidem.*

¹²¹² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/Cx01-01, N°13, 14 de Janeiro de 1837.

¹²¹³ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, pp.308-320. 6 de Julho de 1843 “Relatório” dirigido ao Ministro Costa Cabral.

¹²¹⁴ 6 de Julho de 1843 Nesta espécie de relatório dirigido a Costa Cabral eram citadas uma série de portarias que expunham o processo relacionado, nomeadamente, com a entrada de pessoal.

31 de janeiro de 1837: portaria para que a Comissão escolhesse 4 empregados, para organizar certas Bibliotecas, arbitrando-lhes ordenados, enviando a Folha para ser satisfeita pela Secretaria do Reino; 10 de Fevereiro: portaria à Comissão comunicando que para auxílio dos trabalhos iam ser postos á sua disposição 4 empregados de repartições extintas, e outros 4 das Câmaras dos Pares e Deputados, a pagar pelas folhas competentes; 24 de Fevereiro: portaria autorizando a Comissão processar em maio uma folha até 60\$000 reis mensais “para o pessoal da escripturação”; 4 de Março: officio da Comissão ao Ministério do Reino “demonstrando que 12 enpregados, habeis e competentes, seriam ainda insufficientes para o pezado expediente, eo immenso trabalho que havia de fazer, com a coordenação, classificação, catalogação, e distribuição, de 300 mil volumes”. Pedia para processar mensalmente uma folha, paga pelo Tezouro a fim de gratificar as pessoas que julgasse dever chamar, e ocorrer às despesas indispensáveis do expediente da Secretaria; 10 de Março: officio da CADLEC fixando em 4:000\$00^s anuais a soma de que carecia, dizendo que toda a quantia inferior seria insufficiente; 10 de Abril: portaria autorizando a Comissão a processar uma folha mensal à razão de 1:000\$000 por ano; 16 de maio: portaria, em resposta às constantes solicitações da Comissão concedendo-lhe mais 1:000\$000 para despesas extraordinárias; 1 de Junho: CADLEC pediu às Obras Publicas 8 homens de trabalho; 30 de Junho, e 22 de novembro: portarias

Em Março daquele ano, após uma portaria do Ministério do Reino ter processado uma folha mensal até à quantia de 60.000 reis, aquela Comissão comunicava à Secretaria do Reino a intenção de contratar 4 funcionários, número que considerava insuficiente – quando apenas 3 de 8 funcionários que tinham sido mandados servir para a CADLEC existiam – uma vez que totalizariam apenas 7 dos 12 que julgava “*indispensáveis para o imenso trabalho que ha por fazer*”¹²¹⁵.

Os funcionários seriam polivalentes, dedicando-se especialmente à arrumação, coordenação, classificação, catalogação e distribuição dos volumes que constituíam as livrarias¹²¹⁶.

Nos meses de Março – mês em que era publicado em *Diário do Governo* um anúncio – e Abril de 1837 terá ocorrido a contratação de empregados para o Depósito. São variadíssimos os candidatos com conhecimentos em áreas como o latim ou o francês, entre outras, nas quais não se inscrevem as Belas-Artes.

De entre as várias candidaturas, acompanhadas de “provas”/testes, seriam admitidas as seguintes:

- Joaquim de Castro e Silva – admitido, aprovado em 1º lugar, sabia latim e tinha alguns conhecimentos de inglês e francês; fez parte do “*Excercito Fiel em 1828, e que emigrou para Inglaterra aonde existio athe Abril de 1836, não podendo antes regressar á sua Patria pela falta de meios áque o reduzio hũa tão longa emigração*”.
- Pedro Nolasco de Seixas – admitido, aprovado em 2º lugar; tinha estudos em Humanidades e Belas Letras e “*plenos conhecimentos da lingoa Franceza*”
- Jose Joaquim da Silveira e Costa – admitido, aprovado em 3º lugar.
- João José Maria Jordão – admitido, aprovado em 4º lugar, natural de Moncarapacho, Olhão, morador na freguesia das Mercês, Lisboa
- Estanisláo Antonio Penaguião – admitido, aprovado em 5º lugar (“*quatro lugares de Amanuenses*”)¹²¹⁷.

participando que o Governo ordenara ao Cardeal Patriarca que mandasse “a alguns egressos habeis que se apresentassem á comissão para catalogar os Livros de Sciencias ecclesiasticas”; 23 de fevereiro de 1838: portaria contendo a nomeação de mais onze empregados, muitos dos quais faltando eram logo substituídos por ultteriores portarias. BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, pp.308-320. A 10 de Maio de 1837 a CADLEC tinha voltado a contactar o Ministério do Reino acerca da Folha da Consignação Anual; recebendo apenas 1.000\$000 reis, pedia que fosse aumentada para 4.000\$000 reis “porque toda a quantia a que for inferior a esta quantoa será insufficiente, e não poderá habilitar a Commissão a cumprir e desempenhar os deveres que lhe forão impostos (...)”. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.32-33.

¹²¹⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.4-6. 4 de Março de 1837. Em sequência terá baixado portaria do Ministério do Reino com data de 10 de Abril de 1837.

¹²¹⁶ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, pp.308-320. 6 de Julho de 1843, “Relatório” dirigido ao Ministro Costa Cabral.

¹²¹⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02. Março – Abril de 1837.

No caso de João José Maria Jordão, o qual viria a trabalhar na inventariação e recolha de pinturas, sabemos que foi “*Admittido para ser empregado nos dias uteis com o vencimento de quatro centos reis em cada hum.*”¹²¹⁸

A mesma quantia, segundo folhas de vencimento de 1837, ganhariam os restantes funcionários contratados com a categoria de amanuenses. Já António Joaquim Osorio, Fiel do Depósito nesta altura, ganhava cerca de 14\$400 reis mensais, acumulando em Outubro do mesmo ano a designação de Guarda.

A partir de Junho vemos juntar-se à lista acima referida, também como amanuense, José da Silva Mendes Leal Júnior, e o Moço, servindo de correio, Miguel Soares, que em Outubro tinha o estatuto de servente e que desaparece da contabilidade a partir de Abril de 1838.

A escassez de meios era tal que, face à necessidade de recolha urgente de algumas livrarias conventuais, a CADLEC solicita ao Ministério do Reino que a despesa fosse por conta da Administração Geral de Lisboa¹²¹⁹.

Em Novembro de 1837 a CADLEC escrevia à Secretaria do Reino referindo que no espaço de quatro meses, nenhum dos egressos solicitados ao Patriarca tinha aparecido para ajudar nos trabalhos do Depósito¹²²⁰. Quanto aos empregados das extintas Repartições, dos doze nomeados, apenas dois se encontravam ao serviço, número claramente insuficiente, levando a Comissão a pedir que lhe fossem concedidos pelo menos oito, para substituir os que faltavam¹²²¹. A não apresentação e faltas destes funcionários levou a que em Junho desse ano a CADLEC se queixasse, e que, após parecer do Procurador-Geral da Coroa, a rainha, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, autorizasse aquela Comissão a

*“suspender aos empregados das Repartições extintas, (...), os ordenados respectivos aos dias que, sem causa justificada, deixarem de comparecer naquela Repartição; fazendo as competentes participações às estações por onde são pagos, para no acto do pagamento se descontar a importância das faltas que tiverem”*¹²²².

Em Fevereiro de 1838 eram nomeados onze empregados de diferentes Repartições extintas para servirem no Depósito¹²²³. Destes, em início de Março apenas três se haviam apresentado e estavam a trabalhar¹²²⁴. No mês seguinte novos funcionários entravam ao serviço, alguns em

¹²¹⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02. 6 de Abril de 1837.

¹²¹⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.20-21. 20 de Abril de 1837.

¹²²⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.83-84, 14 de Novembro de 1837.

¹²²¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.85-86, 14 de Novembro de 1837.

¹²²² 14 de Julho de 1837, *Diario do Governo* N°166, de 17 de Julho de 1837.

¹²²³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/04/Cx01-01, N°84 pp.58-59 Fevereiro de 1838.

¹²²⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 6 de Março de 1838.

substituição por doença¹²²⁵. Os designados “*Officiaes das Repartições extinctas*”, a maioria dedicados a trabalhos bibliográficos, chegaram a pedir que lhes fosse concedida a gratificação de 500 reis diários, pelo tempo útil, além das “*quotas q. levão nas respectivas folhas*”. No entanto, e apesar de se encontrarem efectivamente ao serviço, a CADLEC consideraria que o trabalho era bom, mas não ia ao encontro daquele que a Comissão necessitava; tinham falta de conhecimentos bibliográficos e de “*latitude de instrucção sufficiente para os irem progressivam^{te} adquirindo, salva a excepção verificada na pessoa de Ayres Fhylype de Figueiredo e Quadros (...)*”¹²²⁶. Em 1839 a CADLEC escreveria à Secretaria do Reino informando acerca dos empregados que, destinados à Comissão, nunca se tinham apresentado ou tinham comparecido por poucos dias¹²²⁷. Nesse ano, era reconhecida a excessiva lentidão dos trabalhos, e apontada como causa “*as poucas forças e ainda menos dedicação dos Empreg.^{os} das ext^{as} Repartições*”¹²²⁸. Terão chegado a trabalhar no Depósito pelo menos “*4 homens das Obras Públicas*”¹²²⁹.

A situação financeira do país tinha-se agravado e as Cortes procederam a uma diminuição na consignação destinada às despesas; estavam em causa cortes nos vencimentos. Em Novembro de 1839, André Monteiro da Cruz, membro da CADLEC, dá o seu parecer, propondo que os vencimentos – então de um fiel, um fiscal e três empregados – deveriam ter um corte de 20%. Segundo ele

“*A minha humilde opinião, he, que se deve preferir esta medida, a outra qualquer que va tirar o pão do dia, a algum dos individuos que tem trabalhado neste Depozito, com zêlo, e fidelidade.*”¹²³⁰

Em 1840 mantinham-se ao serviço os 5 empregados inicialmente contratados, auferindo Silveira e Costa 480 reis por dia, enquanto amanuense e fiscal; os restantes amanuenses tinham visto o seu vencimento baixar para 320 reis diários e o Fiel para 12\$000 reis por mês. Reflexos dos mencionados cortes. Em Novembro desse ano entrou ao serviço Francisco Nunes d’Oliveira, auferindo apenas 200 reis/dia¹²³¹.

¹²²⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 10 de Abril de 1838.

¹²²⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.111-112. 8 de Maio de 1838.

¹²²⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.153-154. 15 de Janeiro d 1839 Dois novos funcionários das repartições extintas (Pescado e Tabaco) entrariam no depósito em substituição de outros dois. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/04/Cx01-01, p.89. 24 de Janeiro de 1839.

¹²²⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01 e BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02.

¹²²⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessões em 9 e 14 de Dezembro de 1839.

¹²³⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/45/Cx10-07. 24 de Novembro de 1839.

¹²³¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/45/Cx10-07.

Para além destes funcionários, directamente contratados pela CADLEC, e dos das Repartições¹²³², que ali iam desempenhando alguns trabalhos, sabemos que, em 1840, trabalhavam entre dois a quatro operários no depósito (a 200 reis/dia, com excepção de um carpinteiro que trabalha alguns dias a 480 reis), consoante a época, número que estabilizou em 3, no ano de 1841¹²³³.

Em Agosto desse ano, as dificuldades enfrentadas eram constatáveis – a verba anual de “1:000\$”, tinha no ano económico de “Junho de 1839 para 1840” sido reduzida para 600\$, o que obrigou a “*diminuir os pequenos salarios*” – e, a respeito dos funcionários e seus custos

*“(…) por quanto pertencendo huns á classe das Repartições extinctas, outros a dos Reformados da Armada vencem constantemente só o subsidio que por Ley lhe compete, e nenhum augmento de despeza tras consigo a sua existência no deposito. Apenas alem destes existem no Deposito 6 que são pagos pela Consignação estabelecida no Orsamento para despesas da Commissão (...)”*¹²³⁴.

Não fazendo parte do quadro de funcionários, mas da Secção d’Artes, o cônego aposentado da Sé Metropolitana da Província da Estremadura, Luis Duarte Vilela da Silva, seria um dos mais activos membros da CADLEC, tendo já feito parte da Comissão nomeada em Fevereiro de 1835 e, por isso, contactado de perto com Nunes de Carvalho e com os trabalhos então realizados. Os seus conhecimentos eram valiosos para os vários trabalhos no Depósito, nomeadamente os respeitantes às pinturas, vertente aliás, para a qual tinha sido nomeado. A diligência demonstrada, terá levado a Rainha a pedir que a Comissão informasse acerca dos seus serviços e se esta o considerava com direito a alguma gratificação pecuniária¹²³⁵. A CADLEC considerará “valiosa” a sua cooperação na Sub Comissão d’Artes, tecendo-lhe os maiores elogios – “*não sabe ella q. conte a Nação muitos Sabios, que o podessem aqui substituir*” – propondo que ele recebesse 240\$000 reis anuais pagos pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino¹²³⁶.

¹²³² A “Relação dos Individuos Subsidiados e Prestacionados que se achão empregados...” datada de 3 de Agosto de 1841, informa que ali trabalhavam dezassete, oriundos de locais tão variados como o extinto Erário, Mesa da Consciência, Patriarcal, Junta do Comércio, Fábrica da Seda, Conselho Ultramarino, Mesa do Pescado, Desembargo do Paço, Convento dos Paulistas, etc. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04.

¹²³³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/45/Cx10-07.

¹²³⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.242-243. Agosto de 1841.

¹²³⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 5 de Maio de 1838.

¹²³⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.112-114. 14 de Maio de 1838.

Os funcionários do Depósito que faziam visitas/recolhas tinham uma gratificação que, no caso do escolhido para os conventos da área de Vila Franca e Alenquer, seria de 1200 reis diários¹²³⁷.

Para além dos problemas de falta de meios financeiros e humanos, a CADLEC debatia-se com problemas burocráticos, capazes de entravar o já por si só difícil processo de inventariação e recolha que lhe estava atribuído. Ainda em Janeiro de 1837, para poder realizar os seus trabalhos, a Comissão necessitava ter conhecimento do que existia nos diversos distritos – evitando a deterioração, descaminho ou mesmo destruição dos objectos que lhe cabiam. Para o efeito, solicitava que fosse autorizada a corresponder-se com os Administradores Gerais¹²³⁸. Com a reforma administrativa concretizada por decreto em Julho de 1835, estas figuras substituíram os prefeitos das províncias, ocupando lugar correspondente à frente dos 20 distritos então criados¹²³⁹.

Viria pouco depois a ser decidido contactá-los no sentido de saber o paradeiro de objectos e de que estes informassem acerca das localidades onde existiam, e pessoas que os tinham a cargo, remetendo catálogos e demais esclarecimentos¹²⁴⁰.

Em Março de 1837 – mês em que era cedida à Academia de Belas-Artes uma porção de corredor e celas contíguas – a Comissão pedia, através da Secretaria do Reino, para conhecer as ordens expedidas pelo Governo às diferentes autoridades territoriais acerca “*dos objectos que a Comissão tem hoje a seu cargo*”, solicitando que lhe fossem fornecidas cópias das ordens expedidas aos Prefeitos, Administradores Cíveis e Gerais¹²⁴¹. A resposta logo obtida revelava discrepâncias entre medidas, levantando dúvidas à CADLEC “*sobre o verdadeiro encargo que lhe foi cometido, e sobre a amplitude de suas atribuições*”, receando vir a encontrar dificuldades junto das autoridades territoriais uma vez que

“por quanto se as Portarias de 24 de Março e 21 de Dezembro de 1835 designarão as relações que devião haver entre o Doutor Antonio Nunes de Carvalho (hoje substituido pela Commissão) e as Auctoridades Territoriaes, outras Portarias posteriores vierão destruir os effeitos daquellas, e com especialidade as Circulares de

¹²³⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02. Sessão em 14 de Agosto de 1838. A CADLEC questionar-se-ia se deviam pagar ao empregado o ordenado de 400 reis diários, para além dessa gratificação. Sessões em 6 e 27 de Novembro de 1838 BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/cx02-01.

¹²³⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de officios expedidos. 26 de Janeiro de 1837.

¹²³⁹ À frente do Concelho ficava a figura do Administrador do Concelho. SERRÃO, MARQUES (dir.), *Nova História de Portugal, ...*, 2002, *op.cit.*, pp.220-222. Vide Cap.III nota rodapé nº693.

¹²⁴⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 7 de Março de 1837.

¹²⁴¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de officios expedidos. 7 de Março de 1837. Sessão em 4 de Março de 1837 (BN/AC/INC/DLEC/11/ Cx02-01). A 9 de Março a CADLEC recebeu portarias e cópias solicitadas.

25 de Agosto e 7 de Outubro de 1836, que mandando a semelhantes auctoridades estabelecer nas Capitaes dos Districtos Administrativos, Bibliothecas, Gabinetes de Raridades e de Pinturas, em parte alguma tratão da ingerencia que sobre taes objectos, parece devia ter o sobredito Doutor Antonio Nunes de Carvalho, e hoje a Comissão Administrativa.”¹²⁴².

Resposta de 10 de Abril, a que aludiremos detalhadamente mais à frente neste capítulo, vinha confirmar as atribuições definidas nas acima referidas portarias de 1835, assim como das circulares de 1836, as quais, segundo Manuel Passos, vinham “*roborar as providencias das primeiras citadas Portarias, mandando fazer trabalhos relativos a tão importante diligencia (...)*”¹²⁴³.

Também em Março de 1837 a Academia de Belas-Artes participaria que, em consequência da Portaria de 30 de Dezembro que mandava entregar à Academia “*por inventário os quadros que ella houver de escolher para estudo dos Academicos, e organização da Galeria de pinturas*”, nomeou dois dos seus membros para “*de acordo com as pessoas designadas*” pelo Barão de Tilheiras (que passou a servir de Presidente da CADLEC), procedessem à dita classificação; eram eles António Manuel da Fonseca, Professor de Pintura Histórica, e Francisco Antonio da Silva Oeirense¹²⁴⁴. No Depósito ficariam apenas as pinturas rejeitadas pela Academia.

No entanto, as recolhas estavam longe de estar concluídas e existiam questões pendentes relacionadas com algumas recolhas. Nos conventos lisboetas de Jesus e dos Paulistas encontravam-se ainda alguns painéis que André Monteiro da Cruz seria encarregue de recolher¹²⁴⁵ e que levariam a contactos com a Academia Real das Ciências e o Provedor do 5º Distrito. Em Abril de 1837, por exemplo, ainda existiam no Convento de Jesus (repartidos pelo Coro, Ante-Coro e refeitório) uma *Ressurreição de Cristo*, “*Obra de Pedro Paulo Rubens*”, uma *Epifania*, “*Obra de Pincel habilissimo*”, para além de “*humas cabeças pintadas por Pedro Alexandrino*”, um retrato de Frei Manuel do Cenáculo por António Joaquim Padrão (“*Obra primorosa*”) e vários retratos pintados por Joaquim Manuel da Rocha, o mesmo autor do “*Quadro da Cêa*” que ainda restava no Convento dos Paulistas¹²⁴⁶.

¹²⁴² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Cop of. Expedidos, pp.9-10. 16 de Março de 1837.

¹²⁴³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01, Doc. Nº29. 10 de Abril de 1837. Doc. Nº29. Publicada no *Diario do Governo* Número 86, de 13 de Abril de 1837, p.497.

¹²⁴⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 8 de Março de 1837.

¹²⁴⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessões da CADLEC de 21 de Março e 6 de Abril de 1837.

¹²⁴⁶ No Convento de Jesus eram ainda descritos um retrato do Arcebispo de Braga D. Fr. Bartolomeu Brandão outro do Bispo de Pequim D. Fr. Alexandre e uma Última Ceia. 6 de Abril de 1837. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02. A 12 de Abril de 1837 a CADLEC comunica ao Provedor do 5º Distrito querer

Após contacto com o referido Provedor interino, Pedro Jose da Silva Leitão Junior – que tinha a seu cargo a pintura existente no Convento dos Paulistas – justificou a demora na entrega daquela obra pela falta de meios pecuniários da repartição a que presidia, solicitando que a Comissão enviasse alguém a quem seria entregue, não apenas aquele

“Painel, como taobem um que ainda existe arrecadado no extincto Conv.^{to} dos Remedios, e outro, que me disem ser de muito valor, que esta collocado em uma Capela que fica por baixo das Gallarias da Sala das audiencias do Juiz de Direito do 5º Destr.^o e que percisa mãos peritas para ser tirado sem defeito”¹²⁴⁷.

A tarefa seria acometida a André Monteiro da Cruz¹²⁴⁸.

Encontrando-se esclarecida das suas competências, a CADLEC inicia a partir de Abril de 1837 uma série de novos contactos – circulares, ofícios, portarias – junto das autoridades regionais com vista a desempenhar as suas funções.

Em relações de objectos enviados aos Administradores Gerais, tendo como objectivo saber qual tinha sido o seu destino, não deixa de surpreender – apesar do que relatamos em parágrafo anterior, revelador de que, apesar de Lisboa e o seu Termo serem as zonas mais “trabalhadas” pelo DLEC, muito lhe escapava – que seja enviada para o Administrador Geral de Lisboa, juntamente com a circular de 28 de Abril ¹²⁴⁹, relações referentes a casas religiosas tão importantes como o Convento da Luz, o Convento do Carmo, a Casa da Congregação de Rilhafóles, a Casa do Espírito Santo ao Chiado, Hospício da Conceição à Carreira dos Cavalos, Convento de Benfica, S. Francisco de Paula e Coleginho da Graça, Convento da Trindade, Convento de S. Bento, Convento de S. Pedro de Alcântara, Convento de S. Domingos, Igreja e Capela da Ajuda, Convento de Laveiras, Convento de Santo António da Castanheira, Convento de S. Francisco de Alenquer e até mesmo do Mosteiro de Belém. Entre as obras mencionadas, algumas *primorosas*, encontram-se pinturas da autoria de André Gonçalves, Vieira Lusitano, Domingos Vieira, Bento Coelho, João dos Santos, Gaspar Dias, Avelar ou Diogo Pereira. ... que não se sabia muito bem onde paravam e que anotações revelam que, efectivamente, não estavam no Depósito de S. Francisco.

recolher ao Depósito o quadro do Convento dos Paulistas, o quadro que este tinha “a seu cargo”. BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Cop of. Expedidos, p.17.

¹²⁴⁷ BNP, Res., Mss.225, N°46. 13 de Abril de 1837.

¹²⁴⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/CX02-01. Sessão em 18 de Abril de 1837.

¹²⁴⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Cop of. Expedidos, pp.23-28. 28 de Abril de 1837. Circular que que buscava informações acerca das localidades onde existiam objectos a arrecadar, sobre a qual mias à frente nos deteremos; suceder-lhe-ão outras.

As recolhas e recepção de pinturas continuarão a ser realizadas, não só de grandes quantidades, como também pequenas, muitas das quais, neste último caso, presididas por André Monteiro da Cruz, como foi o caso da relativa a pinturas existentes na sacristia do Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa¹²⁵⁰ ou no Convento da Trindade¹²⁵¹. Relatório do vogal da Comissão Vilela, muito provavelmente datado deste período, fazia referência às ditas pinturas ainda existentes no Convento da Graça salientando:

*“Como não sou perguntado sobre merecimento, e estima que se deve dar a alguns destes quadros o que espero da Sabia Academia; somente me limito a dizer, que o da Annunciação, o de S. Sebastião, os de Nossa Senhora, o da Santa penitente Maria Egipciaca &ª. muito podem aformosear a Galeria assim como outras de que tenho alguma noticia, e que ainda existem fora do Deposito.”*¹²⁵²

Para além destas obras, lembrava ainda outros quadros que não se tinham recolhido ao depósito, onde acaba por, indirectamente, revelar situações demonstrativas das burocracias e dificuldades oferecidas, mas também de hipóteses colocadas na gestão deste tipo de património artístico, nomeadamente, propondo substituições de pinturas. Eis alguns exemplos de pintura existente em diversos conventos, que a sensibilidade artística de Vilela nos dá a conhecer:

“Não deve esquecer vir para o Deposito o grande painel de Nossa Senhora da Conceição que esta na Igreja que foi dos Capuchinhos Italianos, e hoje serve de Parochia. Este majestoso quadro dizem custara ao Senhor D. João quinto 5 mil cruzados. Esteve já no Deposito no tempo da administração do Doutor Nunes : o Prior o reclamou, e lá existe. A freguesia não tem direito á posse dos quadros que pertenciaõ aos Capuchinhos por que este Hospicio foi fundado pelo Senhor D. Joaõ quinto, estando suprimido, tudo quanto lhe pertencia deve reverter para o Fisco. Nas paredes da Capella mor estão dois paineis que não são para se despresarem vindo juntamente para o Deposito.

Na Igreja de Nossa Senhora da Luz ha belíssimas pinturas: esta Igreja não he Parochial; pertencia a Ordem de Christo, e muito aformosiarão as galerias da Academia das Bellas- Artes se tam majestosos quadros fossem dali extrahidos, e supridos por outros de menos consideração de que ainda há alguns no Deposito. O que esta na Capella do Santissimo he huma bellesa d’a Arte representa S. Bento dando

¹²⁵⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Cop of. Expedidos, pp.39-40. 2 de Junho de 1837 e 5 de Junho de 1837 BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03.

¹²⁵¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 6 de Julho de 1837. Um Santo Onofre que ali existia.

¹²⁵² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/21/Cx02-05.

a Regra as suas Freiras e aonde esta originalmente retratada a esclarecida Infanta D. Maria sua fundadora, que no meio da Capella mor jã sepultada.

Na Igreja do extincto Convento de Bemfica se Conservão pinturas (e algumas já bem estragadas principalmente o admirável quadro da Transfiguração) São as mesmas de que trata o insigne Fr. Luiz de Soiza, (...) foraõ mandadas vir de Roma: Em quanto a Esculptura basta (alem de outras Imagens) lembrar a do Santo Christo, que deveria servir de Modello estando n'Aula da Esculptura; assim como o S. Camillo que ao presente se acha na Igreja de S. Lourenço e a senhora e S. Jose, que ainda eizistem na Igreja do extincto Convento de Xabregas: obras do nosso famoso Jose de Almeida. Do extincto Mosteiro de Belem thesoiro de mil preciosidades, nem hum só quadro veio para o Deposito; de todas já fiz huma exacta relação; mas sem colher resultado algum.

Em algumas Parochias suprimidas em Obidos há pinturas da insigne Josefa (vulgarmente (sic) chamada Josefa de Obidos). No seu termo e junto as Caldas da Rainha estava fundado o Convento das Gaeiras, aonde eizistia hum quadro cujo assumpto não me recordo; porem lembrome que mereceo a minha particular attenção. Se me propusesse a fazer relação miúda dos paineis que existiaõ em alguns Comventos do Alemtejo seria prolongada relação: basta lembrar as formosas, e antiquissimas pinturas que ornavão a Igreja do Convento de Nossa Senhora das Reliquias em a Villa da Vidigueira aonde jasem sepultadas heróicas, e honradas cinzas do grande Vasco da Gama. Por insinuação da Commissão eu escrevi a hum Conego de Evora afim de me informar o estado, ou dezertado fim que levariaõ monumentos taõ preciosos, e dignos de estimar: a resposta foi evasiva.

No Convento de S. Miguel da Tapada que pertencia a Ordem do Carmo Calçado pouco distante de Beja na portaria do Convento havia hum belíssimo painel de Nossa Senhora nem deste Convento, nem dos dois suprimidos que pertenciaõ o de S. Francisco, á Provincia de Xabregas, e outro aos Capuchos possue o Deposito hum só quadro.

Não esqueça faser-se toda a diligência, reclamando as excellentes Pinturas do Mosteiro extincto de Val Bem feito da ordem de S. Jeronimo: disem foraõ levadas para huma Freguesia não se tem podido recolhelos para o Deposito os admiráveis quadros, e outras peças de esculptura, que ornavão a riquíssima capela da Terra Santa, no Hospicio, (...) se houve direito para a arrecadação dos livros, como o não há acerca

*de tam preciosas Pinturas? He o que por agora cumpre dizer; julgando baldado e sem efeito tudo o que levo exposto se o Governo não proceder de hum modo activo, e vigoroso, por as chamadas Juntas de Parochia obstarem a entrega com teima, e obstinação. O quadro que esta no altar da Capella sobre dita he de Nossa Senhora da Conceição e talvez neste genero hum dos melhores de Pedro Alexandrino.”*¹²⁵³

Também o relatório igualmente não datado, do vogal da CADLEC Francisco de Sousa Loureiro, fazia referência a obras e conventos, neste caso, de fora de Lisboa:

“ *Conventos fora de Lisboa.*

Em Santarém, no Convento da Graça, n'uma Capella do cruz.º da Igr.ª

*Painel de S. Nicolau de Tolentino, pint.º por Josefa de Obidos. **Não veio para o deposito***

*nB No Conv.^{to} dos P.J da Tercrª Ordem, chamº o Conv.^{to} do Sitio, estão m.^{to} boas Pinturas na Igreja, e na Capella-mor. **Não está no deposito***

nB No Convento da Trindade

Pinturas singulares no cruz.º da Igreja, metidas em tarjas douradas.

- algumas Estatuas de Barro, por Fr. Manoel Teixeira, drq(?)^ Ordem.

As pinturas do Cruzeiro se perderão da invasão dos Francezes, eseparão algumas Estatuas em barro, que depois eu vi na Igreja.

Convento do Espinhr.º, no Alentejo.

*Famoso Quadro de N.ª S.ª – e 4 Paineis da Vila de S. Jeronimo, pintados por Fr. Carlos, Flamengo. **Creio nada veio para o deposito eu darei huma relação das que havia neste Conv.^{to}.***

Convento de S. Domingos, de Evora.

Sobre a porta da Igreja estava uma copia do Gr.ª L.º(?) da Transfiguração: na Casa do Capitulo estava um Snr. da Cana Verde, e outros.

¹²⁵³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/21/Cx02-05. Relatório do Vogal da Comissão Vilela.

dto. no Convento de S. Francisco.

*Na Igreja – uma Senh^a da Conceição, com grupos de Anjos – o Transito da Santa Virgem, e nas Capellas Collateraes – S. Jeronimo, S.^{to} Ant.^o, S. Fran.^{co}, e um S.^{to} Eremita. **Persuadome vierão para o deposito algumas, o que se deve averiguar.***

No Convento dos Jeronimos de Val Bem feito.

*Vierão alguns Paineis de Jozefa de Obidos. **Couza alguma tem vindo deste extinto Mosteiro.***

No Convento do Varatojo.

*Havia Boas Pinturas, e algumas Estatuas, do que nada veio p.^a o Deposito. **Nada se acha no deposito, que pertencia aeste Conv.^{to} quando se me pedir darei relação.***

Convento dos Carmelitas Calçados, da Vidigueira, chamado de N.^a S.^a das Reliquias

*Havia na Igreja Pinturas antigas preciosas, que não vierão. (*outro doc. refere “**Adm^{ão} de Beja**”)*

Convento dos Carmelitas de Moura

*Havia na Sacristia um excell.^e Painel do S.^{to} Christo **Não se acha no deposito.***

Conv.^{to} dos Carmelitas de Beja, ou S. Miguel da Tapada. (Beja)*

*Havia na portaria um Painel de N.^a S.^a m^{to} Bom. **Não veio para o deposito.***

Conv.^{tos} de S. Fran.^{co}, e de S.^{to} Antonio, de Beja.

Varios Paineis que não vierão para o Deposito.

*Convento de S. Fran.^{co}, de Alenquer. (*de Lisboa)*

*Idem _____ Idem _____ **Nada se acha no deposito pertencente aeste Conv.^{to}.***

*Igreja Matriz de Obidos (*Leiria)*

*Grandes Paineis da celebre Jozefa de Obidos, natural daq.^a Villa. A Igreja foi fechada, e a Parochia mudada para a Igreja de S. Pedro, na qual não está Pintura alguma. **Não vierão para o deposito.***

*Convento de Santo Antonio, da Castanheira. (*Lisboa)*

Na Casa Capitular, na Capella dos antigos Condes deste titulo, estava um famoso Painel do Descendim.¹⁰, em madeira, q. par.^{ce} ser de Gaspar Dias.

– na Sacristia havia deste Pintor vários Paineis pequenos, e um S. Francisco, em cobre.

– no Dormitorio, estava servindo de Vidraça um painel iluminado em vidro, da Crucifixão de Christo, copia em pequeno do grd.^e Painel da Casa do Capitulo da Batalha. Nada tem vindo para o deposito.

*Celorico da Beira. (*Guarda)*

Na Igreja de S. Pedro havia um Painel antigo da Circuncisão; e na de S. Martinho havia dois Paineis de Vasco.”¹²⁵⁴

Tratava-se de um importante conjunto de obras, cuja autoria, qualidade, ou singularidade (seria o caso do vitral de Santo António da Castanheira, único e com aparente ligação a um importante vitral do mosteiro da Batalha), as tornava dignas de especial atenção.

Foi apenas em 1837 e em 1838 que ocorreram as importantes recolhas referentes aos conventos de Torres Vedras, realizadas pelo empregado do Depósito João José Maria Jordão, e aos conventos de Alenquer, Vila Franca de Xira e Castanheira, pelo ainda empregado José da Silva Mendes Leal Júnior.

Estas operações, por exemplo, as referentes a Lisboa, implicavam o contacto com as autoridades, neste caso o Administrador Geral de Lisboa, o qual, por sua vez, autorizava e ordenava ao Provedor respectivo, a cooperação com quem se encontrava incumbido de fazer a recolha¹²⁵⁵.

A maioria dos Administradores Gerais, sobretudo aqueles que se encontram longe da capital, optaram por, em resposta à Circular de 28 de Abril de 1837, dizer que nada existe, algo que nem sempre era verdade, fazendo com que também menos diligências por parte da CADLEC tivessem que ser realizadas. No entanto, esta circular e outras posteriores, com objectivos idênticos, como a de 7 de Novembro, ficaram muitas vezes sem resposta. A falta de informações levará a Comissão a sugerir ao governo a nomeação de uma pessoa que visitasse os diversos

¹²⁵⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/21/Cx02-05. Relatório do Vogal da Comissão Loureiro. Partes a negrito correspondem a diferente caligrafia.

¹²⁵⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 5 de Junho de 1837. Como neste caso respeitante ao Convento de Nossa Senhora da Graça. Ofício da Administração Geral de Lisboa à CADLEC.

depósitos de objectos artísticos¹²⁵⁶ e que será reiterada por diversas vezes no futuro, nomeadamente, em 1838¹²⁵⁷.

Também continuam a chegar à CADLEC informações, mais ou menos pontuais, que lembravam a existência de pinturas que deviam ser recolhidas ao Depósito. Situações burocraticamente difíceis de resolver acompanhavam algumas delas; no extinto Colégio dos Nobres existiam ainda “*preciosos quadros*”¹²⁵⁸, assim como no Convento da Ordem 3.^a de S. Francisco (convento de Jesus) nas mãos da Academia Real das Ciências de Lisboa¹²⁵⁹. Na Igreja do extinto Convento de Jesus, que passou a ser paróquia da freguesia das Mercês, o vogal Vilela, autorizado a receber dois quadros que se encontravam no coro, encontrou oposição do Prior, alegando que não pertenciam ao convento mas a um D. Francisco de Mello Manoel¹²⁶⁰.

Terá sido devido a este tipo de questões, não relacionadas apenas com pinturas, que em Maio de 1837 José da Silva Passos escrevia ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino para que este ordenasse a entrega por parte do Depósito das Livrarias ao Tesouro Público, dois exemplares da *Monarchia Lusitana*,

“obra mui propria para esclarecer importantissimos pontos relativos a doações feitas a extintos Conventos, por quanto n’ella vem citados não só os diplomas de diversas concessões, mas até os Livros do Archivo Nacional da Torre do Tombo aonde elles se

¹²⁵⁶ Ideia que surge na sessão de 20 de Junho de 1837. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01.

¹²⁵⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessões da CADLEC de 20 de Março e 10 de Abril de 1838. Representação à Secretaria do Reino de 19 de Abril de 1838 BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.107-109.

¹²⁵⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 13 de Julho de 1837.

¹²⁵⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. E da Paróquia das Mercês. Sessão de 21 de Março de 1837. A 22 de Junho do mesmo ano a CADLEC escreve à Secretaria do Reino pedindo que os quadros que tinham pertencido à 3.^a Ordem da Penitência e que a Academia Real das Ciências guardavam, fossem mandados entregar ao Depósito. BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, p.52. A 22 de Junho de 1837 uma portaria do Ministério do Reino ordenava que a Academia informasse sobre a dita representação da CADLEC, na qual esta invocava o cumprimento daquele Ministério datadas de 30 de Dezembro de 1836 e de 10 de Abril de 1837 (BACL, Livro 4 B – Portarias..., fls.65-65vs, N°232). Em Assembleia de Efectivos da Academia de 28 de Junho ficaria decidido “q a Comissão encarregada pel Academia de fazer os catalogos, desse a sua opinião a esse respeito.” (BACL, Livro 28 B – Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes 5 de Novembro de [1834] a 15 de Julho de 1840, fl.79). 2 de Novembro de 1834. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de officios expedidos p.76; 17 de Novembro de 1840. BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01; 18 de Janeiro de 1841, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.222-223; “Copia da Certidão do Auto de Posse dada á Academia Real de Sciencias de Lisboa da Livraria, Muzeu, Medalhas, Pinturas, do extinto Convento de Nossa Senhora de Jezus”, 19 de Novembro de 1834, BNP, Res. Cod. 6963, fl.220-235.

¹²⁶⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 17 de Setembro de 1837; e 2 de Novembro de 1837, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04. De facto, D. Francisco de Mello Manoel, alegando que tinha pedido aos religiosos para guardarem os quadros, pede que estes, num total de nove, lhe sejam restituídos, levando a contactos entre a CADLEC, a Academia das Ciências e o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino (ex. ANTT, MR, Mf.5215, 4.^a Rep. Instrução Pública, Academia Real das Ciências, Req. e officios 1835-1843. 31 Janeiro de 1839.

acham exarados, o que muito facilita os exames necesarios para se dissolverem duvidas suscitadas sobre assumpto de tanta monta”¹²⁶¹.

Mas, ao mesmo tempo que ainda se tomava conhecimento das existências ou se recolhiam obras, começam a suceder-se pedidos de pinturas existentes no Depósito de S. Francisco¹²⁶².

1.2.1. Os retratos dos Varões Ilustres

Na sequência daquela que vinha sendo uma linha liberal e romântica, bastante alimentada pelos exilados, em que surge o hábito de celebração dos centenários de figuras como Camões (1817), os anos trinta de oitocentos continuaram a alimentar um espírito historicista, nacionalista, de evocação do passado, procurando ânimo em figuras ilustres que alimentavam o orgulho lusitano. Como já referimos anteriormente, foi durante estes anos que, também influenciados pela França, procurou-se celebrar os heróis da pátria, nascendo ideias como a do Panteão Nacional.

Esta atitude de enaltecimento de figuras que, de alguma forma, dignificaram o país, acabou por reflectir-se também na procura de recolha e agrupamento de símbolos com elas relacionados, nomeadamente, os seus retratos.

Monarcas [**Fig.25**], políticos, escritores, etc., e religiosos destacados (onde se englobavam muitas categorias), enquadravam-se dentro da designação de *Varão – Homem sabio, esforçado*¹²⁶³ – a que o reconhecimento público somou o *Ilustre*.

No espólio dos conventos extintos, por entre pinturas sacras, era possível encontrar um conjunto de retratos que, muitas vezes, sem grande valor artístico, se revelavam extremamente importantes do ponto de vista iconográfico.

Vemos, deste modo, instituições como a Biblioteca Pública, a Academia de Belas-Artes de Lisboa e a Academia das Ciências de Lisboa, disputarem a sua posse.

¹²⁶¹ 27 de Maio de 1837. Terá sido enviada portaria à CADLEC dois dias depois (ANTT, MR, Mç.2145 – Negócios diversos 4ª Repartição 1835-1843 Cap. Letra T). Alguns anos mais tarde, em 1843, também D. Francisco de Paula Pimentel de Brito do Rio, irá reclamar a restituição junto da Academia de Belas-Artes de Lisboa um quadro então existente na Aula de Pintura Histórica “e que fora noutro tempo da Igreja de S. Domingos de Bemfica”. O quadro tinha sido entregue àquele estabelecimento pela CADLEC e não era apresentado pelo requerente qualquer documento ou título legal que provasse a propriedade. Estas informações foram levadas ao Governo. Caso Sua Majestade determinasse que o quadro fosse entregue a Academia cumpriria fielmente aquela determinação. ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003), Acta nº201 – 13 de Fevereiro de 1843, fl.186vs-187.

¹²⁶² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão da CADLEC em 1 de Junho de 1837. Acerca deste e outros pedidos *vide* Cap. VI, pp.649-676.

¹²⁶³ SILVA, Antonio Moraes, *Diccionario da Lingua Portuguesa, Sexta Edição, Melhorada, e muito acrescentada*, Tomo II, Lisboa, Typographia de Antonio José da Rocha, 1858, p.965.

Como temos vindo a analisar, em 1837, ainda não existiam, portanto, escolhas directas por parte das entidades, deixando-a nas mãos de Monteiro da Cruz e de Vilela da Silva, numa altura em que este era responsável por “*fazer separar os retratos dos Varoes Illustres p.^a serem conveniente colocados*”¹²⁶⁴.

A doação do convento de Jesus à Academia das Ciências, recheado com inúmeros quadros, entre os quais os pertencentes à Galeria de Pintura do Padre Mayne, dificultava aquele processo de recolha ao Depósito. A respeito daqueles quadros, a CADLEC recordará que retratos de varões ilustres e os que representassem preciosidades artísticas deviam ser recolhidos ao Depósito para serem entregues à Academia de Belas-Artes¹²⁶⁵. Após portaria do Ministério do Reino, datada de 22 de Junho de 1837, a Academia de Ciências mandou examinar “*todos os quadros do referido Convento, que montão a mais de cem, grande parte dos quaes ou são arruinados, ou de nenhum valor*”, alegando em ofício:

“Tendo Vossa Magestade sido Servida, por Decreto de 27 d’Outubro de 1834, dar á Academia o extincto Convento de Jesus, parecia que nesta doação se comprehendião os paineis que ali se achassem; e muito mais havendo na Academia uma Galleria de paineis pertencentes ao Museu Maynense, que he publica, e onde seria proprio que se conservassem os quadros do extincto Convento da Terceira Ordem que merecessem ser nella collocados; comtudo se Vossa Magestade For Servida Ordenar o contrario, desejaria a Academia que ao menos Vossa Magestade se Dignasse conceder-lhe os retratos d’alguns varões assignalados, que, ou por terem sido Socios da Academia, ou por serem seus bemfeitores (como os do Arcebispo d’Evora D. Fr. Manoel do Cenaculo, do P.^e Fr. José Mayne, e do P.^e M.^e Fr. Francisco de Jesus Maria



Fig.25 Autor desconhecido; **D. Afonso Henriques**; séc.XVII (?); óleo s/tela, 202x109,5cm. BNP: Inv.10932

¹²⁶⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/ Cx02-01. Sessão da CADLEC em 13 de Julho de 1837.

¹²⁶⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/ Cx02-01. Sessão em 17 de Agosto de 1837.

*Sarmiento), ou por seus conhecimentos interessão mais particularmente á Academia.”*¹²⁶⁶

Relatório do vogal Cónego Vilela referia a resposta que, em seu entender, devia ser dada em relação aos retratos que aí existiam e que aquela Academia exigia, ao mesmo tempo que revelava o estado em que a escolha dos “varões” se encontrava. Para além da CADLEC estar autorizada para fazer recolher ao Depósito todos os quadros que existiam nos conventos suprimidos, referia:

“os sobreditos quadros designados pela Academia nunca pertencerão ao Padre Mainé, nem nunca estiveram na Galeria particular deste curioso e erudito Religioso; mas sem(tem?) no ante Coro, como pertencentes a Communidade extincta, e feitos á sua custa. Que no deposito se aihão os retratos originaes de muitos sábios que pela sua letteratura, e obras impressas honrarão a Nação, e que a Commissão julga formar huma Galeria distincta, cuja memoria a Patria agradecida deve Conservar. Que para tão nobre, e generoso enjenho a Commissão nomeou hum dos Seus membros para esta escolha achando seja separados os Retratos originaes de D. Manoel Caetano de Souza, D. Luiz Caetano de Lima, do Padre Argote D. Jozé Barboza Theatinos, assim como os originaes dos homens mais illustres da Congregação de S. Filippe Neri o P.^e Antonio dos Reis, João Baptista, João Col Theodoro de Almeida Padre Manoel Bernardes e outros continuando-se na bem entendida selecção de outros Litteratos pertencentes a diversos, e extinctas Corporações Religiozas. Estando pois, a Commissão neste bem intentado projecto não pode deixar de reclamar o Retrato de hum Sabio de tanto pezo, e autoridade da nossa Letteratura como o de Arcebispo de Evora D. Fr. Manoel do Cenaculo, e pos duas razoes = A primeira pela que a ponta o elegante escritor, que tesseo o seu Elogio Historico recitado na Assemblêa publica d’a Academia em 27 de Junho de 1814 em que o louva não só em atenção aSeus vastos conhecimentos Scientificos, mas como o Reformador dos bons estudos em Portugal estabelecendo hum Systema arezoado, de ensino adquirindo-lhe huma reputação distincta, que substancialmente foi seguida na forma da Universidade de Coimbra

A segunda razão

¹²⁶⁶ BACL, Livro 39 B – Sessões Litterarias 9 de Novembro de 1834 a 11 de Dezembro de 1844, fl.106vs. Sessão de 12 de Julho de 1837. fl.106vs; ofício ao Governo, 31 de Julho, Livro 1B – Correspondência com o Governo 1833-1847, fls.119vs-120, N°148.

porque a Comissão se interessa na Conservação e posse de Retrato do Sobredito Prelado he pela perfeição d'Arte, que faz muita honra áo insigne Artista Antonio Joaquim Padrão, e como os membros da Commissão prezão em grande valia o pertencerem a Academia das Bellas Artes como Socios Honor. não podem privar a mesma Academia de hum tão bello e excelente Retrato.

*O Retrato do Padre Maine assim como o de Seus Sinco Sucessores na Generalati pintados por Joaquim Manoel da Rocha atendendo ao merecimento deste celebre Pintor, não pode a Academia das Bellas Artes julgalos de menos apreço. Emquanto o titulo alegado pela Academia das Sciencias, de que lhe pertencem porque as pessoas, que os Retratos representam he terem sido Academicos; não parece a Commissão razão sufficiente, porque não consta que a mesma Academia das Sciencias Conserve ou mandasse retratar hum só de tanctos Socios, que pos suas luzes, e serviços, e conhecimentos scientificos tanto a honrarão. (...)*¹²⁶⁷.

Já com Nunes de Carvalho – reflectindo também com essa atitude um cariz de exaltação da pátria e construção de uma memória nacional – se havia demonstrado especiais cuidados com os retratos que representassem varões ilustres.

Em 1835, a respeito de um retrato de D. Francisco Gomes de Avelar, Bispo do Algarve [Fig.26] e importante personagem histórica – proveniente da “*Caza suprimida do Espirito Santo da Congregação do Oratorio desta Corte, com muitos outros retratos de Varões Portuguezes*”¹²⁶⁸, então colocado no Depósito de quadros no Hospício da Terra Santa, então solicitado pelo sobrinho deste, um oficial graduado da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros¹²⁶⁹, o encarregado do DLEC, em parecer, revelava especiais cuidados no sentido de não desmembrar aquela colecção, tendo em conta e valorizando aspectos como a raridade, a encomenda e importância do retratado :

“E fazendo diligencia por saber se existia outro igual, ouvi que só o havia no Paço Episcopal do Algarve. Este he novo, e sem defeito algum, e dizem-me, que foi mandado pelo proprio Bispo para a Real Caza de Nossa Senhora das Necessidades. Acha-se hoje incorporado nos Bens Nacionaes, e na Collecção de Pinturas, que Vossa Magestade Mandou formar neste Depozito para uso do Publico, a qual, se se ultimar,

¹²⁶⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/21/Cx.02-05. Relatório do Vogal da Comissão Vilela.

¹²⁶⁸ ANTT, MR, Mç.2126, Cx2, 4ª Repartição, Instrução Pública ...13 de Junho de 1835, Parecer de Nunes de Carvalho em resposta a portaria de 11 de Fevereiro do mesmo ano.

¹²⁶⁹ ANTT, MR, Mç.2126, Cx2, 4ª Repartição, Instrução Pública ... Francisco Ladislau Alvares d'Andrada fez o seu pedido em 8 de Fevereiro de 1835.

*será um dos Monumentos mais gloriosos do Seu Reinado. E ainda que esta pintura não seja de grande valor, com tudo penso, que se deve conservar para não se interromper a serie dos Varões Illustres, aque pertence. E tanto mais que o referido Bispo representou hum papel importante neste Reino, especialmente durante a guerra da Independencia Nacional contra a invazão Franceza, em que foi Governador do Reino do Algarve, e he por conseguinte huma personagem historica. Como porem os desejos do suplicante sejam louvaveis, parece-me que os poderá satisfazer, Concedendo-lhe Vossa Magestade a faculdade de mandar tirar neste Depozito huma copia do mencionado retrato do seu parente, cuja memoria merece conservar-se. (...)*¹²⁷⁰.



Fig.26 Joaquim José Rasquinho; *D. Francisco Gomes de Avelar, Bispo do Algarve*; 1816; óleo s/tela, 100x77cm. BNP: Inv.10933.

A proximidade, mas também rivalidade da Biblioteca Nacional com a Academia de Belas-Artes de Lisboa, revela-se igualmente nesta questão dos retratos de varões ilustres. De facto, numa altura em que esse era assunto muito presente, em que a Academia manifestava o seu interesse, o Bibliotecário-Mor, Vasco Pinto de Balsemão, também ele membro da CADLEC, marcava posição enviando ao Barão de Tilheiras, presidente interino desta Comissão, o pedido de “*Hũa collecção de Quadros de Homens e varões Illustres*”:

“Desejando dar á Bibliotheca Nacional de Lisboa o grão de esplendor a que tem chegado outros Estabelecimentos desta natureza na Europa, e concorrendo para este fim o possuir alem do seu Gabinete de Raridades, hũa proporcionada Galeria de Pinturas, Vou rogar a V. Ex^a na qualidade de Presidente Interino da Comissão Administrativa do Deposito Geral das Livrarias Quadros etc. dos extinctos Conventos se sirva mandar pôr á minha disposição hũa collecção de Quadros de Homens e

¹²⁷⁰ ANTT, MR, Mç.2126, cx2, 4^a Repartição, Instrução Pública... 13 de Junho de 1835.

Varões Illustres, e em cujo numero poderá comprehender-se hũa serie dos Reis de Portugal.”¹²⁷¹

Seria determinado que a Secção d’Artes procedesse a essa selecção¹²⁷².

Alegando a Academia das Ciências que os quadros do convento de Jesus reclamados pela CADLEC (e que não constavam na doação do convento à Academia) deviam ser reunidos à Galeria de Pintura do museu particular do Padre José Mayne, aquela Comissão, em carta dirigida à Secretaria do Reino a 25 de Setembro de 1837, vai já revelar uma diferente divisão de obras entre a Biblioteca e a Academia, fruto do pedido que acima transcrevemos. Então dizia que deviam passar

*“os que forem primores da Arte para a (...) Galeria da Academia de Bellas Artes, e os que representarem Varões Illustres á Bibliotheca Publica, onde vai estabelecer se huma Galeria Historica para a qual já se acha separada hũa Collecção de Retratos de Homens Celebres Portugueses muito mais numerosa, a fim de constituir o centro deste novo Estabelecimento, do que a Academia [das Ciências] pode apresentar (...)”*¹²⁷³.

Meses antes, Passos Manuel em relatório, referia:

*“Espero que a Academia fará a Collecção dos Retratos dos Varões e Donas Illustres de Portugal, e que lhes formará os Bustos, no que já trabalham os Professores de Esculptura”*¹²⁷⁴.

Em 1838, a questão do retrato de D. Francisco Gomes de Avelar permaneceria por solucionar, mostrando a CADLEC, uma posição (agora ainda mais justificável), igual à que Nunes de Carvalho já tinha tomado. Deveria apenas ser permitido que se tirasse uma cópia uma vez

*“ser este retrato o único original em grande q. consta à Comm.^{ão} existir d’aquelle venerando Prelado, acha se elle já indigitado pela m^{ma} Comm.^{ão} como representando hum Varão Portuguez tão insigne por letras e virtudes, para a Galeria Historica q. se projecta constituir (...)”*¹²⁷⁵.

¹²⁷¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 12 de Setembro de 1837.

¹²⁷² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão de 12 de Setembro de 1837. Participado na 9ª Sessão ordinária da Biblioteca, a 16 de Setembro. Louvado o nobre empenho do Presidente em promover o bem daquele estabelecimento. BN/DGA/01/Lv-01-02 Actas BNL, Liv.01, p.17.

¹²⁷³ 25 de Setembro de 1837. A Academia das Ciências poderia reservar para si aqueles que tinha mandado fazer e como tal, propriedade sua, que não seriam mais do que dois ou três. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.70-72.

¹²⁷⁴ AHE, AITC, MR 98 – Relatórios do Ministério 1836-1842. 23 de Maio de 1837.

¹²⁷⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04. 8 de Fevereiro de 1838.

No ano seguinte, 1839, o assunto dos retratos dos varões ilustres ainda não estava resolvido, resultando em contactos entre a Academia de Belas-Artes, o Ministério do Reino e a CADLEC. Em Janeiro de 1839, face à reclamação do Bibliotecário-Mor de *“uma collecção dos Retratos dos Snrs. Reis de Portugal”* que existiam na Academia, então acomodados na Sala das Sessões, para se formar *“em um Gabinete da Bibliotheca Nacional, a collecção dos Retractos dos Reis, Varões, e Homes Illustres de Portugal”*, aquela instituição vai alegar *“a suma importancia”* da presença daqueles retratos,

*“para serem consultados pelos Artistas, não só pelo que respeita ás fisionomias, mas aos Costumes das epochas em que florescêrão as Personagês que elles representão, sendo certo que por essa mesma cauza forão trazidos para a Academia, com os mais quadros que se escolhêrão, e que forão entregues pela sobredita Commissão: parecendo-me tambem que esta, senão devidamente authorisada para fazer semelhantes comcessões, sem a immediata determinação do Governo de Sua Magestade (...)”*¹²⁷⁶.

A CADLEC esclareceu:

“(…) Por Portaria de 30 de Dezembro de 1836, expedida pela 4ª Rep.^m se determinou: 1.º Que a Commissão entregasse a Academia de Bellas Artes de Lisboa, os quadros existentes no Deposito para ella os classificar e designar os que devião servir para o estudo dos Academios e Artistas: 2º Que a Academia depois de ter classificado os quadros que havião pertencer lhe e os que devião ser mandados para os Museos nas Cabeças de Destrictos enviasse ao Ministerio do Reino o Cathalogo de todos esses objectos para ser Publicado pela imprensa wª = 3º A Academia tomou conhecimento de todos os quadros existentes no Deposito, escolheu e guardou a seu bel prazer os que quis e regeitou o resto, como he claro e evidente dos documentos Nº1. e 2. = 4º A Commissão em vista deste processo, e precisando aproveitar para a collocação dos Livros o local occupado pelos quadros, uns de pouco, e outros de nenhum valor, pedio a S. M. authorisação para proceder á distribuição deles pelas Igrejas Cazas e Camaras que os quizessem acceitar, e esta authorisação lhe foi dada pela Portaria expedida pela 4ª Repartição do Ministerio do Reino, em data de 9 de Janeiro do anno proximo passado = 5º Depois das entregas feitas em consequencia desta concessão, restando ainda um avultado numero de quadros que era necessario remover do

¹²⁷⁶ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ª Rep., Instrução Pública, ABAL. 16 de Janeiro de 1839.

Barracão que servio de Igreja aonde se achavão foi a Academia de Bellas Artes q.^m lhes destinou o seu local aquelle em que ainda se achão = No Inventario o recibo dos quadros que a Academia escolheu para os fins designados pelo Governo não se incluem os Retratos em questão Á vista do exposto julga a Commissão ser infundado tudo o allegado na Representação do Vice Inspector da Academia de Bellas Artes, e que a colecção dos Retratos dos S.^{es} Reis de Portugal reclamada pelo Bibliothecario Mór lhe deve ser entregue por ser esse o destino que a Commissão mui authoriadam^{te} lhe havia dado”¹²⁷⁷.

O tema varões ilustres surgiria, indirectamente, um ano depois, através de Balsemão num contexto de possível distribuição. Os retratos mencionados estariam entre aqueles que tinham saído do barracão, uma vez que na proposta que fez em sessão da Comissão em 4 de Fevereiro de 1840 mencionava que se achavam “na Academia de Bellas Artes [n]hum local prestado pela mesma”. Segundo o Bibliotecário e membro da CADLEC, este encontrava-se “atulado de imensos quadros sem valor, e dos quaes se poderião aproveitar alguns que por representarem Varões ilustres poderião servir de adorno ás Cathedraes ou Camaras das terras de sua nacionalid^e, propunha a remessa deles p.^a taes Cathedraes” sendo então determinado que fossem examinados para futura resolução¹²⁷⁸.

Na década de 50, como analisaremos detalhadamente mais à frente neste capítulo, o bibliotecário José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello-Branco¹²⁷⁹, iniciaria uma nova escolha, na qual também presidiria a temática e a importância histórica/iconográfica, valorizando os retratos que ali se encontravam depositados. Autor da obra, *Estudos biographicos ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes á*

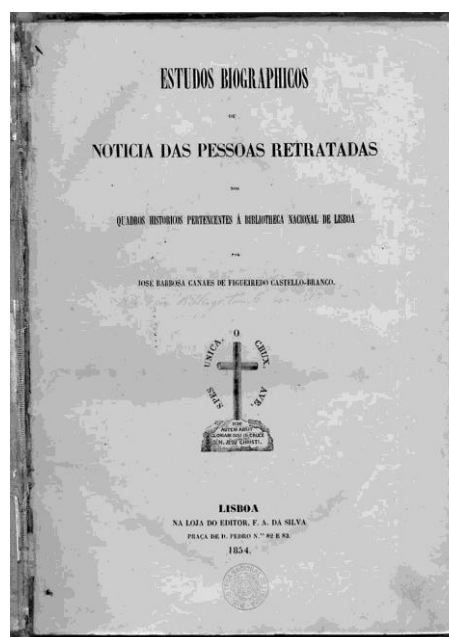


Fig.27 Folha de rosto dos *Estudos Biographicos...* BNP: H.G. 7875 A.

¹²⁷⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.155-156. 5 de Fevereiro de 1839.

¹²⁷⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 4 de Fevereiro de 1840.

¹²⁷⁹ José Barbosa Canaes de Figueiredo Castello-Branco (Soure 1804-Lisboa 1857), genealogista e escritor. Frequentou o Curso Teológico em Coimbra que não terá chegado a concluir. Publicou obras sobre as mais variadas matérias. *Grande Enciclopédia...*, *op.cit.*, Vol.6, p.189.

*Bibliotheca Nacional de Lisboa*¹²⁸⁰ [Fig.27], publicada em 1854, nela eram mencionados cerca de quatro centenas e meia de retratos.

O conjunto de retratos de religiosos que hoje existe na Biblioteca Nacional (assim como na Torre do Tombo), representa, essencialmente, *varões ilustres* que, pela sua biografia, foram permanecendo ao longo das décadas naquele estabelecimento, constituindo o remanescente dos acervos conventuais que, transitoriamente, foram passando pelo DLEC e pela Biblioteca Nacional.

1.2.2. Novas recolhas, distribuição de pinturas e maior interacção com a Academia de Belas-Artes. O papel determinante do “amador das Artes”, o cônego Vilela da Silva.

Depois de discutido o assunto em sessão da CADLEC, a 12 de Dezembro de 1837 esta levou à Secretaria do Reino a necessidade de distribuir por Igrejas, Casas de Câmaras, etc., os quadros “*insignificantes*” e “*quasi de nenhum valor*” que existiam no já pouco espaçoso Depósito, vindo a ser para isso autorizada, por portaria de 9 de Janeiro de 1838, a qual lembrava a necessidade de se dever “*formar inventario, e cobrar recibo dos quadros distribuidos, á proporção que se forem distribuindo.*”¹²⁸¹

No entanto, apenas em Julho de 1838 – mesmo mês em que Silva Oeirense, Director Honorário da Academia de Belas-Artes de Lisboa pedia à CADLEC para que esta “*lhe faça constar por autentico certificado, as formalidades, e cauções, com que forão entregues á Academia (...) os quadros a ella destinados, que existião no Deposito*”¹²⁸² – é feita publicitação à distribuição de quadros, uma “oferta” que demonstrava a vontade que a Comissão Administrativa tinha em livrar-se de um número significativo de quadros que atulhavam o espaço. Nesse sentido, enviou diversos ofícios para o Prior da Sé, Párcos de Lisboa e Termo, Presidente da Câmara de Lisboa, Presidentes das Câmaras Municipais da Comarca Exterior de Lisboa¹²⁸³.

¹²⁸⁰ CASTELLO-BRANCO, José Barbosa Canaes de Figueiredo, *Estudos biographicos ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes á Bibliotheca Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1854. Em diferente contexto mas, de certa forma, dentro do mesmo espírito nacional de interesse por personalidades marcantes, nasceria em Inglaterra por iniciativa de Lord Stanhope, em 1858, a National Portrait Gallery onde se reuniram os retratos dos Soberanos, Homens de Estado e Letras, Artistas, etc. POULOT, Dominique, *Patrimoine et musées : l'institution de la culture*, Paris, Hachette, 2001, p.86.

¹²⁸¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 9 de Janeiro de 1838, Ministério do Reino, assinada por Julio Gomes da Silva Sanches.

¹²⁸² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02. 7 de Julho/ 6 de Agosto de 1838. Em Agosto Silva Oeirense ofereceu-se para ir ao Porto fazer a relação das pinturas do Museu Portuense, com as despesas pagas pela CADLEC (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02, pp.103-104. Agosto de 1838. Agosto de 1838 S e 24 de Agosto de 1838, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.138-139).

¹²⁸³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.127-128. 10 de Julho de 1838.

O teor era bastante publicitário, reflectido, por exemplo, no ofício enviado ao Prior da Freguesia dos Olivais:

“ *Ill.^{mo} S.^r*

A Comissão Administrativa do Deposito Geral das Livrarias, quadros w^a dos extinctos Conventos, encarrega me de comunicar a VS.^a, que no caso de necessitar essa Parochia de alguns quadros sacros, p.^a adorno dos Altares da respectiva Igreja, pode VS.^a mandar escolhe-los a este Deposito, afim de lhes serem entregues, mediante o competente recibo.

D^s guarde a VS.^a Secretaria da d.^a Comissão, 31 de Julho de 1838

*Ill.^{mo} e M^{to} R.^{do} S.^r P.^e Prior
da Freg.^a dos Olivaes*

*Joseph Gregorio Lopes da Camr.^a Sinval
Vogal – Secretario”¹²⁸⁴*

As pinturas eram escolhidas directamente pelos interessados, mas iam a “censurar” à *Secção d’Artes*¹²⁸⁵.

A dependência mútua entre Academia de Belas-Artes e a CADLEC é patente. Logo à partida, a presença de nomes como os do Professor André Monteiro da Cruz ou de Francisco de Sousa Loureiro, enquanto membros da Comissão, reflectia essa proximidade. A cooperação era necessária a ambas as partes. Ao mesmo tempo que a CADLEC se servia dos conhecimentos da Academia, esta necessitava do material artístico que a Comissão lhe podia fornecer. Como veremos mais à frente, quando a CADLEC expõe à Rainha a necessidade de se nomear um pintor para visitar as diversas arrecadações espalhadas pelo reino, devido a falta de informações por parte dos administradores gerais para coligir as solicitadas relações das pinturas pertencentes às extintas corporações religiosas, aquela Comissão logo indicava que este devia ser nomeado pela Academia de Belas-Artes de Lisboa, enquanto entidade que conheceria a pessoa mais habilitada para tal tarefa... e que, apenas desta forma, se poderiam reunir as informações necessárias para as Academias virem a possuir uma galeria adequada à riqueza artística nacional¹²⁸⁶.

O facto de ainda haver muito para recolher deixava tudo em aberto. A 28 de Agosto de 1838, a Academia comunicaria que tinha “*feito a sua escolha definitiva, e a separação dos quadros*

¹²⁸⁴ ANTT, MR, Mç.3723 – D.G. Instrução Pública, 1^a Repartição, Biblioteca Pública 1827-[1850] 2cx.

¹²⁸⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02, pp.103-104. Agosto de 1838.

¹²⁸⁶ ANTT, MR, Mç.2126, Cx2, 4^a Repartição, Instrução Pública... 19 de Abril de 1838.

que lhe convinha”, podendo do resto, “ainda bastante considerável”, a CADLEC “dispor absolutamente”. No entanto, não deixaria de ressaltar:

*“Confia porém a Academia, e por mim o participa a V^a S^a., que a ilustre Comissão Administrativa continuará a comunicar-lhe, para igual exame, aquelles Quadros que, por novas diligencias, ulteriormente se apresentarem nesse Deposito.”*¹²⁸⁷

E ao que parece, “os quadros enrolados” ainda não estavam escolhidos, decidindo a Comissão oficial à Academia para que procedesse a essa escolha, fiscalizada pela Secção d’Artes¹²⁸⁸.

Na posse da Academia encontrar-se-iam então mais de seis centenas de quadros, dos quais trezentos e setenta estavam dependurados nas Aulas e quase uma centena encontravam-se em muito mau estado, apenas aproveitáveis para novas pinturas¹²⁸⁹. Para além de livros, também eles maioritariamente provenientes do DLEC, o inventário de estampas somava 4.845 itens¹²⁹⁰. Com quinhentos e quarenta quadros coligidos e escolhidos “uma grande parte delles, outros tantos inergicos Monumentos que attestão a excellencia de nossos celebres Pintores Portuguezes”¹²⁹¹, na “Sessão Real, e Publica de Abertura da Academia das Bellas Artes de Lisboa, no dia 25 de Outubro do anno de 1838, segundo aniversario da sua Fundação”¹²⁹² na qual esteve presente o rei D. Fernando II, era salientado que entre estes “magnificos quadros” se encontravam

*“entre os Antigos, os quadros dos nossos Gram Vasco, Bento Coelho, André Gonçalves, Gaspar Dias, Marcos da Criz, e outros muitos, e entre os Modernos, os de Sequeira, Vieira, Cyrillo, e Pedro Alexandrino. Além de muitos outros quadros originaes dos mais insignes Pintores Estrangeiros, que pela sua antiguidade, e perfeicção merecem a maior estima”*¹²⁹³.

¹²⁸⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 28 de Agosto de 1838. Do Director Geral da Academia, Francisco de Souza Loureiro, ao Secretário da CADLEC, Câmara Sinval. (Também em ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4.^a Repartição, Instrução Pública ABAL) A 22 de Agosto, ofício da CADLEC (assinado pelo vogal secretário, José da Câmara Sinval) ao Director da Academia pedia que este declarasse “se a escolha dos quadros dos extinctos conventos, feita no referido Deposito por parte da dicta Academia, cujo inventario se assignou em 3 de Abril proximo passado (não havendo sido recolhidos quadros alguns posteriormente a esta data) se acha concluida, salvo o direito que lhe assiste de proceder a nova escolha sobre os que ulteriormente se receberem. (...)” ANTT, MR, Mç.2122.

¹²⁸⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 28 de Agosto de 1838. Ofício à Academia com data de 3 de Setembro de 1838. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, 142.

¹²⁸⁹ Inventário datado de 6 de Abril de 1838. ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4.^a Repartição...

¹²⁹⁰ *Ibidem*

¹²⁹¹ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.07 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00002) Acta nº112 – 25 de Outubro de 1838.

¹²⁹² *Idem, ibidem.*

¹²⁹³ *Idem, ibidem.*

Era igualmente reconhecido que a CADLEC tinha também contribuído para a organização da Biblioteca da Academia, para a qual, tinha já fornecido cerca de dois mil volumes que reunidos a outros “*muito concorrerão para a verdadeira riqueza do Estabelecimento, facilitando a Instrucção Theorica, tão indispensavel ás Bellas Artes. (...)*”¹²⁹⁴.

Cientes que o trabalho do Depósito ainda não estava terminado – e num contexto que abordaremos mais à frente quanto aludirmos aos restauros e à Academia – “*Cumprindo que o Cathalogo dos Quadros já reunidos na Academia de Bellas Artes de Lisboa, e dos que ainda possam vir a pertencer-lhe de futuro, seja acompanhado de um juízo critico sobre o merecimento artistico de cada um delles*” – seria nomeada uma Comissão composta pelo Conde de Mello, Vice-Inspector da Academia, pelo Lente de Pintura Historica Antonio Manuel da Fonseca e pelo Académico de Mérito Antonio Damaso de Castro e Souza (Abade Castro), encontrando-se a CADLEC autorizada a prestar os esclarecimentos necessários¹²⁹⁵.

Apenas em Setembro de 1838 iniciar-se-ia a condução para o Depósito de São Francisco dos objectos científicos e artísticos respeitantes aos conventos sitos nos concelhos de Vila Franca e Alenquer, tarefa de que seria incumbido Joze da Silva Mendes Leal, empregado do Depósito apenas com dezoito anos, único defeito que lhe apontavam¹²⁹⁶. Munido com uma guia que o identificava e descrevia fisicamente, ali estava expressa a sua tarefa, ao mesmo tempo que se solicitava a todas as autoridades públicas que não só lhe franqueassem livre-trânsito, mas que também lhe prestassem todo o auxílio e coadjuvação que carecesse para o bom desempenho

¹²⁹⁴ *Idem, ibidem.*

¹²⁹⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01.19 (18?) de Dezembro de 1838. Ministério do Reino, ass. António Coelho.

¹²⁹⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/22/Cx05-05. 4 de Dezembro de 1838. Relatório de Mendes Leal. Mendes Leal (Lisboa 1818- Sintra 1886), viria a ocupar o mais alto cargo da Biblioteca. Político, escritor e jornalista. Nomeado em 1836 oficial da Biblioteca Pública, vem a tornar-se amigo de Lima Felner e filia-se no partido neo-cartista ou cabralista. Admirado por Costa Cabral enquanto jornalista, trabalha na gazeta “Restauração da Carta”. Com a “Maria da Fonte” é nomeado secretário do Governo Civil de Viana do Castelo e, mais tarde, Governador Civil interino. Em 1848 foi nomeado secretário do Conservatório Dramático seguindo-se, dois anos mais tarde o cargo de bibliotecário-mor que exerceu até Maio de 1851, altura em que é exonerado devido à queda de Cabral e à vitória de Saldanha. Em 1852 ocupa o lugar de deputado da oposição pelo Círculo de Beja, retirando-se no ano seguinte, quando assume a direcção do jornal “Imprensa e Lei”. Em 1857 é reintegrado no seu antigo lugar na Biblioteca Nacional. Entre os finais dos anos 50 e 1861 ocupa o cargo de deputado que abandona em 1862 ao ser nomeado Ministro da Marinha. No final desse ano abandona esse cargo, voltando aos seus trabalhos literários, regressando como deputado em 1865 onde permanece até 1869, altura em que é eleito para a presidência da Câmara dos Deputados, resignando logo de seguida para ocupar brevemente a pasta dos Negócios Estrangeiros, uma vez que novamente com a revolta do Duque de Saldanha, em Maio de 1870, volta a sair. A partir desta altura dedica-se exclusivamente à Biblioteca Nacional, à vida diplomática e aos seus vastos trabalhos literários. *Grande Enciclopédia...*, *op.cit.*, Vol.16, pp.893-895.

daquela diligência¹²⁹⁷. Nesse sentido, a CADLEC contactaria, por ofícios de 6 e 7 de Setembro, os Administradores dos Concelhos e o Administrador Geral de Lisboa¹²⁹⁸.

Dedicando-se aos conventos de Santo António da Castanheira, Carnota e Olhalvo, encontraria no primeiro, a livraria “*no mais lastimoso estado, delapidada e deteriorada por quantos o quizeram fazer: por que havendo sido concedida á Camara nunca esta a reclamou*”, e alguns quadros dos que levava referenciados, encontrando-se alguns em “*mãos de particulares, como em deposito*”, como seria o caso de dois painéis que estariam na vila da Castanheira, em casa do Desembargador Vigário da Vara da Riba-Tejo¹²⁹⁹. Já não terá sido possível encontrar tudo o que o Cónego Vilela tinha referenciado.

A 21 de Outubro Mendes Leal refere “*Todos os livros e quadros se acham já depositados na guarda da Valla do Carregado p.^a onde os conduzi (...)*”¹³⁰⁰.

Dos inventários por si realizados constam 17 quadros que tinham pertencido ao Convento da Castanheira e 10 do Convento de Olhalvo, número em que não estava incluído aqueles que estavam na igreja deste convento, que tinha sido cedida para paróquia¹³⁰¹.

Os trabalhos do Depósito e da Academia estreitavam-se cada vez mais, situação para a qual também contribuía a dualidade de André Monteiro da Cruz, membro da Academia e da CADLEC. Em finais de 1838, o Vice-Inspector da Academia, falando acerca dos quadros que não tinham sido recolhidos nas antigas casas religiosas e da decisão de vender o convento de Brancanes, “*no qual ainda existem dois quadros muito bons, em quanto he tempo prevenir qualquer extravio*”, advertiu o Director Geral e Monteiro da Cruz, fazendo este último “*um apontamento para fallar neste objecto á referida commissão. (...)*”¹³⁰².

¹²⁹⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, p.142. 3 de Setembro de 1838 p.142. Guia assinada pelo Vogal Secretário da CADLEC, J. Camara Sinval.

¹²⁹⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.144-145. 6 e 7 de Setembro de 1838.

¹²⁹⁹ BNP, Res., Mss. 225, N°154 e N°155, correspondência de Silva Leal para o Secretário da Comissão, Camara Sinval. 9 e 11 de Setembro de 1838.

¹³⁰⁰ BNP, Res., Mss. 225, N°164, correspondência de Silva Leal para o Secretário da Comissão, Camara Sinval.

¹³⁰¹ Nestes inventários, especialmente, no referente ao Convento da Castanheira, é feita a referência à temática, local, estado e, por vezes, qualidade das pinturas. A título de exemplo mencionamos alguns dos itens constantes do inventário deste convento: “Um quadro em pano, fixo no retabulo da Capela dos noviços, representando N. Sr.^a dando o rosario a S. Domingos – deteriorado | Dois quadros em pano fixos nos retabulos dos altares lateraes na egreja representando, o que fica á direita S. Joseph com o menino Jesus nos braços, e o que é collocado á esquerda a Sra das dores – ambos bem conservados | Um quadro pintado em madeira pendurado na Capella chamada dos Condes da Castanheira representando Jesus crucifixo muito retocado | Um grande quadro, em pano, na sala do refeitório representando a Cêa – em bom estado | Um quadro, pintado em madeira, na sala do Capítulo, representando Christo na Cruz, de pessima e mui grosseira execução – Desconjunctado e arruinadíssimo. Um mediano quadro, em pano, sem moldura, n’uma pequena casa á entrada do coro á direita, representando S. Joseph e o Menino Jesus. (...)” BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/22/Cx05-05, N°1 e N°4, Relações de objectos arrecadados por José da Silva Mendes Leal.

¹³⁰² ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.7 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00002), Acta n°116 - 3 de Dezembro de 1838 e Acta n°117-5 de Dezembro de 1838, pp.198-200.

Esta proximidade estará também patente acerca das pinturas dos conventos lisboetas da Graça e de Jesus. Ainda não se encontrando recolhidos, em Fevereiro de 1840, a Academia vai querer, a coberto da Portaria de 30 de Dezembro de 1836, que lhe seja remetida uma relação dos quadros que ainda existiam naquelas antigas casas religiosas, sendo o contacto com a CADLEC estabelecido via André Monteiro da Cruz “*comissionado pelo Ex.^{mo} Vice Inspector da Academia de Bellas Artes de se informar da Comissão para saber a quem incumbia a recepção dos Quadros*”¹³⁰³.

Não existindo na Secretaria da CADLEC a solicitada relação dos quadros, foi encarregue o Cónego Vilela da Silva – que dizia “*ter perfeito conhecimento do numero e quantidade*” deles – de formar a dita relação para ser enviada à Academia¹³⁰⁴. De facto, como destaca Hugo Xavier na sua tese, onde utiliza alguma da documentação também por nós aqui mencionada, de acordo com a CADLEC, a este religioso, se deviam “*não apenas a identificação de artistas e escolas, mas também de outras [pinturas] existentes em diversos conventos.*”¹³⁰⁵

Em sessão de 10 de Março o referido membro da Secção d’Artes apresentou uma relação relativa a quadros existentes em diversos conventos, e especialmente no Convento da Graça¹³⁰⁶. A “*Relação de varios quadros q pertencerão ao extincto Convento da Graça de Lisboa*” seguiria para o Director Geral da Academia, Francisco de Sousa Loureiro (relembremos que também ele era membro da Comissão), a 16 de Março referindo então a CADLEC que estava “*collegindo os necessarios dados para formar outras relações de semelhantes objectos que em tempo opportuno remettermá a V.S.*”¹³⁰⁷.

O Cónego Vilela parecia ser a pessoa mais informada da CADLEC acerca das pinturas dos extintos conventos e destinos que vinham a ter. É também ele que presta alguns esclarecimentos acerca dos quadros do Convento de Xabregas, sobre os quais a rainha pedia, àquela Comissão, urgente informação acerca do seu paradeiro “*declarando a pessoa que dalli os tirou e qual fosse a auctorisação que para isso precedera*”¹³⁰⁸. A resposta, ainda sem o contributo de Vilela – e de Nunes de Carvalho¹³⁰⁹, a quem também recorreriam – datada de 30 de Abril, seria

¹³⁰³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 11 de Fevereiro de 1840.

¹³⁰⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02, pp.170-171. Acta de 18 de Fevereiro de 1840.

¹³⁰⁵ XAVIER, Hugo André de Almeida Vale Pereira, *O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Especialidade em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014, p.29.

¹³⁰⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02, p.172. Acta de 10 de Março de 1840.

¹³⁰⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, p.208. 16 de Março de 1840.

¹³⁰⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 22 de Abril de 1840. Portaria assinada pelo Ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães.

¹³⁰⁹ ANTT, MR, Mç.2122 Academias, Cap. ABAL 1840-43. 8 de Maio de 1840.

inconclusiva, relatando o historial geral conhecido (entrega de quadros à Academia, distribuição por igrejas e Câmaras) e mencionando uma Relação e recibo de Abril de 1835 na qual eram mencionados “171 quadros de diferentes grandezas, em madeira e pano”¹³¹⁰. A Academia será questionada, se este se encontravam, entre os quadros recebidos do DLEC¹³¹¹. Seria na sessão da CADLEC de 5 de Maio de 1840 que Vilela informava que os quadros em questão tinham sido efectivamente recolhidos no depósito, “visto que deste passarão e se achão na Academia de Bellas Artes alguns de m.^{to} bom pincel que pertencião ao sobred.^o Convento”¹³¹².

Esta situação vinha demonstrar o desnorte que reinava no Depósito e que a CADLEC, com falta de documentação e com o caos que ali existia, não conseguia resolver, e que só a memória de algumas pessoas acerca das obras recolhidas podia esclarecer. A entrega dos quadros à Academia de Belas-Artes, nada terá contribuído para melhorar a situação. De facto, cremos que é possível que, no entretanto, alguns bilhetes identificativos – etiquetas que eram coladas aos quadros e que continham a proveniência e o número da relação respectiva¹³¹³ – se tenham perdido.

Com o “caso Xabregas” – também importante enquanto mostra do interesse da Rainha e do Governo por obras específicas, importantes, de que tinham conhecimento, e de que procuravam saber o paradeiro – a CADLEC não deixou de reflectir sobre a necessidade de inventariar os quadros que a Academia de Belas-Artes tinha devolvido à Comissão por serem “ordinários, e de nenhum valor”, resolvendo-se que fossem chamados um ou dois operários, e se procedesse “à necessária separação destes Quadros, e se relacionassem a fim de fazer alguma deligencia p.^a conhecer as Cazas Religiosas a q.^e pertencião”¹³¹⁴.

Mas a escolha que a Academia tinha realizado entre as pinturas existentes no DLEC não terá sido muito refinada; para além disso, mais quadros deverão, entretanto, ter entrado. Em sessão de 7 de Julho de 1840 era notado:

“Por esta ocasião se fez observar q. constava existirem entre os Paineis ou Quadros q. ficarão depois de escolher a Academia de Bellas Artes os q. lhe convierão, alguns ainda de merecimento, e achando se presentes 2 Membros da sobrd.^a Academia, se

¹³¹⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04. 30 de Abril de 1840.

¹³¹¹ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003), Acta de 15 de Maio de 1840.

¹³¹² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 5 de Maio de 1840.

¹³¹³ ANTT, MR, Mç.2122 Academias, Cap. ABAL 1840-1843. 8 de Maio de 1840.

¹³¹⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 28 de Abril de 1840.

*lhes propôs p.^a ser prez.^e à Acad.^a. hum novo exame dos mesmos Quadros, e os Illustres Membros, se encarregarão de fazer dar a este objecto a devida atenção.”*¹³¹⁵

Ficaria decidido que quando estivesse concluído este novo exame fosse repetido no *Diário do Governo* o anúncio para as Igrejas e Câmaras que ainda precisassem de quadros ali “*virem escolher os que quisessem*”¹³¹⁶.

Apenas vários meses depois, em sessão de 9 de Março de 1841, ficaria determinado “*que pelo jornal do Governo se anunciasse às Camaras e Parochias e mais Igrejas do Reino que p.^a ornato ou culto das m.^{mas} precisassem alg.^s Quadros q podião mandar recebelos a este Deposito*”¹³¹⁷.

Mais pinturas continuavam em vias de entrar no Depósito, embora sem aparente grande desejo da CADLEC, apesar de todas as circulares e portarias por ela emanadas com vista a recolher informações. De facto, quando em Maio daquele ano, o Administrador Geral de Leiria, José Felix da Camara, em resposta a uma circular de 31 de Março, levava ao conhecimento daquela Comissão a existência de dez painéis na igreja das Gaeiras que se tinha recomendado se fizessem arrecadar, e questionava sobre o local de arrecadação e repartição ou cofre em que seriam abonadas as despesas das conduções, a CADLEC mostra algumas reticências.

A ideia seria que, uma vez que as pinturas que constava existirem naquele distrito, já terem sido recolhidas, estas, a terem ali permanecido, de certa forma desqualificava-as, produzindo “*veementes suspeitas de q. não valerião a despesa da condução*”, devendo por isso procurar-se mais esclarecimentos¹³¹⁸.

Para além das pinturas dos extintos conventos, o Depósito iria ainda receber, em Setembro de 1841, por ordem do Ministério do Reino, e pelas mãos do Director da Alfândega Grande de Lisboa, uma Nossa Senhora e um S. Sebastião, provenientes das Casas de Despacho da Alfândega e da extinta Casa da Índia¹³¹⁹. Estas obras pouco tempo permaneceriam em S. Francisco da Cidade, sendo mandadas entregar, logo em Dezembro, por portaria do Ministério

¹³¹⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 7 de Julho de 1840.

¹³¹⁶ *Idem, ibidem.*

¹³¹⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 9 de Março de 1841.

¹³¹⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 8 de Junho de 1841.

¹³¹⁹ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02 Copiador de correspondência, p.153. 17 de Setembro de 1841, remessa por quadros para o Depósito de S. Francisco em cumprimento de uma Portaria do Ministério da Fazenda. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. Portaria do Ministério do Reino à CADLEC tinha a data de 11 de Setembro, assinada pelo Ministro Joaquim António de Aguiar e referia antes dois quadros representando S. Sebastião, pertencentes às extintas Capelas da Alfândega Grande do Açúcar e Casa da Índia.

do Reino, à Junta de Paróquia da Freguesia de Santa Maria Magdalena de Lisboa, para adorno da igreja¹³²⁰.

À semelhança do, por nós designado, “caso Xabregas”, e na recta final da existência da CADLEC antes da sua incorporação na Biblioteca Nacional, aquela Comissão foi questionada acerca de “*um quadro original de Rafael de consideravel valor*” que existia no Convento de Brancanes “*ao tempo da supressão*”. A rainha, através de portaria assinada pelo Ministro Joaquim Antonio de Aguiar, queria saber se aquele quadro se achava “*já collocado na Galeria das pinturas, ou que destino lhe foi dado*”¹³²¹. A resposta seria precisa:

“(…) o Quadro de que se trata, representando a Virgem Nossa Senhora, foi entregue á Academia de Bellas Artes de Lisboa, na forma das Ordens Regias, e se acha alli collocado na Aula de Pintura Historica.”¹³²²

Seria, certamente, o mesmo que temos vindo a mencionar, e a que o viajante sueco Carl Israel Ruders teria aludido décadas antes quando visitou aquele convento:

“Na igreja, o prior mostrou-nos um quadro de Rafael representando a Virgem Maria, em meio corpo, justamente no momento em que recebe a anunciação. O quadro está avaliado em 14 000 cruzados (7000 Riksdalers H. B.).”¹³²³

Raczynski também se refere a este quadro em *Les Arts en Portugal*; tratar-se-á da *Virgem da Anunciação*, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, da autoria de Cornelis van Cleve¹³²⁴.

Aquando da exoneração da CADLEC, em 1841, a situação era esta:

“(…) uma commissão numeroza, e gratuita de litteratos; - uma subvenção annual que junctamente com o subsidio extraordinario subia naturalmente a 2:000\$000 r.^s e um pessoal de perto de 30 empregados de classes inactivas pagos pello Thezouro”¹³²⁵.

¹³²⁰ BNP, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 14 de Dezembro de 1841.

¹³²¹ BNP, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 2 de Novembro de 1841. Portaria expedida pela 4ª Repartição do Ministério do Reino.

¹³²² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, p.249. 23 de Novembro de 1841.

¹³²³ RUDERS, Carl Israel, (Pref. e notas Castelo Branco Chaves, Trad. António Feijó) Carta V (Lisboa, 1 de Setembro de 1799), *Viagem em Portugal 1798-1802*, Vol.I, Reimpressão, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002, p.62

¹³²⁴ RACZYNSKI, A., *Les Arts en Portugal, Lettres adressées a la Société Artistique et Scientifique de Berlin, et accompagnés de documens.*, Paris, Jules Renouard et Cie, Libraires-Éditeurs, 1846, p.263. Ficha em <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=248894> (consultada em 29-08-16)

¹³²⁵ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, pp.308-320. 6 de Julho de 1843 “Relatório” dirigido ao Ministro Costa Cabral.

1.3. Os depósitos satélites do DLEC

Embora o DLEC tivesse uma circunscrição que aspirava a ser nacional, esta era, na prática, bastante limitada devido, nomeadamente, às insuficientes vias de comunicação, à escassez de meios de transporte e à falta de meios financeiros e humanos. Esta incapacidade evidencia-se nas origens das obras reunidas, essencialmente das casas religiosas de Lisboa e arredores (a que apenas pontualmente juntar-se-iam pinturas vindas, por exemplo, de Évora), levando a que depressa se assumisse a incapacidade de, face à exigência e amplitude da tarefa proposta, recolher e gerir tudo, exclusivamente, a partir de S. Francisco da Cidade. No sentido de zelar pela conservação e segurança das pinturas, livrarias e demais preciosidades¹³²⁶ – muitas vezes guardadas em “*precarias arrecadações*”¹³²⁷ – a solução passaria por estabelecer pequenos depósitos, ou depósitos “gerais”, muitas vezes improvisados e provisórios, em antigas casas religiosas mais seguras e centrais ou em outros edifícios públicos, que permitissem um maior acompanhamento por parte das autoridades civis das regiões: prefeitos das províncias, mais tarde, administradores-gerais de distrito ou governadores civis e provedores de concelho. Lembremos que as autoridades locais, religiosas e civis, serviriam de fiéis depositários, à semelhança do que viria a suceder décadas mais tarde (em consequência da Lei de Separação de 1911), situação que, tal como outras, nem sempre oferecia totais garantias. Quando, em Abril de 1837, a CADLEC escrevia aos Administradores Gerais, solicitava não só que estes informassem acerca de quais as localidades dos seus distritos onde existiam Bibliotecas, Cartórios, quadros, Estátuas ou outras preciosidades, mas também “*quaes as pessoas que as tem a seu cargo*”¹³²⁸.

Num primeiro momento, a ideia de criar uma rede de depósitos, alargando, de facto, a circunscrição e acção daquele organismo a todo o país, foi apresentada por Nunes de Carvalho, de forma positiva como uma expansão do mesmo, sinal de bom funcionamento. Segundo dizia,

¹³²⁶ Veja-se o caso, por exemplo, das Livrarias dos Conventos de Penafirme (Torres Vedras), do Carmo (Colares), Charnaes (Merceana) e Carmo Calçado (Camarate), que em Abril de 1837 se encontravam em “*pessima arrecadação e guarda, expostas a se deteriorarem e ser roubadas (do que já correu fama)*”. Apesar de serem conventos de zonas perto da capital, era esta a situação. A 20 de Abril de 1837 a CADLEC, que tinha tomado conhecimento do problema pelo Administrador Geral de Lisboa, escrevia ao Ministério do Reino solicitando que as livrarias fossem transportadas para o Depósito e que, “devido à escassez de meios, a despesa seja por conta da Administração Geral de Lisboa.” BNP, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos, pp.20-21

¹³²⁷ Expressão utilizada em representação da CADLEC de 7 de Outubro de 1838, onde propõe que tenha meios para enviar pelo Reino um literato e um artista que lhe sirvam de correspondentes. BNP, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos, pp.147-149 (e 145-147).

¹³²⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos, pp.23-28. 28 de Abril de 1837 Ofício da CADLEC aos Administradores Gerais. Semelhante já enviada em 6 de Abril ao Cónego e Vigário Capitular do Bispado do Algarve e ao Cónego em Évora. *Ibidem*, pp.13-14.

em Março de 1835, inicialmente tinha-se tomado uma “*medida parcial para servir de ensaio, a fim de vir a conhecer-se praticamente o que se poderia fazer nesta importante e delicada empresa*”, e então, quando a experiência tinha demonstrado “*que ella se pode executar em todo o Reino, e que são vencíveis as difficuldades*” tinha “*chegado o tempo de a generalizar*”¹³²⁹.

Nesse sentido, na carta que dirigiu ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Conselheiro Agostinho José Freire, pedia que a sua jurisdição fosse alargada, no sentido de acelerar a arrecadação das Livrarias, Cartórios, Pinturas e etc., que ainda existiam nas províncias em poder dos Sub-Prefeitos e Provedores, na sua maioria nos próprios conventos extintos, alguns ocupados pela tropa, outros em mãos de particulares ou fechados, sujeitos à deterioração e a extravios¹³³⁰.

Segundo o responsável do Depósito de S. Francisco da Cidade, aquela medida teria também a vantagem de

“dár unidade ao systema de arrecadação, e classificação que se deve fazer de tão importantes e variadas preciosidades, espalhadas por todo o Reino; e de facilitar ao Governo o conhecimento ao menos aproximado da quantidade, e qualidade deste genero de riqueza Nacional, a fim de mais seguramente poder applicalas em maior beneficio do Publico”.

Com uma visão nacional, que implicitamente reconhecia a importância dos contactos, o papel das autoridades administrativas regionais em todo o processo e a posterior divisão do património recolhido por todo o país (e não apenas a sua concentração em Lisboa ou no Porto), com vista também à instrução e ao progresso, explicava:

*“(...) Merecendo esta medida a Approvação de Vossa Excellencia : passaria eu logo a procurar em todo o Reino pessoas de probidade, e intelligencia nestas materias, convidando-as a auxiliarem-me no desempenho desta Commissão: e abriria correspondencia com os Prefeitos dessas Provincias, como já fiz com os da Estremadura e Alem Tejo, para de commum acordo acautelar-mos, recolher-mos, e **guardar-mos em lugares centraes, e seguros todos estes objectos**, fazendo-se de todos os respectivos Inventarios, a fim de se determinar por estes o ulterior destino que se déve dar a cada hum, e os lugares a onde devem ficar pertencendo: Com o que*

¹³²⁹ ANTT, MR, Mç 2126, cx2 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 4 de Março de 1835.

¹³³⁰ *Idem, ibidem.*

*certamente se encurtará muito a despesa do transporte, e o tempo da arrecadação. (...)*¹³³¹

Em consequência desta missiva, exposição assaz dinâmica e esclarecedora, era emitida a portaria de 24 de Março de 1835¹³³², que no sentido de

“accelerar, por uma maneira regular e uniforme, a arrecadação, classificação, e Inventario das Livrarias, Cartorios, Pinturas, e mais preciosidades litterarias e scientificas dos Conventos Supprimidos”

estendia a competência de Nunes de Carvalho (e do DLEC) às Províncias do Douro, Minho, Trás-os-Montes, Beira Alta, Beira Baixa, e Algarve, autorizando que o encarregado de S. Francisco, *“d'accordo immediente a correspondencia e efficaz cooperação dos Prefeitos do Reino”*, fizesse *“reunir e guardar em Depositos seguros e centraes (...)”*¹³³³ os objectos daquelas extintas corporações. De destacar a utilização da palavra *“Depositos”*. As ilhas – Madeira e Açores – pareciam, à partida, não se encontrar dentro da jurisdição do DLEC, no entanto, como veremos, virão a ser, já em 1837, estabelecidos contactos com as suas autoridades administrativas locais, à semelhança do que se passava no continente. A distância e dificuldades logísticas que se acentuavam ainda mais nestes casos, terão ditado este aparente desinteresse pelas preciosidades insulares.

Na correspondência, cada vez mais “nacional”, passamos a encontrar ordens, como as emanadas aos Governadores Civis de Évora e Viseu, para que os objectos que ali se encontrassem (livros, pinturas e preciosidades científicas) fossem reunidos em depósito central.¹³³⁴ No caso específico de Viseu, o Governador Civil terá proposto que se fizessem recolher ao Ateneu e Biblioteca do Porto as pinturas e livrarias dos extintos conventos do seu distrito, para evitar que se arruinassem.¹³³⁵ De acordo com os ideais liberais e vontade de criação de bibliotecas e museus, veículos importantes de progresso civilizacional, Mouzinho de Albuquerque, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, ordenaria que estas riquezas fossem reunidas na Biblioteca Pública e Museu de Pintura *“afim de que unidas ás*

¹³³¹ *Idem, ibidem.*

¹³³² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. Portaria/Circular de 24 de Março de 1835.

¹³³³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. Portaria/Circular de 24 de Março de 1835. Destaque nosso.

¹³³⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 21 de Dezembro de 1835 Ordens (31-35).

¹³³⁵ ANTT, MR, Mç2165 – documentos avulsos 1836-1837. 1836, 4ª Repartição. A respeito do Porto e da forma como eram “geridos” os bens dos conventos do Norte, Barata refere: “Sublinhe-se neste conjunto as incursões efectuadas para além dos limites da Província do Douro que não se estranham, pois, ainda em 1836, se ordena ao governador civil de Viseu que proceda à arrecadação das livrarias e pinturas dos conventos da área da sua jurisdição remetendo-os depois ao seu homólogo do Porto, a fim de serem incorporados na Biblioteca Pública e no Museu daquela cidade.” BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, pp.121-122.

respectivas collecções que já existem nestes Estabelecimentos, possam concorrer para Instrução do Público”¹³³⁶.

Por vezes, as autoridades administrativas locais, em contacto com os problemas próprios da sua realidade local, anteciparam algumas das soluções previstas. Em Évora, logo em 1834, a própria Prefeitura sentiu a necessidade de arranjar um local de depósito. Em Outubro desse ano, e em sequência da portaria de 15 de Julho, expedida pela Fazenda, para que se “*sustasse a venda dos quadros e pinturas*” dos extintos conventos, achou-se urgente – “*para impedir a deterioração das mesmas, e as trocas, mal versações que por ventura podem ocorrer*”¹³³⁷ – proceder à sua classificação e “*colocação em um só edfício (...) dos que pertencerão às Ordens Religiozas extinctas*”¹³³⁸, onde fosse possível

“fiscalizar-se a sua arrecadação, e conveniente conservação, athe que deffinitivamente se estabeleça a Galleria, ou Gallerias que devem formar-se com aquellas mencionadas pinturas, muitas das quaes são preciosissimas”¹³³⁹,

razão pela qual a Prefeitura do Alentejo, pela mão do Subprefeito de Portalegre, servindo de Prefeito interino do Alentejo, José Maria Grande, solicitava que Sua Magestade o autorizasse a fazer as necessárias despesas que, segundo ele, não deviam ser excessivas.¹³⁴⁰ A resposta, positiva, terá sido quase imediata, pedindo-lhe que, para além de cuidados para que as pinturas não sofressem deterioração, fosse remetida “*relação bem ciscunstanciada de todos os objectos colligidos (...)*”¹³⁴¹.

No entanto, apesar destes cuidados da Prefeitura e da decisão de constituir este depósito – designação não utilizada – tudo indica que não se tenha vindo a concretizar no imediato. De facto, quase um ano depois, aparentemente, a situação continuava na mesma, levando a que, novamente, se sentisse a necessidade de encontrar um espaço onde fosse possível reunir convenientemente objectos dos antigos conventos. A criação do DLEC, também em Outubro de 1834, e as expectativas que esta terá gerado, poderão ajudar a justificar que a proposta da Prefeitura não se tenha efectivado.

¹³³⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 11 de Fevereiro de 1836, por Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque.

¹³³⁷ ANTT, MR, Mç.1914 b), N°163/ N°5020. 20 de Outubro de 1834. Prefeitura do Alem Tejo. Do Sub Prefeito de Portalegre, servindo de Prefeito interino do Alentejo, José Maria Grande, ao Bispo Conde Frei Francisco.

¹³³⁸ *Idem, ibidem.*

¹³³⁹ *Idem, ibidem.*

¹³⁴⁰ *Idem, ibidem.*

¹³⁴¹ *Idem, ibidem.*.. Anotação a lápis, com data de 22 de Outubro de 1834. Prefeitura do Alem-Tejo.

No “relatório” que, em 28 de Setembro de 1835, Nunes de Carvalho - que por portaria de 22 de Dezembro de 1834 tinha visto alargar as suas competências à *Província do Além-Tejo*¹³⁴² - enviava a Rodrigo da Fonseca Magalhães, propunha, de acordo com a situação em que os bens conventuais se encontravam – “*só (...) em Évora mais de vinte e seis mil volumes, e de seis centas pinturas, que senão podem conservar por mais tempo sem perigo nos edificios dos Conventos, aonde existem*¹³⁴³ – a necessidade de estabelecer um depósito em parte do antigo edificio da Universidade, então na posse da Inspecção dos Quartéis daquela província. Segundo o responsável do DLEC, naquele magnífico edificio do colégio dos extintos jesuítas¹³⁴⁴ existiam

*“(...) por cima na frente tres grandes salas, aonde tenciono, se fôr do agrado de Vossa Excellencia, reunir, as pinturas dos extinctos Conventos, que por agora não forem para Lisboa, e nos outros tres lados tem huma boa casa de Livraria com estantes bem conservadas, aonde se podem collocar os livros dos Conventos destes sitios, que não forem para o Deposito. (...)”*¹³⁴⁵.

Esta proposta não foi imediatamente aceite, uma vez que ainda não tinha sido realizada a escolha dos locais que iriam albergar o Tribunal e o Liceu de Évora¹³⁴⁶.

¹³⁴² ANTT, MR, Liv.1740, fls.275-275vs. Portaria de 22 de Dezembro de 1834.

¹³⁴³ ANTT, MR, Mç.2038 – 3ª Repartição, Negócios diversos, letra C, 1835-1843, Cap. CADL. 28 de Setembro de 1835. De Nunes de Carvalho a Rodrigo de Fonseca Magalhães; na mesma data o Governador Civil Interino de Évora, Joaquim Joze de Azevedo escrevia ao mesmo destinatário a respeito de competências na inventariação de objectos dos extinctos conventos: “Ordenando-me Sua Magestade a Rainha, em Portaria expedida pela 3ª Repartição do Ministerio a cargo de Vossa Excellencia, datada aos 28 d’Agosto proximo preterito, que eu fizesse inventariar as livrarias, mosaicos e outros moveis preciosos pertencentes aos extinctos Conventos deste Arcebispado, mudando, se julgasse preciso, os actuaes depozitarios: cumpre-me dizer a Vossa Excellencia para ser presente á Mesma Senhora, que tendo chegado a esta Cidade o D.^{or} Antonio Nunes de Carvalho, encarregado da arrecadação destes objectos, julguei sobrestar no proseguimento do que me foi determinado, e como algumas terras do Arcebispado d’Evora fazem hoje parte d’outros Districtos Administrativos, não sei se seria da vontade de Sua Magestade que os inventarios dos Conventos alli situados sejam feitos sob a inspecção dos respectivos Governadores Civis, ou por Delegados meus. Espero por tanto que Vossa Excellencia se digne a tal respeito transmitirme novas e especiaes ordens. (...)”. Em 21 de Julho do mesmo ano, Nunes de Carvalho em officio dirigido a Rodrigo da Fonseca Magalhães, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, solicitava verbas para pagamento de ordenados, arrecadação e condução de objectos de diferentes pontos do Reino, e sua deslocação a Évora, para examinar o estado das livrarias e pinturas “de grande valor” e providenciar a sua arrecadação. ANTT, MR, Mç 2126, cx2 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos.

¹³⁴⁴ Segundo Nunes de Carvalho, “Em toda a Europa não ha certamente edificio algum, consagrado ao estudo das Letras, e das Sciencias, e construido expressamente para esse fim, que seja tão espaçozo, magnifico, e completo. Há nelle quatorze grandes salas, todas independentes, e com a porta para a soberba galéria, que circunda o pateo, sustentada em columnas de fino marmore: todas providas de excellentes cadeiras magistraes, e bancos fixos. Há huma sala grande, e bella, ricamente adornada, destinada, para os exames publicos, e outros Actos Literarios. (...) Há tambem accomodações bastantes para os Professores e mais Empregados, que quizerem habitar alli, e tambem para muitos estudantes. Por baixo dos Geraes, e com entrada separada, e independente, há duas mui grandes casas, e proprias para Escolas de Ensino Mutuo. (...)”. ANTT, MR, Mç.2038 – 3ª Repartição, Negócios diversos, letra C, 1835-1843, Cap. CADL. 28 de Setembro de 1835.

¹³⁴⁵ ANTT, MR, Mç.2038 – 3ª Repartição, Negócios diversos, letra C, 1835-1843, Cap. CADL. 28 de Setembro de 1835.

¹³⁴⁶ ANTT, MR, Mç. 2038 – 3ª Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835- 1843 Cap. CADL. 2 de Outubro de 1835. Portaria (Rascunho?) Ministério do Reino, 3ª Repartição, ao Doutor António Nunes de Carvalho, em

Simultaneamente, a ideia e necessidade de estabelecer bibliotecas públicas¹³⁴⁷ nos diversos distritos administrativos – à semelhança do ocorrido em França – promovia a instrução e fazia face à incapacidade de reunir tudo na capital, solução, a que Nunes de Carvalho se irá render e até promover. Para escolher os livros e as pinturas que seguiam para S. Francisco e o que permaneceria, presidiriam critérios qualitativos –

*“alguns, que por sua raridade e preço convenha guardar e conservar com mais cautela, os quaes deverão ser remetidos para esta Capital, participando-se previamente (...) quaes estão neste caso: O mesmo se observará pelo que respeita às Pinturas”*¹³⁴⁸,

regra que vigoraria não só relativamente a Évora.

A vontade que fosse posta à sua disposição parte do edifício da antiga Universidade de Évora seria reiterada por Nunes de Carvalho, ainda em 29 de Setembro, no mesmo ofício em que solicitava várias providências para serem transportadas para Lisboa as Livrarias e objectos científicos dos extintos conventos daquela localidade¹³⁴⁹. Era importante constituir um depósito onde fosse possível reunir as pinturas que não iam para Lisboa, assegurando a sua conservação e, cremos, a sua possível exposição, enquanto museu. De facto, aquele era, como Nunes de Carvalho refere, um *magnífico* edifício, com características diferentes do de S. Francisco da Cidade, em Lisboa.

Nos primeiros meses de 1836, e em sequência das solicitações do encarregado do DLEC, o Reino já tinha

*“expedido as ordens ao Governador Civil para a entrega do Edifício da Universidade afim de ali formar o Deposito; e (...) officiado ao Ministerio da Guerra afim de combinar o alojamento dos soldados que estão aquartellados n’aquelle Edifício, com o bom arranjo do ditto Deposito.”*¹³⁵⁰

Portarias assinadas por José Jorge Loureiro, do Ministério da Guerra, para o Inspector Geral dos Quartéis e Obras Militares, determinavam a desocupação do edifício da antiga Universidade

resposta aos ofícios de 27 e 28 de Setembro. Na mesma era data expedida portaria (rascunho?) pela 3ª Repartição, ordenando que o Gov. Civil de Évora designe quais os edifícios públicos que melhor poderiam servir para Tribunaes, Liceus e Escolas Primárias (de que tratava um decreto de 7 de Setembro). No mesmo documento vem ainda acrescentado que em 12 de Setembro se expediui Portaria Circular, pela 3ª Rep, aos Governadores Civis para indicarem edifícios para Tribunaes e, a 14, pela 4ª Repartição, se terá feito o mesmo a respeito dos Liceus. *Ibidem*.

¹³⁴⁷ Acerca deste assunto vide BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, pp.203-214.

¹³⁴⁸ ANTT, MR, Mç. 2038 – 3ª Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835- 1843 Cap. CADL. 2 de Outubro de 1835. 2 de Outubro de 1835.

¹³⁴⁹ ANTT, MR, Liv.1767, fl.223. Registo 5 de Outubro de 1835 – N°2574.

¹³⁵⁰ ANTT, MR, 1836, Mç2165 – documentos avulsos 1836-1837. 4ª Repartição 2:N216, Colloço.

de Évora, onde se encontrava aquartelado o Regimento de Infantaria nº 4, para o estabelecimento do Depósito Geral das Livrarias e Pinturas dos extintos conventos da Província do Alentejo¹³⁵¹.

Apesar das intenções, as acções de Nunes de Carvalho e funcionamento deste depósito são questionáveis, tendo em atenção o que é descrito nos anos subsequentes por ilustres personalidades eborenses, assunto a que aludiremos mais à frente.

1.4. As bibliotecas públicas, gabinetes de antiguidades e raridades e gabinetes de pinturas. Uma solução lógica de depósito, instrução e promoção das belas-artes.

Em 1836, a situação geral do DLEC e dos seus trabalhos continuava muito aquém do necessário. A “*penuria excessiva de recursos pecuniarios*”, palavras do seu encarregado, para isso contribuía. A descentralização era a solução apontada.

Na representação apresentada a Agostinho José Freire, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o encarregado do depósito salientava que

“Pelo que pertence ao recolhimento das Livrarias, Pinturas, e mais Preciosidades Litterarias e Scientificas dos Conventos supprimidos, esta acha-se ha muitos mezes paralizada, com gravissimo, e irreparavel danno daquelles objectos, epor falta de dinheiro para as despesas inevitaveis da sua conducção, e arrecadação nos respectivos Depositos, (...). Só nos Conventos situados no Riba-Tejo, da banda do Norte, existem ainda mais de quarenta mil volumes, e muitas Pinturas preciosas, alem de outras raridades, que por falta de meios não tenho podido arrecadar, e que sei, que diariamente se vão arruinando e desaparecendo, sem eu lhes poder dar remedio; (...). Nas outras Provincias nada tambem se tem podido fazer até agora, e pelos mesmos motivos. Vendo pois que actualmente me he impossivel desempenhar a minha Commissão pela forma determinada na referida Portaria; e dezejando fazer tudo quanto esteja ao meu alcance em materia de tanta importancia, e com a menor despesa possivel, lembro a Vossa Excellencia, que, se o julgar acertado proponha a Sua Magestade a Rainha, que me Nomeie por um Decreto = Inspector das Bibliothecas Publicas do Reino, Encarregado da sua Organização e Regulamento. = Publicado este Decreto no Diario do Governo, e enviado aos Governadores Civis acompanhado de huma Circular, em que se lhes ordene, e recomende, que, de

¹³⁵¹ AHM, Assuntos Militares Gerais, Diversos, Caixa nº23 (PT/AHM/DIV/3/50/23/62). 10 de Fevereiro, 9 de Março de 1836.

acordo commigo, e debaixo da minha direcção, empreguem todos os meios de que poderem dispôr para o estabelecimento de Bibliothecas Publicas nas Capitães dos Districtos Administrativos, e nas outras cidades e villas notaveis, em que haja porporções para isso, recolhendo nellas desde já todos os Livros e mais preciosidades Litterarias e Scientificas, existentes nos Conventos extinctos; e requerendo ao governo pelo Ministerio do Reino as providencias, de que carecem para o prompto, e inteiro cumprimento desta Ordem: Então eu com dous Empregados habeis vizitaria sucessivamente todos os Conventos extinctos, e com as Authoridades Administrativas faria immediatamente recolher e guardar melhor nos lugares destinados para as Bibliothecas os Livros, e Preciosidades que achasse; Por esta vezita, e sómente em quanto ela durasse; bastariaque o Governo me assignasse huma ajuda de custo módica, sufficiente para a despeza de jornada e sustento de tres pessoas. (...)”¹³⁵²

Segundo Nunes de Carvalho

“Esta medida, tomada em quanto he tempo, póde ainda produzir vantagens mui grandes, e poupar á Nação, e ao Governo perdas innormes, e irremediaveis, que para o futuro lhe podem ser exprobradas.(...)”¹³⁵³.

A sua proposta, cuja amplitude contemplava também “*cidades e villas notáveis*”, ía ao encontro da já demonstrada necessidade de formar, em todas as capitais de distrito, bibliotecas para o uso dos liceus¹³⁵⁴ e das incapacidades financeira, material e humana, de efectuar as recolhas conforme o planeado. A estes aspectos acresceria o ambicionado cargo de *Inspector das Bibliothecas Publicas do Reino* – inspirado certamente no similar francês de *Inspecteur général des bibliothèques et dépôts littéraires du Royaume*, criado em 1822¹³⁵⁵ – imprescindível para levar a bom termo o plano traçado.

Um apontamento lateral a lápis na carta que o responsável do DLEC dirige ao Ministro Agostinho José Freire, escrito certamente por este destinatário, deixava tudo em aberto: “????

¹³⁵² ANTT, MR, Mç.2126, cx2- 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 1 de Julho de 1836. Ofício de Nunes de Carvalho a Agostinho José Freire, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

¹³⁵³ *Idem, ibidem.*

¹³⁵⁴ Mencionada, por exemplo, em 21 de Outubro de 1835, em ofício a respeito de Évora. ANTT, MR, Mç.2038 3ª Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835-1843, Cap. CADL.

¹³⁵⁵ CAILLET, Maurice, *L'inspection générale des bibliothèques*, disponível em <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1970-12-0597-001> (consultado em 06-04-2016).

*Deve fazer-se hum Decreto urgente Livrarias quadros em todas as Cabeças dos Districtos, nas quaes se reunão???*¹³⁵⁶.

A resposta do governo à proposta do responsável do DLEC terá surgido pouco tempo depois, em vésperas do Setembrismo, a 25 de Agosto, com uma circular aos Governadores Civis, na qual se tentava preparar o estabelecimento de uma Biblioteca Pública, um Gabinete de Raridades e um de Pinturas, em cada uma das Capitais de distrito. Por um lado, respondia-se às questões de segurança (também relacionadas com a incapacidade do DLEC em fazer a recolha), por outro, difundia-se a instrução, promoviam-se as Letras e as Belas-Artes:

*“ Sua magestade Fidelissima A Rainha, Tomando em consideração a necessidade não só de por em segurança, e ordem as Livrarias, manuscriptos, pinturas, e quaes quer preciosidades litterarias, e scientificas, que pertencião aos Conventos das extinctas ordens regulares ; mas tambem de empregar com proveito Nacional, todos esses poderosos meios de diffundir a instruccão e de excitar o gosto pelas Letras, e bellas artes, estabelecendo em cada uma das Capitaes dos Districtos Administrativos destes Reinos, e Ilhas adjacentes uma Bibliotheca Publica, um Gabinete de Raridades de qualquer especie, e outro de pinturas : Há por bem Determinar que o Governador civil de ----- informe sem perda de tempo por esta Secretaria d’Estado qual é o edificio mais proprio naquella Cidade, para os referidos Estabelecimentos, e tome desde já as medidas convenientes para que elles sejam formados com maior promptidão, e regularidade possivel; orçando a despeza, e remettendo conjuntamente ao Governo todos os esclarecimentos que poderem contribuir para se realisarem, com a maior utilidade e vantagem publica as benéficas intenções de Sua Magestade. (...)”*¹³⁵⁷.

Em Agosto de 1836, abria-se uma diferente (nem por isso conclusiva, uma vez que não teria resultados efectivos) fase no processo de recolha dos bens artísticos conventuais.

Nunes de Carvalho, conhecedor da realidade francesa e impulsionador da iniciativa, ter-se-á, certamente, inspirado naquelas, que tinham sido importantes medidas patrimoniais tomadas nos primeiros anos do século XIX, por Bonaparte e pelo seu ministro do interior Jean-Antoine

¹³⁵⁶ ANTT, MR, Mç.2126, cx2- 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. No officio de 1 de Julho de 1836, de Nunes de Carvalho a Agostinho José Freire.

¹³⁵⁷ ANTT, MR, Liv. 1208 Registo de circulares expedidas (1835-1840), fls.69vs-70. 25 de Agosto de 1836 Circular aos Governadores Civis, incluindo os do Ultramar, com excepção dos de Lisboa e Porto. Assinada por Agostinho José Freire. Destaques nossos. No caso do Ultramar seguiria apenas em 7 de Outubro de 1836, assinada pelo novo ministro Manuel da Silva Passos. *Ibidem*, fls.78vs-79.

Chaptal (1756-1832): a organização de depósitos de ciências e de arte¹³⁵⁸ e, sobretudo, a criação dos museus provinciais¹³⁵⁹. A lei de Chaptal de 1 de Setembro de 1801 (14 Fructidor, ano IX, de acordo com o calendário republicano francês), determinou a criação de quinze “*musées de province*”, nas principais cidades francesas. Com uma dimensão diferente dos nossos projectados gabinetes de raridades e pintura e com o seu recheio já proveniente, maioritariamente, do grande Museu do Louvre ou de Versailles, a base destes museus era, contudo, a mesma: bens artísticos provenientes das nacionalizações feitas à Igreja ou confiscados.

Se em França, a quantidade de bens artísticos era tal que se tinha tornado claro que seria impossível conservá-los na totalidade no Louvre – assumindo o duplo princípio do património nacional e o objectivo de uma educação universal¹³⁶⁰ (de artistas e público em geral) – em Portugal, como já vimos, a falta de meios tinha-se igualmente aliado a uma vontade liberal de instruir e estimular o gosto pelas belas-artes.

Na realidade nacional, as respostas ao repto feito em Agosto de 36, começaram, muito lentamente, a surgir.

No caso de Elvas – onde existiria a “*Caza do Deposito das Livrarias dos extinctos Conventos dentro do Edificio de S. Domingos (...)*”¹³⁶¹ –, a resposta do Governador Civil de Portalegre, em Outubro de 1836, vinha informar que o edifício mais próprio para os fins pretendidos era o Convento de S. Francisco (entretanto já destinado a liceu) que, no entanto, carecia de grandes reparos. Referia ainda

“*que nos Conventos de Elvas e Aviz algumas pinturas existem, com que se poderia dar começo a uma tal ou qual galeria – que pelo que respeita a gabinete de raridades,*

¹³⁵⁸ PALOUZIÉ, Hélène, “La protection Monument historique: connaissance et reconnaissance des collections de l’Université de Montpellier”, *In Situ Revue des Patrimoines*, 17, 2011, disponível em <https://insitu.revues.org/940>.

¹³⁵⁹ POULOT, Dominique, “Le ministre de l’intérieur : la fondation des musées de province” in PERONNET, Michel, *Jean-Antoine Chaptal (1756-1832)*, Actes du Congrès National des Sociétés Savantes de Montpellier, Faculté de Médecine, 1985. Montpellier, 1986, pp.162-176. POULOT, *Patrimoine et musées...*, 2001, *op.cit.*, pp.66-76.

¹³⁶⁰ FUMAROLI, Marc, “The Birth of the Modern Museum” in *Masterworks from the Musée des Beaux-Art*, New York, The Metropolitan Museum of Art, 1992, (pp.1-30), p.6.

¹³⁶¹ BNP, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão da CADLEC de 27 de Abril de 1837. Esta “Caza do Deposito...” foi atingida por um furto pouco considerável, em 1837, levando a que fossem providenciadas medidas com vista ao aumento da segurança. A 29 de Abril desse ano a CADLEC escreveu acerca do “roubo cometido no Deposito das Livrarias dos extinctos Conventos estabelecido no edificio de S. Domingos da Cidade d’Elvas”, ao Administrador Geral Interino de Portalegre, pedindo que fossem tomadas providências para que tal não se repetisse. pp.28-29 BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos.

nenhumas conhece no Districto – que no entretanto sem se começarem as obras indicadas não mandará proceder ás mudanças dos objectos mencionados.”¹³⁶²

A 5 de Outubro, dada a falta de andamento do processo, e já debaixo de uma novíssima e reformista corrente política – o Setembrismo, que traria pela mão de Passos Manuel¹³⁶³ a criação das Escolas Politécnicas¹³⁶⁴ e as Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e do Porto, os Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e do Porto¹³⁶⁵, o Conservatório de Arte Dramática¹³⁶⁶, a Escola do Exército e as Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto¹³⁶⁷ – Nunes de Carvalho enviava ofício a Manuel da Silva Passos, reiterando a necessidade de cumprimento da Circular de 25 de Agosto de 1836; segundo ele, aquela era a “*única medida efficaz*” que então se podia tomar. E aproveitava, uma vez mais para, inteligentemente (mas de forma pouco discreta...) tentar ganhar protagonismo:

“Logo que essas informações chegarem, devem-me ser remetidas a mim, ou a huma Comissão, se o negocio não fôr urgente; e então, á vista dellas, terei a honra de apresentar a Vossa Excellencia hum Projecto de Regulamento simples, economico, e uniforme para o estabelecimento das Bibliothecas e Museos”¹³⁶⁸.

Seria então, logo a 7 de Outubro, expedida outra circular de idêntico conteúdo. As respostas próximas, agora de Administradores Gerais – designação que os Governadores Civis adquiriram em 1836¹³⁶⁹ – viriam de Évora, Beja, Viseu, Viana, Portalegre e Castelo Branco. Este último, o único que aponta um local, referia que existia em Castelo Branco “*um Edifício com todas as commodidades, o qual está encorporado nos proprios Nacionaes, e era da Misericordia que o trocou pelo Convento da Graça*”, a necessitar de obras¹³⁷⁰. Como não

¹³⁶² ANTT, MR, Mç.2110 – Resposta a circulares relativas a governos civis e administrações gerais Outubro de 1836. No mesmo mês chegaram as respostas dos Governador Civil da Guarda, Vila Real, Beja e do Administrador Geral de Bragança. O 1º indicava que o edifício mais próprio seria o Seminário Episcopal, o 2º o Convento de S. Domingos (edifício que já fora concedido para aquele fim mas que também poderia ser adaptado aos restantes pretendidos, o 4º o extinto Seminário de S. José; Beja daria ordens para ser cumprida a circular.

¹³⁶³ Manuel da Silva Passos.

¹³⁶⁴ Decretos de 12 (Lisboa) e 13 de Janeiro (Porto) de 1837.

¹³⁶⁵ Decretos de 18 de Novembro de 1836 (Lisboa) e de 5 de Janeiro de 1837 (Porto), in *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes...*, Sexta Serie, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1837, pp.140-142 e *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes...*, Setima Serie, 1ª parte, , Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1837, pp.25-26.

¹³⁶⁶ Decreto de 15 de Novembro de 1836.

¹³⁶⁷ Decretos de 25 de Outubro (Lisboa) e 22 de Novembro de 1836.

¹³⁶⁸ ANTT, MR, Mç.2110 – Resposta a circulares relativas a governos civis e administrações gerais. 5 de Outubro de 1836.

¹³⁶⁹ SERRÃO, MARQUES (dir.), *Nova História de Portugal*, ..., 2002, *op.cit.*, pp.220-224. Vide nota 693 do Cap. III.

¹³⁷⁰ ANTT, MR, Mç.2110 – Resposta a circulares relativas a governos civis e administrações gerais.

poderia deixar de ser, até pela sua dimensão, os edifícios indicados, eram provenientes das nacionalizações.

Em Braga, por exemplo, a oportunidade de escolha era variada, sendo apontados a Igreja e o Convento do Pópulo, assim como o Hospício dos Antoninhos e o Convento dos Congregados. As dimensões, a necessidade de mais ou menos obras, de maior ou menor investimento financeiro, assim como outras possíveis utilizações que estivessem em vista, entravam na fórmula que, teoricamente, poderia ajudar a decidir sobre o edifício escolhido. Neste caso específico, a informação de Joaquim Jozé Antunes da Silva Monteiro¹³⁷¹ – aproveitando para pedir para ser o futuro bibliotecário em Braga – utilizava os dados fornecidos pelo Administrador do Concelho para informar e tecer considerações acerca dos possíveis locais. Mencionando as hipóteses atrás citadas, referia o seguinte a propósito da Igreja – para ele “o edificio mais proprio” – e Convento do Pópulo:

“Quanto á Igreja do Populo, diz o Administrador, que será necessário dividi-la em salões, e fazer outras obras: - certamente que será necessário fazer todas as obras, que forem conducentes ao fim que se requer; mas o Edificio está construido, e bem construido (...).

É verdade, como elle acrescenta, que o Convento do Populo, para o lado do Campo da Vinha, seria muito capaz, com muito menos despeza; pois que não haveria mais que desfazer os cubiculos ou cellas, e formar os salões: - porem, onde existe na Cidade um Edificio tão proprio para o Lyceo Nacional, para as suas Aulas, para os seus Gabinetes, e Museos; e de mais capacidades, que o recente Decreto requer em tal Estabelecimento, a não ser o dito Convento? Sem duvida não há outro algum. E talvez que elle se vá tolher, se nelle se collocarem os Estabelecimentos em questão; que, certamente, muito bem ficarião, se ficassem contiguos ao Lyceo, na dita Igreja do Populo. E talvez, com a mira no mesmo Lyceo, ou em outro Estabelecimento, se diria, na indicação posta no dito Officio do administrador – que o Convento do Populo estava destinado a outros usos. (...).”¹³⁷².

Para facilitar o andamento do processo, em Novembro de 1836, ordenou-se aos diversos administradores-gerais de distrito, com excepção dos de Lisboa e Porto, que prestassem ao DLEC todos os esclarecimentos solicitados, autorizando ainda Nunes de Carvalho a

¹³⁷¹ Nascido em 1803, depois de 1834 terá exercido sucessivamente vários empregos de Justiça, Administração e Fazenda. SILVA, Innocencio Francisco da, *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos ... applicaveis a Portugal e ao Brasil*, Tomo Quarto, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1890, p.92.

¹³⁷² BNP, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02. 11 de Dezembro de 1836.

corresponder-se directamente com eles, sem passagem prévia pela tutela, medida reiterada poucos meses depois, após a transferência de poderes para a CADLEC¹³⁷³.

Com a atribuição de responsabilidades às autoridades regionais, no que se referia ao estabelecimento de bibliotecas e museus distritais – para além da arrecadação de livrarias e objectos conventuais – o Ministério do Reino alienava parte das suas obrigações, não definindo de forma clara quais as fronteiras e encargos que cabiam a cada um dos intervenientes, ao mesmo tempo que não previa os necessários meios financeiros¹³⁷⁴. Esta situação resultaria, ao invés do esperado, numa “eficiente descoordenação”, que em vez de facilitar a normal implementação das políticas e estabelecimentos em causa, colocaria nas mãos do DLEC e dos seus dirigentes, em penúltima instância (o Ministério do Reino apresentava-se como a última), aquelas que eram importantes medidas, com implicações em sectores relacionados com a conservação de património e instrução pública.

Apesar da vontade de Nunes de Carvalho, e teoricamente do Governo, que esta política de instalação de bibliotecas e gabinetes/museus fosse implementada, o assunto parece não ter tido o normal desenvolvimento, pelo menos no que diz respeito aos ambicionados Gabinetes de Pinturas. As mudanças políticas, o afastamento de Nunes de Carvalho do DLEC, em finais de 1836, a criação da Comissão Administrativa, tinham produzido uma nova conjuntura, que embora envolta pelas medidas setembristas não se verificava favorável à efectiva implementação dos estabelecimentos idealizados. Viseu, como veremos no último capítulo, terá constituído uma excepção, dependente da boa vontade de um funcionário da Administração Geral¹³⁷⁵.

Em Espanha, sob o governo de Mendizábal semelhantes medidas, posteriores em meses às nacionais – nomeadamente as da *Real Orden* de 14 de Dezembro de 1836 – inspiradas pelas francesas mas também pela “prática” portuguesa, eram legisladas. Tal como em Portugal, procurava-se descentralizar, fazendo com que as riquezas artísticas provenientes dos conventos enriquecessem não apenas o museu nacional mas também os museus provinciais”¹³⁷⁶.

Em 1837, já sob a vigência da CADLEC – que tinha como missão administrar o Depósito, formalizar catálogos, entregar por inventário à Academia os quadros existentes e também remeter às Academias de Belas-Artes relações de quadros que ainda existiam nos respectivos

¹³⁷³ Portarias de 2 de Novembro de 1836, 3 e 4 de Fevereiro de 1837 BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.207.

¹³⁷⁴ *Idem, ibidem.*

¹³⁷⁵ Vide Cap. VI, p.682.

¹³⁷⁶ *Gaceta de Madrid*: 17 de Dezembro de 1836.

Distritos Administrativos correspondentes¹³⁷⁷ – as dúvidas sobre as suas próprias competências, relações com as autoridades territoriais, assim como a parte que lhe competia, nomeadamente, “na formação das diversas Bibliothecas e Museos”¹³⁷⁸, levavam esta Comissão a pedir esclarecimentos acerca da sua situação. Uma demonstração de desorientação e tentativa de controlo da situação.

Uma das portarias, de 30 de Dezembro de 1836, em sequência de representação da Academia de Belas-Artes de Lisboa, não esquecia a intenção de estabelecer museus nos distritos mas, de facto, deixava vago qual era o real papel daquela Comissão no processo, que pelos vistos, seria meramente informativo:

“(…) 1º - Que a Comissão encarregada do Deposito das Livrarias dos extinctos Conventos entregue por Inventario á mesma Academia os quadros existentes naquelle Deposito, afim de que ella os possa classificar, e designar os que devão servir para o estudo dos Academicos, e Artistas.

2º - Que a Academia depois de ter classificado os quadros que hão-de pertencer-lhe, e dos que devem ser mandados para os Museos nas cabeças dos Districtos, e envie a este Ministerio o Cathalogo de todos esses objectos para ser publicado pela imprensa.

3º - Que a Academia, fazendo occupar os Artistas aggregados na restauração dos quadros mande lithografar e gravar uma collecção selecta, e respeitavel dos quadros dos nossos Pintores clássicos. E considerando Sua Magestade que ainda não foram recolhidos ao mencionado Deposito das Livrarias muitos quadros existentes em differentes pontos do Reino; Manda a Mesma Augusta Senhora que a Comissão encarregada desse Deposito remetta á Academia das Bellas Artes de Lisboa uma relação dos referidos quadros que estiverem nos Districtos Administrativos de Lisboa – Santarem – Castello Branco – Leiria – Portalegre – Beja – Evora – e Faro; e á Academia Portuense de Bellas Artes outra relação dos quadros existentes nos Districtos do Porto – Aveiro – Braga – Vianna – Villa Real – Bragança – Guarda – Vizeu e Coimbra”¹³⁷⁹.

No entanto, ainda antes de qualquer resposta ao pedido de esclarecimento de competências acima mencionado, eram estabelecidos contactos pela CADLEC, solicitadas informações, a 6

¹³⁷⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. Portarias de 30 de Dezembro de 1836.

¹³⁷⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Cop of. Expedidos, pp.9-10. 16 de Março de 1837.

¹³⁷⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/Cx01-01. 30 de Dezembro de 1836 Ministério do Reino, assinada por Manuel Passos.

de Abril desse ano, enviadas ao Cónego e Vigário Capitular do Bispado do Algarve, Joaquim Manoel Rasquinho e ao Cónego em Évora, Francisco de Paula Vellez de Campos:

“(…) constando á mesma Commissão por hum de seus Membros que V.S. está no cazo de poder prestar este relevante serviço tão recomendado pelo Governo, e para o saudavel fim de estabelecer Bibliothecas, Gabinetes de Pinturas e de Variedades em todas as Capitaes de Districto; vem por isso rogar a V. SI se sirva informar a Commissão sobre quaesquer Livros, Paineis, Alfaias ou outros monumentos preciosos d’artes e Sciencias, que tendo pertencido a Conventos do Districto de V. S. se achem ainda depositados, ou sob qualquer pretexto em poder de particulares. (...)”¹³⁸⁰.

1.4.1. Continuação dos trabalhos da CADLEC

A Portaria de 10 de Abril de 1837 esclarecia, por fim, as atribuições da CADLEC. Ela achava-se, de facto, autorizada a requisitar aos Administradores Gerais dos Distritos Administrativos do Continente e Províncias Insulares os esclarecimentos necessários. Eram assim reiteradas as portarias de 24 de Março e 21 de Dezembro de 1835,

“pelas quaes é ordenado que a Administração do referido Deposito, mediante a correspondencia e cooperação das Autoridades Administrativas Superiores, faça reunir e guardar em depósitos seguros e centraes as Livrarias – os Cartorios – as Pinturas – e quaesquer outras preciosidades litterarias ou Scientificas dos conventos supprimidos em todo o Reino, devendo ser classificados e inventariados todos esses objectos, a fim de que, em vista do quadro geral de uns e outros, possa o Governo resolver definitivamente o que convier sobre a collocação e fundadas diversas Bibliothecas e Museos”

e lembradas as circulares de 25 de Agosto e 7 de Outubro de 1836¹³⁸¹.

¹³⁸⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de officios expedidos, pp.13-14. 6 de Abril de 1837.

Na sua resposta a 25 de Abril do mesmo ano declarava : “(…) por ora só posso dizer, que das pratas dos ditos Conventos, que se achavão em deposito, se repartirão por Ordem do Governo de Sua Magestade os Vasos Sagrados pelas Igrejas, que delles necessitavão, por serem roubadas na desastrosa guerra civil passada, e o resto foe remetido para o Thesouro Nacional; assim como se repartirão os paramentos, e mais alfaeas: Em quanto ás Livrarias, eu não sei por ora o estado, em que se achão; só posso dizer que serão pouco de merecimento, como tambem me não consta, que haja monumentos preciosos d’artes, e sciencias: (...)” “Do Vigario Capitular de Faro Joaq.m M.el Rasquinho sobre a Circular de 6 do mesmo”, ao Barão de Tilheiras”, BNP, Res., Mss.225, nº50 (48ª /10).

¹³⁸¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01, Doc. Nº29. 10 de Abril de 1837 Portaria assinada por Manuel Passos.

A última parte desta portaria, “*resolver definitivamente o que convier*”, deixava tudo em aberto. Não estariam apenas em causa eventuais locais de depósito e escolha de objectos, mas também a abertura efectiva das bibliotecas e museus? Assim parece.

Os trabalhos da CADLEC e as comunicações entre as várias entidades permaneceriam dificultados pelos mais diversos motivos, não só físicos, como burocráticos. A prova, de que não se tinha conseguido estabelecer um sistema que, efectivamente, gerenciasse o património artístico e permitisse a sua correcta conservação, advinha do facto de aquela Comissão depender das entidades locais para lhe facultarem as informações necessárias, revelando, constantemente, a inércia destas e ignorância da CADLEC quanto ao que realmente existia espalhado pelo país. Este desconhecimento é evidenciado pelas sucessivas circulares/ofícios enviados aos Administradores Gerais, solicitando informações que depois vão chegando a custo e com muitas limitações, fruto dos interesses locais e da falta de capacidade e sensibilidade dos intervenientes. É neste contexto que são emitidas as circulares de 28/29 de Abril e 7 de Novembro de 1837 e, na sequência destas, a de 31 de Março de 1839. Na Circular de 28 de Abril de 1837 podia ler-se:

“ Ill^{mo} e Ex^{mo} Snr. A Commissão Administrativa do Deposito das Livrarias dos extinctos Conventos, para poder levar a effeito as Regias Determinações á cerca da arrecadação, guarda e inventario das Livrarias, Cartorios Pinturas, Estatuas e quaesquer outras preciosidades literarias, artísticas, ou scinetificas, bem como a respeito da formação de Bibliothecas e Museus nas Capitaes de Districto, precisa que V. Ex^a se sirva de lhe parteipar quaes são as localidades desse Districto onde existem Bibliothecas, Cartorios, Quadros, Estatuas, ou quaesquer outras preciosidades das mencionadas especies, e quaes as pessoas que as tem a seu cargo, remettendo lhe outro sim todos os cathalogos, que daquelles objectos houverem. Carece igualmente a Commissão para bem do Publico Serviço, e arrecadação da Fazenda Nacional, de que V. Ex^a a informe sobre o destino que tiverão os objectos constante da relação junta. A Commissão roga e espera do zelo de V. Ex^a toda a effícaria das suas ordens para a satisfação dos precedentes pedidos. (...)”¹³⁸².

Pelos Administradores que surgem referenciados, a quem foi enviada esta circular, cremos que apenas terão sido os de Portugal continental.

¹³⁸² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos, pp.23-28. 28/29 de Abril de 1837 Assinada pelo Barão de Tilheiras.

Das relações de objectos a que alude, encontramos registos de terem sido dirigidas aos Administradores Gerais de Portalegre, Leiria, Beja, Évora, Santarém e Lisboa. No geral, tratava-se de pinturas, algumas das quais consideradas *precisasas, boas, primorosas*, que se pensava serem de *Vasco, Josefa de Óbidos, Fr. Carlos Flamengo, D. Antonia de Lorena, André Gonçalves, Nuno Gonçalves, Gaspar Dias, Bento Coelho, Manuel Joaquim da Rocha, Domingos Vieira, Vieira Lusitano*¹³⁸³, cujo paradeiro se encontrava, pelo menos aparentemente, desconhecido para a CADLEC.

Algumas destas obras eram pertencentes àquelas que Garrett, em 1821, designa como a segunda e a quarta época da produção pictórica nacional, correspondentes a períodos de prosperidade económica: a primeira ao reinado de D. Manuel I e a segunda inaugurada com o reinado de D. João V, algo que ía ao encontro da visão nacionalista liberal e romântica¹³⁸⁴.

A título de exemplo vejamos as relações relativas à Guarda, Leiria e Beja:

“Ao da **Guarda** incluindo hũa relação do seg^e

1 Paineis antigo da Circumcisão que estava na Igreja de S. Pedro de Celorico da Beira.

2 Paineis de Vasco, da Igreja de S. Martinho

Administrador Geral de **Leiria** com relação do seg^{te}

Grandes Paineis de Josefa d’Obidos que se achavão na Parochia quando foi mudada para a Igreja de S. pedro onde não existem

Administrador Geral de **Beja** m^{ma} data e a seg^{te} relação

Varias Pinturas antigas e preciosas q. havião na Igreja do Convento dos Carmelitas Calçados de N. Senhora das Reliquias da Vidigueira

1 Paineis de Nossa Senhora muito bom que havia na Portaria do Convento de S. Miguel da Tapada.

Varios paineis que havião nos Conventos de S. Francisco, e S. Antonio

1 excellente Paineis de Santo Christo no Convento dos Carmelitas de Moura.”¹³⁸⁵.

Nas consequentes indagações, os Administradores entravam em contacto, nomeadamente, com os presidentes da Junta de paróquia e párocos, sendo possível encontrar vestígios dessa correspondência, algumas vezes encaminhada para Lisboa, que reflectia as situações locais. Na carta do pároco de S. Pedro de Celorico para o respectivo Administrador do Concelho, acerca

¹³⁸³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de officios expedidos e BN/AC/INC/DLEC/20/Cx06-02 Objectos em falta nos diversos conventos extintos. 28 de Abril de 1837. Circular e Relações de objectos pp.23-28. Algumas circulares foram expedidas com data de 29.

¹³⁸⁴ SOARES, NETO, *Almeida Garrett...*, 2015, *op.cit.*, pp.15-16.

¹³⁸⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de officios expedidos. Enviadas a 29 de Abril. Destaques nossos.

de painéis desencaminhados, não deixava de, para além de fazer referência a pinturas específicas que ali já não existiam, salientar o passado dos espaços religiosos, também ele contributo importante para justificar o desaparecimento daqueles objectos. Quanto ao templo de S. Pedro “*no tempo da Guerra peninsular os Inglezes fizerão da Igreja armazem, athe cavallarica, destruirão os altares*”; na Igreja de S. Martinho, onde terá existido um painel da ceia do Senhor, “*no tempo da invazão franceza foi queimada*” e não sabia se aquele painel tinha tido a mesma sorte...¹³⁸⁶. No caso desta última igreja, o presidente da Junta de Paróquia referirá ainda:

“ (...) *se inventariarão já todas as Alfaias e Vazos Sagrados, exceptuando as Alfaias(...), e não pode descobrir onde existião aquelles Paineis pertencentes á extincta Igrej.^a de S. Martinho; e tão sóm.^e pode colhér q existirão aquelles paineis, e q. erão proprios da Igr^a; julga-se com probabilidad.^e que o Ex prior da dita Igr^a de S. Martinho (...), na ocasião, em q se absentou desta V^a, p^r se achar complicado em Rebelião q a favor de Miguel ajudou a fazer extraviara, o que efectivam^e fizer, a outras Alfaias Preciozas da dita Igrej^a (...)*”¹³⁸⁷.

As Invasões Francesas, a Guerra Civil – com consequentes destruição e ocultação de património – aliadas à falta de capacidade de controlo dos espólios, tinha gerado um clima de desconfiança que perdurará durante todo o século XIX.

Em 7 de Novembro, por ausência de resposta, era enviada nova circular aos Administradores Gerais de Lisboa, Vila Real, Bragança, Aveiro, Portalegre, Coimbra, Viseu, Beja, Évora e Santarém, pedindo as informações já requisitadas¹³⁸⁸, assim como para as ilhas, aos administradores Gerais do Funchal, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta¹³⁸⁹. Do Funchal viria a informação que “*No Districto não ha mais Cartorios, Quadros, Estatuas, ou outras preciosidades de que se deva tomar conta*”¹³⁹⁰.

A 20 de Março de 1838, face ao estado de dormência em que tudo se encontrava, o pintor André Monteiro da Cruz – figura sobre a qual nos deteremos mais detalhadamente no próximo capítulo – tendo, não só em vista a conservação das pinturas ainda espalhadas pelo reino, mas também o fornecimento das duas galerias das Academias de Belas-Artes de Lisboa e Porto, talvez com esperança de ser incumbido do trabalho, e reconhecendo que não era “*compativel*

¹³⁸⁶ BNP, Res., Mss.225, N°57. 13 de Maio de 1837.

¹³⁸⁷ BNP, Res., Mss.225, N°59. 12 de Maio de 1837.

¹³⁸⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos, pp.79-80. 7 de Novembro de 1837.

¹³⁸⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., pp.80-81. 7 de Novembro de 1837.

¹³⁹⁰ BNP, Res., Mss.225 n°141 (117a). 28 de Abril de 1838 Ofício do Administrador Geral do Funchal, António de Gambôa e Liz, dando esclarecimentos acerca das livrarias, quadros, etc.

com as apuradas finanças do Thesouro Publico” que se fizessem “despesas com a conducção d’Objectos, que as não merecem”, sugeria o seguinte:

*“ Proponho que se represente ao Governo de Sua Magestade a urgente necessidade, que existe de que hum Artista intelligente, e de toda a confiança, visite as differentes arrecadações de Quadros e Estatuas, dispersas pelo Reino, e faça recolher a Depositos apropriados, e centraes os que julgar merecedores, a fim de se evitar seu estrago, e poderem competentemente montar-se as Galerias das Academias das Bellas Artes de Lisboa, e porto, as quaes por elle igualmente visitadas, poderão reciprocamente á face das informações respectivas, cambiar suas preciosidades. (...)”*¹³⁹¹.

Em consequência desta proposta, a 19 de Abril de 1838, ofício da CADLEC à Secretaria do Reino reconhecia a incapacidade desta Comissão em cumprir as determinações régias, nomeadamente, devido às deficientes ou mesmo inexistentes respostas que conseguiam obter por parte dos Administradores Gerais e expunha à Rainha a necessidade

*“(...) de q. hum Pintor intelligente, e probro, seja commissionado de ir vesitar pelo Reino as differentes arrecadações de quadros onde elles se achão (muitos talvez de grande valor) grosseiramente armazenados, e expostos a todas as cauças de deterioração. Este Artista que deverá ser proposto pela Academia de Bellas Artes de Lisboa, como aquella q. melhor conhece a pessoa mais habilitada para o indicado fim, procedendo a suas digressões debaixo das Ordens da Commissão (...) trabalhos sem os quaes jamais as duas Academias de Bellas Artes, terão o elemento para virem a possuir hum dia huma Galeria completa em relação com a riqueza do nosso Paiz, neste genero, e que nos garanta na presença dos Estrangeiros, aquella cathegoria em Artes, a que temos irrecusaveis Direitos, e de que só o desleixo de Governos quasi selvaticos nos poderião fazer decahir, aproveitando se igualmente desta arte valiosas preciosidades, q. aliás se inutilisarão como se estivessem em poder de barbaros.(...)”*¹³⁹².

Se esta representação tinha ficado com a anotação a lápis “*Em suspenso*”, outra, de 12 de Julho, receberia uma decisão mais definitiva e não justificada “*Não tem resolução*”. A continuada

¹³⁹¹ BNP, AH, Mss.225, N°254. 20 de Março de 1838. Monteiro da Cruz lembrava as incumbências da Comissão de “recolher a Depositos centraes o espólio scientifico e artistico das Corporações Religiosas” e a urgência do seu cumprimento. Destaques nossos.

¹³⁹² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de officios expedidos, pp.107-109. 19 de Abril de 1838. Referência a lápis: “*Em suspenso*”.

ausência de resposta dos Administradores Gerais a acrescer à constatação de que “*algumas vezes se recolherão objectos que não valião a despeza da condução*”, levava a CADLEC a sugerir novamente que era

*“melhor expediente, o mandar se quanto a quadros, uma pessoa conhecedora aos diferentes logares aonde devem estar depositados, (...) para mediante a informação desta pessoa se recolherem os que disso forem merecedores, distribuindo se os outros pelas Freguezias e Camaras do districto respectivo. Esta Pessoa podera ser um Artista agregado da Acad.^a Academia de Bellas Artes de Lisboa, o qual sendolhe pela Com^m abonadas as despesas de sustentação, e transporte, passe a vencer o Ordenado que lucra nos trabalhos da Academia, pelo exercicio desta temporaria Commissão.”*¹³⁹³

Destaca-se o facto de se aludir à distribuição pelas Freguesias e Câmaras – de obras de 2ª linha – e não se fazer referência expressa aos projectados gabinetes/museus distritais. Existiria já a consciência de que a efectiva concretização desses espaços seria uma tarefa demorada ou mesmo impossível?

Em Outubro de 1838, a Comissão Administrativa, levantando questões relacionadas com a segurança da Biblioteca dos Padres da Congregação do Oratório, em Estremoz – face à ausência de resposta por parte do Administrador Geral de Évora e contacto estabelecido com o cônego Francisco Vellez de Campos – aproveitava, uma vez mais, para lembrar as propostas que tinha feito para “*obviar a que continuem as precarias arrecadações, em que se achão objectos de Fazenda Nacional neste Ramo de Bibliothecas e quadros*”; dava então destaque, contudo, à criação de Bibliotecas nas Capitais de distrito e Liceus Nacionais e falava em “*mandar p^{lo} Reino um Letterato, e um Artista que lhe sirva de correspondente*”¹³⁹⁴. O silêncio da Rainha e do seu Governo era tanto, que o officio terminava com “*A Com^m invoca de V. Mag.^{de} ao menos uma insinuação sobre a maneira p^r que deva haver se neste importante objecto*”¹³⁹⁵

Entretanto, por estes anos, em 1837 e em 1838 – em que Herculano, no *Panorama*, bradava a favor dos monumentos, demonstrando que por essa via, também nem tudo corria favoravelmente – os empregados da Comissão, João José Jordão e José Mendes Leal, levavam a cabo as nem sempre fáceis tarefas de inventário e recolha em concelhos próximos de Lisboa, como Torres Vedras, Carnaes, Penafirme, Vila Franca, Castanheira, Alenquer, o que

¹³⁹³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., pp.128-129. 12 de Julho de 1838.

¹³⁹⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., pp.147-149. 7 de Outubro de 1838.

¹³⁹⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., p.149. 7 de Outubro de 1838.

demonstrava que a estrutura montada continuava a funcionar, nomeadamente, quando as distâncias eram relativamente curtas.

Em 1839, a situação mantinha-se e a 31 de Março, a CADLEC via-se uma vez mais na contingência de, por total ausência de respostas por parte de alguns dos Administradores, enviar novos ofícios, agora para Viana, Aveiro, Beja, Évora, Santarém, Portalegre, Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta¹³⁹⁶.

A resposta dada pelo Administrador Geral Interino de Viana, António d'Almeida Vasconcellos Castel-Branco, nomeadamente, a respeito dos objectos pictóricos, é exemplificativa da organização e da conjuntura que envolviam a sua arrecadação:

*“(...) Os quadros e pinturas, que forão remetidos a esta Administração Geral, não valem a despeza já feita com a sua conducção: os bons, se os houvesse nos Conventos como era de presumir, terião desaparecido antes de serem enviados: apenas aqui existe uma Cabeça do Salvador pintada a oleo em Cobre que, dizem os entendedores de pintura, é de bastante preço. (...)”*¹³⁹⁷.

Quanto a Beja, as informações enviadas pelo Administrador Geral do Distrito, J. Maximo Baião Matozo, fazem referência a cada localidade, seus conventos e conteúdos, embora de uma forma muito vaga. Segundo ele, em várias das localidades a que alude, não existia nada. As referências a pinturas ou outros objectos artísticos são apenas as que aqui transcrevemos:

“Em Almodovar conservão-se em poder dos Depozitarios nomeados cinco Quadros, e uma Livraria (...) pertencentes ao unico Convento de Frades da Terceira Ordem da Penitencia que ali havia. Em Alvito só se encontrarão nos dois Conventos alli situados, um de Trinos, e outro de Franciscanos, poucos Livros (...) e uma imagem de S. Miguel de marmore que é tida como preciozidade, a qual está em depozito. (...) Em Moura (...) alguns paineis de pouco merecimento de Sanctos de differentes Ordens Regulares e um de Christo. (...) Em Serpa (...) Está n'esta Administração Geral um Quadro, reputado preciozo, que se achava collocado em uma das Capellas do Convento de Sancto Antonio, e foi d'alli conduzido por do Extincto Governo Civil em Agosto de 1836, e aqui existe á disposição das Academia Real das Sciencias em conformidade da Portaria do Ministerio do Reino de 24 de Março do mesmo anno. (...) Na Vidigueira havia um só

¹³⁹⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., pp.162-163. 31 de Março de 1839.

¹³⁹⁷ BNP, Res., Mss.225, nº152(156) fl.1vs. 24 de Abril de 1839.

*Convento de Carmelitas (...) alguns quadros de pouco merecimento conservão-se no dito Convento. (...)”*¹³⁹⁸.

A propósito do Alentejo, em relatório, o vogal da CADLEC, Cónego Vilela, referia:

“Se me propusesse a fazer relação miúda dos painéis que existiaõ em alguns Comventos do Alemtejo seria prolongada relação: basta lembrar as formosas, e antiquissimas pinturas que ornavaõ a Igreja do Convento de Nossa Senhora das Reliquias em a Villa da Vidigueira aonde jase[m] sepultadas heróicas, e honradas cinzas do grande Vasco da Gama. Por insinuação da Commissão eu escrevi a hum Conego de Evora afim de me informar o estado, ou dezertado fim que levariaõ monumentos taõ preciosos, e dignos de estimar: a resposta foi evasiva.

*No Convento de S. Miguel da Tapada que pertencia a Ordem do Carmo Calçado pouco distante de Beja na portaria do Convento havia hum belíssimo painel de Nossa Senhora nem deste Convento, nem dos dois suprimidos que pertenciaõ o de S. Francisco, á Provincia de Xabregas, e outro aos Capuchos possue o Deposito hum só quadro.”*¹³⁹⁹

A falta de vontade ou mesmo a ignorância, assim como o não desejar que as peças do seu concelho fossem desviadas para outro local, criavam uma política da “não existência”, mais fácil, e que chega a ser recorrente como resposta dos Administradores Gerais de Distrito. Portalegre, Horta, Bragança, são disso exemplos: “(...) nada ficou dos objectos apontados, que podesse merecer consideração alguma (...)”¹⁴⁰⁰ ou “(...) Os Conventos deste Districto não têm Quadros, Estatuas, ou quaesqueroutras preciosidades que mereção a pena de se fazer dellas menção. (...)”¹⁴⁰¹ são algumas das frases utilizadas para despachar o assunto.

Mas estas informações, teoricamente, viriam também já detrás, dos ofícios dos Administradores dos Concelhos, um dos patamares da “hierarquia informativa”, a quem os Administradores Gerais, naturalmente, delegavam a recolha das informações de proximidade.

No caso de Santarém, um dos locais para onde tinha sido remetida uma relação de objectos com a circular de 28 de Abril de 1837, a resposta do Administrador surgiu apenas em Junho de 1839, referindo que estes existiam nos conventos a que pertenciam, à excepção dos que se

¹³⁹⁸ BNP, Res. Mss.225, nº129 (158), fls.2-3. 27 de Abril de 1839. Resposta à Circular de 30 de Março.

¹³⁹⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/21/Cx.02-05. Relatório do Vogal da Comissão Vilela.

¹⁴⁰⁰ BNP, Res., Mss.225, Nº126 (168a). 30 de Junho de 1839. Do Administrador Geral de Angra do Heroísmo, ao Barão de Tilheiras, em resposta à Circular de 30 de Março.

¹⁴⁰¹ BNP, Res., Mss. 225, Nº131 (176). 31 de Agosto de 1839. Do Administrador Geral de Bragança.

achavam no Convento da Trindade¹⁴⁰². Em consequência, a CADLEC resolveria que fosse dirigido um ofício ao Arcebispo Eleito de Lacedemónia perguntando o destino que tiveram aqueles quadros e a autorização a que esse respeito houve¹⁴⁰³.

Mas, de facto, neste ano, a conjuntura de depósito e conservação parecia não se ter alterado. Na sequência de pedido de informação¹⁴⁰⁴ acerca dos meios para acautelar os prejuízos a que estavam sujeitas as livrarias dos extintos conventos – quando ainda não se achavam designados o número e locais onde deviam ser estabelecidas as Bibliotecas dos Liceus, criadas por Decreto de 17 de Novembro de 1836¹⁴⁰⁵ – a CADLEC expunha à Rainha que se tornava

*“indispensável que todas as Livrarias, quadros, e quaisquer outras preciosidades litterarias, ou scientificas, que ainda se achão dispersas, umas nos próprios Conventos, e outras em diferentes locaes a cargo de Depositarios particulares sejam removidas para as Captaes dos Destrictos Adm.^{vos} ficando ali sob o cuidado, e fiscalisação dos Adm^{es} Geraes, e a disposição da Comissão, até q V. M ordene a emmideata execução do sobrd.^o Decreto; devendo pelo Ministerio do Reino transmitirem as Ordens a este respeito (...)”*¹⁴⁰⁶.

As referidas bibliotecas a que também se alude neste documento, serviriam também elas de local de depósito de quadros (provisório para uns e definitivo para outros)? É possível que sim, tendo em consideração que poderiam, consoante a sua dimensão e local onde fossem instaladas, acomodar facilmente um número mais ou menos considerável de pinturas.

As dificuldades de comunicação com os Administradores eram patentes, o que, por si só, bloqueava o natural andamento do processo em causa. Dizia-se então

*“(...) que destes Adm^{es} Geraes alguns ainda ate hoje não responderão as repetidas Circulares que a Comissão desde o começo dos seus trabalhos lhes dirigio pedindo esclarecimentos, e outros o tem feito tão deficientem^{te} que em nada pode coadjuvar a Comissão.”*¹⁴⁰⁷.

¹⁴⁰² BNP, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 12 de Junho de 1839. Ofício da Administração Geral do Distrito de Santarém em resposta à CADLEC.

¹⁴⁰³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão da CADLEC em 22 de Junho de 1839.

¹⁴⁰⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., p.172. Por portaria de 23 de Abril de 1839, expedida pela 4ª Repartição do Ministério do Reino. Referência em 10 de Maio de 1839, à Secretaria do Reino.

¹⁴⁰⁵ O Decreto de 17 de Novembro de 1836 determinava a existência e liceus nacionais em todas as capitais de distrito e a obrigatoriedade de cada um deles possuir, entre outras valências, uma biblioteca. BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.228.

¹⁴⁰⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ..., pp.172-173. 10 de Maio de 1839, à Secretaria do Reino.

¹⁴⁰⁷ *Ibidem*.

A 10 de Março de 1840, numa altura em que a Câmara dos Deputados se encontrava dissolvida, e a poucos dias de eleições, a CADLEC escrevia à Rainha, enumerando uma série de assuntos pendentes, nunca respondidos, vitais para o andamento dos trabalhos. Entre as questões contavam-se as colocadas em 19 de Abril, 12 de Julho e 7 de Outubro de 1838. As “Contas de 19 de Abril e 12 de Julho de 1838” seriam respondidas, finalmente, a 13 de Novembro de 1840:

*“9º Que deve a comissão repetir as suas requisições aos Administradores Geraes do districto, alguns dos quaes não terão ategora satisfeito ao que d’elles se exigio, por falta de meios disponiveis e outros embaraços, nascidos de circumstancias; e dar parte depois de quaes são designadamente aquelles, que não satisfazem, para se providenciar como convier a respeito de cada um : pois que a medida proposta de nomear um Litterato e um Artista, que percorrem os differentes districtos para informarem do merecimento das Livrarias e quadros, não poderia ser levada a effeito sem grande demora, e sem despesa, para que o Governo não está por ora authorisado.”*¹⁴⁰⁸

O documento, assinado por Rodrigo da Fonseca Magalhães, acabava com o plano traçado pela CADLEC, dois anos antes que, ajudaria a colmatar as falhas informativas dos administradores, a salvar da ruína quadros mal arrecadados e de eventual grande valor, a evitar a despesa com a condução de objectos pouco valiosos. A demora que implicava e a despesa a que o governo então dizia não estar autorizado, era a justificação maior para a sua não implementação. Mas o tempo e investimentos necessários não seriam menores quando comparados com o património que, eventualmente, seria preservado a favor da Nação? A constante instabilidade política e social associada a conflitos diplomáticos como o iniciado, durante esse mês, com a Espanha¹⁴⁰⁹, poderão ajudar a justificar a opção tomada. Mas, sobretudo, a falta de orçamento. De facto, por esta altura, abria ao público no Porto o Ateneu D. Pedro IV (Museu Portuense), era iniciado o restauro do Mosteiro da Batalha (com financiamento de D. Fernando II), entre outras concretizações, que tinham consumido ou prometiam vir a consumir consideráveis somas de um orçamento nacional já por si limitado.

A documentação consultada, leva a crer que terá sido emitida nova circular aos Administradores Geraes, a 30 de Março de 1841, sendo obtidas respostas do Administrador

¹⁴⁰⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 13 de Novembro de 1840.

¹⁴⁰⁹ Relacionado com a falta de regulamentação do tratado de Navegação do Douro, que levaria o governo de Espartero a ameaçar invadir Portugal.

Geral de Faro, Marçal Henrique Aboim¹⁴¹⁰, do Administrador Geral de Leiria, José Félix da Câmara¹⁴¹¹ e do Administrador Geral de Santarém, neste caso através do “*Mappa do Conventos extinctos n’este Districto Administrativo de Santarem e mais circunstâncias nelle declarados.*”¹⁴¹² Este mapa, seria um modelo, previamente, enviado aos diversos administradores e tinha entradas tão úteis como:

- Concelhos
- Locais
- Invocações
- N° de Livros
- Seus Catálogos
- Quadros
- Outros objectos
- Seu estado
- Em poder de quem
- Qual edifício que pelo seu local e capacidade seja mais próprio, ou possa mais facilmente adaptar-se para a Biblioteca das que trata o Decreto de 17 de Novembro de 1836
- Observações

No caso do distrito de Santarém, do qual faziam parte os concelhos de Santarém e Torres Novas, neste último, não era feita referência a quadros. Já no caso de Santarém, no Convento da Sra. da Graça existia na igreja um “*Painel pintado p^r. Jozefa d’Obidos*”, em bom estado, no Convento da Sra. de Jesus do Sítio, “*Muitas Pinturas*” “*Na mesma Igreja e Capella Mor*” e no Convento da Santíssima Trindade “*Pinturas Singulares, e algumas estatuas de barro*” “*Na mesma igreja*”, todos em bom estado¹⁴¹³.

¹⁴¹⁰ BNP, Res., Mss.225, N°228 (201). 30 de Abril de 1841. “Officio do Adm.or Geral, em resposta á Circular de 31 de Março antecedente sobre a arrecadação d’objectos dos ext.os Conv.tos” - “(...) Entretanto posso desde já certificar a VEx.^a, que aqui não ha Quadros alguns nem outros objectos preciosos, mas somente Livros quasi todos muito velhos e de pouca valia (...).”

¹⁴¹¹ BNP, Res., Mss.225, n°230 (203). 19 de Maio de 1841. Officio do Administrador Geral de Leiria em resposta à Circular de 31 de Março “ (...) dirige uma Circular aos Administradores dos Concelhos para prehencherem Mappas parciaes a respeito de Quadros, Estatuas, ouquaes quer outros Monumentos artisticos, ou scientificos, que existão, ou tenham existido nos Conventos extinctos; achando-se porem na Igreja das Gaeiras dez paineis que na ultima parte do citado officio V. Ex.º recommenda que eu faça arrecadar, Não posso com tudo satisfazer a esta exigencia sem que a Comissão Me declare o lucal aonde devem ser arrecadadas, e por que Repartição ou Cofre serão abonadas as despesas que tenham a fazer-se com conducções. (...)”.

¹⁴¹² “(...) da Secretaria da Admam Geral do Districto. Santarem 30 de Maio de 1841. O Primeiro Official Antonio Jose Turquato Mendes Pinheiro.” BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/18/Cx.05-03.

¹⁴¹³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/18/Cx.05-03. 30 de Maio de 1841.

1.5. Évora e as consequências do “vandalismo nunense”. “Trânsitos”.

Como refere Túlio Espanca, “Com a extinção das ordens religiosas em Portugal, no ano de 1834, pareciam abrir-se novos horizontes para as salas de pintura da Biblioteca Pública [de Évora], com a aquisição dos célebres retábulos existentes nos conventos de frades, como as notáveis colecções primitivas de S. Francisco, Cartuxa, Espinheiro, S. Domingos, e St.º António dos Capuchos. Eram estas casas monásticas escrínio de opulentas pinturas góticas e da Renascença, acima de qualquer dúvida e já conhecidas pelos cronistas, embora nos restantes mosteiros masculinos também subsistissem algumas obras de real merecimento”¹⁴¹⁴. No entanto, como não deixa de referir o mesmo autor, a criação do DLEC e a deslocação de Nunes de Carvalho a Évora, cedo goraram as expectativas daquela cidade e biblioteca, herdeira da importante colecção pessoal de pintura de Frei Manuel do Cenáculo, de donativos de algumas personalidades como Cirilo Wolkmar Machado ou Joaquim Leonardo da Rocha¹⁴¹⁵, entre muitas outras, e do espólio da Universidade jesuítica e dos seus colégios dependentes e anexos¹⁴¹⁶, conjunto ao qual se juntaram alguns painéis primeiramente provenientes dos espólios dos conventos masculinos e posteriormente femininos, e que viriam a formar o designado fundo geral de Pintura do Museu Regional.

¹⁴¹⁴ ESPANCA, Túlio. “As antigas Colecções de Pintura da Livraria de D. Frei Manuel do Cenáculo e dos Extintos Conventos de Évora”, *Cadernos de História e Arte Eborense*, VII, Évora, Edições Nazareth, 1949, p.7.

¹⁴¹⁵ Segundo Túlio Espanca referia em publicação de 1949, “O fundo geral de Pintura do Museu Regional de Évora (...) Teve origem e a primeira coordenação metódica segundo vontade do sábio arcebispo D. Manuel do Cenáculo, após a sua nomeação para a cadeira metropolitana de Évora, logo depois de 1802 e integrado em colecção incipiente na Livraria Eclesiástica Pública a seguir inaugurada no primitivo Colégio dos Meninos do Côro da Sé (Março de 1805).” Ao fundo antigo da cidade, de iconografia religiosa, proveniente da Universidade jesuítica e seus satélites, juntavam-se painéis de género profano e militar, pertença pessoal do prelado, adquiridos em Portugal e no estrangeiro, onde era possível encontrar nomes como Francisco Solimena (1657-1747, Guido Reni (1575-1642), Pedro Mattoni della Vecchia (1605-1678), Nicolas Poussin (1594-1665), Pierre-François Basan (1723-1797), Henry Stone (–1653), José Ribera (1588-1656), Pedro Alexandrino de Carvalho (1730-1810), Domingos Nunes, José Benedito Faria de Barros (1752-1809), Josefa d’Ayala (1634-1684), Joaquim Manuel da Rocha (–1786), entre muitos outros. Refere o mesmo autor que “A este valioso e inicial núcleo, já compreendido de algumas dezenas de quadros dos séculos XVI, XVII e XVIII, onde entravam poucas mas curiosas miniaturas em cobre, se anexaram outros donativos preciosos após a morte de Cenáculo em 1814: De Cirilo Wolkmar Machado; Joaquim Leonardo da Rocha, pintor, filho de Joaquim Manuel da Rocha; cônego José Joaquim Nunes de Melo (1740-1820), filho do artista Domingos Nunes; cônego magistral Dr. José Joaquim Pôças, que possuiu um museu conchológico na Rua de Burgos e que veio a parar às mãos do Rei D. Pedro V; cônego Bento Cabral Godinho; João Rafael de Lemos, o distinto reitor do Liceu de Évora, filho do general Bernardino de Lemos, defensor da cidade com Moretti e Paula Leite na invasão francesa de 1808; Jerónimo José de Sales Lobo; o espólio de Joaquim Sebastião Limpo Esquivel, com vários painéis que pertenceram à herança do bispo de Bugia, D. António Maurício Ribeiro; cônego Velez de Campos, bibliotecário da Livraria Pública anteriormente a Cunha Rivara e outros.” ESPANCA, “As antigas Colecções de Pintura...”, 1949, *op.cit.*, pp.3-5.

¹⁴¹⁶ Colégio do Espírito Santo, Madre de Deus, Purificação, S. Manços, e Nossa Senhora da Piedade. ESPANCA, “As antigas Colecções de Pintura...”, 1949, *op.cit.*, p.3.

Terão saído para Lisboa em 1836, 443 pinturas antigas (348 em tela e 95 em madeira), sobretudo dos mosteiros da Cartuxa, Espinheiro, Bom Jesus de Valverde, N. Sra da Graça, Colégio do Espírito Santo, S. Francisco, S. Domingos, St.º António e Colégio dos Meninos Orfãos, de onde teria sido levada a *Degolação dos Inocentes*, de Bento Coelho da Silveira¹⁴¹⁷.

Em 1835, o arrolamento do rico Mosteiro da Cartuxa de *Scala Coeli*, dava conta da existência de 134 telas e 12 tábuas, informação que deixa transparecer a riqueza do património em causa¹⁴¹⁸; no entanto, as consequências da ânsia cega da recolha nem sempre foram as expectáveis: as telas do corpo da igreja, da *Vida de S. Bruno* ou da *História Mariana*, que tinham sido barbaramente arrancadas do seu emoldurado *rocaille*, jazeram durante anos, com dezenas de outros painéis, numa dependência húmida, depósito que acabaria destruído com o desabamento do telhado¹⁴¹⁹.

Pinturas do Convento de São Domingos de Évora – entre as quais os painéis que Luís de Morales pintou para a igreja daquele convento, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga – foram em Fevereiro de 1836 arroladas pelo responsável do DLEC, secretariado por Carlos José Amaral e enviadas para Lisboa¹⁴²⁰. Nesse mesmo ano, com o objectivo de naquele local nascer uma praça pública, foi iniciada a demolição daquele antigo espaço religioso, algo que se prolongou por alguns anos e teve profundas consequências no seu património¹⁴²¹.

A impossibilidade de uma resposta efectiva ao repto lançado a 6 de Abril de 37, para que informações fossem fornecidas à CADLEC, adviria essencialmente, segundo Vellez de Campos, dos trabalhos – “*descrição e arranjo das Pinturas, Livrarias, e outros objectos scientificos, dos Conventos extinctos d’esta Cidade e suburbios*” onde adicionava “*breves reflexões sobre mérito e authores*”¹⁴²² (a si confiados por carta de 12 de Janeiro de 1835) – já parcialmente realizados, terem sido precocemente levados por Nunes de Carvalho. O facto de não ter ficado com cópias – excepto do que existia no Colégio do Espírito Santo, então Casa Pia – e, seguidamente, terem sido conduzidas pinturas para Lisboa, não sabendo quais nem

¹⁴¹⁷ *Idem, ibidem*, pp.9-10.

¹⁴¹⁸ *Idem, ibidem*, p.9.

¹⁴¹⁹ *Idem, ibidem*.

¹⁴²⁰ BORGES, Artur Goulart de Melo, “Dispersão do Património Artístico Conventual Eborense”, in *Eborensia*, Ano XVII (2004) nº33 (pp.133-144), p.141.

¹⁴²¹ ESPANCA, Túlio, “Notícias Históricas do Mosteiro de São Domingos”, *A Cidade de Évora*, 48-50 (Jan-Dez 1965-1967), pp.103-208; “Breve notícia relativa ao demolido Convento de São Domingos”, *A Cidade de Évora*, 35-36 (Jan-Dez 1954) pp.152-159.

¹⁴²² BNP, Res., Mss.225 nº47 (Nº46/7). 17 de Abril de 1837. “Para caminhar com firmêza n’esta incumbencia, requeri ao Provedor do Conselho, huma declaração authentica dos inventarios a que se procedêra sobre estes objectos, especificano-se os Escrivães inventariantes, e Depozitarios a quem forão entrégues. Púde obtella legal. Entrei no dezempenho d’este trabalho começando por Pinturas, como mais sujeitas a extravios; notificando-se judicialmente os Despozitarios; assistindo pessoalmente; e subcrevendo a minha descrição, todo aquelle que não era de meo maior conhecimento; e ficando tudo o descripto na sua antiga localidade (...)”.

quantas, produziria uma completa descoordenação que impossibilitava controlar o que realmente existia(iu)¹⁴²³.

Outra carta, de 2 de Agosto do mesmo ano, também de Vellez de Campos, dirigida a Antonio Joze da Silva, pormenorizava ainda mais o sucedido e os trabalhos por si realizados, indicando, inclusivamente, o método de inventariação utilizado:

*“ (...) Eu tive hum Titulo da Prefeitura d’esta Provincia, e com elle me apresentei ao Provedor do Conselho exigindo hum documento dos inventarios juridicos, que prehenxesse os quezitos seguintes = Os Conventos extintos; Os Escrivães inventariantes de pinturas e livrarias; Os Depozitarios; O numero de pinturas e livros, A sua localidade e existencia. Obtive este documento subscripto pello competente Escrivão. Comecei o meo trabalho limitando-me a pinturas, e **descrevendo-as pello methodo seguinte = Convento; Localidade no mesmo Convento s. e. Igreja, Capella-mór W.^a; Assumpto; Materia; Estado de conservação; Medição por palmos de alto e largo** : e completei este trabalho nos 13 Conventos d’Evora e suburbios. Tirei a limpo o que pertencia ao Collegio dos Jezuitas, adicionando breves reflexões sobre o mérito das pinturas e seos authores, e esperei o D.^{or} Carvalho para continuar o restante, se aprovasse a primeira cópia a limpo.*

*Veio, e lhe apresentei tudo : retira-se inexperadamête, levando tudo, e até hum mapa comparado das pinturas inventariadas judicialmente com as que achei e descrevi, (...). Com tudo em respeito ao Il.^{mo} S.^r Vilella direi o seguinte. Jacintho d’Almeida, Pintor da Caza Real, escreveo huma memoria que se imprimio sobre as pinturas do Espinheiro, seos authores e mérito: (...) **Eu levei a minha indagação a ponto indicar ao D.^r Carvalho, as trez melhores pinturas do Fr Carlos, que hum Abade furtivamente levou para Belem aonde era filial, e até a localidade onde existião no Convento de Belem.***

*Quando descrevi as pinturas do Convento de S. francisco, não achei o Transito de N. S.^{ra} que estava anteriormente na Sachristia, de que falla o Il.^{mo} S.^r Villela, e as outras ignoro se forão conduzidas para essa Corte. De mais, vizitando a Livraria publica d’esta Cidade hum môço assaz instruido, me dice = **Eu vira no depozito de pinturas que o D.^{or} Carvalho collocára nêssa Corte o Juízo de Salomão de G. Vasco, e lhe dicerão pertencera ao Convento de S. Francisco desta Cidade.** = Nunca fui a V.^a da Vidigueira. Sobre objectos de oiro e prata, diz o Il.^{mo} Villela = **Ja se achão***

¹⁴²³ BNP, Res., Mss.225 n°47 (N°46/7). 17 de Abril de 1837.

no Thezouro, e d'essa Cidade forão enviados: = (...) A localidade prezente das pinturas, he quaze impossivel de indagar-se. O Convento de S. Domingos demoleo-se; os outros, em grande parte estão destinados a diferentes uzos Nacionaes; e o Administrador G.^{al} Interino, alem de recolher a hum depozito as livrarias dispersas coméça a enviar as pinturas a parágem mais acondicionada e segura; e tendo como por factos indica zêlo patriótico, salvará as restantes. (...) De mais, sendo publico pella imprensa, que em Londres se vendem pinturas W.^a dos Conventos extintos de Portugal, de que serve tal indagação ? (...) Quanto a mi~, seja licito acrecentar, que no espaco de mais de quatro mezes que durou o meo encargo, não fui a Convento algum, sem ser notificado judicialmente, o competente Depozitario; que assistia a minha descripção, e alguns a sobscreverão: offerecerão-me as chaves para ir com mais commodidade; quis antes sujeitar-me a não apparecerem os Depozitarios, o que succedia frequentemente, que azeitallas huma só vez : (...) Direi, com tudo, de hum extravio que me penalizou grandemente. Esperava encontrar no Convento de S. Domingos d'esta Cidade, a belissima Cópia, do grande original de Rafael de Urbino, existente na galaria do Palacio Real de Madrid, e ali denominado = Spasimo de Sicilia =. A descripção d'este original, feita por Pintor Filozofa do seculo passado, córre impréça; e seria temeridade, suppor não ser conhecida de V.^a S.^a e de tão Illustrada Commissão. (...) A final Il.^{mo} S.^r tão bella Cópia, tão conhecida n'esta Cidade = Evanuit = (...)"¹⁴²⁴.

Aludindo às acções de Nunes de Carvalho, ao DLEC, ao extravio de obras e ao mercado de arte, este documento deixa transparecer o clima de desconfiança então vivido, o aparente desaparecimento de importantes obras de arte, assim como medidas que estariam a ser tomadas com vista à conservação das pinturas que ali permaneciam.

A entrada em cena, em 1838, de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), enquanto Conservador da Biblioteca de Évora, ajudaria a mudar e a corrigir (dentro do possível) a conjuntura, salvando da dispersão e furto um importante conjunto de objectos artísticos. Através do Governador Civil, António José de Ávila, e com o auxílio de João Rafael de Lemos, futuro Reitor do Liceu Nacional, Administrador do Concelho e seu sucessor naquela biblioteca, Rivara conseguiu reunir pinturas provenientes do Colégio dos Jesuítas, dos Remédios, das

¹⁴²⁴ BNP, Res., Mss.225, N°77. 2 de Agosto de 1837. Destaques nossos.

ruínas da igreja de S. Domingos, das Mercês, de St.º António da Piedade, assim como de outras casas religiosas masculinas¹⁴²⁵.

Para além destas, em 1839, já com o Cónego Vellez Campos enquanto governador do Bispado de Beja e Cunha Rivara como responsável pela biblioteca pública eborense, este após informar acerca da série de quadros que tinha conseguido arrecadar naquele estabelecimento, referia:

*“A respeito das Pinturas eborenses vou agora pedir novo auxílio a V. S.ª. Sei por via segura e semi-official que o Ministério do Reino está disposto a restituir a Évora alguns dos Painéis que levou António Nunes. Mas é preciso que se lhe apresente uma rellação delles. Creio que V. S.ª a conservará, e por tanto lhe rogo ancarecidamente me remetta uma nota, principalmente do que pertencia ao Collegio do Espírito Santo, e ao Espinheiro, e se puder ser Cartucha. É preciso aproveitar estas boas ocasiões, se não tudo se perde sem remédio”*¹⁴²⁶.

A resposta que seria uma vez mais negativa, acrescentava, no entanto, mais algumas informações:

*“Eu aqui nada tenho, (...). Nessa cidade só me ficou o borrão das pinturas, hoje da Caza Pia [Colégio dos Jesuítas]; porque forão as que tirei a limpo (...). O borrão das pinturas da Caza Pia, lá está, e não me lembro onde ficou; e já se tem conduzido algumas couzas para fora de caza, pois os ratos ião devorando tudo; motivo por que não posso mandar que o entreguem a V. S.ª.”*¹⁴²⁷

Revelava ainda, indirectamente, um dos critérios que tinha presidido à recolha feita pelo DLEC: *“Na portaria dos Lóios se conservaram muito tempo uns Quadros grandes do Espinheiro, que os Wandalos Nunenses não quizerão transportar”*¹⁴²⁸.

Acerca da Igreja do Convento de S. Francisco, uma notícia relatava:

¹⁴²⁵ ESPANCA, “As antigas Colecções de Pintura...”, 1949, *op.cit.*, p.8. Refere Espanca que “Do Convento de S. João Evangelista, propriedade dos Duques de Cadaval, poucas pinturas, mas das melhores, se tinham alienado e o seu recheio, deste género, ficou agrupado no côro alto, interior da tribuna e sacristia; no Colégio da Purificação não tocaram os inventariantes, assim como no fundo dos Remédios, que era, aliás, muito pobre. Escaparam, também os painéis dos agostinhos descalços (Mercês); Carmo, por estarem os principais reunidos e fechados no côro superior; poucos da Graça, mais tarde recolhida a série do *Calvário* na igreja de S. Francisco, assim como o modelo da capela-mor da Sé, desenhado por Ludwig, e o esboceto italiano da *Assumpção da Virgem*, agora no Arquivo da Sé.” *Idem, ibidem*, p.8.

¹⁴²⁶ *Apud* BORGES, *op.cit.*, p.139. (BPE, Armº VIII, n.º 7, docs. 92-95a)

¹⁴²⁷ *Apud idem, ibidem*, pp.139-140.

¹⁴²⁸ *Apud idem, ibidem*, p.140.

*“(...) das mesmas Capellas do Templo arrancaram os bellos Quadros, que as ornavam, e lá foram para Lisboa acumular-se com outros, n’uma sala da Livraria Pública onde annos depois foram vistos, e por signal, em mão recato.”*¹⁴²⁹

Nomeado professor do Liceu Nacional, Cunha Rivara lutaria para o regresso dos retratos dos protectores e lentes que costumavam ornamentar a Sala dos Actos da Universidade da Companhia de Jesus, juntamente com outros, prefazendo, um total de 62 pinturas¹⁴³⁰, teoricamente armazenadas em S. Francisco da Cidade.

Uma carta de 1843 – ano em que D. Maria II visita Évora e terá sido sensibilizada para as arbitrariedades cometidas –, de Cunha Rivara a Diogo Köpke¹⁴³¹, evidenciava a ferida que tinha sido deixada no património pictórico eborense por Nunes de Carvalho. Aludindo a um retrato do Infante D. Luís, filho de D. Manuel I, que estava na referida Sala dos Actos do Colégio dos Jesuítas, dizia que

“foi com todos os estimáveis painéis deste grandioso edificio, com os ricos painéis da Cartucha, com os preciosíssimos do Convento do Espinheiro de Évora em 1835 dizem que para Lisboa, ou sabe Deus para aonde. Cá ficaram as Igrejas com as molduras (...). Estam as Igrejas mais românticas, que tenho visto, com as paredes ornadas de cavacos (...). Quanto mais não valem estes bonecrinhos aformoseando o ennevoado Palácio de algum Lord, ou enrolados e bolorentos n’um celleiro húmido e escuro, a

¹⁴²⁹ Notícia não datada e não assinada (arquivada por Cunha Rivara, que atribui a letra ao Beneficido Francisco Vargas) sobre o estado em que ficou o Convento de S. Francisco de Évora após a extinção. *Apud* BORGES, *op.cit.*, p.138. (BPE, C/2-21, n°5)

¹⁴³⁰ ESPANCA, “As antigas Coleções de Pintura...”, 1949, *op. cit.*, p.10.

¹⁴³¹ Diogo Köpke era um matemático mas que, à semelhança de outras figuras da época, se interessou pela investigação histórica e pelo jornalismo (breve biografia disponível em https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20armc%20-%20diogo%20kopke (consultado pela última vez em 20-04-2016). Ambos fariam parte de um conjunto de intelectuais, historiadores e investigadores, que ajudaram a renovar a historiografia portuguesa, nomeadamente dos anos de 1839 a 1841, procurando nacional e internacionalmente, manuscritos relacionados com a história e cultura portuguesa e brasileira. Segundo Daniel Protásio “jovens autores como Diogo Köpke (1808-1844), Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), Herculano (1810-1877) e Varnhagen (1816-1878) não só procuravam brilhar pela originalidade das suas descobertas de inéditos, como garantir o natural sustento e um vínculo económico duradouro com uma publicação periódica, uma editora ou instituição cultural/pedagógica pública (biblioteca, universidade ou escola politécnica). Muitas vezes estavam em causa questões de prestígio pessoal e de sustento económico, agravadas até pela juventude de muitos dos intervenientes. Em Portugal, a amizade e camaradagem entre Herculano e Varnhagen e deste com Cunha Rivara e Diogo Köpke vai sendo construída com os triunfos e os dissabores próprios de relações literárias ainda recentes.” p.38 PROTÁSIO, Daniel Estudante, *Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841)*, in *História da Historiografia*, n°14, Abril 2014, p.27-43, disponível em <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/669> (consultado pela última vez em 9-04-2016).

que em Lisboa se chama Deposito? Veio dar este saque a Évora o dr. António Nunes de Carvalho (...).”¹⁴³²

Ironicamente, na Circular que tinha sido enviada pela CADLEC aos Administradores Gerais, em 28 de Abril de 1837 – onde também seguem relações de objectos com a intenção que se informe a respeito do seu destino – era enviada para Évora a seguinte lista:

“1 Famoso Quadro de Nossa Senhora

4 Paineis da Vida de S. Jeronimo pintado por Fr. Carlos Flamengo, tudo pertencente ao Convento do Espinheiro.

1 Cópia do grande Quadro da Transfiguração que estava sobre a porta da Igreja do Convento de S. Domingos

1 Senhor da Cana Verde e outros na Caza do Capitulo

1 Senhora da Conceição com grupos de Anjos que estava na Igreja do Convento de S. Francisco

O Transito da Santa Virgem

S. Jeronimo, S^{to} Antonio, S. Francisco e 1 S^{to} Eremita

Alguns Paineis de Josefa de Obidos, do Convento de Val Bemfeito

Boas Pinturas algumas Estatuas do Convento do Varatojo.”¹⁴³³

Apesar das aparentes “arbitrariedades” cometidas no tempo de Nunes de Carvalho, levando património eborense para Lisboa, a CADLEC desconhecia o paradeiro de importantes obras.

A propósito dos quatro painéis da Vida de S. Jerónimo, o vogal da Comissão, Francisco de Sousa Loureiro, anota a respeito: “*Creio nada veio para o deposito eu darei huma relação das que havia neste Conv.^{to}.*”¹⁴³⁴

O caos de arrumação e conservação que reinava no Depósito lisboeta de São Francisco, aliado à falta de registos efectivos, contribuía em muito para o desnorte instalado.

Quando, em 1844, o Governador Civil de Évora¹⁴³⁵ pede

“que se lhe mandem entregar umas pinturas que foram do antigo Collegio da Companhia de Jezus d’aquella Cidade, e que suppõe existirem n’este Deposito, com o titulo = sessenta e duas pinturas do Collegio do espirito Santo d’Evora =”,

¹⁴³² 10 de Junho de 1843 *apud* BORGES, *op.cit.*, pp.138-139.

¹⁴³³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de officios expedidos.

¹⁴³⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/21/Cx.02-05, Doc. n.º 24 Relatórios sobre as pinturas de conventos extintos

¹⁴³⁵ Em 1842, sob o governo de Costa Cabral, surgiu um novo Código Administrativo. A designação de governador civil voltou. As freguesias foram suprimidas, mantendo-se os distritos e os concelhos e com eles a Junta Geral de Distrito e a Câmara Municipal. A Junta de Paróquia e a paróquia passaram a estar apenas subordinados aos foros religioso e eclesiástico. “SERRÃO, MARQUES (dir.), *Nova História de Portugal*, ..., 2002, *op.cit.*, pp.224-225.

o então bibliotecário José Feliciano de Castilho, aludindo a esse caos, informava o Ministro do Reino que “*em geral só pela inspecção de quem tiver conhecimento do que pede é que se poderá com segurança escolher. (...)*”, e que

“*Quanto a esta especialidade, depois de um prolongado e minucioso exame das pinturas que desde a sua entrada para o Deposito ficaram sempre em rolos, apenas se acharem 19 grandes, e 18 pequenos, que de certo pertenceram ao Convento do Espirito Santo d’Evora. Porém, tendo sido consultados varios Professores da Academia de Bellas Artes, estes apontaram ainda mais 4 pequenos que julgam pertencerem é mesma collecção.*”¹⁴³⁶

Entretanto, já várias pinturas eborenses tinham sido escolhidas e entregues ao feminino Mosteiro dos Cardais, em 1840. Na “*Relação dos quadros que sahem deste Deposito para a Igreja das Freiras dos Cardaes de Jesus, escolhidos e separados pelo Padre Joaquim do Carmo, Capelão das mesmas Freiras a s.^{er}*”, datada de 27 de Julho, entre os 30 aí enumerados, e mais particularmente entre os 11 em rolo, constavam 10 que eram provenientes das casas de religiosas de Évora:

- *A Morte de N. Senhora, Espirito Santo de Évora*
- *O Padre Fr. António Moniz de Lisboa, Espinheiro de Évora*
- *O Bispo de Pernanbuco, D. Diogo Jardim, Idem*
- *Bispo de Penafiel, D. João, Idem*
- *O Beato Padre Lourenço, Idem*
- *Padre Fr. Bastos Martins, Idem*
- *Arcebispo de Braga, D. Diogo de Murça, Idem*
- *Padre Fr. Euzebio de Évora, Idem*
- *Padre Fernando de Évora, Idem*¹⁴³⁷.

Esta listagem, à semelhança de outras, é demonstrativa da grande mobilidade das obras, com a consequente perda de ligação aos locais de origem e descontextualização histórica e artística. Tal, revelava-se ainda de forma mais acentuada, quando eram entregues pinturas de que já se

¹⁴³⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 26 de Março de 1844.

¹⁴³⁷ 27 de Julho de 1840, Relação/Recibo assinado por A. P. Joaquim do Carmo (“Recebi da Illustrissimoa Comição Admenistrativa do Depozito das Livrarias, e Quadros dos Extinctos Conv^{tos}. Os trinta Quadros mencionados na Relação Supra (...). *Boletim da Academia ... IV*, 1939, *op.cit*, pp.25-26, doc.XXV.

desconhecia a proveniência, o que lhes anulava, quase sempre definitivamente, o seu passado, a sua história, aspectos essenciais, para a sua avaliação e verdadeiro conhecimento.

1.6. Coimbra – Um caso especial

Coimbra constituiria, tal como o Porto, um caso à parte no panorama da gestão das livrarias e património artístico provenientes dos extintos conventos. Aquele distrito administrativo encontrava-se sob a aura da influência e prestígio da Universidade, o que acabou por se reflectir na concessão de especiais privilégios, na guarda de um conjunto de bens que ficariam debaixo da sua alçada, incorporados no seu museu, na biblioteca ou depositados no local *Depósito das Livrarias das extinctas Corporações Religiosas*, instalado, juntamente com o *Lyceu Nacional de Coimbra*, no edifício do antigo Colégio das Artes¹⁴³⁸.

Refere Paulo Barata que, logo em 1832, após a publicação da portaria que criava a *Comissão Administrativa dos Conventos Extintos ou Abandonados da província do Douro*, foi suspenso o envio dos livros dos conventos abandonados e extintos de Coimbra para a sede da Prefeitura do Douro, no Porto, passando estes a ser incorporados na Universidade¹⁴³⁹. Esta medida deixava antever o papel que a Universidade poderia vir a ter na guarda dos bens conventuais, após a extinção de 1834.

No que se refere a objectos artísticos, ainda em tempo de guerra civil, sabemos que *Pinturas e objectos proprios ás Bellas Artes* provenientes, nomeadamente, dos extintos conventos de Tibães e de Santa Cruz de Coimbra, foram conduzidos para o Porto¹⁴⁴⁰. O património (pinturas, esmaltes, livros e objectos históricos) proveniente daquele convento coimbrão viria a constituir um dos principais núcleos do Museu Portuense¹⁴⁴¹.

Em 1834, após a extinção das ordens religiosas, quando medidas várias estavam a ser tomadas com vista à melhor (e possível) gestão dos bens conventuais, deu-se contudo uma mudança de rumo, proposta pelo Vice-Reitor daquela Universidade, José Alexandre Caetano de Campos e Almeida, e aceite pelo Regente, que se traduzia em colocar à disposição do primeiro, os livros raros, as excelentes pinturas, e outros objectos “*relativos ás Sciencias e ás Artes*” que existiam

¹⁴³⁸ Informação fornecida através do decreto de 21 de Novembro de 1848 no qual se designava as propriedades que, exceptuadas da venda dos bens de Universidade de Coimbra, estabelecida pela lei de 23 de Maio do mesmo ano, ficavam aplicadas ao serviço das Faculdades e Escolas da Universidade e dos estabelecimentos da sua dependência. *Legislação Académica, desde os Estatutos de 1772 até ao fim do anno de 1850: colligida e ordenada por ordem do Excellentissimo Senhor Conselheiro Reitor da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1851, pp.187-188.

¹⁴³⁹ BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.123 (BNP, Res., Mss.225, N°116).

¹⁴⁴⁰ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Acad. Belas-Artes do Porto (1836-1843). 14 de Setembro de 1839.

¹⁴⁴¹ *Vide* Cap. p.III.

nas extintas casas daquela cidade, tendo em vista a sua incorporação na Biblioteca ou Museu da Universidade, conferindo-lhes um papel instrutivo.

*“Sendo presente ao Duque de Bragança, Regente em Nome da Rainha, a conta que o Vice Reitor da Universidade de Coimbra fez subir por este Ministerio, na data de 2 do corrente, na qual pondéra quanto convém fazer depositar na Livraria, e no Muzeu d’aquella universidade, os Livros Raros, e preciosos, assim como os excellentes Paineis, que existem nas cazas das extinctas Ordens Regulares da dita Cidade e Houve o mesmo Augusto Senhor por bem Mandar officiar nesta data ao Ministro dos Negocios da Fazenda para elle fazer expedir as ordens da sua competencia ao Prefeito da Provincia do Douro, afim de que fazendo elle inventariar todas essas Livrarias, Paineis, e outros quaesquer objectos relativos ás Sciencias e ás Artes, haja de os mandar por á disposição do Vice Reitor, para serem por elle incorporados na Bibliotheca, ou no Muzeu da Universidade como exigir a sua collocação, e divina natureza para o melhor serviço e proveito publico. Sua Magestade Imperial he outro sim Servido, que o Vice Reitor depois de receber por inventario todos os mencionados objectos, avista delle, da capacidade dos Edificios, em que devão ser accomodados, e considerando todas as mais conveniencias deste negocio, proponha o modo que mais util lhe porver para levar a effeito aquella Soberana Resolução. O que assim se participa ao mesmo Vice Reitor para sua intelligencia e execução. (...)”*¹⁴⁴².

Esta decisão não foi logo cumprida¹⁴⁴³ e, para além disso, terá sido contestada pelo Prefeito do Douro, Manuel Gonçalves de Miranda – a quem cabia a inventariação – no que diz respeito às livrarias¹⁴⁴⁴ e, supomos, que eventualmente, em relação aos restantes objectos atrás mencionados, que entretanto, continuaram “a existir ainda em mãos de particulares, e sem a

¹⁴⁴² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. SOARES, Clara Moura, NETO, Maria João, RODRIGUES, Rute Massano, "A constituição dos primeiros museus de arte em Portugal, no século XIX, e a consciência dos princípios de Conservação Preventiva", in *Actas das IX Jornadas de Arte e Ciência UCP/ V Jornadas da ARP. "A prática da conservação preventiva. Homenagem a Luís Elias Casanovas"* (29/30 Novembro 2013), Porto, 2015, (pp.299-315), p.301, disponível em <http://artes.ucp.pt/citar/pt/node/1326> ; BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.123. Ministério do Reino. Com datas de 9 (Ministro Bento Pereira do Carmo) e 16 de Junho de 1834 (Vice Reitor).

¹⁴⁴³ O Prefeito da Província do Douro punha em dúvida que se verificasse “a entrega [à universidade], sem que preceda inventario legal, feito com escrupulosa individuação, vindo d’aqui a resultar consideravel demora e a dar occasião ao descaminho de huma grande parte d’esses Livros, alias importantes, por estarem a cargo de Depositarios e Empregados ignorantes e pouco zelosos; (...)” in *Boletim da Academia ... III*, 1938, *op.cit.*, p.4, doc. V.

¹⁴⁴⁴ Florêncio Feio em 1857 refere que o prefeito “póz dúvida a que se verificasse a entrega das livrarias dos extinctos conventos e mosteiros”, FEIO, Florêncio Mago Barreto, *Memoria historica e descriptiva ácerca da bibliotheca da Universidade de Coimbra e mais estabelecimentos annexos contendo varios esclarecimentos officiaes e reflexões bibliographicas*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857, p.88.

arrecadação, que deviam ter, expostas a extravios”¹⁴⁴⁵. O atraso na elaboração dos inventários levaria a que, em Outubro desse ano, fosse ordenada a entrega das livrarias, ainda que não inventariadas, sendo também, à semelhança do Porto, criada uma Comissão para proceder às arrecadações, organismo que com o passar dos anos sofreria alterações na sua composição¹⁴⁴⁶. Esta Comissão estaria, no entanto, apenas encarregue das livrarias, sendo as pinturas, tratadas à parte¹⁴⁴⁷.

Como destaca Barata, tal como no Porto, também em Coimbra, a CADLEC procurou junto das autoridades administrativas, não apenas conhecer o estado de arrecadação dos conventos do distrito, mas também obter o controlo não só das espécies duplicadas mas também do património artístico dos conventos que as circunstâncias tinham levado a que escapassem à sua alçada¹⁴⁴⁸. Esta tentativa de contornar o estabelecido, com vista ao eficaz reconhecimento das existências, também não seria estranha ao facto de a “Cidade” não corresponder ao “Distrito”, o que justificaria, só por si, muitas das diligências tomadas pela Comissão Administrativa. Divergências de interpretação que, como veremos, terão desenvolvimento.

Em Julho de 1835, Coimbra (certamente na sua versão “distrital”) não deixava de estar entre os pontos do Reino indicados por Nunes de Carvalho, onde devia ser feita com a maior brevidade a *arrecadação e conducção das “Livrarias, Pinturas, Cartorios, e outros objectos Litterarios e Scientificos”*¹⁴⁴⁹.

Dois anos depois, a 27 de Julho de 1837, em resposta à circular de 28 de Abril – a qual, relembremos, solicitava informações aos administradores gerais – o Administrador Geral Interino de Coimbra, Manoel Joaquim Fernandes Thomaz, informava o Presidente da Comissão Administrativa

*“que as Livrarias, Pinturas e mais preciosidades literarias estão hoje a cargo do Vice-Reitor da Universidade em virtude d’ordem do Governo, podendo VEx^a para este fim dirigir-se ao mesmo para obter os esclarecimentos que precisar. (...)”*¹⁴⁵⁰.

¹⁴⁴⁵ *Idem, ibidem*, p.121.

¹⁴⁴⁶ BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, pp.123-124.

¹⁴⁴⁷ BNP, Res., Mss.225, N°118. 30 de Dezembro de 1837. Ofício do Vice-reitor interino, Luis Manoel Soares, ao Barão de Tilheiras. Neste documento, Soares referia onde os quadros estavam colocados mas, esclarecia que a Comissão apenas estava encarregue das Livrarias.

¹⁴⁴⁸ BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.125.

¹⁴⁴⁹ ANTT, MR, Mç 2126, cx2 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 21 de Julho de 1835, Ofício de Nunes de Carvalho ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães solicitando dinheiro as despesas diárias do Depósito.

¹⁴⁵⁰ BNP, Res., Mss. 225, N°75. 27 de Julho de 1837.

Um ofício da CADLEC de 14 de Novembro, e uma comunicação posterior, de 16 de Dezembro em que se pedia o envio dos respectivos catálogos e relação dos quadros, estátuas, etc, assim como informação das localidades e estado em que os objectos se achavam¹⁴⁵¹, levaria a que a 30 de Dezembro desse mesmo ano de 1837, o Vice reitor interino, Luis Manoel Soares, informasse o Barão de Tilheiras, presidente interino da CADLEC, acerca da situação dos quadros:

*“Quanto aos quadros, achão-se estes collocados n’hum Galeria do Paço da Universidade, que fica superior ás varandas, que dão comunicação para as aulas, aonde existem sem divisão, ou distinctivo algum das Casas Regulares, a que pertencerão. O mesmo aconteceo com as Livrarias (...)”*¹⁴⁵².

A resposta, parcial, do Vice reitor interino, representaria, de certa forma, o início dos confrontos (lentos) entre a Universidade e a CADLEC. De facto, em Março de 1838, a Universidade enviava àquela Comissão

*“copias de duas Portarias do Ministerio do Reino pelas quaes entende que se conferio á Universidade a arrecadação posse e uso das Livrarias Quadros w^a(etc) dos extinctos Conventos d’aquelle Districto Administrativo”*¹⁴⁵³.

Passado mais de um ano, em Abril de 1839, a Comissão questionou junto do Ministério do Reino a argumentação da Universidade – cuja interpretação aparentemente excedia o espírito dos diplomas, nomeadamente, no que se referia aos quadros – alegando que aquele estabelecimento tinha convertido *“(...) em uso particular os materiaes de que deve ser composta a bibliotheca publica e o museo daquela cidade (...)”*¹⁴⁵⁴.

Esta seria, a par de outras, uma questão que ficaria pendente – situação para a qual terão contribuído as mudanças dentro do governo setembrista –, “esquecida” naquele Ministério, fazendo que constasse do “rol” de questões que são lembradas pela CADLEC a 10 de Março de 1840:

*“(...) Em 9 de Abril dito, pedindo que das Livrarias dos ext.^{os} Conventos doadas á Universid^e, fiquem os que precisar, e o resto, e os quadros e paineis se ponhão á disposição da Commissão para os fins q indica.”*¹⁴⁵⁵

¹⁴⁵¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., p.84, p.91. 14 de Novembro e 16 de Dezembro de 1837.

¹⁴⁵² BNP, Res., Mss.225, N°118. 30 de Dezembro de 1837.

¹⁴⁵³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02 01. Acta/ Sessão da Comissão, em 6 de Março de 1838.

¹⁴⁵⁴ BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.125 (9 de Abril de 1839).

¹⁴⁵⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., pp.205-208. 10 de Março de 1840.

A “resposta”, inconclusiva, assinada pelo Ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães, surgiria em Novembro do mesmo ano:

*“Que não pode por ora tomar-se resolução acerca dos livros e painéis de varias Corporações religiosas de Coimbra, que foram entregues á Universidade, em quanto não se ultimarem certos trabalhos, ordenados pelo Governo, que tem intima relação com este objecto.”*¹⁴⁵⁶

Os esclarecimentos pedidos aos Administradores Gerais – referidos anteriormente, e que a dada altura, terão incluído um “*mappa modelo*” que ajudaria assim a uniformizar a forma como as informações relativamente ao número, destino, ou estado em que então se encontravam os quadros, estátuas, e outros monumentos artísticos pertencentes às abolidas ordens religiosas, eram apresentadas à CADLEC – ajudariam a perceber como funcionava aquela situação em particular. Por ofício de 26 de Maio de 1841, do Administrador Geral de Coimbra ao Barão de Tilheiras, evidenciava-se o facto de a “jurisdição” da Universidade limitar-se à cidade de Coimbra e não ao distrito em si, o que, dadas as circunstâncias, era visto pelas autoridades locais como algo negativo. Apesar de, a certa altura, se fazer referência apenas às Livrarias, antevê-se que o problema se repercutiria igualmente nas pinturas e demais objectos artísticos dos extintos conventos:

“(…) é do meu dever levar ao conhecimento de V.Ex.^{cia} a inclusa copia do offício, que recebi sobre este objecto do Vice Reitor interino da Universidade do qual a V.ex.^{cia} terá occasião de ver que em virtude da portaria expedida pelo Ministerio dos Negocios do Reino em 9 de Junho de 1834 forão postas á disposição do dito Prelado todas as Livrarias, painéis e quaesquer outros objectos relativos a sciencias, ou Artes, das casas das extinctas ordens Regulares desta Cidade, afim de serem incorporados segundo a sua natureza ou na Bibliotheca da mesma Universidade, ou no Muzeu dependente deste Estabelecimento Literario.

Portaria esta, cujas disposições forão impiliciteamente confirmadas pela Carta de Ley de 31 de Julho de 1839.

Não se compreendendo porem na generosa concessão assim feita á Universidade senão as Livrarias, e mais objectos pertencentes a sciencias, ou Arte dos Conventos extinctos desta Cidade, chamarei por esta occasião a attenção de V. Ex.^{cia} sobre a necessidade de se adoptar algumas providencias a respeito das Livrarias das Cazas

¹⁴⁵⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01 .13 de Novembro de 1840.

*Religiosas de outros Com^{cos} que compoem este Districto, as quaes tendo estado em abandono desde 1834, é de crer se achem hoje em estado de ruina, posto que não fossem removidas pela maior parte do local em que se achavão ao tempo da extincção. Se me é licito expender a este respeito a minha opinião, não hesito em declarar a V.Ex^{cia} que me parece de conveniencia publica que sejam ellas tambem postas á disposição do Prelado da Universidade para o fim mencionado na citada Portaria de 9 de Junho de 1834(...)*¹⁴⁵⁷.

Coimbra e as suas pinturas é um assunto que simplesmente desaparece da documentação, levando a crer que, em grande medida, terá prevalecido a sua situação de excepção.

1.7. A integração do DLEC na Biblioteca Nacional (1841). A gestão do acervo pictórico pelas sucessivas direções: de Balsemão a Mendes Leal

Pensado como um organismo transitório, para fazer face à necessidade de armazenar e administrar um vasto conjunto de bens literários e artísticos provenientes das extintas casas religiosas, o DLEC e, posteriormente, a sua Comissão, conheceriam o fim da sua autonomia em 1841, sete anos depois da sua criação.

Com objectivos ainda não totalmente cumpridos, ou, pelo menos, não cumpridos de acordo com as expectativas iniciais, a existência da Academia de Belas-Artes e sobretudo, a proximidade material, de pessoal e de interesses que o Depósito mantinha com a então já designada Biblioteca Nacional de Lisboa¹⁴⁵⁸, tornavam natural a sua integração, já esperada, neste último estabelecimento que com ela dividia o convento de S. Francisco.

Mesmo tendo em conta as contingências financeiras e materiais, o trabalho até então realizado, quer inicialmente por Nunes de Carvalho quer, posteriormente, a partir de 1837, pela Comissão Administrativa, muito deixava a desejar, nomeadamente em termos organizativos, de recolha e conservação.

O agravamento da situação financeira do país terá sido decisivo para a fusão então realizada. De facto, como destaca António Martins da Silva, “a indispensabilidade do equilíbrio

¹⁴⁵⁷ BNP, Res., Mss. 225, N°225-226-227. 26 de Maio de 1841. Do Administrador Geral de Coimbra ao Barão de Tilheiras, presidente da CADLEC; o primeiro aludia a um ofício enviado pelo segundo em nome da Comissão, solicitando as informações.

¹⁴⁵⁸ Designação que a Biblioteca terá adoptado a partir do final de 1836. No entanto, a utilização da designação anterior, Biblioteca Pública, permaneceu na maioria da documentação até à década de 40, sendo também por nós utilizada.

orçamental tornou-se uma exigência comum para os ministros e para os deputados”¹⁴⁵⁹. Apesar das primeiras administrações setembristas terem tomado medidas no sentido de diminuir as despesas do Estado – através, por exemplo, da redução dos ordenados dos funcionários públicos – estas não tinham sido suficientes para estancar o agravamento da dívida pública, levando a que no início da década de 40 fosse aumentada a carga fiscal e fossem implementadas mais medidas de austeridade.

O decreto de 12 de Novembro de 1841, assinado por Joaquim António de Aguiar¹⁴⁶⁰, que incorporava o DLEC na Biblioteca, começava com a frase “*Sendo necessario conciliar, em todos os ramos de publica Administração, a conveniencia do serviço com a regras de stricta economia (...)*”, o que mostrava que, de facto, para além de uma tentativa de dar novo rumo àquele organismo, uma política economicista e de reorganização da administração pública também estava por detrás desta medida.

Os artigos que compõem a dita lei, reflectiam de facto, que o aspecto financeiro teria pesado nesta decisão. Os Artigos 3º, 4º e 5º, determinavam que a partir de 1 de Janeiro de 1842 cessava “*o auxilio pecuniário que se achava applicado para as despesas do Deposito das Livrarias*”, sendo que o saldo que então existisse em cofre, e prestações do Tesouro que estivessem por pagar seriam entregues ao Bibliotecário-Mor [então Vasco Pinto de Balsemão], o qual as empregaria no serviço do dito Depósito, dando conta dessas despesas. Para além disso, ficaria exonerada a Comissão Administrativa “*e dispensados do serviço todos os empregados que alli se acharem occupados*”¹⁴⁶¹. Passariam a caber ao Bibliotecário-Mor da Biblioteca Nacional de Lisboa, as atribuições que tinham sido conferidas à Comissão pela portaria de 30 de Dezembro de 1836, mandando fazer aos empregados daquela biblioteca o trabalho que acrescia com aquele “*novo encargo*”¹⁴⁶².

O decreto de 12 de Novembro determinava que “*Todos os Livros, papeis e mais objectos*” que existissem no Depósito fossem entregues, até ao final de Dezembro daquele ano, à Biblioteca, “*por inventario com respectivos catalogos*”¹⁴⁶³. O “*Termo de entrega*” acabaria por ter a data

¹⁴⁵⁹ SILVA, António Martins da, “As finanças públicas” in *História de Portugal*, (MATTOSO, José, dir). 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 386.

¹⁴⁶⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/Cx01-01, Doc. nº52. 12 de Novembro de 1841. Comunicado à CADLEC através de portaria datada de 15 de Novembro do mesmo ano.

¹⁴⁶¹ *Idem, ibidem*. “(...) pela Lei do Orçamento ultimo [1841], foi arbitrado para as despesas do Deposito das Livrarias dos extinctos Conventos, a quantia de R.s 600\$000 annuaes; e della se tirava a importância dos vencimentos dos Empregados temporários, que percebiam tão sómente no fim de cada mez, pelos dias úteis em que trabalhavam (...); e em quanto aos Empregados das Repartições extinctas, a Commissão nada tinha com os seus vencimentos, por isso que o pagamento deles era feito directamente pelo Thesouro (...) Vasco Pinto de Balsemão” BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ..., p.256.

¹⁴⁶² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/Cx01-01 Doc. nº52 .12 de Novembro de 1841.

¹⁴⁶³ *Idem, ibidem*. Artigo 2º do referido decreto.

de 31 de Dezembro de 1841, assinado pelo Barão de Tilheiras (servindo de Presidente), e pelos vogais da Comissão, Jose Manoel Placido de Moraes, Francisco de Sousa Loureiro, André Monteiro da Cruz, Antonio Joze da Silva (vice secretário), e Vasco Pinto de Balsemão, o qual, simultaneamente, ocupava o papel de vogal da agora extinta Comissão e o de Bibliotecário-Mor, a quem foi entregue o Depósito e os objectos que constavam do designado “*Inventario Geral*”¹⁴⁶⁴.

Passava assim a estar nas mãos do dirigente da Biblioteca (sempre sob ordens do Ministério do Reino) – retomando, de certa forma, o cariz impresso no Alvará de 4 de Fevereiro de 1802 – a gestão das pinturas do antigo DLEC, algo visível nos diversos pedidos e recibos que surgem na documentação daquela instituição, logo a partir de Janeiro de 1842. Curiosamente, e indo ao encontro da proximidade que Balsemão adquire com património pictórico nacional e dos contactos e informações privilegiadas que até pela sua posição adquire, vêmo-lo tornar-se um dos maiores colaboradores do conde polaco Athanasius Raczyński; foi da autoria daquele bibliotecário a lista de quadros atribuídos a Grão-Vasco que se encontravam espalhados pelo país, que organizada em formato de quadro analítico, aquele viajante e historiador da arte apresenta na sua obra, publicada em 1846, *Les Arts en Portugal*¹⁴⁶⁵.

Quanto às sessões do Conselho da CADLEC, até então semanais, passariam a ser mais espaçadas, sendo deliberado, a 22 de Fevereiro de 1842, que “*as regulares, para tratar d’objectos do Depozito fossem mensais*”¹⁴⁶⁶.

Convém salientar que a fase da “recolha” ainda não se encontrava terminada e que, então, livrarias e pinturas ainda estariam a entrar em S. Francisco da Cidade, provenientes de conventos extintos, ainda que sem um critério fixo. O Oficial ajudante da Biblioteca, Jacob Frederico Dinkelaker, era autorizado a ir receber a “*Livraria e todos os mais objectos d’Artes e Sciencias*” pertencentes ao Convento de S. Jeronimo do Matto¹⁴⁶⁷.

¹⁴⁶⁴ E o saldo existente no cofre: 367.518 reis. 31 de Dezembro de 1841 “Termo de entrega feita pela Comissão Administrativa do Deposito das Livrarias dos extinctos Convento, ao Ex^{mo} Sñr Vasco Pinto de Balsemão, Bibliothecario Mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa na conformidade e em cumprimento do Decreto de doze de Novembro de mil oitocentos e quarenta e hum” BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02, pp.212-213

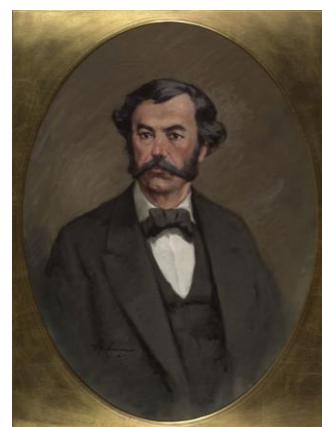
¹⁴⁶⁵ RODRIGUES, Paulo Simões, "O Conde Athanasius Raczyński e a Historiografia da Arte em Portugal", in *Revista de História da Arte*, n.º 8 (2011), (pp. 264-275), p.271. disponível em <http://hdl.handle.net/10362/16710> ; e https://run.unl.pt/bitstream/10362/16710/1/RHA_8_Varia_ART_1_PSRodrigues.pdf e DESWART-ROSA, Sylvie, *Athanasius Raczyński au Portugal, 1842-1848*, in *IV Encontro de História da Arte – IFCH / UNICAMP*, 2008, pp.438-439, disponível em <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2008/DESWARTE-ROSA,Sylvie%20-%20IVEHA.pdf>. (consultado em 4-01-2016).

¹⁴⁶⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02 pp.219-220. Acta de 22 de Fevereiro de 1842 “à excepção de um caso urgente, em que o Sñr Bibliothecario Mór convocaria extraordinariamente o Conselho.”

¹⁴⁶⁷ *Idem, ibidem*. Autorização na sequência de ofício do Administrador do Conselho de Alenquer, em que mostrava a impossibilidade de remeter para o Depósito com prontidão a Livraria daquele convento.

Nos primeiros tempos, destacam-se, igualmente, pelo número, os quadros que saem do antigo Depósito para o Convento das Donas de Santarém, 38, repartidos por duas entregas¹⁴⁶⁸ – ao procurador das religiosas, Luiz Cesario da Costa Machado¹⁴⁶⁹ –, a maioria com proveniência conhecida, oriundos de conventos tão diversos como a Graça, Seminário de Brancanes, S. Paulo d’Alferrara, Trindade, Xabregas, S. Vicente, Barbadinhos Italianos, N. Senhora do Livramento, S. Renualdo, São Bento da Saúde, S. Vicente, Nossa Senhora da Boa Hora de Belém, S. Francisco de Santarém, Corpus Christi, Cartuxa de Laveiras, Casa do Espírito Santo, Santo António dos Capuchos, Carmo, S. Domingos, Carnide e Necessidades¹⁴⁷⁰.

Em 1842, e nos anos próximos, vemos sair muitas pinturas, destinadas a igrejas e irmandades (ex. igreja de S. Jorge de Arroios) mas também a Liceus (Liceu Nacional de Lisboa), Sociedades (Escolástico-Filomática), Câmaras Municipais. Estas, no entanto, saíram “*em deposito*”, acompanhadas de uma declaração, na qual os recebedores ficavam obrigados à sua restituição, “*no mesmo estado*” em que eram entregues, logo que tal fosse expresso. Como veremos no próximo capítulo, por vezes serão manifestados outros cuidados, nomeadamente, relacionados com os eventuais restauros a que fossem sujeitas.



Terá sido o próprio Bibliotecário, então José Feliciano de Castilho¹⁴⁷¹ (1843-1847) [Fig.28], a respeito de um

Fig.28 Vítor Manuel da Câmara; *José Feliciano de Castilho*; 1983, óleo sobre tela, 81x60cm. BNP: Inv.14825.

¹⁴⁶⁸ Nos recibos consta o nº de inventário, tema e, na maioria, o convento a que pertenciam. Os temas são, naturalmente, religiosos, ou retratos de clérigos, por exemplo, representando “O Senhor no Horto” (2, um da Trindade e outro do Corpus Christi), “O Senhor Morto” (Cartuxa de Laveiras), “Stº António” (2 de Brancanes, 1 de S. Bento da Saúde), “S. Francisco tirando as Almas do Purgatorio” (S. Francisco de Santarém), “N. Senhora, o Menino, e S. Joze” (N.ª S.ª da Boa Hora, Belém), “Bispo de Cochim” (Stº António dos Capuchos), “Bispo de Angola” (S. Domingos). Recibos de 28 de Janeiro (25 quadros) e de 4 de Fevereiro de 1842 (13 quadros e um sacrário) BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01 e BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04.

¹⁴⁶⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/10/Cx04-04. Pedido ao Bibliotecário-Mor datado de 24 de Janeiro de 1842, assinado pelas freiras do Convento das Donas. Era o procurador das religiosas, Luiz Cesario da Costa Machado, o responsável pela escolha das pinturas (BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02). Uma nova escolha, pelo mesmo procurador, daria origem à segunda entrega (de 4 de Fevereiro); neste caso, devido a nela estar incluído um sacrário de madeira, algo que não estava incluído na sua procuração, o recibo seria assinado pelas próprias religiosas (BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04) Na acta de 22 de Fevereiro da Biblioteca era feita ainda referência a um requerimento de livros no qual seria incluído “um quadro que ainda lhes faltava para ornamento do Convento” (BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02 ,p.218) A 30 de Outubro as religiosas passariam um recibo relativo a “uma Imagem de S. Jose, de Jaspe, altura 3 palmos” (BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01).

¹⁴⁷⁰ Recibos de 28 de Janeiro (25 quadros) e de 4 de Fevereiro de 1842 (13 quadros e um sacrário) BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01 e BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04.

¹⁴⁷¹ José Feliciano de Castilho (Lisboa 1810-Rio de Janeiro 1879), jornalista, escritor e advogado. Irmão de António Feliciano de Castilho. Em 1829 já formado, foi implicado na tentativa de Revolta do brigadeiro Moreira

pedido de um quadro (que representava N. Sra. da Conceição) por parte do Reitor do Liceu Nacional de Lisboa¹⁴⁷², que escreveu, a 26 de Maio de 1843, ao Ministro António Bernardo da Costa Cabral no sentido de, a favor do próprio interesse do Estado, existir método na forma como as entregas eram feitas. Neste ofício Castilho lembrava:

“(...) será necessario atender a que, para de futuro, haverá, talvez possibilidade de se formar uma Galeria, não só dos Quadros dos extinctos Conventos, já arrecadados neste Deposito, e guardados n’outros Estabelecimentos, como dos que ainda estão por arrecadar, e por isso muito conveniente seria que tanto o mencionado Quadro, que he um dos mais bem conservados dos que restam, como todos os mais que d’ora em diante venhão a conceder-se, fiquem nos locaes para onde forem, como em Deposito, e considerados sempre propriedade do Ministerio dos Negocios do reino. (...)”.

Aludia este bibliotecário não à Galeria dos Varões Ilustres cogitada por Balsemão mas a algo maior, de diferente conteúdo – a galeria nacional – algo demonstrativo da sua abrangente visão. Solicitava, por isso, que lhe fosse ordenado que recebesse do dito Reitor uma declaração que o obrigava a restituir o quadro à primeira requisição *“no mesmo estado em que agora se lhe entregar”*¹⁴⁷³.

As cautelas de Feliciano de Castilho foram uma vez mais reiteradas, a propósito dos quadros solicitados pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, estabelecida na Real Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Lisboa. Apesar de já ter autorização para esta entrega *“uma vez que (...) n’isso não encontrasse duvida, ou pela qualidade, ou pelo numero dos quadros escolhidos”* em carta ao Ministro expunha o sucedido com esta possível e não completada *“transacção”*, que deixa transparecer, de alguma forma, a visão de futuro e preocupações deste bibliotecário para com a defesa do património público:

Freire, sendo obrigado a exilar-se em França, onde já se encontravam, também exilados, dois dos seus irmãos. Aí doutorou-se em Medicina e depois em Filosofia. Em 1834 regressou a Portugal, vindo, em 1839, a ser nomeado Consul Geral nas cidades hanseáticas e na Dinamarca. Três anos depois, em 1842, regressou a Portugal, sendo nomeado logo em 1843, bibliotecário-mor da BNL. Por estes anos (1842-1845 e 1846) foi ainda deputado nas legislaturas que se seguiram ao golpe de Costa Cabral. Publica com o irmão António, “Livraria Clássica”. Em 1847 partiu para o Rio de Janeiro onde exerce a advocacia e colabora em vários periódicos. Publicou trabalhos diversos relacionados com a advocacia, a profissão consular, arquivística, etc. *Grande Enciclopédia...*, *op.cit.*, Vol.6, p.217.

¹⁴⁷² ANTT, MR, Mç.2171 – documentos avulsos/papéis diversos. O pedido foi inicialmente feito à Academia de Belas-Artes de Lisboa. A 22 de Março de 1843 a Academia, por Francisco de Sousa Loureiro, respondia ao Ministro Costa Cabral, a respeito de pedido de informação acerca da pretensão do Reitor de um quadro de uma Senhora da Conceição: *“(...) a Academia não possui quadro algum com aquella Imagem de que póssa dispôr, podendo talvez suceder que elle se encontre entre os muitos que ainda existem arrecadados neste mesmo edificio, pertencentes aos Depositos dos bens dos Extinctos Conventos, os quaes estam hoje a cargo do Bibliothecario-Mór da Bibliotheca Nacional”*.

¹⁴⁷³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02. 26 de Maio de 1843.

“(…) Recebi a ordem de entregar á pessoa auctorizada pela Irmandade (...) alguns quadros do deposito respectivo, para ornamento da Caza das suas conferencias uma vez que eu n’isso não encontrasse duvida, ou pela qualidade, ou pelo numero dos quadros escolhidos. Efectivamente se apresentou n’este Estabelecimento um delegado da Irmandade, o qual apontou os quadros que escolhia. Não só me causou estranheza que para uma salla de conferencias da Irmandade, se requisitassem tambem numerosos quadros históricos, mas sobretudo não pude conceder o meu consentimento á entrega de uma quantidade prodigiosa (cerca de 30 paineis) entre os quaes se distinguiam bastantes dos melhores que no deposito restam. **O systema que tenho seguido, em conformidade com as communicações frequentemente feitas a V. Ex^a, é de não deixar sahir quadros de valor, unicos que V. Ex^a, poderá no futuro vir d’aqui a escolher para uma galeria nacional.** Mais por este moctivo do que pela porção e em virtude da auctorisação por V. Ex.ca, facultada, examinei os paineis requisitados, e declarei que, sem expressa ordem de V. Excia. não mdia se não uns 30 a/40 que marquei. Feita esta participação ao dele-/gado, respondeu (segundo dizem, pouco urbanamente) que n’esse cazo tambem elle estava auctorizado a fazer presente dos que nós lhe entregávamos ; não sahia pois nenhum para a sobre dita Irmandade. (...)”¹⁴⁷⁴.

A correspondência com o Ministério do Reino a respeito de pinturas tornou-se quase uma constante, uma vez que tinha de ser pedida autorização para a sua entrega. Esta teria em conta factores como a conveniência dos pedidos, as condições de conservação que seriam acatadas, as circunstâncias de pobreza das igrejas e/ ou irmandades ou conventos que as solicitavam.

Por outro lado, constata-se a existência de informações àquele ministério, a respeito do valor e merecimento de quadros solicitados. Veja-se por exemplo, o caso dos dois quadros pedidos pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia da Lapa¹⁴⁷⁵. No ofício ao Ministério do Reino, dirigido ao então Ministro e Secretário de Estado, Conde de Tomar, “*informando sobre o valor emerecimento de dois quadros do Deposito*” pedidos por aquela Irmandade era então referido por José Feliciano de Castilho:

“*Ill.^{mo} Ex.^{mo} S.^r = Em cumprimento do Of.^o expedido pela Secretaria dos Negocios do Reino de 17 de 9br^o passado (...) em que V. Ex^a. me ordena, que informe acerca do*

¹⁴⁷⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01, N^o9. 25 de Março de 1844 Destaques nossos.

¹⁴⁷⁵ ANTT, MR, Mç.3273 D.G. Instrução Pública. 1.^a Rep. Biblioteca Pública. 4 de Outubro de 1845. Requisição da Irmandade.

*valor e merecimento de dois quadros, um da Cêa do Senhor, e outro do descimento da Cruz*¹⁴⁷⁶, pedidos pelo Juiz e Mesarios da Irmandade do S.S. Sacramento erecta na Parochial Egreja da N. S^a da Lapa d'esta Cidade; etendo Consultado, para o caso presente, pessoa competente : Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a que o quadro da Cêa valerá R^s48#000, e o do descimento R^s 38#400. Emq.^{to} porem, ao seu merecimento, só posso informar a V. Ex.^a, que parece serem copias de originaes de Pedro Alexandrino. (...)"¹⁴⁷⁷.

Estas informações foram dadas, apesar de no ofício ao Ministério do Reino, de dois meses antes, remetendo o requerimento da Irmandade, Castilho exprimir a sua opinião: “*Eu duvida nenhuma tenho em que se lhes concedão, seguindo-se as formalidades de Estilo; mas V.Ex.^a mandará o que for servido.*”¹⁴⁷⁸. Ou seja, constata-se com elas, preocupação por parte do Governo, em saber o que estava a ser dispensado.

Mais interessante ainda verificar que dois dias depois destas palavras do bibliotecário, os quadros estavam já a ser entregues....¹⁴⁷⁹

Apesar das palavras de Castilho e das restantes circunstâncias para cumprimento de uma Portaria da Secretaria do Reino datada de 4 de Dezembro, que mandava a Academia de Belas-Artes de Lisboa informar acerca da pretensão da Irmandade, este fez deslocar à igreja dois Professores de Pintura Histórica para examinarem os quadros; as suas informações – com avaliações ainda mais baixas do que as mencionadas pelo Bibliotecário – levaram a Academia a dar o parecer de que não serviam para estudo nem para galeria e, consideradas “inúteis”, podiam continuar a servir de ornamento “*á capella a que estam destinadas*”¹⁴⁸⁰.

¹⁴⁷⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 4 de Outubro de 1845. No requerimento do Juiz e Mesários da Irmandade ao Bibliotecário-Mor estes referiam que “tendo feito, quasi de novo por meio d’uma subscrição dos moradores da dita Freguesia uma capella onde, com a maior decencia possivel esteja guardado o Sagrado Tabernaculo, e carecendo absolutamente de um quadro alegórico para a dita Capella = P.P. a V. Ex.^a. que dos quadros existentes no Deposito das Livrarias dos extinctos conventos, hoje annexo á Bibliotheca Nacional lhes conceda u que tem d’altura dez palmos, e de largura oito e q representa a Cêa do Senhor, e bem, assim outro que representa o descimento da Cruz que tem palmos de altura onze, e largura sete pouco mais ou menos (...)”.

¹⁴⁷⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01, N°65. 2 de Dezembro de 1845.

¹⁴⁷⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01, N°52. 4 de Outubro de 1845.

¹⁴⁷⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 6 de Outubro de 1845.

¹⁴⁸⁰ “1.º - Que o painel representando a Cêa do Senhor é cópia inferior de uma estampa, e poderá valer vinte até vinte e quatro mil reis.

2.º - Que o painel representando o Descendimento da Cruz é uma composição moderna recopilada de uma Estampa de Luiz Caracci, e que o seu valor não poderá exceder a vinte e oito mil e oitocentos reis.” 11 de Dezembro de 1845. Informação dada pelo Vice-Inspector da Academia, João Jozé Ferreira de Souza, ao Conde de Tomar. ANTT, MR, Mç.3723 – D. G. Instrução Pública, 1.ª Repartição, Biblioteca Pública 1827-[1850] 2cx. Referência a pedido de dois quadros existentes no DLEC em ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.9 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00004), Acta nº248 de 22 de Dezembro de 1845, fls.61-61vs.

José Feliciano de Castilho, admitirá na sua correspondência e no seu *Relatório à cerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos...*¹⁴⁸¹, o “completo cahos” e as más condições em que se achavam as pinturas arrecadadas em S. Francisco da Cidade – 991, a que se somavam as que se encontravam *em rolo*¹⁴⁸². Castilho, conforme desenvolveremos no capítulo V, desempenharia um papel fundamental na gestão e conservação das obras do Depósito, ao tomar medidas efectivas com vista à sua organização e melhor conservação naquele espaço.

Apesar de, em muitas pinturas que saíram, ser possível indicar o seu convento de origem, e os requisitantes, ou seus procuradores, fazerem a escolha das que desejavam, o que implicaria um contacto efectivo com as pinturas em depósito – certamente muito facilitado pelo sistema de cordas e roldanas que Castilho implementou nos corredores do andar superior¹⁴⁸³ – muitas encontravam-se em rolos e algumas teriam já perdido a sua identificação. Encontrar algo específico continuava a ser problemático, e sem garantias de sucesso¹⁴⁸⁴. No entanto, quase tudo continuava mal em S. Francisco da Cidade...

As melhorias implementadas por Feliciano de Castilho, nos anos 40 de oitocentos, naquela instituição, nomeadamente, no espaço e nos objectos do Depósito, não tinham resolvido os problemas de acomodação e gestão de um património que se ia deteriorando. E se, até meados dessa década, alguns quadros saíram para outros edifícios, “arejando” aquele espaço, após 1846 – ano em que foram entregues à Irmandade do S. Sacramento da Freguesia de Santa Maria dos Olivais 26 pinturas de temas religiosos¹⁴⁸⁵ – aparentemente, tudo estagnou.

Após a direcção deste bibliotecário e da primeira passagem de José Mendes Leal por este cargo (1850-1851)¹⁴⁸⁶, José Barbosa Canaes de Figueiredo Castelo Branco (1851-1857) torna-se responsável pela biblioteca, encontrando um cenário, certamente, ainda longe do ideal. No entanto, a saída de quadros parece ser retomada, logo em 1851, e também para o exterior, particularmente para Cabo Verde, mais propriamente para a igreja paroquial de N. Sra da Luz

¹⁴⁸¹ CASTILHO (Barreto e Noronha), José Feliciano de, *Relatório à cerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos, dirigido ao Exm.o. Sr. Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino – no 10 de Janeiro de 1844*, Vol. I, Typographia Lusitana, Lisboa, 1844.

¹⁴⁸² *Idem, ibidem*, pp.91-92.

¹⁴⁸³ *Idem, ibidem*.

¹⁴⁸⁴ Veja-se por exemplo a situação das pinturas do antigo Colégio da Companhia de Jesus de Évora, pedidas pelo Governador Civil daquela cidade. Supostamente existentes no Depósito com o título “sessenta e duas pinturas do Collegio do espirito Santo d’Evora” Castilho referia então que era impossível serem guiados por essas indicações antigas e que, apesar de “Existir agora uma Galeria geral dos paineis restantes “em geral” só pela inspecção de quem tiver conhecimento do que pede é que se poderá com segurança escolher”. Das solicitadas, apenas seriam localizadas 19 grandes, 18 pequenos, e ainda 4, apontadas por Professores da Academia de Belas-Artes. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01, N°10. 26 de março de 1844.

¹⁴⁸⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01, N°143. 24 de Agosto de 1846 Recibo e relação dos quadros.

¹⁴⁸⁶ Assumirá um segundo longo mandato, entre os anos de 1857 e 1886.

na Ilha de S. Vicente¹⁴⁸⁷, “transacção” que teve intervenção de José Feliciano de Castilho, que escolheu e recebeu¹⁴⁸⁸ os quadros. Quando apresenta ao então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, a relação dos quadros escolhidos, Canaes de Figueiredo refere que

*“Como todos elles sejam, como realmente são, d’assumptos sagrados, nenhuma applicação podem ter nem mais conveniente, nem mais aproveitável, do que a de contribuirem para incentivo, e accrescentamento do culto divino, ornando e authorisando o templo para que são pedidos (...)”*¹⁴⁸⁹.

Também em 1851 acontecia a “*Exposição de objectos de Industria, Bellas-Artes, e galanteria e curiosidades a beneficio das Cazas d’Asylo da Infancia desvalida desta Capital*”¹⁴⁹⁰, sendo solicitados à Biblioteca, nomeadamente, os globos de marfim rendados que ali existiam, a Bíblia denominada dos Jerónimos, o Livro de Horas d’El Rei D. Duarte (estes na Torre do Tombo) ou o Frontal de altar da Capela de S. João Baptista da Igreja de S. Roque, considerados “*objectos em geral pouco vistos, (...) muito proprios para excitar a concorrência dos visitantes* (...)”¹⁴⁹¹.

Nesse mesmo ano, pedidos provenientes da Vila de Soure, levariam 24 pinturas¹⁴⁹² a sair do Depósito, destinadas à igreja da Misericórdia, à igreja de S. Tiago e suas respectivas sacristias. A este respeito, quando Canaes de Figueiredo fornece ao Ministério do Reino as informações

¹⁴⁸⁷ BNP, AH, BN/DGA/05/ Cx01 Correspondência recebida. 28 de Junho/4 de Julho de 1851 Requerimento do Padre Sebastião Luiz Monteiro, pároco da Igreja Matriz e Freguesia da Luz na Ilha de S. Vicente, Cabo Verde, pedindo que lhe sejam facultados alguns quadros e mais objectos que supunha existirem no Depósito.

¹⁴⁸⁸ BNP, AH, BN/DGA/05 Cx01 Correspondência recebida. 9/25 de Outubro de 1851. Autorização para o Bibliotecário-Mor entregar a José Feliciano de Castilho os quadros destinados a Cabo Verde.

¹⁴⁸⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. N.º34. 8 de Outubro de 1851.

¹⁴⁹⁰ O âmbito, segundo notícia publicada na *Revista Popular*, seria alargado em “benefício das casas de asylo da infância desvalida do continente do reino e da ilha da Madeira”. A exposição terá tido início a 9 de Novembro de 1851 e decorrido na Casa do Risco do Arsenal da Marinha. *Revista Popular*, Volume IV, Novembro 1851, N.º 43. Nesta exposição filantrópica esteve patente um importante conjunto de pinturas nacionais e estrangeiras pertencentes ao Duque de Palmela (algumas mencionadas por Raczyński em *Les Arts en Portugal...* Paris, Jules Renouard, 1846, pp.399-400) que mereceria um *Catalogo*, começado a publicar na *Revista Universal Lisbonense*, N.º13, de 6 de Novembro de 1851, p.142-143, Tomo IV, 2ª série.

¹⁴⁹¹ BNP, AH, BN/DGA/05/Cx01 Correspondência recebida. 10 de Março de 1851, 3/7 de Abril de 1851. 18 de Junho de 1851: ordem do Ministério do Reino para que fosse entregue a pessoa autorizada pela Comissão promotora da exposição os ditos globos de marfim “mediante as Cautellas necessarias, para evitar o extravio daquelles objectos, que são confiados temporariamente á dita Comissão.” BN/DGA/01 Cx01 Correspondência... Os globos de marfim seriam novamente pedidos para a “Exposição Philantropica de 1858”. Abril de 1858 BN/DGA/05/02 Cx2 mc02. A Comissão, nomeada pelo Conselho de Presidência da Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida de Lisboa, era constituída pela Marquesa de Fronteira, pela Condessa de Rio Maior, pela Condessa do Lavradio e pela Duquesa da Terceira.

¹⁴⁹² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 8 de Janeiro de 1852. “Relação dos quadros pertencentes ao Deposito das livrarias dos extinctos Conventos, que foram escolhidos por Jose Joaquim de Freitas [procuração datada de 13 de Dezembro de 1851] para a egreja da Misericordia, e parochial de S. Thiago da Villa de Soure, por auctorisação concedida em portaria do Ministerio do reino de 2 de Desembro de 1851” (com recibo anexo).

solicitadas, numa altura em que já devia estar a escrever os seus *Estudos biographicos ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes á Bibliotheca Nacional de Lisboa*.¹⁴⁹³, esclarecia:

“(…)Tendo eu já sobre idêntico requerimento emitido o meu parecer á cerca da conveniencia de se darem taes quadros para Igrejas Publicas, porque lá melhor se consêrvão, e por outra parte podem concorrer para augmento da devoção dos fieis, accresce, que havendo ultimamente examinado todos os quadros recolhidos no Depósito e visto a deterioração de grande parte dellas acontecida antes de Sua Magestade conceder o mesmo Deposito á Bibliotheca, e augmentala pelo tempo e falta de braços; pensei requerer oportunamente, que se realisasse tal entrega, porque além das razões expostas havia outra de não dever tirar delles utilidade alguma a Bibliotheca:= Parece-me em virtude disso, que será conveniente auctorisar o Exmº Ministro ao conselho da Bibliotheca para dar aos recorrentes os quadros Sacros, que com sua approvação escolher o Procurador dos mesmos recorrentes, e que isso fique em regra, para o futuro quando a Sua Magestade se dirigirem semelhantes supplicas. = Entretanto julgo, que esta medida não se deve estender a outros quadros, porque da maior parte delles póde talvez a Bibliotheca tirar proveito, como espero ponderar ao Exmº Ministro depois de concluido o trabalho discriptivo que delles estou fazendo. (...)”¹⁴⁹⁴.

Canaes de Figueiredo iniciava uma nova “revolução” naquele espaço, que passava pela sua libertação de pinturas que, pela sua temática ou pelo seu mau estado de conservação, não lhe interessavam. Nesta escolha, nomeadamente, no que diz respeito à temática, o seu critério terá passado pela eleição, para serem conservadas na Biblioteca, daquelas que, para além de estarem em relativo bom estado de conservação, representavam retratos de pessoas com alguma importância, ainda algo dentro da perspectiva da Galeria de Reis e Varões Ilustres idealizada em 1837 por Vasco Pinto Balsemão para aquela Biblioteca. Os seus *Estudos biographicos...*, essencialmente um conjunto de biografias onde os retratos em si não mereceram análise ou apreciação artística, são reveladores do carácter historicista que presidiu à eleição realizada por aquele bibliotecário-mor.

¹⁴⁹³ CASTELLO-BRANCO, José Barbosa Canaes de Figueiredo. *Estudos biographicos ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes á Bibliotheca Nacional de Lisboa*, Lisboa, 1854.

¹⁴⁹⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01, Doc. Nº72. 27 de Novembro de 1851.

Com esta perspectiva, Canaes de Figueiredo desejava libertar a Biblioteca dos designados quadros sacros, ainda existentes no Depósito, passando a tarefa da sua distribuição, “*às Igrejas que delles necessitarem*”, para o Cardeal Patriarca de Lisboa, então D. Guilherme I (Guilherme Henriques de Carvalho), autorização que lhe foi concedida por portaria do Ministério do Reino de 6 de Março de 1852¹⁴⁹⁵. Também retratos de Patriarcas eram contemplados com o mesmo destino¹⁴⁹⁶.

Para além daqueles que terá entregue a esta autoridade eclesiástica – de que não conseguimos apurar o número – muitas obras que se encontravam arruinadas devido às más condições em que tinham sido armazenadas, deixavam de ter possível utilização, profana ou religiosa. O bibliotecário decide assim fazer uma “limpeza” das existências, levando a que um “*avultado numero de quadros*”, fossem transportados para o Campo Pequeno e queimados, em Outubro de 1853¹⁴⁹⁷. Esta queima terá sido assistida, nomeadamente, pelo empregado de polícia (Governo Civil) Joaquim Antonio Victoria, informação que surge documentada anos mais tarde, suscitando dúvidas sobre a total e efectiva realização da tarefa...¹⁴⁹⁸.

A gestão do património “herdado” pela biblioteca, para além de obrigatória, tornava-se necessária; basicamente, havia que dar propósito à sua existência naquele edifício, mas fundamentalmente, interessava desfazerem-se dele, algo revelador do pouco significado que a maioria das pinturas tinha para os bibliotecários, salvo raras excepções. Para além da entrega ao Patriarcado, da sua destruição, ou utilização enquadrada/justificada pelos estudos biográficos realizados, foram surgindo outras opções.

Em 1857, o Marquês de Vallada, D. José de Menezes e Távora Rappach da Silveira e Castro¹⁴⁹⁹, abriu um novo caminho: a venda. Escolheu e apresentou à Biblioteca uma relação

¹⁴⁹⁵ BNP, AH, BN/DGA/05 Cx01 Correspondência recebida. 6 de Março de 1852.

¹⁴⁹⁶ *Idem, ibidem*.

¹⁴⁹⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 3 de Outubro de 1853, ofício de Canaes de Figueiredo ao Intendente das Obras Públicas; e CASTELLO-BRANCO, *op.cit.*, p.XI. No ofício podia ler-se: “Tendo determinado o Ex.^{mo} Governador Civil, que no Campo pequeno, se procedesse á queima do avultado numero de quadros sacros, recolhidos, no Deposito Geral das livrarias dos extinctos Conventos, que pelo seu estado de total ruina, não podem ter a devida applicação, nem outra qualquer profana, attenta a sua qualidade de sagrados; cumpre para levar a effeito este serviço, que eu rogo a VEx.^a se sirva pôr á minha disposição dous carros, que deverão aqui achar-se na 3.^a feira, 4 do corrente pelas 7 horas da manhã; servindo-se igualmente VEx.^a. habilitar-me, com a sua resposta, para eu devidamente fazer as necessarias communicações ao mesmo Ex.^{mo} Governador civil.” *Ibidem*.

¹⁴⁹⁸ BNP, AH, BN/DGA/05/02 Cx2 mç02.. 18 de Maio de 1857. Refere A. J. Vieira S. Rita (Gov. Civil) que “foi effectivamente nomeado para aquella diligencia o empregado (...), que deu conta de havel-a executado, seguindo as ordens q. recebêra.”

¹⁴⁹⁹ Cerca de dois anos antes, em 1855, o Marquês, 2.^o a deter o título, e membro do partido regenerador, tinha adquirido uma quinta em Sintra, que remodelou completamente. http://www.cm-sintra.pt/phocadownload/PDF/consulta_publica/revisao_pdm/documentos-consulta/relatorios-diagnostico/Tema-11-Patrimonio-Natural-Arquitetonico-e-Arqueologico.pdf (consultado pela última vez em 20-05-2016).

de quadros “para lhe serem entregues, se acaso o Governo assim o permittir”¹⁵⁰⁰. O Conselho Administrativo da Biblioteca, logo à partida, recusou a saída do Padre Theodoro de Almeida “por ser o único que ha na casa”, constituindo com esta recusa “jurisprudência” que ia ao encontro dos critérios já aqui referidos:

*“recusa que o Conselho intende que deve estender-se a qualquer outro quadro, mui principalmente retrato de escriptor portuguez, que esteja nas mesmas circunstancias; e no caso de haver mais de um, reservando sempre o de maior merecimento.”*¹⁵⁰¹

Nova relação foi apresentada ao Conselho, composta por treze retratos escolhidos pelo Marquês¹⁵⁰², “na qual vinham lançados os preços, que em cada um delles tinha marcado o Professor da Academia das Bellas Artes, o Sr. Fonseca, e a par os que offerecia o Sr. Marquez.” Algumas das propostas feitas por este eram mais baixas. O Conselho Administrativo da BNL não se opôs à saída, desde que o preço apontado por Fonseca se mantivesse e as molduras ficassem para a Biblioteca.

Apesar de Canaes de Figueiredo escrever ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino pedindo autorização para efectuar a venda (“troca”)¹⁵⁰³, o negócio não se deverá ter efectivado (pelo menos na sua totalidade), uma vez que o retrato de Bluteau [Fig.29], um dos seleccionados e com uma maior de diferença de preço entre as avaliações/ofertas, faz ainda hoje parte do espólio¹⁵⁰⁴.

Como veremos mais pormenorizadamente no último capítulo¹⁵⁰⁵, entretanto, surgia a ideia de um leilão de quadros, algo que só viria a ter



Fig.29 Autor desconhecido; *Padre Rafael Bluteau*; c.1752-1780; óleo s/tela, 96x74cm. BNP: Inv.10945.

¹⁵⁰⁰ BNP, AH, BN/DGA/01/Lv01-02 Actas das Sessões do Conselho Administrativo da BNL, fl.29vs. 26 de Maio de 1857 Sessão extraordinária.

¹⁵⁰¹ *Idem, ibidem.*

¹⁵⁰² BNP, AH, BN/DGA/01/Lv01-02 Actas... BNL. Padre Manuel Bernardes (\$800/\$800), D. Sebastião de Meneses (2\$480/1\$480), Thomaz Kempis (\$800/\$800), Padre António Tavares (1\$200/\$800), Emerico de Eszterhazy (9\$600/9\$000), Sra. D. Maria filha de D. João IV (\$480/\$480), D. Nuno Alvares Pereira (1\$200/1\$200), Duque de Aveiro (2\$400/2\$400), Fr. Manuel da Conceição (1\$600/1\$600), Bluteau (4\$800/2\$800), Nicolau de Saxonia (\$480/\$480), D. Luiza de Gusmão (2\$400/\$960), Fr. Bartholomeu dos Martyres (1\$600/1\$200). (Avaliações Fonseca/Marquês de Valada)

¹⁵⁰³ BNP, AH, BN/INC/DLEC/02/Cx03-01, Doc. N°74. 8 de Junho de 1857.

¹⁵⁰⁴ BNP, AH, BN/DGA/01/Lv01-02 Actas ... BNL. Sessões de 26 de Maio e 2 de Junho de 1857.

¹⁵⁰⁵ *Vide* Capítulo VI, pp.707-711.

concretização na década de 60, sob a direcção do Bibliotecário Mendes Leal. Uma vez mais, a Academia de Belas-Artes de Lisboa – onde algumas pinturas também iriam a hasta pública, tal como sucederia com a Academia das Ciências – seria chamada a escrutinar os quadros, procurando-se manter na Biblioteca apenas os que tinham *merecimento artístico e histórico*, cuja conservação nas suas salas parecesse ser *conveniente*.

1.8. O Patriarcado e as pinturas provenientes do Depósito das Livrarias

A partir de 1852, o Patriarcado terá passado a dispor da gestão de um conjunto de pinturas provenientes do antigo DLEC, cujo número não foi possível determinar.

A incorporação do antigo Depósito na Biblioteca Nacional de Lisboa, em 1841, com a consequente extinção da CADLEC, deixou nas mãos da Biblioteca e do seu Conselho a gestão de um vasto património para o qual não estava especialmente vocacionada. Nos anos subsequentes, a volumosa “herança” pictórica recebida foi sendo sucessivamente escolhida e distribuída, quase sempre em regime de depósito, por inúmeras igrejas e edifícios públicos.

O elevado número de pinturas e as más condições de conservação em que se encontravam, terão propiciado a que aquele estabelecimento procurasse desfazer-se de algumas delas, passando-as para mãos que, pelas suas ligações à esfera religiosa pudessem, mais facilmente, gerir aquele património. Provenientes de antigas casas religiosas, tratava-se de um grupo de quadros sacros que, à semelhança do que aconteceria com as alfaias e paramentos, se adequavam a espaços religiosos e que poderiam ser naturalmente geridos pelo Patriarcado.

Estas pinturas, não eleitas pela Academia para a idealizada Galeria Nacional de Pintura, estavam por isso descomprometidas. Relembramos, contudo, que esta espécie de item continuaria no futuro a fazer parte do espólio da Biblioteca, sobretudo retratos, o que leva a concluir que a temática e, com toda a certeza, o estado de conservação – notemos que em 1853 um grande lote é queimado no Campo Pequeno – pesava na escolha daquelas que foram entregues. Todos estes pressupostos encontravam-se presentes no ofício/portaria expedido por Fonseca Magalhães, Ministério do Reino, ao Cardeal Patriarca de Lisboa, a 6 de Março de 1852, no qual não se deixa de aludir ao facto de este ser um modo de as preservar, unindo-se o aspecto da preservação com o religioso:

“ *Existindo no Deposito annexo á Bibliotheca Nacional de Lisboa alguns quadros sacros que, por desnecessarios áquelle Estabelecimento, muito conviria fossem distribuidos pelas Igrejas que delles necessitarem, evitando-se deste modo a deterioração dos mesmos quadros, e podendo com elles augmentar-se a devoção dos*

fieis; - e tendo VEm^a annuido a recebêl-os em deposito para o indicado fim na sua residencia Patriarchal, segundo informa o Bibliothecario Mór da referida Bibliotheca: tenho a honra de prevenir a VEm.^a de que, na data d'hoje, se expede ordem ao Conselho da Bibliotheca, a fim de fazer entrega dos mencionados quadros á pessoas que para sos receber se apresentar devidamente habilitada por VEm.^a; - cumpre-me igualmente participar a VEm.^a que por esta occasião mandei que lhe fossem entregues retratos dos Patriarchas antecessores de VEm.^a, como devendo estar no Paço Patriarchal. (...)”¹⁵⁰⁶.

A juntar aos designados quadros sacros estavam, portanto, retratos de Patriarcas, cujo interesse em que estivessem no Patriarcado pode ser tido como natural.

No entanto, a documentação deixa perceber que a entrega não terá sido imediata ou mesmo concretizada. Pelo menos dois quadros sacros – supostamente daquele lote – viriam a ser “entregues” pelo Patriarcado, já com destino certo; uma situação em que a Biblioteca parecia retomar o seu papel de intermediária, algo exposto por um quase enigmático recibo passado por Barbosa Canaes de Figueiredo Castello Branco, em Maio desse mesmo ano, e que revelava uma situação nova: a entrega de uma pintura a um particular:

“Foram-me entregues no Depósito das Livrarias dos extinctos Mosteiros, dos Quadros Sacros, que o Governo poz á disposição do Exm.^o Sñr. Cardeal Patriarcha, e concedidos pelo mesmo Exm.^o Sñr. em seu officio de 11 do corrente, os seguintes : Uma Ceia para a Igreja da Misericordia da Villa de Soure, e uma Annunciação para a Capella de Bento José Ferreira Leitão, hoje residente na mesma Villa, e de como os recebi p^a os destinos mencionados passei a presente. Lx.^a 16 de Maio de 1852.”¹⁵⁰⁷

Outra portaria, de 23 de Junho, que não foi possível localizar, deveria dizer respeito a livros litúrgicos e de disciplinas eclesiásticas. Ambas as portarias, de 6 de Março e 23 de Junho, são referidas em correspondência datada de 30 de Setembro do mesmo ano, do Patriarcado com as Obras Públicas, no sentido de se efectuar o transporte de todos os objectos:

“Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Por Portaria de seis de Março e de vinte e trez de Junho do corrente expedidas pelo Ministerio do Reino, Houve Sua Magestade por bem Mandar entregar

¹⁵⁰⁶ De Fonseca Magalhães ao Cardeal Patriarca de Lisboa. Avisos Régios 1851-1855 Patriarcado Com a mesma data seguiu para o Conselho da Biblioteca autorização da Rainha para “entregar ao Cardeal Patriarcha de Lisboa os quadros sacros existentes no Deposito annexo á mesma Bibliotheca, a fim de serem pelo referido Cardeal distribuidos ás Igrejas que delles necessitarem, e bem assim alguns retractos dos Patriarchas seus antecessores: (...)” BNP, AH, BN/DGA/05 Cx01. 6 de Março de 1852 Portaria do Ministério do Reino, 1^a Direcção, 1^a Repartição, L^o10^o, N^o84.

¹⁵⁰⁷ *Boletim da Academia ...*, IV, 1939, *op.cit.*, p.48, doc. LVIII.

ao Em.^{mo} Patriarcha alguns Livros lithurgicos, e de disciplinas Ecclesiasticas, e uma porção de quadros Sacros pertencentes ao espolio dos Extinctos Conventos, cujos objectos estão na Biblioteca Nacional já separados para aquelle fim. E como durante a auzencia de Sua Em.^{cia} me pertence o governo espiritual e temporal da Dioceze, como Provizor e Vigario Geral [Domingos Jozé de Souza e Magalhaes], e estou especialmente encarregado por Sua Eminencia de receber, e de promover o transporte daquelles livros, e quadros da Bibliotheca Nacional para o Paço de S. Vicente, aonde se devem conservar em depozito para o destino prescripto nas mesmas Portarias, considerando que esta operação é d'interesse publico por serem aquelles objectos destinados para o Seminario e Instrucção do Clero, e por outro lado a dificuldade do transporte por serem muitos Livros e Volumosos, e os quadros de grandes dimensoens : requesito de V.Ex.^a como Ministro e Secretario d'Estado das Obras Publicas se digne mandar pela Direcção das Obras publicas desta Cidade expedindo-se ao Director a ordem necessaria para este fim (...)"¹⁵⁰⁸.

No que se refere aos quadros, estes eram *de grandes dimensoens*, o que decerto terá influído sobremaneira na decisão de saírem do depósito em S. Francisco da Cidade para o Paço de S. Vicente de Fora.

1.9. As Estampas

Para além de pinturas em madeira, em tela e em cobre, que naturalmente surgem como fazendo parte das recolhas do DLEC, também as estampas se encontram quase que “omnipresentes”, pontuando a maioria das relações. Avulsas, em colecção, emolduradas ou não, estas encontravam-se presentes num grande número de extintos conventos e nos respectivos inventários que chegaram aos nossos dias.

No que se refere àquelas que têm esta proveniência, recolhidas pelo DLEC, seriam entregues à Biblioteca Pública, algumas depois à Academia de Belas-Artes de Lisboa. O seu valor documental e iconográfico era importante. Algumas representações únicas de pessoas ou acontecimentos, eram importante material de estudo, permitindo também o contacto com reproduções de inacessíveis obras de arte internacionais.

A sua entrega a estas duas instituições, nomeadamente, à primeira, surgia como natural, quer pela sua fragilidade, quer pelo que constava no Alvará de 28/30 de Maio de 1834 que,

¹⁵⁰⁸ AHPL, Liv.355 L°3º - Correspondência Oficial com o Governo 1852. 30 de Setembro de 1852, Nº79.

lembramos, mandava que fosse remetido para aquele estabelecimento “*um exemplar de qualquer estampa ou mappa que se gravar ou lithographar, assim como de todas as demais produções de semelhante natureza*”¹⁵⁰⁹.

Encontramos, deste modo, logo em finais de Outubro de 1834 uma “Relação das Estampas que vierão do extinto Mosteiro d’Alcobaça”, conjunto de 14 *volumes* (sem especificar o número de itens), depositado na “*competente sala da Bibliotheca Pública da Côrte*”. Entre elas era possível encontrar estampas da vida do Papa Pio VI, “*de varios heroes e heroínas d’Hespanha*” ou “*d’algumas batalhas dadas aos Mouros no tempo de D. Affonso Henriques*”¹⁵¹⁰.

Já em 1837, num documento cujo título acaba por especificar a origem (apesar de não a proveniência), encontramos referência ao seguinte conjunto:

“*Relação das Estampas que existem dentro em huma Pasta, pertencente ao Deposito Geral das Livr.^{as} dos extinctos Conventos, depositada no Gabinete de Bellas Artes da Bibliotheca Nacional em 16 de Março de 1837. a S^{er}*

	Numero das Estampas
Retratos d’El Rei D. João 5º - / Não ha na Bibliotheca /	
D ^{os} do Principe da Beira D. Pedro d’Alcantara / Idem /	5
D ^{os} do D ^{or} Ignacio Barboza Machado / Idem /	13
D ^{os} do Papa Pio 7º. / Idem/	3
D.º do Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sz. ^a Coutinho. / Idem /	1
D.º de Nelsom. / Idem /	1
D.º do D. ^{or} Willis / Idem /	1
D.º de Sancio de Faro / Idem /	1
Estampas Historicas da vida do Papa Pio 6º / Ha na B./	1
_____ representando a figura do Oceano / Não ha /	
_____ a morte do B. Bernardo ó Ophidia / Idem/	20
_____ a Villa d’Amarante / Idem /	1
_____ a Estatua equestre de D. José 1.º /Idem / Está rasgada.	1
	<u>1</u>
Bibliotheca Nacional, era ut supra.	50
	Ass. Colffs Guim. ^{es}

¹⁵⁰⁹ Alvará passado a 28 de Maio de 1834, assinado pelo Duque de Bragança (e Bento Pereira do Carmo), registado a 30 do mesmo mês, disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p452>.

¹⁵¹⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/ CX 05-02. 27 de Outubro de 1834.

Em 3 de Abril de 1838, de acordo com a “*Relação dos Objectos que sahirão deste Deposito Geral das Livrarias (...) e forão entregues por deversas Ordens de Sua Magestade ás Estações abaixo mencionadas (...)*” foram entregues pela CADLEC à Academia, “46 Estampas de gravura”¹⁵¹¹.

A análise da documentação do DLEC deixa perceber que terão sido recolhidas centenas, (senão mais) de estampas/gravuras, nos mais variados estados, as quais, à semelhança das pinturas, acabaram entregues a outras instituições.

1.10. Esculturas no DLEC

O tema das esculturas provenientes dos conventos extintos, e da forma como foram “geridas” no pós-1834, permanece envolto em dúvida e mistério. De facto, como destaca Ricardo Mendonça, ao contrário do que aconteceu com a colecção de pintura – cujo interesse nacional seria constantemente evocado, sob o pretexto da necessidade do estabelecimento de uma pinacoteca – nenhuma palavra seria escrita acerca da escultura¹⁵¹².

A finalidade do “*Deposito Geral das Livrarias, Pinturas, Estatuas e mais Preciosidades Artisticas e Scientificas dos Extinctos Conventos*”¹⁵¹³ era, como o seu nome indica, bastante abrangente, com um âmbito alargado. No entanto, através da documentação disponível, constata-se que, na prática, a sua vocação centrava-se nas livrarias e nas pinturas, sendo as outras categorias de elementos, quase sempre relegadas para segundo plano, uma vez que, para além de ali não encontrarem as condições necessárias (espaciais, decência, etc.), acabavam por ir parar a outros destinos, nomeadamente, outros depósitos, em cuja vocação se enquadravam, vindo apenas, pontualmente, a ser recolhidas no edifício de S. Francisco.

Terá sido o que sucedeu com as esculturas, então designadas “*Estatuas de Santos*”, que, para além de ocuparem um espaço considerável e não poderem ser armazenadas como os livros ou mesmo as pinturas (mesmo que em más condições), encerravam em si uma grande carga votiva que condicionava todo o processo.

Tendo em atenção estas características, e apesar do próprio DLEC vir, pontualmente, a recolher algumas, como é constatável em listagens e recibos, este parece não ter tido especial interesse na sua recolha, e a tê-la realizado, foi de uma forma paralela, não tendo chegado aos nossos

¹⁵¹¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/28/Cx06-06.

¹⁵¹² MENDONÇA, Ricardo J.R., *O coleccionismo de escultura na Academia de Belas-Artes de Lisboa*, disponível em http://www.academia.edu/8490889/The_collection_of_sculpture_of_the_Lisbon_Fine_Arts_Academy.

¹⁵¹³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.65-66. Agosto de 1837.

dias documentação especificamente relacionada com ela. Uma análise mais atenta revela, contudo, que efectivamente ter-lhe-á cabido – pelo menos parcialmente ou pontualmente – e, aos seus funcionários no terreno, essa tarefa de recolha; alguns aspectos como a visita, o inventário e a recolha, estariam muitas vezes dependentes em grande parte do Depósito de São Francisco da Cidade e da sua organização.

De facto, são poucas as referências a esculturas que podemos encontrar na vasta documentação do DLEC¹⁵¹⁴ e, quando surgem, são quase a título excepcional, não sendo possível definir quais os critérios que presidiram, efectivamente, à sua “incorporação” naquele estabelecimento. Apesar de as “estátuas” estarem dentro das suas competências (e a documentação comprova-o), e serem solicitadas informações acerca delas, tal como acontece com as pinturas e outras preciosidades), parecem ser assunto quase ignorado. Alguns crucifixos e imagens, que não chegam à meia centena, constam, quase imperceptíveis, entre milhares de pinturas. Para além destes, um conjunto de bustos, provenientes das livrarias dos conventos, que em Junho de 1837 a Comissão Administrativa do Depósito entregou à Academia de Belas-Artes¹⁵¹⁵, ingressando no acervo de escultura desta instituição. Terão sido feitos inventários específicos de escultura, que não chegaram aos nossos dias? Funcionariam os empregados do depósito como “agentes pontuais” ao serviço de outro organismo que tinha como missão específica a recolha desse tipo de peças? Pelas referências encontradas e quantidade de documentação relacionada com inventários e pinturas, tal situação não se apresenta como muito provável, no entanto, é uma questão que não pode ser totalmente descartada.

Para além de S. Francisco da Cidade existiam outros depósitos, como o do Beato António, onde se guardariam os “*objectos monumentaes*” ou “*Monumentos Historicos*” ou o do Mosteiro de S. Vicente de Fora onde móveis e alfaia encontrariam lugar. Pela multiplicidade de peças (e conceitos) é possível que as imagens que guarneciam conventos e suas igrejas acabassem, também elas, num desses locais.

Apesar de, no caso do depósito da igreja do Beato António, se dedicar especialmente à guarda de elementos pétreos como lápides, etc., alguma escultura, mais “monumental” e “menos sagrada” poderia incluir-se entre os múltiplos objectos ali depositados; simultaneamente, por entre móveis e alfaia provenientes dos conventos, no depósito inicialmente estabelecido para

¹⁵¹⁴ E também da própria BN, uma vez que a incorporação do depósito na BN em 1841 fez com que muitas peças, com o tempo, acabassem por ficar englobadas no património próprio da instituição.

¹⁵¹⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos, p.54. 27 de Junho de 1837, ofício da CADLEC ao Director da Academia, acerca da entrega dos bustos. MENDONÇA, *O coleccionismo de escultura ...*, s.d., *op.cit.*

este fim no Hospício de Nossa Senhora da Porciúncula, e em Junho de 1835, em mudança para o Mosteiro de São Vicente de Fora¹⁵¹⁶ [Fig.30], também aí caberiam algumas peças que, pelo seu uso “quotidiano” e aglutinação aos móveis e às designadas alfaia, teriam lugar nesse vasto leque. Este depósito de alfaia, sobre o qual nos deteremos mais à frente, estaria sob a alçada do Patriarcado, situação que pode justificar algum encaminhamento de imagens, realizado em 1837. De facto, tudo indica que também as esculturas, mais propriamente as imagens de santos, teriam lugar neste depósito, uma vez que em ofício expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda ao Patriarca de Lisboa, José da Silva Carvalho, logo em 20 de Junho de 1834, as *Imagens* estavam entre os itens que, quando não necessários ao serviço dos Templos que fossem conservados, deviam ser guardados com a “decencia devida (...), em deposito seguro para terem o destino que mais conveniente fôr”¹⁵¹⁷.

A 6 de Julho de 1837 Jose Gregorio da Camara Sinval, pela CADLEC, escrevia ao Arcebispo comunicando-lhe que existiam no Depósito de S.

Francisco algumas “*Estatuas de Santos, as quaes pertencerão a Conventos extinctos*”, pedindo-lhe que este expedisse ordens para que fossem

removidas para “*destino conveniente*”, uma vez que “*nem podem aqui conservar-se por no edificio muito carecer d’espaco vago, nem o deverem por nelles lhes faltar a decencia devida (...).*”¹⁵¹⁸ Os objectos acabariam recebidos no designado “*Deposito da Mitra*” – provavelmente o depósito do patriarcado, que mais à frente mencionaremos – pelo Secretário Interino da Câmara Eclesiástica¹⁵¹⁹.

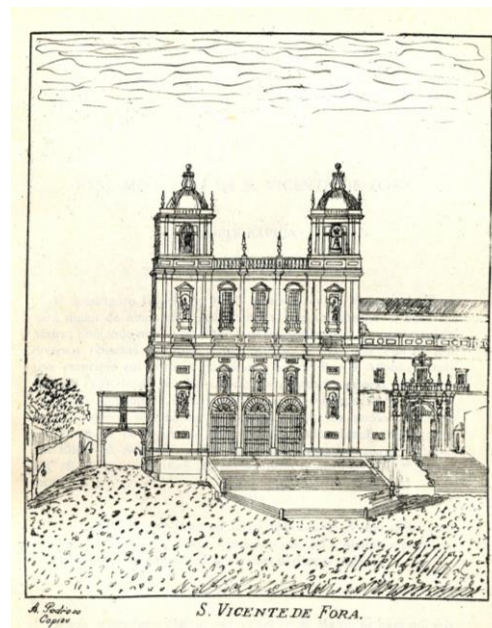


Fig.30 S. Vicente de Fora.Desenho, in *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927

¹⁵¹⁶ ANTT, IOP, Liv.50, fls.101vs-102. A 16 de Junho de 1835 portaria ordenava que o Conselheiro Fiscal das Obras Públicas, expedisse “as ordens convenientes para que os transportes necessarios a esta mudança fiquem á disposição da pessoa authorizada pelo Emminentissimo Cardeal Patriarcha, afim que se possa realizar esta Soberana Determinação”; era necessária a transferência do depósito de móveis e alfaia das casas religiosas suprimidas para S. Vicente de Fora, uma vez que o extinto Hospício de Nossa Senhora da Porciúncula estava entre os edificios destinados para venda.

¹⁵¹⁷ AHPL, Avisos Régios 1834. 20 de Junho de 1834. Fazendo-se “huma relação exacta que deve ser remetida ao Thesouro Publico”. 3ª Repartição, de José da Silva Carvalho ao Cardeal Patriarcha de Lisboa.

¹⁵¹⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ..., pp. 58-59. 6 de Julho de 1837.

¹⁵¹⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão da CADLEC de 1 de Agosto de 1837. Leu-se então carta do Arcebispo da Lacedemónia acompanhada de autorização para que o Secretário recebesse no dito depósito os objectos que lhe fossem remetidos do DLEC.

Também seria o DLEC a remeter via Secretário da Câmara Eclesiástica “*hum Sarcophago contendo os ossos de que trata a inscripção que se acha na face dianteira do mesmo*”¹⁵²⁰.

É natural, no entanto, que tenha existido um local específico para onde as esculturas fossem encaminhadas. Algumas referências soltas sugerem o Convento do Sacramento (Alcântara) como Depósito de Escultura mas, quer na documentação do DLEC, quer na documentação da Intendência das Obras Públicas (onde outros depósitos pontualmente são referenciados, por ex. o do Beato António) não são encontradas menções.

Algumas referências a esculturas entradas no DLEC

A primeira notícia a objectos de distinta natureza de livros e pinturas, surge na *Relação do extinto Convento de São Francisco de Xabregas*; aí, para além de ser feita alusão a “*Cento e setenta e hum quadros de diferentes grandezas em madeira e pano*”¹⁵²¹ dava-se conta de “*Hum óptimo Crucifixo bem esculpido, e encarnado, de palmo e meio de altura*”¹⁵²², que entrou em S. Francisco, em 29 de Abril de 1835.

No mesmo ano, em Novembro, uma portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça ordenando que o Prior da Freguesia do Sacramento entregasse a Nunes de Carvalho alguns objectos, entre os quais duas imagens de Nossa Senhora do Carmo, é reveladora do tipo de materiais, nomeadamente esculturas, que teriam entrado no Depósito:

“(…) Manda Sua Magestade a Rainha que Antonio Fernando Leite de Sousa, Prior da Freguezia do Sacramento entregue ao Doutor Antonio Nunes de Carvalho uma Imagem de Nossa Senhora do Carmo, em pau, de corpo inteiro, que se acha no extincto Convento do Carmo, em uma maquineta envidraçada, e outra Imagem de marmore, em relevo, tambem de Nossa Senhora, que está em uma Capellinha abandonada na cêrca – e no acto da entrega cobrará recibo para sua descarga. (...).”¹⁵²³

Tudo indica que a imagem de madeira de Nossa Senhora do Carmo seria separada da sua maquineta, acabando esta (maquineta), como veremos mais à frente, a ser solicitada para a Catedral da Ilha de São Tomé¹⁵²⁴.

¹⁵²⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador... p.73. 28 de Setembro de 1837.

¹⁵²¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°50. 29 de Abril de 1835.

¹⁵²² *Idem, ibidem.*

¹⁵²³ ANTT, MNEJ, Livro 81, fl.41vs. 5 de Novembro de 1835, portaria assinada por João de Sousa Pinto de Magalhães.

¹⁵²⁴ BNP, AH, BN/DGA/05 Cx 01 Correspondência recebida mç08. 25 de Janeiro de 1856.

Já em 1837, com a CADLEC a administrar o depósito, esta solicita ao Ministro do Reino, Manuel da Silva Passos, que seja

*“(…) auctorizada a corresponder se com os Administradores Geraes, para ter conhecimento do que ainda existe nos diferentes Districtos Administrativos, relativo a Livrarias, e também a Pinturas, Estatuas e outros objectos de Artes, Raridades e Antiguidades, na conformidade da Portaria de 30 de Dezembro de 1836, pois que não acha relação nem informação alguma a tal respeito, e lhe consta que alguns d’esses objectos se estão deteriorando e destruindo e outros deles preciosos se estão digo se tem descaminhado e consumido.”*¹⁵²⁵

Alusão importante, por si só, esclarecedora das funções do Depósito, onde se incluíam, sem dúvida, as relativas às “Estatuas”. Juntamente com ofício/circular de 28 de Abril de 1837¹⁵²⁶ aos Administradores Gerais, aquela Comissão enviava-lhes relações de objectos e pedia que estes informassem, “para bem do Publico Serviço, e arrecadação da Fazenda Nacional”¹⁵²⁷ acerca do seu destino. Entre as relações enviadas aos Administradores Gerais contavam-se “Boas Pinturas *algumas Estatuas do convento do Varatojo*” e, ao Administrador de Santarém, “*Algumas Estatuas de barro de Fr. Manoel Teixeira*”¹⁵²⁸; tanto as esculturas do Varatojo como estas estátuas de barro tinham sido referenciadas no relatório¹⁵²⁹ do Vogal da Comissão, Francisco de Sousa Loureiro. Entre os objectos que constavam da longa relação enviada ao Administrador Geral de Lisboa, era ainda feita menção ao “*Celebre Presepio (de Joaquim Machado)*” da Igreja e Capela da Ajuda e ao “*celebre Presepio (de Ferreira)*” do Convento de Laveiras, obras entretanto desaparecidas¹⁵³⁰.

Uma das provas de que a recolha de escultura estava de alguma forma relacionada com o Depósito surge, exactamente, com uma situação concreta, relativa aos extintos conventos de

¹⁵²⁵ BNP, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04. 26 de Janeiro de 1837. Destaque nosso. Nesse sentido, terá baixado Portaria em 4 de Fevereiro de 1837.

¹⁵²⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, pp.23-28. 28 e 29 de Abril de 1837. “para poder levar a effeito as Regias Determinações á cerca da arrecadação, guarda e inventario das Livrarias, Cartorios Pinturas, Estatuas e quaesquer outras preciosidades literarias, artisticas, ou scientificas, bem como a respeito da formação de Bibliothecas e Museus nas Capitaes de Districto (...)”.

¹⁵²⁷ *Idem, ibidem*, pp.23-24.

¹⁵²⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁵²⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/21/Cx.02-05. Relatório do Vogal da Comissão Loureiro, Relatórios sobre as pinturas de conventos extinctos.

¹⁵³⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ..., pp.23-28. 28/29 de Abril de 1837. Na Série 20 (BN/AC/INC/DLEC/20/Cx06-02) do mesmo arquivo, junto de cópias destas relações, é possível encontrar algumas anotações a respeito. Quanto ao Presépio de Joaquim Machado refere :”de que agora não há notícia. Há pouco ouvi dizer, o querião remover para a Cathedral”. No caso do Presépio de Laveiras: “de que hoje se não sabe. Creio se tem furtado algumas figuras, mas ainda lá existirá o resto”.

Torres Vedras. Em meados de 1837, o empregado do referido depósito, João José Maria Jordão, foi incumbido de fazer o inventário e recolha dos bens daqueles conventos, um caso exemplar, pelas suas características e dificuldades oferecidas por parte da população. Face à recolha que ia ser realizada, a população reagiu, enviando representações, pedindo a conservação de todos os quadros e imagens na Igreja, Sacristia e Capela de Nossa Senhora do Sobreiro, do extinto Convento do Varatojo.¹⁵³¹ Os ânimos terão estado exaltados e decide-se então que

“em quanto Sua Magestade não resolve, suspenda a remoção das imagens assim em pintura como em escultura, constantes da nota que lhe foi remetida; em ceder das quaes, se lhe faça opposição¹⁵³²; devendo todavia fazer dellas uma rellação discriptiva para exacto conhecimento da Commissão.”¹⁵³³

Relações e recolha estavam, sem dúvida, neste caso, entregues a este empregado do depósito, que logo no início da sua tarefa, encarregue de ver se ainda existia no Varatojo um conjunto de objectos, participava que faltavam então, entre outros, *“as Imagens do Menino Jesus, e do Baptista, que estavam em mangas de vidro, a de S. Jeronimo, a Reliquia do Santo Lenho”*¹⁵³⁴. Quanto a paramentos e alfaias, Jordão não ficaria incumbido da sua remoção, devendo, no entanto, *“por bem do zelo da Fazenda Nacional deixalos em boa arrecadação”*¹⁵³⁵.

Em sessão da CADLEC, de 4 de Julho de 1837, mandava-se informar o Ministério do Reino de que a Comissão

*“mandava remover d’aquelle sup. Conv.^{to} alem da L. alguns quadros e imagens q. como preciosidades artísticas devião passar a Academia de Bellas Artes; mas q.^e p.^a prevenir qualquer perturbação da ordem Publica se passava a ordenar ao empregado incumbido desta diligência suspendesse a remoção dos objectos questionados: (...)”*¹⁵³⁶.

A recolha acabou por fazer-se, nomeadamente, das esculturas. Como prova o recibo:

¹⁵³¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão da CADLEC, em 4 de Julho de 1837.

¹⁵³² Na Sessão da CADLEC, de 4 de Julho, refere-se de uma forma mais explícita: “Em seguinte resolveu-se mais, que se off. ao Empreg. em comissão a Torres w p.^a q. suspendesse a ordem de remoção na p.^{te} pinturas e estatuas a cuja entrega se lhe fizesse opposição; por existir a tal resp.^{to} afecta a húa R. d’alguns habitantes d’aquella V.^a; tirando todavia d’ellas húa relação circunstanciadam^{te} descriptiva p.^a exacto conhecim.^{to} da C. (...)” BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01.

¹⁵³³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 pp.55-57. 4 de Julho de 1837.

¹⁵³⁴ BNP, Res., Mss.225, N°94. 28 de Junho de 1837. Do funcionário do Depósito João José Maria Jordão Correspondência sobre os objectos artísticos, e outros, dos extintos conventos de Torres Vedras.

¹⁵³⁵ BNP, AH, BN/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., 22 de Junho de 1837, p.50.

¹⁵³⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão da CADLEC em 4 de Julho de 1837.

*“O Snr. João Jozé Maria Jordão entregou outo Images de S. João Bap.^{ta}. – S. Diogo – quatro Evangelistas, e duas de q. se ignorão os dit.^{os} – e q. todos prefazem o d.^o numero; e bem assim um crucif.^o de pedra. Lx.^a 9 de Agosto de 1837.”*¹⁵³⁷

Posteriormente, em 1838, também um recibo, demonstra que a CADLEC, administrava, pontualmente, mais do que livros e pinturas:

*“Recebi da Ex.^{ma} Comissão do Deposito das Livrarias e quadros dos Conventos extinctos, huma Imagem do Senhor Curceficado em vulto grande p.^a se collocar na Igreja Matris da Villa do Barreiro: Lisboa 9 de Outubro de 1838. O Prior Joaquim do Rozario Costa”*¹⁵³⁸.

1.10.1. Duas estátuas de Profetas do Convento de Cristo de Tomar

Quando ocupado pelas tropas do General Massena (Outubro de 1810- Março de 1811), o convento de Cristo de Tomar e, particularmente a charola, sofreu consideráveis danos no seu património artístico. Não apenas as pinturas, que abordaremos adiante, no capítulo seguinte, mas também os altares foram destruídos e esculturas de vulto foram despedaçadas¹⁵³⁹.

Apesar dessas circunstâncias, no final de 1835, inícios de 1836, algumas pinturas do Convento de Cristo de Tomar deram entrada no DLEC. Quanto a esculturas, não existe qualquer menção. No entanto, em 1845, pouco depois de se terem iniciado “reparos”¹⁵⁴⁰ no Convento (Junho), a documentação, datada de 31 de Outubro, dá conta da existência de duas esculturas de profetas, provenientes de Tomar, no DLEC. A correspondência da Intendência das Obras Públicas, do Coronel Inspector Joaquim Antonio Vellez Barreiros, ao Conde de Thomar, é assaz reveladora:

*“Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.^a a incluza Copia da exposição que me apresentou o Tenente Policarpo José da Cruz e Costa **participando que no Depozito dos Livros dos extinctos Conventos existem dous dos Profetas, em estatuas de madeira, que havião sido removidos da Igreja dos Freires de Christo em Thomar** indagação ésta a que o referido Tenente procedeo em virtude de recommendação de Sua Magestade ElRey quando ultimamente visitou aquella Cidade. Se VEx.^a mandar que as referidas Estatuas sejam entregues n’esta Inspecção Geral, eu as farei conduzir para Thomar em occasião opportuna; lembro porem que achando se*

¹⁵³⁷ Documento in *Boletim da Academia ... III*, 1938, *op.cit.*, p.10. Assinado, “No impedim^o. do S. da C. Esc.^a”, por Francisco de Paula de Lemos.

¹⁵³⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 9 de Outubro de 1838.

¹⁵³⁹ CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República – Fundamentos e antecedentes*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p.562.

¹⁵⁴⁰ ANTT, IOP, Livro 26, p.261.

*estabelecida no mesmo local do Depozito dos Livros, a Academia das Bellas Artes, talvez conviesse encarregarlhe primeiro os reparos e retoques de que possão carecer as mesmas Estatuas. (...) ”*¹⁵⁴¹

A indagação terá sido feita após a visita de D. Fernando II a Tomar, ou seja, a falta destas esculturas terá gerado a necessidade de as encontrar. Com ordem para as levar de volta para o seu local de origem, a lembrança de que a Academia as reparasse e retocasse, surge como lógica. De facto, sabe-se, por exemplo, que as já mencionadas pinturas provenientes do convento de Cristo estavam a ser retocadas pela mesma Academia, em Março de 1846¹⁵⁴². Seria natural que, uma vez que o convento estava em obras e as pinturas a serem *retocadas*, também as esculturas fossem alvo de intervenção, até porque estavam depositadas no mesmo edifício da Academia.

No entanto, com a decadência do Cabralismo e a revolução da Maria da Fonte, a situação política, económica e social complicou-se e muitas das obras que estavam a ser levadas a cabo, são suspensas. Deste modo, em 24 de Outubro de 1846, pouco depois do início da Guerra Civil da Patuleia, devido à falta de verbas, a Intendência¹⁵⁴³ pedia que a obra do Convento andasse o mais devagar possível¹⁵⁴⁴. Tal atraso terá, certamente, tido repercussões no andamento do restauro das pinturas e, quiçá das ditas estátuas.

Em Novembro de 1851, as pinturas, que eram quatro, ainda não estavam prontas, mas por motivos directamente relacionados com a Academia¹⁵⁴⁵.

Se as pinturas terão chegado a ser entregues, o mesmo não se terá passado com as duas esculturas. Em documento não datado, provavelmente de 1864 ou 1865, dá-se conta, no Capítulo 8, do “*Estado presente do Deposito e da Bibliotheca*”¹⁵⁴⁶:

“ (...) *Ha nelle maes duas grandes estátuas de madeira q. segundo se diz representão personagens do Velho Testamento, e q. pertencem a uma colecção do Convento da Ordem Militar de N. Sr. Jezus Christo de Thomar; mas eu não encontrei disso aresto.*”¹⁵⁴⁷

Quase que, teimosamente, permaneciam na Biblioteca. De tal modo que, em 4 de Janeiro de 1873, o assunto da restituição volta a reaparecer, em ofício dirigido ao Bibliotecário-Mor:

¹⁵⁴¹ ANTT, IOP, Livro 27, p.85. 31 de Outubro de 1845.

¹⁵⁴² ANTT, IOP, Livro 63, fl.s214-215.

¹⁵⁴³ É então Director de Obras de Santarém José de Azevedo Velez e Administrador do Concelho, Rodrigo Pereira Mendes.

¹⁵⁴⁴ ANTT, IOP, Livro 63, fl.223vs.

¹⁵⁴⁵ ANTT, IOP, Livro 4, pp.16-18.

¹⁵⁴⁶ BNP, BN/AC/INC/DLEC/24/Cx02-06 fl.35/1. s.d. (1864-1865?).

¹⁵⁴⁷ *Idem, ibidem.*

*“Tendo o Director das Obras Publicas do Districto de Santarem requisitado as duas figuras de Profetas, que existiam na Igreja do extincto Convento dos Freires de Christo, em Tomar, e que em 1836 foram d’ali levadas e actualmente se Acham, consta, na Bibliotheca Nacional de Lisboa, - vou rogar a VEx.^a que, para satisfazer ao officio do Ministerio das Obras Publicas de 24 do mez proximo passado, se sirva de informar se com effeito ahi existem as referidas esculpturas e se ha algum inconveniente na sua restituição. (...)”*¹⁵⁴⁸

Não parecia existir inconvenientes na sua restituição, mas o facto é que ela não era executada. Este officio vem reiterar a provável data em que as esculturas deram entrada no Depósito – 1836 – e, vem também informar que se trata de figuras de Profetas¹⁵⁴⁹. Para confirmar a sua existência, já se solicitava informação, se elas, de facto, ali se encontravam.

Mas, mais uma vez, as ordens não foram cumpridas. E, em 7 de Junho de 1873, chegava nova ordem para que fossem restituídas

*“Manda Sua magestade El-Rei que o Bibliothecario-mór da Bibliotheca Nacional de Lisboa faça entregar ao Diresão das Obras Publicas do districto de Santarem, ou á pessoa por elle devidamente auctorizada, e munida dos competentes esclarecimentos, as duas figuras de prophetas que existem na mesma Bibliotheca, e que pertenceram ao extincto Convento dos Freires de Thomar. Da entrega cobrará o Bibliothecario Mór Recibo que ficará archivado na Bibliotheca para os effeitos convenientes. O que assim se participa ao referido Bibliothecario-mór (...)”*¹⁵⁵⁰

Apesar de toda a insistência, mais de onze anos depois, a documentação leva a acreditar que nada se tinha resolvido. Em 27 de Novembro de 1884, no entanto, a Biblioteca oficiava ao Conselheiro Director Geral de Instrução Publica / Ministério do Reino, informando sobre o pedido do director da Academia de Belas-Artes para entrega de objectos de arte existentes na Biblioteca, referindo então o Conservador, Fernando Casassa, em lugar do Bibliotecário-Mor, que *“não há inconveniente e mesmo entendo figurarem com mais propriedade no museo especial os objectos de arte como (...) as figuras de madeira de Thomar (...)”*¹⁵⁵¹.

¹⁵⁴⁸ BNP, BN/DGA/05 Cx04. 4 de Janeiro de 1873. M. Reino, DGIP, 2ª Rep., assinado por António Amorim.

¹⁵⁴⁹ Actualmente são só sete os Profetas que restam na Charola do Convento. A maioria não está identificada; pela dificuldade em identificá-los é provável que estes dois fizessem parte do lote daqueles cujas filacteras ou já não existissem ou não estivessem completas e não permitem leitura. Não foi possível apurar se algum dos actualmente ali existentes veio do Depósito, mas é uma hipótese muito provável.

¹⁵⁵⁰ BNP, AH, BN/DGA/05 Cx 1-B. 7 de Junho de 1873.

¹⁵⁵¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/32/Cx08-03. 27 de Novembro de 1884.

Deste modo, as esculturas terão saído da Biblioteca por outra forma – no final de 1884, inícios de 1885, era apresentada uma “*Relação dos objectos pertencentes á Bibliotheca Nacional de Lisboa e que foram escolhidos afim de passarem para o Museu de Bellas Artes e Archeologia*”¹⁵⁵². Na rubrica “*Objectos d’arte e diversos*” surge a referência a “*Duas estatuas de tamanho natural, de madeira representando personagens biblicas*”¹⁵⁵³.

1.11. Outros objectos: sacrários, maquinetas, globos, etc.

Para além de esculturas, outros objectos podem ser encontrados, ainda mais isoladamente, por entre a documentação do DLEC.

Convém lembrar que, para além de outros, em princípios de 1835, é provável que o depósito de São Francisco tenha ainda herdado alguns dos bens dos conventos suprimidos pela *Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares*, que então ocupava o edifício dos Barbadinhos Italianos, local “*apinhado*”, em que os objectos se deterioravam todos os dias e de que então era necessário dispor para ali se instituir uma 4ª escola gratuita para a infância desvalida¹⁵⁵⁴. Para além destes, certamente com o intuito de mobilar o Depósito, no dia 5 de Janeiro desse ano deram ali entrada itens como estantes, bancos, provenientes do Convento da Cartuxa de Laveiras – de onde terá vindo, entre outros, “*A Tabella do Coro de madeira, feita no anno de 1680*” –, do Convento de N. Sra da Boa Viagem e do Convento de S. José de Riba Mar¹⁵⁵⁵.

Entre os itens que era possível encontrar no grande depósito de S. Francisco da Cidade, de destacar pelo menos dois sacrários, material que, pelas suas características deveria estar sob a alçada do patriarcado e do seu depósito de alfaia e paramentos.

Tratava-se de um sacrário “*de talha dourado*”¹⁵⁵⁶, escolhido juntamente com uns painéis, que surge em requerimento do Prior e Beneficiados da Colegiada de Stª Cruz do Castelo, Lisboa¹⁵⁵⁷,

¹⁵⁵² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/32/Cx08-03. 31 de Dezembro de 1884/ 8 de Janeiro de 1885 (Academia Real de Belas-Artes de Lisboa, assinada pelo Conde de Almedina, Inspector e, pelo Ministério do Reino, Direcção Geral da Instrução Pública, 2.ª Repartição, Secretaria do Reino, por Francisco Palha Reis).

¹⁵⁵³ *Idem, ibidem*.

¹⁵⁵⁴ BNP, Res., Mss.225, Nº2. 30 de Dezembro de 1834, do Provedor do 5º Distrito, Rodrigo Antonio Segurado, a Nunes de Carvalho. Contacto no sentido de este e a Autoridade Eclesiástica, recebessem aqueles bens “tomando cada um conta do q lhe pertencer”. Apesar do documento nada referir a respeito, segundo Paulo Barata, os objectos seriam essencialmente de estanho, latão e cobre. BARATA, *Os Livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.268.

¹⁵⁵⁵ “Relação de Varios Objectos que vierão dos extinctos conventos abaixo declarados, para o Depozito Geral das Livrarias no Convento de S. Francisco da Cidade no dia 5 de Janeiro de 1835”. *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos III*, Lisboa, 1938, pp.15-16, doc. XVII.

¹⁵⁵⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/23/Cx06-03 Mapas do movimento do DLEC. 16/10 a 22/10/1838, Nº8.

¹⁵⁵⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02. Agosto de 1838.

pedido que será deferido pela Comissão¹⁵⁵⁸; e de um “*Sacrario de Madeira, pintado de branco com filetes doirados*”, que em inícios de 1842 vai, juntamente com quadros, acabar no Convento das Donas, em Santarém¹⁵⁵⁹. Este objecto, que sai do depósito juntamente com uma já segunda remessa de quadros para o referido convento feminino, encontrava-se tão fora do âmbito do DLEC que não fazia parte da procuração que Luiz Cesario da Costa Machado, procurador das religiosas – da qual só constavam quadros – obrigando por isso a que fosse apresentado um recibo assinado pelas próprias. Ao contrário dos quadros que constavam do dito documento, era mencionado fora da relação destes, não tinha número, nem era mencionada a sua proveniência¹⁵⁶⁰.

Para além destes sacrários, na designada “*Relação das Livrarias, e mais objectos dos Conventos extinctos recebidos neste Deposito no tempo do D.^{or} Antonio Nunes de Carvalho, segundo consta das Relações e mais docum^{tos} p^r elle assignados: ar^m(?)*”¹⁵⁶¹, surge ainda menção a outros itens que, eventualmente, também terão dado entrada no depósito de S. Francisco. Neste documento constam a “*Designação dos Conv.^{tos}*”, os “*Volumes*” e “*Observações*”; os designados “*Volumes*” encontravam-se divididos em “*Metaes, Livros, Paineis, Quadros, Utensilios*”¹⁵⁶².

Apesar do título do documento, existem dúvidas se, de facto, tudo chegará a entrar no depósito, uma vez que, para além de referências a itens logo à partida remetidos para a Torre do Tombo, Biblioteca Pública ou Academia das Ciências, alude-se ainda, por exemplo, a quantidades de quadros que não terão entrado, bens que terão permanecido nos conventos, que terão ficado na “*d^a Casa.*”.

Entre os diversos itens mencionados encontramos móveis (incluídos na categoria dos utensílios), esferas e/= globos¹⁵⁶³ (na mesma categoria), porções de molduras, e os ditos metais. No que se refere aos globos, pensamos que poderão tratar-se dos que surgem referenciados no Convento dos Remédios, um “*jogo*” que, sem referir origem, em Março de 1837, a CADLEC

¹⁵⁵⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01 e BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02. 9/16 de Outubro de 1838.

¹⁵⁵⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04. 4 de Fevereiro de 1842 (Recibo). E BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02, Acta de 1 de Fevereiro de 1842.

¹⁵⁶⁰ Recibo de 4 de Fevereiro de 1842 em BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04 e BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01

¹⁵⁶¹ BNP, AH, BN/DLEC/18/Cx.05-03, Doc. Nº14.

¹⁵⁶² *Idem, ibidem.*

¹⁵⁶³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/18/Cx.05-03, Nº14. Do Convento de Brancanes seriam “2 Esferas com capas de couro”. No dos Remédios encontramos menção a 2 Globos. Já em Dezembro de 1837 a CADLEC resolveu mandar recolher ao Depósito a mobília existente no Convento de Telheiras (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01, Sessão em 19 de Dezembro de 1837).

em sessão, resolveu destinar à Biblioteca Nacional de Lisboa¹⁵⁶⁴ e de outros de dois globos (um terrestre e um celeste) que, juntamente com livros, estantes, mesas, cadeiras e uma esfera armilar, em Janeiro de 1840 saíram do Depósito com destino à Biblioteca da Marinha¹⁵⁶⁵. Os utensílios totalizam no mesmo documento o número de 1438, e os metais o de 42¹⁵⁶⁶, muitos dos quais com utilização prática dentro daquele espaço.

Para além dos artigos aqui mencionados, a documentação deixa ainda transparecer a existência de outros, de diferentes categorias, nomeadamente as designadas “*Preciosidades Scientificas*”. De facto, em 25 de Janeiro de 1835, o DLEC recebeu um conjunto de objectos provenientes do Museu e Gabinete de Física do Mosteiro de S. Vicente de Fora¹⁵⁶⁷.

Num parecer, contrário, que Nunes de Carvalho enviava a Agostinho José Freire, Conselheiro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, a 17 de Março de 1835, refere:

*“Pertende se que pelo Ministerio do Reino se expessa huma Portaria para eu entregar á Academia Real das Sciencias de Lisboa o Gabinete de Historia Natural do Extincto Convento do Espirito Santo, e as Maquinas do Gabinete de Fysica do mesmo Convento, e do de S. Vicente de Fora : para que a academia escolha as Maquinas, que lhe forem necessarias, e mande as outras para o Depozito, que me está confiado.”*¹⁵⁶⁸

De acordo com o que era habitual no encarregado do DLEC, ele considera os requerimentos então realizados “*merecedores de favoravel defferimento*” mas em “*tempo opportuno*”, considerando-os então “*extemporaneos, e impraticaveis*”¹⁵⁶⁹.

¹⁵⁶⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLCE/11/Cx02-01. 16 de Março de 1837. Devem tratar-se dos “globos de marfim rendados” pedidos em 1851 para figurarem na “Exposição de objectos de Industria, Bellas-Artes, e de galanteria e curiosidades a beneficio das Cazas d’Asylo da Infancia desvalida desta Capital” e em 1858 em nova exposição em beneficio de diversos estabelecimentos de caridade da cidade de Lisboa (BN/DGA/05 Cx 01 e BN/DGA/05/02 Cx2 mç02).

¹⁵⁶⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ..., p.102. 9 de Janeiro de 1840.

¹⁵⁶⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/18/Cx05-03, N°14.

¹⁵⁶⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/ CX 05-02 N°49. 25 de Janeiro de 1835. “Relação de objectos dos Museo e Gabinete de Física do Mosteiro de S. Vicente de Fóra, recebidos no Deposito em 25 de Janeiro de 1835.”

¹⁵⁶⁸ ANTT, MR, Mç.2126 Cx2, 17 de Março de 1835.

¹⁵⁶⁹ Na opinião de Nunes de Carvalho, “Para saber com certeza o que falta á Academia em cada hum destes ramos he necessario consultar os seus catalogos.

Dahi, para se conhecer se esses artigos existem duplicados no Depozito, he percizo consultar os Catalogos deste; e achando-se nelles, examinar ainda se faltão, ou não na Bibliotheca e Museo Nacional : e só depois destas operações he que se poderá satisfazer a pertença da Academia. Esta porem ainda agora começa a preparar o seu novo estabelecimento no edificio, cujo uso Sua Magestade houve por bem Conceder-lhe : ainda tem encaixotada a sua livraria propria, e o seu Museo, e nem da Livraria, nem do Museo tem Catalogo. Pelo que, em quanto não desencaixotar as suas collecções, em quanto as não collocar nos lugares que lhe são destinados, e não tiver concluidos os respectivos catalogos, não pode saber com certeza quaes são os artigos que lhe faltão, e aquelles de que perciza. Alem disso, antes de recorrer ao Depozito, deve a Academia completar as suas Collecções com a Livraria, Museo, e Gabinete de Fysica do extincto Convento de Jezus, que lhe forão annexados ultimamente,

De salientar que, no início de 1837, quando a CADLEC toma conta do Depósito e existe necessidade de libertar espaço que tinha sido destinado à Academia de Belas-Artes, removendo objectos que o ocupavam, denotava-se então preocupação com instrumentos de Física e “*outros objectos proprios d’um Museo*”¹⁵⁷⁰. No ofício que o Administrador Geral interino de Lisboa, Francisco Caldeira, enviou ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino, comunicando que já tinha sido demarcado no convento de S. Francisco o local destinado àquela Academia, não deixou de participar a existência destes objectos e de propor a sua remoção para outros estabelecimentos (ex: Academia das Ciências, Conservatório das Artes, Aulas de Física, etc.)¹⁵⁷¹. Deste modo, seriam mandados entregar à Academia das Ciências

*“alguns instrumentos de Physica, e varios productos de Historia natural, q existem no sobredito Deposito, afim de que os primeiros sejam collocados no respectivo Gabinete da Academia, e os segundos no Museu Nacional (...)”*¹⁵⁷².

No final desse ano, o Ministério do Reino seria novamente contactado no sentido de serem remetidos à Academia de Ciências objectos de física e história natural.

Eram também referidos dois vasos com “*fetos ou partos monstruosos*”, uma prensa de selos e um relógio de parede, que deviam ser entregues à Escola Medico Cirúrgica e Academia de Belas-Artes, respectivamente¹⁵⁷³.

Quanto a metais e outros objectos, tomemos como exemplo o Convento das Freiras de Santa Apolónia, no qual são referidos 10 metais, 29 painéis, 103 quadros e 12 utensílios:

*“As 10 pessas de metais são – 2 Calices de prata com suas patenas – 2 pisses(?) pequentos de prata – 1 vaso de deposito de prata – 1 Custodia de prata dourada e lavrada crivada de gresolitas e topasios tendo tudo o valor de 200rs(?). 2 Relogios de Salla, que tudo ficou na d.^a Casa – 4 Caixilhos – e 30 quadros e 29 Paineis ficarão na d.^a Casa e 7 quadros na Terra S.^{ta}.”*¹⁵⁷⁴

O total desta “*Relação das Livrarias, e mais objectos...*”, era de 42 metais, 43.693 livros, 437 painéis, 2.134 quadros e 1.438 utensílios¹⁵⁷⁵, o que dará ideia das proporções envolvidas.

enviando a este Depozito os objectos que achar duplicados, e que lhe não foram necessarios, em troca dos q. houver de receber. (...)”. ANTT, MR, Mç.2126 Cx2- 4ª Repartição, instrução Pública, Negócios diversos .17 de Março de 1835.

¹⁵⁷⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01 e BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01 n.º12. 13 de Janeiro de 1837.

¹⁵⁷¹ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Ofícios. 10 de Janeiro de 1837.

¹⁵⁷² BACL, Livro 28 B – Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes..., fls.70-70vs. Assembleia de efectivos de 2 de Março de 1837.

¹⁵⁷³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., p.2. 29 de Dezembro de 1837.

¹⁵⁷⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/18/Cx.05-03, Doc. N.º14.

¹⁵⁷⁵ *Idem, ibidem.*

Também um planetário, “*objecto de merecimento não só por sua perfeição, mas também por ser obra d’um Artista Portuguez*”¹⁵⁷⁶ se encontrava guardado no Depósito. Seria André Monteiro da Cruz, em Sessão da CADLEC de 16 de Março de 1837, a propor que este fosse entregue a “*algum dos Estabelecim^{tos} a q. fosse mais apropriado*”; tendo-se oferecido à consideração dos membros o Conservatório das Artes e a Escola Politécnica, a decisão seria acometida ao Governo¹⁵⁷⁷. Ofício expedido à Secretaria do Reino colocaria antes as hipóteses da Academia Real das Ciências e da Escola Politécnica¹⁵⁷⁸, acabando, no entanto, pouco tempo depois, por ser dada ordem para que fosse entregue à Biblioteca Nacional para ali ser colocado¹⁵⁷⁹.

Com ligação à esfera religiosa e já em 1856, encontramos referência à existência no DLEC¹⁵⁸⁰ de um diferente item: “(...) *uma maquineta, ou altar de pau dourado, que pertenceu aos Padres Carmelitas, e aonde se expunha á veneração publica a Imagem de Nossa Senhora do Carmo (...)*”¹⁵⁸¹, pedida pelo Vigário Capitular do Bispado de São Tomé para servir ao culto na sua catedral¹⁵⁸².

De destacar ainda, em diferente contexto, que em Outubro de 1835 a Biblioteca recebeu do Provedor da Casa da Moeda “*um Calix d’ouro de riquissimo lavor, feito em Hollanda no anno de 1187, e que pertencia ao extincto Mosteiro d’Alcobaça*”, a fim de ser “*collocado no Museu annexo á sobredita Bibliotheca*”¹⁵⁸³. Em 1863 estaria entre valiosos objectos roubados à biblioteca, salvando-se apenas a sua patena¹⁵⁸⁴.

¹⁵⁷⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01, 26 de Abril de 1837. Portaria assinada por Manuel Passos ordenando que o Bibliotecário recebesse, através de pessoa autorizada, o planetário que estava em posse da CADLEC. Menção em Sessão da CADLEC de 27 de Abril de 1837 BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01.

¹⁵⁷⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 16 de Março de 1837.

¹⁵⁷⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador... pp.12-13. 30 de Março de 1837.

¹⁵⁷⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01. Portaria de 26 de Abril de 1837.

¹⁵⁸⁰ BNP, AH, BN/DGA/05 Cx 01, mç08. O ofício/portaria do Ministério do Reino (1.^a Dir. 1Rep. L^o13 N^o535) assinado por Fonseca Magalhães começa por dizer: “Constando que no Deposito de Livrarias dos extinctos Conventos existe uma maquineta, ou altar de pau dourado (...)” 25 de Janeiro de 1856.

¹⁵⁸¹ BNP, AH, BN/DGA/05 Cx 01 mç08. 25 de Janeiro de 1856.

¹⁵⁸² A portaria de 25 de Janeiro ordena ainda que Bibliotecário-Mor da Biblioteca Nacional de Lisboa entregue a peça de que se trata à pessoa que para a receber se mostrasse competentemente autorizada pelo Inspector do Arsenal da Marinha. (1.^a Dir. 1Rep. L^o13 N^o535) BNP, AH, BN/DGA/05 Cx 01 mç08 Correspondência recebida. 25 de Janeiro de 1856.

¹⁵⁸³ BNP, AH, BN/CR/05/Cx01, mç.36, n^o48. Portaria do Ministério do Reino, 4.^a Repartição, datada de 23 de Outubro de 1835 na qual a rainha dava ordem para que o Bibliotecário-Mor mandasse receber o dito cálice. Assinada por Rodrigo da Fonseca Magalhães.

¹⁵⁸⁴ BNP, AH, BN/DGA/06/ Cx 01, Mç.11. Roubo na Biblioteca – noite de 26 para 27 de Novembro 1863 (?).

2. Outros patrimónios, outros depósitos

Para além do grande depósito de S. Francisco da Cidade e dos pequenos e provisórios depósitos satélite, muitas vezes estabelecidos em extintos conventos pelo país, ou do Depósito do Beato António já aqui mencionado, foram estabelecidos outros depósitos com a finalidade de recolherem, conservarem e, na maioria das vezes, redistribuírem os antigos bens conventuais ali agrupados, com a finalidade de serem reutilizados. A grande variedade de itens, com características próprias que implicavam diferentes tipos de arrecadação, nomeadamente pelo valor material ou carga votiva que encerravam, a isso obrigava.

Como já vimos, o objectivo “depósito(s)” transformou-se em pouco tempo e, transitoriamente, em objectivo “gabinetes”, “museus”, numa tentativa de fazer face à incapacidade do grande depósito de S. Francisco da Cidade e da estrutura de gestão montada. A ambicionada Galeria Nacional de Pintura (ou mesmo o Museu Portuense) estavam longe, física e temporalmente, obrigando a procurar soluções, herdeiras uma vez mais, das políticas patrimoniais francesas.

Cabe esclarecer que, os “depósitos”, podiam assumir um sentido mais ou menos literal ou figurado, ou seja, depósito enquanto espaço onde eram reunidos objectos de determinada natureza, ou depósito, enquanto, objectos que permaneciam no seu local de origem, inventariados e arrestados pelo Estado, à espera de novo destino, definições que por vezes, até se entrecruzam e, são de difícil distinção.

As formas como se lidava, nomeadamente, com o património móvel das extintas casas religiosas era, como já vimos, complexa, altamente burocrática e atingiria não apenas o património artístico mais óbvio, como outros objectos, com maior ou menor componente artística (ou mesmo com total ausência desta) ou devocional, que constituíam os acervos.

A somar ao património móvel, o desmembrar físico de alguns conventos, pela sua demolição ou “desconstrução” (que passava pela sua reutilização), colocaria em cena um conjunto de elementos de cariz arquitectónico, que entrariam, também eles, em trânsito, conhecendo novos destinos, novas aplicações.

2.1. Os “grandes objectos”. Relógios, órgãos, sinos, etc.

A “decência”.

Para além dos depósitos, é possível encontrar outra situação no que se refere à forma como se lidava com o património móvel dos antigos conventos. O conhecimento dos bens (também eles “em depósito”) que lá existiam, por parte de igrejas ou outros estabelecimentos públicos, fazia

com que fossem solicitados directamente, sobretudo, quando se tratava de grandes peças, como órgãos, sinos, relógios, itens de mais difícil transporte, muitas vezes integrados na própria arquitectura.

Quando em Julho de 1834 se realizava o inventário do Convento do Carmo em Figueiró dos Vinhos, o Prior Jose Lopes de Payva referia:

*“(...) tenho recebido, e em arrecadação vasos sagrados, param^{tos}, e alguns utensílios pertencentes ao culto Divino, de q farei entrega pello m^{mo} Inventario; mas como esta Igreja tem m^{ta} necessidade de alguns, empenho a V.Ex.^{cia} para q for bem della e dos povos, reparte com ella.”*¹⁵⁸⁵

Destacava ainda o interesse que tinha no órgão do mesmo convento, avaliado em 150\$000, revelando: *“A minha Igreja atte a Invasão dos Francezes teve órgão; porem de então a esta parte tem estado sem elle, por não poder compralo.”*¹⁵⁸⁶

Em Agosto de 1834 a Mesa da Misericórdia de Santarém pedia para que lhe fosse entregue o relógio do extinto Convento da Trindade, para ser utilizado no novo Hospital instalado no Convento da Graça, assim como o órgão do arruinado Convento das Donas, colocando-se a possibilidade de serem comprados em hasta pública¹⁵⁸⁷.

Situações semelhantes suceder-se-iam, nomeadamente, como o pedido feito pelos habitantes da Ribeira de Santarém, do órgão da igreja e relógio da torre do extinto convento de Nossa Senhora do Carmo para serviço da paroquial igreja de Santa Iria¹⁵⁸⁸; o requerimento do conselho de paróquia da matriz da vila de S. Sebastião na Ilha Terceira, de um dos órgãos que pertenceram aos conventos extintos e que na dita ilha se achavam *sem destino*¹⁵⁸⁹; a solicitação do Arcediago da Igreja Catedral de Bragança de um órgão dos pertencentes aos extintos conventos da Província do Minho¹⁵⁹⁰; ou o pedido, por parte do presbítero da freguesia de Nossa

¹⁵⁸⁵ ANTT, MNEJ, Maço 318, Cx267, N°4(2). 21 de Julho de 1834.

¹⁵⁸⁶ ANTT, MNEJ, Maço 318, Cx267, N°4(2). 21 de Julho de 1834.

¹⁵⁸⁷ ANTT, MR, Mç.1918 b). Agosto de 1834.

¹⁵⁸⁸ ANTT, MR, Mç. 1918 b). Setembro-Outubro 1834.

¹⁵⁸⁹ ANTT, MNEJ, Mç325, Cx277 N°3. 6 de Março de 1835. Portaria do MNEJ ao governador do bispado de Angra remetendo o requerimento R.1° 254 V.

¹⁵⁹⁰ ANTT, MNEJ, NE, Livro 87, fls.49vs-50. 1 de Setembro de 1835. Ao Governador Vigário Capitular do Bispado de Bragança remetendo requerimento do Arcediago. Acerca de órgãos encontramos um ofício (1ª Repartição- Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda) datado de 16 de Setembro de 1834, do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, José da Silva Carvalho ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Bento Pereira do Carmo – acerca da venda do órgão do extinto Convento de S. Francisco da Vila da Praia, Concelho e Paróquia da Freguesia das Lages, Ilha Terceira. Eram aceites no pagamento os Títulos de Dívida Pública “de que o mesmo Concelho fosse Credor á Fazenda Nacional” assim como a sua utilização em “pelo menos hum terço das arrematações”, ficando então expedidas ordens ao Tribunal do Tesouro Público para autorizar a venda do órgão e dos ditos conventos. ANTT, MR, Mç.1920 Negócios diversos, cap. da prefeitura Ocidental dos Açores.

Senhora da Graça do lugar das Lapas, do sino grande do extinto convento de Santo António da Vila de Torres Novas e de um relógio de um qualquer convento da Vila de Santarém, para uso da paróquia¹⁵⁹¹. Em Janeiro de 1835 seriam entregues aos moradores do lugar de Mealhada, Loures, o órgão do extinto convento de Santa Rita de Lisboa e o relógio do extinto convento de Rilhafol¹⁵⁹².

Quanto a relógios, em 1843 António Costa Cabral assinava portaria para que o relógio do extinto Convento da Penha Longa fosse “*desmanchado e apeado (...) fazendo-se incaixotar e conduzir para o Arcenal da Marinha, afim de ser d’ali remetido para a Ilha Terceira, em alguma Embarcação de Guerra (...)*”¹⁵⁹³, vindo a encontrar, no entanto, oposição do então proprietário Alfredo Sedemberge, dizendo que “*(...) tinha comprado tudo que alli se achava*”¹⁵⁹⁴.

Orgãos, relógios, e sinos, eram pela sua natureza, artigos de difícil recolha o que, só por si, justificaria a sua permanência nos conventos extintos. No caso dos sinos, e em sequência de ofícios do Governo Civil de Lisboa¹⁵⁹⁵ e do Ministério da Guerra¹⁵⁹⁶, decide-se que aqueles que não tivessem tido destino para uso em alguma paróquia, e para evitar furtos que causariam grande prejuízo para a Fazenda Nacional, deviam ser recolhidos no Arsenal do Exército¹⁵⁹⁷.

Mas se certos itens ficavam nos conventos, à espera do seu destino, praticamente abandonados, e estando sujeitos a “requisição” (e furtos), existiam outros, cuja permanência no local de origem também estava dependente do factor “*decencia das couzas sagradas*”¹⁵⁹⁸. Tal como viria a suceder com as esculturas, que saíram do depósito de S. Francisco pela falta de condições apropriadas neste sentido, outros casos existiram, ainda nos extintos conventos, que levariam a que as peças fossem retiradas e colocadas em depósito. Foi o que sucedeu com o altar que existia no Hospício pertencente ao Convento do Barro, antiga casa religiosa destinada, em finais de 1834, a Quartel da Guarda Nacional¹⁵⁹⁹. Em vista de não ser “*decente (...) o local em que se*

¹⁵⁹¹ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fls.71vs-72. 7 de Dezembro de 1835.

¹⁵⁹² ANTT, MF, Convento de Santa Rita de Lisboa, Cx.2228. “Autos de entrega do órgão do Convento de Santa Ritta aos moradores do Lugar da Mealhada”.

¹⁵⁹³ “(...) devendo empregar-se o maior cuidado na occazião de se desmanchar encaixotar e conduzir o dito Relógio, para que as diversas peças da sua fabrica se não quebrem ou dannifiquem : (...)” ANTT, IOP, Livro 67, pp.71-72. 20 de Abril de 1843, pelo Ministério do Reino, 3ª Repartição Lº5º Nº2021.

¹⁵⁹⁴ ANTT, IOP, Livro 326, fl.29vs. 28 de Abril de 1843. Participação do architecto da Casa do Risco Caetano Joze de Paula ao Inspector das Obras Públicas

¹⁵⁹⁵ ANTT, MR, Mç. 2099 – 4ª Rep. Gov. Civis e Adm. Gerais. Lisboa 1835-1836 .14 de Setembro de 1835. Assinado pelo Secretário Geral, Olimpio d’Oliveira.

¹⁵⁹⁶ ANTT, MR, Mç. 2099 – 4ª Rep. Gov. Civis e Adm..... 21 de Setembro. Assinado pelo Marquês de Saldanha.

¹⁵⁹⁷ ANTT, MR, Mç. 2099 – 4ª Rep. Gov. Civis e Adm. Gerais... Setembro 1835.

¹⁵⁹⁸ ANTT, MR, Livro 1742 Avisos. Expressão utilizada em ofício de 23 de Dezembro de 1834 do Bispo Conde Fr. Francisco ao Ministro da Justiça, acerca de altar do hospício pertencente ao convento do Barro.

¹⁵⁹⁹ ANTT, MR, Livro 1742 Avisos. Ofício de 23 de Dezembro de 1834, *ibidem*.

achava colocado”¹⁶⁰⁰, foi solicitada autorização, pelo Bispo Conde Frei Francisco (Ministério do Reino), a Antonio Barreto Ferraz (Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça) para a sua trasladação; isto após o Ministro do Reino ter recebido ofício do Prefeito Interino da Estremadura, onde este já participava ter determinado ao sub-Prefeito interino de Torres Vedras que “*pozesse em deposito o altar (...)*.”¹⁶⁰¹ Logo no início de Janeiro era dada ordem para efectuar a mudança do altar para a enfermaria da Santa Casa de Torres Vedras¹⁶⁰².

2.2. Alfaias, paramentos e objectos preciosos

Os paramentos e alfaias, apesar de fazerem parte, muitas vezes, do património artístico, eram objectos de utilização na prática religiosa, com uma forte componente simbólica. Os designados “*vasos sagrados*” – muitas vezes de ouro ou prata e, eventualmente, com pedras preciosas, que os colocavam na mira do Tesouro Nacional – e “*alfaias de culto divino*”, eram investidos de uma componente “sagrada” que os retirava mais facilmente da rota dos depósitos e os mantinham ligados ao culto.

Com as invasões francesas e a instabilidade política nacional, muitas igrejas viram o seu património dizimado, levando-as a ficar carentes deste tipo de bens, considerados indispensáveis para a sua actividade. Assim, à semelhança do estabelecido no decreto de 26 de Outubro de 1822, que extinguiu os Priorados Mores e reduzia os conventos regulares de ambos os sexos¹⁶⁰³, e no decreto de Maio de 1832, que suprimia conventos e colegiadas nas ilhas dos Açores e organizava as paróquias em S. Miguel¹⁶⁰⁴, também a extinção de 1834 vai actuar de forma semelhante com estes objectos religiosos.

Será logo no próprio decreto de extinção de 28/30 de Maio que lhes encontramos alusão, salientando-se no Artigo 3º que “*Os Vasos Sagrados, e paramentos, que serviam ao Culto Divino serão postos á disposição dos Ordinarios respectivos para serem distribuídos pelas Igrejas mais necessitadas das Dioceses*”¹⁶⁰⁵. Em conformidade com este decreto, por exemplo,

¹⁶⁰⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁶⁰¹ *Ibidem.*

¹⁶⁰² AHPL, Avisos Régios 1835. 3 de Janeiro de 1835.

¹⁶⁰³ O qual deixava “à prudencia dos ordinarios fazer a distribuição dos vasos sagrados, alfaias do culto divino, e utensílios do coro, pelas parochias mais pobres das suas dioceses” Artigo 17ª, alínea 1ª do Decreto de 26 de Outubro de 1822.

¹⁶⁰⁴ Onde o Art. 3º ordenava que “Os Vasos Sagrados, como cálices, patenas, pixides, e ambulas são dados ás Parochias pobres, preferidas as que de novo se crearem; e posto que as galhetas, e colherinhas não sejam as meias luas, todavia as custodias, galhetas, e colherinhas serão consideradas objectos Sagrados para o fim da doação. Do mesmo modo são doados ás referidas Parochias todos os ornamentos, e vestiduras”. Decreto de 17 de Maio de 1832.

¹⁶⁰⁵ <http://legislacaoregia.parlamento.pt/imgs/print.aspx?i=1.15.107&p=212-212>.

vamos ver publicadas na *Gazeta Oficial do Governo*, relações/recibos como a “*Relação dos objectos sagrados de culto das Igrejas dos extinctos Conventos, repartidos com a Igreja de S. Julião de Setubal...*”, os quais eram entregues pelo Tesoureiro da Mitra¹⁶⁰⁶.

Já nas “*Instrucções para cumprimento...*”¹⁶⁰⁷, datadas de 4 do mês seguinte, encontramos os “*Vasos sagrados, e paramentos*”¹⁶⁰⁸ e “*Objectos preciosos não sagrados*”¹⁶⁰⁹, entre as classes de objectos de que era necessário proceder “*com audiencia de um Fiscal por parte da Fazenda*”¹⁶¹⁰ a inventários parciais.

Por outro lado, colocava-se esta categoria de bens entre aqueles que, excepcionalmente, ficavam salvaguardados da venda em hasta pública:

“6.^a *Quanto aos moveis pertencentes ao commum, vende-os promptamente em hasta pública com excepção dos vasos sagrados, paramentos, livrarias, e objectos preciosos não sagrados; tudo o que deverá ser conservado em seguro deposito até ulterior determinação.*”¹⁶¹¹

Mas foi através da Portaria de 20 de Junho do mesmo ano – que continha novas “*Instrucções*”, que analisámos no Capítulo II¹⁶¹² – remetida aos Prefeitos e autoridades competentes, que o Regente pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, através de José da Silva Carvalho, mais especifica a forma como se deveria actuar na arrecadação dos objectos dos templos, sem ofender a devoção popular.¹⁶¹³ Explicitava-se a responsabilidade dos Prelados Ordinários das Dioceses enquanto depositários desses bens, criando assim uma ponte com as autoridades civis. Nelas era também reforçado o importante papel dos inventários. E a urgência de que aqueles que continham “*objectos de prata ou ouro, ou joias*” fossem prontamente enviados ao Tesouro Público” *a fim de serem destinados os necessarios serviço das Igrejas, e o resto applicado ao que fôr conveniente*”¹⁶¹⁴.

Na mesma data, 20 de Junho de 1834, era expedida outra portaria, também contendo em anexo as “*Instrucções...*”, dirigida ao Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Patrício I (D. Frei D. Patrício da

¹⁶⁰⁶ *Gazeta Oficial do Governo*, N°74 quarta-feira, 24 de Setembro de 1834, p.382.

¹⁶⁰⁷ 4 de Junho de 1834, Portaria emanada do Tesouro Público, assinada por José da Silva Carvalho <http://legislacaoregia.parlamento.pt/imgs/print.aspx?i=1.15.107&p=215-215>.

¹⁶⁰⁸ Ponto 1º da 3ª Instrução.

¹⁶⁰⁹ Ponto 2º da 3ª Instrução.

¹⁶¹⁰ 3ª instrução/artigo.

¹⁶¹¹ <http://legislacaoregia.parlamento.pt/imgs/print.aspx?i=1.15.107&p=215-216>.

¹⁶¹² Capítulo II, pp.158-159.

¹⁶¹³ Portaria de 20 de Junho de 1834 contendo “Instrucções para por ellas se regular a arrecadação dos bens pertencentes ás Casas Religiosas extinctas pelo Decreto de 30 de Maio ultimo.” *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Camaras Legislativas*. Terceira Serie, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1835, pp.216-218.

¹⁶¹⁴ *Idem, ibidem*. Também em AHPL, Avisos Régios 1834.

Silva). Através dela, José da Silva Carvalho expressava as ordens do Regente para que aquela autoridade eclesiástica expedisse

“(…) as necessarias ordens para serem conservados os Templos, que, ou deverem servir de Parochias, ou que para maior commodo dos fieis, convier que fiquem subsistindo como capellas, aonde os mesmos fieis assistão aos Officios Divinos;”.

Simultaneamente, ordenava que se guardassem

*“(…) com a decencia devida as Imagens, Vasos Sagrados, e Utensilios do Culto, de modo que daqueles, que não forem necessarios para o serviço dos Templos, que se haverem de conservar, se faça huma relação exacta que deve ser remetida ao Thesouro Publico, ficando os objectos, de que ella consta, em deposito seguro para terem o destino que mais conveniente fôr.”*¹⁶¹⁵

Os “*objectos que immeditamente serviam ao Culto Divino*”, bem como os “*Trastes de oiro e prata*” estavam entre as excepções previstas pela portaria de 19 de Agosto de 1834, que mandava os prefeitos venderem todos os bens móveis e semoventes dos conventos¹⁶¹⁶.

Dava-se assim início a uma lógica, mas complexa, teia burocrática, com autoridades civis e eclesiásticas a assumirem responsabilidades conjuntas na posse e gestão de um vasto património, o que terá directos e indirectos reflexos práticos.

A recolha, o pedido e a entrega de alfaias, vasos sagrados e paramentos a quem os solicitava e era atendido, implicava uma série de contactos que deixavam perceber o intrincado (apesar de lógico) esquema montado. Vejamos o exemplo do pedido e entrega destes itens dos extintos conventos de Santarém à Câmara da vila de Muge, para utilização na sua igreja matriz, processo ocorrido em Agosto de 1834. O percurso burocrático, civil, de ofícios e portarias, implicou, pelo menos, os seguintes contactos: Sub-prefeito de Santarém – Prefeito de Santarém – Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino – Ministro da Fazenda – Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino – Sub-prefeito de Santarém – Provedor do Concelho da Vila de Muge¹⁶¹⁷.

Mas para além destes contactos, e tendo em consideração que as autoridades eclesiásticas eram as depositárias deste tipo de bens, também elas faziam parte do complexo organigrama, que era

¹⁶¹⁵ AHPL, Avisos Régios 1834. 20 de Junho de 1834, 3ª Repartição, de José da Silva Carvalho ao Cardeal Patriarca de Lisboa. Com a portaria, eram remetidas as Instruções enviadas pela mesma Repartição ao Prefeito da Província da Estremadura (o que interessava mencionar neste caso), para que, em harmonia com elas, o Cardeal desse as que achasse convenientes aos seus Delegados.

¹⁶¹⁶ José da Silva Carvalho e o seu tempo..., 1894, *op.cit.*, p.338. Portaria disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/16/84/p22>.

¹⁶¹⁷ ANTT, MR, Mç.1918 b). Agosto de 1834.

necessário atravessar quando estes bens eram solicitados, algo que se reflecte na diversa documentação governamental da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça e do Ministério do Reino.

De facto, num esquema semelhante e paralelo ao que era realizado em relação às pinturas que existiam em S. Francisco da Cidade, as entidades que pretendiam os Vasos Sagrados e outros itens religiosos, faziam chegar, mais ou menos directamente, o seu pedido ao Ministério do Reino, que por sua vez contactava os Negócios Eclesiásticos. Estes respondiam ao Ministério do Reino e, em caso de diferimento de pedido, participavam ao Prefeito e expediam portaria à autoridade eclesiástica em causa, ordenando a entrega dos referidos itens. Este tipo de conexões vemo-las presentes nos diversos pedidos realizados, como o que foi feito pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Porto, de paramentos e outros objectos (orgãos e realejos) que ainda se conservavam nos conventos abandonados, onde se refere que “*se expede Portaria ao Bispo eleito do Porto para que entregue á Misericordia os objectos que ela requer, se com effeito estiverem em arrecadação.*”¹⁶¹⁸ Igualmente se encontram na solicitação de paramentos feita pela Câmara de Alcoentre, para a sua igreja paroquial: a 27 de Novembro ofício dos Negócios Eclesiásticos referia que foram expedidas “*as ordens convenientes aos Cardeal Patriarcha para que mande fornecer a Igreja Paroquial daquella villa dos paramentos e vaso sagrado que precisa (...)*”¹⁶¹⁹.

Posteriormente, em 1846, José Maria de Sousa Couceiro, escrivão da Câmara Patriarcal, resumiria desta forma parte do processo:

“ A arrecadação dos Vasos Sagrados, Alfaias Relligiosas e Paramentos dos extinctos Conventos, fez-se primariamente pelas autoridades Civis encarregadas da suppressão dos Conventos; por mão dessas Authoridades e por Inventario Judicial, passarão esses objectos para as Authoridades Ecclesiasticas.

No Patriarchado de Lisboa foi essa Authoridade Ecclesiastica o Ex.^{mo} Vigario Geral, por Comissão do Em.^{mo} Cardeal Patriarcha; nas differentes Vigairarias foi essa Comissão delegada nos R.^{dos} Vigarios Geraes e da Vara.

¹⁶¹⁸ ANTT, MR, Mç.1911 b) – Negócios diversos. 24 de Novembro de 1834. Da Repartição dos Negócios Eclesiásticos, António Barreto Ferraz, ao Bispo Conde Frei Francisco. Participação seria realizada ao Prefeito do Douro, a 2 de Dezembro. 5816.

¹⁶¹⁹ ANTT, MR, Mç.1919 Negócios diversos. Novembro 1834.

*Todas as Freguesias e Ermidas que naquelle tempo pedirão ser attendidas na destribuição daquelles objectos, forão attendidas; e os receberão por Inventarios e quitações que se publicárão nos Diarios officiaes daquelle tempo; (...)*¹⁶²⁰.

No que se refere ao território debaixo da circunscrição do Patriarcado de Lisboa, Província da Estremadura, muitos dos objectos em causa eram reunidos no já anteriormente mencionado Depósito das Alaias dos extintos conventos, também designado como “*deposito de moveis e alaias das Cazas Religiosas supprimidas*”¹⁶²¹, que se encontrava sob a alçada do Cardeal Patriarca, embora este exercesse essencialmente a função de fiel depositário. Instalado, inicialmente, no Hospício de Nossa Senhora da Porciúncula, no final de Maio de 1835, dada a necessidade de venda deste edifício, era comunicado ao Patriarca “*(...) que em virtude da Real Resolução de 26 de Março ultimo, tomada sobre a consulta do Tribunal do Thesouro Publico(...)*” naquela data se expedia “*(...) ordem ao Prefeito da Estremadura, a fim de que obrando de acordo com o Ministerio dos Negocios Ecclesiasticos e da Justiça (...)*” se levasse a efeito a remoção para o Convento de S. Vicente de Fora.¹⁶²² Em meados do mês seguinte era ordenado ao Conselheiro Fiscal das Obras Públicas que expedisse as ordens convenientes para que os transportes necessários a esta mudança ficassem à disposição da pessoa autorizada pelo Cardeal¹⁶²³.

Terá ficado assim, desde meados de 1835, este depósito instalado em S. Vicente de Fora, onde eram reunidos e de onde partiam com outros destinos, os objectos que tinham ali lugar. Outros da mesma tipologia, e à semelhança do acontecido com itens de diversa natureza, terão permanecido junto da origem, dali saindo directamente para igrejas e conventos femininos. A este depósito central juntar-se-iam depósitos locais, satélites, nomeadamente, aglutinando bens de conventos próximos.

Segundo documento datado já de 1852, aquele era

“(...) o Deposito, aonde nesta Dioceze Patriarchal se guardavam todos os da mesma natureza [objectos para serviço do Culto], pertencentes aos extinctos Conventos; a fim

¹⁶²⁰ AHPL, Maços “Conventos”. 24 de Abril de 1846. De Sousa Couceiro ao Patriarca, em officio acerca de uma súplica do Vigário da Vara de Alenquer, que tinha destinado paramentos para a igreja paroquial de Triana sem ter legalizado a entrega. A solução passaria pela Junta de Paróquia de Triana assinar inventário e quitação dos referidos objectos, remetendo o original para a Câmara Patriarcal.

¹⁶²¹ ANTT, IOP, Livro 50, 161, fls.101vs-102.

¹⁶²² AHPL, Avisos Régios 1835. 29 de Maio de 1835. Do Tesouro Público, assinado por Francisco António de Campos, ao Cardeal Patriarca de Lisboa.

¹⁶²³ ANTT, IOP, Livro 50 fls.101vs-102, 161. 16 de Junho de 1835, registado nas Obras Públicas a 18. Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, assinado por Joze Balbino de Barboza Araujo, ao Conselheiro Fiscal das Obras Públicas.

de serem opportunamente distribuidos pelas Igrejas Parochiaes, que mostrarem necessitar de algum ou alguns delles, e não terem meios de os obter á sua custa, ou das respectivas Irmandades.”¹⁶²⁴

As tarefas do Patriarca, muitas vezes comissionadas no Vigário Geral, normalmente designado como Arcebispo de Lacedemónia ou Mitilene, eram várias e de responsabilidade. Sob ele recaía uma parte significativa da gestão do recheio das antigas casas religiosas da Estremadura, cabendo-lhe, de acordo com as *Instrucções* a escolha dos eclesiásticos, seus delegados. Foi o sucedido com os Conventos do Beato António, da Graça e de S. Vicente. Quando António Girão, Prefeito da Estremadura, toma posse destes conventos por parte da Fazenda Nacional, e de acordo com a 1ª Instrução, tornava-se necessário que o Patriarca nomeasse eclesiásticos da maior confiança para se lhes fazer a entrega dos Templos e de objectos religiosos (por inventário) que pertenciam aos conventos¹⁶²⁵.

Note-se que alguns itens permaneceram por todo o país nos primitivos locais, ou em alguns casos nas suas imediações, pela forte carga votiva que encerravam junto da comunidade. Uma representação da vila de Santarém, por causa da imagem da Nossa Senhora da Piedade, que existia no Convento dos Agostinhos Reformados, exemplifica estas situações. Ela “*era de muito especial e ferverosa devoção de todo aquelle Povo, a qual trasia tambem consigo recordações historicas da mais alta importancia (...)*”; queriam que se conservasse no mesmo local e que a igreja adoptasse o nome de capela da Sra da Piedade¹⁶²⁶. Neste caso, decerto à semelhança de outros, a Comissão Eclesiástica da vila teve uma palavra a dizer, concordando com a solicitação.

Também uma imagem de N. Sra. da Piedade vai ser alvo de um pedido, neste caso da Irmandade de N. Sra. do Rosário de Azeitão, para que fosse trasladada da igreja do extinto convento de N. Sra. da Piedade da Ordem de S. Domingos para um novo altar na Freguesia de S. Lourenço da dita vila ¹⁶²⁷.

¹⁶²⁴ AHPL, Avisos Régios 1851-1855. 26 de Setembro de 1850. Portaria do Ministério do Reino, Repartição dos Negócios Eclesiásticos, assinada por Feliz Pereira de Magalhães dirigida ao Arcebispo de Mitylene, Encarregado do Governo do Patriarcado durante a ausência do Cardeal Patriarca, remetendo relação dos objectos para o serviço do Culto existentes nos armazéns da Inspeção Geral das Obras Públicas.

¹⁶²⁵ AHPL, Avisos Régios 1834. 1 de Julho de 1834.

¹⁶²⁶ AHPL, Avisos Régios 1834. 16 de Julho de 1834. Aviso de Joaquim António de Aguiar datado de 23 de Junho remetia representação da Junta Municipal da Vila de Santarém ao Ministério do Reino pedindo que se conservasse na respectiva igreja a dita imagem de N. Sra. da Piedade e um capelão. Passados alguns anos, a 6 de Abril de 1839, o MNEJ remete ao Administrador Geral interino do distrito de Santarém, pedindo informação, o requerimento do presbítero Joaquim Ramos, em que este solicitava que lhe fossem entregues todas as alfaías e ornatos pertencentes à dita imagem, existente no convento dos Agostinhos descalços (ANTT, MNEJ, NE, Livro 92, fl.5vs).

¹⁶²⁷ AHPL, Expediente 1840 Cx2. 14 de Março de 1840.

Por outro lado, a secularização de algumas igrejas conventuais, às vezes solicitada pelos fregueses até por questões de comodidade¹⁶²⁸, terá contribuído para que alguns “recheios religiosos” continuassem no activo. Simultaneamente, a concessão destas igrejas, para paroquiais ou não, terá sido um meio para que fossem mantidas no tempo sem que o Estado tivesse com isso encargos. Veja-se o caso da solicitação feita pelos mesários da Ordem 3ª de S. Francisco da Vila de Guimarães para que lhe fosse cedido o templo e sacristia do extinto convento de S. Francisco para as suas festividades; o pedido, deferido, referia que estes ficavam obrigados “*á conservação e reparos que a egreja precisar.*”¹⁶²⁹ Mais esclarecedor ainda o deferimento do requerimento da Irmandade do Senhor dos Passos, erecta na igreja do extinto convento dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho da Cidade do Porto, para que lhe fosse dada a posse do referido templo. Pode então ler-se, nas condições da concessão:

*“(...) assinando a mesma Irmandade termo, perante o Prefeito respectivo, pelo qual se obrigue não só a fazer a sua custa os reparos necessarios, mas tambem a entregar tudo no estado de boa conservação quando quer que o dito Templo seja applicado para o serviço da Parochia, ou para outro destino que se julgue conveniente...”*¹⁶³⁰.

A secularização de igrejas conventuais, levou também a que tivessem de ser equacionadas algumas trasladações de personagens ilustres da nossa história para outros locais. Foi o caso do túmulo de D. Nuno Álvares Pereira – da igreja do extinto convento do Carmo para a igreja de S. Vicente de Fora¹⁶³¹ – e dos restos mortais de Vasco da Gama – da igreja do convento de Nossa Senhora do Carmo da Vidigueira, igualmente para S. Vicente de Fora¹⁶³².

Apesar dos antigos templos conventuais serem muitas vezes vistos pela população como boas opções – pelas condições, localização, etc. – para sedes de paróquia, é possível encontrar excepções, como a da secularização da igreja do extinto convento de São Paulo do Monte, em Vila Nova de Cerveira. Aquela igreja ameaçava total ruína e a população não a queria reedificar

¹⁶²⁸ Veja-se por exemplo o caso dos fregueses da Paróquia de Santo André que devido à falta de comodidade da sua igreja queriam que esta fosse trasladada para o Convento da Graça com a já unida Sta. Marinha. AHPL, Avisos Régios 1835.

¹⁶²⁹ ANTT, MNEJ, Mç325, cx277, N°3. 28 de Fevereiro de 1835. Portaria do MNEJ ao Governador do Arcebispado de Braga. R.1°-252V.

¹⁶³⁰ ANTT, MNEJ, NE, Livro 87, fls.18-18vs. 17 de Julho de 1835. Para o Bispo eleito do Porto, por João de Souza Pinto de Magalhães, acerca do requerimento da Irmandade.

¹⁶³¹ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fls.152-152vs. Ofício de 9 de Março de 1836 faz referências à trasladação.

¹⁶³² ANTT, MNEJ, Mç.325, Cx277 N°3. 26 de Outubro de 1837 - Portaria ao governador do bispado de Beja – “Manda que faça proceder á secularização da egreja do convento de N.ª Sª do carmo da extincta ordenm dos Carmelitas desclaços da villa da Vidigueira, e no caso de ahi existirem os despojos mortaes de D. Vasco da Gama, antigo conde da Vidigueira, ordena que sejam trasladadas para o templo do extincto mosteiro de S. Vicente de fóra desta capital com as solemnidades do estillo, e com a decencia devida á memoria do illustre. Pelo ministerio da fazenda lhe serão abonadas as despesas da trasladação.” 10 de Novembro de 1837 – Vidigueira, trasladação dos restos mortais de Vasco da Gama. ANTT, MNEJ, NE, Livro 90, fls.36-36vs.

nem para ali transferir a paróquia, pois era pequena e mal situada, encontrando-se, na altura, a servir de guarida a salteadores, julgando-se então que as imagens e objectos de culto deviam ser transferidos para a Paróquia, situação que levava em 1838 o Vigário Capitular, Manuel Capitular, a escrever ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e encarregado interino do expediente dos Negócios Eclesiásticos e Justiça, João de Oliveira¹⁶³³.

Logo a partir de, pelo menos, Agosto de 1834, a documentação existente no Arquivo do Patriarcado de Lisboa revela a entrada de pedidos relativos aos bens dos conventos, iniciando-se assim o período de redistribuição. Estes pedidos vêm via Governo, assinados por Joaquim António de Aguiar ou José da Silva Carvalho, encontrando-se no lote de Avisos Régios ali entrados.

É relativamente comum a existência de pedidos muito específicos, a paróquia x a pedir paramentos ou outros objectos do convento y, normalmente das suas proximidades. Isso acontece quando Sta Maria dos Olivais pede paramentos do Beato António¹⁶³⁴, Vila Verde dos Francos paramentos e sinos do convento de Nossa Sra. da Arrábida¹⁶³⁵, Pedrogão-pequeno alfaia e paramentos do convento de Rilhafolles¹⁶³⁶, a Conceição Nova o órgão volante da igreja do extinto convento de S. Domingos¹⁶³⁷, ou quando para a igreja de Paio Pele se solicitavam os paramentos e Vasos Sagrados do convento de N. Sra. do Loreto daquela vila¹⁶³⁸.

Já em Fevereiro de 1836, os Negócios Eclesiásticos remetiam ao Patriarca um requerimento do Prior e mais Irmãos da Mesa da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, no qual pediam, que das imagens, urnas, paramentos, e outros objectos existentes na igreja do extinto convento do Carmo, em Lisboa, lhes fossem entregues aqueles que necessitassem para uso da respectiva capela¹⁶³⁹.

Em outras situações verifica-se uma indicação mais genérica, como a solicitação de paramentos de conventos de Santarém ou Lisboa para a igreja de Alcanena¹⁶⁴⁰, ou a proposta de José da

¹⁶³³ MNEJ, ANTT, Maço 312, Cx257, N°5. 27 de Março de 1838.

¹⁶³⁴ AHPL, Avisos Régios 1834. 23 de Agosto de 1834. De Joaquim António de Aguiar.

¹⁶³⁵ AHPL, Avisos Régios 1834. 4 de Outubro de 1834.

¹⁶³⁶ ANTT, MNEJ, Mç325, Cx277, N°3. 26 de Fevereiro de 1835 Secretaria dos Negócios Eclesiásticos. Aviso ao Patriarca, ordenando que este mandasse passar ordens para que fosse satisfeita a requisição da Câmara Municipal de Pedrogão-pequeno de alfaia e paramentos do extinto convento de Rilhafolles, ou de qualquer outro, para a igreja do dito concelho.

¹⁶³⁷ AHPL, Avisos Régios 1835. 21 de Março de 1835.

¹⁶³⁸ AHPL, Avisos Régios 1834. 11 de Outubro de 1834.

¹⁶³⁹ ANTT, MNEJ, Livro 81, fls.125vs-126. 8 de Fevereiro de 1836.

¹⁶⁴⁰ AHPL, Avisos Régios 1834. 8 de Outubro de 1834.

Silva Carvalho para que a respeito do pedido de paramentos para o Turcifal lhe fossem fornecidos paramentos extraídos de espólios de conventos das proximidades¹⁶⁴¹.

Também é possível localizar uma curiosa “troca”, certamente realizada com uma paróquia menos pobre, o que justificará a substituição de um objecto pelo outro, algo que não voltamos a verificar:

*“(…) Sua Magestade a Rainha Fidelissima Tomando em Consideração o que Lhe Representou o Padre José Joaquim da Silva, Parocho da Freguesia de S. Lourenço dos Francos Arcediago d’Obidos: Há por bem ordenar, pela Secetaria de Estado dos Negocios da Fasenda, que do deposito das Alfaias das Igrejas dos Conventos supprimidos que Vex.^{ma} tem á sua disposição se entregue ao referido Parocho uma Custodia em troca da que existe na mesma Parochia, e que por quebrada não tem uso. (…)”*¹⁶⁴².

Para além de solicitações de irmandades e suas igrejas também a administração pública requeria objectos, como por exemplo paramentos para a Administração das Matas e Pinhais¹⁶⁴³, ou para capela da torre de S. Lourenço, na fortaleza de S. Julião da Barra¹⁶⁴⁴.

Entretanto, por todo o Portugal, os objectos preciosos, nomeadamente as pratas, continuavam a ser recolhidas. Uma portaria ao Governador do bispado de Beja, participava-lhe que tinham sido expedidas ordens ao Tribunal do Tesouro Público com o intuito de mandar receber as alfaias de prata dos conventos extintos que existiam em seu poder, com excepção, como a lei previa, dos objectos sagrados que fossem indispensáveis para o culto divino¹⁶⁴⁵.

¹⁶⁴¹ AHPL, Avisos Régios 1834. 13 de Novembro de 1834.

¹⁶⁴² AHPL, Avisos Régios 1834. 23 de Outubro de 1834 – 1ª Rep., de J. S. Carvalho ao Cardeal Patriarca. Mais tarde, em Outubro de 1855, uma outra “troca” esteve em perspectiva; a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de S. José de Lisboa pedia que lhe concedessem para a sacristia da sua igreja o arcaz e os painéis que ainda existiam na sacristia do extinto convento de Santo António do Estoril, obrigando-se a mandar colocar na dita sacristia o arcaz que a Irmandade possuía. Este pedido foi remetido pelos Negócios Eclesiásticos (Frederico Silva Pereira) ao Vigário Geral interino do Patriarcado para que este fizesse as indagações necessárias e informasse. O Vigário da Vara de Cascais (Padre Manuel da Apresentação) informaria o Vigário Geral do Patriarcado de que “ahi examinei o arcaz (...) o qual se acha colocado de maneira tal q deslocando-o do lugar em q se acha se estragão muitas das peças ficando imperfeito e até incapaz de servir.(...)”. Segundo ele, “milhor se poderá elocedar da Junta de Parochia da Freguezia de Assumpção a quem foi dado pelo Governo aquele Edificio, de q tomarão posse por um Auto lavrado pelo Administrador do Concelho em 20 de Junho de 1844 obrigando a Junta a conservação do Edificio e Ornamentos.” (19 de Novembro de 1855) AHPL, Avisos Régios 1851-1855.

¹⁶⁴³ ANTT, MNEJ, Mç325, Cx277, N°3. 11 de Fevereiro de 1835, Aviso ao Patriarca para que mandasse expedir ordens para serem entregues os ditos paramentos. C. 2º-62v.

¹⁶⁴⁴ ANTT, MNEJ, Mç325, Cx277, N°3. 4 de Março de 1835, Aviso ao Patriarca, ordenando que este desse ordens para que fossem postos à disposição do governador da fortaleza os referidos paramentos. C. 2º-85.

¹⁶⁴⁵ ANTT, MNEJ, Mç325, Cx277, N°3. 17 de Janeiro de 1835. A questão das pratas de Beja prolongar-se-á por meses. A 23 de Outubro de 1835 era expedido para o Governador Vigário Capitular do Bispado de Beja o seguinte documento: “Manda Sua Magestade a Rainha declarar ao Governador (...), que na Portaria que lhe foi expedida pelo Tribunal do Thesouro Publico em 26 de Setembro ultimo estão dadas as providencias, que pede na sua conta de 29 de Julho deste anno, a respeito do destino das alfaias de prata que ainda existem nos Depositos da referida

Convém lembrarmos que também móveis se encontravam entre os bens a serem geridos pelo Patriarcado. Em 28 de Janeiro de 1835, um Aviso ao Patriarca referia:

“Manda remetter-lhe a representação do cabido da sé metropolitana da Estremadura; e determina que mande dar as providencias para que o côro da cathedral tenha a quadratura que lhe é propria, trasendo-se as cadeiras e estantes que a formam da igreja de S. Domingos, e os psalterios¹⁶⁴⁶ que pertenciam ao côro do extincto convento de S. Vicente de fóra.”¹⁶⁴⁷

A documentação sugere, nomeadamente a partir de inícios de 1835, a existência de depósitos nos diversos bispados/dioceses, geridos à semelhança do que sucedia no Patriarcado de Lisboa (e, também eles, muitas vezes em sentido figurado, uma vez que não existiria um “depósito”, mas objectos “em depósito”). De salientar que estes parecem não ser estanques, sendo possível localizar pontualmente trânsitos de objectos entre as dioceses, nomeadamente vizinhas. O seu âmbito iria, por vezes, para além das alfaias e paramentos.

Em Fevereiro de 1835 uma portaria do governador do Bispado de Castelo Branco esclarecia então que

“(…) ao ordinario compete, pelo decreto de 30 de maio de 1834, distribuir pelas parochias necessitadas os paramentos e alfaias que pertenciam aos conventos extinctos; e que se nos depositos da sua diocese não existem esses objectos na quantidade necessaria para satisfazer a todas as igrejas que delles carecem, deverá represental-o por esta secretaria, indicando o bispado que mais commodamente poderá dispensar oos ditos objectos afim de se expedirem as ordens para a sua entrega. (...)”¹⁶⁴⁸.

Neste contexto, encontramos portaria ao governador do Bispado de Viseu mandando *“(…) que entregue do deposito do bispado de Viseu á pessoa que se mostrar autorisada pelo parocho da freguesia do Seixo Amarello – Aro, bispado da Guarda os paramentos e utensilios que pede no incluso requerimento.”¹⁶⁴⁹*

cidade, - e que portanto deve pela mesma Portaria regular-se sobre este objecto. Paço das Necessidades em 23 de Outubro de 1835./ João de Sousa Pinto de Magalhães.” ANTT, MNEJ, Livro 87, fl.87vs.

¹⁶⁴⁶ ANTT, MNEJ, Mç 325, Cx277, N°3. Saltérios que constava existirem então no Mosteiro de Mafra, conforme revela Aviso ao Patriarca em que se pede que este expeça ordens para que fossem transportados. 17 de Fevereiro de 1835 C. 2°-70v.

¹⁶⁴⁷ ANTT, MNEJ, Mç325, Cx277, N°3. Antonio Barreto Ferraz de Vasconcellos C. 2°-45.

¹⁶⁴⁸ ANTT, MNEJ, Mç325, Cx277, N°3. 18 de Fevereiro de 1835 R1° 240.

¹⁶⁴⁹ ANTT, MNEJ, Mç.325, Cx277, N°3. 14 de Janeiro de 1835 R.1°-214.

Em Julho de 1836 surgia novo pedido para a igreja da mesma paróquia – uma custódia, um cálice, e alguns paramentos – desta vez “*dos que se acham no deposito dos objectos dos extinctos conventos do Bispado da Guarda*”, solicitação que passou agora então, naturalmente, pelas mãos do Governador Vigário Capitular da Guarda¹⁶⁵⁰.

Referências várias, que ajudam a ilustrar como era realizada a circulação de alfaia e paramentos, nomeadamente, no interior do país.

Logicamente, na documentação do Ministério dos Negócios Eclesiásticos é possível encontrar referências a depósitos de diversas dioceses, relacionados com requerimentos realizados, nomeadamente, por padres e irmandades, que depois de analisados eram canalizados para os respectivos bispos; era o caso do depósito dos extintos conventos da diocese do Porto e deste exemplo que passamos a transcrever:

*“Manda Sua Magestade a Rainha remetter ao Reverendo (...) o incluso requerimento do Presbitero Pedro da Silva Tavares, Prior Encomendado na Igreja do logar do Seixo, e do Juiz Thesoureiro, e Mordomos da Irmandade da Senhora do Rosario e das Almas da referida Igreja, os quaes pedem, pelos motivos que allegam, se lhes mande dar do deposito dos extinctos Conventos daquela Diocese para o uso da mencionada Igreja os paramentos e mais objectos de culto, que no mesmo requerimento declaram: e Ordena a Mesma Augusta Senhora que o Reverendo Bispo Eleito attenda os supplicantes na conformidade da Lei, verificada que seja a necessidade que allegam. (...)”*¹⁶⁵¹.

Também o do depósito dos extintos conventos do Bispado de Coimbra, relacionado com objectos a cargo do Ministério da Fazenda, donde eram solicitados “*um orgão, um sino, e um relógio*” para Vila de Chão de Couce¹⁶⁵², em que a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça age apenas como intermediário.

Em Braga, existiria um depósito geral localizado no hospital de S. Marcos, a que se faz referência numa portaria ao Governador daquele Arcebispado, na qual se mandava entregar à

¹⁶⁵⁰ ANTT, MNEJ, NE, Livro 88, fls.77-77vs e fls.93vs-92. 1 de Julho de 1836, remetido requerimento para o Governador Vigário Capitular. Em 21 de Julho, ordem para que os objectos fossem entregues.

¹⁶⁵¹ ANTT, MNEJ, NE, Livro 87, fl.107. 11 de Novembro de 1835. Assinado por João de Sousa Pinto de Magalhães.

¹⁶⁵² ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fl.126vs. 8 de Fevereiro de 1836. À Fazenda, da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Assinado por Manoel Antonio Vellez Castel-Branco.

mesa administrativa da confraria do Senhor Jesus da Cruz da vila de Barcelos um ou dois paramentos ricos que ali ainda existiam¹⁶⁵³.

Braga, aliás, dá-nos através de uma portaria ao governador do arcebispado de Braga, um exemplo perfeito da fácil mas intrincada e confusa gestão de paramentos e alfaias, o que resultaria num muito complexo dispersar de peças:

*“Manda que expeça as ordens para que seja entregue á junta de parochia da freg.^a de St.^a Maria da Villa Nova de Muhia a custodia pertencente ao extincto mosteiro dos conegos regulares de Refoios do Lima, e hoje existente em poder do parcho da freguesia de Refoios, uma vez que não esteja empregada no serviço desta parochia, e neste caso fará com que á Junta se dê outra custodia de qualquer dos conventos extinctos da diocese. (A. M (...))”*¹⁶⁵⁴.

Mas logicamente que, enquanto “sedes”, as Sés acabavam também elas por ser locais privilegiados de depósito, onde iriam desaguar fácil e naturalmente um elevado número de bens. A descrição assaz particular que Felix Lichnowsky, faz em “Portugal. Recordações do Ano de 1842”, espelha essa realidade quase pitoresca, em que se denota a quase “desvalorização” ou mesmo “dessacralização” que o património tinha sofrido, em consequência do elevado número de bens que ficaram disponíveis e das deslocalizações que tinham sofrido. Amontoados, misturados com objectos profanos, quase que escapavam à “decência” que necessitavam, enquanto sagrados. Tal era a situação, esclarecedora, que este príncipe veio encontrar ao visitar a sacristia da Sé de Braga:

“Um obeso mulato e um português de idade mui avançada ambos sacristães da igreja, levaram-me finalmente a ver a sacristia; está cheia de despojos de muitos conventos e igrejas extintos, os quais, dispostos sem consciência nem tino, dão à casa a aparência de uma loja de adelo; a par de coisas interessantes e cheias de valor histórico ou material, encontram-se móveis triviais e grosseiros misturados ridiculamente com objectos de um uso inteiramente profano. E, assim, vi a um canto, trazidos de um convento de franciscanos, algumas talhas da Índia, à semelhança daquelas que vêm de Calcutá para Londres e para Amesterdão, e que vemos sobre as nossas mesas cheias de conserva de cidra e gengibre; naqueloutro sítio eram destinadas para guardar relíquias. Achava-se ali também um cálice de prata dourada,

¹⁶⁵³ ANTT, MNEJ, Mç.325, Cx277, N°3. 22 de Março de 1837. A 10 de Fevereiro tinha sido enviada portaria ao Governador do Arcebispado, remetendo representações de Barcelos, referentes a pedido de paramentos e utensílios.

¹⁶⁵⁴ ANTT, MNEJ, Mç.325, Cx277, N°3. 14 de Janeiro de 1837.

*adornado de muitas campainhas, obra do século XVI executada com a maior beleza; e outro mais pequeno, de prata lavrada, com que celebrava São Geraldo, é feito igualmente com o maior esmero. Observei perfunctoriamente o sino e casulas de Gaspar de Bragança, arcebispo de Braga, diversos vasos de muito valor, de prata e de prata dourada (os de ouro e cravejados de diamantes extraviaram-se), um altar com altos-relevos de diversas cores e dourados, que representa o triunfo da religião e que é muito velho e semelhante a um quadro de Hemeling, ou de Cranach, e muitos outros objectos de alguma valia.”*¹⁶⁵⁵

Situação semelhante era relatada a respeito de Évora, em notícia não datada e não assinada¹⁶⁵⁶, acerca da igreja do convento de S. Francisco:

*“(…) do Templo as Alfaias, paramentos e roupas destinadas ao culto foram carregadas em carros, sem fiscalização, ou Inventario, sem guarda ou vigilância, entregues à discricção de quem os conduzia para o depósito na Se cathedral, aonde foram amontoados, deste, e de outros conventos, ricos e preciosos despojos. (...)”*¹⁶⁵⁷.

Uma vez que as chaves dos antigos edifícios e igrejas conventuais ficavam nas mãos dos Prefeitos, é possível encontrar portarias enviadas àquelas autoridades, solicitando que estes emitissem as ordens necessárias para que ornamentos e vasos sagrados das extintas casas religiosas fossem postos à disposição dos reverendos bispos das dioceses – de modo que estes pudessem proceder à sua distribuição, conforme estipulado no decreto de 30 de Maio de 1834 – a quem também deviam entregar as chaves das igrejas dos conventos para que estas fossem por eles aplicadas segundo fosse conveniente “*ao serviço da religião e do estado*”¹⁶⁵⁸.

Vendas e ilegalidades

Inevitavelmente, em inícios de 1835, encontramos indícios de que estavam a ser cometidas ilegalidades, através da cobrança de emolumentos na entrega de paramentos e alfaias às igrejas necessitadas. Situação que levou a pronta reacção, por parte da Rainha e dos Negócios Eclesiásticos, como é constatável pela portaria de 6 de Fevereiro enviada ao Cardeal Patriarca:

¹⁶⁵⁵ LICHNOWSKY, Felix, *Portugal. Recordações do Ano de 1842* (conforme edição de 1845, trad. Daniel Augusto da Silva; ilustrações de D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha), Lisboa, Frenesi, 2005, p.221.

¹⁶⁵⁶ Arquivada por Cunha Rivara, que afirma ter a letra do Beneficiado Francisco Vargas. BORGES, *op.cit.*, p.138

¹⁶⁵⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁶⁵⁸ ANTT, MNEJ, Mç.325, Cx277, N°3. 20 de Janeiro de 1835. Portarias ao prefeito da Província do Douro e ao Bispo de Aveiro.

*“(…) e sendo outrossim de notoriedade publica que pela entrega dos paramentos e alfayas ás Igrejas necessitadas se pedem tambem emolumentos que nenhuma lei autorisa : Que Sua Magestade a Rainha que V.Emcia mandando examinar se taes abusos de praticam neste Patriarchado, ordene imediatamente a cessação deles, na certeza de que, verificada a repetição dos mesmos abusos, Sua Magestade mandará proceder com todo o rigor contra quem ousar comete-los (...)”*¹⁶⁵⁹.

De facto, apesar da venda de paramentos e alfaias não ser permitida, ela chegou a existir, apesar de não ser comum, mascarada de contribuição.

Quando, em Julho de 1835, a Freguesia da Conceição, em Lisboa, pede o paramento rico de Alcobaça, o parecer que o Arcebispo de Lacedemónia transmite a José da Silva Carvalho é de que existiam dois paramentos dessa proveniência, devendo o mais rico ficar para uso da Sé e o mais “pobre” poderia ir para os suplicantes *“cedendo eles da quantia que mencionão, a benefício do Thesouro Publico, a qual não igualará metade do seu valor (...)”*¹⁶⁶⁰.

Mas Alcobaça e o seu património denunciaria outra situação que então ocorria: a possível venda de paramentos e outros objectos a estrangeiros. A 15 de Julho de 1836, um ano após a referência aos paramentos ricos, Joaquim António de Aguiar, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, escrevia ao Patriarca:

*“Em.^{mo} e Rev.^{mo} Snr. – Sua Magestade a Rainha Manda remetter a V.Em.^a o incluso requerimento em que Hardy Hislop, de nação Inglez, e residente nesta Capital, pede licença para poder examinar no extincto Convento de Alcobaça os paramentos e ornamentos que diz haver ordem para vender, e que elle pertende comprar; afi de que V. Em.^a haja de informar com o seu parecer, sobre esta pertença. (...)”*¹⁶⁶¹.

Hardy Hislop, empresário inglês, viria anos mais tarde a ser representante da Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro, igualmente ligado à Iluminação a Gás no Porto e em Coimbra, e à construção¹⁶⁶².

¹⁶⁵⁹ AHPL, Avisos Régios 1835. 6 de Fevereiro de 1835. Dos Negócios Eclesiásticos ao Cardeal Patriarca Avisos Régios 1835 Patriarcado. Mesma data e teor em ANTT, MNEJ, Mç325, Cx277, N°3. C.2.º59.

¹⁶⁶⁰ AHPL, Avisos Régios 1835. 24 de Julho de 1835. Ofício do Arcebispo de Lacedemónia a José da Silva Carvalho acerca do requerimento do pároco da Mesa da Irmandade do SS da Freguesia da Conceição de Lisboa. Respostas a Avisos Régios 1835. O pedido tinha a data de 11 de Julho.

¹⁶⁶¹ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fl.228. 15 de Julho de 1836. Assinado por Joaquim António de Aguiar.

¹⁶⁶² PINHEIRO, Magda de Avelar, “Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX” in *Análise Social*, vol. XV (58) (1979-2.º), 265-286; ROTH, Ralf, DINHOBL, Günter, *Across the Borders: Financing the World's Railways in the Nineteenth and Twentieth Centuries*, Ashgate Publishing, Ltd., 2008, p.130; PAQUIER, Serge, WILLIOT, Jean-Pierre, *L'industrie du gaz en Europe aux XIXe et XXe siècles: l'innovation entre marchés privés et collectivités publiques*, Peter Lang, 2005, p.372

Os primeiros sinais de exaustão e os objectos preciosos

A partir de finais de 1835, surgem alguns indícios de que o Depósito das Alaias do Patriarcado estava a ficar vazio, não podendo responder às solicitações que chegavam, como sugere o ofício de José Chrysostomo de Souza e Gama ao Cardeal Patriarca, relacionado com a secularização da igreja do extinto Convento da Boa Hora, no Chiado:

“Em cumprimento da Portaria de V.Em.^{cia} de onze d’Agosto, passei logo a secularizar a Igreja do Extincto Convento da Boa Hora do Chiado, cita no destricto desta Parochia de São Julião, fazendo remover para a Igreja nova, todos os objectos, que indicavão culto, de que mandei lavrar o Auto incluzo, e fazer o inventario, que remetto; e como a despesa constante da folha junta, me deva ser satisfeita; a Irmandade do Santissimo desta Freguezia, não duvida de ma pagar Dignando se V.Em.^{cia} mandar-lhe dar todos os objectos relacionados, por precizar de todos, para ornato do seu Templo, que vai a concluir com a possivel brevidade, fazendo V.Em.^{cia} a Graça de detreminar, que eu lhos entregue, pois a maior parte dos mesmos tinham sido pedidos do Depozito das Alaias dos Extinctos Conventos e não forão preenchidos pelos não haver. (...)”¹⁶⁶³.

O interesse em arrecadar e proteger objectos preciosos, nomeadamente os de ouro e prata, com raízes em medidas tomadas por D. Pedro IV (como as respeitantes às preciosidades de Belém), foi aumentando com o passar do tempo. A consciência do seu valor e importância, a par da insegurança que grassava, para isso terão contribuído. Procurou-se centralizar no Banco de Lisboa, bem perto do poder executivo central, esse importante e rico núcleo de objectos que, para além de valor artístico, representavam uma considerável soma. Em Setembro de 1835, tendo a Rainha ordenado que fossem “*remetidas para a capital, certas alaias de ouro e prata, entre as quaes se comprehende hum grande Cruz d’aquelle preciozo metal, e Tendo resolvido que se guardem no Banco de Lisboa*”, comunicava à direcção daquele banco que estas, quando ali apresentadas, fossem postas em “*conveniente arrecadação*”¹⁶⁶⁴.

Pela mesma altura, o Governo reconhecia que muitos objectos provenientes dos conventos tinham saído fora do controlo que tinha sido estabelecido, inclusivamente interno, procurando então tentar fazer o apuramento possível. Este reconhecimento está patente na Circular/aviso

¹⁶⁶³ AHPL, Maços “Conventos”. 9 de Setembro de 1835.

¹⁶⁶⁴ ANTT, MR, Liv.1742 Avisos. 12 de Setembro de 1835, portaria 4ª Repartição, assinada por Rodrigo da Fonseca Magalhães.

de 23 desse mês, enviada ao Patriarca, aos Bispos Eleitos do Porto, Braga, Viseu, Lamego, Bragança, Pinhel, Coimbra, Guarda e Funchal e aos Governadores Vigários Capitulares de Évora, Castelo Branco, Leiria, Algarve, Portalegre, Elvas, Beja e Angra¹⁶⁶⁵:

*“ Achando-se determinado no artigo 3.º do Decreto de 30 de Maio de 1834, e na segunda parte do artigo 3º das Instrucções de 20 de Junho do mesmo anno, que dos utensilios do culto pertencentes nos extinctos conventos, seriam applicados, os absolutamente necessarios para o serviço das Igrejas, e os superabundantes para terem o destino que a Sua Magestade Approvesse; e sendo por extremo difficil dispor com regularidade dos referidos objectos, muitos dos quaes já tem sido doados, sem que primeiro sejam devidamente classificados, e haja um exacto conhecimento dos que hão sido distribuidos: É Sua Magestade a Rainha servida que V. Em.ª satisfaça, com a maior brevidade, aos seguintes quesitos declarando por esta repartição. – 1º Em poder de quem param todos os obejtos de ouro e prata, sagrados, e não sagrados dos conventos extinctos do Patriarchado, antes ou depois da publicação do Decreto de 30 de Maio de 1834, com a necessaria destincção, e declaração dos seus valores, quando já se lhes tenham dado: 2º Quaes os objectos sagrados, e não sagrados já doados por Sua Magestade, e seus respectivos valores: 3º Quaes os que devem ter ainda este destino segundo o artigo 3.º do mesmo Decreto e seus valores: e 4º Finalmente quaes os objectos sagrados superabundantes para terem a applicação mencionada no artigo 3.º das citadas Instrucções (...)”*¹⁶⁶⁶.

Em resposta a este Aviso de 23 de Setembro, um ofício do Patriarcado a João de Sousa Pinto de Magalhaes, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, datado de 9 de Outubro, remetia duas relações de objectos de ouro e prata

*“que se distribuirão, e os ainda existentes, em que comprehendem somente os Conventos extinctos de Lisboa e seu Termo. E quanto aos mais extinctos no resto do Patriarchado, estáse trabalhando na relação dos sobreditos objectos respectivos a cada hum delles; (...)”*¹⁶⁶⁷.

Aparentemente, e de acordo com a documentação, vemos passarem a ser remetidos pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos à Comissão encarregada do arbitramento das cóngruas

¹⁶⁶⁵ ANTT, MNEJ, Livro 81, fls.6vs-7 e Livro 87, fls.65-65vs. 23 de Setembro de 1835.

¹⁶⁶⁶ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fls.6vs-7. 23 de Setembro de 1835. Transcrição de Aviso enviado ao Patriarca. Ass. João de Souza Pinto de Magalhães. Também disponível em *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes* ..., Quarta Serie, Na Imprensa Nacional, 1837, p.332-333.

¹⁶⁶⁷ AHPL, Avisos Régios 1835. 9 de Outubro de 1835 (Respostas a Avisos Régios 1835).

dos párocos do Reino, inventários de objectos preciosos pertencentes a conventos de religiosos, com a finalidade de serem presentes à mesma Comissão nos trabalhos de que se achava encarregada¹⁶⁶⁸.

Mas os objectos considerados “*ricos*” encontravam-se em especial perigo. Como já foi mencionado anteriormente, os furtos eram frequentes, vivendo-se por estes anos um clima de insegurança. Pratas do extinto convento de S. Francisco de Campo Maior tinham sido um dos vários alvos dos ladrões¹⁶⁶⁹.

A situação de insegurança levava o Governador Civil do Distrito de Santarém, a propósito do pedido do Vigário Geral do Arcipreste de Tomar de paramentos e vasos sagrados do extinto convento de Santa Iria para distribuir pelas paróquias necessitadas, a reflectir sobre o risco em que se achavam os “*objectos ricos em as freguezias do Campo*”¹⁶⁷⁰.

Logo após a arrematação do Convento dos Carmelitas Calçados de Colares e do Convento da Santíssima Trindade de Sintra, com a declaração de que as suas igrejas seriam secularizadas, a rainha ordena que o Cardeal Patriarca expedisse ordens “*para que se ponham em deposito seguro os utensilios e objectos de algum valor que ainda dellas se pudérem aproveitar; (...).*”¹⁶⁷¹ Apesar de, provavelmente, não se tratarem de objectos ricos, denota-se a preocupação com a segurança que então existia, sinais dos riscos a que os mais variados bens estavam sujeitos.

Alguns objectos de ouro e prata e jóias dos extintos conventos, *alfaias preciosas*, acabariam recolhidos à Casa da Moeda. Uma recolha que, pelos valores envolvidos, pelo interesse económico que daí advinha, acontecerá após a extinção das ordens religiosas de forma mais ou menos sistemática. Grande receptador de peças conventuais de metais preciosos, nem todos teriam a venda ou a fundição como destino. De facto, como destacam as autoras Maria João Neto, Clara Soares e Alice Alves, fez-se notar, desde cedo, entre os responsáveis daquele

¹⁶⁶⁸ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81. 13 de Outubro de 1835 (conventos de religiosos do Bispado de Coimbra), (fl.18); 2 de Dezembro de 1835 (conventos de religiosas do Funchal) (fl.66); 5 de Dezembro de 1835 (conventos de religiosas do Patriarcado, faltando inventários de dois conventos de Lisboa e do Arcediago de Santarém) (fl.71). A 7 de Dezembro e 29 de Dezembro do mesmo ano eram enviados pelo Ministério à Fazenda, relações de utensilios de ouro e prata sagrados e não sagrados pertencentes aos extintos conventos dos Bispados do Funchal e de Bragança, respectivamente (fls.71-71vs e fl.87vs). Já a 13 de Janeiro de 1836 era remetida à Comissão ofício da Junta Governativa do Arcebispado de Évora, acompanhando o inventário das preciosidades do Convento das Religiosas do Bom Jesus da Vila de Viana do Alentejo (fls.101vs).

¹⁶⁶⁹ ANTT, MNEJ, Maço 318, Cx267 N°4(2) Capilha Polícia Judiciária 1835-1844. 18 de Agosto de 1835(?) Ofício do Juiz de Fora Interino ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos.

¹⁶⁷⁰ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fl.89vs. 4 de Janeiro de 1836, Ao Patriarca, Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Manuel Antonio Vellez Caldeira Castel-Branco.

¹⁶⁷¹ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fls.131-131vs. 19 de Fevereiro de 1836, Ao Patriarca. Lateralmente pode ler-se que a este ofício “Deu motivo um off.º da Commissão da Junta do Credito Publico em 11 de Fevereiro/”.

organismo “um sentido de preservação dos objectos que, pela sua raridade e primor, assim o justificassem”, algo que fica patente logo no final de 1834, altura em que o Provedor daquela Casa lembra à rainha “a existência de peças, cujo valor de antiguidade era superior ao valor material, devendo estas ser preservadas de um possível desmembramento ou fundição”¹⁶⁷². Tal levou a que fosse realizada uma selecção de peças, numa altura em que se idealizava a fundação de um Museu Nacional de Belas-Artes. Em Novembro de 1835, uma portaria, manifestava a consciência de salvaguarda patrimonial gerada em torno destas obras preciosas:

*“Sendo necefsario adoptar-se huma medida geral acerca da conservação dos objectos preciosos pertencentes á Fazenda Nacional, existentes na Caza da Moeda, ou que de futuro ali houverem de entrar, a fim de que ressalvando-se o prejuízo da mesma Fazenda, não tenha por outro lado de se lamentar a irreparável perda de algumas d’aquellas obras primas, que patenteam o gosto e o progresso das Artes nas diversas epocas: Manda a Rainha, pelo Tribunal do Thesouro Publico, que o Provedor da Casa da Moeda, ou quem suas vezes fizer, faça escolher e classificar com toda a exactidão os ditos objectos, e formalizando relações fundamentadas de todos aquelles que se considerem dignos de ser convenientemente colocados nos muzeus, como peças de primoroso trabalho, raras, históricas, ou celebres por sua antiguidade, ou qualquer singularidade atendível, remeta pelo referido Tribunal as sobreditas relações, em que deverão declarar-se os nomes das Cazas, ou Conventos a que pertencião (...)”*¹⁶⁷³.

Segundo António Martins da Silva, na prática, acabaria por haver uma distinção “entre os utensílios de culto *stricto sensu* não preciosos, objectos preciosos sagrados e os objectos preciosos não sagrados. Os primeiros, e parte dos segundos, foram destinados para o serviço das igrejas e, como tal, entregues às autoridades eclesiásticas; os restantes (sagrados sobejantes e todos os não sagrados) deram entrada na Casa da Moeda, à responsabilidade do Tesouro Público.”¹⁶⁷⁴ Contudo, como o mesmo autor reconhece, existiu em relação aos utensílios preciosos sagrados, uma certa indefinição de critérios, de destinos, de esclarecimento do “sagrado”, algo que o decreto de 30 de Maio e normas subsequentes não especificaram, ordenando apenas que fossem guardados e inventariados¹⁶⁷⁵. Este contexto, levou a que

¹⁶⁷² Apud NETO, Maria João, ALVES, Alice, SOARES, Clara, “A Custódia de Belém: um símbolo nacional entre o Liberalismo e o Estado Novo”, in *A Custódia de Belém - 500 anos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, (pp.161-181), p.164.

¹⁶⁷³ Apud *idem*, *ibidem*.

¹⁶⁷⁴ SILVA, António Martins da, *A extinção das Ordens Religiosas, a dispersão do património artístico e o destino dos Colégios Universitários de Coimbra*, Separata das Actas do Colóquio *A Universidade e a Arte 1290-1990*, Universidade de Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, 1993, p.366.

¹⁶⁷⁵ *Idem*, *ibidem*, p.367.

tardassem a entrar na referida Casa da Moeda, levando a que fossem vítimas de muitas irregularidades, como doações precipitadas, furtos ou vendas ilegais¹⁶⁷⁶. Algumas peças seriam mesmo ocultadas, não declaradas.

A 14 de Janeiro de 1836 o Tribunal do Tesouro Público expediu ordem ao Governador Civil do Distrito de Lisboa para efectuar essa recolha, para cumprimento da qual, dias mais tarde foi informado o Cardeal Patriarca, remetendo-lhe então a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos, não só a cópia da referida ordem mas também uma relação dos conventos a que os objectos pertenciam e depositários em cujo poder eles se encontravam, de modo a que aquela autoridade eclesiástica pudesse dar as disposições necessárias para se levar a efeito aquela determinação.¹⁶⁷⁷ Na esteira desta, terá estado a circular, enviada entre Maio e Junho do mesmo ano, assinada pelo Ministro Joaquim António de Aguiar, na qual se pode ler que

*“Sendo conveniente tomarem-se, quanto antes as necessarias medidas, para que todas as pratas, joias e quaesquer alfaias dos conventos extinctos, os quaes se acham ainda em varios depositos, tenham a applicação que a Lei lhes manda dar; - e devendo a Fazenda Nacional tomar immediatamente conta daquellas das referidas alfaias que não fôrem precisas para o Culto Divino: Ordena Sua Magestade a Rainha que o Reverendo Bispo (...) procêda, sem perda de tempo á deffinitiva separação dos objectos que segundo o artigo 3º do Decreto de 30 de Maio de 1834 devem ser applicados para o culto Divino, - fazendo pôr todos os mais á disposição do respectivo Governador Civil, afim de que este lhe dê o destino, na conformidade das ordens que pela competente Repartição lhe forem expedidas.”*¹⁶⁷⁸

Na mesma data, 10 de Maio de 1836, uma portaria dirigida aos governadores Civis, complementar da circular anterior, considerava que já tinha *“decorrido tempo mais que suficiente”*, desde o Decreto de 30 de Maio de 1834 e das Instruções de 20 de Junho do mesmo ano, para que fosse possível conhecer, definitivamente, quais dos objectos preciosos sagrados, eram aqueles que podiam ser considerados *“indispensáveis”* para o culto e os que deviam *“entrar immediatamente na arrecadação da Fazenda Nacional para terem o destino conveniente”*¹⁶⁷⁹. Exigia-se que aquelas autoridades expedissem as competentes ordens (*“sem*

¹⁶⁷⁶ *Idem, ibidem.*

¹⁶⁷⁷ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fl.110vs. 23 de Janeiro de 1836. De Manoel Antonio Vellez Caldeira Castelbranco, Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos, ao Patriarca de Lisboa. No mesmo dia era comunicado à Fazenda que tinha sido enviado ofício ao Patriarca. *Ibidem.*

¹⁶⁷⁸ ANTT, MNEJ, NE, Livro 88, fl.2. 10 de Maio de 1836, neste caso trata-se de cópia de circular enviada ao Bispo de Aveiro.

¹⁶⁷⁹ Portaria de 10 de Maio de 1836.

perda de tempo”), para que estes últimos, “*pratas, e mais objectos preciosos disponiveis*”, fossem remetidos para a Casa da Moeda, devendo, para o efeito, serem tomados os indispensáveis cuidados de acondicionamento e requisitados meios de segurança, para o seu transporte.¹⁶⁸⁰ A remessa devia ser feita “*da maneira que julgar mais commoda, e segura*”, com os objectos “*acompanhados dos competentes inventários, e bem acondicionados, requisitando para esse fim á Authoridade Militar do Districto a força que lhe parecer necessária*”¹⁶⁸¹.

Destacamos que, apesar da distribuição dos paramentos dos ditos conventos pertencer aos Prelados das Dioceses, “*(...) a concessão, ou denegação dos objectos de ouro, prata, ou bronze (...)*” competia ao Ministério da Fazenda¹⁶⁸².

Como já pudemos constatar, os objectos preciosos provenientes dos extintos conventos, nomeadamente, os de ouro e prata, mereceriam especial atenção ao longo dos anos, denotando-se especial preocupação com o seu destino, muitas vezes menos conhecido do que seria recomendado. Havia mesmo a consciência que gravosos desvios eram relativamente comuns. De facto, e como refere Nuno Grancho a propósito da ourivesaria da prata proveniente dos extintos conventos de Elvas, verifica-se “uma deficitária produção de disposições para salvaguarda desse vasto e valioso espólio, permitindo o desaparecimento de muitos desses objectos, tantos indevidamente apropriados pelas próprias autoridades eclesiásticas e civis e pelos Delegados e funcionários subalternos (...)”¹⁶⁸³. Segundo este autor, no caso de Elvas a redistribuição dos objectos de culto religioso não se verificou necessariamente pelos templos mais necessitados. De cerca de 128 objectos de ourivesaria de prata inventariados, setenta e quatro deram entrada na Casa da Moeda (dos quais 69 seriam reduzidos a moeda, 3 vendidos em hasta pública e 1 conservado – cruz processional “de prata lavradae dourada de artificio muito antigo”), trinta e oito foram redistribuídos pelas igrejas e dezasseis foram entregues ao Vigário Capitular¹⁶⁸⁴.

O Decreto de 16 de Janeiro de 1837, constatava então “*existirem escondidas e subnegadas consideraveis quantias de dinheiro, joias ou alfaias, pertencentes aos extinctos Conventos, e outras, hoje subtraidas à Fazenda Nacional*”¹⁶⁸⁵, convidando os autores destes desvios a

¹⁶⁸⁰ SILVA, A extinção das Ordens Religiosas..., 1993, *op.cit.*, p.374.

¹⁶⁸¹ Portaria de 10 de Maio de 1836.

¹⁶⁸² ANTT, MNEJ, NE, Livro 87, fl.182vs. 6 de Fevereiro de 1836. Esclarecimento à Junta Governativa do Bispado de Portalegre na sequência de requerimento em que a Câmara de Montargil pedia vários paramentos e vasos sagrados para o serviço da Igreja Matriz daquela vila. (De Manuel Caldeira Castel-Branco)

¹⁶⁸³ GRANCHO, Nuno, “A prata elvense nas contribuições de 1807-1808 e 1834” in *Revista de Artes Decorativas*, 5 (2011), (107-132), p.114.

¹⁶⁸⁴ *Idem, ibidem*, pp.120-121.

¹⁶⁸⁵ Decreto de 16 de Janeiro de 1837, 1º semestre, 1837, p.100.

devolverem, por iniciativa própria, no prazo de um mês, o que tinham em seu poder, sendo por tal perdoados das penas em que incorriam e compensados com um prémio de um quinto do valor dos bens recuperados, mesmo quando estes estivessem enterrados e/ou danificados; a mesma compensação era também destinada a quem denunciasse outras pessoas que possuísem este tipo de bens, ou indicassem os locais onde estes se encontravam¹⁶⁸⁶. Para cumprimento deste decreto, seria expedida, a 27 do mesmo mês, inclusive para o Ultramar, uma portaria aos Administradores Gerais¹⁶⁸⁷. As “benesses”, que perdoavam os infractores e, podemos dizer, que ainda os premiavam, são demonstrativas das somas em causa, e uma tentativa, quase desesperada, de reaver bens. No entanto, e naturalmente, estas compensações não viriam a ter grandes resultados.

O Deputado Galvão Palma (deputado pela Divisão eleitoral de Portalegre) declararia então:

“A Nação quer saber aonde estão as joias, os ricos utensílios, tantos chefes d’obra e primores do genio e da arte, que embelesavam os Claustros até ao momento da sua extincção; e eu como um dos Representantes da Pátria, fiel à minha missão, desejo satisfazer-lhe a vontade, até porque della póde resultar a grande vantagem de entrarem na massa dos Bens Nacionaes muitas alfaias que, com grossas quantias de dinheiro, se tem sonogado. (...)

*Eu convenho, Senhores, que não conseguiremos a restituição da maxima parte das preciosidades (...); mas, recebendo alguma cousa e promovendo que vejam a luz do dia alguns valores que ora estão escondidos em thesouros occultos, faremos um serviço à Pátria.”*¹⁶⁸⁸

Quanto aos efeitos do decreto de 16 de Janeiro, ele terá sido pouco proveitoso. Como refere Martins da Silva, era já demasiado tarde, chocava com fortes interesses e, porventura, atingia personalidades importantes; e, apesar do maior empenhamento dos governos setembristas, com legislação mais cuidada, agravara-se a luta das facções e com ela a instabilidade política,

¹⁶⁸⁶ SILVA, *A extinção das Ordens Religiosas...*, 1993, *op.cit.*, p.368. Decreto em legislacaoregia.parlamento.pt

¹⁶⁸⁷ Portaria de 27 de Janeiro de 1837 (1º sem 1837, Série VII, p.149) (SILVA, *A extinção das Ordens Religiosas...*, 1993, *op.cit.*, p.368) (Também em ANTT, MR, Livro 1208 Registo de Circulares Expedidas 1835-1840, fl.102vs) A 16 de Março do mesmo ano era enviada portaria ao Administrador Geral do Distrito de Lisboa pedindo que ele informasse acerca da execução que tinha dado “pela parte que lhe toca” ao decreto de 16 de Janeiro de à portaria de 27 do mesmo mês. O Administrador “não de [devia] limitar a informar sobre o estado em que actualmente se acha esta arrecadação, mas dar sucessivamente conta do que fôr descobrindo, não só quanto aos objectos pertencentes às Casas Religiosas, porém pelo que disser respeito aos Paços Episcopaes, e prédios anexos às Mitras, ou a qualquer outra indevida alienação dos Bens Nacionaes.” Portaria do Tesouro Público Nacional assinada pelo Ministro José da Silva Passos in *Diario do Governo* nº67, 20 de Março.

¹⁶⁸⁸ *Apud* SILVA, *A extinção das Ordens Religiosas...*, 1993, *op.cit.*, pp.368-369.

levando ao enfraquecimento do poder, à ineficácia legislativa, à incúria as autoridades administrativas e ao desleixo dos empregados¹⁶⁸⁹.

Os trabalhos continuariam ao longo dos anos, com sucessivas portarias que visavam dar conta deste tipo de património. Disso são exemplo as enviadas ao Administrador Geral Interino de Coimbra, nas quais, para além de se ordenar que fossem dadas respostas, prazos cumpridos e objectos identificados e localizados (e recolhidos à Casa da Moeda), se aludia à subtracção de objectos a inventários, extravios e à venda irregular de prata...¹⁶⁹⁰ Apesar da *brevidade* sempre solicitada, a *confusão* em que tudo se encontrava (que os inventários das casas religiosas não ajudavam a resolver, com peças arroladas pelo Tesouro a não constarem neles) e a alegada demora das autoridades subalternas (Administradores dos Concelhos, Depositários de objectos, Vigário Capitular do Bispado), bloqueavam o sistema¹⁶⁹¹.

Posteriormente, em Outubro de 1839, o Tesouro Público, expediu uma circular às autoridades Superiores Eclesiásticas das diversas Dioceses¹⁶⁹², na qual solicitava a verificação da existência dos objectos mencionados em relação anexa, com a declaração, pelo menos por estimativa, dos seus valores e outras observações tidas como “convenientes”. Estes trabalhos, constatamos não estarem concluídos em 1841, altura em que Costa Cabral, tendo urgência na sua conclusão, contacta o Arcebispo Eleito de Braga no sentido de este empregar a maior diligência na remessa dos esclarecimentos pedidos acerca dos objectos preciosos encontrados nos conventos daquela diocese, algo que será reiterado em Fevereiro do ano seguinte, agora por Mouzinho de Albuquerque, uma vez que aquela autoridade continuava sem cumprir o que lhe tinha sido solicitado¹⁶⁹³. Reflexos das dificuldades existentes, nomeadamente, quando os processos estavam dependentes de autoridades locais, fossem elas eclesiásticas ou mesmo civis.

Os trabalhos, iniciados em 1839 – e que também terão contribuído para um mapa de 1840 – culminariam, finalmente, em 1842, com a publicação das “*Contas Correntes dos Objectos Preciosos de Ouro, Prata, e Joias que pertenceram aos Conventos Suprimidos do Continente do Reino*”¹⁶⁹⁴, em metódicas tabelas, organizadas por distritos, que nos deixam perceber o número de conventos envolvidos, tipo de peças recolhidas e seus valores. De facto, ficamos a

¹⁶⁸⁹ SILVA, *A extinção das Ordens Religiosas...*, 1993, *op.cit.*, pp.369.

¹⁶⁹⁰ Acerca deste assunto *vide* SILVA, *A extinção das Ordens Religiosas...*, 1993, *op.cit.*. Neste artigo, nomeadamente, nas páginas 370-373, o autor relata o sucedido, baseando-se nas referidas portarias e suas respostas.

¹⁶⁹¹ *Idem, ibidem*, pp.372-373.

¹⁶⁹² Julgamos que só as de Portugal continental.

¹⁶⁹³ ANTT, MNEJ, NE, Livro 96, fls.133-133vs. 21 de Junho de 1841. E, Livro 97, fls.154-154vs. 12 de Fevereiro de 1842 – Portaria de Luís Mouzinho de Albuquerque ao Arcebispo Eleito de Braga e à Fazenda (Livro 84).

¹⁶⁹⁴ *Contas Correntes dos Objectos Preciosos de Ouro, Prata, e Joias que pertenceram aos Conventos Suprimidos do Continente do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

conhecer o número e valor total dos objectos inventariados em cada casa e sua tipologia (tão diversa como cálices, cruzes, custódias, navetas, resplendores, diademas, brincos, cordões, anéis, chaves, castiçais, etc.), números e tipologia dos objectos entrados na Casa da Moeda, números e tipologias dos distribuídos (Freguesia x, às imagens da igreja, ao Vigário, à igreja y, à capela z), o mesmo sucedendo com aqueles que ficavam “*em depósito na mão do Vigário Capitular*”, ou com o depositário x, ou eram, simplesmente, vendidos. Maioritariamente, tratava-se de utensílios religiosos.

De salientar que, nas partes do “*Deve*” e do “*Haver*”, existiam também, por vezes, menções a objectos apreendidos, encontrados depois de realizado o inventário, furtados, e extraviados (por exemplo, antes da realização do inventário ou quando um prior fugia para os rebeldes). Também eram mencionados objectos que constava terem sido vendidos, averiguando-se o sucedido. Pontualmente, algumas notas mencionam a reserva de alguns objectos na Casa da Moeda.

Procurava-se uma política de transparência por parte do Tesouro Público, que serviria não apenas para registar, mas também, para justificar, implicitamente, a recolha e distribuição daqueles itens e que tinha já levado a que, no periódico oficial dos anos de 1834 e 1835, fossem publicadas relações de objectos sagrados e de culto, oriundos de extintos conventos que tinham sido mandados distribuir¹⁶⁹⁵.

Em 1864, no *Archivo Pittoresco*, resumia-se desta forma o que ali era apresentado:

“As contas correntes dos objectos de ouro e prata pertencentes aos conventos suprimidos, e publicadas em 1842 pelo thesouro publico, mostram que foram suprimidas 480 casas religiosas, mosteiros, conventos, hospícios, confrarias, capellas, irmandades, etc, incluindo n’este numero a egreja patriarchal e a sé de Lisboa, porque mesmo d’esta egreja foram arrecadados muitos objectos de prata e ouro.

Para se ajuizar qual foi o descaminho que houve no peculio precioso dos conventos, basta dizer que, pelas referidas contas correntes, o valor total dos objectos amoedados ou vendidos na casa da moeda, e nos diversos districtos do continente do reino, e dos que foram distribuidos, não excedeu, até 2 de março de 1842, a 118:106\$038 réis, além de 1:549 marcos existentes n’aquella data na casa da moeda.

¹⁶⁹⁵ SILVA, *A extinção das Ordens Religiosas...*, 1993, *op.cit.*, p.376.

Mas démos graças a Deus por haverem escapado do naufragio as preciosidades arrecadadas com tanta fidelidade na casa da moeda. Ainda alli estão objectos dignos de apreço e de subido valor, verdadeiros monumentos artisticos e differentes epochas. É assim que alli admirámos a custodia de oiro e a cruz de prata que el-rei D. Manuel deu ao mosteiro de Santa Maria de Belem, assim como o cofre para deposito do Sacramento em quinta feira maior, do mesmo mosteiro; egualmente alli admirámos duas riquissimas cruzes processionaes do seculo XIV ou XV; um curioso relicario; differentes calices, e muitos outros objectos de que daremos noticia com as competentes gravuras, e que muito bem ficam n'um museu, como specimen da arte, nos passados seculos, em Portugal. (...)”¹⁶⁹⁶.

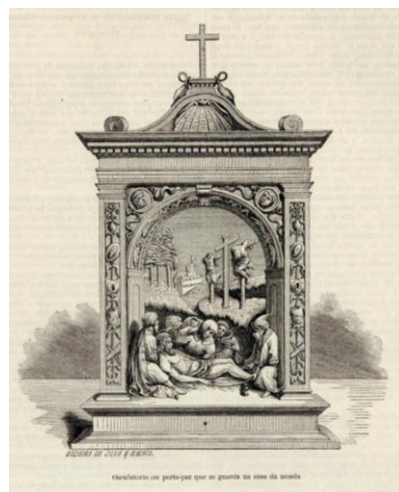


Fig.31 Nogueira da Silva & Alberto; *Osculatório ou porta-paz que se guarda na casa da Moeda*, 1864, gravura in *Archivo Pittoresco*., Nº13, p.97.

Como esclarecia a mesma notícia “*Dos objectos arrecadados na casa da moeda, uns venderam-se, outros foram amoedados, e os mais preciosos, por serem obras de arte de grande estimação e valor, ou por serem memorias dignas de conservação, alli ficaram, e ainda estão esperando, como foi determinado, o seu logar em um museu nacional. (...)*

Os extravios, ou aconteceram antes ou durante os inventarios.”¹⁶⁹⁷

De facto, em sequência do que vimos a relatar, e como refere Martins da Silva, é de “concluir que muitos objectos preciosos terão sido desviados dos fins a que se destinavam: por particulares sem escrúpulos e, entre outros, pelas próprias autoridades responsáveis, eclesiásticas e civis (tudo leva a crer, pelo menos), ou, respectivamente, pelos delegados e funcionários subalternos – antes, mas sobretudo depois da extinção das Corporações Religiosas”¹⁶⁹⁸.

Segundo o mesmo autor, no mapa de 1840 tinham sido contabilizadas 17.861 peças, sendo que 6.575 entraram na Casa da Moeda [**Fig.31**], 735 venderam-se nos distritos, 164 foram dadas

¹⁶⁹⁶ *Archivo Pittoresco, Semanario Illustrado*, Editores Proprietários, Castro irmão e C.^a, Lisboa, Typographia de Castro Irmão. 1864, Vol. VII, Nº13, pp.97-98.

¹⁶⁹⁷ *Idem, ibidem*, p.97.

¹⁶⁹⁸ SILVA, *A extinção das Ordens Religiosas...*, 1993, *op.cit.*, p.373 À semelhança do sucedido em Espanha, alguns membros do clero português poderão ter desviado alguns objectos preciosos para ajudar a colmatar carências financeiras da causa miguelista.

como extraviadas e 10387 foram distribuídas pelas igrejas, ou seja, mais de metade ficou na posse das autoridades eclesiásticas¹⁶⁹⁹; não contabilizando os que foram vendidos pela Casa da Moeda, apenas 5% terão então entrado no mercado, através da venda ou do extravio, números incompletos, porque terão tido por base inventários, em que certos objectos já não constavam, não sendo por isso esta uma percentagem representativa da realidade.

A análise de documentação, como por exemplo, a “*Cópia dos Livro dos Depósitos de Ouro e Prata*”¹⁷⁰⁰ – onde a descrição dos objectos depositados era feita de uma forma quase sempre sucinta, em alguns casos quase inexistente, valorizando-se informações como a proveniência, mas sobretudo, o material, o peso e o valor¹⁷⁰¹, critérios que revelavam a importância que a avaliação monetária tinha em detrimento de uma avaliação artística/patrimonial – confirma que alguns dos bens eram separados por serem considerados “*dignos de apreço*”, “*de estimação, e deverem [por isso] ser conservados em observancia da Portaria do Thesouro de 19 de Novembro*”¹⁷⁰².

De facto, através, nomeadamente, do já referido mapa de 1842, obtemos uma relação dos objectos que, depositados na Casa da Moeda, se destinavam a ser conservados como valores de arte “*por se considerarem dignos de serem collocados nos Muzeus como peças de primoroso trabalho, raras, historicas, celebres por sua antiguidade*”, e que totalizavam então 207 peças, cujo peso e valor não foi especificado uma vez que para tal “*seria necessario desmanchallas com risco de prejudicar o seu grande merecimento*”¹⁷⁰³.

Segundo Martins da Silva, o número de peças destinadas aos museus representava apenas 1,16% do total dos objectos inventariados no mapa de 1840, subindo para 28,16% tendo em conta o montante dos entrados na Casa da Moeda¹⁷⁰⁴.

Baseando-nos na *Cópia do Livro dos Depósitos*, e na notícia atrás transcrita, vemos que aqueles que não faziam parte deste selecto lote, tinham três destinos possíveis: a venda em hasta pública;

¹⁶⁹⁹ *Idem, ibidem*, p.376.

¹⁷⁰⁰ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 3-D-VV.101 (PT-ANBA-ANBA-C-001-00001), *Cópia dos Livro dos Depósitos de Ouro e Prata*.

¹⁷⁰¹ *Idem, ibidem*: “Huma Cruz e pé, pesando...”; “Huma Cruz de ouro lavrada, que tem no centro outra cravada de granadas, e na alma tem nove diamantes brilhantes pesando tudo...”.

¹⁷⁰² *Idem, ibidem* (Tifs. 11, 12, 247).

¹⁷⁰³ SILVA, *A extinção das Ordens Religiosas...*, 1993, *op.cit.*, p.378. Discriminados como “ Ambulas/ Anneis/ Brincos/ Calices / Castiças/ Cofres/ Collares/ Colheres/ Contas soltas/ Cordões/ Cruzes/ Custódias/ Estandartes/ Fivellas/ Habitros/ Imagens/ Moeadas/ Patenas/ Pixides/ Porta-paz/ Pulseiras/ Relicarios/ Sacras/ Sceptros/ Vasos” Contas correntes dos objectos... ROQUE, Maria Isabel, *Museologia oitocentista do Património Religioso em Portugal*, in Idearte- Revista de Teorias e Ciências da Arte, vol.6 (Novembro 2010), pp.121-122.

¹⁷⁰⁴ SILVA, *A extinção das Ordens Religiosas...*, 1993, *op.cit.*, p.378.

a entrega a alguma Irmandade¹⁷⁰⁵ que os solicitasse; ou, muitas vezes, a simples fundição, o que os retirava definitivamente de circulação, destruindo para sempre o testemunho material que transportavam. Os objectos destinados a “*Hirem para a Fundição, e se redusirem a barra, afim de se conhecer a Lei, depois de extrahidas as materias estranhas que contiverem...*”, eram das mais variadas espécies, e proveniências¹⁷⁰⁶, encontrando-se entre eles os mais diversos resplendores, turíbulos, custódias, cálices e patenas, a par com facas e outros objectos, que embora também de metais preciosos eram de utilização mais comum.

É impossível aferir a quantidade de peças que foram destruídas pela fundição, que seguindo os parâmetros da época, consideradas sem valor artístico ou histórico, consideradas de “*desenho antigo*”, foram convertidas em barras. As relíquias, muitas vezes envoltas em materiais preciosos, pareciam ter perdido a sua aura sagrada e estavam expostas aos vários destinos.

A venda em hasta pública – com registos que incluíam o nome do comprador – daria uma segunda hipótese às peças recolhidas. Peças com pouco metal precioso, em que os lucros pela fundição seriam insignificantes, entravam mais facilmente nesta categoria; objectos com pérolas, aljófares, madrepérola, esmaltes, pedras preciosas e mesmo relógios, eram vendidos.

Na Casa da Moeda também vemos entrar algumas imagens, assim como alguns vidros ou mesmo “*Huma estante de pão preto, huma pedra de ára, e tres casulas em uso de diferentes côres*”¹⁷⁰⁷, assim como livros de registos e outros, verdadeiros lotes, alguns fechados, provenientes das antigas casas religiosas.

Já em 1863, ordenou-se ao Provedor da Casa da Moeda

“*que dos objectos de ouro e prata pertencentes aos extinctos conventos e depositados n’aquella Repartição, se conservassem ali os que tivessem merecimento artistico para serem entregues (...) [à] Academia [de Belas-Artes de Lisboa], devendo participar préviamente o Ex.^{mo} Vice-Inspector se ha[via ali] (...) local conveniente para se collocarem os referidos objectos, e no caso de não haver, indicar o que para tal fim era necessario.*”

Para tal, como a Academia reconheceu então, era necessário tornar aquele espaço mais seguro, realizando obras que o garantissem¹⁷⁰⁸. Para proceder à escolha dos ditos objectos com valor

¹⁷⁰⁵ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 3-D-VV.101 (PT-ANBA-ANBA-C-001-00001), *Cópia dos Livro dos Depósitos de Ouro e Prata*, (Tif.48).

¹⁷⁰⁶ *Idem, ibidem* (Tif.18).

¹⁷⁰⁷ *Idem, ibidem* (Tif. 35).

¹⁷⁰⁸ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Índice das Conferências..., Acta da Conferência extraordinária de 19 de Janeiro de 1864, fls.61-61vs (Tifs125-126). Referência a ofício do Ministério do Reino de 29 de Dezembro de 1863, participando portaria de 22(?) de Outubro dirigida ao Provedor da Casa da Moeda.

artístico que deviam ser entregues à Academia, foram nomeados os Professores Tomás da Anunciação, Victor Bastos e João Cristino da Silva¹⁷⁰⁹.

A supressão das capelas e a nacionalização dos seus bens

Se os conventos, as suas igrejas e respectivos bens eram facilmente “cativados”, o mesmo não se terá passado de imediato com capelas pertencentes/dependentes de conventos que, por algum tempo, terão conseguido escapar ao decreto de 30 de Maio. O Decreto de 26 de Fevereiro de 1836 acabaria por suprimir, efectivamente, a Capela de Nossa Senhora da Luz, nos subúrbios de Lisboa, e a Capela de Nossa Senhora da Conceição, na mesma cidade, aproveitando a altura para suprimir, igualmente, todas as capelas que pertencessem aos extintos conventos :

*“(…) bem assim quaesquer outras que pertencessem a conventos das extinctas Ordens Regulares, por isso que, como dependencias e accessorios desses conventos, ficaram envolvidos na supressão geral delles: (...)”*¹⁷¹⁰.

Em consequência deste decreto, o Ministro Joaquim António de Aguiar, pelos Negócios Eclesiásticos, comunicou ao Patriarca e ao Ministério da Fazenda, determinando ao primeiro que este desse as ordens necessárias para se

“tomar conta dos vasos sagrados e paramentos, que existirem nas referidas capellas, e poderem servir para o culto Divino, - afim de se lhes dar a applicação marcada no artigo 3.º do Decreto de 30 de Maio de 1834.”,

não deixando de reiterar que

*“Sua Magestade Espera que V.Em.^a commetta esta diligencia a quem com fidelidade e zêlo a desempenhe, de maneira que se evite toda a delapidação e extravio; - devendo ser depois remettida a esta Secretaria d’Estado uma relação circunstanciada dos objectos mencionados; (...)”*¹⁷¹¹.

Quanto à Fazenda, esperava-se que o Ministro mandasse tomar conta dos objectos não sagrados que, pelas supressões ordenadas por aquele decreto, ficassem pertencendo à Fazenda Nacional¹⁷¹².

¹⁷⁰⁹ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência extraordinária de 30 de Janeiro de 1864, (Tif.134).

¹⁷¹⁰ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fls.182-182vs. 25 de Abril de 1836, Portaria/ofício ao Patriarca de Lisboa.

¹⁷¹¹ *Idem, ibidem.*

¹⁷¹² ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fl.182. 25 de Abril de 1836. À Fazenda.

Em Agosto de 1836, era então definido como “*exhausto o Deposito de paramentos e objectos de culto religioso dos extinctos Conventos do Patriarchado*”¹⁷¹³.

Porém, ao mesmo tempo que já faltavam neste depósito objectos para distribuir, nesse mesmo mês, temos conhecimento que nem tudo tinha sido recolhido, procurando-se explicações junto do Patriarca para tal situação:

“(…) *Em.^{mo} e Rev.^{mo} Snr. – Constando a Sua Magestade a Rainha que o extincto Convento da Serra d’Arrabida se acha ainda habitado por alguns Egressos da extincta ordem a que o dito Convento pertenceu, e que nelle se conservam paramentos e vasos sagrados; - acrescendo o haverem vehementes suspeitas da connivencia dos referidos Egressos com malfeitores a quem dão ali seguro asilo: É a Mesma Augusta Senhora Servida que V.Em.^a haja de declarar, por este Ministerio, o motivo porque ali foram conservados os referidos Egressos, e os paramentos e vasos sagrados que deviam ter o mesmo destino que coube aos dos outros extinctos Conventos. (...)*.”¹⁷¹⁴

Não seriam, no entanto, apenas as igrejas do continente e ilhas a serem servidas e a ajudarem a esgotar os depósitos dos extintos conventos. À semelhança do ocorrido com pinturas e outros antigos objectos conventuais, terão saído paramentos rumo a Cabo Verde¹⁷¹⁵, sendo possível que outros destinos também tenham sido contemplados.

Apesar do estado de exaustão do depósito gerido pelo Patriarcado, viria ainda a ser dada ordem ao Arcebispo de Lacedemónia, pela Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, para que o “*paramento rico branco, do extincto Convento de Alcobaça*” fosse entregue à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia da Conceição Nova, Lisboa¹⁷¹⁶.

O estado de pobreza em que muitas igrejas/paróquias se encontravam reflecte-se na documentação e no número de pedidos que é possível localizar. As consequências das invasões francesas¹⁷¹⁷ também aí estão espelhadas.

¹⁷¹³ ANTT, MNEJ, NE, Livro 88, fls.112vs-113. 16 de Agosto de 1836 – Para o Governador Civil do Distrito de Leiria, esclarecendo que os paramentos do extinto convento de Coz estavam destinados para a igreja da mesma vila e outras do Couto Alcobaça que os tinham requisitado, “(…) por isso que existindo aquelle extincto Convento dentro dos Limites do Patriarchado tem direito as Igrejas deste a serem com preferencia contempladas na distribuição dos ditos paramentos; - sendo esta razão e a de se achar exhausto o Depoisto de paramentos e objectos de culto religioso dos extinctos Conventos do Patriarchado o motivo de não poderem ser satisfeitas as pertenções do Governador Vigario Capitular do Bispado de Leiria e do Parocho da Freguezia d’Alpedriz (...)”.

¹⁷¹⁴ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fl.245. 30 de Agosto de 1836, Joaquim António de Aguiar.

¹⁷¹⁵ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fls.140-140vs. 27 de Fevereiro de 1836, Offício do MNEJ à Marinha, a respeito do envio de paramentos dos extintos conventos para Cabo Verde.

¹⁷¹⁶ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fls.254-254vs. 16 de Setembro de 1836. Ao Arcebispo Eleito de Lacedemónia, por Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro.

¹⁷¹⁷ No artigo “Dispersão do Património Artístico Conventual Eborense” (Eborensia, Ano XVII (2004) nº33) Artur Goulart de Melo Borges refere que “A ocupação francesa teve logo como consequência o estabelecimento, em Março de 1808, de um tributo de guerra pelo qual todas as instituições religiosas tinham de entregar nas Juntas da

O clima de insegurança e a super exaustão dos depósitos

Destacamos que o clima de insegurança vai prolongar-se no tempo, com as alfaías religiosas a estarem naturalmente mais expostas. E não esqueçamos que muitas, provenientes de antigos conventos, tinham já sido entregues a igrejas paroquiais, o que tinha as suas vantagens e inconvenientes, nomeadamente, a divulgação e dispersão, o que muitas vezes se traduzia em vulnerabilidade; quando não furtadas, directamente, do depósito, eram-no agora das igrejas a que tinham sido atribuídas, perdendo-se assim, desta forma, inúmero património.

No caso de furtos em igrejas, tornava-se imprescindível que, quando estes ocorressem, fosse dada parte às autoridades competentes, Administrativa e Judiciária, de modo a que fossem investigados e os implicados fossem punidos, preocupação que chega a ser transmitida, pelo menos, ao Governador Interino do Arcebispado de Évora¹⁷¹⁸. Por circular de 27 de Janeiro de 1840 mandava-se

*“prover para que os templos situados longe de povoado ou pouco seguros, não contenham alfaías preciosas, nem objectos, que tentem a cabeça dos malvados; e mandar perseguir incessantemente estes criminosos”*¹⁷¹⁹.

Em Fevereiro de 1840, uma circular confidencial de Costa Cabral enviada aos bispos pedia que estes removessem quaisquer embaraços na execução das ordens dadas aos Administradores Gerais dos Distritos, no sentido de que estes tomassem as providências necessárias

*“(...) a fim de que os templos situados longe de povoado, e os que dentro das povoações forem, pouco seguros, não contenham alfaías preciosas, nem outros objetos que possam tentar a cobiça dos ladrões; (...)”*¹⁷²⁰.

Os furtos terão atingido um número e frequência tal que o Ministério do Reino, em Março de 1845, via-se na contingência de enviar uma circular-portaria a todos os prelados, vigários gerais e capitulares, no sentido de que fossem expedidas ordens para que as juntas de paróquia e

Comarca as pratas não estritamente necessárias ao culto. Assim se fez, sendo as entregas acompanhadas de listagens com a identificação e peso dos objectos e indicação dos que ficavam em uso. (...) Não se ficou a apropriação apenas pelas entregas forçadas, pois a 29 de Julho do mesmo ano, vencida a resistência, entrou em Évora o exército francês e, durante três dias, foi o saque geral. O que tinha restado de pratanas igrejas e não foi apressadamente escondido, foi roubado e acompanhado de destruições várias.” BORGES, *op.cit.*, p.134.

¹⁷¹⁸ ANTT, MNEJ, NE, Livro 92, fl.6. 23 de Março de 1839.

¹⁷¹⁹ AHE, AITC, MR 98 Relatórios do Ministério 1836-1842, fl.155 (p.11) Circular no Relatório de 11 de Julho de 1840, assinado por Rodrigo da Fonseca Magalhães.

¹⁷²⁰ ANTT, MNEJ, NE, Livro 94, fl.191. 10 de Fevereiro de 1840. Circular enviada ao Bispo Eleito do Porto (outras datadas de 10, 16, 17, 18, 21, 22 de Fevereiro e 19 de Julho enviadas aos restantes bispos).

respectivos tesoureiros pusessem em segura arrecadação ou depósito todas as alfaías e mais preciosidades das igrejas da sua competência, devendo esses objectos servirem só para a celebração dos officios divinos ou festividades religiosas, recolhendo novamente às arrecadações ou depósitos para evitar a cobiça e roubo¹⁷²¹.

Por outro lado, pontualmente (ou nem tanto) outro problema terá afectado as riquezas conventuais: os próprios depositantes, aqueles a quem era confiado aquele património, figuras-chave que deviam ser preferencialmente idóneas, de modo a garantir a segurança e correcção dos processos. Este problema vemos reflectido em portaria enviada ao Administrador Geral de Santarém:

*“Manda a Rainha, pela Secretaria d’Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça remetter ao Administrador Geral Interino do districto de Santarem, a inclusa participação dirigida a esta mesma Secretaria pelo Administrador do Concelho do Cartaxo, a respeito da **necessidade que há, de cuidar na guarda e segurança das alfaías e joias do extincto Convento de S. Francisco da dita Villa, visto achar-se suspenso e mettido em processo o respectivo Parocho João Evangelista Pinto de Asevedo, em poder do qual esses objectos existem depositados: e Ordena Sua Magestade, que o referido Administrador Geral dê sobre este negocio as providencias que tiver por mais convenientes. (...)**”*¹⁷²².

Os depósitos vazios

Apesar de, já em 1836, o Depósito do Patriarcado/da Sé Metropolitana de Lisboa estar exausto, continuarão a ser remetidos ao patriarca pedidos de irmandades. Ainda em 1840, Antonio Bernardo da Costa Cabral, a respeito de uma solicitação de paramentos e mais objectos por parte da irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja paroquial do Coração de Jesus, referia que *“lhes defira, na conformidade do artigo 3º do Decreto de 30 de Maio de 1834, pelo que*

¹⁷²¹ ANTT, MNEJ, Livro 102, fls.63vs-64. 13 de Março de 1845. Na mesma data era enviada por Costa Cabral officio/portaria ao Cardeal Patriarca solicitando que este, em aditamento à Portaria de 10 de Fevereiro de 1840, desse as ordens que a respeito julgasse oportunas. Neste documento pode ler-se que “(...) Havendo-se, em consequencia dos frequentes roubos commetidos em varias Igrejas, expedido pelo Ministerio do Reino as mais terminantes ordens para que as Juntas de Parochia e respectivos Thesouheiros façam pôr em segura arrecadação, ou em deposito todas as Alfaías e mais preciosidades das Igrejas da sua competencia, devendo esses objectos servir sómente durante a celebração dos officios Divinos e das festividades religiosas, e voltar, logo que findem ás arrecadações, ou depositos, para d’êste modo se evitar a cobiça aos malfetôres e o extravio de taes preciosidades, ainda mesmo quando aquelles consigam introduzir-se nos Templos: e sendo muito conveniente, para que esta providencia possa produzir o seu salutar effeito, que os Parochos não só a coadjuvem pela sua parte, mas tambem que promovam a observancia d’ella, de acôrdo com as Juntas de parochia e seus Thesouheiros, tornando-se responsaveis os que, por opposição ou ommissão no cumprimento da medida de que se trata, derem logar a que se verifiquem novos roubos depois de estarem assim prevenidos: (...)” Livro 86, fls.204-204vs (ANTT, MNEJ).

¹⁷²² ANTT, MNEJ, NE, Livro 91, fls.126vs-127. 11 de Outubro de 1838, ass. Antonio Fernandes Coelho.

respeita aos objectos de culto que pedem, uma vez que os haja disponíveis no Deposito”¹⁷²³. Na mesma altura, era remetida ao Cardeal Patriarca representação enviada ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, pelo Administrador Geral do Distrito de Santarém, na qual a Junta de Paróquia da Freguesia de Santa Maria do Pinheiro Grande pedia que lhes fossem dados alguns objectos sagrados para serviço do culto e para substituir outros que lhes foram roubados. Ordenava-se, então, que o Patriarca mandasse entregar à dita Junta os objectos solicitados, se existissem no Depósito, participando ao Ministério, em caso negativo¹⁷²⁴.

Em confirmação do que já tinha sido admitido anos antes, em 1842 os Negócios Eclesiásticos referiam à Fazenda que o depósito de paramentos e alfaia das extintas casas religiosas estava “*totalmente exausto*”¹⁷²⁵. Quatro anos depois, em 1846, pelo seguinte ofício interno do Patriarcado, temos a confirmação de que não existiam em depósito mais objectos:

*“Não existem em deposito, nenhuns dos objectos de Culto dos extinctos Conventos, porque logo nos annos 1835 e 1836 se tratou da sua destribuição; assim foi preciso, para cessar a responsabilidade do deposito, e para desembaraçar as cazas que servião de deposito, as quaes erão continuamente requisitadas pelo Governo. – Nos Diarios do Governo daquelles annos se publicárão as rellações e recibos d’entrega dos mesmos objectos às differentes Freguesias que os requisitárão; e no Archivo da Câmara Ecclesiastica se acharão os originaes Inventarios e Quitações. (...)”*¹⁷²⁶.

Todavia, as solicitações continuariam a chegar. No “*Parecer acerca das requisições das alfaia sagradas, e de provimento de alguns Beneficios Cathedral, feitos pelo Ex.^{mo} Bº de Cabo Verde*”, o Cardeal Patriarca, D. Guilherme, reconhece que “*(...) é evidente a influencia, que tem a decencia do culto externo para a perfeição do culto interno (...)*”. No entanto, este pedido não podia ser atendido porque

“as alfaia e paramentos dos extinctos conventos forão logo destribuidas pelas Igrejas Parochiaes, que assim as adquirirão conforme a Lei, e ficarão sendo seus. e agora não seria facil, nem justo despoja-la de alguns que tenham.”

Revelava ainda:

“Depois que tomei conta do Patriarchado, já tive algumas sem^{es} representações de Igrejas Parochiaes muito necessitadas : porque já nada havia no Deposito, não as

¹⁷²³ ANTT, MNEJ, NE, Livro 83, fls.7-7vs. 8 de Abril de 1840.

¹⁷²⁴ ANTT, MNEJ, NE, Livro 83. 13 de Maio de 1840.

¹⁷²⁵ ANTT, MNEJ, Livro 85, fl.36. 20 de Setembro de 1842. Ofício à Fazenda no seguimento de pedido de objectos por parte da Junta de Paróquia da Vila de Alcobaça, assinado por José Antonio Maria de Souza Azevedo.

¹⁷²⁶ AHPL, Maços Convento. 4 de Fevereiro de 1846, assinado pelo escrivão da Câmara Patriarcal Joze Maria de Sousa Couceiro.

*pude socorrer se não com o offerecimento de alguma esmolla mesquinha da m.^a bolsa. Nem a Mitra de Lisboa ficou por esta occasião tão bem provida / como podia ser / (...)*¹⁷²⁷.

Apesar de, com o tempo, toda a variedade deste tipo de bens relacionados com os extintos conventos masculinos vir a escassear, no Depósito central do Patriarcado e *in loco*, as antigas casas religiosas, as suas igrejas e os seus conteúdos continuam, frequentemente, a ser alvo da cobiça por parte dos presbíteros e das Irmandades que, vêm neles locais com melhores condições para o culto e, por isso, apetecíveis para sedes de paróquia e/ou fornecedores daquilo que ainda ali restasse. Além disso, algumas hipóteses de “transferências” chegavam a ser colocadas.

Ainda em 1849, encontramos, por exemplo, o Pároco da Freguesia de Santa Isabel a solicitar alguns objectos de madeira e pedra que existiam na igreja então já profanada do extinto convento de S. Bento¹⁷²⁸; a Câmara Municipal de Lisboa a solicitar imagens pertencentes ao extinto Convento da Boa-Morte que então se achavam na igreja de Santa Isabel, para as mandar colocar na capela do cemitério dos Prazeres¹⁷²⁹; e a Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de St.^a Cruz da vila da Batalha a pedir “(...) *que dos paramentos e alfaias, existentes em depozito, se lhes deem, quando não todos os constantes da relação junta ao dito requerimento, ao menos dos que alo houverem, para serviço do culto divino da respectiva Igreja: (...)*”¹⁷³⁰. Acerca deste caso, o Cardeal Patriarca, lembrando que já não havia paramentos ou alfaias em depósito, responderia ao Ministro de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça que devia

“(...) restituir a essa Secretaria d’Estado o requerimento para por ella ou se declarar que já não tem lugar, ou se remetter o mesmo requerimento ao respectivo ordinario, ainda que inultimente, porque tam bem já não achei em Leiria deposito algum de paramentos e alfaias das corporações Religiosas extinctas. (...)”¹⁷³¹.

¹⁷²⁷ AHPL, UI 353 – Correspondência com o Governo 1846-1848. 3 de Setembro de 1846. Do Cardeal Patriarca ao Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar.

¹⁷²⁸ AHPL, Avisos Régios 1847-1848-1849-1850 .10 de Fevereiro e 5 de Maio de 1849.

¹⁷²⁹ AHPL, Avisos Régios 1847-1848-1849-1850. 30 de Agosto de 1849. Negócios Eclesiásticos ao Cardeal Patriarca, remetendo cópia da representação da Câmara Municipal de Lisboa.

¹⁷³⁰ AHPL, Avisos Régios 1847-1848-1849-1850 .11 de Junho de 1849. Offício da Repartição dos Negócios Eclesiásticos (José Veiga) ao Cardeal Patriarca de Lisboa, remetendo requerimento da Irmandade.

¹⁷³¹ AHPL, Avisos Régios 1847-1848-1849-1850. 18 de Junho de 1849.

Mas os pedidos, embora em menor número, continuarão a seguir para o Patriarcado, para que este informe “*com o seu parecer se o deposito dos paramentos dos extinctos Conventos, ou dos pertences das igrejas profanadas*”¹⁷³² se podiam dispensar alguns dos objectos solicitados.

À semelhança do Patriarcado de Lisboa (e de Leiria), também os outros depósitos foram atingindo uma natural exaustão. Os Depósitos das Dioceses de Braga e de Bragança, por exemplo, em 1844 já não tinham paramentos¹⁷³³.

Em Dezembro de 1852, o então Patriarca reitera informação de vazio, junto do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça: “*Quando tomei conta do Patriarchado já não havia em deposito paramentos ou alfaias algumas dos extinctos Conventos, nem de Igrejas Profanadas (...)*”¹⁷³⁴.

Quatro anos mais tarde, o Ministério dos Negócios Eclesiásticos ainda remeterá para o Patriarcado o requerimento da Priora e religiosas do Convento de Nossa Senhora da Conceição dos Cardaes, solicitando que lhes fosse concedido, para ser colocado na sua igreja “*o altar com os respectivos ornatos, que existe na Igreja do extincto Convento de S. João Nepomuceno desta Capital. (...)*”¹⁷³⁵. [Fig.32]

Nas décadas seguintes, o encerrar de conventos femininos levará a que a actividade do Patriarcado na gestão de bens provenientes dos extintos conventos, num processo semelhante ao dos conventos masculinos, se reactive. Imagens, paramentos, pinturas e demais objectos de culto voltam a entrar em depósito, vindo a, na maioria das vezes, conhecer novos destinos¹⁷³⁶.

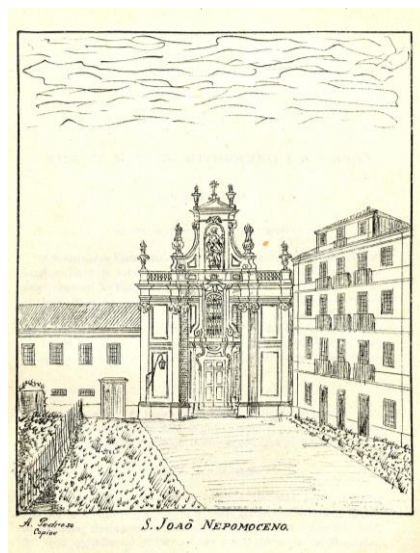


Fig.32 S. João Nepomuceno. Desenho, in *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927

¹⁷³² Ex. 16 de Dezembro de 1852 A respeito de solicitação feita pelo Governador da Praça de S. Julião da Barra. AHPL, Avisos Régios 1851-1855.

¹⁷³³ ANTT, MNEJ, NE, Livro 86, fls.157-157vs. 4 de Novembro de 1844. Ofício à Fazenda a respeito de paramentos solicitados pelo Director da Alfândega de Barca d’Alva.

¹⁷³⁴ AHPL, Liv.355 Lº3º Correspondência oficial com o Governo 1852 ,19 de Dezembro de 1852.

¹⁷³⁵ AHPL, Avisos Régios 1856-1858-1859. 21(4?) de Julho de 1856, do MNEJ ao Cardeal para que este informasse, interpondo o seu parecer, sobre a pretensão das suplicantes.

¹⁷³⁶ Os Avisos Régios, a Correspondência oficial com as Secretarias de Estado, e a não tratada documentação dos Maços “Conventos” do Arquivo do Patriarcado de Lisboa, espelham este fenómeno.

Os casos particulares de Belém e Mafra

Dois casos particulares foram os de Belém e de Mafra, onde se verificaram situações de excepção, com base em legislação específica que sobre eles tinha sido emanada.

Como já referimos no Capítulo II, o Mosteiro dos Jerónimos conheceu novo destino ainda antes do decreto de 1834. Quanto à igreja, era independente do mosteiro e a administração dos seus bens e alfaías tinha sido entregue à Junta de Paróquia.

Quando foi ali instalada a Casa Pia, em 1833, a igreja ficou a servir esta instituição e a Paróquia de Belém conservando todos os seus Vasos Sagrados e Paramentos, algo que ficaria estabelecido no próprio decreto de extinção¹⁷³⁷. Estes objectos religiosos foram então entregues à Casa Pia, no entanto, em 1836, quando alterada a administração desta, a nova Comissão fez a sua entrega à já referida Junta¹⁷³⁸.

Quanto a outros objectos preciosos, como já analisado no Capítulo II, D. Pedro, em 1833, mandou-os retirar para o Banco de Lisboa e daí para a Casa da Moeda, entre os quais, a famosa Custódia de Belém¹⁷³⁹.

No que se refere a Mafra, o facto de aquela que, entretanto, foi tornada igreja paroquial, ser considerada Capela Real, terá complicado ainda mais o processo de gestão dos paramentos e restantes objectos de culto que lhe pertenciam. Uma “engrenagem” revelada na sequência da solicitação, já de 1852, de paramentos existentes no extinto convento por parte da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Nossa Senhora do Amparo de Benfica. Em 14 de Julho o Prior de Mafra, Mariano Duarte informava:

“Por ordens do Governo em Maio de 1835 foi transferida a Freguesia p.^a o sumptuoso templo do extinto Convento desta Villa, que conciderado Capela Real, pelo m.^{mo} Decreto doi p.^a as despesas na decencia, e concervação do culto concignada

¹⁷³⁷ Decreto de 28 de Dezembro publicado na *Chronica Constitucional*.... Nº135, 3ª feira, 31 de Dezembro 1833 p.748. A 4 de Setembro de 1833 o Juiz de Fora de Vila Franca, Antonio Emygdio da S.^a Geraldês Quelhas escrevia ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça: “Sendo nomeado pelo Intendente Geral da Policia p.^a hir fazer remover, inventariar, e Depositar no Banco de Lx.^a as preciosidades do Convento dos Jeronimos em Belem, Tenho a satisfação de participar a V.E.^{sa} q cumpri exactam.^{te} com a minha comissão, e q sem me lembrar q o Bairro de Belem está fora das linhas, e já era na vos do Povo ameaçado pelos satelites do Uzurpador, e considerado por sua má opinião como em revolta, levando alguma força, q me auxiliaise, intimei aos PPes(?) q devião reconhecer o Prezid^{te} novante nomeado por S. Mag^{de} Imperial darlhe a devida posse e submeter-se a suas ordens: tudo fizerão com boa, ou má vontade; e sem violencia, nem força combinarão em q viessem as Preciozidades acompanhadas por uma Guarda do Comercio, e por um Religiozo, e por mar, visto ser mais breve, e seguro; tudo foi a obra de uma hora.

Da Rellação q envio conhecerá VEx.^a, que as Pecas são de grande valor e, mto pelo seu feitio: ficão em Deposito no Banco a ordem do Governo (...)” ANTT, MNEJ, Mç28,Cx25, Nº1.

¹⁷³⁸ AHPL, UI 354 – Correspondência com o Governo 1848-1852. 29 de Julho de 1848. Reg.51. Officio ao Ministério da Justiça sobre a entrega de paramentos em Belém, à Câmara Municipal.

¹⁷³⁹ NETO, ALVES, SOARES, “A Custódia de Belém:..., 2010, *op.cit.*, pp.161-164.

mensalm.^{te} a prestação de 20\$000 r.^s a qual já alterada com algumas modificaç^oes tem recebido athe hoje a Freg.^a

Tempo depois = todos os ornamentos da Igreja; paramentos, e todos os objectos do Culto forão entregues com a Livraria á vigilancia, e guarda do R. Fr. Ignacio da Purificação, q. designado por S.^a Mag.^{de} para Depozitario recebe o ordenado de 30\$000 r.^s mensaes do Boleirinho da Caza Real.

Ficando pois a Freg.^a so de posse do Templo e de nada mais; acontece p.^a a celebração das suas Festas recorrer aq.^{le} Depozitario arrogar-lhe a merce de emprestar-lhe da casa da Fazenda não so os ornamentos, e outros objectos como tambem os Paramentos proprios do ritto da Festividade q. se pertende selebrar o q.^{do} tudo acabada a Festa se torna a colocar nos seos lugares no Depozito, e fiscalização daq.^{le} Empregado. Algumas vezes em festas mais principaes tem sido necessario recorrer á Vedoria da Casa Real para ordenar aquele emprestimo.

Não sei portanto responder a V.^a Em.^{cia} qual seja o numero da q.^{les} objectos do culto e paramentos, não só pelo seo numero como e tambem por q. nada me esta entregue e menos em coiza alguma a responsabilidade Advertindo porem a V.^a Em.^{cia} que aq.^{les} paramentos todos estão formalizados em harmonia com a sumptuosidade daq.^{le} Templo e fora delle, ou não servem, ou nada dizem (...)"¹⁷⁴⁰.

2.2.1. As preciosidades de Alcobaça

O caso das designadas preciosidades de Alcobaça, é um exemplo máximo do sucedido com muitos objectos preciosos, nomeadamente, no período pré e pós extinção das Ordens Religiosas. O papel dos eclesiásticos, a ocultação dos objectos e sua dispersão numa verdadeira rede, estão espelhados na documentação que lhe sucedeu, o que também vem provar que, apesar de tudo, era possível (embora muito difícil) reaver objectos.

A 22 de Julho de 1834, o Prefeito da Beira-Alta, Roque Ribeiro d'Abranches Castelo Branco, transmitia a Bento Pereira do Carmo, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o resultado das suas diligências e indagações, através das quais tinha apurado que tinham entrado em “Dezembro, no Mosteiro de Maceira-Dão, Sinco carros com caixoes, pertencentes ao Convento d’Alcobása, os quaes tinhão estado, desde Julho, em outro Mosteiro; e sairão de Maceira-Dão, para o convento de Salzedas, na 2.^a oitava da Páscoa”, contactando-se então

¹⁷⁴⁰ AHPL, Avisos Régios 1851-1855. 14 de Julho de 1852. A 28 de Julho Negócios Eclesiásticos remetem ao Cardeal Patriarca o requerimento da Irmandade.

Lamego onde o Sub-Perfeito obteve um termo de declaração do antigo Prior do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, que dadas as informações relevantes que apresentava, passamos a transcrever parcialmente:

“Aos desanove dias do mez de Julho de mil oitocentos e trinta e quatro [...] Sarmento [...] em cujo Mosteiro reside desde quatorze de Abril proximo passado, exercendo governo d’aquella casa Religiosa, depois do falecimento do Seu Prelado Geral Frei Paulo Teixeira. [...] sabendo elle dito declarante Frei João do Amaral Sarmento, por conhecimento proprio, onde existia o Cartorio d’aquelle Mosteiro de Alcobaça, ornamentos de grande valor, e alfaias preciosas do dito Mosteiro, que tudo tinha feito transportar para differentes logares o falecido Prelado Geral Frei Paulo Teixeira, sómente perante elle dito Sub Prefeito elle declarante queria fazer conhecer onde se achavão todos estes objectos de valor. Pelo que disse, que o Cartorio do Mosteiro de Alcobaça se acha em casa de Miguel Paes do Amaral, em Mangoalde, Comarca de Tondella; = que os Paramentos ricos, e mais alfaias preciosas forão depositadas no Mosteiro de Lervão de Freiras da mesma ordem. = E que todos os mais objectos de grandissimo valor, e que erão pertencentes ao mesmo Mosteiro de Alcobaça, se achão em differentes partes na proximidade do Douro a quatro legoas de distancia pouco mais ou menos desta Cidade, obrigando se elle declarante a fazelos recolher dentro de quarenta e oito horas ao Mosteiro de Salzedas, para os entregar ao dito Provedor interino José Marques Paúl, que se acha encarregado de proceder ao Inventario do dito Mosteiro, e tudo isto debaixo da Sua maior responsabilidade: E posto que não possa dizer já / pelo não saber especificamente / tudo quanto até agora de precioso tem estado occulto, pode com tudo afirmar que são pelo menos quatorze caixotes grandes, contendo pratas, ouro, e mais objectos de grande valor. = [...] Declarou mais confidencialmente que os quatorze caixotes que declarava existião uns em Villa Maior(Maies?), outros em Valdigem. [...]”¹⁷⁴¹.

De salientar, o facto de o património ter sido estrategicamente disperso e, nomeadamente, entregue a um particular e a um convento feminino, algo que reflecte as hipóteses “de fuga” então existentes.

¹⁷⁴¹ ANTT, MR, Mç 1915 – Negócios diversos, Cap. Prefeitura da Beira Alta. “Copia Termo de declaração, que faz o Reverendo Padre Frei João do Amaral Sarmento, Prior que foi do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça da extincta Congregação dos Monges de S. Bernardo, e ora residente no Mosteiro de Salzedas que foi da mesma Ordem.” Parte integrante do ofício de 22 de Julho, do Prefeito da Beira-Alta ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Este ofício, segundo anotações ali também constantes, terá sido respondido a 25 de Julho, sendo feita referência à necessidade de oficiar-se à Fazenda a respeito da descoberta destas preciosidades.

Estas imensas preciosidades, que cinco carros e catorze caixotes ilustram a dimensão envolvida, eram um património a recuperar e salvaguardar, pela importância financeira, artística e mesmo simbólica que encerravam. Nesse sentido, foram tomadas medidas, que passavam pela sua condução de Lamego para o Banco de Portugal, situação que implicou contactos diversos com a Prefeitura da Beira Alta e com o Governador Militar interino daquela província, a quem foi requisitada “*força armada para acompanhar a mesma condução.*”¹⁷⁴² Este processo ainda se arrastaria por alguns meses. De esclarecer que apenas as pratas e preciosidades que se achavam em Lamego seriam remetidas para o Banco de Lisboa, sendo o cartório transportado para a Sub-prefeitura de Leiria; no entanto todo o material foi primeiro transportado, por ordem do já referido Prefeito interino da Beira-Alta, para Viseu, onde se encontrava o Palácio da Prefeitura. Então, as ditas pratas e preciosidades foram em “*tres carros acompanhados por uma escolta, e por um homem encarregado da condução*” e o cartório, que se achava em Mangualde, carregado em quatro carros¹⁷⁴³. A condução para os destinos finais seria orçada em 120.000 reis¹⁷⁴⁴, acabando por ser executada apenas no dia 7 de Dezembro de 1834¹⁷⁴⁵.

2.2.2. Alfaias litúrgicas depositadas na Repartição das Obras Públicas

A Repartição das Obras Públicas enquanto organismo interventivo em edifícios públicos, acabava por, por força das circunstâncias, “herdar” um conjunto de conteúdos que, não lhe dizendo directamente respeito, se encontravam nos locais intervencionados.

¹⁷⁴² ANTT, MR, Mç.1915, Cx2-Negócios diversos .30 de Setembro de 1834. Ofício do Sub-perfeito da Beira Alta, servindo interinamente de Prefeito, Antonio d’Almeida Vasconcellos Castel-Branco, ao Bispo Conde D. Fr. Francisco de S. Luiz, Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

¹⁷⁴³ ANTT, MR, Mç.1915 Cx2-Negócios diversos, Sub.Cap.Prefeitura Beira Alta. 17 de Outubro de 1834. Nº4931 Ofício do Sub-perfeito da Beira Alta, servindo interinamente de Prefeito, Antonio d’Almeida Vasconcellos Castel-Branco, ao Bispo Conde D. Fr. Francisco de S. Luiz, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, no qual levantava questões relacionadas com a verba necessária para remeter aos destinos as preciosidades e o cartório e problemas com a Recebedoria.

¹⁷⁴⁴ ANTT, MR, Mç.1915 Cx2-Negócios diversos. 4 e 25 de Novembro de 1834. Ofícios da Prefeitura ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Nesta última data, mesmo após o Ministro ter oficiado à Fazenda para esta ordenar ao Recebedor a entrega da verba necessária para efectuar a remessa esta continuava em falta, levando o Prefeito interino a enviar novo ofício ao Ministro a expor a situação.

¹⁷⁴⁵ ANTT, MR, Mç.1915 Cx2-Negócios diversos .12 de Dezembro de 1834, Ofício do Prefeito interino ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Bispo Conde D. Fr. Francisco de São Luiz. A 24 de Março ofício de José da Silva Carvalho (Tesouro Público, 3ª Repartição) a Agostinho José Freire, devolvia “papeis relativos às vestimentas ricas, e alguns objectos de prata pertencentes ao extinto Mosteiro de Alcobaça, e condusidos de Lorrão para a Prefeitura desta Província, satisfazendo assim ao recommendado no officio do Ministerio a cargo de VEx.^a datado de 31 de Janeiro ultimo. (...)” (Mç.1919 Neg. diversos). A título de curiosidade refira-se o atestado que José Maria Teixeira solicita ao antigo Presidente da Junta do Melhoramento, para ser proposto para oficial da secretaria da mesma Junta; dizia em 14 de Março de 1835 tinha sido “nomeado para varias Comissões de supressões na qualidade de Escrivão, e em outra como Fiscal, e que nas ditas supreçoens mostrou aptidão, e grande zello a beneficio da Fazenda, e com especialidade no Mosteiro de Alcobaça a donde fez entrar muntos objectos, para a Fazenda Nacional que estavam sunegados como se vê nos proprios autos do Inventario (...)”(AHPL, Expediente 1838).

Com o liberalismo e todas as reformas que os sucessivos governos foram implementando, são vários os organismos e serviços extintos que, para além das casas religiosas, vão contribuir com toda a espécie de materiais para o seu depósito.

Deste modo, vamos encontrar aquela Repartição, detentora de um conjunto de objectos de cariz religioso, pertencentes ao serviço do Culto Divino, maioritariamente, provenientes dos tribunais extintos¹⁷⁴⁶. Em 14 de Agosto de 1845, portaria assinada por Costa Cabral mandava que o Inspector Geral das Obras Publicas fizesse entregar ao Prior da Freguesia da Lapa,

*“dos objectos ecclisiasticos que existem arrecadados na sua Repartição, (...) uma Cazula, duas Sacras, e uma Commoda grande para arrecadar paramentos. w^o”, continuando a “fazer guardar com o maior cuidado, a fim de se não deteriorarem, todos os demais objectos de semelhante natureza, (...), até que por este Ministerio lhe seja dado outro destino.”*¹⁷⁴⁷

Deste “resto”, em Agosto de 1850 ainda ali existiam pelo menos *“dous Oratorios com banquetas, frontaes, e vestimentas”*¹⁷⁴⁸, informação que será complementada na *“Relação das Alfaias, e mais artigos pertencentes a Igrejas, que existem arrecadados nos Armazens da Inspecção Geral das Obras Publicas (...)”*:

“Hum oratorio de madeira de vinhatico forrado de Damasco encarnado com galoens de ouro, para celebrar Missa com dois frontaes. ,, Hum Altar com Retablo, e Docel de madeira dourada, tendo no Retablo a Imagem de N. Senhora da Conceição, pintada a Oleo. c-., Quinze Bolças corporaes. c-., Dezeceis Estollas. c-., Trez Cobertas de Seda para Cruzes. c-., vinte e sete sanguineos c-., vinte e dois Veos de cobrir o Calix. c- ,, cinco toalhas d’Altar., Huma Pia d’agua Benta, em forma de conxa. c-., Quatro Caixas de folha para Ostias. c- ,, Hum Calix de prata com patena e colherinha. c-., Dois Missaes com estantes., Hum dito sem dita. c- dezecete Cazulas diferentes., Doze Sacras. ,, Quatro ditos de chumbo dito. c-., Duas Alvas c-., Quatorza Armitos., Dois Crucifixos de madeira dourada. ,, Hum dito com crus de madeira. ,, Quatro castiças d’estanho piquenos. ,, Dois Lavatorios de Louça. c-., Hum Espalдар com docel tecido d’ouro c- ,,Dois Paninhos de Lavatorio. c-., Dois Corporaes. c-., Nove cordoens d’Alva. c-., Huma coberta d’Altar de seda roxa. c-.,Hua dita dita verde c.,,

¹⁷⁴⁶ ANTT, IOP, Livro 33, p.19 (19 de Agosto de 1850) e Livro 4, fl.136vs (2 de Outubro de 1850).

¹⁷⁴⁷ ANTT, IOP, Livro 70, fl.117. 14 de Agosto de 1845. Portaria do Ministério do Reino, 2ª Direcção, 1ª Repartição, N°340, L°3°.

¹⁷⁴⁸ ANTT, IOP, Livro 33, p.19. 19 de Agosto de 1850. Ofício (N°331, 2ª Dir., 1ª Rep.) do Barão da Luz, Inspector Geral, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

*Huma Cortina de Tafetá encarnado. c-., Quatro pedras d'ara = Inspeção Geral das Obras Publicas 14 de Setembro de 1850. = O Fiel dos Armazens Joaquim Jose de Castro = (...)*¹⁷⁴⁹.

Nesse mesmo ano, em Outubro, os objectos desta natureza que existiam nos armazéns da Inspeção Geral, foram entregues a pessoa autorizada pelo Arcebispo de Mitylene¹⁷⁵⁰, ou seja, à semelhança daqueles que tinham proveniência conventual, passaram para mãos da autoridade eclesiástica.

Já alguns anos antes, em 1838, o Intendente das Obras Públicas tinha enviado um ofício à Academia de Belas-Artes de Lisboa, oferecendo alguns painéis que aí se encontravam guardados. Logo conduzidos para o “Depósito da Academia” ali terá sido feita a sua escolha, enviando-se os “inúteis” para o Depósito das Livrarias¹⁷⁵¹.

Constata-se assim que, naturalmente, este tipo de bens, quando não se inseria naturalmente nas novas funções dos edifícios intervencionados, esta Repartição funcionava como depositária transitória.

2.3. A talha

A extinção das Ordens Religiosas teria também, naturalmente, um impacto significativo na talha retabular. O seu desmantelamento, destruição, venda em hasta pública, deslocação, passará a ocorrer de forma relativamente frequente¹⁷⁵².

¹⁷⁴⁹ AHPL, Avisos Régios 1851-1855. 14 de Setembro de 1850, em portaria de 26 de Setembro do mesmo ano do Ministério do Reino, Repartição dos Negócios Eclesiásticos dirigida ao Arcebispo de Mitylene. A cópia do documento encontra-se junta com resposta do Patriarcado de 16 de Dezembro de 1852 (a Aviso do Ministério do Reino de 30 de Novembro), na sequência de representação do Governador da Praça de S. Julião da Barra, solicitando paramentos e alfaías, remetido ao Patriarcado para que este informasse “com o seu parecer se o deposito dos paramentos dos extinctos conventos, ou dos pertences das igrejas profanadas se podem dispensar alguns para a igreja d’aquella Praça”. Informou então o Cardeal Patriarca: “Para responder ao Avizo de 30 de Novembro de 1852 mandei informar o Escrivão da Camara que me apresentou o Avizo e relação de paramentos constantes da Cópia que se segue, declarando que tinha já em seu poder todos os que tem a margem a letra C. S. Vicente 6 de Dezembro de 1852” (*ibidem*). A relação de 14 de Setembro de 1850 terá sido inicialmente enviada pelo Sub-Inspector José Bento de Sousa Fava, ao Ministro de Secretário de Estado dos Negócios do Reino (ANTT, IOP, Livro 33, p.68 N°83).

¹⁷⁵⁰ ANTT, IOP, Livro 4, fl.36vs. 2 de Outubro de 1850. Ordem para o fiel dos armazéns da Inspeção Geral entregar os objectos.

¹⁷⁵¹ ANBA, ANTT, Livro 1-A-SEC.7 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00002), Acta da Conferência Ordinária de 22 de Maio de 1838, pp.75-76 (Tifs.85-86).

¹⁷⁵² Acerca deste assunto *vide* os múltiplos trabalhos desenvolvidos por Sílvia Ferreira, nomeadamente o artigo “A Extinção das Ordens Religiosas em 1834 e o seu Impacte na Obra de Talha de Lisboa” (Actas do *Colóquio Lisboa e as Ordens Religiosas*, Lisboa, 2010, pp.73-88), e a sua tese de doutoramento intitulada *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720). Os Artistas e as Obras*, Universidade de Lisboa, 2009.

Relembramos, no entanto, que as “obras de talha” dignas de nota eram um dos itens constantes das *Instruções*¹⁷⁵³ formuladas pela Comissão formada em 1836 na Academia das Ciências – que tinha basicamente como objectivos inventariar e localizar antigos conventos e itens relevantes que aí existissem¹⁷⁵⁴ – enviadas aos seus colaboradores, o que demonstra que, pelo menos teoricamente, estariam entre os objectos valorizados.

Os retábulos e a talha dourada, verdadeira “2ª arquitectura”, revestimento trabalhoso feito à medida dos espaços e que requeria mão-de-obra “especializada” para ser removida, também se encontravam entre os pertences dos extintos conventos que se encontravam sob a gestão de autoridades eclesiásticas, como o Patriarcado de Lisboa. Frequentemente, permaneciam mais tempo que os restantes objectos no local para onde foi concebida, mas muitos acabariam retirados e, quando não trasladados para outro local, vendidos na maioria das vezes.

De facto, para além de alfaia e vasos sagrados, os próprios altares eram solicitados para as igrejas, sendo possível localizar, por exemplo, logo em 1835, um pedido da Câmara da Vila de Gouveia de altares do templo do extinto convento do Espírito Santo, para além de um órgão de um qualquer convento extinto de Coimbra¹⁷⁵⁵.

Em Fevereiro de 1839 o Prior de St. E. do Milagre de Santarém dizia que “*pelas frequentes evezões que tem soffrido aquella villa, se extraviarão muitos dos ornamentos que possuia a mencionada igreja*”¹⁷⁵⁶ e “*Alcoentre em Junta*” que na sua igreja “*colocada no centro da m^{ma} villa se acha com um retabolo na capella Mór pouco decente, único remedio, que os habitantes da m^{ma} v^a poderião dár as ruinas cauzadas pela Invasão Franceza; (...)*”¹⁷⁵⁷.

Quanto a esta última situação, para a tentar solucionar, os suplicantes alegavam

“*(...) como porem saibão que dos extinctos conventos da sobred^a V^a de Sanctarem, Vossa Mag^e tem feito a graça de Mandar dar alguns retabolos p^a ornamt^o de varias Ig^{as} em idênticas circunstancias, e que ainda há alguns com que possam ser contemplados, (...)*”¹⁷⁵⁸.

¹⁷⁵³ RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, vol. VI, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1876, pp.122-123 (também em ALVES, Alice Nogueira, “Inventariar para Salvar Mousinho de Albuquerque e a Comissão Incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos (1836)”, in *Artis* Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, N°6 (2007), (pp.249-267), pp.256-257. Vide Capítulo III, pp.231-232.

¹⁷⁵⁴ Vide Capítulo III, pp.231 e ss.

¹⁷⁵⁵ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fl.33. 27 de Outubro de 1835.

¹⁷⁵⁶ AHPL, Expediente 1839. 9 de Fevereiro de 1839 “(...) Ao deposito dos conventos extinctos existe hum Settial de damasco de lã que hera do extincto convento da Trindade da mesma villa, d’emprestimo já tem servido nos dias festivos no Arco Cruseiro da igreja – do Supp.e e p^a que taes objectos pr Ley estão destinados p.^a decencia do culto e Suppe implorare.”

¹⁷⁵⁷ AHPL, Avisos Régios 1843. 30 de Outubro de 1842.

¹⁷⁵⁸ *Idem, ibidem*.

Este caso acabou por se estender por quase mais um ano e demonstra que também os retábulos estariam incluídos no lote dos bens a serem geridos.

A 15 de Novembro de 1842, o então Ministro Jozé Antonio Maria de Sousa Azevedo escrevia ao Patriarca:

*“Sua Magestade A Rainha, Manda remeter a V. Ex.^a a inclusa representação em que a Junta de Parochia da Freguesia de Nossa Senhora da Purificação da Villa de Alcoentre pede, pelos motivos que expõe, se lhe conceda, para ser colocado na capella Mor daquela Igreja, um retábulo dos que ainda existem nos depositos dos extinctos conventos da Villa de Santarem; a fim de que VEx.^a informe, interprondo o seu parecer, sobre esta pretensão. (...)”*¹⁷⁵⁹.

Em sequência, seria feito um pedido de informação ao Vigário Geral de Santarém, Manuel Esteves de Campos, que a 24 de Novembro responde que

*“(...) Todos quantos retabulos havia pertencentes aos conventos extinctos nesta vila, forão ja distribuídos por diferentes fg^{as} em virtude de ordens (?) superiores, restando unicamente na Igreja do extincto convento dos Carmelitas descalços e capela mor (...) Retabolo é de madeira e do gosto carmelitano e ligm^{te} acanhados e in(...?) julgo não poder servir em alguma outra igreja. (....)”*¹⁷⁶⁰.

Apesar desta informação e após parecer do Cardeal, portaria de 18 de Setembro de 1843 ordenava que este expedisse as ordens necessárias para que o referido Vigário entregasse *“(...) á Junta supplicante, ou a pessoa por ella autorizada algum dos retabulos, que unicamente restam ainda no extincto convento dos carmelitas descalços da dita villa (...)”*¹⁷⁶¹.

Também os estrangeiros mostravam interesse em adquirir a nossa obra de talha. Veja-se a “madeira dourada” que, em Julho de 1844, ainda existia, em parte já desmantelada, na igreja do extinto convento dos Marianos/Remédios e que J. B. François Rois(y?) desejava comprar. Contudo, após avaliação pelas Obras Públicas, esta acabaria leiloadada em Outubro de 1846,

¹⁷⁵⁹ AHPL, Avisos Régios 1841-1842. 15 de Novembro de 1842.

¹⁷⁶⁰ AHPL, Avisos Régios 1841-1842. Resposta de 24 de Novembro de 1842 (pedido de informação realizado em 18 do mesmo mês).

¹⁷⁶¹ AHPL. Avisos Régios 1843. 18 de Setembro de 1843. Da Repartição dos Negócios Eclesiásticos, assinada pelo Ministro José de Sousa Azevedo, ao Cardeal Patriarca de Lisboa. A 21 de Setembro era dada ordem para o Vigário Geral de Santarém fazer entrega de alguns dos retábulos que restavam no extinto convento dos carmelitas descalços da dita vila.

vendida a Thomas José dos Santos, assunto que abordaremos com mais detalhe no último capítulo¹⁷⁶².

Posteriormente, em 1853, encontramos documentação em que se denota, especial “preocupação” com a talha, relacionada não só com o seu valor artístico mas, mais uma vez, especialmente com o seu valor material. Ocupadas por quartéis, as capelas dos extintos conventos, para além da falta de decência, viam os seus altares deteriorarem-se, situação para a qual o próprio Ministério da Guerra chega a alertar os Negócios Eclesiásticos. Em Fevereiro desse ano, motivada por ofício daquele Ministério, esta autoridade oficia ao Bispo do Porto. Tinha constado, naquela Repartição, que no extinto convento de S. Bento da Victoria daquela cidade, então a servir de quartel do Batalhão de Caçadores nº9, existia uma “*Capella com um Altar cujo retabolo, poderá valer 24:000.^r ate 48:000 (...)*”¹⁷⁶³. Não carecendo o mencionado Batalhão de tal objecto, solicitava-se então que o Bispo informasse “*com o seu parecer sobre o destino*” que convinha dar ao mencionado retábulo¹⁷⁶⁴. A informação, na qual terá referido o estado de ruína da capela, em que já *apenas* existiam “*alguns pedaços de Talha, de bom trabalho artistico*”, resultaria que em Abril do mesmo ano, fosse dada ordem ao Ministério da Guerra

*“para que deixe d’ali tirar os objectos de que se trata, pela Pessoa, que para esse fim, se apresentar autorisada por elle Reverendo Bispo, afim de que os mesmos objectos sejam entregues á respectiva Junta de Parochia, para dispôr delles, e applicar o seu producto a bem da Fabrica.”*¹⁷⁶⁵

De salientar que, no caso da deslocação de obras de talha, para além de “remediar” carências de igrejas pobres que, por algum motivo, se viram privadas dos seus bens, constata-se, como salienta Sílvia Ferreira, “que foi prática corrente a deslocação de peças do recheio artístico das igrejas das extintas ordens religiosas para outras que se encontravam em situação favorável para recebê-las: ou porque estavam a ser reconstruídas e essas peças lhe enriqueceriam os espaços

¹⁷⁶² ANTT, IOP, Livro 24, fls.165vs-166, N298. 26 de Junho de 1844. Informação sobre o requerimento de J.B. François Rois(y?) para a compra da madeira dourada da Igreja dos Marianos, de José de Bento de Sousa Fava, Intendente servindo de Inspector Geral, ao Duque da Terceira. Outubro de 1846: AHE, AITC, CAO 2 (bobine nº4), fl.28-28vs.

¹⁷⁶³ ANTT, MNEJ, Livro 110 Neg. Eclesiásticos Autoridades do Reino 1852-1853, fls.132-132vs. 9 de Fevereiro de 1853, (motivado por ofício da Guerra de 31 de Janeiro), ao Bispo do Porto, dos Negócios Eclesiásticos, por Lucas Jose de Sa e Vasconcellos.

¹⁷⁶⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁶⁵ ANTT, MNEJ, 172 Livro 110 Negócios Eclesiásticos Autoridades do Reino 1852-1853, fl.172. 27 de Abril de 1853, ao Bispo do Porto, ofício assinado por Rodrigo da Fonseca Magalhães, informando que na mesma data se oficiava ao Ministério da Guerra. A informação do Bispo do Porto, a que se aludia neste documento, era datada de 1 de Março.

carentes, ou estavam a ser construídas de raiz e os altares que estavam destituídos da sua função original poderiam encontrar agora novos locais de fixação, evitando-se maior dispêndio com a construção de outros novos.”¹⁷⁶⁶

No caso do DLEC – a quem apenas estaria confiada a recolha de molduras¹⁷⁶⁷, que efectuem mesmo quando se encontram “vazias” – entre a sua documentação é apenas possível encontrar referências pontuais, como a localizável na “*Relação dos quadros que ficão nos conv.^{tos} abaixo mencionados*”, acerca do Convento de Santa Catarina de Ribamar: “*Os retábulos dos altares da igreja, e da sacristia são de madeira dourada de rica esculptura e bem conservados (...)*”¹⁷⁶⁸, ou a respeitante aos “*belos retábulos bem doirados, e de madeira de nogueira*” existentes na igreja do Beato António¹⁷⁶⁹. Pequenas notas que deixam perceber que os trabalhos de talha não deixavam indiferentes os inventariantes daquele Depósito.

Igualmente, não esquecemos a existência “desfasada” no DLEC, já mencionada anteriormente, de dois sacrários um “*de talha dourado*”¹⁷⁷⁰, e outro “*de Madeira, pintado de branco com filetes doirados*”¹⁷⁷¹, que seriam entregues à igreja de Santa Cruz do Castelo, Lisboa, e ao Convento das Donas, Santarém, respectivamente.

2.4. Os azulejos

Para além da talha e dos vitrais, também os azulejos – património “integrado”, com mobilidade mais condicionada do que as pinturas, as esculturas ou as alfaias – constavam entre os elementos a ter em conta pelos emissários locais da Comissão estabelecida na Academia das Ciências em 1836.

No entanto, segundo as *Instruções* então emanadas, apenas pareciam merecer atenção da referida Comissão, aqueles “*que representavam factos historicos, ou referissem datas*”¹⁷⁷²,

¹⁷⁶⁶ FERREIRA, Sílvia, “A Extinção das Ordens Religiosas...”, 2010, *op.cit.*, p.78. Acerca, sobretudo, da realidade dos finais o século XIX e do século XX, vide o texto da mesma autora “A Retabulística Barroca de Lisboa entre o Liberalismo e a Actualidade: Mecanismos de alienação e de conservação de um património. O papel do Museu Nacional de Arte Antiga” in *O Retábulo no Espaço Ibero-americano. Forma, Função e Iconografia*, GLÓRIA, Ana Celeste (Coord.), ed. Instituto de História de Arte da FCSH/Universidade NOVA de Lisboa, Vol. 2, Lisboa, Instituto de História de Arte da FCSH/Universidade NOVA de Lisboa, pp. 247 – 261, <http://hdl.handle.net/10362/16423> (consultado pela última vez em 26-06-2016).

¹⁷⁶⁷ À semelhança das pinturas, muitas encontravam-se em mau estado.

¹⁷⁶⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°46, s.d.

¹⁷⁶⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, N°40. 31 de Dezembro de 1835.

¹⁷⁷⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/23/Cx06-03 Mapas do movimento do DLEC. 16/10 a 22/10/1838, N°8.

¹⁷⁷¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04. 4 de Fevereiro de 1842 (Recibo). E BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02, Acta de 1 de Fevereiro de 1842.

¹⁷⁷² As Instruções seriam publicadas em: RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, vol. VI, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1876, pp.122-123.

descurando, ao contrário com o que sucedia com outros objectos, a sua importância estética ou artística, o seu *merecimento*. Interessava sobretudo o seu carácter histórico, documental, o que de certa forma vinha reflectir o grau de importância histórico-artística que o património azulejar tinha nos anos que sucederam ao decreto de extinção das ordens religiosas, em 1834.

Apesar destas “regras”, o secretário da Academia, Joaquim Costa Macedo não deixou de, em Abril de 1836, como já referido no Capítulo III, chamar a atenção de D. Maria II para os azulejos em que estavam “*pintados os passos mais ternos do Livro dos Cantares*”, que existiam no extinto convento de Santa Catarina da Boa Viagem – edifício anunciado para venda – e para os *mosaicos* que ali existiam nos altares da sacristia¹⁷⁷³ que, juntamente com outros, deviam ser conduzidos para o depósito do Beato António. No entanto, não consta que, estes ou outros azulejos, tenham chegado a ser transferidos para aquele local.

E, de facto, constata-se que, ao contrário do que sucederá algumas décadas mais tarde, nomeadamente, com os conventos femininos, terão sido bastantes os conventos vendidos com o seu património azulejar, que aliás, não deverá ter sido recolhido no DLEC. De facto, se num primeiro momento, não foram tomadas medidas efectivas com vista à sua salvaguarda, com a criação da Academia de Belas-Artes, esta apenas despertará, efectivamente, para esta premente questão já em plena segunda metade de oitocentos, actuando em conventos então recém-suprimidos.

É provável que, para o despertar de consciências, tenham contribuído as páginas que o conde Raczyński em *Les Arts en Portugal* (com as contribuições de Rivara e do Visconde Juromenha) dedica àquele género artístico, que considera “*Les azulejos constituent en partie la physionomie du Portugal.*”¹⁷⁷⁴

A prova do “abandono” a que os azulejos estiveram votados, encontramos-na na descrição do Convento de Brancanes realizada do pelo príncipe polaco Felix Lichnowsky:

“*Só no vale que se estende desde Setúbal até Palmela há seis conventos (...), e dos quais cinco se venderam já, entre ele Brancanes, que é o mais belo e o mais considerável. (...) Esta casa pertenceu antigamente aos missionários franciscanos (...).(...) devo fazer menção de uma série de quadros pintados de azul e branco em azulejos, que cobrem as paredes da casa de entrada e que representam os bons missionários ocupados em todos os misteres domésticos imagináveis; não esqueceu*

¹⁷⁷³ BACL, Livro 1B – Correspondência com o Governo 1833-1847 Livro 2º [12 de agosto de 1833 a 26 de Agosto de 1847]. 18 de Abril de 1836. fls.48-48vs N°84.

¹⁷⁷⁴ Na sua vigésima quarta carta, a qual contém dois apêndices dos colaboradores (Juromenha e Rivara). RACZYNSKI, Atanazy, *Les Arts en Portugal: lettres adressés a la société artistique et scientifique de Berlin et accompagnées de documents*, Paris, Jules Renouard et Cre, 1846, pp.427-434.

*ocupação alguma, por humilde que fosse. É isto o único objecto que no edifício inteiro pode atrair de algum modo a atenção. Não se encontra monumento nenhum artístico (...)*¹⁷⁷⁵.

Denota-se, nas poucas referências a azulejos que surgem nesta época, o lado prático da reutilização, enquanto elementos que poderiam ser retirados de um local e reaproveitados noutra. Aquando da demolição do edifício da extinta Patriarcal, na Ajuda, em 1843, os azulejos eram requisitados pelo Coronel do 2º Regimento de Lanceiros¹⁷⁷⁶; da mesma forma os azulejos das demolidas cozinhas e refeitório do convento dos Congregados, Estremoz, constavam terem sido aplicados numa casa particular de um escrivão do Juiz de Direito¹⁷⁷⁷.

Mas também cuidados, por parte da administração local. É esse sentimento que nos passa da opinião que o Administrador do Concelho de Évora, João Rafael de Lemos, dava ao governador Civil, quando a respeito da igreja do extinto Convento da Graça em Évora – edifício que abordaremos mais particularmente no capítulo VI – referia:

*“(...) Devem sêr conservados no logar em que estão os ricos paineis de azulejo (...). Esta conservação que não impede ao Emphiteuta(?) ou comprador da Igreja, o uso profano d’ella deve durar até que se dê destino aquelle primor d’arte; se o comprador porem os quizer tirar e pôr á disposição da Administração do Districto pode sêr-lhe permitido. (...)”*¹⁷⁷⁸.

Com a venda de conventos muitos painéis terão acabado em mãos particulares e/ou destruídos.

2.5. O Depósito de trastes dos Barbadinhos Franceses. Contacto pontual com o DLEC. Trânsitos.

Para além dos outros depósitos já aqui mencionados, e que de alguma forma acabariam por aglutinar entre os seus haveres aquilo que normalmente designamos de património artístico, encontramos referência a outro depósito que, pelas suas características quase “informais” e por contactos pontuais com o DLEC permite, entre outras coisas, perceber a abrangência do tipo de recolhas então realizadas e o percurso que algumas pinturas percorreram até entrar em S.

¹⁷⁷⁵ LICHNOWSKY, Felix, *Portugal. Recordações do Ano de 1842* (Conforme edição de 1845, trad. Daniel Augusto da Silva; ilustrações de D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha). Lisboa: Frenesi, 2005, pp.155-156.

¹⁷⁷⁶ ANTT, IOP, Livro 23, fls.240-240vs. 16 de Novembro de 1843.

¹⁷⁷⁷ ANTT, IOP, Livro 32, pp.147-148. 27 de Março de 1850.

¹⁷⁷⁸ ANTT, MNEJ, Mç. 677, Cx.877, N°11. 21 de Setembro de 1858.

Francisco da Cidade. Tudo parecia interessar à Fazenda, com os conventos da região de Lisboa e do Patriarcado a serem, por razões de organização e logística, o alvo.

O início do funcionamento do Depósito dos Barbadinhos Franceses é anterior ao decreto de Maio de 1834, facto comprovado através do inventário do Convento de São Caetano de Lisboa e dos seus “*Autos por onde consta da Remessa dos Objectos que forão para o Convento dos Barbadinhos da Esperança para ficarem em Depozito na forma das Regias determinações como neste se ve*”¹⁷⁷⁹, documento datado de 11 de Janeiro de 1834. Para ali foram então enviados, oriundos daquele convento, um conjunto variado de itens, entre os quais, paramentos, alfaias não preciosas, livros e “*Cincoenta e oito Paineis de diferentes tamanhos muito velhos e encignificantes*”¹⁷⁸⁰.

Já depois de Maio de 1834, vemos neste depósito, mais uma vez, instalado numa antiga casa religiosa serem, essencialmente, reunidos os “trastes”. Esta designação, por análise dos poucos documentos que chegaram aos dias de hoje, abarcava material de uso doméstico, comum, teoricamente, sem qualquer valor artístico, algo que, contudo, pode sempre levantar algumas questões.

Os bens ali depositados eram oriundos de, pelo menos, cerca de duas dezenas de conventos: Penha de França, Trindade, Piedade de Cascais, São Camilio, Jesus, Sta. Catarina de Ribamár, Barbadinhos Franceses, Sta. Rita de S. Sebastião, S. Bento da Saúde, Livramento, Carmo Calçados de Lisboa, Província da Trindade, Cartuxa de Laveiras, Boa Hora do Chiado, S. Francisco de Paula, Sto. António do Estoril, Boa Hora de Belém, Hospício do Varatojo e Sto. António da Convalescença, todos eles arrolados, com respectiva listagem, na “*Relação dos Trastes que estão no Deposito dos Barbadinhos Francezes pertencentes aos Conventos Supprimidos*”¹⁷⁸¹. Este seria um depósito central que, oportunamente, terá sido considerado um bom local de transição para um conjunto diverso de itens.

Destes trastes faziam parte coisas tão diversas como toalhas, colchas, cobertores, enxergões, bacias, bilhas, cadeiras, bancos, canapés, candelabros, papeleiras, lavatórios, tinteiros, estantes, candeeiros, regadores, entre muitos outros itens do mesmo género.

Curiosamente, alguns deles iriam para o Depósito das Livrarias de São Francisco da Cidade. Na listagem “*Objectos vindos do Depozito dos Barbadinhos Francezes (á Esperança) para o Depozito Geral das Livrarias dos extintos Conventos abaixo mencionados em 30 de Dezembro*

¹⁷⁷⁹ ANTT, MF, Convento de São Caetano de Lisboa, Cx.2234.

¹⁷⁸⁰ *Idem, ibidem*. Também para este depósito dos Barbadinhos terá ido a Livraria do Convento de São Romão de Alverca. ANTT, MF, Cx.2195, Convento de São Romão de Alverca, Cx.2195.

¹⁷⁸¹ BNP, Res. Cod.6963 (Papéis...), fls.236 a 243.

de 1834”¹⁷⁸², que inclui também uma relação datada de 23 de Janeiro de 1835 (e, outra de 30 de Janeiro do mesmo ano, que se encontra junto do documento), vemos que ali entraram, itens como um canapé, cadeiras, enxergões, catres, uma sineta, dois lampiões, dois regadores, esteiras, candeeiros, tinteiros, papelarias, armários, estantes, um lavatório, uma almotolia, uma mesa de jogo, entre outros, provenientes de alguns dos conventos atrás mencionados. Pelo tipo de objectos, julgamos que a sua passagem para o DLEC era utilitária, ou seja, serviriam para “mobilar” aquele espaço, recorrendo, também para isso, aos bens nacionalizados.

No entanto, através da “*Relação dos Paineis existentes no Depozito do Convento dos Barbadinhos Franceses, remetidos para o Depozito Geral de S. Francisco da Cidade em 16 de Dezembro do anno de 1834*”, constata-se que, de facto, aquele local serviu para recolha de um número significativo de pinturas, que ali terão permanecido até finais de 1834. Em números que, por vezes,¹⁷⁸³ incluem painéis pintados a óleo, em madeira e em cobre, estampas, gravuras, desenhos e, num dos casos, aparentemente, dois vitrais, eram mencionados 48 itens provenientes do extinto convento da Cartuxa de Laveiras, 79 do Convento de Nossa Senhora do Livramento em Alcântara, 8 do Convento de S. Francisco de Paula, 59 do Convento dos Caetanos (Casa da Senhora da Providência), 22 do Convento dos Barbadinhos Franceses, 22 do Hospício dos Frades do Varatojo, 1 do Convento de S. Domingos de Benfica e 2 da Província dos Frades da Trindade¹⁷⁸⁴. Com excepção de algumas estampas, não eram mencionados temas ou feitas apreciações artísticas dos objectos a entregar, ficando a descrição pelo material e, eventualmente, o estado e a existência de moldura ou vidro¹⁷⁸⁵. De salientar que esta remessa para o DLEC foi realizada ainda antes da referente aos objectos utilitários, tendo assim existido uma maior urgência em fazer chegar um espólio artístico considerável a quem estava, de facto, vocacionado para o receber.

Também na “*Relação dos Trastes...*” que se encontravam nos Barbadinhos Franceses, atrás mencionada, e em parte da listagem datada de 23 de Janeiro, destaca-se um conjunto de itens que não se englobava na categoria dos “*Trastes*”, destoando do restante conjunto e que, pelas suas características, viria a ser remetido para São Francisco: pinturas do convento de S. Camilio e do convento de Jesus, recolhidas talvez por conveniência, ou, muito provavelmente, antes da constituição do DLEC.

¹⁷⁸² BNP, Res. Cod.6963, fl.54.

¹⁷⁸³ Casos existem em que algumas gravuras parecem não entrar na contabilização.

¹⁷⁸⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, 16 de Dezembro de 1834 (entrada no DLEC a 18 de Dezembro).

¹⁷⁸⁵ *Idem, ibidem.*

Na referida lista de Janeiro de 1835, apresentada de forma diferente da de 16 de Dezembro de 1834, surgem então:

“*Convento de S. Camilio – onze Paineis poco entereçantes*
ditto de Jezus – hum Painel com moldura dourada”¹⁷⁸⁶.

Na *Relação* mencionada encontra-se a descrição abreviada destes quadros, sendo apresentados dados como o tema, material (pano) e dimensões (em palmos). No caso dos quadros do convento de S. Camilio, esclarecia-se ainda que, à excepção de um, sem moldura, tinham molduras pintadas de preto e encontravam-se todos em *mau estado*¹⁷⁸⁷.

À semelhança de muitas outras listagens de quadros recolhidos e que entrariam no DLEC, apresentavam temática religiosa.

2.6. Esculturas e peças de cantaria provenientes dos antigos conventos – o Depósito das Obras Públicas (os Arsenais) e a Academia de Belas-Artes de Lisboa

Para além de imagens de santos, antigos túmulos e outros itens de cariz religioso já aqui abordados, os antigos conventos forneciam, igualmente, outros “materiais”, sobretudo pétreos, muitos deles inscritos naquilo que designamos de património artístico. De facto, para além de peças como esculturas, cantarias, etc., eram aproveitadas, reutilizadas em novas construções e consertos. Este reaproveitamento, talvez mais comum do que aquilo que a documentação indica ou que chegou até nós, ia ao encontro da carência financeira que o país atravessava – e que, particularmente, as Obras Públicas vão sentir nestas décadas. Estas viam-se a braços com múltiplos trabalhos em palácios reais, edifícios públicos, conventos de religiosas¹⁷⁸⁸, recolhimentos, igrejas, jardins, praças (Praça do Rossio, Passeio Público, etc.) chegando a atingir em meados de oitocentos uma situação de grande dificuldade financeira, com dívidas a fornecedores, etc.¹⁷⁸⁹. As múltiplas obras ajudavam também a dar destino a objectos que de

¹⁷⁸⁶ BNP, Res. Cod.6963 (Papéis que pertenceram ao Dr. Nunes de Carvalho...), fl.54 (<http://purl.pt/24931/3/#/110>).

¹⁷⁸⁷ BNP, Res. Cod.6963 (Papéis que pertenceram ...), fl.243 (<http://purl.pt/24931/3/#/486>).

¹⁷⁸⁸ Eram comuns os pedidos de auxílio das religiosas para obras nos seus conventos. A carência financeira com que se debatiam, fruto das novas políticas, tinha levado à falta de manutenção e ao arruinar dos edifícios, sendo as Obras Públicas um reduto a que tentavam recorrer em caso de necessidade. O Coronel Inspector Joaquim Antonio Vellez Barreiros, a respeito do pedido das religiosas do Grilo para arranjo dos telhados do seu convento, referia: “(...) não se cuidando de reparar estes edificios que são Nacionaes, eles virão a cahir, e estragos de telhados são ruínas que sempre progridem com grave prejuizo das mais partes do edificio; alem de que havendo muitos outros conventos e Recolhimentos obtido a mesma graça que a Suppe requer, julgo que esta nas circunstancias de ser favoravelmente deferida, até mesmo porque segundo me consta, estas Religiosas são das mais pobres e de mais austera clauzura (...)” Dezembro (?) de 1844, a Costa Cabral. ANTT, IOP, Livro 25, p.200.

¹⁷⁸⁹ Veja-se sobre este assunto, por exemplo, a exposição feita a 30 de Janeiro de 1851 ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. ANTT, IOP, Livro 60, fls.179-180.

outra forma se perderiam com o tempo. Em alguns casos, a sua recolha junto da Aula de Escultura da Academia de Belas-Artes, proporcionou que, para além de ali poderem ser recuperados, se tornassem modelos de trabalho, ganhando uma dimensão instrutiva.

Em anos de transformações, não só políticas mas também urbanísticas – quando muitos edifícios, também religiosos, acabariam demolidos – em que Alexandre Herculano, no jornal *O Panorama*, se debatia pela conservação dos monumentos, escrevia em Fevereiro de 1839

*“Não pedimos museus; porque estes são apenas cemiterios das artes. Os fragmentos de um edificio, tirados do seu lugar, sem destino, sem união, são mortos: são cinza e pó de mármore. Reunam-se em bibliothecas, e em gallerias de pinturas, os livros ou quadros (...) : mas as pedras só pedem repouso!”*¹⁷⁹⁰

Em Junho desse mesmo ano, o governo

“querendo prevenir a perda de objectos de bellas-artes, dignos de serem colligidos e guardados, que a cada passo de encontravam nos edificios antigos que se iam demolindo na capital, bem como perpetuar a memoria d’esses mesmos edificios, no todo, ou dar idéa da perfeição a que chegaram entre nós as artes”

expediu ordens ao intendente das Obras Públicas determinando

*“(…) que a demolição de qualquer edificio fosse precedida de comunicação feita á academia, a fim de que esta podesse conservar em desenho por copia de plantas, côrtes, e alçados os edificios que d’isso fossem dignos; e tambem fazer arrecadar aquelles objectos de bellas artes que se encontrassem nos ditos edificios, e fossem obras de primor.”*¹⁷⁹¹

Seria concedida ao Vice-Inspector da Academia autorização para requisitar das diferentes estações públicas (por ordem das quais se procedesse à demolição), os objectos de belas-artes que existissem em edifícios públicos que fossem demolidos¹⁷⁹². Esta concessão basear-se-ia na ideia de que, algumas vezes, o mau método de demolição levava à destruição desses objectos, no todo ou em parte, perdendo-se monumentos históricos que deviam ser conservados, pelo menos em desenho. Para além disso, o governo recomendaria ainda à Academia

“a mais discreta sollicitude em salvar da destruição os primores da arte, que merecessem, ou pelas recordações que suscitam, ou pela perfeição que encerram, ser

¹⁷⁹⁰ *O Panorama*, N.º94, 16 de Fevereiro de 1839, p.51.

¹⁷⁹¹ 23 de Junho de 1839. RIBEIRO, *op.cit.* (Tomo VI), pp.97-98.

¹⁷⁹² *Idem, ibidem*, p.98.

conservados para modelos de estudo, ou para perpetuar a gloria nacional, e pagar o devido tributo ao reconhecimento dos seus auctores”¹⁷⁹³.

Esta medida acabaria por ter resultados relativos, espelhados nos escassos objectos que terão sido reunidos pela Academia.

De um modo geral, a acção de resgate, fosse de edifícios demolidos, fosse em edifícios cuja reutilização o proporcionava, teve objectivos práticos, eventualmente conciliáveis com uma cultura de preservação artística.

Um bom exemplo deste tipo de resgate e reutilização, que se estendeu a objectos sem ligação directa ao universo das ordens religiosas, encontramos-lo patente num processo relacionado com cinco esculturas, “*Estatuas de Marmore de dez e doze palmos d’altura, 4 das quaes que estão em melhor estado, representam os Rios Tejo, Nilo, Ganges, e Eufrates*”¹⁷⁹⁴. Estas encontravam-se depositadas no pátio do extinto convento dos Bernardos ao Desterro e, em Novembro de 1835, a Rainha mandou que o Conselheiro Fiscal das Obras Públicas examinasse, para ver se podiam servir para a frente do Palácio das Cortes “*em cujo cazo se lhes mandarão entregar, para se lhes fazerem os convenientes reparos, e terem o mencionado destino.*”¹⁷⁹⁵ As referidas estátuas acabariam, com outras¹⁷⁹⁶, por ter diferentes destinos, mas antes removidas “*p.^a o Pateo do extincto Conv.^{to} de S. Francisco pertencente á Academia das Bellas Artes, visto ficar junto ao mesmo Pateo o Laboratorio da Aulla de Esculptura.*”¹⁷⁹⁷, onde poderiam ser reparadas e concluídas¹⁷⁹⁸.

Para além destas esculturas, sabemos apenas que entrariam na Academia de Belas-Artes, com proveniência religiosa, em Junho de 1837, via CADLEC, os bustos a que aludimos anteriormente¹⁷⁹⁹ – provenientes das livrarias dos conventos –, e uma “*imagem de Nossa Senhora, em pedra, que existe no ext.^o Convento da Boa Hora*”¹⁸⁰⁰ acerca da qual, em Março de 1841 o Ministério dos Negócios Eclesiásticos remetia ao Patriarca “*(...) os papeis relativos*

¹⁷⁹³ Portaria de 8 de Agosto de 1839 RIBEIRO, *op.cit.* (Tomo VI), p.98.

¹⁷⁹⁴ ANTT, IOP, Livro 50, fl.113vs. 17 de Novembro de 1835. Portaria ao Conselheiro Fiscal das Obras Públicas, assinada por Rodrigo da Fonseca Magalhães. 248.

¹⁷⁹⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁹⁶ Acerca deste assunto vide MENDONÇA, Ricardo J. R., *Os depósitos de escultura do Ministério das Obras Públicas*, disponível em http://www.academia.edu/8490799/The_sculpture_warehouses_from_the_Ministry_for_Public_Works.

¹⁷⁹⁷ ANTT, IOP, Livro 45, fl.122. 16 de Dezembro de 1837 “Participação relativa a Remoção das Estatuas que existião no Pateo do Desterro.”

¹⁷⁹⁸ Vide MENDONÇA, *Os depósitos de escultura...*, s.d., *op.cit.*

¹⁷⁹⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos, p.54. 27 de Junho de 1837, ofício da CADLEC ao Director da Academia, acerca da entrega dos bustos e MENDONÇA, *Os depósitos de escultura...*, s.d., *op.cit.*

¹⁸⁰⁰ ANTT, MNEJ, NE, Livro 84, 4 de Março de 1841.

á pretensão do Vice Inspector da Academia das Bellas Artes para se remover p.^a a mesma Academia (...).”¹⁸⁰¹ No mês seguinte terão sido dadas ordens ao Inspector Geral Interino das Obras Públicas para efectuar essa remoção¹⁸⁰².

Mas, quase tudo, poderia ser levado para os depósitos e arsenais e ser reutilizado. Só não o terão realizado mais vezes porque nem sempre tudo ficava disponível, ou não era financeiramente compensador, ou logisticamente possível. O *desmancho* e a sua *condução* podiam ser difíceis e dispendiosos, nem sempre compensando que fossem levados a cabo. Era esta multiplicidade de “oportunidades” e “dificuldades” que constava na informação da Casa do Risco acerca do Convento do Beato António e do possível “(...) aproveitamento das Cantarias da Igreja, Claustro, e outros objectos, para serem aproveitados no Depozito de S. Francisco, e das Obras Publicas, comvantagem da Fazenda Nacional.”¹⁸⁰³ :

“As Cantarias em geral podem ter applicação nas diverças obras, muito particularmente os arcos, e lancil do Calustro junto á Igreja, assim como a escada principal, e arcos que sustentão o Dormitorio queimado, que tudo devera ser marcado para sapplicar em qualquer outra parte, bem como as dos arcos das Capellas da Igreja, eos pilares de Cantaria das teias das ditas Campas das Sepulturas, degraos, tagedos, e atelha que sahir inteira.

*As madeiras, para esta Repartição, pouca ou nenhuma applicação podem ter, porque são as dos Retabulos das Cappelas, e molduras dos paineis que guarnecião as paredes da Igreja, que sendo douradas, se lhe pode aproveitar o ouro: os Caxoens da Sacrestia, Cadeiras do Corô, e bancada da Cappela Mor, não as achamos applicaveis, por se acharem, danneficadas. As grades de ferro da entrada da Igreja, são muito boas, e de facil tirada, e podem ter toda a applicação que se lhe quizer dar, assim como o Orgão, 5 Sinos, e Relogio da Torre, o deverá ser em breve, para que não sofre alguns estragos ou Robo. O desmancho, e condução por terra, e mar, dos artigos asima espendidos, devem ser despendiosos: (...)”*¹⁸⁰⁴.

¹⁸⁰¹ *Idem, ibidem*. Documentos diversos acerca da entrega à Academia de uma Imagem de Nossa Senhora, em pedra, que existiu sobre a porta do extinto Convento da Boa-Hora, de Lisboa. ANTT, MR, Mç.2122, Cap. ABAL 1840-43.

¹⁸⁰² ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003), Acta nº166 22 de Abril de 1841, fl.115 (Tif. 233).

¹⁸⁰³ ANTT, IOP, Livro 325, fls.10vs-11. fls.10vs-11. 29 de Fevereiro de 1836. Documento assinado pelos Architectos Martinho Joze Diogo Passos Peixoto e João Pires da Fonte, pelo Ajudante Architecto Sergio da Costa Soares Araujo, pelo Mestre Carpinteiro Antonio Ignacio Branco, pelo Mestre Canteiro Henrique Joze Branco e pelo Mestre Pedreiro Joze Pedro Figueiredo.

¹⁸⁰⁴ *Idem, ibidem*.

Em Março de 1846 era dada ordem para que Vice-Inspector do Conservatório d'Artes e Ofícios de Lisboa entregasse à Irmandade do Santíssimo Sacramento da paroquial igreja de Nossa Senhora da Lapa a pia de Água Benta e o Lavatório que existia no convento dos Marianos (a Santos-o-Velho), onde aquele estabelecimento estava instalado¹⁸⁰⁵.

Para além destas situações em que o Estado recolhe (ou não) o que entretanto se tornou seu, é possível referenciar alguns casos particulares que são demonstrativos da forma como o património relacionado com as antigas casas religiosas, conheceria nestes primeiros anos, uma verdadeira revolução, passando de mãos, ganhando novas finalidades, numa curiosa política de reutilização.

É assaz interessante perceber que as colunas e capitéis que ornavam a igreja da suprimida Casa do Espírito Santo da Congregação do Oratório, entretanto passada para mãos particulares, estivessem destinadas, em 1836, à fachada do então projectado novo Teatro Nacional:

*“8. Havendo Manoel Jozé d'Oliveira, actual proprietário do edificio da suprimida Casa do Espirito Santo da Congregação do Oratorio, cedido as grandes columnas de Cantaria e seus respectivos capiteis, que ornão o frontespicio da quella Igreja, para serem empregadas na fachada do Novo Theatro Nacional, que se projecta fazer; com a condição de que não seja feito á sua custa o descimento e conducção das mesmas columnas: Manda Sua Magestade A Rainha que o Conselheiro Fiscal das Obras Publicas faça preparar todo o apparelho necessario aquelle descimento, combinando com o mencionado Manoel Joze de Oliveira a occasião e dia, em que elle deve ter lugar; fazendo depois conduzir as ditas columnas e Capiteis para o arsenal da marinha, onde achará as ordens necesarias para serem recolhidas e depositadas athe que se lhes dê o indicado destino: devendo outro sim o mesmo Conselheiro Fiscal dar todas as providencias para que, tanto no acto do descimento, como no da conducção, não soffrão o menor danno as columnas e particularmente os labores de seus capiteis. (...).”*¹⁸⁰⁶

Esta cedência, na qual as Obras Públicas teriam de ter um papel activo na cuidadosa recolha, e em que o Arsenal da Marinha serviria de depósito, serve de exemplo na complexa transformação do património, deixando antever tarefas e responsabilidades, ao mesmo tempo que demonstra o reconhecimento e cuidado que se tinha para com o mesmo.

¹⁸⁰⁵ AHE, AITC, CAO2 Bob.4. , fls.23-23vs. 18 de Março de 1846. Ass. Conde de Tomar.

¹⁸⁰⁶ ANTT, IOP, Livro 50, fls.121-121vs. 9 de Janeiro de 1836. Ass. por Luis da Silva Mouzinho de Albuquerque.

Nos casos em que, ou por transformação ou mesmo demolição, pedra e cantaria ficavam disponíveis, muitas vezes sem valor artístico mas considerados materiais preciosos para novas construções ou reestruturação de antigas – dadas as dificuldades na sua obtenção e transporte – existia uma dispersão e transformação nas obras que então se estavam a realizar.

Foi o que sucedeu com a cantaria proveniente do “*desmancho da Torre do Hospital de S. Joze*”¹⁸⁰⁷ – em ruínas em Novembro de 1835, aconselhando-se então o seu *desmancho* para evitar estragos e porque “(...) *toda a cantaria e mais materiaes de que he composta, pode ser aproveitada na factura das Obras Nacionaes* (...)”¹⁸⁰⁸ – em finais de 1836 “apenas” estava a ser aplicada nas obras do Teatro Anatómico (no Hospital), no novo Passeio de S. Pedro de Alcântara, na continuação do torreão ocidental do Terreiro do Paço, no melhoramento da frente do Palácio das Cortes e embelezamento do respectivo largo¹⁸⁰⁹.

O mesmo aconteceu com a cantaria da igreja nova, incompleta, do convento de S. Francisco da Cidade, parte utilizada pela Câmara Municipal de Lisboa na obra de aumento do Passeio Público e outra destinada a ser empregue pela Repartição das Obras Públicas nas obras a seu cargo¹⁸¹⁰. Desmembrada ao longo dos anos pós-extinção, tornou-se quase um verdadeiro estaleiro de materiais de construção.

¹⁸⁰⁷ ANTT, IOP, Livro 45, fl.72vs. 30 de Dezembro de 1836, “Representação da Camara Municipal de Lx.^a pedindo a Cantaria proveniente do desmancho da Torre do Hospital de S. Joze”. Parecer negativo das Obras Públicas.

¹⁸⁰⁸ 8 de Novembro de 1835. Também a igreja se achava em grande ruína. “Vistoria feita á Igreja arruinada do Extincto Collegio de Santo Antão da Companhia de Jezus, junto ao Hospital Real de S. Joze.” ANTT, IOP, Liv.325, fl.6vs-7. Ordem de demolição com a portaria de 30 de Novembro de 1835 “com a brevidade que o seu estado exige; devendo a Cantaria ser applicada convenientemente ás obras de interesse Publico que estam a cargo da sobredita Repartição [Obras Públicas]”. ANTT, IOP, Liv.50, fl.114vs.

¹⁸⁰⁹ ANTT, IOP, Livro 45, fl.72vs. 30 de Dezembro de 1836, “Representação da Camara Municipal de Lx.^a pedindo a Cantaria proveniente do desmancho da Torre do Hospital de S. Joze”. Parecer negativo das Obras Públicas.

¹⁸¹⁰ ANTT, IOP, Livro 44, fl.129vs. 4 de Junho de 1835, “Officio a Antonio Lobo Barboza Ferreira Teixeira Girão Perfeito da Provincia da Estremadura; para que dê as suas ordens para que os operarios desta Rep^m não encontrem embaraço algum quando forem buscar a pedra da Cantaria a Igreja nova de São Francisco da Cidade (...)”. Ainda para o Passeio Público, a Câmara pediu autorização para aplicar a pedra existente no sítio da “Patriarchal Queimada”. A Rainha concedeu autorização, tirando-se simultaneamente a pedra necessária à Casa da Moeda, à Repartição das Obras Públicas e à Câmara. 20 de Julho de 1835 (Livro 50, fl.105). O assunto continuaria com a Câmara a fazer constar ao Conselheiro que a pedra da Patriarcal deveria ser conservada no local uma vez que se destinaria ao novo mercado que iria ser construído; esclarece-se então, que a pedra que ali ficasse depois de tirada pela Repartição das Obras Públicas e pela Câmara podia ser utilizada na obra do Passeio Público (Livro 50, fl.108vs). Quanto à igreja incompleta de S. Francisco da Cidade, em 1845 o Ministério da Fazenda representa ao Reino acerca da conveniência de que aquele edificio fosse posto à venda em hasta pública “utilizando a Fazenda o produto dos valiosos materiais de cantaria e alvenaria que contem, e do solo do mesmo Edificio e terrenos a elle contiguos (...)”. Pedido de parecer ao Inspector Geral das Obras Públicas Livro 70, fls.13vs, 14. 24 de Janeiro. MR 2^a Direcção, 1^a Rep. N^o68). O Coronel Inspector Joaquim Vellez Barreiros era a favor do aproveitamento do edificio, com alterações, para um estabelecimento público (Livro 26, pp-78-79. 28 de Janeiro de 1845, a Antonio Costa Cabral). Para além de cantaria, também outros materiais eram reutilizados. Em 1843, o Coronel do 2^o Regimento de Lanceiros, requisitava os azulejos do edificio da extinta Patriarcal, na Ajuda, então em demolição (Livro 23, fls.240vs-241. 16 de Novembro de 1843).

Em 1844/1845 a Confraria do Santíssimo Sacramento da Freguesia de S. Julião pedia que lhe fossem cedidos “*para a Capella Mór da Igreja de S. Julião o Retabulo, duas columnas, as tribunas e a mais cantaria aproveitavel da Capella Mór da Igreja (...)*”¹⁸¹¹, sendo para tal solicitado parecer ao Inspector Joaquim Vellez Barreiros. Na resposta enviada, e após exame por parte do Capitão Candido Vellez Barreiros, não se via inconveniente em satisfazer o pedido; nas palavras do Inspector era “*(...) assáz proprio que aquella cantaria tenha semelhante destino. (...)*”¹⁸¹² Lembrava contudo,

“*que o apeamento de algumas pedras que convenhão á Confraria, depende da deslocação de outras que lhe sejam desnecessarias, mas que para haver um regular aproveitamento cumpre que por conta da Confraria se faça o apeamento geral de toda a cantaria da Capella Mór, aproveitando a que precisar, e ficando a que lhe for desnecessaria, para uso desta Inspecção geral, incluindo duas columnas, visto que ali existem quatro e somente se pedem duas.*”¹⁸¹³

O pedido da confraria acabaria deferido, ficando esta responsável por “*deslocar e conduzir á sua custa*” o material solicitado¹⁸¹⁴.

No mesmo ano, ordenou-se que o Inspector Geral das Obras Públicas entregasse à Comissão Inspector das Obras da Paroquial Igreja de S. Nicolau oito capitéis das colunas.¹⁸¹⁵ Para esta igreja foram ainda solicitadas, no ano seguinte, pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, as asnas e madeira que cobriam a capela-mor¹⁸¹⁶.

A Escola Politécnica – a obra de restauro do edifício onde estava instalada – foi outro dos destinos da cantaria da igreja incompleta de S. Francisco¹⁸¹⁷.

As solicitações de materiais de S. Francisco seriam tantas que, em Julho de 1847, comunicava-se ao Juiz e Mesários da Confraria do S. Sacramento da Freguesia de S. Julião que, em

¹⁸¹¹ ANTT, IOP, Livro 26, pp.83-84. 30 de Janeiro de 1845 Nº58. Do Coronel Inspector Vellez Barreiros a António Bernardo da Costa Cabral.

¹⁸¹² *Idem, ibidem.*

¹⁸¹³ *Idem, ibidem.*

¹⁸¹⁴ Portaria de 28 de Fevereiro de 1845 MR 2.ª Dir. 1ª Rep. De Costa Cabral a participar deferimento ao Inspector das Obras Públicas do Reino.

¹⁸¹⁵ “quando para isso não haja inconveniente algum, em relação ás obras projectadas naquella incompleta Igreja; (...)” ANTT, IOP, Liv.70, Portaria de 24 de Abril de 1845, Ministério do Reino, 2ª Dir. 1ª Rep, Nº186, fl.59 l

¹⁸¹⁶ ANTT, IOP, Livro 71, fls.15vs-16. 21 de Fevereiro de 1846. Ministério do Reino, 2ª Dir, 1ª Rep. assinado pelo Visconde de Telheiras ao Inspector Geral das Obras Públicas do Reino, pedindo informação/parecer acerca do requerimento da dita irmandade.

¹⁸¹⁷ ANTT, IOP, Livro 64, fls.131-132vs. 19 de Maio de 1847 – Director da Escola Politécnica solicitava que lhe fosse permitido tirar pedra de cantaria da igreja incompleta de S. Francisco. ANTT, IOP, Livro 71 e 73, fls.157-157vs. A 28 de Junho ofício dirigido a Francisco de Assis Rodrigues, Director da Academia das Belas-Artes de Lisboa, comunicava a retirada de cantaria para a obra da Escola Politécnica e, uma vez que este tinha o seu Laboratório no vestíbulo da referida igreja, solicitava que desse ordens para que se facilitasse a entrada e saída dos empregados da Escola que estivessem encarregados daquele trabalho.

conformidade com ordens existentes na Inspeção Geral, não convinha ser removida mais pedra da incompleta igreja para o templo daquela freguesia¹⁸¹⁸.

Mas apesar de serem as Obras Públicas a “gerir” o que dali saía e a forma como era empregado, não tinham um controlo efectivo. Em meados do ano seguinte, a igreja incompleta de S. Francisco achava-se “*n’huma especie de devassidão*”, levando a Intendência Geral a pedir a sua posse formal, aproveitando o local para depósito de alguns objectos¹⁸¹⁹.

Em Setembro de 1849, uma informação do Barão da Luz, Inspector Geral das Obras Públicas, ao Conde de Tomar, acerca da pretensão de Luís Carlos para que lhe fosse permitido fazer ali exposição de animais ferozes, com opinião favorável desde que a ocupação do local não fosse indefinida uma vez que estava destinado a depósito de materiais da Inspeção Geral das Obras Públicas¹⁸²⁰, é reveladora do estado em que o assunto se encontrava.

Na entrada da segunda metade de oitocentos, constatamos que os materiais continuavam a sair daquela espécie de “estaleiro”. O mestre canteiro ao serviço da obra da Escola Politécnica, pretendia então

*“remover não só a pedra que já anteriormente marcára e que ainda existe assente, mas até mesmo duas columnas e alguns capiteis não marcados que tinham sido apeados por conta da Obra do Theatro de D. Maria Segunda na ocasião em que ali se foi escolher pedra para aquelle Theatro. (...)”*¹⁸²¹,

no entanto, a concessão de pedra para aquele destino estaria limitada à que fora primitivamente designada¹⁸²².

O Teatro D. Maria II foi, portanto, outro dos muitos receptores de cantaria.

Outro caso flagrante é também o da torre do extinto convento de Nossa Senhora da Graça. Desde 1838 que a torre da igreja foi considerada em ruína e a sua demolição anunciada¹⁸²³. No entanto, ainda em 1843 equacionava-se o seu destino. Em informação/ avaliação a Casa do Risco examinava-a para ver se os seus elementos podiam ser apropriados ao arco triunfal da Praça do Comércio. A mesma Casa emitia então parecer negativo: sem proporção necessária, colunas da ordem jónica, molduras muito quebradas, muita ruína e de pedra que não era o

¹⁸¹⁸ ANTT, IOP, Livro 64, fl.140vs. 8 de Julho de 1847.

¹⁸¹⁹ ANTT, IOP, Livro 28, fls.161vs-162. 26 de Junho de 1848.

¹⁸²⁰ ANTT, IOP, Livro 31, pp.162-163. 15 de Setembro de 1849.

¹⁸²¹ ANTT, IOP, Livro 32, pp.192-193 19 de Abril de 1850 “Nº160 2ºD 1ª R = Pedindo esclarecim.^{tos} ácerca da remoção da pedra de cantaria da incompleta Igreja de S. Fran.^{co} p.^a a obra da reconstrucção do edificio da Escola Politechnica de Lisboa.” Sobre o mesmo assunto IOP, Livro 3, pp.193-194, Nº161.

¹⁸²² ANTT, IOP, Livro 4, fls.126-126vs, Nº34. 15 de Maio de 1850.

¹⁸²³ ANTT, IOP, Livro 50, fl.203. 23 de Março de 1838, Pedido de vestoria; e 7 de Abril de 1838 “Informação sobre a Demolição da Torre da Igreja do extinto Conv.to da Graça”. Livro 45, fls.140-140vs.

lio¹⁸²⁴. Apesar desta opinião, em orçamento posterior para acabamento do dito arco, ainda é referido um “*Projecto de aproveitamento da Torre*”¹⁸²⁵ que poderia diminuir os custos. Na “*Explicação do Projecto A*”, projectava-se o aproveitamento da torre justificando-o por razões económicas, mas também históricas e artísticas uma vez que ia

“*aproveitar-se uma Torre que segundo a opinião do ensigne Pintor Cyrillo Volkmar Machado, mereceo ser tractada com o titulo de Ellegante na Colecção de Memorias relativas as vidas dos Pintores, Escultores e Architectos, e Gravadores w. quando fala do Manjor Manoel da Costa Negreiros pg205 (...)*”¹⁸²⁶.

Esta política de “reutilização”, não dos edifícios, mas da sua matéria, de partes que os compunham, revela-se recorrente, especialmente, quando se tratava de casos de demolição, como o de parte do convento dos Lóios. O estado de ruína, nomeadamente, da zona do edifício com frente para a Rua da Saudade, junto ao então quartel da 5ª Companhia¹⁸²⁷, tinha traçado esse destino, ficando destinada a reutilização de pedra na construção de um pórtico no Castelo de S. Jorge¹⁸²⁸. Desta forma, em Outubro de 1845 encontramos registos de que o Governador do respectivo castelo, solicitava autorização “*para maior elegancia da entrada principal*” daquele edifício, “*substituir a cantaria das hobreiras e arco da porta correspondente, pela que fôr mais adaptada da que existe em grande porção na Igreja arruinada dos Loios (...)*”¹⁸²⁹, pedido em que a Inspecção não veria inconveniente¹⁸³⁰.

De destacar que teria lugar “*(...) o apeamento de preciosos marmores e madeiramentos que ali existem e cuja venda, ou emprego pela Repartição das Obras Publicas (...)*”¹⁸³¹, o que se esperava pudesse cobrir a despesa proveniente do fornecimento de dois ou três operários (pedreiros e carpinteiros) requisitados pelo dito Governador para a referida demolição¹⁸³², trabalho que se prolongaria por mais de um ano¹⁸³³.

¹⁸²⁴ ANTT, IOP, Livro 326 (C. Risco), fl.37. 10 de Maio de 1843.

¹⁸²⁵ ANTT, IOP, Livro 326 (C. Risco), fl.76. 25 de Setembro de 1843.

¹⁸²⁶ ANTT, IOP, Livro 326 (C. Risco), fls.88vs-89vs. 25 de Setembro de 1843.

¹⁸²⁷ ANTT, IOP, Livro 70, fls.131-131vs. Setembro de 1845.

¹⁸²⁸ Demolição ordenada a 7 de Novembro de 1845 (ANTT, IOP, Liv.70). Sobre este assunto, 26 de Novembro de 1845 e 3 de Dezembro (*ibidem*, fls.160vs-161 e fls.164-164vs, respectivamente).

¹⁸²⁹ ANTT, IOP, Livro 70, fl.143vs. 21 de Outubro de 1845. Pedido de parecer ao Inspector Geral das Obras Públicas acerca da vantagem ou inconveniência de anuir à pretensão do Governador. Offício assinado pelo Visconde de Telheiras.

¹⁸³⁰ ANTT, IOP, Livro 27, pp.92-93. 4 de Novembro de 1845, Informação (N404 e 405).

¹⁸³¹ ANTT, IOP, Livro 70, fls.164-164vs. 3 de Dezembro de 1845.

¹⁸³² *Idem, ibidem*.

¹⁸³³ O quartel da 5ª Companhia da Guarda Municipal encontrava-se em perigo de ruína, devido à demolição do claustro do convento dos Lóios. A 4 de Agosto de 1846 pedia-se que o Inspector Geral informasse sobre o estado dos trabalhos de demolição, se a obra do Castelo, para onde tinha sido destinada pedra, já estava concluída e se, caso esta obra ainda não estivesse pronta, a pedra que ainda lá estava era a suficiente, se a demolição devia ser concluída e realizada a obra solicitada pelo Comandante da Guarda Municipal (ANTT, IOP, Liv.71, fls.79-79vs e

Da obra do Castelo ainda sobraría pedra, levando o Inspector Barão da Luz, em Março de 1848, a corresponder-se com Luiz Ignacio Gouvea, Governador do Castelo de S. Jorge¹⁸³⁴. O Ministério da Guerra, no ano seguinte, pediria ainda alguma pedra das ruínas do antigo edifício dos Lóios para empregar na reparação da muralha¹⁸³⁵.

Mas não era só aquele espaço a solicitar cantaria dos Lóios. Também o Juiz e Mesários da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de S. Nicolau (Lisboa) a solicitavam, juntamente com as já mencionadas asnas e madeiras da capela-mor da igreja incompleta de S. Francisco¹⁸³⁶.

No seguimento destes pedidos, portaria ordenava que o Inspector Geral informasse com urgência

*“a despeza que se tem feito com esta demolição; quaes os materiais della provenientes que por ventura se hajam vendido; e por que preço; quaes os que hão tido uma determinada applicação e a natureza desta; quaes os existentes em depozito, sua qualidade, e valôr provavel, e finalmente, que obra resta ainda a fazer para se concluir a demolição ordenada, - a sua importancia presumivel, - com declaração dos materiais que poderão della resultar, e do seu valôr”*¹⁸³⁷,

o que deixava transparecer a importância que estes materiais representavam para o Reino, também do ponto de vista monetário mas, igualmente, o interesse em saber onde tinham sido aplicados.

No entanto, o Governo, as Obras Públicas, a Fazenda e o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça (para além das autoridades locais) não conseguiam controlar todos os materiais que saíam dos mais variados locais, ao longo do país. De facto, se para certos itens como livrarias, pinturas, paramentos, etc., existiam inventários mais ou menos completos, no caso das cantarias e afins, partes mais ou menos integrantes dos edifícios, os “processos de gestão” simplesmente, a não ser em casos muito especiais, não os referenciavam. Apenas o conceito de “monumento histórico” poderia, aparentemente, contribuir para a sua maior salvaguarda, apesar de não ser

Liv.73, pp.172-173). Em 29 de Setembro refere-se a necessidade de demolição “do frontal que deita para a rua da Saudade por ser a parte do Edifício, que ameaça imminente ruína (...)” ANTT, IOP, Liv.71, fl.115-115vs e Livro 73 (s.p).

¹⁸³⁴ ANTT, IOP, Livro 65, fls.228vs-229. 3 de Março de 1848.

¹⁸³⁵ ANTT, IOP, Livro 30, pp.114-115. 19 de Março de 1849. Informação das Obras Públicas acerca do pedido. A 5 de Setembro de 1849 dava-se conta do ocorrido com a demolição de parte das ruínas dos Lóios para aplicação da pedra na reparação da muralha do Castelo de S. Jorge (ANTT, IOP, Liv.31, pp.143-146).

¹⁸³⁶ ANTT, IOP, Livro 71, fls.15vs-16. 21 de Fevereiro de 1846 Ministério do Reino, 2ª Dir, 1ª Rep. assinado pelo Visconde de Telheiras ao Inspector Geral das Obras Públicas do Reino, pedindo informação/parecer acerca do requerimento da dita irmandade.

¹⁸³⁷ ANTT, IOP, Livro 71, fl.18vs e Livro 73, p.147. 5 de Março de 1846. Assinada pelo Conde de Tomar.

por si só garantia de total protecção. A necessidade e valor que os materiais adquiriam, quer para o Estado quer para os particulares, tornavam-nos especialmente apetecíveis, colocando-os muitas vezes em risco de serem desviados. O desconhecimento acerca do património existente, o isolamento dos edifícios, as deficientes vias de comunicação e, de certa forma, a própria burocracia, tornavam as antigas casas religiosas alvos vulneráveis, dependentes dos maiores ou menores escrúpulos das autoridades civis e religiosas locais. O abandono, as alterações ou mesmo as demolições dos edifícios, proporcionavam momentos de especial exposição e vulnerabilidade, podendo resultar em aproveitamento ilícito também por parte de particulares. Veja-se, durante este período, o caso da antiga matriz da vila de Montemor-o-Novo, no Castelo, de que o Capitão Engenheiro Carlos Conrado Chelmicki, Director das Obras Públicas no Alentejo, tinha solicitado a utilização das pedras do adro e campas para a obra da Estrada de Elvas (tendo-as pedido ao Prelado da Diocese, este ordenou que se dirigisse ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos). O Barão da Luz, Inspector-geral, referia então:

“Eu não dei (...) seguim.¹⁰ a este negocio, supondo que a dita matriz se reputava monumento historico; porem o mesmo Cap.^m novam.^{1e} solicita aquellas pedras, expondo que o Parocho da Freguezia as está vendendo actualmente, com authorização segundo se diz, do Snr. Arcebispo.”¹⁸³⁸

Em insistência, junto de Felix de Magalhães, o Inspector refere que a utilização de tais pedras na construção da referida estrada *“se evita que taes pedras sejam roubadas para uso particular, e se lhes dá uma applicação regular, poupando alguma despesa em beneficio das Obras das estradas”¹⁸³⁹.*

No que diz respeito especificamente aos conventos, de um modo geral, a situação era semelhante, com as Câmaras Municipais a interpirem-se, ou mesmo facilitarem a ilicitude dos actos. O Convento dos Congregados, em Estremoz, encaixava-se nesse perfil, surgindo na documentação como um exemplo perfeito do desvio e da corrupção que devem ter acontecido em muitos outros locais que, por desconhecimento ou encobrimento das autoridades regionais, não foram denunciados.

Neste caso a denúncia do ocorrido, também por parte do Director das Obras Públicas do Alentejo, expôs a situação:

¹⁸³⁸ ANTT, IOP, Livro 60, fls.171-171vs. 15 de Dezembro de 1849. Do Barão da Luz a Felix Pereira de Magalhães, Ministério da Justiça.

¹⁸³⁹ ANTT, IOP, Livro 60, fl.172. 9 de Janeiro de 1850. Do Barão da Luz a Felix Pereira de Magalhães, Ministério da Justiça.

“= Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr = Em Officio N^o94 do 1.^o do corrente levou o sub-Inspector José Bento de Souza Fava, ao conhecimento de VEx.^a uma participação do Capitão Jose Carlos Conrado de Chelmichi, relativamente ao abusivo proceder da Camara Municipal de Estremôz, na demolição de varios pertences do edificio do extinto Convento dos Congregados, vendendo por insignificante preço belas pedras de marmore, e outros objectos que ião para uma casa que está edificando o Escrivão do Juiz de Direito; agora participa-me de novo o Capitão Chelmicki que demolidas as cozinhas e refeitório, se procede actualmente ao arranco do azulejo, dando-se-lhe a mesma applicação. §._____ Julguei pois dever tambem dar conhecimento a VEx.^a desta circumstancia, pelo mesmo motivo que teve o Sub-Inspector Fava, de levar este assumpto á presença de VEx.^a apesar de não ser elle da immediata competencia desta Inspecção Geral, isto é por me parecer assás conveniente, e prejudicial á Fazenda publica. = (...)”¹⁸⁴⁰.

3. A circulação das obras de arte conventuais: impacte social

Com a extinção das ordens religiosas, alguma tensão foi gerada em torno do património móvel e imóvel. Para além das comunidades religiosas, naturalmente apegadas aos seus bens, muitas das populações que viviam em torno dos conventos, nutriam um especial sentimento de devoção, protecção e mesmo de posse, sobre aqueles espaços e seus conteúdos.

O sentimento anticlerical sob o qual se moviam as políticas liberais, colidia com a fé e sensibilidade de boa parte da população. A religião católica continuava a ter um peso substancial na sociedade, o que acabava por ter implicações directas na forma de conservação do património, nomeadamente nos processos de reutilização ou de avaliação, inventário, recolha e mesmo arrecadação.

Se por um lado existia uma facção completamente indiferente aos destinos de edifícios, imagens ou pinturas, até capaz de se aproveitar da situação, aberta a acatar novas utilizações para os edifícios conventuais, ou até mesmo a apropriar-se ilegalmente de bens móveis, por outro, encontramos uma facção defensora acérrima da antiga ordem, encarada pela maioria dos liberais como reacção e menos esclarecida.

¹⁸⁴⁰ ANTT, IOP, Livro 32, pp.147-148. 27 de Março de 1850, do Barão da Luz, Inspector Geral das Obras Públicas, ao Conde de Tomar.

De facto, no caso das antigas igrejas conventuais, os processos de secularização, muitos deles necessários devido à venda dos conventos a que pertenciam¹⁸⁴¹, eram “sensíveis”, levando a que chegasse a ser aconselhada – como sucedeu com o templo do extinto convento dos carmelitas descalços da Vidigueira – “*toda a discrição e prudencia, afim de offender quanto menos possivel a oppinião do povo menos entendido*”¹⁸⁴². Conselhos que reflectiam um sentimento de boa parte da sociedade comum, contrário às novas atitudes liberais.

Em Braga, a Igreja do Pópulo era apontada como o edifício adequado para instalar uma “*Bibliotheca Publica, um Gabinete de Raridades de qualquer especie, e outro de pinturas*”¹⁸⁴³, uma vez que

“(…) *nella se não acha erecta Irmandade, Confraria, ou Corporação algũa; nem tem, nem nunca teve Devoção especial do Publico; e se algũa teve, ainda que em ponto pequena, terminou com a extinção dos Frades; e por consequencia muito bem póde ser votada ao profano, sem murmurio.*”¹⁸⁴⁴

Opinião que expressava a forma como as reutilizações podiam estar dependentes ou serem facilitadas pelo maior ou menor grau de devoção a que os edifícios estavam associados.

Mas não podemos afirmar que as reacções às possíveis reutilizações eram uniformes. Elas estariam dependentes de outras existências e da maior ou menor religiosidade local. Veja-se o caso de Abrantes. Em Agosto de 1834, o Prefeito da Beira Baixa remetia ao Ministro e Secretário de Estado Bento Pereira do Carmo, requerimento de um grande número de cidadãos, solicitando ao Regente a

“*caza que servio de Igreja do Extinto Convento de Nossa Senhora da Esperança, e a que lhe está anexa, afim de n’ellas construirem hum Theatro estavel, para divertimento, e instrucção dos Cidadãos daquella Villa*”¹⁸⁴⁵.

¹⁸⁴¹ A 30 de Setembro de 1835 uma portaria para o Governador Vigário Capitular do Bispado da Guarda referia: “Manda Sua Magestade a Rainha remetter ao Governador (...) a copia inclusa da relação das igrejas que devem ser secularisadas, por se haverem annuciado para venda os Conventos, a que pertenciam; a fim de que o referido Vigario Capitular, com a maior brevidade possivel, faça expedir as convenientes ordens para a secularisação das ditas Igrejas, remettendo depois os respectvos autos por esta Secretaria d’Estado. Paço das Necessidades em 30 de Setembro de 1835 ./ João de Sousa Pinto de Magalhães.” ANTT, MNEJ, NE, Livro 87, fl.70vs.

¹⁸⁴² ANTT, MNEJ, Mç325, Cx277. Portaria ao Governador do Bispado de Beja, acerca da secularização da igreja do extinto convento dos carmelitas descalços da Vidigueira.

¹⁸⁴³ ANTT, MR, Livro 1208 Registo de circulares expedidas (1835-1840), fls.69vs-70. 25 de Agosto de 1836. Circular aos Governadores Civis, incluindo os do Ultramar, com excepção dos de Lisboa e Porto, assinada por Agostinho José Freire. No caso do Ultramar seguiria apenas em 7 de Outubro de 1836, assinada pelo novo ministro Manuel da Silva Passos (*ibidem*, fls.78vs-79).

¹⁸⁴⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02. 11 de Dezembro de 1836. Informação de Joaquim Jozé Antunes da Silva Monteiro.

¹⁸⁴⁵ ANTT, MR, Mç 1915 Cx2 – Negócios diversos. 14 de Agosto de 1834. O Prefeito achava que a “utilidade que huma Villa como aquella, pode tirar de hum semelhante estabelecimento, é tão grande que eu não posso deixar de

A forma como alguns liberais, nomeadamente Alexandre Herculano, reagiram a algum desnorte vivido na forma como o património móvel e imóvel estava a ser gerido e tratado, insurgindo-se contra atitudes estatais e falta delas, reflecte outra vertente do impacto que a extinção das ordens religiosas teve, directa e indirectamente, num estrato da população intelectualmente esclarecido.

Almeida Garrett não deixaria de condenar a ocupação desajustada das antigas casas religiosas, que ignorando os valores históricos e artísticos, provocava atitudes de puro vandalismo¹⁸⁴⁶.

No caso da circulação do património artístico dos conventos, esta geraria, para além de um *boom* de obras de arte disponíveis para o Estado – e para particulares que a elas teriam por vezes acesso através de leilões ou de um mercado de arte paralelo alimentado por extravios – e para potencialmente serem usufruídas pela sociedade, reacções por vezes adversas, fruto de uma ligação próxima, frequentemente devocional, que as populações mantinham com as comunidades religiosas das localidades e seus oragos.

Apesar de muito património ter permanecido desconhecido, fechado dentro dos claustros até à altura da sua extinção, um sentimento de posse e defesa, recorrentemente estimulado pelos próprios religiosos, reflectir-se-ia em opiniões ou atitudes, durante o delicado período das recolhas.

A dificuldade de retirar das igrejas, já seculares, peças votivas, a que as populações ganharam, ao longo de gerações, um grande apego devocional chega a ser compreensível. Esta foi uma situação que terá, certamente, levado algumas autoridades locais a ocultarem e a não participarem ao Depósito a existência de objectos de valor nos extintos conventos das suas regiões; era uma solução que se mostrava mais fácil e, sobretudo, muito mais pacífica.

Na portaria de 20 de Junho de 1834, remetida pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda aos Prefeitos e autoridades competentes com as “*Instrucções para por ellas se regular a arrecadação dos bens pertencentes ás casas religiosas extinctas...*”, era denotada preocupação em que a “*arrecadação dos objectos dos templos*” se procedesse

“*sem offensa da gravidade, que cumpre haver em o desempenho de taes deveres; não só porque assim é justo que seja, mas tambem para evitar o dissabor, que facilmente*

recommendar a VEx.^a a pertença dos Sup.es”. A 18 de Agosto o requerimento era remetido ao Ministro da Fazenda. ANTT, MR, Liv.1738 Avisos.

¹⁸⁴⁶ SOARES, NETO, Almeida Garrett: ..., 2015, *op.cit.*, p.131.

*se desperta nos povos em taes ocasiões, em que se dá por ofendida a religião até em coisas, que nem remotamente lhe respeitam (...)*¹⁸⁴⁷.

A pintura e, principalmente, a escultura, devido à grande carga devocional que encerravam, foram alvos preferenciais de defesa por parte daqueles que as tomavam como “suas”, insurgindo-se contra as políticas estabelecidas.

A respeito das pinturas existentes na Igreja do Mosteiro de Vale Benfeito, Óbidos – a qual servia os casais vizinhos, longe da paróquia – que em Fevereiro de 1836 o empregado do DLEC, Joaquim José de Gouvea procurava recolher, o Vigário Guilherme Furtado escrevia ao Arcebispo de Lacedemónia, expressando o seu sentimento e justificando as razões para a permanência das pinturas no seu local de origem:

*“Óra Exm.^o Sr. aq.^{le} Templo é gr^d., e magestôzo, arrancandoselhe os Retabulos, e Pinturas, ficará deforme; e como ainda não esteja secularizd^o. déve-se conservar em aceio como a ley, e V. Ex^a. tem recomendado; e é justo q. se conserve p^a. commod^e. de tantos Cazáes : q. dirão aq^{les}. Povos vendo ir em carros os Paineis q. adorávão? (...) P^a. tranquilid^e dos (...) Póvos, e bem do Estado, me parece necessr^o. q. se não altere nada nos Templos, q. não forem profanados, e secularizados. Se as Pinturas são boas, estes Povos tambem gostão de as ver, e se são más de q. servem em Lisboa onde ha tanta couza boa. – Estes Povos tambem tem direito a continuar a ver a aquelles objectos, q. elles m^{mos}. formárão á sua custa, parece q. tem razão em pedire[m]a conservação deles naquele Templo, se se não secularizar, ou em outro vizinho, caso o Gov^{no}. o mande secularizar.”*¹⁸⁴⁸

A transformação de diversas igrejas conventuais em igrejas paroquiais, quase sempre com melhores condições para o culto, terá ajudado a amenizar a situação uma vez que, desta forma, parte dos espólios permaneceriam. Também as distribuições teriam este efeito. O fornecimento de alfaías, paramentos, pinturas, etc., a igrejas que delas necessitavam – algumas delas ainda gravemente despojadas dos seus bens pelas Invasões Francesas e com falta de capacidade financeira para os repor – mostrava-se como algo positivo e só possível graças à política de extinção dos conventos. Também edifícios civis públicos (como Câmaras Municipais, liceus, etc.) eram contemplados. Tal terá ajudado a gerar um sentimento positivo, de algum

¹⁸⁴⁷ Portaria de 20 de Junho de 1834 contendo “Instrucções para por ellas se regular a arrecadação dos bens pertencentes ás Casas Religiosas extinctas pelo Decreto de 30 de Maio ultimo.” *Collecção de Decretos e Regulamentos ... Terceira Serie*, 1835, *op.cit.*, pp.216-218.

¹⁸⁴⁸ *Boletim da Academia ... III*, 1938, *op.cit.*, p.67, doc. LVI.

reconhecimento e simpatia pró-liberal (ou pelo menos pelas medidas tomadas), difundida pelas autoridades locais, Irmandades, Juntas de Paróquia.

Apesar da documentação, de um modo geral, não reflectir sobremaneira as reacções ocorridas, os testemunhos encontram-se pontualmente presentes, espelhando o tempo e as contingências a que estavam sujeitos os funcionários encarregues de inventariar e recolher esses patrimónios, ajudando-nos a contextualizar as nacionalizações, suas consequências, o impacto social que tiveram.

Em 1835, a Madre Abadessa do Real Convento de Santa Clara de Coimbra queixava-se da possibilidade dos Executores da Fazenda estenderem o inventário da prata dos conventos ao caixão em que repousava o corpo da Rainha Santa Isabel. A portaria consequente, dirigida ao Vigário Capitular de Coimbra expressava o melindre da situação referindo:

*“(...) ordena a Mesma Augusta Senhora que no caso de não estar ainda avaliado este caixão, se não avalie effectivamente para que se offendam os sentimentos de piedade das Religiosas do mencionado convento e dos devotos da Rainha Santa.”*¹⁸⁴⁹

A remoção de uma *“Imagem ou Estatua em pedra, representando Nossa Senhora”*, que se encontrava sobre a porta do extinto Convento da Boa Hora exemplifica o mesmo tipo de melindre presente nestas situações em que se lidava com objectos de cariz religioso. Pedida em 1841, pela Academia das Belas-Artes de Lisboa, para que a mudança fosse concretizada, foi solicitada uma informação e parecer ao Cardeal Patriarca sobre a conveniência da remoção da imagem. Não terão sido levantadas objecções uma vez que, segundo consta da portaria de 17 de Abril de 1841, *“no lugar em que se acha se lhe não dá culto algum”*. Apesar desta característica, na ordem dada pela Secretaria de Estado do Reino para que o Inspector Geral Interino das Obras Públicas fizesse a dita remoção, eram fornecidas instruções que reflectiam o clima vivido:

*“(...) aqual [imagem] deverá ser tirada de noite do lugar em que está, encerrando-se em huma Caixa de madeira previamente arranjada, e conduzindo-se ao mencionado Estabelecimento [Academia], occulta aos olhos da plebe, sem aparato algum publico, e muito menos religioso. (...)”*¹⁸⁵⁰.

¹⁸⁴⁹ ANTT, MNEJ, Livro 87 = Negócios Eclesiásticos Autoridades do Reino ..., fl.72. João de Sousa Pinto de Magalhães.

¹⁸⁵⁰ AHE, AITC, IGOP 1 – Registo de Portarias e Ofícios recebidos, Vol.1 1840-1841, fls.170vs-171. 17 de Abril de 1841. 4ª Rep. Portaria assinada por Rodrigo da Fonseca Magalhães, dirigida ao Inspector Geral. Na acta nº 166 (22 de Abril) da Academia das Belas-Artes de Lisboa, é mencionada uma portaria do Ministério do Reino “dando parte que se haviam passado as necessarias ordens ao Inspector Geral interino das Obras Publicas para fazer

A discrição deveria pautar as acções.

Lembremos também as contingências a que estavam sujeitas as arrecadações, particularmente de escultura, com preocupações relacionadas com a *decência* dos espaços em que se encontravam (fossem em depósito ou nos próprios locais de origem, alguns reutilizados de forma que não se coadunava com a presença de imagens sagradas naqueles espaços), algo que levou esculturas a saírem do DLEC, retábulos a serem deslocados...

Mas estes tempos eram também caracterizados por um clima de desconfiança e incerteza. De facto, isso está subjacente de várias formas e a vários níveis, em diversos casos concretos por nós já relatados.

Ausências de respostas por parte das autoridades administrativas regionais, paradeiros incertos, espólios extraviados ou mesmo destruídos por religiosos dos conventos ou padres miguelistas, espólios extraviados e/ou vendidos por autoridades locais ou mesmo particulares, geravam dúvida e tensão, quer a nível da população, quer das autoridades e instituições, originando sucessivos contactos muitas vezes sem resultados concretos.

Ainda em 1833, a supressão do Mosteiro de São Bento da Saúde, em Lisboa, terá produzido, como já vimos no capítulo II, uma reacção verdadeiramente iconoclasta por parte dos religiosos, que rebeldes contra a causa de D. Pedro, quebraram altares, despedaçaram e venderam imagens a moradores da Rua de S. Bento...

Após um tempo de destruição e muitas vezes de estratégica ocultação devido às invasões francesas, a guerra civil tinha mantido a mesma linha e também ela produzido algum saque, tendo em vista a realização de fundos, nomeadamente, para a facção miguelista. Algo que ainda não estará totalmente resolvido após o decreto de extinção das ordens religiosas e que juntamente com insatisfação por parte do clero regular, maioritariamente apoiante miguelista, e de parte da população, produzirá um efeito de ocultação e dúvida.

A confusão em que muitos espólios se encontravam arrecadados, o tempo em que permaneceram armazenados, a forma como alguns foram levados para Lisboa (lembremos, por exemplo, o caso dos conventos de Évora) contribuíram para alimentar todo esse clima de desconfiança.

Ao mesmo tempo viviam-se, como já vimos, tempos de grande insegurança com os furtos a serem potenciados pelo abandono das casas religiosas. As circunstâncias sociais e económicas

mandar para a Academia a Imagem de N^a S.^a da Conceição, em pedra, que existia no extinto Convento da Boa-Hora (...)." ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003), fl.115.

da época, aliadas à disponibilidade dos objectos e potenciada igualmente por pontuais sentimentos de indiferença, a isso conduziam.

3.1. O caso de Torres Vedras

Torres Vedras e a forma como a população reagiu à inventariação e recolha de livrarias, pinturas e outros objectos, ilustram sobremaneira o tipo de tensão que podia ser gerada e a forma como o Governo e o Depósito das Livrarias a enfrentavam.

A tarefa, iniciada em Junho de 1837¹⁸⁵¹, entregue ao empregado do Depósito João José Jordão, revelou-se especialmente complicada, pela forma organizada como a população e os seus representantes reagiram, procurando “defender” os bens em vias de serem levados para Lisboa.

Para além do “normal” e demonstrando que este não seria um processo fácil, foi também dada ordem àquele funcionário para que visse se no Convento do Varatojo – convento abandonado pelos religiosos e suprimido em 1833¹⁸⁵² – existiam outros objectos (específicos), obtendo, em caso negativo, informações acerca do seu destino para conhecimento da CADLEC¹⁸⁵³. E, praticamente desde o início, problemas já existiriam na recolha de pinturas uma vez que era feita referência “aos quadros sobre que há conflicto”¹⁸⁵⁴.

Apesar de as ordens serem “superiores”, era ao empregado no terreno que cabia a árdua e ingrata tarefa de resolver as situações que iam surgindo; desde logo, aquela Comissão recomendou “*economia nas despesas e tempo, conciliada com a segurança dos objectos, deixando os promenores de execução desta ordem á responsabilidade da sua descripção e bom juizo. (...)*”¹⁸⁵⁵.

¹⁸⁵¹ Apesar de a 23 de Maio de 1837 ter sido enviado ofício ao Administrador Geral de Lisboa para que este expedisse ordens para que os Administradores Gerais dos Concelhos de Torres Vedras, Carnaes e Penafirme prestassem toda a cooperação ao seu alcance (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ofícios expedidos, pp.36), apenas em Junho era passada pelo Barão de Tilheiras, presidente interino da CADLEC, uma guia àquele funcionário (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., p.49).

¹⁸⁵² Portaria de 2 de Novembro de 1833 determinava que o Juiz de Fora de Torres Vedras continuasse as diligências que tinha iniciado no Convento do Varatojo, “devendo pôr em bom recato toda a prata que encontrar, e descrevê-la em uma relação, que enviará a esta Secretaria d’Estado [Negócios Eclesiásticos e de Justiça]”. Para além disso ordenava: “O convento que os Religiosos abandonaram para seguir os Rebeldes, deverá ser suprimido sem embargo da volta de alguns moradores delle; e assim cumpre o Juiz de Fóra fazer inventario de tudo quanto nelle achar entregando-o a depositário idoneo. E pelo que respeita á recommendação feita aos Ecclesiasticos que intruírem os Póvos nos deveres de Cidadãos e Subditos, Ordena o Mesmo Augusto Senhor que taes insinuações se não façam, por quanto a instrucção, que os Ecclesiasticos devem dar, sera unicamente sobre a Religião e Moral, e nada tem com os negocios Civis, e Politicos do Estado. (...)” *Chronica Constitucional de Lisboa*, Nº8, 5 de Novembro de 1833, p.487.

¹⁸⁵³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ofícios expedidos, pp.49-50. 21 de Junho de Junho de 1837.

¹⁸⁵⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ..., p.50. 22 de Junho de 1837.

¹⁸⁵⁵ *Idem, ibidem*.

De facto, terão ocorrido conflitos não só com a população, mas também com as autoridades religiosas locais, envolvendo as competências que lhe cabiam, algo que se encontra implícito no ofício enviado para José Jordão, em que lhe era esclarecido que não devia “*ter a menor duvida*” que estava

“(…) *competentemente auctorisado para fazer recolher a este Deposito, todos os Livros, Quadros, Estatuas, e quaesquer preciosidades artisticas ou scientificas, (...), sem que lhe devão fazer embaraço quaesquer allegações de Auctoridades que para tal effeito não são competentes (...)*”.

Era à CADLEC que cabia a responsabilidade “*superiormemente neste ramo do Publico Serviço. (...)*”¹⁸⁵⁶.

Com o funcionário da CADLEC em Torres Vedras a conduzir livrarias mas também “*retabulos e pinturas*”, o Administrador daquele Concelho, António Jacinto da Gama Leal, expunha ao Administrador Geral do Distrito de Lisboa que

“(…) *a Igreja do extincto Convento do Varatojo [estava] ornada destas estampas e paineis, bem como a Capella de Nossa Senhora do sobreiro, cujas a fazem formosear; pois que se está disendo Missa quotidianamente nesta Igreja, tendo Sacramento, estes paineis e retabulos ahi devem ser conservados (...) para maior ornato e decencia do Culto que se faz nestes Templos (...)*”,

solicitando por isso que este levasse tais factos ao conhecimento da CADLEC a fim que esta ordenasse que ali ficassem os mencionados objectos; tal foi levado ao conhecimento do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino a 5 de Agosto do mesmo ano¹⁸⁵⁷. A opinião daquele administrador seria reiterada ao Administrador Geral de Lisboa, logo em Julho, quando refere que seria “*muito justo que se conservem as Imagens, Quadros, e outros quaesquer ornatos que formoseão os Templos dos mesmos conventos para maior decencia do Culto Divino.*”¹⁸⁵⁸

A mobilização da população terá sido quase imediata, uma vez que a 23 de Junho era enviada esta longa representação/abaixo assinado com 92 assinaturas ao Ministério do Reino, que pelo seu interesse transcrevemos parcialmente:

Senhora

¹⁸⁵⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ..., p.51. 22 de Junho de 1837.

¹⁸⁵⁷ ANTT, MR, Mç.2165 – documentos avulsos 1836-1837. 21 de Junho de 1837 (Cópia da Administração Geral de Lisboa datada de 26 de Junho e remetida para o Ministério do Reino em ofício de 5 de Agosto).

¹⁸⁵⁸ ANTT, MR, Mç.2165 – documentos avulsos 1836-1837. 19 de Julho de 1837 (Cópia realizada pela Administração Geral de Lisboa, com data de 22 do mesmo mês).

Aos abaixo assignados, moradores da Villa de Torres Vedras, e especialmente Freguezes da Freguezia de S. Pedro da dita Villa consta que existe nesta Villa hum Empregado Publico encarregado pela Commissão das Livrarias de fazer conduzir para Lisbôa as Livrarias dos extinctos Conventos, da Graça, Barro, e Varatojo, aquelle situado nesta villa, e estes nas suas imediações: e não só as Livrarias; máz o que hé mais, e o que custa a acreditar, hé, oter o dito Empregado Ordem da referida Commissão para tambem fazer remover para Lisbôa algumas Imagens, e varios outros objectos Sagrados existentes na Igreja, Coro, e Sacristia do dito Convento do Varatojo, a qual Igreja está servindo de grande utilidade á pupoloza Aldea proximo da qual está situada; bem como ás povoações, e Cazais vezinhos; pois que ali ouvem Missa (...), confeçandoçe, e Commungando (...) ; sendo tambem da mesma Igreja secorridos em suas enfermidades com o Sagrado Viatico, (...): acrescendo álem disto terem os abaixo assignados particulár devoção com as Imagens, Paneis, e mais objectos que embelezão aquella Igreja, e que se pertendem remover, cuja particular devoção existe; não só nos moradores desta villa e da quele logar, maz athe nos das suas emediações; conçervandoçe a dita Igreja no maior aseio e arranjo possivel, para o que de muito bom grado tem contribuido e contribuem os referidos moradores: sendo por isso arremocão de tais objectos, motivo de grande dissabor, e discontentamento Geral; pois não podem com emdiferença ainda só, o ouvirem falar em huma tál remoção: hé por todas estas rezões que elles, lançando mão dos meios que, as Leys, arrazão, e a mesma Justiça lhes porporcionão, recorrem a Vossa Magestade a suplicár a suspensão d'huma tál ordem; e Mandando, que arreferida Igreja com o seu coro, e sacristia se conçerve para utilidade, esatisfação dos referidos moradores com todas as Imagens, e mais objectos do Culto, e veneração, que hora ali existem, cuja Graça elles esperão obetter de Vossa Magestade, como mais huma prova da muita Relegião, Piedade e amor dos Povos, que tanto a caratherizão a pár dos seos Maiores. (...)”¹⁸⁵⁹.

Outra representação semelhante, com data de 24 de Junho, tratava especificamente das Livrarias e da sua utilidade para Torres Vedras e para a sua população. Com datas próximas (todas ainda de Junho), surgiam ainda uma série de representações das Juntas de Paróquia à

¹⁸⁵⁹ ANTT, MR, Mç. 2165 – documentos avulsos 1836-1837. 23 de Junho de 1837.

Câmara Municipal, com vista à manutenção dos quadros e imagens nas igrejas, considerados indispensáveis para a conservação da “*decencia*” dos altares e templos¹⁸⁶⁰.

A 28 de Junho de 1837, José Jordão dava conta ao Secretário da Comissão Administrativa, José Gregório Lopes da Camara Sinval, com quem normalmente se correspondia, que havia dias a Junta de Paróquia da Freguesia de S. Pedro daquela vila tinha tomado posse da Capela da Sra. do Sobreiro, contígua à igreja do extinto Convento do Varatojo, o que o tinha levado a contactar o Administrador do Concelho no sentido de procurar informações a respeito¹⁸⁶¹; esta seria a autoridade competente e conhecedora, capaz de prestar esclarecimentos que permitissem aferir a quem pertencia aquele edifício. Aquele Administrador viria mais tarde a esclarecer que aquela capela não era propriedade do convento, encontrava-se apenas contígua, não pertencendo aos bens nacionais¹⁸⁶², confusões geradas pelas proximidades geográficas dos conventos e pelas atitudes tomadas. Em outro ofício, também de 28 de Junho, expunha de forma mais clara a situação em que se encontrava e a forma “amotinada” como alguns habitantes de Torres Vedras estavam organizados:

*“Tenho a ousadia de fazer sciente em particular a V. S.^a que **nesta Villa huma porção de sujeitos quasi todos desaffectedos ao Governo de S. magestade**, e apaixonados dos Frades do Varatojo, esperançados de os tornarem a ver no Convento, tem influido o Prior de S. Pedro, e mais alguns habitantes para se conservar tudo no dito Conv.^{to} mas o Administrador deste Conc.^o não annuindo á sua reclamação, e ameaçando de punir o author de desordem, e cabeça de motim, se isto acontecesse, em conseq.^a do q pelo Correio d’hoje vai huã reclamação ao Administrador Geral para se conservar todos os quadros, e a Livraria com o titulo de ser muito util haver nesta Villa huã Bibliotheca Publica; e estes sujeitos forão tambem os q insinuarão a Junta da Parochia a tomar posse da Capella da Snr.^a do Sobreiro, do que nunca senão agora se lembrou. Por isso rogo a V. S.^a/ se o julgar conveniente / de demorar algum informe que de necessidade hade ir á mão de V. S.^a para eu ter tempo de fazer conduzir tudo, no que trabalho com summa auturidade, por q na realidade alem dos objectos raros de que se fez menção, há outros quadros de grande merecimento, e estima, e que devem estar no Dep.^o Queira V. S.^a desculpar-me esta ousadia, que não tem outro*

¹⁸⁶⁰ ANTT, MR, Mç. 2165 – documentos avulsos 1836-1837.

¹⁸⁶¹ BNP, Res., Mss.225 Correspondência sobre os objectos artísticos, e outros, dos extintos conventos de Torres Vedras. Doc. N°92. 28 de Junho de 1837.

¹⁸⁶² BNP, Res., Mss.225 Correspondência ..., Doc. N°95. 28 de Junho de 1837.

*fundamento, se não o desejar preencher a comissão de que estou encarregado, e executar as ordens de VS.^a (...)”*¹⁸⁶³.

Na mesma data, José Jordão dava resposta ao ofício que o incumbia de dar conta de objectos específicos do convento do Varatojo; alguns faltavam, constando que tinham sido furtados pelos frades, existindo ainda em várias casas daquela povoação e vizinhanças, pelo que estabeleceu contacto a respeito com o Administrador do Concelho¹⁸⁶⁴.

A 4 de Julho de 1837, a CADLEC, respondendo a um ofício do Ministério do Reino que remetia a informação dada pelo Administrador geral de Lisboa em que os habitantes pediam a conservação de todos os quadros e imagens nos locais já mencionados, e a outro do mesmo Ministério¹⁸⁶⁵ em que era pedido que fosse suspensa a ordem de condução dos quadros e livrarias, permitindo também que as várias representações fossem reunidas numa, “*onde os Supplicantes possam recorrer*”, e respostas acerca destas esclarecia:

“(...) em 16 do passado fez partir d’esta Capital hum dos seus Escripturarios com a missão de fazer recolher a este Deposito das Livrarias dos extinctos Conventos do Varatojo, Charnaes, e Pena firme; que posteriormente se lhe enviou hum notta de varias preciozidades artisticas em Pintura e Esculptura, que á Commissão constava existirem no mencionado extincto Convento do Varatojo; por quanto para pleno cumprimento das Soberanas Determinações de Sua Magestade consignadas em Portaria d’esse Ministerio de 30 de Dezembro ultimo, devião ellas ser passadas á Academia de Bellas Artes de Lisboa, na qualidade de modellos para estudo, como primores da Arte para as suas Galerias : Agora porem á face do requerimento sugeito, a Commissão desejando prevenir que os Habitantes da refferida Villa de Torres Vedras arrastrados por hum piedade mal entendida (pois que a intercessão dos santos não he mais valiosa para com Deos quando as nossas preces são dirigidas a imagens suas bem executadas, nem a verdadeira devoção deve carecer dos prestigios da Arte) deslisem a tal respeito em algum procedimento menos regular, passa desde já a ordenar ao seu empregado, suspenda a remoção dos objectos questionados, e invoca de V.Ex.^a hum resolução comprehensiva de todos os incidentes de igual especie; limitando se para sustentar a justiça do seu procedimento

¹⁸⁶³ BNP, Res., Mss.225, Correspondência... Doc. Nº93. 28 de Junho de 1837. Destaques nossos.

¹⁸⁶⁴ BNP, Res., Mss.225, ..., Doc. Nº94. 28 de Junho de 1837. Faltavam “(...) as Imagens do Menino Jesus, e do Baptista, que estavam em mangas de vidro, a de S. Jeronimo, a Reliquia do Santo Lenho, assim como na Livraria a Colicção de Morgado Matheus, e outras obras de valor (...)”.

¹⁸⁶⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/04/Cx01-01 pp.33-34, Nº48. 4 de Julho de 1837.

a expender, que alem de não terem os Povos direito algum aos Bens que pertencerão aos extinctos Conventos, em cuja administração na parte Livrarias, Quadros, Estatuas e mais preciosidades artisticas e scientificas, Sua Magestade se Dignou investir a Comissão, tem esse procedimento por origem o rigoroso dever de cumprir as Regias Determinações á cerca d’essa mesma Administração. (...)”¹⁸⁶⁶.

Ao mesmo tempo ordenava-se a João Jordão que

“(...) em quanto Sua Magestade não resolve, suspenda a remoção das imagens assim em pintura como em esculptura, constantes da nota que lhe foi remetida; em ceder das quaes, se lhe faça opposição; devendo todavia fazer dellas huma relação discriptiva para exacto conhecimento da Comissão. (...) muita falta há feito a carencia de correspondencia sua, a que lhe recomendo se não poupe, procurando ao mesmo tempo abreviar o praso nessa deligencia (...)”¹⁸⁶⁷.

Dez dias depois, José Jordão referiria que

“Em quanto á opposição está socegada, esperando o rezultado das reclamações, que fizerão, e mesmo que este lhes seja desagradavel não hade haver a menor novidade. Pelo primeiro portador certo que tiver remetterei a V. S. a relação discriptiva dos quadros do Varatojo, podendo já assegurar que entre elles há muitos de grande valor, raridade, e estima, e que a todo o custo devem estar nesse Deposito. (...)”¹⁸⁶⁸.

A 22 de Julho, a Administração Geral de Lisboa enviava cópias das várias representações que solicitavam a manutenção das imagens, paramentos, “*retabulos e paineis*” para o Ministério do Reino e para a CADLEC¹⁸⁶⁹, levando a que este Ministério mandasse aquela Comissão responder, acerca das várias representações que tinham sido enviadas de Torres Vedras¹⁸⁷⁰.

Sobre os problemas suscitados naquela vila, em Agosto a mesma Comissão escreveu ao Administrador Geral de Lisboa na qual esclarecia que

“(...) o Prior Encomendado da Freguesia de S. Pedro da mencionada Villa Antonio Joaquim de Abreu castello Branco, se oppõe á remoção das Pinturas que existem na Sachristia e Côro do predicto suprimido Convento, sob o pretexto que allega e não documenta de que fôra investido mno Deposito e guarda dos mesmos pelo Arcebispo

¹⁸⁶⁶ ANTT, MR, Mç.2165 – documentos avulsos 1836-137. 4 de Julho de 1837, do Barão de Tilheiras a António Dias de Oliveira. E, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01, Sessão em 4 de Julho de 1837. Destaques nossos.

¹⁸⁶⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador officios expedidos, p.55. 4 de Julho de 1837.

¹⁸⁶⁸ BNP, Res., Mss.225, N°98. 14 de Julho de 1837.

¹⁸⁶⁹ BNP, Res., Mss. 225, N°s 99 e 100. 22 de Julho de 1837.

¹⁸⁷⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/04/Cx01-01, pp.36-37. 28 de Julho de 1837.

*Eleito de Lacedemonia; responsabilidade de que aliás se existe ficaria exonerado entregando por Inventario a Authoridade Administrativa competente que por intervenção do referido Empregado as remetteria a esta Commissão, unica Auctoridade Legal para entender superiormente sobre este ramo do Publico Serviço (...)*¹⁸⁷¹.

A 16 de Agosto, João Jordão comunicava à Comissão

*“Neste momento acabo de falar com o Administrador deste Concelho, e com o Prior da Freguezia de S. Pedro, e depois de algumas alterações cedeo, e está resolvido a entregar os quadros, que se pertendem. Com que hoje de tarde tenciono ir, e o administrador ao extincto Convento do Varatojo tomar posse dos ditos quadros.”*¹⁸⁷²

Finalmente, a 12 de Setembro dava-se conta em sessão da CADLEC que *“tinha cessado a opposição á remoção dos quadros de Torres Vedras e estes se achavão em via de conducção p.^a este Deposito.”*¹⁸⁷³

No final do mesmo mês, a CADLEC informava o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino acerca de várias representações (Câmara Municipal de Torres Vedras, Juntas de Paróquia, Administrador Geral de Lisboa) que

“(…) havendo exposto por essa Repartição em sua conta de 4 de Julho proximo passado o estado da questão subgeita, e invocado ao mesmo tempo uma resolução comprehensiva de todos os incidentes da mesma especie, em quanto esta não

baixava continuou a dar seguimento, por interferencia do predicto Administrador, aos trabalhos pendentes a que Sua Magestade daria ulteriormente o destino que lhe aprouvesse. Os signatarios das alludidas representaçoens conhecedores talvez da sem



Fig.33 Autor desconhecido; *Frei Gaspar da Encarnação*; séc. XVIII; óleo s/tela, 1,94x1,30cm. BNP: Inv.22979

¹⁸⁷¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ofícios expedidos, pp.65-66. Agosto de 1837. E, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão de 7 de Agosto de 1837.

¹⁸⁷² BNP, Res., Mss.225, N°106. 16 de Agosto de 1837. Referia ainda “Em quanto a dimensão, e pezo dos caixotes não me he hoje possivel poder dar huã discripção, segundo V.S. me ordenou, o que farei logo que tenha oportunidade. (...)”.

¹⁸⁷³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-11. Sessão em 12 de Setembro de 1837.

*razão da sua queixa, e incompetencia da sua pretensão cederão da contumaz oposição a que d'alli se removesses os quadros, e os livros que a Comissão mandara recolher, dos quaes parte se achão ja hoje arrecadados n'este Deposito, parte em via de condução para elle (...)"*¹⁸⁷⁴.

Acabariam recolhidos no Depósito, pelo menos 24 quadros provenientes do Convento do Varatojo (13 da sacristia e 11 do coro)¹⁸⁷⁵ [Fig.33], 3 quadros da sacristia do Convento do Barro e 2 quadros do Convento da Graça [Fig.34], segundo consta de recibo datado de 20 de Setembro de 1837¹⁸⁷⁶. Entre os vários quadros de temática religiosa, maioritariamente em tela (“lona”) e em cobre – apenas é mencionado um em madeira e um em papel – destaca-se “*Um Quadro do Menino Jesus, de Josefa d’Obidos em lona*”, proveniente do coro do convento do Varatojo, único exemplar em que era feita menção à autoria¹⁸⁷⁷.

Saliente-se que a grande maioria deste processo de recolha levado a cabo em Torres Vedras dá-se durante o levantamento militar, de inspiração cartista, “Revolta dos Marechais” – fracassado, do qual fizeram parte o duque de Saldanha, o duque da Terceira e Mouzinho de Albuquerque – motivado pelo descontentamento dos



Fig.34 Torres Vedras – Convento da Graça. *Universo Ilustrado*, 1880, col. gravuras “Tempos Idos”.

sectores mais conservadores, que tencionavam que a Carta Constitucional de 1826 voltasse a ser o documento que definia o regime. A instabilidade política poderá ter ajudado a que a recolha fosse efectuada – já no final do período revoltoso – uma vez que, a oposição a medidas oficiais, poderia ser interpretada como reacção às políticas setembristas, o que teria as devidas consequências políticas, colocando em risco autoridades civis e religiosas locais, assim como os interesses de alguns cidadãos.

¹⁸⁷⁴ ANTT, MR, Mç.2165 – documentos avulsos. 25 de Setembro de 1837. Do Barão de Tilheiras ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino; documento de Outubro de 1837, do mesmo maço, relatava o sucedido.

¹⁸⁷⁵ Certamente não todos os que ali existiam.

¹⁸⁷⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/44/Cx10-06.

¹⁸⁷⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/44/Cx10-06. 20 de Setembro de 1837.

Capítulo V

Políticas de conservação e
restauro das pinturas
conventuais (1834-1868)

Políticas de conservação e restauro das pinturas conventuais (1834-1868)

As políticas de conservação e restauro no pós-1834, foram naturalmente herdeiras de práticas e de conceitos que se começaram a estabelecer na Europa, e também em Portugal, a partir da segunda metade do século XVIII, um tempo em que alterações políticas e sociais, e acontecimentos inesperados como o terramoto de 1755, obrigaram não só a reflectir mas também a agir sobre o património. De facto, genericamente, estes foram tempos de instabilidade e destruição, em que o património, sobretudo o arquitectónico, para além da sua dimensão histórica, adquiriu conotações políticas, o que produziria acções de vandalismo – bastante notórias na França revolucionária – mas também de defesa e conservação.

Os monumentos históricos e, na nossa opinião, uma boa parte do património artístico, como refere Françoise Choay, assumem valores cognitivos, sendo portadores de valores de saber, específicos e gerais, para todas as categorias sociais¹⁸⁷⁸; assumem valor económico, enquanto modelos e atracções para os viajantes estrangeiros; e, por último, assumem valor artístico, num tempo em que a função pedagógica da arte, ainda se sobrepunha à recente noção de estética¹⁸⁷⁹. Sobre estes, reinará ainda o valor nacional, que também adquirem através dos seus novos destinos, educativos, científicos e práticos¹⁸⁸⁰.

Segundo refere a mesma autora, os monumentos, introduziam aquilo que designa como *pedagogia geral do civismo*: “os cidadãos estão dotados de uma memória histórica que representará o papel afectivo de uma memória viva desde que mobilizada pelo sentimento de orgulho e superioridade nacionais”¹⁸⁸¹.

As correntes iluministas e liberais tinham trazido novos conceitos estéticos, ao mesmo tempo que olhavam para o passado e para os seus testemunhos físicos como importantes documentos, a serem valorizados. Tal como aconteceu com a arquitectura e com o reconhecimento do construído como monumento histórico ou monumento nacional, em que se passou a demonstrar uma vontade não só de preservar, mas também de exhibir a história, vontade manifesta no respeito para com as formas artísticas do passado e na sua replicação¹⁸⁸², algo semelhante sucedeu com a pintura, com a sua protecção, conservação e exibição.

¹⁸⁷⁸ CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2006, p.98.

¹⁸⁷⁹ *Idem, ibidem*, pp.98-99.

¹⁸⁸⁰ *Idem, ibidem*, p.99.

¹⁸⁸¹ *Idem, ibidem*, p.98.

¹⁸⁸² LIMA, Maria Madalena Gonçalves da Costa, *Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834)*, Tese de doutoramento em História, Especialidade em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013, p. 400-401.

Em Portugal, com a extinção das ordens religiosas em 1834, milhares de pinturas e outros objectos artísticos foram nacionalizados, ficando disponíveis para o Estado. Contudo, à semelhança dos edifícios, nem todos foram considerados “monumentos” e nem todos adquiriram uma protecção imediata, fruto das circunstâncias políticas e financeiras. A sua grande quantidade, o seu carácter portátil, que quase sempre, para bem e para o mal, os separou dos seus locais de origem – como se não fossem peças de um conjunto histórico-artístico – aliados à sua fragilidade, tornava-os peças transitórias, descartáveis, mas também mais facilmente desviáveis e transacionáveis...

As peças em metais preciosos, de joalharia e ourivesaria, pelo seu valor financeiro, ganhariam uma especial valorização, sendo merecedoras de maiores cuidados. Apesar de muitas terem como destino a fundição, outras mantiveram-se ao serviço das igrejas e, as que possuíam valor histórico e artístico, encerrariam em si, uma especial capacidade de destaque, enquanto obras-primas nacionais; disso é exemplo a famosa Custódia de Belém¹⁸⁸³, corolário da ourivesaria nacional.

Uma estética nacionalista que valorizava essencialmente a pintura quinhentista e seiscentista, portadora de toda uma carga histórica e simbólica que a remetia para grandes tempos históricos e que vinha sendo redescoberta, não apenas por nacionais, mas também pela oitocentista história da arte europeia, por nomes como o polaco Raczyński, descuidaria outras obras de arte, o que ajudaria em muito, a justificar e a perdoar a incúria. Como refere Clara Moura Soares, no caso particular da pintura, “colocada no topo hierárquico das belas-artes, é valorada na primeira metade da centúria de oitocentos, por ser obra de “muito bom pincel” ou de “pincel habilíssimo”, de Grão Vasco, de Josefa de Óbidos, *do grande author* Rubens ou de Rafael, e não apenas pela sua capacidade de transmitir informações acerca do passado”¹⁸⁸⁴. A vontade de exhibir, reutilizar os objectos em prol da cultura e da instrução, levou a que fossem “tratados” antes de atingirem os seus destinos finais.

Com o desenvolvimento da história da arte em Portugal – em crescendo, sobretudo a partir das últimas décadas de oitocentos, impelida por uma visibilidade nacional a que não será alheio o Mosteiro da Batalha e a obra do arquitecto inglês James Murphy – para a qual também contribuíram figuras como Cunha Taborda (*Memoria dos mais famosos pintores...*, 1815),

¹⁸⁸³ Acerca da Custódia veja-se NETO, Maria João, ALVES, Alice, SOARES, Clara, “A Custódia de Belém: um símbolo nacional entre o Liberalismo e o Estado Novo”, in *A Custódia de Belém - 500 anos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2010, pp.161-181.

¹⁸⁸⁴ SOARES, Clara Moura, “A extinção das ordens Religiosas em Portugal na implementação do Liberalismo: efeitos sobre o património artístico dos conventos”, Livro de Actas do Congresso *De Viollet-le-Duc à Carta de Venezia Teoria e prática do Restauro no espaço ibero-americano*, Lisboa, LNEC, 2014, (pp.9-16) p.11.

Almeida Garrett (*Ensaio sobre a Historia da Pintura...*, 1821), ou Cyrillo Volkmar Machado (*Collecção de Memórias...*, 1823)¹⁸⁸⁵, foi surgindo uma necessidade natural (ainda que tímida) de proteger, de manter, aqueles que eram os “símbolos” artísticos portugueses.

Deste modo, impulsionada pela própria extinção das ordens religiosas, pela quantidade de material que ficaria disponível e pelas condições que apresentava (más ou aquém das necessárias para que as peças fossem colocadas à disposição daquilo que poderemos designar como “clientela profana”), vemos surgir uma consequente política de restauro, nomeadamente de pintura, que dará os primeiros passos no sentido da profissionalização, e em que as Academias de Belas-Artes vão desempenhar um importante papel; pinturas, esculturas e outras obras de arte, provenientes dos conventos, funcionaram quase como cobaias de técnicas e conceitos, alguns deles ainda hoje discutíveis.

Ao serem inventariadas e recolhidas, pinturas e outros objectos artísticos iniciavam um novo percurso, que poute vir a ser de conservação e de enaltecimento ou de pura destruição.

1. Condições de conservação nos conventos e no Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos

Foi no Monte Fragoso, na elevada e rochosa colina de S. Francisco, que os Franciscanos, no séc. XIII, erigiram a sua nova casa que, pela dimensão, D. Filipe II viria a chamar a “cidade de S. Francisco”¹⁸⁸⁶. Pelas suas características - “*sua situação central [e] sólido da construção*”¹⁸⁸⁷ - quase cinco séculos mais tarde, após a extinção das Ordens Religiosas, foi este o lugar escolhido para albergar, sucessivamente, uma série de instituições, entre elas o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos.

Apesar de bastante solicitado pelos mais diversos organismos, o antigo convento de São Francisco da Cidade [**Fig.35**] não reunia, no entanto, as melhores características para as tarefas que devia desempenhar revelando-se, desde o primeiro momento, desadequado. Com grande capacidade, com uma divisão espacial pré-imposta que não se adaptava especialmente às necessidades, com deficiente construção e com uma localização geográfica favorável (próxima do Tejo) mas vítima das humidades e ventos próprios de um clima marítimo, as condições não seriam as ideais para qualquer das funções que lhe foram atribuídas. Nenhuma das instituições ali albergadas ficaria satisfeita com este “labirinto” insalubre, mais adequado a frades

¹⁸⁸⁵ *Idem, ibidem*, pp.11-12.

¹⁸⁸⁶ CALADO, Margarida, *O Convento de S. Francisco da Cidade*, Univ. de Lisboa, Fac. Belas-Artes, 2000, p.18.

¹⁸⁸⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/CX01-01. 16 de Outubro de 1834.

(penitentes) do que a projectos relacionados com o património e a cultura; todas sofreriam da mesma forma os males, que minariam as colecções, os próprios funcionários, e prolongar-se-iam no tempo, podemos dizer, até aos dias de hoje.

A Biblioteca Pública, vinda do Terreiro do Paço e ali instalada desde 1836, para além dos livros, e também na senda do alvará de 4 de Fevereiro de 1802 que lhe conferia, em substituição da Academia Real da História¹⁸⁸⁸, um papel de formação, guarda e conservação de uma “*Collecção de Peças de Antiguidade e raridade*”¹⁸⁸⁹, acabou por receber, como já vimos, outras preciosidades para além de livrarias e muitas pinturas. Estas entrariam, nomeadamente, enquanto herança directa do DLEC, após integração deste na



Fig.35 Vista da Ribeira antes do Terramoto de 1755. Desenho à pena com aguada, de J. Na. dos Reis Zuzarte, vendo-se claramente a igreja dos Mártires, a igreja de S. Francisco e o edifício conventual (O – igreja dos Mártires; N – Igreja de S. Francisco; P – Convento de S. Francisco) (Museu da Cidade, Lisboa), in CALADO, 2000

Biblioteca, em 1841¹⁸⁹⁰, restos das escolhas entretanto realizadas, particularmente pela Academia, e das “baixas” já sofridas (e a sofrer) devido a inadequado transporte e má conservação.

No que se refere à Academia de Belas-Artes de Lisboa, criada em 1836, albergaria as melhores pinturas provenientes do Depósito mas, igualmente, nas sofríveis condições que o antigo convento de S. Francisco da Cidade tinha para oferecer, e de acordo com reduzidos meios humanos que estavam disponíveis para levar a cabo tarefas de conservação e restauro, enquanto se aguardava uma ambicionada Galeria de Pinturas.

Em Julho de 1837 a Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (CADLEC, nomeada em 30 de Dezembro de 1836)¹⁸⁹¹, procedeu à distribuição do espaço do convento pelos “ocupantes”: 1º piso – Academia; 2º piso – Biblioteca Pública, 3º piso – Depósito¹⁸⁹².

¹⁸⁸⁸ Papel conferido pelo Alvará de 20 de Agosto de 1721.

¹⁸⁸⁹ Alvará de 4 de Fevereiro de 1802 (disponível em <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/11/24/p73>).

¹⁸⁹⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 12 de Novembro de 1841.

¹⁸⁹¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. Portaria de 30 de Dezembro de 1836.

¹⁸⁹² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx-02-02 Registo das Actas das Sessões da CADLEC. Acta de 11 de Julho de 1837. Sendo o Terraço e a Cisterna comuns às três instituições; ficava estabelecido que após a extinção do Depósito, o espaço por ele ocupado seria dividido pelas restantes. A distribuição do edifício pela Academia de Belas-Artes de Lisboa (“que deve ser contemplada com um local suficiente e espaçoso”), pela Biblioteca Nacional

Mas, até chegarem (ou não) àquele antigo edifício, as pinturas e demais objectos que ali cabia arrecadar – cada um deles carregando um passado próprio, reflectido, nomeadamente, no seu estado de conservação – passaria por um complexo e por vezes traumático processo, que tentaremos analisar.

1.1. Danos e descaminhos prévios

Como refere Artur Goulart de Melo Borges, a propósito do património conventual eborense, “A pouca população conventual, a degradação progressiva dos edifícios, reflectiram-se necessariamente na conservação e segurança do património móvel. O esforço financeiro na substituição de alfaia essenciais ao culto, saqueadas pelos franceses, e a precária situação económica geral, não permitiam o desafogo para conservação e restauro de quadros, retábulos e alfaia. Ao mesmo tempo, a insegurança alastrou atingindo níveis bastante elevados”¹⁸⁹³. Convém salientar que, o simples desaparecimento de objectos artísticos e livros conventuais, ficou a dever-se, não apenas à extinção das ordens religiosas e ao complexo e difícil processo de arrecadação que lhe sucedeu, mas também à guerra civil, aos atropelos miguelistas, e às dizimadoras Invasões Francesas.

No caso específico das Invasões Francesas foram muitas as igrejas e conventos que se viram sem os seus bens ou com eles destruídos¹⁸⁹⁴. O convento feminino das Donas de Santarém, por exemplo, tinha visto os seus quadros “*aniquilados por tropas n’elle aquarteladas*”¹⁸⁹⁵.

Esta situação, associada às políticas que, após a segunda década de oitocentos, visavam “controlar” as ordens religiosas, tiveram implicações profundas na simples existência e conservação dos espólios religiosos.

e pela Administração Geral e Contadoria de Fazenda do Distrito, tinha sido confiada à CADLEC por portaria de 18 de Maio de 1837 (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01, N°41). Confirmação da distribuição, 9 de Agosto de 1837 (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01). Algumas dependências, como a designada casa escura e um barracão que servia de igreja, estavam ocupados pela Ordem 3.ª, situação que se tenta resolver em 1837 e 1838. Era à Administração Geral de Lisboa que cabia o despejo daqueles espaços. 18 de Julho, 10 de Outubro de 1837 (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de officios expedidos, p.60, pp.73-74); Sessão em 23 de Janeiro de 1838 (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/cx02-01).

¹⁸⁹³ BORGES, Artur Goulart de Melo, “Dispersão do Património Artístico Conventual Eborense”, in *Eborensia*, Ano XVII (2004), n°33 (pp.133-144), p.137.

¹⁸⁹⁴ NETO, Maria João Baptista, “A ocupação dos conventos durante as invasões: destruição e pilhagem de obras de arte”, in *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808*. Actas do X Curso de Verão da Ericeira, Ericeira, Mar de Letras, col. Traços da História, 2008.

¹⁸⁹⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/10/Cx04-04. 24 de Janeiro de 1842. Pedido de quadros ao Bibliotecário-Mor.

Em 1838, José Mendes Leal, empregado da CADLEC, encontrava os quadros do convento da Carnota, Alenquer, “*completamente desfigurados e dislacerados*”¹⁸⁹⁶, não apontando, contudo, a causa.

A conjuntura adversa tinha contribuído directa e indirectamente para que o património dos conventos femininos e masculinos fosse seriamente afectado.

De facto, para dificultar o processo de recolha e “armazenamento”, uma grande parte das pinturas que tinha entrado no DLEC não se encontrava, à partida, no melhor estado, fruto das condições prévias em que se encontravam, de um certo imprevisto que se seguiu à extinção das Ordens Religiosas e ao seu manuseamento impróprio. Como referiria em 1868 o Marquês de Sousa Holstein¹⁸⁹⁷

*“a maior parte d’aquellas pinturas sendo retabulos de altar, achava-se quotidiana e permanentemente exposta ao fumo das vélas e do incenso, o que pelo decurso dos annos foi ennegrecendo umas tintas e alterando outras; as paredes sobre que se apoiavam os quadros eram, em muitos casos, humidas; os telhados que as cobriam nem sempre andavam bem reparados, e os quadros, sobretudo os de madeira, soffriam bastante n’estas condições. Em outros casos era a exposição muito directa aos raios do sol que fendia a madeira, gretava as tintas e causava outros estragos irreparáveis”*¹⁸⁹⁸

A juntar a estas situações não faltavam também

*“exemplos de quadros damnificados exclusivamente pelo processo de restauro a que foram sujeitos. Sobram casos d’estas restaurações tão pouco intelligentes na parte technica como na artistica”*¹⁸⁹⁹.

Nos relatórios de visitas a conventos e relações de objectos arrecadados pelo depósito, são várias as referências a estes maus restauros. Em visita, ocorrida antes de 1837, ao Convento de Santo António dos Capuchos no termo da Castanheira, aludia-se a um quadro em madeira, “*bôa pintura antiga*” mas que parecia ter sido “*retocado pessimamente*”¹⁹⁰⁰, assim como no convento de Nossa Senhora da Visitação, em Vila Verde, existiam três quadros em madeira que “*não*

¹⁸⁹⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/22/Cx05-05. 4 de Dezembro de 1838 (?). Relações de objectos arrecadados por José da Silva Mendes Leal.

¹⁸⁹⁷ Vice-Inspector da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa.

¹⁸⁹⁸ HOLSTEIN, Sousa, “Introdução”, in *Catalogo provisorio da Galeria Nacional de Pintura existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa*, Lisboa, Academia Real das Bellas Artes, 1868, p.7.

¹⁸⁹⁹ *Idem, ibidem*.

¹⁹⁰⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/17/Cx02-04 Relatórios de várias visitas efectuadas a conventos extintos. Representava o “Senhor cruxificado S. João Ev.^{ta} Mag.^{na} w”. Neste retoque só terá ficado “a salvo o corpo do Senhor e as Cabeças da Senhora e S. João”. *Ibidem*.

herão maos mas perderaõ todo o merecimento pelo mao retoque”¹⁹⁰¹. O *retoque*, termo e acção que abordaremos mais à frente neste capítulo, seria responsável pela desvalorização e desclassificação de muitas pinturas durante o processo de inventário e arrecadação.

1.2. Preocupações de segurança e conservação

O facto de a maioria das pinturas e outros objectos artísticos permanecerem, após o abandono ou a extinção dos conventos, durante meses ou mesmo anos nas suas casas de origem, conventos vazios, muitas vezes em locais isolados, em depósitos provisórios, ou mesmo depositadas em mãos de particulares, colocava-as em risco. Como refere Paulo Barata “As razões para os diversos descaminhos e extravios verificados na década de 30 e sobretudo após 1834 não devem ainda ser procuradas exclusivamente a jusante do processo de extinção, mas também a montante do mesmo, já que os primeiros descaminhos – se é que de extravios se tratam, uma vez que pode questionar-se a legitimidade do confisco – são perpetrados pelos próprios frades em debandada.”¹⁹⁰² De facto, seriam várias as causas de descaminho; segundo o mesmo autor, elas passavam “pelo longo hiato transcorrido entre a extinção e a arrecadação, à situação de semiabandono a que foram votados os conventos devolutos, à ocupação destes por organismos de natureza muito diversa, como sejam aquartelamentos militares, à fúria revolucionária, à incúria negligente das autoridades distritais e concelhias, à patente falta de meios das mesmas para levarem a cabo a sua boa arrecadação, à logística do transporte, ao subsequente acondicionamento das livrarias arrecadadas, etc., (...)”¹⁹⁰³.

Para além dos religiosos e autoridades administrativas, os indivíduos particulares, de alguma forma ligados aos conventos, membros de irmandades e confrarias¹⁹⁰⁴, encontravam-se, pela sua proximidade com os locais e espólios, em posição privilegiada para cometer furtos/desvios de peças, sozinhos ou em convivência com terceiros. Em alguns casos encontramos, por

¹⁹⁰¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/17/Cx02-04 Relatórios de várias visitas efectuadas a conventos extintos.

¹⁹⁰² BARATA, Paulo J. S., *Os livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública, uma alteração de paradigma.*, BN, Lisboa, 2003, p.141.

¹⁹⁰³ *Idem, ibidem*, p.142.

¹⁹⁰⁴ *Idem, ibidem*, p.154. Barata refere a apropriação ilegítima, ocorrida em 1835, de pinturas e imagens na igreja de S. Miguel em Aveiro aquando da sua demolição por parte do administrador do concelho e de irmãos de confrarias ali existentes, situação que teria sido averiguada, tendo sido ordenada a entrega imediata dos quadros ao então administrador do concelho. No entanto, constatamos em documentos posteriores aos apresentados pelo autor, que a situação foi mais complexa, uma vez que aquela igreja não pertenceria a um convento extinto. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 27 de Julho de 1841. A 3 de Agosto do mesmo ano era solicitada “copia da ordem do Governo que mandou entregar á Camara dessa Cidade [Aveiro] todos os Objectos pertencentes ao demolido Templo de S. Miguel, de cuja ordem faz menção o Administrador desse Concelho (...)” BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador of. Expedidos. Ofício da CADLEC, assinado pelo Barão de Tilheiras, ao Administrador Geral de Aveiro.

exemplo, a existência dos designados “rendeiros” dos conventos, como no caso dos conventos da Carnota e de Olhalvo, ambos de Alenquer, com quem os empregados do Depósito tinham necessariamente de contactar¹⁹⁰⁵. Neste caso dos conventos de Alenquer, o funcionário andaria nas suas visitas aos conventos, acompanhado por um oficial de diligências da Administração, circunstância exigida pelo respectivo Administrador do Concelho¹⁹⁰⁶.

Ao mesmo tempo que nascia o DLEC, o pintor Joaquim Rafael defendia, em 1834, à semelhança do que acontecia em Itália, França, Inglaterra e Espanha, a criação de uma Escola e Ateneu de Belas-Artes em Portugal, ideia em que também residia uma preocupação de conservação, protecção e promoção do património nacional. Lembrava então que podia

*“ser formado de todas as Pinturas, Esculpturas, e gravuras pertencentes aos Conventos abandonados pelos Religiozos, e extinctos pelo Governo, dos quaes há, diversos e admiraveis originaes no maior desprezo e estrago possivel, por má arrecadação (...)”*¹⁹⁰⁷.

Quando, a 4 de Março de 1835, Nunes de Carvalho escreve a Agostinho José Freire, então o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, com o intuito de alargar ainda mais o raio de acção do DLEC, lembrava que muitos dos extintos conventos estavam

*“occupados por tropa, ou em mãos de particulares, e muitos delles fechados, donde resulta estarem aquelles objectos [livrarias, cartórios, pinturas] sujeitos á progressiva deterioração, e a extravios irremediaveis: (...)”*¹⁹⁰⁸.

Em acordo com os Prefeitos acautelaria, recolheria e guardaria em lugares seguros e centrais os objectos encontrados¹⁹⁰⁹.

Em Julho do ano seguinte, admitiria que a falta de dinheiro tinha, havia muitos meses, paralisado as recolhas, a condução e arrecadação nos respectivos depósitos, levando a que, por exemplo, nos conventos do Ribatejo existissem livros, pinturas e outras raridades que, diariamente, se iam “*arruinando e desaparecendo*”, sem ele “*lhes poder dar remedio*”¹⁹¹⁰.

¹⁹⁰⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/22/Cx05-05, Relações de objectos arrecadados por José da Silva Mendes Leal. 4 de Dezembro de 1838.

¹⁹⁰⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/22/Cx05-05. 4 de Dezembro de 1838. Relatório de Mendes Leal.

¹⁹⁰⁷ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Academias. 26 de Outubro de 1834. Destaques nossos.

¹⁹⁰⁸ ANTT, MR, Mç 2126, cx2 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 4 de Março de 1835.

¹⁹⁰⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁹¹⁰ ANTT, MR, Mç 2126, Cx2, 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 1 de Julho de 1836. Ofício de Nunes de Carvalho a Agostinho José Freire, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. *Vide* referência a este ofício na p.357.

Os casos de fúria popular organizada contra os conventos terão sido pontuais, no entanto, o Mosteiro de Santa Maria de Belém, terá estado prestes a ser saqueado, tendo os seus bens sido postos a salvo pelo depositário dos bens do convento aquando da extinção, Fr. Diogo do Espírito Santo¹⁹¹¹.

Quanto ao Convento do Varatojo, o empregado do DLEC encarregado daquela arrecadação, José Maria Jordão, referia que lhe constava que parte da livraria e outros objectos de valor (imagens, relíquias) tinham sido roubados pelos ex-religiosos e que ainda existiam em várias casas particulares daquela localidade¹⁹¹², vindo a esclarecer, posteriormente, que

*“Em quanto a preciosidades artisticas, e scientificas, de que havia grande abundancia, nem hua so existe, porque huas forão roubadas, outras vendidas, e outras dadas á Misericordia desta villa”*¹⁹¹³.

Em 1838, o então novo empregado do Depósito encarregue da arrecadação das livrarias e pinturas dos conventos de Vila Franca de Xira e Alenquer, José da Silva Mendes Leal Júnior, a propósito do Convento de Santo António da Castanheira informava a Comissão Administrativa que *“(...) qt.º a quadros nenhum achei na sacristia, e do que me fora recomendado, executado em cobre nem o vi, nem d’elle pude obter noticia; inventariei os que encontrei (...)”*¹⁹¹⁴, *“(...) Os retratos de D. João 4.º e sua esposa a rainha D. Luísa nem os encontrei nem (com quanto o haja indagado) informação alguma obtive”*¹⁹¹⁵. Por outro lado, referia:

*“e, por me constar que, em casa do Desembargador Vigario da Vara da Riba-Tejo, residente na Villa da Castanheira se achavam dois paineis pertenc.ºes ao conv.º, fui áquella villa e alli tomei nota dos dictos, que junctei ao inventario que havia feito.(...)”*¹⁹¹⁶

No Convento de S. Francisco de Alenquer a situação era semelhante:

¹⁹¹¹ BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.142. Este autor cita Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues (*Portugal: diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico...* Lisboa, João Romano Torres. 7 vols), vol.3 pp.295-296.

¹⁹¹² BNP, Res., Mss.225, N°94. 28 de Junho de 1837.

¹⁹¹³ *Apud* BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.141 (BNP, Res., Mss.225, N°96, 28 de Junho de 1837).

¹⁹¹⁴ *Apud idem, ibidem*, p.143 (BNP, Res., Mss.225, N°154. 9 de Setembro de 1838).

¹⁹¹⁵ *Apud idem, ibidem* (BNP, Res., Mss.225, N°121. 16 de Setembro de 1838).

¹⁹¹⁶ BNP, Res., Mss.225, N°154. 11 de Setembro de 1838. De José Mendes Leal Júnior ao Secretário da CADLEC, Câmara Sinval.

*“Quanto ás pinturas que deveriam ornar a sala chamada de S. Sancha (...) nenhuma achei e so vi a dicta sala, com os restos de sua passada grandesa, como um esqueleto (...)”*¹⁹¹⁷.

Acerca destes conventos e desta missão, segundo a CADLEC, *“(...) nenhum proveito publico (...) resultava da aquisição dos livros e quadros recolhidos (...)”*¹⁹¹⁸.

A respeito de Évora, como já referimos no Capítulo IV, em Outubro de 1834, José Maria Grande, Sub. Perfeito de Portalegre, servindo de Prefeito interino do Alentejo, expunha ao Bispo Conde Frei Francisco (e pedia que lhe fossem autorizadas as despesas necessárias), a necessidade de classificar as obras e colocá-las num só edifício onde pudesse

“fiscalizar-se a sua arrecadação, e conveniente conservação, athe que deffinitivamente se estabeleça a Galleria, ou Gallerias que devem formar-se com aquellas mencionadas pinturas, muitas das quaes são preciosissimas.”,

uma vez que tal lhe parecia *“d’urgente necessidade para impedir a deterioração das mesmas, e as trocas, e mal versações”*, salientando que *“d’outro modo vão ser consideravelmente damnificadas as mencionadas pinturas”*¹⁹¹⁹.

A mesma opinião tinha António Nunes de Carvalho, encarregado do DLEC, em Julho de 1835. Na carta escrita ao Ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães expunha a necessidade urgente de dinheiro, entre outras coisas, para a arrecadação e condução dos objectos que estavam sob a sua alçada ainda em diferentes pontos do Reino, uma vez que *“qualquer demora em objectos desta natureza, e dos mais preciozos, se podem seguir prejuizos irreparaveis”*. Para além disso, necessitava ir a Évora – *“examinar por mim mesmo o estado das Livrarias e Pinturas de grande valor que alli temos e dar providencias para a sua prompta arrecadação e escolha”* – o que considerava urgentíssimo, *“pois a maior parte estão em edificios abandonados, ou que se achão servindo de quarteis de soldados.”*¹⁹²⁰ Uma utilização que, como veremos no último capítulo, será muito comum, embora com nefastas consequências para o património.

Évora, como já foi analisado em capítulo anterior, ficaria marcada pelos “extravios” em direcção a S. Francisco da Cidade, e por outros, alguns deles mencionados pelo Cónego Velez de Campos. Na sua correspondência não deixam de transparecer os cuidados que teve, relativos a não poder ser posteriormente acusado de desvios. Cuidados, certamente intencionais, que

¹⁹¹⁷ *Apud* BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.143 (Mss.225 nº122 18 de Setembro de 1838).

¹⁹¹⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02 Registo das Actas das Sessões da CADLEC, p.114. Acta de 13 de Novembro de 1838.

¹⁹¹⁹ ANTT, MR, Mç.1914 b). 20 de Outubro de 1834. Nº5020.

¹⁹²⁰ ANTT, MR, Mç 2126, cx2 – 4ª Repartição... . 21 de Julho de 1835.

passaram por não aceitar chaves ou a estar acompanhado quando fazia as descrições.¹⁹²¹ A respeito de extravios de que o Cónego Vilela, membro da Secção d'Artes da CADLEC, o questiona, referiu que “*Quando qualquer Authoridade óbra n'este sentido, a legitimidade da sua missão o salva da nóta de = Denunciante =; nóta pouco digna de homem privado que dezeja viver com decóro.*”¹⁹²²

A portaria/circular de 24 de Março de 1835 tinha já mostrado a preocupação de agilizar e salvaguardar, autorizando Nunes de Carvalho, em coordenação e cooperação com os Prefeitos do Reino, a “*fazer reunir e guardar em Depositos seguros e centraes*”¹⁹²³ os bens sob a alçada do DLEC.

Para além de pinturas, todo o tipo de objectos (também estantes, armários, grades, etc) que restavam nos mosteiros extintos, propriedade da Fazenda, estavam à mercê de furtos e outros perigos. A insegurança grassava.

Em Leiria, o mosteiro da vila¹⁹²⁴ foi assaltado algumas vezes, obrigando as autoridades locais a tomarem medidas¹⁹²⁵. Apesar da constituição de depósitos locais ser a solução apontada por alguns, o Administrador do Concelho era da opinião que

“*seria pouco acertado rehunir todos estes objectos em hum deposito porque além da despeza que em tal reunião se faria teriamos que pagar a guardas effectivos q.e vegiassem o mesmo depozito, aliás seria a(?)ir(?) os mmos objectos p.^a os ladros melhor os roubarem, porque desgraçadamente esta classe tem-se vulgarizado tanto que apesar da maior vigilancia os roubos são frequentes*”¹⁹²⁶.

¹⁹²¹ BNP, Res. Mss.225, Nº77. 2 de Agosto de 1837.

¹⁹²² Apud BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.153 (BNP, Res. Mss.225, Nº77. 2 de Agosto de 1837).

¹⁹²³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/cx01-01. Portaria/circular de 24 de Março de 1835 (Assinada por Agostinho José Freire) (dact.).

¹⁹²⁴ Não especificamente mencionada a sua designação, é provável que se tratasse do Convento de S. Francisco, encerrado em 1834 e entregue em 1851 à Câmara Municipal para demolição e aproveitamento de materiais. Convento e Igreja de São Francisco de Leiria IPA.00003326

Portugal, Leiria, União das freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3326 Acerca deste convento vide AFONSO, Luís Urbano, *Convento de S. Francisco de Leiria: Estudo Monográfico*, Lisboa, 2003. Poderá tratar-se igualmente do Convento de Santo Agostinho, onde esteve instalado um quartel. Convento de Santo Agostinho / Museu de Leiria IPA.00003299 http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3299 (consultas efectuadas em 15-06-2016).

¹⁹²⁵ ANTT, MR, Mç.2098 – 4ª Rep, Gov. Civis e Administradores Gerais, Leiria, 1835-1838. 28 de Maio – 8 de Junho de 1836.

¹⁹²⁶ ANTT, MR, Mç.2098 – 4ª Rep, Gov. Civis e Administradores Gerais, Leiria, 1835-1838. 28 de Maio de 1836.

A venda era a alternativa apontada,¹⁹²⁷ solução que José da Silva Carvalho vai propor a Agostinho José Freire¹⁹²⁸.

De facto, estar em depósito central, não era garantia de absoluta segurança. Em 1837 o Administrador Geral Interino de Portalegre participaria que a *Caza do Deposito das Livrarias dos extinctos Conventos dentro do Edificio de S. Domingos (...)*,¹⁹²⁹ em Elvas, tinha sido atingida por “*hum roubo ainda q. pouco considerável*”, levando a CADLEC a “*(...) officiar a este respeito áquelle Administrador a fim de providenciar em termos q. se não repita iguaes acontecim.^{tos}, e para se descobrir o roubo. (...)*”¹⁹³⁰.

Em Fevereiro desse ano já tinha sido emitida uma portaria dirigida aos Administradores Gerais, respeitante aos furtos em edifícios nacionais, que reflectia o generalizado clima de insegurança. Existia o conhecimento de “*que em diversos pontos do Reino hão sido roubados alguns Edifícios Nacionaes pela pouca vigilancia que tem havido na guarda delles*”, ordenando-se por isso, que os Administradores empregassem as medidas convenientes “*para obviar a semelhantes crimes*”¹⁹³¹.

A 24 de Janeiro de 1836, o Governador Civil de Viseu, depois de visitar conventos, escrevia ao Ministro e Secretário de Estado do Reino, Mouzinho de Albuquerque, sugerindo que “*alguns quadros de Vasco, de Pedro Alexandrino, e outros Artistas*” fossem remetidos para o, ainda em constituição, Ateneu D. Pedro, no Porto. Lembrava então que “*Estes quadros, existindo em Cazas desabitadas, se deteriorão todos os dias pela falta de limpeza e de outros cuidados, e estão expostos ao roubo (...)*”; e salientava ainda

“*he verdade que este segundo inconveniente he menos para temer pela falta de gosto, que he tão grande que nos Inventarios apenas se diz = dez quadros = vinte quadros =, como se se tratasse de quaesquer effeitos de uso manual e domestico.*”¹⁹³²

Este seu comentário revela-se interessante porque, para além de expor as más condições físicas a que quadros de notáveis pintores se encontravam sujeitos, remetia para a “*falta de gosto*” – sensibilidade e até de conhecimento – dos inventariantes e suas consequências, neste caso, descrições bastantes sucintas nos inventários que, não identificando particularmente cada peça (material, tamanho, tema, autor), tinham um duplo efeito: de alguma forma facilitaria eventuais

¹⁹²⁷ ANTT, MR, Mç.2098 – 4ª Rep, Gov. Civil e Administradores Gerais, Leiria, 1835-1838. 30 de Maio de 1836.

¹⁹²⁸ ANTT, MR, Mç.2098 – 4ª Rep, Gov. Civil e Administradores Gerais, Leiria, 1835-1838. 8 de Junho de 1836.

¹⁹²⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão da CADLEC de 27 de Abril de 1837.

¹⁹³⁰ *Idem, ibidem.*

¹⁹³¹ *Diario do Governo* nº30, de 4 de Fevereiro de 1837. 1 de Fevereiro de 1837, Manuel da Silva Passos.

¹⁹³² ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Academias. 24 Janeiro de 1836. Do Governador Civil de Viseu, Manoel Metello de Napoles e Lemos, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Luiz da Silva Mouzinho de Albuquerque.

descaminhos, favorecendo a troca de obras ou mesmo a sua subtracção, ao mesmo tempo que as protegia pelo “anonimato”.

A situação de furto e destruição dos edifícios religiosos tinha atingido um ponto tal que, a 31 de Maio de 1836, era emanada a seguinte portaria/circular:

“Tendo chegado ao conhecimento de Sua Magestade Fidelissima, a Rainha, o desleixo, com que se tem havido algumas Authoridades Administrativas na conservação dos Edifícios Publicos, principalmente dos Conventos e Igrejas, sendo deixados alguns em abandono tal que tem sido roubados e destruidos: Manda a mesma Augusta Senhora recomendar ao Governador Civil de _____ a maior vigilancia, para que taes factos se não repitão, procedendo desde logo, pelos meios ao seu alcance, aos repáros indispensaveis, para evitar maióres ruinas, e propondo os orçamentos das obras, que forem necessarias para a conservação dos Edifícios mais notaveis, que devem ficar acargo do Thesouro Publico, por sêrem Monumentos historicos, e das Artes (...)” ¹⁹³³.

Pretendia-se com esta medida – numa altura em que estava em acção a Comissão entretanto criada na Academia das Ciências, visando fazer uma relação dos edifícios *notáveis* das extintas ordens religiosas – uma intervenção directa dos Governadores Cíveis, hierárquica e fisicamente mais próximos do território do que o governo central, com o objectivo de proteger o património nacional. No entanto, se os meios financeiros e humanos destes dirigentes regionais eram escassos para fazer face às ruínas que se iam apresentando, também o Tesouro Público se encontrava constrangido financeiramente, o que, à partida bloqueava o processo.

Como já mencionámos no Capítulo III, o príncipe polaco Felix Lichnowsky não deixa de aludir ao vandalismo e destruição que encontra em Portugal, nomeadamente, no convento de Brancanes¹⁹³⁴.

À semelhança das livrarias e alfaias religiosas as pinturas dos extintos conventos eram alvos fáceis e apetecíveis de furto, nomeadamente, quando existentes em locais ermos e/ou pouco vigiados. Relembramos o ofício da CADLEC de Janeiro de 1837, ao Ministro Manuel da Silva Passos, no qual era pedida autorização para se corresponder com os Administradores Gerais, porque constava que alguns objectos que se encontravam sob a competência daquele depósito (*“Livrarias, Pinturas, Estátuas e outros objectos de Artes, Raridades e Antiguidades”*) se

¹⁹³³ ANTT, MR, Livro 1208 Registo de circulares expedidas (1835-1840), fl.52vs. Assinada por Agostinho José Freire.

¹⁹³⁴ LICHNOWSKY, Felix, *Portugal. Recordações do Ano de 1842* (conforme edição de 1845, trad. Daniel Augusto da Silva; ilustrações de D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha), Lisboa, Frenesi, 2005, pp.156-157.

estavam “*deteriorando e destruindo e outros deles preciosos se estão digo se tem descaminhado e consumido*”¹⁹³⁵.

Em Agosto do mesmo ano, Velez de Campos confirmava que era público, através da imprensa, que em Londres se vendiam pinturas e outros objectos provenientes dos extintos conventos nacionais¹⁹³⁶, informação que, tudo leva a crer, não andaria longe da realidade.

Dois anos antes, em 1835, o jornal *O Nacional*, no seu número de 12 de Maio, num artigo intitulado “*Bens Nacionaes*”, opinava¹⁹³⁷ e denunciava:

*“(...) Todos sabem de que maneira escandalosa tem levado sumisso muitas preciosidades encontradas nos conventos das extinctas ordens regulares; livros riquissimos tem desaparecido, e alguem diz que já tem visto alguns na feira da ladra; obras de prata d’um valor consideravel em mão d’obra, insignificantes pela quantidade do metal, nos consta que se tem desmanchado para fazer dinheiro; até umas pratinhas da famosa Biblia dos Jeronymos parece que se derreteram, e talvez que a obra tambem! A livraria dos Paulistas, de 11,000 volumes, e riquissima na parte historica, diz-se que foi carregada, por diversos caminhos, sabe Deus para onde; mettia dó, nos disse um amigo, ver livros preciosissimos carregados em monte, e tratados de fórma que aonde fossem levados chegariam rotos, outros desfolhados, outros perdidos, outros roubados, etc.! (...) E já por ahi se disse que muitos d’esses livros dos differentes conventos foram vendidos a peso, e que muitas das preciosidades dos conventos se achavam á venda nos mercados estrangeiros! Quadros magnificios de grande valor, que possuiam as corporações religiosas, não se sabe onde estão, obras de primor e raridade, outras de riqueza parece que desapareceram! (...)”*¹⁹³⁸.

¹⁹³⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos. 20/26 de Janeiro de 1837 Ofício da CADLEC à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino /Manuel da Silva Passos.

¹⁹³⁶ BNP, Res., Mss.225, N°77. 2 de Agosto de 1837.

¹⁹³⁷ *O Nacional*, n° 150, Terça feira, 12 de Maio de 1835, p.638. Segundo o autor deste político e inflamado artigo, os bens nacionais “(...) seriam (...) uma fonte perenne de riquezas que, disseminadas pela população podiam produzir os mais prosperos resultados”, desde que “1.º que elles fossem respeitados segundo o merecessem; 2.º que se lhes dêsse a maxima divisão possivel (...)”. No entanto constatava: “Infelizmente porém nem os bens nacionaes tem sido estimados no que valem, nem passarão de meia duzia de mãos; e então adeus recurso para o pagamento dos emprestimos, adeus finanças... (...) os bens nacionaes, que deviam repartir-se pelo maior numero de cidadãos, ficarão reduzidos a muito poucos, em consequencia d’esses titulos de divida pública exclusivamente admittidos na compra dos mesmos bens, e das doações dos 300 contos aos Duques da Terceira e Palmella, e ao Marquez de Saldanha!” *Ibidem*.

¹⁹³⁸ *Ibidem*.

Nesse mesmo ano, o próprio Nunes de Carvalho, em rascunho de carta autógrafa¹⁹³⁹, aludia à ordem para que ele e o Governador Civil de Lisboa se entendessem com o Arcebispo de Lacedemónia no sentido de examinarem os inventários das preciosidades de conventos de freiras que existiam em poder deste último, e que constava corriam

*“(...) perigo de serem vendidas por baixos preços a especuladores, que lhas procuram para países estrangeiros (...)”, de modo a “(...) tomarem-se (...) as medidas necessarias para que taes vendas se não effeituem (...)”*¹⁹⁴⁰.

Numa teoria conspiratória que envolvia os Ministros Rodrigo da Fonseca Magalhães e Silva Carvalho (Reino e Fazenda, respectivamente), o conselheiro/ Governador Civil Joaquim Larcher¹⁹⁴¹, e o lente Tomás de Aquino, Nunes de Carvalho dizia que esta facção

*“(...) não limitava a sua cobiça aos objectos já reunidos no Deposito; Mas pertendia apoderar-se tambem, e ainda mais a seu salvo das muitas preciosid.^{es} do mesmo genero, q. ouvião existirem assim nos extinctos Conventos dos Frades, como nos das Freiras; mas como não ~~sabião~~ tinham delles conhecim^{to} individual preciso, p.^a as poderem indicar ás Authorid.^{es} suas subalternas afim de as haverem por via dellas diréctamente; e ~~por isso~~ virão-se na necessid.^e de me pedirem informações a este respeito, debaixo do especiozo pretexto de as porem em segurança: eu porem recusei dar estas informações allegando que receava q. ellas fossem ao conhecimento de pessoas, q. se servissem dellas p.^a extraviar, e roubar esses mesmos objectos, que se querião guardados.”*¹⁹⁴²

O convento da Graça, em Lisboa, constituiria um dos vários exemplos de extravios. Em 1837, e tendo como base as memórias do Cónego Vilela, foi possível dar conta de objectos que constava estarem extraviados, sendo oficiado a respeito ao Administrador Geral de Lisboa¹⁹⁴³.

¹⁹³⁹ Sem destinatário, reportando-se ao período de Junho a Novembro de 1835. Eventualmente dirigida ao Bispo Conde Frei Francisco, ou, segundo Fernando Félix Lopes, dirigida a Sá da Bandeira. BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.151.

¹⁹⁴⁰ BNP, Res. Cod. 6963 Papéis que pertenceram ao Dr. Antonio Nunes de Carvalho, fl. 1. Acerca deste assunto das preciosidades dos conventos femininos, *vide* Capítulo III.

¹⁹⁴¹ Junho-Novembro de 1835.

¹⁹⁴² BNP, Res. Cod. 6963..., fls.2-2vs. Esta carta em que Carvalho declina o convite para participar nessa Comissão, segundo Paulo Barata, vem quase desmentir esta tese conspirativa uma vez que teria o propósito de evitar o extravio das pinturas dos conventos de freiras. Sem outros indícios, este autor não aceita a visão heróica de Nunes de Carvalho proposta por Fernando Félix Lopes, em que este, a propósito desta e de outra carta afirma que o responsável do DLEC “(...) pugna por providências para salvar as melhores preciosidades do Depósito de cobiças de heróis vitoriosos na convulsão político-social do Liberalismo que decorria, raça de heróis por vezes aparecidos em convulsões semelhantes, que se julgam donos da Nação e de tudo pretendem dispor como coisa sua própria (...)” *Apud* BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.151.

¹⁹⁴³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessões em 9 e 14 de Março de 1837.

Já em Setembro de 1838 um officio do Administrador do 1º Julgado da Capital, Francisco de Sena Fernandes, ao Vogal Secretario da CADLEC, Joze Gregório Lopes da Camara Sinval, relativo a extravio de vários quadros dos extinctos conventos da Graça e de S. Vicente de Fora, dava conta de *“uma caza, onde os mesmos se occultão, para o sitio da Graça, sem contudo saber o numero, e o nome do morador della”*¹⁹⁴⁴, referindo que iria ser feita diligência. Subtraídas dos locais de origem/de depósito, era em casas particulares, certamente nem sempre com as melhores condições de conservação, que eram mantidas até conhecerem destino, algo que dificultava a sua localização e que faria das denúncias uma das principais, se não a única, forma de as localizar.

Um documento solto de difícil leitura, não assinado e não datado, que pelo elevado interesse dos seus conteúdos não dispensámos a sua transcrição, expunha o pretenso esquema montado:

*“A C. w(etc) encarrega-me de comunicar a V. S. q. ao seu conhecim.^{to} chegou noticia de q. nesta Cidade se agenceia(?) clandestinamente a venda de quadros preciosíssimos com a condição de serem immediatam^{te} remetidos p.^a fora do Reino. A C. só q.^{to} a confrontação a informação de q. alguns sam de formato pequeno, e outros ricam.^{te} moldurados e de clássicos authores mas tanto lhe baste p.^a conceber a suspeita de q. sejam os q. faltam no Sanctus do Conv.^{to} de N. S. da Graça de Lx, e os seg.(?) os q. ornavão a sala de viseta dos Conegos Regrantes de S. Agostinho na Capital dos quaes apenas hum entrou neste Dep., suspeite(?) q. sabe de ponto pela verdade circunsstancia de q. a pessoa em cuja casa (? ? ?) admitir a ardia-los(?) hum atesta q. a Com. conste ter conhecimto. da colecção de quadros de ambos (?????)”*¹⁹⁴⁵.

Em Abril de 1837¹⁹⁴⁶, poucos meses após assumir o controlo do Depósito, a Comissão Administrativa, através das já anteriormente mencionadas portarias de 28/29 daquele mês, contactava os Administradores Gerais para indagar sobre o destino de diversos objectos de que desconhecia o paradeiro, nomeadamente pinturas, remetendo relações em que constam nomes como Grão Vasco, André Gonçalves, Josefa d’Óbidos, Manuel Joaquim da Rocha, Domingos Vieira...

Eram várias as obras de arte, mesmo em Lisboa e arredores, que em 1837 se encontravam em paradeiro incerto. Nas relações de objectos de que a CADLEC pretendia obter informações a respeito do destino que tinham tido, constatamos que nas referentes ao distrito de Lisboa, são

¹⁹⁴⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 10 de Setembro de 1838.

¹⁹⁴⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02.

¹⁹⁴⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., pp.23-28. 28 e 29 de Abril de 1837.

várias as anotações informais a dizer “*não estão no depósito*”. Para além deste tipo de informação também é possível encontrar referência a “*dois [quadros] pintados em taboa, que se venderão em huma loja*” ou a respeito das “*Muitas e boas pinturas*”, algumas delas em cobre, que se encontravam no Coro e Casa do Capítulo do Convento da Trindade, acerca das quais era referido “*que não vierão para o Depósito as que estavam na Caza do Capitulo desapparecerão*”¹⁹⁴⁷.

O mesmo sentido de indagação tinha estado já presente, implícito nos ofícios enviados ao vigário capitular do bispado do Algarve, Joaquim Manuel Rasquilho, e ao Cónego em Évora, Francisco de Paula Velez de Campos, nos quais se procurava, entre outras coisas referenciar objectos de certa forma “perdidos”, em depósito ou em poder de particulares¹⁹⁴⁸.

A falta de coordenação entre entidades, a quase ausência de método nas inventariações e arrecadações, em muito terão ajudado a tal cenário, uma vez que, facilitaria omissões e furtos e, já mesmo em depósito, o caos existente, tornava muitas vezes impossível rastrear pinturas e/ou as suas proveniências o que também contribuiria para que, facilmente, fossem subtraídas.

No entanto, nem sempre os episódios de furto tiveram um desfecho infeliz. Em Maio de 1837, por exemplo, o Administrador Geral de Lisboa informava a CADLEC que

*“Em poder do administrador do Concelho de collares se acha um quadro / a cêa de Jezus Christo / que fora roubado ao extincto convento dos capuchos da Serra, e que ultimamente se descobriu em poder de um individuo d’aquella Villa (...)”*¹⁹⁴⁹,

acção demonstrativa de alguma colaboração entre autoridades, num cenário extremamente complexo e difícil de controlar.

Em diferente contexto, esta cooperação foi também demonstrada no caso do Convento de Telheiras, que prestes a ser vendido em hasta pública, a Administração do 4.º Julgado de Lisboa avisou sobre a existência de vários quadros e imagens¹⁹⁵⁰ e em que seria solicitada pela CADLEC a intervenção do Arcebispo de Lacedemónia, uma vez que enquanto esta ia “*fazer recolher a este Depósito d’aquelles objectos tão somente a parte que lhe incumbe, que no cazo prezente são os quadros*”, a entidade eclesiástica devia fazer com que “*os demais obj.^{os} passem*

¹⁹⁴⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/20/Cx06-02, 28 e 29 de Abril de 1837. Anotações similares estão presentes no Relatório de realizado pelo vogal da CADLEC Francisco de Sousa Loureiro a respeito de conventos de fora de Lisboa. BN/AC/INC/DLEC/21/Cx02-05 Relatórios sobre as pinturas de conventos extintos.

¹⁹⁴⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., pp.13-14. 6 de Abril de 1837.

¹⁹⁴⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 8 de Maio de 1837.

¹⁹⁵⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 20 de Novembro de 1837. Do Administrador Substituto Francisco Raimundo da Silva ao Presidente da CADLEC : “Tenho a honra de prevenir a V. S.^a que na Igreja do extincto Convento de Tilheiras, anunciada para a venda na Lista N.º300 A.7. existem diverços Quadros, Retabolos e Imagens, afim de que V. S.^a se sirva mandar tomar conta d’estes objectos, antes que o Comprador tome posse, para se evitar assim contestaçoens. As chaves se achão em poder do Prior do Lumiar. (...)”.

ao Depósito respectivo”.¹⁹⁵¹ De facto, alguns conventos poderão ter chegado a hasta pública com recheio (património móvel), pelo menos parcial, o que coloca algumas questões e poria em causa os esforços de um organismo como o Depósito.

Também a Administração do 3º Julgado de Lisboa, por influência da Administração do 1º Julgado e do Juiz de Paz da Freguesia de Santo André e Santa Marinha, chamará a atenção da CADLEC,

*“afim de tomar Conta das Imagens, Paramentos e Cartorio pertencente á Irmandade da S.^{ra} da Conceição da Corôa, erecta no extinto Convento de S. Francisco d’esse julgado, o que tudo se encontrou arrecadado n’um quarto da Caza em que habitou o falecido Adm.^{or} deste Julgado Antonio Candido Vieira da Costa, ignorando-se por que motivo (...)”*¹⁹⁵².

Quando, em 1838, constou que o Convento de Brancanes ia ser vendido, o Vice-Inspector da Academia de Belas-Artes, o Conde de Farrobo, *“fallando a respeito dos quadros que deixarão de ser recolhidos dos extinctos conventos advertio aos Snrs Director Geral, e Andre Monteiro como Membros da Comissão dos Depositos dos conventos suprimidos”* de que ali ainda existiam *“dois quadros muito bons, convindo em quanto he tempo prevenir qualquer extravio”*.

Relembremos ainda os trabalhos da Comissão da Academia Real de Ciências de Lisboa, por nós tratada em capítulo anterior, a partir de inícios de 1836, que pontualmente, contribuíram também para alertar para a existência de pinturas em conventos, particularmente, quando estas se revestiam de interesse artístico para integrarem a Galeria de Pintura, então em formação.

Aludindo à arrecadação das pinturas existentes nas igrejas e sacristias dos conventos S. Miguel de Gaeiras e Vale Benfeito (então ainda não efectuada, ao contrário das que se encontravam dentro dos edifícios conventuais), particularmente quanto a estas últimas, o Administrador do Concelho de Óbidos destacava que as pinturas e painéis

“ (...) de Val.bem-feito principalmente pelo seu preço, e valor, e por estar este Convento em um lugar êrmo, e distante do povoado corrião grande risco de serem roubados ou de se perderem; com efeito as pinturas que ali existião erão de grande merecimento, algumas de Josefa Aialla, outras de Vasco, e ate um que parecia ser de

¹⁹⁵¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos, pp.99-100. 24 de Janeiro de 1838. Portaria de 11 de Agosto de 1835 ordenava ao Prefeito da Estremadura para suspender a venda (por arrematação) das pinturas, estampas, e outros objectos literários e científicos que faziam parte da mobília da extinta Recebedoria de Malta. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01.

¹⁹⁵² BNP, Res. Mss.225, N°85-87. Setembro de 1837.

*Rubens; podião tirar-se d'alli para onde melhor fossem avaliadas, e estimadas sem deformar aquelle Templo, principalmente estando este fechado (...).”*¹⁹⁵³.

No ofício subsequente do Administrador Geral de Leiria à CADLEC, este não deixaria de mencionar que, quanto a estragos e descaminhos, as autoridades ou pessoa a quem foram encarregues diligências, deviam ser responsabilizadas¹⁹⁵⁴.

A respeito do Mosteiro de Vale Benfeito notamos que, em Janeiro de 1837, chegou a ser realizado um Auto de corpo de delito referente ao desaparecimento de painéis de objectos da igreja e sacrista (crucifixos, castiçais, cortinas de altar e até o arcaz da sacristia). Então, o Padre Cura da Amoreira, “*que hé o do Districto e como tal Depositario dos objectos do Culto, e porisso quem conserva as chaves da Igreja em seu poder*”, disse que o “*Reverendo Geral do Arcediago, em virtude de huma ordem que tivera do Reverendissimo Arcebispo de Lacedemonia, lhe ordenára entregasse os referidos objectos, aos Mezarios da Santa Casa da Misericordia da Villa de Lourinhã.(...)*”¹⁹⁵⁵, um exemplo perfeito do “desaparecimento”, intencional ou não, de objectos devido a confusões de autoridades.

Em 1838, como já referimos no capítulo anterior, a CADLEC – em sequência de proposta feita por André Monteiro da Cruz que alertava também para “*que escandalo não he, que se estejam deteriorando Quadros de muito valor em arrecadações improprias, e se exponhão as Galerias predictas* [das Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto] *vasias delles!*” – propunha que fosse nomeado um pintor, designado pela Academia de Belas-Artes de Lisboa, para ir visitar “*pelo Reino as differentes arrecadações de quadros onde elles se achão (muitos talvez de grande valor) grosseiramente armazenados, e expostos a todas as cauzas de deterioração.*”¹⁹⁵⁶ Era importante fazer “*recolher a Depositos apropriados, e centraes os que julgar merecedores, a fim de evitar o seu estrago, e poderem competentemente montar-se as Galerias*”¹⁹⁵⁷.

A inépcia do Estado e da estrutura por si montada era constante. As autoridades administrativas funcionavam mal, os contactos eram lentos e/ou sem consequências efectivas no terreno, situação que, de uma forma geral, tenderá a manter-se.

De facto, como destaca Paulo Barata, “Os casos reportados de abandono, de deficientes condições de conservação ou outras situações de risco não procediam de uma avaliação

¹⁹⁵³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 14 de Junho de 1837. Ofício do Administrador do Concelho de Óbidos ao Administrador Geral interino do Distrito de Leiria.

¹⁹⁵⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03, N°17 (N°70). 16 de Junho de 1837.

¹⁹⁵⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 18 de Janeiro de 1837.

¹⁹⁵⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ...19 de Abril de 1838. ANTT, MR, Mç.2126 Cx2 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos.

¹⁹⁵⁷ BNP, Res., Mss. 225 N°254. 20 de Março de 1838, Proposta de André Monteiro da Cruz à CADLEC.

sistemática mas provinham de denúncias casuísticas feitas à Comissão, ao Ministério do Reino ou à Rainha, por particulares, pelas autoridades locais ou por outros serviços públicos, tais como o Tesouro Público, o qual como agia no terreno, essencialmente na administração dos bens imóveis, estava em condições privilegiadas para a analisar e avaliar situações potencialmente danosas para outros bens (...)”¹⁹⁵⁸.

Onze anos depois, em 1849, constando que “*algumas livrarias, cartorios, e pinturas dos extinctos conventos do Reino, estão em completo abandono, com grave prejuizo do Estado (...)*”¹⁹⁵⁹, o Ministério do Reino mandava que a Biblioteca Nacional informasse acerca do estado de arrecadação e providências adoptadas ou a adoptar.

Entre os quatro artigos sobre os monumentos, que Alexandre Herculano escreveu, nos anos de 1838 e 1839 em *O Panorama*, é possível encontrar uma alusão contemporânea àquilo a que o património artístico estava sujeito:

“*Reunam-se em bibliothecas, e em gallerias de pinturas os livros ou quadros, que não foram roubados, estragados ou abandonados por ignorancia crassima (...)*”, esclarecendo, em nota:

“*O nosso correspondente de Guimarães nos diz que um quadro primoroso de Fr. Carlos, pintado em 1535, e que existia no mosteiro da Costa, foi deixado alli, exposto ás injurias do tempo, ao mesmo tempo que foram remetidas para o Porto ou para Braga muitas pinturas medíocres, ou de nenhum merito, que naquelle mosteiro havia. Semelhantes parvoices se fizeram por todo o reino. Este nosso Portugal é um louvar a Deus!...*”¹⁹⁶⁰

Convém lembrar que, de facto, para além de alvo de furto, as pinturas estavam também expostas às más condições de arrecadação que advinham de se encontrarem, maioritariamente, em edifícios abandonados ou desocupados, sem manutenção ou guarda, ficando desta forma à mercê, não apenas da insegurança, mas também de fenómenos naturais (chuvas, inundações, incêndios, etc.), que podiam ter consequências na conservação dos itens que ali ainda se encontravam, chegando mesmo a resultar na sua destruição. Em Maio de 1839 face aos graves prejuízos causados pela chuva na Livraria do extinto Convento de Guimarães – “*talvez devido a menos solitudine e zelo do Depositario a quem se havia confiado*” – temendo que novas situações do género ocorressem enquanto não fossem estabelecidas as bibliotecas dos liceus, a CADLEC lembrava que se tornava

¹⁹⁵⁸ BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.154.

¹⁹⁵⁹ Portaria de 12 de Março de 1849. *Apud* BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.156.

¹⁹⁶⁰ *O Panorama*, N.º94, 16 de Fevereiro de 1839, p.51.

*“indispensável que todas as Livrarias, quadros, e quaisquer outras preciosidades litterarias, ou scientificas, que ainda se achão despensas, umas nos próprios Conventos, e outras em diferentes locaes a cargo de Depositarios particulares sejam removidas para as Captaes dos Destrictos Adm.^{vos} ficando ali sob o cuidado, e fiscalisação dos Adm^{es} Geraes, e a disposição da Comissão (...)”*¹⁹⁶¹.

Por outro lado, a ocupação destes espaços, muitas vezes prematura, por organismos públicos e quartéis, colocavam em causa o património que aí ainda podia existir, preocupação aliás, como já aqui referido, manifestada por Nunes de Carvalho. Em Outubro de 1834, o depositário do Convento de Stº António dos Capuchos e da Casa de Rilhafoles solicitou à Biblioteca Pública que procedesse à arrecadação das livrarias e pinturas ali existentes *“(...) porq. estando estas duas cazas occupadas por tropa não podem ali ser conservados semelhantes objectos sem risco de estravio”*¹⁹⁶². A vigilância dos bens móveis nos antigos edifícios conventuais assim ocupados/utilizados, mostrava-se como algo praticamente impossível.

Em Novembro de 1837 Rodrigo de Freitas Coelho, Administrador Geral interino de Vila Real escrevia a Julio Gomes da Silva Sanches, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, dando conta do incêndio ocorrido no edifício do extinto convento de S. Domingos, onde se encontrava aquartelado o Batalhão de Caçadores Nº3. Os soldados não terão ajudado a apagar o incêndio, mas antes

*“parece que se regozijavão de ver devorar pelas chamas aquelle bello Edificio de maneira que em poucas horas não só ficou todo elle reduzido a cinzas, senão tambem a belissima Igreja, que apenas ficou conservando mal seguras as paredes.”*¹⁹⁶³

Dadas as circunstâncias aqui relatadas, não é de estranhar que nos inventários de entrada de pinturas no DLEC fossem recorrentes os termos *“mau estado”*, *“muito mau estado”*, *“péssimo estado”*.

1.3. Recolha e encaminhamento para o Depósito

Aos danos “pré-existent” acrescia, muitas vezes, a forma como as pinturas eram retiradas dos seus locais e o seu deficiente e difícil transporte.

¹⁹⁶¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ..., pp.172-173. 10 de Maio de 1839.

¹⁹⁶² *Apud* BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.144. (20 de Outubro de 1834 Ofício do provedor interino do 2.º Distrito de Lisboa, António Alexandrino de Moraes Sousa, ao bibliotecário-mor, Vasco Pinto de Balsemão. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/03/Cx03-02 Correspondência do bibliotecário-mor, 1833-1857.

¹⁹⁶³ ANTT, MR, Mç.2106 – 4ª Rep, Gov. Civis e Adm. Gerais, Vila Real 1835-1838. 23 de Novembro de 1837.

De facto, a somar a alguma “violência” no processo de recolha, a que presidiria muitas vezes uma manifesta insensibilidade artística, conjuntamente com inexperiência na realização destes processos, juntar-se-ia o desadequado transporte – terrestre, fluvial ou marítimo – e armazenamento.

No que se diz respeito ao transporte, torna-se necessário destacar que, na década de 30 de oitocentos, Portugal tinha ainda um sistema de comunicações bastante precário; a falta de estradas e pontes, mesmo perto de grandes urbes, como Lisboa, era flagrante. As poucas estradas existentes eram más, desadequadas à realização de transportes rápidos e seguros. Só em 1834, com o triunfo do Liberalismo, começaram a definir-se objectivos e princípios orientadores da construção de uma verdadeira rede viária¹⁹⁶⁴. Por decreto de 12 de Março de 1835 – baseado na lei de 19 de Dezembro de 1834 – foi criada a Comissão de Melhoramentos de Comunicação Interior¹⁹⁶⁵, órgão

*“de carácter consultivo, [que tinha] por fim elaborar um plano geral de estradas, pontes, encanamentos, canais e portos, (...) propor um método de um provisional e imediato melhoramento da navegação dos rios, das estradas e pontes existentes.”*¹⁹⁶⁶

Nesse mesmo ano, 1835, era feita a proposta para a introdução em Portugal do caminho-de-ferro¹⁹⁶⁷, inovador meio de transporte. Como refere Elsa Pacheco, “Nos cerca de 10 anos que se seguiram, além de importantes contributos para a produção de legislação sobre os procedimentos para a construção e melhoramento das estradas, o tom das intervenções mantém-se no essencial. Instado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino a rever o plano das estradas, Mouzinho da Silveira, em 1839, apela à necessidade de compilar informação, quer à escala nacional, quer local, que revele os recursos existentes e as carências em transportes e noutros domínios de âmbito público, por forma a encetar acções e investimentos mais eficazes”¹⁹⁶⁸.

Seria essencialmente a partir de 1841, com Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, enquanto Inspector Geral Interino de Obras Públicas do Reino, que vemos iniciar-se a construção de estradas e pontes um pouco por todo o país¹⁹⁶⁹. Quatro anos depois, era celebrado contrato entre o Governo e a Companhia das Obras Públicas com o objectivo de efectuar todas as grandes

¹⁹⁶⁴ PACHECO, Elsa, *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, GEDES, 2004 (Dissertação de doutoramento em Geografia), s.p. (<http://hdl.handle.net/10216/7019>).

¹⁹⁶⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁶⁶ *Apud idem, ibidem.*

¹⁹⁶⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁶⁸ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁶⁹ ANTT, IOP, Livro 56.

obras que fossem necessárias para o melhoramento das comunicações no país, “*das quaes elle muito carece para o mais facil trato dos povos, e desenvolvimento dos seus interesses materiaes..*”¹⁹⁷⁰.

Porém, como destaca a mesma autora, as acções desenvolvidas sob a égide de António da Costa Cabral (1842-1846) marcaram aquele período, não pelo ritmo das obras mas, sobretudo, pelas discussões e críticas, como por exemplo, as assimetrias entre Lisboa, Porto e o resto do país, no que se refere ao processo de dotação de novas estradas¹⁹⁷¹.

A somar às más vias de comunicação, os meios de transporte então disponíveis para carga – “carros”, carroças, carros de bois, cavalos, botes, faluas (por vezes substituídos pelos designados “*homens de páo e corda*”, que embora mais lento, garantiria menores oscilações) etc. – não ofereciam grande conforto, segurança e rapidez, condições necessárias para a não deterioração dos bens que transportavam.

Quando, em Junho de 1837, o empregado do Depósito João Jordão foi incumbido de ir a Colares (Sintra) buscar um quadro, gastaria com “*Cavalgadura (...), sustento, e estalagem por quatro dias*”, 2935 rs, a que ainda juntar-se-iam 1050 de “*Hum jumento que levou o quadro para Lisboa, e ceia ao moço*”, e 120 para pagar ao “*Gallego que levou o quadro para o Deposito*”¹⁹⁷², somas e etapas que ajudam a dar ideia do tempo e distâncias e forma como elas eram enfrentadas.

Em 1841, para facilitar o processo de transporte de livrarias e pinturas, a CADLEC, reflectia sobre

“*(...) o quanto seria conveniente pedir se ao Ministerio do Reino que por officio ao da Marinha se alcançasse auctorisação p.^a a Comm.^{ão} dirigir se alli directamente q.^{do} precisasse requisitar a conducção por mar em embarcações do Estado, de alguns objectos pertencentes aos ext.^{os} Conventos.*”¹⁹⁷³

¹⁹⁷⁰ AHE, AITC, MR 71 – Relatórios do Ministério do Reino 1844-1845. Offício de 11 de Março de 1845 emitido pela Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. “Assinado” pelo Duque da Terceira, Costa Cabral, Joaquim Falcão, José Gomes de Castro e pelo Conde do Tojal, fazendo referência ao Decreto de 3 de Março do mesmo ano, na sequência do decreto de 19 de Dezembro de 1844 que aprovava a Companhia das Obras Públicas de Portugal. Era tomada em consideração “as importantes vantagens que de tão util empreza devem effectivamente resultar á Agricultura, ao Commercio, e aos diversos ramos da Industria Nacional...”.

¹⁹⁷¹ PACHECO, *op.cit.*

¹⁹⁷² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/44/Cx10-06. 8 de Setembro de 1837.

¹⁹⁷³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/ Cx02-01. Debatido e aprovado em Sessão de 8 de Junho de 1841.

Mas eram vários os problemas sentidos pelos empregados do DLEC, encarregados de “ver” e recolher, e que passavam também por aspectos práticos, de acesso às obras. A altura a que muitas pinturas se encontravam penduradas – a dificuldade ou facilidade em tirá-las era evidenciada em inventários mais descritivos ou visitas – assim como o simples acesso aos locais, impediam muitas vezes que fossem retiradas dos conventos.



Fig.36 William H. Burnett; *The Convent of The Penha Longa*; c.1834; gravura, 20,3x28,7cm. BNP: E.961 V.

Por exemplo, na relação dos Conventos de Sintra, mencionada em capítulo anterior, respeitante aos conventos da Trindade, da Pena, Penha Longa [Fig.36], S. Francisco dos Capuchos e do Carmo, esses aspectos encontravam-se discretamente patentes quando, a propósito do Convento da Pena, se fazia referência a um quadro de N. Senhora existente no refeitório, e se dizia “*Não ha mais quadro algum na Igreja e no resto de todo o edificio que me foi mostrado.*”¹⁹⁷⁴

Ou, quando a respeito do Convento da Penha Longa, entre as várias pinturas se aludia a 8 quadros que se encontravam no coro; porém era destacado:

“Estes quadros não pude vêr bem, em consequência de ter a Chave do Coro o Prior de S. Pedro. Há também segundo me disseram huma Capella pertencente a N. Senhora, onde há algumas pinturas, mas q.^m tem a chave he o Prior de S. Pedro; ou hum F.^r Bernardo que foi do m.^{mo} Convento, e depois Prior de S. Pedro, isto he antecessor do actual Prior. N.B. Segundo me foi d.^{to} esta Capella pertence aos Festeiros da d.^{ta} Snr.^a Segundo consta do Invent.^o este Convento tem mais Pinturas, e quem deve dar conta d’ellas he o Provedor ou o Depositario.”¹⁹⁷⁵

¹⁹⁷⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02. Junho de 1835, Nº29. Instrução junta, possivelmente anterior, referia: “**Deve ver-se o Convento da Pena, e descreverem-se os quadros que houver, devendo fazer-se especial menção aos antigos em madeira : o m.^{mo} nos Conventos da Trindade, e Penha-longa e Capuchos**”. Destaques nossos.

¹⁹⁷⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02. Junho de 1835, Nº29. Também em relatório de várias visitas efectuadas a diversos conventos extintos, a respeito do extinto convento de N. Senhora da Visitação, Vila Verde, o descritor referia “**Não ví a Igreja por embaraços mas dizem q^e há o quadro de correr, e mais quatro dos lados a chave da mesma está na mão do Prior de S. Pedro de Torres Vedras, e celebra-se Missa, por ordem do Governo.**” (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/17/Cx02-04) Destaques nossos.

Para o que dizia respeito ao Convento do Carmo era dada a seguinte instrução

*“(…) 2º Deve pedir-se ao Prior para vêr a Capella de Mosaico que está no Claustro, e os seis quadros de Madeira que ella tem aos lados, e os mais que nella houver, e se são faceis de tirár, ounão, devendo vir em todo o cazo, o que está sobre a Portaria, e o outro que está no fundo do Claustro, posto que estragados: **deve corrêr-se o Convento para vêr se ha mais algum.** (…).”¹⁹⁷⁶*

De facto, como pudemos constatar pelos exemplos anteriores, o acesso às obras encontrava-se muitas vezes condicionado, dependente de terceiros, o que se poderia traduzir em sonegação, incorrecta inventariação e não recolha.

Depois de obtido o acesso, ainda nos conventos, logo à partida, a separação da grade, no caso de pinturas em tela, era por vezes efectuada de forma pouco adequada.

Em Évora, Cunha Rivara testemunharia

“ficaram as Igrejas com as molduras porque os [quadros] que eram de panno cortaram-nos a canivete ao rés dellas, e aos de madeira desconjuntaram as táboas, e como se fosse madeira para a feira, assim os levaram em carros. Estam as Igrejas mais românticas, que tenho visto, com as paredes ornadas de cavacos (…).”¹⁹⁷⁷.

A forma como estas pinturas, e outras em diferentes materiais como madeira, eram removidas das paredes ou arrancadas dos suportes, desmanchadas por funcionários não especializados, dobradas, enroladas, ou até atadas como verdadeiros “feixes de lenha”¹⁹⁷⁸, constituiria, logo à partida, um trauma para aquele tipo de preciosidades. Contudo, o cenário de negligência, nem sempre se perfilou (pelo menos em teoria) sendo possível encontrar, nomeadamente, por parte da Academia das Ciências recomendações, por exemplo, para que, a propósito de dois painéis da Capela dos Santos Reis da igreja do convento de Santo António de Alcácer do Sal, existisse “na remoção todo o cuidado para não se deteriorarem”¹⁹⁷⁹.

¹⁹⁷⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02. Junho de 1835, N°29. Destaques nossos.

¹⁹⁷⁷ *Apud* BORGES, “Dispersão do Património...”, 2014, *op.cit.*, p.139. Carta de Rivara a Diogo Köpke, datada de 10 de Junho de 1843.

¹⁹⁷⁸ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ºRep, Instrução Pública, ABAL. 14 de Fevereiro de 1839.

¹⁹⁷⁹ BACL, Livro 1B – Correspondência com o Governo Agosto 1833-Agosto 1847. 8 de Abril de 1836. SOARES, Clara Moura, NETO, Maria João, RODRIGUES, Rute Massano, “A constituição dos primeiros museus de arte em Portugal, no século XIX, e a consciência dos princípios de Conservação Preventiva”, in *Actas das IX Jornadas de Arte e Ciência UCP/ V Jornadas da ARP. “A prática da conservação preventiva. Homenagem a Luís Elias Casanovas”* (29/30 Novembro 2013), Porto, 2015, (pp.299-315), p.304, disponível em <http://artes.ucp.pt/citar/pt/node/1326>. BORGES, “Dispersão do Património...”, 2014, *op.cit.*, 138-139.

No caso das pinturas em tela, o Bibliotecário José Feliciano de Castilho (1843-1847) viria a fazer alusão aos estragos decorrentes do seu transporte, referindo que muitos tinham sido transportados “*inrolados, ou dobrados*”¹⁹⁸⁰.

A “*Primeira Relação das Despesas do Depósito*”¹⁹⁸¹, revela-nos que algum (se não todo) desse trabalho, pelo menos num primeiro momento – o documento abrange as datas de 23 de Outubro a 31 de Dezembro de 1834 – foi entregue a homens, nomeadamente, aos designados “Gallegos”, homens que faziam os trabalhos pesados. São eles que recebem, por exemplo, entre outras coisas, “*Pelo trabalho q. (...) tiverão de tirar os Quadros da parede onde estavam pendurados*”¹⁹⁸² no extinto convento da Santíssima Trindade.

As tarefas de “*Despregar e conduzir Paineis*”¹⁹⁸³, fazer a “*Condução de Paineis para o Depósito*”¹⁹⁸⁴, que implicava por vezes a “*Condução dos Livros e Paineis [do convento] para o Bote [ou botes]*”¹⁹⁸⁵ e fazer nova condução do “*Caes*” ou “*Praia*” para o Depósito (quando feita por via fluvial), eram de melindre e podiam ter consequências desastrosas no estado de conservação de pinturas. Salientamos que na relação de despesas respeitantes aos extintos conventos da Cartuxa de Laveiras, Nossa Senhora da Boa Viagem, Santa Catarina de Riba Mar e São José de Riba Mar, se no dia 23 de Dezembro de 1834 era referida a condução de quadros para um bote, no dia seguinte, véspera de Natal, foi feita a “*Condução dos Quadros do Conv.^{to} p.^a a Embarcação*”, provável conjunto de maior dimensão, cujo transporte só terá terminado de noite, sendo por isso contabilizados “*Archotes p.^a o desembarque no Arsenal*”¹⁹⁸⁶, operação cuja posterior condução para o Depósito, ainda no mesmo dia, necessitou de “*29 fretes*”¹⁹⁸⁷.

Também a “Gallegos” e depois a um “*Moço*” terão recorrido para “*arrumar Paineis na Enfermaria do Conv.^{to} de S. Fran.^{co} e de conduzir alguns p.^a o Hosp.^o da Terra S.^{ta}*”¹⁹⁸⁸.

¹⁹⁸⁰ CASTILHO (Barreto e Noronha), José Feliciano de, *Relatório à cerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos, dirigido ao Exm.o Sr. Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino – no 10 de Janeiro de 1844*, Vol. I, Typographia Lusitana, Lisboa, 1844, p.94.

¹⁹⁸¹ BNP, Res. Cod. 6963, fl.264. “Primeira Relação das Despesas do Depósito: (...) Despesas feitas na Condução de Livros, Quadros, e outros objectos dos extinctos Conventos abaixo mencionados para o Depósito Geral das Livrarias, Pinturas w, estabelecido no extinto Mosteiro de S. Francisco da Cidade: desde o seu principio em 23 de Outubro de 1834, até 31 de Dezembro do mesmo anno”. Disponível em <http://purl.pt/24931/3> (consultado pela última vez em 30-03-2016)

¹⁹⁸² *Idem, ibidem.*, Relação de despesas feitas com a Extinta Casa do Espírito Santo. (<http://purl.pt/24931/3/#/529>)

¹⁹⁸³ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁸⁴ *Idem, ibidem.*, fl. 264vs (<http://purl.pt/24931/3/#/530>)

¹⁹⁸⁵ Que acontece relativa a conventos como o dos “Loyos ao Beato Antonio”. *Ibidem*, fls.262 (<http://purl.pt/24931/3/#/525>).

¹⁹⁸⁶ BNP, Res. Cod. 6963, fl.265 (<http://purl.pt/24931/3/#/531>).

¹⁹⁸⁷ BNP, Res. Cod. 6963, fl.265vs (<http://purl.pt/24931/3/#/532>).

¹⁹⁸⁸ Exemplo, extinto Convento de São Francisco de Xabregas (BNP, Res. Cod. 6963. *Ibidem*, fl.265vs (<http://purl.pt/24931/3/#/532>)).

*“Preciosas pinturas de Grão-Vasco feitas em madeira” chegavam ao Depósito em “taboas soltas”*¹⁹⁸⁹, método de deslocação deste tipo de obras que seria, em certas situações, aconselhado. De facto, em 1836 a propósito de um painel existente na Capela das Dores da igreja do extinto convento de Santo António de Serpa, a Academia das Ciências, através do seu Secretário Joaquim Costa de Macedo, enviava ofício ao Governo referindo que ali existia

*“um Painel em taboa cuja pintura já tem sofrido detrimento, mas que assim mesmo apresenta o talento com que seu author delineou o Descimento da Cruz. § Sera conveniente remover d’ali, para não se acabar d’estragar-se, esta pintura, que deveria para isso ser tirada com todo o cuidado embrulhando separadamente cada uma das taboas que formão o painel (no caso de estarem despegadas) de maneira que não se rocem umas por outras, e encaixotando tudo para poder ser transportado para Lisboa, com direcção á Academia Real das Sciencias (...)”*¹⁹⁹⁰.

Os carpinteiros seriam outra profissão com alguma relevância no processo de recolha e encaixotamento, uma vez que, entre outras tarefas, eram eles que construíam os caixotes, essenciais para acondicionar as pinturas para o transporte. Em Maio de 1837, o pintor e restaurador André Monteiro da Cruz era encarregue pela CADLEC de *“nomear hum carpinteiro do partido do Deposito p.^a hir fazer conduzir”* um *“quadro da Cêa do Senhor”* que existia em Sintra¹⁹⁹¹.

Quadros posteriormente transferidos para a Academia de Belas-Artes, ali chegariam em péssimo estado, facto então atribuído à *“conducção para esta Academia, ou pelo pouco cuidado com que forão deslocados, [e] se damnificarão, vindo alguns como se fossem feixes de lenha”*¹⁹⁹².

A grande maioria do transporte dos espólios provenientes dos extintos conventos masculinos ainda não usufruía das novas infra-estruturas, novas vias que facilitassem acessos, estando por isso condicionada às velhas estradas, caminhos, rios. O transporte das obras, nem sempre fácil de contratar,¹⁹⁹³ fazia-se por via terrestre a que se juntaria, como já vimos, muitas vezes, a via

¹⁹⁸⁹ ANTT, MR, Mç. 2038 – 3ª Repartição. Negócios diversos... Cap. CADL. 9 de Setembro de 1835, ofício de Nunes de Carvalho a Rodrigo da Fonseca Magalhães.

¹⁹⁹⁰ BACL, Livro 1B – Correspondência com o Governo ..., fl.46vs, N°80. 21 de Março de 1836.

¹⁹⁹¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão da CADLEC em 9 de Maio de 1837.

¹⁹⁹² ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ºRep, Instrução Pública, ABAL. 14 de Fevereiro de 1839.

¹⁹⁹³ Como foi o caso do sucedido com o processo relativo aos conventos de Vila Franca e Alenquer. Relatório de José da Silva Mendes Leal, funcionário do Depósito encarregue de recolher livrarias e quadros dos conventos desta região, refere “Só quem sabe o que a epoca das vindimas é de Villa-franca para cima, pode avaliar q.^{to} embaraçosa é a aquisição de carros p.^a transportes. Ou proprietarios, ou os que mais propriam.^{te} se chamam janiqueiros, nenhũ queria dispensar os seus carros, por que isso imprtaria uma perda de fructos consideravel.” BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/22/Cx05-05. 4 de Dezembro de 1838.

fluvial ou marítima; de facto, a falta de estradas, as más condições das existentes, e a proximidade estratégica que o convento de S. Francisco tinha do rio Tejo, fazia com que esta fosse uma opção preferencial sempre que as distâncias, a proximidade com a rede fluvial ou com o mar, o permitissem. O empregado da CADLEC, José Mendes Leal, em 1838, a propósito das condições de transporte das livrarias e pinturas dos conventos de Vilafranca e Alenquer, referia: “*O estado dos caminhos é péssimo, e penível, tanto q, conquanto pagasse, foi mister uma ordem do Administrador p.^a este fim (...)*”¹⁹⁹⁴.

Transportadas em carros de bois e carroças, por estradas sem as mínimas condições, pinturas – algumas na grade e/ou emolduradas, outras em rolos – e livrarias, eram colocadas em caixotes de madeira, executados por carpinteiros¹⁹⁹⁵ nos locais de partida, trabalho nem sempre fácil de concretizar por falta de meios humanos e/ou materiais¹⁹⁹⁶. As madeiras eram caras e escassas e, por vezes, como foi o caso de Vilafranca, tendo em conta o ainda “*processo de feitura*”, o empregado da CADLEC optou por “*comprar caixotes feitos, nas lojas de fazendas*”; *economia que, no entanto, não pode ter lugar com os quadros “pois q[ue] as dimensoens d’elles sam mui diferentes*”¹⁹⁹⁷. Acondicionados, mas de forma deficiente, os objectos recolhidos ficavam sujeitos ao calor/sol, à chuva, ao pó, a todas as oscilações decorrentes do seu manuseamento e transporte; já por vezes, oriundos de depósitos provisórios, estariam também sujeitos a ficar alguns dias, em armazéns junto a portos como Vila Nova da Rainha, situação que sabemos ocorrer com livrarias¹⁹⁹⁸ mas, que aparentemente, tentaria ser evitada no respeitante a pinturas. Demonstrando alguns (lógicos) cuidados de conservação, os trabalhos estariam dependentes das próprias condições atmosféricas, na fase de recolha e transporte. O mesmo empregado, Mendes Leal, o dá a entender quando refere:

“*o dia de hoje (25 de 7br.^o) por mui chuvoso, direi melhor, tempestuoso, me embaraça os trabalhos de hoje, não por meu incomodo, mas porq. a chuva, penetrando atraves das fendas dos caixotes, estragara completamente livros e quadros*”¹⁹⁹⁹.

¹⁹⁹⁴ BNP, Res. Mss.225, N°162.

¹⁹⁹⁵ Por vezes também as madeiras e carpinteiros estavam em falta, como sucedeu no caso acima referido, em que Mendes Leal explica que estes eram absorvidos “pela feiteira da Fabrica do S.^o Labourim”. *Idem*.

¹⁹⁹⁶ A este respeito Mendes Leal salienta que “me determinavam que procedesse ao encaixotam.^{to} das livr.^{as} e quadros” e que encontrou “inda maiores difficuldades por que alem da falta de transportes acrescia a falta de madeiras e carpinteiros”. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/22/Cx05-05. 4 de Dezembro de 1838.

¹⁹⁹⁷ 25 de Setembro de 1838. Ofício do empregado Joseph da Silva Mendes Leal Junior a Joseph Camara Sinval, Secretário da CADLEC. *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos relativos à Recolha e Distribuição de Quadros e Livros. Após a extinção dos conventos. 2ª parte. IV*, Lisboa, 1939, Doc. I, p.1.

¹⁹⁹⁸ BNP, AH, Mss.225. Correspondência sobre os objectos artísticos, e outros, dos extintos conventos de Torres Vedras. 1837.

¹⁹⁹⁹ *Apud* BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.103 (25 de Setembro de 1838, ofício de José Mendes Leal Júnior à CADLEC).

Mas, se nesta situação os factores atmosféricos e outros foram levados em consideração, existiram casos em que tal não sucedeu, ou por desleixo ou por alterações inesperadas.

Em 1838 a Academia de Belas-Artes de Lisboa “resumiria” a situação geral:

*“Estragados estavam quadros de muita valia, em que o nosso Portugal não era pobre, por entregues a possuidores pouco zelozos, que ou lhes não conhecião o mérito, ou barbaramente lho desattendião. Transportes rapidos, arrecadações em desleixo augmentarão ate certa época esses lamentaveis dannos (...)”*²⁰⁰⁰.

Décadas mais tarde Holstein retomaria a imagem (ainda mais clara) daquilo que tinha acontecido com muitos quadros - *“e não poucos, depois de arrancados dos logares em que se achavam fixados havia seculos, e transportados em carros, expostos á chuva, depositados durante mezes em logares humidos”*²⁰⁰¹, levando a que *“muitas obras importantes e cuja existencia era bem conhecida não chegaram a dar entrada no deposito”*²⁰⁰².

No entanto, apesar da negligência, certamente muitas vezes ingénua e mesmo inevitável – dada a falta de condições –, na recolha e transporte das obras, Nunes de Carvalho, tinha demonstrado cuidados em relação a estas operações, patentes no exemplo da livraria e pinturas do Mosteiro de Alcobaça, e no relato que fazia a este respeito a Rodrigo da Fonseca Magalhães:

*“A maior parte da rica Livraria, e huma porção de Pinturas do extincto Mosteiro de S. Bernardo de Alcobaça, chegou a semana passada a este Deposito, bem acondicionada, em cento e trinta e trez Caixões; e brevemente chegará o resto, que já se acha no porto de S. Martinho, para onde partio ha dous dias a buscalo a Escuna Maria Isabel do Arsenal Real da Marinha (...).”*²⁰⁰³.

Preocupações semelhantes foram reveladas no transporte das pinturas enviadas em 1836, do DLEC para o Museu Portuense. Entregues no Arsenal da Marinha para serem conduzidas à cidade do Porto por navios do Governo, foram transportadas em *“quatro caixões grandes”*, não

²⁰⁰⁰ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Ofícios. 27 de Março de 1838.

²⁰⁰¹ HOLSTEIN, *op. cit.*, p.5.

²⁰⁰² *Idem, ibidem*, pp.5-6. A respeito da Galeria Nacional de Pintura, Joaquim António de Macedo, vice-consul português em Leeds, na obra publicada em 1874 *A Guide to Lisbon and its environs ...*, esclarecia (e reconhecia) : “The National Gallery is of very recent date being founded in 1836 in connexion with the Academy of fine arts. When the religious orders were abolished in 1833, a decree was issued ordering all the works of art belonging to the extinct monasteries to be collected in a dépôt at Lisbon, and it is from this source that most of the pictures representing the Portuguese school were derived, but as may be imagined, many of the best works taken from the religious houses in those turbulents times, never reached Lisbon.” MACEDO, Joaquim Antonio de, *A Guide to Lisbon and its environs including Cintra and Mafra with a large Plan of Lisbon*, Lisbon, (Simpkin, Marshall & C.o, London, Matthew Lewtas), National Printing Office, 1874, p.204.

²⁰⁰³ ANTT, MR, Mç.20138 – 3ª Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835-1843, Cap. CADL. 24 de Agosto de 1835.

deixando Nunes de Carvalho de alertar o Barão de Tilheiras, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, para a necessidade “(...) *que por essa Repartição se envie ordem ao Arsenal para as remetterem com todo o resguardo*”²⁰⁰⁴.

De facto, não será de todo correcto afirmar que não se procurava ter cuidados com as recolhas e transportes. A realidade existente, os meios e os conhecimentos disponíveis é que, nem sempre, seriam os mais adequados ao cumprimento das tarefas estabelecidas, levando a que consciente ou inconscientemente fossem cometidos procedimentos que afectavam a sua conservação.

Funcionários como João José Maria Jordão, em 1837, para os conventos de Torres Vedras²⁰⁰⁵, e José da Silva Mendes Leal, em 1838, com a incumbência dos conventos de Alenquer e Vila Franca de Xira, ficaram encarregues destas complicadas diligências, em parte a eles se devendo os maiores ou menores cuidados, e economia, postos nestas arrecadações. Ao primeiro, a CADLEC não esqueceria de exigir naquela diligência “*ecconomia de despesas e tempo, conciliada com a segurança dos objectos*”²⁰⁰⁶.

No final de Setembro de 1838, o relato de Mendes Leal demonstra a complexidade dos trabalhos, que iam se adaptando às circunstâncias encontradas no terreno, o que por vezes significaria ultrapassar orçamentos:

“(...) todos os quadros e livros do Conv^{to}. De S. Ant^o. se acham nesta villa depositados e parte encaixotados já. Espero terminar amanhã estes trabalhos e immediatam.^{te} passar a Alenquer onde desejarei encontrar as suas ordens. Avultada se ha tornado a despesa por q. 5 carros (q. tantos foram mister) importaram 7\$000^{rs}. a fora caixotes, madeira, pregar, correctos, e carpinteiros; de todas as somas dispendidas tenho em m^a. Mão os competentes recibos, os quaes enviarei a V. S.^a. se isto lhe aprouver. Peço tam-bem determinaçoens sore se os quadros (imagens de Sanctos) fixos em retábulos se deverão d’elles despegar. Dois quadros pertenc^{tes}. Ao conv^{to}. De S. Ant^o. Se acham ainda em casa do vigário da vara da Castanheira, mas julguei mais económico

²⁰⁰⁴ ANTT, MR, Mç.2126, Cx2 4ª Repartição, Instrução Pública... 7 de Dezembro de 1836. Ofício de Nunes de Carvalho ao Barão de Tilheiras, Secretário de Estado dos Negócios do Reino, remetendo relação das pinturas enviadas para o Porto.

²⁰⁰⁵ Para fazer face a despesas necessárias que surgissem na realização da tarefa a CADLEC escreveu aos “Contractadores e Caixas Geraes do Contracto do Tabacco”, para que os administradores do contracto do Tabaco nas mencionadas terras “abonassem (...) até a somma de vinte mil reis; de cuja quantias a Commissão pagará immediatamente a totalidade à vista dos respectivos recibos”. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ..., pp.35-36. 23 de Maio de 1837.

²⁰⁰⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ..., p.50. 22 de Junho de 1837.

conduzi-los de envolta com os que vierem d'Alemquer por ficar em caminho e não enviar uma cavalgada som^{te}. p^a. quadros. (...)”²⁰⁰⁷.

Como já vimos no capítulo anterior²⁰⁰⁸, para além destes empregados, outros lidariam de perto com as pinturas. Em 1836, numa relação detalhada das pessoas empregadas no DLEC, encontramos nomes como João António Branco e Ernesto Mesquita²⁰⁰⁹, empregados na arrumação dos livros, pinturas, etc e em comissões em Lisboa e subúrbios, ou Carlos Joze de Almeida Amaral, Chrisostomo de Almeida Amaral, João White e Joaquim Joze de Gouvea²⁰¹⁰, estes com as mesmas tarefas, mas fora de Lisboa, servindo o Depósito em tudo o que fosse necessário quando aqui se encontravam²⁰¹¹. Para além destes, quando o serviço era muito, eram contratados operários.

Concluimos por este e outros documentos que não haveria, portanto, mão-de-obra “especializada” para lidar com as pinturas, nas diversas fases do processo de recolha e arrecadação. Os mesmos funcionários lidariam com livros, pinturas, cartórios, não existindo a preocupação, pelo menos aparente, de, quanto a estas tarefas, providenciar um acompanhamento que assegurasse mais eficazmente a sua realização.

A respeito de um complexo processo relativo a pinturas do extinto convento de Vale Benfeito, Óbidos, em que algumas terão sido “transferidas” para a Misericórdia da Lourinhã e que a CADLEC tencionava reaver, refere-se que “*os ditos Paineis soffrerão considerável deterioração no transporte*”²⁰¹², situação que, ao contrário do desejado, não deixaria de ser comum.

²⁰⁰⁷ Ofício de 30 de Setembro de 1838, enviado por José da Silva Mendes Leal Júnior ao Secretário da CADLEC, José Gregório Lopes da Camara Sinval. *Boletim da Academia.... 2ª parte. IV*, 1939, Doc.II, p.2.

²⁰⁰⁸ Capítulo IV, pp.296 e ss.

²⁰⁰⁹ ANTT, MR, Mf.2515 (Mç2123) Academia das Ciências Sub-Cap. 1836 4ª Rep. Academia das Sciencias de Lx.^a. 29 de Janeiro de 1836. Carta de Nunes de Carvalho a Mouzinho de Albuquerque.

O 1º era também agente – solicitava nas Secretarias de Estado e outras estações subalternas a expedição de negócios relativos ao Depósito; tinha o vencimento de dez mil reis mensais. O 2º tinha o vencimento de sete mil e duzentos reis.

²⁰¹⁰ *Idem, ibidem*. Tinham o vencimento de dez mil reis mensais.

²⁰¹¹ *Idem, ibidem*.

²⁰¹² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. Junho de 1837. “[As pinturas de] (...) Val.bem-feito principalmente pelo seu preço, e valor, e por estar este Convento em um logar êrmo, e distante do povoado corrião grande risco de serem roubados ou de se perderem; com efeito as pinturas que ali existião erão de grande merecimento, algumas de Josefa Aialla, outras de Vasco, e ate um que parecia ser de Rubens; podião tirar-se d’alli para onde melhor fossem avaliadas, e estimadas sem deformar aquelle Templo, principalmente estando este fechado (...)”. O problema com a sua recolha tinha origem no facto de terem sido entregues a um encarregado do Depósito, Joaquim José de Gouveia, pinturas dos conventos de Vale Benfeito e Gaeiras mas com excepção nas igrejas e sacristias dos referidos conventos.

1.4. No convento de S. Francisco da Cidade: condições e diligências

O facto de se tratar de uma reutilização e, conseqüentemente, ter de existir uma adaptação às novas funções, fez com que S. Francisco da Cidade [Fig.37] rapidamente se tornasse pequeno, incapaz de, com poucas obras, responder às solicitações exigidas.

A distribuição conventual do edifício, as pequenas celas, os longos corredores²⁰¹³, não facilitavam as arrumações, e dificultavam o arejamento de um espaço que era já então, particularmente, húmido.

Apesar de Nunes de Carvalho, que tinha orientado a escolha do local do depósito, não se referir aos problemas do edifício, não deixaria contudo de mostrar a sua preocupação com “*a humidade grave, e irreparavel danno*” a que as “*preciosas pinturas de Grão-Vasco feitas em madeira*” estariam sujeitas “*se as taboas soltas, em que se achão não forem a tempo bem unidas e ligadas solidamente em caixilhos proprios*”²⁰¹⁴, sinais de que a humidade, claramente, já fazia sentir os seus efeitos sobre algumas pinturas arrecadadas.



Fig.37 S. Francisco da Cidade. Desenho, in *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927

Em Fevereiro de 1835, poucos meses após criação do DLEC, já ali estariam reunidas mais de mil pinturas²⁰¹⁵. As primeiras e mais preciosas pinturas a darem entrada terão sido transportadas para a enfermaria do antigo convento e para as dependências anteriormente ocupadas pelo extinto Hospício da Terra Santa, zona “*mais retirada e segura*”²⁰¹⁶, onde o encarregado do DLEC reuniu “*os objectos mais preciosos e raros*”, entre os quais se encontravam, em 1835 –

²⁰¹³ Uma planta da Biblioteca Nacional de Lisboa, anterior a 1907, desenhada pelo primeiro conservador Eduardo de Castro e Almeida, deixa perceber a sua complicada divisão com 113 divisões referenciadas, divididas pelos dois pavimentos, a maioria pequenos gabinetes. ALMEIDA, Eduardo de Castro e, 1865-? *Bibliotheca Nacional de Lisboa* [Material cartográfico] : Planta do 1º pavimento : Planta do 2º pavimento / Escala não determinada [190-]. - 1 planta em 2 folhas : manuscritas, p&b ;46,50x56,70 cm, em folhas de 46,50x56,70 cm. Disponível em <http://purl.pt/13861>.

²⁰¹⁴ ANTT, MR, Mç. 2038, 3ª Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835- 1843, Cap. CADL. 9 de Setembro de 1835 De Nunes de Carvalho a Rodrigo da Fonseca Magalhães.

²⁰¹⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. Portaria do Ministério do Reino de 11 de Fevereiro de 1835 que nomeava uma Comissão de artistas e “pessoas inteligentes” para proceder à escolha e classificação de pinturas com vista ao estabelecimento de um Museu Nacional de Belas-Artes.

²⁰¹⁶ ANTT, MR, Mç.2038 – 3ª Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835- 1843 Cap. CADL. 24 de Agosto de 1835. De Nunes de Carvalho a Rodrigo da Fonseca Magalhães, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

numa altura em que aquele espaço teria de ser desocupado para instalação do Governo Civil de Lisboa²⁰¹⁷ – “as melhores, e mais primorosas pinturas, em numero de mais de trezentas, occupando com ellas as mesmas salas, em que a Junta da Bulla da Cruzada faz as suas sessões, e as que fazião parte da residencia do Arcebispo de Lacedemonia”²⁰¹⁸, preciosidades literárias e instrumentos e máquinas de física e geografia, objectos que, segundo ele, não podiam ser mudados “á pressa sem soffrer deterioração.”²⁰¹⁹

Estas pinturas que, maioritariamente, constavam da “*Rellação dos quadros pertencentes ao Depozito Geral de S. Francisco da Cidade que se achão colocados na Salla da Junta da Bulla da Crusada...*”²⁰²⁰ serão, basicamente, as mesmas a que se referem os itens enunciados na “*Primeira Relação das Despezas do Depósito*”²⁰²¹, manuscrito onde surgem despesas como “*Conducção de Paineis p.^a a Enfermaria, e Hosp.^o da Terra S.^{ta}”*, “*A dous Gallegos de Arrumár*

²⁰¹⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 13 de Agosto de 1835, Portaria do Ministério do Reino (ass. por Rodrigo da Fonseca Magalhães) na qual, em virtude de se haver determinado que o Governo Civil da Província Estremadura fosse estabelecido no edificio da Terra Santa “e convindo desembaraçar, a quella parte do Edificio” ordenava-se que o Doutor António Nunes de Carvalho se entendesse com o futuro Governador Civil “afim de serem removidos d’aquelle local os referidos quadros e paineis, e reunidos aos outros cuja guarda e conservação está encarregado o sobredito Doutor”.

²⁰¹⁸ ANTT, MR, Mç.2038 – 3ª Repartição. Negócios diversos, letra C, 1835- 1843 Cap. CADL. 24 de Agosto de 1835. De Nunes de Carvalho a Rodrigo da Fonseca Magalhães, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. A 28 de Outubro do mesmo ano havia “(...) A Rainha por bem determinar, que pelo Tribunal do Thesouro Publico se expedissem as ordens convenientes para que no cazo de se achar já removida a Junta da Bulla da Cruzada do Edificio do extincto Hospicio da Terra Santa sejam entregues ao Doutor Antonio Nunes de Carvalho as pinturas e quadros existentes no dito Hospicio, pertencentes aos Conventos suprimidos desta Capital, visto achar-se incumbido pelo Governo de coligir todos os artigos desta natureza, e que os tocão ao culto da Capella do mencionado Hospicio, bem como os quadros que lhe competem, sejam conservados até nova ordem na mesma Capella, por isso que entregues ao cuidado de V. S.^a em nenhum outro sitio podem ser guardados com maior segurança, fechando-se comtudo todas as comunicações que ainda, há abertas para o Convento de S. Francisco da Cidade; para que o dito Tribunal fará as convenientes providencias. = (...)” BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. O Hospício seria inicialmente a sede da designada “Comissareria da Terra Santa” extinta em 1833, sendo o edificio e restantes bens incorporados nos próprios da Coroa, passando então a ter ali lugar as sessões da Junta do Melhoramento; Antonio Luiz de Seabra, ex-corregedor de Alcobaça, refere entre os bens ali conservados: “(...) são diversos quadros de valor, laminas engastadas em ouro, e prata, doze castiçais, e uma cruz de prata, que cada um delles não péza menos de meia arroba, boas alfaias, e alguns paramentos, um pequeno órgão, que tudo existe na pequena, mas rica Capella; rica mobilia, tapetes doze ou dezasseis magnificos quadros, entre elles dois grandes de muito valor, um da resurreição, e outro da ascensão de N. Sr.^a, dois grandes, e magnificos relogios de repetição que tudo orna varias sallas; uma pequena, mas bem arranjada livraria;” SEABRA, Antonio Luiz de, *Observações do ex-Corregedor de Alcobaça, Antonio Luiz de Seabra, sobre um papel enviado à Camara dos Senhores Deputados à cerca da arrecadação dos bens do Mosteiro daquella villa*. Lisboa, Typografia de Eugenio Augusto, 1835, p.25.

²⁰¹⁹ ANTT, MR, Mç.2038, 3ª Repartição... 24 de Agosto de 1835. De Nunes de Carvalho a Rodrigo da Fonseca Magalhães, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

²⁰²⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/CX 05-02, N°35. 29 de Agosto de 1835. “Rellação dos quadros pertencentes ao Depozito Geral de S. Francisco da Cidade que se achão colocados na Salla da Junta da Bulla da Crusada, os quaes forão Celacionados (?) no dia 29 de Agosto de 1835 com a declaração dos Conventos a que cada hum pertencia.”

²⁰²¹ BNP, Res. Cod. 6963 (Papéis que pertenceram ao Dr. Nunes de Carvalho), fl.264. “Primeira Relação das Despezas do Deposito: (...) Despezas feitas na Conducção de Livros, Quadros, e outros objectos dos extinctos Conventos abaixo mencionados para o Depozito Geral das Livrarias, Pinturas w, estabelecido no extincto Mosteiro de S. Francisco da Cidade: desde o seu principio em 23 de Outubro de 1834, até 31 de Dezembro do mesmo anno”. <http://purl.pt/24931/3/>

Paineis no Hosp.^o da Terra S.^{ta}”, “A 3 Gallegos de arrumar Paineis na Enfermaria do Conv.^{to} de S. Franc.^{co} e de conduzir alguns p.^a o Hosp.^o da Terra S.^{ta}”²⁰²², e “A hum Moço de conduzir Paineis p.^a a Terra S.^{ta}”²⁰²³.

O mesmo documento revela-nos ainda que, nesta fase, ao chegar ao destino a maioria dos quadros seria dependurada, presa com pregos ou escápulas:

“Pregos p.^a se collocarem alguns Quadros na Parede “, “Compra de 12 Escapulas p.^a o d.^{to} fim”, “Escapulas e pregos p.^a se collocarem os quadros”²⁰²⁴, são apenas algumas das várias menções deste tipo de despesa²⁰²⁵.

As pinturas entradas no depósito seriam ainda etiquetadas: “Massa p.^a os Bilhetes dos Quadros no Dep.^o”, “Massa para pôr os Bilhetes nos Quadros, e pennas p.^a escrevêr”²⁰²⁶, eram outras das despesas apontadas e que, em parte, deixam perceber como, após milhares de pinturas entradas, nos mais diversos estados e a sofrer com os males daquele espaço, foram perdendo identidade, impossibilitando o rastreio da sua origem. Anos mais tarde, quando questionado sobre o paradeiro de quadros do Convento de S. Francisco de Xabregas, Nunes de Carvalho esclarecerá que todos os quadros recolhidos no Depósito tinham “*collado em huma das extremidades, ou nas costas hum bilhete com o nome do Convento a que pertencêra, e o numero que tinha na relação respectiva*”²⁰²⁷.

O facto de as pinturas se encontrarem guardadas no terceiro, e último, andar do edifício²⁰²⁸ e o Depósito, na sua totalidade, vir a ocupar, a partir de 1837, esse mesmo piso, dificultou em muito os trabalhos e não contribuiu em nada para o armazenamento e boa conservação dos objectos. Segundo Nunes de Carvalho, em Janeiro de 1836, ali se encontravam mais de seis mil pinturas “*convenientemente collocadas*”²⁰²⁹, prontas para serem catalogadas. Mas se então o responsável do Depósito não se queixava da falta de espaço e condições, em Fevereiro de 37, questionado pela CADLEC – já com a administração do Depósito – admitirá que os objectos ali existentes

²⁰²² BNP, Res., Cod. 6963, fl.263 <http://purl.pt/24931/3/#/527>

²⁰²³ BNP, Res., Cod. 6963, fl.265vs <http://purl.pt/24931/3/#/532>

²⁰²⁴ BNP, Res., Cod. 6963, fls. 263 e fl.263vs <http://purl.pt/24931/3/#/527> e <http://purl.pt/24931/3/#/528>.

²⁰²⁵ ANTT, MR, Livro 1740 Avisos, fl.228. A 4 de Outubro de 1834 o Bispo Conde Frei Francisco escrevia a José Silva Carvalho, Ministro da Fazenda : “Havendo-se estabelecido no Convento de S. Francisco um Depozito para livros, Pinturas, e outras preciosidades literarias, e sendo necessario para suprimentos de algumas diarias da absoluta necessidade, tanto nos arranjos indispensaveis para o bom acondicionamento dos referidos objectos, como para a sua conducção; rogo por isso a V.Ex.^a queira expedir as suas ordens ao Tribunal do Thezouro Publico, para que ali se faça entrega da quantia de 600\$000 reis ao Conselheiro Official Maior d’esta Secretaria d’Estado, ou a quem elle authorizar afim de se lhe dar a sobredita applicação. (...)”.

²⁰²⁶ BNP, Res., Cod. 6963, fls. 263 e fl.264 <http://purl.pt/24931/3/#/527> e <http://purl.pt/24931/3/#/529>.

²⁰²⁷ ANTT, MR, Mç.2122 Academias Cap. ABAL 1840-1843. 8 de Maio de 1840.

²⁰²⁸ ANTT, MR, Mf.2515 (Mç.2123) Academia das Ciências Sub-Cap. 1836 4ª Rep. Academia das Sciencias de Lx.^a. 29 de Janeiro de 1836. Informação facultada por Nunes de Carvalho.

²⁰²⁹ ANTT, MR, Mf.2515 (Mç.2123) Academia das Ciências Sub-Cap. 1836 4ª Rep. Academia das Sciencias de Lx.^a. 29 de Janeiro de 1836.

eram “*de muitas sortes*”, e se achavam “*pela maior parte amontoados, em grande confusão, e desordem*”²⁰³⁰. No final desse mesmo ano, aquela Comissão escrevia à Secretaria do Reino propondo a distribuição dos quadros “*insignificantes e quasi sem nenhum valôr que o atulhão*”, uma vez que o local que tinha cabido ao Depósito era “*mui restricto (...) em proporção dos objectos que deve conter, e do movimento que dos mesmos dentro delle a fazer para seu arranjo e classificação*”²⁰³¹. Essa distribuição e consequente libertação de espaço foi autorizada por portaria de 9 de Janeiro de 1838²⁰³², embora só encontremos a sua publicitação, quando enviados ofícios a Paróquias e Câmaras Municipais, a partir de meados do mesmo ano²⁰³³. Lembremos, no entanto, que ao mesmo tempo que se considerava a redistribuição de peças para outros locais, continuava a entrar no Depósito um número significativo de pinturas, numa altura em que, por exemplo, o então funcionário José da Silva Mendes Leal tratava das recolhas nos concelhos de Vila Franca e Alenquer.

Face à evidente falta de espaço, o velho barracão que tinha servido de igreja ao convento de S. Francisco da Cidade, e que estivera ainda alguns anos ocupado pela Ordem Terceira, serviu também para armazenar quadros. Quando, em Abril de 1838, se desejava a sua demolição para dar luz à sala da Biblioteca Pública, a sua remoção torna-se necessária²⁰³⁴. Esta far-se-á para um local cedido pela Academia de Belas-Artes²⁰³⁵, ficando os quadros, provisoriamente, sob a guarda daquele estabelecimento. Já em Setembro de 1836 o Bibliotecário-Mor, Vasco Pinto de Balsemão, tinha solicitado que algumas das “*casas principaes*” que a dita Ordem ainda ocupava no “*primeiro dormitório*” fossem despejadas “*limitando-se aquela Corporação á Igreja, capellas, e Sacristia, que unicamente lhe forão concedidas*”²⁰³⁶.

As infiltrações seriam, desde o início, o maior problema a atingir o velho convento. Com elas, e também em sua consequência, a grande humidade verificada, prometeu, desde logo, contribuir para a ruína das espécies ali arrecadadas, fossem elas livros ou pinturas.

Na Academia de Belas-Artes, ao cuidado de quem acabariam, sucessivamente, por ficar as obras de maior valor artístico – em 1837 tinham-lhe sido cedidos pela CADLEC uma parte de

²⁰³⁰ BNP, Res., Mss.225, N.º32 (30) “Offício do Cons.ro Ant.º N de Carvº sobre varios esclarecim.tos de objectos deste Deposito”. 14 de Fevereiro de 1837.

²⁰³¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, Copiador..., pp.90-91. 12 de Dezembro 1837.

²⁰³² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01

²⁰³³ Em Julho de 1838. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ofícios expedidos pp.127-128. ANTT, MR, Mç.3723 D. G. Instrução Pública, 1ª Rep., Biblioteca Pública 1827-[1850] 2cx.

²⁰³⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/cx01-01. 25 de Abril de 1838. Portaria do Ministério do Reino, assinada por António Coelho, prevenindo a CADLEC que devia mudar os quadros que tinha guardados no barracão para outro local.

²⁰³⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 15 de Maio 1838; o empregado João Jordão assistiria à remoção dos quadros. BNP, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 12 de Julho de 1838.

²⁰³⁶ ANTT, MR, Mç.2126 Cx2 4ª Repartição Inst. Pub. Negócios diversos. 28 de Setembro de 1836.

corredor e celas, e esta solicitava que lhe fossem entregues os quadros para a galeria²⁰³⁷ – em finais de 1838, a situação era constrangedora. As ordens para proceder à edificação da Galeria de Pintura, para a qual já estariam seleccionados mais de trezentos quadros, fazia com que estes, estivessem

“em pilha, deteriorando-se todos os dias, já pela humidade do local, já pela poeira, que as obras necessariamente fazem, e que se pega ás superficies, já humedecidas pelas razões ditas”.²⁰³⁸

Sabe-se, contudo, como abordaremos mais à frente, que então, os quadros sob a sua alçada estariam *“(…) collocados nas paredes das Aulas um grande numero delles (...)”*²⁰³⁹, mais de três centenas e meia, a que se somariam cento e setenta, em depósito, ainda por colocar.

Todavia, apesar dos problemas expostos, em relatório de Maio de 1837, Manuel da Silva Passos afirmava que continuavam *“as obras necessarias para assentar dignamente este bello Estabelecimento”*, e que já ali estavam colocadas as Aulas de Escultura, Desenho e Architectura e que aquele edificio tinha *“as commodidades necessarias para as Aulas, Sala de conferencias, Secretaria, Bibliotheca especial, Casa do Nú, e Gabinete dos Aggregados”*²⁰⁴⁰.

Quando em inícios de 1839 – ano em que se equacionava instalar um teatro junto à Biblioteca²⁰⁴¹ – o Bibliotecário-Mor reclamou junto da Academia de Belas-Artes uma colecção dos retratos dos reis de Portugal para formar *“em um Gabinete da Bibliotheca Nacional a collecção dos Retractos dos Reis, Varões e Homes Illustres de Portugal”*, esta revelava que eles tinham sido ultimamente mandados colocar na Sala das Sessões, por decoro, mas também por *“melhor conservação dos mesmos retratos, que existião n’um corredor humido, em perigo de se damnificarem”*²⁰⁴².

Para agravar os trabalhos e as condições de conservação no Depósito, em finais desse ano, a CADLEC queixava-se de terem dali sido removidos 4 trabalhadores das Obras Públicas.

²⁰³⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessões de 28 de Fevereiro e de 4 de Março de 1837.

²⁰³⁸ ANTT, MR, Mç.2122, 4ªRep. Instrução Pública. 7 de Dezembro de 1838.

²⁰³⁹ ANTT, MR, Mç.2122, 4ªRep. Instrução Pública, ABAL. 18 de Agosto de 1838.

²⁰⁴⁰ AHE, AITC, MR98 – Relatórios do Ministério do Reino 1836-1842. 23 de Maio de 1857 MR98 – Relatórios do Ministério do Reino 1836-1842.

²⁰⁴¹ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02, pp.207-208. 16 de Março de 1839. Alertava-se entre outros, para o perigo de incêndio e, chamando o exemplo estrangeiro, salientava-se que *“As Nações mais cultas da Europa são sempre mui escrupulosas na escolha, e localidade dos edificios para as suas Bibliothecas, como bem o prova em França a Lei de 29 de Novembro de 1794, que Ordena que os Prefeitos, e subPrefeitos, e Auctoridades Municipaes se oppunhão ao estabelecimento de Officinas d’Armas ou armazens de Materias combustiveis nos edificios em que se acharem colocadas as Bibliothecas. (...)”*.

²⁰⁴² ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ª Rep. Instrução Pública, ABAL. 16 de Janeiro de 1839. Ofício da Academia de Belas-Artes de Lisboa a António Fernandes Coelho.

Embora prevista uma despesa no orçamento aprovado pela Carta de Lei de 31 de Julho de 1839 relativa ao Depósito, declarada para “*arranjos e colocação dos livros e pinturas, e pagamento dos Empregados*”, as mesmas Obras Públicas consideravam que o Depósito devia pagar as despesas que lhe eram próprias e que se esse estabelecimento tivesse direito a serventes, outros estabelecimentos também o teriam...²⁰⁴³

Em 1840, questionada sobre o paradeiro de uns quadros do extinto Convento de Xabregas, a CADLEC mencionaria uma relação e recibo de 1835, na qual constavam 170 quadros, a posterior entrega de quadros à Academia (de que voltariam apenas os rejeitados), a distribuição por igrejas e Câmaras, mas sobretudo o facto de não poder dar mais esclarecimentos acerca daquele assunto

*“por lhe haver sido entregue o Deposito em um estado de confusão tal que estava fora de toda a possibilid^{de} o conocer-se o N^o quantid^{de} ou qualid.^{de} dos objectos q existião, nim tão pouco a qual das Casas ext^{as} pertencião”*²⁰⁴⁴.

Por todo o edifício, bem cedo surgiram as primeiras queixas e, logo a 3 de Agosto de 1841, a CADLEC viu-se obrigada a chamar a atenção para o problema das infiltrações e para a necessidade de

*“se proceder alguns reparos no Terraço (...) visto que já no Inverno que acabou as águas começarão a repassar as abobadas e a penetrar no interior do Edificio, e que a não se providenciar causarão grande prejuízo não só aos Livros de que se acha completamente cheio aquelle Deposito como a Bibliotheca Publica, e Academia de Bellas Artes que se achão colocadas nos pavimentos inferiores”*²⁰⁴⁵

Ofício/relatório de final do mesmo ano referia que

*“não se tendo melhorado do Edificio, e não se havendo feito todas as obras que poderão reputar indispensáveis, continuão por essa razão, não só os objectos que este rico deposito encerra, a deteriorarem-se, faltando-lhes a ventilação necessaria, para evitar que a humidade se concentre, e os corrompa;”*²⁰⁴⁶.

Quase como destino comum/obrigatório, é curioso verificar que problema semelhante atingiria o edifício da Biblioteca Pública de Évora – cujo telhado em Novembro de 1841 se encontrava em “*estado de imminente ruina*” – com as infiltrações a colocarem em risco as espécies ali

²⁰⁴³ ANTT, IOP, Livro 45, fls.248-249. 22 de Dezembro de 1839.

²⁰⁴⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04. 30 de Abril de 1840.

²⁰⁴⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador dos Ofícios expedidos, p.239. 3 de Agosto de 1841.

²⁰⁴⁶ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02 Copiador de correspondência..., pp.252-253. 23 de Dezembro de 1841.

guardadas, nomeadamente, as pinturas da colecção de Frei Manuel do Cenáculo e outras provenientes de extintos conventos. Tal como no caso de S. Francisco da Cidade, serão vários os ofícios a chamarem a atenção para a situação e suas consequências, numa situação cuja resolução, também se prolongou no tempo²⁰⁴⁷. Algo que vem demonstrar que o património pictórico nacional nem sempre foi suficientemente valorizado, nem mereceu a protecção devida, mesmo tendo em atenção todas as contingências financeiras a que os diversos governos estiveram sujeitos ao longo do século XIX.

A ação de José Feliciano de Castilho (1843-1847)

Em Lisboa, foi com o Bibliotecário-Mor, **José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha** que surgiu uma nova atitude e sensibilidade face ao património pictórico que permanecia à guarda da Biblioteca²⁰⁴⁸.

A 12 de Julho de 1843, este Bibliotecário-Mor, então já com a administração do Depósito – incorporado na Biblioteca em Novembro de 1841 – escrevia em jeito de Memória as “*Causas poderosissimas que em nosso entender obstarão á continuação deste Estabelecimento no local em q se acha*”²⁰⁴⁹, carta endereçada ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, António Bernardo da Costa Cabral. Para além de aspectos como a inexistência de uma digna Sala de Leitura, enumerava outros relacionados com o edifício em si, a sua construção, não deixando de constatar que a tipologia do edifício, com corredores e pequenos quartos, prejudicava o serviço.

À carência de luz e à “*falta de ventilação dos ventos do Nordeste (...) e excesso da mesma em quanto aos do Sul, e Noroeste, que por muito umidos causão grave daminificação*”²⁰⁵⁰, juntava-se uma “*Humidade extrema, procedente do Terrasso que cobre todo o Edificio, da gr.^{de} Cisterna que neste existe; e dos canos que por entre as paredes para ali conduzem a agoa das chuvas, que caem no dito Terrasso*”²⁰⁵¹; por último

“*Hum desenvolvimento excessivo das particulas de tijolo de que é formado todo o pavimento da casa, que resolvendo-se em uma mui subtil e extrema quantidade de pó; e inutilizando todas as providencias, e cuidados, se introdus nos livros, e os corroe; e*

²⁰⁴⁷ Na ultima década de oitocentos são várias as alusões às más condições da designada sala dos quadros. ANTT, ISBA, Caixas 180, 181 e 190.

²⁰⁴⁸ SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano, "O restauro das pinturas conventuais à guarda da Biblioteca Nacional (1835-1913): Contributos para a história da conservação e restauro" in *ARTisON* N°3 (edição especial...) (pp.224-235) p.226, disponível em <http://artison.lettras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/78/71>.

²⁰⁴⁹ ANTT, MR, Mç 3723.

²⁰⁵⁰ *Idem, ibidem.*

²⁰⁵¹ *Idem, ibidem.*

*nos que acha predispostos pela umidade, que reina em muitas das localidades da casa, produz uma damnificação, que só pode ser bem avaliada, por quem, com intimo desgosto, atem observado”*²⁰⁵².

Tal, affectava, decerto, todas as pinturas que ali permaneciam, incluindo as que deveriam vir a fazer parte da ambicionada Galeria dos Homens e Varões Ilustres de Vasco Pinto Balsemão²⁰⁵³. A “Memória” da referida carta, terá acompanhado a visita ao local do próprio Ministro, publicada no dia imediato (13 de Julho), em *Diário do Governo*:

“Hoje, 12 do corrente, pela uma hora da tarde, visitou o ex.^{mo} sr. ministro e secretario d’Estado dos negocios do reino a bibliotheca nacional de Lisboa, de que s. ex.^a é inspector geral, com o fim de convencer-se por si mesmo da necessidade urgente de mudança de local, que lhe fôra ponderada pelo sr. bibliothecario-mor.

S. Ex.^a quis examinar todos pelos seus proprios olhos, e para isso percorreu todo o estabelecimento, escutando attentamente as observações que lhe eram submetidas, e declarou mui fornal e explicitamente que faria quanto em suas forças coubesse para remover promptamente essas importantissimas riquezas de um local onde, se continuassem a permanecer, dentro em poucos annos pela maior parte se destruiriam. A humidade da casa, a impropriedade da sua disposição, a falta de ar e de luz, a mesquinhez da sua apparencia, a grande difficuldade do serviço, a poeira que, elevando-se dos tijolos, corre e estraga todos os livros, taes foram algumas das principaes observações que s. ex.^a fez ao convento de S. Francisco.

*Depois de haver ao mesmo tempo examinado as mais notaveis preciosidades das varias secções de impressos, de manuscriptos, de medalhas, de antiguidades; de ter corrido todo o deposito das livrarias dos extinctos mosteiros, e o dos paineis, s. ex.^a se retirou, deixando aquelle bello estabelecimento esperançado de uma proxima mudança para mais apropriado local.”*²⁰⁵⁴

Em Novembro desse ano de 1843, no “*Officio Ministerio do Reino que encerra o orçamento d’esta Bibliotheca para o anno economico de 1844-45*”, Castilho, no “*Cap. VII*”, revelava o estado deplorável em que as pinturas se encontravam e a urgência que existia em mudar o estado das coisas:

²⁰⁵² *Idem, ibidem.*

²⁰⁵³ Que ainda não estaria efectivada.

²⁰⁵⁴ *Diario do Governo* nº 162, 13 de Julho de 1843, p. 1167.

“Existem mais de mil paineis, os quaes estiveram desde a sua origem até hoje amontoados vandalicamente n’um corredor aberto, e expostos a todas as inclemencias. Ando-os removendo todos para menos improprio local, afim de poderem salvar-se de completa destruição estes importantes restos, e proceder-se a trabalhos indispensaveis para que se não inutilisem, o que acontecerá, se se não tomarem immediatas providencias. = Para tudo isso apenas peço R.^s 100\$000.”²⁰⁵⁵

A visita do Ministro, ocorrida num momento político reformador, mas turbulento e de adiamento das Cortes, não teve as esperadas repercussões e, em 1844, Feliciano de Castilho, no seu *Relatório à cerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos, dirigido ao Exm.o Sr. Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino...*²⁰⁵⁶ [Fig.38], esclareceu e aprofundou as condições a que as pinturas dos conventos estavam sujeitas e sobre aquele que era o “micro-clima” do antigo edifício conventual, que classificava então como “devastadora e indecente casa”²⁰⁵⁷. Segundo ele

“Os mais terríveis inimigos de todo o depósito de livros e manuscriptos²⁰⁵⁸ - a humidade – o pó – a traça – e a falta de ventilação.

A humidade é n’esta casa um flagello durante todo o inverno, sem que haja um gabinete ao menos que d’ella seja isempto: penetra nos logares mais reservados, como é fácil de reconhecer, pela sensível deterioração diaria, em muitas obras (...). Basta a simples inspecção de parte das abóbadas dos corredores e cellas, para reconhecer este mal, que, por seos resultados, todos os dias se-vai agravando.”²⁰⁵⁹

A ventilação era insuficiente o que agravaria a humidade –

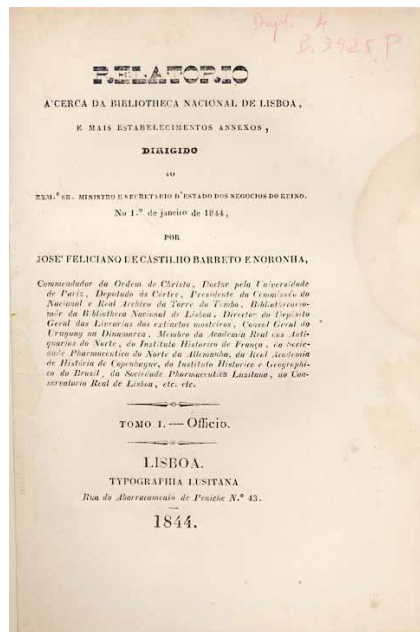


Fig.38 Folha de rosto do Tomo I do *Relatório à cerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos...*, publicado em 1844. BNP: B.A.D. 542 P.

²⁰⁵⁵ BNP, AH, BN/DGA/04/Lv02 Copiador de correspondência, p.405 (pp.399-410). 16 de Novembro de 1843.

²⁰⁵⁶ CASTILHO (Barreto e Noronha), José Feliciano de, *Relatório à cerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos, dirigido ao Exm.o Sr. Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Reino – no 10 de Janeiro de 1844*, Vol. I, Typographia Lusitana, Lisboa, 1844.

²⁰⁵⁷ CASTILHO, *op. cit.*, p.124.

²⁰⁵⁸ Não esqueçamos que as pinturas se encontravam no mesmo local.

²⁰⁵⁹ CASTILHO, *op. cit.*, pp.124-125.

“A ventilação é difficilima, pela impossibilidade de estabelecer correntes de ar na maior parte das casas, sendo de mais as janelas próprias de convento, isto é, mui estreitas e baixas, simples aberturas separadas do interior por paredes mestras das mais colossais dimensões.²⁰⁶⁰ (...) A humidade, (...) torna a casa sumamente doentia, grande inconveniente para o público, e sobretudo para os empregados, dos quaes quasi constantemente alguns se-acham enfermos. (...)”²⁰⁶¹

O pó era outro dos problemas apontados:

“O pó corrosivo, que se-eleva constantemente do imenso pavimento de tijolos, é inimigo tão impossivel de debelar que, algumas horas depois da limpeza dos livros, ainda que ninguém haja passado, nem janela alguma se tenha aberto, já os livros estão cercados d’uma nova camada d’elle.”²⁰⁶²

O mesmo aconteceria com as pinturas.

Apesar de apontada como um dos “inimigos”, “a traça não é abundante”²⁰⁶³.

No capítulo XV, especificamente dedicado ao “Depósito dos Paineis dos Extinctos Conventos”, a descrição feita por este Bibliotecário, imbuído de grande preocupação com o estado dos quadros, é esclarecedora das condições em que estes se encontravam e as medidas então tomadas. Algumas tinham já sido escolhidas pela Academia de Belas-Artes, outras entregues a diferentes estabelecimentos; sobravam em Depósito 991 quadros, a que se acrescentavam os que estavam

“em rolos (dos quaes a maioria, é verdade, de infimo valor) (...) amontoados em desordem n’um corredor, que a academia (...) impréstara; com janela sempre abertas; expostos a todas as inclemências; calcados aos pés pelas pessoas, que tinham de intrar no dicto corredor; e, enfim, na sua maior parte, já completamente estragados e inúteis. Mas ainda bastantes tinham tido a fortuna de resistir ao vandalismo, que presidira a semelhante arrumação; tractei logo de salvar o possível, enquanto era tempo.”²⁰⁶⁴

Consciente da gravidade da situação, Castilho tomou as medidas que achou possíveis, que terão melhorado em muito as condições de conservação no Depósito:

²⁰⁶⁰ *Idem, ibidem*, 125-126.

²⁰⁶¹ *Idem, ibidem*, p.128.

²⁰⁶² *Idem, ibidem*, p.125.

²⁰⁶³ *Idem, ibidem*.

²⁰⁶⁴ *Idem, ibidem*, p.91-92.

“Faltava-me espaço para remover e guardar tão considerável quantidade de quadros, alguns dos quaes de enormes dimensões: mas não querendo, nem mais um dia, deixar aquellas martyrisadas antigualhas, e em parte riquezas, fora das portas dos estabelecimentos a meo cargo, dispuz, ao centro dos longos corredores do extinto convento de S. Francisco, no andar superior, uma serie de roldanas e cordas, por meio das quaes, e de uma particular disposição, pude, com insignificante dispêndio, formar, sem estorvo do serviço, uma extensa galeria, onde os paineis ficarão conservados no mesmo estado em que hoje se-acham, e poderão, um por um, ser examinados, sem necessidade de deslocação, o que hoje se não dava, pois para procurar um, era necessario revolver todos, augmentando, com estes contínuos movimentos, a deterioração a que enfim puz um termo. (...)”²⁰⁶⁵.

Lembrava também as consequências do seu mau transporte e deficiente arrecadação:

“Entre estes paineis, muitos há, com sentimento o-digo, de valor, e completamente perdidos, por os-haverem transportado inrolados, ou dobrados, deixando-os assim durante uns poucos de anos, pois só agora pela primeira vez foram todos abertos.”²⁰⁶⁶

Em Março de 1844, Feliciano de Castilho aludia ao *“completo cahos em que se achavam todos esses malfadados e vandalicamente tratados paineis”* quando tomou conta da Biblioteca, salientando que tal tinha tornado impossível a localização de obras por *“indicações antigas”* e que apesar de existir então uma *“Galeria geral”*, *“só pela inspecção de quem tiver conhecimento do que pede é que se poderá com segurança escolher”²⁰⁶⁷.*

De umas supostas sessenta e duas pinturas provenientes do Colégio do Espírito Santo de Évora, então somente *“se conseguiam depois de um prolongado e minucioso exame das pinturas que desde a sua entrada para o Deposito ficaram sempre em rolos, apenas se acharem 19 grandes, e 18 pequenos, que de certo [lhe] pertenceram”²⁰⁶⁸.*

De salientar que as atitudes demonstradas por este bibliotecário durante o seu mandato, face ao património pictórico arrecadado naquela instituição, foram para além de sustentar a sua degradação, traduzindo-se igualmente na criação de condições de acesso às obras e no reconhecimento da importância da preservação de testemunhos do passado, património que

²⁰⁶⁵ *Idem, ibidem*, pp.92-93.

²⁰⁶⁶ *Idem, ibidem*, p.94.

²⁰⁶⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 26 de Março de 1844. De Feliciano de Castilho ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

²⁰⁶⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. “Porem Tendo sido consultados varios Professores da Academia de Bellas Artes, estes apontaram ainda mais 4 pequenos que julgam pertencerem é mesma collecção.”. 26 de Março de 1844. De Feliciano de Castilho ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

deveria ser preservado, independentemente, do seu valor monetário, artístico ou funcional²⁰⁶⁹, algo espelhado nas pinturas de que restava apenas o referido suporte enrolado ou dobrado, a respeito das quais admitia que “*apesar de grande número estar inutilizado, não consinto em que um unico se destrua, e vou guardando até esses inuteis panos*”²⁰⁷⁰. Castilho demonstrava, com tal atitude, talvez uma posição pessoal face ao passado e ao património, contrariando a destruição da memória que Alexandre Herculano dizia ser apanágio desses anos e valorizando a ruína, ainda antes de a ruína arquitectónica ser valorizada por John Ruskin²⁰⁷¹. Atitudes que, como veremos mais adiante, contrastarão com a de outros directores daquela Biblioteca.

Quanto à Academia de Belas-Artes, também no início de 1844, a sua situação era difícil e pública. Na imprensa, particularmente em *O Panorama* e no *Universo Pittoresco*, surgiam críticas severas à incúria patrimonial e a algumas das suas causas²⁰⁷². As esperanças criadas com a criação da Academia, em 1836, tinham sido “sabotadas” pela falta de um edificio adequado. O escritor Ribeiro de Sá, fazendo o comentário da Exposição Trienal de 1843²⁰⁷³, (a segunda que se realizava, e que ocorria nas salas de aula com as obras contemporâneas a conviverem com as pinturas conventuais), denunciava as más condições de S. Francisco da Cidade, edificio que, apesar das diversas obras a que tinha sido sujeito, continuava sem condições suficientes para a permanência da Academia, tornando-se, deste modo, imperiosa a sua transferência, para que

“(...)os quadros não se damnifiquem continuamente pela humidade das salas em que estão collocados, em que haja luz sufficiente e que se possa appropriar do modo que mais convier aos differentes quadros, e finalmente que tenha proporções para se formarem as galerias indespensaveis, e que tanta falta fazem; e que alem de todas

²⁰⁶⁹ Soares, Clara Moura *et al.* (2012), “Conservação e destruição de pinturas dos conventos extintos em Portugal durante o século XIX”. ECR – Estudos de Conservação e Restauro. Porto. UCP. 4 (2012), 231-248, p.245.

²⁰⁷⁰ CASTILHO, *op. cit.*, pp.92-93.

²⁰⁷¹ SOARES, Clara M.; RODRIGUES, Rute M.; CRUZ, António J.; REGO Carla, “Conservação e destruição de pinturas dos conventos extintos em Portugal durante o século XIX”, in *ECR- estudos de conservação e restauro*, 4 (2012), (pp. 231-248), p.245, disponível em http://artes.ucp.pt/citar/ecr/ecr_04/ecr_04.pdf. CUSTÓDIO, Jorge, “Salvaguarda do património Antecedentes históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)” in M. E. L. Coelho, *Dar futuro ao passado*, Lisboa, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, 1993, pp. 33-71. MARTÍNEZ JUSTICIA, M.^a José, *Historia y Teoría de la Conservación y Restauración Artística*, Madrid, Tecnos, 2.^a ed., 2001.

²⁰⁷² FERREIRA, Emília, *Expor para salvar: a importância da Exposição de Arte Ornamental para a história do restauro e da conservação do património móvel em Portugal*, in *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, Ed. R. F. Silva, A. Pais, Instituto Português da Conservação e Restauro, Lisboa, 2007 (pp.41-55), p.46

²⁰⁷³ XAVIER, Hugo André de Almeida Vale Pereira, *O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Especialidade em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014, p.60. Era a segunda exposição que se realizava, e que ocorria nas salas de aula com as obras contemporâneas a conviverem com as pinturas conventuais. *Idem, ibidem*, p.60.

*estas vantagens, em relação aos objectos da arte, não seja prejudicial á saude dos artistas como é o local onde actualmente está (...)*²⁰⁷⁴.

Com um historial pouco brindado pela sorte, os artigos publicados não predestinavam final positivo para as pinturas ali guardadas entre poeiras e humidades, concluindo que

*“Se de proposito se quizesse procurar um edificio, onde os livros da biblioteca, e os paineis da academia estivessem expostos aos estragos irreparaveis causados pela muita humidade, no inverno, e pelo pó, que no verão se levanta nas cazas ladrilhadas, de certo que não seria facil achar outro mais adaptado ao intento.”*²⁰⁷⁵

Em 1845, os problemas expostos por Castilho, pareciam finalmente ecoar.

“A NECESSIDADE, tantas vezes ponderada e cada anno, cada mez e cada dia mais urgente, de se olhar pela conservação da bibliotheca publica de Lisboa, foi enfim attendida pelas cortes na sessão de 5 de abril. Por ocasião de lhes apresentar os quatro volumes do recém-impresso relatorio (...), ponderou-lhes e provou-lhes o Sr. José Feliciano de Castilho a indispensavel necessidade de se preparar quanto antes casa nova, para onde aquelle copiosissimo e mui consultado deposito de sciencia se refugiasse contra as aguas, que no inverno o encharcam, e o corrosivo pó dos tijolos que o devora nas securas do verão : e requereu que por uma providencia prompta se procurasse se procurasse pôr termo á devastação, já começada, já visível, sempre recrescente e que dentro em pouco viria a ser irremediavel. As cortes auctorisaram ao governo para a necessaria edificação, que é de esperar não tarde em começar-se. A escolha do logar para ella deveria estar a ser, desde já, discutida pela imprensa periodica”,

relatava uma notícia da *Revista Universal Lisbonense*²⁰⁷⁶.

A visita de D. Fernando II a S. Francisco da Cidade, certamente alertado pelas “novidades”, traria um novo alento aos estabelecimentos ali instalados. Na mesma revista, a pequena nota com o título “*Novo motivo para boas esperanças*”, resumia as notícias da época:

“Temos todo o fundamento para accreditarmos que a legislada obra da edificação da bibliotheca se effectuará com a possivel brevidade. As urgentissimas razões, que ha

²⁰⁷⁴ Apud FERREIRA, *op.cit.*, p.46 (SÁ, S. J. Ribeiro de, *Academia das Bellas-Artes de Lisboa. Exposição de 1843. O Panorama*, nº107, 13 de Janeiro de 1844, p.13).

²⁰⁷⁵ Apud FERREIRA, *op.cit.*, p.46 *idem*, *Universo Pittoresco*, p.340.

²⁰⁷⁶ *Revista Universal Lisbonense, Jornal dos Interesses Phisicos, Moraes e Litterarios. Colaborado por muitos Sabios e Litteratos, e redigido por Antonio Feliciano de Castilho*. Tomo IV, Anno de 1844-1845, Lisboa, Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1845, p. 460.

muito o pedem, são hoje conhecidas não só do publico mas até dos proprios olhos dos ministros e de Elrei. S. M. o Sr. D. Fernando visitou terça feira 23, aquelle estabelecimento. Examinando como bom entendedor as muitas raridades e preciosidades, typographicas, manuscriptas, numismaticas e artisticas que alli se encerram, e notando a deterioração que n'ellas vão fazendo conjunctamente com a lima surda do tempo a humidades, os bichos e o pó, deplorou que não houvesse ha já muito accudido a um thesouro publico de tanta monta”²⁰⁷⁷.

Em sequência era emitida por José Bernardo da Costa Cabral uma portaria, a 17 de Maio de 1845, que acompanha a mesma notícia, reveladora das diligências já tomadas nesse mesmo ano:

“Havendo-se ordenado ao inspector geral das obras publicas do reino em officio do 1.º de fevereiro do corrente anno, que com a maior urgencia fizesse proceder a uma vistoria minuciosa no edificio outr’ora destinada para templo de S. Francisco da Cidade, de modo que se conhecesse qual o plano que deveria ser adoptado para accommodal-o ao estabelecimento da Bibliotheca Nacional. e qual o orçamento da despesa em que importaria esta obra : e tendo posteriormente o corpo legislativo auctorisado o governo para contractar a construção de um edificio que satisfaça o objecto de similhante indicação : Manda Sua Magestade a Rainha, recommendar ao inspector geral das obras publicas do reino a expedição dos trabalhos que lhe foram commetidos pelo citado officio, no desempenho do que se deverá entender-se com o Bibliothecario-mór da Bibliotheca nacional, podendo até, se o julgar conveniente, abrir concurso a que sejam convidados quaesquer architectos nacionaes ou estrangeiros para dentro de um prazo curto apresentarem um plano que preencha todas as condições, que elle, de accôrdo com referido Bibliothecario-mór, designará, o qual plano acompanhado do referido orçamento subirá depois a esta secretaria d’estado para Sua Magestade resolver a final o que tiver por melhor. (...)”²⁰⁷⁸.

Muito provavelmente motivadas pelos acontecimentos acima relatados, e por uma representação do director de Belas-Artes, o escultor Francisco de Assis Rodrigues, ao Ministério do Reino – acerca da absoluta necessidade de uma casa própria para servir de galeria dos quadros que ali existiam e da necessidade de reparos para evitar a introdução da chuva e a

²⁰⁷⁷ *Idem, ibidem*, pp.541-542.

²⁰⁷⁸ *Idem, ibidem*, p.541.

frialdade das casas interiores²⁰⁷⁹ – em Agosto do mesmo ano de 1845, as obras pareciam chegar à Academia, nomeadamente, o arranjo da galeria, ambicionado espaço que se esperava melhorasse as condições de conservação das pinturas; os custos, não demoveriam esta realização, apesar de aparente opinião negativa do Inspector Geral das Obras Públicas:

“Sendo presente a Sua Magd.^e A Rainha a informação e parecer dado pelo Inspector Geral das Obras Publicas do Reino, em seu Officio Nº 283 de 10 de Julho ultimo, ácerca das obras que se tornão precisas no edificio da Academia de Belas-Artes de Lisboa, ultimamente requeridas pelo Director Geral da mesma Academia; as quaes consistem na reparação de asphalto em um terraço – na factura d’um guarda vento, e concerto d’um tecto e finalm^{te} no arranjo de uma casa para galeria dos valiosos quadros que alí existem menos bem acondicionados, e por isso expostos a uma inevitavel deterioração. Manda A Mesma Augusta Senhora que o Inspector Geral faça proceder as indicadas obras, cuja despêza se acha calculada na importancia de 589\$000r.^s conforme o seu respectivo orçam^{to}; e com especialid.^e á do arranjo da mencionada Galeria; por q ainda que se tornão muo dignas de louvor as ponderações feitas pelo referido Inspector Geral relativam^{te} a poder prescindir-se desta ultima parte das obras requeridas, e o zelo e pensamento economico que as motivára, não deve por outra parte deixar de attender-se a que a perda dos ditos quadros pela impropriedade com que se acham arrecadados, será m^{to} mais sensivel, do que a despeza de 341\$400 r.^s, com que vae attender-se á sua geral conservação, pela factura da mencionada Galeria. (...)”²⁰⁸⁰.

No geral, e apesar das boas intenções, tudo permaneceria na mesma.

No entanto, cabe realçar que o papel e sensibilidade de José Feliciano de Castilho se mostraram inéditos e, que, apesar dos resultados terem sido relativos, ele assumiu uma posição de excepção neste contexto, tomando atitudes concretas que visavam a defesa efectiva de um espólio patrimonial até então negligenciado.

As décadas de 50 e 60 em S. Francisco da Cidade. Atitudes e confluências.

²⁰⁷⁹ ANTT, IOP, Livro 70 fls.76-77 e Livro 73 p.96. 24 de Maio de 1845. Ofício do Visconde de Tilheiras, Ministério do Reino, ao Inspector Geral das Obras Públicas do Reino, remetendo ofício do director da Academia “a fim de que em vista do orçamento a que fizer proceder, segundo as obras apontadas no mesmo officio, e que remetterá a este Ministerio, haja de informar com o seu parecer sobre semelhante requisição.”

²⁰⁸⁰ ANTT, IOP, Livro 70 fls.114-114vs e Livro 73 p.113. 7 de Agosto de 1845. Portaria do Ministerio do Reino, 2ª Direcção, 1ª Repartição, Nº235, Lº3.º, António Bernardo Costa Cabral.

Na década de cinquenta o Convento de S. Francisco sofreria algumas obras que, poucas melhorias efectivas terão trazido²⁰⁸¹. De facto, em Dezembro de 1850 dava-se conta do “*resultado do concurso p.^a a obra do Estabelecim.^{to} da Biblioteca Publica de Lisboa na profanada Igreja do ext.^o Convento de S. Bento*”²⁰⁸² e quase um ano depois remetia-se orçamento dos arranjos solicitados pelo Bibliotecário-Mor na Biblioteca Nacional (reparação do terraço para evitar infiltrações, novas estantes para colocar livros que estavam sobre os ladrilhos etc.) aludindo à “*incerteza da conservação da Bibliotheca n’aquelle edificio*”²⁰⁸³.

Em 1851, **José Canaes de Figueiredo Castello-Branco** (1851-1857), então bibliotecário-mor, reconhecia a deterioração de grande parte dos quadros, ocorrida antes do Depósito ser concedido à Biblioteca, e a conveniência de que fossem dados a “*Igrejas Publicas, porque lá melhor se consêrvão*” e além disso, podiam “*concorrer para augmento da devoção dos fieis*”²⁰⁸⁴. Segundo ele, não existiam serventes para a limpeza do depósito e

“os livros e os quadros de depósito careciam de alguma, apesar do esmerado zêlo do fiel, que tinha cuidado de varrer, elle mesmo, os extensos corredores, onde se achavam em estantes, e tambem sobre o ladrilho, por estar occupada uma parte do edificio pelo Governo Civil e pelo Batalhão da Carta!”²⁰⁸⁵

²⁰⁸¹ Para além de pequenas obras, a partir de 1852 (e depois de complicações surgidas em 1850 pela venda de um terreno, que não chegou a acontecer devido à acção da Academia, que chegou a nomear uma Comissão de professores architectos, fazendo ver ao Governo os inconvenientes que daí resultariam) (SILVA, Luís Cristino da, *A sede da Academia Nacional de Belas-Artes no vetusto edificio do antigo Convento de S. Francisco da Cidade. Estudos e Subsídios diversos*, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Culturais, 1973, pp.15-16) ocorreram demolições e o largo em frente da Academia e Biblioteca ficou configurado; as demolições implicariam, no entanto, o arranjo do frontispício do edificio ocupado pela Academia, a fachada principal que dava para o largo recém-criado. Para tal a Academia chegou, através dos seus professores, a realizar alguns estudos e projectos, ambiciosos e que dotariam a instituição de novas (e grandes) instalações (*idem, ibidem*, pp.19-25); apesar destes projectos, o Governo, em 1857, apresentou (sem consulta) um projecto de arranjo do antigo edificio conventual, bastante mais modesto e económico – limitou-se a mandar efectuar a reparação das zonas mais arruinadas, rasgando e transformando em janelas os pequenos vãos conventuais e criou, na entrada principal, uma larga portaria estabelecendo um longo átrio no eixo das antigas galerias de acesso (*ibidem*, p.18). Conjuntamente, junto a este novo corpo de entrada, desenvolvendo-se ao longo do declive do largo, foi construído um muro de suporte, que ocultava a zona mais arruinada do edificio, onde anteriormente existira um amplo claustro de traçado clássico (de que ainda restam alguns vestígios), localizado entre o convento e a igreja (*ibidem*).

²⁰⁸² ANTT, IOP, Livro 33, pp.206-210. 11 de Dezembro de 1850.

²⁰⁸³ ANTT, IOP, Livro 34, pp.6-7. 4 de Setembro de 1851. Com a colocação dos livros em estantes cessaria o “inconveniente da humidade que os estraga”. Quanto ao pó dos ladrilhos esse era “um mal (...) comum a todos os outros sítios ladrilhados” e não viam vantagem em assoalhar um local em especial, nomeadamente, numa altura em que a permanência em S. Francisco estaria em causa.

²⁰⁸⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01, 27 de Novembro de 1851. Relativo a quadros para a Junta da Paróquia de S. Tiago da Vila de Soure e para a Santa Casa da Misericórdia da mesma vila.

²⁰⁸⁵ CASTELLO-BRANCO, José Barbosa Canaes de Figueiredo, *Estudos Biographicos de Noticia das Pessoas Retradas nos Quadros Historicos Pertencentes à Bibliotheca Nacional de Lisboa*, Lisboa, Editor F. A. da Silva, 1854, p.IX. O Batalhão de Voluntários da Carta tinha sido instalado em 1846 num dos dormitórios do convento destinado a depósito de livros do DLEC. A contiguidade e as actividades militares terão provocado danos, infiltrações e ruídos. BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.157.

Acerca da limpeza das pinturas ali depositadas referia:

*“fiz proceder a sua limpeza desde 10 de Março de 1852, uns quinze dias mais adiante mandei collocar em logares separados, dividindo-os em sacros e historicos ...”*²⁰⁸⁶.

Dez anos depois do relatório de Castilho, e nove das boas intenções proclamadas em 45, em 1854, **Castello-Branco** verificava o estado de destruição de muitas obras, apesar da primeira organização efectuada pelo antecessor :

*“De todos esses quadros, uns tinham ainda moldura, e outros estavam enrolados, e pela maior parte padeciam ruina, ou principio della; e de grande porção so apenas existiam as lonas (a muitos dos enrolados, quando se abriram, estalou e se desfez toda a pintura), ou não eram já mais que farrapos. Estes deteriorados, pesaram cincoenta e cinco arrobas, e se pozeram à parte para se lhe darem o destino conveniente”*²⁰⁸⁷.

A solução então encontrada para dar destino aos cerca de 800 kg de materiais, restos de pinturas, foi serem *“queimados no Campo Pequeno por ordem do Governo Civil, e com assistencia de um empregado desta Repartição, e outro da Bibliotheca, em 4 de Outubro de 1853”*²⁰⁸⁸.

Três anos depois, em Junho de 1857, o mesmo bibliotecário dava conta da existência na Biblioteca Nacional de

“uns quinhentos e dezenove quadros históricos, dos quaes parte estão em bom estado, e outros soffríveis, e outros muito mal conservados, e que eu quis reservar depois do primeiro exame e limpeza com o fim de vêr se poderiam ter algum remedio”.²⁰⁸⁹

Ao longo dos anos, poucas alterações ocorreram em S. Francisco. Ali permanecia a Biblioteca Pública e o Depósito – e também a Academia de Belas-Artes –, sem soluções à vista que

²⁰⁸⁶ CASTELLO-BRANCO, *op. cit.*, p.X. A forma e profundidade de como era realizada esta designada limpeza é desconhecida, mas poderia basear-se em técnicas como as divulgadas em obras como *Secrets concernant Les Arts et Métiers* (1766), *Ouvrage utile, nom seulement aux Artistes, mais encore à ceux qui les emploient* (1790), *Segredos das Artes Liberaes, e Mecanicas, Recopilados, e Traduzidos de vários Authores selectos, que trataõ de Fisica, Pintura, Architectura, Optica, Quimica...* (1744/1818), ou *Segredos Necessarios para os Officios, Artes, e Manufacturas, e para muitos objectos sobre a economia domestica, extrahidos da Encyclopedia Geral, da Encyclopedia Methodica, da Encyclopedia Prática, e das melhores obras, que tratarão até agora destes objectos* (1819). ARAÚJO, Agostinho, “Os Restauros de Painéis e a actividade de alguns pintores italianos em Portugal (C.A. 1710-1860), in *Nel mezzo del cammin* Actas das Jornadas de Estudos Italianos em honra de Giuseppe Mea, s.l., s.d., (pp.11-63), disponível em <http://hdl.handle.net/10216/55096>.

²⁰⁸⁷ CASTELLO-BRANCO, *op.cit.*, p.XI.

²⁰⁸⁸ *Idem, ibidem.*, p. XI.

²⁰⁸⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01, Doc. Nº74. 8 de Junho de 1857. Do Bibliotecário-Mor Barbosa Canaes de Figueiredo Castelo Branco ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Documento/relatório sem data, provavelmente contemporâneo ou de meados dos anos sessenta, refere no Cap. 8º “Estado presente do Deposito e da Bibliotheca” a existência do mesmo número de pinturas e condições. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/24/Cx02-06, fl.35.

conseguissem minimizar, permanentemente, os males que afligiam o extinto convento e os seus ocupantes. Desta forma, não é de estranhar que os sucessivos relatórios dos bibliotecários aludissem, quase sempre, aos mesmos problemas.

No caso da Academia, o Professor António Manuel da Fonseca, em Novembro de 1855, referia que os quadros existentes na sua Aula “*caminhavam á sua total ruina e completa destruição, por causa da grande umidade*” e propunha que fossem cobertos com cortinas e lhes fosse dado “*verniz de conservação*”.²⁰⁹⁰ Esta proposta, não foi aceite, mas antes que os quadros fossem afastados da parede e fosse feito uso dos fogões para desumidificar o ambiente²⁰⁹¹. Cuidados insuficientes, mas justificáveis pela natureza daquela instituição.

Aguardava-se uma ambicionada galeria de pintura, tendo sido feitas diligências para a sua concretização, no início de 1856. Em virtude de um ofício de 12 de Janeiro “*em que a Academia apresenta a necessidade que ha de se proceder a feitura de uma galeria para a conservação dos quadros, e bem assim a construcção de um laboratório de esculptura para estudo e exercicio dos alumnos (...)*”²⁰⁹², D. Pedro V ordenava que a mesma Academia propusesse “*(...) os necesarios projectos de uma e outra causa, tendo em vista a mais stricta economia (...)*”²⁰⁹³.

Conferência extraordinária de 15 de Março de 1856, convocada a pedido dos Professores António Manuel da Fonseca, Francisco Augusto Metrass e Joaquim Pedro de Sousa, com o intuito de “*(...) se tratar definitivamente da conservação e collocação provisoria dos quadros existentes na Academia (...)*”, expunha a situação em que as pinturas ali arrecadadas se encontravam. Metrass

“*(...) demonstrou a necessidade de se cuidar seriamente na conservação dos quadros, que não obstante não haver ainda uma galeria propria para a sua collocação, julgara urgentissimo tirar quanto antes o grande numero delles que ainda hoje se achão amontoados em arrecadação, e collocarem-se pelas paredes das differentes aulas e mais cazas d’Academia em quanto não se construir essa galeria tão necessaria para a boa conservação de taes objectos d’arte; que lhe parecia conveniente nomear-se para este fim uma commissão, e que a esta fosse entregue o catalogo existente dos mesmos quadros para melhor poder regular os seus trabalhos*”.

²⁰⁹⁰ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta de 29 de Novembro de 1855.

²⁰⁹¹ *Idem, ibidem.*

²⁰⁹² ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta (nº434) da Conferência extraordinária de 14 de Fevereiro de 1856.

²⁰⁹³ *Idem, ibidem.* Acerca dos projectos e seu (não) desenvolvimento vide XAVIER, *op.cit.* pp.62-69.

Surgiria assim uma Comissão constituída por António Manuel da Fonseca, Joaquim Rafael, Joze Francisco Ferreira de Freitas e Francisco Augusto Metrass.

Na mesma assembleia, eram revelados mais aspectos acerca da conservação dos quadros, que tinham sido retirados das aulas e o porquê de tal atitude:

“(...) o S^r Director (...) observou, que a Academia nunca se descuidará da boa conservação dos quadros, que a falta de uma galeria propria para tal fim éra o motivo porque muitos delles ainda se achão em arrecadação, q já tinhão estado collocados mas q em consequencia de um ter apparecido damnificado a Conferencia determinou q se retirassem em q.¹⁰ não houver a galeria.

O S.^r Joaquim Rafael que já tinha pedido a palavra declarão então que, com quanto aprovasse muito se tratasse da conservação dos quadros, que formalmente se opporia á collocação delles na sua Aula, allegando que aquellas paredes só devem ser destinadas aos trabalhos premiados dos seus discipulos; declarou mais, achar-se autorisado e de acordo com o Governo de S. Magestade, a reservar intacta a parede do fundo para fins que por enquanto entendia não dever declarar.

Esta ultima asserção do S.^r Joaquim Rafael causou alguma admiração aos membros da Conferencia, e o S.^r Fonseca observou, que não comprehendia um tal mysterio p.^a com o Corpo Academico; disse mais, que julgava tão necessario tirarem? as quadros dos lugares em que se achão e dependurarem-se pelas paredes das Aulas, que já tinha determinado que os trabalhos de seus discipulos fossem retirados dos onde teem estado até hoje, devendo-se sobre tudo, attender e tomar-se em consideração o cuidado e esmero que merecem os quadros que compõem a nossa galeria Nacional e de que a Academia é responsável. – Concordando finalmente nesta idéas a maioria dos Membros da Conferencia o S^r Director determinou que a Commissão procedesse neste sentido. (...)”²⁰⁹⁴.

Entretanto, em Relatório da Biblioteca Nacional do período de 1857 a 1859, manuscrito (não assinado) de **José Mendes Leal** (1850-1851 e 1857-1886), aludindo aos quadros não referidos na obra do seu antecessor, Canaes de Figueiredo Castello Branco, esclarecia:

“Para estes, que são ainda numerosos, não há de certo espaço n’uma casa, que deve prestar-se antes a accomodar em boa arrecadação os valores que constituem a sua

²⁰⁹⁴ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº437, da Conferência extraordinária de 15 de Março de 1856. Em Agosto desse ano a Prof. João Pires da Fonte apresentava projecto para uma Galeria e Laboratório de Escultura, que acabaria por não se concretizar. ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Conferência de 5 de Agosto de 1856.

*especialidade. Sendo porem aquelles paineis propriedade da Bibliotheca como parte do Deposito, penso que em vez de se deixarem deteriorar e perder de todo, como lhes está sucedendo, seria de grande conveniencia que o Governo de Sua Mag.de permitisse a sua venda em beneficio do cofre d'esta casa (...)"*²⁰⁹⁵.

Quanto às restantes pinturas, as mencionadas por Canaes de Figueiredo, as condições em que se encontravam não deviam ser muito diferentes uma vez que ainda não estava “*estudado o modo de lhe achar e dar conveniente collocação*”²⁰⁹⁶.

Duas décadas após a instalação do Depósito e da Biblioteca, já se podia observar os efeitos das pragas de insectos e era feita referência a traças e à aplicação de “*pós insecticidas do doutor Gavrelle*”.²⁰⁹⁷ Para além dos bibliófagos, o tradicional caruncho, com desenvolvimento fácil em ambientes como o de S. Francisco, deveria ser comum e destruidor de inúmeras pinturas (particularmente em madeira) e molduras. As traças, para além dos livros e manuscritos, encontrariam nas telas outro local de alimento, reprodução e destruição.

Simultaneamente, neste período, a Academia debatia-se com problemas nas clarabóias das Aulas de pintura²⁰⁹⁸, caso recorrente, durante décadas. Estas, então inteiramente arruinadas, permitiam grandes infiltrações de água, o que trazia elevado prejuízo para os quadros. Em 1859 tinham início obras de adaptação das duas salas de aula de Pintura de História e de Paisagem a Galeria – dotadas de iluminação zenital –, trabalho que ficaria concluído no ano seguinte²⁰⁹⁹. As infiltrações, característica intrínseca a S. Francisco, surgiam por todas as vias, e a humidade criava um ambiente impróprio, levando a que, em 1860, António Manuel da Fonseca sugerisse que os quadros da Academia “*fossem resguardados com cortinas de panninho escuro para os preservar do alcalino que os destroe*”²¹⁰⁰. Quanto ao pó e à ventilação, nesse mesmo ano, o Director Geral da Academia terá pedido que fosse mandado

“assoalhar os corredores da parte do edificio occupado pela dita Academia, a fim de evitar que o pó de ladrilho prejudique os quadros que vão ser collocados nas paredes do mesmo edificio, bem como se mande rasgar as pequenas janellas dos corredores e

²⁰⁹⁵ BNP, AH, BN/DGA/15/Cx01. Relatório de 1857 a 1859.

²⁰⁹⁶ *Idem, ibidem.*

²⁰⁹⁷ *Idem, ibidem.*

²⁰⁹⁸ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta de 29 de Julho 1858.

²⁰⁹⁹ XAVIER, *op.cit.*, p.89.

²¹⁰⁰ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta de 30 de Maio de 1860.

*quartos, para haver a ventilação indispensavel e a luz conveniente para os trabalhos artisticos”.*²¹⁰¹

Como destaca Hugo Xavier “as dificuldades do Tesouro Público obstavam a qualquer construção de raiz” e a reformulação do edifício que chegou a ser projectada, na década de 50, pelo Professor João Pires da Fonte – prevendo a construção de uma galeria de pintura – “nunca se concretizou, vendo-se aquela instituição “obrigada a contentar-se com os reparos efectuados pelas Obras Públicas nas salas de aulas de Pintura Histórica e de Paisagem, cujas estruturas envidraçadas rasgadas nos tectos deixavam entrar águas pluviais (...)”²¹⁰².

Em Novembro de 1862 era nomeada uma Comissão que ficava encarregue “*da direcção das galerias desta Academia*”, composta pelos Professores da Aula de Pintura²¹⁰³.

A Biblioteca sofreria novamente algumas obras²¹⁰⁴, em meados da década de 60 de oitocentos, mais uma vez, sem que os problemas de fundo fossem resolvidos. Quanto a pinturas, a 20 de Fevereiro de 1864, foram à praça, sem sucesso, quatrocentos e setenta e dois quadros do Depósito e, pouco mais de uma década depois da “limpeza” efectuada por Canaes de Figueiredo, “*trinta e uma arrobas de paños de quadros completamente inutilisados*”²¹⁰⁵, prova de que a degradação das obras arrecadadas continuava. No mesmo ano, algumas pinturas, seriam restauradas por António Costa e Oliveira (c.1806-?), “*Artista de Pintura Historica, Aggregado á Real Academia de Bellas Artes de Lisboa*”²¹⁰⁶, e João António Gomes, um quase desconhecido, auto-proposto²¹⁰⁷ para a realização desta tarefa, e colocadas nas salas, corredores e escadas daquela instituição²¹⁰⁸.

Em 1865, após inspecção, o Director Geral interino das Obras Públicas, Abreu e Souza, escrevia ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino reconhecendo

“não ser possivel acomodar, de maneira conveniente, naquelle local, os dois referidos estabelecimentos, sendo por isso indispensável mudar a Academia para

²¹⁰¹ AHE, AITC, DGOP ROP 2 (livro 2.2), fl.19. 29 de Setembro de 1860, Offício do Director Geral interino das Obras Públicas ao Intendente das Obras Públicas do Distrito de Lisboa.

²¹⁰² XAVIER, *op.cit.*, pp.334-335.

²¹⁰³ ANBA, ANTT (Digtarq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Conferência de 28 de Novembro de 1862.

²¹⁰⁴ BNP, AH, BN/GPA/03/Cx01-03 1865-1866

²¹⁰⁵ BNP, AH, BN/DGA/01/Cx01 Actas das Sessões do Conselho Administrativo da BNL. Minuta da Acta de 20 de Fevereiro de 1864.

²¹⁰⁶ BARBOSA, Zacharias Vilhena, *Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o Anno de 1865*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865. O anúncio de António da Costa Oliveira surgia no “*Artigo 8.º Quadros e retratos (Grandes Artistas, auctores e restauradores de)*”

²¹⁰⁷ BNP, AH, BN/DGA/01/Cx01 Actas das Sessões do Conselho Administrativo da BNL. Acta da Sessão de 3 de Março de 1864.

²¹⁰⁸ BNP, AH, BN/DGA/01/Lv01-02, BN/GF/28/Cx01-14, BN/DGA/05 /Cx03, mc03.

outro ponto. Julgo pois conveniente mandar proceder ao projecto de um edificio para a Bibliotheca no sitio aonde ela existe actualmente (...), podendo talvez começar a construcção da Biblioteca no espaço que não é occupado pela mesma Academia.”²¹⁰⁹

Três anos depois, os mesmos 472 quadros voltariam a ser colocados à venda, e de 99 não vendidos, 23 não o foram devido ao seu mau estado de conservação²¹¹⁰ que, provavelmente, seria pior do que aquele em que se encontravam em 1864.

Como resultado do agravamento das condições da “galeria” académica, em 1866 a Sociedade Promotora das Belas-Artes – que efectivada em 1861, tinha como principal objectivo “*excitar a emulação entre os artistas portugueses, propagar o conhecimento, e facilitar a venda das suas obras por meio de exposições públicas anuais*”²¹¹¹ – criticando da Academia, chegou a apresentar um documento à Câmara Municipal de Lisboa, no qual sugeria que lhes fosse doado um terreno (S. Pedro de Alcântara) onde se levaria à execução um edifício condigno, ficando a futura instituição a ser dirigida pela referida Sociedade, proposta que não se concretizaria²¹¹².

Entretanto, a efectivação da galeria nacional parecia, finalmente, estar próxima, levando a que fossem, desde logo, pensados pormenores que passavam pelo facto de ela vir a estar aberta ao público em certos dias da semana, razão pela qual o Vice-Inspector da Academia alertava para a conveniência de, rapidamente, ser nomeado um guarda “*para tractar da conservação e boa arrecadação dos quadros (...)*”²¹¹³. Aspectos funcionais que demonstravam preocupações que passavam pela conservação e segurança dos objectos que ali se pretendiam exhibir.

Dois anos depois, em Março de 1868, a abertura ao público da galeria de pinturas estava para breve; encontrava-se pronto o regulamento e o catálogo. O Vice-Inspector da Academia, o Marquês de Sousa Holstein, lembrava a necessidade de encarregar alguém “*da boa conservação dos quadros*”, algo de que não podia ser entregue aos professores de pintura “*por causa de seus importantes trabalhos*”. Propunha para desempenhar tal tarefa, Alfredo da Costa Camarate, cujo “bom serviço prestado” enquanto Conservador Interino, o tinha mostrado digno de ocupar aquele lugar²¹¹⁴.

²¹⁰⁹ AHE, AITC, DGOP ROP 2.5, fls.46-46vs. 23 de Janeiro de 1865. Offício da Direcção Geral das OP, Repartição das Obras Públicas, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

²¹¹⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/31/Cx07-01. Termo de venda e de troca de objectos saídos do DLEC.

²¹¹¹ *Apud* XAVIER, *op.cit.*, pp.121-122 (Estatutos, *Sociedade Promotora das Bellas-Artes: primeira exposição*, 1862, p.3). Idealizada em 1853, concretizada sete anos depois, viria a ter em finais de 1861 como seu Presidente o marquês de Sousa Holstein. *Ibidem*.

²¹¹² FERREIRA, *op. cit.* p.47.

²¹¹³ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Índice das Conferências..., Acta de 5 de Julho de 1866.

²¹¹⁴ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 7 de Março de 1868.

O Relatório da comissão de pintura encarregada de examinar o estado dos quadros antigos, desse mesmo ano, mencionava

*“o deplorável estado a que chegaram os quadros (...) [sucendo que] os mais preciosos exemplares das escolas estrangeiras estão em grande parte em completa ruína. Os que menos têm soffrido, ainda assim, estão cobertos com um véu branco azulado, a que technicamente se chama a constipação do verniz”*²¹¹⁵.

Como refere Maria João Neto, a humidade era a principal causa dos estragos que nem os caloríferos nem as tentativas de isolamento dos quadros das paredes exteriores resolvia, encontrando-se o espaço da galeria rodeado de edifícios mais altos que impediam a penetração do sol e, mesmo com a implementação de um sistema de ventilação o ar já viria viciado do exterior²¹¹⁶. Uma vez mais, a única solução apontada pela Comissão seria a construção de um novo espaço, ideia que não viria a ter concretização²¹¹⁷. Na formação da Galeria Nacional de Pintura, finalmente aberta ao público nesse ano, (para a qual seria imprescindível o mecenato de D. Fernando)²¹¹⁸ nas instalações da Academia, Holstein menciona que foram tomadas “cauteladas” com aquilo que designava “hygiene dos quadros”, nomeadamente, “tratou de evitar-se o contacto immediato das paredes” e “por meio de um systema de ventilação appropriado, buscou-se obstar ás alterações rapidas das temperaturas”²¹¹⁹. Além dos quadros expostos na referida Galeria muitos outros havia “de consideravel valor” também na Academia, sujeitos a péssimas condições de conservação, situação para a qual o Marquês alerta o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, salientando que estes se achavam “depositados em quartos húmidos privados de luz e ventilação por não haver local algum para os ter”, “soffrendo de irremediavel danno uma parte não pequena da riqueza publica”²¹²⁰. Rapidamente, Holstein concluiria que o único remédio seria a “construcção de uma nova sala, em sitio appropriado, que reunisse todas as condições que demanda a hygiene dos

²¹¹⁵ Apud NETO, Maria João, “A propósito da descoberta dos Painéis de São Vicente de Fora. Contributo para o estudo e salvaguarda da pintura gothica em Portugal”, in *Artis – Revista do IHA da FLUL*, nº2 (2003), Lisboa, (pp.219-260), p.225.

²¹¹⁶ NETO, “A propósito da descoberta ...”, 2003, *op.cit.*, pp.225-226.

²¹¹⁷ *Idem, ibidem*, p.226. Sousa Holstein em *Observações sobre o actual estado do Ensino das Artes em Portugal*, 1875, conclui – “Este relatório teve o resultado que têm quasi todos os relatórios. Provocou algumas correspondencias officiais; falaram n’elle dois dias os periódicos, mas infelizmente não trouxe o remédio que tão urgente era”. Apud *idem, ibidem*, p.226

²¹¹⁸ FERREIRA, *op. cit.*, p.47.

²¹¹⁹ HOLSTEIN, *op. cit.*, p.18.

²¹²⁰ Apud NETO, “A propósito da descoberta ...”, 2003, *op.cit.*, p.226 e p.241 (Documento 3).

quadros”,²¹²¹ uma vez que, mesmo tendo em consideração “*o estado financeiro pouco prospero*”²¹²² em que Portugal se encontrava, era um dever proteger essa riqueza nacional.

Na década de setenta as questões do património e conservação continuaram a encontrar-se na ordem do dia. A 10 de Novembro de 1875 foi nomeada uma Comissão²¹²³ que tinha como objectivo propor a Reforma do Ensino Artístico e a organização do Serviço dos Museus, Monumentos Históricos e Arqueologia. Presidida por Sousa Holstein, reflectia sobre o estado do nosso património e deixava transparecer a sensibilidade da época. Deste modo, nas suas sessões não se deixa de aludir à

*“urgente necessidade de mudar a rica colecção de quadros da chamada galeria da academia, para o local onde não tivesse exposta, como estava ali, a uma deterioração rapida e constante, pelas pessimas condições de temperatura e collocação, deterioração que era perfeitamente visivel aos olhos de todos”*²¹²⁴.

Em 1883 quando as melhores pinturas da Galeria vão ser transferidas para as novas instalações nas Janelas Verdes, o conde de Almedina, inspector e presidente da Academia não deixou de referir que

*“Foi assim que a galeria de pintura se conservou por alguns annos n'aquellas chamadas salas do convento de São Francisco da Cidade, onde os quadros, quer de tela, quer de madeira, se iam damnificando de dia para dia, e onde de todo se arruinariam se houvesse sido menos prompta a solitudine com que se lhes acudiu, fazendo-se a aquisição de uma casa para n'ella se organizar (...) o Museu Nacional de Bellas Artes”*²¹²⁵.

Na Biblioteca, também os problemas relatados décadas antes, permaneceriam²¹²⁶.

1.5. Descaminhos no DLEC.

Além dos descaminhos de alguns objectos, registados antes de entrarem em Depósito, outros terão ocorrido já em S. Francisco da Cidade, situações que, na maioria dos casos, permanecem

²¹²¹ *Apud* FERREIRA, p.46 (HOLSTEIN, ed. 1872, p.22).

²¹²² *Idem, ibidem*, p.46.

²¹²³ Relatório dirigido ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Ministro e Secretario D'Estado dos Negocios do Reino. Primeira Parte, *Relatórios e Projectos*, 1876.

²¹²⁴ Acta N°7 (Sessão de 10 de Janeiro de 1876) da Comissão de 1875.

²¹²⁵ ALMEDINA, Conde de, in *Catalogo provisorio. Secção de pintura*, Lisboa, Museu Nacional de Bellas Artes, 1883, p. IV.

²¹²⁶ BNP, AH, BN/GPA/03/Cx01-03. Officio de Luís Carlos Rebello Trindade.

na obscuridade ou rodeados de auras conspirativas sem subsequentes provas que atestem a sua verdadeira ocorrência. De qualquer modo, não será incorrecto afirmarmos que certamente terão ocorrido extravios, furtos, facilitados pelo grande número de objectos arrecadados, pelo caos existente, pela falta de segurança, por interesses pessoais.

Para além de outros problemas relacionados com as más condições de conservação já mencionados, o antigo complexo conventual também se mostrava deficiente em questões de segurança, o que justificou as sucessivas tentativas falhadas para que a Bíblia dos Jerónimos fosse entregue à BP, e se materializaria com diversos furtos ocorridos, nomeadamente, em 1837 e em 1863, de objectos preciosos como medalhas e o cálice de ouro de Alcobaça²¹²⁷. O tamanho, as várias dependências e ocupantes, a ausência de reforços nas portas e janelas, entre outros, deixavam o edifício exposto, situação para a qual o Bibliotecário-Mor, **Vasco Pinto de Sousa Coutinho Balsemão** (1836-1843) chegaria a alertar.²¹²⁸

A dimensão do espaço e os bens móveis ali arrecadados levou a que, em Janeiro de 1835, fosse atendida a solicitação do Doutor António Nunes de Carvalho para que ele e mais quatro empregados pudessem morar no edifício de S. Francisco, onde se achavam “já recolhidas muitas Livrarias, e pintura, e outros objectos Litterarios, e Scientificos de consideravel valor.(...)”, o que contribuiria “ (...) para melhor guarda do Deposito, e prompto expediente de serviço”²¹²⁹. O responsável do DLEC escreveria, meses mais tarde, a Agostinho José Freire, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, numa altura em que estava eminente a transferência do Hospital Militar que ainda ali permanecia, manifestando a sua preocupação e pedindo que a “*Tropa de Linha*” encarregada da vigilância, ali permaneça²¹³⁰.

²¹²⁷ ANTT, MR, Mç.3723, 1.ª Direcção, 1.ª Rep. Novembro- Dezembro de 1837. Processo relativo ao roubo; BNP, AH, BN/DGA/06/Cx01, Mç.11. 1863. Roubo na Biblioteca; BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/24/Cx02-06, fl.35. Estado presente do Depósito e da Biblioteca; *Do Terreiro do Paço ao Campo Grande: 200 anos da Biblioteca Nacional Exposição* (Catálogo), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1997, p. 94.

²¹²⁸ A 24 de Agosto de 1836 Ofício do Bibliotecário-Mor, Pinto de Sousa Coutinho (de Balsemão) a Manuel da Silva Passos, referia que tendo a Biblioteca sido mudada para S. Francisco era urgente que as Obras Públicas mandassem fazer concertos em portas e janelas, não só por questões de segurança dos objectos ali arrecadados, particularmente o “Gabinete de Medalhas que contendo muitas preciosidades se acha sem quasi nenhum resguardo”, “como para abrigo da chuva e frio”. Terão sido passadas Portarias às OP e ao Bibliotecário em 15 de Outubro do mesmo ano (ANTT, Mç.2037 – 3ª Repartição, Negócios diversos 1835-1843, cap. Letra C). Um ano depois, a respeito da possível entrega da Custódia da Sé à BP, Balsemão dizia que “por quanto tendo já por vezes representado a sua falta de segurança em quanto a portas e janelas, ainda até hoje se não poderão dar as providencias para obstar a este mal (...)” 28 de Agosto de 1837 (ANTT, MR, Mç. 2145. 8 de Agosto 1837)

²¹²⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. Portaria de 17 de Janeiro de 1835 (assinada pelo Bispo Conde Fr. Francisco).

²¹³⁰ BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.145. 16 de Maio de 1835 – representação de Nunes de Carvalho a Agostinho José Freire “O Hospital Militar acaba hoje de effectuar a sua mudança da parte, que ainda, occupava no edificio deste extincto Convento, e como receio que por este motivo cesse a guarda de Tropa de Linha, que havia no Hospital; a qual toda via he absolutamente necessario que continue no mesmo lugar, e na mesma força, não só para segurança e defeza do Depozito, que cada dia se torna mais importante, mas tambem da vizinhança : Por isso tenho a honra de representar a Vossa Excellencia, queira dar as providencias, para que a

Em Janeiro de 1836, na eminência de ali serem instaladas, contra o seu desejo, uma Companhia de Infantaria e outra de Cavalaria da Guarda Municipal, Nunes de Carvalho não deixará de afirmar que

*“Essas companhias militares serão aqui muito uteis, mesmo para a defeza do Deposito, quando este estivesse completamente organizado e seguro, e depois que homens intelligentes, e de reconhecida probidade, debaixo das minhas vistas lhes tivessem preparado os quarteis, em sitios accommodados, e que em nada compromettessem a segurança do Deposito. Antes disso serão a cauza infalivel da sua ruina.”*²¹³¹.

Uma década depois, já com o DLEC integrado na Biblioteca, o então bibliotecário-mor José Feliciano de Castilho, não deixará de referir que *“A falta de uma habitação para alguns dos primeiros empregados da casa, diminue a possibilidade da sua permanente vigilância”*²¹³².

De acordo com a documentação e, como refere Paulo Barata, essa vigilância, assegurada 24 horas pelo fiel do Depósito, manteve-se quer durante o período da CADLEC, ou seja, entre 1837 e 1841, quer durante a gestão da BNL, a qual passou a dispor a partir de cerca de 1838 – e após o importante furto ali ocorrido no ano anterior – de vigilância policial, a qual era composta por uma sentinela permanente no serviço diurno e por duas no serviço nocturno, número que foi incrementado (dois/três) em 1852²¹³³. Para além destes cuidados, a circulação de pessoas estranhas e dos próprios empregados do DLEC, obedecia a certas normas²¹³⁴, visando evitar furtos (aos quais os livros estavam naturalmente mais expostos).

guarda não cesse, mas continue da mesma forma que até aqui, com huma única alteração, e he, que a sentinella fixa, que havia até agora á porta da escada, que conduzia ao Hospital, passe a ter lugar na porta do carro, da banda do Theatro de S. Carlos, que he a parte mais fraca, e desempurada do edificio, e d’onde corre maior risco a segurança do Depozito. (...)” ANTT, MR, Mç 2126, cx2 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. Esta é a única referência que encontrámos à presença, específica, de um hospital militar em S. Francisco da Cidade. As ocupações daquele vasto complexo continuariam intensas ao longo dos anos. Júlio de Castilho, no último quartel do séc. XIX referia que no Convento de São Francisco estavam então instaladas “...a Biblioteca Nacional, a Academia Real das Belas Artes com as suas aulas, secretaria, biblioteca, armazéns, galerias (...) e pátios, o Governo Civil com o seu jardim, a polícia com as suas dependências, o Gimnásio clube, as enormes propriedades dos srs. Iglésias, a Sociedade de Geografia, um ferrador, um armazém de marcenaria, uma tenda, uma loja de papel, três canteiros, várias cocheiras particulares e muitos prédios...”. CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga*, vol. VIII, 2ª ed., p.168.

²¹³¹ BNP, Res., Mss.243, Mº32. 31 de Janeiro de 1836. Carta autógrafa de Antonio Nunes de Carvalho ao Bispo Resignatario de Coimbra. Também o Livreiro Delangle habitava no edificio de S. Francisco, ocupando a Confraria da Ordem Terceira, zona que em Abril de 1837 necessitava de ser despejada. A CADLEC proporá à Secretaria do Reino que lhe fosse facultada habitação no edificio em troca do livreiro ensinar a sua arte a alguns alunos da Casa Pia. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiados de officios expedidos, pp.15-16. 6 de Abril de 1837.

²¹³² *Apud* BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.145.

²¹³³ *Apud, idem, ibidem*, p.146

²¹³⁴ *Idem, ibidem*. Paulo Barata cita o Artº 12.º do “Regulamento economico para a Comissão Administrativa do Deposito das Livrarias dos Conventos Extinctos, approved por portaria da data d’hoje”, anexo à Portaria do Ministério do Reino de 16 de Novembro de 1837, na qual se determinava que os empregados do DLEC podiam

A vigência de Nunes de Carvalho à frente do DLEC, das mais criticadas – mas também, uma das mais difíceis pela novidade que representava estabelecer toda a estrutura necessária – foi a que terá produzido mais polémica. Todavia, ele próprio se apresentará como guardião das preciosidades nacionais. O relato que faz na sua carta autógrafa – já mencionada, relativamente, às preciosidades dos conventos de freiras e a descaminhos pré arrecadação em S. Francisco – de uma conspiração por si desfeita, que envolvia Rodrigo da Fonseca Magalhães, Silva Carvalho, Joaquim Larcher e Tomás de Aquino, atingiria também os objectos já arrecadados:

“Logo. q. Rodrigo da Fonseca Mag.^{es} entrou no Ministerio do Reino veio por vezes a este Deposito de comp.^a com o Ministro da Fazenda Silva Carv^o, ~~Larcher~~, o G.^{or} Civil Larcher, e o Lente Thomaz de Aquino ~~todos~~ e ?? pelas averiguações que fizerão, informações, que pedirão, e conversações que em segredo tiverão entre si, eq. eu ouvi, vim no conhecim^{to} deq. estes homens pertendião apoderar-se das riquezas que observavão, para as reduzirem a dinheiro, e venderem aos Estrangeiros, huma parte, e ~~consert?~~ guardarem a outra para si, deixando, ~~???~~ unicamente(?) p.^a ?? os objectos de ? ? pouco ou nenhum valor. Todas as medidas, q. se seguirão depois relativas a este deposito, e emanadas daquelles dous Ministerios forão dirigidas estas tris(for?)temente a este fim, e foi perciza toda a minha activid^e e constancia p.^a conseguir frustalas. Para este fim se ideo(?)o estabelecim^{to} da Secretaria do Governo Civil na parte do edificio, emq. fôra o Hospicio da Terra Santa; por ser o lugar mais proprio para dalli se invadir o Deposito, cuja invasão se pali? com o plausivel motivo de q. bastava q. o G.^{or} Civil tivesse a ~~inspecção~~ direcção do ~~Deposito~~ ? visto morar no mesmo edificio. A verificação d’este estratagema ???????? falhou pela resolução inesperada que eu tomei de hir rogar a S. Mag.^e ? que viesse vêr o Deposito, e o tomasse de baixo da sua Immedita Protecção; ao q. S. Mag.^e anuiu benignamente, e com isto, desconcertou os planos daquelles individuos, q. desde então mudarão de tactica, e procurarão todos os modos de paralisarem os trabalhos, e de me desgostarem, esperando q. assim me obrigarião a abandonar-lhes a proza. Felizmente elles cahirão com applausos de todos os verdadeiros Portuguezes, e o Deposito escapoulhes desta vez. (...)”²¹³⁵.

trazer “(...) a cabeça coberta, mas não o uso de capote, sem licença do fiscal; e por isso serão deixados na entrada, o qual os restituirá na sahida a quem pertencerem”. *Ibidem* (BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx01-01).

²¹³⁵ BNP, Res., Cod. 6963, fls.1vs-2.

Teoricamente, “salvas” pelo encarregado do Depósito, *as riquezas* existentes, e o próprio espaço sobreviveriam. Estaria em causa, um calculado enfraquecimento do organismo que permitiria mais facilmente a saída dos mais importantes exemplares, com vista à venda e apropriação indevida por altas figuras da Nação. Uma situação que não pode ser desmentida, mas que a documentação e os factos que os transmitem não confirmam.

Sabe-se, contudo, que do DLEC, no tempo de Nunes de Carvalho, terão saído vários objectos valiosos para a Torre do Tombo, tendo alguns sido alegadamente extraviados, algo exposto entre a sua saída do cargo que ocupava e a entrada em cena da Comissão Administrativa.

De facto, logo em inícios de 1837 a CADLEC – que chegará a ter uma relação dos “*Quadros q^e deverião existir e faltão no Deposito. (...)*”²¹³⁶ – sentiu a necessidade de contactar o antigo encarregado no sentido que este, entre outras coisas, fornecesse as relações parciais dos objectos entrados no DLEC, realizadas aquando da sua recepção, assim como as relações de tudo o que dali tinha saído, juntamente com as ordens da Secretaria de Estado que isso ordenavam, e que continuasse “*(...) o Catalogo dos livros, e relação dos mais objectos, que do Deposito forão para o Arquivo da Torre do Tombo;*”. Basicamente, buscavam documentação, inexistente nos arquivos próprios, que permitisse refazer inventários, compreender as existências, rastrear entradas e saídas. Na sua resposta, o antigo encarregado do DLEC lembraria que os objectos arrecadados eram de muitas tipologias (“*sortes*”) e que, maioritariamente se encontravam “*amontoados, em grande confusão, e desordem; (...)*”. E esclarecia:

“(...) e por cauza das frequentes mudanças, que, por ordem superior, d’elles se tem feito, e ainda continuão dentro do edificio, em q. se guardão: em quanto se vão relacionando, debaixo das vistas e direcção da Commissão, os livros, q. existem no primeiro andar; tenho em preparado hum Relatorio circunstanciado do estado, em q. actualmente se achão esses objectos, das mudanças q. tem tido antes, e depois q. vierão para o Deposito, e dos signaes por onde se podem reconhecer, e verificar nas relações, e inventarios, q. de grande parte delles se fizerão, á medida q. se hião recolhendo. Este relatorio está prompto, e vai acompanhado de todas esses relações, inventarios, e mais papeis, q. lhe servem de Documentos; e só resta q. venha hum official, q. re(vai-lhe Jozé Joaq.m Ribeiro um dos q. já estas trabalhº, à margem, a lápis) queri ao Governo, para o pôr em limpo; por isso q. eu por mim o não posso fazer com a brevidade q. se requer. Este Relatorio he indispensavel para facilitar a entrega, e a subsequente administração dos objectos, q. existem no Deposito. Á

²¹³⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/ Cx02-01. Sessão em 14 de Março de 1837.

medida q. o fôr apromptando, o hirei remetendo á Commissão, a qual, se antes disso quizer fazer uso de quaesquer delles, não tem mais q. ordenar ao Fiel, q. ahi ficou (assim se fará, na margem, a lápis) a guardalos, que lhos aponte, e entregue, fazendose disso as necessarias clarezas. He sem duvida, q. com o mesmo relatorio hei de dar á Commissão todos os esclarecimentos, deq. ella percizar sobre os objectos, que tem sahido do Deposito durante a minha administração, e que por copia as Ordens da Secretaria de Estado, q. ordenavão essas sahidas. O catalogo dos livros, com a relação dos mais objectos, q. do Deposito vierão para o Arquivo da Torre do Tombo, em estando concluido, hade hir por copia para a Secretaria de Estado (mas tão bem percizamos uma copia, margem, a lápis) dos Negocios do Reino (...)"²¹³⁷.

Apenas em Fevereiro de 1840²¹³⁸ seriam remetidas pelo Reino para a CADLEC as prometidas relações, sendo logo constatado: “*Observou-se que a relação de móveis e outros objectos q. forão p.^a a Torre do Tombo não era completa por lhe faltarem muitos outros que a Comm.^{ão} constava para alli terem hido. (...)”²¹³⁹. Quase um ano depois, portaria de 19 de janeiro de 1841 solicitava à mesma Comissão “*uma relação clara e exacta d’elles, com o competente recibo, ou empregar os convenientes meios de fazer responsaveis os que forem culpados no extravio, no caso de o ter havido*”²¹⁴⁰.*

Também durante a vigência de Nunes de Carvalho vários objectos pertencentes ao Depósito terão saído por concessão para mãos de particulares, nomeadamente, livros e um globo pequeno, itens que a CADLEC tenta localizar e reaver em 1837, sendo questionável se não terão existido outros, nas mesmas circunstâncias²¹⁴¹.

Em 1838, a coberto de uma denúncia anónima publicada no jornal *Correio de Lisboa* de 25 de Julho, (que deverá ter partido do próprio Professor António Manuel da Fonseca), a polémica incidiria sobre o Depósito, mais propriamente na CADLEC, e na Academia de Belas-Artes, na pessoa do Académico de Mérito e Director Honorário Francisco Silva Oeirense (e na acção de Passos Manuel). Sobre este recairiam comentários e críticas a respeito das suas regalias, percurso – pensionista do Estado aparecia então como Professor de Gravura na Academia

²¹³⁷ BNP, Res., Mss.225, N°32 (30), “Officio do Cons.ro Ant.º N de Carvº sobre varios esclarecim.^{tos} de objectos deste Deposito”. 14 de Fevereiro de 1837.

²¹³⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 13/17 de Novembro de 1840. Resposta a diversas “contas” da CADLEC.

²¹³⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/ Cx02-01. Sessão em 17 de Novembro de 1840.

²¹⁴⁰ *Apud* BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.157 (portaria de 19 de Janeiro de 1841).

²¹⁴¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., pp.45-46. 18 de Maio de 1837.

Portuense de Belas-Artes – e envolvimento no desaparecimento de pinturas; o “despacho” daquele professor para a cidade nortenha era explicado:

“(…) Disse-se, que em consequencia de custar a Academia das Bellas Artes de Lisboa trinta e tantos contos de reis annuaes, espediçadamente distribuidos pelo Director que nada entende em nenhum de seus ramos, viajante que não viaja, aggregados que não prestão serviço algum util á Academia, tencionava-se fazer-lhe uma reforma judiciosa, pela qual o Thesouro tivesse de dispende tão somente a terça parte dessa somma, conservando as mesmas classes com os mesmos professores e substitutos, dando-se-lhes melhor directoria, e que além de mais util insino escholar, communicando-se, e correspondendo-se com as outras Academias da Europa adquirisse sobre o credito, que disto lhe resultaria, os conhecimentos que necessariamente lhe hão de faltar sem esta comunicação e correspondencia, estacionaria e isolada como se acha; e que para esta necessaria e proficua reforma seria nomeada uma Commissão que tomasse conta aos actuaes Director, Vice-Director e mais empregados responsaveis.

Ora como nessa época se divulgasse, que os quadros dos extinctos conventos recolhidos á Academia tinham tido extravio; para que essa Commissão, no caso de estabelecer-se, não alcançasse o devido conhecimento do extravio daquelle mesmo que se diz mais culpado nelle etc. etc., é muito natural que a pessoa, ou pessoas que alcançaram tanta honra e proveito ao sr. Oeirense não merecidos, e que talvez estejam implicados nesse desaparecimento dos quadros raros, ou por serem culpados na entrega delles sem relação exacta e circunstanciada, os outros motivos, promovessem o novo despacho para o affastarem de Lisboa (não haverá meios de se lhe exigirem estes esclarecimentos estando no Porto?) a fim de que não appareça em público esse escandaloso procedimento, solicitaram do Excm.º Ministro esta transferencia, e que insciente deste facto de boamente annuisse. (...)”²¹⁴².

Achando-se visada a CADLEC, decidiria publicar no *Correio de Lisboa* e *Diário do Governo* o seguinte anúncio:

“A Com^m Adm^{va} do Deposito G^l das Livrarias, quadros w^a dos extinctos Conventos, convida o Author da correspondencia anonima inserta no Correio de Lisboa N^o116, a que em nome do Servico Publico, e interesse da Fazenda Nacional, lhe queira

²¹⁴² *Correio de Lisboa*, n^o116, Quarta feira 25 de Julho, 1838, p.472.

*communicar todos os esclarecimentos aos seu alcance, respectivamente a extravio de quadros, em quanto sob guarda e fiscalização da Com^m predicta, desde que esta tomou posse ate ao presente, afim de que se possa tornar efectiva perante o Governo de S. Mag^{de} a responsabilidade dos culpados, na certeza de que assim o não fazendo serão tidas por gratuitas e infundadas as suas suspeitas.”*²¹⁴³

Ao mesmo tempo que respondia publicamente, a Comissão via-se na obrigação de se justificar perante a Rainha, numa tentativa de esclarecimento que visava defender a sua posição. Num ofício de 31 de Julho de 1838, dirigido da CADLEC à Secretaria do Reino, esclarece-se melhor o que se encontrava em causa, a conjuntura que presidia a toda a polémica:

“Senhora = A Com.^m Adm.^{va} do Deposito Geral das Livrarias dos extinctos Conventos, vio na correspondencia anonima inserta no Correio de Lisboa N^o116, que ahi se lhe forma uma accuzatoria alusão nas expressoens = pessoa, ou pessoas que talvez estejam implicadas nesse desaparecim.^{to} dos quadros raros, ou por serem culpados na entrega delles, sem relação exacta e ciscunstanciada, ou outros motivos. A pezar de que uma accusação annunciada por um = talvez = efundada no vago de= entrega sem relação exacta e circunstanciada ou ou outros motivos = não seja provocação a que ninguem sizudo deva conceber as honras de uma resposta, nem ofereça materia aos olhos do Publico illustrado, para mais do que ter o seu Author por um maledicente. A Commissão no entanto julgou de seu dever dar conta a Vossa Magestade do theôr e forma com que se verificou a referida entrega, não porque a Com.^m tema que V. Mag.^{de} cree(?) um momento que ella deixe á revelia ainda o minimo objecto de que V. Mag.^{de} a tenha encarregado, mas para não perder esta nova occasião de se gloriar perante V. Mag.^{de} da solicitude com que cumpre as Regias Determinações, única recompensa a que aspira. Para cumprim.^{to} da Portaria do Ministerio do Reino em 30 de 10.^{bro} de 1836, que manda (Art.^o 2^o) que a Academia de Bellas Artes de Lisboa, classifique os quadros que hão de pertencer lhe, nomeou a Academia para proceder a esta operação ao Academico de merito Francisco Antonio S.^a Oeirense, eo Professor Antonio Manoel da Fonseca, e a Com^m para fiscaleza la aos seus Vogaes Luiz Duarte Vilella e Andre Monteiro da Cruz, medirão se os quadros descreverão se, e numerarão se exactissimam^{te}, fizerão se as remessas parciaes do

²¹⁴³ Publicado no *Correio de Lisboa* n^o119 de 4^a feira 1 de Agosto de 1838 e no *Diário do Governo* n^o179 de Terça feira 31 de Julho de 1838, p.764. Encontra-se cópia em BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de officios expedidos, pp.130-131.

Deposito para a Academia debaixo da inspecção, e verificação exercida pelos Vogaes nomeados por parte da Com^m, e esta possui hoje em seu Archivo e revestida de todas as formulas legais assim dos quadros como de todos os mais objectos q tem entregado á Academia. Quanto á responsabilidade da Com^m para com o Publico, julga ter ella satisfeito com o Annuncio que mandou inserir no Diario do Governo e supradito Correio, convidando o author da correspondencia anonima que ministre todos os esclarecimentos ao seu alcance ácerca de extravio de quadros durante todo o tempo da gerencia da Com.^m, porque á Commissão não incumbe responder pelo que tera acontecido antes da sua posse, a fim de poder tomar se efectiva perante V Mag.^{de} a responsabilidad^{de} dos culpados A Commissão julga ter bem servido a V Mag.^{de} e merecer assim a Regia Approvação de V. Mag.^{de} Sala da Commissão 31 de Julho de 1838.”²¹⁴⁴

A nomeação de Silva Oeirense e de António Manoel da Fonseca deverá ser a referida no ofício de 8 de Março de 1837 da Academia, na qual eram apontados os membros que indicava para procederem à classificação das pinturas, em consequência da Portaria de 30 de Dezembro de 1836, que mandava entregar à Academia, por inventário, os quadros que aquela instituição escolhesse para estudos dos Académicos e organização da Galeria²¹⁴⁵. Quanto a André Monteiro da Cruz, para além de Professor da Academia estaria, quase por inerência nessa Comissão, uma vez que era membro da CADLEC e fazia parte, juntamente com o Cónego Luis Duarte Vilela da Silva, da designada “Secção d’Artes”.

A resposta do autor anónimo, publicada a 4 de Agosto de 1838, prestando-se

“(…) a dar os esclarecimentos possiveis ao seu alcance na parte relativa ao extravio porem não indigitando especialidades mais que necessarias; pois que não é de esperar que os compradores, ou vendedores dos mesmos se accussem; estes para não reporem o dinheiro que receberam; aquelles para não se privarem do seu appetite; e outros porque, se foram estrangeiros, já deverão os quadros ter feito viagem : com tudo referirei (não tanto em globo como a illustre Commissão fez a entrega dos quadros) quanto baste, a fim de não serem havidas gratuitas e infundadas as suspeitas, se é que assim se podem denominar as deducções baseadas em factos.

A illustre Commissão deverá saber que depois da entrega dos refferidos quadros ao ex-Director honorario da Academia das Bellas Artes, nomeou esta uma commissão de

²¹⁴⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos, pp.133-135. À Secretaria do Reino 31 de Julho de 1838.

²¹⁴⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 8 de Março de 1837. “Officio do Director G. da Acad^a das B. Artes de Lisboa, dando p.^{te} do modo p^r q vão classificar os quadros.”

tres membros, a saber: o ex-Director honorario então em exercicio, pensionista viajante, e aggregado á escola de gravura da mesma Academia (...), Francisco Antonio da Silva Oieirense – André Monteiro da Cruz, professor de paisagem; – e António Manuel da Fonseca, professor de pintura historica. (...)

Saiba pois a illustre Commissão que este membro propoz aos primeiros dois, que os quadros fossem reclusos, com a formalidade que praticara a mesma illustre Commissão na classificação dos livros, e que depois de sua geral reclusão a Commissão da Academia encarregada de os classificar começasse seus trabalhos, ao que o Director honorario e professor de paisagem se oppuzeram, e então um e outro sem assistencia do terceiro membro o professor de pintura historica moveram, e removeram a seu beneplacito todos os quadros, accrescentando a relação daquelles que lhes conveio, motivo porque o terceiro membro negou a sua assignatura naquela relação, e pediu a sua demissão, circunstanciando-a com o relatorio das illegalidades e extravios que se praticaram, o que tudo foi presente a Sua Magestade, e ao Ministro dos Negocios do Reino Julio Gomes da Silva Sanches, o que então deu motivo a ser esta relação assignada pelo Director geral, pelo honorario, por André Monteiro da Cruz, e pelo fiel da Academia.

Saiba mais eu o sobredito professor Fonseca, por aquelles e outros motivos, novamente requereo a sua demissão, e então o Ministro da Fazenda João de Oliveira, interinamente encarregado da Pasta do Reino, mandou informar o corpo academico acerca do contheudo do segundo requerimento, sem que porem fosse annexo a este o sobredito relatorio.

Á vista do referido, já por mim sabido quando lhe remetti a correspondencia do n.º 116 do Correio, poderá alguém classificar real e existente o extravio, ou suspeita gratuita e infundada? E não deu motivo a havello a illustre Commissão do deposito geral das livrarias, e quadros, entregando estes sem conta, nem medida, á responsabilidade de um homem que na Academia não era mais que um aggregado, e, no numero das mercês que então aquelle governo lhe conferio, um pensionista viajante com a graduação ad honorem de Director?

A illustre Commissão devera saber que uma entrega de tantas preciosidades e valores deveria ser feita depois da relação numerica e especificação artistica dos mesmos quadros, pedindo á Academia artistas dignos, sabios e praticos na classe a que aquelles quadros pertenciam, e esta lhe designaria o referido Fonseca, e Joaquim

*Rafael, ambos pintores da Camara de Sua Magestade, e Caetano Ayres, discipulo de Sequeira, e pintor no Real Palacio d'Ajuda, para que estes relacionassem por seus tamanhos. e sugeitos representativos dos quadros, essa riquissima collecção; e depois de concluida esta relação é que lhe cumpria fazer essa entrega é que lhe cumpria fazer essa entrega ao Director geral, como authoridade superior da Academia, para que esta os classificasse, e formasse a historia pictorica dos Authores dos mesmos quadros, como se pratica nos Paizes estrangeiros : não o fez, entregou os em globo na boa fé a quem da mesma abusou; não partilhará a culpa do que por ahi se diz? E maior culpabilidade lhe cabe se foi sciente do que assim refiro ácerca do comportamento do terceiro membro da Comissão da Academia, pois que não lhe competia acceitar as relações rubricadas por outros individuos que não fossem os da Comissão nomeada; muito mais se era sciente dos requerimentos affectos ao Governo tendentes ás illegalidades e extravios que se praticavam, assim como das differentes accusações que appareceram em algumas folhas publicas. (...)*²¹⁴⁶.

Tratava-se, sem dúvida, de uma denúncia que partia do interior da Academia, com aparente conhecimento de causa, questionando as acções daquela instituição e dos seus membros, em especial de Silva Oeirense, mas onde se defendia implicitamente a posição de António Manuel da Fonseca...Encontrava-se em causa um eventual extravio de obras, que implicava aquela instituição, alguns dos seus membros e a CADLEC.

Em consequência, Oeirense requereu à CADLEC um documento em que constassem “as formalidades e cauçoens com que foram entregues os quadros, que pertenceram ás suprimidas corporações religiosas e que do referido Deposito passaram á mencionada Academia (...)”, algo emitido poucos dias após o texto acima transcrito, logo a 7 de Agosto, e onde a Comissão não deixou de destacar a constante inspecção por parte da sua própria Secção de Artes, e

“(...) o activo zelo e laboriosa fadiga com que o referido Francisco Antonio S^a Oeirense se houve no desempenho d'aquelle encargo, com o que prestou um relevante serviço á Academia concorrendo para que ella, quanto antes, possuísse em seu recinto os materiaes de sua galeria (...) e a este Deposito por contribuir a que se desocupasse o extenso espaço, de que n'aquelle tempo com a maior urgência carecia, por não

²¹⁴⁶ *Correio de Lisboa*, N^o120, 4 de Agosto de 1838.

haver local onde se montassem a estantes que deviam receber os livros que se iam classificando. (...)”²¹⁴⁷.

O assunto, aparentemente, morreria aqui, não voltando a ser mencionado publicamente nos periódicos da época ou na restante documentação.

2. Pinturas no Porto: cuidados e problemas semelhantes aos de Lisboa

À semelhança do que aconteceu em outros locais, como o DLEC ou a Academia de Belas-Artes, também no Porto a reunião e exposição das pinturas passariam por problemas e cuidados semelhantes.

Ali, onde pinturas e estampas, entre outros itens, logo em 1833 caíram nas mãos do Estado, cedo existiu a necessidade de se encontrar um espaço onde fosse possível concentrar, mesmo que provisoriamente, esse património artístico.

Ao longo do processo de instalação do Museu Portuense, já aqui por nós anteriormente relatado, não se deixa de antever não só cuidados com a conservação dos bens arrecadados, como igualmente problemas inerentes à sua instalação e incapacidade de resposta pronta, às necessidades exigidas para a sua correcta conservação e fruição por parte do público e dos artistas.

Quando em Julho de 1833 D. Pedro ordena a João Baptista Ribeiro que se recolhessem, provisoriamente, os painéis e estampas na Sala da Aula de Desenho da Academia de Comércio e Marinha (edifício da Graça), este devia fazer a mudança e “*conveniente collocação*”,

²¹⁴⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. 7 de Agosto de 1838. “A Comissão Administrativa (...) Attesta e faz certo que, tendo recebido da Academia das Bellas-Artes de Lisboa participação oficial em data de 8 de março de 1837 comunicando que havia nomeado, em conferencia ordinaria, a Antonio Manuel da Fonseca, professor de pintura historica, e Francisco Antonio S^a Oeirense para procederem a separar e apartar os quadros que d’este Deposito deviam ser entregues á Academia em observância da Portaria de 30 de Dezembro de 1836, nomeou a Comissão, por sua parte, para inspecionar aquella operação, e fiscalizar as remessas parciais, que se houvessem de fazer, dos referidos quadros, a sua secção d’Artes, composta dos seus vogaes, Luiz Duarte Vilella, e André Monteiro da Cruz, que outro sim se redigiu, mediante esta inspecção e fiscalização, o competente inventario de que existem dois authographos um de entrega outro de recepção, aquelle devendo achar-se colocado na Secretaria da mencionada Academia e este que se acha depositado no Archivo do predicto Deposito, rubricado em todas as suas folhas pelo Director geral da dicta e por elle encerrado com sua assignatura e a do Fiel da mesma Academia; Não podendo a Comissão deixar, por esta occasião, de igualmente atestar, referindo-se ao testemunho da sua secção d’Artes, encarregada da sobre dicta inspecção e fiscalização, e ao dos seus vogaes de semanal presidencia aos trabalhos do Deposito, o activo zelo e laboriosa fadiga com que o referido Francisco Antonio S^a Oeirense se houve no desempenho d’aquelle encargo, com o que prestou um relevante serviço á Academia concorrendo para que ella, quanto antes, possuísse em seu recinto os materiaes de sua galeria, cuja classificação e catalogo á mesma é incumbido pela supra-dicta Portaria de 30 de Dezembro de 1836, e a este Deposito por contribuir a que se desocupasse o extenso espaço, de que n’aquelle tempo com a maior urgência carecia, por não haver local onde se montassem a estantes que deviam receber os livros que se iam classificando. Por que o expendido é expressão fiel da verdade a Comissão o certifica para constar onde convier. (...)”. Assinado por André Monteiro da Cruz, Vasco Pinto de Balsemão, Luiz Duarte Vilela da Silva e Francisco de Souza Loureiro.

“*empregando toda a vigilancia para que na condução não soffrão prejuizo*”²¹⁴⁸. Este local, no entanto, rapidamente se tornou pequeno; a entrega por parte da Comissão Administrativa dos Conventos Abandonados, em Outubro de 1833, de uma série de bens conventuais, fez com que ficasse atulhado de obras²¹⁴⁹, o que fazia temer pela conservação das mesmas.

Com a escolha para acomodar o Museu, a recair no Convento de Santo António, foi destinado para aquele estabelecimento “*todo o primeiro pavimento do Edificio do lado Sul, e uma grande Salla construida sobre a antiga cosinha*”.²¹⁵⁰ A ocupar, nomeadamente, o espaço do antigo refeitório, este encontrava-se sem telhados e janelas²¹⁵¹, necessitando de obras urgentes. Estas tiveram início em finais de maio de 1834, prolongando-se até finais de Setembro do mesmo ano²¹⁵². No entanto, como já referimos, a visita de D. Pedro em Julho, levaria a que ocorresse a sua precoce inauguração, ainda em plenas obras, encontrando-se, contudo, entre outras coisas, 200 painéis colocados na galeria e “*perto de outros 200 por collocar*”.

Aquele museu era constituído por uma vasta galeria e um gabinete contíguo; no andar superior havia uma grande sala de estudo e exposições públicas, iluminada com luz oblíqua, quase horizontal ao pavimento, podendo ser distribuída consoante as necessidades; as zonas de exposição e estudo tinham sido estrategicamente instaladas na parte sul do edifício, local bem iluminado, arejado e protegido por grossas paredes exteriores com 5 palmos e meio de espessura. Os lados nascente e norte (zona da sacristia e igreja), onde se encontravam os espaços mais húmidos e obscuros, foram ocupados pelas oficinas do Museu²¹⁵³.

Apesar de todas estas características que, aparentemente, tornariam este museu exemplar, em termos organizativos e museológicos, foram vários os motivos, também materiais, que ditaram o adiamento da sua abertura ao público. Em 1834, a abóbada da galeria continuava por reparar, as janelas continuavam sem persianas para regular a luz e muitas pinturas necessitavam de restauro²¹⁵⁴. Eram necessárias medidas urgentes para se evitar a ruína da galeria²¹⁵⁵. Em

²¹⁴⁸ RIBEIRO, João Baptista, *Exposição Historica da Creação do Museo Portuense, Com Documentos Officiaes para servir á História das Bellas Artes em Portugal, e á do Cêrco do Porto*, Porto, Imprensa de Coutinho, 1836, p.20, doc.20. 19 de Julho de 1833.

²¹⁴⁹ VALENTE, Vasco, *Museu Nacional Soares dos Reis (Antigo Museu Portuense), Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Belas Artes pelo seu Vogal correspondente e Director de Museu*, Vasco Valente, 1933 e 1934, p.16.

²¹⁵⁰ Documento do Ministério do Reino, 4ª Repartição, assinado por Collaço, datado de 10 de Setembro de 1836, relativo à divisão do extinto Convento de Santo António pela Biblioteca e Museu. Mç.2126 Cx2, 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos.

²¹⁵¹ RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Tomo VIII, Lisboa, 1879, p.199.

²¹⁵² RIBEIRO, *Exposição...*, 1836, *op.cit.*, pp.8-9.

²¹⁵³ *Idem, Ibidem*, p.8.

²¹⁵⁴ MOURATO, *João Baptista Ribeiro...*, 2010, *op.cit.*, pp.32-33.

²¹⁵⁵ RIBEIRO, *Exposição...*, 1836, *op.cit.*, p.9.

Outubro de 1834, já após o falecimento de D. Pedro IV, “as obras do Museo da Cidade do Porto se achão paradas, sendo muito para temer que as chuvas do proximo Inverno venhão a estragar, por falta de telhados e janellas, os estuques da Galeria, e os quadros e estampas alli depositados”²¹⁵⁶, informação que se fez chegar a D. Maria II.

Em 14 de Outubro de 1834, o pintor e professor portuense, Baptista Ribeiro, dirigia-se ao Duque de Palmela, chefe do governo, alertando:

“Como V.Ex.^a protege as Artes, de razão he que lhe declare que as obras do Museo Portuense estão paradas por falta de pagamento, ha seis semanas : e se o Governo não manda quanto antes pôr os telhados que faltão, e tapar as janellas, e o mais que necessario for para evitar que as chuvas do inverno abatão os estuques da Galeria, terei o desgosto de ver arruinar perto de trezentos quadros, que ja estão pendentes no Museo, e hua bella Colleção de Estampas, e outros objectos de bastante valor, que reuni por Ordem de S. M. I., e que já dão notavel celebridade a esta Cidade e à Nação Portuguesa, por que principia a ter a primeira Galeria Publica de Boas Artes.”²¹⁵⁷

O apelo feito então por Baptista Ribeiro ao Duque de Palmela, levaria a que fosse ordenado que o Prefeito Interino do Douro fizesse “proceder aos reparos indispensaveis n’aquelle edificio, para se não arruinarem os objectos que alli se achão reunidos (...)”²¹⁵⁸.

As obras continuaram, dirigidas pelo Prefeito da província do Douro, o Visconde S. Gil de Pernes, sendo nomeada, a 28 de Abril de 1835, uma “Commissão encarregada de promover e fiscalisar as obras do edificio destinado para Museo e Biblioteca”, da qual fazia parte João Baptista Ribeiro, enquanto Lente da Academia, António José da Costa Lobo, Provedor do Concelho do Porto, Diogo de Goes Lara d’Andrade, Primeiro Bibliotecário da Biblioteca Pública, e Joaquim da Costa Lima e Sampaio, Architecto da Cidade²¹⁵⁹. As obras prolongaram-

²¹⁵⁶ *Idem, ibidem*, doc.21, p.22.

²¹⁵⁷ ANTT, MR, Mç 2164, Documentos avulsos 1833-1834. Encontramos cópia deste documento no maço 1911 (Negócios diversos, Cap. do Presidente do Conselho de Ministros) em ofício do Duque de Palmela ao Bispo Conde, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, datado de 18 de Outubro; aí surgem ainda as seguintes referências, em forma de apontamento: “P.a P. do Douro(?) em 22 d’Obrº de 1834” e a lápiz: “O Prep of(?) ? proceder aos reparos indispensaveis pº se não arruinarem os objectos ali colligidos e informe com urgencia sobre os meis de levar a effeito o estabelecim.to do museo. Saber onde estão as estampas Pinturas e Medalhas de Tibaens”. No mesmo maço encontra-se outro ofício, datado de 4 de Dezembro de 1834, do Duque de Palmela ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino transmitindo carta de João Baptista Ribeiro “Director do Atheneo D. Pedro da Cidade do Porto, em que se queixa de falta de execução ás Ordens expedidas ao Sub-Prefeito do Douro para os reparos do Edificio, afim de que V.Ex.^a se sirva dar alguma providencia a esse respeito, se o julgar necessário (...)”.

²¹⁵⁸ RIBEIRO, *Exposição...*, 1836, *op.cit.*, doc.21, p.22.

²¹⁵⁹ *Idem, ibidem*, doc.22, p.22.

se no tempo, chegando a gerar disputas de espaços com a Biblioteca Pública, também instalada no mesmo antigo convento.

Apesar da desadequação e limitação do espaço e grande número de obras, o Governo, em 1835, apenas ali queria colocar para serviço exclusivo do museu, “*um Guarda e o número suficiente de moços para conservação, asseio e guarda dos painéis*”²¹⁶⁰.

Já em 1836, iniciados os preparativos para a desejada abertura daquele espaço, tudo parecia continuar na mesma. Segundo Baptista Ribeiro lembrava ao Governador Civil, eram necessárias obras como

“Reparar os danos feitos na abobeda da Galeria, e dispor as janellas para haver luz conveniente ao effeito dos quadros; fazer um anteparo em forma de varanda, que resguarde os quadros, para ficarem defendidos dos espectadores, e dar uma organização provisoria as cousas do Musêu, afim de serem devidamente gosadas em quanto as obras não forem concluidas pelos seus arrematantes”,

escrever um catálogo e, formar um “*Regulamento Policial para intelligencia do Publico e dos Empregados do Musêu*”²¹⁶¹. E muitos dos quadros continuavam a carecer de restauro²¹⁶².

No Porto, tal como em Lisboa, as primeiras tarefas de “acolhimento” das pinturas conventuais, com vista à concretização do Museu Portuense, ocuparam desde cedo funcionários, que de forma mais ou menos voluntária se ocupavam de preparar obras e espaços.

Francisco Pedro d’Oliveira e Souza em 1839 – então Lente substituto de Escultura na Academia de Belas-Artes daquela cidade – com o objectivo de ser nomeado Ajudante no Museu, lembrava que tinha sido

“o único, e incumbido de reunir em tempos ainda calamitosos, devidos á guerra civil contra a facção da usurpação, todas as Pinturas e objectos proprios às Bellas Artes p.^a a Caza então d’Academia, cujos forão escolhidos (...) [por si] e condusidos dos extinctos Conventos de Tibaens, St^a Cruz de Coimbra, e d’outras partes por entre precipicios pela resistencia (...) pro forma que no regresso de Tebaens foi atacado por uma guerrilha desparando diversos tiros que a não ser auxiliado por alguns

²¹⁶⁰ Apud SANTOS, Paula Mesquita, *Museu Nacional de Soares dos Reis: um contributo para a historia da Museologia portuguesa*. Separata da *Revista Museu*, IV Série, Nº3 (1995), p.49.

²¹⁶¹ ANTT, MR, Mç.2126, cx2 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 20 de Abril de 1836. (Registo Governo Civil de 5 de Maio). De João Baptista Ribeiro a Manuel de Castro Pereira, Governador Civil do Distrito do Douro.

²¹⁶² *Idem, ibidem*.

*cidadãos seria vítima, e perderião-se os monumentos assás ricos, e que tanto ornão o predito Museu.”*²¹⁶³.

Para além destas nobres tarefas de recolha e condução, Francisco Pedro d’Oliveira e Souza terá servido gratuitamente na qualidade de ajudante daquele museu, desde Abril de 1833 até Setembro de 1836, período em que revela que terá trabalhado

*“com assiduidade em lavar, limpar, e envernizar todos os quadros, e moldurando-os afim de serem, como de facto forão, collocados para ser presente o Museu a Vossa Magestade Fidelissima, e sendo depois deslucados p.^a o effeito d’obras, repetio o sup.^e o mesmo trabalho em o collocar p.^a ser igualm.^e presente a Sua Magestade El Rei; tornando.o seguidam.^e a deslocar em effeito a continuação d’obras.”*²¹⁶⁴

Apesar das tarefas que referimos, a nível profissional, o seu nome apenas surge ligado à escultura e não à pintura. É apenas na condição de lente substituto da já mencionada Aula de Escultura da Academia Portuense de Belas-Artes (onde trabalha entre 1836 e 1864, ano do falecimento) e como escultor que aparece referenciado no *Directorio Civil, Politico, Commercial, Historico e Estatistico da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaia. para o anno de 1846*²¹⁶⁵. Desconhecemos a sua formação, mas não deixa de ser estranho, que tenha trabalhado no restauro das pinturas, quando, aparentemente, não seria esse o seu ramo profissional, área que, aliás, parece vir a abandonar por completo.

Os conhecimentos que teria de pintura e a supervisão de Baptista Ribeiro terão sido considerados suficientes para desempenhar aquelas tarefas, o que demonstra a não especialização e mesmo “improviso” com que a actividade de conservação e restauro de pinturas era encarada.

3. Iniciativas de restauro: critérios de intervenção

Como já referimos no início deste capítulo, com a extinção das ordens religiosas, surge um conjunto de circunstâncias que acabam por alterar o panorama da arte e do restauro em Portugal. De facto, a nacionalização patrimonial, a recolha dos objectos artísticos, a sua musealização, a par com a valorização crescente das artes, veio colocar novos e grandes desafios ao campo da

²¹⁶³ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Acad. Belas-Artes do Porto (1836-1843). 14 de Setembro de 1839. Requerimento de Francisco Pedro d’Oliveira e Souza.

²¹⁶⁴ *Idem, ibidem.*

²¹⁶⁵ *Directorio Civil, Politico, Commercial, Historico e Estatistico da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaia. para o anno de 1846*, Porto, Typographia Commercial, 1846, p.66 e p.157.

conservação e restauro. As obras de arte apresentavam-se em enorme número e de tipos e matérias muito diversificadas, algo que era uma realidade completamente nova. Se, por um lado, ainda no século XVIII, o terramoto de 1755 tinha colocado novos desafios ao restauro e reconstrução de edifícios, é com o encerramento dos conventos, a partir da década de trinta de oitocentos, que o património móvel disponível vai obrigar ao desenvolvimento de conceitos e técnicas, no sentido da sua correcta preservação.

Nota-se assim que, até meados do séc. XIX se passa por um período de adaptação e quase experimentação de conceitos, nas novas e imensas “matérias-primas” que então ficaram disponíveis. Novas situações eram apresentadas aos artistas que, na ausência de conhecimentos específicos em restauro, ficavam dependentes da sua sensibilidade ou de quem os dirigia. Seria, apesar de tudo, uma fase fundamental na formação de uma série de artistas, no desenvolvimento de técnicas e conceitos, na afirmação da importância do restauro no panorama artístico e da história da arte em Portugal, que teriam desenvolvimento nas últimas décadas do século XIX e influência em nomes como Luciano Freire, a quem, em Lisboa, viria a ser entregue a missão de restaurar boa parte das pinturas da Galeria Nacional de Pintura e, depois, do Museu de Belas-Artes.

Desde cedo, mesmo negligenciando as condições mais básicas na recolha e arrecadação, existiu a preocupação de *reparar* as melhores obras.

Relembremo-nos, desde já, como refere Vítor Serrão, que o conceito de restauro se confundia “com *retoque*, com *repinte*, com *renovação* pura e simples, com *acto correctivo*, com instrumento apto a revalorizar utilitariamente o antigo, funções essas que tinham como finalidade manter tão-só o uso da peça e o seu serviço”²¹⁶⁶ e que, na primeira metade do séc. XIX continuava a existir escassa literatura relacionada com a conservação e restauro de pintura, constituída então, basicamente, por colecções de receitas reunidas, muitas vezes, por simples curiosos sem actividade “profissional” na área²¹⁶⁷.

²¹⁶⁶ SERRÃO, Vítor, “«Renovar», «repintar», «retocar»: estratégias do pintor-restaurador em Portugal, do século XVI ao XIX. Razões ideológicas do iconoclasma destruidor e da iconofilia conservadora, ou o conceito de «restauro utilitarista» versus «restauro científico»”, in *Conservar Património*, Nºs 3-4 (2006), p.55.

²¹⁶⁷ CRUZ, António João, “Em busca da imagem original: Luciano Freire e a teoria e a prática do restauro de pintura em Portugal cerca de 1900”, in *Conservar Património*, Nº5 (2007), p.68. Os tratados de conservação e restauro não tinham relevância, constituindo o assunto, somente uma das partes dos livros dedicados a temas diversos; a excepção a esta regra foram apenas dois volumes publicados em 1827 e 1837. (*Idem, ibidem*, p.69) Apesar de, a partir de então, passarem a ter mais importância e a serem mais desenvolvidos e sistemáticos, os tratados continuaram, na generalidade, a ser apenas repositórios de natureza técnica, deixando de lado todas os aspectos e interrogações relacionados com a actividade do restaurador que continuaria a ter como objectivo a devolução da obra/pintura ao seu primitivo estado (*idem, ibidem*). A polémica da limpeza de obras da National Gallery em Londres ajudou, também ela, a que o assunto da conservação e restauro de pintura ganhasse visibilidade pública.

Em praticamente toda a centúria de oitocentos, como veremos, o objectivo de uma intervenção numa pintura consistia apenas na restituição da aparência, situação subsidiária da *unidade de estilo*, teoria restauracionista do arquitecto francês Viollet-le-Duc, que, em reacção faria crescer os adeptos de uma doutrina antirestauro, difundida por John Ruskin²¹⁶⁸ – teses opostas que vemos precocemente reflectidas em discussões na Academia de Belas-Artes, em torno de quadros provenientes dos antigos conventos.

Em Portugal o restauro de pintura era normalmente confiado a pintores, nacionais e estrangeiros (como o italiano Luigi Tirinnanzi²¹⁶⁹, por exemplo, cujos méritos profissionais levariam a que, juntamente com António Manuel da Fonseca, fosse chamado a avaliar a coleção de arte da rainha D. Carlota Joaquina²¹⁷⁰), muitas vezes de renome, em outros casos amadores, de onde resultavam, com frequência, extensos repintes (por vezes totais). Como destaca Agostinho Araújo “Para não poucos artistas, a intervenção (muitas vezes desastrosa...) de limpeza e tratamento de pinturas foi uma tarefa ocasional, a par de diversas outras que poderiam ocorrer.”²¹⁷¹

Tendo então como objectivo essencial de intervenção a “reparação” das obras, não se respeita o percurso histórico da obra de arte, em benefício da valorização da antiguidade e da sua fruição presente e futura. De facto, vemos a sua valorização – nomeadamente, quando é de artistas de renome e antiga – e a sua dimensão patrimonial, encarada como herança que foi recebida do passado e que deve ser legada ao futuro. Refere António João Cruz que, neste contexto “não há princípios de intervenção a discutir e quando surgem críticas a respeito da intervenção de um restaurador elas incidem apenas na qualidade da execução técnica.”²¹⁷²

²¹⁶⁸ SOARES, RODRIGUES, “O restauro das pinturas...”, 2016, *op.cit.*, p.228.

²¹⁶⁹ Luigi Tirinnanzi foi um pintor-restaurador italiano, amigo de José Cinatti, que trabalhou em Portugal na primeira metade de oitocentos. Entre os vários quadros que restaurou contam-se o quinhentista “Retrato de Vasco da Gama” (MNA), acerca do qual publicou uma “Descrição artística” no *Diário do Governo* de 21 de Junho de 1845) e “Adoração dos Magos” de Grão Vasco (a que fez referência no jornal “A Colisão”, de 7 de Novembro de 20 de Dezembro de 1843). PAMPLONA, Fernando de, *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*, 4ª edição, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 2000, Vol.V, pp. 288-289. Acerca deste artista, cujo trabalho de restauro era apreciado por Raczyński, vide ARAÚJO, *op.cit.*, pp.33-38.

²¹⁷⁰ SOARES, RODRIGUES, “O restauro das pinturas...”, 2016, *op.cit.*, p.230.

²¹⁷¹ ARAÚJO, *op.cit.*, p. 18.

²¹⁷² CRUZ, “Em busca da imagem original ...”, 2007, *op.cit.*, p.68. Novas visões foram sendo desenvolvidas, como por exemplo, as de Pietro Edwards, director do restauro das pinturas públicas de Veneza de 1778 a 1821, que levaram ao estabelecimento de normas de intervenção que já pressupunham uma abordagem racional/científica bastante elaborada (*idem, ibidem*), nomeadamente com a aplicação de conhecimentos de Física e Química, que acabariam por contribuir para o esboço efectivo de um projecto prático para a salvaguarda dos objectos artísticos que visava a normalização, através da imposição de limites, da actuação do restaurador (RODRIGUES, Paulo Simões, “Da História da Conservação e do Restauro: das origens ao Portugal oitocentista”, in *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, (Ed. R. F. da SILVA, A. PAIS,) Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, 2007, p.36.

Mas analisemos os termos então utilizados, e que temos vindo a citar, para melhor entendermos o significado que lhes era dado e compreender a sua amplitude. Para isso socorremo-nos dos Dicionários de Língua Portuguesa da época.

Comecemos pelo muito utilizado *retoque*. No *Diccionario* publicado em 1823, Antonio Moraes e Silva definia *Retocár*, da seguinte forma: “v. at., *Retocar a pintura*; aprefeioá-la de algum leve defeito, ou dar-lhe maior perfeição, depois de acabada: *it.* de emendar o defeito que o tempo, e a velhice, ou outro incidente lhe causou”²¹⁷³. Já na edição “reformada, emendada” por Theotónio José de Oliveira Velho, publicada em 1831 o verbo surge definido como “v. at., *Retocar a pintura*; aprefeioá-la de algum leve defeito, ou dar-lhe maior perfeição, depois de mettidas as cores”²¹⁷⁴.

Apesar da definição de *retoque* ser a única que surgia directamente ligada à pintura, vinha colar-se à de reparo e de restauro, assumindo significados semelhantes que passavam, basicamente, por renovar e aperfeiçoar, de forma a superar os efeitos do envelhecimento ou das más condições de conservação.

Nas edições dos dicionários de 1823 e 1831 *Reparár* e *Restáurar* assumiam os seguintes significados: “REPARÁR, v.at. Reparar o *muro* ou *edifício* arruinado; tornar a levanta-lo, ou concerta-lo. (...) Emendar, pagar, satisfazer (...) Reformar, restituir, pôr em lugar perdido (...)”²¹⁷⁵; “RESTÁURÁR, v.at. Renovar, reformar acoisa, repò-la no antigo estado”²¹⁷⁶. Na edição de 1858, este último termo mantinha a sua definição enquanto que *reparar* passava a apresentar-se como “Restituir ao primeiro estado, falando de edifícios, ou outras coisas arruinadas”²¹⁷⁷.

No *Diccionario Tecchnico e Histórico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*²¹⁷⁸, publicado em 1876, da autoria do professor de escultura jubilado e antigo director da Academia de Belas-Artes, Francisco Assis Rodrigues (1801-1877), o termo “*Restaurar*”, indo ao encontro das definições acima, que assumiam já, também elas, uma postura absolutamente *violletiana*²¹⁷⁹

²¹⁷³ SILVA, Antonio Moares e, *Diccionario da Lingua Portuguesa recopilado de todos os impressos até ao presente por...*, Tomo II, Lisboa, na Typographia de M. P. Lacerda, Ano de 1823, p.593.

²¹⁷⁴ SILVA, Antonio de Moraes, VELHO, Theotónio José de Oliveira, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 4ª edição, posta em ordem, correcta e enriquecida, s.l., s.n (Lisboa, Imp. Regia), 1831, Tomo II, p.643.

²¹⁷⁵ SILVA, *Diccionario* ... 1823, *op.cit.*, p.569-570. SILVA, VELHO, *Diccionario* ..., 1831, p.621.

²¹⁷⁶ SILVA, *Diccionario* ... 1823, *op.cit.*, p.588. SILVA, VELHO, *Diccionario* ..., 1831, p.639.

²¹⁷⁷ SILVA, Antonio Moraes, *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Sexta edição, Lisboa, Typ. de Antonio José do Rocha : Joaquim Germano de Sousa Neves, Tomo II, 1858, p.706 (*Restaurar* p.725).

²¹⁷⁸ RODRIGUES, Francisco Assis, *Diccionario Technico e Histórico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875. <http://purl.pt/977>. De um modo mais amplo, e menos técnico, o *Novo Diccionario de Língua Portuguesa*, datado de 1835, define *restaurar* como “Pôr no antigo estado. Renovar. Emendar.”

²¹⁷⁹ NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder : O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001, pp.41-43.

ligada ao princípio da “unidade de estilo”, contribui para a compreensão do conceito no contexto oitocentista em questão – “*restituir qualquer obra d’arte ao seu estado primitivo*”,

Em relação à pintura defendia:

“*Restaura-se um quadro antigo ou arruinado, umas vezes entretelando-o, trespassando-lhe o corpo das tintas a nova téla, e outras vezes betumando-lhe as falhas e aplicando-lhe novas tintas com tal esmero e arte, que sem alterar as tintas originaes, haja tal homogeneidade de tons, que apenas deixe, mesmo a homens inteligentes, a duvida se foi ou não restaurado*”²¹⁸⁰

Perante a proliferação de situações de “maus restauros”, – como as que nos dão conta José da Cunha Taborda ou Cyrillo Volkmar Machado²¹⁸¹ – vão-se impondo quase naturais (e racionais) limites à acção do restaurador. Como se pode ver na documentação do DLEC os maus restauros encontravam-se associados a repintes, retoques grosseiros que danificavam a beleza original das obras. Até Raczyński, aludia a repintes barbaramente realizados e, a respeito da *Anunciação* existente nos Jerónimos, salientava:

“*Il ne paraît avoir échappé aux restaurateurs, qui sont pour Portugal une calamité pire que les tremblements de terre.*

Il me semble retouché sans que pour cela il soit devenu aussi désagréable que le sont la plupart des tableaux qui ont ici passé par les mains des restaurateurs.

C’est un admirable ouvrage, et il est d’une conservation parfaite. Les bourreaux, appelés restaurateurs, n’y on pas touché.”²¹⁸²

Apenas em 1885 – décadas depois do tratado *Arte de la Restauracion, Observaciones relativas á la restauracion de quadros*²¹⁸³, publicado em 1853, da autoria de D. Vicente Poleró Y Toledo, membro da oficina de restauro do Real Museo (actual Museu do Prado), obra presente na Biblioteca da Academia de Belas-Artes de Lisboa – era publicado, em Portugal, o primeiro livro sobre conservação e restauro de pintura – *Restauração de Quadros e Gravuras*, da autoria do

²¹⁸⁰ RODRIGUES, *Diccionario...*, 1875, *op.cit.*, p.327 (<http://purl.pt/977/1/index.html#/324/html>), RODRIGUES, Paulo Simões, “O Paradigma da Reconstituição – a prática do restauro no séc.XIX”, *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.3 (Ago.-Nov.2010), (www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede), p.50.

²¹⁸¹ SOARES, RODRIGUES, “O restauro das pinturas...”, 2016, *op.cit.*, p.228.

²¹⁸² *Apud* ARAÚJO, *op.cit.*, p. 51.

²¹⁸³ POLERÓ Y TOLEDO, D. Vicente, *Arte de la Restauracion*, imprensa a cargo de M. A. Gil, Madrid, 1853. Mencionado por ALVES, Alice, “O Restauro de Pintura na Academia de Belas-Artes de Lisboa – A contribuição de António Manuel da Fonseca”, in *Revista Arte Teoria*, nº16-17 (2015), p.103, disponível em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/18358/2/ULFBA_ArteTeoria_16-17_AliceAlves.pdf. (22-04-2016)

conservador do Museu Nacional de Belas-Artes, Manuel de Macedo (1839-1921)²¹⁸⁴. O autor considerava que a “restauração” devia ser realizada, uma vez que contribuía “para a *conservação e duração de qualquer objecto artístico*”, restabelecendo a “*harmonia do conjunto*”, no entanto reconhecia que existiam “*casos em que a restauração prejudica*”, de modo que “*o bom restaurador deve saber parar a tempo e nunca por forma alguma substituir-se ao autor de cuja obra lhe foi confiada a beneficiação*”²¹⁸⁵. Esta última ideia acabava por ser contrária às posições de Viollet-le Duc e de Assis Rodrigues, revelando a assimilação de novos princípios que, na linha de Camillo Boito²¹⁸⁶, são mais prudentes e mais respeitadores da obra do artista original.

Macedo encontrava duas componentes na actividade do restaurador de pintura: a “restauração”- “*apenas um ofício*” que passa pelo “*conhecimento cabal dos diversos processos de pintura*”, por “*uma investigação e observação constante das muitas causas de ruína a que se acham expostos os quadros*” e pelo “*estudo paciente e laboriosíssimo dos processos materiais aplicáveis à conservação e conserto dos quadros avariados.*”²¹⁸⁷ – e o “*retoque* - “*a parte artística do mister de restaurador, [que] não pode deixar de ser um pintor consumado e possuidor de talento*” devendo, contudo, “*ser reservado para quando se tornar indispensável, e ainda então usado com a máxima parcimónia*”²¹⁸⁸. Pelas suas implicações, “*em grande parte dos casos, cumpre que o restaurador se limite aos processos relativos à conservação do quadro*”²¹⁸⁹, posição que reforça a sua aproximação às teorias defendidas pelo arquitecto italiano Camillo Boito. Apesar das suas reservas em relação ao retoque, Macedo acaba por sugerir, no caso de maiores extensões de perda de valores pictóricos, a prática do refazimento integral da pintura, ou seja, o repinte, devendo para tal o restaurador procurar “guias” entre outras obras ou, à falta destes, tentando integrar-se no assunto e espírito da composição,

²¹⁸⁴ MACEDO, Manuel de, *Restauração de Quadros e Gravuras*, David Corazzi, Editor, Lisboa, 1885. RODRIGUES, “Da História da Conservação...”, 2007, *op.cit.*, p.36. A obra de Macedo integrava a colecção da Biblioteca do Povo e das Escolas e tinha um intuito basicamente divulgador, no entanto, como destaca Simões Rodrigues “A afirmação da complexidade dos processos de restauro é aparentemente contraditória com a intenção de os dar a conhecer ao público mais alargado (...). Acontece que a finalidade de Manuel Macedo não foi propriamente pedagógica, a sua intenção não era o ensino formal das técnicas implicadas, mas munir os coleccionadores e os amadores de conhecimentos basilares que lhes permitissem “exercer vigilância inteligente sobre as operações empregadas pelo *restaurador* a quem haja de confiar a delicada tarefa de beneficiar os thesouros artísticos da sua collecção.” *Idem, ibidem*, p.37.

²¹⁸⁵ MACEDO, *Restauração...*, 1885, *op. cit.*, p.5. Destaques nossos.

²¹⁸⁶ NETO, *Memória, Propaganda e Poder...*, 2001, *op.cit.*, pp.48-50.

²¹⁸⁷ *Idem, ibidem*, p.6.

²¹⁸⁸ *Idem, ibidem*.

²¹⁸⁹ *Idem, ibidem*.

procurando, no caso de incerteza, agir “*com modestia, evitando improvisar arbitrariamente qualquer pormenor que mal se quadre*”²¹⁹⁰.

A reconstituição, apesar de todos os “pareceres”, através do repinte / recomposição de lacunas, acabou por ser, durante a maior parte do séc. XIX, uma prática constante no que se refere à pintura antiga, uma vez que, de acordo com a mentalidade da época, só ela poderia, face ao mau estado em que a maioria das pinturas se encontrava, constituir uma tentativa de anular os efeitos da sua má conservação e devolver a sua integridade e legibilidade material e iconográfica permitindo a sua conservação enquanto documentos históricos, testemunhos do passado. Outros casos existiram em que a reconstituição foi conseguida de outra forma – através da revelação de elementos ocultados pela remoção de camadas cromáticas ²¹⁹¹.

Na segunda metade do séc. XIX, ao contrário do que seria de esperar, a polémica em torno da *reparação e limpeza* de pinturas não teve reflexo na produção escrita, no entanto, por outro lado, os manuais davam conta de uma drástica mudança de perspectiva em relação à formação que o restaurador de pintura devia ter – deve ser um artista que para além de saber retocar deve ter grande conhecimento de outros assuntos, particularmente, de química²¹⁹².

A quantidade de obras já restauradas e a restaurar terá contribuído para esta nova consciência e novo estatuto da profissão de restaurador.

3.1. No Depósito das Livrarias/ Biblioteca Nacional e nas Academias de Belas-Artes

No DLEC, as pinturas provenientes das casas religiosas passariam por uma etapa importante, constituindo para muitas, uma marca definitiva no seu destino (pelas condições a que foram

²¹⁹⁰ *Idem, ibidem.*

²¹⁹¹ Disso foi exemplo o procedimento de António Manuel da Fonseca na “Virgem” de Joos van Cleef, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, na qual foram extraídas algumas camadas cromáticas, de onde também resultou, devido à sua deterioração, a sua reconstituição através de repinte. (RODRIGUES, “O Paradigma...”, 2010, *op.cit.*, pp.53-54.) “A utilização por parte de mestre Fonseca, de um pigmento de qualidade distinta do primitivo resultou em manifestas diferenças tonais em relação aos quadros do mesmo período, contraste que foi imediatamente reconhecido” *idem*, p.54. Em 1881-1882, os repintes que António José Pereira (n.1820), pintor local, realizou em algumas tábuas da Sé de Viseu, atribuídas a Grão Vasco, também geraram polémica. Como destaca Simões Rodrigues, a escolha deste artista para realizar a tarefa ter-se-á devido ao conhecimento e proximidade constante que este pintor tinha tido com obra de Grão Vasco e de Vasco Fernandes e “dentro dos condicionalismos próprios da época, não havendo uma formação académica específica em restauro de pintura, os pintores que detinham um conhecimento mais profundo das técnicas e das escolas artísticas antigas estavam mais vocacionados para o fazer.” *Idem*, p.54 Nascido em Viseu, Pereira foi Professor de Desenho no Liceu Nacional dessa cidade; dedicando-se à Escultura mas, sobretudo à Pintura, conhecia bastante bem a escola de Grão Vasco. Raczyński, quando esteve em Viseu, em 1814, admirou o seu talento, lamentando que Pereira nunca tivesse tido mestres nem dali tivesse saído. O diplomata chega a convidá-lo para ir estudar nas grandes escolas europeias, convite que Pereira recusa por razões familiares. *Grande Enciclopédia ...*, *op.cit.*, vol.21, p.1211.

²¹⁹² CRUZ, “Em busca da imagem original ...”, 2007, *op.cit.*, p.69.

sujeitas, intervenções realizadas, locais para onde seriam enviadas) ou mesmo o final da sua existência.

Devido ao estado das obras e necessidade de preservação das mesmas, existiu, em 1835, a necessidade de encontrar alguém que as *consertasse*. Ainda em Depósito (ou a caminho dele), terá presidido o aspecto qualitativo na escolha daquelas que seriam primeiro alvo de intervenção e maiores cuidados. Algo que implicava por um lado, a valorização da pintura e, por outro, a existência de alguém capaz de fazer a avaliação.

Nestes primeiros tempos um nome surgia directamente (e discretamente) associado ao DLEC. Um desconhecido “**Joze Ribeiro da Silva, Pintor encarregado de arranjar os quadros**”²¹⁹³, era mencionado entre os empregados daquele organismo, apenas se sabendo que terá sido “*Professor de Desenho, de Figura, de Architectura Civil, e de História Natural, e em Todos os Caracteres de Letras*” no Colégio do Desenho Santo Espírito e S. Lucas.²¹⁹⁴ Não se conhecem registos da sua actividade, no entanto, o facto de se tratar de um pintor, leva-nos a acreditar que terá desenvolvido trabalho efectivo, além da simples limpeza que outros operários, não especializados, levavam a cabo no Depósito. Não foi possível apurar se este será o mesmo

“*Joze Ribeiro, homem de rara habilidade e prestimo, o qual se achava reduzido á ultima miseria, e muito avançado em annos, depois de ter consumido toda a sua fortuna, e a vida em empresas, e occupações de utilidade publica, especialmente na Real Fabrica das Sedas, aonde o conheceo o Visconde de Villarinho de S. Romão, por cuja recommendação o admitti aqui*”²¹⁹⁵

que António Nunes de Carvalho empregou no Depósito “**na limpeza e concerto das pinturas, com o tenue vencimento de dez milr^s mensaes**”²¹⁹⁶, entre Maio de 1835 e Janeiro de 1836, altura em que adoece, vindo a falecer, “*quasi que á fome*”²¹⁹⁷, logo no mês seguinte. O seu

²¹⁹³ BNP, Res. Mss.261, N°21. Documentos que se encontram junto do “*Relatorio feito por Vasco Pinto de Sousa Coutinho sendo Bibliothecario Mor da Bibliotheca Publica de Lisboa, e offerecido ao Ex^{mo} Bispo Conde D. Fr Fco de S. Luiz Ministro do Reino escripto pelo Empregado da m^{ma} Bibliotheca Colff.^s”*. De salientar que são mencionadas quantias recebidas pelo DLEC em Maio de 1835, data em que D. Francisco de S. Luís Saraiva já tinha terminado o mandato.

²¹⁹⁴ Acerca deste pintor apenas foi encontrada referência em WANZELLER, P.^e Francisco Clouts, *Oração Recitada na aberturado primeiro dia no Collegio do Desenho do Santo Espirito, e S. Lucas, novamente erigido na Rua de Cima do Socorro num 32. Por José Ribeiro da Silva, Professor de Desenho, de Figura, de Architectura Civil, e de História Natural, e em Todos os Caracteres de Letras. E composta pelo (...), Professor no mesmo Collegio, de Philosophia, de Rhetorica, de Francez, e Latim, e tudo filosoficamente explicado*, Lisboa, Impressão Regia, 1815.

²¹⁹⁵ ANTT, MR, Mç 2126, cx2 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 4 de Agosto de 1836. Representação de Nunes de Carvalho a Agostinho José Freire, Conselheiro de Estado e Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino solicitando que o filho de José Ribeiro, com nove anos, fosse admitido gratuitamente na Casa Pia. Ele, a mulher e o filho viviam num quarto no edifício velho do DLEC.

²¹⁹⁶ *Idem, ibidem*.

²¹⁹⁷ *Idem, ibidem*.

desaparecimento dos registos leva-nos a crer que, eventualmente, se poderá tratar da mesma pessoa, o que, em caso afirmativo, demonstra que algumas pinturas mereceriam um tratamento privilegiado, uma vez que em Setembro de 1835, quando ainda estaria ao serviço, eram feitas referências a “*reparos*” (termo de que se generalizará a sua aplicação para definir as intervenções) em pinturas dos extintos conventos, quando são dadas ordens para que sejam realizados os “*reparos necesarios nas Pinturas de Grão Vasco*”²¹⁹⁸.

3.1.1. André Monteiro da Cruz e outros restauradores

Seriam as pinturas consideradas de “Vasco” as primeiras obras eleitas, aquelas que, à altura, pela relação qualidade / sensibilidade artística foram especialmente merecedoras de atenção Real. A esta eleição não terá sido alheio o gosto da época (que valorizava a pintura dos séculos XV-XVII, e nomeadamente as escolas flamenga e italiana), o factor “nacionalista” e a atenção dada a Grão Vasco, por estrangeiros e viajantes como o conde polaco Raczyński, o qual, nos anos 40 de oitocentos, a ele dedicou várias páginas nas suas obras dedicadas à história da arte portuguesa.

Nunes de Carvalho, manifestava então

“grande receio de que as preciosas pinturas de Grão-Vasco feitas em madeira (...) sofram com a humidade grave, e irreparavel danmo; se as taboas soltas, em que se achão não forem a tempo bem unidas e ligadas solidamente em caixilhos proprios”,

indicando para a realização desta tarefa o pintor André Monteiro da Cruz (1770-1851)²¹⁹⁹ [Fig.39], empregado na Repartição das Obras Públicas, o qual ficava com a responsabilidade de devolver a antiga magnificência às obras de um pintor já à altura reconhecido. Este pintor-restaurador tinha granjeado um grande reconhecimento junto do encarregado do DLEC, que a ele se refere como “*Pintor habil e pratico neste género de concertos (...)*”, chegando a afirmar, em ofício dirigido a Rodrigo da Fonseca Magalhães, ministro do Reino, que

“he o mais capaz que conheço para este genero de serviço, e outros semelhantes, tem grande paixão pela sua arte, e por tudo o que he Portuguez; e por isso parece-me muito proprio não só para ser encarregado desta operação delicada, mas de qualquer

²¹⁹⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01 L/1 e ANTT, IOP, Livro 50, fl.109.

²¹⁹⁹ ANTT, MR, Mç 2126, Cx2 Destaques nossos.

outro serviço relativo ás Pinturas que existem neste Depozito, ou que para elle houverem de vir”²²⁰⁰.

Um tipo de elogio pouco usual em Nunes de Carvalho.

O percurso de Monteiro da Cruz na pintura tinha-se iniciado quando entrou para a Confraria de S. Lucas, em 1793. Elevado a Mestre Pintor da Casa do Risco (o único), fez parte da Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, nomeada em Dezembro de 1836, sendo um dos dois membros da designada “*Secção d’Artes*”, chamado a dar parecer sobre o valor artístico das pinturas que deveriam ser recolhidas ao Depósito e sobre o destino das já incorporadas²²⁰¹, para além de ser nomeado professor efectivo de Paisagem e Produtos Naturais na Academia de Belas-Artes de Lisboa, desde a sua fundação, em 1836. De modo a continuar, estrategicamente, ligado às Obras Públicas prestou-se a exercer, de forma gratuita, o lugar de Mestre Pintor daquela Repartição²²⁰², suprimindo-se a sua ausência física “*com a nomeação de hum simples official broxante para Aparelhador Alvorado, encarregado da direcção do trabalho dos mais Pintores de baixo das instrucções do sobre dito Artista*”²²⁰³.

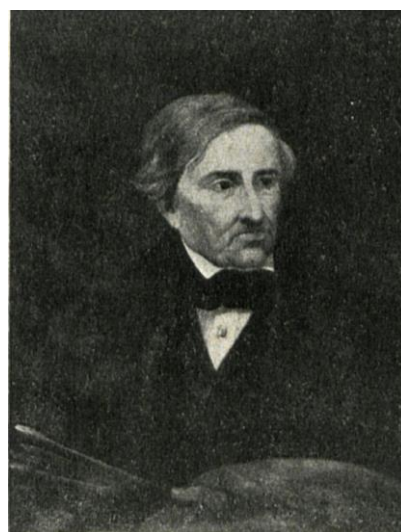


Fig.39 Gregório Maria Rato; André Monteiro da Cruz; óleo s/tela, ANBA (pub. Ernesto Soares, *Dicionário de Iconografia Portuguesa*...1954).

A sua importância no panorama lisboeta das Belas-Artes, na primeira metade de oitocentos – embora as suas qualidades como pintor e a sua personalidade “oportunistas” e politicamente falsa não fossem consensuais²²⁰⁴ – e consequente

²²⁰⁰ *Apud* SOARES, RODRIGUES, “O restauro das pinturas...”, 2016, *op.cit.*, p.229 (ANTT, MR, Mç.2038, 3ª Rep., Negócios diversos, Letra C, 1835-1843, Cap. CADL. 9 de Setembro de 1835).

²²⁰¹ *Idem, ibidem*, p.230.

²²⁰² ANTT, IOP, Livro 45, fls.75-75vs Informação sobre a admissão de Martinho Fonseca a Mestre Pintor. 21 de Janeiro de 1837. “(...) combinando este serviço com as outras obrigações a que se acha ligado”.

²²⁰³ ANTT, IOP, Livro 45, fls.75-75vs. 21 de Janeiro de 1837. Informação sobre a admissão de Martinho Fonseca a Mestre Pintor.

²²⁰⁴ Um biógrafo, contemporâneo de Monteiro da Cruz, retratava-o desta forma - «homem esperto mas de poucas letras e medíocre pintor, organização atlética, grande caçador, e miguelista de coração, gozara das boas graças do antigo regimen, sem que com elas lucrasse o artista: na Academia contava histórias, ria e gracejava com os estudantes, quanto lho permitiam os setenta anos e o reumatismo ganho nas suas expedições cinegéticas» (*apud* MACEDO, Diogo de, *Académicos e Românticos: A Fundação*, 1ª Série, Coleção “Museum”, Nº7, Lisboa, Bertrand, Edição do Museu Nacional de Arte Contemporânea, 1950, p.5); acusado de «mandrião e manhoso sem bastante de saberes mas de habilidades», refere Diogo de Macedo que, na Academia, Cruz soube ser astucioso e oportuno em propostas que apresentou, “fingindo ser dedicado colaborador da iniciativa de Passos Manuel, como

reconhecimento da sua actividade artística levá-lo-ia a ser agraciado por D. Maria II, em Novembro de 1836, com a mercê de Cavaleiro da Ordem de Cristo, “*por honrar e animar as Bellas Artes*”²²⁰⁵, no mês seguinte à Rainha o ter “*incumbido de dar huma informação circunstanciada á cerca do merecimento dos Artistas Portuguezes*”²²⁰⁶, numa altura de preparação da criação da Academia de Belas-Artes de Lisboa.

Cruz pintou, essencialmente, quadros de paisagem e de caça, revelando-se artista de modestos recursos; a pintura de ornato terá sido outra das suas vertentes para que, aliás, seria solicitado nomeadamente na decoração de diversos palácios reais (Queluz, Ajuda, Salvaterra de Magos, etc). Entre os seus trabalhos contam-se os realizados no Palácio de Queluz (Sala do Lanternim, c.1820), Palácio da Ajuda (onde foi mestre de ornato) ou no Palácio do Conde da Ega, à Junqueira. O “retoque” de quadros foi, sem dúvida, um dos seus principais *metiers*; por acta da Academia datada de 20 de Abril dava-se conta de um ofício do Académico Honorário, Intendente das Obras Públicas, José Bento de Sousa Fava, no qual fazia “*o offerecimento de 2 Quadros que existião na dita Repartição, e que estavam para ser retocados pelo Snr André Monteiro quando alli foi empregado (...)*”²²⁰⁷.

Quando Nunes de Carvalho solicita os seus serviços, a Academia de Belas-Artes ainda não existia, e era através das Obras Públicas e dos seus meios, que as intervenções eram realizadas. Seria através dos funcionários que mantinha nos seus quadros, que acudia aos múltiplos trabalhos, alguns inevitavelmente de restauro, que iam surgindo nas mais variadas áreas. Quando o DLEC (e o país) se debatia com escassez financeira, essa era uma vantagem, uma vez que Monteiro da Cruz se apresentava como uma

se lesse pela sua cartilha política” (*idem, ibidem*, p.6). Segundo Macedo “a moral e a pintura deste professor equivaliam-se” (*idem, ibidem*).

Raczynski refere como “belíssimo” o seu quadro Poente, e como “menos bom” um tecto do Palácio da Ajuda; também Zacarias de Aça refere um painel na Ajuda onde se via «caça morta e uma figura de mulher, que não se sabe o que faz ali». Na extinta Galeria Nacional de Pintura existiam obras suas, de paisagem e de caça. Para Armando de Lucena, Monteiro da Cruz, «além de rotineiro e muito convencional em tudo o que fazia, era pouco acolhedor, devido ao seu temperamento brusco e irascível». Já Varela Aldemira atesta que ele era vaidoso e gostava de se gabar, nomeadamente no que se referia à fundação da Academia, em que tivera um modesto quinhão. Foi nomeado Reposteiro da Câmara Honorário (1823), Major do Exército, Cavaleiro da Ordem de Cristo (1836). Gregório Luís Rato pintou o seu retrato que ficou exposto na Academia em 1852, após a sua morte. (*Grande Enciclopédia...*, *op.cit.*, vol.8, p.159; PAMPLONA, *Dicionário...*, 2000, *op.cit.*, Vol.I, pp.174-175; PAMPLONA, Fernando de, *Um Século de Pintura e Escultura em Portugal*; RACZYNSKI, *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*; Garcês Teixeira, *A Irmandade de S. Lucas...*; ALDEMIRA, Luís Varela, *Um ano trágico...*; PIRES, A. Caldeira, *História do Palácio Nacional de Queluz...*)

²²⁰⁵ *Apud* SOARES, RODRIGUES, “O restauro das pinturas...”, 2016, *op.cit.*, p.230 (ANTT, Registo Geral de Mercês, D. Maria II, Livro 7, fl.55vs. 22 de Novembro de 1836).

²²⁰⁶ *Apud idem, ibidem* (ANTT, MR, Mç.2122, Cx1 – Depósito dos extintos Conventos do Reino. 18 de Outubro de 1836. Ofício de André Monteiro da Cruz).

²²⁰⁷ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.07 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00002), Acta de 20 de Abril de 1838, pp.56-57.

*“pessoa capaz de se encarregar daquelle trabalho e de, por outro lado, provavelmente não menos importante, se offerece[r] para o referido serviço, que he compativel com o da dita Repartição, sem exigir gratificação alguma”*²²⁰⁸.

Por Portaria de 12 de Setembro de 1835 (assinada por Rodrigo da Fonseca Magalhães) a Rainha mandava que

*“o Conselheiro Fiscal das Obras Publicas ordene ao dito Pintor, e officiaes por elle escolhidos [um ou dois officiais marceneiros], que fiquem debaixo das ordens do referido Doutor Antonio Nunes de Carvalho, para serem empregados naquelle serviço.”*²²⁰⁹

Em Janeiro do ano seguinte, em carta dirigida a Mouzinho de Albuquerque, Nunes de Carvalho dava conta não só que, mais de seis mil pinturas estavam colocadas, prontas para serem catalogadas, mas também, que se iam *“sucessivamente alimpando e preparando para formarem algum dia huma rica Galeria Nacional”*²²¹⁰.

Novas ordens, de 11 de Maio, deixavam transparecer a necessidade de mais mão-de-obra para fazer face ao muito trabalho que ali devia existir, pessoal que ainda deveria vir a ser formado pelo pintor já designado:

*“Manda Sua Magestade(...), que o Conselheiro Inspector das Obras Publicas preste o auxilio possivel ao Pintor Andre Monteiro da Cruz, não só para se fazerem as grades necessarias para as Pinturas em panno que se achão no Depozito das Livrarias das extinctas Ordens Religiozas, a cargo do D.r Antonio Nunes de Carvalho; mas para que sejam postos á sua disposição dois officiaes habeis e da sua escolha, que aprendam com elle e o ajudem no delicado trabalho de alimpar e preparar as referidas Pinturas.”*²²¹¹

Menos de dois meses depois, em carta ao Conselheiro de Estado e Ministro e Secretário de Estado Agostinho José Freire, Carvalho expunha a real situação (ou parte dela) em que as pinturas se encontravam, revelando a falta de meios humanos e financeiros que travava o

²²⁰⁸ ANTT, IOP, Livro 50, fl.109.

²²⁰⁹ *Idem, ibidem.*

²²¹⁰ *Apud* RODRIGUES, Rute Massano, SOARES, Clara Moura, "O acervo de pintura da Biblioteca Nacional: problemas com a sua conservação no convento de São Francisco da Cidade (1834-1969)" in *Cadernos de História da Arte*, 2, 2014, (132-154), p.134 (disponível em <http://cad.letras.ulisboa.pt/index.php/Cadharte/article/view/68>). 29 de Janeiro de 1836 (ANTT, MR, Mf.2515 (mç.2123) Academia das Ciências Sub-Cap. 1836 4ª Rep. Academia das Sciencias de Lx.^a. 29 de Janeiro de 1836).

²²¹¹ ANTT, IOP, Livro 50, fl.130vs. 11 de Maio de 1836, ass. Agostinho José Freire.

normal andamento do processo referente àquela que ele apelidava “da nossa riquíssima Collecção de Pinturas, e Antiguidades”²²¹², certamente, na sua maioria, obras de oficinas portuguesas dos séculos XV e XVI. Segundo ele, esta achava-se

*“muito atrasada, por falta de operarios, que as alimpem e concertem, e ponhão em estado de serem apresentadas ao Publico; e tambem pela impossibilidade de preparar desde já as galerias necessarias, o que não póde ter lugar na prezença da penuria excessiva de recursos pecuniarios. Entretanto estão bem guardadas as que se tem recolhido, e vão-se reparando as mais preciosas. Resta ainda provêr aos concertos indispensaveis, e á completa segurança de hum edificio tão vasto, isolado, e que contem em si tantas riquezas, e preciosidades inextimaveis.”*²²¹³

Terá sido André Monteiro da Cruz o responsável pelos primeiros restauros, realizados nas pinturas que Nunes de Carvalho e o seu tempo consideraram as mais importantes.

3.1.2. Os restauros e os “restauradores de quadros” depois do nascimento das Academias

O nascimento das Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, em Outubro e Novembro de 1836, daria um novo ímpeto às artes e aos trabalhos de restauro.

A responsabilidade da conservação e restauro de obras de arte depressa foi instituída como incumbência das Academias de Belas-Artes, actividade essa que, revelando-se bastante intensa, não se limitou ao seu espólio.

A Academia de Belas-Artes de Lisboa, estabelecida também em São Francisco da Cidade, teria, a par com o Depósito, um importante papel na conservação e restauro das obras provenientes dos extintos conventos. A ela caberia, para além do restauro, a escolha e classificação das melhores pinturas do Depósito com vista à criação de um Museu Nacional. Com membros da Academia nos órgãos do Depósito, constituído em grande parte por homens não ligados às artes, mas à medicina e a outras ciências, foi sobretudo neles que recaiu essa importante actividade da “escolha”, da “eleição”, da classificação, que levaria muitas obras a serem conservadas e outras a serem ignoradas e destruídas.

Na Academia encontravam-se, para além de pinturas seleccionadas e, entretanto, ali arrecadadas, os artistas e os meios, numa época em que a tarefa de “restaurador” ainda não estava estabelecida nos seus estatutos. Nestas melhores pinturas conventuais ali recolhidas,

²²¹² ANTT, MR, Mç.2126 Cx2 4ª Repartição, Instrução Pública...1 de Julho de 1836.

²²¹³ *Idem, ibidem.*

acabará por verificar-se, por diversos motivos que terão passado por critérios, falta de meios financeiros ou mesmo de mão-de-obra especializada (pintores restauradores habilitados), uma opção de minoração do número de restauros²²¹⁴.

Na Academia de Belas-Artes de Lisboa (e também na do Porto), a prática do restauro quase sempre recairia sobre os designados “*artistas agregados*”, pintores de “menor importância”, sem formação académica, que tinham transitado de obras régias (como as do Palácio da Ajuda) e das aulas públicas para a Academia e que, na impossibilidade de todos serem nomeados docentes, foram considerados agregados às diversas aulas, uma categoria pouco precisa e que lhes impunha trabalhos variados, nomeadamente, o restauro pictórico.²²¹⁵ Apesar de, pelo menos aparentemente, tal minorizar o trabalho do restauro, é um facto que estes eram artistas com bastante prática e conceituados.

Nos primeiros tempos, destacar-se-iam pintores como Luís José Resende (1760-1847), José Joaquim Primavera (1793-?) e Norberto José Ribeiro (1774-1844), todos eles inseridos naquela ambígua categoria.

Apesar de dominantes na área do restauro, os agregados encontravam-se “apoiados” por figuras prestigiadas, como o Prof. António Manuel da Fonseca, figura central no “*conserto*”²²¹⁶ dos quadros. De facto, sempre que a complexidade ou importância histórica ou artística da obra a restaurar o requeresse, era normal a intervenção directa de um professor mais experiente e de prestígio académico e público²²¹⁷. Como destaca Alice Alves, a consulta da documentação da Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa evidencia o envolvimento e a liderança de Fonseca, desde o primeiro momento, no restauro da pintura antiga proveniente do DLEC, atribuição inerente ao seu lugar de Professor de Pintura Histórica²²¹⁸.

²²¹⁴ SOARES, RODRIGUES, “O restauro das pinturas...”, 2016, *op.cit.*, p.229.

²²¹⁵ RODRIGUES, “Da História da Conservação...”, 2007, *op.cit.*, p.30; MOURA, Maria Helena Castel-Branco Lisboa Barata, *As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico*, 1836-1910. Tese de Doutoramento da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Volume I, Lisboa, 2005, p.232.

²²¹⁶ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003), Acta de 12 de Novembro de 1842. Pintor e escultor do séc. XIX. Fonseca foi um dos membros da Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, nomeados pela Academia de Belas-Artes. Nasceu em Lisboa, em 27 de Setembro de 1796 e faleceu, na mesma cidade, em 4 de Outubro de 1890. Foi discípulo do seu pai, João Tomás da Fonseca, e de Joaquim Manuel da Rocha na Aula de Desenho de Figura e História e, em Roma, dos italianos Camuccini e Andrea Pozzi. Foi professor de Pintura Histórica na Academia de Belas-Artes de Lisboa, função que exerceu também na real câmara, sendo mestre dos príncipes, entre eles do futuro rei D. Carlos e de seu irmão D. Afonso. Nas suas estadias no estrangeiro realizou cópias de grandes mestres – algumas por si elencadas – prática que manteria ao longo da sua carreira. ALVES, “O Restauro de Pintura na Academia...”, 2015, *op.cit.*, p.99 e *Explicação colectiva de quadros d’invenção e copias executados por Antonio Manoel da Fonseca, Lisbonense, Durante o progressivo curso do seis estudos nas Academias de Roma*, Lisboa, 1835.

²²¹⁷ RODRIGUES, “Da História da Conservação...”, 2007, *op.cit.*, p.30.

²²¹⁸ ALVES, “O Restauro de Pintura na Academia...”, 2015, *op.cit.*, p.100.

Já num designado “*Projecto de Regulamento das Academias de Bellas Artes de Lisboa e Porto*”, talvez datado de 1836, é possível encontrar as tarefas a desempenhar pelos “*Artistas Agregados ou Ajudantes – Praticantes*” na seguinte informação:

“*Nas aulas de Pintura – a restauração dos quadros destinados á Galeria Nacional; - as copias e desenhos extraídos dos mesmos quadros, e outros objectos analogos que hajão de servir de exemplares e de instrucção nas aulas*”²²¹⁹.

O mesmo acontecia no Porto, com as pinturas do Museu Portuense.

Com a criação da Academia Portuense de Belas-Artes, nesse mesmo ano – com João Baptista Ribeiro nomeado seu Director²²²⁰ – também o restauro ficará nas mãos de agregados. Neste caso, caberá a Joaquim Cardoso Victoria (1792/3-1850), agregado à Aula de Pintura Colorida, “*restaurar os quadros do Museum, e Zelar todos os objectos do d.º Museum, sob a direcção do Corpo Academico*”²²²¹.

Mas não seria apenas ele a estar incumbido daqueles trabalhos, também os restantes agregados. Em finais de 1837, já com Joaquim Rodrigues Braga (1793-1853), Lente de Pintura Histórica, como Director Interino daquele estabelecimento, este escreveu ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, então Júlio Gomes da Silva Sanches, a respeito dos restauros e dos seus intervenientes. Tudo indica que tal tarefa teria estado parada até então, uma vez que o mote daquela missiva era “*devendo-se começar quanto antes no trabalho de restaurar os quadros do Museu Portuense, dentro da Aula de Pintura desta Academia*”²²²². As dúvidas apresentadas relacionadas com as atribuições dos agregados e a necessidade de supervisionar tão importante trabalho eram claramente expressas:

“*(...) sendo no sabio Decreto de 22 de Novembro de 1836 da criação da Academia Portuense das Bellas- Artes nomeado para o d.º trabalho hum primeiro Agregado a aula de Pintura desta Academia; Rogo a V.Ex.ª (...) se Digne determinar-me o modo como devo chamar para este trab.º o d.º 1.º Agregado – p.ª ter achado algumas*

²²¹⁹ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Academias, ?1836? fl.2vs Artº 6º §2º.

²²²⁰ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Acad. Belas-Artes do Porto (1836-1843). 3 de Dezembro de 1836. Decreto de Manuel da Silva Passos, de nomeação dos empregados e professores para a Academia Portuense de Belas Artes. Como Director e Lente de Desenho – João Baptista Ribeiro; Lente de Pintura Histórica, Joaquim Rodrigues Braga; Substituto – Domingos Pereira Carvalho; 1º Agregado – Joaquim Cardoso Victoria.

²²²¹ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Acad. Belas-Artes do Porto (1836-1843). Doc. s.d., em “Materias para que são habeis, para ensinar nas diversas aulas da Academia de Bellas-Artes da heroica Cidade do Porto, os individuos abaixo nomidados. (...)”. Deverá tratar-se de Joaquim Cardoso Vitoria Vilanova, referido por Agostinho Araújo em estudos como *Olhar o Património do Porto: uma empresa liberal*, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7434.pdf>. (consultado pela última vez em 9-10-2015).

²²²² ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Acad. Belas-Artes do Porto (1836-1843). 8 de Dezembro de 1837.

duvidas em conferencia(?) pois que nenhuma explicação vem mais, na ei, a este respeito do que a nomeação do d.º 1.º Agregado para este reparo.

Tenho igualmente na consideração de V.Ex.^a como Primeiro Cheffe, e tão sabio instituidor; de quanto importancia he este trabalho de bem restaurar Pinturas: Parecendo-me justo o dever eu dever dizer isto a V.Ex.^a, (por bem zelar tão ricos objectos da Fazenda Nacional) me he igualmente forçozo pedir a V.Ex.^a que se digne determinar o modo como devem ser derigidos estes trab.^{os}: - se pelos Professores de Pintura desta Academia, se pelos Membros do Corpo Academico intendedores daquelles trab.^{os}; dos quaes me parece nenhuns estarem tanto ao pacto, como os de Pintura: ou Mandando VEx.^a, que o substituto da Aula de Pintura, quando não houver justo impedimento do Lente na d.^a aula, acompanhe sempre aquelles trab.^{os}; pois o considero mui habil para tal direção.

Outro sim pesso a VEx.^a, que como o mencionado Decreto da criação da Academia não marca as Obrigações aos Agregados, e haja hum 2º d.º á Aula de Pintura, que VEx.^a se Digne determinar se eu devo fazer chamar o d.º 2.º Agregado para ajudar os mencionados trabalhos: para que escudado com as sabias determinações de VEx.^a como Cheffe deste tão util Estabelecimt.º, possa fazer levar a iffeiti suas sabias determinações.”²²²³

Lateralmente, o documento de registo, em anexo, esclarecia poucas questões mas, clarificava o papel dos agregados:

“Este Empregado, como todos os outros Artistas aggregados, tem obrigação de fazer todos os trabalhos q. lhe forem destinados p.^{la} Academia, e alem disso tem a incumbencia esp.^{al} de reparar os quadros do Museo (...)”²²²⁴.

As questões levantadas no Porto, seriam similares às colocadas meses mais tarde em Lisboa.

Na capital, no final de 1836, já após a criação da Academia de Belas-Artes, e quando, apesar do muito trabalho que havia para fazer, muitos agregados estavam sem tarefas atribuídas²²²⁵,

²²²³ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Acad. Belas-Artes do Porto (1836-1843). 8 de Dezembro de 1837.

²²²⁴ *Idem, ibidem.*

²²²⁵ “(...) Por esta ocasião ponderarão muitos Snrs o grande interesse que havia em empregar todos os Aggregados, por ser tal a sem razão d’alguns que até se gabavam de não terem que fazer, que isto se devia obviar, e querendo alguns Snrs saber quem erão aquelles que não estavam em exercicio, soube-se pelas informações que dêo o Secretario, que são os seguintes, Aggregados de Pintura:= José Maria de Salles que trabalha fora da terra em obras particulares, Luiz José Pereira Rezende, - José Joaquim Primavera. De Architectura Civil – Manoel Joaquim de Souza. – De Esculptura – Nicoláo José Possolo que em 26 de Novembro pedio licença até ao fim de Fevereiro

Francisco da Silva Oeirense propunha em Sessão da dita Academia que todos os quadros do Depósito fossem “*submetidos á inspecção, direcção, e escolha da Academia, para esta não só proceder aos seus reparos, como á sua classificação que só ella deve fazer convenientemente, no que póde muito bem empregar os seus Aggregados, que igualmente pódem copiar os melhores. (...)*” e que “*as Obras Publicas continuem como até agora, a fazerem as Obras necessarias aos mesmos quadros, em caixilhos, e mais reparos*”²²²⁶. As Obras Públicas continuariam assim, a par com a Academia a ter intervenção nos trabalhos.

Era necessário realizar “*o concerto das Pinturas*” murais do Palácio da Ajuda²²²⁷, obras que se prolongaram no tempo e que atrasaram os restantes trabalhos. Logo nos primeiros meses de 1837, são vários os agregados destacados; Joaquim Gregório da Silva Ratto e filho, José Maria Salles, Pedro Lourenço, Luis Gonzaga Cony, António Rafael; António Manuel (da Fonseca), Joaquim Rafael e André Monteiro da Cruz estão entre os nomeados para examinarem as ditas pinturas.

No final de Março desse ano decidiu-se “convocar” os agregados

*“que apenas houvessem quartos disponiveis, se mandassem comparecer para começarem a restaurar os quadros, e com outros trabalhos de que devem ser encarregados, devendo entrar neste Numero, os Aggregados ás Aulas de Pintura Primavera, e Rezende”*²²²⁸.

Na mesma altura, António Manuel da Fonseca “*(...) ponderando as muitas fraudes que se comettem no Deposito Publico, por ocasião das arrematações de quadros, e outros objectos de Bellas Artes*” pedia “*(...) que a Academia representasse ao Governo quanto seria*

– João Eloy de Mendonça que não tem comparecido até hoje no Laboratorio – João Gregório Viégas que não compareceu por se persuadir que as Férias pertenciam aos Aggregados – (incumbio-se o Snr Assis de o avizar). – Da Aula de Gravura, Gregorio Francisco de Queiroz – Francisco Thomas de Almeida – Antonio Maria Monteiro – Gregorio José de Queiroz : estes ultimos em consequencia de não haverem ainda trabalhos determinados para elles. Resultando conhecer-se deste exame que são onze os Aggregados que se achão por emquanto desempregados, concordando se que convinha quanto antes remover-se este inconveniente. ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.6 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00001), Acta nº14, 29 de Dezembro de 1836, p.59.

²²²⁶ *Idem, ibidem*, pp.59-61.

²²²⁷ Consequência directa de infiltrações em paredes e tectos do Palácio.

²²²⁸ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.6 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00001), Acta nº31, 31 de Março de 1837, pp.121-122. O “Rezende” é Luís José Pereira de Resende, Pintor lisboeta (1760-1847), agregado de 4ª classe à aula de Pintura Histórica da Academia, à data da sua fundação e que se distinguiu sobretudo pelo no retrato em miniatura. PAMPLONA, *Dicionário...*, op.cit., vol.V, p.47. Quanto a “Primavera” será José Joaquim Rodrigues Primavera que, tal como Resende, foi agregado de 4ª classe às aulas de Pintura, em 1836 e distinguiu-se como miniaturista. Primavera foi Académico de Mérito e, segundo Júlio Brandão Primavera teria afinidades estéticas com Jean-Baptiste Augustin; foi um bom desenhador e aí residiria parte do segredo dos seus sucessos. *Idem, ibidem*, vol.IV, 2000, op. cit., p.373.

conveniente que o mesmo determinasse, que se não possessem em Praça nenhuns dos ditos objectos, sem serem primeiro avaliados, por peritos da Academia (...)”²²²⁹.

Em Maio, no Relatório que o Ministro Manuel da Silva Passos apresentava à Câmara dos Deputados, não deixaria de mencionar que a Academia tinha vindo a ser encarregue de diversos trabalhos de que se ocupava com *zêlo* e que esperava, desempenhasse com *primôr*; e surgia bem explícito que aquela instituição se ocupava da “*classificação e restauração dos Quadros*”²²³⁰.

Em Novembro de 1837, o Director Honorário, Silva Oeirense, era da opinião que “*seria conveniente patentiar a Academia em certos dias da Semana para que o Publico ajuisasse do que se havia feito (...)*”, opinião não corroborada por alguns membros que “*antes de tudo se devia tratar de fazer um Inventario Geral dos Quadros para se imprimir, e tomarem-se outras medidas, findas as quaes devia então fazer-se o que aquelle Snr. lembrou (...)*”²²³¹.

O ano de 1838 revelar-se-ia complicado e, de certa forma, esclarecedor. As questões levantadas no Porto, respeitantes à incumbência dos trabalhos de restauro e à necessidade da sua direcção e supervisão, pareciam ter encontrado aqui eco. A lei (Portaria de 30 de Dezembro de 1836 que ordenava à CADLEC a entrega à Academia dos quadros existentes no Depósito, com a finalidade de serem classificados, ou constituídos em Galeria, e designados para modelos e exemplares de ensino) não respondia a importantes questões, apesar de referir: “*fazendo occupar os Artistas aggregados na restauração dos quadros (...)*”²²³².

A Academia, “*depositária de taes preciosidades*” dispunha de meios “*materiaes preciosissimos que formão hum dos principaes thesouros da Nação*”, mas muitos estavam “Estragados”, com “*lamentaveis dannos*” infligidos pelos antigos possuidores, pelo transporte ou arrecadação.²²³³ Cabia-lhe fazer “*tantos esforços d’arte, tantas sublimidades de pericia quantas forão precisas para produsir aquelles chefes d’obra, todavia muitos desvêlos, muita applicação, e habilidade para lhes recobrar o offuscado brilho.*”²²³⁴ Questionava-se então: “*Mas quem deverá occupar se deste arduo e delicado encargo de superintender em trabalhos de tanta importancia?*” A acrescer a esta importante tarefa, à Academia estava também

²²²⁹ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.6 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00001), Acta nº31, 31 de Março de 1837, p.124.

²²³⁰ AHE, AITC, MR98 – Relatórios do Ministério do Reino 1836-1842. 23 de Maio de 1837.

²²³¹ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.6 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00001), Acta de 18 de Novembro de 1837, p.280.

²²³² ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.5 (PT-ANBA-ANBA-A-002-00001) Decretos e Portarias, 30 de Dezembro de 1836 (Tifs.25-26).

²²³³ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Offícios, 16-27 de Março de 1838.

²²³⁴ *Idem, ibidem.*

acometido o trabalho de “*fazer desenhar, lithografar, e gravar huma collecção selecta e respeitavel dos quadros dos nossos Pintores Classicos, como meio único de levar aos olhos das Nações Estrangeiras as próvas daquella cathegoria em artes a que temos irrecusaveis direitos*”²²³⁵. E quem inspeccionaria e dirigiria estes trabalhos? Para tentar solucionar estas faltas, em Março, a Academia em peso pedia a criação do lugar de Director Artista, indicando para o mesmo o Académico de Mérito e Director Honorário, Francisco António Silva Oeirense²²³⁶. Porém, em conferência ordinária de 9 de Abril, decidiria que a direcção dos trabalhos recairia numa “*Commissão composta dos Snrs Director Honorario, e de Esculptura*”, devendo os agregados, a partir do dia 18 daquele mês, passarem a trabalhar no gabinete do director “*por offerecer as necessarias commodidades*”²²³⁷. Tal decisão gerou uma curiosa e algo esclarecedora polémica, que colocaria o Professor de Pintura Histórica, António Manuel da Fonseca, contra os seus pares. Em carta ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, aquele lente rogava pela “*bondade e amor ás Bellas Artes, e conservação d’aquelles bellos originaes*” que aquele governante ordenasse que os restauros continuassem sob aquela que ele definia como “*minha Escola na conformidade da lei e utilidade da manutenção dos mesmos quadros*”. Para além de apontar a infracção dos estatutos, alegava falta de conhecimentos dos membros da dita Comissão, o que teria influência nos resultados dos restauros:

“*(...) ainda que Artistas não viajarão, como o expoente, e por consequencia não podem conhecer tão perfeitamente as diferentes Escolas para dirigir os restauros, que alguns destes Aggregados deverão fazer em os quadros que pertencem á Gallaria Nacional, e rezultar por esta infração da lei a ruina d’aquelles Quadros pella poco perfeita direcção.*”²²³⁸

Para mestre Fonseca, o conhecimento das Escolas estrangeiras era visto como um critério para bem restaurar mas, para tal, os artistas portugueses precisavam de viajar mais.

A resposta da Academia²²³⁹ não se fez tardar. Fonseca foi então intitulado pelos seus pares, entre outras coisas, como um “*inquietador*”, “*perturbador perpetuo*”, “*enganador sem pejo*”,

²²³⁵ *Idem, ibidem.*

²²³⁶ *Idem, ibidem.* 16 de Março de 1838.

²²³⁷ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ª Rep. Instrução Pública, ABAL. 11 de Abril de 1838. Ofício do Secretário José da Costa Sequeira ao agregado Norberto Joze Ribeiro.

²²³⁸ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ª Rep. Instrução Pública, ABAL. 17 de Abril de 1838.

²²³⁹ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ª Rep. Instrução Pública. ABAL. Resposta de 24 de Abril de 1838 a uma portaria de 19 de Abril, para que a Academia informasse acerca da representação do Prof. António Manuel da Fonseca, endereçada a António Fernandes Coelho, Ministro do Reino. Assinada por Francisco de Sousa Loureiro, Director Geral, Francisco Antonio da Silva Oeirense, Director Honorário, Francisco de Assis Rodrigues, Professor de

“*detrachidor, e calumniador injusto dos seus collegas e companheiros*”, “*promovedor de todas as desordens, intrigas e insubordinações*”²²⁴⁰ e esclarecido que ele não tinha ali uma Escola de Agregados, mas apenas uma “*Aula de Discipulos*”²²⁴¹ e que estes se ocupavam de muitos outros trabalhos para além dos restauros.

Quanto ao argumento que tinha lançado em relação aos membros da Comissão de não terem viajado e por isso não estarem tão aptos como ele a dirigir os restauros, foi desconstruído pelos restantes membros da Academia. Segundo eles:

“(…) *para se restaurar um quadro com perfeição he bastante indifferente conhecer o Author do Quadro, nem são necessarias as viagens, de que o Professor Fonseca faz tanto alarde. Alem disso, o menor numero dos Quadros principaes da Academia, e que devem ser restaurados, he o que pertence a essas distinctas Escolas estrangeiras : o grande numero he de Escola propriamente Portugueza: além de outros, são principalmente os Quadros do Grande Vasco, que os estrangeiros nunca virão, nem conhecem, e cujo nome confundem com o nome de Pintores Espanhoes, Vasques, e Velasco, o que o Professor Fonseca talvez não trouxesse das suas viagens.*”²²⁴²

O currículo de António Manuel da Fonseca, privilegiado, mais internacional do que o de muitos seus pares, e que o próprio fazia questão de realçar, aliado à forma como se posicionava dentro da Academia, criavam um ambiente de natural confronto.

A especial atenção aos quadros ditos de Grão Vasco continuava (e continuará) a ser patente, com estes a serem vistos como o principal património pictórico nacional, representantes maiores da designada Escola Portuguesa.

Era também revelado um aspecto importante: de todos os agregados, apenas a Norberto José Ribeiro (1774-1844) “*pela sua reconhecida habilidade se tem confiado a restauração de alguns dos Quadros: aos outros aggregados não pertence esse trabalho, e outros quadros hão de sêr confiados aos proprios Professores da Academia.*”²²⁴³ Algo limitativo, se atendermos à quantidade de quadros a restaurar e ao seu mau estado de conservação.

Escultura, Domingos José da Silva, Professor de Gravura Histórica, Benjamim Comte, Prof. Grav. Paisagem, André Monteiro da Cruz, Prof. de Pintura de Paisagem e Prod. Naturais, José Francisco Ferreira de Freitas, Prof. Subst. de Paisagem e Prod. Nat., Joaquim Rafael Professor de Desenho Histórico, João Viecente Priaz, Prof. Subst. de Gravura de História, José António do Valle, Prof. da Aula da Gravura de Cunhos, José da Costa Sequeira, Prof. Subst. de Architectura e João Pires da Fonte, Prof. de Architectura Civil.

²²⁴⁰ *Idem, ibidem.*

²²⁴¹ *Idem, ibidem.*

²²⁴² *Idem, ibidem.*

²²⁴³ *Idem, ibidem.*

No entanto, e apesar do “caos” instalado na Academia de Lisboa, em Agosto de 1838, eram enviados a António Fernandes Coelho, Ministro do Reino, os Inventários dos quadros, livros, estampas, móveis e utensílios que se encontravam a cargo daquele estabelecimento. No respeitante aos quadros era então feita referência ao seu estado e localização:

*“A maior parte dos quadros existem já concertados, e encaixilhados de novo, no que se tem empregado dois Officiaes Carpinteiros que estão trabalhando na Academia por conta da Repartição das Obras Publicas de baixo da direcção dos Professores, ficando collocados nas paredes das Aulas um grande numero delles, todos competentemente numerados segundo se menciona no respectivo Inventario.”*²²⁴⁴

O inventário dos quadros²²⁴⁵, datado de 6 de Abril, o primeiro realizado pela Academia, implicou, à semelhança dos restantes então realizados, uma série de *trabalhos preparatórios*, neste caso particular *“a designação e medição de tantos quadros”*²²⁴⁶. Estes encontravam-se organizados por número, assunto, matéria em que eram pintados (madeira, cobre, pano), *“Escolas ou porquem pintados”* e por alturas e largura. Encontravam-se divididos pelo local onde se encontravam depositados, sendo desta forma possível saber onde “paravam” à altura:

Aula de Pintura de Paisagem – 91

Aula de Pintura Histórica – 129

Gabinete contíguo à Aula de Pintura Histórica – 42

Sala destinada à Aula dos Ofícios Fabris – 63

Gabinete junto à Aula de Desenho Histórico / Casa dos Gessos – 24

Aula de Desenho Histórico – 21

Ainda por colocar, em depósito na Academia – 170²²⁴⁷.

A maioria encontrava-se, portanto, teoricamente, já mais resguardada, longe das inclemências do (mau) depósito, embora ainda sujeitos às particularidades nefastas do edifício do antigo convento de São Francisco da Cidade, longe de se encontrarem em ideais condições de conservação.

Os quadros relacionados totalizavam 540 mas ressaltava-se que

²²⁴⁴ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ª Rep. Instrução Pública, ABAL. 18 de Agosto de 1838.

²²⁴⁵ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ª Rep. Instrução Pública, ABAL. Assinado por Francisco de Souza Loureiro, Director Geral da Academia, Christóvão Leandro de Mello, Fiel da Academia, e por José da Costa Sequeira Secretário Interino. Acerca deste assunto *vide* SOARES, Clara Moura, “Na origem da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas-Artes de Lisboa: 540 quadros seleccionados do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos”, in *ARTIS*, Revista de História da Arte e Ciências do Património, nº2 (2014), pp.200-201.

²²⁴⁶ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ª Rep. Instrução Pública, ABAL. 18 de Agosto de 1838.

²²⁴⁷ *Idem, ibidem.*

*“Alem dos Quadros que ficão relacionados vierão mais = Noventa e dois quadros de diversos tamanhos, de madeiras em muito máo estado, e cujas táboas apenas podem aproveitar para novas Pinturas. N.B. Desde o N°519, até 540 inclusivé nenhum dos quadros mensionados tem grade nem molduras.”*²²⁴⁸

Com tais números depreende-se que, das 170 pinturas que existiriam em Depósito, pelo menos 21 estavam sem suporte. E não deixa de ser curioso que a Academia tenha escolhido/aceitado receber quase uma centena de obras em muito mau estado, aparentemente, apenas porque eram em madeira e poderiam ser aproveitadas para novas pinturas...

Aquando da comemoração do segundo aniversário da fundação, a 25 de Outubro de 1838, deu-se a “*Sessão Real, e Publica de Abertura da Academia das Bellas Artes de Lisboa*”, na qual compareceu D. Fernando II. Um relatório dos trabalhos realizados pela Academia era apresentado; entre outros assuntos, lembrava-se a “*Representação de 29 de Dezembro de 1836, pedindo a necessaria authorisação para receber da Commissão Administrativa dos Depositos das Livrarias e dos Quadros dos extinctos Conventos, todos os quadros que escolhesse, propondo-se a sua reparação e divida classificação*”²²⁴⁹, assim como o seu rápido deferimento, em Portaria de 30 de Dezembro do mesmo ano. Segundo o relatório, quinhentos e quarenta quadros “*se colligirão e escolherão*”, entre os quais se contavam obras de célebres pintores portugueses (Grão Vasco, Bento Coelho, André Gonçalves, Gaspar Dias, Marcos da Cruz, Sequeira, Vieira, Cyrillo, Pedro Alexandrino, etc) e pintores estrangeiros²²⁵⁰. Norberto José Ribeiro era então referido como tendo “*restaurado 20 quadros originaes, cujo estado de ruina parecia irremediavel*”²²⁵¹.

²²⁴⁸ *Idem, ibidem.* Foi ainda colocado um aditamento a respeito das molduras entregues pela CADLEC com os quadros inventariados: 132 molduras douradas de diversos tamanhos, 1 moldura dourada quebrada, 196 de diversos tamanhos, várias madeiras e labores com seus respectivos vidros.

²²⁴⁹ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.6 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00001), Acta nº112, 25 de Outubro de 1837.

²²⁵⁰ *Idem, ibidem.*

²²⁵¹ *Idem, ibidem.* Norberto José Ribeiro tinha sido discípulo de António Fernandes Rodrigues e de José da Cunha Taborda na Aula do Castelo e um dos pintores mais activos nas obras do Palácio da Ajuda, onde executou vários trabalhos, entre os quais a pintura da escadaria de pedra do lado norte. À data da fundação da Academia, logo em 1836, foi agregado de 1ª classe à aula de Pintura Histórica. Em 1840, na 1ª Exposição Trienal da Academia, figurou com o quadro Alegoria da gratidão dos artistas para com a Rainha pela instituição da Academia; realizou também a composição Nun'Alvares entregando o convento aos religiosos para a Casa do Despacho da Irmandade do Bentinho. Júlio Brandão considerava-o um miniaturista delicado. (in PAMPLONA, *Dicionário...*, op. cit., vol. V, p.57 e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol.25, Lisboa Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda, s.d.,p.607) Chegando então a dirigir, com António Manuel da Fonseca, a Aula de Pintura Histórica (e a ser professor de Tomás da Anunciação), em 1859 dizia-se que era de “uma probidade escrupulosissima e o mais digno que restava dos representantes da pintura da epoca da Ajuda: colorista soffrivel, pincel timido resentia-se de uma educação artistica capaz de apagar o fogo divino ao proprio Miguel Angelo, este homem (aliás respeitavel) pouco vulto fazia na aula.”(*Revista Contemporanea de Portugal e Brazil*, vol.1, Lisboa, Typographia do Futuro, 1859, p.494) Como refere Diogo de Macedo, em 1950, em Académicos e Românticos, Norberto Ribeiro “iniciou o

Mas António Manuel da Fonseca não tinha desistido de ganhar protagonismo com os restauros dos quadros para a ambicionada Galeria Nacional. E, menos de um mês após a Sessão Real apresentava o “*Projecto exequível, para se reconhecer o valor infalível de todos os quadros que formarão a Galeria Nacional*”²²⁵², no qual faz a sua auto-promoção e anula o papel da Academia lisboeta.

Vinha agora propor a nomeação de um Director da Galeria Nacional, à responsabilidade do qual fosse “*entregue o conserto, e restauro de todos os quadros (...); e tambem a tatal recepção de alguns que ainda não reverterão á posse da Academia.*”. E apontava-se a ele próprio para a tarefa,

“*Pintor da Camara Real de Sua Magestade Fidelissima, e Professor de Pintura Hestorica da Academia das Bellas Artes de Lisboa (...), por este ter frequentado as Academias de Italia / com o proveito que representaão as suas obras / desde Agosto de 1826 – até Outubro de 1835*” e por isso “*cabalmente instruido, e mais á facto de dirigir os consertos, e restauros dos quadros acima refferidos para que não aconteça, o que actualmente sucede, estar o comcerto dos mesmos encarregado á direcção de um Pintor Ornatista, Professor da Escóla de Ornamentos*”²²⁵³.

Para além disso, queria que fosse ordenado que o Director da Academia entregasse ao Director da Galeria

“*todos os quadros e relações correspondentes, para que este forme o Regulamento da mesma á imitação das Galarias de Italia, e fique responsavel por sua conservação, fasendo regressar á mesma Galeria todos os quadros como acima refiro que ainda se achão em differentes conventos, alguns dos quaes são de immenso valôr.*”²²⁵⁴

E para esvaziar ainda mais e, de certa forma, desmerecer o papel da Academia, juntava ao referido *Projecto exequível* as seguintes alíneas, que adicionavam um cariz internacional, pela creditação feita em Roma, ao processo de preparação da Galeria Nacional:

“*4.º - Que o mencionado Director da Galeria escolha d’entre todos os refferidos um quadro de cada um Author mais distincto, ou mais clássico pelo seu estillo; e que este os faça encaixotar pela maneira usada em Italia, para serem enviados ao Encarregado dos Negocios de Portugal em Roma, o Conselheiro João Pedro Migueis.*”

restauro dos quadros antigos que ali se encontravam pelos corredores e salas de aulas, como cumpria aos artistas com ordenado e a sua categoria”. (MACEDO, *Académicos e Românticos ...*, 1950, *op.cit.*, p.8)

²²⁵² ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ª Rep. Instrução Pública, ABAL. 21 de Novembro de 1838.

²²⁵³ *Idem, ibidem.*

²²⁵⁴ *Idem, ibidem.*

5.º - *Que o Ex.mo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros Ordene ao refferido Conselheiro que quando se lhe apresentarem os refferidos quadros, os dirija ao respeitavel Corpo de Artistas Academicos de São Lucas, para que, por aquelle Jury Artistico, lhes sejam classificados os seus respectivos authores, e exactos valores dos mesmos quadros.*

6.º - *Logo que os refferidos quadros tornem a ser entregues em Lisboa ao mencionado Director da Galeria, os compare com os que aqui existirem, ou pela identidade do author, ou imitação do estillo; e se lhes possa exactamente estabelecer o seu valor, para que junto á sua Hestoria, em folheto que se deverá dar apublico, a Nação reconheça a riqueza que possui na quelle genero.”*²²⁵⁵

Mas, apesar das más relações mantidas por Fonseca com os restantes académicos, a sua importância e valor não podiam ser descartados. Assim, em 7 de Dezembro de 1838, o Conde de Mello²²⁵⁶ [Fig.40], Vice-Inspector da Academia, lembrava que era de “*absoluta necessidade, avaliar*²²⁵⁷ *os quadros e formar hum juizo critico sobre cada hum d’elles, visto que o chamado catalogo que ora existe não preenche o fim*”²²⁵⁸, e que ele, juntamente com António Manuel da Fonseca e o Abade Castro (Antonio Damaso de Castro e Souza)²²⁵⁹, podiam



Fig.40 Conde de Mello; gravura, Lith. Maurin, 13,3x13cm BNP. E.1997 V.

²²⁵⁵ *Idem, ibidem.*

²²⁵⁶ Luís Francisco Estêvão Soares de Melo da Silva Breyner (1801-1865). Nomeado para o cargo a 20 de Novembro de 1838, sucedeu ao 1º Conde de Farrobo, Joaquim Pedro Quintela (1801-1869), exonerado por alegados desentendimentos com os membros do corpo académico. SOARES, “Na origem da Galeria Nacional de Pintura...”, 2014, *op.cit.*, p.200.

²²⁵⁷ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ª Rep. Instrução Pública, ABAL. A 9 de Dezembro o Conde de Mello sente necessidade de esclarecer melhor a expressão e refere: “puz inadvertidamente (...) o seguinte = sendo de absoluta necessidade avaliar os quadros w= e não he deste objecto que ei queria, nem devia occupar-me : Não he do officio de Avaliadores aquelle de q. eu queria tratar, nem disso devemos tratar por inutil para a Academia que não vai felizmente vender o que tem, he pois p.ª saber o que tem, que eu peço a Commissão, que de nada mais se deve occupar senão de formar seu juizo, e nunca da parte que por inadvertencia mencionei.”

²²⁵⁸ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ª Rep., Instrução Pública, ABAL. 7 de Dezembro de 1838. Na Acta nº117 de 5 de Dezembro o Vice-Inspector “(...) fallando dos quadros que a Academia possui, e fazendo vêr a necessidade de se conservarem com todo o melindre, disse que era necessario que os Snrs Professores tractassem de organizar um cathalogo circunstanciado no qual se mencionassem com particularidade as bellezas e propriedades de cada um, para se constituirem estes valores, e satisfazerem-se as pessoas conhecedoras das Bellas Artes que vezitassem o Estabelecimento, pois que assim se pratica em toda a parte aonde existem estas produções de Bellas Artes. (...)” ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.07 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00002, pp.198-200.

²²⁵⁹ Nomeado Académico Honorário e de Mérito, por Portarias de 13 e 18 de Dezembro de 1838. A 13 de Fevereiro de 1840 enviou requerimento ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e Inspector Geral da

ser encarregados disso por uma portaria que os nomeasse e autorizasse a pedir esclarecimentos ao Guarda Mor da Torre do Tombo e à CADLEC, porque, segundo ele “*eu sei q.^e m.^{tos} quadros ainda existem até não relacionados, e outros que estão entregues a curas, e que huns e outros devem ser recolhidos á Academia, acerescendo que alguns são de preço.*”²²⁶⁰ Acabariam nomeados por portaria de 18 de Dezembro, de modo a que o Catálogo dos Quadros já reunidos na Academia e dos que ainda se lhe juntassem fosse acompanhado de um juízo critico sobre o merecimento artístico de cada um deles²²⁶¹.

Os trabalhos de restauro de pinturas prosseguiam. Com vista a ocultar danos ou preencher lacunas, seriam realizados retoques de forma indiferenciada, tendo como objectivo a reabilitação estética das pinturas. Na realização deste tipo de trabalho revelava-se contudo, preocupação com o tipo de material utilizado, particularmente tintas, examinadas por António Manuel da Fonseca e André Monteiro da Cruz “*afim de se conhecer se erão capazes para os retoques dos quadros*”²²⁶². A estabilização das pinturas era essencial para a sua manutenção e possível exposição.

Logo em Fevereiro de 1839, Monteiro da Cruz era relegado para segundo plano, dispensado dos “*preparos das tábuas dos quadros*” da Academia, tarefa entregue à Comissão encarregada de formalizar o seu catálogo²²⁶³. Nessa mesma altura, Norberto Ribeiro via o seu trabalho reconhecido “*pelo optimo serviço que tem desempenhado no retoque dos quadros*”²²⁶⁴, e em Agosto era eleito Académico de Mérito, relembando o Vice-Inspector da Academia, Conde de Mello, que aquele

“*Artista Aggregado de 1.^a Classe á Aula de Pintura Historica, (...) [tinha] dado as mais distinctas provas de merecimento e assiduidade pelo esmero com que setem ultimamente empregado em salvar dos estragos do tempo os magnificos quadros do*

Academia de Belas-Artes de Lisboa para ser nomeado Director Honorário da dita Academia. ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Requerimentos. Como refere Clara Moura Soares, a sua inclusão nesta Comissão justificava-se tanto pelos seus conhecimentos em matéria de Belas-Artes como pelo seu domínio dos temas religiosos que estavam presentes na maioria das obras. SOARES, “Na origem da Galeria Nacional de Pintura...”, 2014, *op.cit.*, p.201.

²²⁶⁰ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. 4^a Rep., Instrução Pública, ABAL. 7 de Dezembro de 1838. Acrescentava ainda: “NB. sem humma med.^a do ministr.^o não se pode executar isto por que tendo eu em Conversação, (pois que de outra maneira não era authorisado) tocado neste objecto com André Montr.^o encarregado desta deligencia, elle deu razões pouco louvaveis he verd.e p.^a não desempenhar esta comissão, mas que não obstante, tem o máo rezultado de sermos privados e talvez p.^a sempre d’aquelles objectos.”

²²⁶¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 18 de Dezembro de 1838.

²²⁶² *Apud* SOARES, *et.al.*, “Conservação e destruição de pinturas...”, 2012, *op.cit.*, p.245.

²²⁶³ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.07 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00002), Acta de 27 de Fevereiro de 1839, p.233 e ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4^a Rep., Instrução Pública, ABAL. 14 de Fevereiro de 1839, do Vice-Inspector Conde de Mello ao Ministro António Fernandes Coelho.

²²⁶⁴ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.07 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00002), Acta de 27 de Fevereiro de 1839, p.233.

nosso Gram Vasco, parte dos quaes se achão já por elle retocados, e com tal perfeição que parece haverem sahido recentemente da mão do seu author, cujo estillo e toque subtil he conservado inalteravelmente”.²²⁶⁵

O restauro de pinturas prosseguia mas com um ritmo desajustado às necessidades.

Em 1840 o inventário de 1838, ganharia nova forma, maior detalhe, resultado do trabalho da Comissão que o Conde de Mello, o Abade Castro e Fonseca constituíam.

Em Julho era enviado ao ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães o

*“Cathalogo geral, e analytico dos Quadros existentes na Academia de Bellas Artes de Lisboa, entregues pela Commissão do Deposito Geral das Livrarias dos Extinctos Conventos em virtude da Portaria de 30 de Dezembro de 1836, e reorganizado por huma Comissão de Professores da mesma Academia presidida pelo Conde Vice-Inspector na conformidade de outra Portaria de 22 de Abril de 1840”*²²⁶⁶.

Tinha-se então procurado

*“a todo o custo colligir todas e quaesquer circumstancias que podessem ampliar e esclarecer a discripção de cada um dos referidos quadros, ommittindo-se tão somente a d’aquelles, que pelo estilo desconhecido em que são pintados, ou pela sua deterioração, e antiguidade, não podem ser cabalmente confrontados.”*²²⁶⁷

Para além disso, não tinha sido possível indicar a origem da maioria das pinturas.

Tal como em 1838, os quadros totalizavam 540 e o catálogo/inventário era apresentado em tabela, embora mais completa que a anterior. Para além da numeração sequencial, estava dividida em “Assumptos”, “Materia em q são pintados”, “Escolas”, “Authores”, “Merecimento”, “Lugares donde vierão” e “Observações”²²⁶⁸.

No que se refere ao “Merecimento”, eram utilizados termos como “Mediocre, Notavel pela sua antiguidade, Distincto, Inferior, Mais que mediocre, Superior, Muito Distincto”; quanto aos “Lugares donde vierão” era apontado o “Depozito Geral”. Era nas “Observações” que eram eventualmente dadas informações sobre a sua proveniência, outras denominações ou estado²²⁶⁹.

Os anos iam passando e, mesmo os quadros “eleitos”, existentes sob a alçada da Academia, viam o seu estado agravar-se e, a partir de 1841 encontramos, da parte do Prof. António Manuel

²²⁶⁵ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. 4ºRep, Instrução Pública, ABAL. 26 de Agosto de 1839. Do Conde de Mello a João Cardozo da Cunha e Araujo, solicitando que este “se digne obter de Sua Magestade, a Graça de confirmar a mencionada Eleição”.

²²⁶⁶ ANTT, MR, Mç. 2122 Academias. Cap. ABAL 1840-43. 2 de Julho de 1840.

²²⁶⁷ *Idem, ibidem.*

²²⁶⁸ *Idem, ibidem.*

²²⁶⁹ *Idem, ibidem.*

da Fonseca, uma série de chamadas de atenção para a necessidade urgente de “*reparação dos melhores quadros existentes na Academia*”²²⁷⁰; ainda em Novembro de 1842 recordava

“*a necessidade de se proceder quanto antes ao conserto de alguns dos melhores quadros da Academia que se estão arruinando de dia para dia, pedindo que se mandasse fazer um estrado grande, e se dessem outras providencias, e assim foi resolvido, tornando-se aquella proposta na devida conta, e providenciando-se conforme os meios escassos da Academia. (...)*”²²⁷¹.

Quase um ano e meio depois, a 12 de Abril de 1844, aquele Professor, em Sessão da Academia fazia “*varias ponderações á cerca do máo estado dos quadros que se colligiram para a Galeria*”; nada (ou pouco) tinha sido feito e isso tê-lo-á levado a propor que se nomeasse uma Comissão constituída por três professores, com a finalidade de “*os examinare, e proporem os meios de se obviar a sua ruina*”²²⁷². A proposta de formação da Comissão foi aprovada e para ela foram eleitos o proponente, juntamente com Joaquim Rafael e, naturalmente, André Monteiro da Cruz. Nessa data, outras informações úteis são fornecidas por Fonseca – fazia ver a necessidade de prosseguirem vários trabalhos, como as cópias de alguns quadros de Grão Vasco, “*os trabalhos dos retoques dos mesmos, e outros*” e devido à falta de Norberto Ribeiro, por doença, o pedido de nomeação de um dos artistas em comissão no Palácio da Ajuda, para comparecer diariamente na Academia²²⁷³. A escolha da Conferência recairia sobre Gregorio Luiz Maria Ratto (1803/05-1864)²²⁷⁴, que trabalharia sob direcção de António Manuel da Fonseca²²⁷⁵.

A ligação Ajuda/Academia, durante este período, é reveladora do conjunto de meios que foram mobilizados e que condicionaram o andamento dos trabalhos de restauro dos quadros.

Estes trabalhos continuariam, todavia, bastante atrasados para descontentamento de Fonseca que, em Julho do mesmo ano, tornava a lembrar “*a necessidade de se acudir de prompto aos*

²²⁷⁰ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003), Acta nº178, 28 de Agosto de 1841.

²²⁷¹ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003), Acta de 12 de Novembro de 1842.

²²⁷² ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003), Acta nº227, 12 de Abril de 1844.

²²⁷³ *Idem, ibidem*.

²²⁷⁴ Gregório Rato (1803/05-1864), filho de Joaquim Gregório da Silva Rato. Discípulo de seu pai, trabalhou na Real Obra do Palácio da Ajuda, sendo em 1823, promovido a praticante de pintura de 1ª classe da mesma Obra; no ano de 1836, aquando da fundação da Academia Real de Belas-Artes, ficou como agregado de 1ª classe às aulas de Pintura, acabando, mais tarde, por ser eleito académico de mérito (PAMPLONA, *Dicionário...*, op. cit., Vol.V, p.19.)

²²⁷⁵ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003), Acta nº227, 12 de Abril de 1844.

reparos dos quadros da Academia, assegurando que faria estas instancias para arredar de si toda e qualquer responsabilidade". A Comissão atrás referida acabaria por ser ampliada com a entrada de Caetano Ayres de Andrade e José Francisco Ferreira de Freitas e eram fixadas duas reuniões semanais, decisões indiciadoras da necessidade de resultados efectivos. No entanto, eram reveladas algumas contingências relacionadas com a falta de um local próprio para exame dos quadros e *"para a sua colocação depois de reparados"*, tendo sido decidido utilizar-se a sala destinada à Aula de Architectura *"que pela sua extensão e claridade póde remediar até certo ponto"*²²⁷⁶.

Logo na sessão seguinte da Academia, era lido *"o parecer da Commissão dos cinco Snrs Professores, que fôra nomeada para examinar os quadros que estão a cargo da Academia a fim de propor os meios mais obvios de se proceder quanto antes á restauração dos ditos quadros"*²²⁷⁷ apresentando providencias para serem aprovadas, reveladoras da urgência / ruína encontrada:

*"(...)1.^a que de preferencia a quaesquer trabalhos menos urgentes, se empregue desde já os Artistas aggregados á Aula de Pintura Historica no restauro dos quadros, dirigidos pelo respectivo Professor. – 2.^a (...) que se suspendam temporariamente os retoques das Pinturas das Salas do Real Palacio d'Ajuda para que os Artistas possam accudir quanto antes a este attendivel serviço; e que se participe logo ao Governo, e ao Inspector das Obras Publicas, esta temporaria providencia – A Commissão recommenda a maior actividade nesta obra (...)"*²²⁷⁸.

O parecer foi aprovado com a unanimidade dos votos. Nos anos mais próximos os trabalhos de restauro decorreriam sem aparentes incidentes (as actas assim o demonstram).

Apesar do restauro estar já a assumir um maior peso na Academia, o muito trabalho ou a pouca confiança que D. Fernando II nela depositava para trabalhos do género – talvez também influenciado por opiniões como a de Raczyński, que no início deste ponto transcrevemos –

²²⁷⁶ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003), Acta nº232, 3 de Julho de 1844, fls.24-24vs *"(...) decidio-se que se pedisse ao Governo que mandasse assoalhar com urgencia a referida Caza, e por-lhe caixilhos por conta da Repartição das Obras-Publicas (...)"* *ibidem*.

²²⁷⁷ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003), Acta nº233, 3 de Julho de 1844, fls.24A-24Avs. O Professor Joaquim Rafael não assinou, inicialmente, o parecer da Comissão, devido a achar que *"nada se devia (...) praticar antes de se dar parte ao Governo, e de obter-se a sua decisão"*, contudo, outros elementos fizeram-lhe ver que a Academia tinha autoridade para tomar as providências propostas, o que fez com que acabasse por assinar o dito parecer.

²²⁷⁸ *Idem, ibidem*.

levá-lo-iam a, nesta década, mandar restaurar as célebres *Tentações de Santo Antão*, de Hieronimus Bosch, na Alemanha²²⁷⁹...

Em 1852, em plena tarefa de restauro de quatro importantes pinturas provenientes do Convento de Cristo de Tomar, um caso paradigmático que abordaremos mais adiante, a Academia daria parecer favorável à pretensão de **José Ignácio de Bastos** “*de ser provido no lugar de restaurador de quadros, a despeito de não haver no quadro semelhante emprego*”, incoerência que, implicitamente, reconhece a legitimidade da sua existência e a possibilidade do restauro ser entendido como uma área especializada dentro da actividade artística²²⁸⁰.

Bastos – que terá trabalhado em casa do pintor-restaurador Tirinnanzi e falecido em 1856²²⁸¹ – era parente de outro pintor-restaurador que anos depois também se proporia à Academia e que viria a trabalhar no restauro dos quadros da Biblioteca Nacional: **José António Gomes**. Anteriormente ligado à Aula Régia de Gravura²²⁸², e discípulo de Tirinnanzi durante sete anos, Gomes, em 1857, requer a Sua Majestade que o admita como agregado de 1ª classe na Academia de Belas-Artes de Lisboa, para ali ser restaurador e mesmo, leccionar aquela arte. O seu requerimento, datado de 15 de Julho de 1857 e publicado em 1941 por Campos Ferreira Lima, reflecte o estado daquela especialidade, o vazio oficial e a ambição do requerente em preenchê-lo; e, simultaneamente, a importância dos estrangeiros na formação dos restauradores nacionais:

“ Diz F. Pintor-Restaurador, único no seu genero existente no reino, ou pelo menos na capital, q. achando-se a Academia das Bellas Artes de Lisboa sem um restaurador, tão necessario para acudir ao grande numero de quadros ali existentes, proximos a aniquilarem-se p.ª falta d restauro, e outros totalmt.º repintados, dando uns e outros patente testemunho de quanto se torna urgente um prompto remedio; aliàs em breve se perderá um sofrivel numero de classicos q. a enriquecem; sendo pelo methodo do restauro q. se póde obstar á sua inevitavel ruina, pois que aquelle methodo é especial,

²²⁷⁹ ARAÚJO, *op.cit.*, p.52

²²⁸⁰ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta de 6 de Fevereiro de 1852. Bastos tinha levado ao exame da Academia quadros por ele restaurados.

²²⁸¹ LIMA, Henrique de Campos Ferreira, “João António Gomes, Pintor-Restaurador” in *Portucale*, nº82 (Julho 1941) 134-142, p.140

²²⁸² Filho de Bernardo Gomes, em 1827 iniciou enquanto aprendiz o estudo do desenho na Oficina de Instrumentos Bélicos do Arsenal do Exército, recebendo então lições do gravador António José Quinto. Quatro anos depois, em 3 de Fevereiro de 1831 matriculou-se, por aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, na Aula Régia de Gravura, onde era mestre Gregório Francisco de Assis e Queiroz, continuando no entanto a receber pelo Arsenal. Ocupando a vaga do gravador João José dos Santos, em Julho do mesmo ano, era contabilizado entre os discípulos da referida Aula; apenas a 26 de Novembro terá conseguido receber o ordenado, pago pelo cofre da Imprensa Nacional, estipulado aos discípulos de Assis e Queiroz. Com o encerramento da Aula Régia de Gravura, terá ficado desempregado, apenas tornando a surgir referências à sua pessoa em 1857. LIMA, “João António Gomes...”, 1941, *op.cit.*

e totalmente opposto ao da pintura em geral; e que sendo alem disso da mais transcendente utilidade que uma tal arte se não perca entre nós, visto que Luiz Tirinnanzi italiano aqui estabelecido e eximio restaurador com quem o Supp.^e praticou sette annos, teve de abandonar o reino; e q. J.^e Ignacio de Bastos, parente do Supp.^e, e admitido p.^r elle ao restauro em caza do sobred.^o Tirinnanzi, faleceu nos fins do anno de 1856 pp. O Supp.^e pretendia ser admitido na mesma Academia na qualidade de Agregado de 1^a classe com aquelle vencimento q. V. Magd.^e julgar equivalente a tão dificultosa arte.

O Supp.^e está subejamt.^e convencido q. se requeresse a criação de uma nova aula, o Governo de V. Magd.^e de accordo com o Corpo Cathedratico. vista a necessidade urgentissima de perpetuar aquelle methodo, a crearia, e nesse caso o Supp.^e não tendo oppositor seria o provido; porem não tendo o Supp.^e outra ambição senão de se tornar util ao seu paiz se offerece, se V. Magd.^e se dignar de o mandar admitir, a lecionar, naquelle ramo um, ou dous estudantes, em q.^m descubra a intelligencia necessaria afim de nunca faltar á mesma Academia quem possa devidm.^{te} ter a seu cargo a conservação dos quadros antigos que possue.

Por todas estas razões q. V. Magd.^e não pode deixar de tomar em Sua Regia Consideração o Supp.^e

P. a V. Magd.^e que ouvindo o conscencioso parecer do Director da Academia de Bellas Artes haja p.^r bem defferir-lhe como requer, esperando

R. M.^e ”²²⁸³

Este requerimento – até pelos argumentos que poriam em causa a Academia e os seus Professores – não terá tido o sucesso pretendido, fazendo com que, em 1862, Gomes voltasse a insistir, pedindo então que fosse “*encarregado do restauro de alguns quadros da Academia de Belas-Artes de Lisboa*”²²⁸⁴. Desta vez, a Academia em conferência, “*resolveo que se informasse ao Governo, que ao Supp.^{te} se não devia dar ordenado certo, e que se lhe dariam para restaurar os quadros por ajuste, dando o Governo para este fim 400\$000 reis annuaes*”(“...”)”²²⁸⁵. Ou seja, a Academia aceitava-o, reconhecia-o, mas enquanto “trabalhador independente”, o que demonstra em parte a necessidade efectiva que a Academia tinha de

²²⁸³ *Apud idem, ibidem*, p.140.

²²⁸⁴ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Referência feita em ofício de 25 de Setembro (Tif.1187).

²²⁸⁵ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta nº562 Conferência extraordinária de 21 de Outubro de 1862, fl.186.

restauradores. Isto apesar de em inícios do ano anterior (1861) ter dado parecer negativo ao requerimento de Gaetano Marmorchr (Marmordor?), pintor histórico italiano, residente em Lisboa, que pedia para ser incumbido do restauro dos quadros da Academia. Para além de alegar não ter conhecimento do pretendente como restaurador de quadros, esclarecia que “*para os trabalhos de restauro se tem servido do prestimo dos artistas aggregados ás aulas de pintura da mesma Academia*”²²⁸⁶.

Dois anos depois, em 1864, José António Gomes auto propor-se-ia à Biblioteca Nacional “*para a limpeza e restauração dos quadros escolhidos de entre os do Deposito, para serem conservados na Bibliotheca*”²²⁸⁷. Foi-lhe dado um quadro à



Fig.41 Carlos António Leoni; *Frei Miguel Contreiras*; 1766; óleo s/tela, 171x108,5cm. BNP: Inv.10937

experiência, acabando por, juntamente **António da Costa e Oliveira** – discípulo de Arcângelo Fosquini nas Obras do Real Palácio da Ajuda, onde viria a ser promovido a praticante de Desenho de 1ª classe; mais tarde agregado de 1ª classe na Academia Real de Belas-Artes de Lisboa²²⁸⁸ e conservador das gravuras na mesma instituição²²⁸⁹ – restaurarem um conjunto de obras, entre as quais, os retratos de D. Francisco Gomes do Avelar, Frei Miguel Contreiras [Fig.41], Frei Manuel do Cenáculo, Padre Filipe Neri, Padre Teodósio de Andrade, Frei Manuel dos Santos [Fig.42] e D. Nuno Alvares Pereira, hoje ainda existentes no acervo daquela instituição²²⁹⁰. Aí terão realizado trabalhos similares aos desenvolvidos, nomeadamente por Oliveira, no âmbito da Academia, centrados no “restauro a pincel”, além do estuque, limpeza e envernizamento das referidas obras²²⁹¹.

²²⁸⁶ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta nº520 da Conferência ordinária de 27 de Fevereiro de 1861.

²²⁸⁷ BNP, AH, BN/DGA/01/Cx01, Actas das Sessões do Conselho Administrativo da BNL. Acta da Sessão de 3 de Março de 1864.

²²⁸⁸ Pedido aceite favoravelmente em conferência de 30 de Agosto de 1862. ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta nº561, fls.184-184vs.

²²⁸⁹ PAMPLONA, *Dicionário...*, vol. IV, 2000, *op. cit.*, p.236 e SOARES, RODRIGUES, "O restauro das pinturas...", 2016, *op.cit.*, p.230. Foi deliberado na conferência de 1 de Julho de 1862 que António da Costa e Oliveira, agregado à Aula de Pintura Histórica, ficasse encarregado da conservação das gravuras existentes na Academia, ficando isento de qualquer outro serviço. ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta nº556 da Conferência ordinária de 1 de Julho de 1862, fl.177-177vs.

²²⁹⁰ RODRIGUES, SOARES, "O acervo de pintura da Biblioteca Nacional...", 2014, *op.cit.*, p.137.

²²⁹¹ SOARES, RODRIGUES, "O restauro das pinturas...", 2016, *op.cit.*, p.231.

Em 1857, um mês antes do requerimento de João António Gomes, o Conde de Mello tinha intercedido através de carta, junto de Francisco Assis Rodrigues, por um pintor não identificado, italiano, que segundo ele se dedicava “*á restauração de quadros, e acaba de restaurar dois m.^{to} bons, mas muito estragados quadros do Conde de Vila Real.*”. Restantes palavras do Conde revelavam aquele que seria o estado da situação no que se referia ao restauro na Academia:

“Parecendo-me que na Academia há precisão de quem restaure sem estragar, no que não se fará offensa aos professores nacionais ajuntando-lhes este artista de uma especialidade que aqui não ha: acceitei gostosa[mente] e no interesse das artes a incumbência que o meu am.^o Conde me deu, de promover a nomeação do infeliz proscripto, p.^a restaurador dos quadros da Academia (...).”²²⁹².



Fig.42 Autor desconhecido; **P. Filipe Neri**; **P.^e Theodosio de Andrade**; **Ir. Manoel dos Santos**; s.d. (séc. XVIII); óleo s/tela, 28x38cm. BNP: Inv. 14478; Inv. 14480; Inv.14484.

Como refere Paulo Simões Rodrigues, o paradigma da reconstituição não foi absoluto, mas dominante e com algum debate²²⁹³. As divergências quanto aos limites da prática de restauro ocorreriam, desde muito cedo, naturalmente, no seio da Academia. Em 1859 – por causa de um quadro de Francisco Vieira Lusitano, que se encontrava na Aula de Desenho e “*ornava antigamente a capella mor dos religiosos de S. Bruno*”²²⁹⁴, questionava-se “*se se deve ou não restaurar o quadro alludido na parte aonde a tinta original não existe?*”²²⁹⁵ – Fonseca defendia que os quadros ali depositados podiam e deviam ser restaurados atendendo à prática seguida nas galerias estrangeiras e metodologias divulgadas por “*vários autores em seus escriptos*”;

²²⁹² ARAÚJO, *op.cit.*, pp.43-44.

²²⁹³ RODRIGUES, “Da História da Conservação...”, 2007, *op.cit.*, p.34.

²²⁹⁴ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Actas de 16 e 19 de Maio de 1859.

²²⁹⁵ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta da conferência extraordinária de 16 de Maio de 1859.

apesar de pouco explícito sobre a prática e autores evocados, subentende-se, pela reacção do pintor Francisco Metrass (1825-1861)²²⁹⁶, que não haveria muita distinção em relação aos vigentes na transição do século, sendo que este, certamente sob influência da doutrina anti-restauro de John Ruskin²²⁹⁷, defendia “*que se não restaurassem os quadros, mas sim, que se conservassem*”.²²⁹⁸ Metrass era um pintor actualizado, que estudou em Roma e tinha regressado alguns anos antes de Paris, onde terá certamente tido contacto com as teorias de Viollet-le-Duc. Esta posição reflectirá a consciência de que o restauro intruduzia novos elementos, nem sempre adequados material e eticamente às obras intervencionadas? Dúvidas sobre a capacidade técnica dos restauradores da Academia, que poderiam resultar num “mau restauro”? São algumas das questões que podem envolver a posição que então tomou.

Ficariam encarregues do restauro desta obra os agregados “*Franco, Oliveira e Antonio Caetano*”

*“podendo cada um d’estes três artistas tomar livremente á sua conta restaurar uma das figuras da parte inferior do dito quadro, sendo inspecionados pelos três S.^{es} Professores de Pintura que compõem a comissão encarregada d’estes objectos; e, logo que as tenham restaurado, serão esses restauros examinados pela Conferencia, a fim de se proceder com toda a (...) circumspecção nestes trabalhos (...)”*²²⁹⁹.

Nesse mesmo ano, a Academia recebeu vinte cinco pinturas pertencentes ao espólio da Rainha D. Carlota Joaquina²³⁰⁰, sendo logo reconhecido o seu deficiente estado de conservação; no entanto, seriam “*limpos do pó e envernizados com o bom verniz de goma Almecega pelo artista António Caeatno da Silva e dirigido pelo S.^r Professor proprietario da Aula de Pintura Historica.*”²³⁰¹

²²⁹⁶ Metrass foi “(...) aluno de Pintura Histórica da Academia da capital, sem que tivesse obtido qualquer prémio especial ao longo seu percurso escolar, conseguiu atrair a atenção de Rackzinski que, em 1843, visitara a Exposição Trienal. Por essa razão, obteve uma subvenção para estudar em Roma. Para aí partiu em 1844, tendo frequentado os “ateliers” dos pintores Cornelius e Overbeck. Antes de regressar a Portugal, teve uma curta mas marcante estada em Paris, que aproveitou para estudar as obras do Louvre e de outros museus. Depois desse período no estrangeiro, veio a ser, após concurso realizado em 1855, nomeado professor substituto de Pintura Histórica da Academia de Lisboa.” LISBOA, Maria Helena, *As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)*, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p.167

²²⁹⁷ NETO, *Memória, Propaganda e Poder*..., 2001, *op.cit.*, pp.43-47.

²²⁹⁸ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta da conferência extraordinária de 16 de Maio de 1859, *apud* NETO, “A propósito da descoberta ...”, 2003, *op.cit.*, p.239. RODRIGUES, “Da História da Conservação...”, 2007, *op.cit.*, p.34.

²²⁹⁹ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.10 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00007), Acta de 19 de Maio de 1859, fl.62-62vs.

²³⁰⁰ *Vide* Cap. VI, pp.701-703.

²³⁰¹ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta de 28 de Abril de 1859 (Tif.118). Passados dois dias seria efectuado o levantamento do estado de conservação, sendo assinaladas patologias em quase todas as pinturas, nomeadamente, lacunas na camada cromática, para além de prejuízos

Em conferência, de 30 de Maio de 1859, da Comissão de Pintura, António Manuel da Fonseca era nomeado presidente; esta via então as suas atribuições definidas:

*“1.º Promover e inspecionar a restauração e conservação de todos os quadros possuídos pela Academia : 2.º Tratar da sua melhor colocação : 3.º Entender e determinar quaes os quadros que devem ser recebidos e apresentados nas exposições académicas (...)”*²³⁰².

Quando, em 1860, ficaram prontas as duas salas de Pintura – adaptadas para Galeria –, propôs o Professor António Manuel da Fonseca que, encontrando-se *“bem seccas as paredes das mesmas”*, se colocassem nelas os quadros, lembrando que, *“para a sua conservação seria conveniente envernizar reparar algumas faltas que n’elles houvesse”*, para além de, como já vimos anteriormente, deverem ser tapados com panos escuros²³⁰³.

Em Maio/Junho de 1861 a Academia nomearia uma Comissão para *“avaliar os [seus] melhores quadros (...) e propor os meios da sua melhor conservação”*; esta seria composta pelos Professores António Manuel da Fonseca, Thomaz da Anunciação, José Cristino da Silva, Domingos José da Silva, António Vicente Figueiredo de Bastos²³⁰⁴.

A partir, sobretudo, da década de 60 do século XIX – quando se acentua uma leitura nacionalista da pintura portuguesa, fruto em parte do trabalho do crítico de arte e historiador inglês J. C. Robinson (1824-1913) *“The Early Portuguese School of Painting”* que estabelecia e defendia a existência de uma escola portuguesa de pintura que corresponderia, cronologicamente, ao reinado de D. Manuel I²³⁰⁵ – a actividade de restaurador ganharia novo estatuto fruto de uma mais sólida teorização mas, certamente também, do reconhecimento crescente da sua importância dentro do meio artístico. A profissão de *“restaurador de quadros”*²³⁰⁶ ganha expressão na Academia. Zeferino²³⁰⁷ ou José Vicente de Sales (que utilizava

causados por anteriores restauros. *Idem, ibidem*, Acta de 30 de Abril de 1859 (Tif.124) Como refere Hugo Xavier parte importante daquelas intervenções tinham sido levadas a cabo por D. Félix Torres, um obscuro artista espanhol, denominado numa relação editada em 1844 como o “restaurador que estragou os quadros do palácio”. XAVIER, *op.cit.*, pp.90-91.

²³⁰² ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta da Conferência de 30 de Maio de 1859, fl.64.

²³⁰³ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta de 30 de Maio de 1860.

²³⁰⁴ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Actas de 29 de Maio e 1 de Junho de 1861.

²³⁰⁵ Robinson era consultor de Belas-Artes do South Kensington Museum de Londres, tendo viajado até Portugal em 1865. O artigo que referimos seria publicado em 1866 no *The Fine Arts Quartely Review*. RODRIGUES, “Da História da Conservação...”, 2007, *op.cit.*, p.34.

²³⁰⁶ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 3 de Março de 1866 e Actas de 21 de Outubro e 23 de Dezembro de 1867.

²³⁰⁷ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 3 de Março de 1866 (Tif.328). Deve tratar-se de Zeferino Augusto Teixeira (1828-?) que frequentou o estudo superior da Aula de Pintura Histórica, até ao final de 1852, com muito bom aproveitamento. FARIA, Alberto Cláudio Rodrigues, A

o pseudónimo Augusto Belvedere)²³⁰⁸, pintor, desenhador e gravador, “*antigo pensionista do Estado no tempo do Senhor D. João VI, que requerio ser empregado na Academia como restaurador de quadros*”²³⁰⁹ são disso exemplos. Em 1862 na “*Descrição das Principaes Salas e Accomodações precisas á Academia de Bellas-Artes e á Bibliotheca Publica*” não deixavam de ser mencionadas “*Cazas para restauração de quadros, w*”²³¹⁰.

Em finais de 1864 a Academia Real das Ciências de Lisboa, na necessidade de restaurar os quadros que representavam personagens ilustres e que deviam servir para ornar as salas daquela instituição, trata com o pintor **António Caetano** que, à partida, cobrava 1 libra pelo restauro de cada um²³¹¹.

A falta de restauradores para os quadros da Galeria, deixava uma porta aberta a este emprego, para o qual tinham de ser testados.²³¹² No caso de Belvedere, em 1867 – que se julgava habilitado na *arte de restaurador*, e era conhecido de alguns Professores, apesar de nada constar a respeito dele no Arquivo da Academia –, a Academia transmitiria ao Governo “*que na falta de restauradores dos quadros da galeria, julgava conveniente empregar-se o Supplicante depois de bem comprovada a sua aptidão*”²³¹³. Deste modo, à semelhança do anteriormente sucedido com João António Gomes, quando este se propôs restaurar os quadros da Biblioteca Nacional, foi-lhe fornecido um quadro à experiência; o próprio ofício do Ministério para a Academia determinava que se avaliasse o merecimento do requerente e que “*se lhe mande restaurar um quadro sem valor artistico, nem historico*”²³¹⁴.

Em contexto paralelo, quando em 1862, se lançava o concurso público para o restauro do tecto da Igreja de S. Roque, em Lisboa, este devia compreender as seguintes cláusulas que ajudariam a assegurar a qualidade do serviço prestado:

“ (...) 1.^a Os licitantes mostrarão que teem as necessarias habilitações para bem dirigirem e executarem esta obra.

Colecção de Desenho Antigo da Faculdade de Belas-Artes de Lisboa (1830-1935): tradição, formação e gosto, Vol.III (Elementos biográficos dos artistas da Colecção), Dissertação de mestrado em Museologia e Museografia, Lisboa, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2008, p.389.

²³⁰⁸ José Vicente Sales: pintor, desenhador e gravador, in *Bracara Augusta*, v. 5, n. 1-3 (26-28) (Out. 1953-Jun. 1954), p.87-89.

²³⁰⁹ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 23 de Dezembro de 1867.

²³¹⁰ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta de 28 de Abril de 1862, fl.167.

²³¹¹ BACL, Livro 30 B – Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes 22 de Outubro 1851 a 1910, fls.109vs-110. Sessão de 5 de Dezembro de 1864.

²³¹² *Idem, ibidem*.

²³¹³ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência ordinária de 21 de Outubro de 1867, fl.214 (Tif.437).

²³¹⁴ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 23 de Dezembro de 1867 (Tif.448).

2.^a Para satisfazerem a esta clausula, cumpre que apresentem documentos de professores de pintura, que os abonem como pintores d'architectura, ornamentos e flores; ou em falta destes documentos, que indiquem as obras desta especialidade que tenha, executado em Igrejas, Palacios, ou outros edificios.

3.^a Os licitantes deverão declarar os nomes dos artistas que pretendem empregar para os coadjuvarem na execução deste trabalho; e bem assim que se obrigam a fazer a restauração a óleo, não alterando o desenho primitivo, e a executal-a no espaço d'um anno.

4.^a – A quantia da adjudicação será paga em prestações mensaes, sendo a ultima satisfeita depois da obra ter sido aprovada por tres professores da Academia de Bellas Artes. (...)”²³¹⁵.

A “especialização” em restauro a nível académico permanecia inexistente, continuando a recair sobre aqueles que demonstravam maiores capacidades em géneros específicos de pintura e, sobretudo, na experiência. De salientar que, numa obra a adjudicar a “particulares”, o que era de certa forma demonstrativo da falta de restauradores que a Academia de Belas-Artes tinha e podia dispensar para a execução de trabalhos desta natureza, esta mantinha um importante papel de supervisão/aprovação.

A ideia de apreciação académica, “*recompensa*” pelo trabalho de uma “*restauração (...) perfeita*”, encontrava-se presente também no próprio seio da Academia. Disso foi exemplo o restauro do “*bello quadro original de Guerceino*” pelo académico J. M. Franco, “*primorosamente executada*”²³¹⁶.

Em 1868, a reflexão do Marquês de Sousa Holstein, acerca dos limites do restauro, chega a ser precursora, pela atitude e contexto, das novas atitudes para com o restauro de pintura, nomeadamente, daquela que será a teoria do restauro difundida pelo italiano Camillo Boito nos anos 80. O sentido “ético” está obviamente presente – “*É faltar á verdade querer supprir com pintura nova ou composição da lavra do restaurador as partes do quadro que soffreram estragos irreparaveis*”²³¹⁷.

²³¹⁵ AHE, AITC, DGOP ROP 2.2., fls.64vs-65. 14 de Abril de 1862. Ao Intendente das Obras Públicas de Lisboa, assinada pelo Marquês de Loulé.

²³¹⁶ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 18 de Março de 1867 (Tif.400).

²³¹⁷ HOLSTEIN, *op. cit.*, p.18.

Já em 1863, este Vice-Inspector da Academia – quando se encontravam em “*máo estado*”²³¹⁸ (...) *muitos quadros de grande merecimento*”, existindo “*immediata necessidade de se tractar do seu reparo para se não estragarem de todo*”, e se pretendia vender quadros *velhos*²³¹⁹, “*absolutamente reprovados*” e “*objectos julgados inuteis*”, cuja verba obtida poderia, numa 1ª fase, financiar os trabalhos²³²⁰ – dizia que os trabalhos de “*reparo e concerto*”²³²¹, deviam ocorrer “*limitando-se aos que fossem indispensaveis, sem que se fizessem retoques de qualidade alguma, por ser de opinião que os ditos quadros não devem soffrer a menor adulteração na sua originalidade*”; no entanto, e apesar de todos concordarem unanimemente na necessidade da ausência absoluta de retoques, acabavam “*estocando-lhes as faltas que tivessem, e cobrindo-se com as côres mais annalogas aos tons geraes (...)*”²³²². Apesar de aparentemente contraditória, esta posição assumia-se como defensora da diferenciação entre o antigo e o novo, através da defesa da reintegração cromática com tons neutros, de molde a assegurar a estabilização das camadas cromáticas, sem comprometer ou adulterar a obra original.

Quanto a quem os realizava, a prática, seria uma mais valia e, deste modo, sob a direcção de Silva Oeirense, outro dos Professores da Academia incumbido de dirigir os restauros, deviam trabalhar os artistas agregados às aulas de pintura,

*“o seu filho (que tem adquirido a necessaria pratica d’estes trabalhos), e alguns discípulos da academia que desejarem adquirir conhecimentos d’estes processos, começasse a fazer os sobreditos reparos, acudindo aos quadros mais estragados(...)”*²³²³.

Neste mesmo ano, 1863, era solicitado pelo Director do Real Colégio Militar, para ser colocado no “topo da casa do refeitório” daquela instituição, um retrato da Virgem, que se encontrava entre “*os quadros velhos*” de que a Academia se estava desfazendo; para além disso solicitava ainda que “*alguem d’Academia o restaure ou retoque convenientemente*”²³²⁴. A Academia pôs o quadro à disposição, porém, dizia não poder concordar com os restauros ou

²³¹⁸ Terá sido o porteiro da Academia, José Maria Martins que fez (algum do) serviço como oficial carpinteiro “nos concertos dos quadros arruinados”. ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 3 de Agosto de 1863, fl.36 (Tif.75).

²³¹⁹ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência ordinária de 31 de Janeiro de 1863. Vide Capítulo VI, Mercado de Arte, p.711-715.

²³²⁰ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da conferência extraordinária de 3 de Março de 1863.

²³²¹ *Idem, ibidem.*

²³²² *Idem, ibidem.*

²³²³ *Idem, ibidem.*

²³²⁴ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência ordinária de 30 de Março de 1863, fl.17 (Tif.35).

retoques, uma vez não existir então ali quem pudesse encarregar-se daquele trabalho, nomeadamente, naquela ocasião, em que artistas agregados às aulas de Pintura se encontravam ocupados, em trabalhos similares, nos quadros que deviam figurar na Galeria²³²⁵. Silva Oeirense, porém, lembrando que o dito Director, o Brigadeiro Palmeirim, era deputado e podia dar, futuramente, um voto favorável à reforma da Academia, ofereceu-se para arranjar o quadro²³²⁶. Este, representando *A Natividade do Menino Jesus*, seria entregue ao Director do Real Colégio, muito provavelmente, em início de Outubro do mesmo ano, depois de “*previamente limpo e retocado*” por Oeirense²³²⁷. Este caso revela, por um lado, a forma como algumas pinturas saíam da Academia, por outro a falta de profissionais e a forma como um Professor acabaria por resolver o caso, demonstração de interesse e de algum “tempo livre” por parte daqueles que, normalmente, se dedicavam a dirigir os trabalhos.

A falta de meios financeiros, materiais e humanos traduzia-se como o principal entrave ao normal andamento dos restauros dos quadros destinados à galeria e, eventualmente, de outros que pelo seu valor histórico ou académico, podia interessar conservar.

O problema era de tal forma sério e comprometedor da capacidade de resposta às necessidades, que no final desse ano o Vice-Inspector

*“ponderando a notoria falta de meios da Academia para ocorrer ás despesas de material e mao de obra indispensaveis nos reparos de que tanto carecem os melhores quadros que hao-de compor a galeria, propoz que se compensassem estas despesas por meio de dadivas de alguns quadros de insignificante valor artistico existentes em deposito na academia e considerados como inuteis para os estudos.”*²³²⁸

Alguns académicos lembrariam contudo, que entre os quadros em depósito existiam alguns que apesar de não terem valor artístico tinham valor histórico²³²⁹ e por isso deviam ser “*conservados, etc.*”; com Tomás da Anunciação a lembrar que tal medida só poderia acontecer depois de se ter procedido a um minucioso exame e escolha dos quadros em causa, o que ficou decidido e que seria realizado pelos professores de pintura²³³⁰. Desta escolha, que ainda geraria

²³²⁵ *Idem, ibidem*, fl.17vs (Tif.36).

²³²⁶ *Idem, ibidem*.

²³²⁷ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 15 de Outubro de 1863, fl.43vs-44 (Tifs. 90-91).

²³²⁸ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 4 de Dezembro de 1863 (Tif.114).

²³²⁹ Existiam, por exemplo, “alguns retratos de personagens historicos ou illustres, que com quanto sejam mal pintados se devem conservar por serem unicos e não se poderem substituir” ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da conferência ordinária de 3 de Março de 1864 (Tif.154).

²³³⁰ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 4 de Dezembro de 1863 (Tif.114).

acesa discussão, resultaria um parecer ao Governo em que ficava expresso que entre os quadros propostos para venda, considerados absolutamente inúteis, encontravam-se alguns que em Abril de 1840, no catálogo, tinham tido a classificação de distinto. O Vice-Inspector acabaria por reiterar o aproveitamento de todos os quadros com “*merecimento real*” recomendando a Anunciação

“*que mandasse examinar por dois artistas aggregados, se debaixo das pinturas dos quadros considerados como inuteis, appareciam vestigios de pinturas melhores e mais antigas que devessem ser descobertas e restauradas*”²³³¹.

Este cuidado e interesse colidia não só, como já referimos, com a falta de meios que impossibilitava, entre outras coisas, a realização do número de restauros necessário para assegurar o estado de conservação dos quadros destinados à Galeria, mas também com um simultâneo descartar de pinturas que eram consideradas de segunda ou que exigiam especial tratamento. Esta situação verificou-se, por exemplo, com um quadro atribuído a Pedro Alexandrino (inventariado com o nº 69), “*muito damnificado faltando-lhe athé um pedaço em um dos angulos*”; considerado não útil ao estudo nem destinado a ser colocado na Galeria, foi determinado que podia ser vendido pelo preço de quarenta e cinco mil reis²³³².

A acrescer aos gastos com a “renovação” das pinturas destinadas à Galeria, juntava-se a elaboração de novas molduras; muitas pinturas não vinham emolduradas ou as suas molduras – como se pode constatar pelos inventários – encontravam-se em mau estado. A “*construcção das novas molduras doiradas*”, 74 das quais já se encontravam prontas em Março de 1866²³³³, seria uma realidade.

A abertura da Galeria de Pinturas ao público, em 1868, depois de aprovado o seu regulamento, iniciaria uma nova fase. Alfredo da Costa Camarate permaneceria conservador interino, encarregue da “*boa conservação dos quadros*”²³³⁴, expostos em salas cujas más condições levam o assunto ao Governo.

Entretanto, não serão só os quadros que estão na Academia, na Galeria ou em depósito – numa fase em que se decidiu não serem concedidos mais quadros nesta situação para não o desfaltar

²³³¹ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência extraordinária de 11 de Março de 1864, fls.77-78 (Tifs. 159-161).

²³³² ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência Geral de 25 de Outubro de 1865, fls.140-140vs (Tifs.291-292).

²³³³ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 3 de Março de 1866 (Tif.329).

²³³⁴ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 8 de Março de 1868 (Tif.471-476).

“porque todos os quadros ali existentes têm o seu merecimento e valor relativo” – a preocupar a Academia. O Vice-Inspector destacava o

*“estado de abandono e ruína em que se acham muitos quadros em logares improprios de algumas igrejas das nossas provincias aonde não podem ser observados, alludindo especialmente aos de Viseu... Disse que bem depressa se perderiam estes primores d’arte com grave prejuizo e ? nacional”*²³³⁵,

problemas que desejavam levar ao conhecimento do Governo.

Em 1871, na Academia, algum trabalho de restauro, quase “à experiência” terá passado pelas mãos do artista D. Manuel de la Mata, sob a direcção de Anunciação. O eventual exame positivo por parte da conferência de quadros restaurados, poderia fazer com que “*outros quadros que se acham na Galeria carecendo muito de iguaes reparos*”²³³⁶ lhe fossem atribuídos. Esse “exame”, de parecer positivo, transcrito em acta, permite-nos aferir qual o conceito de restauro que vigorava no início daquela década, fruto já de quase quatro décadas de restauros realizados, maioritariamente, em pinturas provenientes de antigas casas religiosas:

“Os Srs. Lupi e Prieto como sendo da especialidade de pintura foram os dois professores que mais esclarecimentos deram e observações fizeram concluindo de accordo com os outros Srs. Professores q.^e sendo o processo de restauro um trabalho de difficil desempenho para que se não altere o original, e raros os artistas que bem o executem, o trabalho que estavam examinando com quanto deixasse ainda um pouco a desejar era satisfatorio attendendo-se sobretudo a que não há q.^m o desempenhe como todos o desejariam; que ao artista que retocou o quadro n.^o não deve ser dado mais nenhum e que muito conviria se mandasse limpar o retoque que fez na figura principal; que a taboa introduzida no quadro n.^o restaurado por Manuel de la Mata deve ficar unicamente com um tom que não desarmonise do resto do quadro, que finalmente os restauros deviam consistir só em cobrir pequenas faltas de tinta.

*O Sr. Annunciação declarou q.^e o quadro n.^o tinha sido uma experiência p.^a se conhecer a pericia de um artista recommendado ao Conselho e q.^e á cerca do outro restaurador desejava q.^e se votasse se deve ou não continuar. Posto á votação foi aprovado”*²³³⁷.

²³³⁵ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 16 de Maio de 1868 (Tif. 493).

²³³⁶ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.17 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00002), Acta de 29 de Novembro de 1871 (Tif.251).

²³³⁷ *Idem, ibidem.*

Outro aspecto relevante está relacionado com as pinturas que eram entregues pela Biblioteca (herdeira do DLEC) e pela Academia a irmandades, igrejas e instituições públicas. O aspecto da conservação surge, algumas vezes, referenciado nos recibos passados e outra documentação, parte importante a ter em conta, nomeadamente, tratando-se de objectos fornecidos “em depósito”. No caso dos recibos se, inicialmente, apenas especificavam o nº de quadros recebidos pela entidade X, eventualmente, aludindo a temas ou locais de origem das peças, denota-se com o passar dos anos uma crescente preocupação nas “condições de acomodação” e restauro. Aliás, muitas vezes estas concessões terão sido feitas não só porque o requerente ofereceria melhores condições de conservação (por exemplo, dependurados em igrejas em vez de nos húmidos depósitos de S. Francisco da Cidade) mas, implicitamente, também porque esta era uma forma de, sem dispêndio para o Estado, as obras poderem ser melhor mantidas e até restauradas, o que muitas vezes terá representado a sua “salvação” de uma ruína esperada. Quando em 1843, a respeito de um quadro pedido pelo Reitor do Liceu Nacional, Feliciano de Castilho aproveita a oportunidade para sugerir que este e outros futuros quadros fossem concedidos em depósito, considerados sempre propriedade do Ministério dos Negócios do Reino, não deixava de lembrar a necessidade de lhe ser ordenado que em troca do objecto pedido recebesse do requerente “*uma declaração pela qual se obrigue a restituir o quadro, á primeira requisição que lhe for dirigida por esse Ministerio, no mesmo estado em que agora se lhe entregar*”²³³⁸.

Este primeiro recibo dentro dos novos moldes torna-se curioso pelas suas testemunhas:

“(…) pintado a oleo sobre panno, com quatro palmos e meio d’altura, e trez e meio de largura; e moldura parte pintada e parte doirada: e foi declarado pelo mesmo Reitor, perante mim e os Snr.^{es} André Monteiro da Cruz, e Caetano Ayres d’Andrade Lentes da Academia de Bellas Artes d’esta Côrte, como Testemunhas, que se obrigava, pelo presente Termo, e em virtude do que se acha determinado na citada portaria, a restituir o mencionado Quadro no mesmo estado em que o recebia logo que lhe fosse pedido.

E para constar se lavrou o presente Termo, que eu assignei com o dito Snr Reitor. Bibliotheca Nacional de Lisboa aos 4 de Julho de 1843.

Pedro Nolasco de Seixas,

Off.^{al} do Cartorio.

Antonio Maria do Couto.

²³³⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador ofícios expedidos. 26 de Maio de 1843. Do Bibliotecário-Mor José Feliciano de Castilho ao Ministro António da Costa Cabral.

André Monteiro da Cruz,
Professor de pintura.
Caetano Ayres de Andrade,
*Professor Substituto de Desenho Historico. (...)*²³³⁹

De um modo geral, assistimos a que este tipo de concessões atente sempre “às condições de boa conservação e outras”²³⁴⁰, factor indispensável à sua efectivação.

Pré-requisitos que, aliás, podiam atingir aspectos relacionados com eventuais restauros e alterações, o que demonstra a preocupação em manter a integridade das peças. Em 1844 quando o procurador da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Ressurreição, sita na Real Capela de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa, recebeu trinta e três pinturas, assinou um Termo em que se obrigava “a restituir no mesmo estado em que os recebia logo que lhe-fossem pedidos.” Para além disso, ficava declarado que, ficava obrigado a dar parte à Biblioteca “de qualquer alteração que pretendesse fazer em algum dos ditos Quadros, declarando a quantidade d’ella e por quem executada”²³⁴¹.

Este tipo de política de conservação, preocupada com as boas condições das pinturas no local de acolhimento ou até mesmo com intervenções no sentido da sua estabilização, esteve presente nas décadas subsequentes, patente, por exemplo, na concessão em 1863 de seis quadros do antigo DLEC à Irmandade do Senhor Jesus dos Triunfos (Fonte Santa, S. Pedro de Alcântara), na qual eram concedidos “obrigando-se a referida Irmandade a mandal-os concertar e restaurar”²³⁴².

Ao longo dos anos, fomos assistindo a uma crescente consciencialização geral acerca do restauro, o qual passa a ser encarado com maior profissionalismo, algo que também se relaciona com o estatuto que foi ganhando na Academia e na sociedade.

Se no início se *reparavam* as obras, adoptando princípios pouco definidos, com os anos assistimos ao estabelecimento de critérios que visavam manter a sua originalidade.

²³³⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 4 de Julho de 1843. Recibo do quadro de N. Sra da Conceição entregue ao Reitor do Liceu Nacional de Lisboa, António Maria do Coito (para a Sala de Exames).

²³⁴⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01, Cópias de ofícios 1844-1857, N.º 29. 24 de Maio de 1844 “Officio p.^a o Ministerio do Reino pedindo authorisação p.^a conceder alg.s Quadros do Deposito Geral á Sociedade Escholastico – Philomathica”; de Feliciano de Castilho ao Ministro Costa Cabral. O governo tinha concedido à Sociedade uma sala para as suas sessões num edifício do Supremo Tribunal de Justiça e os quadros destinavam-se ao seu adorno. “Ser-lhe-hão pois confiadas, no 1.º de Junho, se V. E. não mandar o contrario, lavrado o respectivo auto perante testemunhas intendidas, como é pratica para taes entregas.”

²³⁴¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. Recibo de 4 de Dezembro de 1844, assinado pelo Procurador da dita Irmandade, Joaquim da Costa Pereira.

²³⁴² BNP, AH, BN/DGA/05 Cx03 mç03. 24 de Março de 1863, em ofício do Ministério do Reino (ass. por Anselmo Braamcamp) para o Bibliotecário-Mor; na sequência de outro ofício de 5 de Março de 1863 em que Ministério do Reino dava conta ao mesmo bibliotecário do requerimento da dita Irmandade.

A quantidade de trabalhos realizados, o cuidado com que as pinturas eram analisadas e tratadas, acabou por definir a importância do trabalho do restauro e dos seus profissionais.

3.1.3. As pinturas de Tomar. Trânsitos e atitudes de restauro.

Algumas pinturas provenientes do Convento de Cristo de Tomar destacam-se, não apenas pela forma como revelam os conceitos de restauro praticados, mas pela complexa, longa e particular história que as acabaria por trazer de volta ao seu lugar de origem.

Antes de nos debruçarmos sobre este património pictórico – já depois de, no capítulo anterior nos termos detido sobre duas esculturas de Profetas com a mesma proveniência – relembremos as vicissitudes por que aquele conjunto patrimonial tinha passado, no início do século XIX, devido às Invasões Francesas.

Ocupado pelas tropas de Massena, entre Outubro de 1810 e Março de 1811, o Convento de Cristo, nomeadamente, o seu recheio artístico, sofreu consequências decorrentes dessa utilização. Na charola – que serviu como hospital militar – os estragos tornaram-se, em parte, irreparáveis: no caso das pinturas, terão servido de camas e tarimbadas de separação entre espaços e algumas mesmo queimadas. Ainda assim, a charola, após o regresso dos religiosos, continuava a manter parte do recheio pictórico integrado, nomeadamente o retábulo do nível intermédio (atribuído a Jorge Afonso) e algumas das tábuas da decoração dos altares do nível inferior (atribuídas a Gregório Lopes). Com a extinção (também) da Ordem de Cristo, em 1834, aquele convento, incluindo a sua igreja, esteve durante alguns anos ao abandono²³⁴³.

Assunto já abordado por alguns autores como Jorge Custódio em *“Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República – Fundamentos e antecedentes*²³⁴⁴, Paulo Simões Rodrigues em *“Da História da Conservação e do Restauro: das origens ao Portugal oitocentista”*²³⁴⁵, ou ainda na publicação coordenada por Pedro Redol *Pintura da Charola de Tomar*²³⁴⁶, documentação da Intendência das Obras

²³⁴³ CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, *“Renascença” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República – Fundamentos e antecedentes*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p.562.

²³⁴⁴ *Idem*, *“Renascença” artística ...*, 2011, *op.cit.*

²³⁴⁵ RODRIGUES, Paulo Simões, *“Da História da Conservação e do Restauro: das origens ao Portugal oitocentista”*, in 40 anos do Instituto José de Figueiredo, (Ed. R. F. da Silva, A. Pais,) Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, 2007, p.30, p.34.

²³⁴⁶ REDOL, Pedro (coord.), *Pintura da Charola de Tomar*, Lisboa, Instituto Português da Conservação e Restauro, 2004 (SERUYA, Ana Isabel, PEREIRA, Mário dir.). Estudo multidisciplinar.

Públicas, da Direcção Geral de Obras Públicas, do Arquivo Histórico da BN, e do Ministério do Reino, traz agora nova luz sobre o resgate de algumas pinturas.

A história das pinturas de Tomar ter-se-á iniciado em Novembro de 1835, senão antes. Os primeiros documentos referenciados datam de dia 24 desse mês e têm a ver com a entrega das pinturas e sua condução para o Depósito. Ordens da Rainha foram então expedidas pelo Ministério do Reino ao Governador Civil de Santarém e por este ao Administrador do Concelho de Tomar (ao qual se solicitava que prestasse todo o auxílio), para que fosse “*entregue aos empregados do Depósito das Livrarias dos Conventos extinctos competentemente autorizado para esse fim pelo Doutor Antonio Nunes de Carvalho, encarregado d’aquelle Deposito, as pinturas que existem no extincto Convento dos Freires de Thomar(...)*”²³⁴⁷; as pinturas deviam ser conduzidas por barco, pelo Porto da Barquinha, para o Depósito em São Francisco da Cidade.²³⁴⁸ Ofício do Governador Civil de Santarém, Neves de Barbosa, de 7 de Dezembro do mesmo ano, revelava que a recepção e condução das pinturas seria realizada pelos “*Snr^{es} White e Carlos Joze de Almeida Amaral*”²³⁴⁹.

Segundo refere Jorge Custódio, o seu apeamento (pinturas sobre tábua do nível intermédio) deve ter demorado algum tempo – devido à quantidade de peças (12 painéis), à sua dimensão e peso – e não foram equacionados os problemas do acondicionamento e transporte, atitude que viria a ser criticada por Costa Cabral e que resultou na diminuição em metade do número de tábuas (de doze para seis), sendo que uma, seria composta pelo aproveitamento de outras três²³⁵⁰.

²³⁴⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 24 de Novembro de 1835.

²³⁴⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 24 de Novembro de 1835.

²³⁴⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 7 de Dezembro de 1835. No ofício desta data o Governador, Neves Barbosa acusava ao Depósito a recepção de um ofício de 5 de Dezembro, apresentado pelos Srs. White e Carlos José de Almeida Amaral, encarregados de fazer a recepção e condução das pinturas que existissem no Convento de Cristo de Tomar, referindo que “já em virtude das ordens que a tal respeito me forão comunicadas pelo Ministerio do reino, havia feito ao Administrador do Concelho de Thomar, as devidas recomendações, para prestar aos ditos encarregados a precisa coadjuvação e nesta data renovei estas recomendações por mão dos mesmos encarregados.”

²³⁵⁰ CUSTÓDIO, “*Renascença*” artística..., 2011, *op.cit.*, p.563.

Passam-se alguns anos sem que exista mais alguma notícia de tais pinturas. Naturalmente, pelo seu mérito artístico, terão estado entre as escolhidas pela Academia de Belas-Artes e, deste modo, ficado à sua guarda.

Em 1843-1844 uma parte significativa do convento foi vendida a António Bernardo Costa Cabral, primeiro Conde de Tomar [Fig.43]; quando este o passou a habitar, a igreja estaria vazia dos bens móveis integrados, apesar de ainda revelar parte do acervo artístico (pintura mural, gessos, talhas douradas)²³⁵¹ que, por razões de suporte material ou desinteresse, não foi removido.

Só em 1845, as pinturas parecem gerar novo interesse. Nesse mesmo ano o Convento está em obras, “reparos”, com orçamento datado de 7 de

Junho²³⁵². Terão sido precisamente essas obras – campanha de restauro da igreja, patrocinada pelo Conde de Tomar e sancionada por D. Fernando II – a gerar a vontade de retorno das pinturas. Assim, em Agosto desse ano, os responsáveis pelos trabalhos “dizendo existirem na Academia das Bellas Artes de Lisboa 4 painéis que pertencerão á Igreja do dito extinto Convento”²³⁵³ defendem o regresso ao seu local de origem, ideia que terá nascido, aparentemente, pela mão do encarregado da obra o Tenente Engenheiro Policarpo José da Cruz e Costa e que irá contar com o apoio de Costa Cabral²³⁵⁴. Tratar-se-iam, de acordo com dados apresentados por Custódio e que constam de inventários, da “*Ressurreição de Cristo*”, “*Cristo e o Centurião*” (“*Christo e o Fariseu, pedindo-lhe a Ressurreição*”), a “*Ressurreição de Lázaro*” e a “*Entrada de Cristo em Jerusalém*”²³⁵⁵ [Fig.44]. Terão sido estas pinturas que Raczyński viu nos anos 40, na Academia, e que menciona em *Les Arts en Portugal*, encontrando nelas a influência de Albrecht Dürer:

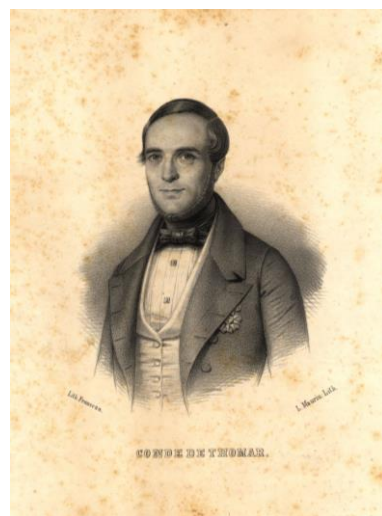


Fig.43 L. Maurin Lith; *Conde de Thomar*; 1848; gravura, 13,8x11,1cm. BNP: E. 2059 V.

²³⁵¹ *Idem, ibidem*, p.564.

²³⁵² ANTT, IOP, Livro 26 Copiador de Ofícios expedidos à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, p.261

²³⁵³ ANTT, IOP, Livro 27 Copiador de Ofícios expedidos à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, pp.11-12.

²³⁵⁴ Também o Coronel Inspector Joaquim Vellez Barreiros era de opinião que “se os painéis de se trata existem com effeito na Academia, e elles forão pertencentes á dita Igreja, não há varia duvida em tornarem a ser collocados no lugar que lhes fora destinado”. Ofício do dito coronel inspector a Costa Cabral. ANTT, IOP, Livro 27, Copiador de Ofícios expedidos à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, pp.11-12.

²³⁵⁵ CUSTÓDIO, “*Renascença*” artística..., 2011, *op.cit.*, p.564 e 615.

*“L’auteur des quatre grands tableaux de Thomar trouvera sa place sous le nom Centurion (l’auteur du Centurion) en l’honneur du Centurion qui fait le sujet d’un de ces tableaux, et dans lequel je découvre les traits d’ Albert Durer.”*²³⁵⁶



Fig.44 *Ressurreição de Lázaro; Entrada de Cristo em Jerusalém; Cristo e o Centurião; Ressurreição.*
Imagens pub. em *Pintura da Charola de Thomar*, (REDOL, coord.), IPCR, 2004.

Portaria de 28 de Agosto, emitida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino ao Inspector Geral das Obras Públicas, informava que naquela data

*“se expedirão as convenientes ordens á Academia de Bellas Artes para serem entregues a VS^a os quadros pertencentes ao extinto Convento dos Freires de Christo em Thomar, logo que esteja restaurado um dentre elles que se acha deteriorado, afim de serem convenientemente collocados n’aquelle edificio (...)”*²³⁵⁷.

Deduz-se, portanto, que seria um dos quatro painéis atrás mencionados, actualmente atribuídos a Jorge Afonso. A Academia estaria deste modo, a fazer o restauro de um quadro que iria regressar ao local de origem e não com vista apenas, à sua conservação e exposição. Não encontramos, na documentação do Depósito ou da Academia, deste período, caso similar, quer de tratamento, quer de regresso de peças aos edifícios conventuais, embora extintos. Esta situação curiosa – de reintegração de acervo deslocado – ocorreu, neste caso, não só com as pinturas mas também, como já vimos no capítulo anterior²³⁵⁸, com duas esculturas de Profetas, em madeira, que também tinham vindo parar ao Depósito. O tratamento excepcional dado a um

²³⁵⁶ RACZYNSKI, A., *Les Arts en Portugal, Lettres adressées a la Société Artistique et Scientifique de Berlin, et accompagnés de documens.*, Paris, Jules Renouard et C^{ie}, Libraires-Éditeurs, 1846, pp.123-124.

²³⁵⁷ ANTT, IOP, Livro 70, Registo de Portarias recebidas do Ministério do Reino, fl.123vs.

²³⁵⁸ Capítulo IV, p.411.

edifício como o de Tomar (tal como aconteceu por ex. com a Batalha), pode ajudar a explicar esta vontade de reposição com vista à sua correcta e rigorosa recuperação.

No que se refere ao caso dos dois Profetas, um ofício datado de 31 de Outubro, expedido pela Intendência Geral das Obras Públicas à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino refere que a busca pelo paradeiro das duas estátuas deu-se em “*virtude de recommendação de Sua Magestade ElRey quando ultimamente visitou aquella Cidade*”²³⁵⁹... Quanto às pinturas é provável que também tenha existido alguma relação com a Real visita. É conhecida a recomendação de D. Maria II no que dizia respeito aos retoques que então se deram nas pinturas e nos dourados dos pilares dos arcos de pedra do Convento de Cristo – deliberou que nada ali fosse alterado²³⁶⁰.

Apenas a 14 de Março de 1846, quase seis meses depois da última referência às pinturas, se conhece o desenrolar da situação; em ofício ao Director de Obras de Santarém, José de Azevedo Velez, José Bento de Sousa Fava noticiava:

“*Quanto aos 4 quadros da Igreja daquelle extincto Convento, cumpre-me dizer a V.S.^a que elles estão sendo retocados na Academia das Bellas Artes de Lisboa e logo que estejam promptos devem ser restituídos aos seus antigos lugares. (...)*”²³⁶¹.

Se em 28 de Agosto de 1845 era apenas um a necessitar de restauro, menos de um ano depois, eram os quatro que estavam a ser “retocados”.

O ritmo dos trabalhos na Academia era lento e a conjuntura económica terá ajudado a atrasar todo o processo que, provavelmente, terá sido suspenso ou, pelo menos dirigido mais lentamente. No final de Outubro de 1846 a escassez de meios para custeamento das obras leva a que todos os trabalhos da Direcção de Santarém sejam mandados parar, à excepção da obra de Tomar mas, mesmo neste caso, a obra deveria progredir o mais lentamente possível...²³⁶².

Três anos passam até que, novamente, apareçam mais dados acerca de Tomar e das suas pinturas e, ao surgirem, vêm envoltos em polémica, de um modo que nos permite conhecer intervenientes e técnicas. Por acta da conferência extraordinária da Academia de Belas-Artes, datada de 19 de Outubro de 1849, entramos na problemática da reconstituição, particularmente, da recomposição de lacunas no restauro pictórico e nos aspectos teóricos a que anteriormente já aludimos. O agregado à Aula de Pintura Histórica, António da Costa e Oliveira

²³⁵⁹ ANTT, IOP, Livro 27, Copiador de Ofícios expedidos à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, p.85.

²³⁶⁰ REDOL (coord.), *Pintura da Charola de Tomar...*, 2004, *op.cit.*, p.21.

²³⁶¹ ANTT, IOP, Livro 63, Copiador de correspondência expedida a vários Directores de Obras Públicas, fls.214vs-215.

²³⁶² ANTT, IOP, Livro 63, Copiador de correspondência expedida a vários Directores de Obras Públicas. 24 de Outubro de 1846, fls.223vs.

*“se havia negado a pintar uns acessorios digo se havia negado a coadjuvar o Professor proprietario da mesma Aula [António Manuel da Fonseca] a pintar uns acessorios n’um dos quadros do Convento de Thomar, q.^e p.^r ordem do Governo tinham vindo para esta Academia para serem reparados dos estragos que a acção do tempo nelles haviam feito (...)”*²³⁶³.

Esta era uma “grave” ocorrência, considerando a Academia que o agregado tinha a obrigação de *“obedecer aos seus superiores, fazendo o trabalho que era ordenado, o qual nada tinha de servil, nem era um ramo estranho ao genero de arte em q o m^{mo} aggregado se empregava”*²³⁶⁴. A recusa do agregado em obedecer às ordens superiores – tudo leva a crer, por não concordar com o critério de restauro – obrigou a que tivesse sido dado conhecimento da situação ao Governo, atitude que não teve a repercussão esperada conduzindo o Vice-Inspector, João José Ferreira de Sousa, a apresentar a sua demissão.

A 20 de Abril de 1850, ofício expedido pela Intendência Geral das Obras Públicas à Secretaria de Estado do Reino, a respeito do processo remetido pelo Tenente Vellez (Director de Obras de Santarém) acerca do orçamento para obras no claustro denominado *“da Lavagem”*, refere que o dito Tenente *“entra em duvida se deve tambem orçar a despesa que poderá fazer a restauração das pinturas do Corpo da Igreja”*²³⁶⁵.

A partir deste ano a obra de Tomar parece ganhar maior ânimo; dias depois do último ofício, a 7 de Maio referia-se que *“Quanto ao acabamento dos Quadros pertencentes á Igreja, que se estão retocando de pintura na Academia das Bellas Artes, por essa Secretaria d’Estado se póde recommendar a conclusão deste trabalho (...)”*²³⁶⁶.

Precisamente três meses depois, a 7 de Agosto de 1850, dava-se conta do orçamento e processo elaborados pelo Tenente Vellez em relação às pinturas – apontava a *“importancia de 714:090 reis que poderá custar a reforma das pinturas do Templo do extincto Convento dos Freires de Christo do Templo de Thomar”*²³⁶⁷. Pensamos que estariam já a referir-se às existentes no *“Corpo da Igreja”*, cujo restauro era questionado a 20 de Abril. Para além da referência ao estado das pinturas e dourados da igreja em si (pintura sobre pedra, etc.), salientava-se que *“Alem dos 5 paineis que existem na Academia das Bellas Artes em Lisboa, ha mais 7 logares a*

²³⁶³ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº302, 19 de Outubro de 1849, fl.60.

²³⁶⁴ *Idem, ibidem.*

²³⁶⁵ ANTT, IOP, 20 de Abril de 1850, Livro 32, Copiador de ofícios expedidos à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino (SEN), p.194, Nº162.

²³⁶⁶ ANTT, IOP, 7 de Maio de 1850, Livro 32, Copiador de ofícios expedidos à SENR, pp.216-217, Nº184, 2ª Rep.

²³⁶⁷ ANTT, IOP, 7 de Agosto de 1850, Livro 32, Copiador ..., p.32, Nº309, 2ªD, 1ªR.

*encher, ou com bons paineis que digão com os que restão, ou então com alguns paineis a oleo sobre madeira.(...)”*²³⁶⁸.

Os trabalhos que a Academia desenvolvia, apesar de serem “públicos”, e da sua lentidão, estavam longe da gratuidade...

A 11 de Outubro, a Academia, em resposta a portaria do Ministério do Reino – que pedia informações sobre

*“o estado de adiantamento em que se acha o restauro dos quadros pertencentes ao Edificio Monumental de Thomar, ordenando igualmente que elle [Vice-Inspector] faca activar os referidos restauros a fim de serem os paineis restituídos aquelle Edificio com brevidade. (...)”*²³⁶⁹ –

esclarecia, detalhadamente, os problemas ocorridos com Oliveira e outros agregados, ao mesmo tempo que expunha a dependência que a Academia tinha em relação àquela classe:

“(...) Estando completa a restauração de tres paineis, e faltando a do ultimo, que era a mais trabalhosa, em razão de ser necessario pintar em ambos os lados, de novo accrescentados, varios fragmentos de figuras humanas, alem dos accessorios que deviam tambem pintar-se no fundo e terraço do mesmo painel, mostraram os artistas aggregados de pintura repugnancia em pintar os ditos fragmentos: e havendo-se prestado a delinear e pintar, somente esses fragmentos de figuras, o Professor de pintura historica, a quem competia a direcção desses trabalhos, proprios do seu ramo, depois de ter desenhado e mettido de morte-côr as ditas figuras – dirigiose ao artista aggregado Antonio da Costa e Oliveira, para que procedesse a pintar os pequenos accessorios, sem o que não podia acabar as figuras. Negou-se a isso o dito artista; o que não me surpreendeu, por conhecer o muito orgulho que sem fundamento mostram os artistas desta classe.

Sendo chamado e advertido por mim, tambem se recusou a obedecer : e julgando-se o Vice-Inspector com sufficiente authoridade, o fez chamar perante si, e com as melhores maneiras lhe determinou que fosse pintar os accessorios em questão; e vendo com espanto declarar-lhe que não lhe obedecia, o mesmo Vice-Inspector participou a VEx.^a esta negativa em officio de 28 de Agosto de 1849. – E não tendo podido conseguir que este Empregado lhe obedecesse, convenceo-se que devia pedir

²³⁶⁸ ANTT, MR, Mç.3578 1ª Direcção, 1ª Rep. Proc.561 a 674. Junho de 1850, 7 de Agosto de 1850. “Orçamento da despesa proximamente necessária p^a renovação das pinturas da Igreja do Convento de Christo em Thomar.”

²³⁶⁹ Referência a portaria de 7 de Outubro em ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº328, 30 de Outubro de 1850.

a sua demissão, por ter perdido a força moral indispensavel ao chefe de qualquer estabelecimento: e assim o fez em officio de 17 de Outubro do mesmo anno; e porque VEx.^a continuou a dirigir-lhe as suas ordens, persuadindo-se que lhe não fôra aceita, participou a VEx.^a que o seu estado de saude lhe não permittia continuar a exercer o logar honroso de Vice-Inspector; o que tambem me participou em officio de 17 de Dezembro ultimo, recahindo desde então sobre mim a responsabilidade do Estabelecimento.

Conhecendo pois que a restauração do painel se demorava, e que os outros artistas aggregados da classe de pintura estavam unidos para se recusarem a esse trabalho, cuidei por modo indirecto de fazer persuadir ao dito Oliveira, que lhe ficaria nuito bem, e daria uma demonstração de se haver arrependido daquelle mal fundado capricho e tenacidade, se, passados mezes, fosse espontaneamente pintar esses accessorios; mas debalde trabalhei, porque permanecendo na obstinação disse – que só o faria, quando apparecesse regulamento que a isso obrigasse – Algumas outras diligencias fiz para vêr se conseguia a conclusão da obra, porem nada poude conseguir.

Parece superfluo, mas neste caso julgo necessario fazer sentir a VEx.^a, que recusando-se os artistas pintores a fazer esta parte da restauração do painel, eu não tenho, dentro d'Academia, a quem possa encarregar esse trabalho; porque VEx.^a conhece que, posto que o estudo do Desenho seja generico para os pintores, esculptores, architectos, e gravadores, que são as quatro classes q. compõe a Academia, cadauma destas artes tem um estudo e pratica especial que lhe compete: demodo que o esculptor, o architecto, e o gravador não sabem pintar, assim como o pintor não sabe gravar, esculpir, e architectar.

Na difficil conjunctura em que estou, só me cabe informar a VEx.^a que, se não fôra essa mesquinha obstinação dos artistas de pintura, já o quadro poderia estar há muito tempo retocado, e restituído ao Edificio a que pertence. Para se concluir portanto com brevidade a restauração delle, e haver a necessaria regularid^e no serviço do Estabelecim^{to}, he indispensavel, q os empregados cumpram as ordens dos seus

*superiores, cada um na parte que lhe tocar, segundo a sua classe, e graduação. (...)”*²³⁷⁰.

Também bastante curiosa é, seis meses depois, a informação dada, após o extravio da informação acima transcrita, uma vez que esclarece a dependência total (material e técnica) que existia em relação aos agregados no que diz respeito aos restauros e aquilo que pode ser considerado como um braço de ferro entre estes e Professores, como António Manuel da Fonseca, numa paciente e estratégica espera que, dado o interesse que existia na conclusão do restauro do último quadro, devia resultar numa atitude governamental a favor dos académicos. À questão – se vinha a ser empregada a diligência necessária para que a obra fosse concluída – era então esclarecido:

*“(...) se acha suspensa a restauração do ultimo quadro q faltava, desde Agosto de 1849, em q teve logar a negativa do dito artista Oliveira, e a repugnancia dos outros artistas pintores; esperando-se desde então que o Governo de S. Mag.^{de} haja de dar as providencias que julgar acertadas para q. se estabeleça a subordinação, e indispensavel obediencia que deve haver dos subditos a seus superiores. (...)”*²³⁷¹.

Nesta altura, e apesar da pressão feita pelo governo, o restauro do último quadro estava parado havia mais de um ano... E assim continuou, levando no final de Junho de 1851 o Inspector Geral Interino das Obras Públicas, José Bento de Sousa Fava, a escrever ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino – lembrando que o Director das Obras do edifício de Tomar instava pela remessa dos quadros para serem colocados nos seus lugares – sugerindo que fossem dadas ordens para se ultimar a pintura e lembrando que *“tal remessa não pode ter effeito sem que se conclúa o retoque do quadro que falta arranjar, porque devem ser remetidos todos quatro na mesma ocasião”*²³⁷².

Algo que voltava a reiterar a 9 de Setembro de 1851, de forma ainda mais enérgica, esclarecendo que aquela seria a última representação que faria para o Ministério acerca daquele assunto. Considerava *“muito irregular que o capricho de um artista faça paralizar trabalhos exigidos pelo Governo de Sua Magestade”*, referindo que as dificuldades sentidas consistiam na *“falta de um regulamento que fixe as obrigações dos Artistas agregados”*, falta essa que

²³⁷⁰ ANTT, MR, Mç.3578, 1ª Direcção, 1ª Rep. Proc.561 a 674 1856. 11 de Outubro de 1850. Resposta da Academia, pelo Director Geral Francisco Assis Rodrigues (por impedimento do Vice-Inspector), ao Conde de Tomar, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino (em cumprimento de portaria de 7 de Outubro).

²³⁷¹ ANTT, MR, Mç.3578 1ª Direcção, 1ª Rep. Proc.561 a 674 1856. 20 de Dezembro de 1850 (em sequência da informação de 11 de Outubro, que não terá sido recebida ou encaminhada.) De Francisco Assis Rodrigues, Director Geral ao Ministro Conde de Tomar.

²³⁷² ANTT, MR, Mç.3578 1ª Direcção, 1ª Rep. Proc.561 a 674 1856. 28 de Junho de 1851.

“deveria ser um motivo para que os Artistas se não podessem recuzar a executar quaesquer Ordens de seus superiores relativas a serviço da respectiva profissão, uma vez que pela mesma Academia vencem salarios sem designação dos trabalhos especiaes em que devão ser empregados”.

Confessava ainda que se tinha *poupado* de declarar ao Director das Obras Públicas do Distrito de Santarém o motivo do atraso da remessa dos quadros, uma vez que achava

*“desairoso para o Governo o tolerar que algum dos seus Empregados se attreva a menoscabar as ordens expedidas em nome de Sua Magestade, aponto de se postergarem providencias em que o mesmo Governo mostrou interessar se quando incumbio á Academia a restauração dos quadros”*²³⁷³.

Todo este problema, demonstrativo do vazio de normas internas e a forma casuística como o restauro e os seus agentes se inscreviam na orgânica da Academia, em corrente contrária à vontade reguladora do Estado, que lhe tinha atribuído a conservação das obras de arte nacionais²³⁷⁴, acabou por levar, em Abril de 1852, à determinação interna de que os artistas agregados trabalhassem, primeiramente, na recuperação dos quadros do Convento de Cristo de Tomar, sob a direcção de António Manuel da Fonseca²³⁷⁵.

Apesar desta decisão, passaram dois anos até o Ministério das Obras Públicas, Indústria e Comércio, sem notícias, mandar a Academia *“informar sobre a causa que tem dado lugar á demora que tem havido, na promptificação dos painéis que vieram do Convento de Christo, em Tomar (...)”*²³⁷⁶. Finalmente, a 13 de Abril de 1855, Francisco Assis Rodrigues, Director Geral da Academia participava ao Ministro que se achavam restaurados *“os quatro grandes quadros”*²³⁷⁷; logo aí declarava que

*“os ditos paineis sendo pintados em madeira, e divididos cada um delles em duas partes, torna-se necessario que alguma pessoa intelligente da materia os faça unir convenientemente no acto de os collocar nos retabulos dos altares da sobredita Igreja de Thomar, donde elles foram arrancados. (...)”*²³⁷⁸.

²³⁷³ ANTT, IOP, Livro 34, Copiador de Offícios expedidos à SENR, pp.16-18. 9 de Setembro de 1851.

²³⁷⁴ RODRIGUES, “Da História da Conservação...”, 2007, *op.cit.*, p.31.

²³⁷⁵ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta de 28 de Abril de 1852 e RODRIGUES, “Da História da Conservação...”, 2007, *op.cit.*, p.31.

²³⁷⁶ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº400 da Conferência ordinária de 29 de Junho de 1854.

²³⁷⁷ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta 449 da Conferência ordinária de 1 de Dezembro de 1856.

²³⁷⁸ ANTT, MR, Mç.3578, 1ª Direcção, 1ª Rep. Proc.561 a 674 1856. 13 de Abril de 1855 1ª D. 1ª R L.º9º N268.

Apesar da “reparação e retoques”²³⁷⁹ realizados na Academia, iniciava-se uma nova etapa: o seu transporte e colocação em Tomar. O transporte precisava de cuidados e sentiu-se a necessidade de avisar as Obras Públicas que tendo em consideração ao estado de ruína em que os painéis se tinham encontrado, precisariam “*depois de colocados em seus logares, serem novamente betumados e retocados, pois que na sua condução necessariamente haviam de soffrer*”²³⁸⁰. Este conselho terá originado que fosse solicitado que a Academia propusesse o “*meio de levar a effeito a collocação dos quatro paineis*”. Deste modo, a 4 de Maio Assis Rodrigues explanava o plano traçado, com detalhes que deixavam antever a dificuldade e os cuidados necessários ao tipo de material transportado, um conjunto de cuidados de conservação, dificultado pelo tempo e meios disponíveis:

“ (...) *cumpre-me declarar a V.Ex.^a* [Conselheiro Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Telles], *que para este fim é necessario que os ditos quadros sejam aqui bem encaixotados, para se transportarem por már até á Barquinha, - dalli devem ser condusidos, não em carros, mas a pás-ecorda, para evitar que as taboas se aluam com alguma oscillação mais violenta. Sendo preciso que alguém seja encarregado de velar sobre elles d’aqui até chegarem a Thomar. – Lá é necessario um carpinteiro habil, e um Artista conhecedor de pintura historica; aquelle para fazer unir as duas partes componentes de cada um dos paineis, e assentalos nos retabolos; - e este para bitumar e retocar a pincel as juntas, a fimde que não se conheçam, - e fique parecendo pintado em um só plano cada um dos referidos quadros. (...)*”²³⁸¹.

No envio de orçamento que lhe sucedeu era aconselhado que “*conviria que assim o transporte, como os ditos ultimos trabalhos fossem inspeccionados pela Academia (...)*”²³⁸², o que reflectia o melindre e a importância de toda a operação.

Mas a pressão que tinha sido feita, anteriormente, para que os trabalhos de restauro fossem concluídos, e as pinturas entregues, tinha-se dissipado com os (muitos) anos que tinham passado e as circunstâncias. Não parecia haver agora muita pressa por parte dos Ministérios do Reino e

²³⁷⁹ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº420 da conferência ordinária de 29 de Junho de 1855. António Manuel da Fonseca fizera à sua custa, alguma despesa com os ditos painéis. ANTT, MR, Mç.3578 1ª Direcção, 1ª Rep. Proc.561 a 674 1856.

²³⁸⁰ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº411 da Conferência de 11 de Abril de 1855.

²³⁸¹ 4 de Maio de 1855, Pela Academia das Belas-Artes, Francisco Assis Rodrigues, Director Geral, ao Conselheiro Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Telles, em resposta a officio de 25 de Abril.

²³⁸² 19 de Maio de 1855, pela Academia de Belas-Artes, Francisco Assis Rodrigues, Director Geral, ao Conselheiro Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Telles. No orçamento encontravam-se “*compreendidas as verbas necessarias, assim de transporte dos quadros e dos operarios, como do trabalho de Carpinteiro, e do Artista, que os deve hir retocar.*” ANTT, MR, Mç.3578 1ª Direcção, 1ª Rep. Proc.561 a 674.

das Obras Públicas em fazê-los transportar para Tomar, o que se tornava preocupante, pois tinha consequências directas na sua conservação, nomeadamente, nos restauros realizados. Por isso, a 20 de Dezembro de 1855, a respeito do atraso na colocação dos quadros, Assis Rodrigues contactava o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, chamando a atenção para esse aspecto, fazendo-lhe ver os “riscos” a que estavam sujeitos:

“(…) Cumpre-me novamente dizer a VEx.^a que a demora que tem havido, e ainda poderá haver, em se removerem d’aqui, é prejudicial á sua conservação, por serem os ditos quadros, pintados em madeira, susceptíveis de soffrerem alteração com a humidade do local em que existem, principalmente nos bitumes, que se lhe applicaram para se unirem as juntas das taboas, de que são formados. – Portanto vou novamente pedir a VEx.^a se digne dar as suas ordens, afim de que elles sejam condusidos ao seu destino. (...)”²³⁸³.

Este ofício terá levado o Ministério do Reino a contactar as Obras Públicas²³⁸⁴, embora sem efeitos aparentes, o que explicará que quase um ano depois, tudo continuasse na mesma e fosse emitido outro, em tudo semelhante ao acima transcrito²³⁸⁵. Toda esta demora fazia com que os contactos fossem múltiplos e que a Academia contactasse, directamente, quer o Ministério do Reino, quer as Obras Públicas no sentido de solucionar o caso. Deste modo, quando a 1 de Dezembro de 1856 os quadros ainda se encontravam na Academia, e vários contactos com o Reino tinham já sido feitos, existiu a necessidade de officiar ao Ministério das Obras Públicas para que os mandasse restituir *quanto antes* ao seu lugar de origem.²³⁸⁶ Tudo continuaria na mesma. Novo ofício de 12 de Agosto de 1857, novamente dirigido ao Ministro do Reino, então o Marquês de Loulé, reiterava a necessidade do transporte dos painéis, apenas trocando o problema da “*humidade*” pela “*luminosidade do local*”²³⁸⁷. O esclarecedor apontamento lateral, a lápis, feito no destino, leva a crer que os atrasos estariam em muito dependentes das Obras Públicas:

²³⁸³ ANTT, MR, Mç.3578, 1ª Direcção..., N268. 20 de Dezembro de 1855. De Assis Rodrigues ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

²³⁸⁴ Informação em apontamento lateral no ofício de 20 de Dezembro de 1855. Em 22 de Dezembro foi expedido ofício ao Ministro das Obras Públicas e ao Director da Academia de Belas-Artes de Lisboa. ANTT, MR, Mç.3578, 1ª Direcção..., N268.

²³⁸⁵ ANTT, MR, Mç.3578 1ª Direcção, 1ª Rep. Proc.561 a 674 1856. 5 de Novembro de 1856, 1ª D 1ªR Lº14 Nº614.

²³⁸⁶ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº449 da Conferência ordinária de 1 de Dezembro de 1856.

²³⁸⁷ ANTT, MR, 1 Mç.3578 1ª Direcção, 1ª Rep. Proc.561 a 674 1856. 2 de Agosto de 1857. De Assis Rodrigues ao ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, 1ª D 1ªR Lº14 Nº614.

*“Off. ao Min.º das O. P. renovando o ped.º que se lhe ha feito sobre este objecto. Diga-se-lhe por esta occasião, que se houver algum motivo p.ª que os quadros não voltem p.ª o Templo de Thomar que previna disso este Min.º para se pôr côbro a uma inutil correspondencia w”*²³⁸⁸.

Apesar da ausência de registos nos tempos mais próximos, documentação posterior reflecte que a Academia em Setembro de 1860, terá contactado as Obras Públicas, desta vez, aparentemente, com maior sucesso. De facto, em 25 de Setembro daquele ano aquele Ministério terá expedido ordens para fazê-los transportar para a *Igreja monumental de Thomar*²³⁸⁹, algo que, todavia, não se efectivou. Apesar de em Outubro ter sido emitida correspondência entre o Reino, Obras Públicas e Academia de Belas-Artes, que envolveram ordens ao Intendente das Obras Públicas do Distrito de Lisboa e à Repartição de Contabilidade, no sentido de fazer o transporte dos quatro painéis para Tomar – com a recomendação de não exceder *“na despeza que fizer com este objecto (...) a quantia de duzentos quarenta e cinco mil seis centos e sessenta reis”*²³⁹⁰, quantia avaliada em Junho de 1855, cinco anos antes – levando a crer que tudo estava encaminhado, tudo estagnou.

As ordens e a preparação logística terão empurrado a operação para o pleno inverno, algo pouco aconselhado para efectuar tão delicada deslocação. Tal, terá levado a que o Intendente das Obras Públicas de Lisboa, em Janeiro de 1861, desse o parecer ao Ministro das Obras Públicas Comércio e Indústria para que o transporte ficasse adiado *“até á estação propria”*²³⁹¹. Junho era a *“estação propria para esta conducção”*²³⁹², pelo que então, a 25 desse mês, finalmente, eram emanadas ordens nesse sentido do Ministro das Obras Públicas ao Intendente das Obras Públicas de Lisboa, para que fosse comunicado ao Director da Academia, e recomendado ao Director das Obras Públicas de Santarém, que este prestasse os auxílios que

²³⁸⁸ ANTT, MR, Mç.3578 1ª Direcção... 12 de Agosto de 1857.

²³⁸⁹ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta (nº514) da Conferência ordinária de 30 de Outubro de 1860, fl.110vs.

²³⁹⁰ AHE, AITC, DGOP ROP. 2.2, fls.35-36. 24 de Outubro de 1860. Portaria assinada por Thiago Augusto Vellozo d’Hosta, para o Intendente das O.P. de Lisboa; officio/comunicação à Repartição de Contabilidade; officio ao Director da Academia de Belas-Artes.

²³⁹¹ AHE, AITC, DGOP ROP. 2.2, fls.75vs-76. 29 de Janeiro de 1861. Officio ao Intendente, assinado pelo Visconde da Luz, transmitindo que o Ministro se conformava com parecer que tinha sido emitido em officio de 15 do mesmo mês.

²³⁹² AHE, AITC, DGOP ROP. 2.2, fls.137vs-138. 25 de Junho de 1861.

lhe fossem requisitados pela Intendência das Obras Públicas de Lisboa²³⁹³. O orçamento acabaria por ser excedido em 29.225 reis²³⁹⁴.

Voltando ao Convento em 1861, as tábuas poderão ter regressado a Lisboa – situação sobre a qual manifestamos as nossas dúvidas – retomando o seu lugar de origem em 1867.²³⁹⁵

De facto, e depois de tantas peripécias para voltarem ao convento de Cristo, em 1863, a Academia parecia estar arrependida de as ter deixado ir... e decide em conferência “*aprovar o expediente de se mandarem reverter á Academia os grandes quadros da igreja de Thomar que já aqui estiveram por muito tempo, e que ultimamente para ali foram reconduzidos*”²³⁹⁶, pois, “*em parte alguma elles podiam ter uma collocação e emprego mais conducente do que a Galeria Nacional*”²³⁹⁷; ao mesmo tempo que o Professor Cristino da Silva lembrava a existência na praça de Tomar de uma igreja – igreja de São João Baptista – que continha “*bellos quadros, que muito conviria requisitar para o enriquecimento da (...) Galeria*”²³⁹⁸. Tratar-se-ia, certamente, daquela igreja e do importante conjunto de obras quinhentistas da autoria de Gregório Lopes ali existentes.

Já em 1863, uma representação da Câmara de Tomar, solicita ao Governo que “*sejam restituídos á Igreja dos Freires daquella villa os quadros e esculpturas que pella extinctão dos conventos d’ali saíram*” e se encontravam então na Academia. O Vice-Inspector da Academia, à semelhança dos outros académicos achavam que tal não podia ser atendido, mas “*julgando que para se satisfazer de algum modo o que a camara pedia, se podiam fazer e mandar copias dos referidos quadros*”²³⁹⁹.

Documentação de 1873, vem lembrar, mais uma vez, que não seriam apenas os quatro painéis tratados nas últimas décadas que terão ido para o DLEC, em 1835, e que outros poderiam ainda regressar à origem. Com um aparente novo interesse em refazer o espólio daquele convento, novas indagações foram realizadas no sentido de serem devolvidas duas esculturas de Profetas que existiam na Biblioteca Nacional, assim como pinturas que ainda estariam em Lisboa, então

²³⁹³ AHE, AITC, DGOP ROP. 2.2, fls.137vs-138. 25 de Junho de 1861; 26 de Junho, fl.138vs; 3 de Julho, fl.140vs-141.

²³⁹⁴ AHE, AITC, DGOP ROP. 2.2, fl.52vs (II parte do livro). Portaria de 26 de Março de 1862 ao Intendente das Obras Públicas do Distrito de Lisboa (na sequência de ofício de 6 de Março), assinada pelo Marquês de Loulé, autorizando a mencionada despesa.

²³⁹⁵ Segundo inscrição a lápis inserida no painel *Entrada de Cristo em Jerusalém* – “*Forão acentes em 1867 Junho 23*”. REDOL (coord.), *Pintura da Charola de Tomar...*, 2004, *op.cit.*, pp.20-21, RODRIGUES, “Da História da Conservação...”, 2007, *op.cit.*, p.31 Pensamos que não será impossível existir um erro de leitura da inscrição.

²³⁹⁶ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência extraordinária de 3 de Março de 1863 (Tif.019).

²³⁹⁷ Opinião não unânime, “*todos os Snrs., menos o Snr. Director*”. *Idem, ibidem* (Tif.025).

²³⁹⁸ *Idem, ibidem*.

²³⁹⁹ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 23 de Dezembro de 1867 (Tif. 448).

nas mãos da Academia de Belas-Artes. Portaria do Ministério do Reino, datada de 7 de Novembro de 1872, remetia àquela instituição a representação da Câmara Municipal de Tomar, o que provocaria a convocação de uma conferência com o objectivo de nomear uma Comissão que procedesse

“a uma escolha entre os quadros que pertenceram ao extinto Convento de Christo de Thomar, afim de serem restituídos os que se não julgarem dignos de figurar na galeria e de algum modo satisfazer-se ao pedido que faz a Camara Municipal da mesma cidade.”

Segundo o pintor Miguel Ângelo Lupi – que acaba por, na sua intervenção, dar mais detalhes acerca do pedido realizado e situação das pinturas –

“teria sido mais conveniente saber primeiro, quaes são os 10 quadros que pedem entre os que existem na Academia, que segundo diz o Conselho são em maior numero; no entanto que esta de accordo em que se diga ao Governo que a Academia é de parecer que haveria inconveniencia em restituir 2 que se acham collocados na galeria e 1 no depósito, q. é grande e que pela sua importancia artistica são dignos de estar expostos na galeria, e que concordando em que estes sejam os que indica o Conselho considera pela sua parte desnecessario proceder a qualquer escolha porque conhece bem os quadros de que se trata. – Assim concordaram todos os membros da conferencia ficando portanto approved o parecer do Conselho.”²⁴⁰⁰

Certamente, para facilitar o eventual processo de escolha, em Março de 1873 era enviado ofício ao Governador Civil de Santarém: devido à existência de dúvidas por parte do Vice-Inspector da Academia de Belas-Artes no reconhecimento dos quadros de Tomar, era solicitado que fosse pedido à Câmara Municipal os esclarecimentos sobre as dimensões e assuntos²⁴⁰¹. E em Maio os trabalhos da Comissão estariam concluídos²⁴⁰², sendo, no mês seguinte, dada ordem à Academia para que os quadros que se verificasse terem pertencido à Capela-mor do Convento de Tomar fossem entregues ao Director das Obras Públicas do Distrito de Santarém ou a pessoas por ele autorizadas (contra recibo)²⁴⁰³. Para além das quatro pinturas iniciais e que hoje se

²⁴⁰⁰ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.17 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00002), Acta da Conferência extraordinária de 17 de Janeiro de 1873, fl.159 (Tif.320).

²⁴⁰¹ ANTT, MR, Liv.2453 – Academias (Porto e Lisboa) Correspondência 1870-1896, fl.29. 22 de Março de 1873.

²⁴⁰² ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.17 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00002), Acta da Conferência extraordinária de 10 de Maio de 1873, fl.164 (Tif.330).

²⁴⁰³ ANTT, MR, Liv.2453 – Academias (Porto e Lisboa) Correspondência 1870-1896, fls.31-31vs. 7 de Junho de 1873.

encontram na Charola, não foi possível apurar mais, saber quantas e quais terão regressado a Tomar.

Sabemos, no entanto, que duas pinturas tomarenses, da autoria de Gregório Lopes, se encontram hoje no Museu Nacional de Arte Antiga: o “*Martirio de S. Sebastião*” – painel retabular que ocupava um dos altares pequenos da charola – e a “*Virgem, o Menino e Anjos*”²⁴⁰⁴.

Pela sua intricada história – que se desenrola pelos reinados de D. Maria II e dos seus filhos, D. Pedro V e D. Luís – pela forma como os restauros (não) progrediam e eram executados numa altura em que o conceito de restauro e de restaurador estava a ser ainda construído, assim como pela vontade expressa de reintegração no seu local de origem, este constituiu, sem dúvida, um processo marcante na história do restauro em Portugal.

Em jeito de balanço, em relação à forma como a generalidade das pinturas conventuais foram “geridas” e conservadas, as palavras de Holstein, em 1868 :

“Quando se aboliram as ordens religiosas foi decretado que todos os objectos a elles pertencentes se ajuntassem e resguardassem n’um deposito organizado em Lisboa, até se prover de um modo definitivo ao seu destino. Entre esses objectos avultavam as obras de arte, sobretudo as pinturas”

Não deixando de referir as vicissitudes a que foram sujeitas (más condições de conservação, restauro, transporte, acomodação no depósito), a que já aludimos neste capítulo, reconhece, no entanto, que

“No meio da geral confusão, impossivel de evitar em epocas de crise politica ou social, estes extravios explicam-se, aquellas ruinas desculpam-se. Não havia tempo nem occasião para tratar de uma arrecadação systematica e completa de todas as obras que pertenciam aos conventos e que haviam sido convertidas em propriedade da nação. É de justiça dizer-se que, attendendo a todas as preocupações e embaraços d’aquelle tempo, se tratou ainda assim de semelhante arrecadação de um modo mais satisfactorio do que seria de esperar. Louvem-se pois os homens que para este resultado concorreram, e citem-se com honra os nomes de Garrett, Nunes de

²⁴⁰⁴ Fichas de inventário disponíveis em

<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosListar.aspx?TipoPesq=4&NumPag=1&RegPag=50&Modo=1&Hist=tomar&SupCat=1&BaseDados=23&Cat=42&IdAutor> (consultadas em 29-08-16).

Carvalho, A. M. da Fonseca, André Monteiro, o dr. F. de S. Loureiro e de outros a quem muito se deve n'este particular.”²⁴⁰⁵

4. Os vitrais do Mosteiro da Batalha: singularidades de actuação perante um género pictórico raro em Portugal.

Para além da pintura de cavalete, outro género pictórico existente nas antigas casas religiosas mereceria atenções de restauro: o vitral, conjunto de vidros, incolores ou corados na massa, muitas vezes pintados, que eram montados numa estrutura composta por calhas de chumbo.

Tal como a azulejaria, era um património integrado, de mobilidade relativa, funcionando, essencialmente, para o local onde foi concebido, o que acrescido à sua fragilidade o tornava pouco atractivo de ser removido, escapando desta forma às recolhas realizadas no período pós-extinção, o que significaria, muitas vezes, o seu abandono e destruição.

Apesar de ser um tema bastante estudado por diversos autores, particularmente, por Pedro Redol, que fornece informação essencial para o seu conhecimento, não deixa de ser importante lembrar e perceber que políticas de conservação e restauro existiram neste tipo de património, após a extinção das ordens religiosas, procurando trazer uma nova abordagem, ao mesmo tempo que revelamos alguma documentação inédita.

Durante o período que nos propomos analisar – anos 30-60 de oitocentos – à semelhança do sucedido, sobretudo com a pintura, mas também com a escultura, com a talha e, mais tarde, com a azulejaria, denota-se preocupação com a sua conservação, embora, especialmente (e quase em exclusivo), com vitrais que fizessem parte de monumentos como o Mosteiro de Santa Maria da Vitória ou Santa Maria de Belém, edifícios que, de acordo com a perspectiva romântica da época, eram detentores de uma simbólica própria, que decorria da identificação que era estabelecida entre estes edifícios e relevantes factos históricos nacionais²⁴⁰⁶. Estas eram construções que mereciam a atenção Real, nomeadamente, de D. Fernando II, que em 1836 visitou a Batalha, originando diligências com vista ao restauro daquele mosteiro.

Tal como as pinturas, e outros géneros artísticos, também os vitrais – *Vidraças com vidros de côres, com figuras ou sem ellas* – constavam das *Instrucções*²⁴⁰⁷ enviadas aos colaboradores

²⁴⁰⁵ HOLSTEIN, *op. cit.*, p.6.

²⁴⁰⁶ NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p.79

²⁴⁰⁷ RIBEIRO, José Silvestre, *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*, vol. VI, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 1876, pp.122-123 (também em ALVES, Alice Nogueira, “Inventariar para Salvar Mousinho de Albuquerque e a Comissão

da Comissão da Academia das Ciências em 1836, a qual, relembramos, tinha como objectivos inventariar e localizar os edifícios das antigas casas religiosas e itens histórica e artisticamente relevantes que aí pudessem existir²⁴⁰⁸. Tal facto, demonstra que não estavam esquecidos, apesar de, na prática, não se verificarem medidas específicas com vista à sua efectiva preservação.

De facto, na diversa documentação consultada, relativa ao DLEC – único local onde foi detectável a sua muito pontual entrada – destaca-se a breve menção, algo enigmática, a dois painéis em vidro, e a quatro painéis “*em Vidro com Molduras*” pertencentes, respectivamente, aos extintos Convento da Cartuxa de Laveiras, e ao Convento de Nossa Senhora do Livramento, em Alcântara, que inicialmente foram recolhidos, juntamente com pinturas (a óleo) e gravuras, no Depósito do Convento dos Barbadinhos Franceses e remetidos para o DLEC a 16 de Novembro de 1834, e acerca dos quais nunca mais existiu qualquer alusão²⁴⁰⁹.

Para além destes, é possível encontrar por entre a documentação, um relatório de diversas visitas efectuadas a vários conventos extintos, no qual, a respeito da visita ao Convento de Santo António dos Capuchos, no termo da Castanheira era, excepcionalmente, mencionado um vitral:

*“Num dormitório notei hum quadro em vidro trespacente antigo pelo colorido mui vivo, representa o Senhor cruxificado, deve sêr comduzido ao Deposito, por não haver outro idêntico”*²⁴¹⁰.

Tal peça não consta do inventário de extinção deste convento²⁴¹¹, o que revela que terá passado despercebida ou foi considerada de pouca importância para os inventariantes.

De salientar que, entre os relatórios então realizados, esta era a única referência a vitral – género artístico que, como já pudemos constatar, mereceu atenção relativa – mas cujo carácter único e “antigo” despertou (e despertaria) a atenção dos visitantes oitocentistas.

Seria enquadrado na acção da acima referida Comissão da Academia das Ciências – missão de inventariação que tinha sido confiada àquela instituição pela portaria de 19 de Fevereiro de 1836 – que, este vitral seria igualmente mencionado nesse ano: “*uma vidraça de vidros pintados que figurão Christo na Cruz acompanhado de Sua Mãe e do Evangelista*” existente numa fresta de um dormitório do Convento de Santo António da Castanheira e para a qual Joaquim José da Costa Macedo, Secretário perpétuo da Academia das Ciências, chamava a atenção, referindo

Incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos (1836)”, in *Artis* Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa, Nº6 (2007), (pp.249-267), pp.256-257. Vide Capítulo III, pp.231 e ss.

²⁴⁰⁸ Vide Capítulo III, pp.231 e ss.

²⁴⁰⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02, Nº8, “Relação dos Paineis ezistentes no Depozito do Convento dos Barbadinhos Francezes, remettidos para o Depozito Geral de S. Francisco da Cidade em 16 de Dezembro do anno de 1834.”

²⁴¹⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/17/Cx02-04 Relatório de várias visitas efectuadas a vários conventos extinctos.

²⁴¹¹ ANTT, MF, Cx. 2204. Inventário de extinção do Convento de Santo António da Castanheira.

que “*Deveria salvar-se quanto antes este resto da antiga pintura em vidro (que já não está inteiro), que aliás desaparecerá brevemente, como aconteceu á parte que falta.*”²⁴¹². Neste caso singular eram expostos especiais cuidados, mencionando-se que a ser executada, deveria existir “*todo o cuidado na tirada e conducção dos vidros pintados, que poderião ser remetidos para o Muzeu da Academia*”²⁴¹³.

Em relatório realizado pelo vogal da CADLEC, Francisco de Sousa Loureiro, a respeito de conventos fora de Lisboa, ao aludir a este convento da Castanheira, lembrava a existência daquela obra e fornecia uma descrição mais esclarecedora e interessante pela ligação que estabelecia referindo:

“*no Dormitorio, estava servindo de Vidraça um painel iluminado em vidro, da Crucifixão de Christo, copia em pequeno do grd.^e Painel da Casa do Capitulo da Batalha.*”²⁴¹⁴.

Coincidentemente, o *Tríptico da Paixão* da Batalha, data de 1514, altura em que D. Manuel terá sido mecenas do Convento de Santo António da Castanheira²⁴¹⁵. Este vitral ali existente ter-se-á inspirado no da Batalha, ou mesmo ser um modelo que ali tivesse conhecido aproveitamento? São questões que julgamos poderem ser colocadas em torno deste assunto. Apesar das chamadas de atenção, em Abril de 1837, a CADLEC não sabia qual o destino que aquele vitral tinha tido, questionando a respeito deste e outros itens o Administrador Geral de Lisboa²⁴¹⁶. E nas “*Relações de objectos arrecadados por José da Silva Mendes Leal*” (então empregado do Depósito), realizadas em Dezembro de 1838, do Inventário “*Dos quadros que pertencêram á extincta casa religiosa de S. Antonio da Castanheira*”, não consta qualquer menção a este vitral ²⁴¹⁷.

Ao contrário das pinturas – terreno fértil para as Academias de Belas-Artes, nomeadamente, a de Lisboa, modelos de estudo e objectos de restauro – os vitrais permaneceram, aparentemente, ignorados pelo meio académico. O seu carácter mais “técnico” e “prático”, a sua relativa pouca

²⁴¹² BACL, Livro 1B – Correspondência ..., fls.47-47vs. 8 de Abril de 1836.

²⁴¹³ BACL, Livro 1B – Correspondência ..., fl.47vs, N°82. 8 de Abril de 1836.

²⁴¹⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/21/Cx02-05 Relatórios sobre as pinturas de conventos extintos.

²⁴¹⁵ Convento de Santo António da Castanheira / Quinta de Santo António IPA.00002442

Portugal, Lisboa, Vila Franca de Xira. http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2442 (consultado pela última vez em 5-09-2016).

²⁴¹⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/20 ou BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04. “1 Painel da Crucificação de Christo, illuminado, que estava servindo de vidraça no Dormitorio”, na relação do Convento de Santo António da Castanheira, que seguiu juntamente com a circular de 28 de Abril de 1837.

²⁴¹⁷ No inventário, no qual são mencionadas dezassete pinturas, Mendes Leal refere “É isto que me foi possível encontrar e que cuidadosamente examinei” 4 de Dezembro de 1838 BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/22/Cx05-05.

aplicação na arquitectura nacional e consequente ausência de uma escola nacional de vitral, relegou-os para um segundo plano, desenquadrando-os, quer das Academias de Belas-Artes, quer dos, entretanto criados, Conservatórios de Artes e Ofícios.

Os vitrais da Batalha

Seria pelas mãos de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, Inspector Geral das Obras Públicas que, sobretudo, a partir de 1840, os vitrais mereceriam especial atenção devido ao restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – “*monumento universal*”²⁴¹⁸, “*o mais bello monumento de Architectura de Portugal, e um dos mais perfeitos exemplares do genero gothico aperfeiçoado e puro que se encontra na Europa, e um daquelles padrões que os nossos maiores erigirão a um dos mais gloriosos factos da Historia Portugueza*”²⁴¹⁹ – intervenção com o seu cunho, nomeadamente, os vitrais, onde a sua acção é, como veremos, directa, revelando conceitos e sensibilidades. Como refere o próprio Mouzinho, o cuidado do edifício tinha sido acometido, inicialmente, à Direcção das Obras Públicas da Divisão do Centro, da qual tomou conta em 1840, passando depois a ficar a cargo da Inspecção Geral das Obras Públicas do Reino²⁴²⁰.

No importante documento que nos deixou intitulado “*Memoria Inedita ácerca do Edifício Monumental da Batalha*”²⁴²¹ – moderno texto que reflecte uma mudança de mentalidade que converge em transformações idênticas na Europa – escrito já após ter deixado o cargo de Inspector Geral e publicado postumamente, alude aos importantes vitrais dos séculos XV e XVI²⁴²² que aí existiam, ao estado em que se apresentavam quando ali chegou, e à intervenção empreendida.

As janelas que ali encontrava

“eram vedadas e adornadas com vidros corados e ligados com chumbo, que faziam de cada janella de per si, e particularmente do systema de janellas de fundo da capella-mór, um dos mais vistosos e ricos adornos do templo. (...) os vidros córados

²⁴¹⁸ ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mouzinho de, *Memoria Inedita ácerca do Edifício Monumental da Batalha*, Leiria, Typographia Leiriense, 1854, p.VI.

²⁴¹⁹ ANTT, IOP, Liv.21, p.301. 20 de Dezembro de 1841 – Relatório Anual da Repartição das Obras Públicas, dirigido ao Ministro Joaquim António de Aguiar.

²⁴²⁰ ALBUQUERQUE, *op.cit.* p.22.

²⁴²¹ *Idem, ibidem.*

²⁴²² Acerca dos vitrais da Batalha vide, por exemplo, BARROS, Carlos Vitorino da Silva, *O Vitral em Portugal. Séculos XV e XVI. Corpus Vitrearum Portugal 1*, Lisboa, Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1983, pp.27-33 e REDOL, Pedro, “Os Vitrais da Capela-Mor do Mosteiro da Batalha: 1.ª parte” in *Cadernos de Estudos Leirienses 1* (Maio 2014), pp.159-168 e “Os Vitrais da Capela-Mor do Mosteiro da Batalha: 2.ª parte” in *Cadernos de Estudos Leirienses 2* (Agosto 2014), pp.107-120.

*representando figuras diversas, faziam de cada janella um painel admiravel pela vivesa das cores transparentes da pintura exteriormente alumiada. O fundo das capellas e principalmente da capella mór occupado pelas dez janellas em duas ordens apresentando paineis transparentes ornados das tintas as mais vivas e divididos apenas por columnas delgadas, deviam produzir quando o edificio se achava completo e inalterado, o mais maravilhoso effeito”*²⁴²³.

O quase encantamento descrito por aquele engenheiro, deixando transparecer a importância dos vitrais no espaço e o impacto que acabavam por ter na própria arquitectura, era depois refreado pela descrição que fazia a respeito do estado de conservação em que se encontrava. À passagem do tempo, a exposição aos elementos que por si só tinha danificado as estruturas pétreas de muitas janelas²⁴²⁴, acrescia o estado de abandono a que aquele mosteiro tinha sido votado. Mas os antigos ocupantes, para além de não empregarem meios na sua conservação, teriam contribuído em muito para a sua destruição²⁴²⁵:

Segundo relata Albuquerque, os religiosos “*consentiam que dos quadros transparentes das janellas se destacassem e levassem algumas partes, e particularmente cabeças com que chegaram a brindar elles proprios alguns viajantes.*”²⁴²⁶ Na “*Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria chamado vulgarmente da Batalha*” de Fr. Francisco de S. Luís, publicada em 1827, referindo-se aos vitrais constatava:

*“Estas vidraças, que hoje se achão mui damnificadas, e já, a lugares, suppridas por vidros ordinarios, ainda com tudo vistas com boa luz, e de lugar e distancia conveniente, produzem o mais bello e agradavel effeito (...)”*²⁴²⁷.

Também na “*Relação do Convento da Batalha, anno de 1828*” se podia ler que apesar de então algumas vidraças da Capela-mor, e Casa do Capítulo terem sido alvo de reparos – devido às ruínas causadas não só pelas *Estações do Tempo*, mas sobretudo pela *barbaridade e Invasão Francesa* – o “*Resto das Vidraças de todo o Corpo da Igreja e Capela Real [se achavam] em grande Ruina.*”²⁴²⁸

²⁴²³ ALBUQUERQUE, *op.cit.*, p.8.

²⁴²⁴ Muitas bandeiras e pilastras achavam-se danificadas ou até totalmente destruídas. ALBUQUERQUE, *op.cit.*, p.21 e 28.

²⁴²⁵ Tal como refere ALBUQUERQUE, *op.cit.*, p.19.

²⁴²⁶ ALBUQUERQUE, *op.cit.*, p.21.

²⁴²⁷ S. LUÍS, Fr. Francisco de, “*Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria chamado vulgarmente da Batalha*” in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo X, Parte I, Lisboa, Typografia da mesma Academia, 1827, p.197.

²⁴²⁸ *Apud* NETO, James Murphy..., 1997, *op.cit.*, p.193.

Lembremos, contudo, algo não mencionado por este engenheiro e que terá causado grandes prejuízos nos vitrais no século XVIII: o terramoto de 1755. Mais de um século antes, cerca de 1623, Frei Luís de Sousa, ao descrever aquele mosteiro, dava conta da existência de vitrais em todas as janelas da igreja, sacristia, Capela do Fundador e Casa do Capítulo²⁴²⁹, numa altura contemporânea de mestres das vidraças como *Antonio Taca 3º* ou *Antonio Vieira*²⁴³⁰.

Apesar do mau estado que o edifício aparentava após a extinção das Ordens Religiosas, tinha, de facto, sido alvo de reparações entre 1830 e 1834²⁴³¹, iniciativa que dava seguimento aos trabalhos de reparação iniciados na década de 20. Levados a cabo pelo reduzido número de religiosos que habitava o mosteiro, nesses trabalhos também estaria incluída a substituição de vidraças na Igreja e na Capela Real²⁴³².

Segundo Mouzinho de Albuquerque, no intervalo que decorreu entre a extinção da ordem até ao início dos trabalhos de restauro²⁴³³, cresceu sobremaneira a devastação

*“e a falta de cabeças sobre tudo tornava incompletos quasi todos os quadros, ou antes fragmentos de quadros escapados os quaes no meio de immensos espaços abertos ou fechados em caixilhos de vidros de toda a especie, se viam ainda em alguns dos vãos.”*²⁴³⁴

A instabilidade política, provocada pela revolução de Setembro de 1836, terá contribuído para que as obras não tenham tido andamento imediato; apenas em finais de 1839, com o regresso de Rodrigo da Fonseca Magalhães à pasta do Reino, era dada continuidade ao projecto de restauro daquele monumento²⁴³⁵.

De facto, apesar do interesse demonstrado pela rainha D. Maria II – que por portaria de 24 de Março de 1836 ordenou ao Governador Civil de Leiria que este lhe remetesse informação sobre o “*estado do Convento e Igreja da Batalha*” – e apesar do “*lastimoso estado de ruina e abandono*”²⁴³⁶ em que se encontrava nesse ano, em Outubro de 1838 as obras ainda não tinham

²⁴²⁹ REDOL, “Os Vitrais...” 1ª parte (Maio 2014), *op.cit.*, p.161. SOUSA, Fr. Luís de, *História de S. Domingos*, Lisboa, 1623; nova edição de M. Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello e Irmão Editores, 1977.

²⁴³⁰ Nomes apontados por S. LUÍS, Fr. Francisco de, “Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria chamado vulgarmente da Batalha” pp.178-179 in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo X, Parte I, Lisboa, Typografia da mesma Academia, 1827.

²⁴³¹ SOARES, Clara Moura, *O Restauro do Mosteiro da Batalha. Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*, Leiria, Magno Edições, 2001, p.63.

²⁴³² *Idem, ibidem*, pp.63-64.

²⁴³³ Na *Memoria* surge referido “no intervalo que decorreu da extinção da ordem até ao anno de 1850”, no entanto julgamos que o ano será 1840, quando Mouzinho tomou conta dos trabalhos. ALBUQUERQUE, *op.cit.*, p.30

²⁴³⁴ ALBUQUERQUE, *op.cit.*, p.30

²⁴³⁵ SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha...*, 2001, *op.cit.*, p.48.

²⁴³⁶ *Idem, ibidem*, p.64.

sido iniciadas, devido à falta de meios financeiros que permitissem fazer face a uma despesa daquele dimensão²⁴³⁷.

As primeiras intervenções pós-extinção das ordens religiosas nos vitrais do Mosteiro. As instruções de Luís Mouzinho de Albuquerque

Apenas em Junho de 1839 o coronel Inspector das Obras Públicas da Divisão do Centro, Inspector Coronel de Engenharia Joaquim Vellez Barreiros²⁴³⁸, foi convidado a colaborar com o administrador-geral do distrito de Leiria, “*habilitado para mandar proceder aos reparos indispensáveis na Igreja e Convento da Batalha*”²⁴³⁹.

Apesar de ser com as novas políticas e com o engenheiro Mouzinho de Albuquerque que as obras ganhariam um novo ritmo, logo se começaram a delinear as primeiras atitudes concretas com vista à recuperação daquele monumento. Foi ao Inspector Coronel Vellez Barreiros²⁴⁴⁰ que couberam as primeiras diligências relacionadas com o restauro das “janelas” daquele edifício – intervenção enquadrada na “primeira classe das Obras do Convento da Batalha”²⁴⁴¹ – chegando, em Agosto de 1839 (mesmo mês em que remetia à Rainha o *programa das obras necessárias para a conservação e embelezamento do convento da Batalha*²⁴⁴², na elaboração do qual é muito provável que Mouzinho de Albuquerque tenha participado enquanto Inspector Geral) a vir “*á Marinha [Grande] com o Administrador Geral do Distrito a fim de examinar a qualidade de vidros que devião ser empregados*”, assim como “*para engajar um Francez que ali está estabelecido, avir encarregar-se de pôr os vidros*”²⁴⁴³.

Pretendia-se imitar os antigos ali existentes “*isto na figura, pois na cor não é possível*”; no entanto, “*o enorme jornal de 800 r\$ que o dito Francez exigio nos deixou indecisos até vêr se de Lisboa virá algum por menor preço*”²⁴⁴⁴. Um mês depois, a dificuldade em encontrar na capital o chumbo próprio para encaixilhar os vidros atrasava todo o projecto²⁴⁴⁵. A dificuldade

²⁴³⁷ *Idem, ibidem*, p.65.

²⁴³⁸ Portaria de 26 de Junho de 1839. NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.89.

²⁴³⁹ Portaria de 16 de Junho de 1839 *apud* SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha...*, 2001, *op.cit.*, p.65.

²⁴⁴⁰ Portaria de 26 de Junho de 1839 tinha chamado o coronel inspector das Obras Públicas da Divisão do Centro a colaborar com o administrador-geral do distrito de Leiria, habilitado para “mandar proceder aos reparos indispensáveis na Igreja e Convento da Batalha”, de modo a que as obras fossem realizadas sem “afear ou danificar as belezas do monumento”. NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.89.

²⁴⁴¹ ANTT, IOP, Liv.54, fls.60-60vs. 18 de Novembro de 1839.

²⁴⁴² NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, pp.89-90.

²⁴⁴³ ANTT, IOP, Liv.54, fls.43vs-44. 12 de Agosto de 1839

²⁴⁴⁴ *Idem, ibidem*.

²⁴⁴⁵ ANTT, IOP, Liv.54, fls.46vs-47. 8 de Setembro de 1839.

em encontrar os materiais necessários (e certamente mão de obra qualificada) revelar-se-ia um dos principais problemas das obras relacionadas com os vidros.

A impossibilidade em encontrar chumbo adequado, levaria a que fosse equacionado entregar amostras com a finalidade de ser mandado vir do estrangeiro²⁴⁴⁶. No entanto, em Novembro do mesmo ano, altura em que se reconhecia a lentidão das obras devido à sua falta, esperava-se dentro de “*poucos dias por uma remessa das tiras de chumbo que forão feitas no Arsenal do Exercito, para dar logo principio á colocação dos vidros. (...)*”²⁴⁴⁷; estas orçariam em trinta e nove mil quinhentos e setenta e um reis²⁴⁴⁸. Será aliás, aquele Arsenal a continuar a fornecer futuramente a obra, para a qual as Obras Públicas a 15 de Dezembro de 1841, encomendariam “*2:400 palmos de caixilho de chumbo de dois rebaixos, semelhante ao que já foi feito para o mesmo fim nesse Arsenal, e que a razão de 25 reis por palmo, (...) prefaz a importancia de 60\$000 (...)*”²⁴⁴⁹, quantidade que demonstra o muito trabalho a ocorrer. No entanto, fruto deste quase imprevisto, com material nacional, segundo refere Pedro Redol, as calhas de chumbo utilizadas, acabaram por não ser as mais adequadas, sem a necessária capacidade de suporte²⁴⁵⁰, agravada pela necessidade de unir peças de vidro que não tinham sido concebidas para estar juntas, levando a que, em alguns casos, se recorresse à duplicação da calha de chumbo, ou à introdução de metal fundido ou argamassa, nos locais onde a estrutura apresentava orifícios²⁴⁵¹. Os vidros viriam da “*Fábrica da Marinha [Grande]*”, *seis caixas recebidas em Março de 1840*²⁴⁵².

O dispendioso especialista Francês a que se aludiu – acerca do qual não foi possível obter mais informação, mas que estaria estabelecido na Marinha Grande – parece ter sido logo posto de parte, nunca tendo chegado a trabalhar na obra da Batalha, não sendo, contudo impossível que tenha existido algum tipo de “caderno de encargos” que, pela sua elaboração e troca de ideias, possa de alguma forma ter norteado, em algumas questões, os trabalhos que foram ali realizados.

²⁴⁴⁶ ANTT, IOP, Liv.54, fl.47vs. 23 de Setembro de 1839.

²⁴⁴⁷ ANTT, IOP, Liv.54, fls.60-60vs. 18 de Novembro de 1839.

²⁴⁴⁸ ANTT, IOP, Liv.55, pp.33-34. 2 de Maio de 1840.

²⁴⁴⁹ ANTT, IOP, Liv.56, p.450. 15 de Dezembro de 1841 Para o Inspector do Arsenal do Exército (Barão de Monte Pedral).

²⁴⁵⁰ REDOL, Pedro, Lourenço da Silva, *Os Vitrais dos séculos XV e XVI do Mosteiro de Santa Maria : Estudo sobre o seu significado cultural e artístico e sobre a sua conservação*, policopiado, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, Vol.1. p.31.

²⁴⁵¹ *Idem, ibidem*.

²⁴⁵² ANTT, IOP, Liv.54, fl.91vs. 9 de Março de 1840.

Vemos assim, face às contingências financeiras, o Estado a recorrer à produção própria, do Arsenal do Exército e da importante Fábrica de Vidros da Marinha Grande, e aos seus próprios meios humanos.

Mas a obra dos vitrais apenas em 1841 teria um especial incremento, em que a intervenção de Mouzinho de Albuquerque se torna por demais evidente, com escolhas, opções próprias que, à semelhança daquilo que ocorria com o restauro arquitectural que estava a ocorrer, iam precocemente ao encontro das recentes teorias do restauro que estariam vigentes, como as de Viollet le Duc, mas precursoras, e até aparentemente contraditórias, por um compromisso entre uma pureza de estilo reconstruída e um teórico respeito pela originalidade, pela história, pelos materiais, objectivos que na prática – por equívocos, opções erradas, falta de materiais adequados – nem sempre seriam cumpridos²⁴⁵³.

De facto, a fidelidade à origem, era profunda, contrária à visão de Viollet-le-Duc que defendia no restauro de monumentos a utilização de materiais modernos e resistentes²⁴⁵⁴; pretendendo que os restauros se confundissem com o original, para o engenheiro português tal facto adviria, não só da perícia do trabalho, mas igualmente do tipo de material utilizado, cuidados que, de certa forma, demonstrará nos vitrais²⁴⁵⁵.

A insuficiência de meios pecuniários, no entanto, condicionou os trabalhos, uma vez que o impossibilitava “*de substituir os [vidros] transparentes antigos por outros inteiramente novos, os quaes só me seria possível obter por alto preço, importando-os dos paizes onde se fabricam*”²⁴⁵⁶, alusão que deixa antever que essa seria uma solução que, se pudesse, teria ponderado. Todavia, o facto do processo de realização dos vitrais que então se realizava – que detalha na Memoria²⁴⁵⁷ – ser diferente do antigo, também era uma condicionante, uma vez que não se enquadrava nos seus critérios de autenticidade:

“*Posto que o processo e o effeito sejam proximamente os mesmos, o meio com tudo é diverso, e aquelle que consiste na reunião de pequenas laminas pelo chumbo, forma o envidraçamento característico dos edificios do decimo quinto seculo.*”²⁴⁵⁸

²⁴⁵³ Acerca da posição teórica das acções de restauro de Mouzinho de Albuquerque vide SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha...*, 2001, *op.cit.*, p.211 e NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, pp.96-98.

²⁴⁵⁴ NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.98.

²⁴⁵⁵ Segundo Albuquerque, “A introdução (...) de uma invenção do seculo 19 na restauração de um monumento perfeitamente caracterizado do decimo quinto seculo, seria uma injuria á razão e ao gosto, e um anachronismo imperdoavel.” ALBUQUERQUE, *op.cit.*, p.26.

²⁴⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.31.

²⁴⁵⁷ *Vide idem, ibidem.*

²⁴⁵⁸ *Idem, ibidem.*

Para realizar o restauro, com os meios que dispunha, o Inspector Geral Interino das Obras Públicas, optaria por um original esquema, que introduzindo elementos novos – neutros, que não colidiam mas antes complementavam e valorizavam as pré-existências – permitiam aproveitar ao máximo os vitrais antigos:

“Escolheram-se com a maior atenção todas as partes e figuras dos antigos quadros que se achavam completas ou facilmente completaveis, e formaram-se com ellas pequenos paineis²⁴⁵⁹ ou medalhões eguaes, destinados a figurarem em cada um dos vãos que deviam envidraçar-se. Como porem estes medalhões perderiam todo o effeito se a luz penetrasse inteira pelo espaço adjacente, inseriram-se em caixilhos geraes de um desenho proprio, que deviam ser guarnecidos de vidros lizos córados na massa, destinados a temperar a luz de modo que fizesse sobresahir os medalhões, dando ao mesmo tempo no interior do edificio a claridade modificada, eminentemente apropriada áquella especie de architectura.”²⁴⁶⁰

E esclarece as intenções:

“Por este systema pretendia eu conservar quanto pudesse do antigo, suprimindo por um meio analogo e em nada pretencioso ou disparatado aquillo que não podia restabelecer no primeiro estado. Esperava eu envidraçar por este modo as janellas das naves e cruzeiro, e com os restos que ficassem, obter as figuras precisas para restabelecer perfeitamente na forma primitiva os transparentes dos fundos das capellas mór e adjacentes, onde este bello adorno se torna mais que em outra qualquer parte indispensavel.

Para que este resultado se consiga, é absolutamente necessario a maior atenção em não perder uma só parte dos antigos quadros, se ser-me-há licito inculcar esta necessidade a quem quer que haja de cuidar da continuação daquelle trabalho.”²⁴⁶¹

Nas verdadeiras instruções enviadas por Mouzinho de Albuquerque (Inspector Geral Interino das Obras Públicas) ao Director das Obras Públicas no edifício da Batalha, Joaquim Guilherme Rebello Palhares – apontador das obras, quem se encarregava da gerência das obras no local e perante a Direcção das Obras Públicas de Leiria²⁴⁶² – a 10 de Dezembro de 1841, onde expõe

²⁴⁵⁹ A terminologia utilizada na documentação em relação às obras relacionadas com vidros levanta algumas questões. De facto, como destaca Pedro Redol ela não estabelece, por exemplo, diferenças entre a designada “vidraça” (com caixilharia de madeira) e “vitral” (com estrutura de calhas de chumbo), abarcando tudo debaixo da primeira designação; a referência a “medalhões” deverá ser interpretados como “painéis de vitral”, constituídos por vidros antigos ou novos. REDOL, *Os Vitrais dos séculos XV e XVI ...*, 1999, *op.cit.*, p.27.

²⁴⁶⁰ ALBUQUERQUE, *op.cit.*, p.32.

²⁴⁶¹ *Idem, ibidem.*

²⁴⁶² NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.157.

de forma clara as ideias que tinha acerca de como devia ser realizado o restauro dos medalhões centrais, constata-se exactamente o que atrás se descreveu: que terá optado por constituir o máximo de peças com vidros antigos, de modo a gerar uma unidade original (de estilo e materiais), embora não se coibisse de cortar figuras lateral ou inferiormente, ou se preocupasse em descobrir e aplicar critérios iconográficos que, certamente, existiriam aquando da sua primitiva aplicação:

“(…) Tenho presente o Offício que V.S.^a dirigio ao Tenente ás minhas ordens Ascenso de Serpa Azevedo em data de 4 do corrente, e acerca das duvidas que a V.S.^a occorrem quanto á promptificação e prehenchimento dos medalhões centraes dos novos caixilhos por meio do aproveitamento de parte das antigas vidraças, cumpre-me dizer a V.S.^a o seguinte.

1.^o Não é exacto o que V.S.^a diz de representarem as antigas vidraças passos da Escriptura; por quanto eu que muitas vezes as vi, e ainda no seu estado completo sei muito bem que ellas representavão diferentes santos, Anjos w. sem ordem alguma chronologica; dezaparece por consequencia inteiramente a sua primeira difficuldade, e segue-se que os medalhões podem ser indifferentemente collocados em uma ordem qualquer, e é esta a razão porque determinei que elles se aproveitassem onde quer que apparecessem sem prescrever ordem alguma quanto a sua collocação.

2.^o Diz V.S.^a que não devendo os medalhões segundo as minhas ordens levar vidros pintados de novo, não sabe V.S.^a quantos se poderão arranjar; a este respeito devo dizer-lhe que a minha ordem não foi de arranjar um numero determinado de semelhantes medalhões, mas sómente de promptificar aquelles que podessem ser arrançados sem a disforme intercalação de vidros pintados de novo. Deve por tanto VS.^a antes de apresentar novas reflexões ou difficuldades, fazer cumprir a ordem que eu deixei, e somente depois della cumprida e de se acharem promptos todos aquelles medalhões que era possivel promptificar, é que poderão ter lugar duvidas ou perguntas sobre o modo de prehencher os caixilhos para onde elles não chegassem.

3.^o Nada há mais facil do que determinar em pouco tempo quantos medalhões completos se podem apromptar, com effeito basta para isto talhar de taboa ou de papelão uma superficie igual e semelhante á do medalhão applicalla sucessivamente sobre as differentes partes das vidraças ainda existentes, de maneira a formar quadros regulares, isto é, quadros onde as figuras não sejam cortadas pela parte superior, embora, se encurtem pela parte inferior ou lateral, o que não produz deformidade.

4º= *Praticando por este modo é impossivel que se não achem alguns medalhões completos ou quasi completos, e da promptificação destes é que o Mestre Claro deve immediatamente occupar-se, porque eu prefiro o seu trabalho no envidraçamento ao que elle podesse praticar como Canteiro.*

5º *Cada medalhão que elle fôr acabando deve ficar guardado sobre si e não collocado no caixilho, porque eu só quero collocar os medalhões nos caixilhos, quando nelles collocar os vidros que devem occupar as partes que não são medalhões.*

Todos os vidros antigos que não formarem medalhões completos devem ser cuidadosamente guardados, descozendo-se o menos que ser possa, a fim de que eu prescreva para o diante, o modo porque elles devem ser aproveitados.

Parece-o-me dever explicar isto claramente a V.S.^a para seu governo, e para que V.S.^a fique sabendo uma vez por todas que é inútil reclamar vizitas ou inspecções por quanto a mim cumpre-me determinar, quando, como e por quem ellas devem ser passadas. Quando se lhe offerecem duvidas deve V.S.^a tratar de as expôr por uma maneira clara e precisa, a fim de que possam ser rezolvidas da mesma maneira.

Não deve V.S.^a gastar tempo em escrever escuzas ou satisfações ácerca do prezente Officio, por quanto a escuza e satisfação é o seu exacto cumprimento. (...)

P. S. Ahi hirá ter logo que possa ser o chumbo encommendado.” ²⁴⁶³

Como refere Pedro Redol, em Mouzinho de Albuquerque a compreensão dos meios expressivos próprios do vitral, parecia restringir-se à “*claridade modificada*” em que aludia na Memoria, e apesar da sua preocupação em “*conservar tudo quanto podesse ser antigo*”, não terá existido, no geral, uma clara consciência do organismo estético, formal e iconográfico²⁴⁶⁴. No entanto, por vezes terão surgido, laivos de ética que parecem ter desaparecido com o tempo, que se encontravam presentes ainda em Outubro de 1840, em instruções enviadas ao Tenente A. de Serpa e Azevedo, nas quais se podia ler as seguintes recomendações:

“(...) quando se começar a restauração de qualquer janella serão as antigas vidraças tiradas com o maior cuidado, e conservadas em local separado e fechado, onde não possam sofrer damno algum, nem fiquem uns sobre os outros de tal modo que não possam ser facilmente examinados. Se no mover destas vidraças se destacar do

²⁴⁶³ ANTT, IOP, Livro 56, pp.427-429. 10 de Dezembro de 1841.

²⁴⁶⁴ REDOL, *Os Vitrais dos séculos XV e XVI ...*, 1999, *op.cit.*, p.24.

chumbo algum vidro será imediatamente collocado no seu mesmo lugar, para se não confundir com os de qualquer outro quadro”²⁴⁶⁵.

A mão-de-obra especializada para realizar os trabalhos seria outro dos problemas enfrentados para a realização destes restauros. Apesar de existirem operários especializados, alguns dos quais certamente provenientes do Serviço de Obras Públicas do Reino²⁴⁶⁶, e com formação específica, outros ali foram ganhando experiência, ascendendo na carreira. No caso dos vidraceiros, é de questionar os seus reais conhecimentos e capacidades de trabalhar os vitrais. Ao contrário, nomeadamente, de Inglaterra, onde a utilização de vitrais era ampla e consequentemente o seu fabrico (e restauro), em Portugal a sua aplicação era pontual o que também não permitiria um grande desenvolvimento de profissionais/artífices na área. Já em França, em simultâneo com as obras da Batalha, entre os anos de 1840 e 1860, seriam realizadas muitas intervenções relacionadas com o vitral, dirigidas por nomes como Viollet-le-Duc, Lassus e Didron; o que a somar à moda dos estilos neomedievais, levou ali ao multiplicar de oficinas de vitral²⁴⁶⁷.

Aqui não existiu produção neogótica de vitral, fazendo com que o reduzido número de clientes tivesse que o encomendar ao estrangeiro, situação que ocorreu, por exemplo, com os vitrais datados de 1841, que D. Fernando encomendou em Nuremberga para a Capela da Pena... Como já vimos atrás, Mouzinho chegou a colocar a hipótese de importá-los dos “*paizes onde se fabricam*”²⁴⁶⁸, situação logo descartada devido ao “*alto preço*” que isso importava²⁴⁶⁹.

Lembremos que, apesar das “limitações” nacionais, a Batalha e o seu Mosteiro tinham sido durante os séculos XV e XVI o verdadeiro pólo nacional de criação de vitral e que, durante o século XVII, vitralistas continuaram a garantir a sua manutenção, sendo possível que alguma dessa “sabedoria antiga” permanecesse de alguma forma arreigada naquele lugar e suas gentes.

No caso do restauro de vitral, não estávamos decerto bem preparados; e neste caso concreto, implicava um complexo trabalho que passaria pelo conserto e limpeza dos vitrais primitivos que ainda existiam, por uma intervenção nas estruturas de calhas de chumbo²⁴⁷⁰ (o que implicava que os vidraceiros soubessem montar vitrais), para além da elaboração de caixilhos

²⁴⁶⁵ *Apud idem, ibidem*, pp.24-25.

²⁴⁶⁶ NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.157.

²⁴⁶⁷ REDOL, *Os Vitrais dos séculos XV e XVI ...*, 1999, *op.cit.*, p.26.

²⁴⁶⁸ ALBUQUERQUE, *op.cit.*, p.31.

²⁴⁶⁹ *Idem, ibidem*.

²⁴⁷⁰ Redol refere que todas as calhas de chumbo terão sido substituídas durante as intervenções do século XIX. REDOL, *Os Vitrais dos séculos XV e XVI ...*, 1999, *op.cit.*, p.26. Algo que vai ao encontro das grandes encomendas deste material ao Arsenal do Exército.

de madeira destinados à sua colocação²⁴⁷¹. A própria prática, recebida pelas intervenções realizadas nos antigos vitrais, terá sido fundamental para a realização dos trabalhos dos “medalhões”. No entanto, ela mostrar-se-ia insuficiente. Situação que se verá reflectida mais tarde quando, no início de 1856, Joaquim Vellez Barreiros (então Visconde da Luz e Vice Presidente do Conselho das Obras Públicas) requisitava à Academia de Belas-Artes de Lisboa “uma collecção de principios de Desenho para applicar ao ensino do Vidraceiro-Pintor das obras do Mosteiro da Batalha”²⁴⁷². Atitude que revela, não só pela utilização da expressão “Vidraceiro-Pintor” o carácter importante e multidisciplinar dos trabalhos, sobretudo, a necessidade de dar formação complementar aos profissionais, despreparados de bases académicas.

É ao canteiro Mestre José Claro – ofício pelo qual é pago²⁴⁷³, e no qual também trabalha – que Mouzinho confia a realização dos trabalhos (nomeadamente dos medalhões para as janelas e arranjos dos vidros para as bandeiras)²⁴⁷⁴, a que num futuro próximo sucederia os Céos.

Mestre Claro era de facto o *encarregado do envidraçamento*, trabalhando no monumento desde 1840 até ser despedido, por incompatibilidades²⁴⁷⁵ com o aprendiz de João Lucas Cordeiro – com quem trabalhava desde 1842²⁴⁷⁶ – em 1842²⁴⁷⁷ ou 1845²⁴⁷⁸.

À semelhança do Mestre Claro, e apesar de ter vindo especialmente para ajudar aquele mestre nas vidraças, também Cordeiro se encontrava referenciado como aprendiz de canteiro²⁴⁷⁹, o que coloca algumas questões acerca do grau de especialização.

Convirá relembrar que a maioria dos trabalhos estaria dependente de obras de canteiro na zona das janelas, assim como de trabalhadores de outras categorias²⁴⁸⁰. No caso de Mestre Claro,

²⁴⁷¹ SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha...*, 2001, *op.cit.*, p.112.

²⁴⁷² ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº 433 de 30 de Janeiro de 1856, fl.156vs.

²⁴⁷³ NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.161.

²⁴⁷⁴ 3 de Março de 1842 -ordem para que o Mestre Claro continue o arranjo dos medalhões das janelas, Inspeção Geral das Obras Públicas do Reino, AMB, PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 2/18 ; 8 de Junho de 1842 - indicação de que o Mestre Claro deverá fazer os medalhões para as janelas e os arranjos dos vidros para as bandeiras, da Inspeção Geral das Obras Públicas do Reino, AMB, PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 2/38.

²⁴⁷⁵ AMB, PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 3/2. 4 de Janeiro de 1843. Indicação de problemas disciplinares entre o Mestre Claro e João Marcelino Cordeiro, Inspeção Geral das Obras Públicas do Reino.

²⁴⁷⁶ AMB, PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 2/4. 15 de Janeiro de 1842. Ordem da Inspeção Geral das Obras Públicas do Reino para João Marcelino Lucas Cordeiro se apresentar, com uma guia, para ajudar o Mestre Claro nas obras das vidraças.

²⁴⁷⁷ AMB, PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 2/58. 26 de Setembro de 1842. Inspeção Geral das Obras Públicas do Reino, despedimento do Mestre José Claro.

²⁴⁷⁸ NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, pp.161-162.

²⁴⁷⁹ AMB, PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 2/60. 2 de Novembro de 1842. Inspeção Geral das Obras Públicas do Reino, Pedido de informação sobre o trabalho desenvolvido do aprendiz de canteiro João Marcelino Cordeiro.

²⁴⁸⁰ SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha...*, 2001, *op.cit.*, p.112.

canteiro e vidraceiro, ocupava-se não só do envidraçamento, mas também, por exemplo, de arranjar as bandeiras lavradas em pedra²⁴⁸¹.

Nos trabalhos das janelas e frestas da igreja – que ocuparam sessenta anos, ficando concluído em meados da década de 70 – primeiro tiveram de restaurar a cantaria, depois colocar *pinázios* de madeira para receber os vidros que o *encarregado de envidraçamento* cortava e assentava, seguidamente fazer as justaposições dos antigos vitrais com vidros coloridos e, finalmente, assentar redes de arame para protecção do conjunto²⁴⁸².

Para Mouzinho de Albuquerque, que então se debatia com o restauro da Batalha, os vitrais pareciam merecer o seu especial interesse... Em 1842, em carta ao Ministro António Bernardo da Costa Cabral, acerca do estado da “*Igreja Monumental de Belem (...) monumento tão recomendavel pela sua architectura, como pelas relações historicas que com ele se acham colligadas*”, apontava como primeira, entre as duas obras que achava essenciais para evitar a sua ruína “*(...) a renovação das vidraças e caixilhos de todas as janellas (...)*”²⁴⁸³.

Apesar deste ofício, o facto de pertencer à oposição a Costa Cabral levaria em finais de 1843 à sua demissão do cargo de inspector das Obras Públicas.

O major Joaquim Guilherme Rebelo Palhares, apontador das obras da Batalha desde o seu início, subsistiria no cargo, até ao seu falecimento em 1852, embora, aparentemente, apenas fazendo cumprir ordens superiores²⁴⁸⁴, do novo Inspector Geral Interino José Bento de Souza Fava. Apenas após a morte de Palhares, seria nomeado em Abril de 1852, dias após D. Fernando II ter visitado o monumento, o arquitecto Lucas José dos Santos Pereira, lente e Académico de Mérito da Academia de Belas-Artes de Lisboa²⁴⁸⁵ que iria executar um projecto já existente, embora o seu trabalho fosse merecedor de rasgados elogios por parte do arquitecto Possidónio da Silva.

O Conde Raczynski e os vitrais da Batalha – preocupações de conservação, sugestões e respostas nacionais

²⁴⁸¹ Das janelas de segunda ordem da igreja. AMB, PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 3/14. 1 de Maio de 1843, Direcção das Obras Públicas no Distrito de Leiria.

²⁴⁸² NETO, *James Murphy*..., 1997, *op.cit.*, p.115, p.132, p.153.

²⁴⁸³ ANTT, IOP, Livro 22, pp.55-56. 23 de Abril de 1842.

²⁴⁸⁴ NETO, *James Murphy*..., 1997, *op.cit.*, p.101.

²⁴⁸⁵ *Idem, ibidem*, pp.101-102 Por trás desta nomeação terá estado um pedido da Inspecção de Obras Públicas do Reino para que a Academia de Belas-Artes de Lisboa propusesse alguém que parecesse “mais habil para dirigir as obras de conservação do Monumento da Batalha”. SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha*..., 2001, *op.cit.*, p.213.

Na obra publicada em 1846 pelo diplomata prussiano Athanasius Raczyński (1788-1874²⁴⁸⁶), *Les Arts en Portugal*, que reunia um conjunto de cartas endereçadas à Sociedade Artística e Científica de Berlim, era feita a seguinte referência ao Mosteiro da Batalha aos seus vitrais, particularmente aos da Casa do Capítulo, habitualmente designado como *Tríptico da Paixão* (um conjunto, grande retábulo, onde se distribuem cenas da Paixão²⁴⁸⁷, encomenda de D. Manuel, datado de 1514, provavelmente concebido pelo pintor da corte Francisco Henriques, embora pintado por diferente artista) [Fig.45]:

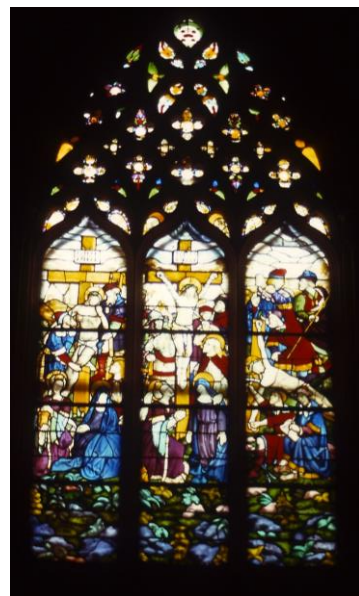


Fig.45 *Tríptico da Paixão*, Batalha. Foto Alexandre Rodrigues

*“Les vitraux [da Casa do Capítulo] qui garnissent la seule fenêtre par laquelle salle reçoit du jour, sont aussi beaux que ce que j’ai vu de plus remarquable en ce genre; ils sont malheureusement très dégradés vers le bas; ils représentent la Passion de notre Sauveur; les personnages qui sont nombreux sont de grandeur naturelle. Je fais des vœux bien sincères pour la conservation de ce précieux reste de peinture sur verre, qui pourrait bien être une oeuvre indigène, d’autant plus que l’on sait combien de peintres sur verre portugais ont été employés à Batalha comme **mestres das vidraças**”*²⁴⁸⁸.

No que se refere aos vitrais da igreja, estariam longe de igualar a qualidade do da Casa do Capítulo:

*“Les fenêtres [da igreja] ont encore quelques vitraux qui, sans être mauvais, sont loin d’égaler en perfection ceux de la fenêtre **da Caza do Capitulo**.”*²⁴⁸⁹

O vitral, ou antes vitrais, desta dependência do mosteiro terão de tal forma impressionado aquele diplomata viajante, ministro do rei da Prússia na corte Portuguesa, que preocupado com o seu estado de conservação, escreveu ao Ministro do Reino António Bernardo da Costa Cabral. Deste modo, em Outubro de 1843 – numa altura em que Mouzinho tinha recentemente deixado

²⁴⁸⁶ Acerca da actividade deste diplomata vide artigos de Paulo Simões Rodrigues, “O Conde Athanasius Racynski e a historiografia da arte em Portugal”, in *Revista de História da Arte*, N°8 (2011), pp.264-275 e de Sylvie Deswarte-Rosa, “Athanasie Raczyński au Portugal 1842-1848”, in *Artis* (S1) N°9-10 (2010-2011), pp.19-92.

²⁴⁸⁷ Da esquerda para a direita: Crucificação, Crucifixo e Descimento da Cruz.

²⁴⁸⁸ RACZYŃSKI, A., *Les Arts en Portugal...*, 1846, *op.cit.*, p.460-461. Destaque a negrito, corresponde a itálico no original.

²⁴⁸⁹ *Idem, ibidem*, p.461. Destaque a negrito corresponde a itálico no original.

o cargo que ocupava nas Obras Públicas e na direcção das Obras da Batalha – o Conde Raczynski enviava ao Ministro uma carta que localizámos no actual Arquivo do Ministério da Economia (antigo Arquivo do Ministério das Obras Públicas), na qual chamava a atenção para aquele objecto de arte “*d’un haute valeur*”, que se encontrava na Batalha, na Casa do Capítulo, um “*vitrage de couleur de la seule fenêtre qui éclaire cette belle salle*”. E confessava: “*Je n’ai jamais vu de plus beau vitrau nulle part*”²⁴⁹⁰, expressão que, mais uma vez, reflecte o impacto que aquela obra teve neste diplomata e historiador de arte.

Preocupado com o estado de conservação em que se encontrava, descrevia: “*Dans sa partie supérieure il est très bien conservé, mais il manque une quantité de morceaux dans la partie inférieure*”²⁴⁹¹. Para além de alertar, Raczynski propunha formas de resolver o problema, nomeadamente, recorrendo ao estrangeiro, mais especificamente, a Munique e ao seu Instituto Real de Pintura sobre o vidro:

*“Pour rétablir ces vitraux il faudrait beaucoup de soin et de dépense et ceci devra; je crois un jour être entrepris. Ce serait peut être l’affaire d’un Conto. Il faudrait pour cela faire un carton rendant exactement toute la composition avec indication des couleurs, il faudrait y joindre plusieurs échantillons du vitrage pour servir de model quant à la couleur et au faire, et il faudrait envoyer le tout à Munich à l’institut royal de la peinture sur verre ”*²⁴⁹².

Em alternativa, propunha a utilização de vidro branco para preencher as lacunas, com vista à provisória estabilização daquele conjunto:

*“voilà ce que l’on devra faire quand les circonstances rendent la chose possible, mais en attendant il faudrait, je crois, simplement avec du verre blanc remplacer ce qui manque de verre de couleur, car dans l’état où se trouve presentement la fenêtre, chaque jour voit disparaître des parties de ce magnifique ouvrage et si cela continue il n’en restera bientôt plus rien. (...)”*²⁴⁹³.

Esta carta daria origem a uma série de contactos, nomeadamente, entre o Ministério Reino, o Inspector Geral das Obras Públicas, e a Direcção das Obras Públicas do Distrito de Leiria.

²⁴⁹⁰ AHE, AITC, Ministério do Reino, Bobine nº59, pp.1413-1414. 31 de Outubro de 1843.

²⁴⁹¹ *Idem, ibidem.*

²⁴⁹² *Idem, ibidem.*

²⁴⁹³ *Idem, ibidem.* Em documento de 13 de Novembro de 1843 do Tenente Ascenso de Serpa Azevedo a José de Aquino e Sousa, Director das Obras Públicas de Leiria informava e “traduzia” “(...) em quanto se não proceda se deverá restabelecer esta janela com vidro branco, o que lhe falta de vidro de côr, pois que no estado em que se acha prezentemente a janela, todos os dias se verá desaparecer parte desta magnifica obra, e se isto continuar, em breve, d’ella nada restará. (...)”. ANTT, IOP, Livro 58, fls.205-205vs.

A 8 de Novembro, era enviada pelo Ministério do Reino ao Inspector Geral das Obras Públicas a carta do Conde, intitulada como uma *“memoria (...) relativa á reparação da optima vidraça que existe na Caza do Capitulo do extinto Convento da Batalha”*, com vista a que este informasse com o seu parecer, *“qual será o meio mais prompto de occorrer aquella reparação, e qual a despeza em que deve ser orçada”*²⁴⁹⁴. Em sequência, o Inspector Geral Interino das Obras Publicas do Reino viria a solicitar que Joze Simplicio d’Aquino e Souza, Capitão Engenheiro, Director das Obras Públicas do Distrito de Leiria ²⁴⁹⁵, sob cuja inspecção se achava a obra da reparação daquele monumento, informasse *“com urgencia ácerca da janela em questão, interpondo o seu parecer, e remettendo o orçamento provavel do restabelecimento provizorio desta janela, com vidros brancos”*²⁴⁹⁶.

Em resposta de 20 de Novembro, Aquino e Souza, minimizava o estado em que o vitral da janela se encontrava, para além de mencionar a forma como se achava protegido:

“(...) a maior parte dos vidros de cor, da parte inferior desta janella forão destruidos pelo tempo da invasão dos Francezes, e que no resto da janella não apparecem se não aqui e ali, hum ou outro vidro com algum pequeno pedaço quebrado, cuja reparação he facil, com os fragmentos dos Antigos vidros de côr que ahi existe, e á qual se poderá desde já proceder, se Vossa Senhoria, assim o determinar. Tendo sido destruidos pela invasão dos Francezes, os vidros de côr da parte inferior da janella, pouco mais ou menos na quarta parte da sua altura consta-me que as ruinas se não tem augmentado nestes ultimos tempos, conservando-se a janella no mesmo estado em que estava quando começárão as Obras.

Depois de a janella se achar no estado que deixo dito, lhe addicionarão pela parte exterior hum Caixilho geral de vidros brancos, o qual se conserva em bom estado, faltando-lhe unicamente seis vidros, de pouco mais ou menos de hum palmo em quadro, os quaes se lhe deverão mandar pôr; e assim ficará provizoriamente a janella reparada pela parte exterior. Ora não tendo continuado as ruinas nos vidros de côr, parece-me desnecessaria a despeza que se faria em vidros brancos, para provisoriamente substituirem os vidros de côr que faltão na parte inferior da janella, visto ella achar-se reparada pelo Caixilho exterior, parecendo-me ser Milhor, proceder antes a esta reparação com medalhões de vidros de côr em cada um dos tres

²⁴⁹⁴ ANTT, IOP, Livro 67, pp.285-286. 8 de Novembro de 1843.

²⁴⁹⁵ AHE, AITC, PI Cx.172. Processo individual de José Simplicio de Aquino e Sousa. Capitão Engenheiro; em 1853-54 era Major de Engenharia. Direcção das Obras Públicas do Distrito de Leiria.

²⁴⁹⁶ ANTT, IOP, Livro 58, fls.205-205vs. 13 de Novembro de 1843.

vãos, Armonisando-os com o todo da janella, e addicionando-lhe pela parte exterior huma rede de Arame.

Se Vossa Senhoria determinar que sejam postos os seis vidros brancos que faltão no Caixilho exterior; peço se digne dizer-me, se para este fim, me poderei servir dos vidros brancos que se achão encaixotados no depozito daquella Obra. (...)”²⁴⁹⁷.

O vitral achava-se protegido exteriormente por um “*Caixilho geral de vidros brancos*”, situação que não terá, certamente sido caso único, usada como medida de protecção. De destacar a preocupação com a manutenção da harmonia do conjunto, para a qual seria fundamental a utilização de vidros de cores.

Tendo como base as informações acima transcritas, na informação de 28 de Novembro que o Inspector Bento Fava levou ao Ministro Costa Cabral, relatava a situação do vitral e que imediatamente tinha mandado colocar os seis vidros brancos que faltavam no caixilho exterior²⁴⁹⁸. Neste documento, constata-se que a acção de Mouzinho encontrava-se muito presente e reconhecida, nomeadamente, pelo seu sucessor, quando referia:

“(...) nem me parece que a refformação desta janella precise preterir os outros trabalhos tanto ou mais urgentes que se achão entre mãos determinados pelo meu antecessor o Conselheiro Mouzinho de Albuquerque, o qual conhecendo perfeitamente aquelle edificio, e tomando o mais particular interesse na sua reparação, dispozera o andamento das obras indispensaveis, em harmonia com os fundos destinados a este objecto.”²⁴⁹⁹

ou quando era informado pelo Tenente Serpa Empregado naquela Inspecção Geral, e que “*mui efficaçmente coadjuvará o Conselheiro Mouzinho na direcção daquelles trabalhos*”²⁵⁰⁰.

Classificados como trabalhos da 2ª classe, o

“envidraçamento das janellas, formando medalhões de vidros de cores para os centros dos novos caixilhos das janellas da 1.ª e 2.ª ordem na Igreja, aproveitando-se para este effeito grande porção dos ditos vidros que se achavão ainda guardados, resto da mutilação do tempo da Invasão Franceza, continuada depois pelo desleixo dos Frades: trabalho este muitissimo impertinente, incumbido a um mestre dotado de especial paciencia, e aptidão para este fim, e que está a ponto de concluir-se

²⁴⁹⁷ AHE, AITC, Ministério do Reino, Bobine nº59, p.1415-1416. 20 de Novembro de 1843.

²⁴⁹⁸ ANTT, IOP, Livro 23, fls.256vs-258. 28 de Novembro de 1843. De José Bento de Souza Fava a António Bernardo da Costa Cabral.

²⁴⁹⁹ *Idem, ibidem.*

²⁵⁰⁰ *Idem, ibidem.*

felizmente, tendo-se podido conseguir o representar nestes medalhões corpos e figuras inteiras dos diferentes passos da Escriptura que as antigas vidraças figuravão.”²⁵⁰¹

Revelava-se ainda a falta de materiais e as soluções encontradas para a colmatar:

“Quanto ao resto dos vidros, tem-se substituido pelos de cores lizas que unicamente se fabricão em Portugal, azues, rouxos, amarelllos, e vermelhos, e posto que muito deffirão dos antigos lavrados, fazem com tudo muito bom effeito.”²⁵⁰².

Quanto à sugestão que Raczyński tinha feito com vista ao restauro do vitral e que passavam pelo recurso ao estrangeiro, mais particularmente, ao Instituto Real de Pintura de Munique:

“Quanto á idea que apresenta, M.^r Racizynsk de se encomendar ao Instituto Real de Pintura em Munich o resto do envidraçamento que falta a supradita janella dá caza do capitulo, não haveria difficuldade em se seguir o methodo que acconcelha, mas seria preciso primeiro destinar os meios para esse fim, sendo necessario principiar por pagar a quem fosse tirar os desenhos, formalizar os cartões, para depois se fazer a encomenda, indagando-se o custo; parecendo-se tãobem mui vago o arbitrio do conto de reis que apresenta o author da memoria, que não conheço nem sei se está no cazo de ter votto de concideração.”²⁵⁰³

Por outro lado Souza Fava lembrava Inglaterra, realidade mais próxima e de mais fácil acesso, que ia igualmente ao encontro da influência inglesa, em torno daquele monumento:

“Tenho ouvido que em Inglaterra se trabalha actualmente em vidro daquella antiga qualidade, cujo fabrico se havia perdido, e talvez que o Coronel Barreiros que brevemente chegará possa dar alguns esclarecimentos a este respeito, podendo fazer a comparação entre os que tiver ali visto, eos da Batalha que tãobem perfeitamente conhece.”²⁵⁰⁴

Relembramos que tinha sido o Coronel Vellez Barreiros a primeiro, em 1839, remeter à Rainha o programa das obras necessárias para a conservação e embelezamento do convento da Batalha²⁵⁰⁵. Esta proximidade com a realidade inglesa, numa altura em que Portugal vivia uma má situação financeira, demonstra o nível de contactos e, nomeadamente, como destaca Clara

²⁵⁰¹ *Idem, ibidem.*

²⁵⁰² *Idem, ibidem.*

²⁵⁰³ *Idem, ibidem*; e AHE, AITC, Ministério do Reino, Bobine N°59, P.1405. Resumo/relato em documento de 1 de Dezembro de 1843 (assinado por Baldaque), pela 2ª Direcção, 1ª Repartição, Obras Públicas Distrito de Leiria Bobine N°59 P.1405.

²⁵⁰⁴ ANTT, IOP, Livro 23, fls.256vs-258. 28 de Novembro de 1843.

²⁵⁰⁵ NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, pp.89-90.

Moura Soares, até o eventual apoio e incentivo da coroa inglesa junto do governo português, não apenas devido ao significado que aquele monumento encerrava para os ingleses, mas também pelos laços familiares entre D. Fernando e a coroa britânica, pelo papel económico e político que Inglaterra tinha então no nosso país, para além daquilo que esta autora define como a “verdadeira folia restauracionista que se vivia em território inglês”²⁵⁰⁶.

Apesar do interesse demonstrado por esta altura, fruto da diligência de Raczynski, apenas na década de cinquenta existem notícias efectivas do restauro dos vitrais da Casa do Capítulo, com notícias a respeito, em Janeiro de 1851. No entanto, terá sido em 1852 que a intervenção foi mais profunda tendo então os vitrais sido retirados para limpeza e realizados 20 *medalhões* de novo e um painel²⁵⁰⁷. À semelhança de trabalhos idênticos, procedeu-se ao restauro da janela, para o qual em 1853, foram apeados a sua bandeira e pinázios, lavrada cantaria e feita a sua reconstrução²⁵⁰⁸.

Com obras a decorrer no seu exterior, nomeadamente em 1855 e 1856, devido à demolição das instalações conventuais que se lhe colavam a nascente e a norte, que obrigaram a uma intervenção estética, a reposição dos vitrais terá vindo a ser naturalmente adiada, sendo o assentamento dos novos painéis na janela e a realização de redes de arame para protecção, apenas efectuados em Outubro e Novembro deste último ano²⁵⁰⁹.

Na senda do projecto de Mouzinho de Albuquerque para os vitrais

Entretanto as obras dos reparos dos caixilhos das janelas prosseguiram, sendo utilizadas madeiras de cerne dos pinhais nacionais que serviram para concretizar igualmente soluções idealizadas por Albuquerque²⁵¹⁰.

A saída de Mestre Claro em 1845²⁵¹¹ terá condicionado bastante os trabalhos dos vitrais, permanecendo a obra de envidraçamentos parada durante quase cinco anos. No entanto, sabemos que, em 1846, se debatia a forma como as cores deveriam ser combinadas nos quatro grandes vitrais da capela-mor.

²⁵⁰⁶ SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha...*, 2001, *op.cit.*, p.52.

²⁵⁰⁷ NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.220.

²⁵⁰⁸ *Idem, ibidem*, p.222.

²⁵⁰⁹ *Idem, ibidem*, pp.223-224.

²⁵¹⁰ ANTT, IOP, Livro 25, p.101 e p.163. 14 de Outubro e 23 de Novembro de 1844.

²⁵¹¹ Juntamente com um aprendiz proveniente de Lisboa, Vicente José Ribeiro. SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha...*, 2001, *op.cit.*, p.113.

Um pouco à semelhança do antigo Inspector Geral, também Bento Fava terá tido, a par do Director Aquino e Sousa, uma intervenção efectiva nas soluções encontradas para “compor” os vitrais, algo patente no ofício que enviava a este respeito dos vitrais da capela-mor:

“(…) Tendo recebido o desenho que VS.^a me enviou com o seu officio N.º66 relativo aos caixilhos das 4 grandes janellas da Capella Mór, incluzo lh’o devolvo junto com outro em que as cores são combinadas de um differente modo, afim de q. VS.^a empregue aquelle que lhe parecer que fará melhor effeito. (...)”²⁵¹².

Embora insipiente, quando comparada com o projecto e intervenção de Mouzinho de Albuquerque, estas atitudes provam que as intenções e sua concretização foram sendo adaptadas à realidade presente, fazendo com que os seus sucessores, tivessem algum arbítrio sobre pequenos pormenores que se podiam revelar de maior ou menor importância.

Apesar deste documento, segundo refere Maria João Neto, só em Novembro de 1850 foram retomadas as obras de restauro das vidraças pelo artífice José Maria do Céu – novo mestre de vidraças a partir de Julho daquele ano²⁵¹³ – mestre que ali trabalhará sozinho durante vários anos, ao longo de toda a década de 50²⁵¹⁴, passando em 1878 a ser auxiliado por Joaquim Maria do Céu, o qual por sua vez, no último quartel de oitocentos, passará a ser responsável pelo ofício, tendo em 1898 António Maria do Céu como aprendiz²⁵¹⁵, uma dinastia que demonstra a forma baseada na tradição familiar, como se subia nos ofícios, e como a arte era passada entre gerações.

Em 1851 os trabalhos pareciam estar em pleno andamento com José Céu a ser chamado para explicar o envidraçamento e a ser enviado o desenho dos caixilhos e envidraçamento das janelas do cruzeiro da Igreja Monumental²⁵¹⁶. Nesse mesmo ano eram envidraçadas todas as janelas de 2ª ordem daquela igreja, e eram restaurados os vitrais da Casa do Capítulo²⁵¹⁷. No ano seguinte, em que os trabalhos se terão efectivado, era pedido material para o envidraçamento de quatro janelas da Capela-mor e das duas do arco cruzeiro, nomeadamente, vidros de cor²⁵¹⁸; era feito um medalhão com a representação de D. João I e outro com o *hábito da Jarreteira*²⁵¹⁹, ao mesmo tempo que eram realizados outros trabalhos na Capela do Fundador e na Casa do

²⁵¹² ANTT, IOP, Livro 63, fls.164-164vs. 8 de Agosto de 1846.

²⁵¹³ SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha...*, 2001, *op.cit.*, p.113.

²⁵¹⁴ *Idem, ibidem.*

²⁵¹⁵ NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.162.

²⁵¹⁶ AMB, PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 6/47 e PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 6/48. Direcção das Obras Públicas no Distrito de Leiria. 25 e 30 de Junho de 1851.

²⁵¹⁷ NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.220.

²⁵¹⁸ AMB, PT/AMB/COR/CX 2/MÇ 1/33 e PT/AMB/COR/CX 2/MÇ 1/36. 12 e 19 de Junho de 1852.

²⁵¹⁹ NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.220.

Capítulo. Os anos seguintes foram de muito trabalho com a realização de dezenas de medalhões, realização de dois *painéis de ornato* para a capela-mor, novos painéis para a Capela do Fundador, entre muitos outros²⁵²⁰, um pouco por todo o edifício, onde existissem janelas ou frestas. Terá sido para a formação de José Ceó, “*Vidraceiro-Pintor*” que em 1856 foi requisitada à Academia de Belas-Artes de Lisboa a “*collecção de principios de Desenho*”²⁵²¹, necessidade talvez reconhecida pelos últimos trabalhos realizados e por aqueles que se avizinhavam.

O reaproveitamento de vidros antigos continuava a ser norma. Em Janeiro de 1859, na Capela do Fundador o vidraceiro “*tirou os vidros das antigas janelas e principiou a corta-los para servirem nas novas janelas de cantaria*”²⁵²², trabalhos que prosseguiram nos anos seguintes. No entanto, o emprego de vidros novos, provenientes da Fábrica de Vidros da Marinha Grande, seria elevado: em Março de 1859, por exemplo, era dada ordem para ser posta à disposição do Director das Obras Públicas do Distrito de Leiria, 2 caixas de vidro branco, 20 caixas de vidro azul, 20 de vidro amarelo, 20 de vidro verde e 20 de vidro roxo²⁵²³.

No “*Resumo dos trabalhos feitos no edifício monumental da Batalha desde 7 de Novembro de 1840 até Julho de 1861*”, era relatada de forma básica os trabalhos realizados também nos vitrais durante essas duas décadas:

*“As janellas da Igreja estavam de todo arruinadas (...) foi preciso apea-las todas fazer-lhes as peças que lhe faltavão, aproveitar das Antigas o que hera susseptivel de aproveitamento e assentalas no seu lugar, com as competentes caixilharias de Madeira e Vidros, com seus medalhões, tirados (...) das Antigas vidraças, as genellas do Cruzeiro se ornarão (...) na parte superior com caixilharias de Madeira envidraçadas com medalhões tambem aproveitadas dos que se acharão das Antigas Vidraças (...). (...) consertarão-se as frestas superiores da Capella Mor (...), concertarão-se os vidros antigos que têm e se assentarão nas dictas ficando estas restauradas (...). (...) apeou-se e consertou-se a Cantaria da janella da Casa do Capitulo, assim como tambem se consertarão as bellas Vidraças desta janella, a qual se acha prompta e completo o seu restauro, (...)”*²⁵²⁴.

²⁵²⁰ Acerca dos vários trabalhos realizados ao longo dos anos vide NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, pp.213-261.

²⁵²¹ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº 433, de 30 de Janeiro de 1856, fl.156vs.

²⁵²² NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.227.

²⁵²³ AHE, AITC, DGOP RT/ROP 2.1, fl.71. 28 de Março de 1859. No mesmo ano o Director das Obras Públicas de Leiria requisitaria ainda “quarenta arrobas de vidro branco, para a obra da reparação do Monumento da Batalha”. 26 de Dezembro de 1859. *Ibidem*, fl.50vs. AHE, AITC, DGOP RT/ROP 2.1 fl.50vs.

²⁵²⁴ *Apud* NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, pp.197-198.

Nas próximas décadas os trabalhos continuaram.

Segundo dados presentes na documentação e apresentados por Clara Moura Soares, os vidraceiros totalizaram apenas 2% do total da mão-de-obra interveniente no restauro do monumento, referenciados apenas quando as obras permitiam a realização dos seus trabalhos²⁵²⁵. Ao longo de toda a empreitada apenas terão existido três mestres vidraceiros, sendo referenciados apenas cinco aprendizes durante o longo período de 1840-1900²⁵²⁶.

Como refere Maria João Neto, a respeito da igreja “os vitrais sofreram muitas modificações, desde os que de novo foram montados com uma técnica imprópria, à base de vidros de cor e símbolos despropositados, até ao restauro dos ditos originais que tiveram achegas de simples artífices não especializados”²⁵²⁷.

Pela proximidade da e com a obra, é provável que a Fábrica de Vidros da Marinha Grande tenha tido um papel activo²⁵²⁸, embora indirecto, nos trabalhos. Adquirida, e com Alvará, desde 1769, a antiga fábrica de Guilherme Stephens foi legada ao Estado em 1826. Laborando desde o início, com mestres especializados na indústria do vidro, vindos de Inglaterra e especialistas genoveses, a fábrica empregou muitos operários. Nas condições do Alvará de 1769, a 3ª condição ordenava: “*A mesma Fabrica conservará sempre seis Aprendizizes Portuguezes, os quaes estarão precisamente cinco annos a aprender toda a qualidade de manufactura relativa a esta Fabrica, que os Mestres serão obrigados a ensinar-lhes sem reserva de segredo algum (...)*”²⁵²⁹. Embora a fábrica se dedicasse ao fabrico de vidro, ali existiriam certamente alguns conhecimentos acerca dos materiais, utilização, aplicação, alguns dos quais provenientes dos mestres ingleses e genoveses trazidos por Stephens...

Apesar dos cuidados transmitidos por Mouzinho de Albuquerque nas suas Instruções, muito se terá perdido. No último quartel do século XIX, Joaquim de Vasconcelos referia que uma grande quantidade de fragmentos de vitral, na localidade, e outros grupos menores, estariam em mãos de particulares; segundo ele “*Na Batalha cada um levou o que quis dos restos das vidraças lançadas a monte, para se consertarem – um dia; isto sucedeu até há pouco*”²⁵³⁰. E, em 1900, P. Loureiro publicava o fragmento de uma peça pertencente ao friso visível na base do trono da Regina Coeli da capela-mor, informando então que o recolhera na Batalha havia cerca de trinta

²⁵²⁵ SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha...*, 2001, *op.cit.*, p.112.

²⁵²⁶ *Idem, ibidem.*

²⁵²⁷ NETO, *James Murphy...*, 1997, *op.cit.*, p.118.

²⁵²⁸ SOARES, *O Restauro do Mosteiro da Batalha...*, 2001, *op.cit.*, p.192.

²⁵²⁹ Alvará Régio de 7 de Julho de 1769. SILVA, Antonio Delgado da, *Supplemento á Collecção de Legislação Portuguesa... (...) Anno de 1763 a 1790*, Lisboa, Typ. de Luiz Correa da Cunha, 1844, pp.212-215.

²⁵³⁰ *Apud* REDOL, *Os Vitrais dos séculos XV e XVI ...*, 1999, *op.cit.*, p.25.

anos, encontrando “*por baixo d’algumas janellas, bocados de vidro pintados, provenientes das vidraças que os invasores [franceses] tinham quebrado*”²⁵³¹...

²⁵³¹ *Apud idem, ibidem.*

Capítulo VI

Património artístico e casas
conventuais:
Destinos e Reutilizações

1. Os principais destinos dos quadros do DLEC

Criado com o objectivo de ser uma espécie de plataforma logística de reunião e distribuição de livrarias e pinturas dos extintos conventos, interessava ao Estado, “arquitecto” do Depósito de São Francisco da Cidade, que daí saísse material valioso destinado a fomentar os seus grandes e sucessivos projectos: as Academias de Belas-Artes, um Museu Nacional, uma galeria de pintura, bibliotecas e museus distritais...

A selecção das melhores pinturas, realizada pela Academia de Belas-Artes de Lisboa, reuniria um conjunto, relativamente restrito, de pouco mais de meio milhar de obras, que permaneceriam sob a sua alçada, aguardando o estabelecimento de uma galeria condigna, algo que só se concretizaria na década de 60 de oitocentos. Mas, se neste caso, o destino estaria já traçado, restava um grande número, rejeitado e devolvido ao DLEC que, ainda não totalmente descartado, não podia continuar indefinidamente guardado.

Como foi abordado em capítulos anteriores, a saída de pinturas “secundárias” do DLEC vai ser um processo que vai ocorrer, com maior ou menor intensidade ao longo de anos, justificada pelo próprio cariz daquele organismo, pela aparente pouca importância das obras que restavam das escolhas realizadas pela Academia de Belas-Artes de Lisboa e, em grande medida, pela falta de espaço e deficientes condições de conservação que a antiga casa religiosa, onde estavam armazenadas, oferecia.

Apesar de, como referido em capítulo anterior, já no tempo do Doutor Nunes de Carvalho terem saído alguns quadros do DLEC, foi essencialmente, a partir de 1838, que se deu a sua distribuição por entidades civis e religiosas.

No caso destas, é curioso verificar-se a transferência do Regular para o Secular, com pinturas de conventos, a entrarem, nomeadamente, em igrejas; situação que vai ser comum, e que constituirá o destino maioritário do elevado número de quadros sacros que se encontravam recolhidos.

Sem capacidade e condições para reter as pinturas arrecadadas, existiu nos vários dirigentes do Depósito, e da Biblioteca Nacional, a preocupação de transferir essa responsabilidade para outras mãos.

É no final de 1837, que a CADLEC transmite à Rainha a conveniência de fazer “*evacua lo dos muitos Quadros insignificantes, e quasi de nenhum valôr que o atulhão, procedendo se á distribuição delles, pelas Igrejas, Casas de Camara w^a que os acceitem (...)*”²⁵³², vindo a ser

²⁵³² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de officios expedidos, pp. 90-91. 12 de Dezembro de 1837.

para isso autorizada a 9 de Janeiro de 1838, por portaria que não deixaria de chamar a atenção de que deviam ser formados inventários e serem cobrados recibos dos quadros que fossem distribuídos ²⁵³³.

Em Julho de 1838, vemos diversos ofícios serem expedidos com essa finalidade para as paróquias de Lisboa e Termo:

“(…) que no caso de necessitar essa Parochia de alguns quadros sacros para adorno dos Altares da respectiva Igreja, pode V S.^a mandar escolhe. los a este Deposito, a fim de lhe serem entregues, mediante o competente recibo. (…)”

E para a Câmara de Lisboa e Câmaras Municipais da Comarca exterior de Lisboa:

“(…) no caso de carecerem as Salas dessa Camara p.^a seu adorno de alguns quadros de assumpto sacro ou profano pode V Ex.^a manda los escolher a este Deposito (…)”²⁵³⁴.

De salientar que os quadros de assunto profano seriam de número reduzido, cremos que, maioritariamente, retratos de monarcas.

Logo, tentar-se-ia estabelecer a forma como o processo se ia realizar:

“1.º Quanto á escolha dos quadros para as Parochias, e Camaras – que os Encarregados venhão em todos os dias escolher [“pondo rótulos nos q. escolherem”²⁵³⁵] – que a relação dos objectos escolhidos vá a censurar á Secção d’Artes para ulteriormente se resolver a sua sahida – Ficou para a proxima Sessão, decidir-se se devia estabelecer-se um praso para a concorrência dos interessados afim de se respeitarem razões de preferência e seguir a ordem das datas da escolha (…)”²⁵³⁶.

Apesar de ter sido definida, nesta altura, a censura pela Secção d’Artes, em Maio de 1839 a CADLEC resolveria em Sessão *“que nenhuns Quadros mais se podessem entregar sem que a relação dos q. se pedissem ou escolhessem fosse previam.^{te} examinada pela Comissão. (…)”*, sinal que nem tudo estaria a ser cumprido²⁵³⁷. Neste ano, encontra-se, pontualmente mencionada, uma designada *Comissão de Revisão*²⁵³⁸, que desempenharia a função de “examinadora” das pinturas requisitadas.

²⁵³³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/Cx01-01. 9 de Janeiro de 1838, Ministério do Reino, assinada pelo Ministro de então, Júlio Gomes da Silva Sanches.

²⁵³⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador..., pp.127-128. 10 de Julho de 1838.

²⁵³⁵ BNP, AH, BN/DLEC/AC/INC/11/Cx02-01. Sessão em 21 de Agosto.

²⁵³⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão ? de agosto de 1838; e BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02, pp.103-104.

²⁵³⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 28 de Maio de 1839.

²⁵³⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessões em 17 de Setembro e 8 de Outubro de 1839.

Em Julho de 1840, a CADLEC, ciente de que ainda existiriam quadros *de merecimento* entre os que guardava, propunha novo exame à Academia de Belas-Artes, depois do qual, devia ser repetido em *Diário do Governo*, anúncio da sua distribuição por igrejas e Câmaras, para que viessem “*escolher os que quisessem*”²⁵³⁹. Aparentemente, tal só seria concretizado em Março de 1841, quando se estabeleceu esta publicação para avisar aquelas entidades que “*p.^a ornato ou culto das m.^{mas} precisassem alg.^s Quadros q podião mandar recebelos a este Deposito*”²⁵⁴⁰. Como veremos já de seguida, seriam muitos os quadros distribuídos, no entanto, não os suficientes.

Em Março de 1852, após ofício do Bibliotecário-Mor, o Conselho da Biblioteca Nacional de Lisboa era autorizado a entregar ao Cardeal Patriarca de Lisboa os quadros sacros ainda existentes no Depósito, com a finalidade de estes serem distribuídos por aquela entidade eclesiástica, às igrejas que deles necessitassem²⁵⁴¹.

1.1. Do Regular para o Secular

A saída de pinturas para as igrejas foi normal e envolveu números bastante significativos. A falta de verbas associada a um depauperamento do seu património, resultante das invasões francesas e da guerra civil, vinham encontrar nesta redistribuição de património, uma hipótese de dignificar os templos.

O desejo de “*promover o culto e esplendor*” das igrejas, “*ornando-a[s] de objectos dignos de reverencia e devoção*”²⁵⁴², levaria as paróquias a aproveitarem as ofertas feitas pelos responsáveis do Depósito de São Francisco da Cidade e a candidatarem-se mesmo, a obras existentes na Academia de Belas-Artes de Lisboa.

Vemos assim, nos anos finais da década de 30 de oitocentos saírem numerosos quadros que, mantendo-se na esfera religiosa, continuavam, de alguma forma, a ser descontextualizados mas a escaparem ao mau depósito, em S. Francisco da Cidade. O número de pinturas entregue e a forma como foi realizada deixam perceber o património envolvido e o controlo que se tentou estabelecer, aparentemente não tão rígido quanto necessário, mas revelador e adequado às circunstâncias, visto muitas obras não conterem número de inventário e desconhecer-se a sua origem.

²⁵³⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 7 de Julho de 1840.

²⁵⁴⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 9 de Março de 1841.

²⁵⁴¹ BNP, AH, BN/DGA/05/Cx 01 Correspondência recebida. Era também autorizado a entregar ao Cardeal Patriarca, retratos dos Patriarcas seus antecessores. Portaria do Ministério do Reino de 6 de Março de 1852.

²⁵⁴² BNP, AH, BN/CR/ 05/ Cx02 Portarias. 19 de Abril de 1840 (?). Ministério do Reino remetendo requerimento do Pároco da Freguesia de Valada, Distrito de Santarém.

Em 2 de Outubro de 1838, a CADLEC entregaria para ornato da “*Parochial Igreja e Collegiada de S.^{ta} Cruz do Castello de Lisboa*”, um grande conjunto de quadros sacros, sessenta, com temas tão variados como *O Baptismo de Christo*, *o enterro do Senhor*, *O Menino Jesus no Prezepio*, *S. Jeronimo*, *Adoração dos Reis*, *St.^o André*, entre muitos outros²⁵⁴³. Não era feita menção a número de inventário ou autores, sendo apenas mencionado o tema e a medida em palmos.

No mesmo dia seriam entregues, da mesma forma, ao Prior da Igreja Paroquial de Santa Catarina, Francisco José Pinto, vinte e seis painéis, igualmente sacros²⁵⁴⁴.

Só nesta data, foi entregue um total de oitenta e seis pinturas, número a que se somariam outras, cedidas no mesmo mês, um dos com maior escoamento, como pode ser comprovado nas tabelas que apresentamos mais à frente.

Foram várias as paróquias, nomeadamente, de Lisboa, a recorrer ao Depósito. O Prior da igreja de S. Nicolau apresentará requerimento de alguns quadros sacros para ornato da igreja²⁵⁴⁵, assim como a Junta de paróquia da Freguesia de Santa Maria Magdalena, que pediu que lhe fossem entregues dois quadros²⁵⁴⁶, o que se concretizou em Janeiro de 1842²⁵⁴⁷. Para esta igreja paroquial tinham já seguido 34 quadros, em duas remessas em Outubro de 1838²⁵⁴⁸. Nesse mesmo mês e ano saíam 37 pinturas para a Igreja Paroquial da Ajuda²⁵⁴⁹, 10 para a Igreja Paroquial de S. Pedro em Alcântara²⁵⁵⁰, e 38 para a Ermida de S. Roque, dentro do Arsenal da

²⁵⁴³ 2 de Outubro de 1838. *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos relativos à Recolha e Distribuição de Quadros e Livros. Após a extinção dos conventos. 2ª parte. IV*, Lisboa, 1939, Doc.III, pp.2-4.

²⁵⁴⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04. 2 de Outubro de 1838. “Relação dos Painéis q forão para a Igreja Paroquial de Santa Catharina desta Cidade; a s.^{er}” e Recibo passado pelo Prior. Entre eles constava uma *cabeça de Holfernes*, *o Baptismo do Senhor*, uma *Aduração dos Reis*.

²⁵⁴⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02, N.º35. 24 de Novembro de 1840.

²⁵⁴⁶ 13 de Novembro de 1841 BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/04/Cx01-02, p.154 e BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04, p.250. 11 de Dezembro de 1841.

²⁵⁴⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. A 13 de Janeiro de 1842 o Presidente da Junta de Paróquia, Fortunato Jozé de Souza recebeu do Bibliotecário-Mor, Vasco Pinto de Balsemão dois quadros mandados entregar por portaria do Ministério do Reino. Eram eles “um de Santo Antonio, e outro de São Sebastião”, que haviam pertencido á ext.^a Casa da Índia”.

²⁵⁴⁸ Relações de Quadros, datadas de 9 e 16 de Outubro de 1838. Todas as pinturas se encontram identificadas (nº de depósito, quando existe, tema e medidas); entre elas encontravam-se, por exemplo, um *S. Feliz*, *D. Afonso 4.º dando a regra aos Cruzios*, e um *Nascimento do Menino Jesus*. *Boletim da Academia....2ª parte. IV*, 1939, *op.cit.*, Docs. VII e XI, p.10 e p.13.

²⁵⁴⁹ 16 de Outubro de 1838. *Idem, ibidem*, Doc. X, pp.11-12. Para esta igreja paroquial da Ajuda, entre os trinta e sete quadros encontravam-se sete que representavam o “Pasço de São Bento”, os quais, à semelhança de mais onze, não apresentavam nº de depósito.

²⁵⁵⁰ 23 de Outubro de 1838. *Idem, ibidem*, Doc. XIII, p.15. Todos com a temática referenciada, cinco sem nº de depósito.

Marinha²⁵⁵¹, a que se somariam, pelo menos mais 15, em Novembro, destinadas à igreja paroquial da Ameixoeira²⁵⁵².

No final de 1844, 33 pinturas foram recebidas pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Ressurreição, da Real Capela de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa²⁵⁵³, após um processo que, como já vimos no Cap. IV (ponto 1.7), quando tratámos da gestão do acervo pictórico, causaria inicialmente, alguma desconfiança e cuidados por parte do Bibliotecário José Feliciano de Castilho, devido ao facto de, para além do delegado daquela Irmandade ter, estranhamente, escolhido numerosos quadros históricos para a Sala de Conferências, tratar-se de uma *quantidade prodigiosa de painéis*, entre os quais os melhores que restavam no Depósito²⁵⁵⁴. Apesar de, no final, os quadros terem sido concedidos à Irmandade, ficando, à semelhança de outros casos, obrigada a restituí-los assim que lhes fossem pedidos, eram evidenciados especiais cuidados com eventuais intervenções de restauro realizadas²⁵⁵⁵. Do lote, cuja descrição apenas incluía os temas e as medidas, encontravam-se vários retratos de bispos, dois quadros da *Paixão de Christo*, uma *Nossa Senhora da Cadeira*, um *Santo Antonio recebendo o Menino*, um *São Jeronimo*, entre muitos outros²⁵⁵⁶.

A Freguesia da Lapa, numa situação que aprofundámos em capítulo anterior²⁵⁵⁷, foi outra das beneficiadas²⁵⁵⁸. Já em 1863 a Irmandade do Senhor Jesus dos Triunfos, erigida no sítio da Fonte Santa (S. Pedro, Alcântara), receberia seis quadros em mau estado, ficando obrigada a mandá-los restaurar²⁵⁵⁹.

²⁵⁵¹ Escolhidos por Lourenço de Sousa, procurador da Irmandade. *Idem, ibidem*, Doc. XIV, pp.16-17. Todos com a temática referenciada, dezassete sem nº de depósito.

²⁵⁵² Escolhidos e separados pelo Reverendo Manoel Ferreira de Santa Gertrudes. *Idem, ibidem*, Doc. XVI, p.19. Todos com a temática referenciada, cinco sem nº de depósito.

²⁵⁵³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 4 de Dezembro de 1844. Recibo de assinado por Joaquim da Costa Pereira, procurador da Mesa da Irmandade.

²⁵⁵⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 25 de Março de 1844 – “Offício para o Ministerio do Reino dando parte do cumprimento que se deu á Portaria de 27 de Janº ultimo, que manda entregar uns Quadros á Irme. de S. S. da Conceição”.

²⁵⁵⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 4 de Dezembro de 1844. Recibo de assinado por Joaquim da Costa Pereira, procurador da Mesa da Irmandade. Acerca destes cuidados *vide* Capítulo V (ex.pp.606-607).

²⁵⁵⁶ *Idem, ibidem*.

²⁵⁵⁷ *Vide* pp.394-395.

²⁵⁵⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01 N°52, 4 de Outubro de 1845; 6 de Outubro de 1845, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01; 17 de Novembro de 1845 e 2 de Dezembro de 1845 BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01 N°65. Quando o Ministério do Reino pede informações acerca dos quadros, pedidos no requerimento da Irmandade eles já estão na posse desta havia mais de um mês. Tratava-se de uma *Cea do Senhor* e um *Descendimt.º da Cruz*.

²⁵⁵⁹ Acerca deste assunto *vide* cap.V, p.607, 5 e 24 de Março de 1863 BNP, AH, BN/DGA/05, Cx03, mç03; 26 de Março de 1863 (recibo) BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. Deste recibo constam: “N°601 = S. Dom[ingos] e S. Fran[cisco] |261 = O Nascimento do Menino |289 = O Menino Entre os Doutores |15 S. Bernardo |Assunção de Nossa Senhora”.

A pobreza das igrejas requerentes, a par com a dignidade do culto, seriam os argumentos utilizados para justificar os seus pedidos. A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de S. Jorge, em Lisboa – templo que tinha mudado de local, em consequência do terramoto de 1755, e que só tinha sido concluído havia poucos anos – exporá “*a falta de um retabulo por trás do altár mór, p.^r fexe a entráda do thronno do SS^{mo} Sacram^{to}, q. quando não está exposto é suprida por umas insignificantes cortinas de algodão q. fazem um sensivel contraste com a ellegancia e primôr do templo*”, lembrando que aquela era uma das paróquias mais pobres de Lisboa, sem capacidade de suportar uma despesa daquele tipo²⁵⁶⁰. Estas circunstâncias são colocadas em evidência no ofício enviado pelo Bibliotecário-Mor para o Ministério do Reino a pedir autorização para entregar “*um quadro ou retábulo para o Altar Mór da d^a Eg.*”²⁵⁶¹.

Esta Irmandade receberá em Julho de 1845 dois quadros para a igreja –

“ambos pintados a oleo, sobre panno, que representa um, a ceia do Senhor, com quatorze palmos e uma polegada d’altura e quatorze palmos de largura; e outro representando a SS.^{ma} Trindade; com dez palmos e trez polgadas e meia de largura e nove palmos e cinco polgadas d’altura”

– ficando, à semelhança do que habitualmente sucedia, obrigada pelo Termo de entrega “*a restituir os sobreditos quadros, no mesmo estado em que os recebiam, logo que lhes fossem pedidos*”²⁵⁶².

Publicitada a entrega de quadros pela CADLEC, em Julho de 1838, o Prior da Paróquia de Santa Maria dos Olivais, terá na altura chegado a escolher trinta Quadros Sacros “*nos quaes pôs o signal = Olivaes =*”, no entanto, as circunstâncias, “*motivadas pela falta de meios da Irmandade*”, obrigaram “*a sobre estar aquella conducção dos quadros escolhidos*”.

Estes factos, são expostos à Rainha oito anos depois, em Julho de 1846, pelos *Irmãos Mesarios da Real Irmandade do Santissimo Sacramento da Freguezia de Santa Maria dos Olivaes* – da qual era *Juiz Perpetuo ElRei o Senhor D. Fernando* – numa altura em que a dita irmandade ia “*Reformar, e concertar a ditta Freguezia, segundo suas forças pecuniarias*” e precisava “*ornar a capella Mór, e corpo da Igreja*”. Solicitavam que fosse ordenado que o Bibliotecário lhes

²⁵⁶⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/10/Cx04-04. 1844.

²⁵⁶¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01. 13 de Agosto. N.º 41 “...Na presença de taes circunstancias e de V. Ex.^a não mandar o contrario se-lhe –entregará o quadro que fôr conveniente, para o fim a que se destina, em o 1.º de Setembro proximo, assignando termo de responsabilidade com as formalidades praticadas em taes entregas. (...)”.

²⁵⁶² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 5 de Julho de 1845.

*“mande entregar os ditos trinta Quadros, marcados com o titulo da Freguezia = Olivaes = E quando estes já não existão visto ter decorrido annos, se possão escolher outros que prefação aquelle numero (...)”*²⁵⁶³.

A posterior informação do Bibliotecário-Mor (António d’Oliveira Marreca) ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Duque de Palmela será *“Não encontro objecção que oppor ao pedido dos supp.^{tes}, uma vez que pessoa, por elles legalmente authorisada, venha de novo escolher os mesmos quadros (...)”*, acabando o pedido deferido por aquele ministério por portaria de 19 de Agosto²⁵⁶⁴.

A 24 de Agosto de 1846 seriam entregues à Irmandade 30 quadros sacros, entre os quais, 4 da Vida de S. Paulo, *Um Santo em um leito de flores*, *N. Senhora aparecendo a S. Domingos*, e *Moyses achado no rio*²⁵⁶⁵.

No caso de igrejas (ou câmaras) mais distantes da capital, era normal a nomeação de procuradores, que ficavam muitas vezes encarregues da escolha e recebimento dos quadros. Nota-se uma especial procura por igrejas da margem sul do Tejo, apesar de também ser possível encontrar, um pedido de treze quadros por parte do Pároco de Valada, Santarém²⁵⁶⁶, ou até mesmo, já em 1851, de Soure. Ainda em 1836, existe o registo de um pedido do norte (único), mais propriamente da Câmara Municipal de Punhete requerendo três quadros do DLEC para a igreja paroquial daquela vila²⁵⁶⁷.

O Barreiro seria um dos grandes “clientes” do Depósito de São Francisco, quer, como veremos mais à frente, a nível da Câmara Municipal, quer das suas igrejas.

²⁵⁶³ ANTT, MR, Mç 3723 – D. G. Instrução Pública, 1ª Repartição, Biblioteca Pública 1827-[1850] 2 cx. 31 de Julho de 1838 - 22 de Julho de 1846.

²⁵⁶⁴ ANTT, MR, Mç 3723 – D. G. Instrução Pública, 1ª Repartição, Biblioteca Pública 1827-[1850] 2 Cx.

²⁵⁶⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 24 de Agosto de 1846. Recibo e relação dos quadros para a Irmandade do S. Sacramento da Freguesia de Santa Maria dos Olivais (Nº143). Todos os quadros da relação encontram-se identificados a nível de tema, mas não é feita referência a número de inventário, autoria ou convento de origem. A única informação extra facultada é a medida, em palmos e polegadas. “A Cêa; O Senr Morto; S. Paulo; N. Senhora aparecendo a S. Domingos; O Senhor indo para o Calvario; O Menino entre os Doutores; A Annunciação de N. senhora; Da Vida de N. Senhora 5 quadros; Um Santo em um leito de flores; O Coração de Jesus; Moyses achado no rio; O Nascimento do Menino; O senhor caminhando p.^a o Calvario; O Senhor prêzo á Columna; S. Domingos; Santo Christo; A adoração dos Rêis; N. S. das Dores; A Annunciação de N. Senhora; N. S. da Conceição; S. Paulo; Da vida de S. Paulo 4 quadros; S. Sebastião”.

²⁵⁶⁶ BNP, AH, BN/CR/ 05/ Cx02 Portarias. 19 de Abril de 1840 (?) Ministério do Reino remetendo requerimento do Pároco da Freguesia de Valada, Distrito de Santarém.

²⁵⁶⁷ ANTT, MR, Livro 1764 – Registo de correspondência recebida (4ª Rep) 1836. Dezembro de 1836-2 de Janeiro de 1837 (Portaria do Ministério do Reino à CADLEC). Não encontramos referência na documentação existente no Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional. O facto de o pedido ter ocorrido num período de transição para a CADLEC ajudará a justificar esta ausência.

A igreja Paroquial do Barreiro, foi o destino, em 9 de Outubro, de 45 quadros sacros²⁵⁶⁸, data em que também iriam 23 para a igreja de Nossa Senhora do Rosário, aos quais se juntariam mais 19, a 30 do mesmo mês²⁵⁶⁹.

Em 1839 foram deferidos vários pedidos, depois de avaliados, nomeadamente, pela designada *Comissão de Revisão* (eram concedidos os quadros aprovados), como os do Pároco da Freguesia de Nossa Senhora da Consolação do Castelo de Sesimbra, do Prior de São Bartolomeu da Charneca, a do Juiz e Mesários da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Ressurreição (na Capela de N. Senhora da Conceição, Lisboa), ou a do Pároco da Sé²⁵⁷⁰. No caso de Sesimbra, em que foi apresentado mais do que um requerimento, foi António Roberto, mestre barbeiro, morador em Lisboa, a levantar os painéis e a passar o respectivo recibo²⁵⁷¹. Denota-se que nas relações datadas de 8 e 9 de Outubro de 1839 (S. Bartolomeu da Charneca e N. Senhora da Consolação, Sesimbra), nas quais todas as pinturas apresentam número de depósito (inventário), procuram fazer referência aos “*Conventos a que pertencião*”²⁵⁷². Ou não foram colocados *idens*, o que não parece que tenha ocorrido, ou a existência do referido nº não era garante da identificação da origem, uma vez que em mais de metade, não surge qualquer indicação.

À igreja de Nossa Senhora da Consolação iria ter “*hum quadro da venção da St^a Crus com treze palmos e meio de altura e nove e meio de largo pertencia ao convento do Espirito Santo de Euera*”²⁵⁷³ após pedido do Prior, Fernando Eugenio da Silva, de

“*hum que (...) ceja em ponto maior para ter lugar na boca do Trono com a Embocação de N. Senhora e no Cazo de noo haver com outra qualquer embocação*”²⁵⁷⁴.

²⁵⁶⁸ 9 de Outubro de 1838. *Boletim da Academia....2ª parte. IV*, 1939, *op.cit.*, Doc. V, pp.6-7. Todos os quadros constantes da relação não apresentam número “De Depósito” (inventário), mas todos referem os “Objectos que Representão” (tema) e “Medida em palmos” (Altura e Largura). Para a igreja matriz seguiria também, na mesma data, “*hum Imagem do Senhor Curceficado em vulto grande*”. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01.

²⁵⁶⁹ Relações de quadros, datadas de 9 e 30 de Outubro de 1839. Os quadros foram escolhidos e separados pelo secretário Francisco Justino de Castro Guimaraens e pelo procurador João Paixão Bizio. *Boletim da Academia....2ª parte. IV*, 1939, *op.cit.*, Docs. VII e XV, p.9 e p.18. As Relações são apresentadas dentro dos mesmos moldes; no caso destas, são apresentados alguns números de depósito.

²⁵⁷⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02 e BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. 26 de Fevereiro e 26 de Março, 17 de Setembro, 8 e 15 de Outubro de 1839.

²⁵⁷¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02. 10 de Setembro de 1839.

²⁵⁷² 8 e 9 de Outubro de 1839, *Boletim da Academia....2ª parte. IV*, 1939, *op.cit.*, Docs. XXI e XXII, pp.22-23.

²⁵⁷³ Recibo datado de 22 de Outubro de 1839. Requerimento à Comissão, e deferimento (a 15 de Outubro de 1839) BN/DLEC/08/Cx04-02 (original) ou BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03 (Cópia dactilografada).

²⁵⁷⁴ BNP, AH, BN/DLEC/08/Cx04-02 (original) ou BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03 (Cópia dactilografada). Requerimento à Comissão, e deferimento (a 15 de Outubro de 1839). Nesta entrega, na qual foi passado um simples recibo, não se fez menção a nº de depósito, mas constava como já referimos a temática e a proveniência, assim como a medida.

Para Sesimbra seguiriam ainda mais pinturas, pedidas pelo mesmo prior, destinadas à Ermida da Senhora Santa Ana²⁵⁷⁵.

Quanto a Soure, como já vimos em capítulo anterior²⁵⁷⁶, chegariam, em 1851, requerimentos do Pároco e Junta de Paróquia de São Tiago e do Provedor e Irmãos da Santa Casa da Misericórdia, para que lhes fossem concedidos quadros sacros “*para ornamento dos dois templos, da Parochia e Miziricordia, e suas Sacristias*”²⁵⁷⁷. Após portaria de 2 de Dezembro de 1851²⁵⁷⁸, era recebida procuração em nome de Joze Joaquim de Freitas, residente em Lisboa²⁵⁷⁹, para fazer a escolha das pinturas.

Ao contrário de algumas das Relações anteriores, a realizada aquando da entrega das pinturas, neste caso “em depósito”, não continha qualquer número “*De Depósito*” (inventário DLEC). Pelo facto de ser um destino mais longínquo do que o habitual e, pelos destinatários envolvidos, achámos interessante a sua transcrição:

“*Relação dos quadros (...)*”

Para a Misericórdia.

A Ceia de Christo, quadro de onze palmos d’alto, e desenove de largo.

A Samaritana – dito de onze palmos d’alto e nove de largo.

A Assumpção da Virgem – dito de sete e meio palmos de alto, e seis e meio de largo.

S. Francisco – dito de oito palmos de alto, e quatro e meio de largo.

O Senhor Crucificado – dito de oito palmos de alto, quatro e meio de largo.

S. José – dito de quatro palmos e meio d’alto, e tres e meio de largura.

Santo Isidoro – dito de cinco palmos d’alto e tres e meio de largura.

Santo Antonio – dito de quatro e meio palmos de altura, e tres e tres quartos de largo.

Os Desposorios de Nossa S. – dito de tres e meio palmos de alto, e dois de largo.

S. Raymundo – dito de dois palmos e meio de alto, e dois de largo.

S. Jeronymo – dito de trez palmos e tres quartos d’alto, e dois e meio de largo.

S. Bernardo – dito de oito palmos e meio d’alto, e cinco de largo.

Para S. Thiago.

²⁵⁷⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02, N°34. 28 de Julho de 1840. Deferido. Seriam entregues a 23 de Outubro do mesmo ano. A Relação dos quadros, contém todos os n°s de depósito, as temáticas, as medidas e era ainda feita referência a algumas das proveniências. *Boletim da Academia....2ª parte. IV*, 1939, *op.cit.*, Doc. XXVIII, p.28.

²⁵⁷⁶ Capítulo IV, pp.397-398.

²⁵⁷⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01, Doc. n°72. 27 de Novembro de 1851. Ofício do Bibliotecário-Mor, Canaes de Figueiredo Castello Branco ao Secretário Geral do Ministério do Reino, Joaquim José Ferreira Pinto da Fosneca Telles, acerca da conveniência de sere, cedidos os quadros.

²⁵⁷⁸ BNP, AH, BN/DGA/05 Cx 01 Correspondência recebida.

²⁵⁷⁹ BNP, Res. Mss.216, N°33. 13 de Dezembro de 1851.

O Senhor da cana-verde – quadro de sete palmos de alto, e cinco de largura.
A Assumpção da Virgem – dito de nove palmos de alto e seis de largo.
Nossa Senhora – dito de quatro palmos d’alto e tres de largo.
S. João Baptista – dito de seis palmos e um quarto d’alto, e quatro de largo.
S. Domingos – dito de sete emeio palmos de alto e quatro de largo.
S. Bento – dito de oito palmos e meio d’alto e cinco e meio de largo.
S. Lecio (?) – dito de cinco e meio palmos de alto, quatro de largo.
N. Senhora do Carmo – dito de dois palmos e meio de alto, e dois de largo.
Santo Odulpho – dito de quatro palmos e meio e tres e meio de largura.
O Filho Prodigio – dito de seis palmos de alto, e nove e meio de largo.
S. Elias – dito de quatro e meio palmos de alto e tres e meio de largo.
S. Simão de Roxas – dito de tres palmos e um quarto de alto, e dois e meio de largo.

Como Procurador do provedor e Mezarios da Santa Caza de Mezericordia da Villa de Soure, e da Junta de Parochia de Santiago da m.^{ma} Villa, recebi do Conselho da Bibliotheca Nacional de Lisboa, os quadros Sácros constantes da rellação retro p^a ornamento dos referidos Templos, os quais são entregues como em depozito. Lisboa 8 de Janeiro de 1852./.

*Jose Joaquim de Freitas*²⁵⁸⁰

Por um estranho recibo de Canaes de Figueiredo, já por nós mencionado anteriormente, datado de 16 de Maio de 1852, é-nos dado a conhecer que dos quadros sacros que tinham sido colocados pelo Governo à disposição do Cardeal Patriarca, terão sido entregues no Depósito das Livrarias, uma *Ceia*, destinada à igreja da Misericórdia de Soure, juntamente com uma *Annunciação* para a Capela de Bento José Ferreira Leitão²⁵⁸¹, existente na mesma vila. Ferreira Leitão tinha sido vereador da Câmara Municipal de Coimbra²⁵⁸², o que pode revelar algum tipo de privilégio nesta concessão.

No caso do convento de São Domingos de Benfica, vamos encontrar uma situação particular: por ordem do Governador Civil, Joaquim Larcher, a capela ali fundada denominada, *do Bispo*, foi entregue a António de Saldanha Albuquerque Castro Ribafria e Pereira, sendo então

²⁵⁸⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 8 de Janeiro de 1852.

²⁵⁸¹ *Boletim da Academia....2ª parte. IV*, 1939, *op.cit.*, Doc N° LVIII, p.48.

²⁵⁸² Ferreira Leitão exerceu o cargo de vereador de 2 de Janeiro de 1845 a 20 de Maio de 1846 e, interinamente, em 4 de Janeiro de 1847, na sequência da derrota em Tomar das Forças Populares que apoiavam a revolta do Minho. In *Anais do Município de Coimbra 1840-1869*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1972-1973, p.113 e p.145-146.

ordenado a Nunes de Carvalho que entregasse “*todos os paineis, e outros quaesquer objectos que digão respeito á mesma Capella, e existão em seu poder.*”²⁵⁸³

São várias as vezes em que, por interesse particular dos requerentes (factos históricos, relação do pedido com uma casa religiosa específica, pré-conhecimento das pinturas, etc.) ou pelos quadros escolhidos no DLEC conterem a identificação da sua proveniência, se faz referência concreta nos requerimentos, à origem das obras solicitadas. O destino, obviamente, era sempre mencionado. O Prior da Freguesia de São Bartolomeu de Lisboa, por exemplo, solicitou em Abril de 1838 “*dous quadros insignificantes, q pertencerão ao Conv.^{to} dos Grillos p.^a ornar hua capela da d.^a Freg.^a estabelecida no referido Conv.*”²⁵⁸⁴.

Uma situação muito interessante, similar mas ainda mais expressiva, é a relacionada com a igreja do Coléginho – templo do Colégio de Santo Antão, actual igreja paroquial do Socorro²⁵⁸⁵ – uma vez que existe um retorno, caso que, provavelmente, será único dentro destes moldes. A Irmandade de Nossa Senhora do Bom Despacho, ali existente, tendo conhecimento que em 1834 terão ido para o DLEC “*não poucos quadros que ornavam os dormitórios, cellas, e salas*” do convento anexo àquela igreja – de cuja história faziam parte as religiosas Dominicanas, os Cónegos de Santo Antão, os Jesuítas, os Agostinhos Calçados e os Hospitaleiros – vem em 1864, trinta anos depois, solicitar alguns desses quadros para ornar a igreja, parte do claustro e dormitório do primeiro andar, zonas de que então tinha posse²⁵⁸⁶. Interessava àquela irmandade

“*alguns quadros que pertetuem a Memoria assim das differentes Invocações da sua Egreja da Annunciada no largo do mesmo nome, depois de Santo Antão, e finalmente da Conversão de Santo Agostinho, como das Corporações Religiosas que possuiram e habitavam a mesma Egreja e Convento (...)*”²⁵⁸⁷.

A 24 de Maio de 1864 ser-lhe-iam entregues, “*para ornar a dita Egreja e o seo coro, Sacristia e Corredores annexos*”, um conjunto de vinte e três quadros sacros “*que haviam pertencido*

²⁵⁸³ BNP, Res. Mss.225, N°77. 22 de Abril de 1836. Ofício do Governador Civil de Lisboa a Nunes de Carvalho a respeito da Capela do Bispo, Convento de Benfica. A entrega da Capela tinha sido decidida em Conselho de Distrito. Miguel de Sotto-Mayor cita o artigo de Herculano “Monumentos” na obra que publicou em 1889 onde era referido que “Um estrangeiro salvou no mosteiro de Bemfica a antiga capella de D. João de Castro.” Segundo referência em nota de rodapé “Abandonado, bem como a respectiva igreja, depois de 1834, ficou sujeito a todas as profanações, não obstante estarem alli as cinzas de dous grandes vultos da nossa historia – João das Regras e D. João de Castro. Valeu á sua total ruina a infanta D. Isabel Maria, que comprando este edificio, restituiu a igreja ao culto, e destinou o convento para um asylo.” SOTTO-MAYOR, *op.cit.*, p.124.

²⁵⁸⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 3 de Abril 1838. Pedido deferido pela CADLEC.

²⁵⁸⁵ Mosteiro de Santo Antão-o-Velho / Colégio de Santo Antão / Convento do Coleginho / Igreja Paroquial do Socorro / Igreja de Nossa Senhora do Socorro IPA.00021700 ,Portugal, Lisboa, Lisboa, Santa Maria Maior http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=21700 (consultado pela última vez em 15-08-16)

²⁵⁸⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 13 de Abril de 1864.

²⁵⁸⁷ *Idem, ibidem.*

áquella Egreja, e alguns outros que existem no Deposito”, ficando a Irmandade obrigada a conservar “*esses quadros na referida Egreja para o culto publico, e no caso que não possam ter esta applicação se obrigam egualmente a restituil-os á fazenda publica.*” É de salientar que estariam em mau estado, cerca de metade, sem moldura ou tear.²⁵⁸⁸ Na relação era apenas feita menção aos temas, não constando sequer, as medidas²⁵⁸⁹.

Os números relativamente a pinturas que os mapas do movimento do DLEC²⁵⁹⁰ (Setembro 1838 – Novembro 1841) nos fornecem são os seguintes:

Datas	Edifícios de destino	Nº de pinturas	Outros objectos
2-8 /10/1838	Igreja paroquial de Santa Catarina, igreja de Santa Cruz do Castelo, igreja de Santo Estevão de Alfama, Câmara Municipal de Alhos Vedros	116 quadros	27 volumes
9-15/10/1838	Igreja paroquial da Madalena Lx, igreja paroquial do Seixal, igreja paroquial do Barreiro, igreja do Rosário	119 quadros	44 volumes
16-22/10/1838	Igreja paroquial da Madalena, igreja paroquial da Santa Cruz do Castelo, igreja da Ajuda	67 quadros	6 volumes e 1 sacrário de talha dourada para a “Freguesia do Castello”
23-29/10/1838	Igreja paroquial de S. Pedro (Alcântara), ermida do Arsenal da Marinha, Câmara do Seixal	63 quadros	

²⁵⁸⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 24 de Maio de 1864. Termo de entrega e Relação dos quadros.

²⁵⁸⁹ *Idem, ibidem.*

²⁵⁹⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/23/Cx06-03 Mapas do movimento do DLEC. Mapas semanais com referência aos Trabalhos (Classificação por ordem alfabética, nº de obras e nº de volumes), Saída e Entrada. Pontualmente, quando isso acontece, existe na “Sahida” referência a quadros (referenciam o destinatário e o nº), assim como na Entrada. De 4 de Setembro de 1838 a 16 de Novembro de 1841 – assinados pelo Fiscal Pedro Nolasso de Seixas até 30 de Abril de 1839, depois por José Joaquim da Silveira e Costa.

30/10-5/11/1838	Igreja paroquial do Barreiro, Ermida do Rosário (“sua sufraganea”) (Era dada entrada de 20 quadros e 2984 volumes “D’Alenquer, Carnota, Castanheira e Olhalvo, resultão da Comissão do Sr. Leal”)	19 quadros	12 volumes
5-12/11/1838	Igreja paroquial da Ameixoeira	15 quadros	
1-7/10/1839	Igreja de S. Bartolomeu da Charneca	22 quadros	
8-14/10/1839	Freguesia de N. S. da Consolação (Sesimbra)	24 quadros	5 livros
22-28/10/1839	Igreja da Consolação do Castelo (Sesimbra)	1 quadro	
21-27/07/1840	Religiosas dos Cardaes (Rua Formosa)	30 quadros	
20-26/10/1840	Igreja de Sesimbra	20 quadros	

Entre as relações de quadros saídos do DLEC²⁵⁹¹, é possível encontrar documentos comprovativos da sua entrega, às seguintes instituições religiosas:

Datas	Edifícios de destino	Nº de pinturas	Outros obj.
9/8/1837	Câmara Eclesiástica	8 quadros	1 Crux. Pedra

²⁵⁹¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04. 1836, Dez., 7 – 1842, Fev., 4 Relações quadros saídos do DLEC. Números confirmados também pelo documento Nº26 “Relação dos Objectos que sahirão deste Deposito Geral das Livrarias (...) e forão entregues por deversas Ordens de Sua Magestade ás Estações mencionadas (...)”. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/28/Cx06-06 (Relações de objectos saídos do DLEC).

2/9/1838	Igreja paroquial de Santo Estevão de Alfama	12 quadros	
2/10/1838	Igreja paroquial de Santa Catarina, Lx	26 quadros	
2/10/1938	Igreja paroquial e Colegiada de Santa Cruz do Castelo, Lx	60	
16/10/1838		9 quadros 69 quadros	
2/10/1838	Igreja paroquial de São Bartolomeu da Charneca	20 quadros	
2/09/1839		22 quadros 42 quadros	
8/10/1839	Igreja paroquial de N. Senhora da Consolação do Castelo, Sesimbra	24 quadros	
22/10/1839		1 quadro 25 quadros	
9/10/1838	Igreja paroquial do Barreiro	45 quadros	
9/10/1838	Igreja paroquial de Santa Maria Madalena	13 quadros	
16/10/1838		21 quadros	
13/01/1842		2 quadros 36 quadros	
9/10/1838	Igreja paroquial da Conceição, Seixal	28 quadros	

9/10/1838	Igreja de N. Senhora do Rosário, Barreiro	23 quadros	
30/10/1838		19 quadros 42 quadros	
16/10/1838	Igreja paroquial da Ajuda	37 quadros	
23/10/1838	Ermida de S. Roque (Arsenal da Marinha)	38 quadros	
23/10/1838	Igreja paroquial de S. Pedro, Alcântara	10 quadros	
12/11/1838	Igreja paroquial da Ameixoeira	15 quadros	
27/7/1840	Igreja das Freiras dos Cardaes de Jesus	33 quadros (11 em rolo)	
23/10/1840	Ermida da Senhora Santa Ana, Freg. De N. S. Consolação do Castelo, Sesimbra	20 quadros	
28/1/1842	Convento das Donas, Santarém	25 quadros	1 sacrário em madeira
4/2/1842		13 quadros 38 quadros	
3/12/1844	Real Capela de N. Sra. da Conceição	33 quadros	
5/07/1845	Igreja de S. Jorge de Arroios	2 quadros	
6/10/45	Igreja Paroquial de N. Sra. da Lapa	2 quadros	
8/01/1852	Igrejas da Misericórdia e Paroquial (São Tiago) de Soure	12 + 12 quadros 24 quadros	

26/03/1863	Irmandade do Senhos Jesus dos Triunfos, Fonte Santa, S. Pedro de Alcântara	6 quadros	
23/24/05/1864	Igreja do Coleginho	23 quadros	

Em relação mais formal (em tabela, quase sempre com recibo integrado, em que constavam informações como “*Objectos que Representão*” (tema), o Nº de Depósito (por vezes e quando existe), “*Medida em palmos*” (altura e largura) e, muito raramente a proveniência (convento)), ou em simples recibo (no qual eram designadas as pinturas entregues, normalmente com dados que não iam para além dos temas, mas que também podiam incluir medidas e proveniências); todas as saídas de pinturas acima referidas, requisitadas por Irmandades e Juntas de Paróquia, ficavam, de alguma forma, documentadas nos arquivos. Normalmente, não eram feitas referências aos respectivos autores.

Foi com argumentos similares aos utilizados para requisitar quadros ao DLEC, que o pároco da Freguesia de Valada, Distrito de Santarém, receberia treze quadros²⁵⁹² para ornar o templo daquela localidade, pedidos em 1850 à Academia de Belas-Artes de Lisboa. Para proceder à escolha dos quadros, aquele estabelecimento nomeou uma Comissão da qual fariam parte os Professores António Manuel da Fonseca, Joaquim Rafael e Caetano Ayres de Andrade²⁵⁹³. Esta, seria da opinião que

“podiam ser dispensados por empréstimo para a dita Freg.^a, visto não serem de Autores Classicos; não serem dignos de se collocarem na projecta da galleria desta Academia, nem servirem para a instrucção Academica; mas que estando um d’estes quadros classificado por distincto, no inventario que foi enviado ao Governo, cujo quadro é attribuido ao Pintor Portuguez Andre Gonçalves – que posto não seja de grande merecimento, convinha para a historia da Arte, conserva-lo na Academia, e

²⁵⁹² Pedia o pároco “treze quadros dos que existem no Deposito das Livrarias dos extinctos Conventos”. BNP. AH, BN/CR/ 05/Cx02 Portarias. Portaria datada de 17 de Julho de 1850 (?) mandava entregar “treze quadros escolhidos d’entre os existentes na Academia das Belas Artes de Lisboa.” ANTT, MR, Livro 2450 – “Collecção da Legislação, Regulamentos e ordens d’execução acerca da Academia de Belas Artes de Lisboa e Porto (Pelo Chefe da 1ª Direcção do Ministério do Reino, Joaquim Jose Ferreira Pinto da Fonseca Telles. Ano de 1844 a 184”.

²⁵⁹³ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº317, de 27 de Junho de 1850, fl.168.

*colocal-o na galeria, logo que esta se leve a effeito, (...), e escolher-se outro quadro para substituir este. (...)”*²⁵⁹⁴.

Este tipo de concessões da Academia continuaria a ocorrer. Já na década de 60, esta seria autorizada pelo Ministério do Reino a conceder à Junta de Paróquia de S. Domingos de Rana “os seis quadros por ela pedidos para decorar a sua igreja, que devem ser da terceira ordem, passando a pessoa auctorizada para os receber, o competente recibo”²⁵⁹⁵. Também a igreja de N. S.^a da Assumpção de Triana, Alenquer, solicitaria três quadros para os seus altares²⁵⁹⁶. Em Maio de 1868, numa altura em que o Ministério do Reino ordenava que se concedessem a esta igreja determinados quadros, no caso de se verificar que estes não tinham “valor nenhum historico nem artístico”, e também à Irmandade do Santíssimo da Igreja de N.^a Sra. da Conceição da Amareleja, Miguel Ângelo Lupi, enquanto membro da Comissão de Pintura propôs que

“não se concedesse mais quadro algum, qualquer que fosse a sua importancia, para não desfalcar o deposito, porque todos os quadros ali existentes têm o seu merecimento e valor relativo”,

proposta que foi aceite²⁵⁹⁷. Esta atitude, de defesa do património da Academia, ocorria em vésperas da inauguração da Galeria de Pintura e quando se mostrava preocupação com a situação de “abandono e ruina” em que se encontravam “muitos quadros da antiga escola Portuguesa collocados em logares improprios de algumas Igrejas das nossas provincias aonde não podem ser observados, ...”²⁵⁹⁸.

1.2. Conventos masculinos – DLEC – Conventos femininos: circulações

Para além de distribuídos por igrejas e capelas, destaca-se um destino diferente para os quadros do DLEC: os conventos femininos.

²⁵⁹⁴ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº 318 – 5 de Julho de 1850, fls.169-169vs.

²⁵⁹⁵ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência Ordinária de 31 de Janeiro de 1863, fl.5 (Tif.11). Em Conferência de 28 de Novembro de 1862 tinha sido já mencionado o “requerimento da Junta de Parochia de S. Domingos de Rana Concelho de Cascaes, em que pede se lhe concedam seis paineis dos da terceira ordem, do deposito existente nesta Academia, afim de com elles decorar a sua Igreja. (...)”.

²⁵⁹⁶ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência Ordinária de 7 de Junho de 1867, fl.204 (Tif.417).

²⁵⁹⁷ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 16 de Maio de 1868, fl.241 (Tif.491).

²⁵⁹⁸ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta de 16 de Maio de 1868, fl.241 (Tif.493).

Apesar de não ser uma situação tão comum como a entrega a igrejas, ela surge como natural, embora as condições de conservação oferecidas, fossem potencialmente deficitárias. Com uma procura relativa – as más condições que as casas femininas enfrentavam, com um fecho anunciado, tornavam a procura de quadros obviamente como algo secundário – é contudo, possível descobrir entre a documentação do DLEC tais casos.

Em Maio de 1840, na sequência de requerimento do Padre Joaquim do Carmo, Capelão das Religiosas Carmelitas Descalças do Convento (dos Cardaes) da Rua Formosa, para ornato da igreja e sacristia do dito convento²⁵⁹⁹, seriam escolhidos trinta quadros do Depósito²⁶⁰⁰, entregues em 27 de Julho²⁶⁰¹. Apesar de ser referido esse número, inclusive por quem assina o recibo constante da relação, ali se encontram enumerados trinta e três, onze dos quais em rolo. Na generalidade, apresenta a proveniência, o que nos permite constatar que a maioria era oriunda do Convento da Trindade de Santarém e do Convento de Espinheiro, de Évora; neste último caso, encontravam-se todos em rolo (nove), o que indicia a forma como muitos quadros com aquela proveniência alentejana terão sido transportados²⁶⁰².

Foi, no entanto, em 1842, que um maior número de quadros saíria, destinado ao Convento de S. Domingos das Donas em Santarém.

Tratava-se de uma situação particular, como esclarecia o requerimento das religiosas, fomentada pelo regresso ao seu convento que tinha estado a servir de quartel:

*“Dizem a Sub Priorêza, e mais Religiôzas do Convento das Donas de Santarem, hoje residentes nésta Cidade no Convento de S^{ta} Joanna, que achando-se proximas a voltarem para o seu Convento por obeterem do Governo de Sua Magestade a sua restituição. acontece que os quadros do seu convento forão aniquilados por tropas n’elle aquartela|das, e como hoje se torne inabotavel sem os d^{os} ou alguns Quadros que o adornem e V. Ex.^{cias} este já auctorizados para distribuir os dos Extinctos Conventos, esperão as Supp.^{es} serem contempladas.(...)”*²⁶⁰³.

Tendo como procurador Luiz Maria Cezario da Costa Machado, a 28 de Janeiro de 1842, ser-lhe-iam entregues 25 quadros constantes de uma relação em que, para além do tema, era mencionado o correspondente número de inventário, e na grande maioria o convento a que

²⁵⁹⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02, N°33. 19 de Maio de 1840.

²⁶⁰⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 7 de Julho de 1840.

²⁶⁰¹ *Boletim da Academia....2ª parte. IV, 1939, op.cit., Doc. XXV, p.25.*

²⁶⁰² *Idem, ibidem.* Os restantes “Quadros em Rollo” eram provenientes da “Trindade de Santarem” e do Espírito Santo d’Evora”, representando respectivamente, *O Senhor e dois Apostolos* e *A Morte de N. Senhora*. Os do Espinheiro tratavam-se de retratos de Padres e Bispos.

²⁶⁰³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/10/Cx04-04. Deferido pelo Bibliotecário Vasco Pinto de Balsemão a 24 de Janeiro de 1842.

pertenciam. Deste modo, sabemos, por exemplo, que para este convento feminino de Santarém terão ido, entre outros, de várias proveniências, três *Santo António* do Convento de Brancanes e do Convento de São Bento da Saúde, um *Jesus Cristo em Contemplação*, do Convento da Graça, o “*Martyrio de hum Santo*” da Casa do Espirito Santo, assim como um “*S. Francisco tirando as Almas do Purgatorio*”, esse do extinto convento de S. Francisco, de Santarém.²⁶⁰⁴ Juntamente com estes, seguiria ainda um sacrário de madeira, pintado de branco com filetes dourados²⁶⁰⁵, que surgiria incorporado num recibo referente a mais treze quadros (provenientes de Santo António dos Capuchos, Cartuxa de Laveiras, S. Domingos, etc.), igualmente descritos, entregues a 4 de Fevereiro de 1842²⁶⁰⁶.

Para além de “Livros para uso do côro, Officios Divinos, e exercícios espirituais, ser-lhes-ia ainda facultado “um quadro que ainda lhes faltava para ornamento do Convento”²⁶⁰⁷ e uma “*Imagem de S. Jose, de Jaspe, altura 3 palmos para ter culto neste Convento*”²⁶⁰⁸.

1.3. De Portugal para as Dioceses Africanas

Não seria apenas o continente e ilhas a receberem pinturas e outros objectos dos extintos conventos. A documentação revela que, por exemplo, também as dioceses africanas, fariam pedidos e seriam contempladas.

Em 1851, no tempo do Bibliotecário Canaes de Figueiredo Castelo Branco, seguiriam para Cabo Verde, para a igreja de N. Sra. da Luz na Ilha de S. Vicente, um conjunto de quadros *d’assumptos sagrados*, escolhidos e recebidos por José Feliciano de Castilho²⁶⁰⁹. Aquela era considerada pelo dirigente da Biblioteca Nacional, como a aplicação mais conveniente que poderiam ter, contribuindo “*para incentivo, e accrescentamento do culto divino, ornando e authorisando o templo para que são pedidos*”²⁶¹⁰.

²⁶⁰⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 28 de Janeiro de 1842.

²⁶⁰⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 28 de Janeiro de 1842 e novo recibo passado pelas religiosas (o procurador não estava habilitado a receber o sacrário), datado de 4 de Fevereiro de 1842, BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04.

²⁶⁰⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04 e em BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 4 de Fevereiro de 1842.

²⁶⁰⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02, p.218. Referência em Acta de 22 de Fevereiro.

²⁶⁰⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. Recibo da imagem, com data de 30 de Outubro de 1842.

²⁶⁰⁹ 28 de Junho/4 de Julho de 1851 Requerimento do Padre Sebastiam Luiz Monteiro, pároco da Igreja Matriz e Freguesia da Luz na Ilha de S. Vicente, Cabo Verde, pedindo que lhe sejam facultados alguns quadros e mais objectos que supunha existirem no Depósito. BNP, AH, BN/DGA/05/ Cx01 Correspondência recebida e, 9/25 de Outubro de 1851: Autorização para o Bibliotecário-Mor entregar a José Feliciano de Castilho os quadros destinados a Cabo Verde. BNP, AH, BN/DGA/05 Cx01 Correspondência recebida.

²⁶¹⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01 N°34. 8 de Outubro de 1851.

Década e meia antes, em 1836, já tinham seguido paramentos para aquele arquipélago²⁶¹¹. Dez anos depois, em 1846, o Bispo de Cabo Verde terá voltado a solicitar alfaia sagrada, pedido que o Cardeal Patriarca não terá conseguido satisfazer²⁶¹².

Em 1856, a diocese de São Tomé e Príncipe solicitou e recebeu, 20 missais, quatro livros de coro e 122 quadros sacros para ornar a igreja da cidade de S. Tomé.²⁶¹³ Para além destes, seria pedida pelo Vigário Capitular daquele Bispado, para servir ao culto na sua catedral, como já abordámos em capítulo anterior²⁶¹⁴, uma *maquineta ou altar de pau dourado*, existente no Depósito de S. Francisco, que tinha pertencido aos Padres Carmelitas e que costumava albergar uma Imagem de Nossa Senhora do Carmo²⁶¹⁵.

1.4. Os principais beneficiários civis

Câmaras Municipais, Escolas, Bibliotecas, Tribunais, Hospitais, assim como Museus – no caso do DLEC, destacamos directamente a Galeria de Pintura e o Museu Portuense – todos maioritariamente instalados em antigas casas religiosas, seriam alguns dos serviços públicos a receberem pinturas, entre outros bens, provenientes dos extintos conventos. Dava-se, desta forma, uma reutilização intensiva, nos mais variados aspectos, e que passava não apenas pela utilização e adaptação do edifício, mas também com o usufruto, por exemplo, de património pictórico, muitas vezes proveniente de outros conventos.

Baseando-nos, essencialmente, na documentação relacionada com o DLEC – organismo que de alguma forma nortearia, pelo menos legislativamente, os acontecimentos gerais, e que faria, como já vimos no capítulo IV, a distribuição de quadros, a partir de 1837/1838, por igrejas e Câmaras – constatamos que, apesar da publicitação, as Câmaras Municipais não terão correspondido à oferta.

De facto, as referências a quadros saídos do DLEC com essa finalidade são, relativamente, escassas, o que em parte também poderá ser justificado, não apenas por um parco interesse por

²⁶¹¹ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fls.140-140vs. 27 de Fevereiro de 1836. Ofício do MNEJ à Marinha, a respeito do envio de paramentos dos extintos conventos para Cabo Verde.

²⁶¹² AHPL, UI 353 – Correspondência com o Governo 1846-1848. 3 de Setembro de 1846. Do Cardeal Patriarca ao Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar.

²⁶¹³ BARATA, Paulo J. S., *Os livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública, uma alteração de paradigma.*, BN, Lisboa, 2003, p.203.

²⁶¹⁴ Capítulo IV, p.492.

²⁶¹⁵ BNP, AH, BN/DGA/05/Cx 01 Correspondência recebida, mc.08. 25 de Janeiro de 1856. A imagem terá sido recolhida no DLEC juntamente com a maquineta, provenientes do extinto Convento do Carmo em Lisboa. ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fl.41vs. 5 de Novembro de 1835.

parte destes organismos mas, sobretudo, pelo facto de os quadros disponibilizados serem, maioritariamente, sacros.

No caso do Barreiro, a saída de quadros do Depósito ter-se-á dado precocemente, tendo sido concretizada ainda em 1837, em duas remessas. Ficou decidido em Sessão da CADLEC que “*a Secção d’Artes fizesse a escolha qe julgasse própria*”²⁶¹⁶; na primeira, terão sido entregues dez quadros, maioritariamente, de temática sacra (*sena da Paixão, N. Senhora..*), com excepção dos retratos de D. Maria I e de D. João VI²⁶¹⁷. Destinados à Sala da Câmara e das Secções de Júris, o Presidente da Câmara, João António Gomes, considerou que ficaram pouco ornadas, solicitando, pouco mais de um mês depois, “*mais doze quadros pequenos p^a entrevalar os grandes*”, juntamente com

“*uma Imagem de S^{to} Christo em grande formato que lhe consta existe nesse deposito, para ser colocada na Igreja do Semiterio Público desta Villa, afim de setornar m^{to} mais respeitável aquele lugar, aonde jazem as cinzas da humanidade*”²⁶¹⁸.

Também para a Câmara da Vila do Seixal, em Outubro de 1838, seguiria um grande número de quadros, repartidos por duas vezes. Os primeiros, um conjunto de vinte e oito, foram *escolhidos, separados e recebidos* pelo próprio pároco, o Reverendo José Joaquim Alves. Numa listagem que apontava o número de depósito (apenas 12 o apresentavam) e as medidas em palmos, entre eles contavam-se vários *S. Fran^{co}.*, um *Veneravel Guilherme da Cartuxa*, um *S. João Baptista*, entre outros sacros²⁶¹⁹. O segundo lote, composto por quinze quadros, foi escolhido e recebido pelo Secretário/ Escrivão daquela Câmara, Gregorio Joaquim Gomes Arouca. Com excepção dos retratos de *Frei João de Outeiro*, ou de *Hum Frade Bruno*, também eles de cariz religioso, os restantes representavam: *Nossa Senhora da Graça*, *A morte de huma Santa*, *St.^a Martha*, *St.^a Catrina*, *Christo levado a Pilatos*, *Senr.^a da Conceição*, *Aduaração dos Reys*, *A Ressurreição de Lazaro*, *Hum Santo Hirmitão*, *O Senr. Crucificado com a Magdalena*, *St.^a Helena*, *São Martinho*, e outra *Senr.^a da Conceição*²⁶²⁰.

Nesse mesmo mês, terão seguido, para a Câmara de Alhos Vedros, cerca de 18 quadros²⁶²¹.

²⁶¹⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/ Cx02-01. Sessão em 1 de Junho de 1837.

²⁶¹⁷ Recebidos em 20 de Junho de 1837. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. Pedidos a 30 de Maio de 1837: Ofício da Câmara do Barreiro solicitando “dez quadros ou Paineis de Objectos” para a Sala das Sessões e para a Sala das Audiências Ordinárias e Gerais de Julgamentos. BNP, Res., Mss.225, Nº62 (Mf. F.4903).

²⁶¹⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. Requerimento datado de 26 de Julho de 1837.

²⁶¹⁹ 9 de Outubro de 1838, “Relação dos Quadros que sahem deste deposito para a igreja parochial da Villa do Seixal...”, *Boletim da Academia....2^a parte. IV*, 1939, *op.cit.*, Doc. nº VI, p.8.

²⁶²⁰ 23 de Outubro de 1838, “Relação dos Quadros que Sahem deste Deposito para a Camara da Villa do Seixal escolhidos e separados Secretario Gregorio Joaquim Gomes.” Com Recibo. *Idem, ibidem*, Doc. XII, p.14.

²⁶²¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04 (1836-1842), BN/AC/INC/DLEC/28/Cx06-06 (1837-1839). 2 de Outubro de 1838. Por vezes são apenas mencionados 17.

Também o Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Francisco José da Silveira, manifestaria interesse pela oferta da CADLEC²⁶²² embora, aparentemente, sem concretização. Em Maio de 1839, havia já ordem para entregar um conjunto de quadros escolhidos pela Câmara Municipal do Cadaval, “*menos alguns que se não julgarão proprios*”²⁶²³. Julgamos tratarem-se dos quinze mencionados em alguma documentação e descritos na “*Relação dos Quadros que Sahem deste Deposito para a Camara da Villa de Cadaval, escolhidos e separados pelo Procurador Sñr. Martinho Bertholomeu Rodrigues*”²⁶²⁴ (...). À semelhança de outras relações, também apresentando números de Depósito, “*Objectos que representam*” e Medidas em palmos, é composta essencialmente por quadros sacros (*Huma Alagoria da Fé, O Senhor Horando no Horto, Nossa Senhora da Rosa*, entre outros), retratos religiosos (*F. Inocencio Antonio das Neves Portugal, Hum Bispo*), talvez com a excepção de dois, cujo tema não é mencionado²⁶²⁵.

No mesmo ano a Câmara de Sesimbra verá uma relação de quadros submetida ao parecer do Cónego Vilela e de André Monteiro da Cruz²⁶²⁶.

Quanto à saída de pinturas do DLEC para hospitais, sabemos que, pelo menos uma, terá tido esse destino. Em 1864 foi entregue ao Hospital Nacional Real de S. José

“*um quadro de 0^m,63 de altura e 0^m,53 de largura, pintado a oleo, representando S. Camillo de Lellis, pertencente ao Deposito (...) annexo á mesma Bibliotheca, para a qual será devolvido, como pertencente á Fazenda nacional, quando não deva conservar-se n’este Estabelecimento.*”²⁶²⁷

Para além dos serviços públicos acima referenciados, também a “*Commissão encarregada da reforma da Sociedade Escholastico-Philomatica de Lisboa*” solicitou alguns quadros históricos para adorno da Sala das Sessões (tinha concedida para tal, uma sala no edifício do Supremo Tribunal de Justiça), um pedido que, seria deferido em 13 de Agosto de 1844, sendo então estabelecido:

²⁶²² 20 de Agosto de 1838, ofício do Presidente a José da Camara Sinval, Vogal Secretário da CADLEC, em resposta ao ofício da CADLEC de 31 de Julho do mesmo ano. *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos III*, Lisboa, 1938, Doc. CXIII, p.112.

²⁶²³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 28 de Maio de 1839.

²⁶²⁴ Seria o mesmo da “Sociedade Escolástica-Philomática”.

²⁶²⁵ *Boletim da Academia....2ª parte. IV*, 1939, *op.cit.*, Doc. N°XXXI, p.30.

²⁶²⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 13 de Agosto de 1839.

²⁶²⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. 22 de Junho de 1864. Recibo assinado pelo Enfermeiro Mor, Antonio Jozé Torres Pereira.

*“Compareça um procurador da sociedade, e declare quaes os paineis que escolhe, ser-lhe-hão confiados, por empréstimo, no caso em que o serviço público o permitta, e se subjeitem ás condições estabelecidas para semelhantes empréstimos”*²⁶²⁸.

No ofício a respeito do requerimento da Sociedade, que o Bibliotecário-Mor, José Feliciano de Castilho, endereça ao Ministro Costa Cabral em Maio daquele ano, manifesta a opinião que os quadros lhe deviam ser emprestados

*“vista a conveniencia do pedido, e attenta a declaração que a mesma Sociedade faz de submeter-se ás condições de boa conservação e outras que com a authorisação Geral de V. E. lhe exigirei.”*²⁶²⁹

Em Maio de 1862, ano em que foi concedido o extinto Convento de São João Nepomuceno ao Asilo de Santa Catarina, seriam entregues a esta instituição 25 quadros pedidos pela sua Comissão. Com excepção de um, cujo tema surge como *Um facto historico*, todos os outros eram de assuntos sacros²⁶³⁰. Ao contrário de outras relações de quadros, esta designada como de *“retabulos d’Imagens”*, apresenta tema e número de inventário, mas não as medidas.

Em 1864, um conjunto de retratos, com origem no DLEC, seria restaurado e colocado em dependências (salas, corredores, escadas) da Biblioteca Nacional²⁶³¹. Para além destes, dezoito retratos de Bispos do Ultramar²⁶³², a grande maioria também alvo de restauro, foram remetidos para o Ministério da Marinha.

Também as escolas públicas foram, naturalmente, beneficiadas com pinturas provenientes dos conventos. Do DLEC, por exemplo, em 1843 sairia em regime de depósito – seria restituído no mesmo estado, logo que fosse pedido – um quadro de Nossa Senhora da Conceição, *“pintado a oleo sobre panno, com quatro palmos e meio d’altura, e trez e meio de largura; e moldura*

²⁶²⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/10/Cx04-04. Requerimento em 15 de Maio de 1844.

²⁶²⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01, N°29. 24 de Maio de 1844. Pelo menos alguns quadros terão sido recebidos por Martinho Bartholomeu Rodrigues. BNP, Res., Mss.225, N°132 – 30 de Janeiro de 1839.

²⁶³⁰ BNP, AH, BN/DGA/05 Cx03 Mç03 . 31 de Maio de 1862. Recebidos pelo Secretário da Comissão, Ignacio Roiz dos Santos. A ordem de entrega do Ministério do Reino, tinha a data de 27 de Maio.

²⁶³¹ BNP, AH, BN/DGA/01/Lv01-02, BN/GF/28/Cx01-14, BN/DGA/05 /Cx03 Mç.03.

²⁶³² “D. Fr. Antonio Rangel, Angola; D. Fr. Luiz da Annunciação, idem; D. Fr. Francisco de S. Thomaz, idem; D. Fr. Manuel da Natividade (idem); D. Fr. Christovão de Lisboa, idem; D. Fr. Manuel de S. Francisco, Cabo Verde; D. Fr. Francisco de S. Simão, idem; D. Fr. José da Soledade, Cochim; D. Fr. Leandro da Piedade, S. Thomé; D. Fr. João Sahagum, idem; D. Fr. Sebastião de S. Paulo, idem; D. Fr. Vicente do Espirito Sancto; D. Fr. Luiz das Chagas, idem; D. Fr. Gonçalo do Rosario, idem; D. Fr. Antonio da Penha de França, idem; D. Fr. Luiz da Conceição, idem; D. Fr. Bento de S. Jorge, idem; D. Fr. José de Santa Rita de Cassia, Meliapor.” Relação dos retratos dos Bispos do Ultramar... 16 de Março de 1864. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01. Os retratos seguiriam em duas remessas para o Ministério da Marinha, a 30 de Março e a 16 de Abril do mesmo ano. BNP, AH, BN/GF/28/Cx01-14.

parte pintada e parte doirada”, destinado ao Liceu Nacional de Lisboa²⁶³³. Lembremos que, aquando da entrega deste quadro, em depósito, era justificado por José Feliciano de Castilho esta forma de concessão: a possibilidade de, futuramente, se formar uma Galeria dos quadros arrecadados e a arrecadar no DLEC e guardados em outros estabelecimentos²⁶³⁴.

Os civis particulares também poderiam usufruir, legalmente, de antigos pertences conventuais do DLEC, através de leilões. Para além desta modalidade, que analisaremos em outro ponto deste capítulo, existiram outros casos pontuais, normalmente envoltos em contextos particulares que justificavam a situação.

Disso é exemplo o requerimento, em 1837, de Miguel Paes de Sande e Castro de

*“dous quadros de pinturas ordinarias d’um seu ascendente Antonio Paes de Sande, e sua Mulher, que se derão em Guarda ao Convento dos Loios desta Cidade pela infausta occasião da invasão Franceza”*²⁶³⁵.

Na altura, a CADLEC decidiu *“Que se remetesse ao Governo informação favoravelm.^{te} e invocando hum resolução g.^{al} e comprehensiva de todos os casos desta espécie.(...)”*²⁶³⁶. Uma portaria do Ministério²⁶³⁷ acabaria por mandar entregar os quadros *sem valor algum*²⁶³⁸ ao requerente.

Desfecho diferente teve, como já vimos no capítulo anterior, o retrato do Bispo do Algarve, D. Francisco Gomes de Avelar – não “particular” como o anterior, mas proveniente da Casa do Espírito Santo – solicitado pelo sobrinho, mas que a raridade da obra e importância do retratado, “Varão Ilustre”, impediram a sua saída.

Um caso curioso, é o relacionado com uma restituição de quadros por parte de um particular, mais propriamente Agostinho Francisco Borges. Este, em 1865, pretendia restituir três quadros que lhe tinham sido entregues por ordem do Governo, vinte anos antes, para ornar a sua capela na quinta de S. João da Ramalha²⁶³⁹.

²⁶³³ Para ser colocado na Sala de Exames. Março, Maio e Julho de 1843 ANTT, MR, Mç 2171 – documentos avulsos / papéis diversos e BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/09/Cx04-03, BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01.

²⁶³⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios... 26 de Maio de 1843.

²⁶³⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02. 5 de Agosto de 1837.

²⁶³⁶ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/ Cx02-01. Sessão em 29 de Agosto de 1837.

²⁶³⁷ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Referida em Sessão em 26 de Setembro 1837.

²⁶³⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios..., pp.69-70. 12 de Setembro de 1837. 16 de Setembro de 1837. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01, N°60 f.42. 31 de Outubro de 1837. BNP, AH, BN/DLEC/26/Cx06-04.

²⁶³⁹ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta Conferência ordinária de 30 de Maio de 1865, fl.121vs (Tif.254).

Ao Conde de Farrobo seriam emprestados – “*assignando termo de fiança pelo seu valor para segurança da Fazenda Nacional*” – alguns tubos do órgão do extinto Convento de São Bento, guardados no Arsenal das Obras Públicas, para a ópera de Roberto, *O Diabo*²⁶⁴⁰.

Deste modo, no período de Janeiro de 1837 a fim de Outubro de 1839, abrangido pela “*Relação dos Objectos que sahirão deste Deposito Geral das Livrarias (...) e forão entregues por deversas Ordens de Sua Magestade ás Estações abaixo mencionadas*”²⁶⁴¹, constam apenas os seguintes beneficiários civis:

Data	Destinatário	Objectos
7/04/1837	“Museu Portuense pela Adm. ^m G. do Porto”	“7 Paineis d Artistas Portuguezes”
20/6/1837	Câmara Municipal do Barreiro	“10 quadros sacros e profanos” ²⁶⁴²
9/08/1837		“11 quadros pequenos”
6/09/1837	Comissão das Cadeias	“1 Santo Christo e 98 pessas de cobre, bronze e estanho.”
3/04/1838	Academia de Belas-Artes de Lisboa	“1 Relogio de parede 2 D ^{os} d ^{os} todos desmanchados, e em máo estado – 546 quadros 22 ditos em máo estado – 23 chapas de cobre – 46 Estampas de gravura –

²⁶⁴⁰ ANTT, IOP, Liv.50, fls.204vs-205. 31 de Março de 1838.

²⁶⁴¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/28/Cx06-06.

²⁶⁴² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Recibo mencionado em Sessão em 20 de Junho de 1837.

		83 diversos moveis e utensilios” ²⁶⁴³
2/10/1838	Câmara Municipal de Alhos Vedros	“18 quadros p. ^a ornam ^{to} da Camara.”
22/10/1838	“Camara da V. ^a do Seixal”	15 quadros

Analisando a série do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional que contém as Relações dos quadros saídos do DLEC, que vai até Fevereiro de 1842, encontramos os seguintes números para este tipo de beneficiários:

Data	Destinatário	Objectos
7/12/1836	Museu do Porto	7 quadros
7/04/1837		
9/08/1837	Câmara Municipal do Barreiro	11 quadros
2/10/1838	Câmara Municipal de Alhos Vedros	17 quadros
23/10/1838	Câmara do Seixal	15 quadros
s.d.	Câmara do Cadaval	15 quadros

2. A Galeria e o Museu como espaços de salvaguarda – da veneração à instrução. A Galeria Nacional de Pintura

Inevitável neste contexto, embora já bastante analisado por outros autores, nomeadamente, nos últimos tempos, de forma exaustiva, por Hugo Xavier na sua tese de doutoramento²⁶⁴⁴, torna-se imprescindível avaliar da nossa perspectiva, a transformação da função das obras de arte –

²⁶⁴³ Em outro doc. da mesma série, com o nº 26, “Mappa dos objectos que sahirão deste Deposito...”, são referidos 638 quadros.

²⁶⁴⁴ XAVIER, Hugo André de Almeida Vale Pereira, *O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Especialidade em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

que, com as nacionalizações são musealizadas, passando de objectos de culto, de um “mundo sagrado” para um “mundo profano” – para o nascimento da Galeria Nacional de Pintura, procurando trazer alguma novidade.

Intrínseco ao processo de extinção das ordens religiosas foi o aproveitamento de um grande conjunto de bens artísticos, maioritariamente, culturais. Este quase infindável património proveniente das desamortizações influenciaria, decisivamente, a museologia oitocentista, marcada não apenas por uma ideologia liberal mas também por uma mentalidade romântica, que exaltava a história e valores nacionais.

À semelhança do que sucedeu em outros países, a fundação de um Museu Nacional era também para além de uma questão de instrução, um meio de prestígio, de promoção e valorização da identidade nacional. A exposição das melhores obras dos autores nacionais, ligados a um passado glorioso, dignificava a Nação. Através da exibição da sua arte, muita dela escondida havia séculos pelas grossas paredes conventuais, Portugal tinha a oportunidade de estabelecer a diferença, mostrando uma identidade própria. O liberalismo, através do património proveniente das casas religiosas, possuía grande parte dos meios para a sua concretização.

Como refere Maria Isabel Roque, “A nacionalização dos bens culturais pertencentes aos conventos tornou premente a criação de espaços onde peças de valor material, artístico e simbólico pudessem ser guardadas e expostas, tornando-se acessíveis ao grande público. Para lá da urgência prática de acomodar o recente espólio de bens do Estado, o novo poder pretendia veicular, através destas peças, a ideologia do regime, desmistificando-lhes a anterior função no contexto religioso, integrando-as num cenário laico.”²⁶⁴⁵

Em França, após a revolução, os museus, um primeiro refúgio para muitos objectos tirados dos seus contextos originais, tinham sido convertidos no lugar “natural” para contemplar os testemunhos históricos e, como destaca Dario Gamboni, mais um para desfrutar e estudar “por si mesmas” as obras de arte²⁶⁴⁶. Segundo Dominique Poulot “Le musée du XIX^e siècle veut concourir au sauvoir universel et oeuvrer à son utilité”²⁶⁴⁷. O mesmo se esperava no nosso país.

Com a instauração do liberalismo em Portugal e a vontade de instruir a nação, um conjunto de valências ganharia um novo alento. Materializando a filosofia educativa herdada do

²⁶⁴⁵ ROQUE, Maria Isabel, *O Sagrado no Museu. Musealização de objectos do culto católico em contexto português*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2011, p.50.

²⁶⁴⁶ GAMBONI, Dario, *La Destrucción del Arte. Iconoclasia y Vandalismo desde la Revolución Francesa*, Madrid, Cátedra, 2014, p.53 Refere Gamboni “Esto significó también que el destino más prestigioso (en términos de función además de emplazamiento) de las nuevas obras fuese el museo, denunciado por críticos conservadores como Quatrmère de Quincy como la negación del arte y fuente de su decadencia”. *Idem, ibidem*, p.53.

²⁶⁴⁷ POULOT, Dominique, *Patrimoine et musées : l'institution de la culture*, Paris, Hachette, 2001, p.77.

Iluminismo, pretendia-se tornar a educação acessível não apenas às elites²⁶⁴⁸. No século XVIII, a Academia Real da História Portuguesa e a reforma pombalina tinham criado dinâmicas diferentes na sociedade portuguesa. No caso particular desta última, tinha assumido interesse por instituições museológicas e impulsionado a criação de duas: o Real Museu de História Natural (1768, Alto da Ajuda, Lisboa) e o Museu de História Natural (1772, Coimbra). Com um sentido pedagógico, verdadeiros instrumentos do ensino das ciências físicas e naturais, encerravam um conceito inovador que vamos encontrar desenvolvido no século XIX: o carácter público das colecções²⁶⁴⁹. No caso da última instituição referida, que incluía outros estabelecimentos como um Jardim Botânico, um Gabinete de Física Experimental, um Laboratório de Química e um Observatório Astronómico, estando prevista a sua integração no sistema universitário, os Estatutos da Universidade de Coimbra vão estimular as doações ao Gabinete da Universidade “Thesouro público da História Natural”²⁶⁵⁰. Os argumentos utilizados eram esclarecedores:

*“porque muitas pessoas particulares por gosto, e curiosidade tem ajuntado muitas Collecções deste genero, que fechadas nos seus Gabinetes privados não produzem utilidade alguma na Instrucção pública; e ficam pela maior parte na mão de herdeiros destituídos do mesmo gosto; os quaes não somente as não sabem conservar; mas tambem as dissipam, e destroem; (...)”*²⁶⁵¹.

Como salienta Maria Isabel Roque, então, “O Processo reformador do ensino oficial atingiu outros sectores culturais da sociedade, privados ou associativos, os quais assumem a instituição museológica como um método útil de investigação e divulgação do saber”²⁶⁵².

São várias as figuras que se destacam no panorama museológico (e religioso) dos finais de setecentos e cujas colecções acabam, como aliás já vimos e ainda focaremos neste capítulo, por ter implicações no século XIX, nomeadamente, relacionados com a extinção das ordens religiosas, uma vez que se encontravam debaixo desta alçada.

Não nos alongando demasiado sobre cada uma delas, começamos por lembrar Frei José Mayne, da Congregação da Terceira Ordem da Penitência, que tinha criado por volta do início do último quartel de oitocentos²⁶⁵³, no Convento de Nossa Senhora de Jesus, em Lisboa, para apoio ao

²⁶⁴⁸ MENDES, J. Amado, *Museus e Educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p.31.

²⁶⁴⁹ ROQUE, *O Sagrado no Museu...*, 2011, *op.cit.*, p.34.

²⁶⁵⁰ *Idem, ibidem* (Estatutos da Universidade de Coimbra, Livro III, p.265).

²⁶⁵¹ *Apud, idem, ibidem*, pp.34-35 (Estatutos da Universidade de Coimbra, Livro III, 1772, p.265).

²⁶⁵² *Idem, ibidem*, p.35 (Estatutos da Universidade de Coimbra, Livro III, 1772, p.265).

²⁶⁵³ Já havia notícia em 1780.

ensino²⁶⁵⁴, o “*Gabinete de História Natural, Pintura e Artefactos*”, um museu de “*instrumentos físicos (...) cousas raras e de Historia Natural*”. A galeria de pintura, com quase meio milhar de quadros, originais e cópias, reunia temáticas variadas, não apenas de cariz religioso. Com a criação da Academia Real das Ciências, em 1779, a colecção Maynense / Museu do Convento de Jesus acaba transferida para a sua tutela.

Também o grande erudito Frei Manuel do Cenáculo [Fig.46], bispo de Beja (1791), posteriormente nomeado Arcebispo de Évora (1802), já mencionado pela estreita relação que estabeleceu com o Doutor António Nunes de Carvalho, estabeleceria um eclético “*Museu Sesinando Cenáculo Pacence*” em Beja (constituído por lápides romanas e medievais, elementos decorativos e arquitectónicos, fragmentos de escultura, espécies etnográficas, etc.), aberto a diversas camadas de público, algo pioneiro. A biblioteca deste religioso juntamente com outras colecções mais portáteis seriam transferidas para Évora onde, em 1805, criou uma biblioteca pública à qual anexou uma pinacoteca da qual faziam parte, para além de aquisições particulares, obras provenientes da catedral, universidade e colégios eborenses²⁶⁵⁵. Esta colecção de pintura, à semelhança da de Frei José Mayne era bastante eclética, também ela constituída por originais e cópias, algumas delas obras de temática religiosa²⁶⁵⁶.



Fig.46 Autor desconhecido; *Frei Manuel do Cenáculo*; c.1770-77; óleo s/tela, 95,5x74,5cm. BNP: Inv.10936.

Mas, como destaca a mesma autora já citada, a acção de Cenáculo mostrar-se-ia muito mais abrangente e, a nosso ver, mesmo marcante, uma vez que tomou a atitude de mandar “reformatar” a colecção inteira de pinturas da primitiva capela-mor da Sé (trabalho a cargo a cargo de Matias José de Castro) – retábulo constituído por dezoito painéis com os ciclos da vida da Virgem e da Paixão de Cristo que tinha sido desmantelado e retirado em 1718 – e mandou-as colocar numa sala do Paço Episcopal. Este firmou-se como “um dos primeiros registos da transformação de um objecto religioso (o retábulo) em objecto museológico (a pintura), mercê da sua

²⁶⁵⁴ Refere Maria Isabel Roque que a função do museu era catequética uma vez que pretendia provar a existência de Deus, apresentando a natureza não apenas segundo parâmetros de investigação científica, mas como consequência de uma intervenção sobrenatural. ROQUE, *O Sagrado no Museu...*, 2011, *op.cit.*, pp.35-36.

²⁶⁵⁵ Objecto de regulamento datado de 21 de Setembro de 1811. *Idem, ibidem*, pp.36-37.

²⁶⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.37.

transferência do espaço litúrgico, junto ao altar e com funções colaterais ao culto, para um local profano, ainda que eclesiástico.”²⁶⁵⁷ Não podemos mais uma vez deixar de nos interrogar acerca do impacto que estas atitudes e exemplos tiveram, naquele que, anos mais tarde, viria a ser encarregado do DLEC, o Doutor António Nunes de Carvalho, nomeadamente na forma como terá influenciado as suas escolhas e o fez preocupar com o restauro dos quadros atribuídos a Vasco Fernandes.

Com Cenáculo vemos o conceito “museu” ganhar uma nova importância enquanto verdadeiro repositório do património histórico e artístico, de testemunhos do passado. Quer com esta personalidade, quer com Mayne, deparamo-nos com um tipo de coleccionismo cujo objectivo final era glorificar Deus, justificar a obra divina, não existindo, no entanto, preocupação em reunir objectos exclusivamente cultuais.

Lembramos ainda aqui, também a respeito de colecções artísticas, o já mencionado em outro capítulo, Museu do Mosteiro de São Martinho de Tibães, herdeiro do pintor e ali antigo professor José Teixeira Barreto, considerado como o único Museu de Arte formado em Portugal até ao Liberalismo²⁶⁵⁸. Ali se reuniu mais uma vez um conjunto eclético de obras – deste pintor, cópias de grandes mestres e outras do mosteiro – não obrigatoriamente de temática religiosa, com o objectivo de formar uma “colectânea” da história da pintura, que apesar de se encontrarem num espaço monástico, convidava sobretudo à fruição estética²⁶⁵⁹. Colecção que, com a extinção das ordens religiosas, acabaria dispersa, acabando algumas pinturas no Museu Portuense.

Com o Liberalismo ficaram disponíveis este e outros patrimónios. Os acervos alteram-se e, também devido a isso, o factor estético ganhou terreno ao científico, ao mesmo tempo que assistimos a um processo de descontextualização²⁶⁶⁰ com o passar de objectos de um registo

²⁶⁵⁷ *Idem, ibidem*, p.38. Acerca destas temáticas *vide* também TEIXEIRA, Madalena Brás, *Los principios de la investigación y de la actividade museológica en Portugal*. Sep. *Revista de Museologia*, Madrid, Asociación Española de Museólogos, 2000 e BRIGOLA, João Carlos Pires, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, *Idem, Frei Manuel do Cenáculo : O Coleccionador Compósito*, in *ARTIS*, Revista de História da Arte e Ciências do Património, nº2 (2014), pp.33-37.

²⁶⁵⁸ TEIXEIRA, *op.cit.*, p.30.

²⁶⁵⁹ CARVALHO, José Alberto Seabra, “Museus” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.); JORGE, Ana Maria [et.al] (coord.), [Lisboa], Círculo de Leitores, 2000, Vol.2, (pp.289-292), p.290.

²⁶⁶⁰ Refere Maria Isabel Roque que Quatremère de Quincy, em 1815, terá sido dos primeiros a criticar a descontextualização do objecto museológico e os efeitos nefastos entre conjuntos homogéneos e respectivo local de origem, defendendo que a ruptura retirava sentido ao elemento isolado. ROQUE, *O Sagrado no Museu...*, 2011, *op.cit.*, p.225 (QUINCY, Quatremère de, *Considérations morales sur la destination des ouvrages de l'art: lettres sur l'enlèvement des ouvrages de l'art antique à Athènes et à Rome*. DÉOTTE, Jean Louis Déotte (ver.), Paris, Fayard, [1989]. p.55.)

sagrado (contexto onde se encontrava a sua identidade) para um ambiente profano, de um modelo de fruição devocional a um modelo de fruição expositivo e educativo²⁶⁶¹.

Agora, para além das bibliotecas e gabinetes de leitura surgiram e valorizaram-se lugares de contemplação artística e científica como museus, exposições, colecções várias (gravuras, medalhas, etc.), gabinetes de história natural e de física, jardins botânicos, entre outros. No entanto, nem sempre a sua concretização ocorreria ao ritmo desejado.

O conceito de museu e, sobretudo de museu público, demoraria a existir em Portugal.

O Museu Portuense, sobre o qual já nos debruçámos em capítulos anteriores, que pode ser considerado como o primeiro museu público de arte do país, aberto já na década de 40 de oitocentos, começaria a mudar o panorama artístico nacional. D. Pedro IV, marchando na *senda das Nações civilizadas*²⁶⁶², tendo em consideração um vasto património que estava e estaria disponível, logo se lembrou da *utilidade* para os portugueses das *Galerias Publicas de produções das Bellas Artes*²⁶⁶³.

O papel da instrução pública estava ali bem patente, no objectivo de promover a utilização do património artístico incorporado para fins pedagógicos e culturais²⁶⁶⁴. Este era, como já vimos, um “*Estabelecimento destinado á propagação dos conhecimentos*”²⁶⁶⁵, destinado não apenas aos artistas, aos alunos, mas a toda a Nação²⁶⁶⁶, difundindo por todas as classes e idades “*o gosto do belo, o amor e o sentimento das Artes*.”²⁶⁶⁷. Também no Porto, existia já o museu privado de João Allen²⁶⁶⁸, o qual, entre 1838 e 1848, abria as suas portas ao domingo.

Em Lisboa, encontramos outros museus, como o da Ajuda (dedicado às ciências naturais e físicas), incorporado em 1836 nas colecções da Academia Real das Ciências, e um pequeno

²⁶⁶¹ ROQUE, *O Sagrado no Museu...*, 2011, *op.cit.*, p.50 e p.226.

²⁶⁶² RIBEIRO, João Baptista, *Exposição Historica da Creação do Museo Portuense, Com Documentos Officiaes para servir á História das Bellas Artes em Portugal, e á do Cêrco do Porto*, Porto, Imprensa de Coutinho, 1836, doc.7, p.15.

²⁶⁶³ SOARES, Clara Moura, “D. Pedro I, do Brasil, IV de Portugal – o “gosto do bello” e o incremento das Belas-Artes: traços de um perfil quase desconhecido do Rei-soldado” in *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX: Perfis e Trânsitos*, eds. Maria João Neto, Marize Malta, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014, (pp.-381-398) p.388.

²⁶⁶⁴ *Idem, ibidem*, pp.389-390.

²⁶⁶⁵ RIBEIRO, *op.cit.*, doc.7, p.15. Projecto de regulamento, datado de 11 de Junho de 1833.

²⁶⁶⁶ *Idem, ibidem*.

²⁶⁶⁷ *Idem, ibidem*.

²⁶⁶⁸ Acerca deste museu e de João Allen, destacam-se os estudos de Paula Mesquita Santos (*João Allen 1781-1848, Coleccionador e Fundador de um Museu*, Tese de Mestrado Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa, 1996, 2 vols. texto policopiado) e, de António Passos Almeida: *Contributos ao Estudo da Museologia Portuense no Século XIX, O Museu do Coleccionador João Allen e o Museu Municipal do Porto*, in *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*, Porto 2006-2007 I Série vol. V-VI, pp.31-55.

museu aberto em 1848-49 dedicado à Artilharia, a funcionar numa sala do Arsenal do Exército²⁶⁶⁹.

As colecções particulares, como a do Duque de Palmela²⁶⁷⁰, seriam durante uma boa parte do século XIX, os principais “museus” do nosso património artístico, embora o acesso ao público fosse variável.

No caso das igrejas, tal como os conventos (embora maioritariamente não visitáveis), elas eram um vasto repositório artístico visitado por um público vasto e das mais diversas classes sociais. Em *Les Arts en Portugal* (1846), de Raczyński, vemos descritos inúmeros repositórios de pintura e outras artes, em igrejas, um pouco por todo o país – Sé de Lisboa, igrejas do Loreto, de S. Roque, S. Domingos, Mártires, S. Pedro de Alcântara, Sé do Porto, Sé de Viseu, igreja e convento de Mafra – assim como em palácios reais, instituições públicas, paços episcopais ou residências de famílias da nobreza, alta burguesia e artistas²⁶⁷¹.

Também as exposições de arte tardaram a impor-se em Portugal, ocorrendo apenas por iniciativa de Academia de Belas-Artes de Lisboa na década de 40.

Os ambicionados museus/gabinetes distritais não terão tido o suficiente empenho por parte das autoridades locais, algo que o governo central, dificilmente, conseguiria colmatar por falta de meios e de uma bem oleada gestão. Como já referimos no Capítulo IV²⁶⁷², com excepção do Distrito de Viseu, onde na sequência da portaria de 25 de Agosto de 1836, no final de Novembro desse ano, foi tomada por aquela Administração Geral a iniciativa de se proceder à organização de uma Biblioteca Pública e de um Museu de Raridades, mas um estado de apatia bloqueou o decurso natural da sua implementação. Neste caso de Viseu, a documentação consultada do Ministério do Reino, revela-nos que o andamento do processo ficou a dever-se em grande parte a João Maria Soeiro, Primeiro-oficial daquela Administração, que se encontrava servindo de Secretário Geral da mesma, o qual se empregava

“com louvavel zelo no arranjo d’aquella Collecção, e do seu respectivo Catalogo, dedicando a este objecto as horas vagas do seu emprego, e os dias feriados : (...)”

²⁶⁶⁹ SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal, Portugal e a Instauração do Liberalismo*, Vol. 9º (MARQUES, A.H., Oliveira, coord.), Lisboa, Editorial Presença, 2002, p.432.

²⁶⁷⁰ Como destaca José-Augusto França, Raczyński chegaria à triste conclusão de que «além do duque de Palmela e do conde Farrobo, ninguém em Portugal desejava gastar um tostão» com Belas-Artes, e que o gosto pelas artes era mais desenvolvido no Porto que em Lisboa, apresentando, no entanto, somente exemplos referentes a negociantes ingleses. FRANÇA, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal: estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983, p.228.

²⁶⁷¹ RACZYŃSKI, Athanasius, *Les Arts en Portugal. Lettres Adressées a la Société Artistique et Scientifique de Berlin, et Accompagnées de Documens*, Paris, Jules Renouard et Cie, Libraires-Éditeurs, 1846.

²⁶⁷² Capítulo IV, p.363.

*prescindindo de qualquer gratificação a que podesse adquirir direito pelos referidos trabalhos.”*²⁶⁷³.

Aqui se encontrava reflectida que a falta de funcionários e de verbas seriam os principais entraves.

Um museu de arte na capital mostrava-se como algo necessário e era uma ideia presente na sociedade, cativando com o passar dos anos uma esclarecida opinião pública. O sentido de usufruto colectivo das obras de arte, algumas das quais que, pelo significado, sobretudo histórico, adquiriam estatutos de monumentos, determinava a concretização de um espaço onde pudessem ser, condignamente, expostas e apreciadas.

Nascido, como referimos no Capítulo III, no seio do projecto da Academia Nacional de Belas-Artes de Lisboa, a ideia de um museu iria ao encontro das necessidades académicas e de regime, num conceito abrangente onde, uma vez mais, se vislumbrava a influência francesa e uma necessidade nacional de organizarmos o nosso “Louvre”.

Em 1837, um relatório de Manuel da Silva Passos referia:

*“A Galeria é rica em Quadros Portuguezes. muitos dos quaes são do Grão Vasco, e de outros insignes Pintores antigos e modernos. A Commissão do Deposito das Livrarias não se descuidará de fazer arrecadar aquelles Quadros, e objectos que possam enriquecer o Museu e a Galleria.”*²⁶⁷⁴

Criada no seio da Academia, esta aspirava a que a Galeria tivesse funções, principalmente, de instrução, não tanto do público em geral, mas dos alunos. É essa tendência que se destacava, em 1838, da própria Academia quando esta então revelava já ter “*os materiaes da sua Galeria, e incessantemente espéra[r] novas aquisições*”:

“(…) que seria huma Academia de Bellas Artes sem huma collecção systematica, e methodicamente organizada das grandes producções dos Mestres das Artes, que são os verdadeiros livros classicos, que ensinão sempre a todas as épocas, a todas as idades, e contem em si documentadamente a historia chronologica das mesmas Artes? Seria hum corpo mutilado do principal instrumento da sua sustentação. Que

²⁶⁷³ ANTT, MR, Mç 2126, Cx2 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 18 de Novembro de 1836. Offício do Administrador Geral Interino Luiz Cardozo do Couto Leitão a Manuel da Silva Passos. O remetente considerava João Maria Soeiro com “sufficiente aptidão” para aqueles trabalhos. Soeiro terá sido estudante na Universidade de Coimbra e publicado em 1827 *Poesias Lyricas. Diccionario bibliográfico Portuguez ...* Innocencio Francisco da Silva, Brito Aranha, Tomo Decimo (Terceiro do Suplemento) H-J, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1883, p.313.

²⁶⁷⁴ AHE, AITC, MR98 – Relatórios do Ministério 1836-1842. 23 de Maio de 1837.

*representação poderia alcançar dentro e fóra do Paiz hum tão superior estabelecimento, fulto daquelle criterio permanente, e sensivel, com queos de mais institutos desta natureza abonão seus credits? Sem Galeria portanto não tinha a Academia riqueza nem seus Professores modélos para exemplo.”*²⁶⁷⁵

A mesma perspectiva era revelada no relatório lido na Sessão Real de 25 de Outubro do mesmo ano:

“(…) Por uma destas coincidencias que só pódem nascer do mais ditoso accaso, tinham-se reunido neste recinto, e na precisa epocha em queas Bellas Artes tornavão a adquirir, o favor, e protecção de que tanto carecião, as melhores obras que uma dellas (a Sublime Pintura) havia produzido nas epochas do seu passado esplendor. Aqui existião depositados os quadros Originaes de nossos Insignes Pintores, os quaes pela extinctão dos Conventos, aonde parece que existião votados ao esquecimento, e á inutilidade, tinham sido conduzidos de muitas terras do Reino. Esta tão opportuna occorrenciã não podia deixar de ser considerada pelos artistas da Academia como do mais feliz agouro para a prosperidade das Artes, e como o mais seguro fundamento de uma Galeria Nacional, que podesse servir de escola classica aos jovens artistas, que se estão formando, os quaes mediante uma continuada instrucção, e pela imitação dos primores da Arte, podem vir a ser o ornamento da Nação a que pertencem. (...) = Quinhentos e quarenta Quadros se colligirão e escolherão sendo uma grande parte delles, outros tantos inergicos Monumentos que attestão a excellencia de nossos celebres Pintores Portuguezes. Taes como, entre os Antigos, os quadros dos nossos Gram Vasco, Bento Coelho, André Gonçalves, Gaspar Dias, Marcos da Criz, e outros muitos, e entre os Modernos, os de Sequeira, Vieira, Cyrillo, e Pedro Alexandrino. Além de muitos outros quadros originaes dos mais insignes Pintores Estrangeiros, que pela sua antiguidade, e perfeicção merecem a maior estima. Foi preciso que a Nação Portuguesa passasse pelas perigosas crises que tão indeléveis ficarão na sua Historia, para estas sublimes producções de Genio sahirem das silenciosas paredes dos claustros para as Salas da Academia, aonde attestão que a Protecção dos Senhores

²⁶⁷⁵ ANTT, MR, Mç.2122. Março de 1838. Exposição da Academia ao Congresso no sentido da criação do cargo de Director.

*Reis, e dos Governos, sempre he valiosa áquelles que sentindo-se inspirados pelo Genio intentão sublimar-se nas Bellas Artes. (...)”*²⁶⁷⁶.

Como refere Clara Moura Soares a propósito da catalogação das pinturas do DLEC e da necessidade de ser adicionado um *juízo crítico sobre o merecimento artístico* de cada uma delas, “a relevância da pinacoteca em formação dependia claramente do reconhecimento do valor artístico do seu acervo e da reputação dos mestres ali representados”²⁶⁷⁷. Este processo, que resultou nos catálogos de 1838 e 1840 – onde eram mencionadas 540 obras, predominantemente, da Escola Portuguesa, mas onde também estava presente pintura estrangeira – esteve, intrinsecamente, ligado à instalação física da galeria e aos restauros, aspectos já abordados no capítulo V, e que não deixariam de levantar divergências.

Apesar da vontade expressa pelos mais diversos sectores, as circunstâncias faziam com que um Museu Nacional ou Galeria tardasse em aparecer.

Em 1844, o jornalista Sebastião José Ribeiro de Sá, referia que Portugal era detentor de “*uma riqueza nacional nos quadros que possuímos; mas nem muitos portuguezes a conhecem, pela falta das galerias onde se exponham em separado os quadros antigos e os que formam a exposição* [trienal de 1843]”²⁶⁷⁸. Na Academia, então, dependurados nas salas de aulas, obras contemporâneas e antigas, de origem conventual “recordação mais sublime que temos do esmero e perfeição dos nossos antigos”²⁶⁷⁹, repartiam ainda aqueles improvisados e pouco adequados espaços.

Coincidentemente, poucos meses depois, em Maio desse ano, surgiam referências que podem talvez indicar uma tentativa de solução, uma vez que, apesar de relacionadas com a Academia das Ciências de Lisboa, parecem não se referir – ao contrário do que refere Hugo Xavier²⁶⁸⁰ – à Galeria de Pinturas do Padre Mayne, mas a outro projecto mais específico, mas mais abrangente.

²⁶⁷⁶ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.6 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00001), Acta (nº112) de 25 de Outubro de 1838.

²⁶⁷⁷ SOARES, Clara Moura, “Na origem da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas-Artes de Lisboa: 540 quadros seleccionados do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos”, in *ARTIS*, Revista de História da Arte e Ciências do Património, nº2 (2014), (pp.200-201), p.201.

²⁶⁷⁸ *O Panorama*, 13 de Janeiro de 1844, nº107, 2.ª série, Vol.III. Este artigo viria a ser citado e traduzido por Raczyński em *Les Arts en Portugal...*, 1846, *op.cit.*, p.262.

²⁶⁷⁹ *Idem, ibidem*. Apesar desta opinião, existiam outras. Raczyński acerca da primitiva colecção reflectira a sua desilusão, aproveitando apenas uma pequena parte, para servir para o aperfeiçoamento dos alunos daquela Academia: “Si j’avais à donner mon avis, ce serait de réunir tous les tableaux d’un certain mérite, au nombre d’une vingtaine dans une cjambre de l’Académie.” RACZYŃSKI, *Les Arts en Portugal...*, 1846, *op.cit.*, p.266 *O Panorama*, 13 de Janeiro de 1844, p.13 e ss.

²⁶⁸⁰ XAVIER, *op.cit.*, pp.184-185.

Portaria de 2 de Maio de 1844, solicitava à Academia de Belas-Artes de Lisboa a “*nomeação de dois Srs. Professores para irem à Academia das Ciências designar o local em que deve fazer-se uma Galeria de Pinturas*”²⁶⁸¹, ordem que, como veremos, parece não se ter efectivado. No entanto, de acordo com documentação da Intendência das Obras Públicas, apenas cinco dias depois – o que revela que o processo já estaria adiantado – aparentemente, ainda sem escolha pelos professores nomeados, a Intendência Geral das Obras Públicas remete ao Ministério do Reino

“copia do orçamento de 1:672\$005 reis em que se calcula a despesa aproximadamente necessaria para a construcção das clara-boias, e mais arranjos que se carecem no local do edificio da Academia Real das Sciencias destinado ao estabelecimento de uma Galeria de Pinturas Nacionaes”

salientando-se que:

*“- Se esta obra for approvada, é esta a occasião opportuna para se levar a effeito, porque se ficasse reservada para outra vez, inutilizar-se-hia parte da despesa que agora ha a fazer com os concertos que se achão em andamento. (...)”*²⁶⁸².

A 18 de Junho era aprovado o

“pensamento q teve a Academia Real das Sciencias, pretendendo destinar uma Sala do Edificio (...) p^a collocação de uma Galleria de Pinturas Portuguezas”,

sendo ordenado que o orçamento não fosse excedido²⁶⁸³.

Esta referência específica a uma galeria de Pinturas *Nacionaes, Portuguezas*, remete-nos no nosso entender, como já referimos, talvez para algo que não seria, especificamente, a galeria do padre Mayne, a qual era constituída não apenas por pinturas nacionais, mas também por pinturas associadas, por exemplo, a Pillement, Batoni, Luís de Morales, entre outros. Teria a Academia das Ciências intenção de separar as obras nacionais ou pretenderia que ali fosse reunido um mais vasto espólio proveniente da Academia de Belas-Artes, numa altura em que a falta de condições em S. Francisco era patente? Infelizmente, até à data, a documentação não nos forneceu a resposta.

²⁶⁸¹ Referência a esta portaria em: ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta da Conferência ordinária de 27 de Fevereiro de 1846 (Tif.29).

²⁶⁸² ANTT, IOP, Livro 24, fl.125. 7 de Maio de 1844. De Joaquim Antonio Vellez Barreiros, Coronel Inspector geral a Antonio Bernardo da Costa Cabral. O orçamento era remetido, em execução de ofício também datado de 2 de Maio, mesma data da portaria enviada à Academia das Belas- Artes de Lisboa.

²⁶⁸³ ANTT, IOP, Livro 73, p.36. 18 de Junho de 1844. “(...) de modo tal q se não exceda esta quantia, quando por meio da maior fiscalização e economia não possa obter-se q ella seja diminuida.”

No entanto, apesar destas diligências, em 1844, o processo terá estagnado, uma vez que o Ministério do Reino, em Fevereiro de 1846 pediu à Academia de Belas-Artes que devolvesse a já referida portaria de 2 de Maio de 1844²⁶⁸⁴; em Março desse ano, nova portaria do mesmo ministério ordenava que o Vice-Inspector designasse

*“(…) os mesmos S.^{es} Professores que já foram á Academia das Sciencias, ou outros que estejam desempedidos, para no dia 26 do mesmo mez, pelas duas horas da tarde, comparecerem naquelle estabelecimento para o exame de um local para uma Galeria de pinturas”*²⁶⁸⁵.

A falta de referências posteriores a esta tão específica galeria, ao contrário da pinacoteca do padre Mayne, que viria a ser leiloada na década de 60 de oitocentos – e que ocuparia o segundo piso do extinto convento – deixa entender que ela não terá tido concretização, pelo menos nos moldes, inicialmente pensados.

Quanto à Academia de Belas-Artes, Dora Wordsworth (1804-1847), filha do poeta inglês William Wordsworth, visitou-a em 1845, fazendo então referência ao “museu” existente e às suas deficientes condições:

*“All the pictures in this museum, native and foreign, were equally badly off for light and arrangement. They were disposed in lumber room fashion. Some were hung up, some were resting on the floor, and some had their faces turned to the wall, and these were not the worst pictures. Senhor Assis, the sculptor of several statues in the Ajuda Palace, was the director of this part of the establishment; and he may perhaps, by this time, have contrived to put this gallery in order.”*²⁶⁸⁶

²⁶⁸⁴ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta nº250, da Conferência ordinária de 27 de Fevereiro de 1846 (Tif.29).

²⁶⁸⁵ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005), Acta (nº251) da Conferência ordinária de 30 de Março de 1846 (Tif.33).

²⁶⁸⁶ *Apud* XAVIER, *op.cit.*, pp.61-62 (WORDSWORTH, Dora, *Journal of a few month's residence in Portugal and glimpses of the south of Spain*, vol. II, 1847, pp.244-245). Na segunda edição publicada em 1853 do *The Lisbon Guide or an Historical and Descriptive view of The City of Lisbon and its environs ...*, descrevia-se a Galeria de Pinturas existente e o seu conteúdo: “In the same building [da Biblioteca Pública] is the Academy of the Fine Arts, which comprises schools of design, sculpture and architecture. There is also a gallery of paintings, which has been formed since the suppression of the religious houses, and contains a few originals that have escaped from the wholesale plunder which followed that unjust act. Of the foreign school is a Madonna by Raphael – the Descent of Christ into Limbo by Michael Angelo – the Taking down from the Cross by Julio Romano – the Crucifixion by Vandyke – two pictures of the same by Grisbanti – the Holy Ghost by Trivisani – the Annunciation by Guercino – another of the same by Masucci – the Head of Christ by Albert Durer – the Crowning with thorns from the Bolognese School – a landscape by Salvator Rosa – two others on copper by Brugel – a St. Jerome from the Florentine school – our Lady of the Conception by Sebastian Conca. The paintings by Portuguese masters are the following: – seven by Grão Vasco on wood, the Flight into Egypt, St. John the Baptist, the Circumcision, the Adoration of the Magi, the Infant Saviour, the Presentation in the Temple, Christ among the doctors, – the last mentioned is perhaps the best – three by Vieira Lusitano, a St. Augustin, the Holy Family, and a St. Bruno – four

Como mencionámos no Capítulo V, apenas em 1859 terão tido início as obras nas salas de aula de pintura de história e de paisagem com o intuito de estas serem adaptadas a galeria. No entanto, como salienta Hugo Xavier na sua tese, “Reformadas, aquelas salas voltaram no essencial ao que haviam sido desde o início – um arremedo de galeria cujo acesso público era muito limitado devido às funções lectivas a elas adstritas, adivinhando-se a falta de critério expositivo agravado pela ausência de um catálogo”²⁶⁸⁷.

Com a necessidade de uma galeria a ser uma questão pública e divulgada na imprensa, algumas vozes vão-se destacar. Nesse mesmo ano, em 1859, o jornalista José Maria de Andrade Ferreira (1823-1875)²⁶⁸⁸ expressaria a sua opinião no *Diário de Lisboa*, num conjunto de artigos que publicaria no ano seguinte, num opúsculo intitulado *A Reforma da Academia das Bellas Artes de Lisboa* onde, tecendo na generalidade um juízo bastante negativo acerca daquela instituição, se debruçou, entre outras coisas, sobre a *necessidade de uma Galeria*. Referia então:

“O ensino artistico, e os processos que verdadeiramente podem iniciar nos segredos das artes do desenho, não dependem só de mestres esclarecidos e bons compendios, carecem tambem de modelos aperfeiçoados e primorosos, porque os modelos são as theorias e preceitos demonstrados nos seus resultados mais evidentes e indicativos, isto é, nos exemplos. (...)

*Uma collecção de estatuas ou modelos classicos, assim como uma galeria que reuna o melhor que se possa obter dos bons quadros estranhos e nacionaes, constituem uma das necessidades mais instantes da Academia, necessidade que as crescentes aspirações dos nossos artistas e o impulso espontaneo da marcha progressiva nas cousas de arte, cada dia mais proclamam e demonstram.”*²⁶⁸⁹

Rebatendo a questão e lembrando a existência de estabelecimentos semelhantes em Paris e Munique, revelava o motivo porque ainda não se tinha formado uma galeria:

“A razão d’isto é o desleixo, a incuria, a ignorancia que predomina em todas as nossas cousas. O governo tem meios faceis, sem gravar o thesouro com despesas onerosas,

by Bento Coelho – the Baptism of St. Augustin by Affonso Sanches Coelho - St. Bruno in prayer by Sequeira – Christ fastened to the pillar by Campello, or as others suppose, by Gaspar Dias – and five by Pedro Alexandrino.” *The Lisbon Guide or an Historical and Descriptive view of The City of Lisbon and its environs, with notices of the chief places of the interest in Portuguese Estremadura*. Second edition. Lisbon, Printed by Antonio Joaquim de Paula, Travessa do Secretario de Guerra N°30, 1853, pp.204-205.

²⁶⁸⁷ XAVIER, *op.cit.*, p.335.

²⁶⁸⁸ Maria Helena Lisboa, em *As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)*, (Lisboa, Edições Colibri, 2007), debruça-se em contexto paralelo sobre este opúsculo. XAVIER, *op.cit.*, pp.360-362.

²⁶⁸⁹ FERREIRA, José Maria de Andrade, *A Reforma da Academia das Bellas Artes de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, pp.54-55.

de formar uma galeria, ou um pequeno museu, onde os discipulos da Academia encontrem as principaes indicações exemplificativas para os esclarecer e dirigir nos seus estudos. Os quadros que possui a Academia, que não são tão poucos, nem de tão insignificante valia como muita gente pensa, o que bem se póde julgar pelo voto insuspeito e illustrado de um estrangeiro, do conde de Raczynski, no seu livro Les arts en Portugal; estes quadros pois, com os quadros do Ramalhão, que o governo comprou quando esteve em hasta publica o espolio da finada rainha D. Carlota Joaquina, formam já por si um certo numero de obras preciosas que ainda póde ser augmentado por outras dispersas que existem por essas igrejas dos extinctos conventos, e outros locaes menos sabidos, e que são de posse nacional. Todos esses quadros colligidos, restaurados, colleccionados e dispostos por ordem n'um edificio apropriado, formavam uma riqueza aproveitavel aos mais fecundos destinos da arte e, comtudo, como elles ahi se acham, espalhados, esquecidos, desprezados, de nada aproveitam, nem como ornato, nem como principio de instrucção.

Ahi temos um exemplo recente com o bello quadro de Rubens, que se acha no coro da igreja de Jesus (hoje parochia das Mercês), quadro ignorado de muitos, e cuja posse tentam disputar obstinadamente á fazenda nacional. É um retábulo de vastas dimensões, representando a resurreição do Christo, de grande valor artistico por ser incontestavelmente um precioso original do fundador da escola flamenga. Em S. Roque, na igreja dos Paulistas, em S. Francisco de Paulo, na Bemposta, na Madre de Deus, e em muitos outros edificios que pertencem ao estado, existem obras de subido valor, de muitas das epochas em que mais floresceu a pintura nacional e estrangeira. (...) São muitos d'elles monumentos que podem figurar com vantagem n'uma galeria, e comtudo por ahi estão por esses velhos claustros, coros, capellas e sachristias de antigos mosteiros, conhecidos sómente dos eruditos e ignorados dos mancebos que se dedicam à pintura. (...)”²⁶⁹⁰.

Reconhecendo a falta de um edificio apropriado – em S. Francisco da Cidade, os irregulares e velhos claustros, ocupados pelas várias instituições não tinham o tamanho e condições de luz que o intento requer – apontava as duas salas, que ali se concluiriam, para aí fazer uma simples galeria mas, para uma obra mais vasta e completa, um pequeno museu, indicava, para esse fim, a igreja do Carmo, “que pela poesia tradicional que a reveste, e merito architectonico

²⁶⁹⁰ Idem, *ibidem*, pp.58-59.

que a recommenda, se apresenta naturalmente como um local apropiadissimo para este intento”²⁶⁹¹.

Estes argumentos seriam contestados pelo bibliotecário e artista agregado à Aula de Gravura, João José dos Santos, no jornal *A Federação*, igualmente publicados em conjunto, em 1860, em *Exame Critico do Opusculo: Reforma d’Academia de Bellas Artes de Lisboa* ²⁶⁹².

Lembraria que o governo

“ordenou que se edificasse no pateo onde estavam as coisinhas do convento umas grandes salas a que se dá o destino e o nome de galeria. Por conseguinte fique o respeitavel publico sabendo, que o se. Andrade Ferreira não quis revelar, isto é, que o governo mandou e se vão concluindo duas salas para a galeria”.

Quanto à mencionada igreja do Carmo, como destaca Hugo Xavier na sua tese quando igualmente aborda este assunto²⁶⁹³, a desadequação da proposta será criticada pelo Académico:

*“Uma igreja de tres naves é excellente para uma galeria, pelo encruzamento de sombras e luz que a arcadaria necessariamente deve produzir no seu recinto. Terá só as honras de uma sensaborona lembrança, visto não poder ser uma feliz descoberta.”*²⁶⁹⁴

O projecto de um Museu Nacional acabaria por ser convertido a partir de 1838 – numa adaptação às realidades logísticas e financeiras – em Galeria Nacional de Pintura, a qual seria organizada em torno de 540 dos mais primorosos quadros provenientes do DLEC, de onde ainda seriam seleccionados os melhores, e que abriria ao público apenas em 1868²⁶⁹⁵.

Em 1867, em relatório de visita ao seu distrito, o governador civil de Portalegre, Bazilio Cabral Teixeira de Queiroz Junior, bradando que se pusessem a salvo dos *novos barbaros* o que restava do espólio do mosteiro de Aviz não deixava de destacar o caso espanhol de aproveitamento de espólios religiosos na concretização do Real Museo de Pintura (futuro Museu do Prado), apresentando a nossa realidade patrimonial como reduzida a Belém e à Batalha:

²⁶⁹¹ *Idem, ibidem*, p.61.

²⁶⁹² SANTOS, João José dos, *Exame Critico do Opusculo: Reforma d’Academia de Bellas Artes de Lisboa pelo Sr. José Maria de Andrade Ferreira, offerecido á dita Academia por João José dos Santos*, Lisboa, Typ. de G. M. Martins, 1860.

²⁶⁹³ Na sua tese de doutoramento, intitulada *O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*, Hugo Xavier, tal como Maria Helena Lisboa, aborda, inevitavelmente, este tema. XAVIER, *op.cit.*, p.70.

²⁶⁹⁴ SANTOS, *Exame Critico...*, 1860, *op.cit.*, p.73.

²⁶⁹⁵ HOLSTEIN, Marquês de Sousa, *Catalogo provizorio da galeria nacional de pintura...* Lisboa: Academia Real das Bellas Artes, 1868; SOARES, “D. Pedro I...”, 2014, *op.cit.*, p.393 e *idem*, “Na origem da Galeria Nacional de Pintura...”, pp.200-201.

*“Foi com a aquisição de quadros, estatuas, bustos, medalhas, esculpturas, pergaminhos e exemplares de todas as artes plasticas formados dos despojos dos conventos, mosteiros, igrejas, capellas e confrarias, que Hespanha fundou em Madrid o **museu de el-rei**, o melhor, o mais variado, o mais escolhido e rico dos museus da Europa.*

Se o mesmo sentimento da arte e a mesma veneração á historia com a mesma solitudine e zêlo tivessem callado em nós desde 1834 até hoje, não receio affirmar que possuiríamos um museu ou galeria de pintura e antiguidades que nem envergonharia as nossas tradições, nem attentaria contra o bom gosto. Assim, afóra o padrão memoravel das conquistas orientaes erguido em Bellem, e os primores esculpturaes da Batalha relembrando um feito de armas glorioso e o firmamento de uma dynastia, nada temos de digno a exhibir á curiosidade estrangeira ou nacional!

*Lamentavel incuria!”*²⁶⁹⁶

3. O interesse Britânico pela museologia nacional.

Portugal, de um modo geral, surge como seguidor e não enquanto modelo. No entanto, a par com outros países europeus terá servido de inspiração, não só a aspectos relacionados com a extinção das ordens religiosas em Espanha, mas também com o nascimento de uma série de serviços e instituições britânicas.

Na consulta de documentação diversa, constatámos que nos anos 30 de oitocentos foram, sucessivamente, enviados para Portugal inquéritos bastante minuciosos sobre os nossos estabelecimentos. Entre eles contam-se, em 1834-1835, os relacionados com Museus e Bibliotecas.

Em finais de 1833 o Governo Britânico tinha enviado um longo questionário a respeito das Colecções Públicas (Bibliotecas Públicas) e Livros Impressos, que foi respondido pelo Bibliotecário-Mor da Real Biblioteca Pública, Joaquim Gordo, em Fevereiro de 1834. As questões incidiam sobre o funcionamento da biblioteca, indo ao mínimo detalhe e pedindo que fosse enviada uma cópia do regulamento²⁶⁹⁷.

²⁶⁹⁶ Relatório datado de 8 de Fevereiro de 1867, in *Collecção dos Relatorios das Visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p.11. Destaque a negrito, corresponde a itálico no original.

²⁶⁹⁷ ANTT, MNE, Cx389 Correspondência com o Ministério do Reino. A 22 de Outubro de 1834 o Bispo Conde Fr. Francisco (Ministério do Reino) oficiava ao Conde de Vila Real – “Com a remessa da Portaria inclusa satisfação ao objecto do officio, que tive a honra de receber de V. Ex.^a servir-se de lhe dar o destino conveniente para que Mr Masterton, subdito Ingles, possa tirar as instrucções, que precizar, das Bibliothecas Publicas, e para que o

Foi em Novembro de 1834, por ordem do Governo Inglês, através do Visconde Palmerston (Henry Temple, Secretário de Estado para os Assuntos Estrangeiros), que o Ministro de Sua Majestade Britânica na Corte, Howard de Waldem, recebeu instruções no sentido de obter respostas a várias questões referentes aos Museus e Bibliotecas Públicas em Portugal²⁶⁹⁸. Para a sua efectivação foi pedido auxílio ao Conde de Villa Real (Ministro dos Negócios Estrangeiros) que, pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, contactou o Bispo Conde Frei Francisco, Ministro do Reino, com vista a obter as respostas pretendidas²⁶⁹⁹.

No caso dos Museus /Museu eram colocadas as seguintes questões:

- “1- Ha na Capital de Portugal um Museo Nacional das Artes, antiguidades, ou Historia Natural?*
- 2- Debaixo de cujo dominio e direcção está elle collocado?*
- 3- Quantos Directores tem elle, e que ordenados vencem?*
- 4- Em que Repartições está elle dividido?*
- 5- Que despesa annual faz elle?*
- 6- Que fundos se applicam para esta despesa?*
- 7- Quem são actualmente os principaes Directores?*
- 8- Que leys regulam a admissão do Publico ao Museo?”*²⁷⁰⁰

Basicamente, interessava ao governo britânico ficar a par de toda a orgânica e burocracia que presidia a estas instituições, nomeadamente, até as verbas envolvidas e a forma como o público lhes tinha acesso.

Foi através do Ministro Fr. Francisco de São Luís que, em Dezembro de 1834, foram emanadas portarias como esta:

“Manda S. M. a rainha, que o Prefeito interino da Estremadura remetta a esta Secretaria d’Estado, com a possivel brevidade, huma relação dos Museus, e Bibliothecas Publicas, que ha na Provincia, com as declarações que se exigem no memorandum inclusivo, a fim de satisfazer-se a huma requisição do Govêrno Inglez.

Ministro de Sua Magestade Britanica fique no conhecimento de que foi logo attendida a sua requisição a este respeito. (...)”.

²⁶⁹⁸ ANTT, MR, Mç.2110 Resposta a circulares relativas a governos civis e administrações gerais. 22 de Novembro de 1834. Ofício (traduzido) de Hourard de Waldem ao Conde de Villa Real.

²⁶⁹⁹ ANTT, MR, Mç.2110 Resposta a circulares... 25 de Novembro de 1834. Ofício do Conde de Villa Real (Minist. dos Negócios Estrangeiros) ao Bispo Conde.

²⁷⁰⁰ Questionário constante em resposta a portaria expedida a 16 de Março de 1835 à Academia Real das Ciências de Lisboa (ANTT, MR, Mç.2110 Resposta a circulares...) e em ofício de 16 de Dezembro de 1834 a Vasco Pinto de Balsemão, Bibliotecário-Mor da Biblioteca Pública de Lisboa (BNP, AH, BN/DGA/05/Cx 1-A).

*Palacio das Necessidades em 11 de Dezembro de 1834. Bispo Conde Fr. Francisco*²⁷⁰¹

Ficava assim na incumbência dos Prefeitos, obter as informações necessárias. No caso da Estremadura, em Março de 1835 eram remetidas as respostas dos Directores do Jardim Botânico (José de Sá Ferreira dos Santos Valle) e da Biblioteca Pública (Vasco Pinto de Balsemão), referindo então o prefeito:

*“Nesta Capital nenhuma das outras Livrarias publicas ou Museos ha actualmente alem dos mencionados (...). Nas quatro Comarcas desta Provincia não havia Museu ou Livraria alguma publica, e tão sómente havião as dos Conventos supprimidos (...)”*²⁷⁰²

A mesma situação se verificava por exemplo, em locais como o Algarve e Minho, cujas respostas foram obtidas em consequência de Portaria de 16 de Março de 1835, remetida na mesma data para a Academia Real das Ciências e que foi respondida a 20 de Março do mesmo ano. No que se referia ao Museu e Biblioteca era informado:

“*Em quanto ao Muzeu.*

Ha na Academia um Muzeu composto que já tinha a Academia, e do que estabeleceu o P.^e M.^e Fr. José Mayne no Convento de Jesus, cuja administração encarregada pelo mesmo P.^e Mayne á Academia, lhe foi de novo commetida por Portaria de 23 de Outubro de 1834.

Este Muzeu esta-se actualmente arranjando. Não tem por ora Director.

Os fundos applicados para a despeza do Muzeu e Bibliotheca Maynense, e para pagamento do ordenado d’um Lente de Historia Natural, e d’um Biliothecario andarão por pouco mais de 700\$000^f, pagando-se o juro de todas as Apolices, e o dos Padrões do Senado.

Pelo Regulamento que fez a Academia, o Publico será admittido a ver o Muzeu nos dias – terça-feira de cada semana.

O Muzeu particular da Academia não tem rendas applicadas.

Em quanto á Bibliotheca.

²⁷⁰¹ ANTT, MR, 1834 Mç.2110 Resposta a circulares ... 11 de Dezembro de 1834.

²⁷⁰² ANTT, MR, 1834 Mç.2110 Resposta a circulares ... 7 de Março de 1835. Resposta do Prefeito interino António de Gambôa e Liz.

*A Livraria da Academia não tem ainda Bibliothecario. (...)”*²⁷⁰³

Mas qual seria o objectivo destes inquéritos? No caso de um inquérito realizado em 1838 a respeito da Polícia e Segurança Pública, era revelado que, naquele caso, havia o objectivo de recolher informações aqui e em outros países com vista à formação na Grã-Bretanha de um corpo de Polícia Rural²⁷⁰⁴. Ou seja, procuravam informar-se sobre modelos já existentes, para adaptá-los à realidade britânica. Cremos que terá sido esse o caso dos restantes inquéritos, nomeadamente, os relacionados com os museus e bibliotecas. Lembremos que, a partir dos anos 30 do século XIX, sob o movimento Cartista, o Reino Unido vive um período de reformas, em que, à semelhança de Portugal, a instrução pública é valorizada e em que bibliotecas e museus são vistos como meios ideais para o seu desenvolvimento. Nesse sentido surgiram o *Museums Act* de 1845 e o *Museums and Libraries Act* de 1850, sendo que a primeira lei autorizava as autoridades municipais a, em todas as localidades superiores a 10000 habitantes, comprarem um terreno e fundarem um museu, mantido com base nos impostos²⁷⁰⁵. Espírito semelhante estaria presente em 1850 “which permitted boroughs with a population of 10,000 or more to levy a rate of 1/2d in the pound to fund the establishment of a local museum on the condition that entry was free for all”²⁷⁰⁶.

Lembremos que, como já pudemos constatar no capítulo IV, inspirado no modelo francês, também em meados da década de 30, Portugal desejou instituir bibliotecas e gabinetes de pinturas e raridades (basicamente, museus distritais) em cada uma das capitais de distrito.

4. O Mercado de Arte

O mercado de arte em Portugal no século XIX seria, decisivamente, impulsionado pela extinção das Ordens Religiosas, iniciativa que, como já vimos, abriria as portas das antigas casas religiosas, revelando espólios imensos que iam desde as alfaias religiosas, às pinturas, à escultura, ao património integrado, etc., etc., itens que de repente se viram incorporados nos bens da Nação.

Alimentado legalmente por hastas públicas, sê-lo-ia ilegalmente, como já vimos em capítulo anterior, por desvios e furtos realizados pelos próprios religiosos, por particulares e por entidades administrativas, situações que terão ocorrido com alguma frequência e ajudado a

²⁷⁰³ ANTT, MR, 1834 Mç.2110 Resposta a circulares ... 20 de Março de 1835.

²⁷⁰⁴ ANTT, MR, Mç.2142.

²⁷⁰⁵ POULOT, *Patrimoine et musées...*, 2001, *op.cit.*, p.87.

²⁷⁰⁶ GARWOOD, Christine, *Museums in Britain : A History*, s.l., Shire Publications, 2014, p.30.

delapidar o património nacional que se via, desta forma, privado dos bens e do seu valor monetário e artístico.

Como refere Jorge Custódio, o abandono e vandalismo que se fizeram sentir sobre os mosteiros masculinos, devido à ausência de um activo serviço de monumentos, estimulou o aparecimento de um surto de antiquários amadores, alguns dos quais estrangeiros, “que passaram a procurar, a esbulhar e a comprar determinados bens, fragmentos ou recheios dos edifícios religiosos e desenvolvendo o comércio legal e ilegal de antiguidades”²⁷⁰⁷.

Uma má inventariação, muitas vezes tardia e omissa em detalhes, realizada por inventariantes pouco qualificados, assim como o abandono a que muitas obras de arte ficariam votadas, ou depositadas com pouco critério, facilitariam o processo de desvios.

Apesar das *Instruções para cumprimento do Decreto de 30 de Maio de 1834*, datadas de 4 de Junho desse ano (tal como as de 20 de Junho²⁷⁰⁸), protegerem, de alguma forma, objectos religiosos, de culto e artísticos, tentando colocar em prática medidas de segurança que evitassem o seu extravio, ordenassem a realização de inventários e exceptuassem de venda em hasta pública “os vasos sagrados, paramentos, livrarias, e objectos preciosos não sagrados”²⁷⁰⁹, foi necessária uma portaria a 15 de Julho para sustentar “a venda dos quadros, e pinturas pertencentes às Casas Religiosas extinctas”²⁷¹⁰. Tal vinha provar que, de facto, as transacções legais ou ilegais ocorriam e eram do conhecimento comum, existindo a consciência do efeito nefasto que tal trazia para o património nacional.

O mercado nacional de arte e antiguidades mostrava-se ainda, relativamente, incipiente (embora florescente) e, nas breves referências em documentação, surge por vezes, conotado com ilegalidades, vendas clandestinas de peças subtraídas, desaparecidas dos locais onde supostamente deveriam estar. Algumas pinturas chegaram a ser vendidas em lojas, informação que não passava despercebida aos responsáveis do Depósito de S. Francisco da Cidade”²⁷¹¹.

Seria de seu conhecimento que, em Lisboa se agenciava

²⁷⁰⁷ CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal durante a I República – Fundamentos e antecedentes, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011, p.566.

²⁷⁰⁸ *Instruções para por ellas se regular a arrecadação dos bens pertencentes às Casas Religiosas extinctas pelo Decreto de 30 de Maio ultimo. Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Camaras Legislativas*. Terceira Serie, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1835, pp.216-218.

²⁷⁰⁹ 4 de Junho de 1834. *Instruções para cumprimento...*; *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial* ... Terceira Serie, 1835, *op.cit.*, pp.192-193.

²⁷¹⁰ ANTT, MR, Mç. 1914 b). Referida em portaria de 20 de Outubro de 1834.

²⁷¹¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/20/Cx06-02. 28 e 29 de Abril de 1837.

“clandestinamente a venda de quadros preciosíssimos com a condição de serem imediatam^{te} remetidos p.^a fora do Reino”, “alguns (...) de formato pequeno, e outros ricam.^{te} moldurados e de clássicos authores”²⁷¹².

Embora não fosse fácil furtar ou ocultar obras de arte já célebres e/ou já referenciadas em inventário, como de qualidade, os descaminhos, a que já aludimos em capítulo anterior, ocorriam e mostravam-se uma fonte importante do mercado de arte. Escondidos em desconhecidas casas particulares, como terá sido o caso de quadros do Convento da Graça em Lisboa e de S. Vicente de Fora²⁷¹³, apenas o boato ou a denúncia ajudariam a impedir que fossem comercializados.

Em 1834, na mesma altura em que o DLEC era criado, Joaquim Rafael, *Primeiro Pintor da Real Câmara e Corte*, na apresentação da sua “*ideia para a criação de hua Escolla e Atheneo*” de Bellas Artes, não deixava de antever os perigos “comerciais” a que estavam sujeitas as pinturas, esculturas e gravuras dos antigos conventos:

“(...) ha, diversos e admiraveis originaes no maior desprezo e estrago possivel, por má arrecadação, tendo-lhe os nossos Artistas mesmo os estrangeiros tirado em outro tempo algumas copias por lhes não ser possivel o comprallos, convindo q.^{to} antes evitarem-se as arrematações de taes objectos nos confiscos pertencentes á fazenda Nacional, afim de se tirar o meio oculto de que se servem os sagazes arrematantes, aquem fica facil o comprarem por deminutas quantias obras de muito valor, sendo de maos enterece para o Estado reunillas ao referido Atheneo mesmo para senão defecarem os recursos de instrucção publica, e não ser a Nação extorquida destas Obras, que pelo supradito meio vão a ser transmitidas ás Nações estrangeiras, as quaes não só se enriquecem destas preciozidades, como tirão, pelas exposições que fazem das ditas, grandes lucros”²⁷¹⁴.

O Convento do Varatojo, extinto precocemente, terá visto as suas preciosidades roubadas, dadas à Misericórdia de Torres Vedras e outras terão mesmo sido *vendidas*²⁷¹⁵.

Lembremos que, em 1835, o próprio Doutor Nunes de Carvalho, responsável do DLEC aludiria a este mercado ilegal, o qual envolveria altas figuras do Estado, como os Ministros Rodrigo da Fonseca Magalhães e Silva Carvalho (Reino e Fazenda, respectivamente), o conselheiro/

²⁷¹² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02 . Doc. não datado e não assinado.

²⁷¹³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03. 10 de Setembro de 1838.

²⁷¹⁴ ANTT, MR, Mç.2122, Cap. Academias. 26 de Outubro de 1834.

²⁷¹⁵ *Apud* BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.141 (BNP, Res., Mss.225, nº96. 28 de Junho de 1837)

Governador Civil Joaquim Larcher²⁷¹⁶ e o lente Tomás de Aquino. Estariam em causa não apenas os objectos já reunidos no DLEC, mas também as preciosidades dos conventos femininos as quais correriam o “(...) *perigo de serem vendidas por baixos preços a especuladores, que lhas procuram para países estrangeiros (...)*”²⁷¹⁷.

As freiras constituiriam, aliás, um alvo fácil do mercado paralelo, uma vez que a falta de rendimentos, a penúria em que viviam, fruto das novas medidas legislativas, que lhes iam lentamente fechando as portas, as terá obrigado, muitas vezes, a desfazerem-se das preciosidades que enriqueciam os seus conventos.

A situação geral do património dos extintos conventos era, como já abordámos no capítulo anterior, em 1835, apelidada de *escandalosa* nas páginas do *O Nacional*, onde no artigo “Bens Nacionais” se aludia a todo um mercado paralelo. Eram vendidos livros na feira da ladra, alguns a peso, “*Quadros magníficos de grande valor, obras de primor e raridade, (...) outras de riqueza parece que desapareceram!*”²⁷¹⁸

Dias antes destas constatações, tinha sido emitida a Carta de Lei de 15 de Abril, documento que, como já vimos no Capítulo III, exepтуaria de venda obras e edifícios, “*de notavel antiguidade que mereçam ser conservados como primores da arte, ou como Monumentos historicos de grandes feitos, ou de Epocas Nacionais*”²⁷¹⁹. Fundamental na defesa de “obras primas” nacionais referenciadas, outras de equivalente importância terão, por opção, desconhecimento e/ou incúria, escapado ao seu crivo, entrando legal ou ilegalmente, no mercado.

Dois anos depois, a respeito de descaminhos e extravios que se suspeitavam ocorrer, nomeadamente em Évora, o mesmo cónego Vellez de Campos referiria:

“*sendo publico pella imprensa, que em Londres se vendem pinturas W.^a dos Conventos extintos de Portugal, de que serve tal indagação?*”²⁷²⁰

Inglaterra mostrava-se, de facto, como o mercado preferencial para os “despojos” dos nossos conventos.

²⁷¹⁶ Junho-Novembro de 1835.

²⁷¹⁷ BNP, Res., Cod. 6963, Papéis que pertenceram ao Dr. Antonio Nunes de Carvalho, fl.1. Acerca destes assuntos *vide* mais pormenores nos capítulos IV e V.

²⁷¹⁸ *O Nacional*, nº 150, 12 de Maio de 1835, p.638.

²⁷¹⁹ *Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados Desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*. Quarta Serie. Edição Official, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1837, pp.119-122.

²⁷²⁰ BNP, Res. Mss.225, Nº77. 2 de Agosto de 1837.

As referências a este país e aos seus cidadãos como “receptadores” das nossas preciosidades conventuais serão uma constante durante o século XIX, nomeadamente, durante o período que analisamos.

Como salienta Dominique Poulot, em Inglaterra, nos primeiros anos do século XIX, tinham-se multiplicado as galerias semi-públicas ligadas a aristocratas, banqueiros, industriais, *marchands*, artistas e membros de profissões liberais como médicos²⁷²¹. A criação da Sociedade para promoção das Belas-Artes, instalada em 1805 em Pall Mall, sob protecção de Jorge III, do Príncipe de Gales e de ricos subscritores, ofereceria uma galeria permanente de obras-primas, emprestadas às maiores colecções, ideia que iria ao encontro de uma “galeria nacional” e que ameaçava o respeito pela propriedade privada. Os grandes coleccionadores mostravam o que possuíam como um bem público, tesouros nacionais²⁷²².

As mostras públicas que decorriam, nomeadamente, no South Kensington Museum, em Londres (tal, como depois, em 1867, a Grande Exposição Universal de Paris), teriam impacto no mercado das antiguidades²⁷²³. De facto, na Grã-Bretanha, sobretudo a partir da década de sessenta de oitocentos, e sob a influência de exposições e museus dedicados à instrução popular, como o já referido South Kensington, a National Portrait Gallery (fundada em 1858), e museus municipais, o mercado de arte conheceria uma especial vitalidade²⁷²⁴. Para além de uma impressionante subida dos preços de obras da escola britânica, que tinha favorecido este comércio, multiplicavam-se as exposições de arte²⁷²⁵. O coleccionismo de arte e antiguidades por parte de uma camada da população, nomeadamente, empresários bem-sucedidos²⁷²⁶, era algo visto como prestigiante, o que, naturalmente, em muito contribuía para o grande desenvolvimento deste mercado que, não se limitava a transacções internas, mas que procurava igualmente no estrangeiro, obras que viessem, pela sua singularidade e prestígio, enriquecer estas colecções.

As relações e contactos privilegiados mantidos, nomeadamente, por muitos particulares nacionais, com aquele país, proporcionavam um fácil tráfico de peças para um mercado ávido por qualidade e quantidade. A presença e influência inglesa em Portugal era significativa, com ingleses a ocuparem posições chave na sociedade e bastantes a visitarem o nosso país. No Porto,

²⁷²¹ POULOT, *Patrimoine et musées...*, 2001, *op.cit.*, p.85.

²⁷²² *Idem, ibidem*, pp.85-86.

²⁷²³ NETO, Maria João Baptista, “Coleccionadores e *Connaisseurs* de obras de arte: Francis Cook (1817-1901) e Jonh Charles Robinson (1824-1913) em Portugal, in *Artis – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, N.º6 (2007), (pp.403-442) p.406.

²⁷²⁴ POULOT, *Patrimoine et musées...*, 2001, *op.cit.*, p.86.

²⁷²⁵ *Idem, ibidem*, pp.86-87.

²⁷²⁶ *Idem, ibidem*, p.87.

em 1838, era inaugurado o Museu Allen, propriedade de João Allen (John Francis Allen, 1781-1848), membro de uma família ligada à exploração do vinho do Porto²⁷²⁷. Como destaca Emília Ferreira, existia no Porto uma apetência colecionista que era “alicerçada no cosmopolitismo da cidade e sobretudo na influência das suas colónias de estrangeiros de que se destaca a inglesa, e que já dera azo à presença de um vasto espólio artístico na cidade”²⁷²⁸.

O forte antiquariato, fomentado pelo gosto pelo antigo, e pelo colecionismo que florescia em Inglaterra, encontravam resposta em países como Portugal, onde por meios mais ou menos lícitos, era possível ter acesso a peças de elevada qualidade.

Por cá, numa realidade que perdurará pelo resto do século XIX e atingirá o século XX, como refere Maria João Neto, as aquisições no mercado de antiguidades tornavam-se difíceis pela falta de dinheiro, e as obras nacionais acabavam “vendidas a particulares e sumidas para o estrangeiro”²⁷²⁹.

Em 1836, a igreja do Mosteiro da Penha Longa seria, após chamada de atenção da Academia das Ciências, expressamente excluída de venda “*por conter objectos que [a] tornão um monumento notavel da arte*”²⁷³⁰ – terá chegado a ser visitada por potenciais compradores, que tencionariam “*vender para Inglaterra os ornatos da Capella mór, que são d’alabastro gypsoso calsulfatada d’Haity*”²⁷³¹.

Nesse mesmo ano, um empresário inglês, Hardy Hislop, – que viria a ser representante da Companhia Central Peninsular dos Caminhos de Ferro e estaria ligado à Iluminação a Gás no Porto e em Coimbra e à construção civil²⁷³² – mostrava-se interessado em comprar “*os paramentos e ornamentos que diz haver ordem para vender*”, no extinto Convento de Alcobça²⁷³³, situação que, como já aludimos no capítulo IV, teria o “patrocínio” do próprio

²⁷²⁷ FERREIRA, Emília, “Expor para salvaguardar: a importância da Exposição de Arte Ornamental para a história do restauro e da conservação do património móvel em Portugal”, in *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, Ed. R. F. Silva, A. Pais, Instituto Português da Conservação e Restauro, Lisboa, 2007 (pp.41-55), p.43.

²⁷²⁸ *Idem, ibidem*, pp.43-44.

²⁷²⁹ NETO, Maria João Baptista, “A propósito da descoberta dos Painéis de São Vicente de Fora. Contributo para o estudo e salvaguarda da *pintura gothica* em Portugal” in *Artis – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, N.º2 (2003), (pp. 219-260) p.228.

²⁷³⁰ BACL, Livro 4 B – Portarias, Avisos e Decretos (4 de Agosto de 1833 a 4 de Agosto de 1863), fls.44vs-45, N.º143. 30 de Março de 1836. Ofício comunicando à Academia a exclusão de venda da igreja da Penha Longa. Assinado por Mouzinho de Albuquerque.

²⁷³¹ BACL, Livro 1B Correspondência com o Governo 1833-1847..., fl.47, N.º81. 24 de Março de 1836.

²⁷³² PINHEIRO, Magda de Avelar, “Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX” in *Análise Social*, vol. XV (58) (1979-2.º), 265-286; ROTH, Ralf, DINHOBL, Günter, *Across the Borders: Financing the World's Railways in the Nineteenth and Twentieth Centuries*, Ashgate Publishing, Ltd., 2008, p.130; PAQUIER, Serge, WILLIOT, Jean-Pierre, *L'industrie du gaz en Europe aux XIXe et XXe siècles: l'innovation entre marchés privés et collectivités publiques*, Peter Lang, 2005, p.372.

²⁷³³ ANTT, MNEJ, NE, Livro 81, fl.228. 15 de Julho de 1836. Assinado por Joaquim António de Aguiar.

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, Joaquim António de Aguiar.

Francis Cook (1817-1901), próspero comerciante de tecidos, que reuniria uma das maiores colecções particulares de pinturas europeia, e que adquire em 1856 a Quinta de Monserrate, em Sintra²⁷³⁴, será um dos melhores exemplos de grande empresário britânico, coleccionador de arte, que se interessou por Portugal e por obras de arte nacionais.

Dedicando-se à compra de antiguidades, Cook tornar-se-ia, com o tempo, um coleccionador de excepcional gosto e dimensão, investindo, principalmente, em pintura²⁷³⁵. Um percurso, onde John Charles Robinson (1824-1913), coleccionador privado, consultor e principal conselheiro artístico de Cook, membro honorário da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa, cujo nome se encontra ligado ao South Kensington Museum de Londres, e que em Portugal tentou “cimentar linhas mestras nas fundações da historiografia da arte portuguesa, a propósito da questão da nossa primitiva escola de pintura”²⁷³⁶, teve um importante papel.

Terá sido através de Robinson que Francis Cook se tornou proprietário do tríptico de Vasco Fernandes, *Cristo deposto da Cruz, S. Francisco e Santo António*, adquirido pelo primeiro ao pintor de Viseu, António José Pereira. Este, tinha-o adquirido em 1857, num leilão, não se tendo apercebido, imediatamente, do valor dos painéis, uma vez que as tábuas do tríptico serviriam de caixa ao conjunto de pinturas que tinham, essas, motivado a aquisição²⁷³⁷.

No vasto acervo de Cook, onde constavam autores italianos, flamengos, holandeses, alemães e espanhóis, encontrar-se-iam mais dois quadros quinhentistas portugueses: o *Casamento Místico de Santa Catarina* (oriundo da colecção O'Neill) e um *Pentecostes*, que tinha sido comprado por Robinson e que era proveniente de um convento de Lisboa²⁷³⁸.

Em Portugal, toda a agitação que se tinha feito sentir nas três primeiras décadas de oitocentos (Invasões Francesas, exílios, guerra-civil, etc.), tinha enfraquecido o poder de compra de uma camada da população que, pela sua cultura estava, naturalmente, mais predisposta a adquirir obras de arte. Esse aspecto encontra-se presente nas palavras que o Governador Civil de Viseu, Manuel Metello de Napoles e Lemos, endereça, em 1836, a Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, sugerindo o envio de pinturas para o Porto:

²⁷³⁴ NETO, Maria João Baptista, “Coleccionadores e *Connaisseurs* de obras de arte: Francis Cook (1817-1901) e Jonh Charles Robinson (1824-1913) em Portugal, in *Artis – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, N.º6 (2007), (pp.403-442) p.403.

²⁷³⁵ *Idem, ibidem*, p.407.

²⁷³⁶ *Idem, ibidem*, p.403.

²⁷³⁷ *Idem, ibidem*, p.411 Segundo esta autora, esta notícia foi dada por Oliveira Berardo (*Grão Vasco e a pintura europeia do renascimento*, p.149).

²⁷³⁸ NETO, “*Coleccionadores e Connaisseurs...*”, 2007, *op.cit.*, p.413.

*“Estes objectos preciosos não estão nas circunstancias de entrarem em venda com vantagem da Fazenda Nacional, não só pela falta de Curiozoz que apreciem o seu valor e queirão fazer Collecções, mas tão-bem por que alguns que assim o desejassem não se achão nas circunstancias de realizar os seus desejos.”*²⁷³⁹

No entanto, apesar das contingências financeiras (que atingiam não só os particulares mas também a nação), como já vimos e como destaca Jorge Custódio, desenvolver-se-ia em Portugal também um “coleccionismo de orientação pública ou semi-pública cuja ideia-base era a subtracção dos bens de valor nacional, histórico ou artístico dos conventos extintos, quer com a finalidade de constituição de colecções destinadas a museus arqueológicos, como (...) [viria a ser] o caso do Museu do Carmo, quer com a intenção de exposição pública desses objectos ou como meio de pressão face às irresponsabilidades estatais.”²⁷⁴⁰

O florescimento de um mercado nacional não apenas de bens artísticos mas também arqueológicos e de elementos architectónicos com esta proveniência, levaria a que fossem surgindo significativas colecções privadas, assim como alguns destes bens se viram incorporados em edifícios públicos e privados.

Refere o mesmo autor a existência de casos de ostentação de bens adquiridos no mercado ou deslocados por iniciativa privada, enquanto “forma de afirmação de demonstração dos gostos culturais”²⁷⁴¹; atitude reflectida, igualmente, nos contributos de coleccionadores particulares “da vontade de protecção de bens, doravante apresentados à via pública ou para uso de proprietários de quintas de modo a servirem os seus familiares e amigos”, iniciativas que estariam na génese de muitos museus portugueses oitocentistas²⁷⁴².

Em Portugal, nos anos 40, a venda do espólio da Rainha Carlota Joaquina²⁷⁴³ (1775-1830) suscitaria especial interesse e, apesar de não relacionada com o património artístico dos extintos conventos, revelaria o estado do nosso mercado de arte, nomeadamente, a força que os estrangeiros nele detinham. Em 1844, vindos do Ramalhão, em Sintra, e expostos no Palácio da Bemposta, o Director Geral da Academia de Belas-Artes de Lisboa alertaria para os quadros que ali estavam “inventariados e avaliados” para se venderem em hasta pública. Expondo em sessão

²⁷³⁹ ANTT, MR, Mç.2122 Capilha Academias. 24 de Janeiro de 1836.

²⁷⁴⁰ CUSTÓDIO, “*Renascença*” artística..., 2011, *op.cit.*, pp.566-567.

²⁷⁴¹ *Idem, ibidem*, p.567.

²⁷⁴² *Idem, ibidem*.

²⁷⁴³ Acerca do interessante acervo da Rainha Carlota Joaquina *vide* XAVIER, *op.cit.*, pp.75-90.

*“que muito convinha que a Academia dirigisse uma representação ao Governo, pedindo que se comprassem por conta do Estado os que fossem originaes classicos para se utilizarem na Academia, evitando-se que vão para fóra do Reino, acrescentando que iria pessoalmente fallar a Suas Magestades a respeito deste objecto”*²⁷⁴⁴.

No ofício dirigido ao ministro era destacada a conveniência da compra

*“por não ser possível que haja algum nacional cujos lances não cubram os de muitos agentes comerciais de vários países, expressamente encarregados de fazerem tão óptimas aquisições”*²⁷⁴⁵.

Como destaca Hugo Xavier, a eventual saída das pinturas para o estrangeiro que integravam o acervo e a necessidade de se assegurar a sua aquisição por parte do Estado, tornou-se desde logo tema na imprensa, com especial destaque para as intervenções de Ribeiro de Sá²⁷⁴⁶. Num artigo intitulado *“Um brado a favor da glória nacional e das belas-artes”* publicado n’*O Panorama*, não deixava de alertar para o “perigo de por vil preço irem aumentar os museus estrangeiros, lamentando que

*“a troco de quatro ou cinco contos de reis, verão os portugueses cortar as águas do Tejo o navio que levar para Inglaterra os quadros de grandes mestres que poderiam servir para junto com o pouco que nos tem restado, principiar-mos a organização de uma galeria nacional, tão necessária e que sem sacrifício poderia ser levada a cabo”*²⁷⁴⁷.

Não realizado em 1844, o leilão da pinacoteca ocorreria apenas em 1848 – anunciado no *Diário do Governo* para se iniciar em 23 de Maio, o aviso seria redigido em francês, forma que assegurava uma mais ampla divulgação... – não sem que Ribeiro de Sá voltasse a reiterar por mais de uma vez a importância *“que os quadros não saiam para fora do país como já tem acontecido a muitos que possuímos, e que se comece a cuidar de um museu nacional”*²⁷⁴⁸.

²⁷⁴⁴ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.9 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00004), Acta nº222 (?), de 15 de Janeiro de 1844 fl.2vs (Tif.7).

²⁷⁴⁵ *Apud* XAVIER, *op.cit.*, p.84 (Ofício de 18 de Janeiro de 1844 ANBA).

²⁷⁴⁶ *Idem, ibidem*.

²⁷⁴⁷ *Apud idem, ibidem*, pp.84-85 (Sá, S. J. Ribeiro de – “Um brado a favor da glória nacional e das belas-artes”. *O Panorama*, vol.III, 3.º da 2.ª série, nº109, 27 de Janeiro de 1844, p.28).

²⁷⁴⁸ *Apud* XAVIER, *op.cit.*, p.85 (SÁ, S. J. Ribeiro de – “Bellas-artes: almoeda no Palácio da Bemposta”. *Revista Universal Lisbonense*, vol.VII, série I, nº2, 16 de Dezembro de 1847, p.20). Ideias novamente expostas em outro artigo, publicado no mês anterior ao leilão – SÁ, S. J. Ribeiro de – “Os quadros da Bemposta e a possibilidade de organizar em Lisboa um Museu Nacional”. *Revista Universal Lisbonense*, vol.VII, série II, nº21, 27 de Abril de 1848, p.241. Os leilões dos móveis, porcelanas, pratas, e outros objectos decorreram no final de 1847. XAVIER, *op.cit.*, p.86.

Compreendendo um total de 201 lotes, o governo chefiado pelo marquês de Saldanha autorizou somente a compra de 25 lotes e por valor não superior a mais de 20% das avaliações²⁷⁴⁹. Contrariamente ao expectável, existiu uma fraca adesão de compradores nacionais e estrangeiros, com destacada ausência dos agentes comerciais externos, o que levou à baixa dos preços e a aceitar os valores oferecidos em praça; no total seriam adquiridas pelo Estado 25 pinturas, uma escultura e um baixo-relevo em mármore²⁷⁵⁰.

Aquisições como esta, destinadas ao engrandecimento da Galeria Nacional de Pintura – política gizada pelo marquês de Sousa Holstein, Vice-Inspector da Academia de Belas-Artes a partir de 1862²⁷⁵¹ – nomeadamente, os gestos mecénáticos de D. Fernando II na década de 60, que permitiram a aquisição de mais de uma centena de pinturas, sobretudo a particulares, alguns ligados ao meio diplomático²⁷⁵², terão ajudado a dinamizar o mercado. Tal como destaca Hugo Xavier essas colecções particulares “revelaram-se todavia férteis em obras de autenticidade duvidosa que o olhar pouco experimentado dos professores de pintura da Academia, reunidos em comissão especial para o efeito, tomou quase sempre por genuínas, sobretudo em relação aos grandes mestres estrangeiros, lacuna do acervo que importava preencher”²⁷⁵³.

Como já vimos no Capítulo V, terão sido vários os objectos preciosos dos conventos, de ouro e prata, que acabariam vendidos quer ilegalmente, quer já depois de recolhidos, legalmente, pela Casa da Moeda²⁷⁵⁴. Enquanto no segundo caso eles, teoricamente, já seriam os destituídos de interesse histórico e artístico, no primeiro, é provável que obras de significativo valor se tenham perdido, vindo a engrossar colecções particulares em Portugal e no estrangeiro...

As hastas públicas de venda dos antigos edifícios, publicadas no diário oficial, seriam outra fonte a alimentar o mercado. Muitas casas religiosas, por desconhecimento, incúria das autoridades e, sobretudo, falta de legislação adequada que protegesse a totalidade do património artístico, terão sido vendidas com algum recheio, como património integrado, como talha ou

²⁷⁴⁹ XAVIER, *op.cit.*, p.88.

²⁷⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp.88-89.

²⁷⁵¹ Refere Hugo Xavier: “A sua eleição para presidente da Sociedade Promotora das Belas Artes, ocorrida alguns meses antes, não passou naturalmente despercebida ao governo, tendo estado na base da escolha do jovem marquês que cursara Direito em Coimbra, e cuja fugaz permanência em Itália enquanto diplomata desenvolvera a propensão pelas artes, quer como estudioso quer como colecionador, com especial evidência para a obra de Domingos Sequeira. Sousa Holstein procurará dar resposta às diversas carências do estabelecimento [Academia de Belas-Artes de Lisboa], lutando não só pela sua atualização de acordo com outros modelos europeus, mas também pela pública exposição do acervo e seu enriquecimento.” *Idem, ibidem*, p.335.

²⁷⁵² *Idem, ibidem*, p.335.

²⁷⁵³ *Idem, ibidem*, p.336.

²⁷⁵⁴ *Archivo Pittoresco, Semanario Illustrado*. Editores Proprietários, Castro irmão e C.^a, Lisboa, Typographia de Castro Irmão, Vol. VII, 1864, p.97.

azulejaria, e até, mais pontualmente, com património móvel, algum considerado pouco relevante.

No caso da talha, como já vimos em capítulo anterior, também ela era alvo de interesse por parte de compradores estrangeiros. Em 1844 a “*madeira dourada*” da igreja do extinto convento dos Marianos, já parcialmente desmantelada, era alvo de cobiça por parte de J. B. François Rois(y?). O seu requerimento de compra não deixaria de ser ponderado, e aquela obra de ser avaliada por peritos das Obras Públicas (o Mestre Carpinteiro e o Aparelhador dos pintores), e sujeito ao parecer do Vice-Inspector do Conservatório de Artes e Ofícios. O valor da avaliação de 151:000 r^s e a opinião deste, convenceriam José Bento de Sousa Fava, Intendente servindo de Inspector-geral das Obras Públicas, de que

*“conviria vender ésta madeira em concorrência publica, pois que o seu maior ou menor preço depende da applicação a que os concorrentes a destinarem”*²⁷⁵⁵.

Editais do Governo Civil de 24 de Setembro 1846, anunciavam a venda em hasta pública dos “*objectos de madeira dourada*” existentes na Igreja e Sacristia do extinto Convento dos Remédios (Marianos), às Janelas Verdes. Estes acabariam comprados a 9 de Outubro por Thomas José dos Santos²⁷⁵⁶.

A nível interno, apenas a Corte, um número restrito de algumas importantes figuras do Estado, algumas com títulos nobiliárquicos, embora, ainda por vezes, monetariamente desfalcadas, teriam gosto e acesso, aos objectos em questão. Destacamos a existência, por exemplo, de coleccionadores como Sousa Holstein, 1º Duque de Palmela, que eram dotados de uma especial cultura artística, em cujas colecções era possível encontrar não apenas autores estrangeiros de renome, mas também portugueses, como Garcia Fernandes, Francisco Vieira Lusitano, entre outros²⁷⁵⁷. Mas dentro do país, seriam essencialmente aqueles que Almeida Garrett apelida de “barões”, a nova nobreza, e uma alta burguesia, que numa tentativa de afirmação, legitimação e também numa perspectiva de investimento, teriam apetência para as compras, fossem elas legais ou ilegais.

²⁷⁵⁵ ANTT, IOP, Livro 24, fls.165vs-166. 26 de Junho de 1844. Informação sobre o requerimento de J.B. François Rois(y?) para a compra da madeira dourada da Igreja dos Marianos, de José de Bento de Sousa Fava, Intendente servindo de Inspector Geral, ao Duque da Terceira. “Adoptando-se ésta medida seria necessario fazer os competentes annuncios com anticipação”.

²⁷⁵⁶ AHE, AITC, CAO 2 (bobine nº4), fl.28-28vs. Outubro de 1846.

²⁷⁵⁷ SERRÃO, Vítor – “As colecções artísticas Sousa e Holstein/ Palmela. Notas sobre um recheio coleccionístico de excepção” e VENTURA, António, “D. Pedro de Sousa e Holstein entre Letee Mnemósine”, in *Uma família de coleccionadores: poder e cultura: antiga colecção Palmela*, catálogo da exposição, [Lisboa], Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001, pp.73-91 e pp.43-63, respectivamente.

Apesar de não existir objectivo de venda, a avaliação realizada em 1862, dos quadros da Academia, reflecte a importância que o mercado da arte, sobretudo estrangeiro, representava enquanto determinante dos valores atribuídos. Realizada por uma Comissão nomeada a 29 de Maio de 1861, composta por alguns dos mais importantes professores daquele estabelecimento – *vide* capítulo anterior²⁷⁵⁸ – a avaliação, teve de ser justificada ao Governo pelas “*rasões artísticas*” em que se baseou para atribuir os valores:

“(…) 1º Que a comissão, sendo composta de Professores competentes para este fim, tendo até alguns d’elles viajado e visitado as galerias mais celebres da Italia, não podia deixar de apreciar o sobido merecimento e valor dos quadros, que possui, determinando o preço(?) d’alguns d’elles, que parecendo excessivo, verdadeiramente o não é : como é o quadro de S. Jeronimo, que pelo seu singular merecimento, q por sêr da escola, e talvez da mão de Miguel Angelo, a comissão o avaluou em 2000\$000 de reis. 2º- Que para se conhecer que realmente não houve, nem há excesso na apreciação dos nossos quadros, bastaria recorrer aos valores que as nações mais cultas teem dado aos quadros de reconhecido merecimento dos mais celebres pintores; pois é sabido, que ainda há poucos tempos foi apreciado e arrematado em publico leilão do Marechal Sult(?), em Paris, um quadro de Murillo por 600\$ francos, cuja aquisição foi feita pelo Governo. [“* E que não obstante possuir a Espanha um grande numero de quadros de Murillo, com tudo mandou um commissario ao Leilão, chegando a offerecer por este 9(?)0000\$000 de reis : o que não acontece com alguns dos nossos quadros de Gram Vasco, porque se não encontrão nas galerias estrangeiras.”] 3º- Que a comissão se presuade com bons fundamentos, e pelo juizo committido, não só pelos nossos Professores, que teem visitado e estudado nas galerias estrangeiras, mas tambem pelos mesmos estrangeiros intelligentes, que teem visto os quadros que possuímos de Gram Vasco, e da sua escola, que se estes lá offerecessem seriam muito apreciados e obteriam um valor muito superior aquella em que a comissão os avaliou.”*²⁷⁵⁹

Também o designado Depósito Público²⁷⁶⁰, organismo criado no século XVIII, que recebia depósitos de carácter obrigatório mas também voluntários (que podiam ser em dinheiro, prata,

²⁷⁵⁸ Capítulo V, p.598.

²⁷⁵⁹ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta N°544, de 26 de Fevereiro de 1862, da Conferência extraordinária da Comissão nomeada em 29 de Maio de 1861, fls.157-157vs.

²⁷⁶⁰ <https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Estudos/Documents/Transicao-Bens-Valores-Deposito-Publico.pdf> (consultado em 16-03-2016). O fundo do ANTT intitulado Junta do Depósito Público de Lisboa, contém a documentação deste organismo que, com origens no século XVI foi extinto em 1870. “A Junta

ouro, jóias, etc.), mediante o pagamento de uma quantia por parte dos depositantes, terá ajudado a alimentar este mercado.

Em 1837, o Professor António Manuel da Fonseca alertava para *as muitas fraudes* que aí se cometiam “*por ocasião das arrematações de quadros, e outros objectos de Bellas Artes*”, pedindo à Academia que

*“representasse ao Governo quanto seria conveniente que o mesmo determinasse, que se não posessem em Praça nenhuns dos ditos objectos, sem serem primeiro avaliados, por peritos da Academia”*²⁷⁶¹.

4.1. Leilões

A alimentar o mercado de arte do século XIX, encontramos a realização de leilões públicos e privados que, pontualmente, eram anunciados nas páginas dos principais jornais. Mobiliário, curiosidades, obras de arte, encontravam na hasta pública um meio de transacção que pretendia garantir a rápida venda e realização de somas, muitas delas já destinadas.

No caso da pintura proveniente dos extintos conventos, também foi através de leilões que ela foi, legalmente, transaccionada pelo Estado através das instituições onde se encontrava depositada, comprada por nacionais e estrangeiros.

Terá sido, essencialmente, a partir dos finais dos anos 50 de oitocentos, numa altura em que os depósitos se encontravam cheios, era necessário espaço, mais incorporações provenientes dos conventos femininos se avizinhavam, escolhas tinham já sido realizadas e verbas eram bem-vindas, que num clima de renovação e mudança, instituições como a Biblioteca Nacional, a Academia de Belas-Artes de Lisboa e a Academia das Ciências de Lisboa, levam a cabo vários leilões, que colocaram no mercado um importante conjunto de obras de arte, teoricamente, de segunda e terceiras categorias e/ou em mau estado, que acabaram por vir a enriquecer não apenas colecções privadas, mas também públicas.

tinha como objectivo a guarda, conservação e direcção dos depósitos, zelando para que se arrecadassem nos respectivos cofres e armazéns, sendo carregados em receita em livros próprios. Assegurava os pagamentos às partes, face à apresentação de mandados dos juízes, bem como o leilão dos que deviam ser vendidos. Desta forma, pretendia-se defender os interesses dos particulares e das instituições, mantendo a legalidade e a segurança dos depósitos e garantindo uma fonte de receitas ao Estado.” “Segundo o Alvará de 1 de Dezembro de 1767 os depósitos que deviam ser feitos na Junta eram os seguintes: cabedais e bens em moeda, jóias, peças de ouro, prata, vestidos, roupas, ornatos de casa pertencentes a sequestro, penhoras e embargos, sendo proibido que esses bens fossem entregues a particulares”. <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4206789>.

²⁷⁶¹ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.6 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00001), Acta nº31 – 31 de Março de 1837, p.124.

O aspecto financeiro por parte das instituições envolvidas e uma cada vez maior apetência dos mercados pela pintura nacional em muito terão contribuído para que a venda fosse uma opção a considerar. O facto de muitas obras serem de temática sacra e estar-se a viver um novo movimento anticlerical – em que Alexandre Herculano seria uma das vozes – que em 1861 levou à desamortização dos bens dos conventos femininos e, em 1862, à expulsão das Irmãs da Caridade de S. Vicente de Paulo, terá, igualmente, contribuído para que mais facilmente estas instituições públicas se desfizessem de um património “pouco apetecível”, num momento em que novas riquezas artísticas se avizinhavam.

Para além dos leilões encontramos, como já relatado em capítulo anterior, a Academia de Belas-Artes a determinar que poderia ser vendido por quarenta e cinco mil reis um quadro atribuído a Pedro Alexandrino “*muíto damnificado*”²⁷⁶².

4.1.1. Biblioteca Nacional de Lisboa

Como pudemos constatar nos capítulos IV e V a Biblioteca Nacional de Lisboa herdou com o DLEC um vasto espólio pictórico proveniente dos extintos conventos, cuja gestão era complicada e não lhe interessava, particularmente. A falta de espaço, as más condições de conservação, tornavam-no, maioritariamente, dispensável.

Em Junho de 1857, Canaes de Figueiredo propunha ao Conselho da Biblioteca que se chamasse a atenção do Governo, “*sobre a conveniencia de fazer a venda dos quadros existentes no Deposito, em Leilão publico, para o seu producto ser applicado á compra de livros.*”²⁷⁶³ Esta intenção terá tido acolhimento positivo. No entanto, a sua efectivação não seria realizada de forma leviana: Portaria de 29 de Agosto de 1857 ordenava que o Director Geral da Academia de Belas-Artes

“*acompanhado de dois, ou mais Professores, conforme melhor lhe parecer*”, procedesse “*a um exame minucioso de todos os quadros existentes na Bibliotheca Nacional, dando a sua opinião sobre o merecimento d’elles para habilitar o Governo a proceder á troca d’uns e vender em leilão outros, conforme a proposta do Bibliothecario Mor. (...)*”²⁷⁶⁴.

²⁷⁶² ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência Geral de 25 de Outubro de 1865, fls.140-140vs (Tifs.291-292).

²⁷⁶³ BNP, AH, BN/DGA/01/Lv01-02 Actas das Sessões do Conselho Administrativo da BNL. Acta de 2 de Junho de 1857.

²⁷⁶⁴ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008), Acta (nº460) de 30 de Outubro de 1857. A 4 de Setembro de 1857, no ofício do Bibliotecário-Mor (Canaes) ao Ministro do Reino, acerca da avaliação dos quadros do Depósito, mandada fazer pelo Governo era feita referência a portaria de 29 de Agosto,

Deste desejado leilão não se encontram mais notícias, e aparentemente, tudo leva a crer que não tenha ocorrido.

Já com José Mendes Leal na direcção da Biblioteca (1850-1851 e 1857-1886), no seu relatório dirigido ao Ministério do Reino, fazendo alusão aos quadros não descritos na obra do seu antecessor, não deixou de evidenciar que era de grande conveniência que fosse permitida a sua venda, em benefício do cofre daquela instituição, ressaltando que se devia ouvir *“previamente acerca do seu valor, que de certo não é grande, a Academia de Bellas Artes, como corporação competente, ou quaesquer outras pessoas idoneas”*, chegando a solicitar que

*“ao menos seja ordenada a remoção de taes pinturas, inuteis aos fins d’este Estabelecimento, para qualquer outro, onde achem logar e rasão de hospedagem. (...)”*²⁷⁶⁵.

Com a necessidade de venda a ser novamente colocada, esta será acolhida pelo governo, segundo parâmetros já anteriormente referidos; segundo estabelece portaria assinada pelo Marquês de Loulé, os quadros eram escolhidos pela Academia de Belas-Artes, separados para a Biblioteca os que tivessem merecimento artístico e histórico, e avaliados os restantes, destinados à venda em hasta pública:

*“Tendo sido presente a Sua Magestade ElRey a conveniencia de dar destino a um grande numero de quadros e retratos, que, tendo pertencido aos conventos das extinctas ordens religiosas, existem actualmente no Deposito da Bibliotheca Publica de Lisboa: Manda O Mesmo Augusto Senhor, Conformando-Se com a informação do Conselho Geral de Instrucção Publica de 25 de Maio ultimo, que seja remettida a collecção dos referidos quadros e retratos á Academia das Belas-Artes de Lisboa, para ahi se proceder á escolha d’elles, separando-se para a Bibliotheca os que poderem ter merecimento artistico e historico, e avaliando-se os restantes para se proceder á venda dos mesmos, precedendo os competentes annuncios, para o dia em que tiverem de ser vendidos em hasta publica. O que se participa ao Bibliothecario Mór da Bibliotheca Publica de Lisboa para sua intelligencia e devidos effeitos.(....)”*²⁷⁶⁶.

em que se comunicava que os quadros da Biblioteca tinham sido mandados avaliar pelos Lentes da Academia de Belas-Artes. BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01.

²⁷⁶⁵ BNP, AH, BN/DGA/15/Cx01, fls. 9-10. Relatório de 1857 a 1859.

²⁷⁶⁶ BNP, AH, BN/DGA/05/02 Cx2 mç02. 8 de Junho de 1861. Portaria do Ministério do Reino, Direcção Geral de Instrucção Pública, 2.ª Repartição, L.º20 N.º551.

Esta portaria, de 8 de Junho de 1861, deixava deste modo em aberto, com consequências futuras, um novo destino para as pinturas ali arrecadadas: a venda.

O processo não seria imediato e demorará até existirem notícias efectivas de um leilão.

Apenas em 1863 seria reatado o assunto “leilão”, aparentemente, sem consequências efectivas até à data. Para a escolha de entre os muitos quadros que ali existiam “*os que fossem retratos d’Escriptores, para se formar a collecção, de que, já ha muito, se fallou ao Governo*”, o Conselho da Biblioteca nomearia o Conselheiro Viale, Oficial da Secção de Ciências Cívicas, Políticas e Eclesiásticas, e determinava que “*se vedasse a passagem dos corredores da Bibliotheca que estão mais ao norte, para ahi serem arrecadados os sobreditos quadros. (...)*”²⁷⁶⁷.

Finalmente, em Fevereiro de 1864, após publicação de anúncio no *Diário de Lisboa*²⁷⁶⁸ [Fig.47], eram leiloados 472 quadros

“*todos já geitados por diversas vezes, não só pela Academia das Bellas Artes, mas também, por outras muitas corporações, ás quaes o governo tem dado permissão para se proverem d’elles*”

e trinta e uma arrobas de “*paños completamente inutilizados*”²⁷⁶⁹.

A praça – que decorreu no dia 20,

pelas 15 horas, no segundo piso da biblioteca, em S. Francisco – seria aberta com a avaliação²⁷⁷⁰ de 385.060 reis, correspondente a 375.760 reis ao valor dos quadros e 9.300 reis ao valor dos panos²⁷⁷¹. Todavia, sendo apregoados durante meia hora, pelo pregoeiro privativo da Câmara Municipal de Lisboa, Jeronymo José de Carvalho, não houve quem os quisesse arrematar, mandando-se fechar a praça²⁷⁷².

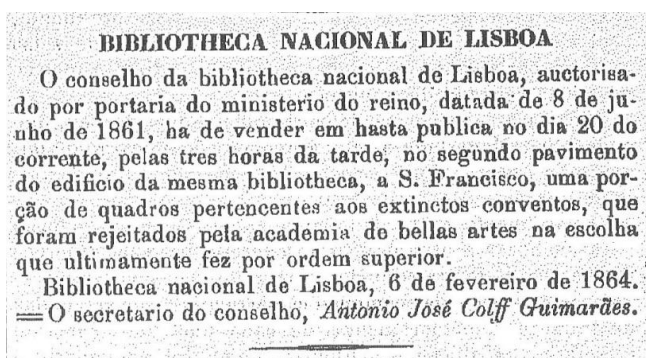


Fig.47 Anúncio publicado no *Diário de Lisboa* de 19 de Fevereiro de 1864.

²⁷⁶⁷ BNP, AH, BN/DGA/01/Lv01-02 Actas BNL (Lv01 1837-1868). Acta de 6 de Julho de 1863.

²⁷⁶⁸ *Diário de Lisboa*, N°38, 19 de Fevereiro de 1864. BNP, AH, BN/DGA/01/Lv01

²⁷⁶⁹ BNP, AH, BN/DGA/01/Cx01. Minuta da acta (do Conselho Administrativo da BNL) de 20 de Fevereiro de 1864, rascunho do Termo do leilão.

²⁷⁷⁰ A lápis: “feita pelos professores de pint da Ac. de Bellas Artes???” BNP, AH, BN/DGA/01/Cx01. Minuta da acta.

²⁷⁷¹ Os valores de cada tipologia aparecem riscados, mas o valor total apresentado corresponde, de facto, à soma dos dois.

²⁷⁷² BNP, AH, BN/DGA/01/Cx01. Minuta da acta (do Conselho Administrativo da BNL) de 20 de Fevereiro de 1864, rascunho do Termo do leilão.

Ao contrário do esperado, depois de alguns interessados terem ido “*vêlos muitas vezes*”²⁷⁷³, ninguém ocorreu ao leilão, levando a que chegasse a ser ponderado um novo leilão com “*abatimento da 5ª p^{te}*”²⁷⁷⁴, hipótese posta de lado, uma vez que o Vice-presidente achava ser possível e mais conveniente “*no interesse da fazenda publica*”²⁷⁷⁵, vendê-los pelo preço da avaliação, “*a pouco e pouco*”²⁷⁷⁶, solução aprovada pelo Conselho. No entanto, os quadros existentes no Depósito conheceriam logo depois, a 3 de Março, nova proposta, apresentada pelo Conservador Viale –

*“que depois de escolhidos entre os quadros existentes no Deposito aquelles cuja conservação nas Salas da Bibliotheca pareça ser conveniente, se peça ao Governo auctorisação para de todos os restantes se fazer uma loteria ou rifa, cujo producto reverta em beneficio dos Asylos da Infancia desvalida de Lisboa na proporção correspondente ás necessidades e mais circunstancias de cada um.”*²⁷⁷⁷

As vendas de livros e quadros, realizadas até 1866, apurariam a quantia líquida de 1.540\$218 reis²⁷⁷⁸, que juntamente com outras receitas serviriam de fundo de maneio suplementar para as despesas da BNL, nomeadamente para obras no edifício ou até mesmo para o restauro de quadros e molduras (314\$054)²⁷⁷⁹.

Entretanto, restaurava-se²⁷⁸⁰ um conjunto de retratos, alguns dos quais destinados ao Ministério da Marinha, outros, mais de seis dezenas, para serem colocados nas salas e corredores daquela instituição²⁷⁸¹. As pinturas continuavam a ser requisitadas e a sair do antigo Depósito, a maioria das quais, de temática sacra e em mau estado de conservação.

Entre finais dos anos cinquenta, meados dos anos sessenta, existiam no Depósito quinhentos e dezanove quadros “históricos”, em diversos estados de conservação²⁷⁸².

A ideia da loteria ou rifa, que tinha ocorrido após o fracasso do leilão de 1864, parece não ter tido concretização, uma vez que, a 16 de Janeiro de 1868 – no mesmo ano em que abria a

²⁷⁷³ BNP, AH, BN/DGA/01/Lv01-02 Liv. 01 – (1837-1868), fl.61vs. Sessão extraordinária de 24 de Fevereiro de 1864.

²⁷⁷⁴ *Idem, ibidem.*

²⁷⁷⁵ *Ibidem.*

²⁷⁷⁶ *Ibidem.*

²⁷⁷⁷ BNP, AH, BN/DGA/01/Lv01-02 Liv. 01 – (1837-1868), fl. 63-63vs. Sessão extraordinária de 3 de Março de 1864.

²⁷⁷⁸ Escrituração do DLEC; a esta quantia líquida acresciam 241\$010 réis de outras receitas. BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, p.177.

²⁷⁷⁹ BARATA, *Os livros e o Liberalismo...*, 2003, *op.cit.*, pp.177-178.

²⁷⁸⁰ *Vide* Capítulo V.

²⁷⁸¹ BNP, AH, BN/GPA/06/Cx01-06. 15 de Outubro de 1864. “Relação dos retratos que foram restaurados e se acham collocados nas salas, corredores e escadas da Biblioteca Nacional de Lisboa”.

²⁷⁸² BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/24/Cx02-06, fl.35. Doc. Relatório sem data.

Galeria Nacional de Pintura no convento de S. Francisco – surge, em documentação da BN, nova referência à venda de 472 quadros. Desses, apenas seriam vendidos 373, não encontrando arrematação 99, 76 dos quais, pelo baixo preço das ofertas efectuadas e 23, pelo seu mau estado de conservação²⁷⁸³. No caso destes últimos, é provável que tenham acabado por ser vendidos a Francisco Vidal, menção que surge numa anotação sem data: “*Pelos quadros velhos que V.M.^{ce} mostrou no estado em que se achão inuteis dou 50\$000 réis*”²⁷⁸⁴.

Não deixa de ser questionável a manutenção do número de 472 na venda de 1868 e os eventuais critérios que tinham presidido à sua selecção, uma vez que as circunstâncias levam a crer que estes seriam mesmo os designados “sem merecimento”, uma vez que depois da primeira hasta pública de 1864 tinham, como vimos anteriormente, ocorrido entregas de quadros em depósito...

4.1.2. Academia de Belas-Artes de Lisboa

Com necessidade de encontrar financiamento para os encargos relacionados com a desejada galeria de pintura, nomeadamente, com os próprios restauros, a Academia de Belas-Artes de Lisboa, olhou para o seu espólio, do qual faziam parte obras oriundas dos extintos conventos, e considerou a venda das obras cujo baixo valor artístico ou mau estado de conservação o justificasse.

À semelhança de outras instituições, talvez um pouco por “contágio” – lembremos os estreitos contactos existentes – no final de 1862 surge a ideia de se proceder à “*venda de alguns quadros velhos, moveis e outros objectos inuteis*” ali existentes, pelo que o Vice-Inspector solicitou autorização ao Ministério do Reino; esta estaria dependente de ser remetida à Secretaria de Estado

“*uma relação d’aquelles quadros, encarregando previamente uma comissão de dois professores d’Academia de os examinar, lavrando-se do estado em que se acharem (...), as suas declarações por elles assignadas (...)*”²⁷⁸⁵.

²⁷⁸³ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/31/Cx07-01. Termo de venda e de troca de objectos saídos do DLEC.

²⁷⁸⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/31/Cx07-01. s.d.. Proposta de compra de quadros e outros objectos pertencentes aos extintos conventos, assinada por Francisco Vidal.

²⁷⁸⁵ ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Índice das Conferências..., Acta da Conferência ordinária de 31 de Janeiro de 1863 (Tif.11).

Após um primeiro leilão, para a conclusão da venda, foram agendados mais dois leilões, o primeiro dos quais a 6 de Março, e estabelecido “*que tudo quanto restasse fosse vendido a retalho pelo Fiel da Academia*”²⁷⁸⁶.

No entanto, como refere Hugo Xavier, “Apesar dos esforços da instituição, o resultado das vendas em leilão não terá estado à altura das expectativas, com vários lotes retirados por não encontrarem comprador”²⁷⁸⁷.

Na conferência de 16 de Março, o fiel da Academia dava conta que “*não tinha podido realizar no ultimo leilão de hoje a venda de nenhum dos quadros reprovados, e objectos inuteis*”, informando “*de que havia um individuo que estava disposto a comprar por junto todos aquelles quadros e objectos que restavam dos ultimos leilões, pela quantia de 54\$000 reis*”²⁷⁸⁸. A conferência achando, no entanto, que se devia efectuar esta venda, encarregou o fiel de propor por

“*intervenção do agente de leilões, o augmento da referida quantia, e decidindo-se elle por ultimo, a offerecer a de 63\$000 reis, resolveo a conferencia que se vendessem por este preço os indicados objectos, vista a sua absoluta inutilidade e a urgencia de se desobstruirem as casas em que se hãode fazer as obras dos melhoramentos*”²⁷⁸⁹.

Após manifesta falta de meios para fazer face às despesas de material e mão de obra necessárias aos *reparos dos melhores quadros* – reflectida em Dezembro de 1863, na proposta feita pelo Vice-Inspector de que estas fossem compensadas por dádivas de alguns quadros de *insignificante valor artistico*²⁷⁹⁰ – em Março de 1864, preparava-se outro leilão. No entanto, na mesma altura, era ponderada a compra de 90 quadros, que a “*comissão encarregada de examinar as colecções de quadros que se destinam para a venda em Lisboa pertencentes a diversos individuos*”, considerava “*dignos de se adquirirem para a Academia*”²⁷⁹¹.

Encontrando-se escolhidos e depositados na sala das sessões públicas com a finalidade de serem vendidos, um conjunto de quadros que a Comissão encarregada da classificação dos quadros da Academia tinha considerado inúteis – *destituidos de merecimento artistico* – o Vice-

²⁷⁸⁶ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência extraordinária de 3 de Março de 1863 (Tif.24).

²⁷⁸⁷ XAVIER, *op.cit.*, p.231.

²⁷⁸⁸ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência ordinária de 16 de Março de 1863 (Tif.31).

²⁷⁸⁹ *Idem, ibidem.*

²⁷⁹⁰ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência de 4 de Dezembro de 1863 (Tif.114).

²⁷⁹¹ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência ordinária de 3 de Março de 1864 (Tif.155).

Inspector, optou por especiais cautelas, propondo em Conferência, que fossem examinados por todos os Professores e Académicos ali presentes, para que estes ficassem cientes “*do modo porque a comissão procedêra á referida escolha*”.

Constatando o director da Academia, Francisco Assis Rodrigues, que entre as obras apartadas se encontravam alguns que a Comissão do “catálogo analítico” de 1840²⁷⁹² tinha classificado como “distintos” – “*e que se apartaram para o mesmo fim alguns retratos de personagens historicos ou illustres, que com quanto sejam mal pintados se devem conservar por serem unicos, e não se poderem substituir*” – declarara a sua oposição formal à venda daquelas que se encontrassem nessa situação²⁷⁹³.

Sousa Holstein, no entanto, defenderia que apesar de alguns daqueles quadros terem tido, anteriormente, a classificação de distintos “*eram contudo tão ordinarios, que não podiam deixar de ser reprovados absolutamente por quem tivesse a mais leve noção de pintura*”, não sabendo porque haviam sido assim qualificados. Desejava que a Academia apenas “*reservasse os quadros que tinham valor artistico, desfazendo-se dos máos e inuteis*”, empregando para tal “*todos os meios legaes, mandando proceder ás mais escrupulosas averiguações para o bom accerto da escolha e classificação de todos os quadros*”²⁷⁹⁴, ideias que receberam o apoio dos Professores Anunciação, Bastos, Cristino e Silva Oeirense. Para tal, o Vice-Inspector nomearia uma nova Comissão da qual fariam parte o Director-geral (Assis Rodrigues) e os professores Silva Oeirense e José Maria Franco, aos quais ainda se juntariam os Académicos Jorge Husson da Camara e o Abade Antonio Damaso de Castro e Souza e o professor jubilado António Manuel da Fonseca. Husson da Camara e o Abade Castro seriam convidados, “*o primeiro em consequencia dos conhecimentos e pratica que tem do verdadeiro valor das Pinturas, e o segundo por haver pertencido á comissão que confeccionou os cathalogs*”²⁷⁹⁵. Reservar-se-iam

“*todos os quadros que tivessem valor artistico – archeologico – historico -, ou se tornassem recommendaveis por qualquer circumstancia attendivel vendendo sómente os inuteis*”²⁷⁹⁶.

²⁷⁹² Composta pelo Conde de Melo, António Manuel da Fonseca e o Abade de Castro. Assis Rodrigues dizia que tinha feito parte dela, mas só deverá ter acompanhado os trabalhos.

²⁷⁹³ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência de 3 de Março de 1864 (Tif.156).

²⁷⁹⁴ *Idem, ibidem* (Tif.154).

²⁷⁹⁵ *Idem, ibidem* (Tif.156) e Acta da Conferência extraordinária de 11 de Março de 1864 (Tif.159).

²⁷⁹⁶ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência extraordinária de 11 de Março de 1864 (Tif.160).

Para além de Assis Rodrigues, também António Manuel da Fonseca, que negaria participar no novo exame, afirmaria a sua oposição, justificando-a. Entre os quadros considerados para leilão estariam vários provenientes da Biblioteca Nacional, informação fornecida na declaração daquele professor jubilado:

“Declaro que é contra a minha opinião que se vendão os quadros que forão observados e classificados por uma comissão de Artistas / á qual eu não pertenci por estar em Roma pela 2.^a vez/ criada em 1840, em conferência ordinaria; em virtude de uma Portaria do Governo, que ordenava ao Conselho Acad.^{co} lhe remetese uma relação sirconstanciada de todos os quadros existentes na Acad.^a, com data de sendo até especificados os ditos quadros de merecimento absoluto, ou relativo, ou inferioridade extrema; e só esses depois de maduramente observados, para ivitar qualquer imprevisto engano, é que julgo que poderão ser vendidos.

Declaro mais, que os quadros que proximamente vierão da Bibliotheca Publica sem serem relacionados no acto da sua entrega a Acad.^a, sejão novamente enviados para a mesma Bibliotheca, por isso que A academia se não deve constituir sala de arrematação de objectos que lhe não pertencem.”²⁷⁹⁷

Da “*Relação dos quadros, existentes na Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, e que a mesma Academia propõe para se venderem em leilão, por não servirem para estudo, nem para galeria, por serem muito inferiores, e não terem valor algum artistico ou historico*”, da qual constariam inicialmente 167 obras (132 n.ºs de inventário, “*Trinta e dois quadros sem numero*”, e “*trez retratos*”), apenas seriam apontados como “*Não devem vender se*”, 12, o que prefazia um total de 155 quadros que ficam disponíveis para serem vendidos²⁷⁹⁸. Como destaca Hugo Xavier, no documento acresciam à assinatura do abade de Castro, às de Sousa Holstein, Oeirense e professores de pintura, as do Visconde Meneses e de Joaquim António Marques, o que deverá estar relacionado com a recusa de Fonseca de proceder ao exame e à ausência de Husson da Câmara²⁷⁹⁹.

Como referimos no capítulo V, como medida extra de exame, o Vice-Inspector ordenaria ainda a Tomás da Anunciação, presidente da Comissão de Pintura, que dois artistas agregados

²⁷⁹⁷ Declaração datada de 10 de Março de 1864. ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência extraordinária de 11 de Março de 1864 (Tifs.163-164).

²⁷⁹⁸ *Idem, ibidem* (Tif.167).

²⁷⁹⁹ XAVIER, *op.cit.*, p.233. ANBA, ANTT (Digitarq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência extraordinária de 11 de Março de 1864 (Tif.167).

verificassem se, debaixo dos quadros considerados inúteis, surgiam vestígios de “*pinturas melhores e mais antigas que devessem ser descobertas e restauradas*”²⁸⁰⁰.

Portaria do Ministério do Reino, datada de 9 de Abril de 1864, autorizaria a Academia a proceder à venda em leilão dos quadros considerados inúteis²⁸⁰¹.

4.1.3. Academia das Ciências de Lisboa

Também em 1863, a Academia das Ciências olhava para as pinturas que se encontravam sob a sua alçada²⁸⁰², a vasta e eclética Galeria de Pinturas do extinto Convento de Jesus, também designada como Gabinete de Pinturas do Padre Mayne²⁸⁰³ – bem diferente do teor quase exclusivamente sacro dos quadros recolhidos no DLEC – herança do processo de extinção das Ordens Religiosas, recebida, oficialmente, por aquela instituição aquando da tomada de posse daquele edifício, a 19 de Novembro de 1834²⁸⁰⁴.

Em 1839, terão ocorrido diversos melhoramentos feitos pelas Obras Públicas no edifício daquela Academia, nomeadamente, na “*caza mandada arranjar p.^a a galeria das pinturas*”, pronta no final desse ano, sendo então convocados peritos para a classificação “*e arranjo das pinturas do modo mais conveniente*”²⁸⁰⁵. Em Maio de 1844, como já vimos, terá sido levantada a hipótese de instalar numa das salas do mesmo edifício uma galeria de pinturas portuguesas, uma ideia que, pela sua especificidade, talvez pretendesse extravasar a eclética galeria de pintura do padre Mayne, indo ao encontro das necessidades “nacionais” da Academia de Belas-Artes de Lisboa²⁸⁰⁶, mas cujo suposto “andamento” dois anos depois, não conheceu efectivos resultados. Isto apesar de, segundo Hugo Xavier, ter-se vindo a optar pelo segundo andar do

²⁸⁰⁰ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência extraordinária de 11 de Março de 1864 (Tifs.160-161).

²⁸⁰¹ ANBA, ANTT (Digitalq), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência ordinária de 30 de Abril de 1864 (Tifs.169-170).

²⁸⁰² A Academia em 1834, baseada numa determinação testamentária de José Maine, requereu a entrega do Gabinete de Pinturas, sendo atendida pela Portaria régia de 23 de Outubro de 1834. NEVES, Álvaro, *Notícia dos quadros e esculturas existentes na Academia das Ciências de Lisboa, em 1834 e em 1917*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, pp.5-6.

²⁸⁰³ Álvaro Neves na sua *Notícia* traça uma breve biografia daquele padre: “José Maine, frade confessor de D. Pedro III, capelão-mor das armadas, senhor de famoso talento e bons proventos, empregára em vida a «herança q teve de seu irmão e os ordenados de seus empregos» para o acrescentamento e manutenção da Livraria do Convento de Jesus, para criação e estabelecimento de um Museu e Gabinete de Medalhas e Pinturas. NEVES, *op.cit.*, p.5.

²⁸⁰⁴ BNP, Res., Cod. 6963 Papéis que pertenceram ao D.^r Antonio Nunes de Carvalho, fls.220-235. 19 de Novembro de 1834. “Copia da Certidão do Auto de Posse dada á Academia Real de Sciencias de Lisbôa da Livraria, Museu, Medalhas, Pinturas, do extincto Convento de Nossa Senhora de Jezus”.

²⁸⁰⁵ BACL, Livro 28 B – Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes (5 de Novembro de 1834 a 15 de Julho de 1840). Assembleas de efectivos de 17 de Janeiro e 18 de Dezembro de 1839 fls.133vs e 173.

²⁸⁰⁶ ANTT, IOP, Livro 24, fl.125. 7 de Maio de 1844. E Livro 73, p.36. 18 de Junho de 1844.

edifício conventual para acolher a pinacoteca Maynense, espaço actualmente ocupado pelo Museu Geológico e Mineiro²⁸⁰⁷.

À semelhança do já ocorrido na Biblioteca Nacional, na década de 60 de oitocentos surgiu uma necessidade de escolha, de conhecer o valor, de equacionar novos destinos e também de espaço, uma vez que era necessário ceder à Comissão Geológica a grande sala onde se encontravam as pinturas²⁸⁰⁸. Mais uma vez, naturalmente, foi aos Professores da Academia de Belas-Artes de Lisboa que seria atribuída a função de avaliação e, a 4 de Novembro de 1863, eram contactados os Professores Tomás José da Anunciação, Victor Bastos e António Manuel da Fonseca, com a intenção de reconhecer quais os quadros que deviam, pelo seu valor artístico, ser aproveitados e conservados e quais deveriam ter outros destinos²⁸⁰⁹. Considerados maioritariamente “*inuteis*”, então “*inteiramente perdidos para arte, porque não representam senão a sua mais lastimavel corrupção*”, “*meio-barbaras e rudissimas pinturas*”, em meados de 1864 era pedida uma solução ao Ministério do Reino²⁸¹⁰.

Vedada ao público havia já muitos anos

*“era indecoroso para a sua gravidade [da Academia], e para a dignidade das artes em Portugal, que uma collecção de quadros, pela maxima parte maos, com raras excepções de mediocridade, e com total ausencia de perfeição artistica, estivesse patente ao publico e aos estrangeiros que visitavam a capital (...)”*²⁸¹¹;

da galeria onde era considerado não existir um único com merecimento artístico e em que apenas muito poucos podiam ser aproveitados como documentos da história da Arte em Portugal²⁸¹², era referido que

“separados aquelles que, ainda que destituídos de valor artistico, merecião ser conservados na Academia Real das Sciencias porque representam Pessoas da Familia Real portugueza, ou varões eminentes por suas letras e virtudes, resultou que d’entre os 476 quadros restantes apenas se podião eleger como de maior, posto que não mui

²⁸⁰⁷ XAVIER, *op.cit.*, p.185.

²⁸⁰⁸ BACL, Livro 2 B – Correspondência com o Governo 1847-1878, fls.212-212vs. 16 de Junho de 1864, N°334.

²⁸⁰⁹ BACL, Livro 8 B- Correspondência com diversos 1858-1870 fl.18 Biblioteca da Academia das Ciências. 4 de Novembro de 1863. Hugo Xavier refere unicamente a avaliação efectuada em 1864 às “curiosidades” pelos avaliadores Casimiro Cândido da Cunha e J. L. do Vale. XAVIER, *op.cit.*, p.185.

²⁸¹⁰ BACL, Livro 2 B – Correspondência com o Governo ..., fl.213. 16 de Junho de 1864.

²⁸¹¹ *Idem, ibidem.*

²⁸¹² *Idem, ibidem.*

subida apreço 48, que sem desdouro da arte e oppobrio da nação se poderiam conservar n'uma galeria publica.”²⁸¹³

A proposta era vender os quadros em hasta pública²⁸¹⁴, convertendo o seu produto em “*inscrições*” de dívida pública a favor da Academia das Ciências, com as quais podiam adquirir, por exemplo, livros.

Mas o parecer da Comissão encarregada de classificar os quadros não foi, à partida, totalmente pacífica, tendo suscitado logo polémica²⁸¹⁵ no meio académico, existindo argumentos uns a favor de que fosse mantida intacta, outros de que fossem alienados os quadros não históricos ou artísticos²⁸¹⁶.

A avaliação realizada pelos Professores de Belas-Artes, terá atendido aos gostos e critérios artísticos da época e, eventualmente, a outros interesses. De facto, na “*Relação das Pinturas existentes em a respectiva Galleria do extincto Convento de Jesus, extrahidas dos Autos de Inventario*”²⁸¹⁷, e no “*Catalogo dos quadros que formam a Galeria de Pinturas da Academia Real das Sciencias de Lisboa. 1854*”²⁸¹⁸, vemos a grande variedade temática existente (quadros sacros, retratos, a par com naturezas-mortas, batalhas, incêndios, etc.) e, pontualmente, nomes como Pillement, Francisco Vieira ou Joaquim Manuel da Rocha. O *Jornal de Belas-Artes* informava:

*“O gabinete de pinturas compõe-se de mais de quatrocentos quadros, entre os quais algumas paisagens de Pilleman, retratos de Batoni, fogos de Diogo Pereira, e varias copias de objectos naturais de Joaquim Manuel da Rocha”*²⁸¹⁹

Publicitado pelo

²⁸¹³ *Idem, ibidem.*

²⁸¹⁴ Na impossibilidade de serem conservados na Academia era também levantada a hipótese de serem depositados na Academia Real de Belas-Artes, sendo imediatamente lembrado que na falta de espaço daquela instituição ou pela falta de mérito não merecerem ser ali conservados, devia ser autorizada a sua venda em leilão. *Idem, ibidem*, fl.213vs.

²⁸¹⁵ 15 de Abril de 1864, lido o parecer da Comissão, discussão nas Assembleias seguintes. NEVES, *op.cit.*, pp.8-9.

²⁸¹⁶ *Idem, ibidem*, pp.7-10.

²⁸¹⁷ BNP, Res. Cod. 6963 Papéis..., “Copia da Certidão do Auto de Posse dada á Academia Real de Sciencias de Lisboa da Livraria, Muzeu, Medalhas, Pinturas, do extincto Convento de Nossa Senhora de Jezus”, 19 de Novembro de 1834.

²⁸¹⁸ “*Catalogo dos quadros que formam a Galeria de Pinturas da Academia Real das Sciencias de Lisboa. 1854*” BACL. Cota: 1063 Série Azul. As pinturas encontram-se em tabela, onde consta o nº, sala, descrição dos quadros, autor, grau de merecimento (nunca preenchido), qualidade (cor) e dimensão das molduras (altura e largura em palmos). O Catálogo encontra-se organizado pelos temas: Animais (7 quadros), Arvoredo (4), Aves (23), Figura (50, incluindo santos), Flores (9), Frutas (19), História (148, onde se englobam retratos régios, temas religiosos), Hortaliças (5), Incêndios (13), Mariscos (12), Vistas Marítimas (33), Paisagens (35), Peixes (7), Ruínas (2), Diversos objectos (12, utensílios cozinha, etc).

²⁸¹⁹ *Apud* NEVES, *op.cit.*, pp.5-6.

“Catalogo da Galeria do P. Maine que se ha de arrematar em hasta publica perante o Conselho Administrativo da Academia Real das Sciencias de Lisboa no dia 27 e seguintes do corrente mez de Novembro ás 11 horas da manhã. Entrada pela rua do Arco (a Jesus)”

o leilão principiou a 27 de Novembro de 1864 e decorreu por vários dias, tendo sido vendidos 310 dos 433 quadros separados, pertencentes à galeria do Padre Mayne – rendendo “1:179.135 r.^s”, soma que excedia em muito as avaliações correspondentes, que orçavam apenas em “r.^s635.485”²⁸²⁰ – não aparecendo, no entanto compradores para os 123 que restavam²⁸²¹, considerados, “entre todos os da galeria os de menos merecimento, e os que em pior estado se achavam”²⁸²². Acerca destes, a 12 de Janeiro de 1865 era pedida autorização ao Governo para diminuir “20p% ou o que necessario fôr, no preço das avaliações (...) e nestes termos mandar proceder á sua venda em hasta pública”²⁸²³. Deste modo, por portaria do Ministério do Reino de 24 de Janeiro era concedida autorização para que os 123 quadros fossem vendidos “pelo preço que mais se aproximar da avaliação”²⁸²⁴.

Este novo leilão terá ocorrido no início de Março de 1865, segundo notícia (não totalmente correcta) publicada no *Diario de Noticias*, de dia 9:

*“Na Academia das Ciências houve ultimamente leilão de quadros. Separaram-se vinte e tantos quadros para esta academia oferecer à das Belas Artes. Também aquele instituto científico não pôs em leilão e reservou para as suas salas, alguns retratos de escritores eminentes, e que foram membros da mesma Academia. O distinto pintor António Caetano está encarregado de restaurar alguns desses quadros”*²⁸²⁵.

No entanto, apenas quase um ano depois, seria aprovada em conselho “a venda do refugio dos quadros por todo o preço, que por elles derem”²⁸²⁶.

²⁸²⁰ BACL, Livro 2B – Correspondência com o Governo..., fl.226vs. Ofício enviado para o Ministério do Reino a 18 de Janeiro. O produto foi mandado converter em “Inscrições da Junta do Crédito Publica”. *Ibidem*, fls.226-226vs.

²⁸²¹ BACL, Livro 30 B – Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes [22 de Outubro 1851 a 9 de Fevereiro de 1911], fl.110vs. Sessão de 12 de Janeiro de 1865.

²⁸²² BACL, Livro 2B – Correspondência com o Governo..., fl.226vs. Ofício enviado para o Ministério do Reino a 18 de Janeiro.

²⁸²³ BACL, Livro 30 B – Sessões do Conselho Sessão de 12 de Janeiro de 1865, fl.110vs 116. Ofício enviado para o Ministério do Reino a 18 de Janeiro. Livro 2B – Correspondência com o Governo 1847-1878, fl.226vs. Foram utilizados argumentos como a falta de merecimento, a soma avultada que tinha já sido atingida e o facto de que da sua conservação “importaria a perda do vallor que elles porventura encontrarão em praça, redusido o preço da sua avaliação”. *Ibidem*.

²⁸²⁴ *Apud* NEVES, *op.cit.*, p.10.

²⁸²⁵ *Apud* XAVIER, *op.cit.*, p.186 (*Diario de Noticias*, 9 de Março de 1865).

²⁸²⁶ BACL, Livro 30 B – Sessões do Conselho ..., fl.116. Sessão de 8 de Janeiro de 1866.

Como referia a notícia acima transcrita, para além dos quadros que foram a leilão, outros foram separados para a Academia de Belas-Artes de Lisboa, e outros para uso próprio, representando personagens ilustres, para ornar as salas da Academia Real das Ciências²⁸²⁷, utilização que implicaria o seu restauro²⁸²⁸.

Quanto aos 48 quadros separados para a Academia de Belas-Artes, o Conselho Administrativo, convidaria, em Março de 1866, por proposta do sócio efectivo José Maria da Ponte e Horta, o Conde de Ficalho, António José de Melo Breyner Teles da Silva, Vice-Presidente da Sociedade Promotora das Belas Artes – Sócio da Academia das Ciências – para dar o seu laudo sobre o valor daquelas pinturas²⁸²⁹, trabalho que já estaria concluído em Maio do mesmo ano²⁸³⁰.

Entretanto, terão sido mandados examinar em Belas-Artes dois quadros, um de Morales e outro de Sequeira, “*para saber se effectivamente eram daquelles mestres.*”; acabariam avaliados em 10 libras e em 3 libras, respectivamente, isto após uma primeira avaliação de 1 libra e ½ libra... Em sessão da Academia das Ciências resolveu-se narrar o sucedido ao governo e pedir uma indemnização “*de modo que elles fiquem pertencendo á galeria da Academia Real das Bellas Artes. (...)*”²⁸³¹.

A 12 de Maio, em ofício para o Ministério do Reino, a academia propunha a transferência dos 48 quadros para Belas-Artes recebendo a quantia final da avaliação:

“(...) Havendo ocorrido duvidas acerca da sua primeira avaliação, que em opportuno tempo foi presente a Vossa Magestade determinou a Academia que se procedesse a novo laudo, e elegeu para louvados ao Conde de Ficalho, lente da escola polytechnica, a Joaquim Christino da Silva, professor da Academia Real das Bellas Artes e a José Faustino Botelho; os quaes, accedendo de bom grado ao convite da Academia, examinaram os 48 quadros e os avaliaram em 898:250 reis (...) não cabe em seu poder alienal-os [a academia] sem que receba o valor (...) Conviria por outro lado que estes quadros fossem accrescentar a collecção das Academia (...) das Bellas Artes, onde na nossa actual escacez de obras artisticas nacionaes ou estrangeiras se deve exclusivamente fundar ou enriquecer galeria de pinturas. E posto que não sejam de extremo valor aquelles quadros nem sejam na maxima parte devidos ao pincel dos

²⁸²⁷ BACL, Livro 30 B – Sessões do Conselho..., fls.109-110. Sessão de 5 de Dezembro de 1864.

²⁸²⁸ *Idem, ibidem.*

²⁸²⁹ BACL, Livro 8B- Correspondência com diversos 1858-1870. 14 de Março de 1866, carta ao Conde de Ficalho.

²⁸³⁰ BACL, Livro 8B- Correspondência... 14 de Maio de 1866, carta de agradecimento ao Conde de Ficalho.

²⁸³¹ BACL, Livro 30 B- Sessões do Conselho ..., fls.119vs-120. Sessão de 7 de Maio de 1866.

*grandes Mestres, sempre augmentariam a collecção ainda hoje pobre, da Academia das Bellas Artes, onde não seriam indignos de figurar (...)*²⁸³².

Ofício do Ministério do Reino à Academia de Belas-Artes, acompanhado do acto da avaliação dos peritos, presente em sessão de 1 de Junho, daria conta das intenções da Academia das Ciências, ordenando ao Vice-inspector que “*consultando a conferência, informe o que se oferecer a semelhante respeito*”²⁸³³; esta já estaria ao corrente, dada a intervenção de Cristino da Silva na avaliação.

Entre os quadros escolhidos predominavam as pinturas de paisagem (dez das quais associadas a Pillement), naturezas-mortas, e incêndios de Joaquim Manuel da Rocha, exemplificativos daquilo que Hugo Xavier define como “consumo artístico nacional dos finais do século XVIII”²⁸³⁴. Segundo este autor “Compreensivelmente poucas foram as composições religiosas escolhidas, merecendo destaque uma *Virgem com o Menino* já então associada a Luís de Morales, talvez a mais qualificada das pinturas reunidas por Mayne”²⁸³⁵.

Em Março de 1867 os quadros provenientes da Academia das Ciências já se encontravam na Academia de Belas-Artes, mencionando Sousa Holstein, em conferência, que se “*pagariam oportunamente*”²⁸³⁶. No entanto, não constando das contas da tesouraria daquela instituição, é provável que esta despesa tenha sido suportada pelo Ministério do Reino.

No *Catalogo provisorio da Galeria Nacional de Pintura existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa*, datado de 1868, são mencionados alguns “*Quadros comprados no leilão da Academia das Sciências de Lisboa*”, assinalados com a sigla “A. S.”²⁸³⁷.

5. Políticas de reutilização

Pegando nas palavras do oitocentista, D. Miguel Sotto-Mayor, crítico da extinção das ordens religiosas que, em 1889, publicou a *Historia da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal*

“A munificencia dos nossos reis e a piedade dos seus vassalos haviam erigido em Portugal as casas religiosas, algumas das quaes eram verdadeiros monumentos artisticos, a outras andavam vinculadas gloriosas recordações historicas, e outras ainda serviam de ultima jazida ás cinzas de varões illustres em armas e lettras,

²⁸³² BACL, Livro 2 B – Correspondência com o Governo 1847-1878, fls.243vs-244vs. 12 de Maio de 1866.

²⁸³³ Apud XAVIER, *op.cit.*, p.186 (Conferência de 1 de Junho de 1866).

²⁸³⁴ *Idem, ibidem*, p.187.

²⁸³⁵ *Idem, ibidem*, p.187.

²⁸³⁶ ANBA, ANTT (Digital), Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001), Acta da Conferência ordinária de 18 de Março de 1867 (Tif.401).

²⁸³⁷ HOLSTEIN, *op.cit.*, p.3.

merecendo quasi todas, por qualquer d'estes motivos, o respeito e a veneração de todas as gerações.

*O golpe, que aboliu as Ordens regulares, cahio tambem como um raio destruidor sobre estes edificios.”*²⁸³⁸

Em jeito de balanço (efectuado já no último quartel do séc. XIX), concluiria:

*“O que foi feito dos conventos depois da extinção das Ordens Religiosas? D’aqueles, que foram poupados pelo camartello destruidor, uns estão transformados em quarteis de tropa, em teatros e em prostibulos; o resto vai por toda a parte desabando em ruínas sob a acção do tempo”*²⁸³⁹.

Mas com a extinção das Ordens Religiosas começava então um novo ciclo, não apenas de destruição, mas também de transformação.

Quando em 1834, o Estado recebe inúmeros edifícios e seus conteúdos, vê-se a braços com um património cujas condições estariam, na maioria das vezes, longe do ideal.

A readaptação dos antigos conventos para a instalação de serviços públicos decorrentes do novo sistema liberal, satisfez um Estado com uma actividade construtiva, praticamente, inexistente e que necessitava de “novos” imóveis. E, como destaca, Simões Rodrigues, “não foram raras as vezes em que a reutilização dos conventos e dos mosteiros veio salvá-los da ruína. (...) Todavia, este processo de adaptação das construções religiosas a serviços da população foi totalmente aleatório e empírico, resultando, quase sempre, na mutilação da traça original, ou reconstruída, de igrejas, claustros e mais dependências conventuais. Para além disso, desapareceram sepulturas, altares e outras peças votivas”²⁸⁴⁰.

No entanto, a reutilização de um convento, transformado em instituição pública, apesar de implicar alterações, mantinha o essencial da sua estrutura arquitectónica, com a vantagem de o continuar a deixar integrado e implicado na vivência urbana²⁸⁴¹. Mas, se a arquitectura era limitadamente preservada, no que se refere ao património artístico, móvel e imóvel, que os edifícios albergavam, a sua preservação, quer com a sua deslocalização ou não, era algo

²⁸³⁸ SOTTO-MAYOR, D. Miguel de, *Historia da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal*, Braga, Typographia Lusitana, 1889, p.105 Ao longo da obra o autor alude ao estado em que várias antigas casas religiosas se encontravam.

²⁸³⁹ *Idem, ibidem*, pp.124-125.

²⁸⁴⁰ RODRIGUES, Paulo Alexandre Simões, *Património, Identidade e História. O valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos*, Lisboa, dissertação de mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998, pp.29-30.

²⁸⁴¹ *Idem, ibidem*, p.195.

bastante mais complexo e delicado, a que muitas vezes, os burocráticos e lentos processos instituídos pelo Governo vão ter dificuldade de responder em tempo útil.

Muitos imóveis encontravam-se em mau estado, ainda fruto de estragos causados pelo terramoto de 1755, aguardando por arranjos necessários que a falta de meios das casas religiosas e de apoio do Estado tinha levado a protelar. As Invasões Francesas constituiriam outro duro ataque à sua conservação, sendo muitos edifícios ocupados pelos militares, passando a abrigar quartéis, ficando sujeitos a rudes adaptações e consequentes actos de vandalismo e/ou destruição.

Com a ausência da Corte no Brasil e o sorvedouro de dinheiro que as obras da Ajuda representavam, poucos eram os meios para fazer face à necessidade, muitas vezes premente, de conservação de importantes edifícios. Por fim, a guerra civil, as lutas entre os absolutistas e liberais, renovaria os casos de ocupações e vandalismo... Todos estes aspectos, como já pudemos constatar anteriormente, surgiam implícitos depois da extinção das ordens religiosas, no estado de conservação em que se encontravam pinturas e outro património artístico que, entrariam, nomeadamente, no DLEC.

Esta cruel soma de atrocidades tivera os seus efeitos, e havia agora que gerir um imenso património, garantindo, muitas vezes através da reutilização, que ele não se degradava ainda mais. No entanto, e ao invés do que acontece (bem ou mal sucedido) com as livrarias, pintura e etc., o Estado liberal não criou um organismo tutelar ou um programa eficaz de salvaguarda patrimonial, nomeadamente – e, ao contrário do expectável – o esperançoso governo setembrista, que tinha apostado numa reforma educativa e cultural ²⁸⁴².

De facto, o processo de secularização das casas religiosas levaria à apropriação dos espaços e instalação dos mais diversos serviços públicos nos seus edifícios. O complexo e burocrático aparelho do Estado, composto por tribunais, escolas, hospitais, quartéis, prisões, etc., passou, maioritariamente, a ocupar espaços que até então serviam de abrigo às ordens religiosas. Lembremos que esses foram os casos do Convento de S. Francisco da Cidade (que albergou o DLEC, a Academia de Belas-Artes de Lisboa e a Biblioteca Pública, entre outros) e do Convento do Beato António (que albergou o Depósito de Monumentos homónimo, etc.), onde, como constatámos, nem sempre os seus ocupantes encontraram as condições ideais para a sua

²⁸⁴² SOARES, Clara Moura, NETO, Maria João, *Almeida Garrett : A “Viagem” e o Património*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015, p.117 e p.121.

utilização, o que, a somar à falta de verbas para obras, ditaria não apenas a sua degradação, como dificultaria os trabalhos e colocaria em causa a conservação dos bens aí arrecadados²⁸⁴³.

A reutilização era vista como uma alternativa lógica e válida, uma vez que travaria a degradação dos imóveis. No entanto, a falta de critérios impostos pelo Estado proporcionaria, por si só, diversas formas de deterioração.

Indo ao encontro da ideologia liberal, a política de reutilização podia e deveria ser pensada com fins sociais, económicos e culturais, algo que nem sempre viria a suceder ou a suceder mal...

E se muitos imóveis eram reutilizados pelo Estado, abandonados ou mesmo demolidos, outros eram simplesmente vendidos em hasta pública, passando para a esfera particular, deixando assim, na maioria das vezes, ao critério dos compradores a sua mais ou menos correcta conservação.

Em 1834, dada a ausência de utilização e deterioração de antigas casas religiosas, a Prefeitura Ocidental dos Açores revelava a urgência e necessidade de proceder à sua venda. A falta de verbas nos Cofres da Recebedoria Geral – que também impediria, certamente, algum tipo de intervenção nos imóveis – agravava a situação de tal forma que levava o Prefeito a referir:

*“será indispensavel, que se permita o encontro de Títulos de Divida Publica de qualquer natureza que sejam, pelo menos em um terço do preço das respectivas arrematações (...)”*²⁸⁴⁴.

O tipo, tamanho e localização dos edifícios, podia influir nos seus destinos. Para além da maior ou menor necessidade dos potenciais candidatos, sobretudo no caso de particulares/religiosos. Quando a irmandade da Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade de Lagos, requereu

“para a ordem e esplendor do culto, (...) lhe fosse concedido o uso de uma casa que servia de refeitório, dois coros e um orgão, pertencentes ao extinto Convento de religiosas de N. Senhora do Carmo”,

o facto de esta então ocupar a Igreja de S. Sebastião, considerada com todas as condições para o culto, juntamente com as outras utilidades que o edifício do convento poderia vir a ter (por ex. hospital) não terá produzido parecer favorável²⁸⁴⁵.

²⁸⁴³ Vide Capítulo V.

²⁸⁴⁴ ANTT, MR, Mç.1920 Negócios diversos, Cap. da Prefeitura Ocidental dos Açores. Agosto- Setembro de 1834, exposição do Prefeito ao Ministro Bento Pereira do Carmo.

²⁸⁴⁵ ANTT, MR, Mç 1915 cx2– Negócios diversos. 12 de Outubro de 1834. Representação do Prefeito interino do Algarve ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino (contém cópia da representação do Sub-Prefeito de Lagos, Lázaro Magalhães, ao Secretário Geral da Prefeitura do Algarve).

A Carta de Lei de 15 de Abril de 1835, criada para regular a venda dos bens nacionais e que salvaguardaria de alienação (para além dos destinados ao serviço público, etc.) obras e edifícios considerados notáveis pelas suas características artísticas ou históricas²⁸⁴⁶, não garantia em pleno que tal não acontecesse, até pela falta de um inventário, que a Academia das Ciências, em 1836, como já vimos, foi convidada a realizar mas que não se concretizou efectivamente. Também a proposta de Mouzinho de Albuquerque, então Inspector-geral das Obras Públicas, em 1840, de restauro e conservação dos edifícios públicos e proposta da sua divisão em três categorias ou classes (os alienáveis, os utilitários e os monumentos), ficaria pelo caminho...²⁸⁴⁷. Mas a referida Carta de Lei não deixaria, contudo, de travar algumas vendas, embora, por vezes, tal não dispensasse o conhecimento e alerta do governo para situações concretas. Um ano depois da sua publicação, serviria, em Abril de 1836, por exemplo, para, como já vimos neste capítulo, travar a venda da igreja do Mosteiro de S. Jerónimo em Penha Longa, Sintra. Perante o anúncio de venda daquele mosteiro, a Academia das Ciências apressou-se a alertar a Rainha – quando já existiriam interessados – para a necessidade de esclarecer que a igreja não estaria incluída na venda, uma vez que continha peças de arte e recordações históricas que a tornavam “*um monumento d’arte notavel*”²⁸⁴⁸. De facto, a falta de clareza nos anúncios de venda podia levar a situações de difícil resolução.

Neste caso, Luiz Mouzinho de Albuquerque, informaria aquela Academia que, tinha sido dada ordem à Comissão Interina da Junta do Crédito Público para que aquela igreja fosse excluída da venda²⁸⁴⁹.

Apesar dos esclarecimentos, este convento, mesmo depois de comprado por Alfredo Sedemberge, ainda suscitaria dúvidas de propriedade no que se referia ao seu relógio que, em 1843, o governo tencionava desmanchar e enviar para a Ilha Terceira, algo que, como já vimos em anterior capítulo²⁸⁵⁰, levantaria oposição do proprietário, uma vez que este “*(...) tinha comprado tudo que alli se achava*”²⁸⁵¹.

São vários os casos de edifícios que se podiam enquadrar dentro desta legislação e que, contudo, acabavam vendidos. Tal sucedeu, por exemplo, com o já mencionado Convento de Nossa Senhora da Pena, que acabaria vendido a D. Fernando II. Colocado à venda em Setembro

²⁸⁴⁶ Apud SILVA, António Martins da – *A venda dos bens nacionais: a carta de lei de 15 de Abril de 1835 (I)*. Revista Portuguesa de História, tomo XIX (1981), pp.111-115.

²⁸⁴⁷ SOARES, NETO, Almeida Garrett ..., 2015, *op.cit.*, p.124.

²⁸⁴⁸ BACL, Livro 1B Correspondência com o Governo 1833-1847, fl.47. 24 de Março de 1836, N.º81.

²⁸⁴⁹ BACL, Livro 4 B – Portarias, Avisos e Decretos, fl.44vs-45. 30 de Março de 1836, N.º143.

²⁸⁵⁰ Capítulo IV, p.421.

²⁸⁵¹ ANTT, IOP, Livro 326, fls.29vs. 28 de Abril de 1843. Participação do arquitecto da Casa do Risco Caetano Joze de Paula ao Inspector das Obras Públicas.

de 1838, por 700\$000 reis, era salientado que a sua arrematação seria realizada “*com a expressa clausula de ficar o arrematante obrigado a cuidar na sua boa conservação, na conformidade do que dispõe a carta de Lei de 15 de Abril de 1835, visto ser um monumento nacional, e conter a Igreja um retabulo de primorosa esculptura.*”²⁸⁵²

Daqueles que ficavam na posse do Estado, a impreparação técnica e financeira para enfrentar os problemas de conservação que eram impostos por um enorme conjunto de edifícios, levou a que a norma fosse “inventar novas utilizações para edifícios que tinham perdido a sua função original”²⁸⁵³; uma política de reutilização que, no entanto, tal como sucederia com os que caíram em mãos particulares, não evitaria a degradação dos imóveis ou até a sua deturpação por parte dos ocupantes, não tendo em conta os valores históricos e artísticos que encerravam.

Para agravar a situação, como poderemos constatar neste ponto e em outros capítulos, muitas, se não a maioria, das reutilizações não são estáveis. As mudanças de ocupantes e tipo de ocupações são normais, adaptando-se às necessidades que iam surgindo. Os “arranjos” realizados nas antigas casas religiosas pelas Obras Públicas, para acomodação e reacomodação serão uma constante, não se denotando cuidados especiais com a sua realização. O tamanho de muitos edifícios multiplicava a sua ocupação, divisão e subdivisão de espaços, disputados por quem já os ocupava ou desejava ocupar. Esta instabilidade e utilização intensiva, se bem que permitiu que muitos edifícios se conservassem em pé, eram problemas que, lembremos mais uma vez, naturalmente se reflectiriam também e sobremaneira no património artístico, móvel ou integrado que, por vezes, ainda ali permanecia.

De facto, o património artístico destes edifícios ia para além, por exemplo, das pinturas recolhidas no DLEC. E esse mesmo património acabaria por sofrer com as reutilizações, ou seria como já vimos, também ele reutilizado, conhecendo novos destinos, mais ou menos dignificantes.

Na Relação das Pinturas das Pinturas da Igreja do Beato António, não deixaria de constar esta nota:

“N.B. todas as Capelas tem belos Retabulos bem doirados, e de madeira de Nogueira, e em muito bom estado ; no Adro da Igreja ha hum canelo de ferro, muito bem feito, e bem conservado ; e dizem que importou em quatorze mil cruzados ; será grande pena se o não applicarem bem; existe na Sacrestia huma Bella mêza de percioza pedra, em forma exagona, e que se move em torno sobre um bem feito pé de marmore

²⁸⁵² *Diário do Governo* N°229, 27 de Setembro de 1838, p.967 N°1556.

²⁸⁵³ CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2006, p.91.

vermelho, tudo bem pulido; ha nas capelas da Igreja Bellos pilares de marmore e bem pulidos, q se lhe pode dar alguma útil applicação : álem disto há outros muitos objectos de grande attenção”²⁸⁵⁴.

Curiosamente o “canselo” ou “grade de abrir”, acabaria solicitado pela CADLEC, vindo possivelmente a ser instalado em S. Francisco da Cidade²⁸⁵⁵.

5.1. Os intelectuais em defesa do património nacional.

Tema profundamente analisado por diversos autores, nomeadamente, por Lúcia Rosas na sua tese de doutoramento²⁸⁵⁶, mas também por Maria João Neto, Clara Moura Soares, Alice Nogueira Alves ou Madalena Costa Lima²⁸⁵⁷, não podemos deixar de o abordar dentro do contexto específico das consequências da extinção das ordens religiosas, uma vez que ele é essencial para contextualizar, ideologicamente, o tempo em estudo, as ideologias proclamadas e as acções levadas a cabo.

O estado calamitoso que grande parte dos monumentos atinge, foi sendo denunciado por intelectuais como Alexandre Herculano, Almeida Garrett, António Feliciano de Castilho ou José Mendes Leal, os quais, procurando sensibilizar a opinião pública para a importância assumida pela preservação da herança cultural na identidade dos Estados-nação, ergueram as suas vozes contra os excessos liberais, denunciando as brutalidades praticadas e a inépcia do poder político face à crescente degradação do património nacional²⁸⁵⁸. O mesmo tinha sucedido em França pelas vozes de Victor Hugo, Chateaubriand e Montalembert. Aí, em 1837, surgiu a *Commission des Monuments Historiques* com o intuito de proteger antiguidades, edifícios religiosos medievais e alguns castelos²⁸⁵⁹ e, em 1840, o *Comité das Artes e Monumentos*,

²⁸⁵⁴ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02. 31 de Dezembro de 1835.

²⁸⁵⁵ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01. Sessão em 6 de Julho de 1837.

²⁸⁵⁶ ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios: A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

²⁸⁵⁷ Entre outros títulos, em SOARES, NETO, Almeida Garrett ..., 2015, *op.cit.*; ALVES, Alice Nogueira, *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no século XIX*, Tese Doutoramento em História, especialidade de Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009; LIMA, Madalena Costa, “Estética e memória nos testemunhos do jovem Garrett” in RODRIGUES, José Delgado (ed.), *De Vilollet-le-Duc à Carta de Veneza Teoria e prática do restauro no espaço ibero-americano*, Livro de Atas. Lisboa, LNEC, 2014, pp.17-22.

²⁸⁵⁸ SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano, “A salvaguarda do património histórico-artístico na regência de D. Pedro IV: a consciência patrimonial no contexto das guerras liberais”, in RODRIGUES, José Delgado, PEREIRA, Sílvia Pereira, (ed.), *Actas do Simpósio Património em construção, Contextos para a sua preservação*, Lisboa, LNEC, 25 e 26 de Novembro de 2011, (pp.351-358) p.357.

²⁸⁵⁹ SCHILDGEN, Brenda Deen, *Heritage or Heresy : Preservation and Destruction of Religious Art and Architecture in Europe*, New York, Palgrave Macmillan, 2008, p.145.

organizado com o objectivo de conservar edifícios históricos, fazer um inventário de todos os monumentos franceses e espalhar informação arqueológica e instrução pelas províncias²⁸⁶⁰.

Almeida Garrett [Fig.48], por exemplo, conhecia a realidade inglesa, bem diferente da nacional, em que os efeitos da reforma religiosa de Henrique VIII tinham sido esbatidos pela actuação da Igreja Anglicana, tendo sido confiada aos membros do clero o cuidado dos templos, e em que ocorriam positivas reutilizações de antigas estruturas militares²⁸⁶¹. Já em 1823, Garrett, confrontado em Inglaterra, Dudley, com a adaptação de um antigo convento a uma fábrica de vidros, perspectivava:

*“E fez-me tristeza, porque me lembrou o que eram então os nossos conventos e os nossos frades – e porque me deu o coração um baque, adivinhando me que quando nós mandássemos os frades embora, não havíamos de ter juízo para fazer dos conventos fábrica de vidro – nem de outra coisa alguma”*²⁸⁶².

Por cá, faziam-se vendas abusivas e precipitadas, reutilizações impróprias e vandalismo, realidades que aquele escritor expõe e contesta nas suas *Viagens na minha terra*, apontando

*“O que não respeita os templos, os monumentos (...) é mau amigo da Liberdade, desonra-a, deixa-a em desamparo, entrega-a à irrisão e ao ódio do povo”*²⁸⁶³.

Contestando, mordazmente, a venda do mosteiro de Paço de Sousa, a respeito da igreja do convento do Carmo, onde Garrett, Cronista Mor, em 1840, levaria a cabo a primeira e única sessão do seu *“Curso de Leituras Públicas de História”*²⁸⁶⁴, denunciava:



Fig.48 C. Legrand; *O Conselheiro João Baptista d'Almeida Garrett*; 1844; gravura, 19,3x17,8cm. BNP: E.343 P

²⁸⁶⁰ *Idem, ibidem*, p.139.

²⁸⁶¹ SOARES, NETO, *Almeida Garrett ...*, 2015, *op.cit.*, p.118.

²⁸⁶² *Apud, idem, ibidem*, p.131. Relato apenas publicado em 1845-1846.

²⁸⁶³ *Apud, idem, ibidem*, p.121.

²⁸⁶⁴ Acerca deste assunto *vide* SOARES, NETO, *Almeida Garrett ...*, 2015, *op.cit.*, pp.93-95. Em Junho de 1839, acerca das Leituras Públicas do cronista o Bibliotecário-Mor propôs o Depósito das Livrarias ou a Academia de Belas-Artes como locais mais apropriados; segundo ele, este último seria o melhor uma vez que “os Discipulos da Academia poderiam tirar vantagem d’ouvirem as lições dos nossos costumes antigos p.^a melhor representarem nas suas obras”; este último seria o melhor uma vez que “os Discipulos da Academia poderiam tirar vantagem d’ouvirem as lições dos nossos costumes antigos p.^a melhor representarem nas suas obras” 3 de Junho de 1839, ANTT, MR, Mç 2126 – 4^a Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos.

*“A igreja do Carmo de Lisboa, que não só é preciosa pelo fundador que teve, por ser memória do que é, mas também por ser um dos mais bellos typos do gothico puro (ou assim ditto) – alluga-se todos os anos por não sei quanto; e aquellas reliquias que deviam ter sentinellas à vista para se não lhes tocar, arrendam-se, digo, por uma somma que decerto hade cumular o deficit do nosso orçamento em muito poucos annos: - creio que são 12\$000 réis! – Que brilhante operação financeira! Só excedida pela do serrador de madeira que alli habita e trabalha, e que a ferro e fogo de tal modo degradou o interior da igreja, que está quasi na altura das ideas modernas.”*²⁸⁶⁵

De facto, aquele antigo convento acolhia, havia anos, uma parafernália de inquilinos. Em finais de 1834 eram referenciados como seus ocupantes, “apenas” o Colégio Ameliano e o Tribunal do Juiz de Direito do 3.º Distrito, e mencionava-se que carecia de muitas obras, servindo apenas para os fins em que estava a ser utilizado²⁸⁶⁶. Dois anos depois, em 1836, encontravam-se ali instalados a Sociedade Farmacêutica (que então solicitava mais partes daquele edifício sendo-lhe apenas concedido um pequeno jardim para estudo de botânica), o Tribunal de Direito do 3.º Distrito Administrativo, o 1.º e o 2.º Batalhão Provisório, uma Companhia da Guarda Municipal, o Cartório da Intendência das Minas e Metais do Reino, pensando-se ainda em, depois de secularizar a igreja, que esta viesse a servir como Escola Normal²⁸⁶⁷. Nesse mesmo ano, o túmulo de D. Nuno Álvares Pereira era trasladado da igreja do convento do Carmo para a de S. Vicente de Fora²⁸⁶⁸.

Era, aliás, no Convento do Carmo, o local simbólico e inspirador que Garrett pretendia desenvolver o seu trabalho de Cronista Mor do Reino²⁸⁶⁹.

Garrett acabaria por reconhecer que “no ponto de vista artístico, o frade faz muita falta”; a mudança de mãos de um importante património, nomeadamente, para os novos proprietários, corporizado na figura do “barão”, não teve os benefícios esperados para o Estado: “o barão mordeu no frade, devorou-o ... e escouceou-nos a nós depois”, concluindo

²⁸⁶⁵ ALMEIDA GARRETT, J. B., *Camões, Obras de...*, Tomo I, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1839, Nota H ao Canto III, p. 246.

²⁸⁶⁶ ANTT, MR, Mç.2039, 3.ª Repartição Negócios diversos Letras D-E Edifícios Públicos. 19 de Dezembro de 1834. Ofício do Prefeito da Estremadura ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, remetendo mapas dos edifícios públicos de Lisboa e Cascais.

²⁸⁶⁷ ANTT, MR, Livro 1742 Avisos, fls.191vs-192, fls.198vs-199. 18 e 26 de Fevereiro de 1836. As instalações e desinstalações de entidades serão uma constante. Em 1837 alguns espaços ocupados pelo 1º Batalhão e pela Sociedade Farmacêutica terão começado a ser preparados para receber o Quartel Geral da Guarda Nacional. ANTT, IOP, Livro 50, fl.191 e Livro 45, fls.113-113vs.

²⁸⁶⁸ ANTT, IOP, Liv.1742 Avisos, fl.207 e Liv.115, fl.54. Março de 1836. Cerimónia marcada para 14 deste mês.

²⁸⁶⁹ ANTT, MR, Mç 2126 – 4ª Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 10 de Abril de 1840.

*“Quando me lembra tudo isto; quando vejo os conventos em ruínas, os egressos a pedir esmola e os barões na berlinda, tenho saudades dos frades – não dos frades que foram, mas dos frades que podiam ser”*²⁸⁷⁰.

E, ao contrário de 1823, encara as reutilizações de forma diferente, condenando as ocupações muitas vezes desajustadas e descontroladas, algo reflectido em o *Arco de Sant’Ana* (1845) em que acerca da nova utilização do convento de Santo António da Piedade, em Gaia, refere:

*“Esse Vale de Amores que depois foi Vale da Piedade quando os Capuchos aí fizeram seu convento e o beatificaram com o devoto nome que ainda tem – hoje ... oh tristes, tristes tempos nossos!, é Vale de Tanoeiros ou Vale não sei de quê, porque lhe fizeram da igreja um armazém, e da cerca tão viçosa e tão fresca, algum mau campo de milho talvez”*²⁸⁷¹.

As consequências das reutilizações cegas no património artístico que permanecia nos conventos, encontram-se bem expressas também nas *Viagens* quando a respeito de S. Francisco, em Santarém, panteão do monarca D. Fernando, sepulcro de outras notórias figuras, e *“consertado pelas Obras Públicas para servir de quartel”*, descrevia as atitudes de vandalismo que ali tinham sido perpetradas:

*“andou a mão destruidora do soldado quebrando e abalando esses monumentos preciosos, riscando com a baioneta pelo verniz mais polido e mais respeitado desses jazigos antiquíssimos; os louvores mais delicados esmoucou-os, degradou-os. Levantaram-se as lajes dos sepulcros e, ao som da corneta militar, acordaram os mortos do século, cuidando ouvir a trombeta final”*²⁸⁷².

Ironicamente, no “seu” Convento do Carmo, em 1844, eram encontrados restos mortais nas demolições das paredes e dava-se o arrancamento de lajes para alojamento de mais duas companhias do Corpo da Guarda Municipal²⁸⁷³...

Lembremos que o próprio Garrett usufruiria de uma reutilização: a do antigo convento denominado dos Caetanos ou de Santa Maria da Divina Providência, onde seria instalado o

²⁸⁷⁰ ALMEIDA GARRETT, *Viagens na Minha Terra*, Lisboa, Civilização Editora, 2013 (1ª edição. 1846), pp.66-68.

²⁸⁷¹ *Apud* SOARES, NETO, *Almeida Garrett ...*, 2015, *op.cit.*, p.131.

²⁸⁷² *Apud idem, ibidem*, p.132

²⁸⁷³ ANTT, IOP, Liv.25. 11 de Outubro de 1844.

Conservatório Geral de Arte Dramática²⁸⁷⁴, onde vai tentar encontrar as condições funcionais necessárias, tendo em conta as estruturas pré-existentes²⁸⁷⁵.

Antigo “*asilo ameno dos sábios*” esta casa religiosa tinha sido suprimida em 1822 e encontrava-se já desde a época de D. Maria I ligada ao ensino artístico, acolhendo durante algum tempo a Aula Pública de Desenho e a Aula e Laboratório de Escultura²⁸⁷⁶, posteriormente transferidas²⁸⁷⁷, com a criação da Academia de Belas-Artes para S. Francisco da Cidade²⁸⁷⁸. Para além disso chegara a ser quartel das forças miguelistas, alojando o 3.º Batalhão de Voluntários Realistas de Lisboa, entre 1828 e 1834²⁸⁷⁹, casa que Garrett vai encontrar “*em grande ruína e delapidação*”²⁸⁸⁰.

Entre a documentação para a constituição dos Conservatórios de Artes e Ofícios, outra iniciativa concretizada durante o governo de Passos Manuel, encontramos um curioso “*Projecto p^a o Conservatorio de Artes e Offícios*”, referindo o Capítulo Segundo em como se devia distribuir o conservatório num extinto convento: Igreja – anfiteatro, etc., etc....²⁸⁸¹. “Manual” de reutilização de espaços que se adaptaria a um dos vários locais que chegaram a ser colocados como hipótese: Tesouro Velho, Convento do Desterro, S. João de Deus, S. Vicente de Fora, Remédios...²⁸⁸²

Entre as opções válidas e bem acolhidas para a reutilização das antigas casas religiosas, encontrava-se, de facto, o fim educativo e assistencial – cimeiro na ideologia liberal – devendo, no entanto, não deixar de ter em conta as características do imóvel e a salvaguarda do seu património histórico e artístico²⁸⁸³. Acerca de Santarém, tendo em conta o grande número de

²⁸⁷⁴ O Conservatório de Música da Casa Pia tinha sido incorporado no Conservatório Geral de Arte Dramática, ordenando-se assim ao Inspector-geral dos Teatros que fosse removido, juntamente com todos os objectos, para o convento dos Caetanos. 28 de Março de 1837, ANTT, MR, Livro 1744 Avisos, fls.59vs-60. A 13 de Janeiro de 1837, Portaria (4ª Rep) assinada por Passos Manuel participava ao Inspector Geral dos Teatros que tinha sido ordenado que o Conservatório Geral de Arte Dramática e o Conservatório de Música fossem estabelecidos no convento dos Caetanos (de onde a Academia de Belas Artes removeria, para S. Francisco, a Aula de Escultura) ANTT, MR, Livro 1744 Avisos, fl.42vs.

²⁸⁷⁵ SOARES, NETO, *Almeida Garrett ...*, 2015, *op.cit.*, p.133.

²⁸⁷⁶ Em Julho de 1834 tinham-se iniciado os arranjos para a mudança da Aula de Escultura para o Convento dos Caetanos. ANTT, IOP, Livro 113, fl.125. Em Dezembro desse ano também ali ocorreriam obras destinadas ao aquartelamento da 6ª Companhia da Guarda Municipal. ANTT, Livro 50, fl.171vs liv.113 e fls.79-79vs.

²⁸⁷⁷ ANTT, MR, Mç.2122 Cap. Ofícios. 18 de Janeiro de 1837. Ofício do Vice-Inspector da Academia das Belas-Artes, Conde de Farrobo, a Manuel da Silva Passos, acerca da mudança do laboratório de Escultura do Conventos dos Caetanos para São Francisco. Então a mudança achava-se praticamente concluída.

²⁸⁷⁸ SOARES, NETO, *Almeida Garrett ...*, 2015, *op.cit.*, pp.98-99.

²⁸⁷⁹ *Idem, ibidem*.

²⁸⁸⁰ *Idem, ibidem*, p.99.

²⁸⁸¹ AHE, AITC, CAO, Bob. 3.

²⁸⁸² *Idem, ibidem* e CAO 2, Bob.4.

²⁸⁸³ SOARES, NETO, *Almeida Garrett ...*, 2015, *op.cit.*

edifícios religiosos nacionalizados, aquele escritor não deixou de propor a instituição naquela vila de estabelecimentos de instrução e educação pública:

*“Porque não há de estar aqui o Colégio Militar ou a Casa Pia, ou outra grande escola, seja qual for?”*²⁸⁸⁴

Mas seria Alexandre Herculano (1810-1877) [Fig.49], cartista moderado, opositor ao Setembrismo, já mencionado em anteriores capítulos, a ter um maior protagonismo e a ganhar seguidores na luta em defesa do património nacional. Tinha bradado a favor dos monumentos nos seus quatro artigos publicados em 1838-1839 em *O Panorama*, inspirado, certamente, pelos panfletos de Victor Hugo contra a destruição dos monumentos²⁸⁸⁵, textos que fizeram doutrina. Tentando sensibilizar o público para o assunto, Herculano via os monumentos enquanto símbolos do passado, que exprimiam os contextos da sua concepção, que necessitavam de ser salvaguardados. E, no meio das suas linhas, são algumas as referências à forma e consequências das reutilizações.



Fig.49 Ignaz Fertig; **A. Herculano**; 1855?; gravura, 16,4x13,5cm. BNP: E.235 P.

Em *Mais um brado a favor dos Monumentos* Herculano chama a atenção, por exemplo, para a igrejas do Convento de S. Domingos e de S. Francisco, em Santarém:

“Vede essa egreja do convento de S. Domingos, collocada no alto de Santarem : as suas grossas e velhas portas estão fechadas, e o mosteiro está vasio de seus antigos habitantes. Não é provável, todavia, que o venerando templo, mandado edificar pelo infeliz Sancho 2.º, e de cuja primitiva fabrica ainda resta inteira a capella-mór, ficasse deserto de culto, como o convento ficou ermo de frades : crêmos nós que a abolição destes não trouxe consigo a ruina da religião e das suas solemnidades (...) Entrae... Não! – O velho templo é um palheiro do comissariado!!!...

²⁸⁸⁴ ALMEIDA GARRETT, *Viagens na minha terra...*, 2013, *op.cit.*, p.191.

²⁸⁸⁵ HUGO, Victor, *Guerre aux Démolisseurs*, Editions Archage Minotaure, Paris, 2003. Inicialmente publicados em 1825 (“Sur la destruction des monuments”) e 1832 (“Guerre aux Démolisseurs”), os dois panfletos em 1834 seriam reunidos sob o segundo título em *Littérature et Philosophie mêlées*, I Paris, Rugène Renduel, 1834. O segundo artigo, publicado na *Revue des Deux Mondes*, levaria Charles de Montalembert a publicar na mesma revista uma reflexão intitulada “Vandalisme en France, lettre a M. Victor Hugo” (T.1, 1833). SOARES, NETO, Almeida Garrett ..., 2015, *op.cit.*, p.121.

Maldicto o que escarnece Deus!

*Ha tempos que uma pessoa curiosa de historia e antigualhas nos escreveu daquella villa, contando-nos que debaixo do côro da egreja de S. Francisco vira o tumulto da infanta D. Constança, servindo de cabide a sellins, e arreios, e rodeado de páus e ferros, com que se vão roçando e quebrando os lavores e esculpturas do sepulchro, como já tem succedido ao de elrei D. Fernando, que do meio da egreja os franciscanos haviam mudado para o côro.”*²⁸⁸⁶

Na caracterização do tipo de vandalismo que se fazia sentir, Herculano alude ainda ao “rico presepe da Cartuxa de Laveiras, que tantos primores de esculptura encerrava, e que foi despedaçado depois da suppressão do mosteiro” e a uma cruz feita de um mastro de uma nau que viajara para a India que estaria numa parede de S. Francisco da Cidade e que “foi arrancada d’alli, talvez para se metter na fornalha”...²⁸⁸⁷.

António Feliciano de Castilho (1800-1875) [Fig.50] seria outro dos escritores deste período a receber a influência de Herculano, exprimindo o que Maria João Neto denomina de *apego emocional aos monumentos nacionais*, sentido a necessidade cultural e histórica da sua salvaguarda²⁸⁸⁸. Os seus *Quadros Históricos de Portugal* (1839), publicados no *Jornal de Bellas Artes*, expressam a revolta que se fazia sentir com a profanação e destruição que abalava o nosso património. Em *S. Bruno*²⁸⁸⁹, artigo que viria a ser publicado por Pedro Diniz em 1853 – apoiante das Ordens Religiosas e dos seus frades – Castilho denunciava:

“como se finge não vêr que o remanescente da sua parca sustentação, era dado á dilatação e aperfeiçoamento da sua cultura, á esmola aos pobres, aos subsidios

²⁸⁸⁶ *O Panorama*, 3º da 1ª série, nº94, 16 de Fevereiro de 1839, p.50.

²⁸⁸⁷ *O Panorama*, 3º da 1ª série, nº94, 16 de Fevereiro de 1839, pp.50-51 Refere D. Miguel de Sotto-Mayor que o convento foi vendido a um particular e demolido em grande parte; quanto à igreja “foi despojada das alfaías e dos quadros, que possuía, devidos ao afamado pincel de Sequeira; os quaes hoje se acham no muzeu da Academia das Bellas Artes de Lisboa. O presepe [do “habil artista Antonio Ferreira”] foi despedaçado” SOTTO-MAYOR, *op.cit.*, p.115.

²⁸⁸⁸ NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pp.58-59

²⁸⁸⁹ Publicado no *Jornal de Bellas Artes*, II, nº2.

ordinarios e extraordinarios para a corôa, á compra de livros, de instrumentos de physica e de astronomia, de quadros e preciosidades artisticas, thesouro, esse que os economistas seus herdeiros, — herdeiros de motu proprio, caso pensado, e sciencia incerta, — não só não hão de augmentar, mas nem ainda souberam conservar!

Invadiram-se os conventos em nome da philosophia e da felicidade geral, que montes de metaes se acharam ali dentro para corar ao menos com o interesse o vandalismo? nenhuns. Que maior ou mais livre goso ficou o povo tendo daquellas bibliothecas e gabinetes? Parte desapareceu para estranhas terras; parte aniquilou-se; o restante confundiu-se; — o presente não no aproveita, o futuro nem talvez o chegue a receber.”²⁸⁹⁰



Fig.50 Augustin François Lemetre e Moret; **Antonio Feliciano de Castilho**; c.1855; gravura, 25x16cm. BNP. E.4569 P.

José Mendes Leal [Fig.51], aquele que com apenas dezoito anos era empregado do Depósito na recolha das livrarias e que, por duas vezes vem a ocupar o cargo cimeiro da Biblioteca Nacional, também na senda de Alexandre Herculano²⁸⁹¹, escrevia em Abril de 1841 nas páginas de *O Mosaico* um artigo intitulado “*Mais um brado contra os destruidores dos monumentos*”. Vindo em defesa da Custódia de Belém, peça sobre a qual corriam rumores de redução a moeda e venda por baixíssimo preço – boatos que se revelariam infundados – Mendes Leal acabava por generalizar e expor o muito que vinha sucedendo aos antigos cenóbios e seus conteúdos, algo que o seu trabalho para a CADLEC o terá levado a conhecer de perto:

“Nós esperamos que o Governo sobrestenha por uma vez a continuação de tão vandálicas destruições. Ao verem-se desfeitas essas ricas livrarias dos Mosteiros, estragadas suas preciosas alfaias, consumidas suas famosas pinturas; ao verem-se todos esses edificios derrocados, essas igrejas derrubadas, essas sepulturas

²⁸⁹⁰ Apud DINIZ, Pedro, *Das ordens religiosas em Portugal*, Lisboa, Typographia de J. J. A. Silva, 1853, p.410. Este autor que publica o artigo de António Feliciano de Castilho, na conclusão deste livro refere: “Os generosos inimigos dos Frades foram esgaravatar a terra do cemiterio, depois de terem escavado nas ruinas dos Conventos. As pégas volveram-se hyenas. As Ordens Religiosas hão de talvez tornar a esse reino, como hão tornado aos outros paizes, que as aboliram; então se conhecerá, e apreciará de novo o bem, que de taes institutos resulta. Oxalá que para o seu regresso possam contribuir a clamores de todos os bons portuguezes, que amam a sua patria, e desejam o verdadeiro progresso.” *Idem, ibidem*, p.423.

²⁸⁹¹ ROSAS, *Monumentos Pátrios...*, 1995, *op.cit.*, pp.26-27.

escavadas, esses mosteiros desertos, essas abobadas repercutindo os attilos da coruja e os pios do mocho, esses vergeis tornados em çafaras brenhas; dissereis terem resurgido os dias horrendos de Atila e de Omar! Todos esses Monumentos, ou já erguidos em satisfação do voto de uma batalha vencida, ou outorgados em honra de um triunfo, ou offerecidos por despojo de uma victoria : tudo quanto nos recordava um feito brilhante, uma acção celebre, um sucesso glorioso, uma obra meritoria, um voto piedoso, e que era o cunho de nossos primitivos costumes, o sello da nossa Fé, o padrão de nossas crenças, o brasão da nossa gloria, e o typo de nossas antigas eras; onde existe...? Homens sem lei, que vivem todos em si e só para si, sem verem, sem acreditar, e sem comprehenderem, zombam talvez do que lhes recorda o motivo porque teem patria, a causa porque teem vida, a razão porque são livres! (...) São taes homens, para quem o passado é brinco, o presente é tudo, e o futuro é nullo, que ousam desdenhar de tudo quanto merece a veneração dos povos; que se atrevem a destruir quanto há de mais sagrado nas nações!... Anathema sobre elles!”²⁸⁹²



Fig.51 Autor desconhecido; *Jose da Silva Mendes Leal*; 1888; gravura, madeira, 13x9cm. BNP E. 4708 P.

Vinte e sete anos depois, em 1868, Mendes Leal publica a obra *Monumentos Nacionaes*, levantamento e descrição de alguns monumentos, testemunhos do passado, exaltando a relevância do conhecimento do passado como meio de compreender o futuro, evitando a repetição de problemas²⁸⁹³. Um enaltecimento do valor histórico dos edifícios, sobrevalorizando um aspecto pedagógico e de memória, em relação a aspectos como o valor artístico²⁸⁹⁴.

Dizia então Mendes Leal na introdução da obra:

“O presente vem do passado, como o futuro procederá do presente; (...)

Nos monumentos se levanta visivel a historia de uma nação. Por elles se norteia a jornada a travez dos seculos cerrados de trevas. Estes marcos nos deixaram as

²⁸⁹² LEAL, J. M. da Silva, “Mais um brado contra os destruidores dos Monumentos” in *O Mosaico*, Vol.3, Anno 1841, N°95, pp.70-71.

²⁸⁹³ ALVES, Ramalho Ortigão..., 2009, *op.cit.*, pp.95-96.

²⁸⁹⁴ *Idem, ibidem*, p.99.

gerações para advertencia e para ensino. E quando nem para tal sirvam, ninguém lhes disputará o serem attestados da nobreza dos povos, braçoens de sua stirpe, recordaçõens da sua gloria.

*Investigar, memorar, colligir attenta e conscienciosamente essas memorias, instrictivas ou venerandas, não será pois obra de todo inutil, principalmente n'um paiz onde as raras noçoens d'este genero ou sam deficientes ou se acham dispersas*²⁸⁹⁵.

5.2. Reutilizações vs defesa do património

Como referem Clara Moura Soares e Maria João Neto, “cabia aos políticos travar o processo da demolição da nossa herança cultural, estancar uma iconoclastia popular, ignorante e cega, valorizar a Memória da nação para conferir confiança aos desafios do presente e olhar com esperança para o futuro.”²⁸⁹⁶ Continuava a faltar uma relação completa das antigas casas religiosas e critérios de classificação que fizessem cumprir a já referida Carta de Lei de 15 de Abril de 1835.

Mesmo o próprio Estado, como já pudemos constatar, parecia carecer de um sentido de protecção e dignidade patrimonial. Imóveis reconhecidos como monumentos pareciam por vezes, não merecer projectos de reutilização que se adequassem ao estatuto dos imóveis.

Mas a tentativa de obter algum controlo sobre o património “herdado”, ter-se-á iniciado logo em 1834, sob a égide de D. Maria II.

A respeito de relações de edifícios tornados públicos no contexto da extinção das ordens religiosas, cabe-nos salientar que, em Dezembro de 1834, foi remetida pelo Prefeito da Estremadura, António Lobo Gregão(?) ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, o Bispo Conde Fr. Francisco, um conjunto de mapas/relações de edifícios públicos de Lisboa e de Cascais. Divididos por distritos administrativos, eram mencionadas a sua localização, que tipo de ocupação tinham, assim como outros aspectos, entre os quais, algumas vezes, sugestões sobre eventuais ocupações ou fins, documento que nos permite ter uma ideia do elevado número de edifícios existentes (e apenas nesta zona), e da forma como eram encarados por estas autoridades.

²⁸⁹⁵ MENDES-LEAL, J. da S., *Monumentos Nacionaes* (NUNES, Henrique, Photographias), Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1868, pp.V-VI

²⁸⁹⁶ SOARES, NETO, *Almeida Garrett ...*, 2015, *op.cit.*, p.121.

Fazendo também menção a vários conventos ainda ocupados por freiras, constatamos que eram muitos os antigos cenóbios que abrigavam batalhões e revelavam-se com condições para servir como quartéis. Como exemplos, no vasto leque de referências, refiram-se o Convento da Graça e casas anexas (no Largo da Graça) ocupado por tropa; o Coleginho da Graça, no mesmo local, ocupado pelo 4.º batalhão da Guarda Nacional; o Convento de Santo António dos Capuchos, ocupado pelo 1º Batalhão de Artilharia e apontado para aquartelamento; o Hospício da Carreira, ocupado pela 1ª Companhia da Guarda Municipal e “bom para aquartelamento”; ou o Convento do Espírito Santo (Chiado) que alojava o Tribunal de Polícia Correccional do 2.º Distrito, a Provedoria do 4.º Distrito e uma companhia da Guarda Nacional, considerado pequeno e cuja venda era vista como *vantajosa*²⁸⁹⁷.

A pequena capacidade, era aliás, de acordo com esta listagem, uma característica que tornaria antigas casas religiosas desejáveis para venda, uma vez que a sua manutenção e eventual ocupação seria menos vantajosa.

A consequência que estas utilizações, muitas vezes inadequadas e intensivas para os espaços, tinham na conservação dos edifícios, encontrava-se espelhada na referência feita ao Convento de S. Domingos (na Praça do Rossio): este encontrava-se ocupado por tropa portuguesa e estrangeira, pela Comissão dos Exames de Aspirantes a Oficiais e pela Secretaria da Inspeção da Cavalaria, sendo, pela sua capacidade apontado como aplicável para um qualquer colégio de educação ou para uma fábrica (embora lhe faltasse água). No entanto, era dada a opinião: “*Este edificio trará mais vantagens para o Estado vendido do que conservado occupado por tropa que muito contribui para a sua ruina*”²⁸⁹⁸. Em Abril de 1835, as Obras Públicas, tratavam da abertura de novas ruas através daquele extinto convento²⁸⁹⁹.

[Fig.52]

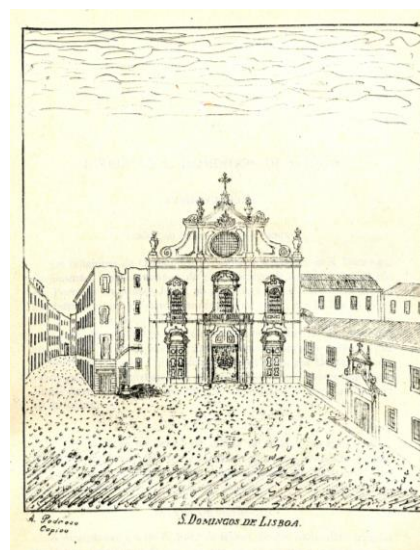


Fig.52 S. Domingos de Lisboa. Desenho, in *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927

²⁸⁹⁷ ANTT, MR, Mç.2039 3.ª Repartição Negócios diversos Letras D-E Edifícios Públicos. 19 de Dezembro de 1834. Ofício do Prefeito da Estremadura ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, remetendo mapas dos edifícios públicos de Lisboa e Cascais.

²⁸⁹⁸ *Idem, ibidem*. Na sua Livraria estaria ainda alojada a “casa dos Conselhos de Guerra”. *Ibidem*. Neste mesmo mês ocorreriam ali “arranjos” para a Freguesia de Santa Justa. ANTT, IOP, Livro 113, fl.170.

²⁸⁹⁹ ANTT, IOP, Livro 113, fl.205vs e Livro 44, fls.122-122vs.

Quanto ao convento de S. Francisco da Cidade, onde em Dezembro de 1834 se encontravam alojados o DLEC e o 11.º Batalhão da Guarda Nacional, devido às más circunstâncias em que se encontrava, não deixará de merecer um conselho pragmático, e pouco preocupado com as recentes tarefas de Depósito que lhe tinham sido acometidas: “*Vendido com os predios que lhe pertencem davão mais lucro ao Estado, por quanto perciza de muito reparo*”²⁹⁰⁰.

Entre os muitos serviços que acolheria sabemos que, em 1843, ali se encontrava a funcionar o Observatório Astronómico, sob a direcção de Mateus Valente do Couto, existindo uma Aula de Astronomia²⁹⁰¹.

Algumas vezes, as condições que os conventos, previamente, apresentavam, que chegavam a ser de ruína, deixavam-nos inaptos até para aquartelamentos. Esta era uma situação generalizada, que não se ficava pelos conventos de Lisboa e arredores. Veja-se o caso de um quartel para a Guarda Municipal de Santarém: preferia-se o edifício do extinto Convento do Carmo (onde já se achava “bem aquartellada” em 1840), ao Convento de N. Sra. da Piedade, devido ao estado ruinoso deste, ganhando *o Estado na troca*, poupando *a grande despesa da reforma*²⁹⁰².

São várias as Câmaras Municipais a propor que edifícios de conventos tivessem esse tipo de ocupação. As Câmaras de Amarante, Gouveia e Gestaço, solicitariam ao Ministro da Fazenda que lhes fosse concedido o Convento de S. Gonçalo da Ordem dos Pregadores para ali estabelecer um quartel²⁹⁰³.

Ainda a sair de um contexto de guerra civil, nota-se que, em 1834, foi dada uma certa primazia à instalação de serviços militares. Na Estremadura, por exemplo, na sequência de uma Portaria do Ministério do Reino, a Prefeitura expediu ofícios a todos os Comandantes dos Batalhões das Guardas Nacionais

“para que, de intelligencia com os provedores, escolhessem, nos Edifícios dos Conventos supprimidos, aquelles locaes, que offerecem mais proporções, para n’elles

²⁹⁰⁰ ANTT, MR, Mç.2039.. 19 de Dezembro de 1834. Ofício do Prefeito da Estremadura... ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino.

²⁹⁰¹ ANTT, IOP, Livro 326 (C. Risco), fls.43vs-44. 17 de Maio de 1843 – avaliação /orçamento. Era solicitada uma parede divisória no piso do Depósito das Livrarias, “para serventia da Aula, e apartamento destas”. Orçamento de 19 de Maio de 1843. IOP, Livro 326 (C. Risco), fls. 44vs-46.

²⁹⁰² AHE, AITC, IOPDC 1 – Registo de ofícios recebidos do Ministério do Reino, fl.312. 4 de Novembro de 1840. Acerca do mesmo assunto, iniciado em 1839, AHE, AITC, MR58 Processos de Obras Públicas em geral, fls.313-325.

²⁹⁰³ ANTT, MR, Livro 1740 Avisos, fl.251vs. 12 de Dezembro de 1834.

*se estabelecerem interinamente as Secretrarias dos mesmos Batalhões, consiliando-se nesta escolha o Serviço Militar com os interesses do Estado. (...)”*²⁹⁰⁴.

Em Agosto de 1834 as Obras Públicas – encarregues de todas as obras de conservação e adaptação dos antigos edifícios conventuais aos novos “inquilinos” – tratavam dos “arranjos” para o Tribunal do 5.º Distrito Administrativo no extinto Convento dos Paulistas e no quartel da Brigada Real da Marinha no extinto Convento de S. João de Deus²⁹⁰⁵. Já o Juízo do 6º Distrito ocuparia uma das salas do Convento da Estrela, numa zona vulgarmente designada como “o palacete”²⁹⁰⁶.

Mas estas utilizações, como já constatámos, nem sempre eram positivas.

Em Outubro de 1834, chamava-se a atenção do Ministro da Guerra, Duque da Terceira, para os estragos causados pelo Corpo Belga no edifício do Convento de S. Francisco de Faro, onde estava instalado²⁹⁰⁷.

Já em 1837, o Convento da Boa Hora abrigará um Quartel de Artilharia da Guarda Nacional²⁹⁰⁸, e entre outras valências, a partir de 1842, o 2º Tribunal das Audiências Gerais²⁹⁰⁹.

Nota-se também a existência de conventos onde estavam instalados Hospitais, asilos de órfãos (como o de S. Pedro de Alcântara), estabelecimentos como a Academia das Ciências (“Casas que foram dos 3ºs de Jesus) e aqueles, como o Convento de Santo António da Convalescença (Sete Rios), devoluto, próprio para um colégio de instrução pública²⁹¹⁰. O Convento de S. João Nepomuceno que já referimos, irá em 1862 abrigar o Asilo de Santa Catarina; em Setembro de 1834 encontrava-se destinado a ser um estabelecimento de *Estudos Públicos*²⁹¹¹.

²⁹⁰⁴ ANTT, MR, Mç. 1918 b) Negócios diversos. 4 de Setembro de 1834 (Nº3747).

²⁹⁰⁵ ANTT, IOP, Livro 113, fl.135vs. Agosto de 1834.

²⁹⁰⁶ ANTT, IOP, Livro 50, fl.102vs e fl.78.

²⁹⁰⁷ ANTT, MR, Livro 1740 Avisos, fl.27. 10 de Outubro de 1834.

²⁹⁰⁸ ANTT, IOP, Livro 115, fl.151. Julho de 1837. Arranjos para a instalação.

²⁹⁰⁹ ANTT, IOP, Livro 69, pp.78-79.

²⁹¹⁰ ANTT, MR, Mç.2039 3.ª Repartição Negócios diversos Letras D-E Edifícios Públicos. 19 de Dezembro de 1834. Ofício do Prefeito da Estremadura ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, remetendo mapas dos edifícios públicos de Lisboa e Cascais.

²⁹¹¹ ANTT, IOP, Livro 50, fl.67vs. 18 de Setembro de 1834. Outubro de 1834, ANTT, IOP, Livro 113, fl.158vs. Em Outubro de 1840 era apresentado o orçamento da despesa necessária para ali estabelecer as Aulas do Ensino Secundário. ANTT, IOP, Livro 370, p.199.

Também, por exemplo, o Convento dos Barbadinhos Franceses, à Esperança, acolheria em 1835 “*hum quarto estabelecimento das Escolas da Infancia*”, devendo para tal ser dali removida para outra parte do edifício a “*Posta do Correio Geral*” que ali tinha sido estabelecida²⁹¹².

Em Março de 1835, um architecto das Obras Públicas examinava o edifício dos Conventos dos Paulistas, no sentido de avaliar a sua ocupação por uma biblioteca²⁹¹³, local onde em Setembro de 1836 se tentava encontrar algum sítio onde “*com menos despeza*” se pudesse aquartelar a 2.^a Companhia de Infantaria da Guarda Municipal...²⁹¹⁴. Meses depois, em Janeiro de 1837, eram dadas ordens para ali realizar as obras necessárias para o aquartelamento da Companhia da Guarda Municipal existente no Convento dos Caetanos, então destinado a Conservatório de Música²⁹¹⁵. Em meados desse ano, a Irmandade do Santíssimo Sacramento da freguesia de Santa Catarina dividiria um pátio daquele convento com o quartel...²⁹¹⁶

No extinto Mosteiro de São Bento, em Setembro desse ano, eram realizados “arranjos” na casa que serviu de refeitório dos monges para ali se estabelecer a “*Aula Publica de Tachigrafia*”²⁹¹⁷.

Em Santarém, por exemplo, o Hospital ocuparia o extinto Convento da Graça²⁹¹⁸ e em Lamego reflectia-se sobre a conveniência do Convento dos Loyos acolher o Hospital, e do edifício do Hospital a “*caza da Municipalidade*”²⁹¹⁹.

Santo António dos Capuchos, atrás indicado como capaz para aquartelamento, em meados de 1836 sofreria reparos, encontrando-se destinado para Asilo dos Indigentes Inválidos²⁹²⁰.

O Convento dos Marianos (N. Senhora dos Remédios, Torneiros) acolheria o Conservatório das Artes e Ofícios²⁹²¹ e o Hospício dos Arrábidos a Escola Médico Cirúrgica²⁹²².

Em Outubro de 1835,

“Tornando-se mui necessario que o Governo tenha pleno conhecimento do destino que convem dár aos Edifícios Publicos da Capital incorporádos nos Bens Nacionaes,

²⁹¹² ANTT, IOP, Livro 50, fls.80vs-81. 8 de Janeiro de 1835, acerca de arranjos pelas Obras Públicas. Outros acerca do mesmo assunto: Livro 44, fls.111-111vs e Fevereiro de 1835, arranjos no extinto convento dos Barbadinhos Franceses á Esperança para estabelecimento de uma Escola de 1.^a Infância. Livro 113, fl.186.

²⁹¹³ ANTT, IOP, Liv.50, fl.88vs. 4 de Março de 1835.

²⁹¹⁴ ANTT, IOP, Liv.50, fl.147. 27 de Setembro de 1836.

²⁹¹⁵ ANTT, IOP, Liv.50, fl.161. 13 de Janeiro de 1837.

²⁹¹⁶ ANTT, IOP, Liv.45, fl.92vs. Junho de 1837.

²⁹¹⁷ ANTT, IOP, Liv.50., fl.109vs. 14 de Setembro de 1835.

²⁹¹⁸ ANTT, MR, Mç. 1918 b) . Agosto de 1834.

²⁹¹⁹ 9 de Dezembro de 1834 (Ofício do Prefeito interino da Beira Alta, Luís Aguiar, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Bispo Conde Fr. Francisco de São Luís, acerca da recepção de uma portaria de dia 2, na qual se pedia parecer) e 20 de Dezembro do mesmo ano. ANTT, MR, Mç 1915 cx2– Negócios diversos

²⁹²⁰ ANTT, IOP, Liv.50, fl.134.

²⁹²¹ ANTT, IOP, Liv.50, fl.199. Janeiro de 1838.

²⁹²² ANTT, IOP, Liv.50, fl.228.

e carecendo dos esclarecimentos indispensaveis para em materia de tanto interesse publico proceder com segurança”,

uma portaria de Rodrigo da Fonseca Magalhães, nomeava uma Comissão que ficava encarregada do “*exâme e proposta do destino que convirá dár aos referidos Edifícios*”. Dela faziam parte membros dos vários ministérios: o Dr. Thomas d’Aquino de Carvalho, os Coronéis Marino Miguel Franzini, e Joze Dionizio da Serra, D. Luiz Victorio de Noronha, o Dez.^{or} da Relação de Lisboa Joze Manoel d’Almeida Araujo Correa de Lacerda, e o Lente Joze Cordeiro Feio, obtendo informações do Governador Civil e dos diversos ministérios²⁹²³.

Mas se o Estado tinha alguma consciência do número de Edifícios Públicos existentes na Capital e arredores, o mesmo não acontecia com o resto do reino. De facto, em finais de 1835, mais de um ano após o decreto de extinção das ordens e consequente incorporação dos seus bens, o Estado parecia desconhecer, efectivamente, o que lhe tinha cabido. Neste sentido, uma portaria de 9 de Dezembro, de Mouzinho de Albuquerque, dirigida aos Governadores Cíveis, tentava levar a cabo um primeiro recenseamento geral, não deixando de ter em vista possíveis futuros destinos:

*“Sendo absolutamente necessario que nesta Secretaria d’Estado se saiba qual é o numero dos Edifícios Publicos que existem em todo o Reino: Manda Sua Magestade a Rainha queo Governador Civil de ____ procedendo a hum recenseamento dos sobreditos Edifícios que há no seu Districto Administrativo, form, e remetta hum Mappa no qual em huma coluna se declare quem os occupa, e em outra, se fação as convenientes observações, sobre o destino mais conveniente que se lhes pode dár ficando o dito Governador Civil na intelligencia de que estão dadas as necessarias providencias para se lhes franquear o exame dos referidos Edifícios. Palacio das Necessidades em 9 de Dezembro de 1835 = Luis da Silva Mouzinho d’Albuquerque=”*²⁹²⁴.

A portaria de 31 de Maio de 1836, referida no Capítulo V acerca do roubo e destruição dos edifícios religiosos, vinha pôr a nu a situação em que muitos se encontravam. Acusando algumas autoridades administrativas de desleixo na conservação dos edifícios públicos, sobretudo conventos e igrejas (que constituiriam, sem dúvida, a maioria), que deixados em abandono eram alvos de furto e destruição, através desta portaria a Rainha, por Agostinho de

²⁹²³ ANTT, MR, Liv.1742 Avisos, fls.88-88vs. 5 de Outubro de 1835.

²⁹²⁴ ANTT, MR, Liv.1208, fl.27, fl.27.

José Freire, recomendava maior vigilância e ordenava que, pelos meios ao alcance destas, procedessem

*“aos repáros indispensaveis, para evitar maióres ruinas, e propondo os orçamentos das obras, que forem necessarias para a conservação dos Edifícios mais notaveis, que devem ficar acargo do Thesouro Publico, por sêrem Monumentos historicos, e das Artes.”*²⁹²⁵

Existia já uma clara diferença entre os imóveis “comuns” e os “monumentos”, sendo que os primeiros teriam de contentar-se em ser minimamente mantidos, com os poucos recursos locais, e os segundos, que com um diferente e mais elevado estatuto, mereceriam especial atenção por parte do governo central e do Tesouro.

Em 1837 a

*“verba, **Conservação de Monumentos Historicos**, não figurava no procedente Orçamento, e devia figurar; por quanto estava implicitamente authorisada pela Carta de Lei de 13 de Abril de 1855, para não fallar da Capella de S. João Baptista em S. Roque, e do Palacio de Mafra cuja despesa estava authorisada por actos especiaes das Administrações anteriores”*

situação estranha e destacada por Manuel de Silva Passos, no seu relatório de 27 de Maio de 1837²⁹²⁶.

A multiplicidade de novas utilizações que uma mesma antiga casa religiosa podia ter, encontrava-se bem patente no ofício que, em Maio de 1841, Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque, então Inspector-geral Interino das Obras Publicas do Reino, enviava ao Ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães, acerca do Convento dos Bernardos em Alcobaça:

“Respondendo ao Officio que por ordem de V. Ex.^a me foi dirigido pelo Barão de Tilheiras em 28 de Abril proximo passado 3^a Repartição L.^o 1^o-O-36V relativo a roubos e estragos accuzados pelo Ministerio da Guerra no extincto Convento dos Bernardos em Alcobaça, cumpre-me dizer a VEx.^a que, segundo me consta parte deste vasto edificio foi entregue ao Ministerio da Guerra para Quartel de um Batalhão, parte foi dado á Camara que já demolio porções, formando no terreno um largo ou praça, e aforando outras partes; uma Sala inferior vi eu convertida em Theatro, não sei porque ordem ou concessão; em quanto á parte monumental, isto é, a Igreja e dependencias immediatas, achavão-se fechadas sem uso sagrado ou profano, e

²⁹²⁵ ANTT, MR, Liv.1208 Registo de circulares expedidas (1835-1840), fl.52vs, N^o1232. 31 de Maio de 1836.

²⁹²⁶ AHE, AITC, MR98 – Relatórios do Ministério 1836-1842. Destaque a negrito corresponde a itálico no original.

commetidas á guarda da Camara, e parte alguma deste edificio foi jamais entregue ás Obras Publicas do Reino.

*A necessidade que eu verifiquei de reparações nos tectos da parte monumental, foi o único conhecimento que tomei do estado de semelhante edificio, e a responsabilidade do mesmo pertence a quem quer que tem a seu cargo a guarda e policia do numero imenso de Edifícios que por esse Reino se encontram abandonados pelas Corporações extinctas. (...)*²⁹²⁷.

Anos mais tarde, em publicação já de 1889, Miguel Sotto-Mayor citaria:

“Accomodaram-se dentro d’aquellas venerandas paredes a camara municipal, a repartição da fazenda, a administração do concelho, a conservatoria, o tribunal judicial, uma aula e um theatro, e n’um jardim do claustro houve ha annos uma praça de touros! O resto do edificio serve de guarida a algumas familias pobres, de palheiro, de cavallariças, de deposito de madeiras, etc. (...)

A sala da livraria, obra prima já do presente seculo, e que continha uma magnifica bibliotheca, e algumas obras de arte, entre as quaes alguns quadros de valor, foi inteiramente despojada. Os quadros foram para a Academia das Bellas Artes de Lisboa; os livros, que escaparam da rapina, com as respectivas estantes encontram-se hoje no palacio das côrtes.

*Até desapareceu o celebre caldeirão, que fôra tomada na batalha de Aljubarrota, e com o qual el-rei D. João I. presenteara o mosteiro (...)*²⁹²⁸.

Em Santa Cruz de Coimbra os túmulos foram arrombados e o

*“vasto e magnifico refeitório [ficou] servindo de theatro, e as edificantes e magestosas estatuas dos Apostolos da **Cêa**, e do proprio **Salvador**, convertidas em **cabides dos trages scenicos**”*²⁹²⁹.

Lembremos que em Abrantes, logo em 1834, foram cidadãos a requerer a igreja do Convento de Nossa Senhora da Esperança, para aí construírem um teatro para seu *divertimento e instrução*²⁹³⁰.

²⁹²⁷ ANTT, IOP, Liv.21, pp.103-104. 12 de Maio de 1841 pp.103-104.

²⁹²⁸ SOTTO-MAYOR, *op.cit.*, pp.108-109.

²⁹²⁹ *Apud idem, ibidem*, pp.109-110 (Rodrigues de Gusmão, *Revista Universal Lisbonense*, Tomo 1, p.465). Destaques a negrito correspondem a palavras em itálico no original.

²⁹³⁰ ANTT, MR, Mç.1915 Cx2 – Negócios diversos. 14 de Agosto de 1834. A 18 de Agosto o requerimento era remetido ao Ministro da Fazenda ANTT, MR, Liv.1738 Avisos.

Destacamos, para compreender a amplitude que as reutilizações tiveram por todo o país, o extenso Apêndice apresentado por Fernando Jasmim Pereira intitulado “Prédios de Congregações Religiosas exceptuadas da venda”, no qual entre outros elementos eram apresentados os destinatários e as finalidades. Indo ao encontro do já aqui mencionado, constatamos que a maioria das igrejas ficaram destinadas ao culto, muitas enquanto paroquiais, sendo as partes conventuais afectas a actividades tão diferentes como quartéis, tribunais, cadeias, paços de concelho, escolas, hospitais, asilos, teatros, etc., ou até mesmo demolidas dando lugar a cemitérios públicos²⁹³¹.

5.3. Santa Maria de Belém: breves apontamentos acerca de uma reutilização

O Mosteiro de Santa Maria de Belém, a que já aludimos, particularmente, no Capítulo II acerca das medidas de salvaguarda patrimonial protagonizadas por D. Pedro IV, representaria, juntamente com a igreja do convento de Nossa Senhora da Pena²⁹³², um dos poucos casos em que a valorização histórica e artística funcionaria como factor de protecção uma vez que, apesar de também ele ser reutilizado, sendo ali instalada a Casa Pia de Lisboa, esta sua nova função dependia da sua conservação e restauro por parte daqueles que o ocupariam²⁹³³. Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), a respeito das intervenções no tempo do provedor António Maria Couceiro refere que este

*“tratou logo de fazer apropriar o antigo convento ao seu novo destino, evitando comtudo que se fizessem nelle mais deturpações, antes procurando reparar ou disfarçar quanto possivel algumas já existentes.”*²⁹³⁴

Quanto ao seu património artístico o próprio decreto de 28 de Dezembro de 1833, da sua supressão, tinha-o salvaguardado determinando que a igreja fosse conservada, com os *Vasos Sagrados necesarios, e todos os ornamentos*, ficando a servir aos alunos da Casa Pia e como paróquia do Bairro de Belém²⁹³⁵. No caso dos Vasos Sagrados e paramentos, estes ficaram

²⁹³¹ PEREIRA; Fernando Jasmins, *Destruição dos Patrimónios Ecclesiais. O caso das ordens religiosas* (sep. Dicionário de História da Igreja em Portugal), Lisboa, 1993, pp.54-61.

²⁹³² SOARES, RODRIGUES, “A salvaguarda do património...”, 2011, *op.cit.*, p.357.

²⁹³³ *Idem, ibidem*. SOARES, Clara Moura, *As intervenções oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém. O sítio, a história e a prática arquitectónica*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

²⁹³⁴ VARNHAGEN, Francisco Adolfo, *Noticia Historica e Descriptiva do Mosteiro de Belem. Com um glossario de varios termos respectivos principalmente à Architectura Gothica*. Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842, p.39.

²⁹³⁵ Artigo 4º do Decreto de 28 de Dezembro publicado na *Chronica....* Nº135, 3ª feira, 31 de Dezembro 1833 p.748.

entregues àquele estabelecimento educativo, sendo em 1836, quando alterada a administração deste, a nova Comissão fez a sua entrega à já referida Junta de Paróquia²⁹³⁶. A utilidade tinha sido, naturalmente, a premissa primeira para a sua manutenção no local. O mesmo também terá sucedido com a livraria e com as pinturas ali existentes. Em 1835, a respeito da manutenção do Convento de São Pedro de Alcântara – este entregue à Santa Casa da Misericórdia e destinado ao recolhimento de orfãos – referia-se que

*“hum dia virá em que aquelles Livros sejam mais uteis em poder da Sancta Casa do que recolhidos a hum Deposito aonde he provavel já haja muitas obras identicas, sendo por iguaes rasões, que a Casa Pia conserva a Livraria, e Pinturas do extincto Mosteiro de Bellem”*²⁹³⁷.

De facto, apesar das tentativas da CADLEC para que pinturas do Mosteiro de Santa Maria de Belém fossem recolhidas, consta que apenas uma²⁹³⁸ terá vindo para o Depósito de São Francisco. Em relatório do vogal daquela Comissão Villela

*“Do extincto Mosteiro de Belem thesoiro de mil preciosidades, nem hum só quadro veio para o Deposito; de todas já fiz huma exacta relação; mas sem colher resultado algum”*²⁹³⁹.

Nas relações enviadas em 1837 pela CADLEC aos Administradores Gerais, solicitando informações acerca do destino dos objectos que delas constavam, era enviada uma ao Administrador de Lisboa a respeito do Mosteiro de Belém. Dela faziam parte

“1 Quadro precioso em cobre q. estava no côro preso por hũa cadea a 1 gr.ª Crucifixo q. alli estava, e representava a S^{ta} Virgem acolhendo debaixo do seu manto e ajoelh^{os} ElRei D. J^o 3^o e a R^a D. Catherina, seu Neto D. Sebastião e o CardealD. Henrique; de outro lado alg^{es} Monges de S. Jeron^o e tinha no reverso a Ressur^{ção} de Christo.

Nas Capellinhas do Dormitorio estavam alguns paineis piquenos de m.^{to} habil Pintor.

1 representando S. Franc.^o X^{er} agonizando abraçado com hum Santo Christo.

1 representando S.^{to} Ant.^o pregando aos peixes.

Dos sobred^{os} achão se 3, ou 4 na Livraria onde se está hoje fazendo a Aula de Des^o da Caza Pia mas faltão outros, e na m^{ma} se achava tbem 1 grande Painel de S. Jeron^o pintado por Avelar.

²⁹³⁶ AHPL, UI 354 – Correspondência com o Governo 1848-1852. 29 de Julho de 1848. Reg.51. Ofício ao Ministério da Justiça sobre a entrega de paramentos em Belém, à Câmara Municipal.

²⁹³⁷ ANTT, MR, Mç 2126, Cx2 – 4^a Repartição, Instrução Pública, Negócios diversos. 9 de Julho de 1835.

²⁹³⁸ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/18/Cx.05-03.

²⁹³⁹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/21/Cx.02-05 p.1837 – a.1841.

1 Pannel pequeno de Diogo Pereira q. estava na entr^a p.^a o Noviciado
1 Exemplar do M^e das Sentenças Mummino(illuminado?) com grande erfeição, do
anno de 1494.

*Humas Horas por onde resava a Rainha D. Catharina. (...)*²⁹⁴⁰

Sendo explicitado que “A excepção das preciosas Biblias, que forão recolhidas a Torre do Tombo nada deste extinto Mosteiro se acha no deposito”²⁹⁴¹.

Este estado de coisas iria ao encontro da descrição que Varnhagen apresentaria, sendo reveladora, que de facto, praticamente tudo ali permanecia – com excepção, como já mencionámos no capítulo II, de uma pintura, da famosa Bíblia dos Jerónimos e da Custódia de Belém, obras de arte que D. Pedro dali mandou retirar em Agosto de 1833²⁹⁴² – embora por vezes, não deixando de estar exposto a vandalismo.

No convento encontrar-se-iam vários quadros da autoria de Gaspar Dias, entre os quais um, que estaria na escadaria principal²⁹⁴³.

Na sacristia, por exemplo, não deixou de fazer referência à existência de paramentos, particularmente “*um de veludo carmezim que se diz bordado em parte pela rainha D. Catharina que o doou ao convento*” ou a “*quatorze antigos quadros pintados em madeira contendo a vida de S. Jeronymo – e pelas paredes outros de nenhum valor*”²⁹⁴⁴; a respeito da livraria, entre vários quadros, distinguia-se “*um paynel de S. Jeronymo*”²⁹⁴⁵, e aproveitava para mostrar a realidade desta reutilização e danos causados: dos livros de cantochão não restava um inteiro

*“porque houve tempo em que os alumnos tomaram a liberdade de lhes cortar as ricas iluminações e de rasgarem folhas para fazerem chapéus armados e talabartes, corréas &c. de brincadeira! Isto parece incrível; mas aconteceu”*²⁹⁴⁶.

²⁹⁴⁰ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/16/Cx06-01.

²⁹⁴¹ BNP, AH, BN/AC/INC/DLEC/20/Cx06-02.

²⁹⁴² NETO, Maria João, ALVES, Alice, SOARES, Clara, “A Custódia de Belém: um símbolo nacional entre o Liberalismo e o Estado Novo”, in *A Custódia de Belém - 500 anos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, (pp.161-181), 2010, p.161. O conjunto de peças valiosas do mosteiro (quatro caixotes e um embrulho) seria depositado no Banco de Lisboa a 4 de Setembro de 1833, vindo a ser, dois meses mais tarde, a 5 de Novembro, transferido por ordem do Tribunal do Tesouro Público, para a Casa da Moeda. *Ibidem*.

²⁹⁴³ VARNHAGEN, *op.cit.*, p.6.

²⁹⁴⁴ *Idem, ibidem*, p.31.

²⁹⁴⁵ *Idem, ibidem*, p.32.

²⁹⁴⁶ *Idem, ibidem*.

Na igreja, os retabulos (com uma excepção) apresentavam cada um “*quadro de pincel conhecido – um delles do celebre Campello*”²⁹⁴⁷. Para além da capela-mor²⁹⁴⁸, também nas outras capelas e restantes espaços eram visíveis pinturas, por vezes, de “*algum mérito*”²⁹⁴⁹.

Os espaldares das cadeiras do coro serviam de moldura a catorze painéis “*doze do apostolado, o de S. Jeronymo e outro de St.º Agostinho*” – todos de pintura moderna de “*pouca importancia*”; também no coro existiam ainda mais dois quadros, duas imagens do Senhor e três órgãos²⁹⁵⁰.

Indo ao encontro do primeiro item da relação acima apresentada, Varnhagen refere que Couceiro tinha mandado “*tirar fora*” um altar que existia sob o coro “*que não permittia gosar tão bem da architectura*”, mandando para uma das capelas da igreja um Crucifixo que ali existia, e guardando em uma capelinha do dormitório um “*importante painel*”, pequeno, que representava “*de um lado a Ressurreição e do outro N. Senhora e S. Jeronymo vestido de cardeal, intercedendo por elrei D. João 3.º, sua esposa e mais familia real todos ajoelhados e com os nomes em letra dourada nas cabeças*”²⁹⁵¹.

A falta de cuidados com a conservação de pinturas, à semelhança do que se passava em S. Francisco da Cidade, também ali existia, demonstrando o pouco cuidado que este tipo de reutilizações tinha com muito do património artístico. E também ali retratos dos designados “*varões ilustres*” despertavam a atenção do descritor, enquanto documento histórico e iconográfico:

“*Visinha á Sala dos reis e sobre a capella dos Passos ha uma casa que servia de antecôro, na qual se guardam, amontoados no chão, os retratos em corpo inteiro dos principaes religiosos da ordem de S. Jeronymo em virtudes e lettras, mencionados no Diccionario Geogr. do padre Luiz Cardoso [V. Belem], cuja descripção tem servido de base a trabalhos posteriores : - Entre os por elle nomeados distinguimos os dos celebres escriptores D. Fr. Braz de Barros e Fr. Heitor Pintor, que ahi poderia copiar quem os quizesse dar á estampa como era de justiça. – Parece-nos todavia que estes quadros [que nem fazem parte da igreja, nem são necessarios aos alumnos] deveram passar á Academia de Bellas Artes, a quem toca exige-los, para os salvar na sua collecção d’algum vandalismo.*”²⁹⁵²

²⁹⁴⁷ *Idem, ibidem*, p.34.

²⁹⁴⁸ *Idem, ibidem*, p.29.

²⁹⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 27-28.

²⁹⁵⁰ *Idem, ibidem*, p.23.

²⁹⁵¹ *Idem, ibidem*.

²⁹⁵² *Idem, ibidem*, p.37.

Na igreja o cenário também não seria o ideal. Herculano, num dos seus artigos publicados em *O Panorama*, dizia ter ouvido um estrangeiro

*“em cujos olhos chammejava a indignação, clamar altamente contra a barbaria, com que se deixavam estragar na egreja de Belém varios quadros magnificos, de eschola portugueza, nos quaes os passaros, entrando por frestas mal reparadas do edificio, vão amontoando suas immundicies”*²⁹⁵³.

5.4. Transferências de património: os casos do convento de S. Domingos e do Convento da Graça, em Évora

Nos casos em que um convento era total ou parcialmente demolido, para dar lugar a uma rua, uma praça, um jardim, ou a um novo edifício – reflexos do desenvolvimento urbanístico liberal – isso quase sempre obrigou a que, mais que o “normal” património artístico, fosse processado, transferido, “aproveitado”.

Enquanto os edifícios dos conventos (dormitórios, etc.) conheciam mais facilmente novos destinos, mais ou menos radicais, no caso das igrejas conventuais, muitas delas eram, normalmente, reaproveitadas, “reconduzidas” na sua função de culto, transformando-se, nomeadamente, pela sua capacidade e centralidade em paroquiais, o que preservava, para além do património imóvel, pelo menos parte do património artístico ali existente. Quando isso não sucedia, os templos acabavam votados ao abandono – o que os tornava, particularmente, vulneráveis em questões de segurança – normalmente dessacralizados, utilizados numa função civil, ou mesmo demolidos. Nestas situações, a transferência de património tornava-se normal e até mesmo desejada.

Veja-se a situação do Convento de São Domingos de Évora²⁹⁵⁴.

Em Maio de 1836, o Governador Civil de Évora, António José de Ávila, pedia a D. Maria II, a sua demolição, *“para em seu local se fazer uma praça pública”*²⁹⁵⁵, obra que se iniciou ainda nesse mesmo ano. Em 1840, quando as demolições ainda prosseguiam, muitas peças tinham já sido vendidas em hasta pública, entregues à Câmara Municipal ou outras instituições, ou roubadas²⁹⁵⁶. A transferência de património deu-se ainda de outras formas, passando,

²⁹⁵³ *O Panorama, Monumentos. II.*, nº70, 1 de Setembro de 1838, Vol. II, 2.º da 1.ª série, p. 277.

²⁹⁵⁴ ESPANCA, Túlio, “Notícias Históricas do Mosteiro de São Domingos”, *A Cidade de Évora*, 48-50 (Jan-Dez 1965-1967), pp.103-208; *Idem*, “Breve notícia relativa ao demolido Convento de São Domingos”, *A Cidade de Évora*, 35-36 (Jan-Dez 1954) pp.152-159.

²⁹⁵⁵ *Apud* BORGES, Artur Goulart de Melo, “Dispersão do Património Artístico Conventual Eborense”, in *Eborensia*, Ano XVII (2004) nº33 (pp.133-144), p.141.

²⁹⁵⁶ *Idem, ibidem*, p.142.

nomeadamente, de uma utilização no âmbito regular para o âmbito secular: duas das mais importantes Confrarias de Évora – a Confraria de Nossa Senhora do Rosário e a Confraria de São José dos Carpinteiros – erigidas naquela igreja conventual foram autorizadas a transferirem-se, juntamente com os seus pertences, para a igreja paroquial de Santo Antão²⁹⁵⁷. Segundo Goulart de Melo Borges “A confraria do Rosário desloca consigo inclusivamente o retábulo de mármore, da autoria do arquitecto borbense António Franco Painho, e remonta-o na capela do cruzeiro junto à Capela-mor do lado do evangelho. Leva consigo todo o acervo de imagens, banquetas, alfaías e livros. A confraria de São José transfere-se com grande solenidade, levando em procissão a Sagrada Família, excelente grupo escultórico ainda hoje venerado na Igreja de Santo Antão”²⁹⁵⁸.

Para além destes bens, outro património e memórias havia a “salvar”; naquele convento jazia André de Resende. Em 1839, uma Comissão nomeada pela autarquia, da qual fazia parte Cunha Rivara, ficou encarregue da trasladação de Resende²⁹⁵⁹ e do sacerdote e erudito Manuel Severim de Faria, este sepultado no convento da Cartuxa, que se encontrava prestes a passar para propriedade privada. Ambos foram trasladados para a Sé, no caso de André de Resende, ficaria no cruzeiro junto à porta do Sol²⁹⁶⁰.

Para além do património móvel, outros elementos artísticos, nomeadamente, algumas peças arquitectónicas e escultóricas de São Domingos escaparam à destruição, encontrando novas moradas, reutilizadas em diferentes espaços, numa situação que espelha a dispersão que podia ocorrer em situações do género. O historiador Melo Borges refere o que lhes sucedeu: “(...) duas portas do claustro novo da autoria de Nicolau de Chanterene: uma recolocada na entrada principal do Cemitério dos Remédios; outra na então Casa Pia, hoje Reitoria da Universidade; duas belíssimas esculturas – Cristo ressuscitado e Virgem orante – hoje no Museu de Évora depois de terem estado no cemitério dos Remédios, onde ainda ficaram algumas outras de inferior qualidade. Ainda do claustro novo, grande número de capitéis com uma composição circular de vieiras, hoje dispersos pela cidade: Museu, Palácio dos Condes de Basto, S. Francisco, Rua Conde da Serra da Tourega, Arquivo Fotográfico Municipal. Uma série de lápides, a de Frei Pedro, donato que morreu com fama de santidade, hoje no Museu; e outras de personalidades importantes da ordem dominicana, vendidas ou simplesmente levadas,

²⁹⁵⁷ *Idem, ibidem.*

²⁹⁵⁸ *Idem, ibidem.*

²⁹⁵⁹ Acerca desta trasladação *vide* por exemplo ANTT, MR, Mç. 2075. Em Novembro de 1839 era feita referência à trasladação das cinzas de André de Resende da Igreja de S. Domingos.

²⁹⁶⁰ BORGES, *op.cit.*, p.142. Severim de Faria ficaria em campa rasa com a mesma tampa que tinha na Cartuxa, na nave do lado da epístola. *Ibidem.*

reutilizadas num lagar de vinho na rua Diogo Cão e oferecidas ao Seminário Maior em 1966.”²⁹⁶¹

A gestão dos bens dos extintos conventos era, de facto, assaz complexa e implicava, quase sempre, o cumprimento de regras estabelecidas pela legislação com a intervenção de uma série de vectores, que só pela correcta e eficiente actuação contribuiriam para obter os resultados pretendidos.

De um modo geral, será forçado afirmar que um verdadeiro e intrínseco interesse pela preservação do património estaria sempre presente nas acções tomadas. No entanto, e num contexto em que os antigos edifícios eram reutilizados, alvo de ocupações civis e militares que adulteravam funções e espaços, algumas importantes obras de arte eram salvaguardadas pelas políticas de recolha estabelecidas mas também, pela sensibilidade daqueles que com elas mais de perto conviviam e que, através de acções mais ou menos conscientes, ajudaram a preservar bens que de outra forma, ficariam parcial ou totalmente destruídos.

Entre os vários casos ocorridos, destacamos também o do Convento da Graça de Évora, que se revela, especialmente, no final da década de cinquenta de oitocentos, deixando-nos entender um percurso tortuoso, similar ao de muitos outros espaços das antigas ordens religiosas.

Em documentação datada de finais de 1858, altura em que estaria em causa a possível venda ou aforamento do edifício da igreja, é-nos revelada a forma como o convento foi ocupado e algum do seu importante património salvo da destruição pela Junta de Paróquia.

A correspondência desse ano – trocada entre o Ministério da Fazenda Nacional (Direcção Geral dos Próprios Nacionais), o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, o Governador Civil de Évora e o Administrador do Concelho o Arcebispo de Évora, e outras pessoas por este último contactadas, entre as quais o Prior da Freguesia de S. Pedro – expunha o trajecto de muito do património artístico, para além de reflectir o valor histórico ou artístico que assumia para os intervenientes.

Questionava-se então, como já referimos, a possível venda do edifício que ameaçava ruína e a remoção dos monumentos históricos que continha²⁹⁶².

²⁹⁶¹ *Idem, ibidem*, pp.142-143.

²⁹⁶² ANTT, MNEJ, Mç.677, Cx877, N°11. 9 de Novembro de 1858. Ofício do Ministério da Fazenda, Direcção Geral dos Próprios Nacionais, 2ª Repartição, António José d’Avila, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça.

O antigo convento tinha sido destinado para Hospital Militar – ali tinha sido estabelecido o Hospital Militar do Regimento 5º da Cavalaria – e Quartel de vários destacamentos que vinham fazer a guarnição da cidade de Évora²⁹⁶³.

A contiguidade com o quartel, e diversas vicissitudes políticas, perturbações que tinham tido lugar naquela cidade, fizeram com que a igreja tivesse sido invadida por soldados, “*algumas Imagens destruídas, revolidos alguns tumulos, e finalmente muita madeira de primoroso entalhamento arrancada para o fogo.*”²⁹⁶⁴.

Perante tais circunstâncias, o Prior da Freguesia de S. Pedro, Antonio d’Ascensão Telles, descreve que a Junta de Paróquia – que ficou de posse da igreja

“(…) *vendo a profanação de facto d’aquella Igreja, procurou salvar da destruição alguns objectos, taes como, os dous ricos Altares lateraes, o engradamento do cruzeiro, a Imagem do Senhor Morto, e do Crucifixo; e fez collocar tudo convenientemente na Igreja Parochial (…)*”.

No entanto, salienta que o templo não ficou totalmente despido de objectos preciosos, que deviam ser aproveitados, ali ficando ainda a existir

“(…) *um rico tumulo de marmore da familia dos Padroeiros, magnificas campas, bellos azulejos, e bastante madeira primorosamente entalhada e dourada, que forma o forro ou capa da Tribuna da Capella mór. (…)*”²⁹⁶⁵.

Para o Prior devia ser feito o aproveitamento da igreja para o Culto Religioso, nomeadamente, através da sua entrega ao 5º Regimento de Cavalaria, ficando a funcionar como capela do Hospital. Era de sua opinião, que com

“(…) *pequena despeza poderia ser restaurada, senão com a riqueza e brilhantismo que já tivera, pelo menos com a decencia conveniente; e conseguiria-mos assim salvá-la da sua total ruina, e das garras de cynicos especuladores.*”²⁹⁶⁶.

Para além dos interesses religiosos naturalmente subjacentes, existia um apelo à preservação. Revelava ainda, pela frase com que terminava este seu parecer/informação, não só a sua ligação à religião, mas a visão que tinha dos monumentos enquanto importantes legados que importava conservar e transmitir:

²⁹⁶³ ANTT, MNEJ, Mç.677, Cx.877, N°11. 20 de Dezembro de 1858, resposta do Prior da Freguesia de S. Pedro ao Arcebispo de Évora, remetida para o MNEJ.

²⁹⁶⁴ *Idem, ibidem.*

²⁹⁶⁵ *Ibidem.*

²⁹⁶⁶ *Ibidem.*

*“Respeitemos os monumentos que attestam a piedade e fervor religioso de nossos antepassados, e se não sabemos, ou não queremos imital-os, não roubemos ás gerações vindouras o legado, que d’elles recebemos.”*²⁹⁶⁷.

Encontramos a ideia de conservação também presente no discurso do Administrador do Concelho. Com uma diferente roupagem, quase totalmente despida de religiosidade, mais de acordo com uma autoridade civil, e com ideias diferentes, não deixa de dizer que também a Junta não tinha *poupado* aquele templo *“transferindo objectos d’ella, como a talha das Capellas collateraes para a Igreja de S. Francisco, sede da Parochia”*²⁹⁶⁸.

Apesar desta opinião, de quem achava que aquele lugar, então já sem qualquer uso religioso ou civil, não tinha possibilidade de tornar a ser um lugar consagrado ao Culto Divino, e que a alienação e secularização era necessária para evitar que um lugar sagrado continuasse a ser profanado, não deixava de se preocupar, mostrando especiais cuidados, com o património artístico ali existente. De facto, refere que optaria pelo aforamento, algo que se compreende pela consciência que, subjacentemente, acaba por revelar ao tecer considerações acerca do destino daquele conjunto patrimonial, permitindo-nos igualmente perceber o que ali tinha restado:

“(…) parece-me que se devem salvar e conservar monumentos historicos e recordações com que ainda alli deparamos. A Capella Mór, isto é o retábulo e a talha que delle faz parte, deve sêr entregue á Junta de Parochia: o resto do preciozo mausuleo que está ao lado Evangelho, do Bispo D. Affonso, tronco da nobilissima caza do Vimioso deve sêr cuidadosamente tirado transportado para a Parochia e alli conservado como monumento historico; (...). Tambem deve sêr guardadas as Campas (...). Estes objectos devem sêr conservados e ficarem ao cuidado da Junta de Parochia, ou do Bibliothecario da Bibliotheca Publica, e que é tambem o guarda do Musêo, e mais objectos archeologicos que ainda possuimos por especial graça da Divina Providencia. Devem sêr conservador no logar em que estão os ricos paineis de azulejo (...). Esta conservação que não impede ao Emphiteuta(?) ou comprador da Igreja, o uso profano d’ella deve durar até que se dê destino aquelle primor d’arte; se o comprador porem os quizer tirar e pôr á disposição da Administração do Districto pode sêr-lhe permitido. Ainda devem sêr conservador nos logares em que estão e

²⁹⁶⁷ *Ibidem*.

²⁹⁶⁸ ANTT, MNEJ, Mç.677, Cx.877, N°11. 21 de Setembro de 1858/20 de Dezembro de 1858. Do Administrador do Concelho, João Rafael de Lemos, ao Governador Civil.

*permanecerem alli a fachada da Igreja, perciozamente lavrada em granito, colhido nos nosso campos (...)*²⁹⁶⁹.

Em 1858 a igreja, cujo exterior continuava perfeitamente conservado²⁹⁷⁰, estava, segundo o Administrador do Concelho, “*profanada, mas ainda não secularizada, segundo determina o rito*”²⁹⁷¹.

Curiosamente, entre os objectos salvos anos atrás, ou a serem indicados para serem salvos, qualquer das entidades não faz referência à parte de um vitral colorido existente na sacristia, mencionado pelo Conde Raczyński que, segundo este, “*(...) n’est pas sans mérite, et qui, aussi bien que ceux qui se trouvaient dans les fenêtres du réfectoire, est de l’année 1542.*”²⁹⁷². A sacristia era também um espaço que, entretanto, tinha sido ocupado pelos militares e que servia de arrecadação de pólvora²⁹⁷³.

Em 1859 foi a designada Sociedade Artística Eborense²⁹⁷⁴ que apresentaria um requerimento no sentido que lhes fosse concedida a profanação e secularização da igreja e sacristia deste convento²⁹⁷⁵, para ali estabelecer uma Aula de Instrução Primária, desenho linear e geometria aplicada às artes, para utilização não apenas dos filhos dos associados mas também de todos os outros que a ela concorressem.

O requerimento da Sociedade seria apresentado na Câmara dos Deputados, por Guedes de Carvalho, na sessão de 2 de Maio do mesmo ano, não deixando este de lembrar a consideração que devia merecer aos poderes públicos “*uma sociedade nascente, que tem por fim a instrucção para o aperfeiçoamento das artes*”, que conservaria a igreja para os fins mencionados assim

²⁹⁶⁹ ANTT, MNEJ, Mç.677, Cx.877, N°11. 20 de Dezembro de 1858, resposta do Prior da Freguesia de S. Pedro ao Arcebispo de Évora, remetida para o MNEJ.

²⁹⁷⁰ *Idem, ibidem.*

²⁹⁷¹ ANTT, MNEJ, Mç.677, Cx.877, N°11. 21 de Setembro de 1858/20 de Dezembro de 1858. Do Administrador do Concelho, João Rafael de Lemos, ao Governador Civil.

²⁹⁷² RACZYŃSKI, *Les Arts en Portugal...*, 1846, *op.cit.*, p.358.

²⁹⁷³ ADE, Dc0002, Cx 9. Exposição do Prior de São Pedro, entre outros, a confirmarem que a sacristia tinha esta ocupação. in processo do Auto de secularização e profanação da Igreja do extinto convento da Graça da cidade de Évora.

²⁹⁷⁴ Também designada Sociedade dos Artistas Eborenses ou “monte pio artístico”, era uma associação de socorros mútuos instituída em 1857 que tinha como objectivos a prestação de socorro aos associados em casos de enfermidade, prisão, inabilidade para o trabalho, ou outras circunstâncias adversas, para além de subsídios pecuniários. Os seus estatutos foram aprovados por Alvará de 22 de Novembro de 1858. ADE, GCE-SC:H;SSC:B;SR:1;SSR:4- Sociedade Artística Eborense Cx.1, Pt.4, doc.4, e *Estatutos da Sociedade Artística Eborense: Aprovados por Alvará de 22 de Novembro de 1858*, Évora, Typ. da Casa Pia, 1882.

²⁹⁷⁵ ADE, dc 00002 cx9. Auto de secularização e profanação da Igreja do extinto convento da Graça da cidade de Évora. Seria enviada uma petição pela Repartição da Fazenda do Distrito de Évora, uma carta do prior de São Pedro ao secretário da Câmara Eclesiástica da Metrópole e uma exposição do mesmo Prior e de outros a confirmarem a ocupação militar da sacristia. *Ibidem.*

como até “*para se servir dos modelos que contém*”, podendo aquele espaço um dia reverter ao Estado em melhores condições do que aquelas em que então se encontrava²⁹⁷⁶.

O deputado lembraria que a igreja se encontrava encerrada desde 1834, sem celebração de ofícios divinos e em ruína, apontando a título de exemplo a situação de degradação do templo de S. Francisco:

“Esta igreja ha tantos annos encerrada está em ruina, e o estado a não mandará por certo edificar, pois quando o não tem feito ao magestoso templo de S. Francisco (nem ainda os reparos indispensaveis para que não desabe), muito menos o fará áquelle que não tem de notavel senão os tumulos de alguns homens illustres, como o do bispo D. Affonso de Bragança, primo de D. João II, no qual se via esculpida a declaração, de que se fez clerigo para satisfazer á vontade de seu primo, declaração esta, que attenua a fragilidade que o fez tronco de uma das primeiras casas de Portugal; o tumulo dos condes padroeiros, e do virtusp arcebispo D. frei Miguel de Tavora, que depois da desgraça da sua familia se appellidou de Sousa; tem alguns outros menos notaveis sendo dignos de admirar-se os quadros de azulejos que revestem as paredes do templo, denotando alguns passos da vida de Santo Agostinho, a faxada do templo, que é obra-prima, contendo os letreiros que indicam a fundação do templo e dedicação da igreja, obra do nosso sabio André de Rezende, natural de Evora.

*Todos estes monumentos historicos se perderão, continuando a igreja abandonada, o que por certo não acontecerá se for concedida á sociedade dos artistas”*²⁹⁷⁷.

Portaria de 26 de Julho de 1859 concederia à referida Sociedade a igreja e sacristia do convento da Graça²⁹⁷⁸.

Informação particular obtida posteriormente (década de 70 ou 80 de oitocentos) por D. Miguel Sotto-Mayor acerca do convento da Graça referiria:

*“Depois de differentes phases, serve actualmente de hospital regimental de cavallaria n.º5. A egreja profanada serve de casa da Associação dos Artistas; e na maliciosa voz do povo serve tambem de...”*²⁹⁷⁹

²⁹⁷⁶ *Diario da Câmara dos Deputados* Nº1, Sessão de 2 de Maio de 1859, p.4.

²⁹⁷⁷ *Idem, ibidem.*

²⁹⁷⁸ Portaria de 26 de Julho de 1859 in *Auto de secularização...* ADE, dc 00002 cx9.

²⁹⁷⁹ *Apud* SOTTO-MAYOR, *op.cit.* p.114.

5.5. Breve alusão à realidade dos cenóbios femininos

À semelhança do que sucedera com os conventos masculinos, também os cenóbios femininos vieram a ser alvo de reutilizações que, apesar de mais tardias, devido à diferença legislativa e de estarem em virtude desta dependentes, a maioria das vezes, da morte da última freira, sofreriam dos mesmos problemas: reutilizações desadequadas com consequências profundas no seu património histórico e artístico.

A desamortização progressiva destes conventos poderia ter augurado que a experiência adquirida tivesse produzido diferentes resultados, no entanto, e apesar de uma maior intervenção da Academia de Belas-Artes de Lisboa no sentido da sua protecção ou da protecção do seu património artístico, esta revelou-se aquém do necessário.

Como já vimos em capítulo anterior, ao aludirmos a Nunes de Carvalho e às preciosidades dos conventos de freiras, há muito que se previa um futuro “pouco risonho”. Almeida Garrett, de igual modo, tinha previsto a cobiça que o espólio daqueles conventos suscitaria: “*Os barões andam-lhe com o cheiro nos poucos bens que lhe restam às pobres freiras.*”²⁹⁸⁰

O Convento de Santa Apolónia [Fig.53], precocemente suprimido, conheceria várias ocupações.

Em 1833, destinado à recolha de géneros que na Alfândega já não podiam ser arrecadados por falta de espaço²⁹⁸¹, no ano seguinte seria posto à disposição do Prefeito da Estremadura para quartel do Segundo Batalhão da Guarda Nacional²⁹⁸², aparecendo no mapa dos edifícios públicos de Lisboa, datado de Dezembro de 1834, como entregue ao Arsenal do Exército²⁹⁸³.

Um dos seus espaços seria solicitado, em 1839, pela Câmara de Lisboa para servir como quartel dos Guardas Barreiras²⁹⁸⁴.

Mais tarde, outro exemplo de edifício a conhecer espoliações e transformações seria o do convento da

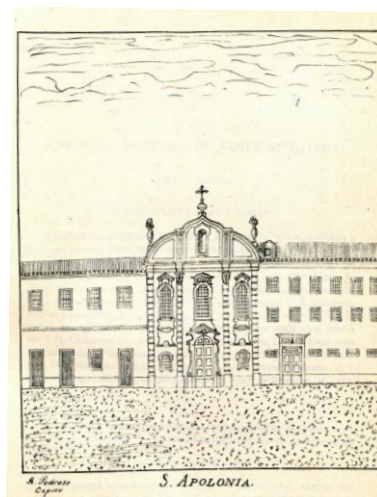


Fig.53 S. Apolonia. Desenho, in *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927.

²⁹⁸⁰ ALMEIDA GARRETT, *Viagens na Minha Terra...*, 2013, *op.cit.*, p.197.

²⁹⁸¹ ANTT, MNEJ, Mç.177 Cx147. 19 de Outubro de 1833 – Da Junta do Exame do Estado Actual – “Consulta sobre a supressão do Convento das Religiosas de Santa Apolonia”.

²⁹⁸² ANTT, MR, Mç. 1918 b) Negócios diversos. Setembro-Outubro de 1834.

²⁹⁸³ ANTT, MR, Mç.2039 3ª Repartição Negócios diversos Letras D- E Edifícios Públicos.

²⁹⁸⁴ ANTT, IOP, Livro 51, fls.21vs-22. 2 de Julho de 1839.

Madredeus. À semelhança do que sucedeu com outros conventos, tanto os seus espaços como as suas riquezas foram alvo de cobiças; segundo o interessante testemunho de Ribeiro Guimarães “*um especulador, (...) conseguiu diferentes objetos valiosos no mosteiro, a troco de certa quantia que dera às pobres freiras*”²⁹⁸⁵. Também D. Fernando II, em 1859, terá procedido à escolha de peças daquela casa religiosa destinadas às Necessidades, acabando algumas pinturas no Museu das Janelas Verdes. Adquirido pelo Estado, em 1867, um projecto dirigido pelo arquitecto José Maria Nepomuceno previa a sua transformação no asilo D. Maria Pia, destinando, no entanto, a igreja e suas dependências a um museu onde fossem integradas obras do espólio daquele mosteiro²⁹⁸⁶. O asilo seria, entretanto, inaugurado; quanto ao museu, apenas no século XX, seria ali instalado um museu de azulejos.

O número de antigas casas religiosas masculinas e femininas reutilizadas foi enorme, levando à conservação mas também à ruína de muitas. Se algumas conheceram nova “vida”, e conheceram nova dignidade, mesmo com eventual perda de património, para outras, tal representaria o seu desgaste e o seu fim. Notando-se algum especial cuidado – nem sempre traduzido na prática – com as casas religiosas de fundação régia, algumas consideradas monumentos nacionais, nem sempre isso lhes terá proporcionado reutilizações condignas com o seu estatuto. De facto, mesmo em situações particulares como os Jerónimos, com utilizações assistenciais, de ensino, administrativas ou mesmo culturais, constatou-se uma necessidade que passou, não apenas pela sua manutenção, mas também pela sua reutilização, algo que veio muitas vezes desvirtuar espaços e memórias.

²⁹⁸⁵ GUIMARÃES, J. Ribeiro, “O mosteiro da Madre de Deus”. *Artes e Letras*, III série, 1874, p.71.

²⁹⁸⁶ Igreja da Madre de Deus / Mosteiro da Madre de Deus / Museu Nacional do Azulejo IPA.00002547 Portugal, Lisboa, Lisboa, Penha de França, http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2547 (consultado pela última vez em 25-07-2016).

Considerações Finais

O tema que nos propusemos estudar no âmbito desta tese de Doutoramento sustentou-se, fundamentalmente, no levantamento e análise de diversos acervos documentais, constituídos por largas centenas de documentos. Os materiais compulsados permitiram-nos ampliar o conhecimento sobre os meandros do processo de extinção das ordens religiosas e avaliar, através dos inúmeros casos analisados, os efeitos desse processo num assinalável património artístico, que durante séculos esteve à guarda das comunidades religiosas, mantendo-se desconhecido para a generalidade do país. Consideramos, pois, que ficou assim cumprido o objectivo central desta tese e que estamos hoje mais cientes dos mecanismos criados, dos intervenientes envolvidos, dos critérios adoptados e dos efeitos decisivos (negativos, mas também positivos) que uma conjuntura tão adversa teve para o crescimento de uma consciência patrimonial em Portugal.

Procuraremos, por ora, sistematizar as conclusões que pudemos tirar ao longo da elaboração deste trabalho, bem como identificar as dúvidas surgidas e as questões que ficaram sem resposta, abrindo, ao mesmo tempo, perspectivas futuras de estudo que permitem completar e aprofundar a investigação que agora apresentamos.

1 - Durante o século XIX, assistimos em Portugal, à semelhança do que sucede noutros países da Europa, a uma relação de particular ambivalência entre destruição e salvaguarda do património artístico conventual, nascida das circunstâncias políticas e ideológicas do tempo, e das acções então praticadas no âmbito de complexos processos de extinção de comunidades religiosas.

Para tal, muito contribuíram o Iluminismo, primeiro, com a sua capacidade de mobilizar a razão em busca de um conhecimento apurado, moderno e progressista, e o clima revolucionário liberal francês, projectando na Europa uma nova conjuntura ideológica e política cujo impacto teve inevitáveis consequências para o património histórico-artístico, nomeadamente, na forma como este era encarado e tratado.

Em França, a par da destruição e do vandalismo de que muitos monumentos e obras de arte iam sendo alvo, precisamente pelas memórias que transportavam da monarquia absolutista e dos privilégios aristocráticos e religiosos que o novo regime republicano e democrático queria combater, também foram emergindo teorias e debates que visavam protegê-los e utilizá-los, colocando-os ao serviço dos cidadãos, noutros contextos e com outros significados. A instrução, pedra basilar dos ideais liberais, vista como indispensável para o progresso das nações, serviria

de impulso para a concretização de medidas inovadoras, como o nascimento de academias e museus que promoviam o incremento do *gosto pelo belo* ao mesmo tempo que, através dos monumentos e obras de arte, proporcionavam, um sentimento de identificação nacional.

A restante Europa, inspirada nas políticas francesas, conheceria transformações profundas nos finais do século XVIII e durante o século XIX, operando verdadeiras revoluções, nomeadamente, junto das ordens religiosas e dos seus bens.

Em Portugal, o cenário, ainda que aparentemente menos violento do que no caso francês, não deixou de ser complexo. As primeiras décadas do século XIX ficaram marcadas pelas invasões francesas, pela ausência da Corte, pela Guerra Civil, onde se confrontaram absolutistas e liberais. Vivendo uma grande instabilidade política, social e financeira, o país conheceu, inevitavelmente, a insegurança, o vandalismo e a incúria patrimonial. Foi neste ambiente difícil e conturbado que, como constatámos, à semelhança do que sucedeu em França após a Revolução, ocorrem grandes transformações sociais e políticas e se procura reforçar a identidade nacional e a instrução dos cidadãos.

Na década de 20 de oitocentos, durante o designado *Vintismo*, prosseguem políticas de controlo do clero regular, assistindo-se a uma tentativa de extinguir conventos e nacionalizar bens (Carta de Lei de 24 de Outubro de 1822). Pela primeira vez, e tendo como base de apoio a Biblioteca Pública da Corte – cujo Alvará de fundação lhe dava a incumbência de recolher os *tesouros nacionais* –, procurou-se estabelecer uma organização efectiva com vista à recolha de património artístico, com destaque particular para as pinturas. Devido a mudanças políticas, a efemeridade da iniciativa fez com que deixasse poucos testemunhos documentais; no entanto, aquilo que restou, reflecte vestígios das políticas patrimoniais francesas, como, por exemplo, o estabelecimento de um *Deposito dos Livros, quadros, pinturas, moveis utensilios das Casas Regulares reformadas, estabelecido no Convento da Estrela*. Apesar de se tratar de um projecto de concretização incipiente, a legislação produzida e algumas das medidas então encetadas seriam, pouco mais de uma década depois, retomadas e adaptadas já no contexto da extinção das ordens religiosas.

Durante o período de guerra civil, que opôs liberais e absolutistas, o exílio de uma camada intelectual e artística portuguesa, ligada ao liberalismo, em países como a Inglaterra e a França, revelar-se-ia determinante. De facto, muitos exilados – que nesses países mergulhavam na ideologia local, contactando com medidas políticas tomadas, relacionadas com matérias diversas como o património – viriam a ocupar lugares chave na política nacional, cargos

ministeriais ou na administração pública, onde procurariam aplicar alguns exemplos importados.

2 - D. Pedro IV, enquanto regente do Reino, teria um papel crucial, no estabelecimento das novas políticas patrimoniais encetadas, particularmente, entre 1832 e 1834, e continuadas depois deste curto período nos reinados de sua filha, a rainha D. Maria II e dos seus sucessores, D. Pedro V e D. Luís. Descobrimos nele um homem multifacetado e empreendedor, que tinha desempenhado já no Brasil uma significativa acção cultural, que parecia determinado a prosseguir e desenvolver em território português.

No seu regresso a Portugal, lançou nos Açores (na Terceira) e depois no Porto – acompanhado por um conjunto importante de personalidades, a maioria exilados como Almeida Garrett – um conjunto de medidas pioneiras a nível nacional, indo ao encontro daqueles que eram os novos tempos, algo que demonstra a sua ampla visão cultural.

Durante o período da Terceira, encetou, ainda em 1832, uma primeira versão da extinção das ordens religiosas que viria a concretizar à escala nacional no ano seguinte. No Porto, ver-se-ia confrontado com bens de conventos e sequestros, material artístico que ficou disponível num momento, particularmente, bélico. Apesar dos tempos conturbados, projecta, em 1833, o Museu Portuense, aquele que pretendia que se tornasse no primeiro museu público de arte em Portugal, um dos marcos das suas políticas de salvaguarda e valorização do património. A sua idealização, com os contributos do pintor João Baptista Ribeiro, revela o espírito de “educação artística”, que D. Pedro pretendia implementar, e que não visava apenas as Academias e os académicos, mas também os cidadãos. A arte era valorizada, encarada como património e como memória.

Com escassos recursos financeiros, em pleno Cerco do Porto, vendo-se a braços com vastos e ricos espólios, o regente quis fundar um museu... Porque não lembrar-se, simplesmente, de assegurar a guarda de tanto e de tão valioso património com vista à posterior venda? Teria sido, certamente, o caminho mais fácil e, provavelmente, o mais necessário para fazer face às fragilidades do Tesouro Público.

O projeto de D. Pedro era, porém, mais ambicioso. A par de um museu de arte na cidade *Invicta*, também terá lançado as bases para a criação de um Museu Nacional de Belas-Artes, na capital, bem como de museus regionais, formados pelas obras de arte oriundas do processo de extinção das ordens religiosas. Atitudes verdadeiramente pioneiras, que antecederam a iniciativa do Pintor Joaquim Rafael de criação de um Ateneu de Belas-Artes (proposto em

Outubro de 1834) e das Academias de Belas-Artes, criadas apenas em 1836, no contexto do Setembrismo.

As bases familiares e educativas daquele que foi cognominado de *Rei-soldado*, terão tido uma influência fundamental e decisiva, proporcionando uma especial sensibilidade para os assuntos da arte. Para citarmos alguns dos exemplos mais relevantes, seu pai, D. João VI, tinha fundado no Brasil a “Academia Real e Escola das Belas-Artes”; ficou célebre a coleção de pintura de D. Carlota Joaquina, sua mãe; e D. Maria de Bragança, sua irmã, casada com Fernando VII de Espanha tinha ficado ligada à fundação do Real Museu de Pintura, em Madrid, futuro Museu do Prado.

Os cuidados de D. Pedro com edifícios e bens, histórica e artisticamente significativos, como eram o Mosteiro dos Jerónimos e o seu espólio, vão ao encontro dessa realidade. De facto, com D. Pedro IV encontramos, através das medidas tomadas, um objectivo construtivo de defesa do património, de promoção do conhecimento, de salvaguarda e divulgação de obras de arte, até então acessíveis apenas a uma minoria, excessivamente minoritária. Documentos históricos e obras de arte, depositantes materiais de um passado glorioso, constituíam um impulso sustentado por uma mentalidade simultaneamente Iluminista e Romântica, para a construção do novo Portugal liberal.

3 - Após o decreto de extinção, decorreram ainda alguns meses, até serem tomadas medidas concretas, visando a gestão de livrarias, pinturas e de outros bens “herdados” das ordens religiosas. O falecimento de D. Pedro no final de Setembro de 1834 terá interrompido um processo, cujo desenrolar apenas podemos supor; seria a sua filha, D. Maria II, imbuída do desejo de prosseguir o caminho iniciado por seu pai, quem viria a concretizar, entre outros projectos, o Museu Portuense.

A constituição, em Outubro de 1834, do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC) no antigo Convento de S. Francisco da Cidade, em Lisboa – medida cuja idealização terá, certamente, chegado a passar por D. Pedro – afirmou-se como um marco das políticas patrimoniais liberais. Alicerçando a sua acção numa lógica de valores e princípios, auxiliados pela legislação produzida e pelo apoio da Academia de Belas-Artes de Lisboa, a partir de finais de 1836, este depósito reflectiu a determinação do governo liberal em tentar garantir uma criteriosa gestão dos bens das extintas casas religiosas, tendo em vista a criação de um Museu Nacional. Aqui seria reunido um gigantesco conjunto de bens culturais, artísticos e históricos, provenientes dos antigos cenóbios, procurando o Estado estabelecer um controlo efectivo desse património, nomeadamente, através da realização de inventários.

Apesar da sua importância, e boas intenções, o DLEC, inicialmente dirigido pela importante e carismática figura do Doutor Nunes de Carvalho (lente coimbrão e antigo exilado), e depois pela Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (CADLEC) (acabando, em 1841, entregue à Biblioteca Nacional), era incapaz de, efectivamente, levar a cabo uma política nacional, vendo a sua acção, na prática, circunscrita a Lisboa e às regiões próximas, bem como a parte do Alentejo, porque o resto do país, distante, física e financeiramente, não correspondia às suas expectativas, dificultadas pelas respostas escassas e tardias que eram obtidas por parte das autoridades administrativas locais.

De facto, no nosso entender, a centralização excessiva no Depósito da capital – apesar do estabelecimento pontual de outros depósitos – e as dificuldades de comunicação, terão sido dos principais entraves à sua eficaz e ampla actividade. Porém, sucessivas a persistente instabilidade política e as reformas administrativas que foram sendo implementadas, também terão transtornado todo o processo.

As constantes mudanças de governo, o sobressalto político, financeiro e social, ao longo do reinado de D. Maria II, traduzir-se-iam, num corte ou num protelamento de acções, mesmo daquelas que, pelo menos aparentemente, prometiam a maior eficácia. A falta de meios humanos e materiais do DLEC, por exemplo, revelou-se uma dessas limitações, criando fortes embaraços à acção eficaz daquele organismo.

Se os inventários de extinção eram muitas vezes telegráficos no respeitante às pinturas existentes nos extintos cenóbios, o mesmo se verifica, por vezes, com as relações agora realizadas no âmbito do DLEC. A falta de conhecimentos, por parte de inventariantes indigitados para o efeito, a isso conduzia. Ao mesmo tempo, não existia um modelo que uniformizasse as inventariações e recolhas e o que “existia” era bastante limitado e variável. Foram muitas as pinturas que ficaram descritas como tendo temática desconhecida; eram poucas aquelas em que se apontava a autoria; e nem as dimensões das peças eram sempre indicadas. Existiu, uma “organização desorganizada”, que muito terá dificultado os trabalhos de gestão e mesmo conservação em S. Francisco da Cidade.

Apesar dos contactos, particularmente com o Ministério do Reino, não encontrámos na documentação do DLEC indícios de um plano prévio traçado. Listagens gerais, completas e organizadas, de conventos a nível nacional ou regional, a verificar e a fazer recolhas do seu património pictórico? Não existem. Relações enviadas pelo Ministério do Reino ou pela Fazenda com esse intuito? A mesma situação. Embora se tenham realizado no passado alguns levantamentos dos acervos conventuais, nomeadamente no âmbito da acção da Junta do Exame

do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, existia, quase sempre, por parte dos funcionários do DLEC, responsáveis pelos trabalhos de inventariação, um desconhecimento grande acerca do que iam encontrar nas várias casas religiosas. A falta de rigor dos arrolamentos e a mobilidade das peças, facilmente transformavam qualquer inventário num instrumento inútil. Além disso, a gritante falta de coordenação, aliada a uma evidente ausência de comunicação, entre entidades oficiais, potenciava inúmeras ocultações, trocas e descaminhos. Muito património artisticamente relevante terá escapado aos inventários, por ocultação dos religiosos, por interesses diversos ou porque, simplesmente, não mereceu atenção de ninguém, não entrando na contabilização; lembramos, a propósito, o exemplo do vitral do Convento de Santo António da Castanheira em Vila Franca de Xira. A sua existência não passaria, contudo, despercebida à Academia das Ciências. Em 1836, a Comissão ali estabelecida, ainda antes da criação das Academias de Belas Artes, em consequência da incumbência de inventariação que lhe foi atribuída por Mouzinho de Albuquerque, veio revelar um verdadeiro pioneirismo por parte daquela instituição, que com uma notória e abrangente “visão patrimonial”, procurou fazer um levantamento do património nacional, contribuindo para a sua defesa. A rede de colaboradores estabelecida, o Depósito do Beato António e o desejado Museu de Monumentos seriam projectos ambiciosos, cuja concretização seria, à semelhança de outros, “sabotada”, pela conjuntura.

4 - Quer no caso do DLEC, quer em outros depósitos regionais, assistimos à valorização do “conhecido”, do bom, que por algum meio oficial ou não, sabia-se existir, ou ter existido, em determinado convento. Esta é uma situação recorrente nas acções então tomadas. Nesta equação, encontra-se presente a missão de recolher património pictórico de destaque, de pintores cujos nomes a parca bibliografia disponível se encarregou de divulgar e valorizar, como Grão Vasco, André Gonçalves, Josefa de Óbidos, Pedro Alexandrino, apreciando-se especialmente a pintura antiga, que viria a ser distinguida por nomes como Almeida Garrett ou o historiador polaco Raczyński.

O desnorte verificado, pela altura da passagem do comando do DLEC do Doutor Nunes de Carvalho para a CADLEC, vem comprovar a forma avulsa com que, sobretudo, até essa altura as recolhas eram efectuadas. A acção do DLEC foi, quando existiu, muitas vezes insuficiente e tardia. E os seus problemas eram mais vastos, começando pelo local onde foi instalado.

A ideia de criação de museus distritais era uma solução inteligente que, resolveria parcialmente os problemas de conservação e recolhas mas, mais uma vez, a eficiência da iniciativa iria embater na falta de meios, mas também de vontades.

Com muitas pinturas a virem dos conventos em estado ruinoso, fruto das más condições a que tinham sido sujeitas, mas também de maus restauros, ou danos sofridos durante o processo de recolha e transporte, por vezes irreversíveis, a sua permanência em S. Francisco da Cidade, podia ser fatal. De facto, aquele edifício, e as condições ali criadas para receber património tão sensível – também devido às contingências financeiras – eram, como constatámos, sofríveis. Sujeitas às péssimas condições ambientais que este tinha para oferecer e mal arrecadadas, muitas acabaram queimadas no Campo Pequeno na década de cinquenta de oitocentos, ao serem consideradas irrecuperáveis e inúteis.

A criação das Academias de Belas-Artes, em 1836, pelas mãos de Passos Manuel, abria expectativas quanto à gestão daquele acervo pictórico. A ideia de um museu nacional, rapidamente “redimensionado” a Galeria, encontrava na Academia de Belas-Artes de Lisboa o apoio estrutural, académico e técnico necessário.

Mas, tal como o DLEC, e como virá a suceder com a Biblioteca Pública, também esta Academia seria instalada em S. Francisco, vindo por isso a sofrer das mesmas condições ambientais nefastas que vinham afectando ou agravando as condições de conservação das inúmeras peças ali arrecadadas. Tal, não terá beneficiado em nada, o futuro de muitas obras, nem ajudado significativamente o andamento dos processos. De facto, o surgimento da Academia de Belas-Artes de Lisboa, a nível dos aspectos de conservação no edifício, parece não ter sido relevante - levando inclusivamente, de certa forma, ao fim do “reinado” de Nunes de Carvalho à frente do DLEC e ao consequente aparecimento da CADLEC. As melhores obras escolhidas para figurarem na futura Galeria de pintura da Academia de Belas-Artes, continuavam em S. Francisco, local onde muitas delas acabaram *reparadas*. Mas, apesar da proximidade, e da presença de membros da Academia nos órgãos da CADLEC, não se verifica por parte destes, preocupação visível com as restantes obras em depósito que, apesar de não serem da sua alçada, não deixavam de ser património nacional. Lembramos que foi o Bibliotecário-Mor José Feliciano de Castilho, na década de quarenta de oitocentos, a tomar medidas práticas efectivas para remediar o sistema de arrecadação do Depósito. Demonstraria, aliás, uma posição pioneira face ao passado e ao património, valorizaria a ruína, não se detendo apenas no valor estético.

As interessantes e inéditas iniciativas de conservação que promoveu em benefício das pinturas arrecadadas em S. Francisco, impõem que se aprofunde o conhecimento sobre esta personalidade, procurando-se avaliar a sua consciência patrimonial e identificar outras acções que possa ter protagonizado no mesmo sentido.

No que se refere ao restauro de algumas pinturas, Nunes de Carvalho revelou preocupação particular com as obras de Grão Vasco – daquelas que considerava mais preciosas e que certamente se apressou a recolher no Hospício da Terra Santa, zona mais recolhida do convento de S. Francisco da Cidade – indicando para realizar o delicado trabalho o nome do pintor André Monteiro da Cruz. Pintor da Repartição das Obras Públicas, a ele terão cabido os primeiros restauros, acerca dos quais poucos testemunhos ficaram. Membro fundador da Academia de Belas-Artes – e mantendo ao longo dos anos um papel activo no Depósito – a sua acção de restaurador viria a ser assumida por esta, nas obras seleccionadas, complexa e vasta tarefa conduzida por conceituados Professores de Pintura Histórica, como António Manuel da Fonseca, mas efectuada, essencialmente, pela pouco grata categoria dos agregados.

Além de André Monteiro da Cruz, a documentação revelou outros nomes de artistas responsáveis por restauros de pinturas depositadas em São Francisco, como José Ribeiro da Silva, João António Gomes, António da Costa Oliveira, José Ignácio de Bastos, Joaquim Prieto ou Luciano Martins Freire. Se podemos dizer que a actividade de restaurador deste último é hoje bem conhecida, o mesmo não se poderá afirmar dos demais, justificando-se estudos que aprofundem os seus currículos na matéria. Ao mesmo tempo, impõe-se a realização de investigações que permitam ampliar o conhecimento da história do restauro pictórico em Portugal, desde a década de 1830, à imagem do que já se realizou para a arquitectura. A razão é evidente: os muitos trabalhos de restauro pictórico realizados no âmbito do DLEC e da Academia de Belas-Artes, conduziram não apenas à discussão de conceitos e práticas de intervenção, mas também à própria dignificação e profissionalização da tarefa do restauro e dos seus executantes, assim como ao seu reconhecimento por parte da Academia, onde durante alguns anos se tinha mantido pouco definida.

5 - Para além das pinturas, também as esculturas, alfaia e paramentos, a talha, os vitrais, os azulejos e todo um conjunto de outros bens ligados aos conventos conheceram novos destinos, vendo-se descontextualizados e privados de parte da sua história. Outros depósitos, paralelos ao DLEC, mais ou menos oficiais, serviam de plataforma logística, onde eram reunidos objectos para depois conhecerem novos destinos, provisórios ou definitivos. Depósitos coordenados pelas dioceses, como o Depósito do Patriarcado de Lisboa, ficaram encarregues da redistribuição de paramentos e alfaia, itens pouco valorizados artisticamente, por paróquias necessitadas. Uma vez mais, uma vasta tarefa, na qual, muito património relevante terá sido descontextualizado.

Ao mesmo tempo, as Obras Públicas eram herdeiras de uma multiplicidade de materiais de origem conventual, como peças de cantaria e o mais diverso património integrado, que iam sendo, sucessivamente, reaproveitados nas novas obras, acentuando o esvaziamento a que os conventos foram sujeitos no período pós-extinção.

Num complexo contexto, que perduraria pelo século XIX, retiradas da esfera conventual muitas obras de arte, estas encontrariam uma nova vida ou “a morte”. Servindo de ornamento, mas sobretudo enquanto objectos votivos, nos conventos onde permaneceram até à sua extinção, foram postas ao serviço do estado liberal. A dessacralização dos espaços e dos conteúdos, permitiu desmontar sentimentos; deslocalizar peças, descontextualizando-as, ajudou o homem a perceber a sua dimensão artística. Com efeito, a desamortização ocorrida e as suas consequências, onde se inscrevia muitas vezes uma mudança drástica de utilização dos bens conventuais e até a sua venda, levaram a uma desintegração do conjunto patrimonial onde se inseriam, com consequências profundas nos seus valores intrínsecos e na amputação do seu percurso histórico.

Dada a sua origem, muitos bens encerravam, para além de uma importância histórica e artística, um elevado valor cultural, que se viu muitas vezes “profanado”, quebrado, por uma descontextualização que mesmo quando os conservava e promovia, não os reenquadrava nas funções para as quais tinham sido concebidos ou adquiridos.

As más condições de conservação a que estiveram sujeitas, em muitos casos também terá contribuído para uma má identificação das obras recolhidas, levando a que muitas conhecessem uma orfandade imposta, que lhes retirava o passado, as origens, a história, algo crucial para a sua verdadeira compreensão. A venda e redistribuição de pinturas e outros objectos, com registos parcos ou inexistentes acerca das movimentações das peças, provocou ainda uma maior dispersão e anonimato de obras, privando-as, de certa forma, da “alma” que lhes completava a dimensão material.

Para além de pretender dar alento às finanças públicas, a extinção das ordens religiosas em 1834 – e passados alguns anos as “prometidas” preciosidades dos conventos femininos – trazia a público um conjunto de edifícios e de obras de arte (a maioria até então desconhecidas) que, legal (nomeadamente, através de leilões) ou ilegalmente, vinham dinamizar o mercado, disponibilizando propriedades e bens, até então inacessíveis. As muitas listagens de venda de conventos publicadas nos diários oficiais do Governo, mostram a vastidão do património e fazem questionar sobre o seu interesse histórico e artístico, o seu ainda eventual conteúdo e qual terá sido o seu destino.

No caso do património móvel (e também integrado) ele vinha alimentar um mercado de arte e antiguidades que se veria impulsionado pelo crescente interesse estrangeiro nas preciosidades nacionais. Da mais variada ordem, proporcionada até por arrematações “sumárias” realizadas após a realização dos inventários de extinção ou, por entidades como a Casa da Moeda, as transações de objectos conventuais passaram a ser frequentes.

Nos casos da Biblioteca Nacional, da Academia de Belas-Artes de Lisboa e da Academia das Ciências, os leilões efectuados após as escolhas realizadas por estes estabelecimentos, disponibilizaram um conjunto de pinturas que, de acordo com as avaliações realizadas, eram dispensáveis, histórica, artística e iconograficamente.

Naturalmente, entra nesta e em outras selecções que presidiram às vendas, o factor avaliação, ao qual muitas vezes também está associado não apenas a qualidade das obras mas também o factor gosto (associado ao tempo em que é realizado) e, de forma ilícita, o factor interesse... É sempre questionável se alguns itens terão ido parar ao mercado, fruto de falsas avaliações que os tinham considerado destituídos de interesse e, por isso, susceptíveis de venda.

Neste contexto, relembramos que, apesar de o património edificado, os designados monumentos, símbolos nacionais, terem obtido um maior reconhecimento e visibilidade, mesmo por parte dos intelectuais oitocentistas, é um facto que os bens artísticos também foram valorizados quer por parte do poder, quer da sociedade e dos seus mercados, tornando-se apetecíveis nacional e internacionalmente. Num crescendo que terá surgido na sequência das invasões francesas e que as desamortizações dos espólios religiosos vieram fomentar, o património móvel, foi sendo valorizado, algo que se reflectiu nos museus concretizados e projectados (dependentes quase na totalidade das obras de arte provenientes das antigas casas religiosas), quer nas palavras de análise ou defesa que foi recolhendo por parte das mais influentes personalidades portuguesas da época, como Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Sousa Holstein, Ribeiro de Sá.

Pelo exposto, facilmente se conclui que o desenvolvimento de políticas patrimoniais, embora mais ou menos impulsionadas pelos governos que iam ocupando o poder, não estiveram tão dependentes deles e da sua vontade política, mas dos meios financeiros disponíveis no momento, existindo uma linha comum de procura de preservação o património. Apesar das boas intenções, a forma como a gestão ocorreu nem sempre foi a melhor, o que muitas vezes, significou destruição e perda, levando à denúncia pública, e à ideia de que estiveram completamente ausentes quaisquer preocupações de conservação. É esta a ideia sectária que

ainda persiste entre muitos autores em relação às consequências da extinção das ordens religiosas para o património então nacionalizado.

É indiscutível que o encerramento de conventos e a nacionalização dos seus bens, produziu inevitavelmente prejuízos incalculáveis; disso dá conta a documentação coeva. Se por um lado muitos bens foi salvo de uma ruína anunciada, retirado dos fechados claustros, por outro, a precipitação das acções, e a incapacidade prática de dar conta do património disponibilizado, levou à destruição de muito outro.

A arrecadação, pela forma como foi feita, produziu muitas perdas, mas também muito se terá salvo. Os conventos extintos tinham deixado de ser lugares seguros e grande parte do seu património era, até então, desconhecido; só os inventários realizados aquando da extinção e na recolha dos bens os tornaram públicos. Exibi-los e “utilizá-los” em serviço da nova ordem eram os passos lógicos que, à semelhança do que aconteceu em outros países, procuraram ser tomados. Reutilizar e fruir foram critérios concebidos no âmbito dos processos de conservação, válidos tanto para a arquitectura, como para muitos bens móveis.

6 - A abrangência do tema em estudo, que ao longo do seu desenvolvimento se foi revelando tanto em dimensão como em vertentes susceptíveis de investigação e análise, levou a que tivéssemos de fazer opções. Além disso, temos a consciência de que, apesar de termos procurado novas abordagens para temas já aportados por outros autores, e desbravado algumas questões novas, muito terá ficado por investigar. Por outro lado, a documentação consultada não nos deu todas as respostas pretendidas, fazendo com que várias questões permaneçam em aberto. Algumas realidades locais, o presente de muitas peças que conheceram alguns dos trajectos estudados, o paradeiro de tantos objectos arrolados, são aspectos que gostaríamos de ter aprofundado. A dificuldade em fazer a genealogia das obras, a quantidade de património deslocado, muito do qual voltou a conhecer novos destinos devido à Lei da Separação do Estado das Igrejas em 1911, impossibilitou que nos aventurássemos, por ora, por esse tão interessante, mas complexo, projecto.

Julgamos, porém, que com o trabalho realizado, não apenas atingimos, no essencial, os objectivos a que nos propusemos, como criámos uma importante base de trabalho que servirá de suporte a investigações futuras, podendo ajudar a compreender o presente de muitas casas religiosas e seus espólios, obras de arte que, depois de muitas vicissitudes, hoje podemos ver dispersas por museus e outras instituições pelo país.

O conhecimento profundo das dinâmicas que os sucessivos governos desenvolveram na gestão do património conventual, tanto móvel, como imóvel, facilitará, assim, o desenvolvimento de

estudos monográficos sobre conventos e seus acervos que permitam conhecer com maior detalhe as vicissitudes por que passou o incomensurável património conventual nacionalizado em virtude da lei de 30 de Maio de 1834.

Fontes e Bibliografia

I. Fontes

1. Fontes manuscritas

1.1. Academia Nacional de Belas-Artes (ANTT- Digitalq)

Contabilidade

Depósitos:

Livro 3-D-VV.101 (PT-ANBA-ANBA-C-001-00001), *Cópia dos Livro dos Depósitos de Ouro e Prata.*

Actividades

Índice das conferências gerais, ordinárias e extraordinárias

Livro 1-A-SEC.16 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00001)

Livro 1-A-SEC.17 (PT-ANBA-ANBA-F-002-00002)

Constituição, organização e legislação

Livros de Actas

Livro 1-A-SEC.6 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00001)

Livro 1-A-SEC.7 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00002)

Livro 1-A-SEC.8 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00003)

Livro 1-A-SEC.9 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00004)

Livro 1-A-SEC.10 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00007)

Livro 1-A-SEC.11 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00008)

Livro 1-A-SEC.12 (PT-ANBA-ANBA-A-001-00005)

Decretos e Portarias e Ofícios

Livro 1-A-SEC.5 (PT-ANBA-ANBA-A-002-00001)

1.2. Arquivo Distrital de Évora

Câmara Eclesiástica de Évora

Convento de Nossa Senhora da Graça de Évora: Auto de Secularização e Profanação da Igreja do Extinto Convento da Graça da Cidade de Évora. dc 00002, Cx.9

Relação dos painéis existentes nos conventos da cidade de Évora, realizado por João Rafael de Lemos e Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, 1845, ui. 0001; cx. 27

Governo Civil de Évora

Sociedade Artística Eborense: GCE – SC: H – Inspeção, licenciamento, fiscalização e segurança; SSC: B – Associações, Atividades Lúdicas e Espetáculos; SR: 1 – Associações; SSR: 4 - Sociedade Artística Eborense; cx. 1; Pt. 4; doc. 1.

1.3. Arquivo Histórico da Economia. Acervo Infraestruturas, Transportes e Comunicações

CAO 1 – Livro; CAO 2 – CAO (bobine nº3, nº4)

IGOP 1 - Registo de Portarias e Ofícios recebidos, Vol.1. – 1840-1841; IGOP 2 – Registo das Portarias do Ministério do Reino 1844; IGOP 3 – Registo das Portarias do Ministério do Reino, 1849

IOPDC 1 – Registo de ofícios recebidos do Ministério do Reino

DGOP-RC 35 – correspondência recebida dos Ministérios relativa a edifícios públicos.

DGOP ROP 2.2; DGOP ROP 2.3; DGOP ROP 2.5

DGOP RT/ROP 2.1.

Ministério do Reino:

MR98 – Relatórios do Ministério 1836-1842; MR 71 – Relatórios do Ministério do Reino 1844-1845; MR 66; MR 37; MR bobine nº59

P.I. Cx. 172

1.4. Arquivo Histórico Militar

Assuntos Militares Gerais, Diversos, Cx. Nº23

1.5. Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

Avisos Régios: 1834; 1835; 1841-1842; 1843; 1847-1848-1849-1850; 1851-1855; 1856-1858-1859; 1860-1862-1863.

Expediente: 1839; 1840 Cx.2

Maços “Conventos”

U.I. 353; U.I. 354.; Livro 355 Lº3º

1.6. Arquivo do Mosteiro da Batalha

PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 2/4; PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 2/18; PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 2/38; PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 2/58; PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 2/60; PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 3/2; PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 3/14; PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 6/47; PT/AMB/COR/CX 1/MÇ 6/48; PT/AMB/COR/CX 2/MÇ 1/33; PT/AMB/COR/CX 2/MÇ 1/36.

1.7. Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Casa Real- Cartório da Casa Real

Cap.134, nº22, nº37.

Chancelaria Régia

Chancelaria de D. Pedro IV e de D. Maria II

Condes de Linhares

Maços 41 doc.11; 77 doc.33; 109 doc.7

Intendência das Obras Públicas

Livros 4, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 44, 45, 46, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 73, 113, 115, 325, 326, 370

J. Possidónio da Silva

Cx.4 Liv. 1 Correspondência artistica e scientifica nacional e estrangeira com J. Possidónio da Silva. 1833-1864

Cx. 5 Correspondência 1866 a 1883

Ministério das Finanças

Inventários de extinção das casas religiosas masculinas
(<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4224337>). Consultas várias, entre as quais:

Mosteiro de Santa Maria de Belém, Cx.2199
Casa do Espírito Santo de Lisboa, Cx.2233
Convento de Santo António dos Capuchos, Cx.2225
Convento da Santíssima Trindade de Lisboa, Cx.2232
Convento de Santa Rita de Lisboa, Cx.2228.
Convento de São Caetano de Lisboa, Cx.2234
Convento de Nossa Senhora da Pena, Sintra, Cx. 2206
Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora de Belém, Cx.2199
Convento de Nossa Senhora da Boa Hora de Lisboa, Cx.2228
Convento da Boa Viagem, Cx.2200
Convento de Santo António da Castanheira, Cx.2204
Convento de São Pedro de Alcântara de Lisboa, Cx.2225
Convento de São Romão de Alverca, Cx.2195
Convento de Nossa Senhora da Conceição do Monte Olivete de Lisboa, Cx. 2218
Hospício de Nossa Senhora da Porciúncula de Lisboa, Cx. 2236
Convento de Santa Maria Madalena de Alcobaça, Cx. 2194
Convento de Santa Maria de Alcobaça, Cx. 2191-2192

Inventários de extinção das casas religiosas femininas
<http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4224345>. Consultas várias.
(consultados pela última vez em 15-09-2016)

Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça

Caixa 214, Maço 268; Cx.216, Mç.270;
Mç.28, Cx.25; Mç.151, Cx.125; Mç.177, Cx.147; Mç.232, Cx.186; Mç.234, Cx.187; Mç.277,
Cx.222; Mç.312, Cx.257; Mç.318, Cx.267; Mç.319, Cx.268; Mç.325, Cx.277; Mç.677; Cx.877;
Mç.692, Cx.901;
Livros (NE) 47, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 96, 101, 102, 110, 115, 172.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Cx.389 Correspondência com o Ministério do Reino

Ministério do Reino,

Maços 318, 419 (cx. 524), 1150, 1151, 1153, 1154, 1157, 1158, 1159, 1160, 1161, 1163, 1164, 1165, 1167, 1168, 1169, 1208, 1742, 1905, 1911, 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 2037, 2038, 2039, 2075, 2086, 2098, 2092, 2101, 2095, 2098, 2099, 2106, 2110, 2112, 2122, 2123 (mf.2515), 2126, 2142, 2145, 2164, 2165, 2171, 2450, 2453, 2515, 3578, 3723, 20138

Caixas 140, 141

Livros 63, 853, 1208, 1258-A, 1411, 1461, 1733, 1734, 1735, 1738, 1740, 1742, 1744, 1764, 1767

Registo Geral de Mercês

D. Maria II, livro 7.

1.8. Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa

Catalogo dos quadros que formam a Galeria de Pinturas da Academia Real das Sciencias de Lisboa. 1854” BACL. Cota: 1063 Série Azul.

Ms. az. 1518, doc.9, Carta de D. Pedro para o Marquês de Resende, em Paris. Porto 17 de Julho de 1832

Processo Individual – Mouzinho de Albuquerque

Livros de Secretaria:

Livro 1 B - *Correspondência com o Governo 1833-1847* Livro 2.º [12 de Agosto de 1833 a 26 de Agosto de 1847]

Livro 2 B - *Correspondência com o Governo 1847-1878* Livro 3º [29 de Setembro de 1847 a 18 de Setembro de 1878]

Livro 4 B - *Portarias, Avizos e Decretos* (4 de Agosto de 1833 a 4 de Agosto de 1863).

Livro 5 B - *Registo da correspondência com diferentes pessoas e autoridades Livro 2º* [21 de Outubro de 1833 a 13 de Fevereiro de 1842]

Livro 8 B - *Correspondência com diversos 1858-1870 Tomo 1º* [6 de Fevereiro de 1858 a 18 de Novembro de 1870]

Livro 18 B - *Correspondência com diferentes entidades 1842-1847 Livro 3.º* [14 de Fevereiro de 1842 a 28 de Dezembro de 1857] (Registo de correspondência com diferentes pessoas e diversas autoridades.)

Livro 28 B - *Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes 5 de Novembro de [1834] a 15 de Julho de 1840*

Livro 29 B - *Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes de effectivos. 29 de Julho 1840 – 15 de Outubro 1851*

Livro 30 B - *Sessões do Conselho e das Assembleas Geraes 22 de Outubro 1851 a 1910* [22 de Outubro de 1851 a 9 de Fevereiro de 1911]

Livro 39 B - *Sessões Litterarias 9 de Novembro de 1834 a 11 de Dezembro de 1844*

1.9. Biblioteca da Ajuda

COUCEIRO, António Maria, *Memoria sobre a Edificação e Obras da Caza Pia 1839*, fl.4-5. Biblioteca da Ajuda, cota: 54-X-32, n.º 563.

1.10. Biblioteca Nacional de Portugal

Arquivo Histórico

BN/AC/INC/DLEC/01/Cx01-01 Portarias relativas às actividades da CADLEC 1832 -1868

BN/AC/INC/DLEC/02/Cx03-01 Correspondência do bibliotecário-mor 1833-1857

BN/AC/INC/DLEC/03/Cx03-02 Correspondência para o bibliotecário-mor 1834-1862

BN/AC/INC/DLEC/04/Cx01-02 Copiador de portarias e ofícios relativos à actividade da CADLEC 1834-1843

BN/AC/INC/DLEC/05/Cx03-03 Correspondência para a CADLEC 1835-1841

BN/AC/INC/DLEC/06/Cx03-04 Copiador de ofícios expedidos 1836-1843

BN/AC/INC/DLEC/07/Cx04-01 Correspondência da CADLEC 1836-1841

BN/AC/INC/DLEC/08/Cx04-02 Requerimentos para a CADLEC 1837-1841

BN/AC/INC/DLEC/09/Cx04-03 Ofícios para a BNL 1841-1843

BN/AC/INC/DLEC/10/Cx04-04 Requerimentos para a BNL [1841]-1861

BN/AC/INC/DLEC/11/Cx02-01 Minutas das actas das Sessões da CADLEC 1837-1841

BN/AC/INC/DLEC/12/Cx02-02 Registo das actas das Sessões da CADLEC [1837]-1842

BN/AC/INC/DLEC/13/Cx02-03 Instrumentos de descrição do arquivo da CADLEC [1837]-[1884]

BN/AC/INC/DLEC/15/Cx05-02 Relações de quadros remetidos para o DLEC 1834-1838

BN/AC/INC/DLEC/16/Cx06-01 Relações remetidas aos administradores-gerais [1834]-[1843]

BN/AC/INC/DLEC/17/Cx02-04 Relatório de visitas efectuadas a vários conventos extintos [1834]-[1841]

BN/AC/INC/DLEC/18/Cx05-03 Relações de conventos extintos e de livros e quadros recebidos [1834]-1841.

BN/AC/INC/DLEC/19/Cx05-04 Relações de quadros existentes no DLEC [1834]-[1841]

BN/AC/INC/DLEC/20/Cx06-02 Objectos em falta nos diversos conventos extintos [1834]-[1841]

BN/AC/INC/DLEC/21/Cx02 Relatórios sobre as pinturas de conventos extintos [1834]-[1841]

BN/AC/INC/DLEC/22/Cx05-05 Relações de objectos arrecadados 1838

BN/AC/INC/DLEC/23/Cx06-03 Mapas do movimento do DLEC 1838-1841

BN/AC/INC/DLEC/24/Cx02-06 Relatórios sobre as existências no DLEC e na BNL 1864-1865

BN/AC/INC/DLEC/26/Cx06-04 Relações de quadros saídos do DLEC 1836-1842

BN/AC/INC/DLEC/27/Cx06-05 Relações de livros e estampas remetidos para a BNL 1837-1865

BN/AC/INC/DLEC/28/Cx06-06 Relações de objectos saídos do DLEC 1837-1839

BN/AC/INC/DLEC/29/Cx08-01 Relações de quadros saídos da BNL 1838-1867

BN/AC/INC/DLEC/31/Cx07-01 Termos de venda e troca de objectos saídos do DLEC 1841-1870

BN/AC/INC/DLEC/32/Cx08-03 Transferência de objectos de arte da BNL para o Museu Nacional 1885

BN/AC/INC/DLEC/34/Cx05-07 Memória sobre a constituição de Bibliotecas Públicas em Lisboa 1834

BN/AC/INC/DLEC/36/Cx09-02 Colecção de documentos sobre a pintura dos extintos conventos [1840]-[1848]

BN/AC/INC/DLEC/37/Cx10-01 Justificação de faltas 1837- [1838]

BN/AC/INC/DLEC/38/Cx10-02 Relações de pessoal ao serviço do DLEC 1838-1840

BN/AC/INC/DLEC/39/Cx10-03 Registo do ponto do pessoal do DLEC 1837-1840

BN/AC/INC/DLEC/40/Cx10-04 Diário do cofre do DLEC 1836-1840

BN/AC/INC/DLEC/40/Lv01 Diário do cofre do DLEC 1837-1840

BN/AC/INC/DLEC/41/Lv01 Livro-mestre do cofre do DLEC 1837-1844

BN/AC/INC/DLEC/42/Lv01-02 Livros cofre do DLEC 1837-1844/ 1864-1868

BN/AC/INC/DLEC/43/Cx10-05 Recibos passados ao pessoal do DLEC 1835

BN/AC/INC/DLEC/44/Cx10-06 Documentos de despesa do DLEC 1837-1841

BN/AC/INC/DLEC/45/Cx10-07 Documentação relativa aos vencimentos do pessoal do DLEC 1839

BN/AC/INC/DLEC/46/Cx10-08 Folhas de vencimento do pessoal do DLEC 1840

BN/CR/01/Cx01 Documentos históricos e constitutivos 1796-1911

BN/CR/02/Cx01 Decretos 1795-1865

BN/CR/03/Cx01-03 Avisos (Cx01:1795-1833; Cx02:1805-1843; Cx03:1822-1834)

BN/CR/04/Cx01 Decretos 1821-1834

BN/CR/05/Cx01-03 Portarias e Ofícios (Cx01:1827-1849; Cx02:1834-1841; Cx03:1837-1864)

BN/CR/07/Cx01 Instruções 1852-1864

BN/DGA/01/Lv01, Lv02 e Cx01 Actas das Sessões do Conselho Administrativo da BNL (Lv01: 1837-1868; Lv02: 1869-1887; Cx01: 1843-1911)

BN/DGA/04/Lv02 Copiadores de correspondência expedida 1820-1844

BN/DGA/05/Cx01 Correspondência recebida 1835-1856

BN/DGA/05/02 Cx02 Correspondência recebida 1857-1861

BN/DGA/05/Cx03 Correspondência recebida 1862-1872

BN/DGA/06/Cx01 Correspondência expedida 1834-1871

BN/DGA/03/02/Cx05-06 e Cx07-12 Correspondência dos directores da BN (Cx05-06: 1826-1834; Cx07-12: 1834)

BN/DGA/15/Cx01 Relatórios do bibliotecário-mor para o Ministério do Reino 1854-[1864]

BN/GF/27/Cx01-03 Contas pagas com o produto do leilão (1863-1897)

BN/GF/28/Cx01-14 Contas do restauro dos retratos dos Bispos do Ultramar remetidos para o Ministério da Marinha 1864-1866

BN/GPA/03/Cx01-03 Documentação relativa à realização de obras no edifício da BNL 1843-[1880]

BN/GPA/06/Cx01-06 Relações de quadros existentes no DLEC 1864-1884

Reservados

Colecção de Códices:

COD. 6963 Papeis que pertenceram ao D.^o, Antonio Nunes de Carvalho (disponível em: <http://purl.pt/24931/3>). Documentação diversa: Cartas, despesas DLEC, Auto de posse da livraria, museu e medalhas e pinturas do extinto Convento de Nossa Senhora de Jesus à Academia Real de Ciências de Lisboa, etc.)

Colecção de Manuscritos Avulsos:

Mss.216, nº33

Mss.225, nº2, nº4, 5, 32 (30), 35, 36, 57, 59, 62 (Microfime F.4903), 75, 77, 85, 86, 87, 94, 96, 98, 99, 100, 106, 118, 121, 126 (168a), 129 (158), 131 (176), 141 (117a), 152 (156), 154, 155, 162, 164, 225-228 (201), 254, 230 (203).

Mss.242, nº110; Mss.243, nº32; Mss.261, nº21

2. Fontes impressas

2.1. Obras de historiografia, carácter historiográfico, Arte, sociedade e política. Obras literárias.

ALBUQUERQUE, Luiz da Silva Mouzinho de, *Memoria Inedita ácerca do Edifício Monumental da Batalha*, Leiria, Typographia Leiriense, 1854.

ALMEDINA, Conde de, *in Catalogo provisorio. Secção de pintura*. Lisboa, Museu Nacional de Bellas Artes, 1883.

ALMEIDA GARRETT, J. B., *Camões, Obras de...*, Tomo I, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1839.

ALMEIDA GARRETT, *Viagens na Minha Terra*, Lisboa, Civilização Editora, 2013 (1ª edição. 1846).

Alvará de criação da Real Biblioteca da Corte: 19 Fev. 1796 (Facsimile), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1969.

ARAUJO E SOUSA, Gonçalo Jose de, *Ao Advento de Sua Magestade Imperial; O Senhor D. Pedro Duque de Bragança a esta Cidade de Lisboa no Glorioso dia de 28 de Julho de 1833...*, Lisboa, Na Typographia de Desiderio Marques Leão, 1833.

BASTOS, Francisco Antonio Martins, *A' Feliz Exaltação de Sua Magestade Fidelissima A Senhora D. Maria II.*, Lisboa, Na Imprensa da Rua dos Fanqueiros N°129 B., 1834.

Biblioteca Publica Municipal do Porto. Documentos para a sua Historia. Porto, Imprensa Portuguesa, 1933.

BOAVENTURA, Fr. João de S., *Reflexões sobre a carta do Conde da Taipa na parte que diz respeito á Junta do Exame do Estado Actual, e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, encarregada da Reforma Geral Eclesiástica*, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1834.

Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos III, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1938.

Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos relativos à Recolha e Distribuição de Quadros e Livros. Após a extinção dos conventos. 2ª parte. IV, Lisboa, Academia Nacional de Belas-Artes, 1939.

CARVALHO, José Liberato Freire, *Memorias da vida de José Liberato de Carvalho*. Lisboa, Typografia de José Baptista Morando, 1855.

CASTELLO-BRANCO, José Barbosa Canaes de Figueiredo, *Estudos biographicos ou noticia das pessoas retratadas nos quadros historicos pertencentes á Bibliotheca Nacional de Lisboa*. Lisboa, 1854.

CASTILHO (Barreto e Noronha), José Feliciano de, *Relatório àcerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa, e mais estabelecimentos annexos, dirigido ao Exm.o. Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino – no 10 de Janeiro de 1844*, Vol. I, Typographia Lusitana, Lisboa, 1844.

CASTRO, D. João de. CARVALHO, António Nunes de (edição, prefácio, notas, etc.), *Roteiro em que se contem a viagem que fizeram os Portuguezes no anno de 1541, partindo da nobre cidade de Goa atee Soez (...). Tirado a luz pela primeira vez do manuscrito original, e acrescentado com o Itinerarium Maris Rubri, e o Retrato do Author, etc., etc., etc...* Paris: Baudry/Barrois, 1833.

Collecção dos Relatorios das Visitas feitas aos Districtos pelos respectivos Governadores Civis em virtude da Portaria de 1 de Agosto de 1866, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

DINIZ, Pedro, *Das ordens religiosas em Portugal*, Lisboa, Typographia de J. J. A. Silva, 1853.

Explicação collectiva de quadros d'invenção e copias executados por Antonio Manoel da Fonseca, Lisbonense, Durante o progressivo curso do seis estudos nas Academias de Roma, Lisboa, 1835.

FEIO, Florêncio Mago Barreto, *Memoria historica e descriptiva ácerca da bibliotheca da Universidade de Coimbra e mais estabelecimentos annexos contendo varios esclarecimentos officiaes e reflexões bibliographicas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1857.

FERREIRA, José Maria de Andrade, *A Reforma da Academia das Bellas Artes de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

FREIRE, Luciano, *Elementos para um relatorio acerca do tratamento da pintura antiga em Portugal*, in *Conservar Património* 5, 2007, pp.9-65.

GARRETT, J. B. da Silva Leitão d'Almeida, *O Retrato de Venus, poema. (Ensaio sobre a historia da pintura.)*, Coimbra, Na Imprensa da Universidade, Anno I. (1821).

HOLSTEIN, Sousa, *Introducção. In Catalogo provisório da Galeria Nacional de Pintura existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa*, Lisboa, Academia Real das Bellas Artes, 1868.

HUGO, Victor, *Guerre aux Démolisseurs*, Editions Archage Minotaure, Paris, 2003.

José da Silva Carvalho e o seu tempo; compilação Anotada por António Vianna, Vol.II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894.

LENOIR, Alexandre, *Histoire des arts en France, prouvée par les Monuments: Suivie d'une description chronologique des statues en marbre et en bronze, bas-reliefs et tombeaux des hommes et des femmes célèbres, réunis au Musée Impérial des Monumens Français*, Paris, Chez l'Auter, au Musée, Et chez C.L.F. Panckoucke, 1811.

LICHNOWSKY, Felix, *Portugal. Recordações do Ano de 1842*, (conforme edição de 1845, trad. Daniel Augusto da Silva; ilustrações de D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha), Lisboa, Frenesi, 2005.

MACEDO, Joaquim Antonio de, *A Guide to Lisbon and its environs including Cintra and Mafra with a large Plan of Lisbon*, Lisbon, (Simpkin, Marshall & C.o, London, Matthew Lewtas), National Printing Office, 1874.

MACEDO, Manuel de, *Restauração de Quadros e Gravuras*, David Corazzi, Editor, Lisboa, 1885.

Memoria comprensiva de los trabajos verificados por las Comisiones de Monumentos Históricos y Artísticos de Reino desde 1º de julio de 1844 hasta igual fecha de 1845, Madrid, en la Imprenta Nacional, 1845.

MENDES-LEAL, J. da S., *Monumentos Nacionaes* (NUNES, Henrique, Photographias), Lisboa, Typographia Franco-Portugueza, 1868.

MONTEIRO, Damaso J. Luiz de Sousa, *Vida de D. Pedro IV, Vigésimo-oitavo Rei de Portugal e Primeiro Imperador do Brasil scripta em resumo por Damaso (...) Bacharel pela Universidade de Paris, condecorado com a Ordem Franceza da Cruz de Julho; e pelo mesmo offerecida a' Sua Patria a Invicta Cidade do Porto*, Lisboa, Na Typographia de Galhardo Irmãos, 1838.

NEVES, Álvaro, *Notícia dos quadros e esculturas existentes na Academia das Sciências de Lisboa, em 1834 e em 1917*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.

POLERÓ Y TOLEDO, D. Vicente, *Arte de la Restauracion*, imprensa a cargo de M. A. Gil, Madrid, 1853.

QUINCY, Quatremère de, *Considérations morales sur la destination des ouvrages de l'art: lettres sur l'enlèvement des ouvrages de l'art antique à Athènes et à Rome*. DÉOTTE, Jean Louis Déotte (ver.), Paris, Fayard, [1989].

RACZYNSKI, Atanazy, *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, Jules Renouard et Cie, Libraires-Editeurs, Paris, 1847. (<http://purl.pt/6391>)

RACZYNSKI, Atanazy, *Les Arts en Portugal: lettres adressés a la société artistique et scientifique de Berlin et accompagnées de documents*, Paris, Jules Renouard et C^{re}, 1846. (<http://purl.pt/6390>)

RIBEIRO, João Baptista, *Exposição histórica da criação do Museo Portuense: com documentos officiais para servir à Historia das Bellas Artes em Portugal e á do Cêrco do Porto*, Porto, Imprensa de Coutinho, 1836.

ROCKWELL, Charles Rev., *Sketches of foreign travel and life at sea including a cruise on board a man-of-war, as also a visit to Spain, Portugal, the South of France, Italy, Sicily, Malta, the Ionian Islands, Continental Greece, Liberia, and Brazil; and a Treatise on the Navy of the United States. ...*, Vol. I, Boston, Published by Tappan and Dennet (New York: - D. Appleton & Co. And Wiley & Putnam. Philadelphia: - Carey & Hart. London: - Wiley & Putnam.), 1842.

RODRIGUES, Francisco Assis, *Diccionario Technico e Histórico de Pintura, Esculptura, Architectura e Gravura*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1875. (<http://purl.pt/977>)

RUDERS, Carl Israel, (Prefácio e notas Castelo Branco Chaves, Tradução António Feijó), *Viagem em Portugal 1798-1802*, Vol. I, *Reimpressão*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002.

SAINT- ANTOINE, Daniel de, *Eloge Funébre de S. M. DON PEDRO Duc de Bragance, Empereur du Brésil, Régent du Portugal et de L'Algarve*, Paris, Imprimerie de Dezauche, 12 Outubro 1834.

SANTOS, João José dos, *Exame Critico do Opusculo: Reforma d'Academia de Bellas Artes de Lisboa pelo Sr. José Maria de Andrade Ferreira, offerecido á dita Academia por João José dos Santos*, Lisboa, Typ. de G. M. Martins, 1860.

SEABRA, Antonio Luiz de, *Observações do ex-Corregedor de Alcobaça, Antonio Luiz de Seabra, sobre um papel enviado à Camara dos Senhores Deputados à cerca da arrecadação dos bens do Mosteiro daquela villa*. Lisboa, Typografia de Eugenio Augusto, 1835.

S. LUÍS, Fr. Francisco de, “Memoria historica sobre as obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victoria chamado vulgarmente da Batalha” in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Tomo X, Parte I, Lisboa, Typografia da mesma Academia, 1827.

SOTTO-MAYOR, D. Miguel, *História da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal*, Typographia Lusitana, Braga, 1889.

SOUSA, Fr. Luís de, *História de S. Domingos*, Lisboa, 1623; nova edição de M. Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello e Irmão Editores, 1977.

The Lisbon Guide or an Historical and Descriptive view of The City of Lisbon and its environs, with notices of the chief places of the interest in Portuguese Estremadura. Second edition. Lisbon, Printed by Antonio Joaquim de Paula, 1853.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo, *Noticia Historica e Descritiva do Mosteiro de Belem. Com um glossario de varios termos respectivos principalmente à Architectura Gothica.* Lisboa, Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1842.

WANZELLER, P.^e Francisco Clouts, *Oração Recitada na aberturado primeiro dia no Collegio do Desenho do Santo Espirito, e S. Lucas, novamente erigido na Rua de Cima do Socorro num 32. Por José Ribeiro da Silva, Professor de Desenho, de Figura, de Architectura Civil, e de História Natural, e em Todos os Caracteres de Letras. E composta pelo (...), Professor no mesmo Collegio, de Philosophia, de Rhetorica, de Francez, e Latim, e tudo philosophicamente explicado,* Lisboa, Impressão Regia, 1815.

WORDSWORTH, Dora, *Journal of a few month's residence in Portugal and glimpses of the south of Spain,* London, Edward Moxon, vol. II, 1847 (<http://purl.pt/17227>).

2.2. Actas e legislação

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a regencia até á sua entrada em Lisboa. Segunda Serie, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1834.

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a Regencia em 3 de Março de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833. Segunda Serie, Lisboa, na Imprensa Nacional, 1836.

Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Camaras Legislativas. Terceira Serie, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1835.

Collecção dos Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das Camaras Legislativas. Terceira Serie, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1840.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados Desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835. Quarta Serie. Edição Official, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1837.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde o 1.º de Janeiro até 9 de Setembro de 1836. Quinta Serie, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1836.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Sexta Serie, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1837.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no 1.º semestre de 1837. Setima Serie. 1.^a Parte, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1837.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no 2.º semestre de 1837. Setima Serie. 2.^a parte, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1837.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no anno de 1838. Oitava Serie. Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1838.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no anno de 1839. Nona Serie. Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1839.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no anno de 1840. Decima Serie. Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1840.

Collecção de Leis e outros Documentos Officiaes publicados no anno de 1841. Decima Primeira Serie. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1841.

Diario das Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa, Segundo anno da Legislatura, Lisboa, Na Imprensa Nacional, 1822.

Gaceta de Madrid, Madrid, Imprensa Nacional, 17 de Dezembro de 1836, 21 de Junho de 1844 e 6 de Novembro de 1849.

SILVA, Antonio Delgado da, *Supplemento á Collecção de Legislação Portuguesa do Desembargador Antonio Delgado da Silva,* Anno de 1763 a 1790, Lisboa, Typ. de Luiz Correa da Cunha, 1844.

SILVA, Antonio Delgado da (compil.), *Collecção da Legislação portugueza (...). Legislação de 1775 até 1790,* Tomo 3 Lisboa, Na Typographia Maygrense, 1828.

Jornais oficiais portugueses:

Diario do Governo, Lisboa, Imprensa Nacional, 4 de Julho de 1821 a Junho de 1823.

Gazeta de Lisboa, Lisboa, Impressão Regia, 4 de Junho de 1823 a Julho de 1833.

Chronica Constitucional de Lisboa, Lisboa, Impressão Régia, 25 a 30 de Julho de 1833.

Chronica Constitucional de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 30 de Julho de 1833 a 30 de Junho de 1834.

Gazeta Oficial do Governo, Lisboa, Imprensa Nacional, 30 de Junho de 1834 a 6 de Outubro de 1834.

Gazeta do Governo, Lisboa, Imprensa Nacional, 6 de Outubro de 1834 a 31 de Dezembro de 1834.

Diario do Governo, Lisboa, Imprensa Nacional, 1 de Janeiro de 1835 a Outubro de 1859.

Diario de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1 de Novembro de 1859 a 1869.

Algumas destas referências e outras, disponíveis em :

<http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/Default.aspx?ts=1>

e

<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc> (consultados pela última vez em 15-09-2016).

2.3. Periódicos

Archivo Pittoresco, Semanario Illustrado. Editores Proprietários, Castro irmão e C.^a , Lisboa, Typographia de Castro Irmão, Vol. VII, 1864.

BARBOSA, Zacharias Vilhena, *Almanak Industrial, Commercial e Profissional de Lisboa para o Anno de 1865*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

Correio de Lisboa, nº116 (25 de Julho de 1838); nº119 (1 de Agosto de 1838), nº120 (4 de Agosto de 1838).

Directorio Civil, Politico, Commercial, Historico e Estatistico da Cidade do Porto e Villa Nova de Gaia. para o anno de 1846, Porto, Typographia Commercial, 1846.

Gazeta de Portugal, 27 de Junho de 1867, nº1372.

Jornal de Bellas Artes, I, II, nº2.

O campeão português, ou o amigo do rei e do povo. Jornal politico, publicado todos os quinze dias para advogar a causa e interesses de Portugal, nº1, Londres, L. Thompson, 1819.

O Mosaico, vol.3, Ano 1841, Nº95 pp.70-71.

O Nacional, nº 150, Terça-feira, 12 de Maio de 1835.

O Panorama, nº69, 25 de Agosto de 1838, Vol. II, 2º da 1.ª série, pp.266-268.

O Panorama, nº93, 9 de Fevereiro de 1839, 3.º da 1.ª série, pp.43-45.

O Panorama, nº94 16 de Fevereiro de 1839, 3.º da 1.ª série, pp.50-52.

O Panorama, nº165, 27 de Junho de 1840, Vol. IV, 4.º da 1.ª série, p.205.

O Panorama, nº91, 23 de Setembro de 1843, Vol.II, 2º da 2ª série, p.304.

O Panorama, nº107, 13 de Janeiro de 1844, p.13.

Periódico dos Pobres no Porto, Nº67, 4 de Abril de 1834.

Revista Contemporanea de Portugal e Brazil, vol.1, Lisboa, Typographia do Futuro, 1859.

Revista Universal Lisbonense, Jornal dos Interesses Phisicos, Moraes e Litterarios. Colaborado por muitos Sabios e Litteratos, e redigido por Antonio Feliciano de Castilho. Tomo IV, Anno de 1844-1845, Lisboa, Imprensa da Gazeta dos Tribunaes, 1845.

II. Bibliografia

1. Obras de referência

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova ed. preparada e dirigida por Damião PERES, 4 vols., Porto, Livraria Civilização – Editora, 1968-1971.

Dicionário biográfico parlamentar 1834-1910, dir. MÓNICA, Maria Filomena, 3 vols., Lisboa, Assembleia da República e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004-2006.

Dicionário da história de Lisboa, dir. SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo, Lisboa, [s.n.], 1994.

Dicionário de história de Portugal, dir. Joel SERRÃO, Joel, 9 vols., Porto, Figueirinhas, 1981.

Dicionário de história religiosa de Portugal, dir. AZEVEDO, Carlos Moreira, 4 vols., [Lisboa], Círculo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2000-2001.

Dicionário do Vintismo e do primeiro Cartismo (1820-1823 e 1826-1828), dir. CASTRO, Zília Osório de, coord. CLUNY, Isabel, PEREIRA, Sara Marques, 2 vols., Lisboa, Assembleia da República, Afrontamento, 2002.

Dictionnaire européen des Lumières, dir. DELON, Michel, Paris, Presses Universitaires de France, 1997.

FRANÇA, José-Augusto, *História da arte em Portugal. O pombalino e o romantismo*, Barcarena, Presença, 2004.

FURET, François, OZOUF, Mona, MERQUIOR, José (Pref.), *Dicionário crítico da Revolução Francesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada, s.d.

História da arte em Portugal, vols. III-X, Lisboa, Publicações Alfa, 1986-1988.

História da arte em Portugal, vols. I-V, Lisboa, Presença, 2001-2004.

História da arte portuguesa, dir. PEREIRA, Paulo, 3 vols., [Lisboa], Temas e Debates, 1995.

História da Europa, dir. CARPENTIER, Jean, LEBRUN, François, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

LOPES, Óscar, SARAIVA, António J., *História da literatura portuguesa*, 17.^a ed. corrigida e act., Porto, Porto Editora, 2001.

Nova História de Portugal, SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. Oliveira dir, 12 vols., Lisboa, Presença, 1990-1992.

PAMPLONA, Fernando de, *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*, 4.^a ed., Livraria Civilização Editora, Barcelos, 2000.

PEREIRA, Esteves, RODRIGUES, Guilherme, *Portugal: diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico...* Lisboa: João Romano Torres. 7 vols (ed. eletrónica Manuel AMARAL, 2000-20012 (ed. orig. 1904-1915).

PIRAZZOLI, Nullo, *Teorie e storia del restauro*, Ravenna, Edizioni Essegi, 1994.

RÉMOND, René, *Introdução à História do Nosso Tempo : Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, Lisboa, Gradiva, 1994.

TUDESQ, A.-J., RUDEL, J., *1789-1848* (Collection d'Histoire Louis Girard), France, Bordas, 1968.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, 18 vols., Lisboa, Editorial Verbo, 1977-2010.

SILVA, Antonio Moraes, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Sexta Edição, Melhorada, e muito acrescentada, Tomo II, Lisboa, Typographia de Antonio José da Rocha, 1858.

SILVA, Antonio Moares e, *Diccionario da Lingua Portuguesa recopilado de todos os impressos até ao presente por...*, Tomo II, Lisboa, na Typographia de M. P. Lacerda, Ano de 1823.

SILVA, Antonio de Moraes, VELHO, Theotonio José de Oliveira, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, 4ª edição, posta em ordem, correcta e enriquecida, s.l., s.n (Lisboa, Imp. Regia), 1831, Tomo II.

SILVA, Innocencio, *Diccionario Bibliographico Portuguez: Estudos ... Applicaveis a Portugal e ao Brasil*, 23vols, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1923.

SOARES, Ernesto, *Dicionário de Iconografia Portuguesa (Retratos de Portugueses e de Estrangeiros em relações com Portugal)*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1954.

VITERBO, Sousa, *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1922.

VITERBO, Sousa, *Notícia de alguns pintores portugueses e de outros que, sendo estrangeiros, exerceram a sua arte em Portugal*, Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1903 (<http://purl.pt/6364>).

2. Estudos

AFONSO, Luís Urbano, *Convento de S. Francisco de Leiria: Estudo Monográfico*, Lisboa, 2003.

ANACLETO, Maria Regina Dias Baptista Teixeira, *Arquitectura Neomedieval Portuguesa, 1780-1924*, Vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

Anais do Município de Coimbra 1840-1869, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1972-1973.

ALBUQUERQUE, Martim de, *A Torre do Tombo e os seus tesouros*. Lisboa, Inapa, 1990.

ALDEMIRA, Luís Varela, *Um ano trágico: Lisboa em 1836: A propósito do centenário da Academia de Belas Artes. Impressões. Comentários. Documentos*, Lisboa, La Bécarré, 1937.

ALMEIDA, António Manuel Passos, “Contributos ao Estudo da Museologia Portuense no Século XIX, O Museu do Coleccionador João Allen e o Museu Municipal do Porto”, in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Porto 2006-2007, I Série vol. V-VI, pp.31-55.

ALMEIDA, António Manuel Passos, *Museu Municipal do Porto: Das Origens à sua Extinção (1836-1940)*, Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Museologia – Via Mestrado, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Texto policopiado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Janeiro 2008.

ALVES, Alice Nogueira, “Inventariar para Salvar Mousinho de Albuquerque e a Comissão Incumbida de examinar os Edifícios dos Conventos Suprimidos (1836)”, in *Artis Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, Nº6 (2007), pp.249-267.

ALVES, Alice, “O Restauro de Pintura na Academia de Belas-Artes de Lisboa – A contribuição de António Manuel da Fonseca”, *Arte teoria*. - Lisboa, 2000-. - Nº 16-17 (2013/14), p. 97-105.

<http://hdl.handle.net/10451/18358> (consultado pela última vez em 22-04-2016).
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/18358/2/ULFBA_ArteTeoria_16-17_AliceAlves.pdf

ALVES, Alice Nogueira, *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no século XIX*, Tese Doutoramento em História, especialidade de Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009.

ALVES, José da Felicidade, *O Mosteiro dos Jerónimos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989-1993. 3 vols.: 1.º *Descrição e evocação*; 2.º: *Das origens à actualidade*; 3.º *Para um inventário do recheio do Mosteiro de St.ª Maria de Belém*. (Colecção da Cidade de Lisboa; 7, 16, 22).

ALVES, Luísa Maria, “Do Empirismo à Ciência. Um Olhar sobre o Percurso da Conservação em Portugal do Século XIX à Actualidade”, in *Conservação & Restauro*, Cadernos, ano 4, nº3, Instituto Português de Conservação e Restauro, s.l., 2005, pp.12-21.

ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, M^a Dolores (Dir.), ALZAGA RUIZ, Amaya (Coord.), *Colecciones, Expolio, Museos y Mercado Artístico en España en los siglos XVIII y XIX*, Madrid, Editorial Universitaria Ramón Areces, 2011.

ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES , María Dolores, “Coleccionismo, museos y mercado artístico, un debate actual”, in ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES , M^a Dolores (Dir.), ALZAGA RUIZ, Amaya (Coord.), *Colecciones, Expolio, Museos y Mercado Artístico en España en los siglos XVIII y XIX*, Madrid, Editorial Universitaria Ramón Areces, 2011, pp.13-40.

ARAÚJO, Agostinho, *Olhar o Património do Porto: uma empresa liberal*, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7434.pdf> (consultado pela última vez em 9-10-2015).

ARAÚJO, Agostinho, “Os Restauros de Painéis e a actividade de alguns pintores italianos em Portugal (C.A. 1710-1860), in *Nel mezzo del cammin* Actas das Jornadas de Estudos Italianos em honra de Giuseppe Mea, s.l., s.d., (pp.11-63), disponível em <http://hdl.handle.net/10216/55096> .

BALSALOBRE GARCÍA, Juana María, “Comisión de monumentos, Alicante, desamortización y tempo de colecciones” in ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, M^a Dolores (Dir.), ALZAGA RUIZ, Amaya (Coord.), *Colecciones, Expolio, Museos y Mercado*

Artístico en España en los siglos XVIII y XIX, Madrid, Editorial Universitaria Ramón Areces, 2011, pp.145-166.

BARATA, Paulo J. S., *Os livros e o Liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública, uma alteração de paradigma.*, BN, Lisboa, 2003

BARATA, Paulo, J.S., “As bibliotecas no liberalismo: definição de uma política cultural de regime”, in *Análise Social*, vol. XL (174), 2005, 37-63 <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218708931C8fGE6bl6Aw81OU1.pdf> (consultado pela última vez em 25-07-2016).

BARATA, Paulo, “As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer”, in *Lusitania Sacra*. 24 (Julho-Dezembro 2011) 125-152, http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/7996/1/LS_024_PJSBarata.pdf (consultado pela última vez em 25-07-2016).

BARROS, Carlos Vitorino da Silva, *O Vitral em Portugal. Séculos XV e XVI. Corpus Vitrearum Portugal I*, Lisboa, Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1983.

BORGES, Artur Goulart de Melo, “Dispersão do Património Artístico Conventual Eborense”, in *Eborensia*, Ano XVII (2004) nº33, pp.133-144.

BRIGOLA, João Carlos Pires, *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BRIGOLA, João Carlos Pires, “Frei Manuel do Cenáculo : O Coleccionador Compósito”, in *ARTIS*, Revista de História da Arte e Ciências do Património, nº2 (2014), pp.33-37.

CABELLO CARRO, Paz, “El patrimonio como Bien Público en el siglo XVIII y XIX. Una sistematización de la historia de su protección”, in *ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES* , Ma Dolores (Dir.), ALZAGA RUIZ, Amaya (Coord.), Colecciones, Expolio, Museos y Mercado Artístico en España en los siglos XVIII y XIX, Madrid, Editorial Universitaria Ramón Areces, 2011, pp.97-122.

CAETANO, Joaquim, *Los restos de la humanidad – Cenáculo y la arqueología*, 2008, disponível em <https://joaquimcaetano.wordpress.com/amor-fama-e-virtude/los-restos-de-la-humanidad-%e2%80%93-cenaculo-y-la-arqueologia/> .

CAILLET, Maurice, *L'inspection générale des bibliothèques*, <http://bbf.enssib.fr/consulter/bbf-1970-12-0597-001> (consultado em 06-04-2016).

CAL, Rosa, “La recuperación de los monumentos históricos para acrescentar el turismo” (*in Historia y Comunicación Social*, Vol.8 (2003), pp.7-19. (<http://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/view/HICS0303110007A/19311>) consultado pela última vez em 25-05-2016).

CALADO, Margarida, *O Convento de S. Francisco da Cidade*, Univ. de Lisboa, Fac. Belas-Artes, 2000.

CALMON, Pedro, *O Rei Cavaleiro A Vida de D. Pedro I*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

CHAVES, Castelo Branco, *Os livros de viagem em Portugal e a sua projecção europeia*, 2.^a ed., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CHOAY, Françoise, *As questões do património. Antologia para um combate*, trad. Luís Filipe Sarmiento, Lisboa, Edições 70, col. Arte & Comunicação, 70, 2011 (ed. orig. 2009).

CHOAY, Françoise, *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitectura e do urbanismo*, trad. Tiago Marques, rev. Sandra Lopes, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007 (ed. orig. rev. e corrig. 1998).

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, (trad. Teresa Castro, rev. Pedro Bernardo), Lisboa, Edições 70, 2006 (ed. orig. rev. e corrig. 1999).

CORTEZ, Fernando Russel, *A Academia Real de Belas-Artes e a protecção do património artístico, seu resultado na criação de museus portugueses*, *Separata Revista Belas-Artes* 4-6, Lisboa, 1984, pp.79-95.

COSTA, Sérgio Corrêa da; ARANHA, Oswaldo pref., *As quatro Corôas de D. Pedro I* São Paulo, Civilização Brasileira, 1941.

CRUZ, António João, “Em busca da imagem original: Luciano Freire e a teoria e a prática do restauro de pintura em Portugal cerca de 1900”, *in Conservar Património*, N°5 (2007).

CUNHA E FREITAS, Eugénio de Andrea da, “As Religiosas do Convento de S. José das Carmelitas descalças em 1833”, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XVI, N.ºs 1-2 (Janeiro/Fevereiro 1997), pp.16-21.

CUSTÓDIO, Jorge Manuel Raimundo, “*Renascença*” artística e práticas de conservação e restauro arquitectónico em Portugal, durante a I República – Fundamentos e antecedentes, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.

CUSTÓDIO, Jorge, “Salvaguada do património Antecedentes históricos. De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”, in M. E. L. Coelho, *Dar futuro ao passado*, Lisboa, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, 1993, pp. 33-71.

DESWARTE-ROSA, Sylvie, “Athanasie Raczyński au Portugal 1842-1848”, in *Artis* (S1) N.º9-10 (2010-2011), pp.19-92.

D. Pedro d’Alcântara de Bragança 1798-1834, Catálogo da Exposição, Paço Imperial, Rio de Janeiro, Abril de 1987.

ENES, Maria Fernandes “A vida conventual nos Açores – Regalismo e Secularização”, in *Lusitana Sacra*, Revista do Centro de Estudos de História Religiosa Universidade Católica Portuguesa, *Sentimento, religião e política na época moderna*, 2ª série, Tomo XI (1999), pp.323-352.

ESPANCA, Túlio, As antigas colecções de pintura da livraria de frei Manuel do Cenáculo”, in *A Cidade de Évora*, 6.º, 1948.

ESPANCA, Túlio. “As antigas Colecções de Pintura da Livraria de D. Frei Manuel do Cenáculo e dos Extintos Conventos de Évora”, *Cadernos de História e Arte Eborense*, VII, Évora, Edições Nazareth, 1949.

ESPANCA, Túlio, “Breve notícia relativa ao demolido Convento de São Domingos”, in *A Cidade de Évora*, 35-36 (Jan-Dez 1954) pp.152-159.

ESPANCA, Túlio, *Cadernos de história e arte eborense*, Évora, Nazareth, 1944.

ESPANCA, Túlio, “Notícias Históricas do Mosteiro de São Domingos”, in *A Cidade de Évora*, 48-50 (Jan-Dez 1965-1967), pp.103-208.

FARIA, Alberto Cláudio Rodrigues, *A Colecção de Desenho Antigo da Faculdade de Belas-Artes de Lisboa (1830-1935): tradição, formação e gosto*, Vol.III (Elementos biográficos dos artistas da Colecção), Dissertação de mestrado em Museologia e Museografia, Lisboa, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2008.

FERREIRA, António Matos, “Liberalismo” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, P-V, Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.

FERREIRA, Emília, “Expor para salvar: a importância da Exposição de Arte Ornamental para a história do restauro e da conservação do património móvel em Portugal”, in *40 Anos do Instituto José de Figueiredo*, Ed. R. F. Silva, A. Pais, Instituto Português da Conservação e Restauro, Lisboa, 2007, pp.41-55.

FERREIRA, Maria Emília de Oliveira, *História dos Museus Públicos de Arte no Portugal de Oitocentos: 1833-1834*, Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2001.

FERREIRA, Sílvia, “A Extinção das Ordens Religiosas em 1834 e o seu Impacte na Obra de Talha de Lisboa” in *Actas do Colóquio Lisboa e as Ordens Religiosas*, Lisboa, 2010, pp.73-88.

FERREIRA, Sílvia M. C. N. A. S., “A Retabulística Barroca de Lisboa entre o Liberalismo e a Actualidade. Mecanismos de alienação e de conservação de um património. O papel do Museu Nacional de Arte Antiga, In *O Retábulo no Espaço Ibero-americano. Forma, Função e Iconografia*, GLÓRIA, Ana Celeste (Coord.), ed. Instituto de História de Arte da FCSH/Universidade NOVA de Lisboa, Vol. 2, 247 - 261., Lisboa: Instituto de História de Arte da FCSH/Universidade NOVA de Lisboa, 2016. (<http://hdl.handle.net/10362/16423>)

FRANÇA, José-Augusto, *A arte em Portugal no séc. XIX*, vol. I, ed. rev., corrigida e ampliada, Lisboa, Bertrand, 1981.

FRANÇA, José Augusto, “Garrett e a História da Arte” in *Garrett à Portas do Milénio*, coord. Comissão Executiva dos “Seminários Garrett”, Edições Colibri, Lisboa, 2000, pp. 137-145.

FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2 vol, 3.^a edição, Bertrand Editora, Lisboa, 1990.

FRANÇA, José-Augusto, *O Romantismo em Portugal : Estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983 (e edçs.1993, 1999).

FUMAROLI, Marc, “The Birth of the Modern Museum” in *Masterworks from the Musée des Beaux-Art*, New York, The Metropolitan Museum of Art, 1992, pp.1-30.

GAMBONI, Dario, *La Destrucción del Arte : Iconoclasia y Vandalismo desde la Revolución Francesa* (Trad. María Condor), Madrid, Cátedra, 2014.

GARCIA, Maria Madalena, MARTINS, Lúcia de Azevedo (org.), *Inventário do Arquivo Histórico da Biblioteca Nacional : 1796-1950*, Lisboa, BN, 1996 (<http://purl.pt/26232>).

GARRADAS, Cláudia, *A Coleção de Arte da Faculdade de Belas Artes do Porto: Gênese e História de uma Coleção Universitária*, Vol. I, Dissertação de Mestrado em Estudos Artísticos, Especialização em Estudo Museológicos e Curadoriais, Faculdade de Belas Artes Universidade do Porto, Porto, 2008.

Garrett e as artes. Actas do ciclo de conferências, Centro de História da Arte Universidade de Évora, 2002.

GARWOOD, Christine, *Museums in Britain : A History*, s.l., Shire Publications, 2014.

GRANCHO, Nuno, O Convento de Nossa Senhora dos Remédios, da Ordem de S. Paulo, em Elvas: diálogos fragmentados, in *Elvas Caia: Revista Internacional de Cultura e Ciência*, nº7 (2009), Edições Colibri/Câmara Municipal de Elvas, pp. 61-86.

GRANCHO, Nuno Alexandre Cruz Santos Grancho, *A extinção dos conventos na antiga diocese elvense: o exemplo histórico-artístico de S. Domingos de Elvas*, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, 2010. (<http://hdl.handle.net/10451/4577>)

GRANCHO, Nuno, “A prata elvense nas contribuições de 1807-1808 e 1834” in *Revista de Artes Decorativas*, 5 (2011), pp. 107-132.

GRANCHO, Nuno Cruz, O antigo Paço Episcopal de Elvas: As Artes Decorativas e o seu percurso, in *ARTisON*, nº1 (2015), pp.142-160 <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/21> (consultado pela última vez em 15-08-2016).

GRAU LOBO, Luis, “Gestación, alumbramiento y terca adolescência de un museo de provincias: tres historias ejemplares” in ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES (Dir.), M^a Dolores, ALZAGA RUIZ, Amaya (Coord.), *Colecciones, Expolio, Museos y Mercado Artístico en España en los siglos XVIII y XIX*, Madrid, Editorial Universitaria Ramón Areces, 2011, pp.167-184.

HEARDER, H., *Europe in the Nineteenth Century : 1830-1880*, London, Longmans, Green and Co Ltd (Butler and Tanner Ltd, Frome and London), 1966.

João Baptista Ribeiro, uma figura do Porto Liberal no Bicentenário do seu nascimento, Exposição, Museu Nacional Soares dos Reis, Universidade de Porto, Fundação Gomes Teixeira, Nov.1990-Janeiro 1991.

LARACCA, I.M., *Il patrimonio degli ordini religiosi in Italia : soppressione e incameramento dei loro beni, 1848-1873*, Tipografia G. Zampetti, Velletri, 1936.

LE GOFF, Jacques, *Histoire et mémoire*, Paris, Editions Gallimard, 1988.

LIMA, H.C. Ferreira, “Alguns documentos relativos às belas-artes plásticas em Portugal” in *Museu*, vol. IV, n^o9.

LIMA, Henrique de Campos Ferreira, “João António Gomes, Pintor-Restaurador.” in *Portucale*, n^o82 (Julho 1941), pp. 134-142.

LIMA, Henrique Ferreira, *António Manuel da Fonseca, Litógrafo*, Separata da revista *MVSEU*, vol.III, Círculo Dr. José de Figueiredo, Porto, 1944.

LIMA, Maria Madalena Gonçalves da Costa, *Conceitos e atitudes de intervenção arquitectónica em Portugal (1755-1834)*, Tese de doutoramento em História, Especialidade em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2013.

LIMA, Madalena da Costa, “A evolução da sensibilidade patrimonial entre os relatos do terramoto e a reforma das ordens regulares”, in *Actas do simpósio Património em construção. Contextos para a sua salvaguarda*, Lisboa, LNEC, 2011, pp. 199-206.

LIMA, Madalena Costa, “Estética e memória nos testemunhos do jovem Garrett” in RODRIGUES, José Delgado (ed.), *De Vilollet-le-Duc à Carta de Veneza Teoria e prática do restauro no espaço ibero-americano*, Livro de Atas. Lisboa, LNEC, 2014, pp.17-22.

LISBOA, Maria Helena, *As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)*, Lisboa, Edições Colibri, IHA – Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais de Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Coleção Teses, 2007.

LIVESEY, James, *Making Democracy in the French Revolution*, USA, Harvard University Press, 2001.

LOPES, Fernando Félix, *Colectânea de estudos de História e Literatura*. Lisboa, Academia Portuguesa da História. 2 vols: 1.º: *Fontes Históricas e bibliografia franciscana portuguesa*; 2.º *A Ordem Franciscana na história e cultura portuguesa*. 1997.

LOPES, Fernando Félix, “Lembranças avulsas da livraria do Convento de S. Francisco de Xabregas”, in *Colectânea de estudos de História e Literatura*, Lisboa, Academia Portuguesa da História. Vol.1, pp.317-369.

MACEDO, Diogo de, *Académicos e Românticos : A Fundação*, 1ª Série, Coleção “Museum”, Nº7, Lisboa, Bertrand, Edição do Museu Nacional de Arte Contemporânea, 1950.

MAIA, Maria Helena, *Património e restauro em Portugal (1825-1880)*, Lisboa, Edições Colibri, IHA – Estudos de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Coleção Teses, 2007.

MARTÍNEZ LOMBÓ, Enrique, “Arte ¿Para Todos? La creación de los Museos Provinciales en el siglo XIX: ideología, intereses y logros”, in *Congreso Internacional Imagen Apariencia*, 2008 (disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2933174>). (consultado pela última vez em 6-04-2015).

MARTÍNEZ PINO, Joaquín, “Las Comisiones de Monumentos a partir del Reglamento de 1865. La provincial de Murcia”, in ANTIGÜEDAD DEL CASTILLO-OLIVARES, M^a Dolores (Dir.), ALZAGA RUIZ, Amaya (Coord.), *Colecciones, Expolio, Museos y Mercado Artístico en España en los siglos XVIII y XIX*, Madrid, Editorial Universitaria Ramón Areces, 2011, pp.209-233.

MARTÍNEZ JUSTICIA, M.^a José, *Historia y Teoría de la Conservación y Restauración Artística*, Madrid, Tecnos, 2.^a ed., 2001.

MARTINS, Ana Cristina, *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na Senda da Salvaguarda Patrimonial. Cem Anos de Transformação (1863-1963)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Exemplar policopiado, Lisboa, 2005.

MARTINS, Ana Cristina N., “Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo)” – 1.^a parte, in *Estudos Património*, n.º 5 (2003), pp. 33-50.

MARTINS, Ana Cristina N., “Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo)” – 2.^a e última parte”, in *Estudos Património*, n.º 6 (2004), pp. 109-125.

MARTINS; Ana Cristina, “A Sociedade Archeologica Lusitana no contexto da arqueologia de oitocentos”, in *Setúbal Arqueológica*, Vol. 15, 2014, p. 203-216, disponível em http://maeds.amrs.pt/informacao/setubalarqueologica/setubalarqueologia15/8_%20Ana%20Cristina.pdf. (consultado pela última vez em 17-05-2015).

MATTA, José Caeiro da, *Condição legal das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal desde 1834*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1905.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli, *Política e Cultura no Governo de D. João VI (1792-1821)*, Tese de Doutoramento, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013, disponível em http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281086/1/Meirelles%2c%20Juliana%20Gesuelli_D.pdf (consultado pela última vez em 25-07-2016).

MENDES, J. Amado, *Museus e Educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

MENDONÇA, Ricardo J.R., *O coleccionismo de escultura na Academia de Belas-Artes de Lisboa*, disponível em http://www.academia.edu/8490889/The_collection_of_sculpture_of_the_Lisbon_Fine_Arts_Academy (consultado pela última vez em 17-08-2016).

MENDONÇA, Ricardo J. R., *Os depósitos de escultura do Ministério das Obras Públicas*, disponível em

http://www.academia.edu/8490799/The_sculpture_warehouses_from_the_Ministry_for_Public_Works (consultado pela última vez em 17-08-2016).

MERRYMAN, John Henry (ed. e introd.), *Imperialism, Art and Restitution*, New York, Cambridge University Press, 2006.

MILES, Margaret M., *Art as Plunder : The Ancient Origins of Debate about Cultural Property*, New York, Cambridge University Press, 2008.

MONTEIRO, Patrícia Alexandra Rodrigues, *Noções de “património” na correspondência de D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814)*, policopiado, trabalho do Seminário de Ciência e Consciência do Património do Curso de doutoramento em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

MÓNICA, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

Monumentos e edifícios notáveis do distrito de Lisboa, vol. V, t. 1, Lisboa, Junta Distrital de Lisboa, 1973.

MOREIRA, Isabel M. Martins, *Museus e monumentos em Portugal. 1772-1974*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989.

MOURA, Maria Helena Castel-Branco Lisboa Barata, *As Academias e Escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico, 1836-1910*. Tese de Doutoramento da faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Vol. I, Lisboa, 2005.

MOURATO, António, *João Baptista Ribeiro na coleção de pintura da Real Companhia Velha* <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade/revista-populacao-e-sociedade-no-16/joao-baptista-ribeiro-na-colecao-de-pintura-da-real-companhia-velha/joao-baptista-ribeiro-na-colecao-de-pintura-da-real-companhia-velha> .

MOURATO, António Manuel Vilarinho Araújo, *João Baptista Ribeiro: 1790-1868*, Tese de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

MOURATO, António, *João Baptista Ribeiro: 1790-1868*, Porto, Afrontamento, 2010.

NEMÉSIO, Vitorino, *A Mocidade de Herculano até à volta do Exílio (1810-1832)*, 1934.

NETO, Maria João, “A propósito da *descoberta* dos Painéis de São Vicente de Fora. Contributo para o estudo e salvaguarda da *pintura gothica* em Portugal”, in *Artis – Revista do IHA da FLUL*, nº2 (2003), Lisboa, pp.219-260.

NETO, Maria João Baptista, “A ocupação dos conventos durante as invasões: destruição e pilhagem de obras de arte”, in *Um general que chega, um príncipe que parte, um país que resiste. Portugal 1807-1808. Actas do X Curso de Verão da Ericeira*, Ericeira, Mar de Letras, col. Traços da História, 2008.

NETO, Maria João Baptista, “Coleccionadores e Connaisseurs de obras de arte: Francis Cook (1817-1901) e Jonh Charles Robinson (1824-1913) em Portugal, in *Artis – Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, N.º6 (2007), pp.403-442.

NETO, Maria João Baptista, *Do registo à difusão das formas. O mosteiro da Batalha no quadro do revivalismo gótico europeu através da obra de James Murphy (1792-95)*, policopiado, sumário da Lição de Síntese das provas de habilitação ao título de Professor Agregado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007.

NETO, Maria João Baptista, “Uma cultura de restauro Iluminista: a acção do bispo do Algarve Dom Francisco Gomes do Avelar”, in *Espírito e poder. A cidade nos tempos da modernidade*, catálogo da exposição, Tavira, Museu da Cidade – Palácio da Galeria, Março de 2004, Tavira, 2006, pp. 122-131.

NETO, Maria João Baptista, *Memória, propaganda e poder – o restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, FAUP Publicações, 2001.

NETO, Maria João Baptista, *James Murphy e o restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

NETO, Maria João Baptista, *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a intervenção no património arquitectónico em Portugal (1929-1960)*, 3 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1995.

NETO, Maria João Baptista, “Os restauros da Catedral de Lisboa à luz da mentalidade do tempo”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [s.d.], pp. 131-141.

NETO, Maria João Baptista, “Secularização e memória. O claustro nos séculos XIX e XX” in *Mosteiro dos Jerónimos: a intervenção de conservação do claustro*, Lisboa, IPPAR/WMF, 2006.

NETO, Maria João, ALVES, Alice, SOARES, Clara, “A Custódia de Belém: um símbolo nacional entre o Liberalismo e o Estado Novo”, in *A Custódia de Belém - 500 anos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2010, pp.161-181.

NETO, Maria João, SOARES, Clara Moura, “O Mosteiro dos Jerónimos e a recuperação de um espírito quinhentista no século XIX”, in *O Largo Tempo do Renascimento. Arte, propaganda e poder*, Casal da Cambra, Caleidoscópio, 2008, pp. 535-562.

NETO, Vítor, “O Estado e a Igreja”, in *História de Portugal*, MATTOSO, José (dir.), 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.265-283.

NORTON, Luiz, *A Corte de Portugal no Brasil. Notas, documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina*, 2ª edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, [19--].

OLIVEIRA, Francisco Xavier de Ataíde, *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar Arce-Bispo do Algarve*, Porto, Typographia Universal (a Vapor), 1902.

PACHECO, Elsa, *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, GEDES, 2004 (Dissertação de doutoramento em Geografia). <http://hdl.handle.net/10216/7019>, (consultado pela última vez em 30-03-2016).

PALOUZIÉ, Hélène, “La protection Monument historique: connaissance et reconnaissance des collections de l’Université de Montpellier”, in *Situ Revue des Patrimoines*, 17, 2011, disponível em <https://insitu.revues.org/940> (consultado pela última vez em 24-03-2016).

PANOFSKY, Erwin, *Renascimento e renascimentos na arte ocidental*, Lisboa, Presença, 1981.

PAQUIER, Serge, WILLIOT, Jean-Pierre, *L’industrie du gaz en Europe aux XIXe et XXe siècles: l’innovation entre marchés privés et collectivités publiques*, Peter Lang, 2005.

PEREIRA, Ângelo, *D. João VI Príncipe e Rei*, Vols. III e IV, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1957.

PEREIRA, Fernando Jasmins, *Destruição dos patrimónios eclesiais. O caso das ordens religiosas.*, Separata do *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. II, Lisboa, 1983.

PEREIRA, Gabriel, *Estudos eborenses. Historia, arte, archeologia*, Évora, Minerva Eborensis, 1886.

PEREIRA, José Esteves, “Ribeiro dos Santos, Cenáculo e a criação da Real Biblioteca Pública”, in *Simpósio: Frei Manuel do Cenáculo construtor de bibliotecas*, 2005, disponível em http://www.evora.net/bpe/2005Bicentenario/dias/01_Mar05/Simposio/SIMPOS (consultado pela última vez em 30-04-2014).

PEREIRA, José Fernandes, “O Neoclássico”, in *História da Arte Portuguesa*, PEREIRA, Paulo (dir.), s.l., Círculo de Leitores, 1995.

PEREIRA, Luís Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, Of. Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927.

PIMENTEL, Alberto, *A Corte de D. Pedro IV*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira Lda, 1972.

PIMENTEL, António Filipe, *João Baptista Ribeiro e os retratos régios da Sala dos Capelos*, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1986.

PINHEIRO, Magda de Avelar, “Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX”, *Análise Social*, vol. XV (58), 1979-2.º, pp.265-286.

POULOT, Dominique, “Le ministre de l’intérieur : la fondation des musées de province” in PERONNET, Michel, *Jean-Antoine Chaptal (1756-1832)*. Actes du congrès national des sociétés savantes de Montpellier, faculté de médecine, 1985. Montpellier, 1986, pp.162-176.

POULOT, Dominique. *Patrimoine et musées. L’institution de la culture*. Paris: Hachette, 2001.

“Portugal e a Instauração do Liberalismo”, *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel, MARQUES, A.H. Oliveira, Vol. IX, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

Portugal e o Reino Unido. A Aliança revisitada, DELAFORCE, Angela (coord.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

PROTÁSIO, Daniel Estudante, “Francisco Adolfo de Varnhagen e algumas linhas de força da historiografia portuguesa do seu tempo (1839-1841)” in *História da Historiografia* nº 14, abril

2014, pp.27-43. p. 27-43, disponível em <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/669> <http://dx.doi.org/10.15848/hh.v0i14.669> , (consultado pela última vez em 9-04-2016).

QUÉNIART, Jean, “Réguliers, séculiers” in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “A Revolução Francesa assimilada e sofrida pelos portugueses: registos e comentários”, Sep. *Revista de História*, vol. XI, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1991.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “No II Centenário do Nascimento de D. Pedro IV (1798-1998) O carácter emblemático do Cerco do Porto e do seu Monarca”, in *O Tripeiro*, 7ª Série, Ano XVII, Nº4 (Abril 1998), pp. 98-105.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Portugal e a Revolução Francesa: 1777-1834”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. VII (1990), Porto, pp. 155-218.

RAMOS, Luís A. Oliveira, *O Porto e as Origens do Liberalismo*, Publicações da Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, Porto, Janeiro de 1980.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, *Da Ilustração ao Liberalismo*, Porto, Lello & Irmão, 1979.

RAMOS, Luís A. de Oliveira, “Para a História Social e Cultural (fins do século XVIII – princípios do século XIX)”, Sep. *Bracara Augusta*, t. 31, fasc. 71-72 (83-84), Braga, 1977.

REDOL, Pedro, “Os Vitrais da Capela-Mor do Mosteiro da Batalha: 1.ª parte” in *Cadernos de Estudos Leirienses* 1 (Maio 2014), pp.159-168.

REDOL, Pedro, “Os Vitrais da Capela-Mor do Mosteiro da Batalha: 2.ª parte” in *Cadernos de Estudos Leirienses* 2 (Agosto 2014), pp.107-120.

REDOL, Pedro, “O Vitral em Portugal nos Séculos XV e XVI. Contributos para o seu Estudo” in *O Vitral : História, Conservação e Restauro*, Encontro Internacional Mosteiro da Batalha, 27-29 de Abril de 1995, Lisboa, MC- IPPAR, 2000, pp.12-43.

REDOL, Redro, Lourenço da Silva, *Os Vitrais dos séculos XV e XVI do Mosteiro de Santa Maria : Estudo sobre o seu significado cultural e artístico e sobre a sua conservação*, 3 vols.,

policopiado, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.

REDOL, Pedro (coord.), SERUYA, Ana Isabel, PEREIRA, Mário (dir), *Pintura da Charola de Tomar*, Lisboa, Instituto Português da Conservação e Restauro, 2004.

RIBEIRO, José Silvestre Ribeiro, *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas...* (Tomo XIX da *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal*, organizado e antiloquiado por Alvaro Néves), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1914.

RIBEIRO, José Silvestre, *Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarchia*, toms. 1-8, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871-1879.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “A restauração da Carta Constitucional: cabralismo e anticabralismo”, in *História de Portugal*, MATTOSO, José (dir), 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.107-119.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, “A Regeneração e o seu significado”, in *História de Portugal*, MATTOSO, José (dir.), 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.121-129.

RODRIGUES, Paulo Simões, "O Conde Athanasius Raczyński e a Historiografia da Arte em Portugal", in *Revista de História da Arte*, n.º 8 (2011), pp. 264-275 (<http://hdl.handle.net/10362/16710>) (consultado pela última vez em 25-07-2016)

RODRIGUES, Paulo Simões, “Da História da Conservação e do Restauro: das origens ao Portugal oitocentista”, in *40 anos do Instituto José de Figueiredo*, (Ed. R. F. da Silva, A. Pais,) Lisboa, Instituto Português de Conservação e Restauro, Lisboa, 2007.

RODRIGUES, Paulo Simões, “Da Viagem do Olhar à Viagem das Formas. Percursos da Identidade Artística Portuguesa no Século XIX” in ACCIAIUOLI, Margarida, Rodrigues, Ana Duarte, *Arte & Viagem*, Lisboa, Instituto de História da Arte. Estudos de Arte Contemporânea, 2012, p. 447-472 (<http://hdl.handle.net/10174/7787>) (consultado pela última vez em 12-09-2016)

RODRIGUES, Paulo Simões, “O Paradigma da Reconstituição – a prática do restauro no séc.XIX”, *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v.2, n.3 (Ago.-Nov.2010), disponível em www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede (consultado em 24-06-2016).

RODRIGUES, Paulo Alexandre Simões, *Património, Identidade e História. O valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos*, Lisboa, dissertação de mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

RODRIGUES, Rute Andreia Massano, *O Convento de Nossa Senhora dos Mártires e da Conceição de Sacavém – entre a secularização e as propostas de reutilização cultural*, Tese de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

RODRIGUES, Rute Massano, "'Pitoresco e romantico': premissas para a conservação do sítio da Arrábida, segundo António Nunes de Carvalho, responsável do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos.", *ARTis ON*, 1 (2015), pp. 223-230, disponível em <http://artison.letras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/29> (consultado pela última vez em 7-08-2016).

RODRIGUES, Rute Massano, SOARES, Clara Moura, "O acervo de pintura da Biblioteca Nacional: problemas com a sua conservação no convento de São Francisco da Cidade (1834-1969)", *Cadernos de História da Arte*, 2 (2014), pp. 132-154, disponível em <http://cad.letras.ulisboa.pt/index.php/Cadharte/article/view/68> (consultado pela última vez em 30-05-2016).

Romantismo: figuras e factos da época de D. Fernando II, comunicações apresentadas ao II Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1988.

Romantismo: imagens de Portugal na Europa romântica, comunicações apresentadas ao III Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1998.

Romantismo: da mentalidade à criação artística, comunicações apresentadas ao I Congresso Internacional de Sintra sobre o Romantismo, Sintra, Instituto de Sintra, 1986.

ROQUE, Maria Isabel, *Museologia oitocentista do Património Religioso em Portugal*, in *Idearte- Revista de Teorias e Ciências da Arte*, vol.6 (Novembro 2010).

ROQUE, Maria Isabel, *O Sagrado no Museu. Musealização de objectos do culto católico em contexto português*, Lisboa, Universidade Católica, 2011.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, *Monumentos Pátrios: A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso, VASCONCELOS, Filomena, “«Monumentos pátrios»: entrevista com Lúcia Rosas”, in *Via Panorâmica. Revista de Estudos Anglo-Americanos*, 1 (2004), Departamento de Estudos Anglo-Americanos da Faculdade de Letras do Porto, pp. 211-224.

ROTH, Ralf, DINHOBL, Günter, *Across the Borders: Financing the World's Railways in the Nineteenth and Twentieth Centuries*, Ashgate Publishing, Ltd., 2008.

SANTOS, Elviro dos (Monsenhor), *As Artes Portuguesas no século XIX ou breves considerações sobre o seu estado causas e remedios do mesmo*, Braga, Typographia Lusitana, 1882.

SANTOS, Eugénio dos, *D. Pedro IV, Liberdade, Paixões, Honra*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

SANTOS, Maria de Lourdes Costa Lima dos, *Intelectuais portugueses na primeira metade de Oitocentos*, Lisboa, Presença, 1988.

SANTOS, Paula Mesquita, “Colecções Monásticas de Pintura no Museu Soares dos Reis”, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XVI, Nº3 (Março 1997), pp.86-91.

SANTOS, Paula Mesquita, “Colecções Monásticas de Pintura no Museu Soares dos Reis, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XVI, Nºs9-10 (Setembro/Outubro 1997), pp.285-295.

SANTOS, Paula Mesquita, “Colecções Monásticas de Pintura...”, in *O Tripeiro*, Associação Comercial do Porto, 7ª série, Ano XVI, nºs 4-5 (Abril/Maio de 1997), pp.123-125.

SANTOS, Paula Mesquita, “Colecções Monásticas de Pintura no Museu Soares dos Reis”, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XVII, Nº1 (Janeiro 1998), pp.12-21.

SANTOS, Paula Mesquita, *João Allen 1781-1848, Coleccionador e Fundador de um Museu*, Tese de Mestrado Museologia e Património, Universidade Nova de Lisboa, 1996, 2 vols. texto policopiado.

SANTOS, Paula Mesquita, “Museu Nacional de Soares dos Reis: um contributo para o estudo da museologia portuguesa.”, in *Revista Museu*. IV Série, 3 (1995) pp. 21-58.

SAX, J., “Heritage Preservation as a Public Duty: The Abbé Grégoire and the Origins of the Idea”, in *Michigan Law Review* 88, 5 (1990), pp.1142-1169.

SCHILDGEN, Brenda Deen, *Heritage or Heresy : Preservation and Destruction of Religious Art and Architecture in Europe*, New York, Palgrave Macmillan, 2008.

SEABRA, José Alberto, “‘A recolha devia fazer-se estugadamente e por completo’. Patrimónios em trânsito: extinguir conventos e criar museus” in J. Custódio, *100 anos de património. Memória e identidade. Portugal, 1910-2010*. Lisboa, IGESPAR, 2010, pp. 35-39.

SEABRA, José Alberto Carvalho, “Museus” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.); JORGE, Ana Maria [et.al] (coord.), [Lisboa], Círculo de Leitores, 2000, Vol.2, pp.289-292.

SERRÃO, Joel, “Liberalismo”, in *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, Porto, Figueirinhas, 1981, pp. 508-517.

SERRÃO, Vítor, “A ANBA entre a prática das artes e o ensino artístico: um percurso académico de sucesso”, in *Belas Artes da Academia: uma colecção desconhecida: 1836-2016*, Lisboa, 2016.

SERRÃO, Vítor – “As colecções artísticas Sousa e Holstein/ Palmela. Notas sobre um recheio coleccionístico de excepção” in *Uma família de colecionadores: poder e cultura: antiga colecção Palmela*, catálogo da exposição, [Lisboa], Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001, pp.73-91.

SERRÃO, Vítor, “«Renovar», «repintar», «retocar»: estratégias do pintor restaurador em Portugal, do século XVI ao XIX. Razões ideológicas do iconoclasma destruidor e da iconofilia conservadora, ou o conceito de «restauro utilitarista» versus «restauro científico»”, in *Conservar Património*, n.3-4 (2006), Lisboa, Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal, pp. 53-71.

SILVA, António Martins da, “A Desamortização”, in *História de Portugal*, MATTOSO, José (dir.), 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.339-354.

SILVA, António Martins da, *A extinção das Ordens Religiosas, a dispersão do património artístico e o destino dos Colégios Universitários de Coimbra*, Separata das Actas do Colóquio A Universidade e a Arte 1290-1990, Universidade de Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, 1993.

SILVA, António Martins da, “As finanças públicas” in *História de Portugal*, MATTOSO, José (dir.), 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.381-391.

SILVA, António Martins da, “A venda dos bens nacionais: a carta de lei de 15 de Abril de 1835 (I)” in *Revista Portuguesa de História*, tomo XIX, 1981, pp.111-115.

SILVA, António Martins da, “A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo”, in *História de Portugal*, MATTOSO, José (dir.), 5º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.89-105.

SILVA, António Martins da, “D. Pedro e a problemática da responsabilidade e das consequências da extinção das Ordens Religiosas”, in *D. Pedro Imperador do Brasil, Rei de Portugal. Do Absolutismo ao Liberalismo*, Actas do Congresso Internacional (Porto, Nov.1998), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp.41-76.

SILVA, António Martins da, “Extinção das Ordens Religiosas” in AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. JORGE, Ana Maria, Coord., *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol.2, Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.

SILVA, António Martins da, *Nacionalizações e privatizações em Portugal. A desamortização oitocentista*, Coimbra, Minerva, col. Minerva-História, 1997.

SILVA, Luís Cristino da, *A sede da Academia Nacional de Belas-Artes no vetusto edifício do antigo Convento de S. Francisco da Cidade. Estudos e Subsídios diversos*, Lisboa, Direcção Geral dos Assuntos Culturais, 1973.

SILVA, Raquel Henriques da, *Lisboa Romântica. Urbanismo e arquitectura, 1777-1874*, 2 vols., policopiado, dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997.

SILVEIRA, Luís Espinha da, “A venda dos bens nacionais (1834-43): uma primeira abordagem”, in *Análise Social*, n.º 61-62 (1980), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 87-110.

SOARES, Clara Moura, *A extinção das ordens Religiosas em Portugal na implementação do Liberalismo: efeitos sobre o património artístico dos conventos*, Livro de Actas do Congresso *De Viollet-le-Duc à Carta de Veneza Teoria e prática do Restauro no espaço ibero-americano*, Lisboa, LNEC, 2014, pp.9-16.

SOARES, Clara Moura, *As intervenções oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém. O sítio, a história e a prática arquitectónica*, 2 vols., policopiado, tese de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

SOARES, Clara Moura, “D. Pedro I, do Brasil, IV de Portugal – o “gosto do bello” e o incremento das Belas-Artes: traços de um perfil quase desconhecido do Rei-soldado” in *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX: Perfis e Trânsitos*, eds. Maria João Neto, Marize Malta, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2014, pp.-381-398.

SOARES, Clara Moura, “Na origem da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas-Artes de Lisboa: 540 quadros seleccionados do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos”, in *ARTIS*, Revista de História da Arte e Ciências do Património, nº2 (2014), pp.200-201.

SOARES, Clara Moura, *O Restauro do Mosteiro da Batalha. Pedreiras Históricas, Estaleiro de Obras e Mestres Canteiros*, Leiria, Magno Edições, 2001.

SOARES, Clara Moura; NETO, Maria João, *Almeida Garrett : A “Viagem” e o Património*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2015.

SOARES, Clara Moura, NETO, Maria João, RODRIGUES, Rute Massano. 2015. "A constituição dos primeiros museus de arte em Portugal, no século XIX, e a consciência dos princípios de Conservação Preventiva", in *Actas das IX Jornadas de Arte e Ciência UCP/ V Jornadas da ARP. "A prática da conservação preventiva. Homenagem a Luís Elias Casanovas"* (29/30 Novembro 2013), Porto, 2015, pp.299-315, disponível em <http://artes.ucp.pt/citar/pt/node/1326> (consultado pela última vez em 30-05-2016).

SOARES, Clara Moura; RODRIGUES, Rute Massano, "A criação de um Museu Nacional de Belas-Artes no convento de São Francisco. Um desígnio de D. Pedro IV/1834", in *ARTIS*, Revista de História da Arte e Ciências do Património, 1 (2013), pp. 170-171.

SOARES, Clara Moura; RODRIGUES, Rute Massano, "A cultura artística dos Imperadores do Brasil: contextos para a valorização, salvaguarda e difusão do património português" in *Actas do III Colóquio de Estudos sobre a Arte Brasileira do século XIX. Intercâmbios entre Brasil e Portugal*, Rio de Janeiro, 2012, pp. 105-121 (*Oitocentos - Tomo III : Intercâmbios culturais entre Brasil e Portugal*. 2ª. Edição / Arthur Valle, Camila Dazzi, Isabel Portella (organizadores). Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2014, disponível em http://www.dezenovevinte.net/800/tomo3/index_arquivos/Oitocentos%20Tomo%203%20-%202008.pdf .

SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano, "A salvaguarda do património histórico-artístico na regência de D. Pedro IV: a consciência patrimonial no contexto das guerras liberais", in RODRIGUES, José Delgado, PEREIRA, Sílvia Pereira, (ed.), *Actas do Simpósio Património em construção, Contextos para a sua preservação*, Lisboa, LNEC, 25 e 26 de Novembro de 2011, pp.351-358.

SOARES, Clara Moura, RODRIGUES, Rute Massano, "O restauro das pinturas conventuais à guarda da Biblioteca Nacional (1835-1913): Contributos para a história da conservação e restauro" in *ARTisON* N°3 (edição especial no âmbito do Colóquio *O Património Artístico das Ordens Religiosas: entre o Liberalismo e a atualidade*. BNP, Lisboa 20 e 21 de Fevereiro de 2014) (2016), pp.224-235, disponível em <http://artison.lettras.ulisboa.pt/index.php/ao/article/view/78/71> .

SOARES, C.M.; RODRIGUES, R.M.; CRUZ, A.J., RÊGO, C.. 2012. "Historical and material approach to the paintings at the Portugal National Library: contributions to the history of conservation and restoration of easel painting in the 19th century", (*Progress in Cultural Heritage Preservation 4th International Conference, EuroMed 2012*, Limassol, Cyprus International), *Journal of Heritage in the Digital Era*, 1, pp. 283-288.

SOARES, Clara M., RODRIGUES, Rute M., CRUZ, António J., REGO Carla, "Conservação e destruição de pinturas dos conventos extintos em Portugal durante o século XIX", in *ECR-estudos de conservação e restauro*, 4 (2012), pp. 231-248, disponível em http://artes.ucp.pt/citar/ecr/ecr_04/ecr_04.pdf. (consultado pela última vez em 30-05-2016).

SORENSEN, Madeleine Pinault, “Pittoresque”, in *Dictionnaire européen des Lumières*, Paris, Presses Universitaires de France, 1997, pp. 874-875.

SORIANO, Luz, *Historia da Guerra Civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal compreendendo a historia diplomatica militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834*, 19 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1866-1890.

SOROMENHO, Paulo Caratão, “O pintor Lisboeta António Manuel da Fonseca”, in *Olisipo – Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, nº117/118, Ano XXX, Janeiro/Abril, 1967.

SOUSA, Tude M. de, *Mosteiro, Palácio e Parque da Pena na Serra de Sintra*, Sintra Gráfica, Sintra, 1951.

TEIXEIRA, Madalena Brás, *Los principios de la investigación y de la actividade museológica en Portugal*. Sep. *Revista de Museologia*, Madrid, Asociación Española de Museólogos, 2000.

TULARD, J.; FAYARD, J-F.; FIERRO, A., *História da Revolução Francesa*, Primeiro volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1989, 2 vols.

Uma família de colecionadores. Poder e cultura: antiga colecção Palmela, catálogo da exposição, [Lisboa], Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001.

VALENTE, Vasco, *Museu Nacional Soares dos Reis (Antigo Museu Portuense)*, Relatórios apresentados ao Conselho Superior de Belas Artes pelo seu Vogal correspondente e Director de Museu, Vasco Valente, 1933 e 1934.

VARGUES, Isabel Nobre, TORGAL, Luís Reis, “Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político”, in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Vol.V, s.l., Círculo de Leitores, 1993.

VASCONCELOS, Joaquim de, *Arte Religiosa em Portugal*, Emilio Biel & C^a Editores, Porto, 1914 (<http://purl.pt/411>) (e Veja, Lisboa, 1994).

VAZ, Francisco António Lourenço, “As bibliotecas e os livros na obra de D. Frei Manuel do Cenáculo”, in *La Memoria de Los Libros. Estudios sobre la historia del escrito y de la lectura en Europa y América*, Salamanca, t. II, Inst. de Historia del Libro y de la Lectura, 2004, pp. 483-498.

VENTURA, António, “D. Pedro de Sousa e Holstein entre Letee Mnemósine”, in *Uma família de colecionadores: poder e cultura: antiga colecção Palmela*, catálogo da exposição, [Lisboa], Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001, pp.43-63.

VERDELHO, Telmo dos Santos, *As palavras e as ideias na revolução liberal de 1820*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1981.

VIANA, Teresa Pereira, “João Baptista Ribeiro e os Museus do Porto (1830-1850)”, in *João Baptista Ribeiro, Uma figura do Porto Liberal no Bicentenário do seu nascimento*, Exposição, Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, Universidade do Porto, Fundação Gomes Teixeira, 1990.

VIANNA, Helio, *Dom Pedro I, Jornalista*, São Paulo, Edições Melhoramentos, s.d.

VICENTE, António Pedro, *A igreja perante a ocupação de Portugal pelo exército napoleónico*, Sep. *Revista Española de Teologia*, [s.l.], [s.n.], 1984.

VICENTE, António Pedro, *Guerra peninsular: 1801-1814*, Matosinhos, Quidnovi, 2006.

VICENTE, António Pedro, *O tempo de Napoleão em Portugal: estudos históricos*, 2.^a ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.

VITORINO, Pedro, *Biblioteca Portuense (1833-1933)*, Porto, Edição de Maranus, 1933.

VITORINO, Pedro, “João Baptista Ribeiro e o Museu Portuense”, in *Mvsev Revista de Arte, Arqueologia, Tradições* (LACERDA, Aarão de, VALENTE, Vasco, Dir.), Pub. do Círculo Dr. José de Figueiredo, Porto, Vol. IV (1945), nº8.

WANDERLEY, Monica Cauhi, *História da Academia – diferentes nomes, propostas e decretos*, 2011, disponível em http://www.dezenovevinte.net/ensino_artistico/academia_mcw.htm (consultado pela última vez em 15-05-2016).

XAVIER, Hugo André de Almeida Vale Pereira, *O Marquês de Sousa Holstein e a formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*, Tese de Doutoramento em História da Arte, Especialidade em Museologia e Património Artístico, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

Recursos eletrónicos

Biografia Diogo Kopke,

https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20armc%20-%20diogo%20kopke (consultado em 20-04-2016).

Convento e Igreja de São Francisco de Leiria IPA.00003326 Portugal, União das freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3326 (consultado em 15-06-2016)

Convento de São João Evangelista / Convento do Beato António / Fábrica da Antiga Companhia Industrial de Portugal e Colónias http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5194 (consultado pela última vez em 14-08-2016).

Convento de Santo Agostinho / Museu de Leiria IPA.00003299 http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=3299 (consultado em 15-06-2016)

Igreja da Madre de Deus / Mosteiro da Madre de Deus / Museu Nacional do Azulejo IPA.00002547

Portugal, Lisboa, Lisboa, Penha de França, http://www.monumentos.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=2547 (consultado em 25-07-2016).

CGD- Depósito Público: <https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-Historico-CGD/Estudos/Documents/Transicao-Bens-Valores-Deposito-Publico.pdf> (consultado em 16.03.2016).

Câmara Municipal de Sintra, TEMA 11 – Património Natural Arquitetónico e Arqueológico Relatório de Caracterização e Diagnóstico do Concelho de Sintra, 2014, http://www.cm-sintra.pt/phocadownload/PDF/consulta_publica/revisao_pdm/documentos-consulta/relatorios-diagnostico/Tema-11-Patrimonio-Natural-Arquitetonico-e-Arqueologico.pdf (consultado pela última vez em 20-05-2016)

Dictionary of art historians, <http://www.dictionaryofarthistorians.org/> (consultado pela última vez a 12 de fevereiro de 2015).

<http://www.guizot.com/fr/la-politique/la-politique-du-patrimoine/> (consultado em 12 de Dezembro de 2014)

http://www.inventaire.culture.gouv.fr/telechar/Plaquette_dite_sable_1964.pdf (consultado em 14 de Dezembro de 2014)

IGESPAR – Pesquisa de património, <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/> (consultado pela última vez a 10 de setembro de 2015).

Legislação e debates parlamentares
<http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/Default.aspx?ts=1> e
<http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc> (consultados pela última vez em 15-09-2016)

Matriznet - catálogo coletivo on-line dos Museus portugueses,
www.matriznet.dgpc.pt/ ;
<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosConsultar.aspx?IdReg=248894> ;
<http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objectos/ObjectosListar.aspx?TipoPesq=4&NumPag=1&RegPag=50&Modo=1&Hist=tomar&SupCat=1&BaseDados=23&Cat=42&IdAutor>
(consultados pela última vez em 29-08-2016)

SIPA – Sistema de Informação para o Património Architectónico,
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2 (consultado pela última vez em 25-08-2016).

Eneias:

Artis- Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Projecto Eneias (http://www.artis.letras.ulisboa.pt/proj_n,7,89,566,detalhe,arquivo.aspx).

http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=896%3A

http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=901:exposicao-resgatar-a-memoria-a-biblioteca-nacional-na-gestao-e-salvaguada-do-patrimonio-artistico-dos-conventos-20-fev-17-abr&Itemid=927&lang=pt (consultados em 22-06-2016).

Da Cidade Sacra à Cidade Laica. A extinção das Ordens Religiosas e as dinâmicas de transformação urbana na Lisboa do Século XIX / Lx Conventos:

<https://institutodehistoriadaarte.wordpress.com/research/fctfunded/cidadesacra/>

<http://lxconventos.cm-lisboa.pt/estudos-de-caso/>

<https://lxconventos.wordpress.com/>

<https://institutodehistoriadaarte.wordpress.com/2014/10/09/coloquio-conventos-de-lisboa-20-e-21-de-outubro/> (consultados em 4-06-2106).